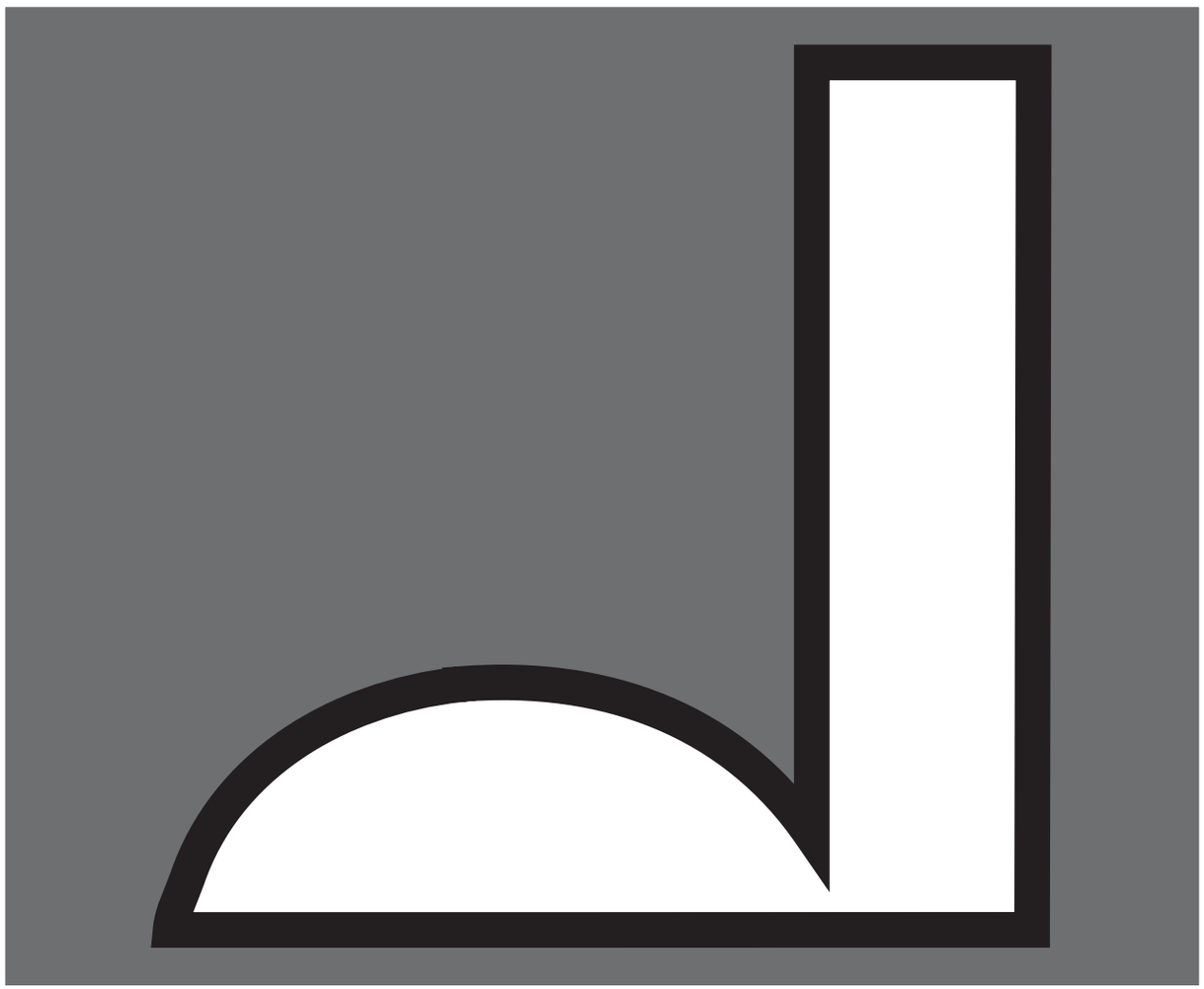
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
SENADO FEDERAL • SECRETARIA-GERAL DA MESA



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001 (*)

Autores: Srs. Senadores José Eduardo Dutra e Paulo Hatung, e o Sr. Deputado Walter Pinheiro

Ementa: Requer a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria ‘‘Abaixo da Cintura’’, publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1.639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.

Aditamento: Requer que se notifique a Procuradoria da República e a revista IstoÉ para que forneçam cópia da fita magnética contendo a gravação do encontro entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e Procuradores da República; bem como que se convide o Senador Antonio Carlos Magalhães a prestar esclarecimentos a esse respeito perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Senadores arrolados nos autos da Denúncia: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, a partir do Aditamento à Denúncia; e Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA, após depoimento prestado pela Srª. Regina Célia Peres Borges, perante o Conselho, em 19-4-2001.

TOMO III

(Volumes VIII, IX e X do processado da Denúncia nº 1, de 2001)

ANO LVI – SUPLEMENTO AO Nº 75 – SÁBADO, 2 DE JUNHO DE 2001 – BRASÍLIA-DF

(*) Republicado em 24/10/2014 para correção do número do Diário a que se refere este suplemento.

MESA

Presidente *Jader Barbalho – PMDB – PA* 1º Vice-Presidente *Edison Lobão – PFL – MA* 2º Vice-Presidente *Antonio Carlos Valadares – PSB – SE* 1º Secretário *Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE* 2º Secretário *Antero Paes de Barros – PSDB – MT*	3º Secretário *Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB* 4º Secretário *Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR* Suplentes de Secretário *1º Alberto Silva – PMDB – PI* *2º Marluce Pinto – PMDB – RR* *3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE* *4º Nilo Teixeira Campos – PSDB – RJ*
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor[1] *Romeu Tuma – PFL – SP* Corregedores Substitutos[1] *Ramez Tebet – PMDB – MS* *Vago* *Lúcio Alcântara – PSDB – CE*	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores[2] *Amir Lando – PMDB – RO* *Ramez Tebet - PMDB - MS* *Alberto Silva - PMDB - PI* *Djalma Bessa – PFL – BA* *Bernardo Cabral - PFL - AM*

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO	LIDERANÇA DO PMDB – 27	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB - 16
Líder *José Roberto Arruda – licenciado* Vice-Líderes *Romero Jucá - Líder em exercício* *Moreira Mendes*	*Líder* *Renan Calheiros* Vice-Líderes *José Alencar* *Iris Rezende* *Amir Lando* *Ramez Tebet* *Gilberto Mestrinho* *Vago* *Vago*	Líder *Sérgio Machado* Vice-Líderes *Osmar Dias* *Pedro Piva* *Romero Jucá* *Leomar Quintanilha*
LIDERANÇA DO PFL – 20 Líder *Hugo Napoleão* Vice-Líderes *Francelino Pereira* *Romeu Tuma* *Eduardo Siqueira Campos* *Bello Parga* *Maria do Carmo Alves* *Vago* *Vago*	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 12 Líder *José Eduardo Dutra* Vice-Líderes *Paulo Hartung* *Sebastião Rocha* *Geraldo Cândido* *Tião Viana*	LIDERANÇA DO PSB – 3 Líder *Ademir Andrade* Vice-Líder *Saturnino Braga* LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder *Arlindo Porto*

(1) Reeleitos em 2/04/1997
(2) Designação: 30/06/1999

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal *Júlio Werner Pedrosa* Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações *José Farias Maranhão* Diretor da Subsecretaria Industrial	*Raimundo Carreiro Silva* Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal *Márcia Maria Corrêa de Azevedo* Diretora da Subsecretaria de Ata *Denise Ortega de Baere* Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

Atualizado em 22.03.2001

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001

TOMO III

(Volumes VIII, IX e X do processado da Denúncia)

	DOCUMENTOS	PÁGINA
	Volume VIII do Processado da Denúncia:	
1.	Termo de Abertura do Volume VIII	01689
2.	Of. CEDP nº 31/2001, convidando a Srª Regina Célia Peres Borges a comparecer perante o Conselho	01690
3.	Of. CEDP nº 32/2001, comunicando ao Senador Antonio Carlos Magalhães a convocação da 6ª reunião para ouvir a Srª Regina Célia Peres Borges	01691
4.	Of. CEDP nº 33/2001, comunicando ao Senador José Roberto Arruda a convocação da 6ª reunião para ouvir a Srª Regina Célia Peres Borges	01692
5.	Of. CEDP nº 34/2001, comunicando ao Diretor-Geral do SF convite à Srª Regina Célia Peres Borges para comparecer perante o Conselho	01693
6.	Recibo da entrega do Of. CEDP nº 31 à Srª Regina Célia Peres Borges	01694
7.	Of. CEDP nº 35/2001, comunicando ao Diretor Executivo do Prodasen convite feito à Srª Regina Célia Peres Borges para comparecer perante o Conselho	01695
8.	Ata Circunstanciada da 6ª Reunião do Conselho, convocada durante a 5ª Reunião	01696
9.	Lista de Presença da 6ª Reunião do Conselho	01697
10.	Termo de Compromisso da Srª Regina Célia Peres Borges	01775
11.	Comunicação do Senador Lúcio Alcântara	01776
12.	Requerimento nº 8/2001 (RED), da Senadora Heloísa Helena, solicitando disponibilização de listagens de chamadas telefônicas	01777
13.	Of. CEDP nº 36/2001, convidando o Sr. Ivar Alves Ferreira a comparecer perante o Conselho	01778
14.	Of. CEDP nº 37/2001, convidando o Sr. Heitor Ledur a comparecer perante o Conselho	01779
15.	Of. CEDP nº 38/2001, convidando o Sr. Hermilo Gomes da Nóbrega a comparecer perante o Conselho	01780
16.	Of. CEDP nº 39/2001, convidando o Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias a comparecer perante o Conselho	01781
17.	Of. CEDP nº 40/2001, convidando o Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior a comparecer perante o Conselho	01782
18.	Of. CEDP nº 41/2001, comunicando ao Senador Antonio Carlos Magalhães a convocação da 7ª Reunião para ouvir servidores e programador	01783
19.	Of. CEDP nº 42/2001, comunicando ao Senador José Roberto Arruda a convocação da 7ª Reunião para ouvir servidores e programador	01784
20.	Of. CEDP nº 43/2001, solicitando ao Diretor Executivo do Prodasen informar servidores sobre convite para comparecer perante o Conselho	01785
21.	Of. CEDP nº 44/2001, comunicando ao Diretor-Geral do SF convite feito ao Sr. Domingos Lamoglia Sales Dias para comparecer perante o Conselho	01786
22.	Of. CEDP nº 45/2001, solicitando ao Diretor-Geral do SF providências administrativas	01787
23.	Discurso do Senador José Roberto Arruda feito em 23.4.01	01788
24.	Notas taquigráficas de discurso do Sen. José Roberto Arruda em 23.4.01	01824
25.	Ata Circunstanciada da 7ª Reunião do Conselho, convocada durante a 6ª Reunião	01834
26.	Lista de Presença da 7ª Reunião do Conselho	01976
27.	Termo de Compromisso do Sr. Ivar Alves Ferreira	01977
28.	Termo de Compromisso do Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior	01978
29.	Termo de Compromisso do Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias	01979
30.	Termo de Compromisso do Sr. Heitor Ledur	01980
31.	Termo de Compromisso do Sr. Hermilo Gomes da Nóbrega	01981
32.	Documento colhido em audiência pelo Corregedor do SF	01982
33.	Relação de mensagens recebidas em BIP por depoente	01985
34.	Depoimentos dos Srs. Nilson da Silva Rebello e Domingos Lamoglia de Sales Dias perante o Corregedor do SF, em 23.4.01	01986
35.	Depoimentos dos Srs. Nilson da Silva Rebello e Ivar Alves Ferreira perante o Corregedor do SF, em 24.4.01	01986

36. Termo de Encerramento do Volume VIII 02052

Volume IX do Processado da Denúncia:

37. Termo de Abertura do Volume IX 02054
38. Of. CEDP nº 46/2001, convidando o Senador Antonio Carlos Magalhães a comparecer perante o Conselho 02055
39. Of. CEDP nº 47/2001, comunicando ao Senador José Roberto Arruda convocação da 8ª Reunião para ouvir o Senador Antonio Carlos Magalhães 02056
40. Of. CEDP nº 48/2001, convidando o Senador José Roberto Arruda a comparecer perante o Conselho 02057
41. Of. CEDP nº 49/2001, comunicando ao Senador Antonio Carlos Magalhães convocação da 9ª Reunião para ouvir o Senador José Roberto Arruda 02058
42. Ata Circunstanciada da 8ª Reunião do Conselho, convocada durante a 7ª Reunião 02059
43. Lista de Presença da 8ª Reunião do Conselho 02060
44. "Pasta Procurador Luiz Francisco" apresentada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães em seu depoimento 02140
45. Livro sobre o Senador Antonio Carlos Magalhães apresentado em seu depoimento 02177
46. Ata Circunstanciada da 9ª Reunião do Conselho, convocada durante a 7ª Reunião 02239
47. Lista de Presença da 9ª Reunião do Conselho 02240
48. Of. CEDP nº 50/2001, solicitando ao Diretor-Geral do SF providências administrativas 02342
49. Ofício datado de 27.4.01, da Srª Regina Célia Peres Borges, encaminhando extratos de ligações telefônicas 02343
50. Envelope lacrado contento extrato telefônico da Srª Regina C. P. Borges 02344
51. Of. CEDP nº 51/2001, convidando o Senador Antonio Carlos Magalhães para acareação 02345
52. Of. CEDP nº 52/2001, convidando a Srª Regina Célia Peres Borges para acareação 02346
53. Of. CEDP nº 53/2001, comunicando ao Diretor Executivo do Prodasen convite à Srª Regina Célia Peres Borges para acareação 02347
54. Of. CEDP-Circular nº 54/2001, solicitando aos membros do Conselho o encaminhamento prévio de indagações para a acareação 02348
55. Termo de Encerramento do Volume IX 02377

Volume X do Processado da Denúncia:

56. Termo de Abertura do Volume X 02379
57. Of. CEDP nº 55/2001, solicitando ao Diretor-Geral do SF providências administrativas 02380
58. Ata Circunstanciada da 10ª Reunião do Conselho, convocada durante a 9ª Reunião 02381
59. Livro do Senador Antonio Carlos Magalhães apresentado na 10ª Reunião 02528
60. Lista de Presença da 10ª Reunião do Conselho 02531
61. Lista de Interpelantes da 10ª Reunião do Conselho 02532
62. Questão de ordem e perguntas do Senador Casildo Maldaner 02533
63. Requerimento do Senador Eduardo Suplicy apresentado na 10ª Reunião 02534
64. Envelope lacrado contendo extratos telefônicos do Senador José Roberto Arruda 02535
65. Of.GSRFRE nº 48/2001, do Senador Roberto Freire, sobre consulta ao jornal "Folha de S. Paulo" 02536
66. Of. CEDP-Circular nº 56/2001, aos membros do Conselho, comunicando convocação da 11ª Reunião 02538
67. Of. CEDP nº 57/2001, comunicando ao Senador Antonio Carlos Magalhães convocação da 11ª Reunião do Conselho 02567
68. Of. CEDP nº 58/2001, comunicando ao Senador José Roberto Arruda convocação da 11ª Reunião do Conselho 02568
69. Edital de convocação da 11ª Reunião do Conselho 02569
70. Ata Circunstanciada da 11ª Reunião do Conselho 02570
71. Lista de Presença da 11ª Reunião do Conselho 02571
72. Requerimento nº 9/2001 (RED), da Senadora Heloísa Helena, de retirada do Requerimento nº 8/2001 (RED) 02583
73. Requerimento nº 10/2001 (RED), do Senador Roberto Saturnino, de retirada do Requerimento nº 4/2001 (RED) 02584
74. Requerimento nº 11/2001 (RED), do Senador Roberto Saturnino, de retirada do Requerimento nº 5/2001 (RED) 02585

75. Requerimento nº 12/2001 (RED), do Senador Antero Paes de Barros, de retirada do Requerimento nº 1/2001 (RED) 02586
76. Requerimento nº 13/2001 (RED), do Senador Antero Paes de Barros, de retirada de seu requerimento de esclarecimentos à Unicamp 02587
77. Requerimento nº 14/2001 (RED), do Senador Ney Suassuna, de votação aberta do Parecer do Senador Roberto Saturnino 02588
78. Requerimento nº 15/2001 (RED), do Senador Waldeck Ornelas, de requisição ao Ministério Público Federal de processo administrativo 02589
79. Requerimento nº 16/2001 (RED), do Senador Waldeck Ornelas, de juntada aos autos de laudo pericial e de oitiva do Corregedor do SF 02590
80. Requerimento nº 17/2001 (RED), do Senador Waldeck Ornelas, de requisição de perícia em computador 02591
81. Of. CEDP nº 59/2001, solicitando ao Procurador-Geral da República documento requerido pelo Senador Waldeck Ornelas 02620
82. Despacho do Presidente do Conselho declarando encerrada a fase de averiguações da Denúncia e encaminhando o processado ao Relator 02621
83. Termo de Conclusão ao Relator 02633
84. Termo de Encerramento do Volume X 02634

SENADO FEDERAL

DENÚNCIA

Autores: Senadores José Eduardo Dutra e Paulo Hartung e Deputado Walter Pinheiro

Nº 1, DE 2001

ASSUNTO: Requer a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista "IstoÉ", em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.

Aditamento: Requer que se notifique a Procuradoria da República e a revista "IstoÉ" para que forneçam cópia da fita magnética contendo a gravação do encontro entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e Procuradores da República; bem como que se convide o Senador Antonio Carlos Magalhães a prestar esclarecimentos a esse respeito perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Senadores arrolados nos autos da Denúncia: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, a partir do Aditamento à Denúncia; e Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA, após depoimento prestado pela Srª Regina Célia Peres Borges perante o Conselho, em 19.4.2001.

(VOLUME – VIII)

SENADO FEDERAL

Termo de Abertura de Volume

Aos dezoito dias do mês de abril de dois mil e um, eu, Marcia Lyra Nascimento Egg, Chefe do Serviço de Apoio a Conselho e Órgãos do Parlamento (SACOP), faço a abertura do Volume VIII da Denúncia nº 1, de 2001, que se inicia às fls. 1594.

MARCIA LYRA NASCIMENTO EGG
Chefe da SACOP

OF. CEDP Nº 31/2001 Brasília, 18 de abril de 2001

Prezada Senhora,

Comunico a V. Sª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada nesta data, aprovou requerimento da Senadora Heloísa Helena no sentido de convidar V. Sª a comparecer a este Conselho amanhã, dia 19 de abril, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP Nº 31/2001
Nº Fls: 1 (UMA)
Recebido: REGINA CÉLIA PERES BORGES
Assinatura: 305 Data: 19.04.2001

Ilmª Srª
REGINA CÉLIA PERES BORGES
SENADO FEDERAL

1554

Hora:
9:15

OF. CEDP Nº 32/2001 Brasília, 18 de abril de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se dia 19 de abril, amanhã, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de tomar o depoimento da Srª Regina Célia Peres Borges, ex-diretora executiva do PRODASEN, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Senado Federal

1595

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of CEDP nº 32/2001
Nº de Fls.: 1
Destino: Gab. Sen. Antonio C. Magalhães
Recebido por:
Matrícula:
Data: 18/4/2001
Hora:

OF. CEDP Nº 33/2001 Brasília, 18 de abril de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se dia 19 de abril, amanhã, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de tomar o depoimento da Srª Regina Célia Peres Borges, ex-diretora executiva do PRODASEN, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Senado Federal

PSDB - 1596

Secretaria-Geral da Mesa	
Doc.: of Cedp 33/2001	
Nº de Fls.: 1	
Destino: Sen. Roberto Arruda	
Recebido por: Bruno	
Matrícula: 3132	Data: 18/4/2001 às 15

OF. CEDP Nº 34/2001 Brasília, 18 de abril de 2001

Senhor Diretor-Geral,

Comunico a V. Sª, para os devidos fins, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada nesta data, aprovou requerimento da Senadora Heloísa Helena no sentido de convidar a Srª **Regina Célia Peres Borges**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, a comparecer a este Conselho amanhã, dia 19 de abril, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 34/2001
Nº de Fls.: 1
Destino: Diretor-Geral do SF
Recebido por:
Matrícula: Hamilton Silva
Data: 18/4/2001
Hora: 21:30

Ilmº Sr.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal
e Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen
SENADO FEDERAL

FLS. Nº 1557

OF. CEDP Nº 34/2001 Brasília, 18 de abril de 2001

Senhor Diretor-Geral,

Comunico a V. Sª, para os devidos fins, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada nesta data, aprovou requerimento da Senadora Heloísa Helena no sentido de convidar a Srª **Regina Célia Peres Borges**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, a comparecer a este Conselho amanhã, dia 19 de abril, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

RECEBI O ORIGINAL
Em 19/04/2001
9:54

Ilmº Sr.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal
e Vice-Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen
SENADO FEDERAL

1553

OBS: Esta assinatura, segundo o Sr. Hamilton Silva, da Diretoria-Geral do Senado, é idêntica da Sra. Regina Célia Borges, a quem ele entregou pessoalmente o ofício em 19/4/01

OF. CEDP Nº 35/2001 Brasília, 18 de abril de 2001

Senhor Diretor Executivo,

Comunico a V. Sª, para os devidos fins, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada nesta data, aprovou requerimento da Senadora Heloísa Helena no sentido de convidar a Srª **Regina Célia Peres Borges**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, a comparecer a este Conselho amanhã, dia 19 de abril, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Proc: OF. CEDP Nº 35/2001
Nº Fls: 1 (UM)
Destino: PRODASEN
Recebido por:
Matrícula: 305 Data: 19.04.2001

Ilmº Sr.
KLEBER GOMES FERREIRA LIMA
Diretor Executivo do PRODASEN
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 1
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *19.04.2001*

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 6ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 6ª Reunião de 2001, realizada em 19 de abril de 2001, quinta-feira, às 14h30, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir a Srª **REGINA CÉLIA PERES BORGES**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001, nos termos do Requerimento (RED) nº 6/2001, da Senadora Heloísa Helena, aprovado na 5ª Reunião, realizada em 18 de abril de 2001.

Presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

PMDB
Ramez Tebet (Presidente)
Casildo Maldaner
Nabor Júnior
Amir Lando
Marluce Pinto
Renan Calheiros
Carlos Bezerra

PFL
Geraldo Althoff
Paulo Souto
Waldeck Ornelas
José Agripino
Carlos Patrocínio
Bello Parga

BLOCO – PSDB/PPB
Osmar Dias
Antero Paes de Barros

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
Heloísa Helena
Jefferson Péres
José Eduardo Dutra
Roberto Saturnino (PSB)

CORREGEDOR
Romeu Tuma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 2
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *19.04.2001*

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6ª REUNIÃO DE 2001

Em 19 de abril de 2001, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir a servidora REGINA CÉLIA PERES BORGES, EX-DIRETORA EXECUTIVA DO PRODASEN, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO – PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto

Brasília, 19 de abril de 2001

161

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC-2-A
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *19.04.2001*

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo ouvir a servidora desta Casa, Srª Regina Célia Peres Borges, ex-Diretora Executiva do Prodasen, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001, em cumprimento à deliberação do Plenário sobre o Requerimento (RED) nº 6, do corrente ano, de autoria da nobre Senadora Heloísa Helena.

Pedindo a proteção de Deus, declaro abertos os nossos trabalhos, convidando para tomar assento à Mesa o ilustre Senador Roberto Saturnino, na qualidade de Relator, e o ilustre Senador Romeu Tuma, na qualidade de Corregedor.

Faço uma ligeira comunicação: do Senador Lúcio Alcântara, sobre a impossibilidade de seu comparecimento em virtude de encontro inadiável com o Governador do seu Estado, no Município de Crateús.

Srªs e Srs. Senadores, antes de convidar a Srª Regina Célia Peres Borges para tomar assento à mesa, peço, encarecidamente, a todos quantos se encontram presentes a esta reunião do Conselho de Ética que, por gentileza, como é de costume, mantenham o maior silêncio possível, dado o inusitado da presença de um público considerável às nossas reuniões. O público ultrapassa as nossas expectativas. De sorte que, pedindo escusas àqueles que estão de pé por falta de assentos, solicito, encarecidamente, colaboração para esses trabalhos.

Peço à Secretaria da Casa que, por gentileza, requeira à Drª Regina Célia Peres Borges que tome assento à minha esquerda. Peço ao Senador Romeu Tuma que também faça parte da composição da Mesa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de conceder a palavra a V. Exª pela ordem, vou aguardar a chegada da Srª Regina Célia Peres Borges.

Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho uma declaração a fazer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que considero relevante. E gostaria de fazê-la antes do depoimento da Drª Regina Célia Peres Borges.

São informações que considero fundamentais ao Conselho de Ética e à Casa e que gostaria de dar neste momento, se for esse o entendimento de V. Exª, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, V. Exª terá a palavra. Antes, porém, vou dar mais um aviso: considerando o grande número de pessoas presentes a esta audiência, quero louvar a Secretaria, que providenciou um telão na sala anexa. Portanto, aqueles que não se sentirem bem acomodados e desejarem assistir à presente reunião terão à sua disposição um telão que está instalado na sala próxima a esta em que estamos realizando os nosso trabalhos.

Tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra, para a comunicação que diz ser importante.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Se possível, gostaria de fazê-la aí da bancada, porque eu gostaria de olhar para os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É uma honra tê-lo à Mesa. Peço à Secretaria que coloque mais uma cadeira, se possível...

1102

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 3
19.04.2001

O SR. ROMEU TUMA – Eu ofereço a minha.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há um divisor de águas neste processo que o Senador está apurando. Vou dispensar considerações políticas a respeito da importância deste momento, até porque não vim aqui para fazer discurso; quero prestar algumas informações. O que considero um divisor de águas? A revelação do laudo da Unicamp que constata, conclusivamente, que houve violação do sigilo do voto no dia da sessão que cassou o ex-Senador Luiz Estevão.

Segundo: o depoimento da Drª Regina, tanto o depoimento que está nos autos como a entrevista que concede hoje ao **Jornal do Brasil**, com uma grande riqueza de detalhes. Esses dois fatos nos permitem estabelecer conexões e tirar conclusões de fatos anteriores que poderiam ser enquadrados como conversas de corredor, ilações, balelas, bravatas, coisas do gênero.

Entendo que, a partir desse divisor de águas, se o Senado quiser realmente apurar esse episódio, é fundamental que todas as conversas entre Senadores que tenham relação com esse episódio deixem de ser privadas. Entendo que elas têm de ser públicas, sem qualquer juízo de valor para antecipar a acusação.

Não vou fazer acusação ninguém, porque não tenho informações e elementos para fazê-lo. Se os tivesse, eu o faria, mesmo contra colegas, como já fiz no famoso episódio que deu origem a esse imbróglio do caso Luiz Estevão.

Mas são informações que, no meu ponto de vista, têm obrigatoriamente que ser consideradas e levadas ao conhecimento da Casa e, principalmente, dos membros do Conselho de Ética e do Sr. Relator para que possam formar um juízo.

Como procedo sempre nesta Casa, desde que aqui cheguei, toda vez que vou fazer um pronunciamento em que cito, por qualquer motivo, o nome de colegas, faço questão de informá-los antes. Como vou citar o nome de colegas – quero registrar aqui -, já os informei de que faria uma declaração em que seriam citados.

Vamos aos fatos e deixemos de lado o nhenhenhém.

Na véspera da votação da cassação do Senador Luiz Estevão – não sei exatamente o dia; parece-me que foi no dia 27 de junho. Foi a véspera. Foi a véspera.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então foi 27, porque a votação foi dia 28 de junho.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A minha convicção é a véspera. Então, o dia a gente vê no calendário.

Estive no gabinete do Senador José Roberto Arruda. Era público e notório que tanto eu quanto o Senador José Roberto Arruda iríamos votar pela cassação do Senador Luiz Estevão e era público e notório que, naquele período em que se estava apurando o episódio e o processo de votação, todo mundo fazia especulação e mapeamento de como vai votar e como não vai. E estávamos conversando sobre isso, sobre a avaliação, se achava que cassava, que não cassava, quem votou. Procuramos fazer especulações sobre os votos no Conselho de Ética e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao fim da conversa, eu já estava me retirando, o Senador José Roberto Arruda diz o seguinte: "José Eduardo, você é engenheiro, não é?" Eu falei: Não, eu sou geólogo. "Não, mas você é da área de Ciências Exatas e deve ter alguma noção de informática." Eu falei: Olha, tenho noção. Sei o que é sistema binário 0, 1, coisa do gênero. Ele disse: "Olha, como

você tem essa informação, pode, nas conversas com Senadores, alguém que você tenha certa dúvida, você pode soltar isto: Olha, sabe como é que é, essa história de informática, de computador, de sigilos nunca é tão seguro, sempre pode haver margem para vazar informações a respeito do sigilo." Estava saindo, registrei aquela informação, mas como já estava um clima que foi inclusive dito da tribuna do Senado, Presidente Jader Barbalho, de que, nas vésperas, estava um clima de que era possível violar ou coisa do gênero, então, não dei maior importância ao episódio naquele momento. Mas, como eu era Senador da Oposição e havia ouvido essa conversa do então Líder do Governo, informei imediatamente isso a minha Líder, Senadora Heloisa Helena. E ela falou: "Eu até acho que pode acontecer mesmo, porque, realmente, esse boato está muito forte".

Depois disso, depois da votação, nunca mais conversei com o Senador José Roberto Arruda a respeito de listas ou de nomes que teriam votado, enfim, que algum sinal de que tivesse havido a violação e, portanto, entendi aquele episódio uma mera especulação, possivelmente até um jogo de "coação" ou de terrorismo psicológico, enfim, tudo aquilo que era, na verdade, o clima que estava acontecendo naquele período, na véspera da votação. Porque, como eu já disse, nesse momento as coisas têm que deixar de ser privadas. Portanto, acho que não pode haver nenhuma dose de hipocrisia. E esse clima, efetivamente, estava acontecendo, correndo no plenário do Senado na véspera e foi, como já disse, oficializado pelo Presidente da Casa, da mesa da Presidência, Senador Jader Barbalho.

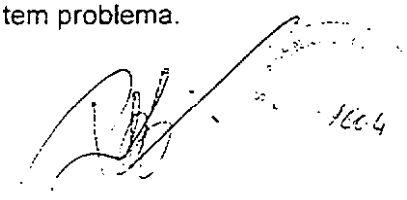
Passou-se à votação, todo mundo sabe, deve deduzir o grau de adrenalina que eu tinha naquele período da votação do Senador Luiz Estevão, porque foi o Senador que participou desde o início do processo de apuração e acusado inclusive, durante algum momento, em algumas vezes, de que era perseguição do PT e coisa do gênero.

Passada a votação, no dia seguinte, havia uma sessão do Congresso. Não lembro exatamente para quê. Não sei se foi para sancionar a Emenda do Ministro José Serra; aliás, Emenda da Saúde, Emenda do Deputado Eduardo Jorge, mas foi numa sessão do Congresso que aconteceu, na véspera do recesso. Passei para cumprimentar o Senador Antonio Carlos Magalhães e ele me disse, comentamos o resultado e tal e ele disse: "Olha, a sua líder não votou com a gente".

Naturalmente rebati essa informação e naquele momento não tive nenhuma **dúvida**. A verdade é que não dei importância, considerei tão absurdo, tão ridículo aquele tipo de ilação que não dei importância ao episódio. Entrou-se em recesso, nesse momento, inclusive, nem conversei com a Senadora Heloísa Helena porque achava que era uma questão tão ridícula que não mereceria algum tipo de comentário com S. Exª. Passou-se o recesso e aí as famosas conversas de corredores vêm de que estaria sendo falado que a Senadora Heloísa Helena teria votado contra a cassação do Senador Luiz Estevão. Aí eu pensei: olha se o Senador Antonio Carlos Magalhães disse isso para mim, não sei por que disse para mim e agora recebo essa informação de outras fontes, de outras pessoas, é porque ele está dizendo para outros. Então, nesse caso a Senadora Heloísa Helena tem que saber essa informação.

O SR. CARLOS BEZERRA – Senador, por favor. Pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Por mim não tem problema.



O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, lembraria o pedido de desligar os telefones celulares.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Carlos Bezerra, V. Exª levanta uma questão de ordem e lhe concedemos a palavra com o maior prazer. Penso que tem procedência a sua solicitação, pois estamos ouvindo um comunicado importante do Senador José Eduardo Dutra e V. Exª lembra, e reforço, agradecendo a V. Exª, o pedido de que as pessoas, por gentileza, se abstenham do uso do telefone celular e até desliguem-no, se for possível.

Muito obrigado a todos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Bem, continuando. A partir do momento que esse zunzunzum começou a correr de outras formas eu entendia que era fundamental que a Senadora Heloísa Helena soubesse a informação de que eu tinha ouvido da boca do Presidente do Congresso que a minha líder não votou com a gente. Essa foi a expressão: "a sua líder não votou com a gente".

Falei com S. Exª e aí começamos as especulações com a informação anterior ou com a ilação anterior, que já sabíamos e que S. Exª também sabia e que existia a possibilidade de violar **a votação** e coisas do gênero. Quando conversei com S. Exª, voltei ao Senador Antonio Carlos Magalhães e falei: olha você se lembra daquilo que você me disse na época da votação de que a Senadora Heloísa Helena teria votado pela não cassação? Ele disse: "lembro". Eu disse: olha, para mim não existe essa hipótese, inclusive falei com ela que você me falou isso, é fundamental que você fique sabendo que não existe essa hipótese **da votação pela não cassação**. A partir daí não houve mais conversas minhas sobre esse assunto nem com o Senador Antonio Carlos Magalhães nem com o Senador José Roberto Arruda.

Entendo que nesse momento poder-se-á dizer que esta é uma acusação, esses são elementos que deverão ser analisados pelo conjunto. Se me perguntarem se vi alguma lista, digo que não vi nenhuma lista e digo claramente que se tivesse havido essa informação na época com os fatos que temos agora, eu faria logo uma representação pedindo a cassação do Mandato dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Mas, em momento algum, nenhum dos dois me falou que teriam listas de votação ou que teriam violado o painel eletrônico. Essas são as afirmações inclusive que reafirmei, que disse numa nota pública a partir de uma publicação na imprensa e que eu a mantenho.

A única modificação que faço em relação à nota pública, e que é em função desse fato novo, desse divisor de águas surgido anteriormente e que foi inclusive objeto de uma comunicação minha em plenário quando o Senador Antero Paes de Barros levantou essa questão e que falei: olha, ilações, conversas entre A e B, a meu ver, não têm relação com esse processo.

A partir desse divisor de águas, na minha opinião, essas informações, essas ilações, essas conversas entre A e B têm importância. Tive a iniciativa de dar esse depoimento porque acredito sinceramente que esse tipo de conversa não se deu só comigo, tanto por parte do Senador José Arruda quanto por parte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Então, considero que é fundamental para o Senado Federal e para nós Senadores, porque, inclusive agora, estamos sob o risco de todo o tipo de ilação. Acho que é fundamental. Não estou fazendo uma cobrança, mas quero dizer que fiz

questão de fazer essa declaração. Tenho convicção de que esse tipo de conversa não foi feita só comigo e espero, sinceramente, que outros Senadores que possam dar outro tipo de declaração nesse sentido possam fazê-lo também para que esse assunto venha ser esclarecido.

E, de posse de um laudo que é conclusivo, e essa é uma questão fundamental, lembro que disse numa reunião do Conselho: olha, o maior medo que tenho é se o laudo concluir que pode-se violar, mas não é possível determinar se foi violado, porque isso vai-nos deixar numa situação sem imunidade às ilações. Só que essa foi a primeira versão do laudo. Eu pelo menos não tenho questionamento algum sobre o laudo. Acho que se for preciso fazer outros laudos que se faça. Tenho a convicção, a partir desse laudo e a partir também repito do depoimento da Drª Regina, de que, a meu ver, foi bastante detalhado e que não pode deixar de ser levado em consideração e que não pode ser colocado numa circunstância de palavra de Senador contra a palavra de funcionário, até para evitar isso também é que fiz questão de fazer essa declaração que posso transformar em a termo, se for o entendimento dos Srs. Senadores e dos meus colegas.

Estas eram as informações que eu pretendia prestar ao Conselho de Ética porque as considerava relevantes. Poderiam ser irrelevantes numa situação anterior, poderiam ser consideradas como meras ilações ou aquela lenda a que se referiu o ex-Senador Esperidião Amin, só que agora não estamos mais diante de lenda, estamos diante de fatos e temos que apurar.

Estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Noto, pelos microfones que estão prontos para serem eco das vozes dos Srs. Senadores, que estão ansiosos por formularem perguntas a V. Exª.

Eu ia pedir, já tinha consultado a nossa convidada de hoje, vi que o Senador Amir Lando e outros Senadores estão com o microfone...

O Senador José Eduado Dutra fez a comunicação e todos concordam que se tiver necessidade S. Exª está-se colocando à disposição. E é óbvio que com esse comportamento ninguém vai entender ao contrário.

Vamos passar à oitiva da testemunha, ao depoimento da Drª Regina Célia, que prestou o compromisso legal e fez as ressalvas, nos termos do art. 5º, inciso LIII, da Constituição Federal.

Antes de conceder a palavra à Drª Regina Célia, a quem peço um pouco mais de generosidade para aguardar, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. Trata-se de questão de ordem, Senador?

O SR. ROMEU TUMA – V. Exª pediu-me ontem que buscasse informações sobre o pedido da perícia da Polícia Federal. Portanto, queria comunicar o resultado. Antecipo que serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa comunicação será rápida. Quem tiver outras comunicações a fazer, solicito que as faça depois do depoimento.

O SR. ROMEU TUMA – Como o Relator e o Presidente deste Conselho solicitaram-me informações ontem, entrei em contato com a Polícia Federal. Eles estão concluindo o laudo da conversa na Procuradoria, mas as duas fitas em exame são cópias. Por isso, perguntaram se há possibilidade de a revista **IstoÉ** ter outra fita, entregue pelo Procurador, o que auxiliaria na conclusão do laudo. Eles estão avançando e, até quarta-feira ou quinta-feira, entregarão o laudo.

Há cinco peritos trabalhando seqüencialmente, e não em conjunto – pois cada um está ouvindo em separado –, para se poder alcançar o maior número de dados a respeito da matéria.

Sobre a perícia do painel, a Polícia Federal está à disposição, mas os peritos consideram difícil qualquer intervenção diante de todas as mexidas que já foram feitas pelos peritos da Unicamp. Acredito que a perícia da Unicamp será suficiente, a não ser que o Relator necessite de outra perícia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Drª Regina, V. Sª é da Casa e conhece o nosso ritual. Concedo, portanto, a palavra a V. Sª para que teça as suas considerações sobre o fato, o qual conhece. Depois que V. Sª terminar, concederei a palavra aos Srs. Senadores para formularem as perguntas que desejarem fazer.

Tem V. Sª a palavra, por favor.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Boa tarde, Srªs e Srs. Senadores, Srªs e Srs. Deputados, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Vivo hoje, indiscutivelmente, o dia mais doloroso da minha vida do ponto de vista do cumprimento de uma missão. Gostaria de ter passado por essa existência sem precisar viver um momento desta natureza — vou-me esforçar para não chorar para V. Exªs me entenderem melhor — mas a vida me colocou na situação em que estou.

Sei que vou precisar constituir um advogado, porque estarei, inclusive, respondendo a um processo na Casa, onde sou ré, e precisarei de um advogado. Não quis fazê-lo hoje porque, certamente, um advogado cercearia a minha fala para proteger-me daquilo que eventualmente fiz de errado no processo e a minha verdade teria de sair interrompida ou cerceada, como disse, para proteger-me. Não quero essa proteção. Quero falar a verdade inteira e, como todos os outros envolvidos, cumprir, responder ou defender-me, assim como os outros também terão esse direito. Minha alma será aberta com a verdade.

Quando ouço falar "terá que provar", longe de mim estar aqui para cassar qualquer Senador. Estou aqui para dizer a verdade, e não houve outro caminho senão dizê-la. Então, naquilo que puder oferecer de elementos de convicção, tudo bem. Naquilo que eu não puder, ainda que isso venha em meu prejuízo, será dito, porque vou dizer o que aconteceu.

Gostaria de antecipar, com uma pequena colocação, numa rápida colocação, a minha vida profissional. Entrei no Prodasen em 1º de dezembro de 1975, portanto, há mais de 25 anos. Entrei como estagiária de programação; percorri todas as etapas técnicas dentro do órgão. Na época, eram poucas as mulheres que trabalhavam nessa carreira. Fui programadora, analista de sistemas, gerente de contas que atende a gabinete de Senadores, fui Diretora de Desenvolvimento de Sistemas e, em 1991, pela primeira vez, tive a honra de ocupar o cargo de Diretora Executiva do Prodasen.

Fui Diretora Executiva do Prodasen durante a administração do Senador Mauro Benevides e, depois, durante a administração do Senador Humberto Lucena, que, antes de terminar, pedi para me afastar. Estava vivendo um momento difícil, muito cansaço, tinha perdido um filho, tínhamos saído de CPIs muito pesadas, do Orçamento, do **impeachment**, então, pedi que me afastasse.

Depois, durante a administração do Senador Sarney, dirigi o Cedesen, que antecedeu o ILB, que era o Centro de Treinamento do Senado Federal. Com a entrada do Senador Antonio Carlos Magalhães, voltei a dirigir o Prodasen e dirigi nessas duas gestões. Tive essa grande honra.

Gostaria de dizer que todas as vezes que dirigi o Prodasen foi antecedido de uma... O Prodasen tem um processo democrático que abre para os colegas que se sentem em condições e com disposição de dirigir o órgão colocarem como pretendem fazê-lo, quais são os projetos, os ideais. E é uma maneira séria, porque não é corporativista. As pessoas realmente procuram ouvir, tem que ter uma proposta e tal. Isso foi feito todas as vezes e fui eleita pelos meus colegas sempre com votação expressiva. E isso foi conduzido aos Senadores, que normalmente apoiaram a condução ao cargo. Assim foi também quando o Senador Antonio Carlos Magalhães me nomeou.

Gostaria de tocar num outro ponto que acho fundamental. Dói em mim profundamente a lesão que esse processo vai causar para a instituição Prodasen dentro do Senado Federal e dentro deste País. O Prodasen é um órgão que tem sido de fundamental importância nos momentos mais importantes desta Nação. Assim foi na Constituinte, assim foi durante todo o processo orçamentário, e é até hoje, e assim foi durante todas as CPIs mais críticas desta Nação.

Há e sempre houve – lamento terrivelmente ter quebrado isso – um processo de absoluta confiança entre Senadores e servidores. Essa confiança precisa ser mútua, reparem bem, porque não adianta só os Senadores confiarem nos servidores, ou a sociedade ou os dados que tiverem lá, os servidores também têm que confiar nos Senadores, porque se ele estiver lidando com dado muito sigiloso e amanhã ou depois falar que ele vazou, isso é uma coisa muito grave.

Estou vendo aqui o Senador Amir Lando, que foi o relator na CPI do PC, e conviveu de perto e sabe bem qual é a cultura daquela casa do ponto de vista de sigilo, de seriedade, não só competência técnica, mas especialmente a cultura de saber lidar com dados sigilosos. Perdoem-me colegas do Prodasen, perdoem-me. Dói imaginar o que vocês estão pensando que fiz pelo Prodasen. Mas, gente, fui eu, não foram eles, fui eu! O Prodasen permanece com a mesma cultura, o Prodasen permanece com os mesmos valores, não que eu os tenha perdido, embora os tenha violado.

Então, não subestimem o Prodasen a partir de hoje. As pessoas valorosas que lá estão continuam lá e hão de continuar prestando o mesmo serviço à Nação.

Antes de entrar no mérito, lamento muito que isso esteja acontecendo em relação a dois Senadores de minha estima. Quanto ao Senador Antonio Carlos Magalhães, aprendi a respeitá-lo e admirá-lo. Conhecia-o como uma figura pública, de longe, mas só o conheci pessoalmente depois de nomeada.

Falei "n" vezes ao longo desse tempo para todas as pessoas o quanto me impressionou a maneira séria como S. Exª nos tratou. Nunca nos pediu nada que não fosse adequado. É austero, bravo demais. Tínhamos – é claro – e todos que lidam de perto com ele têm medo – isso não é segredo para ninguém, porque, às vezes, ele é bravo. Muitas vezes, é extremamente terno, mas justo. Quando se levava alguma questão, S. Exª pedia para trazer outros relatórios, pois podia se tratar de alguma decisão que para S. Exª não era nem confortável de tomar, mas, depois de ler e olhar todos aqueles relatórios, S. Exª falava que estava tudo bem.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-9
19.04.2001

Então, foi essa a relação que tivemos com S. Exª nesses anos. E hoje estou aqui falando, tendo de fazer esse relato. Lamento profundamente em relação à vida do Senador José Roberto Arruda, mas tenho de falar o que aconteceu ao longo desse processo.

À véspera da cassação do Senador – algumas coisas serão repetitivas, mas vou fazer seqüencialmente –, eu estava em casa, à noite. Não vou, absolutamente, ficar cotejando com os horários. Inclusive, o Senador procurou fazer isso, mas não tenho condições de fazê-lo. Não anotei, a minha agenda é eletrônica, não fui a canto nenhum naquela noite, e nunca tomei a precaução de levar nada para conversar com o Senador, um gravador ou não sei o quê. Nunca, não tenho.

Simplesmente, tocou o telefone da minha casa – e eu já estava em casa. Faço a estimativa de hora baseada no fato de ficar sempre até tarde – é difícil sair cedo – no Prodasen. Antes das oito horas, é muito difícil sair, e eu já estava em casa. Então, imagino que seja por volta de oito ou nove horas. Tocou o telefone – acredito que o Gabinete tenha transferido para o Senador, mas também não posso jurar –, e era uma ligação do Senador José Roberto Arruda, que falava que precisava conversar comigo pessoalmente. Ainda perguntei, "Vou ao Senado, Senador?" Ele respondeu: "Você mora onde?" Eu disse "Na 216". Ele respondeu "Eu moro na 114, é pertinho; pode vir à minha casa". Fui realmente apreensiva, pensando "o que aconteceu?" Quem dirige um órgão que lida com tanta informação, com tantos problemas...

Chegando lá, houve aquele episódio que o Senador citou realmente. Antes, no meu primeiro depoimento, não tomei a menor preocupação de falar "aconteceu isso", "a casa era de tal jeito", porque eu não tinha essa preocupação. Eu nunca tinha ido à casa do Senador antes – nem na dele e, para tratar de negócios, nem na casa de nenhum outro. Posso ter ido em algum jantar na casa talvez, nesses anos todos, de um ou dois Senadores, em situação muito especial que tenham convidado os servidores e os diretores. Mas sou de pouca vida social. Não sou de freqüentar, mesmo tendo problema de trabalho, eu trato no trabalho. Nunca fui tratar de questão de Interlegis na casa do Senador.

Fui, nesse dia, a primeira vez na casa do Senador. Cheguei e realmente ouvi um instrumento e pensei "Será que está havendo festa?" Toquei, e abriu uma gracinha de jovem que estava treinando um instrumento musical. Em seguida, o Senador atendeu-me, o rapaz não ficou na sala. S. Exª me disse – não vou procurar reproduzir palavras, porque estaria inventando obviamente a idéia, o que aconteceu no dia – que estava me chamando porque era uma... - ele estava em nome do Senador Antonio Carlos, digamos assim, e que me chamava para que eu providenciasse uma lista dos votos, de como votaram os Senadores. Na hora, aquela coisa da gente não saber bem o que vai dizer, né? Aí, o meu primeiro impulso foi dizer: "Senador, não tem como tirar essa lista daquele sistema". Ele pegou, falou assim: "Não, tem, porque eu tenho informações que tem. Tem como tirar e o Presidente está pedindo para você tirar." E a conversa foi nessa direção. Eu parei sem saber o que pensar. Realmente se pensa tudo nesse momento. Eu, para não fazer, eu teria que pedir exoneração, isso não é o fim do mundo, absolutamente, muito mais fim do mundo é estar sentada aqui hoje nessa circunstância, é lógico que se fosse lá eu tomaria diferente, mas não foi lá, agora é aqui, então... parei e: bom, exoneração, largar tudo, falo o que para meus colegas, falo o quê, e eu já sei que foi pedido isso, e como é que eu faço, e tal... Tenho que

SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 1610

confessar que atenuou a minha ansiedade, atenuou - não justifica, não justifica, mas atenuou – eu sou contra o voto secreto, sou contra; eu acho que os Senadores têm que olhar cara a cara, eu quero ouvir quem eu votei dizer por que ele está fazendo, por que ele quer votar daquele jeito, quero ver quais são os valores dele, se realmente comungam com os meus, se eu quero que ele seja meu representante -, então, baseado nisso, falei: "Não estaremos mudando a vida de ninguém se cumprirmos essa ordem, que não estou vendo jeito de não cumprir, se me fosse pedido para mudar, tenho certeza de que jamais faria, mas se fosse pedido: 'Mude', mas não há hipótese, não há hipótese de que isso pudesse acontecer". Mas verdadeiramente não acredito que pedissem. Então, saí dali. A última frase que eu falei, ao levantar, eu falei: "Senador, estarei saindo para tentar cumprir uma ordem". E fui. Cheguei em casa superaflita, superaflita. O Ivar, meu marido, ele é também funcionário do Prodasen e, como eu, trabalha lá há - entrou um pouquinho antes de mim - 25 anos. E eu, hoje, me distanciei muito da área técnica, porque o senhor vê, só gerente eu estou aí há mais de dez anos, aí a gente se desatualiza, hoje eu sou muito mais gerente do que técnica. E ele, não, continuou técnico; então, ele conhece como mexer, como... Aí, eu contei a história para ele, mas imaginando qual seria a reação, conhecendo os critérios dele, que são, assim, extremamente rigorosos em determinadas coisas. Ele parou, ficou quieto, pensou. Tenho que relatar um fato aqui, não absolutamente como uma apelação, mas é uma verdade que, tenho certeza, foi o que levou a se colocar daquela maneira. No início do ano passado, fiz uma histerectomia. Essa cirurgia altera muito as questões hormonais - comecei a ter pressão alta, que nunca tive, minha pressão sempre foi baixíssima; comecei a baixar a hospital - o Cantídio, que é o nosso médico, do Senado, pode dizer sobre isso -, assim, em pânico, porque eu sentia aquelas coisas que eu nunca senti, e tal, e quantas vezes ele, meu filho, que também está aqui assistindo, levantavam, para ir para o hospital comigo e tal, para ver a pressão, coisa que eu nunca tinha tido. Então, diante daquilo, ele falou: "Não, não vou deixar você sozinha nessa, Regina. Se você tem que fazer, se você tem que fazer, eu vou fazer com você, e as conseqüências eu vou assumir com você". Mas ele também não sabia como fazer. E tínhamos que ter acesso, porque esse computador, embora agora a gente tenha sabido que ele tem tantos furos, tantas possibilidades, não sabíamos, não sabíamos. Quando iniciei a administração, ele já estava lá e, sabe, a gente sempre teve uma preocupação tão grande com a segurança em relação ao meio externo, que se investiu em uma tecnologia **firewall**, que impede invasão de **hackers**, de coisas dessa natureza, para nos protegermos contra o meio externo. Mas contra os próprios servidores não tinha isso, não há essa cultura dentro do Prodasen de ter que criar proteção, porque há uma cultura de responsabilidade, de ética, de confiança, de saber lidar com dados confidenciais. Não sabíamos, eu não sabia. Se soubéssemos que esse sistema tinha tanto furo, ninguém ia pelo caminho mais complicado, deixando tantos rastros por aí, mas teria ido por aquelas maneiras fáceis que falaram, de sentar, fazer, operar e sair. Realmente, não tínhamos idéia disso.

Com quem tínhamos de falar? Com a pessoa que toma conta do espaço, com o chefe do espaço, porque a coisa é circunscrita ali. Ele tem senha, tem chave da porta, sabe a operação da coisa, embora soubéssemos que ele não era técnico para mexer naquilo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 11
19.04.2001

Fomos procurar o Heitor Ledur. O Heitor tem origem militar e tem um temperamento muito assim "cumpra-se, é ordem, e vamos lá". Chegamos para ele e explicamos. Ele ficou embasbacado. Ainda teve um detalhe: chegamos na porta da casa do Heitor, e ele estava na Festa dos Estados. Tivemos de esperar. Por ali, havia um restaurante na rua, sentamos e ficamos esperando para conversar com o Heitor, que concluiu que tínhamos que chamar o gestor do contrato, porque ele é que teria como dizer quem teria a idéia. E a mesma coisa acontecia: o gestor do contrato e todos que chegavam perguntavam "mas, vamos fazer?" "Como?" "E se não fizer e se fizer?"

Era preciso chamar a empresa. Concluiu-se que, como foi um pacote contratado, tinha de chamar alguém que participou da elaboração do **software.** Recentemente, há um mês, havia-se mudado de empresa e havia um rapaz que era da outra empresa, que estava **ad hoc** e que se lembrou que ele conhecia. O nome dele é Gazolla. Não sei o nome inteiro. Seria a única pessoa que podia chegar, com aquela rapidez, e dizer "É aqui. O jeito de fazer é aqui, tem de mexer nessa rotina".

Chamamos o menino. Eu não participei daí por diante, porque eles vieram encontrar-se com ele aqui, e fui para casa aguardar. Assim foi feito. O tal Gazolla veio, mostrou como era, junto com o Ivar.

Tivemos o cuidado de salvaguardar o Prodasen. Entre nós sabemos que foi um pedido, foi uma ordem, ninguém vai contar, ninguém vai denegrir o Prodasen por isso, mas para uma pessoa de fora não podemos dizer que se vai fazer isso. O cara vai pensar o que do Senado? Não podemos. Então, teria uma versão para essa pessoa. Falaríamos para ele que era para segurança de sistema, para segurança, pois podia dar um problema na hora de votação e tal. E contamos para ele essa história. No caso, os meninos contaram, mas eu contei depois. Vou relatar que tive um contato com ele mais tarde.

Ficou pronto, mas tinha trazer para introduzir na sala de votação. Isso era de manhã, era complicado, havia muita segurança, porque era um dia especial. Quando foi de manhã, eles entraram – é tudo terrível, é terrível estar contando isso, mas é verdade, aconteceu – mexeram, instalaram...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Isso foi à noite?

A SRª REGINA CÉLIA PÉRES BORGES – Não, de manhã, no dia da votação. Durante a noite, preparou-se e, de manhã, instalou-se e deixou-se o Heitor depois fazer a operação normal. O que mudava era só que haveria o voto, mas não faria o registro do encontro do voto com quem votou, e tinha de eliminar alguma coisa que permanecesse vinculado, gravado ali para, depois, poder tirar aquela informação.

E assim foi. Mais tarde, depois que acabou a votação e serenou o Plenário, voltou-se lá, pegou-se o disquete, tirou e se transcreveu. Nisso aí eu estava presente. Até num depoimento eu disse isso, na hora do afogadilho falei que peguei, mas eu estava presente. Levou-se para um micro, e onde estávamos só o Ivar e eu, ele passou o disquete, tirou, pegamos com o compromisso de não olhar o que estava escrito – com a preocupação até de não olhar –, botamos num envelope pardo. O papel era uma folhinha de 6cm, uma folha de papel ofício. Sem timbre sem nada. E só assim: nome, voto, nome, voto, nome, voto.

Pela manhã eu tinha ficado... Não falei isso, mas infelizmente vou ter que introduzir algumas outras informações porque estou sendo checada. E veja bem,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 12
19.04.2001

cumpri ordem e não vou deixar quem está debaixo de mim ficar descoberto e dizer também que foi ele, problema dele e de quem pediu para ele. Não vou. Não vou. Fui eu. Fui eu quem pedi para ele. Então vou bancar até as últimas conseqüências e vou dizer: fui eu. Então, fiquei de, pela manhã, dar um retorno - esse dado eu não tinha falado, estou acrescentando – ao Senador Arruda, se seria possível, se dava para ter feito, como é que foi a madrugada, o que foi. E tenho dúvidas... Acho que liguei, acho que foi por telefone que liguei e falei que tinham feito e que à tarde seria entregue o relatório. Ah, e ele tinha me dito que seria entregue ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele me disse que eu entregaria ao Senador.

Antes de ficar pronto, recebi um telefonema, deve ter sido dele porque não ia botar intermediário, dizendo, perguntando, eu lembro que tive uma cobrança à tarde. Não tinha dormido aquela noite, foi um dia conturbado. Mas eu me lembro que recebi uma cobrança. Se já estava... Oh, gente, tem que esperar o plenário não ter ninguém porque é um negócio complicado. Aí, quando o plenário ficou vazio, que se pôde fazer, eu liguei que já estava com a lista. Mas quando ele me disse como era para eu tratar a lista, me deixou angustiada porque é horrível, não tem justificativa, mas uma ordem do Presidente da Casa... Agora, eu não queria botar em dúvida a palavra do Senador, mas, não vou entregar para o Presidente? Como é que fica? Mas era para entregar para um assessor dele chamado Domingos, uma pessoa até que, nesse sufoco todo eu tive que conversar tantas vezes com ele, que acabou sendo a pessoa que ficou também no meio do sufoco e que passei a admirar. Uma pessoa dócil, amável, e tudo, que era o Domingos, que ia esperar lá. Fui. Quando cheguei, era na frente da Biblioteca, eu ainda fiquei preocupada porque tinha um movimento de festa, não sei se estavam filmando. Sei que senti algum desconforto ali na frente, no lugar que era. Entreguei. Mas acho que ele pressentiu a minha preocupação da origem, do destino da lista e falou para mim: "Pode ficar tranqüila que isso aqui vai conforme o Senador falou". Entreguei e fui. Angustiada, ainda fiz comentários com o Ivar.

Gostaria de voltar um pouco. Quando me reuni com o pessoal do Prodasen para falar sobre a missão, à noite, debaixo da casa do Heitor, não omiti nada de como tinha sido o pedido. Quero até, para o bem da verdade total, dizer que quando, depois, falei sobre isso com o Senador Arruda, para não lhe causar uma preocupação adicional no meio dessa confusão tão grande, que ele me perguntou: "Mas só quem sabe que eu participei foi o seu marido?" E eu falei: "Só". Porque eu tinha plena confiança nos rapazes e não ia botar mais coisa na cabeça, não é? E falei: "Só o meu marido". Mas não foi. Na verdade, desde o primeiro momento, os três envolvidos sabiam exatamente que eu estava acabando de sair da casa, de quem era o pedido, tudo. E todo mundo assim ansioso e sabendo cada passo. Inclusive quando eu... "Entregou, Regina?" "Entregou?" "Entregou para quem?" "Mas, Regina, será que você tem certeza?" Porque, por exemplo, para o Heitor, que segue ordens militares, uma coisa é uma ordem do Presidente, outra é de um Senador. Então, notei uma preocupação geral em relação àquilo. E falei: "Não, vamos aguardar. Vamos aguardar." Não, na pior das hipóteses, no dia seguinte eu iria lá e perguntaria para o Senador. Era meio chato botar em dúvida a palavra do outro, mas... É uma coisa meio complicada.

Quando cheguei em casa, daí a pouco, recebi um telefonema do Senador Antonio Carlos Magalhães. E ele fazia menção à lista: "Valeu", alguma coisa assim.

O Senador é meio seco nas suas colocações, rápido, não é de muita conversa; mas houve esse telefonema fazendo referência, agradecendo a lista.

Bom, passou dali, queríamos esquecer que o assunto aconteceu. Eu jamais imaginaria que passaria...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, acredito que todos nós estamos com a sensação de que a Srª Regina falou muito brevemente e muito baixo o conteúdo do telefonema do Senador Antonio Carlos. Então, eu agradeceria se pudesse especificar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria aos Srs. Senadores que fizessem, cada um à sua maneira, anotações. Vamos ouvir a depoente e, depois, será dada a palavra aos Srs. Senadores. Dadas as circunstâncias e até o próprio estado com que ela começou o seu depoimento, eu gostaria que deixássemos que ela terminasse o seu depoimento para, depois, tirarmos as nossas dúvidas ou buscarmos os esclarecimentos que cada um dos Srs. Senadores desejarem.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Senador Romeu Tuma me pede para esclarecer os dois telefonemas. Primeiro, quem teria ligado cobrando a lista no dia. Isso foi o Senador Arruda ou por parte dele; e quem ligou à noite, agradecendo, fazendo a menção: "Valeu"! Não é bem a expressão dele, mas, por aí, como se tivesse agradecendo ter chegado lá. Isso foi o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Não falamos mais no assunto, pensando que apenas restaria a nossa angústia de ter feito; mas passou algum tempo e, um belo dia, surge uma notícia - fiz um roteirinho rápido aqui; deixa eu ver se pulei alguma coisa. De repente, surgiu uma notícia sobre o voto da Senadora. De lá para cá, começou o nosso calvário, porque começamos a viver um momento de muita angústia, sabendo da gravidade do problema, sabendo mais envolvimentos. E agora? Mas por quê? Como conta? Sabe, é uma coisa muito difícil.

A Senadora, então, me mandou um ofício. Ela me fez dois pedidos, de forma que me facilitou a resposta para eu não mentir demais e também não deixar de responder. Ela me perguntava, mais ou menos, sobre se tinha havido uma pane, algum problema no sistema no dia e se esse sistema poderia tirar os votos. Eu dei uma sofismada ali, tenho que confessar. Respondi que não houve pane e que desse sistema – que, naquela altura, era o sistema mesmo, que é o que está – não tinha como tirar os votos, como, realmente, normalmente, ele não tem como tirar; que ele não tinha como tirar.

Mandei essa resposta, e ela a divulgou. Mas, pronto. Já estávamos no caminho de ter que mentir, de ter que segurar essa onda.

Aparentemente, a coisa tinha parado por ali. De repente, surgiu uma outra - eu estava até num evento do Interlegis, em Santa Catarina - notinha, se não me engano na **IstoÉ**, citando uns votos de mais alguns três Senadores. Aí nós vimos que aquilo ali poderia nos dar problemas. A partir daí, era comum os servidores do Prodasen me procurarem, as pessoas envolvidas, angustiadas; muitas vezes, desesperadas, querendo saber como é que iria ser, como é que iriam fazer, e eu segurando ali.

No dia que saiu, fui procurar os dois Senadores. Quando procurei o Senador Antonio Carlos Magalhães, perguntei: "Senador, o que houve, o que é isso?" Ele disse: "Ah, isso aí foi coisa do Arruda, não sei o quê"! Ele me deu uma resposta

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 14
19.04.2001
1614

meio assim. E quando procurei o Senador Arruda, ele falou assim para mim: "Isso aí não sei o que é. Agora, isso tem que ser sigiloso até sob tortura". Usou esta expressão: "até sob tortura". (Risos no recinto) Sinto muito, é horrível, mas tenho que contar, tenho que dizer o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, sem dúvida.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nesse momento, senti o peso que estava em cima de mim. Quer dizer, qualquer problema, fui eu. Mas, se fosse só eu, não haveria problema, eu iria segurar de algum jeito, negar isso aí. Porque vamos analisar uma coisa: vejam bem, é lógico que chega um momento, a gente errou ali atrás, mas então vamos falar a verdade agora e ficar livre do erro e assumir a culpa e tal. Mas, vejam o que estava envolvido no processo. Eu sabia que eu estava aqui, um Senador, outro Senador, o nome da Senadora Heloísa Helena, um Senador cassado, a imagem do Prodasen, a sanção que viria para os que estão abaixo de mim – para mim também, mas especialmente para os que estavam abaixo de mim –, a imagem da instituição, isso que está acontecendo aqui. Tudo isso eu antevia e falava: não tem jeito, não, agora é tocar o bonde. Mas, o "nem sob tortura" é até certo ponto, depende de quem vai levar a tortura. Fiz um comentário outro dia com uma pessoa, que é o seguinte – com todo o respeito que tenho a todos os Srs. Senadores, que são figuras máximas, das figuras mais expressivas do nosso País: acho que tem o papel que a gente faz aqui na Terra, do ponto de vista do trabalho, de exercício político, de missão religiosa, ou seja lá o que for. Mas há o ser humano. E quando a gente fala nele, perdoem-me, mas não consigo achar que um é melhor do que o outro. Não consigo. E quando falo em honra ou na imagem, no conceito, o conceito do Heitor, para mim, não é um conceito que mereça menos importância do que o conceito de um Senador. Ele é um ser humano como outro, ele não se tornou um Senador, mas ele também tem que ser preservado perante à família, os filhos, à sociedade, à imagem, o conceito dele. O limite para eu segurar isso era o limite disso estourar na mão desse pessoal. Avisei que esse seria o limite. Bom, quando a coisa... E aí deu uma acalmada, foi até o fim do ano. Quando chegou o fim do ano, falava-se assim: Ah, a Regina queria ficar, tinha padrinho, tentando segurar e tal. Não é verdade. O que aconteceu – isso até tem pouca relevância, mas, vou dizer. Acho o rodízio salutar, tenho meu tempo para aposentar, eu estava precisando relaxar um pouco, depois de tanta tensão, tanta dificuldade, então, quando houve aquela eleição no Prodasen este ano, declinei de participar. No dia da apresentação do debate, expliquei para os meus colegas que eu estava me despedindo, que eu só esperaria encerrar a administração do Senador – isso foi no final do ano passado, isso independente de quem fosse assumir –, mas que eu não tinha mais a pretensão de estar presidindo o Prodasen na outra gestão. Tanto assim que eu estava, desde a posse da nova Mesa, com a mesa pronta, já tudo vazio, esperando o Senador designar o novo servidor para ocupar meu lugar.

Só que, nesse momento, surge aquela bomba. Um amigo nosso, colega do Prodasen – que até está em pé ali, ele trabalha aqui em um dos gabinetes –, chegou, telefonou para mim e falou: Drª Regina, tem uma confusão tão grande aqui, estão falando que violou computador, estão falando o nome da senhora – Arimatéia, não é? E assustado, assustado! Criou-se um pânico no Prodasen. E eu sabia o que representava aquilo, e tinha que representar ali um papel e segurar a onda e tal. Dali a pouco, vem a **Folha de S. Paulo** e me telefona, fala que tinha a notícia de que eu

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 15
19.04.2001

havia entregue a lista, e eu tinha obviamente que dizer que não, evitar a imprensa para não ter que mentir repetidas vezes. O Senador Antonio Carlos logo em seguida viajou para Miami, e eu me vali de procurar o Senador Arruda para ver. E agora? E agora? Porque a Unicamp fechou o computador, estava lá. É lógico que uma coisas dessas se faz tentando voltar à situação anterior, mas sabe-se também que esses computadores de última geração, com todos os recursos que se têm hoje, é muito fácil de se fazer uma reversão e recuperar coisas antigas. Foi uma coisa feita numa madrugada, correndo, no afogadilho, a possibilidade de isso ser identificado era muito grande. Outra coisa: esses técnicos todos teriam que falar, esse rapaz que foi chamado, que nem é do Prodasen, a gente nem conhecia bem a fibra dele para agüentar uma situação dessas. Era muita variável em jogo.

O primeiro dia que sentei na Comissão com meus colegas do Senado eu depus chorando, porque era duro mentir ali para eles, mas tinha que mentir, tinha que seguir e falei que ninguém me deu ordem para violar o painel e tal. Além do mais, eu tinha que apoiar cada colega que ia, para que também todo mundo trabalhasse do mesmo jeito e seguíssemos a mesma orientação.

Logo de cara, procurei o Senador Arruda, conversei com ele sobre a situação, a orientação era essa mesma: tínhamos que manter o silêncio em relação à coisa, segurar os meninos e tal. Eu tinha apreensão quanto à Unicamp. Quando chegou o Senador Antonio Carlos Magalhães, eu fui a ele, e disse: olha, Senador, tenho duas grandes preocupações: se a Unicamp.... Eu tenho uma preocupação maior. Bom, duas, uma, qualquer desses técnicos que chegue lá e resolva contar, não querer assumir isso, e dizer: por que que vou? E contar. A outra era a Unicamp descobrir. Aí não tem jeito. Disse: não tem jeito. Aí o quê? Descobriu! Está aqui! Foi feito e tal. Vou dizer que foi o operador? Não tinha jeito. Então, até de tudo que disse para ele, ainda disse: pô, Senador, o senhor podia parar de brigar um pouco para poder ver se maneira essa pressão em cima desse computador de votação. Ele pegou e disse: em relação à Unicamp não posso fazer nada e se brigo é questão de princípios. Deu-me essa resposta. Eu tinha que torcer para que a Unicamp não achasse nada. Assim foi. Cada depoimento... Procurei esse Gazolla, conversei com ele. Quando falei com ele, expliquei, continuei mantendo, mas lógico que ele não é idiota, não acreditou, fingiu que acreditou, que era por segurança do sistema que ele fez aquilo, que foi coincidência o Senador ter falado, mas que não houve lista. O menino teve tanto medo de mim no dia que fui procurá-lo, acho que ele estava tão apavorado com o que estava acontecendo que ele nem queria se aproximar de mim. Acho que pensou: acho que esse povo está me envolvendo nesse rolo. Mas eu precisava dar um apoio, conversar com ele. Tínhamos uma apreensão sobre o depoimento, ele foi e depôs, e depôs como os outros.

O mais V. Exªs sabem. Veio o primeiro laudo, que dizia que tinha falhas, furos, aí até uma coisa que a gente descobriu. Então se alegou furos, se alegou que se dispensou lá não sei onde uma empresa. Tudo isso não tinha nada a ver com o caso, mas aquilo ali parecia que passaria por isso. Gosto da mentira? Não gosto, mas era tão horrível pensar em passar por isso que a gente queria realmente chegar lá. Bom, quando, na semana passada....

Fiz muitos contatos ao longo desse tempo com esse assessor do Senador Arruda, que era o interlocutor, o Domingos, para ver como as coisas estavam indo. O Domingos conversou comigo várias vezes ao longo desse tempo.

FLS. Nº 1616

Depois, na Semana Santa, eu dei um telefonema para um dos membros da Comissão, assim amistosamente - o Amorese é uma pessoa que conheço, todos são colegas da Casa -, perguntando: quando é que vai sair esse laudo? Essas coisas deixam a gente muito aflita. Ele falou: Olha, Regina, a Unicamp resolveu se aprofundar, está com os **winchesters** pendurados, e ainda falou: os HD estão todos pendurados, estão lá aprofundando, aprofundando. Esse dia me deu uma intuição que a coisa ia desaguar no que desaguou.

Passei a Semana Santa extremamente angustiada, porque senti que...Quando foi na sexta-feira de manhã, saí para levar a minha empregada no hospital, porque ela estava com uma suspeita de gravidez tubária, quando estou no caminho me chamam aqui. E pela voz do Dirceu, eu sabia que tinha sido descoberto.

Eu entrei, e o Dirceu botou assim na frente, conversou que a Unicamp, pá, pá e botou o laudo. Quando eu olhei e vi ali exatamente o que tinha sido feito, com riqueza de detalhes, eu pensei em tudo. Meu Deus e agora? Mentir o quê? Falar que não é? E as pessoas que vão ser envolvidas e os prejudicados? E agora, o que eu faço? Aí interrompi e falei para ele: Dirceu, diante desse laudo, eu teria a possibilidade de voltar, assistida de um advogado, suspender esse depoimento? Eles falaram: teria, você tem. Mas acho que tem uma informação que a gente tem a obrigação de colocar para você antes de você fazer isso. O Heitor Ledur veio aqui e depôs imediatamente antes de você e já nos relatou que foi ele que abriu, que fez, que recebeu ordens expressas, foi assim, assim. Confirmo...

Chegou no ponto limite que desde o momento eu tinha falado. Eu jamais diria: é problema dele, ele que se vire e que arrume. Deve ser interesse de alguém aí com ele. Eu nunca dei essa ordem para ele e tal. Não teria a possibilidade de fazer isso.

Foi só nesse limite que eu fiz. Vocês sabem por quê? Porque eu estar aqui hoje prejudicando os Senadores, para mim, é uma coisa muito dolorosa, porque, na medida em que eu fui cúmplice, eu poderia ter dito não lá. Se eu não fui, passei a ser cúmplice. E eu não dizer não naquela hora e, depois, num dado momento, abrir, prejudicá-los, se eu também participei, eu nunca faria. Só fiz porque eu tinha um limite. É uma pirâmide hierárquica que eu estava no meio dela. Daqui para cima eu segurava todo o peso que fosse preciso, mas daqui para baixo, eu tinha um compromisso com os meninos que eu não deixaria cair e não deixei.

Agora, eu fiz um relato conciso lá. Estou me sentindo cada vez mais em dificuldade, pela posição que o Senador – entendo a posição dele, claro cada um tem que adotar a sua defesa... Na véspera, assim logo que acabei o depoimento, liguei ainda emocionada para o Domingos e falei com ele: Domingos, olha, quero inclusive que você peça para o Senador Arruda avisar ao Senador Antonio Carlos Magalhães. A situação é esta: acabei de falar tudo na comissão, porque eu não tinha mais como segurar. Aí o Domingos, notei que ficou assim apavorado e até me dando a entender que eu não podia ter feito, falando que eu não podia ter feito, que tinha que ter uma saída e tal. Quando foi mais tarde, ele me ligou e falou: o Senador vai negar. Como é que você fica aí? Eu não sei, vamos ver. Ele tem o direito. Agora é cada um por si, cada um vai adotar o seu caminho e cada vai sair do jeito que der. E eu não tenho outro, já estou no meu e agora vou em frente. E é dentro desse caminho que estou aqui.

Acho que era o que eu tinha a dizer.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 17
19.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, por gentileza, há vários inscritos. Por ordem de inscrição, o Senador Jefferson Péres é o primeiro.

Antes, concedo a palavra ao ilustre Relator, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Drª Regina, a senhora falou sobre o seu relacionamento com o Senador Antonio Carlos Magalhães: era um relacionamento muito respeitoso e que adveio principalmente da sua nomeação para o Prodasen; era uma pessoa de diálogo não muito fácil, uma pessoa de diálogos curtos, objetivos, cuja presença tem uma certa característica intimidadora. É isso mesmo? É uma pessoa com quem se cria sempre um certo constrangimento de procurar?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Às vezes, até misturado com afeto, mas um temor. Ele gera isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Um afeto misturado com temor.

Por exemplo, ao receber o pedido do Senador José Roberto Arruda, em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães, não lhe moveu o impulso de procurar o Senador Antonio Carlos Magalhães para conferir?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Como ele disse que eu entregaria, eu achava que ali seria o momento em que seria constatado. O meu constrangimento era colocar em dúvida a palavra do Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Entendo.

Drª Regina, como foi o seu relacionamento com o Senador José Roberto Arruda? Como é? Como tem sido?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Conheci o Senador José Roberto Arruda – não falo de mídia, mas pessoalmente – aqui, quando ele Senador, especialmente depois que passei a dirigir o órgão. Tem alguns Senadores com que temos um relacionamento mais distante; com outros, têm mais circunstâncias de contato. Mas não é um relacionamento de amizade, de ele freqüentar a minha casa, eu, a dele. Ele nunca foi ao Prodasen. Assim, em solenidade, por exemplo, agora, no Interlegis, ele estava presente na inauguração, mas ir ao Prodasen, para tomar um café, bater um papo... Assim como quase nenhum Senador vai, se não for de uma situação específica. É um relacionamento amistoso. O Prodasen o atendia sempre que ele necessitava de alguma coisa.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Era um acesso sempre mais fácil do que com o Senador Antonio Carlos Magalhães?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso, em relação à maioria dos Senadores, é mais fácil. Eu sempre dizia que, quando eu ia despachar com o Senador...O Prodasen é presidido por um Conselho de Supervisão e é um membro da Mesa que preside o Conselho de Supervisão do Prodasen. No caso, o Presidente do Conselho era o Senador Ronaldo Cunha Lima. No impedimento do Senador Ronaldo Cunha Lima, foi o Senador Geraldo Melo. Então, os despachos, basicamente aquilo que extrapole a esfera do Prodasen vai para o Conselho; a rotina do Prodasen vai para o Conselho. Agora, se tem alguma coisa bem específica, muito estratégica, aí temos de levar ao Senador Antonio Carlos Magalhães - se for caminhos estratégicos e tal. Então, sempre que ia despachar com ele, eu me sentia extremamente constrangida, porque eu ficava competindo lá com Ministros, Senadores, Governadores; então, até o próprio acesso era difícil. A gente ia com uma listinha, mas sabia que tinha de esticar rapidinho para sair, porque estava atrapalhando a agenda.

Então, de um modo geral com os outros Senadores, era mais fácil do que despachar com ele.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não obstante isso, a senhora nunca se valeu, por exemplo, da intermediação do Senador Arruda, para tratar qualquer assunto com o Senador Antonio Carlos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Que eu me lembre, não.

Quando houve a minha nomeação, foi feito um livrinho com a proposta, o plano de trabalho do Prodasen. Até tenho cópia dele, inclusive com o gráfico com o resultado da votação dos servidores. Isso foi encaminhado a cada Senador, e eles procuravam o Senador Antonio Carlos, levavam, e o Senador Arruda, num caso desse, também foi um dos que deram esse apoio.

Agora, como rotina, eu me valer, não. Não tinha essa rotina.

O SR. ROBERTO SATURNINO – A senhora tinha conhecimento... Ao responder ao Senador Arruda que não era possível obter a lista, havia convicção, a senhora sabia que era possível? Alguém já lhe tinha...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, qualquer sistema de computador – pode haver um menor ou maior grau de dificuldade. Mas se o computador não pudesse fazer com que a gente alterasse, nós passaríamos a ser reféns dele, em vez de ele ser refém da gente.

É óbvio que a gente sempre tem como alterar. Agora, há os níveis de dificuldade para alterar. Eu não sabia qual era o nível. Eu não sabia se era uma saída. Às vezes, é um relatório normal do sistema, que tem essa alternativa para uma emergência de sair. Ou se teria de fazer um programa adicional, o que seria... Eu não tinha idéia. Fiquei sabendo depois. Mas, na hora, tive aquela tendência de dizer "não tem jeito", para tentar evitar pela dificuldade técnica.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E todos os contatos com as pessoas que depois executaram a transformação foram naquela mesma noite, véspera da votação?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Os primeiros, para viabilizar.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Isso.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Para viabilizar foi o que tinha de ser. No outro dia, era a votação.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Isso tudo por volta de 11h da noite...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi a noite inteira. O Ivar deve ter chegado em casa umas 4h, imagino, e tinha de voltar às 6h, eu acho, para poder estar aí, entrar...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas onde? Em que local eles estavam reunidos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eles pegaram no Prodasen para fazer a alteração... Para entender o programa, entender e preparar, mas tinha de ser introduzido...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Implantado no Senado.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – No Senado, e só de manhã, na hora em que abrisse.

O SR. ROBERTO SATURNINO – No Prodasen, eles não tinham dificuldade nenhuma de entrar, porque...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 19
19.04.2001

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, no Prodasen, não, porque trabalhar de noite lá é rotina.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Agora, Drª Regina, quanto a esses telefonemas, o telefonema do Senador Arruda para a senhora pode ter sido... A senhora já estava em casa, entre 8h e 9h, aproximadamente, naquele dia.

Agora, a senhora disse que, de manhã, depois que foi feita a modificação, a senhora ligou para ele para dizer que tinha sido...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu assumi o compromisso de dar um retorno.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E ligou para onde, já para o Gabinete dele no Senado?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Aí eu vou ter dificuldade. Devo ter ligado do meu celular, agora, não sei se liguei para o celular dele ou para o Gabinete.

É difícil, um ano depois.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eu entendo. Mas a senhora falou pessoalmente com ele?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu falei com ele.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não foi com assessor?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu falei com ele.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Deu notícia de que o serviço estava feito?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Parcialmente, porque aí seria a votação.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E depois, pela tarde, após a votação, ele ligou para a senhora para perguntar, cobrar o resultado?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É. Houve essa ligação, que acredito tenha sido ele, porque eu acho que ele não tinha colocado essa intermediação do Domingos, porque, depois, basicamente quem falava comigo era o Domingos.

Mas eu acho que foi ele, porque ele não colocou mais ninguém, além do Domingos, nessa história.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E deve ter sido para o seu celular também?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - É possível que tenha sido para o meu celular também, Senador. Eu estava no Prodasen, trabalhando, mas não tenho segurança para responder.

O SR. ROBERTO SATURNINO - E o telefonema do Senador Antonio Carlos Magalhães também já foi para a sua residência ou para ...?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Para a minha residência.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Aí, então, mais tarde, ...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Na noite do dia seguinte.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Ele pessoalmente?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Bem, deve ter tido uma intermediação ali.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Não, mas ele falou pessoalmente com a senhora?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Falou pessoalmente.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 20
19.04.2001

FLS. 1620

O SR. ROBERTO SATURNINO - Agora, após a explosão do noticiário, a partir da notícia da **IstoÉ**, a senhora teve vários encontros pessoais com o Senador Arruda para perguntar o que iriam fazer e traçar uma ...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Com ele, alguns; mais, com o Domingos.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Mais com o Domingos. E alguns com o Senador Antonio Carlos Magalhães também.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Com o Senador Antonio Carlos, consigo até precisar; talvez com o Senador Arruda, também consiga.

No dia em que fui exonerada, o Senador Antonio Carlos ficou chateado, estava em Miami e me deu um telefonema, em solidariedade pela minha exoneração. Nesse dia, ele me fez uma pergunta, que soou como uma preocupação - assim entendo, como administrador que era -, sobre a história da empresa. Ele me perguntou: "Por que essa história de descontratou uma empresa e contratou outra?" Eu disse: "Senador, não tem nada a ver. Aquela empresa, terminou o contrato dela. O computador não ia bem, como ficou constatado aí, com a avaliação do computador, e, uma vez findo o contrato, pegou-se um contrato de emergência para se fazer a licitação de outro."

Então, não tinha nada a ver uma coisa com a outra, porque ele estava preocupado com aquela história. Bem, então, houve esse telefonema. Ele chegou em Brasília. Na segunda-feira que ele chegou, fui ao seu Gabinete e conversei com ele. Foi até um dia que a **IstoÉ** veio, tirou um monte de foto, e uma pessoa da **IstoÉ** falou comigo.

Tentei, durante esse período, evitar a imprensa. Até, agora que a imprensa está aqui, gostaria de fazer menção. Tenho extremo constrangimento em evitar de falar e tudo, mas essas coisas são tão delicadas, são tão já sofridas, cada palavra, cada coisa, representa desdobramentos tão complicados, que, realmente, a minha posição tem sido evitar. Porém, nesse dia, eu fui pega. A **IstoÉ** fez uma série de fotos e me fez algumas perguntas. Isso, na segunda-feira.

Depois, tive uma outra oportunidade de falar com ele. Foi quando falei muito da minha preocupação do Relatório da Unicamp, e ele disse: " Unicamp, eu não tenho. Como é que eu vou fazer com a Unicamp?" E quando disse: "Sr. Presidente, o Senhor podia parar de brigar um pouco." Aí ele falou para mim: "Olha, quando eu brigo, é questão de princípios."

Outro dia, quando saiu uma coisa que, a rigor, não tinha nada a ver com o que tinha sido feito, mas parecia que era um indício. "Ah, apareceram resíduos de um arquivo", mas aquilo era uma rotina normal que foi feita, de retirada do nome do Senador Luiz Estevão, da senha dele, da cadeira do plenário, um arquivo **excel** que retirou a cadeira.

Então, quando isso não era, dava aquele alívio. Aí chamei os meninos para entender o que tinha sido feito e levei ao Senador - ele já estava saindo, pegando o carro. Conversei com ele ali na porta, e ele ainda disse: "Conversa com meu Chefe de Gabinete, com o Marco Antônio, e explica para ele."

O Marco Antônio explicou. Parece até que Fernando Mesquita entrou em contato com a **IstoÉ**, para explicar o que tinha acontecido naquele episódio, porque aquele não tinha vinculação nenhuma com o problema maior.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 21
19.04.2001

O SR. ROBERTO SATURNINO - Com o Senador Arruda, a senhora disse que teve vários encontros pessoais também, de manifestar preocupação?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Pessoais. Logo que estourou, o Senador Antonio Carlos ainda estava em Miami, eu me encontrei com o Senador. Ele estava indo, talvez, para uma formatura. Perto da UnB não existem umas tendas, assim, onde fazem eventos? Outro dia fui a uma formatura lá. Então, ele me pediu que me encontrasse com ele, sempre o Domingos participava, foi logo que aconteceu. Então, conversamos a respeito da questão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A senhora e quem? Podia explicar melhor?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Fui eu, e estava com ele o Domingos, que o acompanhava. Nesse dia, até, ele deu um telefonema para o Fernando Mesquita, ali na hora, demonstrando alguma solidariedade, preocupação com o Senador Antonio Carlos, mas não entrou no mérito dessa história, não. Houve esse telefonema ali e lembro-me dele falando alguma coisa com o Fernando Mesquita. Então, esse dia foi uma das vezes. Foi logo de cara. Nesse dia o Senador estava viajando. Depois, houve um dia - esse é o que mais tenho na minha memória - uma noite, novamente na casa dele. Combinamos com o...

O SR. ROBERTO SATURNINO - A senhora foi à casa dele?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Fui lá, o Domingos também, e se conversou sobre... Porque imaginem o estresse que isso foi. Todo dia havia uma notícia diferente: vai descobrir, não descobriu, vai falar, vai depor, achou um resíduo, achou não sei quê, e agora? Para quem estava aqui, feito sanduíche, no meio, era um ginástica diuturna. Foi um calvário mesmo e ainda fazendo uma coisa que me agride muito, que é não poder falar a verdade. Então, nesse dia conversamos.

Depois, houve um dia, acho que era um sábado, assim, não sei se era no começo da tarde ou no fim da manhã, em que estive na casa do Senador Arruda.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Outra vez?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Outra vez. Acho que foram duas vezes na casa dele, depois do episódio. Nesse dia, até, eu achei que houve uma coisa interessante, porque houve um dia em que tive meio que a sensação de que ia ficar sozinha na história, como estou. Então, fiz alguns comentários para o Domingos. Falei-lhe: olha, eu não sou idiota, não, viu? Eu estou guardando aqui minhas coisas, e tudo, e se acontecer alguma coisa, não vou ficar sozinha nisso, não.

Nesse dia em que fui falar na casa do Senador Arruda, nos sentamos na sala para conversar, e eu com a bolsa, então - não sei, é ilação minha que ele tenha pensado que eu podia estar gravando alguma coisa - ele falou assim para mim: "Não, vamos sentar aqui no escritório." Então, fomos eu, ele e o Domingos para o escritório. Nos sentamos lá e ele falou assim para mim: "Ah, eu vou fazer o seguinte: só para organizar melhor as minhas perguntas, eu vou fazer por escrito. Eu faço a pergunta e você discorre sobre ela."

Eu notei, nitidamente, que ele devia estar preocupado de eu estar gravando, para fazer por escrito.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Como é? Ele não dizia as perguntas? Ele lhe apresentava as perguntas por escrito?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ele escreveu e brincou assim comigo: "Isso é mania de engenheiro." Aí eu brinquei assim com ele: mistura de engenheiro com detetive?

Aí, quando eu notei aquilo, ele atendeu o telefone, peguei a minha bolsa, levei à sala, voltei e comentei com o Domingos: deixei a bolsa lá, porque se o Senador está preocupado de eu eventualmente estar gravando alguma coisa, ele pode ficar à vontade. Voltei e continuei a conversar com ele sobre as coisas.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Quais coisas?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eram triviais.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Como?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Triviais, sobre o processo. Sempre eram preocupações sobre a próxima etapa, quem ia depor, quem ia falar, sabe?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sobre o andamento do inquérito?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É. Acho até, eles tinham a óbvia preocupação de manter todo o pessoal envolvido apoiado, porque era uma coisa complicadíssima mesmo. Era muito complicado.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas nessas conversas nunca ocorreu, nunca chegou o momento de a senhora dizer assim: "E, de repente, se isso tudo for descoberto, como é que eu vou ficar?"

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu falei muitas vezes, especialmente para o Domingos, que era com quem eu conversava mais: olha, eu tenho o limite de não prejudicar o meu pessoal. Eu tenho o limite de não prejudicar o meu pessoal. Isso eu sempre falei com a eles. Esse Heitor Ledur, teve um dia em que parecia que ele ia ter um ataque de nervos. Eu e o Ivar nos encontramos com ele e ele estava num nervoso que eu falei: meu Deus!

Olha, teve dia de eu distribuir Lexotan para a galera, porque era... sabe? Eu falava: meu Deus, vai ser.... Era muita pressão.

Um dia, procurei o Dirceu, porque tinha havido um depoimento, e o Dirceu foi firme com o Ledur, porque a coisa estava se afunilando muito em cima dele, mas, no fundo, era como se eu dissesse: "Não aperta ele, entendeu?" Porque ele não tinha nada com isso.

O SR. ROMEU TUMA – Quem?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Heitor Ledur.

E eu tinha medo de acontecer uma coisa, de ele ter um troço, não resistir. Sabe, aquela pressão. Então, procurei o Presidente da Comissão, que está ali, não me deixa mentir, e falei: "Olha, não acho direito pressioná-lo desse jeito, para responder e tal." Porque, olha, uma coisa que imaginei do Heitor Ledur, muito difícil, por quê? Ele tem um temperamento militar, de cumprir ordens. Só que, quando ele cumpriu ordens, ele tinha na sua cabeça: "Estou cumprindo ordens do Senador Antonio Carlos, passando por um outro Senador, passando pela Diretora, e estou cumprindo ordens. Então, estou cumprindo ordens."

De repente, mudou o Presidente, mudou a Diretora, não havia mais aquele Diretor, ele era o cara que tinha a senha, que tinha a chave e que ia sobrar era para ele...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ele que abriu a ...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ele que abriu.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 23
19.04.2001

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 1623

E como é que ele podia ter a certeza de como eu ia agir com ele, se, na hora do aperto, eu também falasse: "Não, não tenho nada com isso!" Ele é que estava na ponta! Ele estava na ponta, ele também ia ter dificuldade de provar que fui eu, entendeu? Mas eu falava para eles sempre: "Vocês fiquem tranqüilos, porque isso não vai acontecer com vocês!"

O SR. ROBERTO SATURNINO – Agora, Drª Regina, as duas últimas ligações, telefonemas, que a senhora trocou com o Domingos, avisando que, no seu depoimento, tinha aberto toda a verdade, e, horas depois, ele lhe telefonou dizendo que o Senador Arruda ia negar tudo...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É. Ele falou: "Olha, a situação para o Senador é muito difícil!" Eu notei que ele estava, assim, angustiado também pela minha situação. Eu não falei mais com o Senador Arruda. Estou falando no Domingos. É lógico que ele tem o lado humano. Ele falou: "Regina, como é que fica? Como é que vai ficar? Ele vai ter que negar!" Aí, peguei e falei: "Olha, agora, não vou falar para não negar, para negar, assim como acho que agora é cada um. Agora, estourou!"

O SR. ROBERTO SATURNINO – Isso foi no dia do seu depoimento final?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi, acho que no mesmo dia. Acho que tivemos... Na hora em que acabou o depoimento, a conversa foi muito ruim, porque eu estava muito emocionada, chorando, porque eu vi o que estava acontecendo. Mas, depois, a gente voltou a conversar mais tarde um pouco. E aí, nessa hora, ele me falou isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Que o Senador iria negar tudo.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É. Ele falou: "O Senador vai ter que negar!" E eu falei: "Olha, cada um agora tem que procurar o seu caminho!"

Agora, veja bem, sei que o Senador vai negar, mas estou falando aqui. Mas o que me resta, Senador? O que me resta? Dizer que não cumpri ordens, que achava bonitinho violar um computador, que fizemos uma gracinha lá no Prodasen e saímos distribuindo resultado por aí? Não posso. Não tenho. É a honra da instituição, de cada um de nós. Não tenho jeito. Não tenho jeito. Espero que se entenda que não tenho outro jeito. Daria tudo para ter uma saída. Tudo! Que fosse, se dependesse de um sacrifício pessoal. Não é média! Quem me conhece sabe do meu jeitão. Não teria problema. Mas não posso botar toda a instituição em jogo. Foi. Foi. Pode falar: "Mas esse tipo de ordem não podia ser cumprida. Não deveria." Não deveria, mas foi. Mas foi cumprida. Mas foi nessa direção, foi dessa maneira. Então, tenho que dar os elementos também para me defender. Aí que entro naquele ponto onde digo: "Não sou senadora, mas sou gente! Os colegas não são senadores, mas são gente! Mas também tem família, mas também tem...!" Tenho meu pai e minha mãe, que têm 60 anos de casados, velhinhos. Devem estar lá, grudados. Eu pedi pelo amor de Deus que não olhassem, para não... o que pode acontecer com eles? Está ali meu filho e os outros dois certamente na televisão. Estão lá meus netos, minhas noras. Quer dizer, todo o mundo tem isso. Então, lamento, lamento, daria muito para não estar..., daria tudo, mas não tinha jeito, não tinha jeito!

O SR. ROBERTO SATURNINO – Drª Regina, a senhora está disposta a autorizar a esta Comissão a cessão do seu sigilo telefônico completo, da sua casa, da sua residência, do seu celular e do seu gabinete.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza!

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL FLS. Nº 1624

O SR. ROBERTO SATURNINO – No Prodasen.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Está liberado.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, de minha parte, por enquanto, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas eu tenho que a Drª Regina, atendendo a uma solicitação de V. Exª, disse que está à disposição o sigilo telefônico dela.

Só que quero informar que não temos condição de pedir. Então, a Srª mesma poderia obter e encaminhar para a Comissão.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Solicitar, requer e encaminhar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não é obrigada a fazer isso. Mas se fizer, como a senhora se comprometeu...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Vou fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estará atendida...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, pela ordem. Com o mesmo objetivo, talvez a senhora, seguindo a sugestão do Relator e de V. Exª, mas a Drª Regina Célia Peres Borges pode encaminhar um ofício à Presidência e ao Relator, autorizando a Comissão, o Conselho de Ética a solicitar da Telebrasília os dados e, assim, obviamente, com a autoridade do Conselho de Ética, com a maior rapidez possível, a Telebrasília pode providenciar o quanto antes as informações desejadas, especialmente os telefonemas do mês de junho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro que isso terá de ser feito por escrito. Então, na hora em que a senhora se dirigir lá. A sugestão eu vou inverter um pouquinho, porque assim não invado a competência do Conselho de Ética de maneira nenhuma, a senhora diz que isso é cópia do requerimento e a senhora está enviando ao Conselho de Ética, desse ofício, dirigido a eles, e a senhora pede brevidade, não é isso? Assim fica melhor.

Eu não estarei abrindo nenhum precedente contra a competência do Conselho de Ética, mas louvando essa pronta disposição da Drª Regina...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Que vai nos trazer informações absolutamente essenciais.

SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas alguma pergunta, Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, na qualidade de Corregedor, por gentileza.

O SR. ROMEU TUMA – Vou ser rápido, Sr. Presidente, porque acho que o senhor tem uma lista enorme, e teremos tempo de analisar e questionar no futuro.

A senhora disse que foi, por duas vezes, além daquela noite... para atender o pedido do Senador Arruda, mais duas vezes. A senhora lembra se teve de se informar na portaria que estava lá presente, para ter autorização para subir, ou chegou e subiu diretamente ao apartamento?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Normalmente, eu pergunto. Geralmente, eu pergunto, sim, onde é o apartamento, qual é a entrada, qual é a prumada.

Eu pergunto quando chego. Normalmente, é isso.

O SR. ROMEU TUMA – Tinha alguém?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 25
19.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 1625

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Normalmente tem. Eu tenho, às vezes, dificuldade de falar: "tinha, era uma pessoa assim, assim", porque são essas coisas que a gente faz no piloto automático, não é. Mas é um prédio cuidado, com poucos apartamentos, onde fica uma pessoa lá. É, eu...

O SR. ROMEU TUMA – É tipo um porteiro.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Um porteiro.

O SR. ROMEU TUMA – Nós vamos verificar o dia e poderá, sem dúvida nenhuma, informar... As duas vezes...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª fica com esse microfone...fica mais fácil, eu não estou precisando de microfone no mento.

O SR. ROMEU TUMA – Todas as reuniões posteriores que a senhora fez o Domingos estava sempre presente?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sempre presente. Eu não sei quando a gente se encontrou em carro, porque teve duas situações, uma vez o Ivar, meu marido, foi comigo e nós fomos... Sempre o Senador estava indo em algum evento e marcava algum lugar que estava mais fácil. Na frente... O Ivar me deixou na frente da Igreja Perpétuo Socorro...que fica na frente do Gilberto Salomão, e aguardo ali no carro. Eu sentei no carro do Senador, deu-se até uma volta, conversamos um pouco e voltamos. E aí entrei novamente no carro com o Ivar.

O SR. ROMEU TUMA – Eu pediria à senhora – acho que é até interesse do Relator – se a senhora puder lembrar mais ou menos o horário e a data desses fatos. Posteriormente, acho que teremos tempos, a senhora, no dia em que lembrar poderá fazer um relatozinho. Acho que é importante para a análise e da reconstituição de todos os fatos, para serem esclarecidos.

Agora, para ficar aqui mais claro, eu queria perguntar qual é o papel do Heitor? Ele abriu o painel às 6h da manhã. Estava acompanhado do Jorge...É isso mesmo? Tinha a responsabilidade...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Era...

O SR. ROMEU TUMA – O Jorge não pode ingressar, segundo o depoimento, porque havia uma segurança.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Jorge não, Senador. Não tinha Jorge.

O SR. ROMEU TUMA – Tem no depoimento do Heitor.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – É o Gazolla e o Ivar.

O SR. ROMEU TUMA – Ele falou ter visto o Jorge chegando nesta hora, então o Jorge era alheio ao assunto. Apenas era um funcionário.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Algum funcionário da operação. Realmente não sei.

O SR. ROMEU TUMA – O Ivar é o que cuidou, pelo que a senhora disse...

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Ivar é meu marido.

O SR. ROMEU TUMA – ... preparam o disquete na véspera.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – É. Fizeram a alteração na rotina para introduzir aquela rotina.

O SR. ROMEU TUMA – No **winchester**? No disco rígido?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – É.

O SR. ROMEU TUMA – Fizeram onde isso?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 26
19.04.2001

SENADO FEDERAL
FLS Nº 1626

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Fizeram num disquete para levar e colocar ....

O SR. ROMEU TUMA – Que é colocado sobre o **winchester**, conforme a explicação do técnico da Unicamp.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não sou a pessoa mais qualificada para dar os detalhes.

O SR. ROMEU TUMA – Estou perguntando para saber o papel de cada um.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Mas foi quem promoveu a alteração, introduziu no computador e deixou o computador pronto.

O SR. ROMEU TUMA – No dia seguinte, de manhã?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – No dia seguinte, de manhã.

O SR. ROMEU TUMA – Qual foi a participação do Gazolla?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Gazolla foi quem fez, junto, na madrugada, a alteração, porque ele é quem conhecia o sistema e sabia como fazer a alteração.

O SR. ROMEU TUMA – E o Nóbrega?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Nóbrega não teve uma participação além de ter trocado idéias ali, na chegada; ele poderia até ter sido poupado dessa, mas como ele é que tinha que dizer quem poderia saber mexer, então ele veio, mas, a rigor, não teve uma atuação efetiva, porque nem ele mexia no sistema, nem operava, mas ele esteve junto ali, na hora de pensar em como fazer.

O SR. ROMEU TUMA – Quanto aos telefonemas que a senhora deu, a senhora lembra para que números ligou?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu poderia passar isso depois?

O SR. ROMEU TUMA – Perfeitamente. Os números dos telefones para os quais a senhora ligou para se comunicar com os Senadores e com as outras pessoas, e os números que receberam os seus telefonemas.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Está certo.

O SR. ROMEU TUMA – Se for possível lembrar. A senhora deve ter uma agenda, para identificar. O Relator pediu a quebra de sigilo telefônico mas não perguntou os números dos telefones; estou complementando a solicitação do Senador Roberto Saturnino.

Estou satisfeito, por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Drª. Regina, uma única pergunta: a senhora não faz nenhuma objeção em ser submetida a uma acareação com os Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e com o funcionário Domingos Lamoglia?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Vai ser extremamente difícil, especialmente com os Senadores, mas não tenho... Estou aqui falando.

O SR. JEFFERSON PÉRES- Sr. Presidente, o depoimento da Drª. Regina é tão impressionante, tão denso, tão dramático, sem que ela procurasse dramatizar, que as perguntas que preparei se tornaram supérfluas e os detalhes, para mim, irrelevantes.

Não tenho nada mais a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não, Senador.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 27
19.04.2001

1627

Concedo, agora, a palavra, também pela ordem de inscrição, ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA- Drª. Regina, quanto tempo demorou a sua conversa no apartamento do Senador Arruda?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Bezerra, por gentileza, V. Exª fala da primeira conversa, da solicitação que ela teria recebido? É isso?

O SR. CARLOS BEZERRA – Sim.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – A solicitação foi rápida. Essa foi bem mais rápida, quinze, vinte minutos.

O SR. CARLOS BEZERRA- E a senhora esteve somente uma vez na casa do Senador?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Três vezes.

O SR. CARLOS BEZERRA – Três vezes, mas para tratar apenas deste assunto?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Disso apenas. Nunca fui lá para outro assunto.

O SR. CARLOS BEZERRA – Porque o Senador disse, num discurso, ontem, que a senhora só esteve uma vez na residência dele, para tratar do caso do Interlegis, se não me engano.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. CARLOS BEZERRA- Foi fazer lá um pedido a favor do Interlegis.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nunca tratei esse assunto em residência de Senador.

O SR. CARLOS BEZERRA – A senhora se lembra de como o Senador estava vestido?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não me lembro. Não me lembro, sinto muito. Eu posso até dizer sobre a casa. Talvez mulher preste mais atenção nisso, mas a roupa dele não me lembro não.

O SR. CARLOS BEZERRA – A senhora foi sozinha?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – A última vez, ele estava esporte, que era um sábado; isso eu me lembro. As outras, eu não me lembro. Eu fui sozinha, e estava lá o Domingos. Aliás, a segunda vez, eu fui com o Domingos. Me encontrei com ele, combinamos, ele me pegou para evitar do meu carro chegar lá e tal. Fui com o Domingos.

O SR. CARLOS BEZERRA – Qual o interesse na primeira conversa em que foi encomendado o trabalho?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Fui sozinha, o Domingos não estava.

O SR. CARLOS BEZERRA – Mas como era o traje do Senador?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sabe, eu tenho tanto cuidado, não vou cometer nenhum... não vou falar uma coisa que não tenho, realmente não tenho, Senador, essa idéia, não tenho, mas nem de longe.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas o Domingos estava lá nessa primeira também?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Essa primeira foi só a senhora com ele?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Só eu e ele; não estava.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 28
19.04.2001

SF FLS. Nº 1623

O SR. CARLOS BEZERRA – E nos locais onde a senhora conversava com esse Sr. Domingos, há testemunha desses encontros?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Uma vez, o Ivar, o meu marido. Aconteceu o seguinte: no dia que saiu aquela história do resíduo, "ah tem uns resíduos de arquivo, não sei o que", ele me telefonou e falou: "Regina, vou precisar mostrar isso para você" – não sei se era no **JB** que tinha uma matéria que mostrava os resíduos, os nomes dos arquivos e tal. Aí ele deu uma passadinha lá na porta da minha casa, eu entrei, dei uma volta para olhar, só que eu não tinha conhecimento técnico sobre aqueles arquivos para saber se aquilo ali significava que a Unicamp tinha localizado o problema ou se era outra coisa. Aí telefonei para o Ivar, perguntei se ele podia sair e conversar um pouco, porque até então ele não tinha estado junto em momento nenhum nessa conversa, além de me levar aquele dia e ter ficado no carro. Aí ele entrou, olhou, leu, explicou o que ele achava, que só nós tivemos uma confirmação depois com o Ledur, mas ele falou: "Não, isso aqui é arquivo de outra natureza, não é aquilo, não tem a ver com as horas que as coisas aconteceram". Só depois, no outro dia – no mesmo dia, não é? –, no mesmo dia, nós fomos na casa do Heitor Ledur, na mesma noite. Depois, falamos com o Domingos, fomos à casa do Heitor Ledur, e ele nos explicou o que era aquilo, que tinha sido feito um procedimento naquela mesma noite da votação para eliminar o nome do Senador do arquivo, a senha dele e tudo mais.

O SR. CARLOS BEZERRA – Além do seu marido, há mais alguém que soube da sua ida à residência do Senador Arruda?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, esses meninos... é muita coisa, porque, como nós conversávamos muito, eu comentava: "Não, fica tranqüilo, eu falei, eu estive". Agora, eu não lembro assim, se no dia que eu fui, se tive a situação de falar: "Olha, estive lá tal hora e tal". Lógico que um assunto desse fica restrito.

O SR. CARLOS BEZERRA – A senhora esteve duas vezes com o Senador ACM depois do episódio, segundo sua informação. Onde foi? Quem a viu chegar ou sair?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, uma vez – e ambas foram provocadas por mim –, foi no Senado, no gabinete dele; a outra, ele tinha até proposto passar lá em casa quando eu falei: "Senador, eu gostaria de falar com o senhor". Ele nunca foi a minha casa e falou: "Eu passo na sua casa para ver o que é". Mas eu fiquei preocupada porque, na minha casa, passei um período muito difícil. Sabe que nesses dias, um dia, a minha casa amanheceu com a porta de vidro aberta, e eu tranco, tranco na hora de dormir. Quando meu filho chegou, falou: "Mãe, ainda bem que você deixou a porta aberta, porque não levei a chave e eu ia ter que te acordar". Aí eu falei: "Que porta aberta?" Ele falou: "A porta estava aberta". Fiquei superpreocupada, perguntei, ninguém tinha saído e tal. Mas falei: "Vou deixar o privilégio da dúvida; de repente, eu realmente deixei aberta". Passaram-se uns dois dias, as empregadas estavam lá e, de repente, entraram dois elementos pelo alambreado e, debaixo de um "deckzinho" na piscina, estavam lá mexendo, sabe Deus com quê. Aí elas aprontaram aquela gritaria, e eles saíram correndo e pularam a cerca. E a descrição que elas me deram dele era de uma pessoa que não tinha jeito nenhum de pedinte, meio alto, de camisa branca. E saíram correndo; elas ainda viram eles correndo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 29
19.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. N 1629

Aí, fiquei extremamente preocupada. Esse período todo a gente passou numa tensão dentro de casa, não sabia o que falava dentro de casa. Então, o que a gente podia falar. Sabe, quando fica assim um clima. Essa história eu não tinha contado para os meus filhos. Tive que chamar e contar. E aí estava todo mundo num....Eu não sabia, tinha medo até pela segurança do que é solteiro, que chega tarde em casa e tudo mais.

Então, em função disso eu falei: não, Senador, na minha casa, não. E, aí, combinou-se da gente encontrar na casa de uma pessoa ligada a ele. Agora, aí, já envolve outra pessoa.

O SR. CARLOS BEZERRA – Mas é importante isso. Muito importante

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Mas isso é tão ruim.

O SR. CARLOS BEZERRA – Porque a palavra da senhora está em dúvida, inclusive, já está colocada em dúvida. Então, todo elemento que pudermos conseguir aqui para ajudar apurar é importante. Essa informação é fundamental. A senhora se demonstrou de um patriotismo ímpar, de uma correção ímpar. A senhora é objeto da admiração de todos aqui. E essa informação é fundamental. Eu não gostaria que a senhora nos decepcionasse não dando essa informação que é fundamental.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ela foi na casa de uma assessora dele, a Isabel Flecha de Lima. Como eu não podia ir lá, ela falou...

O SR. CARLOS BEZERRA – O nome dela?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isabel Flecha de Lima. Ela concordou que eu fosse até lá. E o Senador ia para um evento; ele deu uma passadinha; e conversou rapidamente comigo; e foi embora. Eu aguardei por ele lá. Porque eu disse que precisava falar com ele e que não queria ir lá, porque a última vez a **IstoÉ** me fechou ali e tal. Aí ele falou: "Eu passo na sua casa, então". Aí, eu falei: "Não, Senador, na minha casa não, por favor". Aí, a Isabel teria dito: "Então, vai lá em casa, que o Senador passa e fala com você". Aí eu fui; fiquei esperando; ele passou; e saiu.

O SR. CARLOS BEZERRA – E os seguranças do plenário, vocês se lembram do nome de algum deles, no dia do evento?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, eu não fui ao plenário.

O SR. ROMEU TUMA – Pode um aparte, Senador?

Tem, no depoimento do Heitor, um dos seguranças que viram os movimentos. Está aqui registrado o nome. Eu forneço para o senhor. Está no depoimento do Heitor. Anotei aqui, porque é para poder ouvi-lo também. Acho que é importante que ele seja ouvido. É o Dr. Ziglione.

O SR. CARLOS BEZERRA – Tudo bem.

A Comissão já tem informação, então é importante.

A última pergunta, louvando aqui a coragem da senhora, a seriedade com que a senhora está tratando dessa coisa. A senhora disse que, na conversa com o Domingos, estaria aguardando coisas que poderia apresentar. Que coisas eram essas?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ali, dei a entender que eu estava gravando, para, assim, tipo: não me deixa sozinha, não, porque... Mas, é por isso que acho que gerou no Senador Arruda aquela preocupação de não querer falar.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL
FLS. Nº 1630

pensando que, certamente, na minha bolsa teria um gravador, já que na última conversa eu tinha dito que estaria aguardando coisas.

Eu gostaria até de fazer, já que citei uma pessoa que não tem nada a ver com o episódio e eu senti grande constrangimento sobre isso, que ela teria me chamado e perguntado assim: "Gina, por que essa conversa aqui? Vocês têm alguma coisa a ver com isso?" Eu peguei e falei: "Não, de jeito nenhum". "Mas por que você pediu para conversar com o Senador fora de lá?" Eu falei: "Ah, porque a imprensa fica chamando, mas não temos não, de jeito nenhum". Eu me lembro que ela ainda fez um comentário assim: "Olha lá, heim?! Essas coisas, se têm, aparecem." Eu falei: "Não, mas não tem".

O SR. CARLOS BEZERRA – A senhora se lembra do dia desse encontro lá?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, foi um turbilhão tão grande, de 24 horas por dia de ansiedade, e todo dia acontecendo coisa, eu posso tentar depois fazer..., inclusive fui chamada aqui, soube ontem, já tarde da noite, eu não tenho, assim, a cronologia dessas coisas com muita clareza.

O SR. ROBERTO SATURNINO– Mas o assunto tratado a senhora tem lembrança neste encontro na casa da D. Isabel Flecha de Lima?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Tenho lembrança. Foi quando falei para ele que eu estava muito preocupada com o resultado da Unicamp e que se desse problema eu não tinha como segurar e que eu achava que ele precisava parar de brigar.

E ele disse que, absolutamente, não tinha nada a fazer com relação à Unicamp e que não tinha como parar de brigar - que as eventuais brigas dele eram questão de princípio.

O SR. CARLOS BEZERRA – Ela já disse o que ele respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua V. Exª com a palavra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, me considero satisfeito e quero parabenizar a Dra. Regina pela contribuição que ela está dando a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Dra. Regina, nós que tivemos juntos durante um período crítico, que até me emociona, não poderia deixar de dar aqui um testemunho da correção, da dedicação, sobretudo nós que trabalhamos na sua sala, tínhamos um convívio direto.

A senhora há de lembrar que na época o Senador Mário Covas e eu ficamos ali diretamente uns 20 dias morando lá dentro. Depois, evidentemente, houve outros Senadores, outros Deputados, mas lembro-me desse convívio e a Sra. é testemunha.

Conhecendo o seu trabalho, esse episódio, realmente, é estranho à sua biografia, mas são situações da vida que ninguém pode dizer "desta água não beberei". Somos humanos, sujeitos a erros e aconteceu.

A Sra. - me permita, Presidente, que me dirija diretamente - está lembrada, então, desde o início, consumado o fato, qualquer notícia, deveria lhe arrepiar. Qualquer notícia sobre esse episódio...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 31
19.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL FLS. 1631

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Esse dia que falei com o Senador Antonio Carlos Magalhães, ele tem um jeito meio desligado de lidar, ele virou para mim e disse: a Sra. está muito nervosa, a Sra. está muito nervosa, é mais também deve pensar nisso 24 horas por dia. Realmente, era um fato, eu pensava nisso 24 horas por dia.

O SR. AMIR LANDO – Saiu uma primeira notícia, não sei se a Sra. está lembrada, naquela coluna do Ricardo Boechat, que anunciou nomes que teriam votado em Luiz Estevão. Se não me engano, já naquele momento, saiu o nome da Senadora Heloísa Helena. Não sei, tenho essa lembrança. A Sra. se lembra desse fato?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Lembro-me, foi aí que começou o sofrimento.

O SR. AMIR LANDO – Mas, isso foi no dia seguinte, praticamente.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não, acho que demorou, ainda.

O SR. AMIR LANDO – Poucos dias, pouquíssimos dias.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Obviamente, no que pese o erro de ter feito, mas pelo menos, entregou, está sabendo lá, acabou o assunto, sei lá para quê, mas...

O SR. AMIR LANDO – Foi no dia 9 de agosto. É que saímos de férias e foi logo na volta do recesso.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Na medida em que começa a vazar, aí, realmente, é apavorante.

O SR. AMIR LANDO – Desde o primeiro vazamento. Qual foi sua atitude diante do primeiro vazamento? Recorreu a alguém?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Nem posso dizer vazar, começa a ter notícias sobre votação. Não sei porque não vi a lista, não sei se foi vazar, mas eram notícias.

O SR. AMIR LANDO – Sim, mas eram notícias de qualquer maneira que vinham de dentro de quem era detentor do segredo?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu não sabia de onde vinham.

O SR. AMIR LANDO – Qual foi sua atitude nesse primeiro ...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Pânico, pânico, pânico.

O SR. AMIR LANDO - Foi falar com alguém, logo de início?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Fui falar. Falei com os Senadores, os dois, falei com os dois, falei com Senado Antonio Carlos e com o Senador Arruda.

O SR. AMIR LANDO - E qual foi a resposta?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Senador Antonio Carlos, até tinha dito aqui, mas o Senador Antonio Carlos me disse assim: "Isso é coisa do Arruda". O Senador Arruda me fez esse comentário e falou: "Não sei como saiu isso, mas sobre o que aconteceu ali, não se fala nem sob tortura".

O SR. AMIR LANDO – Quem falou "sob tortura"?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Arruda.

O SR. AMIR LANDO – Voltando do dia do evento fatídico, então, quem lhe deu a cópia - é evidente que isso já está declarado, mas só para a gente lembrar - da lista, quem lhe deu a lista? Quantas vias da lista?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Uma. E eu estava ao lado.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 32
19.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1632

O SR. AMIR LANDO – Aí, saiu a lista?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – É, o Ivar que estava com o disquete, veio aqui e tirou o disquete só, desceu, sentamos e imprimiu-se a lista, que colocamos em um envelope pardo, e eu subi. Botou a lista no envelope...

O SR. AMIR LANDO – A Srª leu a lista?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não. Não lemos a lista.

O SR. AMIR LANDO – Não sabe qual foi o destino dessa cópia, sabe?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não, ela foi entregue.

O SR. AMIR LANDO – Depois disso...

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não sei, não soube mais nada.

O SR. AMIR LANDO – Não foi solicitada uma segunda lista?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não tinha porque foi tudo deletado. Absolutamente, tudo deletado. Quer dizer, nem tanto porque ficou todo o rastro lá, mas...

O SR. AMIR LANDO – Ficaram as indicações da fraude lá.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Completamente. Nada, nada, era um papel normal.

O SR. AMIR LANDO – A senhora chegou a ler?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Pode parecer estranho, mas era mais peso ainda, eu não precisava daquilo para nada, eu não queria. Senador, era muito peso, era mais peso saber o que estava escrito ali. Estávamos ali correndo, correndo contra o tempo, tínhamos que entregar.

O SR. AMIR LANDO – A senhora olhou se tinha ao menos os 81 Senadores?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES - O que dava para ver é que era uma coisinha que ficava localizada bem assim no cantinho, porque era nome e resultado, nome e resultado.

O SR. AMIR LANDO – Mas, ao menos tinha os 81?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES - Tinha, com certeza, tinha.

O SR. AMIR LANDO – Então, chegou ao menos a ver de relance? Claro, viu porque não era um papel em branco, era um papel escrito. Não leu nome por nome...

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – É estranho isso, mas se eu puder diminuir o peso, é lógico que eu iria diminuir. Assim como chamei o mínimo de pessoas, assim como nós quisemos saber o mínimo de coisas...porque quanto mais se está envolvido nisso, mais grave fica, mais complicado fica. Não era do nosso interesse, eu não tinha o menor interesse em saber quem votou em quem.

O SR. AMIR LANDO – Na noite do dia 27, então, estavam aqui o Ivar, o Gazolla, a senhora...

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES - Como é Senador, só para eu...

O SR. AMIR LANDO – Na noite do dia 27 estiveram aqui no Prodasen..

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Na véspera, eu não estive, eu fiquei em casa.

O SR. AMIR LANDO – A senhora ficou em casa?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Do encontro com o Heitor, eu voltei para casa.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 33
19.04.2001

1633

O SR. AMIR LANDO – A senhora entregou a missão para eles?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Para eles.

O SR. AMIR LANDO - Quem exatamente entrou naquela noite, naquele horário de 11 horas, de uma certa hora, no Prodasen?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi o Ivar e o Gazolla, o Nóbrega eu não sei se entrou....

O SR. AMIR LANDO – Aqui no Prodasen é o mesmo, naquela época havia um registro de entrada e saída, até por uma questão de controle. Tem esses registros ou foram já deletados?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES - A gente pode olhar se tem, mas tem boa chance de terem sido deletados. (risos)

O SR. AMIR LANDO – Esses registros não teriam mais como serem observados, não?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Veja bem, Senador, entraram – era mais fácil dizer que não entrou e o registro provar que entrou. O lamentável é a gente dizer que entrou, mas entrou.

O SR. AMIR LANDO - Então, antes da divulgação da matéria pela **IstoÉ,** em razão evidentemente daquela conversa com os Procuradores, a senhora foi indagada por alguém sobre a emissão da listagem dos nomes da votação da cassação de Luiz Estevão?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, porque ninguém acreditava.

O SR. AMIR LANDO - Já havia notícias, mas alguém - algum jornalista, alguma pessoa - esteve fazendo indagação?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Perguntando se poderia sair a lista, obviamente, dissemos que não e aí ninguém ia perguntar como era a lista, uma vez que não teve detalhe.

O SR. AMIR LANDO – Quem lhe formulou algumas pessoas, a senhora está lembrada de algumas pessoas?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, cada vez que ocorre uma coisa dessa, há uma enxurrada de jornalistas lá. Sempre temos um assessor de imprensa que recebe e encaminha. Então, não lembro quem era.

O SR. AMIR LANDO – A senhora era indagada, então?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza, se era possível mexer no sistema.

O SR. AMIR LANDO – E a senhora respondia sempre não, claro.

Há uma pergunta que acredito ser importante. As senhas são distribuídas aos Senadores no início da legislatura – esse é um fato que conhecemos –, e vem em um envelope lacrado. Quem elabora essas senhas?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O senhor sabe, Senador, na condição de diretora, lidamos com tantos sistemas – são quatro mil estações de trabalho, sistemas de toda ordem – assim, a funcionalidade de cada um, das rotinas. não tenho segurança, teria que ser ou um dos meninos, o Heitor que trabalha ali, ou o próprio Secretário da Mesa, que conhecem a rotina. Não tenho segurança para dizer como se dá o processo ali.

O SR. AMIR LANDO – Então, a senhora não teria resposta nem para a pergunta seguinte que eu iria fazer, que é sobre quem as alimenta no sistema.

FLS. 1634

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Eu poderia até...

O SR. AMIR LANDO – Onde ficam armazenadas?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não tenho segurança para lhe dar a resposta.

O SR. AMIR LANDO – Quem mantém as bases de tais informações?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Tem um grupo que trabalha naquela unidade que fica do lado, o grupo do Prodasen. Algumas atividades são bem afetas à informática e à do grupo, outras são afetas à Secretaria Geral da Mesa.

O SR. AMIR LANDO – É possível um Senador solicitar alteração de sua senha durante o seu período de mandato?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Também não conheço. É uma rotina da qual não participo.

O SR. AMIR LANDO – É evidente que estas perguntas serão feitas em razão de uma lógica, se a senhora puder responder, tudo bem. Caso contrário, fica o registro. Vamos buscar as respostas posteriormente.

É correto afirmar que, durante o processo de votação, o Senador pode alterar o seu voto por diversas vezes e somente o último voto fica registrado e é computado?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso eu tenho como responder porque soube agora, por essa investigação da Unicamp, se mexeu muito, e passamos a saber das vulnerabilidades do sistema. Como o Senador pode corrigir o seu voto, ele tem como... O senhor votou, mas não era bem esse que queria, aí o senhor entra novamente... Como o senhor pode mudar de cadeira, pode ir para outro lugar e, de lá, corrigir. Então, para dar essa flexibilidade de o senhor poder corrigir de onde quer que esteja, de repente, percebe-se que esse é um flanco que tem que ser urgentemente corrigido, porque alguém pode saber a senha do senhor e querer mudar o seu voto. O senhor faz e depois ela vem e sobrepõe com um outro voto.

O SR. AMIR LANDO – Isso acontece somente no plenário?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Desse sistema, sim.

E o senhor percebe que tem muita coisa nesses sistemas....

O SR. AMIR LANDO – É no mesmo terminal, no local onde se digita o voto?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Veja bem, Senador. Tem muita coisa que é feita no sistema que existe para facilitar, mas todo sistema que cria muita facilidade, cria brechas. Então, qual é a questão? O Senador pode transitar pelas mesas, pode votar de qualquer mesa, o que prende o voto dele é a senha. E ele pode ter a condição de rever o seu voto. Com isso, não se percebeu, senão teria sido corrigido, tenho certeza de que o Carreiro teria tomado de pronto essa providência. Só agora, nessa avaliação do sistema, que se percebeu que tem essa fragilidade, já que o Senador pode... e se alguém souber a senha dele? Se alguém souber, realmente pode entrar e mudar.

O SR. AMIR LANDO – Eu gostaria de, mais uma vez, deixar aqui, porque temos que fazer um juízo de valores sobre tudo que aconteceu. A solicitação de violar o painel veio de alguma pessoa, segundo o seu depoimento - mas que vamos deixar isso bem claro, não posso fazer aqui a imputação e estabelecer qualquer responsabilidade. Alguém mais lhe solicitou a violação do painel?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não. Nada, nada, nada. Foi relatado aqui só o que foi dito. O senhor diz noutra ocasião ou nessa ocasião?

O SR. AMIR LANDO – Nessa ocasião.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Noutra ocasião, nunca.

O SR. AMIR LANDO – Desse evento.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não. Nada, nada, nada.

O SR. AMIR LANDO – Agora, pergunto: Noutra ocasião?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nunca, nunca, nunca.

O SR. AMIR LANDO – Nunca alguém quis saber? Quis penetrar nos votos secretos de ninguém?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não, não. Nunca, nunca, nunca. Isso, em dez anos. Bom, não foram dez direto. Fiquei um período, depois, outro, mas, desde 1991, quando assumi a primeira vez, nunca, nunca, nunca.

O SR. AMIR LANDO – Mas a senhora recebeu essa ordem como sendo da autoria de quem? Do Senador Antonio Carlos Magalhães ou do Senador José Roberto Arruda?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, eu acreditei que ele estava falando pelo Senador Antonio Carlos, mas é óbvio que, se ele estava falando, entendi que era do interesse de ambos, porque não vejo por que ele faria isso se não tivesse interesse.

O SR. AMIR LANDO – Que credibilidade tinha o Senador Arruda de falar em nome de outro ou vice-versa? Ele lhe oferecia certeza de falar em nome de outro ou não? Qual era a sua relação com o Senador José Roberto Arruda. A senhora já falou aqui.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, o senhor sabe...

O SR. AMIR LANDO – Por exemplo, se eu chegasse lá para a senhora: "Venho, aqui, em nome do senador tal." A senhora poderia fazer um juízo: "Mas o Senador Amir Lando não tem nenhuma intimidade com esse senador!" Quer dizer, por que a senhora acreditou que essa ordem poderia ser indireta?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Porque ele me disse que eu entregaria a lista para o Senador Antonio Carlos Magalhães. Ele me disse que era para fazer e que o produto seria entregue para ele.

O SR. AMIR LANDO – E por que ele intermediava? Por que ele estava ali naquele momento, e não o ...?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, tive tanta angústia, tanta coisa para pensar que o senhor sabe que não trabalhei com essas outras variáveis: "Não, mas por que ele não pediu direto, que o senhor que pediu?" Sabe, realmente, a minha segurança de que seria para ele seria o fato de que eu entregaria para ele. E por que outro estava fazendo, realmente não sei.

O SR. AMIR LANDO – A senhora avaliou qual seria o interesse do Senador Arruda em saber do voto secreto dos Senadores?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não tenho idéia, Senador, não tenho idéia. Realmente não tenho. Não tenho a menor idéia.

O SR. AMIR LANDO – A senhora deu uma explicação aqui alegando contrariedade com o voto secreto. Mas seria essa obediência quase cega, numa situação tão grave, o que a levou a isso? Qual foi a sua motivação íntima?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 36
19.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS. Nº 1636

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, eu nunca faria, se é que entendi a pergunta, assim: "Ah, sou contra o voto secreto, então acho que não tem problema!" Não, nunca. Eu sabia que estava cometendo, ali, um erro. Posso até falar: "Tem o que é legal e o que é moral, eu posso até achar que moral não devia ser, mas é legal." Tem uma norma, tem uma legislação. Então, eu sabia que eu estava infringindo. Não vou aqui fazer de boba para me...

O SR. AMIR LANDO – Não, não quero fazer nenhuma imputação. Só exatamente a motivação pessoal.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Mas eu sabia, Senador.

O SR. AMIR LANDO – Ou foi a maneira? Quer dizer, então, a senhora tinha uma confiança no Senador Arruda? A senhora tinha confiança nele? A senhora tinha uma relação que, embora não fosse de amizade, mas de respeito? Que tipo de relação era?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim, com certeza. Todos os Senadores me merecem esse respeito. E, como eu entregaria para o Senador Antonio Carlos, isso aí estava mais... Porque, veja bem, se não fosse para o Senador Antonio Carlos, uma coisa é o Presidente da Casa, embora não se justifica, mas, digo, o Presidente da Casa é quem opera o painel, é quem dirige a sessão. Ele está determinando: "Olha, quero um relatório sobre isso aqui dentro!" Para quem opera, para quem faz, para quem é técnico. A outra, é um Senador pedir. Então, para mim, mudaria completamente de figura. E tenho certeza de que nenhum dos outros concordaria também em fazer, se eu não tivesse colocado que vinha do Senador Antonio Carlos.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, estou satisfeito. Acho que a matéria vai continuar a ser indagada e, talvez, outros Senadores poderão concluir. Não quero aqui fazer nenhum monopólio das perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Heloísa Helena, pela ordem de inscrição, é a vez de V. Exª.

A SRª HELOÍSA HELENA – Quero saudar a presença de V. Sª, Drª Regina, e dizer que, apesar dos fatos lamentáveis que aconteceram e se V. Sª se sente no calvário, efetivamente eu me sentiria também.

Farei algumas considerações e alguns questionamentos a V. Sª.

O primeiro é o seguinte: sei que se eu, na época, enquanto Líder da Oposição, pedisse a V. Sª uma listagem com os votos dos Senadores na sessão da cassação, imagino que V. Sª não me daria essa listagem.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza.

A SRª HELOÍSA HELENA – Portanto, a partir do momento que V. Sª se prestou a fazer uma tarefa que reconhecia como ilegal, como disse agora, precisaria que, ou V. Sª tivesse muita confiança pessoal na pessoa com a qual estava tratando, ou V. Sª estaria se sentindo coagida psicologicamente.

Então, pergunto a V. Sª se o fato de ter assumido uma tarefa como essa, absolutamente insustentável, juridicamente, se V. Sª o fez por confiança absoluta pessoal nas pessoas que lhe pediram ou porque V. Sª se sentiu coagida psicologicamente, em função de superiores hierárquicos que solicitavam a tarefa a V. Sª.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – As duas coisas, Senadora. Só que a confiança apenas não me levaria a fazer. A confiança me daria... É uma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 37
19.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1637

confiança natural pelo próprio interesse do Senador em não divulgar isso, porque a divulgação resultaria no que está acontecendo aqui. Então, só isso já asseguraria a confiança, independentemente até para quem fosse e, especialmente, porque veio um pedido como sendo do Presidente. Mas só a confiança não me levaria a fazer. As coisas foram juntas. Foi a confiança, mas... Ninguém me botou uma faca no pescoço para fazer, não; mas foi um pedido do Presidente do Senado, que queria esse resultado "amanhã".

O SR. ROBERTO SATURNINO - Senadora, permita-me um breve aparte, uma pergunta sobre esse assunto.

É o seguinte: Drª Regina, no dia seguinte da nota do Jornalista Boechat, o Senador Antonio Carlos foi procurado por jornalistas, e ele pediu a senhora uma declaração por escrito. A senhora lhe deu, dizendo que o sistema era inviolável, embora sabendo que... Isso também não foi por coação?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Veja bem Senador, é difícil, é terrível o senhor entrar num caminho. Agora, às vezes, depois que o senhor está dentro dele, só há uma saída lá na ponta; o senhor não tem mais como voltar. E eu ainda sempre procuro, se sou obrigada a falar uma mentira, ver onde... É tão difícil - parece um argumento para me defender, mas quem me conhece sabe que sou assim - que procuro um jeito para que ela seja menos dolorosa. E a forma como a Senadora pediu facilitou; ela perguntou se tinha havido problemas no sistema aquele dia e se o sistema que existe no plenário poderia tirar a informação.

A SRª HELOÍSA HELENA – Vou ler o ofício que dirigi a V. Sª. Desculpe, Senador Roberto Saturnino, apenas para clarear.

"Srª Diretora do Prodasen:

> Venho, por meio desta, solicitar informações sobre notícia veiculada hoje, dia 9 de agosto de 2000, no jornal **O Globo**, coluna do jornalista Ricardo Boechat, página 18. Segundo esse jornalista, *'Um erro, no programa de computador do painel do Senado, está permitindo identificar os votos da sessão secreta que cassou Luiz Estevão'."*

Pergunto eu:

> "Na seqüência da referida nota, o "jornalista" revela o meu voto, falseando completamente as minhas posições, inclusive públicas, em relação à cassação do ex-Senador Luiz Estevão.
>
> Diante da possibilidade de essa "informação" colocar em cheque a lisura do processo e a própria credibilidade do Senado Federal, solicito esclarecimentos urgentes se realmente houve e quais os problemas no sistema do painel eletrônico do plenário".

Ao meu ofício, V. Sª me responde vários itens. Para economizar, um deles:

"O sistema de votação eletrônica do Senado está funcionando corretamente, não tendo apresentado nenhum problema na votação do dia 28 de junho ..."

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não houve um erro, entendeu? Foi uma saída ali.

A SRª HELOISA HELENA - "...o sistema segue rigorosamente as definições da Secretaria Geral da Mesa, sendo que, para que uma votação secreta se totalize em tempo real, os votos dos Senadores, e quando o Presidente encerra a votação,

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS 1633

armazenam apenas os totais do tipo de voto – "Sim", "Não" e "Abstenção" -, não vinculando, em nenhum momento, o Senador ao voto.

Todos os recursos do sistema ..."

Concluindo:

"Portanto, não houve nenhum erro no processamento dos dados da referida sessão, bem como não existe, numa votação secreta, nenhuma possibilidade de se identificar o voto de cada Senador."

Apenas para clarear a pergunta do Senador, embora a minha pergunta não seja exatamente essa: no momento em que V. Sª me respondeu, o fez simplesmente em resposta ao ofício que lhe mandei, ou discutiu com alguns dos Parlamentares que tinham motivado V. Sª a fazer isso sobre a resposta que deveria ser dada?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não. Sobre a resposta, não. Eu os procurei, conforme coloquei, e falei da dificuldade que estava encontrando, o que estava acontecendo e o porquê de essas coisas estarem sendo tocadas e tal.

Em relação à resposta, trabalhei com o pessoal tecnicamente. Inclusive, pedi que respondesse quem não sabia do que tinha sido feito, porque ele responderia que o sistema não fazia. Como o sistema foi mexido e voltou a ser o que era antes, então, o sistema não faz, e não houve erro.

A SRª HELOISA HELENA - Drª Regina, V. Sª também, nos depoimentos, informou a esta Comissão que seu marido, que é funcionário também, pegou um disquete, tirou a cópia e a entregou. O disquete...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Foi "deletado" na hora. Todo o arquivo foi limpado, e só foi aquela cópia para lá.

Senadora, para nós, aquilo queimava na mão. Tínhamos de nos livrar daquilo o mais rápido possível. O disquete foi "deletado", e a cópia foi entregue.

A SRª HELOISA HELENA - V. Sª, com a experiência que tem, acha que se pode refazer uma lista como essa? Qualquer computador pode fazer isso? Como V. Sª, sendo da área, entende que isso poderia ser feito? Tem alguma prova de origem o papel que V. Sª disse que entregou aos Parlamentares?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - O papel, a forma como foi entregue é, como falei, uma folha como esta aqui, em papel A4, com os nomes e os votos - como foi o voto.

O SR. - (Intervenção fora do microfone)

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Nada. Não tinha nada.

A SRª HELOISA HELENA - Drª Regina, todos os Senadores da Oposição gostariam muito de ter a possibilidade de autorizar a publicação do conteúdo da lista, sendo esta devidamente tirada do dia da votação, para que pudéssemos resolver esses malditos mistérios sujos que pairam em torno do dia da votação.

Solicito à Mesa que, do mesmo jeito que foi feito uma solicitação - creio que pelo Senador Roberto Saturnino - de que fosse disponibilizada a listagem das ligações, a quebra do sigilo telefônico, de fato não seria judicialmente, V. Sª estaria disponibilizando a listagem, claro que, até para que não revivamos aquelas preocupações que aconteceram quando estávamos na CPI do Judiciário e no Conselho de Ética quando era uma preocupação grande que o ex-Senador de alguma forma pudesse manipular a listagem da Telebrasília, é extremamente

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 39
19.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL FLS Nº 1639

importante que isso seja disponibilizado por meio magnético e que V. Sª tenha a possibilidade, também, de acompanhar a disponibilidade dessa listagem.

Do mesmo jeito, Sr. Presidente, é de fundamental importância, que este Conselho solicite ao Presidente da Casa que disponibilize o número de todos os telefones próximos, ou de assessores, ou de parlamentares, assim como a listagem para que se possa identificar de onde saíram as ligações. Porque, apenas, a listagem de V.Sª dará conta das ligações que foram recebidas, mas é extremamente importante que a listagem dos telefones do Senado seja disponibilizada pelo Presidente Jader Barbalho também.

Do mesmo jeito que é importante também que o Conselho de Ética solicite aos parlamentares que estão sendo apresentados como parte dessa tarefa executada por V. Sª, durante o período citado por V. Sª, a listagem telefônica, portanto abram mão do seu sigilo telefônico para que possamos identificar número de celulares dos parlamentares e de assessores, e os telefones que são utilizados e conseguem identificar. Porque, mesmo tendo um único tronco no Senado, certa vez, aconteceu um problema com uma assessora nossa, da Oposição, e o telefone que aparecia no Bina era simplesmente esse telefone padrão: 311-0999. E, depois, aqui dentro mesmo do Senado, a vigilância conseguiu decifrar com uma rapidez de umas duas horas que a ligação tinha saído da Gráfica, embora o número que estivesse aparecendo no visor do celular era apenas o número geral.

Esse é o apelo que faço a V. Exª, Sr. Presidente e ao Conselho de Ética de um modo geral.

Solicito ainda que V. Sª possa repetir para este Conselho se a Srª se sentiu coagida psicologicamente para executar essa tarefa?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não tem nem dúvida, porque eu não vi outro caminho. Não sei se chamo isso de "coagida psicologicamente". Naquele momento eu não tinha outro caminho a fazer.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, apenas para complementar, seria importante que, depois, a Drª Regina fizesse um exercício, talvez pudesse mandar por escrito, sobre todos os lugares ou os contatos telefônicos que foram feitos durante esse período. Porque sei que, talvez, seja difícil a V.Sª dizer agora exatamente se o assunto tal foi tratado pelo telefone ou se foi tratado, como bem diz S.Sª, na casa de uma Srª que evidentemente não tem nada a ver com isso, mas apenas foi citada, ou na casa, ou no restaurante, ou em algum outro lugar em que possam ter sido feitos esses contatos.

A Srª tem mais alguma coisa a declarar sobre possíveis justificativas dadas pelos Senadores que V. Sª cita para a quebra do sigilo ou mais alguma consideração feita por esses Senadores para acalmar V. Sª diante da angústia que passava com a descoberta dos fatos?

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senadora, eu não acompanhei bem a pergunta. A senhora poderia repetir?

A SR.ª HELOÍSA HELENA – V. S.ª tem mais alguma coisa a declarar tanto das motivações que foram apresentadas para que o episódio acontecesse como...

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Deixe-me só cortar, para eu fazer por etapas. Não foi apresentado motivação. Nunca soube qual foi a motivação. Eu não sei qual foi a motivação.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 40
19.04.2001

SENADO FEDERAL
S.F.S. Nº 1640

A SR.ª HELOÍSA HELENA – E houve mais algum argumento no sentido de acalmar V. S.ª, quando, a cada momento, como disse, se sentia num calvário - palavras usadas por V. S.ª? Mais algum novo argumento foi apresentado para que pudesse acalmá-la?

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu acho que aí não tinha muito jeito, não. Era cada um procurando seu jeito. Eu sabia, por exemplo, que eu tinha que lidar muito com o pessoal do Prodasen, porque, a qualquer momento, eu poderia não agüentar ali, não resistiria e falaria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr.ª Regina, vou tentar reproduzir a pergunta da Senadora Heloísa Helena.

Senadora Heloísa Helena, peço a V. Ex.ª que acompanhe, pois vou tentar reproduzir a sua pergunta e posso cometer equívoco.

Parece-me que a Senadora Heloisa Helena lhe indaga o seguinte: A senhora disse em seu depoimento que todas as vezes em que procurava os Parlamentares, tanto um quanto o outro, recebia alguma palavra. A Senadora quer saber se, além das vezes em que S. Exªs tentaram acalmá-la, de uma forma ou de outra, se a senhora se lembra de mais alguma coisa no sentido de ser acalmada por S. Exªs quanto à possível descoberta. É isso Senadora?

A SR.ª HELOÍSA HELENA – Exatamente.

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu acho... Até estou tendo aqui dificuldade para refletir nesse sentido. Mas eu acho que não tinha jeito de acalmar, não, nem a tentativa, porque não tinha mesmo. Era uma surpresa a cada momento, uma caixa de surpresa e não tinha... não tinha.

A SR.ª HELOÍSA HELENA – Eu imagino e reconheço que V. S.ª esteja dizendo que não tinha como se acalmar, mas estou perguntando quais os argumentos que eram utilizados; nem se usavam argumentos. Simplesmente dizia nem no pau-de-arara e era só isso?

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não se tentava, não. Eu acho que a coisa ficou muito mais na minha mão, ficou muito mais na minha mão para resolver, porque, se fosse resolvido para lá, para cima, se dissessem: "Pode ficar tranqüila, que nós estamos resolvendo", mas não era, era técnico. Era técnico. Então, eu que tinha que resolver no sentido de explicar por que aconteceu isso, por que saiu isso, por que tem um resíduo lá. Será que o técnico vai falar, se não vai. Então, esse tipo de coisa quem tinha que fazer era eu.

A SR.ª HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, encerro e não tenho como deixar de elogiar a coragem da Drª Regina. Apesar de eu, pessoalmente, ter sido uma das pessoas mais prejudicadas com essa história suja, não tenho como não deixar de identificar muita coragem e honestidade no depoimento de V. S.ª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, com a palavra, o Senador Eduardo Suplicy. Antes, porém, consulto-o se é membro suplente desta Comissão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, como eu não sou membro do Conselho de Ética, falarei após os seus membros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem! O Senador Osmar Dias se encontra? Com a palavra V. Exª, por gentileza.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não tenho vocação nem para investigador, nem para inquiridor. Então, sinto um pouco de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 41
19.04.2001

FLS Nº 1641

dificuldade nestes momentos de formular perguntas. Mas, como sou do Conselho de Ética e serei obrigado a votar, preciso ter esclarecidas pelo menos três dúvidas que ainda persistem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Ex.ª a palavra.

O SR. OSMAR DIAS – A Dr.ª Regina, durante o depoimento, reafirmou a cultura do Prodasen, que é uma cultura de ética, que preserva essa ética até agora, apesar do que aconteceu. Fez questão de afirmar isso. Só que a Drª Regina, que trabalhou no Prodasen 25 anos – parece-me, a não ser que eu esteja enganado -, só resolveu entregar o caso, ou seja, fazer a denúncia ou prestar o depoimento depois que um outro servidor já tinha feito.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É verdade, Senador.

O SR. OSMAR DIAS - É verdade?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Se ele não tivesse feito, eu não entregaria. O custo/benefício era muito alto.

O SR. OSMAR DIAS – Mas, então, essa cultura de ética..

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso. Eu furei e abri aqui pedindo perdão para os meus companheiros do Prodasen, que eu...

O SR. OSMAR DIAS – Veja bem, eu estou só querendo esclarecer algumas dúvidas, porque confio no Prodasen e na cultura de ética do Prodasen, mas V. Sª trabalhou lá durante 25 anos, e acredito que teve tempo suficiente para absorver essa cultura de ética do Prodasen.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza.

O SR. OSMAR DIAS – E, no entanto, confessou que só fez o depoimento depois que um funcionário... Senão, não estaríamos sabendo de nada e não estaríamos aqui.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso.

O SR. OSMAR DIAS – Então, vou fazer uma pergunta que já foi...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu gostaria de fazer uma consideração em relação a isso que V. Exª está falando. Não me orgulho e me arrependo da hora em que nasci por não ter dito não. Não ter tido a coragem de dizer não naquele momento, mas não disse. Foi difícil demais e, inclusive, tenho uma coisa a dizer: os outros só o fizeram pela liderança que tenho e pelo respeito e credibilidade que eu tenho lá dentro; senão, não fariam. Então, aumenta mais, agrava mais a minha responsabilidade no processo. Agora, eu lhe falei: depois que se entra num caminho, às vezes, não tem volta. Não tem volta. A coisa vai ficando tão grave, a responsabilidade é tão grande, a gravidade das conseqüências vai ficando tão grande... Isso eram coisas que passavam na minha cabeça, Senador, 24 horas por dia. Por isso, talvez, eu tenha tanta facilidade para responder. Eu não tinha outro jeito.

Agora, se eu pudesse, até a última hora, apegar-me numa maneira de não estar vivendo o País essa crise, o Senado essa crise, todo o constrangimento para todo mundo e esse desgaste para a imagem do Prodasen, confesso para V. Exª que eu não seria o pivô dessa crise, em que pese eu levar para o túmulo, depois, a angústia de ter feito.

O SR. OSMAR DIAS – Drª Regina, eu sei que, dentro do Senado, alguns Senadores têm mais acesso aos diretores de diversos departamentos e órgãos do

Senado. Eu, por exemplo, tenho muito pouco acesso a esses órgãos e muito pouco contato.

Agora, já foi feita essa pergunta, mas não ficou clara para mim a resposta. O Senador Amir Lando e a Senadora Heloisa Helena fizeram a mesma pergunta de forma diferente. Vou mudar um pouquinho o jeito de fazer a pergunta, sendo um pouco mais direto, para ver se consigo o esclarecimento. Se eu procurasse V. Sª no Prodasen e pedisse para que executasse a tarefa que mandou executar, com certeza, V. Sª não a faria?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. OSMAR DIAS – Não.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Talvez se V. Exª me chamasse...

O SR. OSMAR DIAS – Mas eu sou menos Senador do que o Senador José Roberto Arruda?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Se V. Exª me chamasse de uma forma grave, na sua casa, à noite, dizendo que estava trazendo um pedido, que era para fazer e ser entregue no outro dia na mão do Senador Antonio Carlos Magalhães porque ele pediu, que ele queria isso, eu faria da mesma forma. V. Exª é tanto Senador quanto ele.

O SR. OSMAR DIAS – Mas, se eu chegasse dessa forma grave perante V. Sª e pedisse a lista, dizendo que foi o Senador Antonio Carlos Magalhães que me recomendou pedisse a lista, V. Sª acreditaria em mim sem consultar ou sem verificar se a minha mensagem estava sendo verdadeira?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Acreditaria na medida em que V. Exª me dissesse que iria entregar a lista na mão dele.

O SR. OSMAR DIAS – E quem pediu a lista, manifestou a intenção desse pedido ou simplesmente pediu a lista? Quer dizer, um Senador chega para V. Sª, que tem 25 anos de função no Prodasen, profissional exemplar, segundo todos aqui já afirmaram...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nem tão exemplar, Senador.

O SR. OSMAR DIAS – Exemplar até esse episódio. Chega e pergunta ou determina: V. Sª vai fazer esse serviço. V. Sª o faria sem perguntar a essa pessoa qual intenção dela?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sem perguntar qual a intenção.

O SR. OSMAR DIAS – A senhora fez sem perguntar qual intenção?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza, sabe, é uma coisa que não me diz respeito. Eu quero só pedir um relatório para o Prodasen, mas pra que é que o senhor quer?

O SR. OSMAR DIAS – Mas isso não fragiliza demais o conceito de ética, quer dizer, alguém chega e pede uma coisa tão grave sem que se diga o motivo daquele pedido?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O que eu acho que o que fragiliza, e com certeza fragilizou, foi fazer uma coisa que feria normas internas da Casa, mas não qual era a intenção. Desde que violou, aí é que eu acho que fragilizou.

O SR. OSMAR DIAS – Mas, Drª Regina, é que não entra na minha cabeça o seguinte: a senhora é uma diretora do Prodasen, respeitada, de repente um

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 43
19.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS Nº 1643

senador, mesmo sendo líder do Governo, eventualmente ou circunstancialmente sendo líder do Governo, chega pra senhora e pede uma coisa tão grave, a prática de um ilícito do tamanho desse que estamos aqui a apreciar, e a senhora presta esse serviço sem sequer ter a curiosidade de perguntar pra que que vai servir aquilo?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Bom, de minha ótica, Senador, de como eu agiria, eu tenho que falar com o senhor com sinceridade da minha ótica. Eu teria, sim, a possibilidade de dizer: não, discordo, não posso fazer, mesmo tendo as conseqüências que tiver, não posso fazer porque fere uma norma. Agora eu dizer: pra que o senhor quer? Mesma coisa que ter um banco de dados lá que não se pode tirar relatório dele. Não pode. Eu não vou tirar porque não pode. Agora eu não vou perguntar o que o senhor vai fazer. Se o motivo é mais nobre ou menos nobre não invalida o fato de não poder. Então, ou eu vou ferir e dar o relatório pra o senhor, ou não vou ferir porque não pode. Agora, desde que eu entreguei, aí o que vai ser feito com ele realmente não me diz respeito. Até prefiro não saber. Se eu não vejo o jeito de dizer não, até prefiro não saber.

O SR. OSMAR DIAS – Diante desses fatos, os Senadores, ou eu pelo menos, posso ficar tranqüilo que só aconteceu isso desta vez?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Absolutamente tranqüilo. Dentro do que couber a credibilidade que eu possa ter, absolutamente tranqüilo.

O SR. OSMAR DIAS – Quem deletou o disquete?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi o meu marido, Ivar.

O SR. OSMAR DIAS – Não houve alteração de voto?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Agora essa, Senador, eu digo para o senhor: eu não faria nem com uma metralhadora na minha frente. Eu não mudaria a vida de um ser humano, de um Senador nunca, sob pena de terem que me guilhotinar.

O SR. OSMAR DIAS – Quer dizer, o serviço que foi feito se limitou a tirar lista de votação, mas não houve alteração de nenhum voto.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso, inclusive, ficou claro no relatório da Unicamp, que foi tão fundo a ponto de detalhar tudo. Ele deixou claro que não foi mexido. Ele resgatou todos os procedimentos realizados naquele dia e afirmou que não houve a violação de voto. Quanto a isso o senhor pode ter tranqüilidade.

O SR. OSMAR DIAS – Obrigado, Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, por gentileza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Drª Regina, V. Sª já se dispôs a entregar ao Conselho de Ética o relatório dos telefonemas feitos por V. Sª.

Eu li hoje a matéria publicada no **Jornal do Brasil**. Em determinado trecho da matéria diz aqui: "a primeira coisa que pensamos foi ligar para o Heitor Ledur, que trabalhava conosco". Ligou de onde? Do telefone da residência da senhora?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nós ligamos. Foi até difícil achar. Estou aqui tentando lembrar porque... foi até difícil achar. Fomos no catálogo telefônico. O telefone estava em nome da esposa dele. Aí atendeu, não

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS. Nº 1644

estava ou não atendeu. Nós fomos para lá, para debaixo do bloco dele. Informaram que ele tinha saído. Aguardamos, saímos, sentamos ali por perto...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim, mas essas ligações iniciais foram feitas da residência da senhora.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ham ham. Da residência ou de celular.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Da residência ou celular. Bem, o gestor de sistema era o Hermilo Nóbrega. Estou lendo outro trecho da entrevista do **Jornal do Brasil**. "O gestor do sistema era Hermilo Nóbrega. Ligamos para a casa dele para que nos encontrasse lá embaixo do bloco". Também do telefone da residência ou do celular? Só isso que quero saber.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Bem, o Nóbrega nos encontrou debaixo do bloco do Heitor também.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim, mas foi feita a ligação para ele também?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza foi. Foi por ligação. Ele tem bip, não sei se foi pelo bip ou se foi pelo meu telefone. Mas temos como rastrear isso – se for importante, com certeza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Com relação ao Gazolla, que era da COP. Conseguimos o telefone dele e entramos em contato. Essa ligação para o telefone do Gazolla também foi feita do telefone da sua residência ou do seu celular?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Da minha não foi, porque eu não estava presente na hora em que eles falaram com o Gazolla. Deve ter sido do celular daquele que estava na hora. Mas foi de um celular. Mas podemos levantar isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo. Exatamente isso que eu queria pedir a senhora, se foi de outro celular de alguém do grupo...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Seria interessante levantar quais são as ligações que seriam importantes de ser levantadas, e correríamos atrás.

O SR. ROMEU TUMA – Como eu pedi, é importante saber as ligações que a senhora fez referentes ao caso.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza, Senador. Foi por telefone.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Num determinado trecho da entrevista, a senhora diz o seguinte: "Eles estavam com um **laptop** e trabalharam por umas duas horas no sistema. A alteração era basicamente tirar uma proteção que omite o nome de quem votou". Esse é um detalhe da entrevista que saiu no **Jornal do Brasil**. Onde está esse **laptop**? É possível ceder esse **laptop** para o Conselho de Ética do Senado, a fim de tentar também fazer uma investigação nesse **laptop**, no sentido de buscar as informações?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Esse **laptop** é particular ou é do Prodasen?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Deixa eu lhe dizer algo sobre essa entrevista. Decidi, desde que acabei de fazer o depoimento, que eu não daria

nenhuma palavra com ninguém, além de vir falar com V. Exªs. Ontem havia muitos repórteres na porta da minha casa. Foi difícil chegar e sair. Mas mantive isso.

Mas há uma jornalista desse jornal, a autora da matéria, que é filha de uma colega do Prodasen. Então, telefonou para saber notícias e tal. Houve uma conversa coloquial, para saber como foi, lamentando. Se foi efetivamente **laptop** ou micro, temos de saber direitinho e passar as informações. Mas também posso levantar. É só saber quais são os dados. Com certeza, houve a tentativa de se limpar tudo, assim como houve aqui, e ficou rastro. Lá também, com certeza, houve. Agora, disponibilizar o equipamento, com certeza, é possível.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Num determinado momento do seu depoimento, a senhora diz que, quando começou a se revelar o nome da Senadora Heloísa Helena e de outros Senadores que teriam votado dessa ou daquela forma, começou o que é conceituado aqui na entrevista como sendo "o nosso calvário". Aí, a senhora relatou que procurou os Senadores Antonio Carlos e Arruda, mostrando a S. Exªs o perigo dessa situação que estava sendo formada. Inclusive, na entrevista do **Jornal do Brasil**, com relação ao grampo dos Procuradores, a senhora diz o seguinte: "Quando vi aquilo, não acreditei. Eu pensei "ele está dando um tiro no peito. Procurei o Senador Antonio Carlos e o Senador Arruda." Também, noutro momento do depoimento, a senhora diz: "Eu pedi para ele pedi parar de brigar." A senhora mostrou que essa briga, esse desentendimento, essa questão que é interpretada pela sociedade como não sendo uma questão política, mas pessoal, aqui no Senado poderia culminar com a descoberta dessa situação que vocês fizeram juntos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, falar uma coisa dessa com o Senador Antonio Carlos Magalhães, para quem o conhece, é uma ousadia muito grande, difícil de fazer. Mas, como eu me via numa situação muito complicada e achava que não era só minha, mas geral, tomei a liberdade e falei exatamente isso. Porque eu achava que, quanto mais essa briga fosse aumentando, mais se acirraria o aprofundamento nessas questões e se chegaria ao ponto a que chegou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E o que ele disse quando V. Sª falou isso? Falou que continuaria brigando e pediu que ficasse tranqüila porque a situação era tranqüila?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Ele me disse que, quando brigava, era por questão de princípios.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E quanto ao receio de V. Sª de que essa situação viesse à tona?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ficou por aí. Não tenho essa liberdade de ficar explorando. Essa colocação foi feita, mas eu realmente não continuei provocando essa conversa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. Sª disse que resolveu falar a verdade quando constatou o laudo da Unicamp e tomou o depoimento de um colega que estava na pirâmide abaixo de V. Sª na estrutura hierárquica do Senado. Agindo até no sentido de assumir para si a responsabilidade de proteger os que estão abaixo de V. Sª, acabou...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Cada um tem de assumir a sua responsabilidade. Eles também terão responsabilidades para assumir, mas, pelo menos, não os deixei sozinhos para assumi-las.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 46
12.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1646

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Nesse episódio de contar a verdade, V. Sª teve e está tendo o apoio do seu marido e dos seus filhos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza.

Seria possível interrompermos a reunião? Estou-me sentido meio cansada. Poderíamos parar um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos suspender a reunião, por cinco minutos, para darmos uma descansada.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Para dar uma esticada.

(Suspende-se a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estão reiniciados os nossos trabalhos, após a breve suspensão.

Estava com a palavra e continua com ela o ilustre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Srª Regina, a senhora disse, em seu depoimento, que foi procurada pelo Senador Arruda, que lhe afirmou estar falando em nome do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães. Posteriormente, após a votação, após ter recebido a lista, o Senador Antonio Carlos ligou na residência da senhora, agradecendo pela lista. A senhora reafirma essa declaração?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Reafirmo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então a senhora hoje tem a tranqüilidade absoluta de que realmente aquilo que o Senador Arruda lhe disse sobre estar falando em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães era verdade, porque S. Exª ligou agradecendo? A senhora está tranqüila em relação a esse ponto?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Quanto à pergunta que V. Exª havia me feito sobre o interesse pela lista, não sei nada sobre o que saiu do meu espaço para lá – quem quis, quem combinou, qual o interesse de quem. Estou relatando o que vi, o que vivenciei. Tive a constatação de que o Senador Antonio Carlos recebera aquela lista, estivera com ela, à medida que S. Exª me telefonou, falando sobre a lista.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em outras oportunidade, S. Exª tentou acalmá-la. Está correto?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim. Está correto.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A senhora tem algum parentesco com o atual Governador da Bahia?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Fui casada com um primo do Governado César Borges, no meu primeiro casamento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – S. Exª chegou a ter alguma influência, junto com o Senador Arruda, diante do Senador Antonio Carlos, para a nomeação da senhora para o Prodasen?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Pois é. A mídia fez uma exploração grande em relação a essas vinculações. O processo de eleição no Prodasen dá-se como já expliquei. Foi feita uma eleição interna, para indicação. Fui eleita – tenho esses dados, posso passá-los a V. Exªs. O resultado vai para todos os Senadores, e dezenas de Senadores fazem esse pedido. Lembro-me de quando o Senador Antonio Carlos falou que me ia nomear, foi quando o conheci

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 47
19.04.2001
SENADO FEDERAL SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA FLS. Nº 1647

pessoalmente, que eu pude falar com S. Exª. O Senador Antonio Carlos falou "A senhora é uma unanimidade, porque eu nunca vi tanto pedido para uma pessoa". Então, não posso atribuir que a minha nomeação tenha sido por causa do Senador Arruda, por causa do Governador ou por causa de qualquer outro Senador. Penso que um conjunto de fatores me levou a ser conduzida.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A senhora, durante o período de sua gestão frente ao Prodasen, recebeu algum pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães para interceder em favor de alguma empresa de forma a facilitar procedimentos liquidatórios?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Absolutamente. O Senador Antonio Carlos nunca se envolveu com a parte administrativa da Casa.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A senhora conhece o Sr. Rubens Gallerani?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Conheço, sim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A senhora recebeu algum pedido do Sr. Rubens Gallerani para favorecer alguma empresa ou apressar algum processo de alguma empresa?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu gostaria de fazer uma pergunta, Sr. Presidente. É pertinente ao caso entrarmos por esse caminho? Posso responder sem problemas. Mas já estamos tratando aqui de um assunto extremamente complicado. Vamos abrir um outro flanco.

Bom, em relação à influência do Sr. Rubens Gallerani referente à administração do Senado como um todo, esse assunto foi objeto de uma averiguação interna, de uma sindicância interna. Foi apreciada a forma como foram feitas as compras no Senado Federal que tiveram alguma vinculação com amizades - como foi citado na época e explorado pela mídia - foi toda averiguada, inclusive com a apreciação pelo Ministério Público. Então, isso tudo está aí à disposição para que possa ser visto. Eu não sei...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antero Paes de Barros, agradeço-lhe a pergunta, que é uma oportunidade, dada a observação da Depoente, de o Conselho de Ética chegar a um desiderato. Estamos aqui reunidos em razão de uma representação para apurar a violação do painel, os seus autores e assim por diante. Solicito, então, aos Srs. Senadores que nos atenhamos a esse caso, porque o outro é objeto de um inquérito administrativo por parte do Senado, senão, acredito que ficaremos investigando qualquer notícia que surgir.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço a V. Exª que releve isso. V. Exª está prestando um grande serviço ao Conselho de Ética ao nos permitir esse esclarecimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, concluo a minha intervenção.

Gostaria apenas de, por um dever de justiça, registrar aqui a minha solidariedade a V.Sª. Ouvindo o depoimento dramático dado a esta Comissão, fiquei realmente imaginando o filme da carreira da sua vida passando, uma carreira brilhante, bem sucedida, e que há um episódio em que V. Sª mesma, no seu depoimento, com muita transparência, se autocondenou, dizendo não concordar com aquilo que fizera, e, se pudesse voltar atrás evidentemente não o teria feito.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 48
19.04.2001

SENADO FEDERAL FLS Nº 1648 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Fica evidente a lição, pelo depoimento de V. Sª, de que nenhuma ordem superior hierárquica deve ser cumprida quando ela for absurda.

Mas entendo que V. Sª faz um depoimento extremamente sincero, patriótico, e se esse comportamento trouxe algum prejuízo ao Prodasen, o depoimento de V. Sª pode trazer um enorme benefício a uma instituição necessária para a democracia brasileira, que é o Senado da República.

Não posso também, Sr. Presidente, encerrando a minha participação, deixar de cumprimentar aqui o gesto do Senador José Eduardo Dutra que, ao transmitir as informações das conversas que teve com os Senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães em momentos em que S. Exª não acreditava sequer nessa possibilidade, S. Exª tem um gesto de muita dignidade, como, aliás, é do seu feitio, do seu comportamento nesta Casa, para impedir que a verdade fique soterrada aqui, no Senado Federal.

Eram essas as considerações que queria tecer.

Parabéns a V. Sª!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª, Senador Antero Paes de Barros.

Concedo a palavra ao eminente Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres colegas.

Drª Regina, ouvi, em seu depoimento, a senhora dizer que esteve em Florianópolis, Santa Catarina, por ocasião de um seminário do Interlegis, e já àquela época passava por esse calvário, conforme disse em seu depoimento. Inclusive, eu participei de um almoço e – repito – naquela época não senti isso na senhora. Mas, de acordo com o que confessou, já percorrida esse calvário. Imagino, então, há quanto tempo isso vem ocorrendo!

Após a divulgação, após a sua confissão de estar assumindo, de não mais carregar essa cruz, de querer sair desse horto, desse calvário, sei lá, de não querer carregar isso dentro de si, após expor tudo isso nesta Comissão, V. Sª tem sofrido alguma ameaça, alguma repreensão por haver assumido e dito a verdade, de pensar e expor seu pensamento de acordo com a sua consciência? Digo que não é fácil. Alguma repreensão por parte de alguém ou de algumas pessoas, talvez você se lembre disso. Que, aliás, a confissão foi agora, né? Agora na Comissão, né?

A SRª REGINA CÉLIA PÉRES BORGES – Foi no depoimento.

O SR. CASILDO MALDANER – No depoimento. Após ser divulgado isso, e as pessoas saberem, olha, eu... foi assim e assado... Eu assumo, não carrego mais isso, não agüento, esse calvário já vem desde aquela época...

A SRª REGINA CÉLIA PÉRES BORGES – E especialmente, Senador, pelo seguinte: isso foi desnudado, isso aí foi desnudado. A rotina, como se deu o episódio, foi absolutamente e detalhadamente definido num relatório da Unicamp. Então, veja bem, e tinha lá dentro um técnico, e tinha uma senha, e tinha um horário em que aquilo foi feito. Então, ele ficou responsável. Quer dizer, era um dado factual, foi feito. Por mais pavor que eu tivesse de enfrentar tudo isso, foi feito e tem uma pessoa responsável e fui eu quem pedi para ela fazer, o senhor entendeu? Então, eu não tinha como não chegar e dizer, entendeu? É o que eu falo: pode até não ser a declaração mais nobre, que eu poderia dizer: "ah não, eu fiz por um dever de consciência", mas acho que lá atrás, se eu não fiz, aí eu tinha que tentar levar até o fim, mas o limite foi realmente ter caído na mão, chegado naquele ponto que

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 49
19.04.2001

FLS Nº 1649

ficou na responsabilidade de um colega que estava lá, e fui eu quem pedi, então eu tenho que dizer que estava e eu pedi. Agora, daí, eu tenho que dizer por que que pedi. Eu não tenho outra saída. Eu pedi por quê? Então eu tenho que contar a história por que que eu pedi, eu não tenho outro caminho.

O SR. CASILDO MALDANER – Em função dessa história, desse relato que a senhora contou, "que pediu para ir na minha casa, houve telefonema agradecendo outro dia à noite", por ter contado esse relato, a senhora foi repreendida depois dessa confissão?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não. Não fui. Sei que, por exemplo, no Prodasen, eu sei que muitos dos meus companheiros ficaram, no que pese a solidariedade ao saber do meu sofrimento, decepcionados, por conta disso que eu coloquei, dessa cultura, dessa imagem, nem é só imagem, é uma realidade, e de repente a Regina, logo eu, que desfruto de um conceito, de uma liderança e tudo o mais. Então eu sei que eu tenho "ene" julgamentos a respeito desse ato, mas assim uma repreensão, uma represália, absolutamente nenhuma. Não falei nem com o Senador Antonio Carlos nem com o Senador Arruda depois da minha declaração.

O SR. CASILDO MALDANER – Também não lhe repreenderam?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não, não.

O SR. CASILDO MALDANER – A reunião havida na residência da assessora do Senador Antonio Carlos Magalhães, a assessora Flecha de Lima, ela por acaso é filha do embaixador Flecha de Lima?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É, é, é. Agora isso aí eu até acho que foi a única coisa que me causou um constrangimento na hora de dizer, foi só porque era uma pessoa que não tinha nada a ver e que fez para me facilitar um procedimento, porque eu achei que os Senadores iam jantar e eu precisava falar com ele, não queria falar lá e ele falou: "Passo lá na casa da senhora e falo", mas como minha casa tinha sido invadida, eu estava com os telefones, imaginando tudo grampeado, eu falo: "Senador, vai lá, isso aí vai...". então, eu falei: "Não, Senador, não gostaria que fosse lá." Aí ela se ofereceu, que era caminho, se eu quisesse esperar na casa dele, ele passaria rapidamente e falaria comigo, como se deu assim realmente: eu cheguei, fiquei esperando, ele passou, viu que eu queria falar, e seguiu.

O SR. CASILDO MALDANER – E nesse episódio todo, talvez a senhora se lembre ou possa citar se houve a participação de outros assessores ou de outros Parlamentares.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não, Senador, nenhum Parlamentar. Assessores, os meus, os técnicos do Prodasen.

O SR. CASILDO MALDANER – Que tem intermediado não tem ninguém mais?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, intermediário, não, ninguém.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Posso...?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – A senhora se referiu a um encontro que teve com o Senador Arruda no seu carro, se não me engano, no carro dele?

SENADO FEDERAL FLS Nº 1650 SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Era o carro oficial do Senado ou era carro particular dele?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu acredito que fosse oficial. Eu acredito que fosse o carro oficial.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E havia o motorista então que presenciou isso?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É, num dia havia o motorista. Foram duas situações que ocorreram, em que conversei com ele em carro: um dia, perto da UnB, daquelas tendas; outro dia, perto da igreja, na frente do Gilberto Salomão.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não era ele que dirigia o carro? Havia alguém dirigindo?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, no da UnB, acho que tinha um motorista; no outro, tenho dúvidas, porque o Domingos estava presente...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Em ambos os casos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Estava. E, nesse do Gilberto, demos uma volta. O meu marido ficou no meu carro, e demos uma volta, mas estou em dúvida sobre se era o Domingos que dirigia. Tenho dificuldades de lembrar isso com detalhes.

O SR. CASILDO MALDANER – É claro que, pelo que se viu, não é fácil recordar, e isso já foi bastante discutido, mas, de certo modo, está ficando entre a palavra de um e de outro a questão da visita até a residência do Senador, se não me engano, no dia 28.

V. Sª tem como lembrar – sei que não é fácil, mas pode surgir – mais algum episódio, naquela noite ou não, que possa ajudá-la?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O senhor fala sobre o dia 28? Não tenho dúvida do dia, porque foi na véspera da...

O SR. CASILDO MALDANER – Foi no dia 27 ou 28?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi no dia 27, a véspera. Tenho convicção do dia, mas os outros...

O SR. CASILDO MALDANER – Se há algo, no dia 27, que possa ajudar, porque há a afirmação de que V. Sª não tem ido à casa do Senador José Roberto Arruda.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Senador Eduardo Suplicy me havia feito a pergunta: "A senhora se lembra de alguma coisa?". Puxei pela memória e falei: "Lembro que, na hora em que cheguei, tinha uma música, e, na hora em que abriu, era um rapaz tocando".

Os detalhes de como é a casa lembro bem.

O SR. CASILDO MALDANER – Do porteiro não se lembra?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ao porteiro devo ter dito onde eu ia entrar. É uma casa de Senador, que abriu.

O SR. CASILDO MALDANER – Dª Regina, se não me engano, o Senador Antero Paes de Barros já mencionou a questão de que a associação dos servidores ou a do Prodasen é que elege, faz a indicação, o processo de votação direta. É a associação mesmo que encaminha o nome à Mesa Diretora, ou há intermediação com alguns Senadores?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 51
19.04.2001

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Funciona assim, Senador: o cargo é privativo do Presidente da Mesa, então, é uma mera indicação da pessoa que os servidores acham que estaria mais preparada e tal. Às vezes, manda mais de um, dependendo se dois são bem votados. A associação faz uma carta para todos os gabinetes e põe o resultado da votação, pedindo o apoio dos Senadores junto ao Presidente da Casa.

Normalmente, há solidariedade dos Senadores com esse resultado, tanto assim que é muito comum: na maior parte das vezes, vai nomeado aquele que foi eleito.

O SR. CASILDO MALDANER – Só para tirar uma dúvida: na imprensa, Drª Regina, tem saído sobre a filiação de V. Sª e do Senador José Roberto Arruda ao mesmo partido. Isso tem procedência?

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O período todo em que fui Diretora do Prodasen... Desde 1981, fui Diretora Executiva, mas fui Diretora de Desenvolvimento de Sistema e, depois, Diretora Executiva até 1994, exatamente quando houve aquelas CPIs. Em 1994, saí e tive vontade de fazer militância partidária. Filiei-me ao PSDB; foi até na ocasião em que houve a campanha da Maria de Lourdes Abadia.

Aqui em Brasília havia três grupos: o do Sigmaringa, o da Maria de Lourdes Abadia e o do Geraldo Campos. Mas tenho um jeito de lidar com as coisas: não gosto muito de fazer... Fiquei amiga de todos; participei, companheira de todos. O Sigmaringa mesmo se tornou um grande amigo meu. Até fiquei sensibilizada com o depoimento que ouvi dele, ontem, em um perfil que fizeram no **Correio Braziliense**, assim como a Maria de Lourdes Abadia, assim como o Geraldo Campos. E, quando o Senador Arruda veio... Mas aí o que acontece? Por que não vinculo a questão da participação partidária? Porque quando voltei à diretoria, achei que eu não deveria ter envolvimento com partido, porque voltei a ser diretora, e é um órgão que lida com todos os partidos. Então, parei de ter participação. Foi só naquele interregno, enquanto não estava diretora. Nunca mais freqüentei reunião, nada.

O SR. CASILDO MALDANER – Está bem. Para finalizar, Drª Regina, vamos ser sinceros, depois de todo esse calvário, esses meses todos, depois de a senhora contar, relatar, de acordo com a sua consciência, não se sente mais aliviada? Depois de passar por isso tudo? Mas carregar isso sempre? Se fosse carregar, daqui um pouco pingando aqui, daqui um pouco sai lá, daqui um pouco não sei o quê. A senhora resolveu assumir. Disse: "Vou assumir, vou relatar e não vou carregar isso para o resto da vida. Vou enfrentar esse turbilhão". Não foi melhor assim?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não tenho dúvida de que, por um lado, é um alívio muito grande, porque a verdade não tem duas versões. É muito mais tranqüilo lidar com ela. Quando tocava o telefone e era um jornalista, naquela ocasião eu pensava: descobriram a lista. Hoje, liga um jornalista e sei que quer saber detalhes. Mas não sinto mais aquela aflição. Não tenho dúvida de que alivia. Agora, não tenho ilusão. Sei o que estou passando até aqui, minha família, e não tenho ilusão do que vou passar daqui para a frente.

O SR. CASILDO MALDANER – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pergunto ao Senador Waldeck Ornélas se S. Exª cede a palavra ao Senador... Eu sei. Mas em razão de que V. Exª

afirmou que tinha que viajar. É só por isso. Não tem problema? Então, pela ordem, o Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Drª Regina, a senhora procurou transmitir a este Conselho que tinha uma clara percepção da gravidade ou da seriedade do ato que seria praticado. Mas a senhora determinou uma modificação no sistema de controle de votação sem ter-se certificado de que havia efetivamente uma demanda por parte do Presidente da Casa. Quer dizer, a senhora disse, respondendo à Senadora Heloísa Helena, que achava que havia ali uma questão de uma ordem, de uma coisa de cima para baixo. Como a senhora explica que, tendo noção da gravidade ou da importância do ato, pudesse determinar uma modificação no sistema sem confirmar, sem consultar, no caso, a Presidência da Casa sobre a questão? Sobre essa demanda?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Porque me foi dito que eu entregaria o resultado para o Senador Antonio Carlos Magalhães. Agora, logo em seguida, vem um ponto fraco da história. Talvez até V. Exª não perguntasse. Só que na hora de entregar, não era ele que estava lá. Foi um momento difícil realmente. Estou falando. "Então eu não entrego, então só vou entregar..." Bom, mas então estou falando que o Senador está mentindo. Tinha que dar um tempo para ver se ia entregar mesmo ou se eu ia lá perguntar se entregou ou não e dizer que houve aquele pedido e que foi feito em nome dele. Mas tive uma ligação dele que me tranqüilizou e aos outros que estavam morrendo de medo quando falei que não tinha entregue nas mãos dele.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – É. V. Sª tem razão. Eu perguntaria exatamente isso. Porque, tanto no seu segundo depoimento quanto hoje aqui, V. Sª fez questão de reafirmar que o Senador Antonio Carlos Magalhães nunca havia lhe solicitado nenhum pedido de alteração desse ou de qualquer outro sistema nem lhe dado nenhuma outra ordem que violasse qualquer tipo de norma do Senado. Então, na hora em que a senhora percebeu que a lista não seria entregue sequer a um Senador, não lhe ocorreu reter a lista e dizer: "Não, só entrego ao Presidente da Casa"?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, eu sabia que era um Senador porque falei com ele. E ele me disse que entregasse a lista ao assessor. Agora, é o que falei: é muito diferente de eu aceitar uma determinação de um Senador, em que pese o meu respeito por todos. Mas uma coisa tão complicada, dessa natureza, é o Presidente da Casa é quem opera o computador, quem, enfim, administra a Casa. Então, uma coisa dele... E o constrangimento de dizer o não para ele é diferente. Então, realmente, foi um momento muito complicado até eu ter aquela confirmação.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Drª Regina, em alguma outra oportunidade, a senhora atendeu algum pedido feito em nome do Senador ACM sem confirmação prévia dele?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nunca.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Nunca. Ok, eu estou satisfeito.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sabe, Senador, o Senador Antonio Carlos - eu acho que para o senhor eu não preciso dizer isso, porque o senhor já trabalha com ele, como trabalhou na Bahia – tem um temperamento que

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 53
19.04.2001

ele não se envolve. E quando é uma coisa mais estratégica, ele tem uma atuação muito firme. Ele tem a minha admiração em relação à forma como conduz.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas ele é uma pessoa, como a senhora disse, que quando tinha que tomar uma decisão estratégica lhe pedia mais outro relatório, mais outro, examinava, e depois então é que decidia e dizia: toque as medidas administrativas. E a minha impressão é que, inclusive por conta de toda essa importância que ganhou o projeto Interlegis, a que se referiu aqui o Senador Casildo, o contato da senhora com o Presidente seria uma coisa fácil de obter numa hora dessa, num momento desse.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sabe o que me ocorreu, Senador? Ocorreu-me o seguinte: se o Senador Antonio Carlos, com o perfil direto que ele tem, não fez, ele pode ter tido o constrangimento e preferiu que até, se eu não fosse fazer ou qualquer coisa, outra pessoa... Foi o que me ocorreu. Eu também fiz essa pergunta e falei: deve ser por um constrangimento.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Eu estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Paulo Souto, por gentileza.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, Srs. Senadores, nós recebemos ontem esse trabalho feito pela Comissão de Inquérito, que culmina com dois depoimentos que deram o desdobramento a que hoje nós estamos assistindo aqui, e é um trabalho, para o tempo em que foi feito, muito grande. Eu contei que foram colhidos 25 depoimentos, sendo que algumas das pessoas foram ouvidas mais de uma vez, entre os quais, por exemplo, o Sr. Heitor Ledur, que, apenas na segunda parte do terceiro depoimento, quando confrontado com o que seriam as informações obtidas através da Unicamp, acabou revelando o que aqui se está neste momento colocando. Ou seja, os 23 depoimentos iniciais, todas as pessoas possivelmente envolvidas, em nenhum momento, deram qualquer informação que levasse ao que hoje nós estamos aqui discutindo, apenas os dois depoimentos finais, depois que surgiu a constatação da Unicamp. Então, houve, sim, uma grande mudança do que está aqui nesses depoimentos, apenas nos dois depoimentos finais.

Mas a minha pergunta é a seguinte, dentro da linha que já foi feita: definitivamente, tem uma coisa que não mudou em tudo isso aqui, que é justamente a opinião da senhora sobre o comportamento ético do Senador Antonio Carlos quando foi Presidente do Senado, a senhora trabalhou com ele durante quatro anos, não é verdade? E eu não quero nem tomar o primeiro depoimento, porque o que eu disse é que houve uma mudança muito grande a partir do depoimento do Heitor. Mas, nesse aspecto da opinião da senhora sobre o Senador Antonio Carlos, nem o que aconteceu com o depoimento do Heitor mudou. Porque, no primeiro momento, a senhora se referiu dizendo o seguinte: "A depoente nunca recebeu de nenhuma autoridade" – e aí, certamente, estaria se referindo também ao Presidente do Senado – "ordem, solicitação ou expressão de desejo que a levasse a entender que deveria providenciar a quebra do sigilo do painel de votação do Senado Federal. Nunca deu nenhuma ordem, instrução, anuência ou incentivo, etc." Tudo mudou, mas não mudou, mais uma vez, mesmo depois de tudo que aconteceu, do depoimento do Heitor, do próprio depoimento da senhora, não mudou, mais uma vez, eu diria, a opinião que a senhora tinha sobre o comportamento ético do

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 54
19.04.2001

Senador Antonio Carlos. Até esse momento, o Presidente nunca lhe havia solicitado nenhum pedido de alteração desse ou de qualquer outro sistema, nem havia lhe dado nenhuma outra ordem que violasse qualquer tipo de norma no Senado.

Então, a senhora trabalha com um homem há quatro anos, tem a respeito dele a opinião que deu no primeiro, no segundo depoimento e que acaba de dar aqui agora, e a pergunta que faço, respeitando esse momento difícil que a senhora vive e que todos nós vivemos aqui no Senado Federal, é a seguinte: Tenho de uma pessoa uma opinião que a senhora tem, trabalhei com ele quatro anos, em nenhum momento recebi dele qualquer orientação que ferisse os princípios éticos com os quais eu estava trabalhando, em nenhum momento – pelo menos não são palavras minhas. Será que não seria justo que a senhora, neste momento, fizesse essa pergunta? Se o Senador Antonio Carlos, com quem trabalho durante quatro anos, durante todo esse período jamais me fez nada próximo ao que se faz agora, por que ele está fazendo isso agora? Será que é para quebrar, eu diria, o princípio de confiança que existe entre nós? Será que não seria absolutamente necessário que a senhora verificasse isso de alguma maneira? Como quebrar uma relação de tanta confiança que a senhora demonstrou num momento como esse? Não de uma pessoa qualquer, mas de uma pessoa que durante todo esse período – a senhora confessa – em nenhum momento – a senhora acabou de dizer aqui –, que sempre esteve com ele e que ele sempre pareceu um homem que nessas questões administrativas era um homem austero e que nunca houve nada disso. Então, quebrava-se naquele momento uma relação de confiança entre duas pessoas, e a pergunta que faço é: A senhora não se perguntou se isso realmente teria que ser verificado?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, são 400 servidores do Prodasen que convivem comigo há 25 anos e que me consideram um exemplo e um modelo de ética e de conduta e, hoje, de repente, estão vendo que, por alguma circunstância, quebrei isso por algum motivo. Acho que pensam que teve algum motivo para fazer, porque, pelo o que conheço dela e tal ela não estaria quebrando. Então, isso que acontece hoje, dos servidores do Prodasen estarem sem entender como que eu fiz, naquele momento, acontece. Passaram quatro anos, ele tendo toda uma atitude, mas, de repente, pediu-me. Sem saber por que, eu me senti tendo que fazer, mas sem saber por que foi feito. E quanto à pergunta novamente de ter que perguntar por que, eu tinha a afirmação de que a coisa seria entregue para ele. Então, era uma ordem. É para fazer e é para ele, e a certeza que eu teria seria na hora da entrega. Entendeu? Então, eu telefonar: Ah, mas perguntou mesmo? Se ele já teria usado o intermediário para evitar o constrangimento, se eu ligasse, eu iria aumentar o constrangimento! E se eu tinha o momento da entrega para ter a certeza de que era para ele, isso aí fechava sem eu precisar criar esse embaraço de ir lá perguntar: Para que o senhor quer isso? Determinou, tem que fazer, vou fazer.

O SR. PAULO SOUTO – De forma alguma eu quis aqui dizer o que a senhora deveria ter feito. Perguntei apenas se não lhe pareceu, quer dizer, a senhora perguntou a si mesma: Meu Deus, por que está acontecendo isso? Um homem que nunca me fez um pedido desse! Nunca tratou disso comigo, nada próximo a isso!

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Estranhei, com certeza estranhei muito.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 55
19.04.2001

O SR. PAULO SOUTO – Quero mais uma vez dizer que quero aqui respeitar esse momento de ansiedade que todos estamos vivendo, mas, então, nesse segundo momento, a senhora também falhou. Porque, com tudo isso, a senhora perderia, vamos dizer assim, essa dúvida acabaria no momento em que a senhora entregasse isso a ele – o que mais uma vez não aconteceu, a senhora não entregou a lista a ele.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu tive realmente esse constrangimento ali na hora da entrega e, se por acaso ele não tivesse me ligado, com certeza, no dia seguinte, porque me veio a afirmação de que ele faria um contato imediato comigo, porque isso chegaria às mãos dele. E se não tivesse ocorrido, eu iria, com certeza, procurá-lo, com um prejuízo.

O SR. PAULO SOUTO – Mas já depois de ter feito...?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso. Com um prejuízo. Se ele falasse "não foi", a coisa teria saído, não para ele, que seria para quem realmente eu fiz e faria por ser o Presidente da Casa.

O SR. PAULO SOUTO – A segunda e última pergunta, não sei se V. Sª teria condição de respondê-la – creio, Sr. Presidente, que talvez as pessoas, posteriormente, devessem ser esclarecidas – diz respeito à questão do primeiro laudo da Unicamp. É claro que eu não estou colocando em dúvida o que estamos recebendo, até porque se trata de uma instituição respeitável. Mas eu gostaria de saber como se chegou à conclusão.

Diz, a última página do primeiro laudo, o seguinte:

> Considerando a fragilidade na segurança de acesso aos computadores que permitiria a alteração de qualquer informação do sistema, pode-se afirmar que: a existência de arquivos com listas de votação não demonstraria, irrefutavelmente, que houve uma violação de sigilo, já que esses arquivos poderiam ter sido fabricados externamente e implantados no sistema, em qualquer momento;
>
> 2) A inexistência de arquivos, por outro lado, com listas de votação, também não demonstraria, irrefutavelmente, que não houve violação de sigilo, já que seria possível violar o sistema e copiar a lista para um meio magnético removível, disquete por exemplo, ou imprimir a lista diretamente, sem gravá-la em um disco rígido.
>
> Os dois argumentos acima levariam a que se considerasse inócua a busca de arquivos contendo listas de votação, pois seria impossível identificar de formar inequívoca seus autores e suas datas, dentre outros atributos.

No entanto, fazem uma ressalta.

> Contudo, é importante destacar que durante a busca de arquivos apagados, realizada nos discos rígidos, foram encontrados fragmentos de arquivos com nomes como: interrogação, Senador, documento, senha, Senador, documento, cadeiras xls, etc, cujas datas de criação coincidem com ou são próximas às de votações.

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1656

secretas. Os atributos recuperáveis desses arquivos poderiam ser usados como indícios para investigações de outra natureza.

Não sei se V. Sª poderá responder-me. Talvez seja algo que apenas o nosso Corregedor pudesse ver. Não foram esses arquivos aqui que levaram...?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. PAULO SOUTO – Eles tinham eliminado qualquer possibilidade de chegar, de forma inequívoca, aos autores, a não ser que esses arquivos aqui pudessem levar a isso. Não foram esses arquivos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. ROMEU TUMA – Já esclareceu....

O SR. PAULO SOUTO – Foi algo ao qual consideravam que não poderiam ter acesso, mas que depois tiveram.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Houve um segunda etapa. Para nós, já havia a conclusão de que não se recuperaria o que foi feito. De repente, retomaram, por algum outro caminho, tiveram alguma luz, e foram trabalhar. Foi o que falei da Semana Santa. Percebi que o enfoque que estavam dando no trabalho durante a Semana Santa era porque haviam achado um caminho para redesenhar a rotina que foi feita.

O SR. PAULO SOUTO – Por iniciativa deles próprios?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não sei, porque estava do outro lado da questão. Não sei como se deu.

O SR. PAULO SOUTO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Eduardo Suplicy. Posteriormente, a concederei ao último orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Se o Senador Pedro Simon e o Senador José Eduardo Dutra desejarem argüir antes de mim, não haverá problema, pois ficarei até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apenas informo que membro do Conselho, na qualidade de suplente, é o Senador José Eduardo Dutra. Portanto, caso queira, S. Exª tem realmente preferência. Nem V. Exª nem o Senador Pedro Simon fazem parte do Conselho, como titulares ou suplentes.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, o meu Líder, o Senador José Eduardo Dutra, tem prioridade, por favor.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, por cessão do Senador Eduardo Suplicy, tem a palavra o Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou ser muito breve, Sr. Presidente. Tenho apenas duas perguntas.

Ao responder uma pergunta da Senadora Heloísa Helena, V. Sª disse que fez o que fez, com uma combinação de confiança e - não sei qual foi o termo - de receio, pelo fato de ser a autoridade que estava pedindo.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Autoridade, subordinação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Subordinação. Na parte de confiança, V. Sª fez questão de explicitar de onde vinha a confiança. A confiança de que, se eles estavam pedindo isso, nunca vazariam. Pelo que entendi foi isso.

V. Sª disse que, quando foi entregar a lista, entregou-a para um funcionário do Senador José Roberto Arruda. Naquele momento, essa parte da confiança...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 57
19.04.2001

SENADO FEDERAL
Fls. Nº 1657

Porque o funcionário do Senador José Roberto Arruda, supõe-se que seja da confiança dele.

O SR. PEDRO SIMON – Dele quem?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Dele Senador. Mas não da confiança de V. Sª. Nesse momento, considerando os detalhes da lista que V. Sª. descreveu aqui, um papel com os nomes e o voto, sem qualquer referência ao Senado ou à origem. Nesse momento, V. Sª não pensou que o fato de estar entregando uma lista a um funcionário de um Senador, e o fato de essa lista ter essas características, estaria abrindo a possibilidade de que qualquer Senador poderia ser depois objeto de chantagem, por exemplo, já que pode começar a aparecer lista a torto e a direito, para todos os tipos de... Até porque há uma pergunta que não está respondida ainda: a quem interessa o crime; para que serve?

Vi o Senador Romeu Tuma, que é do ramo, balançar a cabeça, porque realmente é a primeira pergunta que se faz em uma investigação.

Eu gostaria de saber o que passou pela cabeça de V. Sª, no momento em que...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O senhor tem toda razão nessa pergunta...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Deixe-me apenas concluir, porque V. Sª diz que entregou a partir de um telefonema do Senador José Roberto Arruda. Mas entregar para alguém que é da confiança dele, Arruda, e não de V. Sª.

Nesse momento, não houve...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi um momento, realmente, de uma decisão complicada, de como agir... Todo Senador tem aquelas pessoas que são quase uma extensão dele, que conhecem e acompanham. Então, dificilmente qualquer coisa que vá passar, o Senador não terá um assessor que trabalha com ele e que lida com as coisas dele. Era ele que se colocava lá. A pessoa está ali tresnoitada, sem dormir, tensíssima, tendo que entregar uma coisa...Chega, não é para ele, mas pode ficar tranqüilo que vai para o Senador Antonio Carlos... e ele vai lhe dar. Imaginar o Senador Arruda não querer chegar perto para o ato de pegar aquilo, não se expor e tudo mais, mandou uma pessoa pegar... Realmente, foi um momento de conflito, não só para mim, como para as outras pessoas, porque eu relatei em seguida, estava todo mundo aguardando: "como é que foi? Foi para o Senador mesmo e tal?" Porque foi uma ansiedade muito grande. "Estamos cumprindo uma ordem hierárquica de fato, por essa intermediação e tudo." Eu disse: olha, entreguei, agora, falou que o Senador vai ligar, falar, sinalizar. Vamos aguardar. Realmente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Apenas uma pergunta: essa lista estava dentro de um envelope?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Estava.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pergunto – e parece que essa pergunta não foi feita: o envelope foi entregue lacrado? Ou foi entregue colocado e só...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É possível que tenha sido entregue lacrado. Eu nunca gosto de afirmar aquilo de que eu não me lembro bem, mas deve ter sido lacrado. Se eu tivesse que repetir o ato hoje, eu lacraria.

O SR. ROBERTO FREIRE – E o disquete?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 58
19.04.2001

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O disquete foi deletado na hora, na minha frente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Farei uma segunda e última pergunta, na linha de outros Senadores que perguntaram sobre ligações e relações de V. Sª. Não tenho nenhum interesse em constrangê-la, mas V. Sª acabou caindo no jogo da política e sabe que, no jogo da política, existem as notinhas de jornais para desqualificar – enfim, todos conhecemos quais os objetivos. Vi uma nota nos jornais de hoje – não me lembro de quem foi, porque li no **clipping** –, dizendo como insinuação, claro, que V. Sª teria ligações, relações com o Sr. Eduardo Jorge. V. Sª poderia descrever qual o tipo de conhecimento que tem?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Perfeitamente.

O Eduardo Jorge foi Diretor Executivo do Prodasen durante sete anos. Então, todos os servidores do Prodasen têm essa relação de terem sido colegas do Eduardo Jorge por esse tempo todo. Depois, ele saiu, foi para a Presidência, tomou outros rumos e não tive mais contato com ele. Foi esse, nada além.

O SR. PEDRO SIMON – Ele saiu do Prodasen e foi para o gabinete do Senador Fernando Henrique Cardoso. Até então, ele estava no Prodasen?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Até então, ele estava no Prodasen. Por um período, fui gerente de contas que atendia ao gabinete do Senador Fernando Henrique Cardoso. Então, ainda tinha os contatos técnicos com o Eduardo Jorge.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A senhora teve algum contato recente, pessoal ou telefônico, com o Sr. Eduardo Jorge?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Obrigado, Sr. Presidente. Eram só essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Volto a insistir com os Srs. Senadores para nos atermos, por gentileza, ao objeto da nossa investigação aqui.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Não há dúvida de que esse seu longo pronunciamento revela a coragem, a sinceridade e a franqueza de V. Sª, que se viu levada por uma série de acontecimentos. Hoje, talvez deve estar meditando como é que chegou a esta situação.

Realmente, a imprensa diz que "a corda pode arrebentar do lado mais fraco". Em se tratando de Senado, em se tratando de Senadores - e Senadores que são importantes, que não são como eu, da linha mais para baixo -, a corda mais forte é o Senador, a mais fraca é o funcionário.

A senhora, sem querer ou por querer, está sendo parte de uma das horas mais dramáticas da história deste Senado. V. Sª diz bem. V. Sª, que é uma funcionária exemplar, com 25 anos de carreira, vê-se envolvida num dos setores do qual todos nós tínhamos mais orgulho, que era o Prodasen. Se há um setor que o Brasil inteiro, que nós, que a sociedade inteira admira no Senado é o Prodasen.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – E não deixem de admirar, pois ele merece continuar.

O SR. PEDRO SIMON – De repente aparece esse fato. Repare V. Sª que o Presidente da República, Fernando Henrique, que não nos deixa criar CPI para apurar corrupção, cobra limpeza do Congresso. O Fernando Henrique cobra moral

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 59
19.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. N.º 1659

do Congresso, avoca a questão dessa votação, dessa nossa reunião e fala da moral do Congresso e da moral do Senado. Na verdade estamos nessa situação profundamente moral. Já estávamos numa situação difícil, num debate em torno de se criar ou não uma CPI. O Governo do Sr. Fernando Henrique está agora cobrando moral do Sendo e está até hoje impedindo que essa CPI se instale. Felizmente conseguimos as 27 assinaturas no Senado e creio que ela se instalará no Senado independentemente da Câmara. Mas CPI, fatos e corrupção no Brasil, na Câmara, no Senado e na sociedade brasileira, lamentavelmente, são uma repetição. Reconheçamos que isso acontece no Brasil, nos Estados Unidos, na Alemanha, na Itália e no Japão. Corrupção na vida pública, na política e na sociedade é uma triste realidade. A triste diferença de lá para cá é que lá acontece a corrupção e é punida, lá se vê presidente do banco central na cadeia; no Japão o presidente dá um tiro na cabeça para não ir à cadeia; vê-se o príncipe, o consorte e o marido da rainha ficarem um ano em casa, sem colocar o pé na rua de vergonha, porque foram descobertos numa CPI escândalos que aplicaram. Quer dizer, no mundo inteiro corrupção tem a punição e dá cadeia. No Brasil há impunidade. No Brasil, temos agora um caso inédito que é motivo de festa: o Sr. Nicolau está na cadeia não sei por quanto tempo. Mas é a exceção que confirma a regra. Se existe isso, hoje está acontecendo algo que está acima de tudo isso porque inédito nisso tudo. Não se ouviu falar no Senado, no Congresso brasileiro ou em todo o mundo um caso igual ao nosso, isso não aconteceu. Aconteceu vigarice, bandalheira, ouviu-se falar que compraram voto, que deram tanto. Nós vimos aqui na reeleição do Sr. Fernando Henrique, que está pedindo moral, falou-se que para conseguir a reeleição votos foram dados por R$200 mil, as pessoas até confessaram que receberam R$200 mil e não se deixou criar CPI. Já se falou na Câmara dos Deputados e no Senado de Deputados pianistas que a televisão focalizou votando um no lugar de outro e agora estamos passando por esse vexame. Veja a senhora que já demos um vexame único no mundo. O Brasil tem o único Parlamento do mundo que, na hora de votar na Câmara, vota com o dedão para outro não votar no lugar dele. Isso já é feio, mas é a garantia de que o voto é pessoal e a pessoa, em vez de apertar o dedo, coloca sua digital. Mas isso que aconteceu aqui ainda não tinha acontecido. Quer dizer, na época moderna em que estamos, dizer que vamos ter que voltar à caixinha com o voto dentro porque não temos seriedade de nos comportar diante disso... esse é um fato muito sério. Por isso que esse fato é manchete no mundo inteiro e está sendo noticiado e debatido por praticamente todos os parlamentos, que querem saber como se faz isso. Não passa pela cabeça deles que isso seja uma coisa viável. Repare V. Sª que o importante a essa altura é saber se nós vamos ter coragem de ter uma conclusão ou se nós não vamos ter coragem de ter conclusão. Se vamos ficar nisso que está aí. O fato está provado: que foi adulterado o instrumento, foi.

O sistema foi adulterado.Foi tirado uma lista dali? Foi tirado uma lista dali. Sabe-se quem tirou? Sabe-se quem tirou. V. Ex.ª salienta e contou todos os fatos. Esta lista foi entregue a alguém? Foi entregue a alguém.

Esse é um fato determinante. Quer dizer, é a prova testemunhal de V.Sª, a prova testemunhal dessas pessoas que trabalham com V.Sª que confessaram, tendo em vista o laudo da Universidade de Campinas. Eles também, como V.Sª, não iam revelar, tanto que o Ledur só foi revelar no terceiro depoimento, quando lhe foi mostrado: está aqui o laudo e a sua senha está lá dentro do computador. Diante

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 60
19.04.2001

disso, ele confessou e quando V.Sª foi negar, pela terceira vez, o cidadão disse: – Está aqui o depoimento dele, confessando tudo.

Aí então, V.Sª confessou tudo.

Esse fato está claro e esse fato fecha com a decisão da Unicamp, que foi um laudo técnico, pericial, feito com a maior tranqüilidade e esse laudo diz o que aconteceu. Fecha com V.S.ª.

V.S.ª fecha com o laudo e o laudo fecha com V.Sª.

O que é mais importante, V.Sª e o laudo fecham com os depoimentos do Sr. Procurador da República, o Sr. José Francisco que, em depoimento a esta Comissão, conta essa história: Que os Procuradores, ele e mais dois, estavam ali e quando o Senador Antonio Carlos e o Sr. Fernando Mesquita estiveram ali e conversaram e falam na tal da lista e falam que conheciam os nomes. Essa questão já é referida ali. Aliás, tudo isso iniciou, no fundo, a ser verdade – não sei se é verdade – mas a ser verdade, é porque o Senador Antonio Carlos, lá em depoimento com os Procurados, que ele não imaginava que estava sendo gravado, depôs dizendo que tinha a lista e que nesta lista tinha o nome de todos que votaram e como votaram. E o Procurador, José Francisco, entregou para a **IstoÉ** e a revista publicou.

Duas coisas interessantes que estão provadas nesta CPI e que deve ser manchete e manchete até de análise de comportamento, é que V.Sª e a Procuradora da União, a chefe da Procuradoria, mostram que aquela história de dizer que mulher é curiosa terminou. No Brasil, se há uma coisa que a mulher não tem é o mínimo de curiosidade. V.Sª demonstrou aqui, no momento que teve a lista na mão, pegou no envelope, entregou e não teve nenhuma chance de dar uma olhada ali. Juro que eu olharia. Se eu estou na jogada, se estou com o papel na minha mão, se vou entregar o papel para alguém, eu vou olhar, até para saber... Repare que a lista que V.Sª fez era uma lista que não tinha nada. Não tinha a sua assinatura, tinha? Tinha a assinatura de alguém?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não. Não.

O SR. PEDRO SIMON - Era um papel anônimo, sem timbre nenhum. V.Sª fechou e entregou. Quer dizer, tinha que dá uma olhadinha.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Na situação de V. Exª, eu teria a mesma dúvida. Mas eu resolvi vir aqui dizer a verdade, por mais esquisita que pareça.

O SR. PEDRO SIMON - Veja que acontece com V.Sª o que aconteceu com a Procuradora. A Procuradora fez uma coisa que é inédita, juro por Deus que não conheço na vida uma Procuradora, chefe da Procuradoria, pegou as fitas, onde estavam ali as gravações e que estavam meio deterioradas - alguém pisou em cima - e as queimou.

Mas a senhora não procurou vê o que estava nas fitas que queimou? – Não. Queimei as fitas.

Chegou no fim da noite, pegou a bolsa, abre a bolsa: isso aqui bota fora, isso bota fora ... batom, não sei o quê. E essa aqui é a fita. Bota fora, queima. E hoje não temos a fita.

Veja como a questão da curiosidade feminina não é mais uma realidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – As perguntas, Exª. Desculpe-me, Senador. É só para colaborar com V. Exª.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 61
19.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1661

O SR. PEDRO SIMON – Veja V. Exª como a curiosidade é masculina. O Presidente já está curioso, exclusivamente, com relação às perguntas.

Vejo da seguinte forma. Está provado, então, que a gravação dos Procuradores, que a fita da qual tomamos conhecimento – ontem confirmou-se – fecha com o que menciona V. Sª. Há uma fita e uma fita foi entregue. Temos que decidir se vamos ficar nisso ou se vamos adiante. Creio que V. Sª tem que ter, em primeiro lugar, muita coragem. Se chegou até aqui, se entrou nessa questão e cometeu um equívoco grave, há um lado positivo e um negativo, há um passado de vinte e cinco anos que merece respeito. Se V. Sª tivesse lido o livro **A História dos Julgamentos de Nuremberg** haveria de verificar que, quando interrogaram o maior cientista alemão sobre como tinham chegado à tamanha degradação, alguém respondeu: "Quando você cometeu o primeiro delito, quando transgrediu a primeira vez, foi o início. O resto veio depois." V. Sª vai ter que nos ajudar, o termo é esse, e manter sua firmeza para poder verificar o que vai acontecer daqui em diante.

V. Sª disse que naquela noite esteve na casa do Senador José Roberto Arruda.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Estive.

O SR. PEDRO SIMON – V. Sª disse que, naquela noite, viu o filho do Senador José Roberto Arruda.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Vi.

O SR. PEDRO SIMON – O Senador José Roberto Arruda disse que não esteve em casa. Fez um histórico no qual às 18h estava em um sindicato, às 19h na posse do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e, das 22h à 1h, estava com o jornalista Ricardo Noblat no restaurante. É verdade que S. Exª não nos dá uma prova que mate a questão. Se S. Exª tivesse dido que naquela noite estava no Rio de Janeiro não haveria o que discutir, estava no Rio de Janeiro. No entanto, os três lugares onde S. Exª disse que estava são a cinco minutos, de carro, de sua casa. O restaurante fica a cinco minutos da casa dele. O Tribunal Superior Eleitoral fica a cinco minutos da casa dele. Então, S. Exª pode ter ido e voltado. V. Sª disse que ficou quantos minutos em sua companhia?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Acredito que uns vinte minutos. Chegou, disse o que era. Despedi-me e fui embora.

O SR. PEDRO SIMON – V. Sª disse que não se lembra com que roupa S. Exª estava.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. PEDRO SIMON – Mas não se lembra se S. Exª estava de sapato ou de chinelo?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – De chinelo não estava. Em nenhuma das vezes tive essa impressão.

O SR. PEDRO SIMON – Estava de sapato?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É.

O SR. PEDRO SIMON – Não estava de roupão, como alguém que estava em casa?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza não.

O SR. PEDRO SIMON – Estava de calça e camisa?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, vou ter dificuldades.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 62
19.04.2001

SENADO FEDERAL
Fls. Nº 1662

O SR. PEDRO SIMON – Vou ser sincero. S. Exª pode ter chegado. É algo normal, depois de ficar três horas em um restaurante. S. Exª pode ter saído, falado com V. Sª e depois voltado ao restaurante. Pode ter acontecido, não estou dizendo que tenha acontecido. É um aspecto que deve ser analisado. É a palavra de V. Sª contra a palavra dele. V. Sª disse que esteve com o Senador, naquela noite, na casa dele. S. Exª disse que naquela noite estava, provavelmente, em um restaurante. Precisamos ter a comprovação desse fato, caso contrário será palavra contra palavra. S. Exª diz que o ônus da prova cabe a quem acusa. A rigor, cabe a nós descobrir.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Gostaria de fazer um parêntese, se V. Exª me permitir.

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O que penso ser complicadíssimo nessa fase...

O SR. PEDRO SIMON – Para V. Sª ou para ele?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Para mim. É o seguinte, veja bem: Vejo-me diante de um pedido, de uma coisa complicadíssima. Vou, faço e complico mais ainda fazendo. Depois, começa a soltar matéria, tenho que segurar essa onda toda. Aí, tenho que entrar por um caminho de estar mentindo e botando as pessoas para fazerem a mesma coisa. Pessoas que confiam em mim, a sofrer, as famílias e tal. Minha casa até é invadida e tantas outras conseqüências. Aí chega um momento em que penso: "Meu Deus, seria ideal se pudesse-me livrar desse fato, mas não posso! Agora, estou aqui e tenho que ir até o fim!" E chega um momento em que, por total impossibilidade de ser diferente, a coisa deságua, da Unicamp. "Bom, agora, não há outro jeito. É verdade." Agora, há mentira e há verdade. A partir do momento em que há verdade, aí tem que ser verdade, porque, senão, começa um outro suplício num outro caminho que não vai levar a nada. Então, aí é verdade. Então, sento e falo: "Agora, a partir daqui, vou falar o que aconteceu. Tenho que falar, porque eu que peguei a lista."

Daí, ter que..., falei a verdade. Agora, eu ter que virar prova de que ele foi... Não tinha absolutamente malícia para estar documentando...

O SR. PEDRO SIMON – Com todo respeito. Falo eu agora como advogado de defesa. A senhora tem que provar. A senhora está dizendo que, assim como o Líder do Governo, o Arruda, tem o direito de dizer que não estava incluído. E ele é inocente até que provem o contrário, porque quem está dizendo que ele é que veio procurar a senhora é a senhora. Quem está fazendo acusação é a senhora.

Agora, a senhora não pode acusar o Arruda: "Olha, você esteve lá, me procurou, deu a fita para o seu secretário, e agora se dane. Não!" A senhora tem que ir até o fim. Sim, senhora! Perdoe-me! A senhora tem que ir! A senhora tem a obrigação de ir até o fim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon! Peço, sei a eloqüência de V. Exª, mas ela não está falando que vai desdizer. Temos que respeitar a formulação dela. Ela está prestando um depoimento.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim, nem desdizer e nem deixar de colaborar. Agora, acho um peso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estou querendo só ajudar, porque está dando a impressão de que...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 63
19.04.2001

FLS Nº 1663

O SR. PEDRO SIMON – Não, pelo amor de Deus. Pára um pouquinho. Não me passa pela cabeça o que a senhora vai dizer, mesmo porque não daria para desdizer. O que me passa pela cabeça é que vamos ter que buscar o caminho da verdade. E, na busca do caminho da verdade, temos duas palavras. Uma palavra: não vi, não falei; e a outra palavra: vi e falei.

Vou ser sincero, sou levado a acreditar em V. Sª. Entre o Sr. Antonio Carlos, o Senador e V. Sª, sou levado a acreditar em V. Sª, porque penso que as provas são levadas de tal maneira que levam a isso. Agora, também não posso garantir. Tenho que ter provas que levem a isso. E essas provas são importantes. V. Sª vai ter que ter a demonstração: quem é esse guri que tocava? Como ele estava? Com quem mais a senhora falou? O que é muito importante. E creio que a senhora, hoje, deva fazer chegar ao Relator, e acredito que o Relator, hoje, deva fazer chegar ao lugar competente a questão dos telefones, porque é muito importante se aparecer...

V. Sª quer ver uma questão capital? É o telefonema do Sr. Antonio Carlos para a senhora. Essa é uma questão vital. Se, lá no telefone da sua casa está o número do telefone do Senador Antonio Carlos, número tal, que, às dez horas da noite, ligou para a senhora, isso é importante. Essa é uma prova que diria quase que definitiva. Isso é muito importante. Essa prova do telefonema do Antonio Carlos para a senhora é tremendamente importante, porque a senhora se baseia muito nele. Baseia-se nele para consolidar que realmente o Líder do Governo falava em nome dele e o que é mais grave: a senhora se baseia nele para consolidar o outro erro que a senhora fez, que foi entregar para o Secretário do Arruda. V. Sª não podia nunca entregar para o Secretário do Arruda. Para o Arruda já era demais. Agora, para o Secretário dele... A senhora entregou esses telefonemas por quê? Por causa do telefonema do Antonio Carlos. O telefonema lhe deu a certeza de que isso tudo estava sendo feito a pedido dele.

Por isso que é importante para nós, é uma questão de honra, termos a consolidação desse telefonema.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Esse telefonema foi antes ou depois?

O SR. ROBERTO SATURNINO – E o telefonema do Senador Arruda para ela também.

O SR. PEDRO SIMON – Evidente. Evidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, nesse particular, a depoente, a testemunha, está informando que já se prontificou. Ela vai fazer um ofício, explicando para que é, e vai, com cópia, provando que ela enviou para a companhia telefônica. Ainda mais, conforme falou, vai cobrar a resposta disso e vai-nos transmitir. É isso?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dou por encerrada essa parte.

O SR. PEDRO SIMON – Mas não devia ser isso. Devia ser o Relator entrar na jogada.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mas isso é a requerimento dele, Excelência.

O SR. PEDRO SIMON – Eu sei, mas é a requerimento dele e ela vai fazer?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela.

O SR. PEDRO SIMON – Mas acho que com uma procuração...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas não tem jeito.

FLS. 1664

O SR. PEDRO SIMON – Com uma procuração dela. Ela dá uma procuração. Uma coisa é ele ter a procuração dela, ir lá e buscar. Outra coisa é ela na dificuldade que está chegar lá sem saber nem como vai ser olhada, quem vai atendê-la. Eu acho que com a procuração dela o Relator é que devia ir.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Concede-me um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON – Sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Apenas para alertar para uma questão que já foi dita pela Senadora Heloísa Helena. A entrega do sigilo telefônico da Drª Regina não vai registrar os telefonemas que ela recebeu. É só pegar o sigilo do Nicolau. Não registra os telefonemas que ela recebeu. Registra os telefonemas que emitiu. Assim, é fundamental ter acesso ao sigilo dos telefones do Senado. Isso ocorre só no celular se tiver bina. É preciso pegar o telefones do Senado.

O SR. ROMEU TUMA – Depende se é analógico ou digital.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Foi para telefone convencional?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu não tenho certeza se foi no celular. Vamos ter que pegar os dois. Eu não me lembro se foi no celular...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Se foi no convencional não vamos conseguir.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A providência por parte dela...A outra é coisa do Senado. Eu estou em defesa de uma prerrogativa da testemunha. Cumpre à Mesa e todos nós zelarmos por ela. Quer dizer, ela vai fazer a parte dela. Nós vamos decidir depois, vamos ver se os outros farão a mesma coisa. Ela vai pedir às companhias a quebra do sigilo de todos os telefonemas da casa dela e do marido dela; pedir à telefônica que informe os telefonemas dados e recebidos. Essa é uma coisa que ela fez aqui espontaneamente. Se a telefônica vai mandar ou não, vamos ver depois.

Vamos ter paciência. Caso contrário, estaremos extrapolando a competência do Conselho de Ética.

O SR. ROBERTO FREIRE - ... pedir quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - E não será pelo Conselho, será pela Mesa ou por alguém...

O SR. ROBERTO FREIRE - ...comprovado, se tem responsável, pode até ... não é uma investigação qualquer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª, Senador Pedro Simon, com muita competência e outros Senadores também já salientaram a gravidade do momento que esta Casa vive. V. Exª fez até uma comparação, permita-me dizer, muito curiosa. V. Exª disse: casos de corrupção estão sendo apurados no mundo a vida inteira. Isso aqui é no mínimo um caso inédito. A Nação está esperando um resultado. O Conselho de Ética tem que trabalhar. Acredito que todos nós vamos trabalhar. Ontem manifestamos essa disposição de não ter dia de semana para apresentarmos um resultado conclusivo ao País, em nome da instituição.

O SR. PEDRO SIMON – Eu encerro, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O Senador procurou recapitular o encontro do Senador Arruda na sua casa. A senhora disse que durou mais ou menos vinte minutos. A senhora se lembra se pelo menos se sentaram e conversaram? Não foi um encontro em pé?.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 65
19.04.2001

FLS. Nº 1665

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, absolutamente.

O SR. PEDRO SIMON – Teve cafezinho?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. PEDRO SIMON – Não teve cafezinho? Nem água?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Foi rápido mesmo. É provável que ele tivesse algum compromisso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – A senhora não se lembra se ele estava de terno e gravata, a roupa...?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não me lembro. Realmente não me lembro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tendo o Senador Pedro Simon encerrado suas considerações e suas formulações, cabe-me passar a palavra ao último Senador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Srª. Regina Célia Peres Borges pela extraordinária coragem que, hoje, aqui demonstrou, realizando algo que significa trazer paz de espírito para os brasileiros.

Há um livro formidável, **Uma ética para um novo milênio**, do Dalai-Lama, onde ele relata, como aos quatro anos, foi designado chefe espiritual da sua nação, o Tibete. Aos dezesseis anos, a República Popular da China ocupou o seu país, e ele perdeu grande parte de sua liberdade. Mais ainda, aos vinte e quatro anos, quando precisou se exilar na Índia.

Como fazer diante da perda daquilo que para ele era a coisa mais querida? Ele, entretanto, conseguiu fazer algo que acredito V. Sª, hoje, irá conseguir. Finalmente, depois deste tormento, daquilo que a V. Sª disse – qual foi o termo mesmo que a senhora usou? Um calvário? Um período de sofrimento extraordinário. Mas, graças à sua atitude de coragem, que envolve as qualidades que, por exemplo, Dalai-Lama propõe que todos devam ter, como o amor e a compaixão, a paciência, a tolerância, a capacidade de perdoar, o contentamento, a noção de responsabilidade, a noção de harmonia, quero dizer à senhora, Dona Regina Célia, que creio que o Conselho de Ética pode perfeitamente propor à Comissão de Sindicância, que, normalmente, vai examinar que punição será dada à senhora, à medida que a senhora mesma reconhece que teve uma falta muito grave do ponto de vista ético, mas o reconhecimento e a forma como V. Sª está fazendo o seu depoimento, a abertura é tão exemplar e, também, à medida que, Dona Regina Célia, a senhora aqui nos relata com a maior transparência que sofreu coação, coação de natureza psicológica, a ponto de a senhora transmitir-nos que o Senador José Roberto Arruda chegou a lhe dizer que a senhora precisa manter essa versão não verdadeira nem que seja sob tortura, isso nitidamente é coação psicológica.

Não sou advogado e nem formado em Direito, mas o pouco que sei de Direito muda completamente a situação de uma pessoa quando realiza algo sob coação física, sob tortura, ou coação psicológica, de tal maneira que, Presidente Ramez Tebet, quando soubermos ainda mais de todos os fatos, a minha propensão é de recomendar ao Conselho de Ética que conclua que a Srª Regina Célia Peres Borges agiu da maneira que o fez sendo induzida a cometer um erro gravíssimo, que atinge o Congresso Nacional e toda a Nação, por ter sido submetida a coação

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 66
19.04.2001
1666

psicológica. Por esta razão, não levará a pena máxima, que seria, por exemplo, a demissão, com perda de direitos de aposentadoria e coisas graves, que ocorrem em certas situações. O Sr. José Carlos Alves dos Santos, por exemplo, teve a sua aposentadoria - e com grande valor - perdida, em razão dos fatos graves que caracterizaram a sua ação.

Aqui, Srs. Senadores, estou vendo de maneira diferente. E até vou relatar, Sr. Presidente Ramez Tebet, que hoje fui perguntado por um dos principais meios de comunicação do Brasil, o jornal **O Estado de S. Paulo**, em votação secreta, se eu penso que, diante de tudo o que já foi revelado até agora, o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador José Roberto Arruda deveriam ser cassados. "Sim ou não?" E eu fiz questão de responder, em voto aberto e pedindo à jornalista: "Coloque o meu voto, que não é sim nem não. Depende – eu escrevi na cédula – de em que medida os dois Senadores vierem a público para revelar a inteira verdade dos fatos", inclusive seguindo o exemplo da Srª Regina Célia Peres Borges.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Muito bem, Senador. Não posso deixar de me manifestar aqui inteiramente de acordo com a ponderação de V. Exª, porque, se houver da parte deles a compreensão de que estamos vivendo neste País um momento realmente novo, em que a transparência e a verdade passam a ser exigência do homem público, a nossa consideração para com o que foi feito muda, certamente muda. É uma ou outra, conforme exatamente...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Conforme a disposição de eles transmitirem a nós a verdade toda.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Perfeitamente. Eu quero aqui expor a minha concordância com o que V. Exª está dizendo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E saiba, prezado Senador Roberto Saturnino Braga, que em feliz momento V. Exª foi designado Relator. Creio que, depois que o Senador Ramez Tebet nos expressou que estava vivendo uma dificuldade por um mês aqui, alguma luz e bênção veio quando ele o escolheu. Eu quero dizer da confiança que tenho no seu discernimento e serenidade. V. Exª tem essas qualidades aqui que eu estava registrando, recomendadas pelo Dalai-Lama. "É o próprio", diz o Senador Pedro Simon. Com a sua experiência, a sua história neste País, isso já é um sossego para todos nós.

A primeira questão que desejo formular à Srª Regina Célia Peres Borges é a seguinte: a senhora tem alguma indicação de que ambos os Senadores, José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, possam eventualmente também ter agido sob coação psicológica? A senhora, sem dúvida, esteve sob coação psicológica; mas será que o Presidente do Senado foi submetido a ação psicológica? Será que o Líder do Governo, José Roberto Arruda, foi submetido a coação psicológica por parte do Presidente Fernando Henrique Cardoso? Ele, que é Líder do Presidente, ele, que ontem, antes de vir aqui revelar os fatos e a sua verdade, consultou - segundo a imprensa, por duas horas - o Presidente Fernando Henrique Cardoso, antes que este viajasse para o Canadá.

Será que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que chegou a dizer à imprensa que, se houve quebra do segredo do painel, isso seria gravíssimo...

Por que digo isso? Porque era o líder do Governo, pessoa que, todo dia, interagia com o Presidente. Será que o Presidente tinha alguma razão tão

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 67
19.04.2001

fundamental para saber aqueles votos, que chegou a pedir a ele, por alguma razão para isso?

O Senador Pedro Simon não acredita.

Mas acho que isso também merece um esclarecimento diante, Sr. Presidente Ramez Tebet , da nota hoje publicada por Valéria Blanc.

Vou ler:

De volta para o passado.

No dia seguinte à cassação do mandato de Estevão, Arruda entrou no gabinete de ACM, à época presidente do Senado, olhou e disse: "O senhor está sentado?" Com sua habitual verve, ACM respondeu: "Você não está vendo que sim?!" Arruda prosseguiu: "Está comigo a lista de como os senadores votaram ontem a cassação de Luiz Estevão." ACM fitou o tucano e perguntou: "Você já mostrou isso ao presidente (da República)?" Resposta: "Já mostrei."

Não e não. ACM e Arruda negam, indignados, a história contada acima. Mas a coluna tem certeza de que pelo menos duas pessoas a ouviram. Da boca de ACM.

Eu pergunto à senhora: em algum momento do diálogo com o Senador José Roberto Arruda, Líder do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ou no diálogo com o Senador Antonio Carlos Magalhães, a senhora teve qualquer indicação de que eles estavam agindo com o conhecimento do Presidente da República?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – A minha relação com eles é de servidora para Senador. Realmente, não tenho a menor idéia, realmente eu não teria a menor condição de fazer qualquer ilação a esse respeito, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A senhora revelou ontem, no diálogo que tivemos por telefone, justamente durante o momento em que o Senador José Roberto Arruda relatava a sua história, a senhora contou de ter ido ao seu apartamento, ter tido um encontro, que o Senador José Roberto Arruda nega ter havido, na residência dele, no apartamento, e a senhora, vou aqui recordar, e se cometer algum engano, por favor, me corrija, a senhora relatou-me - e hoje aqui outra vez -, que saiu do Prodasen, como normalmente o fazia, entre 20 e 21 horas, que foi à sua residência – eu tinha ontem falado 914, mas eu tinha ouvido errado, a senhora corrigiu hoje, foi na 214 Sul...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – 216, onde eu morava.

O SR. EDUARDO SUPLICY – 216 Sul é a sua residência, e que lá, então, a senhora recebeu o telefonema do Senador José Roberto Arruda, que sugeriu que o encontro que estavam por ter fosse na residência dele, na 114 Sul, onde ele reside. Como o Senador José Roberto Arruda disse que isso era algo não verdadeiro, seria muito difícil alguém chegar na residência dele, assim despercebidamente, porque afinal de contas ele tem sete filhos. Foi por esta razão que perguntei, que se porventura a senhora tinha encontrado alguém.

Foi então que a senhora me disse que, ao chegar no apartamento – e a senhora me informou que não sabia bem que andar, mas se lembrava que subiu de elevador –, e, chegando lá, ouviu um instrumento de som sendo tocado, a senhora percebeu e depois verificou que era um instrumento de sopro. Era uma flauta?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não...

O SR. EDUARDO SUPLICY – A senhora não sabe distinguir, mas era um instrumento de sopro?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 68
19.04.2001

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Era.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A senhor mencionou hoje que o filho do Senador José Roberto Arruda era como que uma graça...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É, um jovem, tocando...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Era um jovem na faixa dos 18 ou 20 anos ou na faixa dos 14, 15 anos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, mais para 18, 20.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Portanto, é adulto?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Senador José Roberto Arruda ficou muito desgastado e irritado comigo. Chegou a dizer aos jornalistas que ficou com vontade de me dar um soco por eu ter incluído a família nesses esclarecimentos. Quero transmitir algo à senhora e ao filho do Senador José Roberto Arruda, que talvez se chame Fernando e que o Senador José Roberto Arruda disse que ainda hoje ele foi objeto de diversos comentários pela Internet por parte de seus colegas na escola. Quero dizer tanto ao Senador José Roberto Arruda, que sugeri que estivesse aqui conosco, como também a seu filho, que é músico - da mesma maneira que tenho filhos músicos -, que a coisa mais preciosa que eu poderia imaginar na relação de pai e filho é que eles possam ser muito verdadeiros um para com o outro. Se o filho do Senador José Roberto Arruda estiver me ouvindo, já que o Senador José Roberto Arruda pareceu um tanto insensível e ficou tão bravo comigo por eu dizer essas coisas, digo ao filho dele, Fernando, se for esse o seu nome: transmita ao seu pai a importância de seu pai seguir o exemplo da senhora, a importância de seu pai, para a Nação, dizer a inteira verdade, inclusive sobre os diálogos que manteve com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso é muito importante para nós.

Senador Ramez Tebet, V. Exª vai me interromper ou posso prosseguir?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, vontade de interromper, eu tenho, mas conhece o meu espírito democrático.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª havia me assegurado, há pouco, que eu ia perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não quero interromper para que V. Exª não pergunte, é porque, a essa altura dos acontecimentos – V. Exª tem espírito democrático e vai me permitir falar isso -, sugerir que um filho peça ao pai, quando sabemos que o próprio Código Penal diz que filho não pode depor contra o pai? Eu não sei o que dizer a V. Exª, pois, afinal de contas, aqui reina um clima de liberdade, mas considero que, aí, devemos dar uma parada nisso em respeito às pessoas. Sei que a sua intenção é a melhor possível, pois conheço a personalidade de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu aprendo sempre com V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vejo V. Exª, ultimamente, com uma fé interior inquebrantável. Observo bem V. Exª, tenho aprendido com V. Exª. Se V. Exª quiser prosseguir, prossiga com as considerações que estava fazendo, mas eu não quis deixar de ser sincero. V. Exª pode continuar. A minha opinião é essa.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Posso até transmitir a V. Exª que eu tinha considerado sugerir um convite ao filho do Senador José Roberto Arruda, mas V. Exª muito bem coloca que não seria apropriado. E eu já tinha decidido que...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O requerimento de V. Exª seria indeferido por mim. Só se o conselho autorizasse por maioria.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 69
19.04.2001

FLS Nº 1.669

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu não vou fazê-lo. Eu já havia decidido não fazê-lo.

Mas veja que eu não pedi isso. O que eu fiz foi um apelo a ele que está nos ouvindo, assim como eu faria um apelo ao meu filho para sempre e o faço publicamente. Meu filho sabe: "Olha, filho, sempre dizer a verdade é algo importante. Sempre." Eu aprendi isso com meu pai, que aprendeu com meu avô, e procuro ensinar aos meus filhos.

O SR. CASILDO MALDANER – Senador Suplicy, permita-me um aparte, até para ajudar nessa questão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Quando a Drª Regina foi ao apartamento do Senador Arruda, quem a recebeu? Foi S. Exª mesmo quem a recebeu na residência? Quem sabe se isso não ajudará um pouco?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu incorporo a pergunta e peço a V. Sª que responda exatamente os detalhes.

Quando apertou a campainha, quem veio à porta? Se puder descrever será ótimo, por favor.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, o local em que o jovem estava era perto da porta. Não sei se tinha algum microfone, alguma coisa, mas era perto da porta. Do lado, tinha um telão e o apartamento dele, no fundo, tem um jardim. Acho que pegou a área de serviço, botou talvez um vidro e botou plantas do lado de lá. Então, embora seja um apartamento, a gente vê um jardim simpático.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas a pergunta é: quem recebeu V. Sª? Foi o pai ou o filho? Quem lhe abriu a porta?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – A minha dúvida... eu tenho a impressão de que foi o filho que abriu a porta, porque eu ouvi a música e pensei: "Deve ter alguma festinha, pelo barulho de música ao vivo." E lembro-me de ter me deparado com o filho. Deve ter sido ele mesmo quem abriu a porta.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E no apartamento a senhora viu apenas esse filho, dos sete, e o Senador José Roberto Arruda?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso, isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E V. Sª se lembra, e poderia descrever, como foi? A senhora se sentou em duas cadeiras, ou no sofá? Poderia nos descrever, na sua memória, como é o apartamento?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É isso que eu falo: entra, tem um elezinho aqui, tem a sala de estar, que tem um telão, e, depois, tem a sala de jantar, que tem esse jardim. Então, no que entra, já dá na sala de estar. Eu entrei, tem um L, e sentei com ele ali, naquele L.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Durante a conversa, ou a estada, a senhora mudou de ambiente? Aquele episódio da bolsa não foi ali?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não foi nesse dia, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Foi noutro dia?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nesse dia foi super-rápido.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Lá foi rápido e foi num só ambiente que a senhora se sentou?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É, sentei, ele falou o que era, levantei e fui embora.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 70
19.04.2001

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sem terem sido servidos café e água?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – S. Exª, por acaso, mencionou: "Bom, agora preciso ir porque eu tenho um compromisso de jantar"?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu não me lembro se mencionou.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, quero requerer, para que possam ser esclarecidos todos os aspectos do depoimento da Srª Regina Célia, que algumas pessoas sejam convidadas a prestar esclarecimentos perante este Conselho de Ética. Coloquei aqui os nomes, mas, certamente, já estão convidados: Senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães. Acredito que seria interessante que, nesse dia, pudessem estar presentes a Srª Regina Célia, para dirimir qualquer dúvida, se necessário, e as pessoas que S. Sª mencionou serem chave e fundamentais na descrição que fez. Então: Sr. Domingos Lamoglia, Sr. Heitor Ledur, o Sr. Gazolla – não sei se V. Sª sabe o seu nome completo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem nos autos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Sr. Ivar Alves Ferreira, que é seu marido, o Sr. Hermilo da Nóbrega, os motoristas do Senador José Roberto Arruda – porque esses podem ser convidados, não é? Não o filho, mas os motoristas que o levaram do Tribunal Superior Eleitoral, onde S. Exª foi assistir à posse, e ao Piantella, dizendo-nos qual o trajeto feito e quem levou de volta, depois, o Senador José Roberto Arruda. O Sr. Ricardo Noblat e a Srª Isabel Flecha de Lima.

Se o Senador Antonio Carlos Magalhães aqui relatar, com toda naturalidade a visita feita à residência da Srª Isabel Flexa de Lima - e nem precisaríamos estar ouvindo o motorista do Presidente, então Antonio Carlos Magalhães, porque será muito melhor ele mesmo dizer que houve a reunião e confirmar a reunião na residência da Srª Isabel Flexa de Lima.

Agora, eu gostaria de complementar o requerimento feito, acho que pelo Senador José Eduardo Dutra e pela Senadora Heloísa Helena sobre a questão dos telefones. Precisar um pouco mais. Vou encaminhar esses dois ao Relator, porque ele poderá confirmar ou não. Vou confiar inteiramente nele.

Mas que eu diria assim:

Requerer seja transferido o sigilo telefônico dos telefones no Senado e no Prodasen, utilizados por todos os funcionários e Senadores citados no depoimento da Srª Regina Célia Peres Borges, obviamente dos Senadores, e de cada um desses eles deverão.... - não estou pedindo a quebra, como numa CPI; eu estou pedindo que lhe seja, como foi feito com ela, que lhe seja pedido a autorização para que eles digam: "Olha, pode ver". Então, incluindo ela própria, mas os telefones não de casa e o celular, mas os que usava no Senado e também do Sr. Domingos Lamoglia, do Sr. Heitor Ledur, do Sr. Ivair Alves Ferreira, de Hermilo Gomes da Nóbrega e do Sr. Gazolla.

E que também seja solicitado a cada uma dessas pessoas que autorize o Conselho de Ética, que obtenha, lá na Telebrasília, o registro de seus telefonemas efetuados de junho de 2000 para hoje, porque assim se esclarece tudo.

Encaminho – isso está em uma forma de rascunho, mas se o Relator achar adequado ele incorpora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 71
19.04.2001

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu já estaria terminando, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu queria registrar um fato aqui que ontem passou um pouco, assim, muito rápido.

É interessante, quando um Conselho de Ética é, assim, acompanhado pelo Brasil inteiro, porque nós recebemos comunicações durante o depoimento, porque pessoas estão nos ouvindo e trazem sugestões e alertam para aspectos. Então, o Sr. Jader Melo, que me enviou por **e-mail**, hoje à tarde, uma observação, segundo a qual o Senador José Roberto Arruda, ontem, ao citar a carta de Ricardo Noblat sobre o jantar com ele feito, teria registrado que o jantar foi feito no dia 27 de abril. E, então, fui verificar nas notas taquigráficas se, de fato, ele, assim, declarou. Então, de fato, isso passou despercebido, Mas está lá dito no pronunciamento do Senador José Roberto Arruda, ao ler a carta de Ricardo Noblat:

"Declaro a quem interessar possa que jantei com o Senador José Roberto Arruda, no Restaurante Piantella, na noite do dia 27 de abril de 2000. Encontrei o Senador pouco depois das 22 horas desse dia e permaneci na companhia dele, no mesmo local, até por volta de 1 hora da manhã do dia seguinte.

Ricardo Noblat."

Quer dizer, na verdade, o Senador José Roberto Arruda terá que pedir uma outra carta ao Ricardo Noblat, dizendo 27 de junho, porque senão essa aqui não vale.

Agora, conversei, hoje, de manhã, com o jornalista Ricardo Noblat e, há pouco, outra vez. Porque eu tinha até sugerido que ele aqui estivesse para esclarecer alguns episódios. Mas diante do adiantado da hora e tudo, eu acho e quero sugerir fortemente que ele seja convidado pelo Conselho de Ética, porque ele tem muitos esclarecimentos a dar sobre o horário, o jantar, o que se passou, o conteúdo da conversa e certos detalhes, que só mesmo ele e, com toda a boa vontade, tenho a certeza, pelo diálogo que tive com ele, que ele estará, até por ser editor-chefe de um dos principais jornais brasileiros, o **Correio Braziliense**, ele me pareceu, por tudo que conversei com ele, que ele tem a mesma vontade de querer desvendar a verdade toda. Está colaborando com isso, inclusive no diálogo com jornalistas que, obviamente, então, o procuraram hoje.

Mas, pelo que pude depreender, o horário da saída do Senador José Roberto Arruda lá do Tribunal, onde foi assistir à posse do Presidente, foi por volta da 20 horas e 40 minutos, um horário compatível com o relato da Srª Regina Célia. Então, telefonou para a Srª Regina Célia, que foi à sua residência. Houve perfeitamente - entre 9 e pouco e 10 e pouco, mais próximo das 10 horas e 30 minutos do que das 10 horas, pelo que pude depreender do diálogo com Ricardo Noblat - tempo suficiente para o encontro de aproximadamente 20 minutos na residência do Senador José Roberto Arruda, tendo seu filho testemunhado, presenciado. E mais, Sr. Presidente, faltou citar, mas quero que seja solicitado o nome dos porteiros do edifício, a fim de que eles possam ajudar e aqui comparecer. A não ser que o Senador José Roberto Arruda adote a postura que já falei: de revelar inteiramente a verdade.

Gostaria de perguntar se a senhora notou se no edifício do Senador José Roberto Arruda havia aquelas câmaras de televisão que filmam quem entra, quem sai. A senhora lembra se havia? Isso é fácil de averiguar. Quanto ao porteiro, a

FLS. 1672

senhora já respondeu que havia um, que pediu para subir. Talvez nem precise dessas provas, se ele chegar aqui, diante desses fatos, para descrever o que houve, e dizer que tinha esquecido de algumas coisas, que quer revelar inteiramente.

Portanto, a dedução lógica de todo o trajeto do Senador José Roberto Arruda - que os seus motoristas vão poder nos transmitir - é de que houve perfeitamente o tempo para o encontro, com todo o sentimento de veracidade. Todos que estão aqui assistindo à senhora, e do Brasil inteiro, pessoas me telefonam dizendo: ela está dizendo a verdade. Isso está no jeito de ela falar. As pessoas aqui atrás também estão dizendo.

Quero concluir, dizendo que eu a conheci, Drª Regina Célia, como uma das funcionárias mais dedicadas dentre todas com as quais interagi no Congresso Nacional, no Senado Federal. Na CPI sobre as atividades de Paulo César Farias e do Orçamento, quando inúmeras vezes eu e diversos Senadores estivemos no Prodasen, percebi o seu espírito de dedicação, os momentos incansáveis que dedicava ao seu trabalho com a maior responsabilidade. O que a senhora fez hoje e desde que resolveu falar a verdade nesses últimos dias, sobretudo ontem e hoje, constitui um resgate de exemplo para todos os brasileiros e brasileiras.

Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há mais Senadores que desejem fazer perguntas.

Quero comunicar aos membros da Comissão que gentilmente o Senador Francelino Pereira comunicou à Mesa que, por motivo imperioso, não pôde comparecer a esta reunião em virtude de viagem para o Rio de Janeiro.

Senador Eduardo Suplicy todos esses requerimentos feitos por V. Exª naturalmente têm a intenção de chegarmos o mais rapidamente a uma conclusão.

Nós temos um cronograma de trabalho a ser obedecido.

Para a próxima reunião de terça- feira, determino à Secretaria que convide todos os servidores do Senado mencionados no requerimento do Senador Relator para que aqui compareçam a partir das 17 horas. São os seguintes os servidores: Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermilo Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias bem como o seu programador Sebastião Gazolla Costa Júnior, sendo que este último não é funcionário do Senado da República. Aliás, eu queria fazer uma pergunta da presidência à Senhora. Se depois de ocorrido o fato, de ter entregue a lista, a Senhora se avistou, quantas vezes se avistou e que tipo de conversa, se a resposta for afirmativa, teve com o Sebastião Gazolla Júnior, que é efetivamente a pessoa que entendia do assunto.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – No dia em que o assunto eclodiu, fiquei preocupadíssima em procurá-lo, tanto para acalmá-lo quanto pela possibilidade dele sair falando. Então, eu o procurei, até fiz uma menção disso, e ele ficou muito preocupado. Ele tinha ouvido todo o noticiário desde o primeiro momento, estava tenso, estava até com medo de falar comigo de tão apavorado que ele estava porque não tinha idéia do que tinha ocorrido e coloquei para ele, continuei afirmando para ele que tinha sido uma medida preventiva e que coincidia com essa história de que houve lista. Acho que ele não acreditou nisso, mas fiz para que ele continuasse fora daquele processo desgastante que a gente estava vivendo. Falei com ele nessa ocasião e quando a Comissão ia chamá-lo para que falasse o Heitor o procurou para conversar sobre o fato de que ele ia depor na Comissão. Houve esses dois contatos com ele.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 73
19.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a Senhora foi um só?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi um só.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O outro a Senhora fez através do Sr. Heitor.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Uma última questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Antes de encerrar vou dar a palavra a V. Exª. Antes de encerrar quero também dar conhecimento aos Srs. Senadores que, evidentemente, aí tem um requerimento sobre o qual a Mesa não se pronunciou, que é sobre o convite aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. Houve um entendimento entre nós de que ouviríamos aqui primeiro os servidores do Senado e depois chamaríamos os Srs. Senadores. Então, depois dos depoimentos dos funcionários do Senado, esses de terça-feira, enviaremos convite. Todavia, eles estão sendo cientificados de todos os atos que estão sendo praticados pelo Conselho. De todas as nossas reuniões estamos dando conhecimento aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e agora, recentemente, a de hoje, por exemplo, ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem tem a palavra o Senador Roberto Saturnino. Depois darei a palavra a V. Exª, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O Senador Suplicy apresentou uma lista de pessoas que já estão incluídas em nosso convite de terça-feira, exceto o motorista ou os motoristas do Sr. José Roberto Arruda.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E o Ricardo Noblat.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E o Ricardo Noblat. Acho que fica um excesso de... poderíamos deixar para...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu pediria a V. Exª que, como ele entregou a V. Exª como Relator, ele também passou, assim estou entendendo, a responsabilidade de V. Exª quanto à oportunidade inclusive de chamá-los, porque a prioridade nossa é aquela que foi decidida na sessão anterior.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem o Sr. José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, quando fiz um aparte ao Senador Pedro Simon S. Exª deu uma sugestão interessante que pode agilizar nessa questão dos telefonemas, até porque, logo depois que fiz aquela intervenção dizendo que era impossível detectar o recebimento, recebi um telefonema dizendo que, no caso da CPI do Judiciário, os telefonemas eram do período de 1993/1994, mas agora seria possível isso. Não entendo nada disso. Mas para agilizarmos as coisas, penso que, ao invés de a Drª Regina solicitar – já que possivelmente o assunto será tratado pela concessionária como uma solicitação de um usuário comum, levando o tempo que costuma levar –, seria melhor insistir na sugestão do Senador Pedro Simon, ou seja, o mais fácil e mais rápido seria uma procuração da Drª Regina para o Senador Roberto Saturnino, que é o Relator, autorizando-o a solicitar à Telebrasília.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço muito, inclusive penso que V. Exª tem razão. Mas como ela vai fazer o ofício e enviar-nos uma cópia, a própria

Presidência, ao receber essa cópia, vai informar à Telebrasília que, tendo tomado conhecimento de que ela fez a solicitação àquela empresa, pede agilidade para a remessa. Assim, evitamos qualquer problema com procurações. Penso que não podemos constranger ninguém, até porque ela já está demonstrando uma boa vontade muito grande.

Agradeço a Deus a ordem com que transcorreu a reunião. E os nossos agradecimentos ao comparecimento maciço das Srªs e dos Srs. Senadores, e também a todos que nos honraram com suas presenças, especialmente a imprensa falada, escrita e televisionada.

Até terça-feira, às 17h.

Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h49min.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC-74

19/04/2001

FLS nº 1675

DOCUMENTOS PERTINENTES À 6ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR:

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001,

que requer *a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1639, de 26 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.*

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

PRESTADO NA 6ª REUNIÃO,

REALIZADA ÀS 14H30 DO DIA 19 DE ABRIL DE 2001

Nome completo? REGINA CÉLIA PÉRES BORGES
Identidade? 225760 SSP-DF
Idade? 52 anos
CPF? 145904 171-00
Estado Civil? CASADA
Residência? SHIS QI 25 cj 4 casa 2
Profissão? ANALISTA DE SISTEMAS
Local onde exerce sua atividade atualmente? PRODASEN
É parente, em algum grau, de parte envolvida? NÃO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal?

Brasília, 19 de abril de 2001

Assinatura

H:\Conselho de Ética\Termo de Compromisso 19.4.01

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC-75

19.04.2001

FLS. Nº 16

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LÚCIO ALCÂNTARA

COMUNICAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 39, inciso I, Parágrafo Único, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a Vossa Excelência a impossibilidade de comparecimento à reunião do dia 19 de abril corrente, tendo em vista que estarei participando de encontro inadiável com o governador do Estado do Ceará, no município de Crateús.

Brasília, em 19 de abril de 2001.

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

Recebi em 19/4/01
às 14 h

Gabinete do Senador LÚCIO ALCÂNTARA – Ala Senador Teotônio Vilela – Gab. 3 – Anexo II – Senado Federal – Eixo Sul – DF – CEP 70165-900
Tels.: (61) 311-2501/04 – Fax: (61) 323-5372 – lucioalc@senado.gov.br
http://www.senado.gov.br/web/senador/luciolcantara.htm

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC-76

19.04.2001

FLS. Nº 1677

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 8, DE 2001

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Exª encaminhe solicitação ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais do tronco comum da Casa, no período 27 a 30 de junho de 2000.

Sala de reuniões, em 19 de abril de 2001.

Heloísa Helena
Senadora Heloísa Helena

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 19h49min.)

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6ª REUNIÃO DE 2001

Em 19 de abril de 2001, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir a servidora REGINA CÉLIA PERES BORGES, EX-DIRETORA EXECUTIVA DO PRODASEN, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO – PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto:

Brasília, 19 de abril de 2001

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001,

que requer *a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.*

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

PRESTADO NA 6ª REUNIÃO,

REALIZADA ÀS 14H30 DO DIA 19 DE ABRIL DE 2001

Nome completo? **REGINA CÉLIA PÉRES BORGES**
Identidade? 225760 SSP-DF
Idade? 52 anos
CPF? 145904 171-20
Estado Civil? CASADA
Residência? SHIS QI. 22 cj. 4 casa 2,
Profissão? ANALISTA DE SISTEMAS
Local onde exerce sua atividade atualmente? PRODASEN
É parente, em algum grau, de parte envolvida? NÃO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal?

Brasília, 19 de abril de 2001

Assinatura

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador LÚCIO ALCÂNTARA

1680

COMUNICAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do art. 39, inciso I, Parágrafo Único, do Regimento Interno do Senado Federal, informo a Vossa Excelência a impossibilidade de comparecimento à reunião do dia 19 de abril corrente, tendo em vista que estarei participando de encontro inádiavel com o governador do Estado do Ceará, no município de Crateús.

Brasília, em 19 de abril de 2001.

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA

Recebi em 19/4/01
às 14h

SENADO FEDERAL
Fls. nº 1681

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 8, DE 2001

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Exª encaminhe solicitação ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais do tronco comum da Casa, no período 27 a 30 de junho de 2000.

Sala de reuniões, em 19 de abril de 2001.

Heloísa Helena

Senadora Heloísa Helena

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 36/2001 Brasília, 19 de abril de 2001

Prezado Senhor,

Comunico a V. Sª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada no dia de ontem, aprovou requerimento do Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001, no sentido de convidar V. Sª a comparecer a este Conselho no dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da referida Denúncia.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilmº Sr.
IVAR ALVES FERREIRA
PRODASEN
ANEXO C DO SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral
Doc: OF. CEDP Nº 36/2001
Nº de Fls: 01 (uma)
Destino: Ivar Alves Ferreira
Recebido por: Irene C
Matrícula: 3513C
Data: 20/04/2001

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 37/2001 Brasília, 19 de abril de 2001

Prezado Senhor,

Comunico a V. Sª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada no dia de ontem, aprovou requerimento do Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001, no sentido de convidar V. Sª a comparecer a este Conselho no dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da referida Denúncia.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: OF. CEDP Nº 37/2001
Nº de Fls.: 01 (uma)
Destino: Heitor Ledur
Recebido por: Ramez
Matrícula: 3530
Data: 20/04/2001

Ilmº Sr.
HEITOR LEDUR
PRODASEN
ANEXO C DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 38/2001 Brasília, 19 de abril de 2001

Prezado Senhor,

Comunico a V. Sª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada no dia de ontem, aprovou requerimento do Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001, no sentido de convidar V. Sª a comparecer a este Conselho no dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da referida Denúncia.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilmº Sr.
HERMILO GOMES DA NÓBREGA
PRODASEN
ANEXO C DO SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral ...
Doc: OF. CEDP Nº 38/2001
Nº da Fls: 01 (um)
Destino: Hermilo Gomes da Nóbrega
Recebido por:
Matrícula: 3530
Data: 20/04/2001

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 39/2001 Brasília, 19 de abril de 2001

Prezado Senhor,

Comunico a V. Sª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada no dia de ontem, aprovou requerimento do Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001, no sentido de convidar V. Sª a comparecer a este Conselho no dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da referida Denúncia.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilmº Sr.
DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS
Assessor do Senador José Roberto Arruda
Ala Senador Teotônio Vilela, Gabinete nº 10
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF 039/2001 - CEDP
N.º Fls: 01 (uma)
Destin: Dep. Sen. José Roberto Arruda
Recebido: Mônica Ramos
Matrícula: 3470 Data: 19/04/2001

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 40/2001 Brasília, 19 de abril de 2001

Prezado Senhor,

Comunico a V. Sª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em reunião realizada no dia de ontem, aprovou requerimento do Senador Roberto Saturnino, Relator da Denúncia nº 1, de 2001, no sentido de convidar V. Sª a comparecer a este Conselho no dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de prestar depoimento nos autos da referida Denúncia.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral
Ofício: OF. CEDP Nº 40/2001
Folha: 01 (uma)
Recebido por:
Matrícula: 3550
Data: 20/04/2001

Ilmº Sr.
SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR
SQN 315 Bloco F apto. 503
BRASÍLIA – DF

OF. CEDP Nº 41/2001 Brasília, 20 de abril de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de tomar o depoimento dos Srs. Servidores do PRODASEN Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermilo Gomes da Nóbrega e do Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior, bem como do Sr. Servidor Domingos Lamoglia de Sales Dias, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Senado Federal

Secretaria Geral da Mesa
Destino: Sen. Antonio Carlos Magalhães

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 1688
SECRETARIA GERAL DA MESA

OF. CEDP Nº 42/2001 Brasília, 20 de abril de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de tomar o depoimento dos Srs. Servidores do PRODASEN Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermilo Gomes da Nóbrega e do Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior, bem como do Sr. Servidor Domingos Lamoglia de Sales Dias, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa
Proc: OF. Nº 042/01 - CEDP
Nº [illegible]
Destino: Sen. José Roberto Arruda
Recebido por Mônica Paiva
Hora: 9:20 Data: 20/4/2001

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

43

OF. CEDP Nº 30/2001

9

Brasília, 17 de abril de 2001

Senhor Diretor-Executivo,

Solicito a V. Sª as providências necessárias no sentido que os Srs. Sevidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermilo Gomes da Nóbrega e o Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior, sejam cientificados dos convites (Ofícios nºs 36, 37, 38 e 40, de 2001), aprovados pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na reunião do dia 18 de abril próximo passado, a requerimento do Sr. Senador Roberto Saturnino, Relator, para que sejam ouvidos nos autos da Denúncia nº 01, de 2001, em reunião deste Conselho, que se fará realizar no dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa.

Atenciosamente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: CEDP - 43 - 2001
Fls.: 01 (uma)
Assunto: PRODASEN
Recebido por: Jacqui - 386
Matrícula:
Data: 20/04/2001

Ilmº Sr.
KLEBER GOMES FERREIRA LIMA
Diretor Executivo do PRODASEN
Senado Federal

SENADO FEDERAL
FLS Nº 1690
SECRETARIA-GERAL DA MESA

OF. Nº 44/2000 Brasília, 20 de abril de 2001

Senhor Diretor-Geral,

Comunico a V. Sª, para os devidos fins, que o servidor Domingos Lamoglia de Sales Dias, foi convidado a prestar depoimento a este Conselho, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001, conforme requerimento aprovado pelo Plenário, na reunião que se fará realizar no dia 24 de abril, terça-feira, às 17h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa.

Atenciosamente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilmº Sr.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa
Of.: OF. 44/2001 - CEDP
Fls.: 01 (Uma)
De: P. GER
Recebido
Matrícula: Roberto Luiz L. Oliveira
Subchefe de Gabinete
Diretoria-Geral
24/04/2001

SENADO FEDERAL
FLS N.º 1631
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 45/2001 Brasília, 23 de abril de 2001

Senhor Diretor-Geral,

Solicito a V. Sª as providências necessárias no sentido de propiciar o fornecimento de lanches para 50 (cinqüenta) pessoas, a ser servido por volta das 19h do dia 24 de abril, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, ao ensejo da reunião deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que ali se fará realizar.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: OF. CEDP Nº 45/2001
Nº Fls.: 1 (UMA)
Destino: Comissões - Wanderley
Assinatura:
Data: 23.04.2001

Ilmº Sr.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

Recebi hoje em 19/junho
para ser aqui anexado
Em 23/4/2001

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 1692

(1)

Srs SENADORES,

Depois de quatro dias de recolhimento, de reflexão, decidi voltar a esta Tribuna para o que, estou certo, é o meu dever:- Cumprir o que ~~indica~~ impõe a minha consciência, o que é o desejo de meus familiares e amigos, dos Srs e Srs Senadores e de toda a Sociedade Brasileira.

Vou agora revelar os fatos que são do meu conhecimento. Toda a Verdade

De início, peço licença para indagar:
- De que sou Acusado?
- De Roubar? De Corrupção? De desviar dinheiro público? De me enriquecer ilicitamente?
- NÃO.

FLS. Nº 1693 SECRETARIA-GERAL DA MESA

A acusação é de ter consultado a
ex-Diretora do PRODASEN, Drª Regina
Borges, a pedido do Senador Antonio Carlos,
sobre a possibilidade de se conhecer a
lista de Votação da época que cassou
o Senador Luiz Estevão.

Vi o depoimento da Drª Regina Borges.
Distrital
~~Depoimento~~ negou-lhe veracidade.

Talvez alguns engasgos, mudanças de data,
esquecimento num ou outro detalhe, que em
nada comprometem o FATO e a VERDADE
que ela relatou.

Vamos aos Fatos.

Numa conversa com o Senador Antonio Carlos,
no gabinete da Presidência, falando de Tendências
e possibilidades de Votos, em Votações

anteriores e na que se seguiria (3)
e já monopolizava as atenções, surgiu a
dúvida se esses V.Exs. no Senado,
quando Secretário, ~~poderiam~~ mais ou não
conhecidos pelas Técnicas do Prodasen.

Saí ~~daqui~~ encontro com a incumbência
de indagar sobre essa possibilidade
à Dra Regina. Não o fiz de imediato.

Não me recordo exatamente se ela
me procurou por algum assunto. Mas
do que estou certo é que efetivamente
disse-lhe que queria lhe fazer uma
consulta pessoalmente e ela ~~pediu~~ foi
no meu Apartamento.

Estou certo que não foi na dia-27

SECRETARIA-GERAL FLS. Nº 1634

Neste dia, o roteiro que antes descrevi é aquele mesmo. Foi antes. (4)

Mas o que importa é que de fato ela foi à minha casa e o diálogo que ela descreveu é aquele mesmo.

Perguntei a Drª Regina se era possível conhecer os votos de uma votação secreta, pois o Presidente Antonio Carlos desejava essa informação. Ela respondeu que achava que não e eu falei: Bom, mas o que se fala é que talvez isso aconteça. Ela, então, disse que iria verificar.

É preciso ficar claro, portanto, que eu não pedi, muito menos determinei,

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA

(5)

veio ~~[illegible]~~ em meu nome veio em nome do Presidente ACM, que ela obtivesse a lista. Apenas consulte-lhe se isto aconteceu, se era possível acontecer.

O detalhe, repito, não visa diminuir a minha responsabilidade no episódio, mas é a pura expressão da Verdade que me propus a Revelar e ao qual a Dª Regina foi fidedigna em seu depoimento.

Estou certo também que ela não me teve de Volta para saber se era ~~Verdade~~ possível conhecer os Votos e muito menos a forma como teriam obtido.

Isso também consta explicitamente do seu depoimento.

SENADO FEDERAL FLS Nº 1576 SECRETARIA DA MESA

(6)

E mais. Disse que só me ligou na tarde seguinte apenas para dizer que tinha algo para me entregar.

Disso eu me lembro muito claramente.

Acho que a minha Cabeça estava anuviada, naquele momento, para no Caso dela ~~continuar~~ — ter continuado a possibilidade de obter a Lista, eu dizer: Tá bom, mas então consulte o Presidente, ou Vocês consultem juntos. Mas não fizeram.

Não sei que ela tenha consultado e eu certamente não o fiz. Até porque, como já disse, não tive o retorno dela para responder ao questionamento que lhe fiz

SENADO FEDERAL FLS. Nº SECRETARIA-GERAL DA MESA

Volto a insistir. Vim aqui para (7)
revelar o que sei, mesmo ciente de
que tudo o que foi relatado pela Drª Rejane
pode ser de difícil comprovação, e talvez
nunca fosse efetivamente provado.

Mas, e daí? Não muda a Verdade.

Provavelmente se eu continuasse com a Versão
de que não fiz nada do que me acusam, e
o Senador Antônio Carlos também, dificilmente
se conseguiria provar cabalmente que as
coisas aconteceram assim.

Mas eu quero meu Sono de Volta.

Quero poder dormir tranquilo, olhar as
pessoas nos olhos, especialmente meus filhos.

FLS 1: 1693
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A Verdade pode não ter com fornecido de lógica, não ser capaz de fazer provas cabais, de ter até inconsistências como resultado de lapsos de memória, mas desencadeia um mecanismo em quem a empunha que vasre qualquer esperteza, qualquer argumento contrário.

Inútil resistir a ela.

Estamos em desacordo, eu e Dr. Rejane, em relação a alguns fatos e datas. Também não tenho como precisar todos os detalhes.

É óbvio que para qualquer um de nós dois é difícil e penoso um exercício de memória, mas isto não muda a essência da Verdade.

Posso afirmar que não busquei a agenda do dia 27, dias de conversa com o jornalista

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1659 SECRETARIA-GERAL DA

Antes tenho sobre a necessidade (9)
de manter o sigilo em relação ao episódio, foi verdadeiro. No entanto, tenho que reconhecer que usei a verdade de agente para ocultar o conhecimento que tinha da luta e para ocultar o próprio episódio.

Escravo da falha inicial, falhei novamente.

Ela disse, no seu depoimento, que poderia ter havido, na tarde do dia 28, ou manhã uma ligação minha ou alguém ligado a mim cobrando, ou pelo menos procurando-a. Sinceramente não me lembro de ter feito isso e, com certeza, não mandei alguém fazê-lo.

FLS. Nº 0162 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Mas a Verdade é o que ela afirma depois. (10)
Ela me ligou à tarde dizendo que tinha algo para entregar-me. Eu pedi para o meu assessor, Dr. Domingos, pegar com ela o que ela queria me entregar.

Naquele momento lamentei profundamente a Consulta que fizera, lamentei o que considerei uma precipitação da Dª Regina, talvez até um impulso inconsciente de diminuir minha responsabilidade no episódio e pensei claramente na inutilidade de se saber o que passou.

Quando o Dr. Domingos me entregou o envelope de papel pardo, sem saber do que se tratava, eu o abri. Lá estava a lista de votação. Eu li.

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS Nº 1701

Era um papel comum, sem timbre (11)
oficial. Tinha a relação dos nomes dos
senadores com o voto ao lado.

Não tirei cópia.

Guardei a lista no envelope e, em seguida,
fui ao gabinete do Presidente Antonio Carlos.

Ele olhou com atenção, conferiu voto a
voto e, feito, fizemos alguns comentários.

Estávamos sozinhos na sala.

Ainda na minha presença ele pediu que
ligasse para a Drª Regina e de fato
agradeceu a ela o envio da lista. A lista tinha o dele.

Lembro ainda que eu mesmo pedi para
que ele ligasse, para que ela tivesse
certeza de que eu entregei a lista a ele.

O que se seguiu depois disso todos já sabem.

Encontrei-me poucas vezes com Dª Regina (12)
num período e também não falamos sobre
isso até que houve a divulgação do teor
da conversa entre o Senador Antonio Carlos
e os Procuradores.

Asseguro que, através de mim, ninguém,
nenhum Senador, nenhuma outra pessoa
soube da lista e do seu conteúdo.

E mais: Também nunca fez qualquer
alusão ao que Vi com quem quer que seja.

Um parêntese. Quando alguns comentários
~~[illegible]~~ freqüentaram os corredores e
chegaram aos jornais em forma de notas,
passo ter contribuído com alguma ilação,
posterior, e numa afirmativa, a respeito da
dúvida levantada.

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 1233
COORDENADORIA-GERAL DA MESA

(13)

Lamento, peço desculpas, e quero dizer que ninguém jamais ouviu de mim a revelação do que continha aquela lista. Jamais insistirei na falha. Ainda que fosse o preço para atenuar a culpa, e não pode ser, não revelarei nunca.

É uma decisão que tomei naquele dia — 28 de junho — e que está reforçada agora pelos acontecimentos.

Não falo sobre isto. É uma decisão tão forte que, mesmo que eu quisesse dizer ou tivesse que lembrar da lista, do nome, do voto e eu não consigo recuperar essa imagem. Para ser absolutamente verdadeiro é claro que retive algumas informações, mas não tenho a imagem ~~[illegible]~~ da informação exata

SECRETARIA-GERAL DA

Aliás, se eu tive um comportamento (14)
correto ao me deixar levar por uma
curiosidade, mórbida talvez, ~~[illegible]~~ estéril, sem
dúvida, porque sem finalidade prática, —
eu senti indigno, entretanto, de revelar
aquilo que tive conhecimento, até pq
não é ele o objeto das investigações da
Comissão de ética.

Os fatos relatados pela Dra Regina
deles do episódio dos Parentes
também são Verdadeiros. Só encontro,
inclusive. Confirmo o que tive e
o que o Dr. Domingos teve a meu
pedido, aí já sabendo do que tinha
ocorrido.

FLS Nº 1705
SECRETARIA-GERAL DA MESA

(15)

Ali, diante das circunstâncias, trairão falsas noções fraquezas de curiosidade, vaidade, orgulho, ou tudo isso, estávamos unidos no mesmo ~~equívoco~~ e ninguém via outro caminho a não ser manter a ligação.

Falta dizer, também, que o Senador José Eduardo Dutra fez uma declaração na Comissão de Ética.

Ela é verdadeira.

Estes são os fatos de que tenho conhecimento.

Lamento profundamente que tudo isso tenha ocorrido e assumo minha parcela de responsabilidade.

Permitam-me ~~fazer~~ fazer algumas considerações:

(16)

1º) A quem interessa, de fato, essa lista? Há outras cópias? E o tal disquete que permitir extrair o resultado?

A Dr.ª Regina e seu marido realmente não viram a lista?

Nenhuma outra cópia foi dada a mais ninguém? Alguma outra pessoa já havia solicitado a mesma lista e ela já estava sendo providenciada, ou ~~foi~~ os procedimentos foram só de última hora mesmo?

Sinceramente também não sei, mas quero ser verdadeiro até nas dúvidas que tenho.

FLS Nº 1.225 SECRETARIA-GERAL DA MESA

(17)

2º) Devo dizer que te outro Senador, ou quem quer que seja, Viu ou ficou sabendo da tal Nota, NÃO foi POR MIM.

Não tirei cópia, não falei com ninguém.

Digo, que depois muita gente comentou e, portanto, de alguma forma mais gente Viu ou ficou sabendo, é inegável. (As duas reportagens da Veja são anteriores ao depoimento da Dra Regina confirmam isto.)

3º) Comigo com o Senador Antonio Carlos todos antes ano e posso dar o meu depoimento de que nunca vi, assisti ou participei de nenhum outro episódio que possa colocar em dúvida a Conduta do Sr. Todas as Vezes que assisti de perto ora atuação foi correto. E sempre existiu entre nós uma relação de amizade e confiança.

(18)

4º) Alguns poderão pensar, mas o que terá o Senador Arruda revelar mais fatos agora? Estaria fazendo isto para criar algum tipo de comoção, obter algum tipo de condescendência?

Não. Até porque, nisto, não é a minha vontade que vai prevalecer, mas o julgamento desta Casa que, estou certo, saberá distinguir este episódio, na sua dimensão Regimental, com a gravidade dos fatos, provas e atos que deram origem à cassação do ex-Senador.

5º) Sei inocente, sim. Divirjo as consequências do episódio, eu e o Senador Antonio Carlos, então Presidente desta Casa.

Quando a Comissão de Justiça ouviu os ex-Corregedores, ainda pensava sobre isso, e talvez até ali ainda não tivesse ao certo o episódio.

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

a sua real dimensão. Pensava se (19)
O [redacted] sigilo do voto secreto existia
mesmo se era respeitado efetivamente na Casa?
Passou até pela minha cabeça a lembrança
da Votação secreta para a escolha do novo
Presidente do Senado, agora, em fevereiro último.
Alguns Senadores teriam combinado previamente
com sua liderança de mostrarem seu Voto
aberto, para o registro de um fotógrafo estrategica
e previamente colocado na galeria, com uma
Teleobjetiva. Foi a forma encontrada pela
liderança de garantir que os herege
defecções e que todos votariam num dos
Candidatos, o que foi até admitido na
imprensa. E aí eu pensei: não é ato, também,
uma forma de violar o sigilo do Voto?
Alguns dirão: Não, é diferente porque foi consentido.

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL FLS. Nº 11

Outro disse: ~~Eu~~, é mais grave ainda, (20)
porque foi feita antes do Voto e não
depois — pode ter induzido o Voto e
tirou-lhe, além da espontaneidade, as
duas características fundamentais do
instituto do Voto Secreto: a individualidade
e o Sigilo. Neste caso os dois estariam
comprometidos.

— É menos grave, disse outro, porque foi
apenas de alguns Senadores e não de todos.

Ou Sigilo ou é total ou ~~de~~ Sigilo
não se trata, é que não existe Sigilo
parcial, ou Sigilo maior ou menor.

Sigilo, existe ou não existe.

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 1771

(21)

Feita essa consideração devo dizer que, nestes dias intermináveis de reclusão, recebi solidariedade, agentes, provocações, críticas construtivas, outras nem tanto duras, impiedosas, etc.

Recebi orações, feitas comovidas, muita ajuda, muito apoio da família e dos amigos, generosos comigo.

Os exageros negativos, faço questão de esquecer. Nada de mágoas.

Aos gestos solidários, minha gratidão.

~~Mais do que nunca,~~ ~~eu~~ posso dizer que sei o valor de um outro amigo, de um apoio de mãe, um abraço, um Telefonema, uma mensagem, uma oração.

SENADO FEDERAL FLS Nº 1712 SECRETARIA-GERAL DA MESA

(22)

Quero fazer um agradecimento especial aos Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Saturnino e Ramez Tebet que, com suas declarações públicas, fortaleceram a minha convicção de que deveria refletir mais sobre o caminho que acabei tomando. Aos amigos próximos que foram da mesma direção, meus agradecimentos.

Aos meus Senadores, todos que entenderam o momento difícil que vivo, eu agradeço através do Senador Ronaldo Cunha Lima, que foi ao meu gabinete de Cadeira de Rodas, e chorou Comigo. Agradeço a todos, sem citar seus nomes, para preservá-los, mas agradeço.

E peço desculpas a todos os (23)
Senadores, pela falha ou pela indução à falha.

Peço desculpas ainda pelo meu açodamento, que me ouviram aqui com paciência e tolerância.

Peço desculpas aos funcionários da Casa.

Também peço desculpas aos Colegas de Governo, ao qual sempre servi com lealdade, até em bitrações de natureza muito menos graves que esta, e mesmo quando meus mais legítimos interesses políticos foram contrariados.

Nesses dias de reflexão repassei cada um desses momentos.

Peço desculpas também aos que me elegeram, a Bahia e ao Brasil, com a consciência de que vinha desempenhando

SENADO FEDERAL S.F.S. Nº 1714 MESA

com determinação, honestidade, trabalho (24)
e dedicação, o meu mandato, [redacted].
Tenho procurado sempre defender Brasília
acima de divergências, independente de quem
seja o governador.

Peço desculpas a Taguatinga, algumas vezes
exagerada ou parcial, mas guardo a
liberdade e da verdade, que compreenderá
o meu silêncio destes últimos dias,
necessário para uma reflexão.

Fechou e fechou fechado.

Aprendi a lição.

Aconteça o que acontecer, sei que
vou ter forças para levantar a cabeça,
recomeçar, reconstruir, lutar e voltar.

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 1715
SECRETARIA-GERAL DA M.S.

ao meu Caminho natural e aos (25)
fatos que me levaram à Vida pública.

Acontece o que aconteceu.

Lembrei muito de mim mesmo, aos 14 anos, em 1968, quando Vesci minha primeira eleição, para Presidente de um inocente Grêmio Estudantil e fui impedido de tomar posse, porque defendia a subversiva proposta do ensino gratuito e Universal. Lembrei que naquele momento aliás eu decidi fazer Vida pública — e com idealismo, retidão, sem desvios de Conduta, para ajudar a mudar o País.

Foi esse Caminho que me trouxe até aqui.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA

Não nasci Político. Não nasci Senador. (26)
Não nasci líder do governo. Fui levado à vida pública pela Vontade de Servir ao meu País.
Mas a ambição, a Vaidade, o orgulho, o gosto pelo poder, configuram um impulso primário, infantil, como uma alquimia às avessas, que pode transformar ouro em chumbo. As coisas se confundem, se misturam, se mesclam e se contaminam.
Hoje, tragado pelo impacto desse Verdadeiro tormento que se abateu sobre mim — parece uma contradição — sinto-me não apenas aliviado, mas melhor, como Ser Humano, como Pai, até mesmo como Político, porque aquele impulso inicial de Servir ao meu País ~~disse~~ continua firme.

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS Nº 1717

S. FLS. Nº 1718 SECRETARIA GERAL DA MESA

Sinto-me renascendo. E estou renascendo. Me reencontrei com aquele menino de 14 anos idealista, sonhador. E no meio de tantos problemas, tantos dissabores, quero dizer que valeu a pena ese reencontro.

No I-Ching, oráculo Chinês Milenar, cose está associado a mudança, transformação. É assim que vivo este momento.

— Quando, no momento de desespero, eu me indagava porque isso tudo está acontecendo Comigo, — será que o Castigo não está desproporcional à Culpa? — eu entendi que o Poder estava me levando pela Vaidade exagerada, pela ambição desmedida, a um atalho, a um desvio, que não é o Caminho que traçei.

É um gesto para mudar, enquanto é (28)
tempo.

Por isso, a Verdade, a auto-humilhação até de reconhecer a falha, passo necessário e fundamental para retomar o Caminho de minha referência, dos meus Sonhos.

Eu disse aos meus filhos: Vocês não tem que ficar com Vergonha de mim. Não Roubei. Não enriqueci. Moro no mesmo Apto que morava antes de ser Senador e não recebo nem auxílio Moradia. Não tenho fortuna. Falhei, é Verdade, mas estou reconhecendo isto publicamente.

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1119 SECRETARIA-GERAL DA MESA

29

Estou no meu primeiro mandato.
Tenho cumprido este mandato com esforço, dedicação, mas tenho que reconhecer, neste episódio, e em outras horas políticas, uma dose grande de ingenuidade. De fraqueza mesmo. E de açodamento.

Falhei, fui ingênuo, infantil, descuidado algumas vezes, mas pretendo com este gesto, que vem de dentro da alma, dar o exemplo que sempre se pode retomar o Judeu Caminho.

Deus vai me dar forças.

Não importa de que ponto recomeçarei minha trajetória de Vida, mas recomeçarei.

E o farei enriquecido pela lição e pela provação.

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 1720

Todo ser Humano erra. E pode (80)
reparar. Comprar o erro. O cidadão
comum quando erra paga o preço apenas
no seu ambiente restrito, muitas vezes restrito
a ele próprio.

Nós, que fazemos Vida pública, não.

O nosso erro é ampliado, publicado,
comentado, evidenciado.

Mas é bom que seja assim.

Se fazemos vida pública temos que ser
e dar exemplo. Ser Modelo.

— [illegible]

Que bom se [illegible] em momento
levar cada um a refletir sobre si
mesmo, sem passar pelo que estou
passando.

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS Nº 1321

SF FLS. Nº 1722 SECRETARIA-GERAL DA MESA

31

Espero também que ~~[illegible]~~ possa nos levar ao fim do Voto Secreto, essa excrescência, origem disso tudo.

Será que não estamos discutindo o ritual em detrimento do Conteúdo?

Não estamos desviando o foco da Verdadeira discussão, para algo importante do que levantar o Conhecimento do que já deve ser de domínio público vai sem acabar com essa distorção?

Quem tem direito ao Sigilo do Voto é o eleitor que nos escolhe. Nós, os escolhidos, temos que Votar aberto, sempre, sem medo, para que a Sociedade que nos elege possa acompanhar o nosso desempenho avaliar nossa Conduta e o

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1.723 SECRETARIA-GERAL DA MESA

32

nosso trabalho.

No Jornal O GLOBO de ontem, um leitor, numa carta, alertava que um assunto está desviado da sua causa verdadeira: o Voto Secreto. O que pouco se resolvido não é a segurança do computador para manter o sigilo, mas exatamente o conteúdo: a divulgação da opinião dos Parlamentares sem restrições.

Das coisas que consegui ler neste período, duas me chamaram muito a atenção e creio mesmo que não caíram na minha rede foram acaso.

Primeiro, um texto que fala que esta Virada de Milênio é tempo de transmutação,

de nascimento, de lei. (33)

Um segundo, assinado por Stephan Kanitz, chamado "Ambição e Ética".

"Não há nada de errado em ser ambicioso, mas o erro que muita gente comete é definir a ambição antes de definir a ética".

"~~[illegible]~~

Porque se Você definir antes a ética, ou seja, o que Você não quer fazer para alcançar seus objetivos, como não roubar, não mentir, não fazer uso outro para atingir sua ambição, aí o processo de ambição é falho.

Mas se Você definir a ambição antes aí a tendência é reduzir o rigor ético e não reduzir a ambição.

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1724

Finalmente, senhoras e senhores senadores, (34)
vemos dos todos em fomei que todo
este depimento, que é grande, pudesse
ser útil, pelo menos para que o Senado,
que tem feito tanto pelo País, pudesse
retomar o seu caminho histórico de
comportamento e de convivência harmoniosa
mesmo na discordância.

— Por que tomei essa decisão?

Porque é a correta.

A que indica minha consciência.

Pensei também no D. Domingos, um
homem íntegro, como há muito tempo;
os meus funcionários, todos, — e os
funcionários do PRODASEN que sequer
conheço pessoalmente e que, com —.

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 1735
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que meu jeito talvez tenham (21)
que responder apenas na Comissão interna
do Senado, poupando a todos de mais
constrangimentos neste Caso.

É que todos digam a Verdade,
somente a Verdade — mas toda a Verdade.

— Eu estava numa encruzilhada.

Ou continuar errando, para tentar
justificar um deslize inicial, ou honrar
o ensinamento de São Pedro, que depois
de negar 3 Vezes, se arrependeu,
Voltou ao Caminho da Verdade e
dedicou todo seu resto de Vida àquela
Verdade.

Não quero, não posso e não devo continuar
encenar de uma falha inicial

SENADO FEDERAL FLS Nº 1726 SECRETARIA

SF FLS. N.º 1727 SECRETARIA-GERAL DA MESA

32

De coração, este o Guiuho que escolhi.

Reitero meu pedido de desculpas, agradeço a compreensão e a contribuição de todos, e estou, a partir de agora, ainda que mais sofrido, mais vaidoso e mais convicto do ~~que~~ rumo que sempre estabeleci como meta, à inteira disposição desta Casa.

— Eu fico. Os senhores fiquem. Mas o Senado fica e tem que ser preservado. Por isso eu encerro dizendo que em meu gesto ~~está~~ tem o objetivo principal de satisfazer a minha consciência, cumprir meu dever e, acima de tudo, preservar a dignidade do Senado Federal, instituição essencial à Democracia.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (Bloco/PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os que estão neste Plenário e aqueles que tentei avisar e que, eventualmente, não puderam estar aqui neste momento, mas certamente estarão nos assistindo pelo rádio ou pela televisão.

Depois de quatro dias de recolhimento, de reflexão, decidi voltar a esta tribuna para o que, estou certo, é o meu dever: cumprir o que impõe a minha consciência, o que é o desejo de meus familiares e amigos, estou certo, das Srªs e dos Srs. Senadores e de toda a sociedade brasileira. Eu vou pedir aos Srs. Senadores que não me façam apartes; eu tenho limites humanos; sem embargo de outros depoimentos que certamente darei.

Vou agora, Srs. Senadores, relatar os fatos que são do meu conhecimento, toda a verdade. De início, peço licença para indagar do que sou acusado. De roubar? De corrupção? De desviar dinheiro público? De me enriquecer ilicitamente? Não. Rigorosamente, não. A acusação é de ter consultado a então Diretora do Prodasen, Drª Regina Borges, a pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a possibilidade de se conhecer a lista de votação da sessão que cassou o Senador Luiz Estevão.

Vi o depoimento da Drª Regina Borges. Difícil negar-lhe veracidade. Talvez alguns enganos, ao certo mudanças de datas, esquecimento num ou noutro detalhe, que em nada comprometem o fato e a verdade que ela relatou. Vamos aos fatos.

Numa conversa com o Senador Antonio Carlos, no gabinete da Presidência, falando de tendências e possibilidades de votos em votações anteriores e na que se seguiria e já monopolizadas as atenções, surgiu a dúvida se esses votos no Senado quando secretos eram ou não conhecidos pelos técnicos do Prodasen. Saí do encontro com a incumbência de indagar sobre essa possibilidade à Drª Regina. Não o fiz de imediato. Não me recordo exatamente se ela me procurou por algum assunto, mas do que estou certo é que efetivamente disse-lhe que queria lhe fazer uma consulta pessoalmente, e ela de fato foi ao meu apartamento. Estou certo de que não foi no dia 27. Nesse dia, o roteiro que descrevi foi aquele mesmo. O que importa é que, de fato, S. Sª foi à minha Casa. O diálogo que descreveu foi aquele mesmo. Perguntei a Drª Regina se era possível conhecer os votos de uma votação secreta, pois o Presidente Antonio Carlos Magalhães desejava a informação. S. Sª respondeu que não e eu falei: Bom, mas o que se fala é que talvez isso aconteça. S. Sª, então, nervosa, disse que iria verificar.

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 1773
SECRETARIA-GERAL DA MESA

É preciso ficar claro, portanto, que não pedi, muito menos determinei, em meu nome ou no nome do Presidente Antonio Carlos Magalhães, que S. Sª obtivesse a lista. Apenas consultei-a sobre se acontecia, se era possível.

O detalhe, repito, não visa a diminuir minha responsabilidade no episódio, e nem a diminui, mas é a pura expressão da verdade, que me propus a revelar e à qual a Drª Regina foi absolutamente fidedigna em seu depoimento. Estou certo também de que S. Sª não me ligou para dizer se era ou não possível conhecer os votos, muito menos a forma como a informação seria obtido. Tal fato consta explicitamente do seu depoimento e também é verdade.

E mais, ela diz que só me ligou na tarde seguinte ou na tarde do dia 28 – estou certo de que nosso encontro não foi no dia 27 – apenas para dizer que tinha algo para me entregar. Disso eu me lembro claramente.

Acho que minha cabeça, naquele momento, estava arrumada para no caso de ela ter confirmado a possibilidade de obter a lista eu dizer: Tá bom, mas então consulte o Presidente, ou vamos consultar juntos.

Mas não o fizemos.

Não creio que ela tenha consultado e eu certamente não o fiz. Até porque, como já disse, não tive o retorno dela para responder o questionamento que lhe fiz.

Volto a insistir, vim aqui para relatar o que sei, mesmo ciente de que tudo que foi relatado pela Drª Regina pode ser de difícil comprovação, e talvez até nunca fosse efetivamente provado.

Mas e daí? Não muda a verdade.

Provavelmente, se eu continuasse com a versão de que não fiz nada do que me acusam, assim como o Senador Antonio Carlos, dificilmente se conseguiria provar cabalmente que as coisas aconteceram assim, mas aconteceram.

Srªs e Srs. Senadores, quero meu sono de volta, quero poder dormir tranqüilo, olhar as pessoas nos olhos, especialmente meus filhos. A verdade pode não ter 100% de lógica; não ser capaz de gerar provas cabais; de ter até inconsistências como resultado de lapsos de memória. mas desencadeia um mecanismo em quem a impunha que varre qualquer esperteza, qualquer argumento contrário.

Inútil resistir à verdade.

SENADO FEDERAL
FLS Nº 1729
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Estamos em desacordo, eu e a Drª Regina, em relação a alguns fatos e datas. Não fiz com ela, depois dos seus depoimentos, nenhum tipo de contato direto ou indireto. Estamos em desacordo, em relação a alguns fatos e datas.

Também não tenho como precisar todos os detalhes. É óbvio que para qualquer um de nós dois é difícil e penoso esse exercício de memória, mas isso não muda a essência da verdade.

Posso afirmar que quando busquei a agenda do dia 27, depois de conversar com Senador Antonio Carlos sobre a necessidade de manter o sigilo em relação ao episódio, fui verdadeiro. No entanto, tenho que reconhecer que usei a verdade da agenda e suas evidências para ocultar o conhecimento que tinha da lista e para ocultar o próprio episódio.

Escravo da falha inicial, falhei novamente. Ela disse, em seu depoimento, que poderia ter havido, na tarde do dia 28, ligação minha ou de alguém ligado a mim, cobrando ou pelo menos procurando-a. Sinceramente, não me lembro de ter feito isso e, com certeza, não mandei ninguém fazê-lo. Mas a verdade é o que ela afirma depois.

Ela me ligou à tarde, dizendo que tinha algo para entregar-me. Eu pedi ao meu Assessor, Dr. Domingos, pegar com ela o que ela queria me entregar. Naquele momento, lembro de ter, intimamente, lamentado profundamente a consulta que fizera. Lamentei o que considerei uma precipitação da Drª Regina. Talvez até em um impulso inconsciente de diminuir a minha responsabilidade no episódio e pensei claramente na inutilidade de se saber o que passou.

Quando o Dr. Domingos me entregou o envelope de papel pardo – também é verdade -, sem saber do que se tratava, eu o abri. Lá estava a lista de votação. Eu li. Era um papel comum, sem timbre oficial. Tinha a relação dos nomes dos Senadores com o voto ao lado. Não tirei cópia. Guardei a lista no envelope e, em seguida, fui ao Gabinete do Presidente Antonio Carlos. S. Exª olhou com atenção; conferiu voto a voto, e juntos fizemos alguns comentários. Estávamos sozinhos na sala. Ainda na minha presença, ele pediu que ligassem para a Drª Regina e, de fato, agradeceu a ela o envio da lista.

A lista ficou com ele. Lembro ainda que eu mesmo pedi que ele ligasse, que ela tivesse certeza de que eu entreguei a lista a ele. O que se seguiu depois todos já sabem. Encontrei-me poucas vezes com Drª Regina nesse período e também não falamos sobre isso até que houve a divulgação do

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. N.º 1730

teor da conversa entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e os Procuradores.

Asseguro que, por intermédio de mim, ninguém, nenhum Senador, nenhuma outra pessoa soube da lista ou do seu conteúdo. E mais: também nunca fiz qualquer alusão ao que vi com quem quer que seja.

Um parêntese: quando alguns comentários freqüentaram os corredores e chegaram aos jornais em forma de notas, posso ter contribuído com alguma ilação posterior e nunca afirmativa a respeito de dúvida levantada.

Lamento, peço desculpas, e quero dizer que ninguém jamais ouvirá a revelação do que continha aquela lista. Seria insistir na falha. Ainda que fosse o preço para atenuar a culpa - e não pode ser -, não revelarei nunca. É uma decisão que tomei naquele dia, 28 de junho, que cumpri e que está reforçada agora por todos os acontecimentos.

Não falo sobre isso. É uma decisão tão forte, Srs. Senadores, que, mesmo que eu quisesse dizê-lo, eu teria que lembrar a lista, do nome e do voto ao lado, e não consigo, sinceramente, recuperar essa imagem visual. Para ser absolutamente verdadeiro, é claro que retive algumas informações, mas não tenho a imagem que para mim mesmo comprovaria a informação que retive. Aliás, se não tive um comportamento correto ao me deixar levar por uma curiosidade talvez mórbida e sem dúvida estéril, porque sem finalidade prática, não serei indigno, entretanto, de revelar aquilo que tive conhecimento, até porque não é este o objeto das investigações do Conselho de Ética.

Os fatos relatados pela Drª Regina, depois do episódio dos Procuradores, também são verdadeiros, os encontros inclusive. Confirmo os que tive por iniciativa dela e os que o Dr. Domingos teve, a meu pedido – aí já sabendo do que tinha ocorrido.

Ali, diante das circunstâncias, traídos pelas nossas fraquezas de curiosidade, vaidade, orgulho ou tudo isso juntos, estávamos unidos no mesmo equívoco e ninguém via outro caminho a não ser manter a negação.

Falta dizer também que o Senador José Eduardo Dutra fez uma declaração no Conselho de Ética. Ela também é verdadeira.

Estes são os fatos de que tenho conhecimento.

Lamento profundamente que tudo isso tenha ocorrido e assumo publicamente a minha parcela de responsabilidade.

Permitam-me, Srªs e Srs. Senadores, fazer algumas considerações.

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 1731
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Primeiro: a quem interessava, de fato, essa lista? Há outras cópias? E o tal disquete que permitiu extrair o resultado? A Drª Regina e o seu marido realmente não viram a lista? Nenhuma cópia foi dada a mais ninguém? Alguma outra pessoa já havia solicitado a mesma lista e ela já estaria sendo providenciada? Ou os procedimentos foram mesmo tão de última hora? Sinceramente, também não sei, mas quero ser verdadeiro até nas dúvidas que tenho.

Segundo: se outro Senador ou quem quer que seja viu ou ficou sabendo da tal lista, não foi por mim. Não tirei cópia. Não falei com ninguém. Entretanto, é inegável que muitas pessoas comentavam e que outras viram ou ficaram sabendo. As duas reportagens da revista **IstoÉ**, anteriores ao depoimento da Drª Regina Célia, comprovam esse fato.

Terceiro: convivi com o Senador Antonio Carlos Magalhães durante todos estes anos e posso dar – e darei – o meu depoimento de que nunca vi ou participei de nenhum outro episódio que possa colocar em dúvida a conduta de S. Exª. Todas as vezes em que assisti, de perto, à sua atuação, esta foi correta, e sempre existiu entre nós uma relação de respeito e de afeto.

Quarto: alguns poderão pensar sobre os motivos que fariam o Senador José Roberto Arruda revelar esses fatos agora. Estaria fazendo isso para criar algum tipo de comoção ou atrair algum tipo de condescendência? Não, até porque, com relação a esse assunto, não será a minha vontade que prevalecerá. Porém, estou certo de que o julgamento desta Casa saberá distinguir esse episódio na sua dimensão regimental com a gravidade dos fatos, provas e atos que deram origem à cassação do ex-Senador.

Quinto: fui ingênuo sim. Minimizei as conseqüências do episódio – eu e o Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente desta Casa, na época.

Quando a comissão de sindicância ouvia as confissões, ainda pensava sobre isso e talvez, até aquele momento, não dando ao episódio a sua real dimensão, pensava sinceramente se o sigilo do voto secreto existia mesmo e se era respeitado efetivamente nesta Casa. Tive dúvidas.

Passava até pela minha cabeça a lembrança, Sr. Presidente, da votação secreta para a escolha do novo Presidente do Senado em fevereiro último. Alguns Senadores teriam combinado previamente com suas Lideranças de mostrar os seus votos abertos para o registro de um fotógrafo, estratégica e previamente colocado naquele ponto da galeria com uma teleobjetiva. Foi a forma encontrada pela Liderança de garantir que não

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 17325
SECRETARIA-GERAL DA MESA

haveria defecções e que todos votariam num dos candidatos, o que foi até admitido na imprensa.

Então, pensei: "Não é essa também uma forma de violar o sigilo do voto?" Alguns dirão: "Não, é diferente, porque foi consentida e, portanto, é menos grave." Outros dirão: "É mais grave ainda, porque foi feita antes do voto e não depois e porque pode ter induzido o voto e tirar-lhe, além da espontaneidade, as duas características fundamentais do instituto do voto secreto: a individualidade e o próprio sigilo". Nesse caso, os dois estariam comprometidos. "É menos grave", dirão ainda outros, "porque foi uma combinação apenas entre alguns Senadores, e não entre todos". Mas sigilo é total ou de sigilo não se trata, já que não existe sigilo parcial, ou sigilo maior e sigilo menor. Sigilo existe ou não existe.

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, nesses dias intermináveis de reclusão, recebi solidariedade, sugestões, provocações, críticas construtivas, outras mais duras, impiedosas talvez. Recebi orações, gestos comovidos, muita ajuda, muito apoio da minha família e dos meus amigos, generosos comigo. Os exageros negativos, faço questão de esquecê-los. Nada de mágoas. Pronto: já esqueci. Aos gestos solidários, minha gratidão. Mais do que nunca, agora posso dizer que sei do valor de um ombro amigo, de um telefonema, de uma mensagem, de uma oração.

Quero fazer um agradecimento especial aos Senadores Ramez Tebet, Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino que, com suas declarações públicas, fortaleceram a minha convicção de que deveria refletir mais sobre o caminho que acabei tomando. Aos amigos próximos que foram na mesma direção, meus agradecimentos.

Aos amigos Senadores, todos que entenderam o momento difícil que vivo, agradeço por intermédio do Senador Ronaldo Cunha Lima, que foi ao meu gabinete de cadeira de rodas, não conseguiu falar uma palavra e chorou comigo. Agradeço a todos, sem citar seus nomes, até para preservá-los. Mas estejam certos de que lhes agradeço do fundo do meu coração.

E peço desculpas a todos os Senadores e Senadoras pela falha ou pela indução à falha. Peço desculpas ainda pelo meu açodamento, tolerado com paciência pelos Srs. Senadores.

Peço desculpas aos funcionários desta Casa.

Também peço desculpas aos Colegas do Governo, ao qual, Governo, sempre servi com lealdade, até em situações de natureza muito mais

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 1733

grave que esta e mesmo quando meus mais legítimos interesses políticos foram contrariados. Nunca prejulguei.

Nestes dias de reflexão, repassei cada um desses momentos. Peço desculpas também – e este é o momento mais difícil da minha fala – aos que me elegeram, a Brasília e ao Brasil, com a consciência de que, apesar desta falha, venho desempenhando este meu mandato com determinação, honestidade, trabalho e dedicação. Tenho procurado sempre defender Brasília acima de divergências, independentemente de quem seja o Governador.

Peço desculpas à Imprensa, algumas vezes exagerada ou parcial, mas guardiã da liberdade e da verdade, que compreenderá o meu silêncio nestes últimos dias, necessário para uma reflexão.

Srªs e Srs. Senadores, aprendi a lição. Aconteça o que acontecer, sei que terei forças para levantar a cabeça, recomeçar, reconstruir, lutar e voltar ao meu caminho natural e aos sonhos que me levaram à vida pública. Aconteça o que acontecer.

Lembrei-me muito de mim mesmo aos 14 anos, em 1968, quando venci minha primeira eleição, para presidente de um inocente grêmio estudantil, e fui impedido de tomar posse, porque defendia a subversiva proposta do ensino gratuito e universal. Lembrei-me de que, naquele momento, decidi fazer vida pública - e com idealismo, retidão, sem desvios de conduta para ajudar a mudar o País. Foi esse caminho que me trouxe até aqui.

Não nasci político. Não nasci Senador. Não nasci Líder do Governo. Fui levado à vida pública pela vontade de servir ao meu País. Nasci de uma família pobre e digna, nasci com dignidade. Posso não preservar nada mais, mas vou preservar a minha dignidade. Contudo, Srs. Senadores, a ambição, a vaidade, o orgulho, o gosto pelo poder conspurcam, ou conspurcaram esse impulso primário, infantil, como uma alquimia às avessas, que pode transformar o ouro em chumbo. As coisas confundem-se, misturam-se, mesclam-se, contaminam-se.

Hoje, tragado pelo impacto dessa verdadeira tormenta que se abateu sobre a minha cabeça - parece uma contradição -, sinto-me não apenas aliviado, mas melhor como ser humano, como pai, até mesmo como político, porque aquele impulso inicial de servir ao meu País continua firme.

Aquele menino de 14 anos não morreu! Eu me sinto renascendo e estou renascendo. Eu me reencontrei com aquele menino de 14 anos, idealista, sonhador. E, no meio de tantos problemas, tantos dissabores, quero dizer que valeu a pena esse reencontro.

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1734 SECRETARIA-GERAL DA MESA

No **I Ching** (*), oráculo chinês milenar, crise associa-se à mudança, transformação. É assim que vivo este momento.

Meus amigos Senadores, nos momentos de desespero - eu os tive -, eu me indagava: por que isso tudo está acontecendo comigo, meu Deus? Será que esse castigo está proporcional à culpa? E entendi que o poder estava me levando, pela vaidade exagerada, pela ambição desmedida, a um atalho, a um desvio, que não é o caminho que tracei. É um aviso para mudar enquanto é tempo. Por isso também a verdade, a auto-humilhação até de reconhecer a falha, passo necessário e fundamental para retomar o caminho da minha referência, dos meus sonhos.

Eu disse ontem à noite aos meus filhos: vocês não têm que ficar com vergonha de mim! Não roubei! Não enriqueci! Moro no mesmo apartamento em que eu morava antes de ser Senador e não recebo nem auxílio-moradia! Não tenho fortuna! Falhei, é verdade, mas estou reconhecendo isso publicamente.

Estou no meu primeiro mandato. Tenho cumprido este mandato com esforço, dedicação, mas tenho que reconhecer, neste episódio e em eventuais outras tramas políticas, uma dose grande de ingenuidade. De fraqueza mesmo. E de açodamento.

Falhei, fui ingênuo, infantil, descuidado algumas vezes, mas pretendo, com este gesto que vem de dentro da alma, dar o exemplo de que sempre se pode retomar o verdadeiro caminho.

Deus me dará forças! Não importa de que ponto recomeçarei minha trajetória de vida, mas recomeçarei. E o farei enriquecido pela lição e pela provação.

Todo ser humano erra. E pode reparar. Corrigir o erro. O cidadão comum, quando erra, paga o preço apenas no seu ambiente restrito, muitas vezes restrito a ele próprio.

Nós, que fazemos vida pública, não. O nosso erro é ampliado, publicado, comentado e evidenciado.

Mas é bom que seja assim!

Se fazemos vida pública, temos que ser e dar o exemplo. Ser modelo.

Que bom se este momento levar cada um a refletir sobre si, sem passar pelo que estou passando.

Espero também, e sinceramente, que esse episódio nos leve ao fim do voto secreto, essa excrescência, origem disso tudo.

SENADO FEDERAL
FLS. N.º 1735
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Será que não estamos discutindo o ritual em detrimento do conteúdo?

Não estamos desviando o foco da verdadeira discussão? Pois mais importante do que levantar o conhecimento do que já devia, por origem, ser de conhecimento público, não seria acabar com a distorção?

Quem tem direito ao sigilo do voto é o eleitor que nos escolhe. Nós, os escolhidos, não, temos que votar aberto, sempre, sem medo, para que a sociedade que nos elege possa acompanhar o nosso desempenho, avaliar nossa coerência e nosso trabalho.

No jornal **O Globo** de ontem, um leitor, numa carta, alertava que esse assunto está desviado da sua verdadeira causa: o voto secreto. O que precisa ser resolvido, diz ele, não é a segurança do computador para manter o sigilo, mas exatamente o contrário: a divulgação da opinião dos parlamentares, sem restrições.

Das coisas que consegui ler nesse período, duas me chamaram muito a atenção e creio mesmo que não caíram na minha mão por acaso.

Primeiro, um texto que fala que esta virada de milênio é tempo de transmutação, de renascimento e de luz.

Um segundo, assinado por Stephen Kanitz*, numa revista velha que encontrei onde estava, chamado **Ambição e Ética.** Diz ele:

"Não há nada de errado em ser ambicioso, mas o erro que muitos temos cometido – e eu certamente cometi – é definir a ambição antes de definir a ética".

Porque se se define antes a ética, ou seja, o que não se quer fazer para alcançar os seus objetivos, como não roubar, não mentir, não pisar nos outros, para atingir a sua ambição, aí o processo de ambição é sadio. Mas se se define a ambição antes, aí a tendência é reduzir o rigor ético e não reduzir a ambição.

Finalmente, Srªs e Srs. Senadores, nesse dias todos, eu pensei que talvez esse sofrimento, que é grande, pudesse ser útil, pelo menos para que o Senado, que tem feito tanto pelo País, pudesse retomar o seu caminho histórico de comportamento e de convivência harmoniosa, mesmo na discordância.

Por que tomei essa decisão? Porque é a correta, a que indica a minha consciência. Dela não podia falar com ninguém, era individual, por isso, por ironia, o texto está escrito a mão, não sei escrever em computador.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 1736

Pensei também no Dr. Domingos Lamoglia(*), um homem íntegro, comigo há muito tempo; pensei nos meus funcionários, todos, e nos funcionários do Prodasen, que sequer conheço pessoalmente e que, todos, com esse meu gesto, talvez tenham que responder apenas à Comissão Interna do Senado, poupando todos de mais constrangimentos nesta Casa.

E que todos digam a verdade, somente a verdade, mas toda a verdade.

Srs. Senadores, eu estava numa encruzilhada: ou continuar errando para tentar justificar um deslize inicial, ou lembrar o ensinamento de São Pedro que, depois de negar três vezes, se arrependeu, voltou ao caminho da verdade e dedicou todo seu resto de vida àquela verdade.

Não quero, não posso e não devo continuar escravo de uma falha inicial.

De coração, este o caminho que, conscientemente, escolhi.

Reitero o meu pedido de desculpas aos Senadores, aos funcionários, aos jornalistas, a Brasília, ao Brasil e a estas crianças que, talvez para aumentar o castigo, me estão aqui ouvindo.

Agradeço a compreensão e a contribuição de todos, e estou, a partir de agora, ainda que mais sofrido, menos vaidoso e mais convicto do rumo que sempre estabeleci como meta, à inteira disposição desta Casa.

Eu passo. Os senhores passam. Mas o Senado fica e tem de ser preservado. Por isso, encerro dizendo que este meu gesto tem o objetivo principal de satisfazer à minha consciência, cumprir um dever e, acima de tudo, preservar a dignidade do Senado Federal, instituição essencial à democracia.

Uma última palavra aos meus filhos: desculpem-me, muito obrigado e não precisam ter vergonha de mim. Obrigado.

SENADO FEDERAL
FLS. N.º 1737
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 1
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *24.04.2001*

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 7ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 7ª Reunião de 2001, realizada em 24 de abril de 2001, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir os Srs. **IVAR ALVES FERREIRA, HEITOR LEDUR, HERMILO GOMES DA NÓBREGA, DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS** e o Sr. **SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR,** nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Presentes os Srs. Senadores membros do Conselho:

PMDB
Ramez Tebet (Presidente)
Casildo Maldaner
Nabor Júnior
Ney Suassuna
Amir Lando
Marluce Pinto

PFL
Geraldo Althoff
Francelino Pereira
Paulo Souto
Waldeck Ornelas
Carlos Patrocínio
Bello Parga

BLOCO – PSDB/PPB
Lúcio Alcântara
Osmar Dias
Antero Paes de Barros

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
Jefferson Péres
José Eduardo Dutra
Marina Silva
Roberto Saturnino (PSB)

CORREGEDOR
Romeu Tuma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 1
24.04.2001

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 7ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DO SENADO FEDERAL, REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo ouvir os Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Ermilo Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias e o Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior, nos autos da Denúncia nº 01/2001, em cumprimento à deliberação do Plenário sobre o Requerimento nº 07, de 2001, de autoria do nobre Senador Roberto Saturnino, Relator.

Declaro, portanto, aberta a sessão, como sempre, pedindo a proteção de Deus para os nossos trabalhos.

Tenho sobre a mesa um único documento recebido, e este se refere ao discurso proferido pelo ilustre Senador José Roberto Arruda, na sessão do Senador Federal de ontem, dia 23 de abril, encaminhado por S. Exª a esta Presidência, em versão manuscrita, que a Presidência determinou, ontem mesmo, a sua junta aos autos da Denúncia nº 01/2001.

Creio desnecessária a leitura do discurso de S. Exª, considerando que ele foi presenciado por vários dos Srs. Senadores; considerando mais: que o Serviço de Taquigrafia está às ordens para fornecer cópia do referido discurso e considerando ainda que esse mesmo discurso encontra-se à disposição dos Srs. Senadores, nos autos do processo, na Secretaria deste Conselho.

O SR. BELLO PARGA – Sr. Presidente, também foi distribuído...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ...para os demais.

Informa o Senador Bello Parga que todos os Srs. Senadores, pelo menos do Conselho de Ética, receberam cópia do referido pronunciamento, sendo portanto, dispensável, realmente, a sua leitura.

Há requerimentos lidos, aprovados ou deferidos, mas ainda não atendidos com designação à data que a Presidência permite adiar, mais uma vez, a marcação de datas para esses requerimentos.

Vamos ao objetivo da presente reunião.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 2
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

Convido em primeiro lugar o servidor Ivar Alves Ferreira para tomar assento a minha esquerda, a fim de prestar as suas declarações, informando ainda que o Sr. Ivar Alves Ferreira prestou o compromisso legal, com a ressalva constitucional do art. 15, inciso LIII, da Constituição Federal.(Pausa.)

Eu vou pedir ao Sr. Ivar Alves Ferreira, que já prestou depoimento hoje pela manhã perante a Corregedoria, que teça as suas considerações iniciais, como é de praxe em nossa Comissão. E, logo a seguir, passarei a palavra ao Relator e aos Srs. Senadores para as perguntas que julgarem de bom alvitre serem formuladas.

Tem V. Sª, Sr. Ivar Alves Ferreira, a palavra para suas considerações.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Boa tarde, Srs. Senadores, boa tarde a todos, no que se refere ao meu envolvimento em todo esse caso, confirmo aqui todo o depoimento que minha esposa, a Regina, fez. Confirmo tudo o que ela afirmou sobre o meu envolvimento, linha a linha. Quero dizer que – não sei se é conveniente repetir a história, que já foi repetida diversas vezes - , em linhas gerais, a Regina chegou à casa, vinda do apartamento do Senador José Roberto Arruda, muito angustiada. Depois de discutirmos a questão, como colocou aqui, fiquei solidário. Naquele momento, agi para amenizar o sofrimento pelo qual ela estava passando, tendo em vista, até, seu estado de saúde, que ela descreveu. Em seguida, procuramos o Sr. Heitor Ledur, que não estava. Houve toda aquela história de esperá-lo chegar. O tempo foi passando. Em seguida, pedimos para chamar o Hermilo Nóbrega. Não me lembro exatamente de quem o chamou, creio que o Heitor ligou para ele. O Hermilo Nóbrega chegou. O Heitor Ledur ficou em sua casa. Eu, Hermilo Nóbrega e Regina nos dirigimos ao Prodasen para, então, executar o plano que entendíamos ser viável: alterar o programa. A Regina ficou pouco tempo nas dependências do Prodasen e voltou. Aconselhei-a a ir para casa, pois estava fragilizada fisicamente. Pedi a ela que voltasse. Continuamos eu e Hermilo Nóbrega. Depois de olhar o programa e de não ter segurança de que realmente iríamos levar a contento aquela missão – pois já tínhamos assumido como missão – telefonamos para o Sebastião Gazolla, que foi técnico, durante um período, da empresa que forneceu o sistema, então tinha conhecimento do **software**. Assim que chegou, dissemos a este

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 3
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

que se tratava de uma medida de segurança porque, se o sistema caísse, se a luz se apagasse ou algo assim, teríamos como prova o registro de como os Senadores teriam votado. O Sebastião Gazolla não estava entendendo direito. Repetimos e explicamos que esse era o objetivo. Nós o alertamos para o fato de que, como era uma segurança não oficial, não poderíamos declarar em público, pois haveria problemas, pedimos sigilo: "Por favor, não comente o assunto." Em seguida, olhamos onde poderia ser feita a alteração. Estudamos todos os caminhos que havia. Chegamos a um lugar que poderia ser alterado. Demos a missão, por aquele dia, encerrada. Nisso, o Hermilo Nóbrega já havia ido embora, pois foi embora um pouco mais cedo. Ficamos, um pouco mais, eu e o Sebastião Gazolla. Em seguida, fomos embora. Combinamos de nos encontrar mais ou menos às 6h, em frente ao Senado, para entramos no plenário e fazermos a alteração. Chegamos por volta - não sei precisar – das 7h às dependências. O Heitor Ledur já estava chegando, ou chegou junto, não me lembro a seqüência, quem chegou primeiro. Esperamos o plenário ser aberto, pois era muito cedo e, até então, o plenário ainda não estava aberto. Quando o plenário foi aberto, dirigimo-nos à sala de computação, onde fica o computador de votação. Fizemos a alteração. Tínhamos a alteração de cabeça, na realidade: era só alterar o programa no lugar específico que já tínhamos olhado. Nós o fizemos, substituímos o programa original e fomos embora. O Heitor Ledur, em seguida, continuou operando o sistema como se nada tivesse acontecido. Ou seja, para ele, o sistema estava funcionando como se nada tivesse acontecido.

Agora, o relato sob o aspecto de como pegamos essa informação. No dia da votação, por volta de dezessete horas, não sei precisar bem o momento, por volta de dezessete horas, dirigi-me ao computador de votação, onde estava só o Heitor, peguei um disquete e gravei essas informações dos votos nesse disquete. Em seguida, apaguei toda, porque a alteração que fizemos no programa simplesmente foi evitar que o programa destruísse a votação individual. Em qualquer votação sem ser secreta, você tem a votação voto a voto do Senador. Votaram SIM, NÃO ou ABSTENÇÃO. Isso é o que faz.

Quando é secreto, o computador grava no **winchester** um X, coloca um X, ou seja, é impossível identificar que voto foi aquele. Então, como essa alteração que colocamos evitava colocar esse X,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 4
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

fomos lá e colocamos esse X, como se nada tivesse acontecido. (Pausa) Minto, fiz uma pequena confusão. Essa alteração não fiz nesse dia; fiz na sexta-feira. No dia em que peguei o resultado, simplesmente tirei a cópia. Tirei a cópia. Naquele dia, tirei a cópia. Coloquei lá e tirei a cópia. Foi isso aí. E fui para a minha sala, no Prodasen, num dos prédios do Prodasen, onde eu já estava esperando a Drª Regina. Cheguei, coloquei no micro, carregou o disquete, carreguei os dados em uma tela, mandei imprimir, e estávamos combinados com a Regina. Eu tinha combinado com a Regina já antes: "Não vamos ver esse resultado." Com curiosidade, mas não era uma curiosidade que... Os dados não nos diziam respeito, porque nunca participamos de articulação política alguma. Quando estava imprimindo, acabando de imprimir na impressora, saindo inclusive assim, nesta posição, já comandei para formatar aquele disquete. E avisei: "Regina, estou destruindo este disquete aqui. Estou formatando. Só vai existir isto aqui." Ela: "É isso aí o que temos que fazer."

Fizemos isso. Pegamos a lista, olhamos assim: "Tá. Está ok!" Abrimos um envelope pardo, colocamos dentro, fechamos. Não lembro se grampeei, ou não. E ela saiu para entregar. E aí o relato dela descreve, porque aí não participei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor disse olhamos. Quem? Quem olhou a lista? O senhor disse que, nessa hora, avisou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Estava eu e a Regina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ela estava onde?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Junto comigo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Onde?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Na minha sala. Tiramos. Saiu a impressão? Saiu. Colocamos, e não lemos. Não, não lemos. Se falar que não olhei é mentira, porque e se não saiu nada? Se está em branco? Mentira. Estão aqui os votos e tal. É óbvio que aquilo não era uma informação de olharmos assim e saber o que está escrito e falar: "Ah, fulano votou em sicrano, votou." Ou seja, pegamos a lista. Está impresso? Está.

Com essa velocidade...

O SR. PEDRO SIMON – (...) Mandou a quem?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, não houve isso.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Mandei fazer... Desculpa, Senador, não consigo lembrar que falei isso como o senhor está...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 5
24.04.2001

O SR. PEDRO SIMON – *(inaudível)*

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ah, não! Mandei no sentido de ordenar o computador. **Print**, clicar lá o botãozinho de **print**. Isso. É uma expressão que usamos. É um vício de linguagem. Desculpe se isso pode dar alguma imprecisão. Aí comandei, fiz o comando: imprima! O computador imprimiu, e fizemos exatamente isto: saiu a lista? Tá. Está aqui. Entreguei à Regina. Lógico, estávamos juntos, não entreguei, estávamos juntos. Ela pegou. Nisso, o disquete já estava sendo formatado, porque demora mais ou menos um minuto essa formatação. Tirei o disquete lá e coloquei junto dos meus disquetes normais de uso.

O SR. ROMEU TUMA – São muitos esses disquetes de uso?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Hoje, eu declarei no meu depoimento de manhã que eram menos de cinqüenta; depois discutimos e isso foi me perguntado se eu colocava à disposição. Eu coloquei à disposição e dirigimo-nos onde eu trabalho e pegamos todas as caixas de disquetes e foram 57 disquetes comuns, três e meia, esse que usamos normalmente, e mais 50 disquetes grandes, que nem se usa mais. Mas eu fiz questão de pegar todos os disquetes que estavam lá e entreguei hoje e registrou-se que eu estava entregando e tudo mais.

A argumentação foi a seguinte: se você gravou esse disquete e esse disquete está por lá, pode ser possível essa identificação. Eu falei que, pelo que eu creio, não porque eu fiz uma formatação física, uma formatação completa, mas pode ser e eu coloquei à disposição todos os disquetes. Não sei o que aconteceu com os disquetes porque eles não tinham letra, nome e não se colocava o nome resultado do votos, eu coloquei ele junto de outros disquetes. Copia um programa, copia um documento que está fazendo para entregar para um colega, apesar de usarmos muito a rede, mas eu uso também muito disquete. Mas uso disquete como coisa de rascunho. Não cuidamos dos disquetes, fica em cima da mesa, um pega, o outro pega. O disquete, um bem permanente, é material. Então, eu não dei especial atenção àquele disquete.

O relato é sobre a sexta-feira, quando eu tentei limpar o que foi feito. Sexta-feira, dia 30 era final de período, era um dia muito tranqüilo, queríamos ter feito isso na quinta, mas na quinta no Senado ainda havia uma movimentação razoável e achamos muito arriscado. E aí eu falei para o Heitor: "Não, Heitor amanhã, sexta-

feira, para limparmos e voltar ao programa original". Então, sexta-feira estive no Plenário por volta das 18h, devo ter saído por volta de 20h, fui no programa que foi alterado, quando eu falo este programa entendemos em duas formas: um que entendemos como código em fonte, que é o que o humano consegue ler, e o outro que chamamos executável, que só o computador ler. Então, para fazermos um programa, fazemos no código fonte e depois há um próprio programa que transforma o fonte em objeto, o executável .

Então, peguei o executável, desmanchei do fonte aquelas instruções que eu não tinha ordenado para não ser executado, ou seja, aquelas instruções que apagam o voto nominal, tirei aquilo, ou seja, voltou o original, em seguida, peguei o programa antigo executável original, coloquei como programa ativo e peguei o programa executável que mudamos e eu ia simplesmente apagá-lo do **winchester**. Antes de fazer isso, deu-me um certo pânico de pensar o seguinte: essa é a única prova que tenho que não fraudei o resultado, me passou isso na cabeça. E não sabia o que fazia peguei o disquete copiei o programa e coloquei no bolso. E falei: vou resolver isso depois. O programa inclusive não cabia o disquete, utilizei um programa que compacta, joguei no disquete e coloquei no bolso. Saindo dali, já era por volta de 20h mais ou menos e me dirigi direto para casa. Chegando em casa, peguei o disquete, contei para a Regina que tinha acabado de ser feito e peguei o disquete e mostrei.

Esse programa foi o programa que a gente fez. Ela perguntou:

- Mas para que você quer esse programa?

- Não quero. Eu estou pensando, numa hipótese, se isso vazar, se tudo isso vier à tona e a gente for acusado de ter mudado a história do Senado.

Mudar o destino de uma pessoa, fraudar uma eleição. Isso para mim é um crime. Na minha ética, não sou advogado, na minha ética pessoal, tem crimes que você, **a priori**, fala assim: isso é um crime. Eu não faço. E tem outros que você fala: eu poderia fazer ou não. Depende das minhas circunstâncias, que foi esse caso do sigilo. Ou seja, eu estava apoiando ali a minha esposa. Se naquele dia que eu tivesse apoiando a minha esposa, ela tivesse falado assim: a gente tem que mudar o resultado da eleição, óbvio que não faria. É óbvio que eu iria demovê-la, eu iria dar um escândalo,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 7
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

mas fizemos. Foi um erro. E fizemos isso, mas não fraudamos a eleição.

Graças a Deus, o laudo da Unicamp foi claro quanto a isso, porque senão, hoje, a gente estaria numa situação horrorosa, primeiro por uma pressão – acho que o negócio aí é pena de morte, para fazer uma coisa dessa, na minha ética, mudar uma realidade, mudar o destino de pessoas.

No fim, as conseqüências provaram que mudamos o destino de pessoas, mas não fomos nós mudando, não fui o pivô de uma mudança, foi uma motivação externa que mudou o destino. É diferente. Na minha ética, é diferente.

E a Regina, quando a gente conversou isso, falou assim:

- Olha, acho que não cabe fazer isso. Isso não vai nos servir para provar efetivamente.

Eu ainda tentei falar para ela:

- A gente põe o programa para executar e simula todos os votos e vê se não fica realmente registrado. Só fica vulnerável a saber o que é.

Aí, a gente resolveu:

- Então, vamos sumir com esse disquete. Vamos destruir.

Eu, simplesmente, peguei o disquete, quebrei, a mídia saiu, a parte de dentro que grava, eu peguei uma tesoura, cortei e joguei fora.

Foram esses os fatos que a Regina, em parte, colocou aqui, mas como senti que eu que estava executando, eu fazendo, eu à frente dessa parte, quis aqui deixar claro o depoimento de como foi feito.

Essa é toda a minha lembrança sobre todos os fatos. Se tiver qualquer coisa errada na minha fala, será questão de falar: você falou que chegou oito e chegou oito e cinco. Não mudariam os fatos. Seriam coisas irrelevantes.

Estou aqui, Sr. Presidente, disponível para qualquer esclarecimento sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sr. Ivar, me diga, quando a sua esposa chegou à sua casa, vindo da residência do Senador José Roberto Arruda, o senhor entendeu que ela recebeu uma ordem para isso? O que ela transmitiu ao senhor?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ela me transmitiu que foi uma ordem, uma ordem de fazer. Eu lembro da gente conversando. Eu disse:

SECRETARIA-GERAL FLS 1796

- Mas como que se dá uma ordem dessa?

Ela falou:

- Bom, foi uma ordem que recebi. Uma ordem.

E descreveu toda a história, inclusive ela me descreveu uma frase que ela teria falado: eu saí daqui para cumprir uma ordem.

Ela teria dito – ela me disse – ao Senador Arruda que falou o seguinte:

- Eu vou sair daqui para cumprir uma ordem.

- Se não me engano, ela falou isso aqui quando ela depôs.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E a ordem de quem?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A ordem do Senador Arruda, representando – não sei se a palavra é essa, desculpe se a palavra é imprópria – o Senador Presidente, Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Diga-me uma coisa: o senhor tinha conhecimento de que estava incidindo num erro administrativo?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Tinha, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor sabe dizer, mais ou menos, o horário em que ela chegou em casa naquela noite?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Deveriam ser nove horas e meia; Entre nove e meia e dez horas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor confirma que a data é o dia 27?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ou véspera da votação?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Véspera da votação, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso o senhor confirma?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Confirmo, porque só tínhamos aquelas horas para fazer. Isso foi feito em horas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor veio ao Senado da República depois que conversou com a sua senhora. Qual foi o primeiro horário em que o senhor chegou ao Senado da República, ao prédio do Senado?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 9
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. Nº 1747
SECRETARIA-GERAL

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – No prédio do Senado, deveria ser uma e meia, uma e quinze, já do dia 28, na madrugada. Por aí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há guarda de segurança?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Há.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E como fizeram para entrar? O senhor veio em companhia de quem?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Entramos em locais diferentes. O primeiro local em que entrei, só estávamos eu e o Nóbrega. É comum, na portaria do Prodasen, os funcionários chegarem e simplesmente cumprimentarem o guarda, que faz o registro, porque somos conhecidos e trabalhamos lá há mais de vinte anos. Na época, inclusive, era Diretor. Então, o guarda simplesmente registra. O Nóbrega também. No Prodasen, sempre se trabalha à noite, e chegar de madrugada ao Prodasen é rotina. A qualquer hora da madrugada, pode-se filmar o estacionamento do Prodasen, há dez carros pelo menos. Normalmente, entramos e cumprimentamos: "Boa noite". E o guarda já anota. Eventualmente, quando o guarda não conhece alguém ou há uma troca de guarda, ele aborda a pessoa, procurando saber quem é e tudo o mais. No entanto, nesse dia, pelo que lembro, não aconteceu isso. Chegamos e entramos. Primeiramente, em uma área do Prodasen, onde estavam os programas. Depois, fomos para outra área do Prodasen, que funciona em frente ao serviço médico. Lá ficava a minha sala e foi lá que trabalhamos. Na época, eu era Diretor daquela unidade, e, obviamente, o guarda me conhecia. Lá, com certeza, ele não me pediu registro nem falou nada. No outro prédio do Prodasen, o prédio principal, não me lembro de o guarda ter pedido. Acredito que ele não pediu, mas não sei informar se ele registrou ou não. Não sei informar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Depois dessa madrugada, o senhor só voltou de manhã cedo?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Voltei às seis horas da manhã, e não me lembro de ter entrado antes no Prodasen. Posso ter entrado, mas, pelo que lembro, já encontrei com as pessoas na rua, em frente ao Prodasen. Não juro, mas em princípio estava por ali. Não sei se cheguei a descer para tomar um café. Pode ser que sim, mas não me vem à lembrança isso.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 10
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Ivar, se o senhor destruiu o disquete da forma como disse – com a mão e depois com a tesoura – é isso?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor acha, pelo que entende do assunto, que pode ter ficado rastro em algum outro lugar? O senhor acreditou que, naquela hora, o assunto, em termos de pista e de rastro, tinha sido completamente eliminado? Ou mesmo qualquer possibilidade de os senhores serem descobertos - porque havia esse temor?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, e grande.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Depois de destruído o disquete, o senhor acha que, em relação a ficar algo em algum aparelho, isso desapareceu ou ainda poderia ter ficado algum rastro, alguma pista dos senhores em algum outro local ou em algum outro aparelho?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Esse disquete que destruí fisicamente – cortei com a tesoura...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse não tem mais jeito, não é isso?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, mas relativo ao conteúdo que estava ali...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ele veio de algum lugar.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, ele veio do computador de votação, que, depois, com o relatório da Unicamp, foi todo recuperado. Esse programa também deve ter sido recuperado também, imagino. Não li o relatório, mas já que recuperaram tanta coisa, é possível que esse também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É um aparelho já examinado pela Unicamp.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Pela Unicamp.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fora isso, não há outro jeito.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – **Não, Sr. Presidente. Quero dizer inclusive que esse programa só executa naquele aparelho, porque, ao executar, lê o teclado e os botões de votação do próprio Senador – aquele painelzinho. Então, em qualquer computador que tentarmos executar aquele programa**

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 11
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

haverá erro. "Não achei isso; não achei aquilo". Lógico. Não estará encontrando o painel. O programa só serve para executar lá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino, como Relator.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Ivar, no momento em que resolveu ajudar sua esposa e executar aquilo que havia sido tomado como uma ordem, o senhor sabia tecnicamente como obter o resultado da votação?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, Senador. Eu imaginava – a primeira coisa que me veio à cabeça – que precisávamos mudar o programa, que é algo que sempre se consegue. Mas fomos ainda ao Ledur para ele nos dar uma luz. Eu também não via como mudar esse programa de um dia para o outro – um programa é difícil de ler, entender e saber.

O SR. ROBERTO SATURNINO – É complexo?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É complexo. É algo complexo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E o Sr. Ledur?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ele não sabia nada. Inclusive, perguntamos: "Ledur, há alguma função que possa imprimir, mesmo sendo algo não-oficial? Há um jeito de fazermos isso?" Ele falou: "Desconheço qualquer ação pela qual poderíamos obter essa lista. Nunca pensei nisso, nunca me foi pedido isso. Pelo que conheço, não tem como". E ele conhece o sistema muito bem, pois o opera há alguns anos.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E então recorreram ao Sr. Nóbrega?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O Sr. Nóbrega é gestor do contrato. Como tal, ele tinha relação com a empresa. Trata-se de algo técnico e administrativo, porque normalmente ele verifica se um serviço foi cumprido, recomenda aprovação de algum serviço. Mas sabíamos que também era muito difícil ele saber. Entretanto, ele poderia dar-nos uma dica qualquer para onde caminhar. Por isso, ele foi chamado, conversamos e perguntamos: "E se mudar o programa?" Ele falou: "Se mudar o programa, não sei como fazer; não conheço aquele programa."

Naquele momento, surgiu o nome de outra pessoa, que não é do Senado, o Sr. Sebastião Gazolla – que trabalhou naquela empresa e não estava mais lá –, a quem poderíamos chegar. Houve aquela preocupação: "Mas é muito difícil chegarmos até uma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 12
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

pessoa que não conhecemos e fazer um pedido desse". Então, surgiu a idéia de alegarmos que era simplesmente por segurança.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, o Sr. Gazolla, na sua opinião, não sabia que estava incidindo em erro, em infração?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não. Ele não sabia. Quando ele poderia ter desconfiado, a Regina o procurou – inclusive, em seu depoimento, ela falou isso – e insistiu com ele: "Gazolla, aquilo foi questão de segurança, só que é sigiloso. Negue qualquer participação sua; você já esteve lá em outras ocasiões". Diversas ou algumas vezes, ele já veio fazer algum serviço. Continuou ela: "Sobre aquele negócio, esqueça-o, porque aquilo não existiu, aquilo foi por segurança". Afirmamos a ele ainda uma segunda vez. A Regina descreveu aqui que ele estava até com medo da gente, assustado com as primeiras notícias que estavam saindo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas o Sr. Sebastião Gazolla efetivamente conhecia melhor o programa e então foi capaz de dar o caminho da operação?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O caminho da operação. Ele deu o caminho da operação.

O SR. ROBERTO SATURNINO – As pessoas que operam esse sistema há muito tempo são estas: o senhor, o Sr. Ledur, o Sr. Nóbrega. São as pessoas que têm operado esse sistema nos últimos anos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Quem opera é apenas o Sr. Ledur. Há outros colegas de operação. Não vou lembrar. Há três ou quatro pessoas que operam aquele computador. Mas, como não tiveram nenhum envolvimento nem nunca ficaram sabendo disso, jamais chegaram a se envolver, a depor ou a ser convidados.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Pode-se tirar uma conclusão: pelo fato de nenhum dos senhores saber exatamente o caminho e ter que recorrer ao Gazolla, nunca havia sido feito antes. Ninguém tinha um...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Com certeza, Senador. No que se refere a mim, absolutamente; com certeza absoluta. No que se refere à Regina, ela me teria contado, como ela me contou, e no que se refere aos outros, ao operador, ao Heitor, ele teria... Se ele soubesse: "Ah, não! Eu já fiz isso."

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 13
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ou pelo menos fingiria que (risos) sabia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. Heitor está nessa função lá há quantos anos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ah, tem muitos anos! Eu não sei. Ele vai depor...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Desde a instalação do painel?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Talvez, é... Talvez até antes ele já estava lá, no antigo computador – não tenho certeza, Senador. Mas eu, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas o senhor pensa que são muitos anos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – São muitos anos: cinco, seis anos, sete. Sei lá.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Onde eu exatamente queria inferir dessa dificuldade – pelo menos se não com certeza, mas com quase certeza – que essa operação não havia nunca antes sido feita, porque ninguém sabia o caminho para executá-la.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nunca. Senador, é... é difícil falar assim. O Prodasen tem... tem muita gente. Mas é..., como sou... sou pessoa ligada no mundo, eu nunca vi nem ruído, nem pedido, nem desejo disso chegar, ser ventilado comentário. Nunca ouvi absolutamente qualquer ruído sobre isso. E a gente viu que, quando faz, sai um ruído. Eu não sabia que os ruídos eram tão eficazes assim. Realmente, é... nos assustou muito. A gente passou uma angústia aí de seis meses, uma angústia muita grande.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E após essa operação, o senhor não tomou mais conhecimento de nenhum ruído, de que isso se tivesse repetido?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Olha, Senador, é... eu... eu diria por mim. Depois daquele primeiro ruído do dia nove de agosto, a gente ficou em pânico. Qualquer pedido disso aí, eu... eu sairia correndo. A primeira reação para o senhor é falar assim: sairia correndo. Quer me demitir, demite. Faço qualquer coisa, porque, senão, eu já vou ser demitido mesmo e...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Ivar, no momento, o senhor tomou conhecimento do telefonema que a Dr.ª Regina

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 14
24.04.2001

recebeu do Senador Antonio Carlos Magalhães, agradecendo o trabalho feito?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ela nos falou. Falou tanto para mim quanto para o Nóbrega, quanto para o Heitor.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas nenhum dos três estavam presentes.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não. Mas ela falou em oportunidades diferentes. Ela... ela confirmou. Falou assim: "Realmente, é... é... o Senador é... ligou... é... acusando o recebimento". Não sei agradecendo, não sei a palavra que ela utilizou. Acusando o recebimento – vamos dizer assim. Qualquer... qualquer informação que poderia significar que... que... que aconteceu. Por quê? Porque estava todo o mundo em pânico a essa altura... Que idiotice! Hoje eu vejo que é idiotice. Se eu estou fazendo uma coisa errada, pediram, pô! Eu não... não devia ter feito. Se foi o Presidente , dá... dá algum alívio, lógico. Dá um alívio. É o Presidente do Senado pedindo. Mas..., se não fosse, eu fiz uma coisa errada. Então, naquela hora, qualquer migalha, qualquer coisa era um... era um alento falar assim: Graças a Deus, isso vai encerrar. Foi só isso mesmo. Foi o Presidente que pediu e tudo... tudo bem. Vamos... vamos esquecer! Vamos tentar esquecer isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Ivar, eu lhe pergunto: o senhor teria mais algum detalhe, alguma coisa a acrescentar?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, Senador. Que eu me lembre, não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

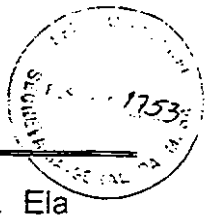
O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Ivar, na noite em que a Dr.ª Regina conversou com o Senador José Roberto Arruda, no apartamento dele, o senhor não o acompanhou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, senhor.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O senhor ficou em casa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Fiquei em casa.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Quando ela voltou, ela lhe disse que, exatamente, havia recebido uma ordem do Senador Arruda, em nome do Presidente do Senado? Foi isso que ela lhe disse?



O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Exatamente isso. Ela chegou e falou. E eu perguntei: "O que é isso? Me explica."

A primeira reação é a gente conversar sobre o problema. E ela me explicou como foi o histórico: "Cheguei lá tal hora, ele me ligou. Como você viu, eu fui lá [eu já estava em casa quando ela saiu para ir lá], aconteceu isso e isso". Ela descreveu o fato. Eu não me lembro das palavras com que ela me descreveu, Senador.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas, para o senhor, não há dúvida de que ela não falou que recebeu uma consulta do Senador Arruda a respeito da possibilidade de o painel ser violado?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ela disse que ele determinara a violação, em nome do Presidente? Foi isso, exatamente? O senhor tem certeza quanto a isso?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi isso. Isso eu tenho certo, isso eu estou certo. O que conversamos foi que foi uma ordem.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Que ele, em nome do Presidente do Senado, determinara portanto?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É isso.

O SR. JEFFERSON PÉRES – É isso? Não há dúvida quanto a isso?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso, isso. Inclusive uma das hipóteses que levantamos foi a seguinte: "Mas será que ele está falando em nome, realmente, do Presidente?" O que a Regina respondeu foi: "Ele me disse que a gente entregaria (ela) a lista para o Presidente ACM". Efetivamente, isso depois não aconteceu. Foi grande...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Naquela ocasião, vocês discutiram a possibilidade de não acatarem uma ordem ilícita, para a prática de um ilícito?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Discutimos.

O SR. JEFFERSON PÉRES –Discutiram isso ou não?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Discutimos. Discutimos. E eu não sei falar em nome dela.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu agi em função da relação de casamento.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Solidariedade.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 16
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, da relação de solidariedade, porque ela estava muito angustiada. Então, eu agi em nome disso aí. Lógico que não foi como a tevê mostrou, como se tivéssemos dito: "Ah, tá, então vamos fazer". Lógico que não foi isso. Foi um momento tenso, em que ficamos indecisos, pensando, e o tempo está passando. "Essa coisa é para estar pronta amanhã..."

O SR. JEFFERSON PÉRES – Quando a Drª Regina foi à casa de uma amiga do Senador Antonio Carlos Magalhães para encontrá-lo, o senhor tomou conhecimento na hora desse encontro, antes, depois?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu tomei conhecimento um pouco antes. Ela chegou em casa falando assim: "Eu vou encontrar o Senador Antonio Carlos Magalhães".

O SR. JEFFERSON PÉRES – A pedido dela ou dele?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Senador, eu não me lembro se foi a pedido de quem.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Ela lhe falou da razão do encontro, antes e depois?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não. A razão para mim era óbvia. Nós já falávamos...

Senador, nós estávamos num pânico tão grande, que a impressão que tínhamos lá em casa é de que havia escuta para todo lado. Nossa casa foi invadida. Então, nós não falávamos no celular, evitávamos conversar essas coisas em casa. Ela disse assim mesmo: "Vou falar com o Senador ACM". Foi a frase que ela falou. Eu já sabia sobre o que era. Para mim, era líquido e certo.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Após o encontro, no mesmo dia, não importa, ela narrou ao senhor a conversa mais ou menos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, narrou a conversa. Aliás, narrou exatamente, não sei se exatamente, mas duas coisas me chamaram a atenção. Ela disse assim: "Senador, e o laudo da Unicamp? E se vier? O que nós vamos fazer?" E ela também falou sobre parar de brigar. Eu não sei as palavras que ela usou, obviamente não foi essa para o Senador ACM, pois ela é uma pessoa muito cordata, cortês. Ele respondeu a ela: "Sobre o laudo da Unicamp, não podemos fazer nada. Sobre a minha briga, é uma questão de princípio". "Princípio", acho que foi a palavra que ela me relatou.

Então, ela me relatou, não sei se no mesmo dia, quando ela chegou...

O SR. PEDRO SIMON – A sua esposa falou que ele deveria parar de brigar?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Falou. Por quê? Porque ela estava pensando que isso poderia, sei lá... Só saídas que a gente pensa, qualquer saída e qualquer saída...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Quando a Drª Regina telefonou para o Senador Arruda, comunicando que o serviço estava feito e que ela iria entregar a lista, o senhor ouviu o telefonema? Estava presente?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, porque ela saiu a caminho. Ela estava na minha sala, pegou o envelope e saiu.

Em casa, porque nos falamos somente em casa ou, muito depois, algumas horas depois, uma ou duas horas depois, ela me falou: "A lista não foi entregue a ele".

Perguntei: "Como?". Aí ela me descreveu o que aconteceu.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O senhor nunca acompanhou, nunca teve nenhum encontro com o Senador José Roberto Arruda?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nunca. Eu nunca conversei com o Senador José Roberto Arruda, a não ser um cumprimento social: "Como vai o senhor?"

O SR. JEFFERSON PÉRES – Nesse dia em que ela foi, parece-me que deu um giro de automóvel com ele, isso o senhor presenciou, assistiu?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, presenciei de longe porque estávamos de carro, paramos em frente à igreja como ela descreveu e ela mudou de carro. Foi de longe e acho que ninguém chegou a me ver direito. Era noite escura e não parei o carro ao lado do outro, parei distante. Esses assuntos, ela não queria me envolver; queria me proteger.

Ela estava realmente muito preocupada de... de me envolver em uma situação, de eu me sentir envolvido e nunca fez uma pressão para me envolver. Ou seja, eu me senti, depois que tomei a decisão de apoiá-la, aí sim, estava tentando fazer tudo e faria tudo para resolver. Quando se entra em caminho não tem saída e tem que continuar. Mas ela evitava qualquer contato, meu nome, qualquer coisa.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 18
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. JEFFERSON PÉRES – Uma última pergunta: na noite da operação, os participantes, os dois funcionários e o Sr. Gazolla sabiam para quem vocês estavam realizando aquela...?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sabiam.

Ela repetiu a história toda.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Que tinha sido a pedido do Senador José Roberto Arruda para o Senador Antonio Carlos Magalhães? Isso todos do grupo sabiam?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Com certeza. Ela descreveu a história e foi uma das coisas... Ela tem uma confiança muito grande por parte dos funcionários e ela descreveu exatamente para eles, dizendo: "Já que vamos fazer uma coisa, que é um pedido muito difícil, vou contar para vocês exatamente. A verdade é só essa aqui, nada mais do que isso aqui". E contou exatamente desde o primeiro momento. Nunca omitiu nada para eles. Ela não saía contando tudo que conversou com fulano ou sicrano, não. Mas o fato era de pleno conhecimento de todo mundo.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, farei três perguntas rápidas que vão exigir respostas rápidas também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Uma por vez?

O SR. OSMAR DIAS – Uma por vez.

A primeira é: na noite em que foi feito o primeiro contato do Senador José Roberto Arruda com a D. Regina e que ela participou ao senhor, ela informou que ele tinha feito uma consulta, um pedido ou uma ordem?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ela informou que ela fez um pedido e que ela saía dali falando assim: "Vou sair daqui para cumprir uma ordem".

O SR. OSMAR DIAS – Mas ele fez um pedido, então?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Um pedido.

O SR. OSMAR DIAS – Não foi uma ordem?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não foi uma ordem. Mas ela falando: "Vou sair daqui para cumprir uma ordem". Talvez por ela estar no impacto de um pedido que ela achava muito complicada e ela tenha dito isso. Não sei exatamente.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 19
24.04.2001

FLS 1757

Ele fez um pedido. Não deu uma ordem, não ordenou. O sentido é de "faça isso", mas não uma ordem "você é obrigada a fazer isso". Não teve coação, em momento algum teve coação naquilo em que ela me descreveu.

O SR. OSMAR DIAS – Então foi um pedido que o Senador José Roberto Arruda fez?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Um pedido que ele estava fazendo em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães. Ela falou: "Tudo bem, mas eu vou sair daqui para cumprir uma ordem".

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, se for possível, o Senador Jefferson Péres gostaria de fazer uma interferência.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Foi um pedido para que fosse violado?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Para que fosse violado.

O SR. OSMAR DIAS – Em relação à violação?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim.

O SR. OSMAR DIAS – Foi dada uma ordem para violar ou foi feito um pedido para violar?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi feito um pedido.

O SR. OSMAR DIAS – Não houve alteração de voto ou houve alteração de voto na lista? Esta pergunta já fiz, mas apenas estou repetindo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não houve.

O SR. OSMAR DIAS – Os votos que estão na lista que foi fornecida ao Presidente são os que foram dados aos Senadores?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Absolutamente. Não teve nenhuma alteração.

O SR. OSMAR DIAS – E foi a única vez que foi feita ou outras vezes foram feitas alterações?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi a única vez que foi feita e que eu conheço, que eu participei, vi e ouvi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Geraldo Althoff.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a curiosidade é um comportamento inerente ao ser humano. Inclusive, no seu pronunciamento de ontem, o Senador Arruda falou em curiosidade mórbida. A criança aprende na vida por ser curiosa. A curiosidade, com certeza, é um dos maiores estímulos que há para a formação cultural e o aprendizado da criança.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 20
24.04.2001

Eu ainda gostaria de fazer uma colocação que nós poderíamos ter dois tipos de curiosidade: a curiosidade do lícito e a curiosidade do ilícito. E, sem dúvida nenhuma, a curiosidade do ilícito é intensamente mais forte no ser humano do que a curiosidade do lícito. Por essa razão é que eu tenho extrema dificuldade de admitir que tanto o senhor quanto a sua senhora ou qualquer outro tipo de pessoa envolvida neste ato não tenham tido a curiosidade do ilícito e não tenham lido a lista de votação. Eu não estou fazendo uma pergunta; eu estou fazendo uma reflexão e ratifico que a curiosidade no ser humano do ilícito é intensamente mais forte do que a curiosidade do lícito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não há pergunta de V. Exª?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Se o senhor quiser responder ou fazer uma reflexão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, mas aí eu entendi que não tem pergunta. A Mesa entende que V. Exª fez considerações de ordem muito subjetiva, de sorte que vai poupar o depoente dessas considerações, porque, a meu ver, é muito difícil para ele, a essa altura.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, pela ordem. Eu não sei se é possível, em cima do que levantou o Senador Geraldo Althoff, porque não é propriamente uma pergunta, e não é contrapor. É só porque talvez não careça de resposta. Por quê? Porque, ao se fazer uma reflexão em cima disso, eu diria que, por parte da Drª Regina ou por parte do Dr. Ivar, quando um pedido se formou numa espécie de uma ordem, não houve o interesse de analisar. Não passa pela cabeça? Não houve o interesse de olhar? Por quê? Porque vai interessar em quem votou o Senador do Amazonas ou o Senador de São Paulo? Até porque não sabem de que partido é. Se eu cumpri com a missão, não interessa. Eu penso que a função pública leva a isso e não há interesse de vislumbrar se é ligado a esse ou aquele, apenas cumpriu com a missão. Eu penso que poderá haver um raciocínio nessa linha, sem querer questionar, também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O sistema de som dos nossos trabalhos registra também as considerações de V. Sª, porque não vejo que ela tenha contido alguma pergunta. Mas percebo que o Sr. Ivar parece que quer tecer uma consideração sobre algo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC-21
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Se eu puder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª pode, claro.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Hoje, com o Senador Tuma, me foi feita essa colocação em forma de pergunta. O que eu coloquei, não exatamente nessas palavras, mas o que eu repito é o seguinte: aquilo ali não era uma informação, era um dado. Para aquele dado virar uma informação, eu deveria estar sabendo das negociações, do partido de cada Senador de cor, o que eu confesso que não sei. Então, ao ler uma coisa, isso demoraria minutos. E, depois, eu não tenho a informação para saber o que significa aquilo. Lógico que, se eu tivesse, em casa, aberto o jornal, o que está acontecendo no Senado com essa votação em termos específicos, que teve um Líder que está solicitando isso ou aquilo, eu poderia descobrir: e esse Senador é daquela Liderança? Não é? É uma informação.

Eu ainda dei um exemplo na Comissão: se aquilo ali fosse uma relação dos computadores a serem lançados no ano que vem, que iam revolucionar o mundo, possivelmente eu ia dar uma olhadinha. Porque aquilo ali, mais do que um dado, para mim é uma informação. Aí você fica curioso. Mas nós não ficamos curiosos e combinamos antes que não iríamos olhar. Então eu estava em duas coisas que combinamos antes.

O SR. PEDRO SIMON – Se fosse computador, o senhor teria curiosidade ... **(inaudível)**.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim.

O SR. PEDRO SIMON – Como é a vida de um Senador... **(inaudível)**.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não, Senador. O meu olhar não estava colocando em jogo a vida de um Senador. O meu ato é que colocou, está certo? Foi o meu ato, assumo. Realmente foi o ato.

O SR. PEDRO SIMON – O senhor disse que na hora quis invalidar o disquete, que não sabia o que poderia acontecer com isso tudo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não, isso era outro disquete, não o disquete da lista.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Era o disquete do programa.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Esse que ele destruiu é o disquete do programa, que alterou o programa. Não é?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 22
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

1760

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso, que alterou o programa **(ininteligível)**

O SR. PEDRO SIMON – O senhor nunca pensou em guardar o disquete da lista?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nunca, nunca, nunca.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, permita-me, ainda dentro desse raciocínio, ainda fazer uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou permitir, mas vou pedir aos Senadores que ainda desejam formular perguntas que, por favor, para o bom andamento do trabalho, inscrevam-se.

Com a palavra o Senador Geraldo Althoff, depois, o Senador Pedro Simon e, logo após, a Senadora Marluce Pinto.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Vou enfatizar essa minha preocupação exatamente dentro do sentido de que, no momento em que você emite uma cópia numa impressora, um dos primeiros atos que você faz é avaliar a qualidade da impressão. E você olha para o documento, obrigatoriamente olha, e lê alguma coisa no documento para ver se o documento está adequadamente impresso. E esse fato, tanto o senhor como a sua senhora negam peremptoriamente que tenham feito.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não, ao contrário, ele disse que olhou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim. Olhei assim: está impresso. Está impresso e coloquei no envelope. Tínhamos o compromisso de não ler. Não era só questão de curiosidade. Friso...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Althoff, acredito que ele esclareceu e está repetindo agora. Ele examinou o documento, segundo ele, ele e a senhora dele, para saber se estava impresso. E isso, com o passar dos olhos, constatou que estava impresso e jogou dentro do envelope. Foi isso?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi exatamente isso, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É só?

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, pela ordem de inscrição – só um minutinho, por gentileza. Senador, vou conceder a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRª MARLUCE PINTO – Dr. Ivar, eu gostaria que o senhor esclarecesse melhor o seguinte: V.Sª falou que, quando

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 23
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

Drª Regina chegou em casa e lhe comunicou o pedido ou a determinação, V. Sª ficou surpreso, mas o fez em solidariedade – e usou até que, mais em virtude de ser marido e mulher, por ser solidário à Drª Regina, o senhor aceitou fazê-lo.

Já houve essa pergunta, do Senador Osmar Dias, se foi um pedido ou se foi uma determinação. Se o senhor foi solidário na hora em que ela disse – porque uma coisa é ela ter passado para V. Sª que o Senador havia pedido, e aí vamos dizer que ela dissesse que estava em dúvida. O senhor, já receoso, poderia até ter desestimulado a fazê-lo. Ou ela deixou transparecer ao senhor, já que o senhor disse que foi solidário, porque o senhor sentiu nas palavras dela que era assim como uma determinação? Ela era diretora lá do setor e, pelo Senador Arruda haver falado que era o Presidente da Casa, ela deixou transparecer que ela deveria fazê-lo? Qual foi a dúvida? Porque admito o seguinte – até porque também sou casada, tenho marido: nesses casos, acho que, entre marido e mulher, não se deixa nada encoberto. Se o senhor só o fez por solidariedade, deve ter sentido ou nas palavras, ou nos gestos, emotivamente, ela falando, o senhor ter sentido que ela precisava fazer e foi solidário?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim. Eu senti que ela tinha que fazer. Eu senti que ela tinha que fazer. Eu não...

A SRª MARLUCE PINTO – Em nenhum momento, ela falou: ele me pediu, eu aceitei fazer e preciso da sua cooperação? Embora não sejam essas palavras, mas foi mais ou menos assim?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Certo. Isso.

A SRª MARLUCE PINTO – Ou o senhor sentiu nela, assim, uma certa angústia, um desejo de fazer?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Muita angústia.

A SRª MARLUCE PINTO – Como foi que o senhor achou, na hora? Porque, se o senhor diz que só fez em solidariedade a ela, naturalmente, o senhor não fez por ser um dos funcionários do Prodasen e se sentisse na obrigação de fazer, pelo menos foi o que senhor externou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, ela não me deu ordem, absolutamente.

A SRª MARLUCE PINTO – O senhor externou que fez em solidariedade a ela.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Certo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 24
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS 1762

A SRª MARLUCE PINTO – Então, naquele momento em que o senhor aceitou fazer, como o senhor achou – porque, está certo, vocês não esperavam que esse caso tivesse todo esse desdobramento, então é difícil que saiba palavra por palavra do que foi dito, mas o sentimento da coisa, e até porque ia praticar um ato que não era lícito, e como já foi dito tantas vezes aqui que ela sempre foi muito cordata, muito correta, para isso está tem 25 anos dentro do Prodasen -, qual foi mesmo a sua impressão? Foi de pedido ou foi de determinação?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A impressão que tive...

A SRª MARLUCE PINTO – É muito importante que o senhor esclareça isso aí, para que não paire nenhuma dúvida entre nós sobre isso.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A impressão que tive é que foi um pedido que ela não teve como falar não. De alguma maneira, ela estaria receosa se falasse não. Receio de quê não posso dizer. Agora, são coisas dela. Acho que ela é que tem falar melhor isso aí.

O que me chegou, que me lembro em termos de sentimento, é a angústia que ela estava, e como ela estava – fica parecendo apelativo eu repetir isso, mas podem chamar 50 pessoas do Prodasen para depor sobre o estado emocional em que ela se encontrava, a fragilidade física e emocional, lógico, desgasta emocionalmente, que ela estava atravessando, depois de uma cirurgia, com muita complicação anterior, então, eu a senti muito frágil para ficar sozinha. Esse foi o meu primeiro impulso: "Não, se você vai fazer..." Eu nem quis colocá-la de frente, no canto e na parede.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em outras palavras, o senhor não a influenciou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não a influenciei.

A SRª MARLUCE PINTO – Mas também não a desestimulou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não, não. Ela tinha aquilo como uma coisa que tinha que fazer; eu não quis forçar para ela piorar, para ela ficar....

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor não argumentou contrariamente a ela?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não. Argumentar não. Não argumentei.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 25
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DF COMISSÕES 24.04.2001

1763

O SR. CASILDO MALDANER – O senhor sentiu que era uma missão que ela tinha a cumprir?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Senti que era uma missão. Aí, falei para ela: "Se você tem que fazer isso, eu estou do seu lado. Vou fazer porque você não tem condições de fazer sozinha."

A SRª MARLUCE PINTO – Então, o senhor falou: "Você tem que fazer, eu estou do seu lado." O senhor lembra que falou isso para ela?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não falei que "você tem que fazer". "Se você tem que fazer, eu estou do seu lado. E vou fazer do seu lado, porque você não tem condição de fazer." Condição, o que ela ia fazer agora, com quem que ela contata.

O SR. CASILDO MALDANER – Dez horas da noite.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Onze horas, dez horas da noite.

A SRª MARLUCE PINTO – Estou satisfeita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Dr. Ivar, vou fazer duas perguntas muito breves. Uma, mais ou menos na linha do raciocínio da eminente Senadora Marluce Pinto. Eram mais ou menos cinco ou seis pessoas envolvidas no processo de violação do painel. Ninguém, em momento algum, quis desistir, falou que aquilo era um crime? Não teve nenhum aconselhamento para ninguém?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Lógico que esse assunto existiu, mas não lembro as palavras e como isso se desdobrou, não teve um desdobramento tão grande, não teve recusa de ninguém. Teve uma preocupação muito grande das pessoas de fazer um ato ilícito. Isso teve uma preocupação muito grande de estar fazendo isso. E é óbvio que, aí, o que conduziu as pessoas, em termos de fazermos foi a confiança e a liderança que a Regina tem com as pessoas do Prodasen.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Tenho uma segunda e última pergunta, Dr. Ivar. Uma pessoa me disse que alguns técnicos de muita experiência falaram que estão perplexos, porque acham que um painel eletrônico nesses moldes é muito complexo e que talvez a violação desse painel deveria levar, no mínimo, de dois

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 26
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

a três dias. V. Sª tem convicção absoluta de que tudo aconteceu da noite para o dia seguinte?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Absoluta, Senador. Observe que não partimos do zero, não éramos pessoas estranhas indo para algum Estado que não conhecíamos para fazer algo. Isso seria uma operação muito complexa, por isso pedimos socorro à pessoa que programou.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Era só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª me permite tornar mais objetiva a pergunta?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. Heitor Ledur em algum momento opôs resistência? Ele sabia que estava sendo violado o painel?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não sei se o termo seria opor resistência, ele ficou num estado muito apavorado, muito preocupado e falava: "Mas será que a gente vai fazer isso e não vai dar confusão?" Mas finalmente, quando a Regina explicou para ele todo o caminho, ele falou algo assim: "Então tudo bem, vamos fazer." Mas não foi uma decisão fácil para ninguém. Ele pode descrever isso precisamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. Hermilo Gomes da Nóbrega falou alguma coisa para o senhor nesse mesmo sentido?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Também falou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. Domingos não estava lá à noite, mas e com relação ao Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ele nunca falou porque contamos uma outra história para ele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor confirma que falou para ele que foi por questão de segurança.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Confirmo, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mais alguma pergunta, Senador?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, por gentileza.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 27
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. NEY SUASSUNA – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de fazer 5 perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Uma por vez, por gentileza.

O SR. NEY SUASSUNA – A primeira pergunta, Dr. Ivar, é a seguinte: há quanto tempo a Drª Regina, dessa vez, era diretora do Prodasen?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Quatro anos.

O SR. NEY SUASSUNA – Quatro anos. A indicação dela de quem foi para ser nomeada diretora?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A nomeação é do Presidente, mas a indicação, vamos dizer assim, foi feita uma eleição no Prodasen, que é tradição fazermos, que encaminha, manda uma listagem a todos os Senadores, e, lógico, aí há todos os pedidos. Então foi um conjunto. Não sabemos especificamente qual Senador atuou mais ou menos em termos de indicá-la.

O SR. NEY SUASSUNA – Antes dessa vez houve alguma tentativa anterior, o senhor tomou conhecimento de alguma outra tentativa de se violar o painel antes dessa vez?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Que eu saiba não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa pergunta já foi feita.

O SR. NEY SUASSUNA – Como eu cheguei atrasado, peço desculpas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É só um esclarecimento da mesa, V. Exª tem razão.

O SR. NEY SUASSUNA – Quando o senhor falou eu ouvi que tanto o senhor quanto ela entenderam como ordem o pedido.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim.

O SR. NEY SUASSUNA – Portanto, entenderam como ordem e deveria ser cumprida.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso.

O SR. NEY SUASSUNA – Quem, no caso - já sei que também já foi falado, mas eu queria ouvir com meus ouvidos -, pediu e em nome de quem foi pedido?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O pedido foi feito pelo Senador Arruda, falando que estava dando ordem em nome do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 28
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor estava ao lado da Drª Regina quando ela recebeu o telefonema de agradecimento, ou não tomou conhecimento, ou ela lhe fez comentários?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Qual telefonema, Senador, por favor?

O SR. NEY SUASSUNA – O telefonema do Presidente da Casa agradecendo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Junto, ao lado, não.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas depois o senhor tomou conhecimento?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, eu estava em casa. O telefone tocou, mas eu não sabia que ela estava falando com o Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA – Os jornais têm anunciado que uma das linhas de argumentação vai ser a de dizer que ela cometeu outras coisas que não deveria à frente da direção. O senhor tem conhecimento dessas outras coisas? Por exemplo, nomeou um funcionário que não poderia ter nomeado, recebeu contra-ordem. Isso o senhor tem...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Atos ilícitos, não. Podem ser atos de que as pessoas discordem, mas não ilícitos.

Que eu conheça...

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor é casado há quanto tempo com a Drª Regina?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sou casado há três anos...Quase três anos casado.

O SR. NEY SUASSUNA – E durante esse período, o senhor nunca viu nenhuma irregularidade nesse ponto, administrativa, nem...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nunca! Nos conhecemos há 25 anos, lógico, como colegas de trabalho. Mas...

O SR. NEY SUASSUNA – Muito bem, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Eu tinha entendido mal a explicação de V. Sª...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, Senador, V. Exª pode falar mais alto?

O SR. PEDRO SIMON – Eu tinha entendido mal a explicação de V. Sª e cheguei a pensar que V. Sª tinha tido o bom

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 29
24.04.2001

senso que, perdoe-me, faltou a sua senhora, porque no momento em que ela não teve a curiosidade de guardar, ela cometeu um equívoco sério.

Está certo, digamos assim, que ela não tivesse a curiosidade de ler. Mas ela tinha de ter a obrigatoriedade de dobrar uma cópia e colocar no seu cofre, porque ela entregou um documento, sem uma assinatura, sem nada, para um funcionário.

Nós, hoje, não estamos sabendo o que vai acontecer: se é essa a cópia que vai aparecer, se é outra cópia que irá aparecer. O que vai acontecer? É imprevisível... é absolutamente imprevisível!

Se tivessem, V. Sª e sua esposa, pegado uma cópia, mesmo sem lê-la, dobrado e colocado em um cofre... V. Sª poderia ter deixado lá ou, conforme fosse o caso, prestar um bem até à sociedade.

Esse é o equívoco que eu, sinceramente, acho que foi cometido.

A outra questão que eu vejo e que é importante destacar: V. Sª estava junto da sua esposa quando veio o telefonema do Presidente Antonio Carlos, agradecendo?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu estava na casa, na residência, mas não estava ao lado. Não... Quando acabou o telefonema é que ela me comunicou...

O SR. ROBERTO SATURNINO – O telefonema foi para a residência?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu fico em dúvida... só se foi para o celular.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ah! Sim. Mas ela estava em...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A gente estava em casa.

O SR. PEDRO SIMON – Quer dizer que vamos encontrar ou no celular ou no telefone da residência a chamada do Sr. Antonio Carlos Magalhães? Isso vai ser encontrado?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim. Vai encontrar.

O SR. PEDRO SIMON – A facilidade com que foi feita... O senhor pode nos dizer se, sem ser V. Sª, sem ser a sua esposa, um outro grupo de funcionários, com a competência dos senhores, pode ter feito uma operação semelhante a essa como, por exemplo, na votação da Diretora do Banco Central?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Senador... Sim.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 30
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. Nº 1768

O SR. PEDRO SIMON – Igual ao que V. Sª fez um outro grupo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É... Eu acho muito complexo poder fazer uma operação como essa se não for um diretor-executivo, se não tiver uma linha, um grupo de funcionários quaisquer como vai ter acesso?

Eu não vejo hipótese.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A pergunta é a seguinte: Na sua opinião, embora todo o zelo da Diretora do Prodasen, da Drª Regina, de V. Sª, tudo isso, um outro grupo poderia, apesar de todo zelo, de toda a prudência, cautela dos senhores, vigilância e fiscalização em cima do painel, funcionários de confiança do senhor e, principalmente, da Drª Regina, como o funcionário Heitor Ledur, mesmo assim, um outro grupo poderia fazê-lo? É isso, Senador Pedro Simon?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Na minha opinião, acho altamente improvável, improvável...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por quê?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Porque você vai envolver acesso ao plenário, àquele computador; você vai ter programas-fonte; tem-se que fazer um contato com a empresa, que é quem sabe...É um coisa tão complexa, se não tiver uma linha de confiança nas pessoas envolvidas, é muito difícil. Eu não veria como. Mas...

O SR. PEDRO SIMON – O senhor me perdoe a franqueza do que eu vou dizer...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Certo.

O SR. PEDRO SIMON – ... mas esse grupo que está aqui pode ter, poderia em tese ter feito quatro vezes isso que fez, e ninguém ficou sabendo. Em tese, poderia ter feito?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não sei responder por outros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, ele disse altamente improvável; ele não disse impossível.

O SR. PEDRO SIMON – Altamente improvável para outras pessoas que não tenha a confiança. Agora, essas pessoas que estão aqui, a começar pela diretora, se elas quisessem, poderiam ter feito, várias vezes anteriormente, isso que eles fizeram aqui. Se o Senador Antonio Carlos Magalhães não tivesse falado com os

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 31
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001
1769

Procuradores e contado que sabia da lista, ninguém ficaria sabendo nunca.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eu fiz essa indagação. Pelo menos, essa foi a primeira vez. Teoricamente, poderiam ter feito depois, porque, quando fizeram essa, eles não sabiam como fazer e foram estudar. Essa foi a primeira vez que esse grupo aqui descobriu um caminho. Agora, numa ocasião posterior, desde que já sabiam o caminho, poderia ter sido feito. Eu fiz essa indagação, e ele disse que não.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Absolutamente não. Com a minha participação, absolutamente não.

O SR. PEDRO SIMON – Eu não estou sendo feliz na exposição. Eu confio nas palavras do senhor e da sua esposa. Estou convencido de que os fatos ocorreram exatamente como a sua esposa contou. Não tenho nenhuma dúvida nesse sentido. Em tese, essas pessoas e a sua esposa, se quisessem, poderiam ter feito isso várias vezes, e não teríamos tomado conhecimento. Poderiam ter feito. Tenho certeza de que não fizeram, mas, em tese, tecnicamente, poderiam ter feito.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Claro, se foi feito uma vez.

O SR. PEDRO SIMON – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª me permite um esclarecimento, embora esteja eu na Presidência?

O SR. PEDRO SIMON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Dr. Ivar, estão circulando muitas listas por aí. Essa é a verdade. Há listas publicadas na Internet. É claro, para defender as Srªs e os Srs. Senadores, para defender a Casa.

O SR. PEDRO SIMON – Eu já vi três diferentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª disse que deletou aquela. Então, para se ter uma lista, só se fosse originária de uma lista que teria sido entregue a alguém. Correto? Ou de algum aparelho dá para tirar? Eis a pergunta: de algum aparelho que os senhores usaram, dá para recuperar uma nova lista? Quero ouvir a sua opinião.

O SR. PEDRO SIMON – A começar pelos técnicos da Unicamp.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sei que o senhor pode não ser um técnico altamente especializado. Por isso, estou

FLS Nº 177

fazendo assim. É em nome desta Casa que estou pedindo. Vamos buscar a verdade, vamos evitar boatarias.

O SR. PEDRO SIMON – Já há três.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É com esse objetivo que formulo a pergunta. O Senador Pedro Simon está afirmando que há três listas diferentes. Está todo mundo imprimindo lista pela Internet, ou seja, há pirataria por aí. É claro que uma lista existiu, que foi essa que foi entregue pela sua senhora ao funcionário Domingos. Essa lista existiu. Cópias dessa lista podem existir, mas, fora isso, pergunto: dá para tirar alguma lista de outro aparelho, do aparelho que os senhores usaram? É possível a recuperação dessa lista que foi entregue ao Sr. Domingos por meio de algum aparelho usado?

O SR. PEDRO SIMON – Pelos técnicos da universidade, por exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por quem quer que seja.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Os aparelhos envolvidos são o disquete...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que aconteceu com ele?

O SR. PEDRO SIMON – Quebrou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não. Eu não quebrei esse. Eu o apaguei, coloquei-o para uso, e ele ficou circulando ali.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele foi usado várias vezes depois?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Claro. Fica no meio ali. Não sei nem se eu mesmo ou meus colegas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quanto a esse, o senhor acha que dá ou não dá?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Esse, eu tenho convicção de que é improvável. Não existe. Como é que uma pessoa, seis meses depois, vai descobrir que aquele disquete estava comigo? Eu trabalho com disquete para cá, para lá, em nosso ambiente de serviço.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é o outro?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O próprio computador de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E esse? Existe?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 33
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A Unicamp falou que não recuperou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse é o já examinado pela Unicamp?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso. E, no meu entender, realmente, o comportamento do banco de dados onde ficam armazenados os votos é diferente dos programas do tipo fonte, tipo documento **Word**, tipo documento **Excel**. E hoje expliquei ao Senador: em um documento **Word** ou qualquer coisa assim, nunca existe operação de apagar. Você atualiza o documento, ele grava outro e esquece o anterior, que fica assinalado como espaço usável, mas a informação não é destruída. Por isso, conseguimos lê-lo depois. Se você vai alterar de novo o documento, ele grava lá na frente de novo. Esse espaço é usável, mas não destruído. É diferente do conceito do banco de dados onde os votos são armazenados; ele regrava em cima, fica reaproveitando todas aquelas áreas.

Então, no meu entender, é altamente improvável que haja qualquer resíduo da lista. Altamente improvável! Se bem que demonstrei não ser uma pessoa muito eficiente nesses assuntos. Caso contrário, eu teria realmente apagado. Mas é óbvio que, depois, vamos estudando e vendo. Não o fizemos pensando que haveria depois uma investigação. Fui muito ingênuo. Fiz isso e achei que poderia esquecer o assunto, que nunca mais pensaria nisso, que nunca mais viveria tal situação, que teria ficado para lá.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um terceiro aparelho?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Do micro da minha sala, onde imprimi, abri o arquivo no disquete, imprimi e apaguei. Esse micro já foi usado, já saiu da minha sala. No Prodasen, toda vez que um micro muda de mão, a primeira coisa que fazem é formatar o **Winchester** e fazer a instalação padrão de novo. A instalação padrão é jogar todos os **softwares** novamente. Nem sei onde está esse micro. Tenho que levantar, no Prodasen, onde estará. Pode estar em algum lugar na gráfica, em algum prédio. É altamente improvável. Até onde entendo, os dados não foram parar no micro, porque abri o disquete, imprimi, tirei e pronto. Não foi gravado no **Winchester**. Mas, suponhamos que tenha sido. Neste caso, quando o micro mudou de lugar, teve o **Winchester** formatado, foi feita outra instalação e foi para outro lugar anonimamente. Então,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 34
24.04.2001

SECRETARIA GERAL DA MESA FLS. N.º 1772

também é altamente improvável. Não vejo um caminho para a lista sair, sob o aspecto da informática, pelos meios que estou comentando. Sinceramente, não vejo.

O SR. CASILDO MALDANER – E a origem dessas listas? O Presidente está perguntando se é possível e de que maneira. O Senador Pedro Simon disse que há três tipos de listas. Como é que se poderia extraí-las?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O que disse o Senador Pedro Simon é que qualquer um joga isso na **Internet**.

Vamos para a frente.

A palavra estava com o Senador Pedro Simon. Concederei a palavra agora, pela ordem de inscrição, à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Dizem que "crimes perfeitos não deixam suspeitos; o difícil é conseguir essa perfeição no crime". Mesmo quando talvez não deixem suspeitos, os próprios praticantes acabam se delatando. Creio que foi o que aconteceu.

O Senador Carlos Patrocínio disse-nos que existem informações de técnicos no sentido de que, para fazer uma violação, é preciso muito tempo. Parece-me que os senhores conseguiram fazê-lo em um tempo recorde. O senhor não crê que fica para a sociedade – e é o que sinto – a noção de que já existia certo conhecimento dessa prática de violação do painel? As peças se juntaram muito rapidamente. Se não existia, se era tão difícil, se nos foi passada, o tempo todo, a informação de que era impossível, as peças, os operadores para essa fraude, para essa violação, se juntaram, se conectaram muito rapidamente para praticar a fraude, quando pessoas estão dizendo que precisaria de, pelo menos, dois ou três dias. Os senhores fizeram isso numa madrugada.

Um outro aspecto que me deixa curiosa, quando o senhor fala, é que parece que o senhor é portador de uma neutralidade positivista deveras exagerada, porque o senhor disse que, se fosse sobre a lista dos computadores que estariam lançando no mercado, haveria a curiosidade de verificar, porque isso era da sua área de interesse. Mas o senhor disse: "Como não era, então eram informações que não me interessavam." Só que se tratava da primeira votação de cassação do primeiro Senador cassado da República. Não era um Senador do Estado do Acre, nem do Amazonas, nem do Pará. Era um Senador daqui do Distrito Federal. Isso não lhe criou curiosidade alguma em relação a essa situação? O senhor disse que não teve essa curiosidade.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-35
24.04.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 1723

Agora, uma outra questão que me suscita. No momento em que a sua esposa lhe trouxe essa incumbência, em algum momento o senhor tentou dissuadi-la? Não achou, como técnico, como profissional, como pessoa de posição, que aquilo era algo que estava violando o sigilo do voto dos Srs. Senadores e que estava desonrando a sua função como guardião desse sigilo, porque eram os senhores que, de certa forma, cuidam tecnicamente desse sigilo do Prodasen, o que nos deixa numa situação de muita vulnerabilidade? Com certeza, um funcionário tem mais poder e mais capacidade de manipulação do que um Senador, muito embora os senhores estivessem ali a mando de dois Senadores.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Senadora, sobre a primeira pergunta, se não me engano, a primeira, em que a senhora afirmou que, se fosse uma lista de curiosidade científica qualquer de computador, eu teria visto. Como é essa outra informação, não me interessa. Não, não é que a informação não me interesse. É que aquilo ali, para mim, era um dado. Para aquilo virar informação, tinha que fazer uma análise. Então, por isso é que não resolve eu ficar lendo. Não vou memorizar esse resultado. Para mim, ainda não é informação. Para ser informação, tenho que ter a lista dos partidos, do Senador do partido, que era uma lista simplesmente onde havia o nome e o voto. Então é nesse sentido que quero dizer. Aquilo era um dado, não era uma informação. Demora para virar informação. E outra, que eu tinha um compromisso, nós que estávamos envolvidos fizemos um compromisso de não ler. Para não ter tentação alguma de, algum dia, soltar uma piadinha, depois de tomar um chope, que fulano votou assim ou fulano votou assado. Então, foi nesse sentido que falei.

Desculpem-me, Srs Senadores, se com essa informação, em algum ponto, ficou parecendo que estou comparando os Senadores ou a vida parlamentar como uma coisa insignificante. Com certeza, não é isso. Se pensasse isso, não estaria trabalhando no Senado. Desculpem-me, se dei essa colocação sem querer. Ou se, pelo menos, fiz-me entender assim. Então é nesse sentido que falei.

Agora, a segunda pergunta da senhora sobre se não tentei demover a minha esposa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor já respondeu.

A SRª MARINA SILVA – Sim.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 36
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

F.S Nº 1774 CHEFIA GERAL DA MESA

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não fui firme para fazer isso suficiente, para gerar um clima de conflito muito grande, porque via que ela estava em cima de uma pressão. Ela se sentia com uma pressão de cima para fazer. Sentia-se com uma pressão em cima para fazer. E, se eu, a única pessoa com quem ela estava contando ali, fosse contra ela, senti que seria muito desgastante para ela. Então, fiz. Tinha consciência, sim, Senadora, quando a senhora falou se eu não tinha consciência. Tinha, tinha, tinha consciência de que eu estava fazendo uma coisa ilícita. Não avaliei bem, e falar no futuro sobre um ato lá é até simples. Eu devia ter falado não, óbvio, mas, na hora, você não avalia bem, você está sob pressão. Mas será que isso é crime mesmo, isso é previsto no código civil, no código penal, que crime é esse que eu estou fazendo? Você nem consegue avaliar essas coisas muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mas o senhor afirmou que tinha consciência de que estava errado, independentemente do código civil e do código penal. Quer dizer, para o senhor no seu mundo interior havia um erro?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso.

A SRA. MARINA SILVA – O senhor disse que se tivesse a certeza da punição não teria praticado o crime. Afirma a tese de que o crime é praticado quase que pela incerteza da impunidade.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não é punição Senadora, eu não quis falar impunidade, porque eu não fui punido ainda, eu não sei qual será a minha punição. Serei punido se o Senado...

A SRA. MARINA SILVA – Eu acho que a punição maior é V .Exª está assumindo diante do Brasil que cometeu esse... Já é uma punição eu acho.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A punição maior é o reflexo que se deu negativo para o Senado e para os Senadores.

Agora, a única coisa que nós pensamos é o seguinte: não fui o motivador disto. Não fui eu que pensei e dormi e vou fazer isso. Eu não sou mentor, o autor da idéia de fazer isso. Então, não é no sentido de pensar que, se eu não for pego, vou fazer um crime. Quem me conhece sabe que sou muito... É até ridículo falar isso depois de ter feito isso. ...mas sou muito rigoroso sob o ponto de vista ético. Errei. Isso foi um erro.

A SRA. MARINA SILVA – Entre o dono da fazenda que manda e o capanga que obedece, o senhor consegue ver diferenças quando se pratica o crime?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 37
24.04.2001

FLS. 1775

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu acho que os crimes são iguais, na minha ética, não sei nem juridicamente como é que isso é considerado, mas acho que são iguais. Agora, é dividido, não pode ser um só ocupado.

A SRA. MARINA SILVA – Se o Procurador Luiz Francisco não tivesse colocado a público tudo o que aconteceu com certeza os senhores todos estariam muito tranqüilos, com certeza?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, Sr.ª Senadora, se a senhora ouvir todos os discursos da Dr. Regina do Prodasen a quantidade de convites que ela teve para continuar, inclusive de Senadores falando: "acho que você deveria continuar", e ela afirmando para todo mundo, a Srª pode perguntar a todos no Prodasen, ela não queria mais continuar. Ela achava que isso era um limite para a vida naquela função.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner, que acaba de se inscrever.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, eu só quero tirar aqui uma dúvida. Esse tema já voltou e já voltou discutido, só quero uma pergunta. Disse V. Sª que, em função das listas que circulam e o Presidente o interrogou secundado perguntado pelo Senador Pedro Simon, se é possível resgatar uma lista dessas dos equipamentos e quais são eles? E se bem entendi bem, poderia V. Sª diz que o disquete foi deletado, não há mais como e nesses equipamentos, nos computadores, que hoje são vários, são tantos, que pode estar inserida a lista em um desses computadores, mas não sei qual a máquina, que são tantas. Não é possível, dentre os computadores do Prodasen que todos eles são listados, todos eles devem ter uma numeração, penso eu, eles são cadastrados, mesmo que foram encostados ou à época tombados, mas naturalmente o Prodasen deve localizá-los, porque na época tal, se eu não me engano, isso foi 27 de junho, a que esses computadores estão em tais locais e aí o senhor que é técnico disso, que entende, é possível localizar pelo endereço do Prodasen chegar ainda a fazer um levantamento dos equipamentos e tentar extrair isso.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É possível.

O SR. CASILDO MALDANER – Porque, então, diante dessa possibilidade, Sr. Presidente, porque não a Comissão, para que se tire a dúvida, segundo o Senador Pedro Simon e outros já circulam duas ou três listas e para que essa dúvida não paire, em função da Senadora Heloísa Helena e de tantos outros Senadores, será que

FLS. Nº 1776

não seria possível a Comissão determinar que uma comissão técnica - o Sr. Ivar informa que é possível, em função da listagem, em função do cadastro que existe no Prodasen, pois o Prodasen é um órgão organizado e todos os equipamentos, mesmo que algum equipamento fosse aposentado, tombado, têm uma numeração – em determinada época, verificasse em qual deles isso se encontra isso, para tirarmos de lá?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Os computadores envolvidos são: o computador de votação, de que já foi feito a análise pela Unicamp; o meu computador, digo, do Prodasen que eu usava, do meu trabalho. E quanto ao disquete, como eu o coloquei em cima da minha mesa, hoje, todos os disquetes do meu ambiente de trabalho foram recolhidos e entregues ao Senador Romeu Tuma, para serem encaminhados para análise e para ver se poderia estar no meio algum resíduo de arquivo.

Então, são essas chances, a meu ver. Acho improváveis, mas sempre tem uma mágica por aí.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, ele já tinha respondido essa pergunta. Ele não acha impossível, mas acha improvável.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, volto a insistir. Diante da dúvida e diante até do que pode estar circulando, se é possível, se há uma possibilidade, para que não paire qualquer dúvida, de se investigar isso, de chegar até a essas máquinas, os computadores. Iria uma comissão tirar essa dúvida e dizer que não constatou; que, da época, não ficou nenhum resíduo. Pelo menos para não pairar dúvidas, para haver um descanso até em relação à instituição, ao Senado, em relação também a vários Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, apenas uma indagação. Queria saber do Sr. Ivar como chegaram a esse procedimento, mais objetivamente. O Senado é composto de 81 Senadores. A Drª Regina recebeu essa solicitação, esse pedido, e o atendimento foi de pronto até o ponto de ela sair de automóvel para conversar com ele, com o nosso colega. Vamos admitir que o Senador Ney Suassuna, que não deve ter relacionamento maior com vocês, ou qualquer um de nós, fizesse essa solicitação. Primeiro, ela não sairia no automóvel com ele. Então, imagino que alguma influência, alguma força interna, alguma imantação permitiu

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 39
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

que a Drª. Regina atendesse à solicitação de um Senador, quando a Casa é constituída de oitenta e um Senadores.

Acredita que se qualquer um de nós, sem nenhum relacionamento, fizesse uma solicitação seria atendido da mesma forma? Queria que o senhor respondesse objetivamente. Que influência exerceu na Drª. Regina a solicitação do Senador Líder do Governo? É estranha.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sr. Senador, essa é uma pergunta para a Regina. Então fica difícil eu falar, mas, se não me engano, quando ela depôs, ela respondeu a essa pergunta e ela respondeu a essa pergunta...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Não estava aqui.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – ...não me lembro, exatamente, dos termos, mas como não é uma coisa minha, fica difícil eu falar. No que eu vejo, eu vejo como ela colocou aqui naquela resposta: "Estava cumprindo uma ordem do Sr. Presidente". Uma ordem, um pedido – não sei exatamente o nome que ela deu –, mas estava pedindo isso do Sr. Presidente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – E se fosse outro Senador, que ela não conhecesse nem tivesse nenhum contato – "realmente não o conheço" – e que usasse o nome do Presidente do Senado, ela faria o mesmo? Isso é estranho, assim como ela sair de automóvel e andar pela cidade conversando. V. Sª viu quando ela saiu? V. Sª permitiria que ela saísse para conversar ou trocar idéias com um Senador que ela não conhecesse aqui no Senado, por conviver muito pouco com S. Exª? Sei que é difícil, mas, para mim, isso é básico.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Observe que esse fato aconteceu depois que o inquérito estava aberto. Isso não ocorreu quando houve o pedido.

A Regina, por diversas vezes, viaja, a trabalho, com Senador. Não entendi bem qual seria o problema disso.

Agora, V. Exª está fazendo uma pergunta a qual não sei responder. Deveria ter sido feita à Drª Regina.

O SR. PAULO SOUTO – Se puder ajudar, parece-me que as duas respostas que a Drª Regina deu às perguntas do Senador Osmar Dias respondem a indagação de V. Exª, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem mais alguma pergunta a fazer, Senador?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 40
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 1776

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, já que fui citado aqui.

A resposta foi dada a mim, quando perguntei se ela faria isso para mim. Perguntei-lhe se fizesse um pedido a ela, se ela atenderia. Ela respondeu: "Não, não atenderia". E o Senador Francelino Pereira ficou em dúvida – e eu também –, porque ela atendeu a um pedido do Senador José Roberto Arruda, já que o Sr. Ivar afirmou que não foi uma ordem, mas, sim, um pedido. Acredito que ela não atenderia a um pedido do Senador José Roberto Arruda se o pedido fosse, por exemplo, para ela se demitir do Senado. E por que ela atendeu àquele pedido especificamente? Se o Senador José Roberto Arruda chegasse e dissesse: "Farei um pedido a você: demita-se do Prodasen". Ela não atenderia. No entanto, S. Exª chegou e pediu: "Eu quero a lista de votação". E ela atendeu. Estou realmente perplexo diante da generosidade dela em atender a um pedido do Senador José Roberto Arruda.

O SR. PEDRO SIMON – Mas que pedido? Ou ela atenderia ou seria demitida.

O SR. PAULO SOUTO – Mas quem disse isso?

O SR. OSMAR DIAS – Espere ai. Ele disse que atendeu a um pedido, e não a uma ordem. Ordem se cumpre; no entanto, pode-se atender ou não a um pedido. Assim entendo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi feita alguma pergunta para mim?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi. V. Sª poderá esclarecer melhor o assunto.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Continuo afirmando que essas questões devem ser respondidas pela Regina. Até então, todo o desenrolar não foi um pedido do Senador José Roberto Arruda, mas um pedido do Senador José Roberto Arruda em nome do Presidente do Senado. O resultado seria entregue a S. Exª como uma confirmação, como o meu aval. Entendo, também, que ordens e pedidos são temas subjetivos. Não sei. A Regina deve esclarecer essas questões, porque ela, efetivamente, teve o diálogo com o Senador. Eu não participei, não vi e não estava perto. Então, fica muito difícil esclarecer tudo isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Há um apelo da Secretaria e da **TV Senado** para que os Srs. Senadores usem o microfone bem próximo à boca, a fim de facilitar a gravação.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 41
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. Nº 1779 SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Sr. Ivar Alves Ferreira, teria V. Sª conhecimento de que qualquer pessoa, no Palácio do Planalto, tivesse demonstrado interesse em conhecer a votação, quais os Senadores que votaram e se porventura teve, de alguma forma, direta ou indiretamente, conhecimento V. Sª dessa intenção e de quem ela teria partido?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, Senador. Nunca.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, como a Senadora Marina Silva tem uma sugestão, peço-lhe que ela formule a pergunta em meu nome.

A SRª MARINA SILVA – Foi relatado que houve um encontro do Senador Antonio Carlos Magalhães na casa de uma funcionária. V. Sª tem notícia desse encontro com a Drª Regina?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso já foi esclarecido, Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Está certo, Excelência.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O encontro de funcionário...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na casa da Drª Isabel Flecha de Lima.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Sª já explicou isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, na qualidade de Corregedor. É o último Senador inscrito.

O SR. ROMEU TUMA – Serei rápido, porque já ouvi pela Corregedoria juntamente com a Drª Paula, que é Presidente da Comissão de Inquérito Administrativo, e o Dr. Dirceu, que era chefe das investigações para apurar as responsabilidades dos funcionários – o Dr. Ivar Alves Ferreira, o Sr. Domingos Lamoglia e o Sr. Nilson. Os depoimentos desses dois últimos já foram entregues. Fiz-me acompanhar de um representante do Conselho de Ética para acompanhar os depoimentos. No primeiro dia, a Senadora Marina Silva acompanhou e, hoje, o Senador Eduardo Suplicy também acompanhou o depoimento do Dr. Ivar.

Apenas fiz uma cronologia de todos os passos que precederam a adulteração do painel com a instalação do disquete para obtenção do seu depoimento. Não sei se o Presidente permite, mas creio que será interessante para o Relator conhecer todos os passos que eles deram na reunião anterior.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 42
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1780

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, creio que é de muita utilidade esse itinerário que V. Exª reconstituiu com auxílio das pessoas que participaram da operação. Com certeza, será de muita valia para o Relator. Peço a V. Exª que entregue esse material à secretaria a fim de que fique à disposição do eminente Relator.

O SR. ROMEU TUMA – Sim, Excelência. Quero apenas conferir se não cometi algum engano com o Dr. Ivar.

Primeiramente, houve o encontro da Drª Regina na casa do Senador José Roberto Arruda, que foi no dia 27. Aproximadamente às 9 horas, ela saiu de casa e voltou às 9h40m – 40 minutos de itinerário da sua casa até a casa do Senador, incluindo o retorno e mais o período de conversa. Depois, ela conversou. V.Sª disse que iria ajudá-la em razão das suas aflições. Foram à residência do Sr. Heitor Ledur em virtude de não conseguirem contactá-lo por telefone – se eu estiver errado, depois o senhor pode conferir. Após a espera, foram jantar e conversaram no pátio do prédio, uma vez que, lá chegando, o Sr. Heitor desceu por já se encontrar em casa. Então, explicaram todo o contexto. Não houve nenhuma omissão da conversa com o Senador José Roberto Arruda e com o senhor.

O Sr. Heitor ficou sabendo o objetivo da possibilidade de extração da lista. É isso? Desse modo, conversaram no pátio e ele disse que seria impossível, porque ele era operador de computação, e que seria interessante chamar o Sr. Nóbrega para reunião, o que foi feito. O Sr. Nóbrega chegou aproximadamente à uma hora da manhã do dia 28 ao local onde V. Sªs estavam reunidos, em frente ao prédio do Sr. Heitor. Confere?

Depois, o Sr. Nóbrega, V. Sª e a Drª Regina, visto que o Sr. Heitor não teria como executar a operação arquitetada por V. Sª, sugeriram alterar o programa. Como não havia o programa, foram ao Prodasen. A Drª Regina retirou-se logo em seguida e V. Sª não sabe se ela entrou ou não no Plenário. Não tem certeza disso. Se não estiver certo, V. Sª pode avisar-me. Em seguida, o Sr. Nóbrega foi à sua máquina, à máquina que ele costuma operar, e lá não havia o software de compilação. E aí o senhor disse que havia na sua saída do prédio, e foi ao prédio seguinte, onde propôs trabalhar na sua máquina e havia o software em outro prédio. Trabalharam o programa. Era uma incógnita. Aí chamaram o Gazolla, que chegou entre duas e trinta e três e trinta. E falaram ao Gazolla que havia um problema de segurança. Ele não ficou sabendo do teor da

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 1731

conversa. Seria, como o senhor disse, um inocente útil. Foi a sua expressão – que o Gazolla teria sido um inocente útil. Então, foi feita toda a mudança do programa do painel, quando ficou o senhor e o Gazolla, que teria de trazer um procedimento de segurança de mudança de vinte linhas a inibir o procedimento do programa original, que colocava o "x" sobre o resultado da votação, e conseguiram, em tese, inibir. Acharam o programa e, como tinham dificuldade – provavelmente, poderiam encontrar muita segurança -, resolveram não vir ao plenário durante a madrugada. Combinaram às seis horas da manhã para que, por telefone, combinassem o local do encontro. Por volta das seis e quarenta, entraram no Senado, próximo à biblioteca. Acredita que, com o crachá colocado, o senhor não foi incomodado pelas seguranças que se encontravam no local.

O Heitor solicitou abertura, e o segurança se negou a abrir, porque não tinha ordem para fazê-lo a essa hora – seis e quarenta. E às sete e trinta, ele abriu a porta de vidro. O senhor não sabe se foi o Heitor ou o segurança que abriu a porta do computador. E ingressaram. O Heitor ligou o computador. O senhor e o Gazolla operaram o computador, para que a parte do "x" não funcionasse e pulasse, durante a operação, o fato.

Eu não sei se o senhor já esclareceu isso aqui.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não assim com essa... terminologia.

O SR. ROMEU TUMA – Então, o senhor, o Gazolla e o Heitor se retiraram, depois o Heitor. Simularam uma votação, provavelmente usando a senha de um Senador; senão, ele não conseguiria operar, segundo o próprio Dirceu relatou ali na hora e o senhor confirmou que ele teria usado a senha de um Senador para simular um voto.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, eu... eu... eu não confirmei isso, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – É isso que estou pedindo para confirmar.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Talvez até... Eu não... eu não sei o quê que ele fez. Ele fez um... Ele simulou um voto. A gente pediu para ele: "Vai lá e simula um voto". Aí ele simulou um voto. Eu não sei que senha que ele usou, se... como que é essa operação, porque eu não conheço.

O SR. ROMEU TUMA – Vamos perguntar ao Heitor se ele a usou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso, porque eu não... não conheço essa operação, como é feita, justamente por isso: não... não tenho idéia.

O SR. ROMEU TUMA – O Heitor ficou no computador que era operador durante toda a votação. Então, a Regina disse para o senhor que foi cobrada. Deveria ser mais ou menos que horas? (Pausa.)

Cinco horas?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Dezesseis.

O SR. ROMEU TUMA – Dezesseis horas?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Dezesseis, dezessete horas.

O SR. ROMEU TUMA – Dezesseis. Então, o senhor foi se encontrar com o Heitor, sendo ele que extraiu a lista, usando um disquete. O senhor, então, levou o disquete, não copiou no local ou copiou, no local, a lista?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, eu gravei o disquete...

O SR. ROMEU TUMA – Gravou o disquete.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A lista não... O disquete... perdeu o disquete. Ele sai com o disquete.

O SR. ROMEU TUMA – E copiou em outro local?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Aí eu o coloquei no meu computador de uso e imprimi, sem copiar para o meu computador. Não copiei. Só abri o direto do disquete. Eu imprimi, tirei o disquete e formatei.

O SR. ROMEU TUMA – Depois, no dia 30, o senhor recuperou o programa anterior. Quer dizer, passaram-se dois dias com o computador vulnerável. A qualquer tipo de votação secreta, ela não faria a operação de cobertura dos votos...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É verdade.

O SR. ROMEU TUMA – ... durante quarenta e oito horas?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É verdade.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor, verificando a possibilidade de vazar e desconfiarem da alteração de algum voto, o senhor copiou o programa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Copiei o programa.

O SR. ROMEU TUMA – Levou para casa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Levei para casa e... e... e depois destruí, depois de conversar com a Regina, eu o destruí fisicamente.

O SR. ROMEU TUMA – A pedido dela?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A pedido dela.

O SR. ROMEU TUMA – E no disquete que o senhor entregou junto com o outro – provavelmente um deles tenha sido usado para copiar a lista -, o senhor formatizou? Formatizou, é essa mesma a expressão?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Formatou.

O SR. ROMEU TUMA – Formatou o disquete com a lista e reusou-o, o que traria uma grande dificuldade para recuperar o que lá está inserido. É isso, Sr. Presidente, está aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senador Romeu Tuma, permite só...

O SR. ROMEU TUMA – Pois não, pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ... um breve esclarecimento.

Sr. Ivar, o senhor mencionou que a lista dos 81 votos ficou numa folha de papel... eu pergunto se... porque 81 nomes seriam 81 linhas, talvez não caibam numa folha de papel, era apenas uma folha de papel, ou eram duas ou três, para caber?

O SR. ROMEU TUMA – Parece que foi reduzido...

O SR. EDUARDO SUPLICY – É, mas mesmo assim. Mesmo que reduzidos, não é tão fácil incluir oitenta... Então, pergunto se são... se é só... era só uma folha de papel, ou eram duas ou três folhas de papel?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não me lembro, Senador. Não me lembro. As letras eram pequenas, mas nem tanto assim. Não me lembro, não posso garantir ao senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas poderia ser mais do que uma folha então?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Poderia, já que eu não me lembro, poderia.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, nós temos ainda que colher o depoimento de quatro... cinco pessoas. Eu vou... quatro pessoas. Eu vou...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, questão de ordem, Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 46
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não. Eu vou solicitar encarecidamente aos Srs. Senadores para serem tanto quanto objetivos nas perguntas e sem prejuízo, claro, da gente atingir o nosso objetivo aqui.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Antero.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Relator Roberto Saturnino, eu gostaria de encaminhar à Mesa uma questão de ordem, especialmente para ouvir o Presidente e o Relator e os demais Senadores no sentido do seguinte: de nós alterarmos a ordem dos que vão ser ouvidos. Porque o Heitor Ledur e o Hermilo Gomes da Nóbrega são pessoas que têm histórias muito semelhantes àquelas já aqui relatadas pela Dr.ª Regina e pelo Dr. Ivar. Por isso, faço a seguinte sugestão: para que nós ouçamos primeiro o Sr. Sebastião Gazzola Costa Júnior, depois o assessor do Senador Arruda, Domingos Lamoglia de Sales Dias, e, posteriormente, para finalizar, os dois técnicos do Prodasen, Heitor Ledur e Hermilo Gomes da Nóbrega. Porque creio, assim, que nós iríamos para assuntos diferentes e que traria uma motivação maior aos participantes aqui deste Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a concordância do eminente Relator, eu defiro a questão de ordem e convido para tomar assento o Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior, agradecendo ao depoente, dispensando-o dos nossos trabalhos de hoje.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu aguardo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu aguardo... Eu aguardo, Senador, eu aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu fui informado do estado de saúde de V. S.ª e, apesar da sua boa vontade em permanecer para qualquer outro esclarecimento, fica a critério de V. Ex.ª, porque, se nós precisarmos, eu sei que V. Ex.ª estará em casa e a gente telefona. Fica V. Ex.ª à vontade. Da parte do Conselho, V. Ex.ª está dispensado.

Eu informo que o Sr. Sebastião Gazolla Costa Júnior, ele prestou o compromisso legal, com a ressalva constitucional do art. 5.º, inciso LXIII, da Constituição Federal.

Sr. Sebastião, com certeza, o senhor sabe por que que está aqui.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sei, sim.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 47
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sabe, né? O senhor sabe que prestou um compromisso legal?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - ... de dizer a verdade no que souber e do que lhe for perguntado.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem. Eu vou deixar o senhor livre para as suas primeiras considerações. O senhor pode iniciar contando - entendeu? - a sua participação nesse fato que está sendo averiguado pelo Conselho de Ética. Se necessário até, o senhor pode voltar atrás um pouquinho, dizer há quanto tempo trabalha, como é que entrou em contato com o Senado, até chegar aos dias do fato, aquilo que V. Sª entender importante para nos esclarecer e, depois disso, nós, os Senadores, faremos perguntas a V. Sª, mas quero lembrar que não está aqui sob nenhuma coação.

Fique absolutamente tranqüilo e deponha de acordo com a sua consciência. Esse é o pedido que lhe fazermos. O seu microfone é esse que está aqui e, o quanto mais próximo dele falar, melhor.

O senhor quer que eu lhe ajude? Há quanto tempo o senhor trabalha aqui? O senhor trabalha no painel do Senado?

O SR. SEBASTIAO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Fui contratado pela empresa Kopp em agosto de 99 e eles estavam na fase final de desenvolvimento do sistema do painel de votação. Eles estavam tendo alguns problemas no desenvolvimento em si e montaram uma equipe para ajudar na conclusão do sistema.

Conseguimos terminar no fim de setembro, início de outubro quando o Prodasen deu o aceite e falou que o sistema estava **ok,** que estava funcionando. Quando terminou, acabou o meu contrato com a Kopp e, a partir daí, a Kopp queria continuar dando assistência para o Senado e eles pediram para que eu continuasse realizando as visitas que fossem solicitadas para qualquer ajuste que fosse necessário inclusive me chamaram para acertar um nome no painel, esses tipos de ajustes que eles pediam.

O senhor quer que eu entre no fato, quando...?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero. É o mais importante.

FLS. Nº 1786

O SR. SEBASTIAO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Depois de algumas visitas...

Sempre trabalhávamos à noite e fim de semana para não atrapalhar o andamento dos trabalhos do Senado e, como o sistema só funciona no computador do Plenário, por ter alguns requisitos de **hardware** que estão lá e quando a gente liga o sistema ele procura aquilo. Então, se tentarmos rodar o programa fora do Plenário, ele não é executado e a gente tinha que trabalhar lá. A gente ia de noite, fim de semana e era o tempo que tínhamos para desenvolver. Então, vamos entrar direto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pode entrar.

O SR. SEBASTIAO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Na noite do dia 27, fui em uma festa de aniversário de um colega meu e, quando estava retornando para casa, recebi um telefonema do Sr. Nóbrega, que era sempre quem me chamava para fazer qualquer atendimento ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No seu celular?

O SR. SEBASTIAO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim, no meu celular.

Isso deveria ser duas ou duas e meia, mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Da manhã?

O SR. SEBASTIAO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Portanto, já no dia 28?

O SR. SEBASTIAO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – No dia 28. Ele me ligou e falou que precisava de um atendimento. Falei para ele que depois passava no Senado. Ele disse que era urgente e tinha que ser naquela hora. Eu estava a caminho de casa e desci para o Prodasen.

Cheguei na frente do Prodasen e fiquei aguardando. Chegaram de carro o Sr. Nóbrega e um senhor que eu não conhecia, que era o Ivar. O Ivar saiu, se identificou, falou que era o Ivar, Diretor da fábrica de **softwares** do Prodasen, marido da D. Regina, e que eles tinham uma votação muito importante no dia 28 e que tinham que fazer uma alteração no sistema que era por motivo de segurança do Prodasen e, se desse algum problema, porque, quando fui chamado, o sistema travava muito, dava muito problema.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 49
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SECRETARIA-GERAL FLS. Nº 1787

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando o senhor foi chamado nesse dia?

O SR. SEBASTIAO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, em agosto de 99. Ele falou que estavam com medo de o sistema dar algum problema naquela votação e falaram "para a gente se resguardar, a gente quer fazer uma alteração guardando os votos". Ele virou para mim e perguntou: "Dá para gravar voto?".

Eu falei: "Não sei, porque não fui eu quem trabalhei nessa rotina do sistema". Nessa parte do sistema não tinha sido eu mas a gente podia procurar. Aí, entrei no carro deles, que me levaram para um prédio do Prodasen, a gente entrou, tinha uma sala com um micro, que já estava ligado; já estava lá o sistema aberto. Aí a gente começou a analisar o sistema, procurando onde ele tratava da parte de votação, de gravação de dados da votação. Aí eu não sei avaliar quanto tempo a gente demorou na avaliação, e acabou que a gente encontrou. Eu falei: "É aqui. Achamos a parte onde tinha que ser alterada". E aí ele virou para mim e falou: "Então, está bom. Você vai para casa e volta entre seis e sete horas". Eu fui para casa. Dormi um pouquinho esse dia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas nessa visita, até aí, não tinha feito alteração nenhuma?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só descobriram?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E por que não foi feito imediatamente?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Porque não era no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, tinha que entrar no plenário.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Tinha que entrar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Os senhores acharam no computador.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso. Lá tinha o código do programa. A gente só ficou analisando.

Aí ele me falou para voltar no outro dia cedo. Eu cheguei lá e fiquei aguardando. Ele chegou, e aí nós entramos no Senado. Eu fui acompanhando ele até a porta do plenário. Aí eu não lembro bem se o Sr. Heitor já estava lá. Eu acho que a gente ficou

FLS N.º 1788

aguardando um tempinho, aí chegaram e abriram o plenário. Eu sei que quando eu entrei na sala em que ficam os computadores estava tudo ligado, estava tudo pronto. Aí o Sr. Ivar sentou do meu lado lá e falou: "Como é que nós vamos ter que fazer?" Nós iniciamos o procedimento, abrimos o programa, procuramos a mesma rotina, fizemos a alteração, compilamos, botamos para rodar. Aí ele virou para mim e falou: "Vamos fazer um teste, agora". Aí eu fiquei aguardando. Eles foram lá, fizeram o teste, e logo em seguida ele voltou, virou para mim e falou: "Está funcionando de acordo com o que a gente pediu, tudo bem". Aí eu fui embora.

A SRª MARINA SILVA - Como era esse teste?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor tem absoluta segurança de que alteração foi feita? Era capaz de haver alteração de voto ou só registraria o nome de quem votou?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – O senhor quer que eu explique exatamente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu quero que isso fique claro.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – O sistema funciona de uma forma comum para as votações. Existe uma variável no sistema em que a gente guarda o tipo de votação que está sendo realizada. No final de tudo, o computador recebe os votos dos terminais dos Senadores, aí ele testa essa variável. Ele pergunta: é votação secreta? Se for, o que ele faz? Ele sobrepõe a qualidade do voto do Senador e grava no banco de dados. Se não, ele grava como veio do terminal: quando grava Sim, vem S; quando grava Não, vem N; e quando é abstenção, vem A. Quando é votação secreta, nesse momento ele troca por X e grava o X.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Posso fazer uma pergunta, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro. V. Exª é o Relator.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ele recebe os votos dos Senadores das bancadas, não é?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Por conseguinte, nas bancadas, um Senador, conhecendo a senha de outro, pode até votar pelo outro?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – É.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC-51
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SECRETARIA-GERAL FLS Nº 178

O SR. ROBERTO SATURNINO – Agora, e os da Mesa? Lá da Mesa é o mesmo sistema? Os Senadores que estão na Mesa, também, se conhecerem a senha de um outro Senador, podem alterar o voto daquele Senador?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – O único terminal que tem um tratamento diferenciado é o do Presidente do plenário, aquele que controla uma parte do processo; os outros, não. Inclusive, os dos Secretários...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eles são iguais aos das bancadas?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – São.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas, então, o Secretário também poderia digitar a senha de um Senador e trocar o voto?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Se ele soubesse, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só nessa hipótese. Mas o serviço que foi feito não foi feito para alterar o voto do Senador?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Foi feito para conhecer o voto do Senador. É isso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor tem convicção disso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Tenho.

O SR. PEDRO SIMON – E podia ser feito para alterar o voto?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Se tivesse feito o serviço para alterar o voto, teria feito?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não dava?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Ah, não. Se existe a possibilidade?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim. Não que o senhor tivesse feito. Eu pergunto se é possível fazer. É essa a pergunta. Não estou querendo incriminá-lo, não; eu estou querendo a pergunta.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 52
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS Nº 1790
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Eu vejo duas possibilidades: uma previamente, que teria que chegar no sistema que está rodando lá e colocar um resultado. Isso é ridículo até, não é? Porque qualquer investigação ia pegar isso de cara. Outra seria durante o processo de votação. Aí tinha que ser uma coisa bem...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sofisticada?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR - ...bem sofisticada. Alguém ia ter que chegar com um computador portátil, descobrir as conexões dos terminais dos Senadores, grampear a conexão, ficar embaixo de uma mesa lá e...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo bem. Vou fazer só mais uma pergunta ao senhor. Em nenhum momento passou pela sua cabeça que o senhor estava praticando um ilícito lá?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sempre fui chamado para dar a manutenção. E quando eles viraram para mim e falaram: "É uma alteração por motivo de segurança", para mim, era completamente normal a preocupação deles.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o senhor nunca foi chamado para o mesmo serviço antes?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, não. Inclusive, depois dessa visita, só fui chamado em setembro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Setembro?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Setembro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso foi em junho.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Foi junho.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Depois de quantos meses? O senhor fala setembro, então, junho, agosto, setembro. Depois de três meses?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Depois de três meses.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para que serviço?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Foi para organizar a base de dados, porque o setor tinha me falado que estava ficando lento o sistema na hora de calcular os votos, alguma coisa nesse sentido, e fizemos uma reorganização dos dados, para o sistema ficar mais rápido.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Sr. Presidente, seria pertinente uma pequena pergunta sobre esse detalhe da

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 53
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 191

questão de voto, de localização de voto, de possibilidade de mudança. Apenas para não perder este momento em que tecnicamente o relator ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está chegando agora.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Não, não. Estou desde o começo do depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou admitir a sua pergunta, mas vamos obedecer uma ordem aqui. Vou admitir sua pergunta, porque V. Exª está dizendo que é pertinente ao assunto tratado por ele.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – O Relator fez uma consulta, Sr. Presidente, e eu queria, em cima disso, tirar uma dúvida. Porque já ficou claro que o mesmo Senador, durante o processo de votação, pode ter votado de uma forma e, ainda antes da totalização, alterar. A pergunta que eu gostaria de fazer é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ele disse que isso aí é muito sofisticado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Não, não. No momento anterior.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele corrigir?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – É, corrigir, o mesmo Senador. Votei de um jeito, achei que ainda não totalizou, quero votar diferente, posso fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, sim. Esta lá no painel, inclusive.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Eu gostaria de saber se o sistema tem como detectar, por exemplo: vou e procedo meu voto. Alguém de posse da minha senha, ainda durante o processo de votação, sentada em outra cadeira, não estou mais usando o terminal, tem a minha senha e altera o meu voto. É possível porque ainda não acabou o processo de votação. Eu poderia ter mudado de cadeira e dizer: "Ih, vou mudar meu voto." É possível detectar de que local foi feito o voto? Porque me recordo que, num processo parecido na Câmara dos Deputado já há muitos anos, um processo batizado de "pianista", foi detectado que o voto foi mudado em outra cadeira. Aquilo foi fundamental para averiguar essa possibilidade. O que eu gostaria de saber diretamente: determinado Senador está votando, votou, não totalizou ainda o

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 54
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS. Nº 1792

processo, alguém de posse da sua senha, em outra cadeira, vota. É possível detectar que o voto foi dado de outra cadeira de assento no Senado?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Hum, é...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – É possível localizar isso posteriormente?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não estou bem lembrado como... porque... acho que a identificação do Senador está pelo número do terminal, porque ele pega o número do terminal, bate com a senha e identifica a...

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Posso votar de qualquer posto. No Senado, podemos votar, não é Presidente? Posso mudar de cadeira e votar de qualquer posto.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Ah, não.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Não é por terminal, por nome. Isso não.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – É...é...é... Bom, porque... Essa é a hipótese, não é? O senhor votou de um terminal, votou de um outro. Não tem, a seqüência de votações não tem registrada, ele pega a última. Ele pega a última, sobrepõe às que foram feitas e pronto.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Mas, pegando a última, diz de onde veio aquele voto, de que cadeira veio?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Acho que não. Acho que não dá para identificar, não. Assim, de cabeça, mas acho que não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem, vamos pela ordem, para conceder a palavra ao eminente Relator.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Gazolla, imagino que o senhor tenha tomado conhecimento, nem que fosse pela imprensa, do depoimento da Drª Regina. No que tange à sua parte, à sua participação, o senhor confirma inteiramente o depoimento da Drª Regina?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Foi, foi. Inclusive o que vi publicado no **Correio Braziliense**, estavam as palavras que foram ditas. Ela narrou – o que me disseram, né –, que era um procedimento de segurança.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O senhor já disse que não, que dizer, foi a primeira vez, não sabiam, ninguém sabia como modificar o sistema para retirar a lista, que era o objetivo, quer

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 55
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1793

dizer, o senhor não sabia, nenhum deles sabia, por conseguinte isso não havia sido feito anteriormente.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, que eu saiba não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E posteriormente também o senhor não teve notícia nenhuma de que tenha sido praticada alguma coisa semelhante? Posteriormente.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Gazolla, eu lhe pergunto: o senhor teria alguma coisa a acrescentar, em termos de informar à Comissão sobre qualquer acontecimento? Alguma coisa de importante que o senhor, acompanhando os noticiários, os depoimentos, ache que seja...

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – É porque teve a investigação toda da Unicamp e tratando isso como um ato ilícito. Quando fui chamado aqui, fui chamado para fazer uma alteração e nada foi feito para ser ocultado, a alteração era uma alteração de praxe do sistema e eu alterei.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas, de qualquer forma, lhe foi pedido segredo disso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Foi. Inclusive, no meu contrato com a Kopp, quando fui chamado, em 99, para trabalhar, uma das cláusulas era sigilo absoluto sobre todas as informações.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Relator, sobre esse ponto um breve aparte, gostaria de falar a V. Exª, acho que é importante.

O depoente falou aqui que foi feito um teste. Esse teste, ele já confirmou que o acesso aos terminais são as senhas dos Senadores, que senha foi usada nesse teste?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não sei informar para o senhor, porque eu estava no micro que controla os terminais, quando eles fizeram o teste.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Quem fez o teste? O senhor sabe?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O Sr. Heitor. Provavelmente o Sr. Heitor ou o Sr. Ivar. Um dos dois.

O SR. AMIR LANDO – Alguém usou a senha de alguém.

O SR. ROBERTO SATURNINO – É. Para fazer o teste, necessariamente é preciso usar a senha de algum Senador.

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS N.º 1794

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Farei uma pergunta. Pelo conhecimento do senhor, quem tem as senhas? Cada Senador tem uma senha, 81. Quem mais tem para testar? Quantas senhas o senhor acha... Não, se o senhor pode informar. Acredito que é uma pergunta técnica de alguma importância, para saber que senha foi essa.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Porque durante o desenvolvimento, a gente fazia vários testes e os operadores do sistema ajudavam a gente nos testes, para entrar os dados, para poder executar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A pergunta é a seguinte: os Diretores do Prodasen, alguém do Prodasen tem senha?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Acredito que essa informação está naquela sala de... São as pessoas que trabalham naquela sala que têm essa informação. Os operadores de sistema.

O SR. PAULO SOUTO – O senhor está falando da senha dos Senadores? É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, outras senhas que possam movimentar o painel.

O SR. OSMAR DIAS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Mas as senhas que podem movimentar o painel são só as dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São só as dos Senadores? Eis a pergunta.

O SR. OSMAR DIAS – Se V. Exª, Presidente, chegar lá na Câmara dos Deputados, numa sessão do Congresso, e esqueceu a sua senha, lá na Mesa lhe informam a senha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, eu sei.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Aqui também, o Sr. Carreiro informa a senha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas o que estou perguntado é se, além dos 81 Senadores, alguma outra senha pode movimentar aquilo ali. Essa é a pergunta.

O SR. PAULO SOUTO – Ou por outra, Sr. Presidente, se podia ser feito esse disquete sem a senha dos Senadores?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sem a senha dos Senadores.

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1795

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, eu poderia ajudar, se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Essa é a pergunta. Agradeço.

O SR. – (Intervenção fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É claro.

Na opinião do senhor, esse teste foi feito com senha de algum dos 81 Senadores ou pode ter sido utilizada outra senha. Não é isso?

O SR. PAULO SOUTO – A simulação? Qualquer senha que fizesse esse teste.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Durante os testes, tinha uma lista de senhas, tinha uma senha e o senador. Não sei se era uma senha somente para teste ou se era efetivamente as senhas que eram dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro, o Senador Osmar Dias ajudou a esclarecer. Quer dizer, a própria Mesa, o Prodasen têm as senhas de todos os Senadores.

A SRª MARINA SILVA – Exatamente.

O SR. AMIR LANDO – Eu queria fazer essa observação ao ilustre Relator, que é interessante esclarecer esse fato, porque o teste foi feito. É evidente que com a senha dos Senadores. Quem tem acesso à senha forneceu. Essa pessoa também tem implicação com o fato.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Sr. Presidente, V. Exª me permite? Só para fazer uma referência.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos seguir a ordem de inscrição, pois já está havendo reclamação. Vou conceder a palavra, pois V. Exª é titular.

O SR. GERALDO ALTHOFF – Eu gostaria somente de dar uma explicação. Normalmente, os técnicos em informática, quando trabalham com um programa desses, guardam para si uma senha com a finalidade de fazer a avaliação do programa, independentemente da existência da senha de todas as outras pessoas que deverão manipular esse programa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É isso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Existe uma senha de operação do sistema e existem as senhas de os Senadores fazerem as votações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Entendido.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 58
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. Nº 1796 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Concedo a palavra, por ordem de inscrição, ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Para alimentar, não se alimenta com a senha de operação, só com a senha dos Senadores.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Para votar, é só com a senha...

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Para alimentar o teste, para votar, só com a senha dos Senadores. É o que foi utilizado. Ele acaba de confirmar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Sebastião Gazolla, o senhor tem consciência de que está depondo sob juramento?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Portanto, sendo obrigado a revelar a verdade. Quero indagar de V. Sª o seguinte: qual era sua função na sala do painel?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não entendi a pergunta, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ele não é da sala.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu sei. V. Sª veio para, exclusivamente, fazer a alteração de permitir o acesso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Exatamente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Desde quando o senhor é contratado pela empresa?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – A empresa KOPP me contratou em agosto de 1999 para eu ajudar. Eles estavam na fase final de desenvolvimento do sistema de votação, do controle do painel.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Tecnicamente, a sua função na questão do desenvolvimento do painel foi qual?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Programador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor trabalhava sozinho nessa função?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não.

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1797

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quando o senhor veio aqui, veio sozinho? Só o senhor sabia fazer essa operação que foi feita?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Se só eu conhecia o sistema para fazer essa alteração?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Dentre os técnicos do Prodasen, eles alegam que não conheciam. Da empresa, V. Sª veio só, para fazer isso.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E da empresa, só V. Sª conhece esse sistema?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, quando eu vim aqui em agosto, a equipe de desenvolvimento era de quatro pessoas

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Essas quatro pessoas trabalharam com o senhor na época?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Trabalharam.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E quais são essas quatro pessoas?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – São dois da empresa do sul e um de Brasília, também.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Essas pessoas permanecem na empresa?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Os dois do sul são do quadro da empresa e a gente foi contratado, temporariamente, só para executar esse...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Há alguém que já foi desligado da empresa?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não sei informar para o senhor.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Exª me permite esclarecer?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Até quando foi o seu contrato com a KOPP?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Meu contrato com a KOPP foi até o aceite do Prodasen.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quando foi o aceite do Prodasen?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Fim de setembro, início de outubro de 1999. A partir daí...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E em junho de 2000 o senhor prestava serviços ao Prodasen a que título?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Deixe-me só trazer um pouco para trás. A partir de outubro, eu comecei a fazer algumas visitas a pedido da KOPP e do Prodasen. Eles me falaram que iriam fazer um contrato comigo para eu dar manutenção no sistema.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O contrato seria do Prodasen?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, seria através da KOPP.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – A KOPP, a essa altura, já não tinha mais contrato com o Prodasen.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, foi em março de 2000.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Em março de 2001.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas essas horas da madrugada em que o senhor prestou esse serviço não foram remuneradas por ninguém. O senhor não era mais funcionário da KOPP e a KOPP não tinha mais contrato com o Prodasen.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, só quero retomar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Só um minuto. Vamos pela ordem. Houve um aparte ali. A questão é a seguinte: o senhor fez uma alteração em junho – mais precisamente no dia 28 de junho de 2000. O senhor era funcionário da KOPP?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não. O Prodasen...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aí, o senhor era funcionário de quem?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Deixe-me só explicar para o senhor.

Depois que terminou o meu contrato com a KOPP, eles continuaram me chamando para cá, para fazer alguns ajustes, que foi o nome do Senador, uma série de "ajustezinhos" que precisava no sistema e que eles achavam necessários.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eles quem?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – O Prodasen.

Aí, tinha uma promessa de se fazer um contrato de manutenção com a KOPP. A KOPP saiu e entrou a outra empresa, a Panavídeo. Continuaram me falando que eu... O Nóbrega chegou para mim e falou: "Você faz um certo número de visitas que, aí, no final, a gente te paga".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quem falou?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – O Nóbrega.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Falou o quê?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Que era para eu vir, dando a manutenção – já tinha até mudado a empresa, não era mais a KOPP, era a Panavídeo -, e que, depois de um certo número de visitas, eles iam me pagar.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu quero fazer uma indagação ao senhor. O senhor veio aqui, na madrugada, fazer aquela operação. Nessa operação, o senhor já não era mais funcionário da KOPP?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor veio atendendo o Prodasen, está certo?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor trabalhou de graça ou o senhor recebeu... Eu quero relembrar que V. Sª está depondo sob juramento.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim, senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor recebeu alguma ajuda de custo por esse trabalho feito?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Por esse trabalho específico, não. Eu recebi depois de setembro, que foi a última visita que fiz aqui. Eles me pagaram por todas as visitas que eu tinha vindo.

A SRª MARINA SILVA – Inclusive essa da madrugada?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Inclusive.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Quem pagou? O Prodasen?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, não. Foi a Panavídeo. Foi através da Panavídeo que eles me pagaram.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O responsável por esse pagamento foi a Panavídeo?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – O senhor não recebeu uma ajuda de custo de R$1.000,00?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Foi. Isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quando o senhor recebeu essa ajuda?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Depois de setembro, depois da última visita. Minha última visita para fazer alteração no sistema foi em setembro de 2000. A data não sei precisar para o senhor.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quem pagou?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – A Panavídeo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando o senhor foi procurado no dia 28 de junho para vir aqui, o responsável pelo painel era a Panavídeo?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim, já era a Panavídeo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o senhor não era funcionário dela.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A que o senhor atribui o fato, então, de terem escolhido o senhor? A Panavídeo não tinha alguém que soubesse fazer o serviço que o senhor faz?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, é porque eu já...Depois que mudou da KOPP para a Panavídeo, o Nóbrega tinha me ligado e tinha falado...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Outro serviço, o senhor já vinha fazendo...

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ... embora o contrato fosse com a Panavídeo.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Foi verbal.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – No dia 28, quando o senhor fez o serviço aqui, a Panavídeo já tomava conta do painel?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Já.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É isso, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON – (Fora do microfone) há uma coisa que devia de ser esclarecida e ainda não foi esclarecida. Quem montou o painel foi a firma do Rio Grande do Sul, a firma KOPP.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. PEDRO SIMON – Essa firma tinha um contrato com o painel. No tempo em que o painel era controlado pela firma KOPP, os segredos do painel estavam no cofre da firma KOPP. Quem conhecia os segredos do painel, quem podia manusear o painel eram só os homens da firma KOPP, porque os segredos estavam no cofre da firma KOPP. Quando esgotou o contrato com a firma KOPP, eles queriam prorrogar, mas, aí, a direção do Senado – já era Presidente o Senador Antonio Carlos Magalhães – não quis prorrogar e encerrou o contrato. Ela encerrou o contrato e abriu uma licitação. Essa licitação foi ilegal, não deu certo, foi anulada. Então, até hoje, quem presta serviço ao computador é a Panavídeo, sem explicação nenhuma. É um contrato que foi feito sem licitação, sem absolutamente nada. Então, o que é interessante salientar é que nós todos aqui – perdoe-me, mas acho que é muito importante o que quero dizer – é que nós todos Senadores, de certa forma, temos um cunho de responsabilidade nesta questão, porque nunca nos preocupamos com isso.

Mas, de forma especial, a Mesa do Senado. Como é que funcionava uma coisa tão séria como esse serviço? Quando fiquei sabendo que quem tinha todo o segredo e todo o segredo estava lá no cofre da firma do seu KOPP, fiquei estranhando. E quando ele agora saiu...Houve uma declaração do Presidente, dizendo que ele lamentava, que ele queria ter ficado com esse... porque estava certo que ele devia continuar... E ninguém explica que aqueles segredos que estavam na firma do KOPP aonde foram parar. Porque eles foram para o cofre da Panavídeo ou eles ficaram aqui no Prodasen?

O SR. ROMEU TUMA – O senhor tem esse esclarecimento? Pode esclarecer? Porque senão tem os depoimentos que esclarecem isso...

O SR. PEDRO SIMON – Esclarece isso?

O SR. ROMEU TUMA – Por que a Comissão especial apurou esclarece que em razão...

FLS. Nº 1802
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por favor, ao microfone?

O SR. ROMEU TUMA – Posso esclarecer? Não sei se o senhor tem mais esclarecimentos? Eu li todos os depoimentos que foram colhidos pela Comissão Especial que apura a responsabilidade do Sr. Dirceu, e lá há vários depoimentos no sentido de que, durante a instalação do computador, e o funcionamento houve vários defeitos, choques e uma série de dificuldades que precisaram ser corrigidas.

E na hora de renovação do contrato o Prodasen e os funcionários alegaram que não seria conveniente pela incapacidade da empresa, em tese, de dar prosseguimento.

Então, foi requisitado pelo Prodasen e pelos funcionários, que não achavam correto permanecer o segredo de funcionamento do computador, do programa, e que teria de vir para o Prodasen. Acredito que deve estar no cofre forte do Prodasen, que teria de ser examinado por alguém da Comissão, designada para saber.

O SR. PEDRO SIMON – É uma questão interessante de nos vermos...

O SR. ROMEU TUMA – Está nos depoimentos.

O SR. PEDRO SIMON – Quando esses segredos estavam lá no cofre da KOPP, quem é que deu essa autorização? A título de quem? Como estava lá? Quando veio de lá para Brasília, ficou com quem? Essa dúvida persiste no sentido de que essa gente pode ter manobrado o computador sei eu lá quantas vezes. Tinham o segredo do computado...

O SR. ROMEU TUMA – E a concorrência foi instalada e depois foi suspensa por recurso judicial da KOPP. Então, ainda não foi decidido porque ainda está em julgamento o recurso que foi apresentado e não sei... Está no depoimento...

O SR. PEDRO SIMON – Deu para entender, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Deu para entender...

O SR. PEDRO SIMON – Só um minuto. Então o que está acontecendo é o seguinte: o Gazolla era funcionário da KOPP; ficou em Brasília. Veio a nova firma que fez o contrato e também não tinha alguém da competência do Gazolla.

Então, lá pelas tantas, apesar de ter essa nova firma, eles tiveram de fazer o contrato com o Gazolla...Quem é que ele conhecia para o Gazolla fazer esse entendimento?

O SR. ROMEU TUMA – Usaram gente da KOPP.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 65
24.04.2001

O SR. PEDRO SIMON – Então, usaram gente da KOPP, que era o Gazolla...

O SR. ROMEU TUMA – Que já não era mais da KOPP.

O SR. PEDRO SIMON – Que não era mais da KOPP, que tinha sido... Estava aqui para fazer aquilo que a nova empresa não sabia fazer.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas, Senador Pedro, mais do que isso, prometeram a ele que ele iria fazer a manutenção, e ele ficou fazendo as visitas na esperança de ser depois o homem encarregado da manutenção. O segredo estava na cabeça dele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Carlos Patrocínio, é a vez de V. Exª.

O SR. WALDECK ORNELAS - Eu queria só fazer uma observação para fechar esse raciocínio do Senador Pedro Simon. A mudança do sistema foi feita por uma pessoa que não tinha qualquer vínculo contratual nem com a KOPP, nem com a Panavídeo, nem com o Prodasen. Por conseguinte, não tinha nenhum termo de responsabilidade. Foi um **hacker** consentido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Autônomo.

O SR. PEDRO SIMON – Que fez a manutenção do nosso painel.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais. Senadores, eu apenas queria perguntar ao Sr. Gazolla se, em conversa que mantive com determinada pessoa, ele me afirmou que conversara com técnicos competentes e esses técnicos disseram estar perplexos com a rapidez com que foi processada a violação do painel eletrônico do Senado Federal. Imaginavam que tal deveria levar de dois a três dias, no mínimo. V. Sª, quando chegou, já existia um processo de violação em andamento ou foi V. Sª que iniciou e terminou a violação do painel?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Fui chamado para fazer uma alteração no sistema. Não sei se a alteração que fiz seria considerada violação.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Retiro o termo violação porque V. Sª, ao que tudo indica, não sabia o que estava fazendo. Pergunto: seria possível fazer tudo em tão pouco tempo?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Como trabalhei no desenvolvimento do painel de votação, já possuía um

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 66
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

conhecimento a respeito de seu funcionamento. Tinha idéias sobre como procurar o ponto do programa que queriam alterar. Analisamos por umas duas horas.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Senador Carlos Patrocínio, eu gostaria de fazer um parêntese.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – V. Exª tem a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um parêntese para concluir definitivamente minha participação. Quero indagar ao depoente, Sr. Sebastião Gazolla, se coloca seu sigilo bancário, nesse período, à disposição do Conselho de Ética para comprovar o pagamento?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não há problema algum.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Muito obrigado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Sebastião Gazolla, eu gostaria de ter a complementação da resposta de V. Sª. Não existia qualquer processo de adulteração ou de modificação em andamento?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não havia qualquer mistério, mas uma alteração no sistema, simplesmente.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Então, era passível de ser concluída rapidamente. Como aconteceu de fato?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Por quem conhecia, como ele, o programa.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Era só, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – V. Sª afirmou que, ao ser chamado para essa função, desconhecia completamente os fins a que estava servindo. V. Sª afirma que não tinha qualquer conhecimento de que poderia ser um ato ilícito. Não tinha qualquer suspeita?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Minha participação, Senadora, não configura qualquer ato ilícito. Fiz uma alteração no sistema para gravar votos, o que não torna pública uma votação secreta. É o caso da Telebrasília, que tem todas nossas ligações telefônicas guardadas, mas não é público. Só vem a público se for solicitada uma listagem ou algo nesse sentido. Então, a alteração que fiz não se configurava em nada anormal, a meu ver.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 67
24.04.2001

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 1805

A SRª MARINA SILVA – Era a sua compreensão. V. Sª tinha a certeza de que não estava praticando uma ilicitude.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim.

A SRª MARINA SILVA – Se houvesse tempo e alguém fizesse uma determinação, um pedido, haveria a possibilidade de acompanhar essas votações de um terminal fora do Prodasen? De criar um sistema de acompanhamento dos votos dos Srs. Senadores fora da estrutura do Senado?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não é possível porque o sistema de votação do plenário não está ligado à rede do Prodasen. É uma rede isolada.

A SRª MARINA SILVA – No relatório da Unicamp há um item que fala o seguinte: "Facilidade de corrupção de uma senha esquecida por um senador". O item 3.8 do sumário executivo. O texto diz o seguinte: "Dentre os documentos encontrados na sala de controle de votação, havia uma lista impressa de senhas de senadores, a qual seria utilizada pela mesa da Presidência para informar um Senador que houvesse esquecido a sua senha, pela Presidência da Mesa.

Além disso, o sistema de votação do painel do Senado Federal, de votação eletrônica do Senado Federal, possui uma opção no programa de controle de terminais de votação que permite a emissão dessa lista, sempre que desejada pelo operador do sistema. Sob o ponto de vista de segurança de informações, é condenável a existência de versões impressas ou anotadas de uma senha, sendo que uma senha só preserva a sua segurança enquanto estiver presente somente na memória da pessoa que a criou.

Diante deste texto, vou aqui, então, fazer algumas questões.

Primeiro, o Presidente dos trabalhos fica, o tempo todo, com a relação de todos os Srs. Senadores e suas respectivas senhas, e existe, portanto, uma lista de senha disponível para o caso de algum Senador, naquele momento, dizer: "Esqueci minha senha, não sei como votar". O Presidente e a Mesa têm como dizer: "A sua senha é esta". Existe essa lista de senha?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Quando vim trabalhar aqui, eles tinham uma lista que, inclusive, foi usada para fazermos os testes. Mas, quando eles tiram a lista, com quem fica, não sei dizer para a senhora, porque nunca trabalhei com a operação do sistema.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 68
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA PLS. Nº 1806

A SRª MARINA SILVA – No relatório da Unicamp, segundo a revista **Veja,** de 25 de abril, com base no relatório da Unicamp, eles atestam a existência de um botão que, entre aspas, está batizado de "botão macetoso", ou seja, que indica macetes – deve ser uma linguagem aí nesse sentido – a partir do qual o operador do painel pode, do ponto de vista técnico, votar em nome de qualquer um dos Srs. Senadores. Isso é possível?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Existe essa opção.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse é o caso do pianista, Senadora. Esse é o caso do pianista.

O SR. ROBERTO SATURNINO – É. Isso está mais do que provado que é possível, sim.

A SRª MARINA SILVA – Certo.

O SR. ROMEU TUMA – Ela está se referindo ao acesso direto do computador. É isso, Senadora?

A SRª MARINA SILVA – É. Existe na mesa essa possibilidade, certo? Desse botão, com a senha lá, você fazer uma operação de voto, corrigir voto etc?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Na mesa e no painel de qualquer Senador, desde que tenha a senha do...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Precisa ter a senha.

O SR. PAULO SOUTO – E durante a votação?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Durante a votação.

A SRª MARINA SILVA – O voto do Senador pode ser também dado por um operador, um operador qualquer que conheça o voto, não é?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Se ele tiver a senha...

A SRª MARINA SILVA – Bem, creio que as questões feitas são no sentido de que o senhor foi convidado, recebeu uma remuneração pelo trabalho que praticou numa madrugada, e, com certeza, como tinha que completar um certo número de visitas, depois desse número de visitas, aí o senhor receberia a sua remuneração. Essa visita da madrugada também foi apontada na empresa em que o senhor trabalha como parte das remunerações. Isso não foi segredo. Alguém falou: "Não, esta daqui você deixa em sigilo."?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 69
24.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1807 SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – A senhora está perguntando se a empresa sabia quais eram as visitas?

A SRª MARINA SILVA – As pessoas que encomendaram esse serviço.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – O meu contato era o Sr. Nóbrega. Ele fazia esse controle e ele solicitou o pagamento à Panavídeo.

A SRª MARINA SILVA – Ele solicitou o pagamento por inteiro, de todas as visitas, inclusive dessa.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No recibo, estão formulados os dias das visitas, ou não? Era um recibo correspondente a tantas visitas e pronto.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, não estava.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É isso que acho que ela queria saber. Consta nos serviços prestados, mas não se relaciona o dia da visita dele.

A SRª MARINA SILVA – Soma uma determinada quantidade de visitas. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Mas sem explicar no recibo em que dia foi feita a visita. É isso, não é?

Pois não, Senadora.

A SRª MARINA SILVA – Gostaria de fazer uma pergunta: quantos anos o senhor tem?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso está aqui no termo de compromisso dele.

Pode dizer sua idade.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Trinta.

A SRª MARINA SILVA – Trinta anos? O senhor me parece um homem estudioso, jovem, com uma posição importante. Como é que se sente neste momento, tendo sido envolvido em uma trama por aqueles que deveriam estar protegendo pessoas que, como o senhor, estudaram - e deve ter estudado muito, para ter uma carreira -, que deveriam estar, digamos assim, velando pelo direito e a privacidade dos cidadãos brasileiros?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Entenda essa pergunta não como uma acusação da Senadora. Ela quer saber do

FLS. Nº 1858
SECRETARIA-GERAL DA MESA

seu estado de espírito. É uma pergunta subjetiva. A pergunta é a seguinte: o senhor foi usado?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Fui. Eu me sinto usado sim.

A SRª MARINA SILVA – Sente-se usado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É isso Senadora?

A SRª MARINA SILVA – Eu fico, de certa forma, triste em ver que o senhor, um homem jovem, na posição que ocupa, competente, e de repente, foi o Senado que envolveu o senhor nessa trama. É lamentável!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, ele não tem culpa nenhuma.

Acho que não há mais nenhuma pergunta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Gostaria de saber que tipo de arquivo o programa de violação, ou de alteração do sistema foi gerado para impressão da lista de votação.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – A alteração que fiz, ele gravou os dados no banco de dados do sistema, ele não gravou em nenhum arquivo a parte não.

O SR. NEY SUASSUNA – E a saída indicada pelo programa para o resultado da votação podia ter sido em **winchester**, disquete ou impressora. O senhor usou disquete?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, Sr. Senador, eu vim aqui na manhã do dia 28, fiz alteração no sistema, fui embora pela manhã - acho que às 8:00hs da manhã fui embora - e só retornei em setembro. Foi a outra chamada.

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor reproduziu esse programa que alterou o sistema e deixou na mão do Prodasen ou só o senhor tinha esse programa?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, ele estava no computador do plenário.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, não há registro dele, não há documento dele?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Da alteração, não.

O SR. NEY SUASSUNA – E nem ficou o caminho documentado para se alguém quiser alterar de novo fazê-lo?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não. Eu mostrei para o Sr. Ivar onde tinha sido feita a alteração.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 71
24.04.2001

O SR. NEY SUASSUNA – Então, alguém ficou sabendo como fazer?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Ficou.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero fazer uma pergunta para o senhor.

O senhor fez o serviço no dia 28 de junho, e esteve aqui de manhã e de madrugada, por volta de 1 hora e 30 minutos até 2 horas e 30 minutos e, depois, às 6 horas e 30 minutos, mais ou menos. O senhor fez o serviço - e já afirmou para nós - na plena convicção de que o pedido era lícito. Mas depois, com o noticiário na imprensa etc., recentemente ou durante algum tempo, o senhor foi procurado por pessoas - e o senhor lê jornais; é um homem esclarecido. Então, diante dessa dúvida toda, dessa questão da averiguação, dessa polêmica toda, alguém o procurou e, se procurou, para o que foi?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Na semana da publicação da revista **IstoÉ**, eu vi aquela denúncia. Fui almoçar com uns colegas meus no **shopping**, eu estava preocupado e até comentei com eles que eu tinha sido chamado para fazer alteração e tal. Então, recebi uma ligação durante o almoço; era o Sr. Ivar. Ele disse que queria falar comigo. Ele tinha marcado um lugar, aí ele desligou e ligou novamente, perguntou onde eu estava. Eu falei que estava no Pátio Brasil, ele desligou. Ele ligou novamente e falou que estava lá. Ele me perguntou onde eu estava no Pátio. Eu falei que estava em frente a um restaurante japonês lá, aí ele chegou, eu o identifiquei e fui falar com ele. Ele falou para mim que precisava conversar comigo, que a Drª Regina estava com ele e pediu que eu o acompanhasse. Eu não quis acompanhá-lo. Ele falou para mim para eu acompanhar ele. Eu falei:

- Não, eu não vou não.

(Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Faz soar a campainha.)

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR - Ele virou para mim e falou:

- Não, sou técnico como você. A gente quer esclarecer o que está acontecendo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 72
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS 1810

A gente foi descendo. Inclusive a minha namorada ficou muito preocupada. Não queria que eu fosse. A gente desceu a escada. Fomos até a saída lateral do **shopping**. A Drª Regina estava dentro do carro. Ele chegou até o carro e falou:

- Entra aí que a gente vai dar uma volta.

Eu falei:

- Não, não vou entrar não.

(Risos.)

Ele desligou o carro, me entregou a chave na mão e pediu:

- Entra no banco de trás que a gente vai conversar aqui mesmo.

Eles viraram para mim e falaram assim:

- Olha, o que está acontecendo na imprensa é um alarde. O que fizemos foi para segurança do sistema mesmo, para o Prodasen se resguardar. É uma informação confidencial. Você não pode falar isso para ninguém, em hipótese alguma.

Meu telefone celular estava tocando sem parar. Minha namorada estava fora do carro, chorando.

Eles afirmaram para mim que era sobre isso.

Apesar de tudo que estava publicado, eu não tinha... Falei:

- Os diretores do Prodasen estão me afirmando isso, se eu não confiar neles, eu vou confiar em quem naquele momento?

E continuou assim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A essa altura, depois, o senhor não sentiu nem um ímpeto de procurar alguma autoridade para fazer ou sentiu medo, receio?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR - Eu estava com muito medo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor estava com medo?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR - Estava. Não sabia o que tinha acontecido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem. Não tenho pergunta a formular, mas ...

O SR. NEY SUASSUNA – Uma última pergunta, só para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, Senador Ney Suassuna, V. Exª já formulou e o Senador Pedro Simon está esperando. Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon e, logo a seguir, ao Senador Ney Suassuna.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 73
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. PEDRO SIMON – Queria fazer uma análise, Sr. Presidente, que considero importante e que iniciei e faço questão de complementá-la.

Acho que essa questão, dentro do seu contexto, tem um aspecto que não podemos deixar de analisá-lo. Trata-se da votação secreta do Senado. É, digamos assim, o setor do Senado mais importante. É o setor nobre do Senado.

Se nós somos os representantes do povo, se nós votamos em nome do povo, a hora mais importante da nossa votação é quando votamos e quando usamos a votação secreta. E que tem que ter a garantia da sua existência.

Eu, quando soube que essa empresa do Rio Grande do Sul, a Kopp, fazia manutenção e tinha, no seu cofre, os segredos da manipulação, estranhei muito isso. E ela disse que, quando chegou o dia determinado, por falta de confiança, não sei o quê, o Senado não quis continuar. O Senado encerrou, abriu um contrato, não deu certo e até hoje a empresa Panavídeo está levando adiante.

Só que aqueles segredos que estavam no cofre da empresa no interior do Rio Grande do Sul, não sabemos, hoje, o que acontece, como é. Quem são as pessoas que sabem o número da nossa senha, quem controla o número das nossas senhas, quem pode entrar ali dentro, sair. Como é feita toda essa questão. Isso que nos levanta dúvida, porque o que está provado aqui é que temos que agradecer ao Sr. Antonio Carlos, porque se não fosse o estilo do Sr. Antonio Carlos de não conseguir guardar o segredo para ele, tem que colocar para fora, e não tinha dito "eu tenho a lista, eu conheço", íamos levar não sei quantos anos sem saber de nada. Íamos levar não sei quantos anos sem saber de nada, porque foi através disso que ficamos sabendo. Ficamos sabendo do quê? Que existe um computador, que existe a votação, que a votação pode ser alterada. Pode ter sido modificada não sei quantas vezes nesse tempo que correu lá para trás. Não sei quantas vezes. Eu não sei. Ninguém pode saber quantas vezes ela foi alterada, quantas vezes ela foi modificada. E nós não vamos poder votar mais no painel enquanto não tivermos uma garantia; daqui para adiante, que nos dê certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Senador Pedro Simon, estão registradas as considerações de V. Exª. Porém, elas não dizem respeito a nenhuma pergunta a ser respondida pelo depoente.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Sr^as^ e Srs. Senadores, Sr. depoente, quando o Dr. Pedro fala que "os segredos estavam...", ele deve estar referindo-se à documentação, aos programas daquele computador. Essa documentação não ficou com o Prodasen ou com a Kopp?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Quando eles estavam com esse problema de a Kopp sair e de a Panavídeo entrar, não sei dizer a V. Exª como eles fizeram.

O SR. NEY SUASSUANA – O senhor fez e continua fazendo toda a manutenção. Então o senhor conhecia bem o sistema?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – E tinha uma cópia dele no computador do Plenário, quando eles me chamaram.

O SR. NEY SUASSUANA – E, em suas várias visitas ao plenário, quando o Sr. Ivar ou qualquer outra pessoa não sabia, o senhor ensinava? Não fazia por escrito nem deixava documentação escrita?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não.

O SR. NEY SUASSUANA – Só ensinava a fazer.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Sim.

O SR. NEY SUASSUANA – Nesse fatídico dia, inclusive, o senhor só ensinou como fazer?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Eu acompanhei ele. Sentamos juntos na frente do computador e fizemos.

O SR. NEY SUASSUANA – E não há nenhuma documentação feita? Só está na memória das pessoas?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Isso.

O SR. NEY SUASSUANA – É isso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – É. Por escrito não há nada.

O SR. NEY SUASSUANA – Se houver algum problema no painel e se não estiverem presentes as pessoas que sabem manuseá-lo, não temos como mexer nele.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Para alguém dar manutenção num sistema, em qualquer sistema de informática, a pessoa precisa conhecer a linguagem em que foi feito e a finalidade do sistema. É preciso ler o que for necessário alterar, e, a partir daí, fazer alterações. A pessoa precisa conhecer

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 75
24.04.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. N.º 1813

o programa. Isso será um processo um pouco lento, mas qualquer pessoa que trabalha com programação e conhece a linguagem...

O SR. NEY SUASSUANA – Não há a documentação no Senado, no Prodasen. Não existe nenhum registro de como funciona. Ou o senhor sabe ou sabe quem montou, ou seja, a empresa KOPP inicialmente.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não sei. Eu não estava no início de todo o desenvolvimento e não sei como eles procederam.

O SR. NEY SUASSUANA – Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Lúcio Alcântara, antes de conceder a palavra a V. Exª, registro a presença, que me é muito honrosa, do Deputado Federal Waldemir Moka, do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Indago se o senhor chegou a ver a tal lista.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, saí daqui pela manhã, quando houve a alteração.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – A minha pergunta tem um desdobramento: a emissão da lista, em votação que não seja secreta ou porventura em caso da violação, segue um determinado padrão contínuo? Por exemplo, o voto vem escrito "sim", "não", "abst"? A relação é nominal? É por Estado? Como se dá isso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Os relatórios do sistema?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Do sistema.

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não trabalhei a parte de relatórios, mas creio que existem várias opções de ser impresso o resultado das votações – votação nominal, esse tipo de votação.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Dei-me ao trabalho de tirar várias listagens e vários relatórios que sempre seguem esse padrão. Há a relação por ordem alfabética; para quem votou "sim", está escrito "sim"; para quem votou "não", está escrito "não"; e para quem votou "abstenção", está escrito "abst".

Hoje, por exemplo, está circulando uma lista na Internet em que a relação vem por Estado, Bancada – Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba. Para quem votou "sim", tem um "s"; para quem

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 76
24.04.2001

SENADO F.S. Nº 1814 SECRETARIA-GERAL DA MESA

teria votado "não", tem um "n"; e para quem teria votado "abstenção", tem um "a". Todos os relatórios – evidentemente os que não são secretos – seguem esse padrão. Então, a minha pergunta é no sentido de esclarecer se essa lista que teria sido emitida numa violação seguia esse padrão. Alguém, mesmo não tendo a lista, viu a lista. A Drª Regina disse que viu a lista. Então, gostaria de saber se a lista emitida tem esse padrão ou não, porque isso é uma coisa importante. Senão, ficaremos sujeitos a toda lista feita...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Lúcio Alcântara, a pergunta de V. Exª eu a reputo muito inteligente e altamente esclarecedora para a Casa – tanto que, antes de V. Exª chegar à Comissão, a Presidência teve o cuidado de, em nome da Instituição, dizer que estão sendo impressas aí, às mãos cheias, listas que estão circulando por aí. Mas houve uma pergunta feita aqui que esclarece positivamente a questão. Mas quero agradecer a interferência de V. Exª.

Srªs e Srs. Senadores, a Mesa suspenderá a sessão.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, antes da suspensão, peço a palavra para fazer uma última indagação.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, se eu puder falar antes do Relator, eu só queria apenas acrescentar à questão levantada pelo Senador Lúcio Alcântara que, numa lista inclusive apareço votando com "N". Já vi uma outra lista em que apareço com a letra "S". Sou sincero. Então, são várias listas. Só para dizer ao Senador Lúcio Alcântara do que a ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estamos sendo tão minuciosos nisso aí que, com toda a certeza, essas listas que estão circulando por aí, com voto de tudo quanto é jeito ninguém está dando valor para isso. Nós temos que ter essa compreensão, em nome da Instituição e em nome dos Srs. Senadores.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, pergunto se é possível o Dr. Gazolla responder. À época, era a empresa Kopp, em que à época que se levantou, na época que foi junho, que dava manutenção do sistema. Depois, houve uma transferência de empresas para a Panavídeo, se não me engano. Hoje, é Panavídeo, não é? V. Sª, à época, prestava serviços à Empresa KOPP. A KOPP vendeu a sucedânea da Kopp à Panavídeo, não é? E o Diretor Nóbrega – se não me engano, era da KOPP –

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 77
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

recomendou-o para que fosse também técnico da Panavídeo. Não é isso?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não, o Nóbrega é funcionário do Prodasen. A data que mudou de uma empresa para outra eu não sei dizer para o senhor. Meu contato era... O Nóbrega me chamava...

O SR. CASILDO MALDANER – Para dar as manutenções, não é?

Os proprietários da KOPP e da Panavídeo não sãos os mesmos? Não sabe informar?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Relator e, logo em seguida, suspenderemos os trabalhos por alguns minutos a fim de servirmos um lanche.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, vou pedir a atenção dos Srs. Senadores, porque a Senadora Marina Silva fez uma pergunta que, por não entendê-la, por não compreende-la eu até atalhei, e atalhei erroneamente, porque vejo agora que S. Exª fez uma pergunta baseada num fato que eu não tinha conhecimento, mas que sai publicado no último número da **Veja** – na edição da **Veja,** acho que desta semana.

Esta matéria diz o seguinte, Dr. Gazolla: "O próprio laudo da Unicamp mostra que qualquer um dos operadores do painel do Senado – não qualquer Senador – pode votar, na hora em que quiser, no lugar de um Senador. Basta que acione uma ferramenta que, dentro do Prodasen, ganhou o apelido de botão macetoso, uma corruptela para designar macete. O botão macetoso é um discreto sinal no canto direito da tela do computador, quando o operador clica a janela Senadores. Ele existe, diz o relatório da Unicamp, esse botão macetoso existe para permitir que operadores registrem a presença de Senadores que estejam viajando e queiram garantir o jeton ou que estejam atrasados e pretendam dar **quorum** a determinada sessão.

O laudo diz que o macetoso era usado apenas para essas finalidades, mas que ele serve também para que um operador qualquer – operador, não um Senador – possa votar em nome do Senador. Isso é possível? Essa matéria da Veja tem fundo de verdade, no seu conhecimento? Isso é real?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR –Eu não trabalhei no sistema. Eu não trabalhei no sistema todo. Era uma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 78
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL FLS. Nº 1816

equipe. É... eu acho... eu não conheço esse mecanismo, mas eu acho que ele existe, sim.

A SR.ª MARINA SILVA – A **Veja** apenas reproduz o que está no laudo da Unicamp. E uma coisa interessante me causou certa revolta quando li. Moro num Estado muito distante e volto de madrugada tendo em vista a freqüência. Inclusive, isso me deixa indignada. E eu fico sabendo que esse botão macetoso dá presença para quem não tem que fazer o sacrifício que eu faço para participar das sessões. Há gente aqui que eu nunca vejo no plenário e tem 100% de presença, quando a **Folha de S.Pauio** faz aquele levantamento. Agora eu entendi. É o macetoso que assegura a presença.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Realmente, Sr. Presidente, isso é de uma gravidade profunda. Mas o Dr. Gazolla pensa que existe isso mesmo?

O SR. SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR –É. Eu acho que sim.

O SR. PEDRO SIMON – Por isso que eu digo a V. Ex.ª. Esta Comissão de Ética – e V. Ex.ª, à margem do que nós estamos fazendo – tem um papel muito importante, que é, daqui por diante, o funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, eu estou convicto de que o Conselho de Ética está prestando um grande serviço ao Senado e à Instituição.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Claro, claro. Por isso que estamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se existe botão macetoso, como consta aqui, nós vamos acabar com o macete, se for preciso.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É por isso que nós estamos aqui, para não haver macete nenhum.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos lá! Alguma pergunta mais a ser feita? (Pausa.) Não. Vou descontrair o ambiente, agradecendo a V. S.ª pelo esse excelente depoimento que foi prestado, convidando os Srs. Senadores para um lanche, mas pedindo, encarecidamente, que permaneçam para a continuidade dos nossos trabalhos, que estão suspensos pelo

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1317

prazo de vinte minutos. Há, ainda, três ou quatro depoimentos e nós queremos ouvir a todos ainda esta noite.

Está suspensa a reunião por vinte minutos.

Muito obrigado. V. S.ª está dispensado.

(A reunião é suspensa)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, declaro reabertos os trabalhos. Convido para tomar assento à mesa o Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias, a fim de prestar o seu depoimento. (Pausa.)

O Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias prestou compromisso legal com a ressalva constitucional. É de profissão engenheiro e exerce sua atividade atualmente no gabinete do Senador José Roberto Arruda.

Dou a palavra ao Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias, para que ele comece o seu depoimento a respeito de fatos que são do seu conhecimento e, logo após, a palavra será concedida aos Srs. Senadores para as perguntas que desejarem formular.

Tem V. Exª a palavra, por favor.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Boa noite aos Srs. Senadores, à imprensa, a todas as pessoas aqui. Senador, eu acho que eu poderia, eu estaria já à disposição para responder às perguntas, eu não tenho, não preparei nada para que pudesse falar, eu estou à disposição para...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor é funcionário... trabalha no gabinete do Senador José Roberto Arruda?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Bom, como consta aqui, parece-me que foi o senhor que recebeu das mãos da Drª Regina um envelope e entregou-o em mãos do Senador Arruda. O senhor confirma isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Confirmo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - O senhor sabia o que continha esse envelope?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Ficou sabendo o que ele continha, quando e de que forma?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Foi depois do... quando o noticiário da revista IstoÉ com os

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 80
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. N.º 1813

procuradores, é que aí é que eu fiquei sabendo que aquele envelope continha a lista do...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - ... da votação.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS - ... da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Esse assunto foi comentado com o senhor pelo Senador José Roberto Arruda? Quantas vezes e em que data?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Foi comentado depois desse episódio da revista IstoÉ, conforme eu disse. Aí foi comentado várias vezes, que aí eu participei no depoimento da Dr.ª Regina, ela diz que depois eu fui uma pessoa que era um contato, que a gente conversava bastante. Então, aí falamos algumas vezes sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor foi... o senhor se encontrou com ela em que local?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Em frente à biblioteca. Do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E como é que esse encontro foi combinado?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não sei...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Ela que lhe telefonou, o senhor recebeu ordem de quem para ir ao encontro dela... Como é que foi isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu não sei como foi combinado. Eu sei como eu recebi a ordem para apanhar o envelope.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Sei, então quem foi que deu a ordem?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Foi o Senador Arruda que me pediu que fosse encontrá-la para apanhar um documento com ela.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sem especificar que documento era esse.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sem especificar que documento era.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o dia disso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Foi no dia da cassação do Senador Luiz Estevão, que foi dia 28 de junho.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 81
24.04.2001

SENADO FEDERAL FLS Nº 18194 SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por volta de que horas?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – O horário é difícil de ter a certeza. Eu estive hoje, inclusive, tentando recordar todo aquele fato e, realmente, quando fomos à biblioteca, em frente à biblioteca, existia ali realmente uma festa, eu não sei o que que era exatamente. Então, em função daquilo, imagino que, com certeza, depois de cinco, cinco e meia, seis, ou até mais, mas precisar o horário eu não sei precisar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet)– Se o senhor não sabia que o documento continha e como é que o senhor disse a ela que poderia ficar tranqüila? Vi que o senhor fez essa declaração perante o ilustre Corregedor, Senador Romeu Tuma, que está ao seu lado.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim, eu disse ontem e estava exatamente, hoje de manhã, pensando, até tentando recordar o diálogo que tive com ela.

Realmente, tinha essa festa. Eu fui lá para receber um envelope, um documento. Eu não sabia o que era, então, não estava preocupado com aquele documento porque não sabia o que era aquilo, mas ela com certeza estava porque estava entregando uma lista de votação, conforme foi noticiado depois.

Com certeza, ela me perguntou para quem eu iria entregar. Com certeza, ela me perguntou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o senhor falou o quê?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Disse a ela que ia levar ao Senador Arruda que teria me dito que era para pegar o documento que seria levado para o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E quando o senhor entregou o documento, o que o Senador José Roberto Arruda fez com o documento? Ele abriu, leu ou o que ele fez?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Ele abriu o envelope que estava fechado, levantou, olhou e colocou novamente o documento dentro do envelope.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele permaneceu algum tempo no gabinete depois que recebeu o documento ou já saiu do gabinete?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 82
24.04.2001
SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 18205

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Ele permaneceu muito pouco. Lembro-me de que estava recebendo algumas pessoas que não lembro quem eram e permaneceu pouco. Com certeza, saiu quase que imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quando o senhor teve convicção de que o documento era a lista referida, a lista dos Senadores que votaram? Quando o senhor teve essa convicção?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Certamente depois das notícias da revista **IstoÉ,** quando foi dito claramente que aquele envelope que eu tinha pego estaria contendo a lista de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E quando o senhor tomou conhecimento pela revista **IstoÉ**, o senhor conversou com o Senador José Roberto Arruda logo em seguida? E qual teria sido a reação dele?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Foi ele quem me disse. Não percebi aquilo, não tinha ainda essa certeza de que aquela lista... Ele foi quem me disse quando a Drª Regina o procurou, queria conversar com ele que me pediu que marcasse um encontro com ela.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Esse encontro foi marcado?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Onde? Em que local?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Hoje de manhã também estava fazendo essa avaliação.

Tenho quase certeza de que foi...Acho que a revista saiu na quinta-feira e teria sido na sexta-feira e teria uma formatura da qual o Senador seria paraninfo de turma e, como a agenda dele estava muito apertada, acabamos, eu e a Drª Regina, indo ao local do estacionamento que seria a tenda da UnB. E, nesse dia não participei da conversa. Saí, não estava junto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nas vezes em que o senhor participou da conversa, qual o teor da conversa de que o senhor participou?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Era exatamente sobre o assunto da lista, de todo o noticiário que estava saindo. Era isso.

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS. Nº 1821

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Era a lista, mas em que sentido era a conversa?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – O quê?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Era no sentido de preocupação, de como proceder? Como é que era?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim, de preocupação. Exatamente. Sempre no sentido de preocupação porque já se tinha conhecimento do assunto e, então, teria que ver como é que se poderia resolver para frente aquele assunto. Era exatamente preocupação e, cada vez que saía no noticiário, as pessoas ficavam preocupadas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor poderia precisar os locais desse encontro, mais ou menos? Uma vez o senhor falou que era perto da UnB.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Essa vez, próximo à tenda da UnB. Uma outra vez, eu me lembro que, em um sábado a tarde, se não me engano, na residência do Senador, e, uma outra vez, próximo ao Gilberto Salomão, que eu me lembre.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senhor Relator, por gentileza, as suas perguntas.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Domingos, pelo depoimento da Drª Regina, e que agora o senhor confirma, o senhor não só foi designado para receber este documento altamente sigiloso, como participou de encontros do Senador Arruda com a Drª Regina que tratavam deste mesmo assunto altamente sigiloso. Isso denota uma confiança extrema do Senador Arruda no senhor e na sua discrição. Essa confiança, obviamente, não existiu só depois. A confiança se adquire com o tempo; ela não foi fruto dos arranjos, enfim, do fato, das tratativas do Senador Arruda com a Drª Regina. E nesses contatos diários que o senhor tinha, certamente, com o Senador Arruda, com a confiança que ele depositava no senhor, o senhor realmente não tinha nenhum conhecimento de que essa lista, enfim, essa operação de tiragem da lista tinha sido realizada? O senhor ignorava o conteúdo daquele documento que recebeu em tão estrita confiança, assim?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Com certeza eu não sabia.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E participou, escutou conversas depois da maior reserva, mas antes não sabia nada?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 84
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 1822

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Com certeza, não sabia.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Antes do vazamento da IstoÉ, tinham ocorrido outros vazamentos: uma notícia numa coluna aqui e ali, o voto da Senadora Heloísa. E o Senador Arruda não comentou com o senhor absolutamente nada a respeito?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O Senador Arruda cedeu ao senhor um celular depois desse fato?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não. Eu tenho o meu celular, que eu uso diariamente, há muito tempo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Já tinha antes desse fato?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Tinha, com certeza.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E por esse celular o senhor se comunicava com a Drª Regina?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu tenho mais de um celular; eu tenho dois celulares.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sempre teve esses dois celulares?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sempre tive esses dois celulares.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O seu depoimento à Comissão foi no dia seguinte ao segundo discurso do Senador Arruda. O Senador Arruda fez aquele primeiro discurso, onde ele negou tudo, e o senhor sabia que ele não estava falando a verdade.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim, lógico.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E não houve nenhuma troca de... O Senador Arruda tinha no senhor uma confiança muito grande.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Com certeza.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E não houve de sua parte, como assessor, nenhuma troca de observações, nenhum comentário sobre o primeiro discurso dele, sobre os riscos que ele estava correndo?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – A pessoa que trabalha como assessor tem obrigação de colocar os riscos e ver o custo-benefício.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 85
24.04.2001

FLS. 1823

O SR. ROBERTO SATURNINO – De alertar para os riscos, inclusive.

O SR. ROMEU TUMA – V. Exª me permite um aparte, Senador?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Claro.

O SR. ROMEU TUMA – Durante o primeiro discurso do Senador Arruda, ele juntou uma nota do Sr. Domingos em que o Sr. Domingos, a pedido do Senador, provavelmente, também dizia que era mentira a versão da Drª Regina. Então, ele juntou esta nota, e lhe foi perguntado sobre isso. Então, ele já sabia e, por lealdade, continuou endossando a mentira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, permita-me tentar recolocar as coisas – posso estar enganado. A meu ver, houve três explicações em Plenário, se não estou enganado. Houve uma que ele fez do próprio, de um dos lugares onde os Senadores tomam assento e duas vezes ele foi à tribuna. Na primeira vez, ele negou terminantemente, sem nenhum documento na mão. Na segunda vez, foi o documento em que ele juntou várias declarações e vários atestados. E o terceiro foi o último, onde ele fez o que chamamos de discurso-confissão. Portanto, ele fez três pronunciamentos. Só para não confundir o depoente e também para sabermos nos situar no tempo, presto esse esclarecimento.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eu estava me referindo a discursos, os dois, da tribuna. V. Exª tem razão: ele fez um primeiro na bancada ainda, fora da tribuna.

Agora, Dr. Domingos, quando o senhor decidiu dizer a verdade e negar aquela própria declaração que o senhor tinha dado e que o Senador leu da tribuna?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Quando o Senador decidiu falar a verdade, que acho que foi a melhor maneira, até para um alívio de todos e exatamente poupar os funcionários do Senado, inclusive, que estavam dentro dessa... Acho que pela consciência.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Se ele não houvesse feito o discurso, o senhor continuaria negando?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É difícil de dizer para o senhor uma coisa que não aconteceu. Até aquele momento, com certeza.

O SR. ROBERTO SATURNINO – O senhor teve algum aconselhamento familiar para dizer a verdade?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 86
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. N.º 1324

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, de forma nenhuma. Eu agi dentro da minha consciência, da forma que eu achava que seria o melhor caminho.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E alertou o Senador Arruda que pensava assim?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É, estávamos com o pensamento todo voltado para o mesmo objetivo, que seria a negação.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E neste período em que o senhor tomou conhecimento e se envolveu mais profundamente no caso, o senhor tinha conhecimento dos relacionamentos e das tratativas do Senador Arruda com o Senador Antonio Carlos?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Bem, em algumas vezes ele comentava sim.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Comentava que...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Que tinha falado com o Senador Antonio Carlos sobre o assunto.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ele chegou a lhe dizer que tinha feito o pedido à Dona Regina a pedido do Senador Antonio Carlos?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Chegou a dizer explicitamente?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim. Mas da forma que ele inclusive relatou ontem, que foi sempre o que ele me disse.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Como, ele lhe relatou ontem? Ah sim, na tribuna.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Certo.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Encontros com o Senador Antonio Carlos, o senhor não acompanhou nenhum?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não conheço o Senador Antonio Carlos pessoalmente.

O SR. PEDRO SIMON – Não é possível.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Nunca apertei a mão dele, nunca estive na sala dele, na casa dele. Conheço aqui, circulando aqui. Desculpe-me, acho que falei um... O senhor me desculpa. Conheço assim, de circular no...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, de minha parte, não...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 87
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1325

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tenho só uma pergunta antes. Se não me falha a memória, a Drª Regina referiu-se nas declarações dela, que, num encontro que ela teve com o Senador José Roberto Arruda, no apartamento dele, Senador, o senhor estava presente. Foi nesse dia que o diálogo foi feito oral e escrito? Isto é, o Senador escrevia e ela respondia? Ou não houve isso, esse dia o senhor não estava lá?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu estava presente. Estava presente sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E as perguntas eram formuladas pelo Senador por escrito?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não é dessa forma: tudo o que foi conversado foi por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo não?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não foi não, de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parte.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – O Senador Arruda tem mania de engenheiro, escrever, se V. Exª verificar ele o tempo todo, todo mundo que trabalha com ele sabe, porque ele mesmo diz: olha, mania de engenheiro, só sei falar escrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O próprio discurso dele está escrito a mão.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª acha que foi só por isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É, achar. É difícil entrar no pensamento do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem.

O Sr. Corregedor, não tem pergunta a formular?

Não vejo inscrição de nenhum dos Srs. Senadores, e pergunto se alguém de V. Exªs tem alguma pergunta a formular.

Senador Pedro Simon tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – A informação que tínhamos é que a família de V. Sª teria feito um apelo para que depusesse dizendo o que está dizendo hoje aqui, e que inclusive a ida de V. Sª ao Arruda, dizendo: olha Arruda, estou numa situação difícil, porque a minha família está me dizendo isso, acho melhor irmos pelo caminho que, parece, chegaremos lá, depois da manifestação da

FLS. Nº 1826
SECRETARIA-GERAL DA MESA

diretora vai ser muito difícil batermos de frente, é muito melhor reconhecermos do que irmos em frente e terminarmos em uma situação. E que essa ação de V. Sª teria sido um dos fatores determinantes e que ajudou muito o Arruda. Aliás, ele diz que recebeu aconselhamentos. Que dizer, ele passou aquele fim de semana – que não deseja para ninguém – e recebeu aconselhamento dos amigos, dos mais íntimos, que o aconselharam que essa devia ser a linha. Então, a imprensa toda, e nós todos achamos que V. Sª havia sido uma dessas pessoas que o orientou no sentido de tomar essa posição que ele tomou.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Desculpando toda a imprensa aqui presente, posso dizer a V. Exª que foram notícias maldosas. Nunca isso ocorreu.

O SR. PEDRO SIMON – Maldosas não!

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não há maldade.

O SR. PEDRO SIMON – Em primeiro lugar não é maldosa, porque ele afirmou isso da tribuna do Senado, no seu discurso disse isso.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Desculpe, posso corrigir? São notícias não verdadeiras, nunca ocorreram. Desculpe-me.

O SR. PEDRO SIMON – Perdão, no discurso que ele fez na tribuna do Senado ele disse que mudava o seu discurso, alterava a sua posição, fazia o **mea-culpa**, pedia desculpas à Nação, aos filhos, aos colegas, etc e tal, mas que agora estava dizendo a verdade. E que foram dias terríveis que ele viveu, aquela sexta, sábado e domingo, para chegar àquela conclusão; e que chegou àquela conclusão levado por aconselhamentos da família e dos amigos, principalmente dos íntimos do gabinete, e que junto com eles tomou uma decisão, praticamente em conjunto. E quando se falou que foi ele que tomou a decisão com o gabinete e com os íntimos dele, considerando que V. Sª é o mais íntimo dele no gabinete, aí veio essa afirmativa que existe. Eu, por exemplo, sabia até ontem, e até mesmo disse à imprensa, que a informação que tenho é de que o chefe de gabinete dele comunicou a ele que no depoimento vai dizer a verdade.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Essa pergunta V. Exª teria que fazer a ele, infelizmente não sei responder a V. Exª.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 89
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. N.º 1827

O SR. PEDRO SIMON – Agora, V. Sª garante, absolutamente garante, que todo o trabalho, pelo que o senhor sabe, teria feito a pedido do Senador Antonio Carlos? Isso ficou claro.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sempre disse isso para mim.

O SR. PEDRO SIMON – Como?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sempre disse isso para mim.

O SR. PEDRO SIMON – E na conversa que V. Sª teve com a Dª Regina, ela dava a entender que também sabia disso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Com certeza.

O SR. PEDRO SIMON – E V. Sª, quando recebeu o documento, disse para a Dª Regina: a senhora pode ficar tranqüila que esse documento vai chegar as mãos do Presidente Antonio Carlos?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não sei se dessa forma, não sei dizer para V. Exª se dessa forma, mas com certeza disse a ela que o Senador havia pedido para apanhar o documento porque ele ia levar para o Senador Antonio Calos Magalhães.

O SR. PEDRO SIMON – E V.Sª disse que ele leu muito rapidamente o documento e saiu. V. Sª acha que ele foi ao gabinete do Senador Antonio Carlos?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Ele disse que estava indo.

O SR. PEDRO SIMON – Ele disse que estava indo para o gabinete do Senador Antonio Carlos?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exato. Mas não o acompanhei até lá. Não sei dizer para o senhor.

O SR. PEDRO SIMON – Quando ele saiu, levou o envelope pardo com ele?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exato, com certeza.

O SR. PEDRO SIMON – E voltou sem o documento pardo?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não me lembro da volta dele. Acho que eu saí.

O SR. PEDRO SIMON – Mas ele foi com o documento pardo?

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS Nº 1828

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim, com certeza.

O SR. PEDRO SIMON – Depois V. Sª não viu mais o documento pardo no gabinete?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Há muito envelope pardo, mas não posso afirmar para o senhor que não vi um envelope pardo.

O SR. PEDRO SIMON – Quando ele abriu o envelope e olhou, foi muito rápido?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Foi rápido.

O SR. PEDRO SIMON – Foi rápido?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Muito rápido.

O SR. PEDRO SIMON – V. Sª não teve a idéia de dizer para ele: "Dá uma olhadinha para ver o que está havendo ali"?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – De forma nenhuma, até por respeito ao Senador.

O SR. PEDRO SIMON – Mas ele trata os funcionários dele com esse respeito? Ele é meio...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não sei. Logicamente, trata e eu também o trato respeitosamente.

O SR. PEDRO SIMON – Mas o "respeitosamente" pode ser um "respeitosamente" com grau de amizade, de intimidade, e um "respeitosamente" de V. Exª, Sr. Presidente, Sr. Senador.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É difícil argumentar com o senhor.

O SR. PEDRO SIMON – V. Sª gostou do segundo pronunciamento dele?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Se eu gostei?

O SR. PEDRO SIMON – É.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Gostei, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Do segundo não, do terceiro.

O SR. PEDRO SIMON – Do terceiro, aliás.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Do terceiro, com certeza. Trouxe um alívio para mim, porque eu tinha também aquele...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 91
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS N.º 1829

O SR. PEDRO SIMON – V. Sª sofreu um bocado no segundo pronunciamento?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não diria que eu sofri, já era um fato que a gente estava guardando há bastante tempo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ele está dizendo o segundo, onde ele negou. Que fez o segundo da tribuna. É essa a pergunta?

O SR. PEDRO SIMON – É.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É difícil, esse juízo de valor, se eu sofri ou não, é muito difícil dizer ao senhor. Confesso que as coisas estavam...

O SR. PEDRO SIMON – É difícil para mim, que sabia, mas V. Sª é que sofria. Eu é que não posso adivinhar se V. Sª sofria ou não sofria. Mas V. Sª pode dizer se, assistindo ao pronunciamento...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Depende do que é sofrimento para o senhor e o que é sofrimento para mim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É muito pessoal.

O SR. PEDRO SIMON – Hein?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Depende de o que é sofrimento para o senhor e o que é sofrimento para mim. Isso é muito pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso é muito pessoal, muito subjetivo, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – V. Sª não tem a mínima idéia, e não terá nenhuma idéia, que o Senador usou uma frase muito séria no pronunciamento dele. Ele falou na lealdade que tem ao Governo e nos serviços que prestou ao Governo, inclusive fatos. Depois de ele dizer que esse fato era muito grave, fatos muito mais graves do que esse, "que eu desservia aos justos interesses democráticos e políticos para atender ao Governo." É uma frase que perguntaremos a ele quando vier aqui, mas V. Sª não tem idéia do que é?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. PEDRO SIMON – Nem desconfia?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, de forma nenhuma.

O SR. PEDRO SIMON – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 92
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS 1830

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Lúcio Alcântara, por favor, e, logo a seguir, o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Eu só gostaria de fazer uma pergunta, Sr. Domingos. V. Sª falou que o Senador José Roberto Arruda teria retirado o conteúdo do envelope, rapidamente olhou, logo recolocou e saiu.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Nem tirou quase.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – V. Sª não chegou a ver qual o formato, como era o...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – De forma nenhuma.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não tem a menor idéia.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Se eu soubesse o que era, talvez eu tivesse até uma curiosidade, mas de forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Suplicy, é a vez de V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias, com respeito ao contato entre o senhor e a Drª Regina, o senhor mencionou, no seu depoimento perante o Senador Romeu Tuma, que a Srª Regina estava muito tensa quando a encontrou diante da biblioteca para aquele encontro em que ela iria lhe entregar um envelope com o conteúdo da lista. E o senhor, então, teria dito a ela que ela ficasse tranqüila, que o senhor entregaria aquele documento ao Senador. O senhor estava se referindo ao Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, eu não estava me referindo ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Ao Senador Arruda.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O encontro que o senhor teve na biblioteca foi realizado depois de um telefonema entre o senhor e a Srª Regina?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, eu não tinha falado com ela.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Quem combinou o encontro?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – O Senador me chamou e pediu para que eu fosse ao encontro dela.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 93
24.04.2001

O SR. EDUARDO SUPLICY – Houve troca de telefonemas naquele dia e/ou no dia seguinte entre o senhor e a Srª Regina?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Com certeza, não. Agora, afirmar que uma coisa de um ano atrás... Não teria motivo nenhum para que tivesse um telefonema.

Dez meses.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O senhor se dispõe, como o fez a Srª Regina Célia, a autorizar que o Conselho de Ética possa ter o acesso aos seus telefonemas e, portanto, às linhas telefônicas que o senhor usa? O senhor autoriza o Conselho de Ética que possa fazer no período de junho para cá o...?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Senador Suplicy, o sigilo telefônico é uma coisa muito íntima da gente **(sic)**.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Isso é uma coisa que eu sabia que os Senadores iriam me perguntar. Eu não sei. Eu confesso ao senhor que não sei para quê, se estou dizendo que eu troquei várias ligações com ela e também que tive vários encontros com ela, se estou dizendo toda a verdade aqui, qual seria o objetivo de se quebrar o meu sigilo, que é uma coisa tão íntima da gente **(sic)**.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Porque, assim, quem sabe, possamos conhecer telefonemas esclarecedores para outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, aí, não é objeto de investigação, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não, relacionado ao objeto da investigação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu já disse uma vez aqui e vou repetir: o Conselho de Ética não aceita incumbência para quebrar sigilo bancário de ninguém. O Conselho de Ética pode aceitar usar o mesmo peso e a mesma medida que adotou com a Drª Regina. Se ela, de livre e espontânea vontade, requerer, que venha a cópia do requerimento dela para o Conselho de Ética. Mas autorização, para nós, Senador, não dá para ser feita.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O sentido da minha sugestão é exatamente essa ao Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias: se porventura o Conselho de Ética considerar interessante, que ele, seguindo o exemplo da Drª Regina Célia, também diga: "Não há problema algum de os senhores conhecerem as minhas ligações

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 94
24.04.2001

SENADO FEDERAL SUBSECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 1832

telefônicas. Eu coloco à disposição". É essa a pergunta: se ele autoriza. É só nesse sentido.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu não autorizaria por causa disso: razão de foro íntimo. Embora eu tenha certeza de que pode abrir o meu sigilo telefônico e bancário, eu não teria problema nenhum. Mas, por razão de foro íntimo, eu não autorizaria.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não.

O Senador José Roberto Arruda, até hoje à tarde, era do PSDB e ocupava cargo importante no PSDB aqui no Distrito Federal. Correto?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com respeito à V. Sª, também ocupa cargo importante no PSDB? Ou é filiado ao PSDB? Qual é a sua relação com o PSDB?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Atualmente, sou Secretário-Geral do PSDB do Distrito Federal.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não.

V. Sª, então, até por trabalhar tão próximo do Senador José Roberto Arruda, acompanhou, de perto, a disputa havida para o Governo do Distrito Federal. Ele era candidato ao Governo do Distrito Federal, assim como o Sr. Joaquim Roriz, que tinha como seu companheiro para o Senado o Senador Luiz Estevão. É correto?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Desculpe eu dei uma... Você podia repetir, por favor?

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Sª acompanhou de perto a eleição em que o Senador José Roberto Arruda era candidato a Governador, tendo como adversários Cristovam Buarque e Joaquim Roriz e sendo a Arlete Sampaio candidata ao Senado com Cristovam; Luiz Estevão era candidato ao Senado com Joaquim Roriz, não é verdade?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É verdade.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Na medida em que o Senador José Roberto Arruda tinha uma rivalidade, competia com o Senador Luiz Estevão, então, poderia ser que ele tivesse uma motivação forte para saber do destino político de Luiz Estevão, se ele seria ou não cassado. Seria essa uma das motivações importantes para o Senador José Roberto Arruda ter a curiosidade, saber em

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 95
24.04.2001

F.S. N.º 1833
SECRETARIA-GERAL DA MESA

profundidade qual seria o destino, se ele seria cassado ou não? Ou – agora vou criar uma nova hipótese e pedir a V. Sª para ser o mais sincero possível. Por que razão?

O Senador José Roberto Arruda era Líder do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O Presidente Fernando Henrique Cardoso teve como seus principais auxiliares ou dentre os seus principais auxiliares, no Palácio do Planalto, Eduardo Jorge Caldas Pereira, que havia sido seu assessor aqui no Senado, que, por sua vez, havia indicado para assumirem posições chaves, e o fizeram durante os primeiros quatro anos de Governo, o Dr. Guido, que havia sido Secretário-Geral da Mesa, e o Sr. Nilson Rebello, que havia sido aqui do Prodasen também.

Então, quando Luiz Estevão torna-se Senador, depois da eleição, o que acontece? Aquelas duas pessoas chaves no Palácio do Planalto tornam-se respectivamente seu Chefe de Gabinete e Assessor técnico – os Srs. Nilson e Guido -, não é verdade?

Bem, Eduardo Jorge Caldas Pereira mostrou-se bastante favorável à eleição de Luiz Estevão e um tanto simpático à eleição de Joaquim Roriz, o que causou uma certa consternação, uma certa indisposição, uma certa mágoa, pelo menos, do Senador José Roberto Arruda.

Nós gostaríamos de saber a motivação para conhecer aquela lista. Eu, inclusive, dou todo o benefício da dúvida, e aqui é até relembro que o Ministro Aloysio Nunes Ferreira e o Líder Arthur Virgílio, na Câmara dos Deputados, criticaram-me severamente por formular essa hipótese, mas eu me sinto no dever constitucional de, pelo menos aqui, perguntar. Eu, como representante do povo, tenho o dever constitucional de fiscalizar os atos do Presidente Fernando Henrique.

Então, temos diversas hipóteses: primeira hipótese, recordando: Senador José Roberto Arruda, querendo saber que o Senador Luiz Estevão, seu rival, seja efetivamente cassado. Essa é uma hipótese.

Segunda hipótese. No Palácio do Planalto, há uma certa vontade política de preservar no PMDB o Senador Luiz Estevão. Que forças estariam envolvidas e interessadas nisso? Eduardo Jorge Caldas Pereira, embora não mais no Palácio, exercia uma certa influência. Os dois principais assessores, que antes estavam no Palácio, passaram para o gabinete de Luiz Estevão e o auxiliavam para saber a tendência de cada Senador, como iria votar

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 96
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. Nº 1834

cada Senador naquele dia chave. Como V. Sª estava convivendo tão bem com o Senador José Roberto Arruda em uma situação tensa, na qual S. Exª estava interessado em saber como iria votar cada Senador, quem sabe possa nos esclarecer.

O SR. ROMEU TUMA – Desculpe-me, Senador, mas a eleição já havia passado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim, já havia passado a eleição. O Senador Luiz Estevão era Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Já era cassado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não.

O SR. ROMEU TUMA – A lista de votação era resultado da cassação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim, Senador Romeu Tuma, mas por que, afinal de contas, o Senador José Roberto Arruda, gostaria de saber como tinha votado cada Senador?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ele já disse: por curiosidade mórbida.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Bom, ele disse isso.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Foi assim que se expressou.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sei, mas imagino que o Dr. Domingos Lamoglia de Sales Dias, que com ele conversava a cada dia, que recebeu a orientação de ir à biblioteca buscar o documento, para saber das coisas, quem sabe, possa nos esclarecer melhor. Por que não o deixar falar? Gostaria que ele contasse a verdade, o que sabe.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Infelizmente, não vou poder responder. V. Exª fez uma análise política tão grande, creio que deveria perguntar ao Senador José Roberto Arruda, que vai estar na Comissão de Ética. Não tenho condição de responder.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Sª é amigo do Senador José Roberto Arruda há 15 anos. Em nenhum momento, V. Sª comentou sobre o porquê de uma missão tão importante para a qual foi encarregado. Afinal de contas, o encontro com a Drª Regina era fundamental, está causando toda essa celeuma no Brasil, aqui no Senado. Estamos querendo saber a razão daquele encontro. V. Sª, uma pessoa da confiança maior do Senador José Roberto Arruda, seu amigo há 15 anos, pode ter tido uma explicação para aquela difícil missão: encontrar-se com a Srª Regina Célia para

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 97
24.04.2001

pegar um documento que, depois, foi levado ao então Presidente, Antonio Carlos Magalhães.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Já disse a V. Exª que não terei condições.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ou seja, o Senador José Roberto Arruda nunca comentou com V. Sª a razão pela qual foi incumbido de buscar aquela lista.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Com certeza não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não comentou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira fazer perguntas, agradeço a presença do Dr. Domingos. Dispenso S. Sª e peço à secretária que convide o próximo depoente, o Sr. Heitor Ledur.(Pausa)

S. Heitor, muita satisfação em tê-lo aqui conosco. O senhor sabe por que está aqui. A noite já vai chegando às vinte e duas horas, e peço ao senhor para começar o jogo, começar a dar as explicações sobre o fato que V. Exª conhece muito bem e que dele participou. Que grau da sua participação, que jeito o senhor participou.

O SR. HEITOR LEDUR – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, tenha bondade. Por gentileza!

O SR. HEITOR LEDUR – Bom!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é a função que o senhor exerce no Senado, lá no Prodasen...?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu, na verdade, sou operador do painel eletrônico já há 18 anos. Acho que tenho muito pouca coisa a acrescentar ao que já foi explicado pela Drª Regina.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Oito anos?

O SR. HEITOR LEDUR – Dezoito. Dezoito anos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O painel eletrônico existe já há 18 anos?

O SR. HEITOR LEDUR – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas o sistema de votação eletrônica?

O SR. HEITOR LEDUR – Não esse aqui. Não esse aqui. Havia um painel diferente e talvez alguns Senadores mais antigos tenham conhecimento de como ele era. Ele era muito diferente

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 98
24.04.2001

FLS. N.º 1836

desse atual. Esse aqui já é a evolução, vamos dizer assim, entre aquele processo antigo, que era eletrônico, também era eletrônico, era um computador também, mas esse aqui é bem mais recente.

Mas, então, já sou desde esse período, e, ao que já foi dito pela Drª Regina, tenho muito pouco a acrescentar. Que, realmente, naquela noite, do dia 27, ela me procurou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor estava onde, quando ela o procurou?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu estava na minha casa. Eu estava chegando. Eu estava na Festa dos Estados. Vinha chegando, já era por volta de onze horas, onze e pouco da noite, e, logo em seguida, depois logo que cheguei, pouco tempo depois, aí a Drª Regina chegou à minha casa. Pediu, inclusive, que eu descesse, porque ela queria conversar embaixo do bloco. Inclusive perguntei se ela não queria subir para o meu apartamento, porque era um fato, assim, inédito na minha vida de funcionário: uma diretora do Prodasen me procurar na minha casa, porque sou operador. Então, quer dizer, meu nível hierárquico, vamos dizer assim, é bastante baixo, não é? E ter sido procurado pela Diretora realmente me estranhou bastante, porque eu sabia que havia alguma coisa muito grave.

E, realmente, quando encontrei com a Drª Regina, o estado nervoso dela, o nervosismo dela era visível. Ela estava muito angustiada, muito nervosa, e, então, começou a me perguntar, a me questionar algumas coisas: se, dentro da operação normal do sistema, haveria a possibilidade de se verificar, de se saber, ou...?

Eu falei: "Não é possível. É impossível ao operador, em qualquer etapa do processo de votação, ver ou influir. Não é possível ao operador fazer qualquer coisa." Na verdade, o processo, vamos dizer, da operação em si é quase que automático. A influência do operador durante a votação é muito pequena.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual é a influência, embora pequena?

O SR. HEITOR LEDUR – Embora pequena, é preparar o item da pauta, colocá-lo na seqüência em que as matérias vão ser votadas, por isso que temos aquela ordem do dia. Então aquela matéria é preparada. Eventualmente, alguma matéria, por exemplo, há uma inversão de pauta, então o Item nº3 passa a ser o 1. Esses são os comandos que o operador em si faz. Verificar, no momento, no caso também que é quem está ocupando a Presidência, porque

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 99
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. N.º 1837 SECRETARIA-GERAL DA MESA

o Presidente, ao registrar a sua senha naquela cadeira, fica impossibilitado de votar, certo? Então, o próprio sistema já faz isso. Quando o Presidente está ocupando a cadeira da Presidência, se ele entrar com a senha dele num outro terminal, que é o terminal do Senador, aparecerá a mensagem de que "a senha é inválida", porque, na verdade, ele já está preso àquela cadeira da Presidência.

Então, esse controle tem que ser feito, até porque o Presidente, durante uma votação nominal, não pode votar, a não ser em caso de empate. E aí o próprio sistema já libera isso. Quando há o caso de empate, o próprio sistema já exige, já pede que o Presidente faça o voto de desempate. Então, nessa operação em si, durante o processo, a interferência do operador é muito pequena.

E eventualmente há uma matéria em que entra a questão de uma emenda, um requerimento que entre durante o processo, que não esteja previsto na Ordem do Dia. Essa, na verdade, é a nossa função.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas aí o senhor desceu, ela estava nervosa e aí?

O SR. HEITOR LEDUR – Ela então me consultou se havia essa possibilidade. Eu disse que era impossível, que o operador não poderia, de maneira alguma, interferir nesse processo. Então, ela me contou a história de que precisava, de que ela tinha uma ordem, um pedido - não sei dizer exatamente as palavras que ela usou - que era quase uma exigência de que os votos fossem conhecidos.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ela se referiu ao Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. HEITOR LEDUR – Sim, senhor. Ela disse que era uma ordem que tinha vindo diretamente da Presidência do Senado. E eu disse que, infelizmente, naquela minha condição, eu não poderia ajudar muito, porque eu não sei programar, não faz parte do meu trabalho, não conheço isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor deu algum conselho a ela?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu disse que deveriam chamar o Nóbrega, que era o gestor de contrato e tinha participado da parte de evolução do sistema, porque, um ano antes, ele tinha dado muitos problemas, ou seja, quanto à parte técnica, o sistema era

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 100
24.04.2001

FLS. Nº 1838

muito instável. E nós fizemos as alterações necessárias para manter o sistema mais estável, porque ele constantemente caía e se perdiam informações. Não sei se já foi falado, mas o problema é que aquele carpete no plenário era novo e produzia uma eletricidade estática muito elevada. Alguns Senadores chegavam a levar choque, porque arrastavam às vezes o sapato no carpete. E isso tudo estava influenciando na segurança da máquina em si, na estabilidade do sistema.

Então, na verdade foi isso. Ela me pediu, nós ligamos para o Nóbrega e ficamos aguardando a chegada dele.

O SR. PEDRO SIMON – Vocês estavam conversando no térreo do seu apartamento?

O SR. HEITOR LEDUR – Exatamente, no estacionamento embaixo do meu bloco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o Sr. Nóbrega chegou?

O SR. HEITOR LEDUR – O Nóbrega chegou. Demorou um pouco.

O SR. PEDRO SIMON – Vocês o chamaram pelo telefone para que ele viesse ao seu apartamento?

O SR. HEITOR LEDUR – Sim, chamamos pelo telefone. Eu não me lembro se fui eu que liguei ou se foi outra pessoa, mas sei que ligamos. O Nóbrega tem um sistema de BIP, e nós o acionamos. Ele demorou um pouco para chegar, porque acho que ele já estava dormindo - não sei. E dali ficou resolvido que ia ser feita uma alteração de programa, que seria necessário fazer uma alteração de programa.

Então, o Ivar, a Drª Regina e o Nóbrega foram para o Prodasen ou não sei para onde, e eu fui dormir, porque eu precisava estar aqui já no outro dia de manhã cedo, justamente para checar o equipamento. Eu ia fazer a operação do sistema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas foi ali que nasceu a idéia de procurar o Sr. Gazolla?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu não posso dizer ao senhor com absoluta certeza se foi ali que foi resolvido. Sabíamos ali que nós mesmos, o Ivar não teria ... O programa é muito complexo. Ele é muito grande. Ele tem muitas rotinas. Não é uma coisa que se possa fazer num espaço de tempo muito curto.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 101
24.04.2001

Acredito que o Ivar, o próprio Nóbrega, não sei, se tivesse um mês analisando um programa dessa complexidade, seria possível, mas, numa questão de horas, é muito complicada.

Não sei programar, mas sei o tamanho da complexidade das coisas que envolvem o sistema.

A SRª. MARINA SILVA – Não sabe dimensionar.

O SR. HEITOR LEDUR – Não sei dimensionar essas coisas, mas, já no viver isso, participar da instalação dele, ver os problemas que surgiram durante essas fases, os problemas que nós enfrentamos, o número de pessoas que trabalharam, porque eu até posso comparar isso a uma cirurgia. Antigamente, bastava um cirurgião para fazer uma cirurgia. Hoje, tem uma equipe, porque cada um tem que cuidar de uma determinada parte.

A coisa se tornou tão complexa nesses assuntos...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas aí o senhor foi dormir? Conseguiu dormir?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor veio para o Prodasen ou para o Senado a que horas?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu estava muito nervoso. Não consegui dormir.realmente. Não sei precisar exatamente a hora. Sei que levantei bastante cedo, tomei um banho, tentando relaxar.

A SRª MARINA SILVA – O senhor estava nervoso porque tinha a clareza de que estava sendo praticado uma ilicitude?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu tinha conhecimento de que acontecia alguma coisa. Eu tinha o conhecimento de que havia essa intenção e, inclusive, passou muito pela minha cabeça...

O SR. PEDRO SIMON – O que a Diretora disse para o senhor? Que a operação seria o quê?

O SR. HEITOR LEDUR – Que precisava se tomar conhecimento dos votos. Que era necessário, que precisava ter conhecimento dos votos dos Senadores.

Esse era ...

O SR. PEDRO SIMON – O que **(inaudível)**

O SR. HEITOR LEDUR – Não. Quanto a isso, ninguém sabe. Qual o objetivo, qual a finalidade, vamos dizer assim, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, aí, o senhor chegou ao Senado e o que o senhor encontrou quando chegou aqui? Depois do banho, etc.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 102
24.04.2001

FLS. N.º 1340
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. HEITOR LEDUR – Eu cheguei um pouco mais cedo, cheguei talvez, não sei, um pouco antes das seis horas da manhã, por volta disso daí, um horário, mais ou menos, aí. Eu estacionei no Prodasen e vim diretamente ao plenário.

Até estranhei, no caso, porque o plenário estava todo cercado, estava todo fechado. Havia seguranças do lado de fora, eu voltei para o Prodasen. Não pude entrar, o plenário estava isolado, e eu fiquei no Prodasen, na porta do Prodasen, aguardando alguma coisa, que alguém chegasse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E quem é que chegou?

O SR. HEITOR LEDUR – Até a hora que eu saí, ninguém chegou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No Prodasen?

O SR. HEITOR LEDUR – É, no Prodasen. Talvez tenha entrado algum outro funcionário.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas, digo, o senhor ficou no Prodasen?

O SR. HEITOR LEDUR – Na porta do Prodasen.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E depois?

O SR. HEITOR LEDUR – Depois voltei ao plenário. Voltei ao plenário, acredito, entre seis e meia e sete horas da manhã. Não sei exatamente esse horário. Fiquei um pouco ali na porta do Prodasen e retornei ao plenário. Aí chegou uma pessoa da segurança, me identifiquei e disse que eu ia operar o sistema e que eu, inclusive, precisava entrar, porque é uma praxe nossa, normalmente, todos os dias, nós fazemos um teste no equipamento. Eu preciso verificar, porque o painel em si, o sistema é cheio de pontos. Eu tenho um painel eletrônico. Eu tenho vários computadores. Eu tenho uma impressora. Eu preciso fazer um cheque que todos esses equipamentos estão se comunicando entre si.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Isso o senhor faz bem?

O SR. HEITOR LEDUR – Isso eu faço todos os dias.

A SRª MARINA SILVA – O senhor tem conhecimento de um botão chamado "macetoso", que é utilizado para fazer a votação pelos Senadores ou para registrar presença?

O SR. HEITOR LEDUR – Não. Existe um botão, que, parece, li inclusive na **Veja**, estão apelidando esse botão de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 103
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. Nº 1841 SECRETARIA-GERAL DA MESA

"macetoso". Na verdade, não permite que um operador vote. Isso é impossível.

A SRª MARINA SILVA – Mas isso consta do relatório da Unicamp, inclusive com o esquema de como vota.

O SR. HEITOR LEDUR – Não. Não, ele não pode votar. Agora, ali, há um controle...

A SRª MARINA SILVA – Ele não pode por razões técnicas ou por razões éticas?

O SR. HEITOR LEDUR – Ele não pode por razões técnicas. A operação não pode.

A SRª MARINA SILVA – Não é isso que diz o relatório da Unicamp; eles dizem que pode.

O SR. HEITOR LEDUR – Não, é impossível. Posso provar isso **in loco**.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Mas freqüência pode?

O SR. HEITOR LEDUR – Tenho um controle sobre a freqüência. Isso eu tenho.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O macetoso?

O SR. HEITOR LEDUR – O botão macetoso existe.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pode ser usado para freqüência?

O SR. HEITOR LEDUR – Pode ser usado.

O SR. PEDRO SIMON – Mas é isso que S. Exª está perguntando.

O SR. HEITOR LEDUR – Para votar, não. Há uma situação bem diferente.

O SR. PEDRO SIMON – A Senadora Marina Silva está falando para a freqüência.

A SRª MARINA SILVA – E para a freqüência, pode?

O SR. HEITOR LEDUR – Para a freqüência, eu tenho um controle. Exatamente. Existe uma opção, porque posso até... Como foi feita essa transição no painel eletrônico, na época em que foi montado, posso até fazer uma pequena analogia do porquê desse controle sobre a freqüência.

A SRª MARINA SILVA – E por quê?

O SR. HEITOR LEDUR – É o seguinte: no painel eletrônico, a presença dos Srs. Senadores é aberta em torno de oito horas da manhã e só é encerrada às vinte horas ou às vinte horas e trinta minutos. Praticamente, em média, 12 horas, durante o dia, esse arquivo de presenças fica em aberto, está certo?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 104
24.04.2001

Farei uma pequena analogia para poder explicar um pouco melhor o que acontece. Em um computador normal, doméstico, quando uma pessoa está trabalhando em um documento **Word**, digitando um documento muito extenso, e acontece, no meio daquela documentação, uma falta de energia elétrica, por exemplo, geralmente se perde o que se estava fazendo ou uma parte; às vezes, não se perde tudo, porque os programas mais modernos já têm alguns recursos que evitam esse problema.

Esse nosso sistema, quando foi implantado, apresentava esse gravíssimo problema, por permanecer ligado durante doze horas e pela falta de energia, às vezes, que era bastante freqüente – aconteciam muito no plenário esses piques de energia. Então, há uma presença registrada no período da manhã, que ocorria por volta de meio dia ou uma hora da tarde. Ocorria uma queda de energia, e todas aquelas presenças que já tinham sido registradas eram completamente perdidas.

Uma vez, faltando cerca de dez minutos para começar a sessão, houve uma queda de energia. Havia, na época, não me lembro perfeitamente bem disso, em torno de 25 ou 23 nomes no painel, faltando dez minutos para começar a sessão. Quando esse painel retornou, entrou zero; zero presenças.

Explicarei isso. A sessão, inclusive, não pode começar, porque não há número suficiente. Desde o início, existe esse outro controle, um controle manual feito pelo Sr. Jataci – V. Ex^as^ devem conhecê-lo –, um dos funcionários que faz a anotação manual, justamente para evitar, ocorrendo esse fato, ao longo dessas doze horas, por qualquer motivo, que o painel perca essas informações. O Sr. Jataci, com a sua anotação manual, dá-nos condições de recompor o painel.

O SR. PAULO SOUTO – E para isso é preciso saber a senha, registrar a senha?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não se precisa da senha. Nesse caso, não. Não se precisa da senha, não. Esse botão foi colocado, desde a primeira versão do sistema, tanto que fica escondido, porque não é para uma pessoa qualquer chegar lá e olhá-lo; ele não está visível – vamos dizer assim –, ele é mascarado. Na verdade, a melhor expressão seria essa. Ele é um pouco mais camuflado, justamente por ser um recurso que possuímos nessa hipótese.

O SR. ROMEU TUMA – Macetoso e de máscara, é difícil?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 105
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. HEITOR LEDUR – Em hipótese nenhuma; posso provar isso. Podemos ir ao painel a qualquer momento. O operador não pode e não tem condições de influir no voto.

A SRª MARINA SILVA – Mas, na presença, pode?

O SR. HEITOR LEDUR – Na presença, nesses casos, pode. Posso inclusive mostrar para V. Exª.

O SR. ROMEU TUMA – Suponhamos que ele queira acrescentar a presença de alguém. Caiu o painel, havia 23 nomes, V. Sª recupera os 23 nomes e quer acrescentar mais dois ou três. Pode?

O SR. HEITOR LEDUR – É possível...

O SR. ROMEU TUMA – É isso que V. Sª quer saber, não é?

A SRª MARINA SILVA – É possível. O que me causou uma certa indignação é que, estranhamente – não citarei nome de ninguém –, existem pessoas que raramente são vistas participando das sessões. O jornal **Folha de S. Paulo** tem um levantamento que faz todos os anos da freqüência dos Senadores. Então, aparece determinado número de presentes nas comissões, no Plenário etc e é realizada uma avaliação do desempenho das pessoas.

Verifico que existem pessoas que, embora não estejam presentes nem na comissão nem no Plenário, aparecem com 100% de presença. Isso é papel desse "Mister M" macetoso de máscara?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, Excelência, porque, no fim do dia, quando é feita a listagem da presença, ela é entregue para a Ata e comparada com a anotação manual, que é independente – a pessoa não está ali, está fora.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – E se houver discordância? O que vale é a anotação manual ou é a outra listagem?

O SR. HEITOR LEDUR – Nesse caso, não sei que critério é adotado. Inclusive, quanto ao painel, no fim de cada dia, quando é encerrada a lista de presença, às 20h ou 20h30m, tiro duas listas – uma com o nome dos presentes e outra com os presentes mais os ausentes. São essas as duas únicas listas que entrego e que são encaminhadas à Ata.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Aproveito apenas para fazer uma pergunta.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ressalto somente que essa informação que o Dr. Heitor está prestando... É importante para refazer uma imagem que ficou horrível aqui, de que o

FLS. 1844

operador poderia votar com o botão macetoso. Isso decididamente não é verdade.

O SR. HEITOR LEDUR – Não sei, mas, se a Comissão desejar ir ao Plenário e verificar **in loco** na máquina, perceberá que é impossível ao operador realizar tal tarefa. Essa não é possível. Não tem jeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Farei apenas algumas perguntas que já foram feitas. Mas, como V. Sª tem conhecimento do funcionamento do sistema, é importante que elas sejam confirmadas ou não por V. Sª. É fato que existe no Plenário uma lista de Senadores e suas senhas?

O SR. HEITOR LEDUR – Existe uma lista de Senadores com senhas.

A SRª MARINA SILVA – Quem emite essa lista?

O SR. HEITOR LEDUR – Essa lista é emitida por nós, operadores, e entregue ao Secretário-Geral da Mesa.

A SRª MARINA SILVA – Essa lista é emitida a cada sessão do Senado?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, Excelência. Só é feita uma nova emissão quando há uma substituição de Senadores em que existe a alteração de algum fato nessa lista. Não há uma periodicidade para isso.

A SRª MARINA SILVA – No dia da cassação do Senador Luiz Estevão, foi emitida uma lista?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, Excelência.

A SRª MARINA SILVA – Muito obrigada.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, peço a palavra para fazer uma pergunta muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Quando se pede um relatório de votação, é V. Sª quem o emite?

O SR. HEITOR LEDUR —Só retiro um relatório. Há um pequeno detalhe no particular. Como eu estava fazendo referência no início, o sistema é quase automático. A influência do operador no processo de votação é muito pequena. Quando o Presidente encerra a votação pelos comandos que ele tem na mesa, no teclado, automaticamente, sem comando nenhum do operador –

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 107
24.04.2001

nem para retardar nem para acelerar –, o sistema emite um relatório. Esse é automático.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sem precisar de comando?

O SR. HEITOR LEDUR – Sem precisar de outro comando. Inclusive, se faltar papel na máquina, é capaz de o sistema cair por falta dessa impressão. O sistema foi construído de tal maneira, que esse relatório obrigatoriamente tem de ser emitido. A partir daí, é possível pegar uma cópia de uma votação. A partir daí, o operador pode... inclusive eu posso pegar uma votação que ocorreu há um mês.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – E essa lista sempre obedece a um padrão?

O SR. HEITOR LEDUR – Sim, sim, sim. Votação nominal.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Quer dizer, quem vota "sim", tem escrito "sim". Quem vota "não", tem escrito "não"?

O SR. HEITOR LEDUR – Quando é nominal, quando é nominal.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Quando é nominal.

O SR. HEITOR LEDUR – Quando é nominal.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – É esse padrão?

O SR. HEITOR LEDUR – Exato. É esse aí, esse padrão aí. Ele tem esse formato, essas linhas, esses...timbres.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Vamos supor que um abelhudo terminasse uma votação secreta e quisesse tirar um relatório. O sistema não funciona? Não há meio de ele emitir isso?

O SR. HEITOR LEDUR – Não. Há...há possibilidade de tirar o relatório, sim.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Nesse caso, houve toda uma montagem, alteraram o programa, meteram um disquete, tiraram o disquete. A minha pergunta é a seguinte: terminou a votação secreta. Seria possível chegar lá e emitir um relatório de quem votou, quem não votou?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não, não, não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Não.

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não, não..

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – É definitivamente impossível?

O SR. HEITOR LEDUR – Definitivamente, não. Eu tenho lá dentro do painel hoje... eu tenho votações de dois anos atrás ou três anos. Não sei qual foi a última vez que foi feita uma limpeza da base de dados. Mas há votações de anos atrás. Eu posso pegar

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 108
24.04.2001

uma votação que ocorreu há – sei lá, vamos imaginar – dois meses, ela vai sair uma lista igualzinha àquela que vai para o envelope que é lacrado, com o cabeçalho, timbre, com a lista dos nomes.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Dos que estavam presentes?

O SR. HEITOR LEDUR – Dos que votaram, tá? No caso da secreta, sem a qualidade do voto – vamos dizer assim. Então, aparece a lista das pessoas que votaram, sem a qualidade do voto. Isso aí existe. É possível tirar em qualquer época.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Mas não com...

O SR. HEITOR LEDUR – Mas não... com a qualidade, não. Só nas nominais. As nominais são perfeitamente... Então, está lá o voto e a qualidade do voto.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Dr. Heitor, na votação nominal, que não é secreta, o Senador vota "sim", "não" e aparece no monitorzinho ali: votou "sim", votou "não". Então, se, por acaso, ele se enganou, ele sabe que se enganou e tem como corrigir. Mas, na votação secreta, não aparece isso. Aparece "votou".

O SR. HEITOR LEDUR – É. Não. Aparece "votou", porque...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Voto registrado. Então, se ele se enganou, ele não sabe que se enganou.

O SR. HEITOR LEDUR – Não sabe. Ele não sabe qual foi o engano. Ali, na verdade, o painel está substituindo o "sim" por "votou". Voto registrado, uma coisa assim. Eu não lembro perfeitamente.

O SR. ROBERTO SATURNINO – É. Voto registrado.

O SR. HEITOR LEDUR – E só... e só existe que ocorreu isso. Ela dá essa mensagem do retorno, mas ele não... Nós nos preocupamos, na época em que foi feito, com o problema de a televisão poder dar um...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Uma focalizada ali.

O SR. HEITOR LEDUR – ... uma focalizada ali em cima. Então, se viesse resposta – votou "sim" – ou se fosse uma indicação – vamos dizer – luminosa também, sei lá, uma luzinha vermelha, uma amarela, enfim. Aí, a televisão, o fotógrafo poderia registrar. Então, na questão da votação secreta, foi essa a intenção. Realmente, falou-se muito da questão – como é que o Senador vai ter certeza do que ele votou. Na verdade, nesse caso, ou ele tem que repetir o voto para ter certeza, ou...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 109
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

A SR.ª MARINA SILVA – Sr. Heitor, o senhor foi a primeira pessoa a depor na Comissão interna do inquérito em que está sendo investigado internamente o Senado?

O SR. HEITOR LEDUR – Se eu fui a primeira pessoa?

A SR.ª MARINA SILVA – Sim.

O SR. HEITOR LEDUR – Não... não tenho certeza. Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – A que o Dr. Dirceu preside.

O SR. HEITOR LEDUR – Não tenho... não tenho certeza, não tenho certeza.

A SR.ª MARINA SILVA – Não tem certeza?

O SR. HEITOR LEDUR – Não tenho certeza. Eu não sei, porque eu não... quem tinha ido, quem não tinha.

A SR.ª MARINA SILVA – O senhor foi, mais ou menos, o pivô de desencadear um processo de falar a verdade, porque, até então, as pessoas estavam negando peremptoriamente que não tinham nenhum tipo de envolvimento. A partir do seu depoimento foi que a Dr.ª Regina e outros passaram a dizer a verdade. Quais foram as motivações para que o senhor dissesse essa verdade, quando estava sendo inquirido, se, desde o início, o senhor sabia que estava sendo praticado um ilícito? Quando foi perguntado, o senhor foi o primeiro a declinar e a falar a verdade. Quais foram as suas motivações?

O SR. HEITOR LEDUR – Na verdade, os meus depoimentos anteriores, na verdade, acho que foram um instinto de defesa. Eu, na verdade, só vim confessar no terceiro, tá certo? O que me motivou a fazer era uma coisa que eu já sabia que poderia acontecer comigo. Por isso eu não contei para nenhum dos meus companheiros, nenhum deles, eu carreguei essa cruz comigo, sozinho. Na verdade, quando me foi apresentado o laudo, passo a passo...

O SR. PEDRO SIMON – Laudo da universidade?

O SR. HEITOR LEDUR – Da Universidade de Campinas, passo a passo, certo?

O SR. PAULO SOUTO - Estou no meio do seu terceiro depoimento aqui.

O SR. HEITOR LEDUR – Somente no terceiro depoimento. Toda aquela operação que foi feita de troca de programa, de tirar a

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 110
24.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. Nº 1848

lista e de repor de volta o programa, poderia ter sido feito sem a minha senha, certo? Isso poderia ter sido feito.

O SR. PEDRO SIMON – Como é que apareceu a sua senha?

O SR. HEITOR LEDUR – Ali, para se ligar o painel, são necessárias duas senhas, duas. A primeira senha, ela só permite que eu ligue os computadores, e esta senha, ela é geral, comum a todos os operadores; todos eles usam a mesma senha para fazer... só ligar o painel, só ligar os computadores - essa é a primeira senha. Nesse período em que o painel... o computador é ligado, que esta senha geral entra, é que foi feita a troca do programa. Agora, quando o programa específico de votação é rodado, quando a pessoa aciona ele - clico lá com o botãozinho do **mouse** sobre o iconezinho dele -, aí ele me pede uma senha para poder rodar o programa. Aí, sim, entra a senha pessoal de cada operador, certo? A partir desse instante, a senha do operador é a que fica valendo, porque a primeira, comum, já está ativada - aí entra a segunda senha. A partir daí, tudo o que acontece dentro do computador é feito em nome daquele operador que entrou com aquela senha. No caso, fui eu. Poderia ter sido qualquer outro operador, inocentemente, se ele não tivesse conhecimento. Ele estaria aqui explicando o que era inexplicável para ele, porque ele não saberia o que estava acontecendo. Então, a segunda senha pessoal, que a revista **Veja**, não sei como, publicou, essa segunda senha, ela é pessoal, ela é minha. Entendeu? Mas a senha anterior que permitiu fazer todas as operações de troca de programa, de extrair a lista, repor o programa, ela independia da senha do operador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - E que senha era essa?

O SR. HEITOR LEDUR – A senha inicial?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Que permitiu tudo antes?

O SR. HEITOR LEDUR – Essa aí...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, não é para o senhor declarar aqui, mas é a senha de quem?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, essa senha, ela é geral, ela foi fornecida pelo fabricante.

O SR. PEDRO SIMON – É uma só para todos?

O SR. HEITOR LEDUR – É uma só.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 111
24.04.2001

FLS. Nº 1849

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual foi a senha do teste, para ver se estava de acordo com o serviço que o Gazolla fez?

O SR. HEITOR LEDUR – Aí não foi uma senha... não, foi uma senha de teste, aí já era a senha do operador, porque aí foi um teste dentro do programa de votação. É o teste que eu faço todos os dias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então foi a sua senha?

O SR. HEITOR LEDUR – Foi a minha senha.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Mas o teste da votação não precisa ser a senha de um Senador não?

O SR. HEITOR LEDUR – Precisa. Eu preciso, na verdade...

O SR. ROBERTO SATURNINO - ... você precisa usar a senha de um Senador.

O SR. HEITOR LEDUR – Eu preciso, porque existe uma proteção no teclado do Presidente, tá? Há uma particularidade: aquele teclado do Presidente, todos os comandos das votações estão ali.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sei.

O SR. HEITOR LEDUR – Acontece que, durante o dia, como o painel fica ligado essas doze horas, nesse período da manhã, por exemplo, é feita a limpeza, entram as pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª só fez um teste com a senha só de um Senador, ou fez mais?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não, ele faz o teste sempre, né?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, eu faço todos os dias...

O SR. ROMEU TUMA – Mas no programa modificado, né? O senhor fez um teste no programa...

O SR. HEITOR LEDUR – Fiz um teste no programa modificado, mas, independente de ter sido naquele, eu faço diariamente.

O SR. ROMEU TUMA – Mas o que eu quero esclarecer é o fato. No dia, depois da mudança do sistema para poder registrar a lista e tirar a operação do xis sobre o voto, o senhor fez um teste.

O SR. HEITOR LEDUR – É, eu fiz um teste, mas...

O SR. ROMEU TUMA – E usou a senha de um Senador, para ver se o voto registrava?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 112
24.04.2001

O SR. HEITOR LEDUR – Para poder fazer esse teste eu sou obrigado a usar uma senha de Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Então, não precisa falar o nome, porque eu acho que é desnecessário.

O SR. ROBERTO SATURNINO – E o senhor usa em qualquer um, não tem...

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não, não, aí não. Aí eu tenho uma opçãozinha, uma janelinha, em que eu pego, por exemplo, eu... eu... os Senadores estão lá em ordem alfabética, eu escolho um daqueles nomes...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Tudo bem! Tudo bem!

O SR. HEITOR LEDUR - ... só para poder fazer aquele teste.

O SR. ROBERTO SATURNINO - Está bem. Obrigado.

O SR. HEITOR LEDUR – Então, o que eu queria era explicar a questão do problema da senha do Senador no terminal do Presidente. O painel fica ligado essas 12 horas. Se o pessoal da limpeza esbarrasse num botão daqueles, poderia também derrubar o sistema. Então, o terminal do Presidente só funciona se tiver um Presidente nomeado. A partir daí, liberam-se aqueles botões. Não posso fazer um teste no painel eletrônico sem que haja um Senador nomeado para aquela cadeira. Não posso testar se o cronômetro está funcionando, não posso testar se a impressora está emitindo o relatório, não posso testar se o computador está enviando e recebendo informações como essa informação. O senhor digita a sua senha, ele retorna o nome do Senador e diz "presença registrada".

Enfim, eu preciso testar essa comunicação, senão corro o risco de o Presidente abrir uma votação e o sistema "travar", como chamamos, estar preso por causa de algum desses equipamentos que não esteja perfeitamente sintonizado com todo o conjunto.

Eu acho que essa é a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, quem está fazendo perguntas? É a Senadora Marina Silva?

A SRª MARINA SILVA – Quero somente concluir, dizendo o seguinte: o senhor está com o Senador, de posse da senha; o senhor pode, suponhamos, mudar o resultado de um voto, correto?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, senhora.

A SRª MARINA SILVA – Tecnicamente pode, porque, se o senhor tem o conhecimento... Não estou aqui acusando o senhor, estou querendo entender.

Suponhamos que estamos aqui, nós dois, e eu fiz o meu voto. O senhor é conhecedor da minha senha em minha bancada, por exemplo, e o senhor pode fazer a mudança se quiser, é claro.

O SR. HEITOR LEDUR – Não, senhora.

A SRª MARINA SILVA – Tecnicamente não pode?

O SR. HEITOR LEDUR – Não. Pela operação, não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não, ela está falando na bancada.

O SR. HEITOR LEDUR – Ah! Outro Senador na bancada teria que estar dentro do plenário, ao seu lado.

A SRª MARINA SILVA – Exato. O senhor pode?

O SR. HEITOR LEDUR – Posso. Qualquer pessoa que conhece a sua senha, independentemente de ser o operador, qualquer outra pessoa, um assessor poderia fazer isso com o conhecimento da senha.

A SRª MARINA SILVA – Estou insistindo assim porque isso me assusta bastante. É que, quanto a esse botão superpoderoso, o relatório da Unicamp diz que ele é acionado para as opções comparecimento, votação e **quorum**. Segundo o relatório - e há até o esquema todo de como se procede, de como funciona –, o técnico pode operar esse botão para comparecimento, votação e **quorum**. Logo, o limite dessa interferência não é puramente técnico, é um limite ético!

O SR. HEITOR LEDUR – Posso explicar essa questão. Isso não se refere a votação. Essas três opções não se referem a votações. Darei uma explicação um pouco mais alongada desse aspecto. Acontece o seguinte: a presença é aberta no período da manhã, às 8 h. Um Senador pode vir ao plenário e registrar a presença. Para registrar a presença, o Senador não precisa votar, basta introduzir a senha. E esse Senador pode sair. Ele pode ir ao Ministério da Agricultura para uma reunião, por exemplo, e entrar no período da tarde. E vai haver uma votação. Pode acontecer de um Senador não ter registrado a presença até aquele momento, ou seja, até aquele momento o nome dele não consta no painel, mas ele entra no plenário na hora da votação. Ao registrar a senha, automaticamente, o nome daquele Senador vai para a lista de presença e ele passa a ganhar uma presença. Tanto é que - não sei se os senhores já observaram -, quando o painel está exibindo o total de 54 Senadores, por exemplo, o Presidente encerra a lista de presença, faz-se uma votação e, quando ele retorna à lista, às

FLS Nº 1852

vezes a lista retorna 58 Srs. Senadores. Isso ocorre porque alguns daqueles Srs. Senadores que durante a votação, registraram o voto. Então, se eu, o operador, desmarcar essas opções, eu posso dizer para o computador fazer o seguinte: que o nome de um Senador que vote não vá para a lista. Essa é uma opção que o sistema oferece. Então, um Senador está presente na lista de presença, o outro Senador que não está presente mas vota, se eu desmarcar essa opção, ou lista, ou votação, ou **quorum**, que é uma outra opção que o painel oferece, esse nome não vai para a lista. Então, essa é uma outra opção que nós temos. Se o Senado, por exemplo, definir que somente valem as presenças dos Senadores que forem registradas em votação, pode haver essa hipótese. A presença do Senador só vale se for em votação. Então, ao emitir o relatório, vai aparecer uma marca em que fase o Senador efetuou o registro, se foi durante só o comparecimento, se foi no comparecimento mais na votação, ou se foi no comparecimento, na votação ou numa verificação de **quorum** qualquer que possa ter sido realizada durante...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu creio que está entendido.

O SR. HEITOR LEDUR – Eu acho que é a explicação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Paulo Souto, suas perguntas, por gentileza.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Heitor, o senhor fez três depoimentos na Comissão de Inquérito, e no terceiro foi que o senhor revelou. O senhor acha que foi chamado no terceiro porque quando veio o relatório da Unicamp tinha a sua senha? Por isso que eles o chamaram?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu acredito que sim. Eu não sei qual, mas eu acredito que sim.

O SR. PAULO SOUTO – O senhor já tinha feito dois depoimentos, tinham ficado satisfeitos, etc., e o chamaram novamente. O senhor desconfiou quando o chamaram novamente?

O SR. HEITOR LEDUR – Sim, porque eu sabia que a operação tinha sido com a minha senha. A minha senha era a "bola da vez", então, infelizmente... Nesse caso, praticamente, para mim, era evidente essa questão. Eu não acho que...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então o senhor era a "bola da vez". (risos)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 115
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1853

O SR. HEITOR LEDUR – É, porque, na verdade, até completando a resposta da Senadora Marina Silva, o que me motivou? A culpa estava toda em mim, porque o relatório da Unicamp apresentava que houve uma mudança, e diz logo em seguida: entrou a senha. De quem? A minha. Ao final do dia, qual foi a senha que encerrou? Foi a minha. Foram extraídos os dados. Enfim, no dia seguinte, qual foi a senha que entrou? Foi a minha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, o senhor não tinha saída. É isso?

O SR. HEITOR LEDUR – O relatório mostrou isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Que o senhor não tinha saída, e por isso é que o senhor falou.

O SR. HEITOR LEDUR – O culpado único e exclusivo seria eu.

O SR. PAULO SOUTO – Quando o senhor foi chamado pela terceira vez, o senhor avisou algumas daquelas pessoas que tinham participado desse processo juntamente com o senhor que iria depor novamente?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não. Acho que não. Porque foi muito rápido; eu fui chamado de manhã. Não sei. Não tenho certeza.

O SR. PAULO SOUTO – Não sei se isso, eventualmente, pode servir para algo, mas me pareceu um pouco complicada a descrição sobre a entrada aqui de manhã. A não ser que eu tenha lido rapidamente e tenha me enganado, o senhor chegou, não conseguiu entrar e, depois, o Ivar disse: "Não, agora o senhor já pode entrar". No entanto, quando ele quis entrar, o senhor é que deu a ordem. Inicialmente o senhor não entrou, e o Dr. Ivar conseguiu, de alguma forma, que o senhor entrasse. Depois, quando ele quis entrar, foi o senhor que autorizou a entrada dele, porque ele não conseguiu entrar. Foi isso?

O SR. HEITOR LEDUR – Não. Eu vim aqui ao plenário e não pude entrar. Voltei ao Prodasen e fiquei aguardando. Eu não sei se nesse intervalo eu liguei para o Ivar.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Não podia entrar porque estava fechado?

O SR. HEITOR LEDUR – Estava totalmente lacrado o plenário, totalmente isolado.

O SR. ROMEU TUMA – Eu posso fornecer o depoimento do Ivar em que ele esclarece isso.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 116
24.04.2001

O SR. ROBERTO SATURNINO – O senhor não tem a chave do plenário?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, senhor.

O SR. ROMEU TUMA – V. Exª me permite um aparte?

O SR. PAULO SOUTO – Pois não.

O SR. ROMEU TUMA – Se tiver um aparte, eu vou explicar, pelo depoimento do Ivar, que está em mãos do Presidente.

O Ivar disse que vieram aqui. A segurança não permitiu a entrada nem do senhor. O senhor que foi falar com o segurança, e ele disse que não tinha ordem de ninguém ingressar. Aí ligou e, às 6h30min, mais ou menos, ele autorizou a sua entrada. Ele abriu a porta de vidro, e o senhor ingressou. E o Ivar não sabe se o senhor que abriu a porta do computador ou se foi o segurança.

O SR. HEITOR LEDUR – Não, a porta da sala do computador. Da sala do computador tenho a chave. Não tenho a chave do plenário.

O SR. ROMEU TUMA – Ele não sabia se foi o segurança. Mas ele entrou na frente e levou o Ivar, que estava com o crachá.

O SR. HEITOR LEDUR – Quando o Ivar chegou ao plenário, eu já estava dentro do plenário.

O SR. ROMEU TUMA – Mas o senhor entrou com ele na sala do computador?

O SR. HEITOR LEDUR – É, eu já tinha aberto a sala e já tinha ligado o painel. Já estava ligado o computador, eu não tinha ligado o sistema.

O SR. ROMEU TUMA – Ele deu a informação...

O SR. HEITOR LEDUR – Tá, inclusive liguei o computador e saí da sala, fiquei ali aguardando.

O SR. ROMEU TUMA – Logo depois, ele voltou com o senhor...

O SR. HEITOR LEDUR – Aí chegou o Ivar.

O SR. ROMEU TUMA – Aí ele entrou com o senhor?

O SR. HEITOR LEDUR – Aí o segurança queria saber quem era, e eu disse: não, é um diretor do Prodasen. E aí o próprio segurança deixou que ele entrasse.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor lembra quem era o segurança?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não faço nem idéia, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor é que tem a chave?

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 1855

O SR. HEITOR LEDUR – A chave da sala do computador, não a do plenário. Porque a nossa sala fica dentro...

O SR. ROMEU TUMA – Do plenário, foi o segurança que abriu?

O SR. HEITOR LEDUR – O segurança que abriu, sim.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Quem mais entrou na sala do computador? O senhor, o Ivar, o Gazolla.

Depois entrou muita gente.

O SR. HEITOR LEDUR – Não, entraram no plenário. No plenário, entrou bastante gente. Porque a nossa sala fica ali junto à sala dos telefones. Ali tem uma porta de vidro. Dentro da minha sala, na verdade, só entraram o Ivar, o Gazolla e eu. Eventualmente entrei e saí, mas não fiquei dentro da sala. Agora, naquela parte em frente ali, junto aos banheiros, aquele trecho, aí já entrou o pessoal de apoio do plenário, que já começou a trazer o material de expediente, enfim, já começou um trânsito de pessoas em frente à sala. Mas em frente à sala.

O SR. PEDRO SIMON – Isso já era que horas?

O SR. HEITOR LEDUR – Ah, isso aí já eram sete e meia, quase oito horas. A partir daí, desse momento que entrei no plenário, na verdade, já começou toda a movimentação para a preparação da sessão. Sempre há uma preparação, inclusive a questão das bolinhas. Mesmo o painel estando em perfeitas condições, quando há qualquer votação, seja um assunto de maior ou menor relevância, sempre que é uma votação secreta, os meninos de apoio ao plenário já deixam as bolinhas preparadas. Porque um equipamento eletrônico, a qualquer momento, pode pifar. Não há tempo de correr e procurar isso. Então, geralmente, isso já fica pronto. Tudo isso é preparado anteriormente, para o caso de uma emergência qualquer.

O SR. PAULO SOUTO – Aqui tem uma observação. A Comissão registrou, depois do seu depoimento: Pela sua importância na apuração dos fatos, deveria ser levado em conta como circunstância atenuante em relação ao comportamento do servidor Heitor Ledur nos fatos investigados.

Isso lhe foi dito antes, depois ou simplesmente não lhe foi dito, apenas consta aqui no Relatório, que o fato de o senhor falar iria servir como atenuante?

O SR. HEITOR LEDUR – Isso estava escrito no meu depoimento. Quando eu li, estava escrito.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 118
24.04.2001

FLS. Nº 1856
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PAULO SOUTO – Sim, mas não lhe falaram isso antes?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não, não. Ninguém me fez nenhum tipo de... que aconteceu, confessasse, eu seria beneficiado, enfim. Não, isso não.

O SR. PAULO SOUTO – É apenas um registro feito aqui posteriormente.

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não. Isso não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, mais algum questionamento?

Por favor, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – O senhor é também militar?

O SR. HEITOR LEDUR – Fui militar. Fui militar durante quase doze anos: onze anos, oito meses e dois dias.

O SR. PEDRO SIMON – Dois dias. (Risos)

O SR. HEITOR LEDUR – Consta nos meus assentamentos, contagem de tempo.

O SR. PEDRO SIMON – O senhor abandonou a carreira?

O SR. HEITOR LEDUR – É, eu era sargento, formei-me em curso superior e fui procurar uma vida melhor. Então, dei baixa à época e fui tentar a vida, eu era jovem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor ainda tem boa memória.

O SR. HEITOR LEDUR – A memória engana muita gente.

O SR. PEDRO SIMON – A Drª Regina só se refere ao senhor como "os meninos" dela.

O SR. HEITOR LEDUR – É uma forma carinhosa que ela tem, que a gente se sente muito lisonjeado, apesar dos meus cabelos brancos.

O SR. PEDRO SIMON – Soma ponto, realmente, o fato de o senhor ter sido o primeiro a reconhecer. Embora, V. Sª, com muita sinceridade, diz que não tinha outra alternativa. Quer dizer, V. Sª, diante dos dados, considerando que a universidade, no seu relatório, dizia que era a sua senha...

O SR. HEITOR LEDUR – Sim.

O SR. PEDRO SIMON – É aquilo que V. Sª diz: V. Sª era a bola da vez.

O SR. HEITOR LEDUR – Sim.

O SR. PEDRO SIMON – Mas V. Sª, no seu depoimento, conta os fatos, mas não avança, no sentido de comprometimento.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 119
24.04.2001

FLS. N.º 1857

Parece que foi a Drª Regina que, vindo depois, fez questão absoluta, e foi o seu depoimento que mudou o depoimento dela, e ela resolveu que devia dar cobertura total a V. Sª. Diz ela que poderia, em tese - o senhor estourou -, até chegar o nome dela, ela negava, mas ela achou, que nunca passou pela cabeça dela, que uma operação que ela era a responsável, no momento em que um subalterno era pego, ela fez questão de dizer que a responsabilidade era dela - ela foi lhe procurar, ela lhe pediu, ela disse para o senhor que era uma operação delicada etc e tal. Realmente, nesse sentido é importante o papel de V. Sª.

O que me choca é... V. Sª tem toda a fisionomia do homem de bem, do brasileiro digno, correto, do funcionário padrão; a fisionomia de V. Sª é a fisionomia de alguém que faz a sua missão, que deve fazer, porque tem que fazer, faz com gosto, faz com satisfação.

O SR. HEITOR LEDUR – Com certeza.

O SR. PEDRO SIMON – Aí é que me pergunto, o que levou V. Sª a receber uma determinação da Dª Regina, apesar de ela ser sua superior, V. S.ª, sabendo que era ilegal, por que não disse: "Mas, Dª Regina, não vamos fazer isso, não vamos fazer isso, não fica bem para a senhora, não fica bem para mim". O que está nos chamando atenção é que a Drª Regina não encontrou obstáculos pela frente, a começar pelo marido, chegou para o marido, e o marido se entregou de saída; veio depois, ela não teve uma resistência que a chamasse atenção..

O SR. HEITOR LEDUR – A nossa situação de funcionários é extremamente difícil nesse aspecto, particularmente no meu caso que trabalho diretamente com Senadores.

O SR. PEDRO SIMON – Quando ela disse é ordem do Presidente V. Sª se entregou?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não, o estado de nervos da Drª Regina já era tamanho que, se eu negasse, tenho quase que absoluta certeza de que a Drª Regina ia se ajoelhar aos meus pés - isso não posso falar em nome dela, mas tenho quase certeza de que ela ia se ajoelhar aos meus pés, tamanha a situação em que percebi que ela estava, senti o nervosismo, a angústia em que ela estava.

A SRª MARINA SILVA – O Senador Arruda diz que fez apenas uma consulta, uma consulta pode levar alguém a essa situação que o senhor acaba de descrever?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 120
24.04.2001

O SR. HEITOR LEDUR – Não sei dizer o que o Senador Arruda falou com ela, não sei; eu só sei o que ela me disse. Ela me disse que era uma ordem expressa do Presidente, que havia essa ordem do Presidente do Senado, que tinha estado na casa do Senador Arruda, que lhe transmitiu esse "pedido", não sei como foi a expressão que ela usou, mas que não era aceitável o não como resposta. Acho que ela foi mais ou menos por aqui, que não se admitia um não como resposta.

O SR. PEDRO SIMON – Ali, o senhor me desculpe, 15 anos de sargento, tendo que obedecer ao tenente, comparado depois ao senhor, funcionário graduado, tendo uma diretora... Esse sentido de disciplina hierárquica deve ter funcionado?

O SR. HEITOR LEDUR – No meu aspecto acho que sim, talvez até no meu inconsciente, acredito até no meu inconsciente, porque o que já me deixou, vamos dizer, aberto ou fragilizado, não sei, foi pelo simples fato de a Diretora do Prodasen – que está no ponto mais alto dentro da Instituição que trabalho, e eu, lá embaixo, um apêndice de todo o complexo do Prodasen, que é o painel eletrônico, e que lá não representamos mais que 1% de todo o complexo que é o Prodasen, um setorzinho, que é um computadorzinho, ele não faz parte do conjunto do Prodasen, ele é isolado, ele está sozinho naquele cantinho escuro do plenário –, uma Diretora do Prodasen ir até a minha casa, no meio da noite, à noite, me pedir, havia alguma coisa muito grave, muito estranha, talvez que fugia até a minha compreensão naquele momento. Está certo?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E me diga uma coisa. O senhor sempre confiou nela, não é isso?

O SR. HEITOR LEDUR – Com certeza. Na época, no dia, ela garantiu "venha o que vier, mas vou assumir minha responsabilidade. Não vou deixar que nada aconteça com vocês". Ela me deu essa certeza absoluta e confirmou isso no seu depoimento.

O SR. PEDRO SIMON – Ela cumpriu?

O SR. HEITOR LEDUR – E ela cumpriu. Não tenho dúvida disso.

O SR. PEDRO SIMON – Temos aqui uma dúvida, Dr. Ledur. À margem do que está provado, essa foi uma operação isolada ou é uma operação que pode ter-se repetido ao longo do tempo?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 121
24.04.2001

O SR. **HEITOR LEDUR** – Senador, essa resposta é muito fácil para mim. Trabalho no plenário, como já disse, há dezoito anos. Eu já passei por vários Presidentes nesta Casa, por vários secretários-gerais. Enfim, ali já entraram Senadores que já foram Senadores. O próprio Senador Roberto Saturnino foi Senador uma vez, depois não veio ao Senado, e retornou ao Senado.

O SR. PEDRO SIMON – Foi Prefeito do Rio.

O SR. HEITOR LEDUR – Foi Prefeito do Rio de Janeiro. Enfim, já passei...

A SRª MARINA SILVA – Por 36 Presidentes, é isso?

O SR. PEDRO SIMON – Não.

O SR. HEITOR LEDUR – Não sei quantos foram; foi desde o último mandato do Senador Jarbas Passarinho. Enfim, nunca na minha vida aconteceu um fato desses.

O SR. PEDRO SIMON – Mas o senhor pode garantir que nesses 16 anos não aconteceu um fato igual a esse?

O SR. HEITOR LEDUR – Nunca, comigo nunca.

O SR. PEDRO SIMON – Por amor de Deus, sem o senhor conhecer.

O SR. HEITOR LEDUR – Não, nunca.

O SR. PEDRO SIMON – Mas, assim como pegaram o senhor, não poderiam ter pego um outro e terem feito o que fizeram.

O SR. HEITOR LEDUR – Sim, por isso que eu digo: comigo não, nunca.

O SR. PEDRO SIMON – Por amor de Deus, está claro. Está esclarecido que com seu conhecimento nunca.

O SR. HEITOR LEDUR – Nunca.

O SR. PEDRO SIMON – Mas esqueça o senhor e a Drª Regina. Com outras pessoas poderia ter ocorrido?

O SR. HEITOR LEDUR – Não que eu tivesse tido qualquer tipo de conhecimento. Infelizmente não.

O SR. PEDRO SIMON – Mas pode ter acontecido?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu acredito que não.

O SR. PEDRO SIMON – O senhor está desejando que não, o senhor não está garantindo.

O SR. HEITOR LEDUR – Eu não posso afirmar uma coisa que eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro.

O SR. PEDRO SIMON – Pergunto se pode ter sido feito.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 122
24.04.2001

O SR. HEITOR LEDUR – Ora, acho que sim. Como foi feito, poderia ter sido feito. Apesar de que esse painel nosso, para esse tipo de votação como temos agora, foi instalado nestes anos para cá. O antigo painel eletrônico, dos meus anos iniciais, não tinha nem senha. Cada Senador tinha um lugar fixo para sentar. Quando o Senador apertava o botão, ele ficava retido. Se um Senador votasse e saísse dali, um outro Senador podia colocar a mão ali dentro e saber qual era o voto, porque não havia essa senha. Não sei se o Senador Roberto Saturnino se lembra daquele antigo painel em que os nomes eram com lâmpadas fluorescentes que ficavam piscando.

O SR. PEDRO SIMON – E não havia as coisas de hoje.

O SR. HEITOR LEDUR – Não havia nada disso. Não acontecia nada. O plenário é muito pequeno, o controle é muito fácil devido às proporções. Não é como no caso da Câmara dos Deputados, onde existe um mundo de pessoas. Inclusive havia um Senador, não me lembro qual era, que tinha uma memória muito rápida. Houve um dia, não sei o que ocorreu, parece que ele olhou para o painel e olhou para o resultado e disse que o Senador não estava presente. Tão rapidamente ele olhou para o painel e para o plenário, mas o Senador tinha votado e saído. Mas com a rapidez dele era fácil controlar pelo número de cabeças, a mente dele era tão ágil nesse aspecto que bastou ele olhar para o painel e dizer: "Opa, cadê o Senador Fulano de tal?"

O SR. EDUARDO SUPLICY – Foi o Senador Esperidião Amin?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, foi bem antes, foi no antigo painel. Não me lembro qual era o Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Heitor Ledur, o senhor mencionou que uma votação de dois meses atrás pode ser recuperada hoje como se fosse no dia da votação. E a do dia 27 de abril? Ainda está lá? Podemos ir até lá e verificar?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu não sei dizer ao senhor com exatidão. Porque o que ocorre é que, a cada votação, os arquivos que vão armazenando vão crescendo muito de tamanho. A partir de um certo tamanho, o sistema começa a ficar lento em virtude do tamanho, da quantidade, do acúmulo de dados que tem lá dentro. Então, periodicamente, é feita uma limpeza, é feita essa retirada

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 123
24.04.2001

dessas informações. Eu não sei dizer para o senhor, com certeza absoluta, se essa votação especificamente está lá. Eu não saberia dizer agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se estiver lá, o senhor terá condição de averiguar?

O SR. HEITOR LEDUR – Se estiver lá, eu posso sim. Basta entrar no dia da votação. Qualquer operador que esteja lá pode fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas a Unicamp já fez isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Será que fez?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ele teria sabido.

O SR. HEITOR LEDUR – Na verdade, as unidades que estão lá na Unicamp são cópias exatas das que permaneceram aqui. Então, na Unicamp, também estaria lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Estaria lá?

O SR. HEITOR LEDUR – Da mesma forma que aqui. O que tem na Unicamp é o que está aqui. É lógico, agora, acrescido já das votações que ocorreram depois disso, mas as anteriores à data da retirada desses HDs...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Que eu saiba, as listas dos votos não estão no relatório da Unicamp. Quem sabe o senhor saberia, amanhã de manhã, acessar e...

O SR. HEITOR LEDUR – Não, não. Agora, com certeza, mesmo se tiver, vai estar lá sem voto nenhum dentro, não armazena voto, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vai estar sem voto?

O SR. HEITOR LEDUR – Vai estar sem voto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sem os votos identificados?

O SR. HEITOR LEDUR – Sem a identificação dos votos, com certeza. Isso provavelmente não vai estar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como foi para V. Sª a mudança de atitude do Senador José Roberto Arruda quando S. Exª resolveu falar as coisas como elas realmente aconteceram?

O SR. HEITOR LEDUR – Senador, acho que, para mim, que estava e estou extremamente tenso, na verdade, de certo modo, soou como um grande alívio.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Um grande alívio?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 124
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. N.º 1862

O SR. HEITOR LEDUR – Um grande alívio, porque, na verdade, confirmou aquilo que a gente **(sic)** estava afirmando. Eu não posso dizer para o senhor, com absoluta certeza, o que aconteceu da Drª Regina para cima. Eu não sei. Eu sei o que a Drª Regina falou dali para cá. Então, o que era sabido era isso. Agora, soou como um...

O SR. PEDRO SIMON – Com Drª Regina para cima, o senhor quer dizer parlamentar?

O SR. HEITOR LEDUR – É, tem todo um universo acima da Drª Regina também. Não é só...

O SR. EDUARDO SUPLICY – O senhor foi responsável, então, pelo painel eletrônico, junto ao plenário, durante os quatro anos de gestão do Presidente Antonio Carlos Magalhães?

O SR. HEITOR LEDUR – Eu, responsável, propriamente dito, não. Havia um outro período em que era o outro operador foi o chefe, mas, nesse período final, agora, era eu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Qual o nome do outro?

O SR. HEITOR LEDUR – Hélio Ferreira Lima.

O SR. HEITOR LEDUR – Somos quatro operadores na verdade: dois que cuidam a parte da manhã, que é o período da presença da manhã, e os dois mais experientes, no caso eu e o Hélio, operamos no período das votações, das sessões em si, em que a operação se torna um pouco mais complexa pela movimentação a que já me referi.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como V. Sª vê o Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, eu vou justificar a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, ele é um funcionário da Casa. Faça uma pergunta objetiva, para não constranger a testemunha. É muito sério um funcionário falar algo assim.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vou falar do sentido da minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo bem. Vamos lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Estamos a dois dias do depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. O Sr. Heitor Ledur nos explicou da extraordinária tensão que, por exemplo, a Sª

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 125
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. N.º 1363

Regina Célia teve quando se defrontou com esses episódios. Ele deu a entender que o Senador Antonio Carlos Magalhães, por vezes, leva ou tem levado alguns dos funcionários do Senado Federal a terem como que um temor diante do seu comportamento.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ele não disse isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu entendi um pouco assim.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – O senhor ouviu mal.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pode ser.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ele está dizendo que o depoente disse isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O depoente mencionou que a Srª Regina Célia estava extremamente tensa.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas não disse que tinha nada a ver com o Senador Antonio Carlos Magalhães. O senhor está botando coisas na boca do depoente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não. Agora é V. Exª. Ora, a Srª Regina Célia estava muito tensa. Segundo ela, por ter recebido uma comunicação do Senador José Roberto Arruda, que havia recebido e transmitido a ela uma ordem de quem? Do Senador Waldeck Ornelas? Do Senador Antonio Carlos Magalhães, que era o Presidente do Senado, a autoridade máxima ali.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas não foi essa a sua pergunta. A pergunta de V. Exª foi de que o Senador Antonio Carlos Magalhães deixava os servidores tensos. Não mude as coisas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não. Eu só perguntei como ele via o Senador Antonio Carlos Magalhães. E só...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu vou interferir. O senhor conhece pessoalmente o Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor já foi cumprimentado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. HEITOR LEDUR – Olha, acredito que uma vez só.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nunca conversou com ele?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, nunca. Nunca conversei pessoalmente. Nem durante a operação do painel, na Mesa. Eu só me dirijo ao Sr. Secretário-Geral da Mesa, nunca ao Presidente. As instruções que eu recebo, as informações que eu passo, passo diretamente ao Secretário-Geral ou a sua Assessoria.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 126
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA Fls. 1864

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agora, acho que dá para o senhor fazer a pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A pergunta de V. Exª foi muito esclarecedora, porque, por 4 anos, o Senador Antonio Carlos Magalhães, inclusive como Presidente, passou, como todos nós, ao lado do Sr. Heitor Ledur. Eu me recordo de ter passado ali do lado e, por vezes, cumprimentado, conversado, e, normalmente, eu sou um Senador, um ser humano como outros, como o Senador Antonio Carlos Magalhães, que normalmente cumprimenta as pessoas.

Mas, o ponto a que eu quero chegar é que, da mesma maneira como para o Sr. Heitor Ledur representou extraordinário alívio que a Srª Regina Célia tenha resolvido falar toda a verdade, e como ele falou que foi extraordinário alívio saber que o Senador José Roberto Arruda tenha resolvido falar toda a verdade, será um extraordinário alívio para o Sr. Heitor Ledur e para nós todos que o Senador Antonio Carlos Magalhães, na próxima quinta-feira, traga-nos a verdade toda.

É só este ponto que eu quero fazer.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Não tenha dúvida quanto a isso. Ele trará.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu mesmo perguntei a ele e ele me garantiu que vai trazer a verdade toda. Eu quero só ter essa garantia. Que certamente ele fará um bem enorme, inclusive ao Sr. Heitor Ledur, isso é que eu gostaria de ouvir e do senhor mesmo.

É só essa minha questão, senhor Heitor.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A pergunta então é a seguinte...

O SR. EDUARDO SUPLICY – A sua expectativa em relação ao que ele irá dizer...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se o Senador Antonio Carlos Magalhães chegar aqui e contar a versão que o senhor está dando e outros deram, o senhor vai se sentir aliviado?

O SR. EDUARDO SUPLICY – É essa a pergunta, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está formulada a pergunta.

O SR. HEITOR LEDUR – Olha, Sr. Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É essa a pergunta que o Senador Eduardo Suplicy queria fazer.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 127
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. N.º 1865

O SR. EDUARDO SUPLICY – Na verdade é simples. Que o senhor transmita ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que está nos assistindo,...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ele não pode transmitir isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ele está nos ouvindo.

O SR. HEITOR LEDUR – O senhor quer ouvir a minha opinião.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas ele não pode opinar sobre o que não sabe.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como não sabe?

O SR. HEITOR LEDUR – A minha opinião é a seguinte: a verdade é que vai ser o alívio. A verdade, venha ela de quem vier. Não sei se é do Senador Arruda, se é do Senador Antonio Carlos Magalhães, não sei se da Drª Regina, pura e simplesmente. Enfim, todos os alívios a que me referi são porque a verdade foi aquela. O que a Drª Regina contou foi o que eu contei. Enfim, a verdade está vindo à tona. Não sei se há mais algo de verdade para aparecer. Se a verdade toda vier, será um alívio completo. É minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Que bom! Dos fatos de que V. Sª participou tem consciência de que essa é a verdade?

O SR. HEITOR LEDUR – Dos fatos de que participei. Lógico!

O SR. EDUARDO SUPLICY – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem feita sua pergunta, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Eu gostaria de fazer apenas uma pergunta.

Sr. Heitor Ledur, pelo que sabemos, pela versão que existe hoje – que deve ser a verdadeira - , no momento em que a Unicamp revelou que o painel foi violado, a senha era sua. A primeira versão foi a sua. V. Sª não pensou em manter o segredo de estado, o pacto, pois havia um pacto. O rompimento do pacto de segredo de estado estava, até então, realizado. Se a Unicamp não descobrisse a violação, naturalmente, o pacto iria ser mantido?

O SR. HEITOR LEDUR – Com certeza. Na verdade, não conheci o voto de ninguém, não vi qualquer lista, não sei de nada. Para mim, o que ocorreu, era como se fosse um segredo de confessionário. Iria levá-lo comigo para o túmulo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 128
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1366

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Embora sofrendo?

O SR. HEITOR LEDUR – Com todo o sofrimento. Não contei para ninguém, nem para minha esposa.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Heitor Ledur, quando a Unicamp constatou tecnicamente que o painel havia sido violado, V. Sª de **sponte propria** não consultou ninguém? Não avisou a ninguém?

O SR. HEITOR LEDUR – Não, Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Já esclareceu, Senador.

Não há mais perguntas para serem formuladas. Não gosto de emitir juízo de valor, mas quero deixar uma palavra ao senhor. Em primeiro lugar, o senhor foi o primeiro a falar. Depois, tem um rosto muito bom. Está inspirando confiança, teve paciência e está se sentindo aliviado. Que Deus o abençoe, para que o senhor durma bem, e que tudo corra em paz. O senhor expressou – e creio que todos acreditaram – a verdade que conhece. Como o senhor disse; se outras aparecerem, apareceram.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, a palavra de V. Exª é a de nós todos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito obrigado.

Já que o senhor foi militar, está dispensado.

O SR. HEITOR LEDUR – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Convido o Sr. Hermilo Gomes da Nóbrega.

Sr. Hermilo, o senhor já prestou compromisso legal, sabe por que está aqui e já depôs em inquérito administrativo sobre o fato. Queremos que o senhor mostre sua versão, sua verdade. Após, os Srs. Senadores irão formular algumas perguntas.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Vou ler, pois assim organizarei melhor minhas idéias. V. Exª me permite?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como V. Exª fez?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Preparei, já, um depoimento por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É o depoimento que o senhor prestou?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não, não, agora. Vou prestá-lo agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor não prestou nenhum depoimento ainda?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 129
24.04.2001

FLS. N.º 1867

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No inquérito administrativo, nenhum...

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não. Com o Dr. Dirceu, fiz dois depoimentos. Então, agora, preparei alguns tópicos aqui que vou ler. Se o senhor me permite? Só para organizar as idéias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não tem nenhum problema para os senhores?

Trouxe o depoimento escrito, hein. Tudo bem.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Só para organizar, porque...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza!

A SRª MARINA SILVA – Porque vai dizendo as perguntas, até para formular as perguntas.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – É. Para organizar uma linha de raciocínio, não é!

Gostaria, inicialmente, de afirmar que todos os fatos apresentados pela Drª Regina, em seu último depoimento, coincidem exatamente com as informações que ela nos prestou durante todo esse tempo. Para nós não foi novidade nenhuma. Então, essas informações que ela deu eram as mesmas.

Pois vou contar.

No início da madrugada do dia 28 de junho de 2000, fui acordado por uma mensagem que chegava no meu bip, na qual o Heitor solicitava que ligasse urgentemente para ele. Então, aqui tenho um papel. Presidente, encaminho ao senhor. Consegui fazer o levantamento da mensagem que recebi na madrugada do dia 28. Ela me foi mandada aos quarenta e um minutos.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ao bip?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – No bip. Consegui, pela Internet, recuperar a informação e forneço à Comissão. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Senador Francelino despenteou...

O SR. CASSILDO MALDANER – O cabelo do Presidente. É madrugada, o senhor levantou agora e está com o cabelo...

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Francelino despenteou o Presidente. (Risos.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 130
24.04.2001

FLS. N.º 1868

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado, Senador Francelino. Só tenho... Mas esse é um conhecimento com o Senador Francelino de trinta anos quase.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pode sim.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Retornando à ligação, ele me comunicou que eu deveria comparecer imediatamente à sua residência para uma reunião urgente e muito importante.

Ao chegar próximo à residência do Heitor, deparei-me com ele, a Diretora Executiva do Prodasen, Drª Regina, e seu esposo, Dr. Ivar, que também era diretor na época. Era visível o estado emocional em que os dois últimos se encontravam. Estavam abalados.

O SR. PEDRO SIMON – No térreo.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – No térreo ali, perto do prédio ali...

Drª Regina, então, comunicou-me que tinha recebido do Senador Arruda, em nome do Senador Antonio Carlos, a determinação de obter a listagem dos votos, durante a votação secreta de cassação do ex-Senador Luiz Estevão, que ocorreria em poucas horas depois no mesmo dia.

E mais, não havia como dizer não. Tínhamos que fazer. Foi-nos garantido várias vezes que, caso algo inesperado acontecesse, ela, Drª Regina, assumiria toda a responsabilidade do fato, dizendo que teria dado a ordem e que ela deveria ser cumprida. O sigilo teria que ser absoluto. Recomendou que não comentássemos com ninguém e que não havia tempo para se pensar no assunto. Tínhamos que iniciar tal procedimento imediatamente.

Todos me perguntam: por que você não negou essa proposta? Essa ordem? Então, gostaria, neste ponto, de ilustrar o sistema hierárquico do Prodasen, para quem não conhece.

Sou um dos trezentos e trinta servidores aproximadamente, que são comandados por um total de cinqüenta chefes de serviço que lá existem. Esses cinqüenta chefes de serviço se reportam a nove diretores acima deles. Esses nove diretores se reportam ao único diretor executivo, autoridade máxima do órgão.

Nessa reunião, portanto, mal refeito do susto de ter sido acordado e convocado às pressas, acabava de receber uma ordem

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 131
24.04.2001

FLS Nº 1369
SECRETARIA-GERAL DA MESA

direta e inquestionável da Diretora Executiva do Prodasen, três níveis acima do meu, na presença do seu marido, um dos diretores do segundo escalão. Então, é muito fácil, hoje, a pessoa falar: "Por que o senhor não negou? Por que o senhor resolveu participar disso?" Não tinha como dizer não! Não é?

Bom, resolvido participar, resolvemos que o Heitor deveria ir descansar, pois, logo de manhã cedo, ele iria operar os computadores no sistema de votação. Fomos para o Prodasen. Após conversar com o Dr. Ivar, concluímos que, devido ao fato de não dominarmos o sistema, não teríamos condições de fazer alteração nas poucas horas que nos restavam e com a certeza de que tudo funcionaria corretamente. Vejam bem o risco! Fazermos uma alteração num programa desconhecido – programação é uma coisa complexa –, num programa complicado. Você faz a alteração, ocorre a votação e não se obtém a lista.

Vocês entenderam o nosso problema, a nossa insegurança em não fazer? Nós não tínhamos a certeza de que conseguiríamos fazer a tarefa a contento. Então, a nossa única saída foi chamar o Sr. Sebastião Gazolla da Costa Júnior. Excelente profissional, um expoente em programação na América Latina, a quem eu peço perdão publicamente por tê-lo nesse triste episódio. Era a nossa única condição de, a tempo, atender ao pedido da Diretora. Então, o Sr. Gazolla foi localizado. Ao chegar ao Prodasen, foi-lhe dito aquela história de que nós iríamos tomar precauções, que iríamos armazenar os votos, que ninguém leria aquilo, seria armazenado, sei lá como. Isso para preservar o Prodasen no caso de algum recurso após a votação. Essa foi uma...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Me diz uma coisa. Os outros depoimentos são no sentido de que falaram ao Sr. Gazolla que era uma questão de segurança, que ele não sabia o que estava fazendo.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Sim, exatamente, foi isso que eu disse. Nós dissemos a ele que precisávamos ter um respaldo caso ocorresse algum recurso após a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ah, sim. Entendi.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Então, nós tínhamos que ter em algum lugar, não sei como é que foi feito, uma forma de guardar isso – como foi dito a ele que seria listado – para um consulta posterior caso houvesse um recurso. Foi essa a

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1870

conversa. Ou seja, no grupo envolvido ele era um único integrante que desconhecia a verdadeira finalidade da alteração. Ele foi induzido a fazer – peço mais uma vez desculpas por tê-lo colocado nisso – com o intuito, segundo ele pensava, que era de gerar um arquivo protegido, que ninguém iria ver. Só no caso de um recurso extremo, faríamos a consulta. E não foi assim, como os senhores sabem.

A partir daí, o Sr. Gazolla ficou com o Dr. Ivar e fizeram o que eles devem ter reportado a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E o senhor aí...

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Eu me retirei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E como é que você viveu os dias posteriores a ...?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Uma agonia que eu não desejo para ninguém. Uma agonia porque tinha que manter o segredo, não podia comentar com ninguém. E cada vez que surgia uma denúncia, eu vou mostrar para o senhor. Conhece? Lexotan. O Dr. Cantídio me receitou porque o coração disparava.

O SR. CASSILDO MALDANER – O senhor contou para ele porque estava assim?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não. A gente falou que estava nervoso com uns assuntos e tal. Não. Comecei a tomar Lexotan agora, depois que ficou tudo aberto, a eminência de vir depor, a gente fica nervoso...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O senhor contou para alguém? Conseguiu manter isso com o senhor?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Nunca. Nós somos muito bom de segredo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por que o senhor fala: "Nós somos muito bom de segredo?"

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Porque ninguém ficou sabendo e no nosso grupo ninguém vazou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Já houve outra situação em que tiveram que guardar segredo?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Nunca! Não senhor. Mas esse episódio foi característico.

Os meus próprios filhos – peço desculpas também – me perguntaram: "Pai, vocês fizeram alguma coisa?" Eu falava que não. Menti para eles. É duro. Neguei para todo mundo. Os colegas

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 133
24.04.2001

FLS Nº 1871
SECRETARIA-GERAL DA MESA

de Prodasen cansaram de me perguntar: "Me conta, rapaz. Fizeram?" E falei: "Não, não fizemos." Peremptoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consta que dois funcionários vazaram isso para determinado órgão de imprensa. O senhor acredita nessa notícia? Vazaram antes desse negócio da Unicamp e tudo, que foi vazado?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Meu amigo, sobre isso eu não posso afirmar. Não tenho elementos para...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas o senhor não vazou nada para ninguém?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Juro que não. Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mesmo com essa agonia toda, tendo que procurar médico, não tem uma pessoa para contar isso?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não tem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas então os senhores conversavam muito entre os senhores?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – A gente tinha reuniões periódicas para desabafar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como é que eram essas reuniões periódicas?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – A Drª. Regina nos ligava, falava: "Como é que está? É véspera de depoimento. A gente tinha que dar uma força um para o outro, para segurar".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas até chegar aos depoimentos, passaram meses.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Veja bem, na época em que não havia denúncia, estava tudo tranqüilo. Não tinha o que temer, vamos dizer assim. Tinha até esquecido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, a agonia foi depois da publicação na revista, na imprensa.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – É lógico, quando começou a surgir a evidência. E aí? Menti. Isso é que é difícil. Menti. Falar a verdade aqui é muito fácil. É um passeio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Hoje, pelo visto, o senhor está calmo, porque é um passeio.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Uma maravilha. O senhor não sabe o bem que isso me faz. Estou à disposição dos senhores.

FLS Nº 1372

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Relator, a pergunta, caso queira fazer.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, não tenho indagação.

O SR. CASILDO MALDANER – Qual a função dele? Ele é...?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Sou gestor do contrato. Eu geri o contrato com a firma mantenedora.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ele confirmou tudo. Não suscitou nenhuma dúvida. Acho que, sobre a operação em si, que foi realizada pelos funcionários, nós já estamos esclarecidos. Eu, de minha parte, não tenho mais nenhuma dúvida. Minha dúvida, agora, reside nesse mistério da obrigatoriedade do cumprimento de ordem emanada não sei de onde, que gerou todo esse episódio. Quanto à operação em si, acho que está suficientemente esclarecido. De minha parte, não tenho mais nenhuma indagação a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Francelino Pereira, tem alguma pergunta a formular? É uma homenagem que presto, pelo carinho que V. Exª. me dedicou a esta altura da noite. Dou-lhe o privilégio da primeira pergunta.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Acho que já estamos caminhando para as vinte e duas horas. Ele trouxe um resumo da situação. Ele está falando com muita clareza e confessando, inclusive, o seu desconforto, de maneira que eu acho que devemos ir terminando os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado, Senador Francelino Pereira.

Senador Casildo Maldaner, tem pergunta?

O SR. CASILDO MALDANER – Só para colocar, porque, primeiro, quem prestava era a KOPP, não é?.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – A firma Coliseu KOPP prestava serviço de manutenção.

O SR. CASILDO MALDANER – A sucessora é a outra.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – A Panavídeo.

O SR. CASILDO MALDANER – E o Sr. Gazolla prestava serviços à KOPP. E o senhor... Quem indicou? Foi o senhor que recomendou que trabalhasse?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Primeiro, recomendei que não se renovasse o contrato com a firma KOPP,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 135
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL FLS. N.º 1873

devido a uma série de fatores que já expus em todos os processos. Posso anexar cópia se quiser. Uma série de elementos que me justificaram...

O SR. CASILDO MALDANER – E a sucessora da KOPP... O Gazolla trabalhava na KOPP e ele foi à Panavídeo por recomendação sua?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Um dos motivos que me levaram à não-recomendação da renovação com a KOPP foi um sistema entregue totalmente sem documentação. Não vou entrar em detalhes, mas uma das características principais é que não foi entregue a documentação. Então, a documentação eram os últimos funcionários que lá trabalhavam. Tanto que a Panavídeo, quando assumiu, contratou o Sr. George, que era o técnico de **hardware**, e tinha consultoria com o Sr. Gazolla, que era da parte de **software**. Então, eles iam transferindo **know how** para a nova firma, porque não tinha documentação nenhuma fornecida no sistema que foi entregue.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quero, antes de passar a palavra ao Senador Pedro Simon — porque o período de comunicações deveria ser ao final, mas tenho receio de o pessoal sair —, já designar a próxima reunião nossa.

Hoje, em plenário, eu conversei com o Senador Antonio Carlos Magalhães e ficou combinado o seu depoimento para quinta-feira próxima, quinta-feira agora, dia 26 de abril, às 14 horas e 30 minutos.

A Presidência vai entrar em contato com o Senador José Roberto Arruda, que, apesar de ter feito pronunciamento em plenário, alguns Senadores com quem conversei se interessam pelo seu depoimento, a fim de formularem perguntas. Verei se o Senador poderá comparecer no mesmo dia e em horário, todavia, diferente daquele do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Amanhã, após a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Combinamos, entre nós, que, na quarta-feira, iríamos, tanto quanto possível, reservar um tempo para os trabalhos da Casa, porque há Comissões de manhã, e a Ordem do Dia de quarta-feira é pesada.

Feita essa comunicação, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 136
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS. Nº 1824 SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, em primeiro lugar, faço questão de salientar que temos de tirar uma grande lição de todo esse nosso trabalho.

A nossa responsabilidade como Senadores é de conduzir esta Casa. Vimos, aqui, casualmente, uma série de funcionários de primeira grandeza, de vida íntegra, séria e correta, funcionários que, ao longo do tempo, vêm-se dedicando ao trabalho. E em um ato do Senado, de um Senador e de todos nós, que temos a responsabilidade e a obrigação de conduzir a Casa, levamos esses funcionários a praticar um tipo de ato cruel, que marcará esta Casa para o resto da vida, e teremos de fazer muita força para tentar apagá-lo.

Creio que, quando diz o Sr. Ledur – perdoe-me V. Sª –, na verdade, por mais alto funcionário que seja, ele ainda é um sargento acostumado a obedecer ao tenente. Ele demonstrou isso no seu depoimento. A ordem era ordem, e como ele responderia com uma ordem?

Temos o compromisso de determinar isso, dando um exemplo de cima. Essa é uma das passagens mais cruéis que o Senado vive. Um dos exemplos mais dolorosos que estamos dando para a sociedade brasileira é que tudo isso aconteceu sob a nossa responsabilidade. Nós assumimos esse compromisso. Nós fizemos isso. E ao dizer "nós", quero incluir a unanimidade. Eu me incluo por omissão, Sr. Presidente.

Como posso imaginar não ter dado bola até hoje para algo fundamental como a votação do plenário? Para mim, aquilo era rotina. Deus fazia com que tudo funcionasse normalmente, e eu não tinha com o que me preocupar.

Quero dizer a V. Sª que não consigo entender. Em primeiro lugar, V. Sª e a equipe que conduz essa questão, não haver nem o 1º Secretário, nem o Presidente, nem as Lideranças. Eu fui Líder do Governo, e nunca ninguém me chamou para discutir o problema do painel; como é e como não é. Eu também sou culpado por nunca ter perguntado sobre isso.

Na verdade, observem V. Exªs, havia a empresa KOPP do Rio Grande do Sul. Diz a Universidade que havia 18 pontos que poderiam fazer falhar o computador; funcionava mal.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não é certeza.

O SR. PEDRO SIMON – Foi V. Sª que não deixou prorrogar o contrato.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 137
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS N.º 1875

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Eu propus .....

O SR. PEDRO SIMON – Não fosse V. Sª, teria sido prorrogado e pronto.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não sei dizer isso.

O SR. PEDRO SIMON – Essa empresa disse para mim que, durante o espaço de tempo que ela manuseava o sistema, no cofre dela estavam os dados secretos referentes ao programa.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Seriam os programas-fonte.

O SR. PEDRO SIMON – Exatamente.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Que permitem alteração.

O SR. PEDRO SIMON – E a empresa disse para mim que queria prorrogar e que fazia questão de prorrogar. E, enquanto não se escolhesse a segunda definitiva, esses dados ficassem no cofre dela. Entretanto, o Senado exigiu que esses dados fossem entregues. E foi com muito pesar que ela entregou esses dados, porque não sabia se teria aqui a garantia que ela tinha lá. E esses dados vieram para cá.

Não sei onde estão hoje nem sei quais são esses dados; sou um leigo total. Sei apenas que foi feita uma abertura de concorrência, que a própria empresa do Rio Grande do Sul embargou, foi anulada. Hoje, estamos sem concorrência nenhuma. E foi entregue esporadicamente por um tempo – e lá se vão um ou dois anos, não sei quanto tempo faz – a essa empresa...

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Por um mandato-tampão, vamos dizer assim.

O SR. PEDRO SIMON – ... por um mandato-tampão, que não é uma empresa especializada, com capacidade e competência.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – É a empresa que dá suporte ao sistema de som do plenário, não é? Inclusive para estática...

O SR. PEDRO SIMON – Ela é ótima para som do plenário, computador, etc. e tal. É algo diferente, tanto que foram buscar no Gazolla – que era o cara quê fazia a ligação, que era a documentação viva e pertencia à empresa gaúcha – a pessoa para vocês fazerem o contato direto para manter a questão que está aí.

Sr. Presidente, o que eu quero ver nisso tudo é que nós não estamos discutindo aqui o funcionamento da tipografia da gráfica

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 138
24.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA F. S. Nº 1876

do Senado – o horário em que a gráfica funciona, se saem ou não tantos livros. Não estamos discutindo o problema da televisão do Senado – se está falando bem ou não. Estamos discutindo o serviço de votação do Senado ao longo desses anos.

Sinceramente, faço uma **mea culpa**. No decorrer desses anos, não tenho a convicção de como é. Farei 24 anos de Senado e não tenho a idéia de como foram ou não as votações, como eram ou não, porque, na verdade, não estou convicto do que ocorreu.

Não posso culpar os funcionários. Culpo a Mesa pelo que fez agora. Isso é sério! Mas a omissão, a existência de zero total ao longo de todos esses anos, quem é o culpado? Quem pode nos garantir que, ao longo desses anos, apesar do... e disse o nosso amigo Heitor Ledur: "Eu não. Eu, Ledur, garanto que foi a primeira vez". Mas há outras pessoas que podem ter feito isso. Não temos nem idéia. Casualmente, aqui, foram pessoas de bem, independentemente do que fizeram, apesar de tudo isso. Mas quem nos garante – e acho que essa é uma missão nossa – que outros fatos tão graves como esse não aconteceram em votações anteriores?

E volto a dizer, V. Exª não gosta de ouvir isso, mas direi: V. Exª não tem apenas responsabilidade, nesse Conselho de Ética, de apurar isso. Terminada essa apuração, tem a responsabilidade de verificar como serão as votações a partir de agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Todos nós, Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sob o comando de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Todos nós. Não, não. Meu mandato é passageiro. A responsabilidade é de todos nós.

Mas aproveito para dizer a V. Exª que a única vez em que houve votação secreta no Conselho de Ética foi com absoluta segurança, porque corriam rumores e a forma como estabeleci para votar aqui, essa não tem jeito. Não havia como. Não foi painel eletrônico, porque máquina é o homem que faz e modifica. Entretanto, naquela votação, mandamos imprimir cartolina com cédulas do mesmo tamanho, com a mesma impressão e com três palavras: uma cédula com a palavra "sim", outra com a palavra "não", e outra com a palavra "abstenção". Ninguém escrevia nada. As cédulas não continham mancha nem rasura nenhuma. A pessoa colocava o voto e ficava com a sobrecarga na mão, que foi imediatamente recolhida.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 139
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

SENADO FED. SECRETARIA-GERAL FLS 1877

Naquela circunstância, não tenho dúvida de que foi a maneira mais segura que encontrei para fazer a votação secreta. Essa não dá para ter erro, para ninguém ver, para marcar, para nada. No papel, o sujeito pode até marcar o voto – vou votar desse ou daquele jeito. O painel é feito pelo homem. Nunca teremos uma segurança absoluta – às vezes, nem dessa forma que estou falando. Mas creio que essa é a mais segura.

Repito, no entanto, que a responsabilidade é de todo o Conselho de Ética, que, aliás, está, a meu ver, realizando um grande trabalho para a Casa, ou seja, para a instituição. São os componentes. É o próprio Senado interessado em resolver o problema. Não somos nós apenas. Toda a Casa está interessada nisso. É preciso que essas situações ocorram para aprendermos. E vamos aprender. A própria democracia é um exercício. O eleitor brasileiro está adquirindo cidadania uma vez que, temporariamente, vai às urnas votar.

Peço desculpas por ter tecido essas considerações, mas julguei-as pertinentes.

Senador Eduardo Suplicy, por obséquio.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Sr. Hermilo Gomes da Nóbrega, por tudo que V. Sª pôde ouvir e acompanhar, dialogar com os demais servidores que participaram desses atos, por tudo que ouviu dos Senadores até agora, teve alguma percepção sobre a motivação daqueles que ordenaram que fosse feito esse trabalho?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – É... achar é uma coisa séria, não é, Senador? Eu acho que foi comando mesmo. A Dr.ª Regina nos pediu que fizéssemos e, devido à ligação que nós temos com ela e à firmeza com que ela nos solicitou, nós não vimos como negar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas a pergunta que eu faço...

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Eu entendi mal sua pergunta:

O SR. EDUARDO SUPLICY – Qual a motivação daqueles que ordenaram a Drª Regina a agir daquela forma?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Ah! Acima da Regina.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exato. Qual a motivação?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não sei, Senador.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 140
24.04.2001

FLS. Nº 1878

O SR. EDUARDO SUPLICY – Por aquilo que V. S.ª até agora pôde detectar, que hipótese tem feito, se faz alguma hipótese?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não faço hipótese nenhuma, Senador. Eu me coloco no meu lugar de servidor.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com respeito ao episódio citado no discurso do Senador José Roberto Arruda, que, em algumas ocasiões, ele precisou agir de uma maneira muito séria, envolvendo questões de interesse do Governo e episódios ainda mais graves do que esse, tem V. S.ª qualquer indicação do que poderia ser esse episódio mais grave?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nem do que foi eventualmente realizado, se é que foi?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não sei informar, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Já que hoje o dia está mais calmo, mais tranqüilo, V. Sª mostrou o lexotan apenas como uma indicação para dias anteriores ou precisou tomar o medicamente hoje?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Não... hoje eu tomei, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Hoje o tomou também?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Tomei porque eu estava nervoso. Nós ficamos nervosos, Senador. Desculpe-me, mas eu tenho que tomar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas V. S.ª avaliou que houve uma mudança fundamental para todos os servidores envolvidos nessa situação a partir da modificação da atitude do Senador José Roberto Arruda?

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Claro. Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E V. S.ª, se quiser, pode repetir aqui o que me disse há pouco, quando passei ali no corredor. Que razão acredita V. S.ª tenha levado o Senador José Roberto Arruda a modificar a sua atitude. É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quer repetir a última, Senador? Ele não a entendeu.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Espontaneamente, ele havia feito uma afirmação a mim quando me encontrou há pouco, relativa à razão pela qual, na avaliação dele, o Senador José Roberto Arruda havia resolvido falar toda a verdade.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Ah, sim! Lembrei. Não. Foi um comentário que eu fiz em **off**. Eu acho que foi a partir do momento em que o senhor invocou o filho, o Fernando, solicitando - foi isso? - o comportamento ético.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É, a sua avaliação.

O SR. HERMILO GOMES DA NÓBREGA – Foi a minha avaliação. Isso foi comentário meu.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não havendo mais quem queira formular perguntas, agradecemos a V. S.ª pela presença aqui.

A Presidência encerra a reunião de hoje, agradecendo a Deus pela ordem com que transcorreram os nossos trabalhos e também a todos os presentes, principalmente a Imprensa falada, escrita e televisada.

Mais uma vez, a Presidência convoca reunião do Conselho de Ética para o próximo dia 26 de abril, às 14 horas 30minutos.

Muito obrigado. Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 23h24min.)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7ª REUNIÃO DE 2001

Em 24 de abril de 2001, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir os Srs. Servidores **IVAR ALVES FERREIRA, HEITOR LEDUR, HERMILO GOMES DA NÓBREGA** e **DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS** e o Sr. **SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR**, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Antonio Carlos	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO - PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto:

Brasília, 24 de abril de 2001

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001,

que requer *a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.*

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

PRESTADO NA 7ª REUNIÃO,

REALIZADA ÀS 17H DO DIA 24 DE ABRIL DE 2001

Nome completo? **IVAR ALVES FERREIRA**

Identidade? 341.523 - SSP-DF

Idade? 52 anos

CPF? 131.552.106/06

Estado Civil? CASADO

Residência? SHIS QI 28 CONJ 4 CASA 2

Profissão? ANALISTA DE SISTEMAS

Local onde exerce sua atividade atualmente? PRODASEN - SENADO FEDERAL

É parente, em algum grau, de parte envolvida? SIM

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? SIM.

Brasília, 24 de abril de 2001

Ivan Alves Ferreira

Assinatura

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1882

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001,

que requer *a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.*

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

PRESTADO NA 7ª REUNIÃO,

REALIZADA ÀS 17H DO DIA 24 DE ABRIL DE 2001

Nome completo? **SEBASTIÃO GAZOLLA COSTA JÚNIOR**

Identidade? 8667 CRA/DF

Idade? 30 ANOS

CPF? 443.507.911-91

Estado Civil? SOLTEIRO

Residência? SQN 315 Bl. "F" Ap. 503

Profissão? ANALISTA DE SISTEMAS

Local onde exerce sua atividade atualmente? AUTÔNOMO

É parente, em algum grau, de parte envolvida? NÃO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? SIM

Brasília, 24 de abril de 2001

Assinatura

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001,

que requer *a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.*

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

PRESTADO NA 7ª REUNIÃO,

REALIZADA ÀS 17H DO DIA 24 DE ABRIL DE 2001

Nome completo? **DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS**

Identidade? M-127178 SSP/MG.

Idade? 52 anos.

CPF? 113.791.326-91.

Estado Civil? Casado.

Residência? Hotel Nacional - Apto. 513.

Profissão? Engenheiro.

Local onde exerce sua atividade atualmente? Gabinete do Senador Arruda

É parente, em algum grau, de parte envolvida? Não.

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? Sim

Brasília, 24 de abril de 2001

Assinatura

FLS 1384 SECRETARIA-GERAL

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001,

que requer *a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.*

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

PRESTADO NA 7ª REUNIÃO,

REALIZADA ÀS 17H DO DIA 24 DE ABRIL DE 2001

Nome completo? **HEITOR LEDUR**

Identidade? 2.030.243 SSP-DF

Idade? 49 anos

CPF? 050 033 505-20

Estado Civil? Casado

Residência? SQS 408 R 109 Brasília

Profissão? Funcionário Público Federal Técnico de Informática

Local onde exerce sua atividade atualmente? Prodasen - SF

É parente, em algum grau, de parte envolvida? Não

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? Sim

Brasília, 24 de abril de 2001

Assinatura

U:\Conselho de Ética\Termos de Compromisso 24.4.01

FLS Nº 1885

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001,

que requer *a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista IstoÉ, em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.*

TERMO DE COMPROMISSO

(Conforme art. 203 do Código de Processo Penal)

PRESTADO NA 7ª REUNIÃO,

REALIZADA ÀS 17H DO DIA 24 DE ABRIL DE 2001

Nome completo? **HERMILO GOMES DA NÓBREGA**

Identidade? 326 277 / SSP / DF

Idade? 45 ANOS

CPF? 115.105.441-00

Estado Civil? SEPARADO JUDICIALMENTE

Residência? AOS 1 BLOCO D APTO 608

Profissão? ANALISTA DE SISTEMAS

Local onde exerce sua atividade atualmente? PRODASEN

É parente, em algum grau, de parte envolvida? NÃO

O Depoente compromete-se, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da Lei, dizer a verdade no que souber e lhe for perguntado, não sendo obrigado a depor contra si próprio, nos termos do art. 5º, LXIII, da Constituição Federal? SIM

Brasília, 24 de abril de 2001

Assinatura

1. Entregue pelo Senador Arruda em audiência 24/4/2001 2. Junte-se

1

Dra. Regina X Senador Arruda

Ivar	Regina foram a residencia do
Heitor	após espera - conversaram no patio do predio
Nóbrega	Foi à casa do Heitor mais ou menos a 01:00h do dia 28
Nóbrega – Ivar – Regina	Sugeriu alterar o programa e como tinha o programa foram ao Prodasen. Regina se retirou logo em seguida.
Nóbrega	Foi à sua máquina onde não tinha o software de compilação.
Ivar	Propôs trabalhar na sua máquina onde tinha software em outro prédio e trabalharam o programa era uma incógnita e aí chamaram o Gazola que chegou entre 02:30hs e 03:30hs. Falara ao Gazola que havia um problema de segurança que era necessário ter uma cópia da votação para evitar qualquer dúvida sobre a votação (teria sido um inocente útil) aí ele mostrou como funcionava o painel e teria que fazê-lo como uma votação normal.

1886

Gazola – Ivar	Não levaram o disquete. Procedimento de 20 linhas a inibir para tirar o programa original. Terminaram por volta das 04:30hs.
Gazola – Ivar – Heitor	Combinaram que às 06:00hs o Ivar ligaria para combinar a hora que iriam chegar ao Senado os três. Mais ou menos às 06:40hs entraram no Senado. Acredita que com o crachá colocado mais ou menos 3 seguranças no local.
Heitor	Solicitou abertura. O segurança disse que não *tinha* ordem para abrir. Mais ou menos às 07:30hs abriram a porta de vidro e entraram. Não sabe se foi o Heitor ou o segurança do computador.
Heitor	Ligou o computador
Ivar e Gazola	Operaram alterando o computador para que a parte do "X" não funcionasse.
Ivar – Gazola – Heitor	Se retiraram, depois de ter o Heitor simulado a votação. Heitor usou a senha de um senador.

FLS. Nº 1887 SECRETARIA GERAL DA MESA

3

Heitor	Ficou.

Regina disse que foi cobrada. Ivar foi se encontrar com Heitor sendo ele que extraiu a lista.

Ivar	Dia 30 recuperou o programa anterior
Ivar	Verificando a possibilidade de vazar e desconfiou de alteração de voto, copiou o programa.
Ivar – Regina	Conversaram e resolveram destruir o disquete e o programa. Reaproveitou depois de formatar o disquete com a lista e o reaproveitou. Encontra-se no Prodasen.

SF Nº 1888 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Junte-se aos autos do pedido de quebra de sigilo telefônico em 23 fevereiro
Em 14/4/2000

CONSULTA DE MENSAGENS (Hermínio Gomes de Nobrega)

Consulta de Mensagens, Pager 03-1144

[28-Jun-2000 00:41] Msg. no: 853
POR FAVOR LIGAR P/ O HEITOR NO TEL.: 9975-4174 COM URGENCIA. ASS.: HEITOR.

[28-Jun-2000 00:41] Msg. no: 854
POR FAVOR LIGAR P/ O HEITOR NO TEL.: 9975-4174 COM URGENCIA. ASS.: HEITOR.

[Enviar Mensagens] [Agenda] [Consulta] [E-Mail] [Identificação] [Senha]

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 1

23/4/2001

FLS. 1880 SECRETARIA-GERAL DA MESA

DEPOIMENTO DOS SRS. NILSON DA SILVA REBELLO E DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS, NOS AUTOS DA SINDICÂNCIA Nº 1, DE 2001

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Dando início aos trabalhos, vamos proceder à qualificação do depoente.

Nome?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Nilson da Silva Rebello.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Identidade?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Número 2.566.297, IFP-RJ.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma)– Idade?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Cinqüenta anos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Número 246.081.907-25.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma)– Estado civil?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Casado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – SQN 309, Bloco D, ap. 304.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Analista Legislativo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Onde exerce?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – No Prodasen, na divisão de Apoio e Desenvolvimento.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de partes envolvidas?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, V. Sª.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, se compromete a dizer a verdade, somente a verdade?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Absolutamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, peço que assine o compromisso, para que fique registado. (Pausa.)

Há quanto tempo V. Sª trabalha no Prodasen?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Trabalho no Prodasen... neste ano faz 23 anos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma)– V. Sª ingressou por concurso público?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não; na época não havia concurso público; ingressei por meio de uma seleção pública e fui admitido no regime da CLT; quando houve a mudança para o Regime Jurídico Único, passei para esse regime.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma)– Trabalhou em vários setores ou somente no Apoio e Desenvolvimento?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não; trabalhei em vários setores. Entrei no Prodasen em 1979 como assessor do diretor executivo do Prodasen, fiquei algum tempo na esfera da direção executiva, depois fui ser assistente do diretor da Divisão Administrativa e Financeira; fui diretor Administrativo e Financeiro do Prodasen; saí para o Ministério da Justiça, época em que V. Exª estava lá; no início do Governo, com o Ministro Bernardo Cabral, eu era Secretário de Planejamento. Depois voltei ao Prodasen, onde assumi a área de Gestão de Contratos; fui Superintende da Dataprev aqui em Brasília durante uns cinco ou seis meses; voltei

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele não precisou a data?

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Não, não precisou.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO - A inferência que faço é que foi durante a sessão, mas é uma inferência, uma dedução! Como eu avisei a ele, imaginei que fosse isso: que ele procurou o Senador Renan Calheiros e o Senador Jader Barbalho e resolveram não fazer o voto secreto, aliás, não pedir a cédula.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não pedir, não é, porque não estava na Presidência à época.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – É.

Então, desse episódio, basicamente o que sei é isso.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Posteriormente, começaram a sair os comentários de que teria vazado – e, inclusive, saiu aquela informação na **Folha de S.Paulo** de que duas pessoas teriam informado que alguém do Prodasen teria entregue realmente uma lista.

Queria indagar a V. Sª isso, porque, na verdade, procurei o Jornalista Josias de Souza para que me esclarecesse aquilo que fosse possível. Porém, estando ele preso pelo sigilo da fonte, não pôde revelar o nome das pessoas.

Mas, depois, em depoimentos **in off** – porque isso não foi transcrito propriamente nos depoimentos –, surgiu que possivelmente uma dessas duas pessoas que teria informado à **Folha de S.Paulo** seria você.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não foi. Categoricamente não foi. Voltei a ter contato com esse assunto depois que saiu, em uma edição da revista **IstoÉ**, que eu estaria envolvido numa fraude no Serpro. Não sei se vocês estão-se lembrando desse episódio?

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Sim.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Esse dia foi uma sexta-feira, quando a revista circulou. No sábado, ligou-me um repórter do **Correio Braziliense**, de nome Wéber. Não atendi a primeira vez porque estava tomando banho; a minha mulher atendeu. Nesse intervalo, uma colega minha do Prodasen me ligou, dizendo: "Olha, ele é uma pessoa séria. Se você quiser conversar com ele, pode conversar, pode falar com ele. Se você falar **in off**, etc., ele vai respeitar." Então, liguei para ele, até liguei duas vezes, porque, na primeira vez, o jornal estava uma bagunça e a pessoa que atendeu não conseguiu transferir. Ele queria perguntar a mim o seguinte: "Se, tecnicamente, eu achava que era possível haver alteração do painel." E repeti o que falei agora, no início. Quer dizer: "Tecnicamente é. Acho que o limite ético das pessoas do Prodasen não permitiria fazer esse tipo de coisas." E encerrou aqui. Ele não me perguntou se eu sabia de lista, se vi lista, se fiz isso. Absolutamente nada.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Da **Folha** mesmo? O jornalista era da **Folha**?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, não. Um jornalista do **Correio Braziliense** chamado Wéber. Não sei o primeiro nome dele, Wéber.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – É Wéber mesmo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Que conversou com V. Sª?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Que conversou, que me ligou. A Revista **IstoÉ** circulou numa sexta-feira. Essa conversa foi num sábado, por volta das quatro ou cinco horas da tarde. Foram assim os dois momentos em que essa coisa da lista me foi perguntada. Nada mais. Nada mais.

SF FLS Nº 1893
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sim, no dia 28.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Durante a exposição?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não; depois da exposição. Nós ficamos no plenário durante a exposição, tiramos o telão - aquela tela grande que estava lá - e ficamos no cafezinho. Aí, como ele me pedia documentos, fui ao gabinete uma, duas, três ou quatro vezes. Numa dessas vezes, ouvi, mas não dei importância. Na segunda vez, entendi que seria relevante comunicar ao Senador esse fato. Tentei falar com ele pelo celular...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele estava ainda em plenário?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ele estava em plenário, antes de a votação ocorrer. Tentei falar com o Senador pelo celular, mas não consegui.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Houve recomendação para desligarem os celulares naquele dia, se não me engano.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Lembro-me do seguinte: numa ocasião, o Senador Ramez Tebet estava entrando em plenário - e não sei se S. Exª estava indo ao cafezinho ou ao banheiro – e eu lhe pedi o favor de solicitar ao Senador Luiz Estevão que fosse lá fora. Passados alguns minutos, o Senador Luiz Estevão apareceu lá fora. E eu disse ao Senador que ouvi dizer da possibilidade de se violar a votação. Ele me perguntou: "Você acha factível?", ao que respondi: "Eu acho que não, mas escutei e estou lhe passando esta informação". Ele voltou para o plenário, atarefado com a questão, e não voltei mais a discutir o assunto com o Luiz Estevão.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas ele foi alertado dessa possibilidade?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sim, eu o alertei, mas não voltei mais a discutir essa questão com o Senador Luiz Estevão. Só fiquei sabendo que ele teve uma medida concreta com relação a isso com o depoimento do Senador Jader Barbalho, dizendo que ele o procurou, junto com o Senador Renan Calheiros, falando a esse respeito.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Durante a sessão ou...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – O Senador Jader Barbalho, na semana passada, falou isso aqui.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ah, sim; agora?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sim, agora.

Depois que houve a cassação, o Senador foi para casa, desmontamos o gabinete. E eu o encontrei ou encontro algumas vezes, falo por telefone ocasionalmente com ele, mas não tenho convivência no dia-a-dia que permita discutir esses assuntos ou falar desses assuntos com ele. Eu só fiquei sabendo agora, com o depoimento, que o Senador Luiz Estevão chegou a pedir ao Senador Renan Calheiros que fossem ao Senador Jader Barbalho para pedir a votação em cédula.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas foi antes do dia ou durante a sessão de cassação?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Eu não entendi a pergunta.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Senador Luiz Estevão esteve com os Senadores Jader Barbalho e Renan Calheiros antes da...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não sei lhe dizer. Estou dizendo o que ouvi do Senador Jader Barbalho, ou seja, que o Senador Luiz Estevão..."

aproximadamente um hora e meia, uma hora e quarenta minutos, não sei. Além dos Senadores – o Presidente pediu para saírem os taquígrafos –, ficaram presentes o Carreiro, mais um assessor dele, que não sei quem é, o Américo, eu e dois advogados do Senador na primeiro fase, quando ele fez a explanação. Acabou a explanação, nós desmontamos aquela parafernália eletrônica toda e ficamos no cafezinho ali fora, esperando a sessão ocorrer.

Em uma, duas, três ou quatro vezes - não sei precisar quantas vezes -, o Senador Luiz Estevão saiu e pediu que buscássemos algum documento adicional no gabinete. Numa dessas vezes em que saímos, estava aquele bando de repórteres ali em cima de nós. Eles fizerem a seguinte pergunta: "Você sabe que a lista vai vazar ou que estão falando que vai ser aberta?"

Para mim, foi uma surpresa total. Pelo que imaginávamos ou pelo que conhecíamos das pessoas envolvidas nesse processo do Prodasen, isso não seria factível. E confesso para V. Sª que, na primeira vez em que se falou isso, eu não dei muita importância.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso foi antes, correto? Pelo que tenho lido nos jornais, foi antes.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não; foi no dia 28.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Antes não ocorreu em nenhuma vez?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Em nenhuma vez.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Dizem que o Senador Luiz Estevão procurou o Senador Jader Barbalho para informar da possibilidade da quebra do sigilo e pedir que a votação fosse por cédula, e não pelo painel.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO - Esse episódio eu desconheço.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Isso é o que consta.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO - Eu só tive conhecimento desse assunto, ou seja, de que a votação seria tornada pública, no dia da votação, mais precisamente numa das saídas em que fui ao gabinete...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Vocês ouviram isso algumas vezes antes, no gabinete? Ou o próprio Senador ouviu falar? Vocês confiavam cegamente na possibilidade de inviolabilidade do painel, ou havia alguma dúvida por qualquer razão? Como V. Sª trabalhava no Prodasen, poderia talvez vislumbrar alguma possibilidade disso.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Senador, confiar cegamente eu não vou dizer que vou confiar, porque, como se trata de um sistema de computador, é passível de modificação. Todavia, trabalhei três anos como Diretor Administrativo do Prodasen, sendo a Regina Diretora Executiva, e nunca imaginei que, numa gestão da Regina, ela fosse capaz de fazer isso. Então, eu estava absolutamente...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Porque ela sempre se portou...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sempre se portou com a maior lisura! É uma unanimidade, no Prodasen e até no Senado, o comportamento da Regina. Nós tínhamos conversas do tipo "pode ser", mas nunca imaginamos que fosse factível, que alguém do Prodasen fosse capaz de permitir que viesse a público o sigilo do voto secreto.

Voltando ao assunto, na primeira vez, não dei muita importância ao episódio...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso no dia 28?

ao Prodasen como Coordenador de Recursos Humanos, de lá fui novamente Diretor Administrativo e Financeiro por pouco mais de três anos; saí e fui Diretor-Geral de Administração do Palácio do Planalto, da Presidência da República, durante os quatro primeiros anos de Governo Fernando Henrique; saí e fui, durante um ano e meio, Chefe de Gabinete do Senador Luiz Estevão. Voltei para o Prodasen após a cassação dele. Em linhas gerais, são esses os meus últimos 22 anos de Senado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – De Casa?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Praticamente com exercício em algumas atividades públicas fora do Senado.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Três episódios.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi um período relativamente grande.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – No Ministério da Justiça foi um ano e pouco; na Dataprev, aproximadamente seis meses, e, na Presidência da República, quatro anos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O primeiro período de gestão do Presidente Fernando Henrique praticamente completo.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Todo lá.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Dr. Dirceu, por favor.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Vou iniciar as questões.

Sr. Nilson, V. Sª era Chefe de Gabinete do Senador Luiz Estevão durante o processo de cassação. Sabemos hoje que, já naquela ocasião, no dia da votação, talvez até uns dias antes, corriam rumores de que poderiam ser violados os votos. V. Sª, dada sua posição de chefe de gabinete, muito provavelmente deve ter ouvido informações, notícias ou comentários a esse respeito, os quais deve até ter passado ao então Senador Luiz Estevão. Gostaríamos que V. Sª nos esclarecesse sobre esse assunto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Seja sincero conosco. Não é um fato que possa trazer conseqüências para V. Sª, mas apenas para sedimentarmos tudo o que ocorreu, e para que possam chegar a uma conclusão e convencimento dos demais Senadores na fase de julgamento.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Pode ter certeza absoluta de que vou tratar com toda a sinceridade esse processo.

A cassação foi no dia 28 de junho, uma quarta-feira. Na terça-feira, eu e mais um colega ficamos no plenário até bem tarde da noite, não sei exatamente qual o horário, instalando aquele sistema de projeção: o painel, a tela e o canhão.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Porque o Senador ia fazer uma exposição de defesa.

V. Sª lembra qual funcionário estava com V. Sª?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sim; o Sr. Américo Munhoz Júnior, que era colega meu no Prodasen e também trabalhava no gabinete do Senador Luiz Estevão.

Saímos de lá, imagino, por volta de meia-noite e alguma coisa. Lembro-me de que, logo depois que saímos, o pessoal da Segurança entrou para fazer uma varredura no ambiente físico. No dia seguinte de manhã, no dia da cassação, quando começou a sessão, ficamos lá durante a primeira fase do processo de cassação em que ele apresentou aquele material audiovisual, o que durou

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 6

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 1895

Bom, esse fim-de-semana, evidentemente... Depois que V. Sª disse que eu viria depor, foi um inferno lá em casa durante esse fim-de-semana.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E todo o mundo atrás por que V. Sª não apareceu no depoimento da Regina.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, no depoimento da Regina não apareci mesmo, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, digo, não apareceu nos depoimentos dela.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ah, não apareci nos depoimentos dela.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas, dentro desse quadro, como repercutiu, entre os funcionários, a postura da Drª Regina, primeiro, em facilitar a expedição da cópia da lista, e, segundo, o depoimento dela esclarecendo todos os fatos que se circunscreveram à atitude dela? Como repercutiu?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não posso falar sobre a repercussão global do Prodasen. Posso falar de umas pessoas que estão mais próximas a mim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sim; para V. Sª.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Fiquei entre perplexo e estarrecido. Jamais imaginava que a Regina fosse capaz de fazer esse tipo de coisa. Para mim, realmente, foi uma surpresa enorme esse episódio. Atribuo à fragilidade dela em função da doença. Enfim, tentei analisar várias coisas. O único motivo que me leva a entender ou minimizar esse fato é a fragilidade com relação à doença por que ela tinha passado, que era uma doença grave. Mas não há outro motivo. Não é o padrão de comportamento da Regina, posso afirmar para V. Sª categoricamente.

Entrei no Prodasen talvez um ano, um ano e pouco depois da Regina, e convivemos muito juntos. Minha mulher, também funcionária do Prodasen aposentada, fez um curso de extensão em Ciências Políticas com a Regina; viajaram juntas, ficaram no mesmo hotel. Surpreendeu-me a mim e à Tereza, terrivelmente, esse episódio.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Tereza é a sua senhora?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sim; Excelência.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª acha que pode ter havido algum tipo de pressão psicológica, moral, ou algo assim?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, não saberia dizer.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não. Ela não comentou nada?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois, ela não chegou a conversar com V. Sª, com a sua esposa, a respeito?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não. No dia em que esse repórter do **Correio** me ligou – era um sábado –, liguei para a Regina, preocupando com essa questão. A Regina estava de mudança, mas passou na minha casa – e podemos recuperar o dia em que isso se deu – e comentamos esse assunto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pois é. Depois, se V. Sª lembrar, V. Sª nos comunique.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Podemos recuperar quando a revista publicou. Lembro-me de que foi um sábado.

Comentei com a Regina que o repórter tinha me perguntado, e ela não me falou absolutamente nada com relação a isso. Continuou dizendo que o sistema do painel era inviolável, que era muito difícil mexer, que não dava para fazer, que envolveria muita gente. Foi essa a conversa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não deu nenhum sinal.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Absolutamente nenhum.

Paula, você lembra o dia que foi a posse do Kléber?

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Foi no dia 02 de março.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Então o repórter do **Correio Braziliense**, o Wéber, ligou-me no dia 03 de março.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Deve ter havido matéria publicada no dia 04, no domingo.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não houve matéria. Que eu me lembre, não houve matéria; mas era bom dar uma verificada. Não registrei nenhuma matéria.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pode ter saído posteriormente.

O SR. DIRCEU TEIXIERA DE MATOS – Puxando um pouco pela memória, nesse dia 28, quando V. Sª ouviu esses primeiros rumores de que iria haver a violação, lembra exatamente quem foram as pessoas que disseram isso e o que exatamente disseram? A que nomes se referiram?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Quando eu saí do plenário, estava aquele tumulto de jornalistas. Veio aquele bando de gente em cima, perguntando como estava, como não estava, como era o clima, aquelas coisas que V. Exª conhece bem, com aquele monte de microfones etc. Um jornalista comentou esse tipo de coisa. Não sei lhe dizer quem era, pois nem conheço esse jornalista. Fui ao gabinete para pegar o tal documento, voltei e entreguei o documento. Quando fui pela segunda vez, a conversa voltou de novo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aí V. Sª se preocupou?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Mas não me preocupei em ver quem era a pessoa. Havia tanta gente que não consegui identificar. Confesso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Provavelmente era jornalista?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Com certeza era jornalista. Se colocarem juntos todos os jornalistas que estavam lá, não conseguirei identificar entre eles quem foi.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – E citaram algum nome?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E foi a mesma pessoa?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não sei lhe dizer, porque estava preocupado em pegar o documento. Da primeira vez, eu nem me preocupei em registrar a informação. Da segunda vez, quando repetiu a coisa, eu pensei: "preciso falar isso para o Luiz". Parei, ouvi. Acendeu uma preocupação. Foi quando passei para ele. Lembro-me de que o Senador Ramez Tebet foi o portador da solicitação que fiz para que o Senador Luiz Estevão viesse para fora do plenário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mais alguma dúvida?

O SR. DIRCEU TEIXIERA DE MATOS – Basicamente era isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª teria mais algo que pudesse colaborar, um esclarecimento?

1396

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, infelizmente é o que sei, e posso colaborar com isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quando V. Sª esteve no plenário para instalar o telão eram, mais ou menos, que horas? V. Sª ficou até meia-noite, mais ou menos?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Devemos ter começado a instalação desse equipamento por volta de umas oito horas, oito horas e trinta minutos, por aí. Tivemos de fazer com o pessoal da eletrônica um sincronismo do som do plenário com o equipamento. Depois, deu até um problema, não deu para ficar no parlatório do lado de cá, teve que ficar no parlatório do lado de lá. Foi mais ou menos isso. Para dar uma folga, ficamos de oito horas e trinta minutos até onze horas e trinta minutos, meia-noite, por volta disso.

Certamente, a segurança tem o horário que entramos e saímos do plenário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas tinha segurança no plenário?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Tinha segurança.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª lembra de algum deles?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Eu lembro do Viglione. O Viglione ficou lá, interagiu, conversou.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Isso ocorreu na noite do dia 27?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Na noite do dia 27.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Até a meia-noite, quando V. Sª saiu, ele estava lá ainda?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Tenho a impressão de que estava, porque ele ia fazer a varredura. Não posso afirmar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele esperou V. Sª sair para fazer a varredura na madrugada.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não posso lhe afirmar categoricamente se ele ficou até o final, mas ele esteve lá um bom período.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois que V. Sª saiu, eles ficaram lá.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Fomos embora. Pensamos o seguinte: depois que fôssemos embora, iam lacrar o plenário, e só reabriram no dia seguinte, às dez horas da manhã.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E a segurança ia fazer a varredura para lacrar o plenário?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª não chegou a assistir nem a ver a movimentação deles?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas, com certeza, o Viglione esteve lá.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Esteve durante muito tempo lá. Não sei se ficou até o final ou se foi quem fez a varredura. Isso não sei lhe dizer. Durante uma boa parte do tempo, Viglione esteve lá, disse que estava tudo bem.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Nilson, segundo um dos depoimentos que colhemos, parte desse material que vocês iriam utilizar na manhã seguinte ficou guardado à noite, na sala de controle do sistema de votação. Você confirma isso?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não. Lembro que o que íamos utilizar e que ficou lá foram o computador e uma senha do operador para acessar a rede e pegar o arquivo do **power point**. É isso que lembro. Documento físico, não.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Documento, não. Equipamentos.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ficou.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Equipamentos ficaram.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ficou um computador, uma CPU...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O computador era de V. S^{as}?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Era do gabinete.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Para poder interligar com o plenário?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Agora estou na dúvida se era do gabinete ou do Prodasen.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Servia apenas para o sistema de som ou poderia captar o que fosse para o painel? Era fora do computador do painel?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, totalmente **stand alone**.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Fora do computador do painel?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Fora do computador. Ficou situado em cima da mesa da taquígrafa, de frente para o plenário, do lado direito.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi no plenário e não na sala?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – No plenário. O computador ficou na mesa da taquígrafa, o vídeo girado para onde a taquígrafa senta, o canhão posicionado em uma posição tal e a tela.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso ficou no plenário?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ficou lá.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Na manhã do dia 28, em que horário isso foi retirado? Em que horário V. S^{as} chegaram lá, abriram e começaram a trabalhar?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Chegamos depois que a sessão foi aberta. A sessão foi aberta, o Senador Antonio Carlos Magalhães fez um pronunciamento que consta das notas taquigráficas e depois transformou a sessão em secreta. Então, começamos a fazer...

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Nessa hora, V. S^{as} retiraram da sala, do controle de votação, esse computador?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Esse equipamento estava no plenário. Ele dormiu no plenário em cima da mesa da taquígrafa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só retiraram depois de encerrada a exposição do...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Do dia 27 para o dia 28, o equipamento ficou na mesa das taquígrafas no plenário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só retirou depois de terminada a votação.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Depois de terminar a sessão completa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – ...a exposição dele?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não. Na exposição, tiramos a tela. Só a tela.

1898

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Deixaram o canhão, o computador.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – O Carreiro pediu para tirar a tela por conta de Senador que usaria a tribuna. Depois que acabou a sessão, fomos até lá e retiramos os equipamentos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Durante esse período, posterior à cassação, V. Sª raramente encontrou o Senador Luiz Estevão, segundo o seu depoimento. Em algum momento, ele chegou a citar a preocupação em relação à quebra de sigilo?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não. Ele falou comigo sobre esse assunto quando veio a matéria...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aquela vez?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não. Quando veio a matéria da revista.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quando veio a matéria da revista IstoÉ.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Quando veio a matéria, ele perguntou: "Você acha que é possível? Tem ponto vulnerável?"

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele entrou em contato com V. Sª?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ele encontrou comigo, e falamos sobre esse assunto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E ele mostrou algum tipo...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Mostrou preocupação. "Não é possível, não é?" E eu insistia que considerava muito difícil pela questão ética. Eu sempre falei: um sistema é factível de ter alteração ou modificação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Dependeria de pessoas do próprio...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – O limite ético da Regina, na minha avaliação, não permitia que ela fizesse isso. Sempre foi essa a minha argumentação com relação a esse assunto.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Alguém tem alguma pergunta a fazer? Drª Paula ou Drª Josefina?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Drª Josefina ou Dr. Alexandre?

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Queria perguntar se você viu alguém, no dia 27 ou no dia 28...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Doutora, fale mais perto do microfone.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – No dia 27 ou no dia 28, V. Sª viu essas pessoas que, no relatório da Drª Regina, constam como tendo participado da adulteração. Quer dizer, se no dia 27 ou no dia 28...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Ledur, o Ivar.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Ivar. O Ledur, provavelmente, porque ele trabalha lá dentro.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – O Ledur, não sei; o Ivar, com certeza, não. Não vi nem o Ivar, nem a Regina.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – V. Sª não conhece o Sr. Sebastião Gazolla?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não conheço nem sei quem é.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Ledur estava lá?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Senador, não sei lhe dizer. Não era importante para mim, naquele momento, o Heitor. É possível até que estivesse. Agora, com certeza, o Ivar, a Regina e o Nóbrega não estavam lá.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nem na noite, nem na véspera?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Nem na noite, nem na véspera. No dia da votação, também não me lembro de tê-los visto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Ledur normalmente ficaria, porque ele tem...

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Ele operou o sistema naquele dia; ele seguramente estava lá.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – É possível que eu possa tê-lo visto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – No depoimento dela, está dito que o Ledur foi às cinco ou seis horas da manhã. O Ivar terminou, entregou para o Ledur, e ele levou para colocar.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – No dia 27, não me lembro de ter visto o Ledur. No dia 28, possivelmente eu o tenha visto, mas não ficou registrado como sendo um fato excepcional, porque era comum encontrar o Heitor, o Nilson e o Hélio no setor de votação. Não era algo que me chamasse a atenção.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Era rotina?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Era rotina. Agora, com certeza, eu não vi a Regina, o Ivar e o Nóbrega, nem no dia 27 nem no dia 28.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Depois da cassação, V. Sªs voltaram ao plenário para retirar esse material. Em que horário isso ocorreu? Certamente, no período da tarde.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Drª Paula, ocorreu, mais ou menos, o seguinte: a sessão acabou, deu-se um intervalo de...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A Drª Paula Miranda é Presidente do processo.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Acabou a sessão de votação do Senador, e houve um intervalo para se começar a sessão ordinária do Senado. Foi nesse intervalo que tiramos o equipamento. Então, é fácil de se ver em que momento o retiramos, se foi entre...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Está registrada até no laudo da Unicamp a seqüência.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, não; estou falando dos nossos equipamentos.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Dos equipamentos de vocês?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Sim; dos nossos equipamentos, com os quais se fez aquela apresentação do Senador Luiz Estevão. Certo? Foi nesse intervalo entre o término da sessão de cassação e o início da sessão ordinária.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Deve mais ou menos ter coincidido com o período em que eles foram lá retirar o arquivo. Não é isso?

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - O período é dezoito horas. No depoimento, consta como tendo sido retirado...

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Às dezoito, dezoito e cinco.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - ... depois da 18...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – No final da tarde mesmo.

1900

FLS Nº 1901

A SR.ª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Então, foi bem depois do horário em que ele...

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Não. Há uma questão... há uma questão que eu queria até esclarecer a Paula. Não, necessariamente, Paula.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Você pediu depoimento dela na Comissão.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS - Não, necessariamente, porque veja:

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não entregaram o depoimento? Está aí?

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS –é que, naquele momento, abriram um disquete às dezoito e cinco. Um disquete foi aberto contendo aquele arquivo, não é? Mas é...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O depoimento dela, para nós podermos conferir.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS - ...não significa que eles... Eles podem ter tirado, copiado; isso em outro horário

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Seguramente, por volta das dezoito horas, estávamos preocupados em desmontar o gabinete. Tá certo? Embalar material, guardar coisa... seguramente estávamos envolvidos nisso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A descrição dela de todos os horários.

A SR.ª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - No depoimento dele, ele conta...

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Ele conta que viu vocês.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – É, é... Para ele, era mais surpreendente nós estarmos lá do que nós percebemos que ele estava porque era obrigação dele.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Exato.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aqui consta que eles entraram pela manhã. "Ficou pronto, mas tinham de trazer para introduzir na sala de votação pela manhã. Era complicado, porque havia muita segurança, que era um dia especial. Pela manhã, eles entraram. É terrível estar dizendo isso, mas é verdade. Aconteceu. Mexeram e instalaram".

"Isso foi à noite? "Não, de manhã, no dia da votação. Durante a noite, preparou-se e, de manhã, instalou-se e deixou-se o Heitor depois fazer a operação normal. O que mudava era só que haveria o voto, mas não faria o registro do voto com quem votou e tinha de eliminar alguma coisa que permanecesse vinculada ou gravada. Mais tarde, depois que acabou a votação e serenou o Plenário, voltou-se lá, pegou-se o disquete, tirou e se transcreveu. Nisso... aí eu estava presente. Até no depoimento, eu disse isso. Na hora do afogadilho, eu falei que peguei, mas eu estava presente. Levou-se para um micro e onde estavam só o Ivar e eu, e ele passou o disquete, tirou"...

Quer dizer, só estava ela e o Ivar para copiar um disquete, pelo que estou entendendo, lá dentro mesmo do plenário. Aqui ela está dizendo – logo à noite, quando serenou -, provavelmente, depois que vocês tiraram o material.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Depois que terminou a sessão ordinária do Senado.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – É. Depois deve ter sido após dezoito e cinco. Abriram... após terem aberto o disquete lá. Para nós, é a versão mais provável.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Essa é a parte mais descritiva. Desculpe-me amassar aqui. Então, penso que esclarece a dúvida. Eles já tinham saído. Não foi possível ver se havia alguma movimento estranho. A presença dela lá chamaria a sua atenção.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Chamaria a atenção e, nesse horário, nós estávamos desmontando o gabinete para entregar, como entregamos na sexta-feira.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, ela devia estar lá esperando ansiosa para poder copiar e deletar o disquete.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Depois que terminou a sessão da cassação, eu não voltei mais ao plenário. Nós ficamos no gabinete. Ainda ficou o Senador um tempo lá, os advogados. Havia umas pessoas correligionárias lá que foram cumprimentá-lo. Enfim, ele foi para casa e nós começamos a desmontar o gabinete em si, tá certo? Eu não voltei mais ao plenário nesse dia. Quer dizer, o gabinete era no final do corredor. De lá eu saí, peguei a caminhonete e fui embora.

A SR.ª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - E quem desmontou o equipamento de vocês?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – O Américo e o...

A SR.ª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Ele foi que voltou ao plenário.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ele voltou ao plenário

A SR.ª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - E depois, entre uma sessão e outra, para poder retirar. Você não voltou?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não voltei.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Américo está trabalhando outra vez no Prodasen.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – O Américo está lá no Prodasen.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ele praticamente não teria nada...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Se V. Sª me permite ligar para ele, para tentar saber a que horas que ele voltou ao plenário para verificar, eu ligo para ele agora para saber.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É bom. Assim esclarece a Dr.ª Paula, caso ela tenha mais alguma dúvida. A V. Sª a vai aproveitar o depoimento?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO (Ao telefone) – Américo, tudo bom? Eu estou aqui na Corregedoria, depondo. Apareceu aqui uma dúvida. É o seguinte: a que horas você foi ao plenário desmontar aqueles equipamentos que estavam lá para mostrar a apresentação do Luiz Estevão no Power Point. (Pausa)

É. Na minha cabeça, foi entre as duas sessões, entre terminar a sessão secreta e a sessão ordinária ordinária. Foi nesse intervalo, não foi? (Pausa)

Foi mais alguém com você ou você foi sozinho?(Pausa)

Logo depois da sessão, não é?(Pausa)

Desmontou tudo.(Pausa)

E quem levou com você? Foi aquele menino que levou no carrinho? Não foi aquele magrinho?(Pausa)

Está ok. Obrigado. Até logo."

SECRETARIA-GERAL DA MESA F.S. Nº 1902

FLS 1903

Senador, ele disse o seguinte: foi logo depois da sessão. Está certo? Estava aquele burburinho.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois da sessão ordinária?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, depois da sessão da cassação. Estava ainda aquele burburinho da cassação. Acabou a sessão, a imprensa... Ele foi lá, desmontou os equipamentos, ligou para o gabinete e veio o menino com aquele carrinho para carregar...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª acredita que seja possível ele ter visto algum dos envolvidos do Prodasen lá?(Pausa)

Talvez, depois, possa haver um depoimento rápido do Américo para complementar.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO (ao telefone) – "Américo, você viu alguém do Prodasen lá esse dia – Regina, Ivar, Nóbrega, Gazzola. Só o pessoal, ou seja, o Heitor Ledur e o pessoal de computação."

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Deixe-me falar com ele.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO (ao telefone) – "Américo, o Senador Romeu Tuma quer falar com você."

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) **(ao telefone)** – "Boa tarde, Américo. Tudo bem? Estamos querendo completar o esclarecimento. Quando V. Sª chegou para retirar o material que o Senador Luiz Estevão usou para fazer a sua exposição, viu alguém do Prodasen – não propriamente no plenário, mas na sala de computação ou perto? (Pausa)

O Heitor, o Hélio, os que trabalham. Mas, quanto ao Ivar, a Regina, V. Sª não se lembra? Só o Heitor, o Hélio, os que realmente trabalham no plenário... Está bem. Só um minutinho porque vou passar o telefone para o Dr. Dirceu, que pode querer fazer algum esclarecimento."

Se a V. Sªa quiser também...

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Você quer ainda algum esclarecimento?

(Ao telefone) - "Não, Américo. Acho então que o que podia ser esclarecido já está. Quer falar ainda com ele? Alô, vou passar para o Nilson."

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO (ao telefone) – "Ok, Américo; obrigado, Américo, valeu. Tchau, tchau."

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª não tem mais nada a acrescentar que possa colaborar conosco. Mas se houver necessidade de outro esclarecimento, um de nós entrará em contato com V. Sª.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Estou a disposição dV. Sª.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Agradeço-lhe. Está bom? Depois, esse depoimento será degravado, e V. Sª poderá assinar. Muito obrigado.

Dr. Marcelo, gostaríamos que o Dr. Domingos assinasse o compromisso de dizer a verdade e nada mais do que isso. Então se V. Sª puder preencher esse compromisso, dê uma lida antes. Se V. Sª tiver alguma intervenção a fazer, por favor, pode dirigir-se a mim para que eu possa decidir. Não entre em contato direto com ele. Faremos isso sem nenhum constrangimento. Vamos fazer isso com tranqüilidade. (Pausa)

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Senador, mais importante é a presença dela – bem mais até do que a minha - porque ela é quem vai...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, a sua presença é necessária apenas porque V. Sª ouviu as outras pessoas e pode nos ajudar.

A V. Sªa pode ficar aqui, Drª Paula, porque assim a V. Sªa senta ali, quando quiser. A Dr.ª Paula é que está presidindo a sindicância para apurar responsabilidade... É inquérito já, doutora?

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – É inquérito.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nós estamos gravando para evitar o escrivão. Depois que for degravado, V. Sª poderá ler e, se confirmar, V. Sª assina.

Então, só para ficar registrado: nome completo, por favor?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Domingos Lamoglia de Sales Dias.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Identidade?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – 127178 - SSP/MG.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Idade?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – 52 anos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – 11479132691.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Casado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Hoje eu resido no Hotel Nacional, apartamento 513.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Profissão?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Engenheiro.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Local onde exerce a sua atividade atualmente?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Gabinete do Senador Arruda.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de parte envolvida, dos funcionários?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, de acordo com o art. 203 do Código de Processo Penal, V. Sª se compromete a dizer somente a verdade perante esta Corregedoria?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, eu pediria que V. Sª assinasse... (Pausa.)

Dr. Domingos, há quanto tempo V. Sª trabalha no Senado? V. Sª é funcionário efetivo do Senado?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não sou, eu sou funcionário requisitado. Eu sou funcionário da Companhia Energética de Brasília, requisitado, trabalho no Gabinete do Senador Arruda desde que ele veio para o Senado, há seis anos e pouco.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não pela Liderança, mas...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, pelo próprio gabinete.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – ... pelo gabinete dele. Está há seis anos com ele, desde o início da gestão.

1904

Já o conhecia anteriormente?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Já. Já trabalhava com ele antes de...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Tem amizade ...?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Trabalhava com ele há coisa de 15 anos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Já trabalhava com ele?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Que nós dois somos funcionários da Companhia Energética de Brasília e de lá essa...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – ... essa relação...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – ... essa relação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – ... aproximada. V. Sª sabe dos fatos que foram relatados pela Drª Regina Célia, em razão da quebra do sigilo do painel. Então, eu não vou me alongar muito, para V. Sª não contar a história, mas ela fez referência a um encontro que teve com V. Sª para fazer a entrega de um envelope pardo no qual conteria a lista. V. Sª confirma esse fato e poderia descrevê-lo - como é que foi marcado o encontro e onde se deu e a que horas, por favor?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Pois não. Eu estava no gabinete da Liderança quando o Senador Arruda me chamou, ele estava com algumas pessoas no gabinete e me chamou...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Na Liderança?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Na Liderança do Governo no Senado. E me chamou no canto e me disse: "Domingos, vá ao encontro da Drª Regina agora, ela vai te encontrar ali próximo à biblioteca..."

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Do Senado?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – "... à biblioteca do Senado. E pegue com ela um envelope que ela - não me lembro se ele me falou "envelope" - um documento, que é um documento que eu vou entregar ao Senador Antonio Carlos Magalhães". Foi essa a conversa que ele me fez, eu desci imediatamente...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª pode precisar o dia, mais ou menos, e a hora?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – O dia foi no dia da... dia 28, dia da cassação do ex-Senador Luiz Estevão.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Que horas mais ou menos? Já era noite?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Era ao final da tarde, eu não sei precisar o dia...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois das dezoito horas?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É, porque aquele dia foi um dia conturbado. Por volta de dezessete... entre dezessete e dezoito horas, acredito.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Certo. V. Sª pode prosseguir, por favor. Pegou o documento...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Lá chegando, peguei o documento, o que ela relata no depoimento dela é verdadeiro, que me... ficou preocupada porque aquele... eu senti que ela...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ela fez alguma referência a isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É, eu senti que ela ficou preocupada, e eu disse a ela: "Não, pode ficar tranqüila, que o documento vai para o destino, é para o Senador Antonio Carlos Magalhães". Terminando, eu subi, cheguei e entreguei ao Senador Arruda. Ele, na minha frente, abriu aquele envelope que lhe foi dado, que era um envelope realmente pardo, estava fechado, ele abriu, verificou, pegou, abriu, olhou e colocou novamente. Eu não vi...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não comentou nada com V. Sª?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – ... de que documento se tratava e nem me disse anteriormente que... para que documento que eu estava pegando. E foi assim que... Logo em seguida, porque eu continuei na Liderança, ele estava atendendo algumas pessoas, ele imediatamente já levantou e disse: "Me esperem que vou ao gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães e retorno". Essa é a verdade.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ele saiu e retornou?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não lembro se fiquei ou se não fiquei. Não sei dizer.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - – Por que não houve nenhum outro comentário?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não houve.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Parece-me que ela faz referência a um outro contato com V. Sª depois que começaram a aparecer as apurações da Unicamp.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Realmente fiz vários contatos com ela.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª poderia nos reproduzir, por favor?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Iniciou após os depoimentos do Senador Antonio Carlos Magalhães junto aos Procuradores na Procuradoria em que saíram aqueles noticiários.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Da **IstoÉ**?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – E foi a partir daí que começamos a conversar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ela o procurou?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não me lembro. É difícil eu dizer se foi ela quem me procurou ou se fui procurá-la.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Tranqüilamente. Ela diz que acha que procurou V. Sª.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não me lembro.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas houve o encontro?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Houve o contato, o encontro, com certeza.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mais de uma vez?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Mais de uma vez.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E o teor das conversas era sempre sobre essa preocupação?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sempre sobre o assunto.

1506

FLS Nº 1507

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas V. Sª ficou sabendo que ela tirou a lista porque até então V. Sª sabia ou não sabia que era a lista?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Acompanhando o noticiário... Não, até então eu não sabia que era a lista.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ela é que falou?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, aí fiquei sabendo do que se tratava, por que estávamos conversando.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Por ela?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E não pelo Senador José Roberto Arruda?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É difícil precisar se foi o Senador José Roberto Arruda quem me falou ou se foi através... Acontece que...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Depois V. Sª conversou com o Senador Arruda sobre as preocupações da Drª Regina?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Transmitiu a ele?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Transmiti a ele e foi quando ela relatou os encontros com o Senador que são verdadeiros. Em algum encontro, eu estava. No primeiro que ela cita que foi aquele, eu não sabia, lógico que não estaria junto, e, depois, em alguns encontros eu estava presente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Você estava presente. Acompanhou o Senador e participou da conversa.

Aquele fato que ela registra e que era segredo, até sob tortura, V. Sª chegou a ouvir isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não me lembro desse comentário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Dessa frase que ele teria usado?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

As conversas eram sempre muito amistosas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ele tinha um bom relacionamento?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Bom. De forma alguma, ouvi qualquer palavra mais ríspida, mais alta, um levantar de voz.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Mas dentro da aflição dela, ela não manifestou?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Nunca. Sempre foi uma conversa muito amistosa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Todas as vezes em que encontrou. Ela faz a descrição de algumas. V. Sª não lembra. Foram todos os encontros fora do Senado ou dentro do Senado? V. Sª lembra?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – V. Ex.ª cita o encontro com o Senador?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Não, com V. Sª.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Comigo, lembro de, nesse ano, ela ter ido umas duas vezes na minha sala.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Na sua sala?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Na minha sala.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - E com ele V. Sª lembra os locais onde se encontraram?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Na casa dele e também aquele encontro que ela relata na tenda da UnB é verdadeiro.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - V. Sª estava junto?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu estava junto, mas não assisti.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Não ouviu a conversa?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, porque saí e não fiquei assistindo à conversa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - No primeiro encontro dela com ele em que a chamou em casa V. Sª não tomou conhecimento, nem estava lá?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não conhecia esse fato.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - O pedido, a solicitação que ele fez, que ela descreve?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Somente conheci, como disse, quando começaram as conversas em relação aos Procuradores. Aí, fiquei sabendo do que estavam tratando.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Com licença, Senador, naquele segundo encontro na casa dele em que os V. Sªes foram conversar no escritório, V. Sª estava presente?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Estava presente.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – E ela narrou que o Senador fazia as questões por escrito para ela.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É verdadeiro, é verdadeiro.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ele suspeitou que ela tinha um gravador na bolsa?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, ele não suspeitou em nenhum momento falou isso para ela. Ela foi quem ficou desconfiada disso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Por que ele teria que escrever ou falar em...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Mas em nenhum momento ele disse que estaria fazendo aquilo por causa disso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Mas provavelmente foi por uma segurança em relação a alguma escuta ou alguma coisa.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Pode ser.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ele nunca manifestou isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, nunca manifestou.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Diz aqui: "A gente tem que esperar o plenário não ter ninguém porque é um negócio complicado". Aí vem ela descrevendo. "Aí, quando o plenário ficou vazio e que se pôde fazer, eu liguei que já estava com a lista. Mas quando ele me disse como era para tratar a lista, me deixou angustiada, porque era horrível. Não tem justificativa. Mas uma ordem do Presidente da Casa... Agora, eu não queria botar em dúvida a palavra do Senador. Mas não vou entregar para o Presidente? Como é que fica?" Isso é ela perguntando para José Roberto Arruda quando ligou para reclamar da lista, segundo ela. "Mas era

para entregar para um assessor dele chamado Domingos, uma pessoa até que, nesse sufoco todo, tive que conversar tantas vezes com ele, que acabou sendo a pessoa que ficou também no meio do sufoco e passei a admirar."

Então, ela elogia a sua postura: "uma pessoa dócil, amável e tudo que era o Domingos, que ia esperar lá. Quando cheguei, era na frente da Biblioteca. Ainda fiquei preocupada porque tinha um movimento de festa, não sei se estavam filmando. Sei que senti algum desconforto ali na frente, no lugar que era. Entreguei. Mas acho que ele pressentiu a minha preocupação da origem e do destino da lista, e falou para mim: "Pode ficar tranqüila que isso aqui vai conforme o Senador falou". Entreguei e fui. Angustiada, ainda fiz comentários com o Ivar."

O Ivar estava com ela quando entregou a lista?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não, somente ela.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E V. Sª confirma tudo isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Confirmo. Confirmo. Já, inclusive, disse no início do depoimento.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Alguma coisa, Dr. Dirceu?

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Por que razão você acha que o Senador iria escrever as perguntas ao invés de fazê-las? Que receio tinha naquele momento?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Olha, trabalho há muito tempo, estamos juntos há muito tempo. Ele é engenheiro. Ele tem mania de tudo que vai fazer por no papel. Então, não sei dizer, precisar qual seria. Mas se você conversar com ele, vai ver que sempre: "Espera aí, sou engenheiro. Sem por no papel, não escrevo". Então, não sei falar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso aqui é uma nota que V. Sª expediu no dia 18 de abril que o Senador Arruda leu em plenário. V. Sª deve ter conhecimento. "Causou-me estranheza o noticiário envolvendo o meu nome no episódio." E aí descreve que nunca recebeu lista, nunca recebeu documento nenhum. Mas isso eu acho que...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu não tinha outra saída, outra coisa a fazer naquele momento, em respeito ao próprio Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quer dizer, hoje V. Sª corrige isso oficialmente?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não. Aquilo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Passou a...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – A verdade é a que estou fazendo agora.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - ... a desconsiderar aquilo que era uma matéria para proteger o Senador, é isso? No sentido de...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É, no sentido de que eu tenho, eu tinha uma lealdade com ele. Não era ali que eu seria desleal.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Perfeito.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – No seu conhecimento do Senador, que razão teria feito, vamos dizer, a querer essa lista e levar ao Presidente?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É difícil de dizer por que razão ele queria a lista. Ele hoje expôs todos esses fatos no Plenário. Acredito muito que, na sinceridade dele, hoje, ele abriu o coração. Acho que tudo aquilo que falou...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Conversou com os V. Sªes antes de ir ao Plenário? Chegou a conversar com V. Sª que ia fazer isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É. Conversei algumas vezes com ele esta semana. E hoje eu sabia que ele ia fazer. Mas não vi, anteriormente, o discurso que faria. Ele comentou que faria...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Estava manuscrito. Ele deve ter feito sozinho.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Certo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Porque fica essa grande dúvida: qual é o interesse de ter uma lista para saber, posteriormente à votação, quem votou em que e de que forma o fez. Quer dizer, ninguém consegue entender, ainda, a lógica dessa necessidade de praticar um ato tão indesejável, não é?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É. Eu assisti a todo o depoimento dele pela TV Senado e parece que ele abriu muito o coração, não é? Até pelo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele falou em vaidade...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS - ... foi um discurso escrito. Foi uma coisa... Do que eu conheço, ele falou com muita emoção e com muita verdade.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª acha que foi isso mesmo?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exato.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não havia nenhum interesse de agradar alguém ou entregar para alguém?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, de forma nenhuma. Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Gostaria de acrescentar alguma coisa?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Drª Paula? Senadora?

A SRª MARINA SILVA – (Fora do microfone.) ...no Conselho de Ética.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Colabore conosco para não nos surpreender no Conselho de Ética. Tem alguma coisa que a V. Sªa gostaria de ver esclarecida?

A SRª MARINA SILVA - V. Sª achava que ele hoje ia renunciar?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS - Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª tem alguma queixa ou algo que possa dizer? Tem algo que queira acrescentar a seu favor ou a seu desfavor?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS - Nada, nada.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS - Eu poderia ainda fazer uma indagação?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Claro.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS - Pelo que o Senador disse hoje em plenário, ele teria perguntado à Regina se era possível. Eu não me lembro exatamente, mas parece...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, ele fez uma consulta a ela se era possível, e não teria dado uma ordem a ela. E ela, **motu proprio**, conseguiu tirar e teria oferecido a lista a ele.



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 22

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS - Eu realmente não participei da primeira conversa, mas sempre depois que eu soube das coisas, o que seria, quando eu entrei nesse processo, vamos dizer assim, o que ele sempre me disse foi isso.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS - Que ele não deu ordem nem em nome próprio nem em nome do Senador Antonio Carlos.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS - Isso.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS - O que V. Sª acha que teria levado a Drª Regina a interpretar uma simples consulta como uma ordem que ela não poderia deixar de cumprir?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Se V. Sª quiser, eu repito o que diz aqui: "... que seguiria e já monopolizava as atenções. Segue a dúvida se esses votos no Senado, quando secretos, são conhecidos pelos técnicos do Prodasen. Saí do encontro" - com o Senador Antonio Carlos Magalhães – "com a incumbência de indagar à Drª Regina sobre essa possibilidade de conhecer os votos. Não o fiz de imediato. Não me recordo exatamente se ela me procurou por algum assunto, mas estou certo de que, efetivamente, disse-lhe que queria lhe fazer uma consulta pessoalmente, e ela foi ao meu apartamento. Estou certo que não foi no dia 27. Neste dia o roteiro que antes descrevi é aquele mesmo. Foi antes, mas o que importa é que, de fato, ela foi a minha casa, e o diálogo que ela descreveu é aquele mesmo. Perguntei à Drª Regina se era possível conhecer os votos de uma votação secreta, pois o Presidente Antonio Carlos desejava essa informação. Ela respondeu que achava que não, e eu falei: 'Bom, mas o que se fala é que talvez isso aconteça'. Ela, então, disse que iria verificar. É preciso ficar claro, portanto, que eu não pedi, muito menos determinei, nem em meu nome nem em nome do Presidente" - deve ser ACM – "que ela obtivesse a lista. Apenas consultei-lhe se isso aconteceria, se era possível acontecer. O detalhe, repito, não visa diminuir a responsabilidade no episódio, mas é por ser a expressão da verdade que me proponho a revelar e com a qual a Drª Regina foi fidedigna em seu depoimento."

Ele não chegou a comentar este fato comV. Sª?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nem hoje, quando decidiu fazer esse pronunciamento? V. Sª não chegou a ler nada?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu cheguei a ler o discurso dele. Tanto que ela me perguntou se ele iria renunciar e eu sabia que não, porque ele me disse o que faria hoje. Então, ele pediu que eu assistisse a todo o pronunciamento dele.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Eu tenho impressão de que você não teria condições de responder à questão que se coloca, que seria o próprio Senador e a Regina: como que, a partir de uma mera indagação, a Regina se prestaria a cometer uma fraude dessa gravidade. E a segunda questão se relaciona com esse dia. Ele disse que não foi no dia 27 à noite que ele falou com a Regina, que foi antes. Mas aí seria difícil justificar o fato de eles terem ido aquela madrugada para o Prodasen e terem feito a adulteração do sistema naquela madrugada. Isso, pelo que se sabe, há a comprovação, nos controles de ponto do Prodasen, de que eles efetivamente foram naquela madrugada do dia 28 lá fazer as adulterações. Se tivesse sido solicitado antes, eles poderiam ter feito com mais tempo; não iriam fazer na madrugada.

Então, são duas questões que ficam em aberto. Não sei se você gostaria de esclarecer alguma coisa.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu não poderia, de forma nenhuma – não foi um fato que ocorreu comigo; foi anterior; eu não conhecia o assunto –, pronunciar-me. Agora, é aquilo que estou dizendo, conheço o Senador Arruda há muito tempo. Ele me pareceu hoje muito...Esse discurso saiu da alma, com muita verdade. Até onde conheço ele...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª acha que houve sinceridade, não é isso?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim, muita sinceridade.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Um detalhe ali chamou a atenção agora na leitura. Ele disse que, quando ela falou "acho impossível", ele disse: "Olha, já ouvi falar que é possível". Ele chegou a relatar algum fato anterior de que possa ter sido violado o painel? Para ele fazer esta afirmação à Drª Regina?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, de forma nenhuma. Para mim, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nunca, nunca ouviu falar que tivesse havido qualquer tipo de fraude ou de quebra de sigilo em votações anteriores?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não, de forma nenhuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pois não, doutora.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – V. Sª recebeu a relação da Drª Regina e não sabia do que se tratava?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não recebi uma relação.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Não, V. Sª recebeu um envelope.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Recebi um envelope.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Então, V. Sª não sabia do que se tratava. Quer dizer, no primeiro encontro que V. Sª teve com a Drª Regina e o Senador para tratar desse assunto, foi ali que V. Sª tomou ciência?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Foi.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – O Senador não havia lhe falado nada antes? Foi ali que V. Sª tomou ciência de que o painel tinha...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Acho que respondi isso.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Não, não foi. Estou lhe perguntando de novo, porque achei que não foi respondido. Porque V. Sª disse: Não, não sei dizer se foi o Senador ou a Drª Regina.

O Senador lhe levou, então, para uma reunião com a Drª Regina e V. Sª lá se surpreendeu com essa situação da violação do painel. V. Sª não sabia de nada? Ou ele lhe falou antes e lhe levou para esse encontro...? Houve o encontro, mas V. Sª já estava cientificado do que era, ou seja, porque a Drª Regina estava procurando o Senador, na sua presença e, depois, parece-me, procurou só V. Sª – porque era dificultado esse acesso ao Senador, ele é uma pessoa muito ocupada e tal e como V. Sª já estava a par do que tinha acontecido, ela lhe procurava.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Drª Paula, não é?

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – É. Não ficou claro aí quem lhe contou isso.

15/2

FLS. Nº 1913 SECRETARIA-GERAL

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Drª Paula, eu me prestei – e no início assinei uma coisa – a dizer a verdade. Não vou dizer uma certeza de uma certeza que não tenho. Não sei dizer qual o momento específico em que fiquei sabendo da lista. Sei que foi no período...

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Certo. Quer dizer, V. Sª não sabe se, no primeiro encontro...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não sei precisar.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – ...que V. Sª teve a três – quer dizer, V. Sª, a Drª Regina e o Senador –, V. Sª não sabia.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Certo. Entendi.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O fato importante é que, quando ela lhe entregou a lista, V. Sª a tranqüilizou de que teria um destino...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Porque ele me disse para, quando eu fosse falar...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – ...destino combinado.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Posso explicar?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Quando ele me chamou na sala e pediu que eu descesse para falar com a Drª Regina, ele me disse: Vai, que ela vai me entregar um documento que eu preciso levar para o Senador Antonio Carlos Magalhães. Por isso que eu...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E como V. Sª percebeu essa hesitação de ela querer lhe entregar, e V. Sª tentando tranqüiliza-la?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, realmente, porque tudo que ela relata é verdade. Tinha, sim. A biblioteca tem agora...eles lançam livros ali e têm alguns eventos. E esse dia tinha um evento. Ela estava intranqüila porque ela sabia da responsabilidade que estava na mão dela. Eu não sabia. Eu senti que ela estava intranqüila. Aí eu disse: Fica tranqüila que eu vou levar o documento. Você está com o documento, vou levar. Está certo? Não houve nenhum... Quer dizer, senti isso.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – No tal encontro que V. Sª teve na casa do Senador – V. Sª, o Senador e a Drª Regina –, essa situação das perguntas por escrito, o que era? Era uma simulação do que iria acontecer dentro lá da comissão de sindicância? Qual era a finalidade dessas perguntas por escrito? Estavam fazendo uma simulação: "olha, se perguntarem isso, responde-se assim".

Não é? Porque parece, pelos depoimentos, que as pessoas se encontraram... a própria Regina confessa que encontrou com os outros envolvidos para combinar que respostas seriam dadas à Comissão de Inquérito, de maneira que não vazasse o que de fato havia acontecido.

Não entendi, dessas coisas por escrito, qual era a finalidade. Pareceu-me que fosse essa: vamos treinar, vamos ver como é, se fizerem uma pergunta a resposta é essa ou aquela. V. Sª que estava presente à reunião, saberia dizer qual era a finalidade dessas perguntas por escrito? Que perguntas eram essas?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS - Confesso que estou tentando trazer à memória; não estou conseguindo não. Se era alguma coisa do que teria sido feito ou se era alguma coisa para treinar, não lembro. Também não vou dizer; estou tentando...a memória...agora não sei responder à V. Sªa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Antes de a Drª Regina chegar, os V. Sªes conversaram alguma a respeito? V. Sª já estava lá ou chegou posteriormente na casa do Senador Arruda?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Nesse primeiro encontro? Deixe-me recordar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quem o convidou deve ter sido o Senador, não é? Ou ela foi...

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não...acho que até...aquilo que V. Sª me perguntou...eu não sei. Parece que foi ela que estava preocupada e pediu para conversar com ele.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sim, mas V. Sª...ele o chamou ou V. Sª estava casualmente lá?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu fico muito na casa dele, por causa que...ele me chama muito lá. Não lembro se ele me chamou especificamente para esse assunto, se eu já estava lá. Mas se a memória não tiver me... acho que eu já estava, ela chegou e sentamos, aguardando o Senador um pouquinho.

A SRª MARINA SILVA – V. Sª considera normal entre duas pessoas conversando fazer as perguntas ou dar as respostas por escrito?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – O que V. Exª chama de normal?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Se há uma pessoa que está num caso em que a confiança recíproca tem que prevalecer, é isso, Senadora?

A SRª MARINA SILVA – Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Por que teria que fazer por escrito pergunta e resposta?

A SRª MARINA SILVA – Em vez de um diálogo estabelecido entre duas pessoas que tinha um grau de afinidade tão grande, por que então a Drª Regina diz no seu depoimento que ele fazia por escrito as suas falas e que ela mesma desconfiou de que ele estava achando que talvez ela estivesse gravando. V. Sª acha normal esse procedimento entre duas pessoas que tenham afinidade, por mais sistemático que seja esse indivíduo?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É difícil responder a V. Exª, responder por uma outra pessoa. Não vou fazer juízo de valor. V. Exª me desculpe.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele não comentou nada?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E V. Sª também não perguntou nada?

1914

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E antes da chegada dela, conversaram alguma coisa sobre o assunto?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não lembro, porque exatamente o que disse que tenho dificuldade é saber se foi no primeiro encontro o que ela me perguntou. Não lembro se eu já sabia e se naquele momento já estava conversando com ela sobre aquele assunto. Não lembro.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Num dos encontros V. Sª transmitiu a ele a dificuldade dela e a preocupação que tinha sobre a possibilidade

SF FLS Nº 1915 SECRETARIA-GERAL DA MESA

de a Unicamp realmente reconhecer que houve quebra do sigilo? V. Sª isso transmitiu ao Senador?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – V. Exª podia..? Eu não...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ela estava preocupada. V. Sª confirma que ela realmente o procurou em razão das notícias da revista **IstoÉ** e posteriormente pelo andamento dos fatos. Toda a vez que ela reportou isso aV. Sª V. Sª transmitiu ao Senador Arruda?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim. Com certeza.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sempre. Sempre esclarecendo as preocupações dela. E ele ficava tranqüilo? Não se manifestava?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Eu fazer essa afirmativa acho até difícil. Não sei se sempre retransmiti tudo o que conversei com ela.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas algumas vezes V. Sª levou ao conhecimento dele a preocupação?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Ah, sim, com certeza algumas vezes. Dizer todas, posso estar mentindo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É talvez... para não ser repetitivo, mas algumas vezes V. Sª levou ao conhecimento dele, não é?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exato.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Drª Paula.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Não quero fazer mais perguntas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Senadora. (Pausa)

V. Sª tinha alguma relação com a Drª Regina? Relação de trabalho? De amizade? Tinha algum tipo de...?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É... De amizade, eu não diria. Gosto muito de um irmão dela, que é Júlio. E, como ela também tinha uma ligação com o Partido, às vezes estávamos num processo de disputa interna dentro do Partido, conversamos algumas vezes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ah, porque eles são membros do PSDB.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Ela é membro do PSDB.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – V. Sª também é membro?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sou membro do PSDB.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E tinha afinidade com ele?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exato. Sou Secretário-Geral do PSDB do Distrito Federal.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Daqui de Brasília?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Certo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senho tinha visto, alguma vez anterior, o Senador ter o mesmo comportamento de fazer perguntas por escrito ao interlocutor?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Algumas vezes, já vi, sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele costuma fazer isso, às vezes?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Sim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não é nada excepcional essa conduta dele?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É, não vou dizer que todas as vezes. Alguma vez eu já vi ele fazer isso aí.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Fez algum curso de formações, de segurança?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Ele sempre diz: "eu não sei falar sem escrever". Então, isso é a formação dele – engenheiro sempre faz isso. Escreve muito, mesmo falando.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E transmite às pessoas o que escreveu?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mostra e aguarda a resposta?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Até para uma memória. Faz muito.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Para uma memória ali.

A SRª MARINA SILVA – Ele costumava fazer isso no plenário, exercício da Liderança?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Em plenário?

A SRª MARINA SILVA – É, para conversar com alguns Senadores, por escrito.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Mas eu não participo, não estou lá no plenário, direto. Como é que vou responder isso para a V. Sªa?

A SRª MARINA SILVA – Fazia isso apenas em conversas particulares?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – É, uma coisa mais próxima.

A SRª MARINA SILVA – Mais reservada?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Exato.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mais alguma coisa, Senadora? Drª Paula? Dr. Alexandre? V. Sª tem alguma interferência? Dr. Dirceu?

Tem alguma coisa a acrescentar que possa nos ajudar no completo esclarecimento, Dr. Domingos?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Só posso dizer que estou à disposição, a hora em que vocês quiserem, para qualquer outro esclarecimento.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pergunto se V. Sª sofreu algum constrangimento?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – De forma nenhuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ou alguma coisa que ferisse a sua dignidade, os seus princípios?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – De forma nenhuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, lhe agradeço ter compreendido a necessidade do seu esclarecimento. Achamos que não poderia ser dispensado, até para poder confirmar o que o Senador falou, o que a Drª Regina também confirmou durante seu depoimento.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Está certo.

Quero pedir desculpas por, no primeiro momento, não vir aqui e ter mandado uma carta aV. Sª, que V. Sª não recebeu. Desculpe-me.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não recebi. Não quis receber, inclusive.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não quis receber.

A SRª MARINA SILVA – V. Sª tem uma informação de por que o Senador estava tão empenhado em levar essa lista ao Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não.

A SRª MARINA SILVA – Não houve nenhum comentário a esse respeito?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Não, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, vamos dar por encerrado.

Depois que terminar a degravação, pediríamos que fosse mostrado; que V. Sª lesse, com tranqüilidade. Acredito que não vai fugir do texto, porque ninguém ditou.

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Isso vai me fazer aguardar?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, depois será apresentado aV. Sª. Só fica registrado que V. Sª não se negará a assinar.

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – V. Sª vai estar no gabinete?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Vou. Se não estiver, pode falar...

O SR. DIRCEU TEIXEIRA DE MATOS – Qual ramal?

O SR. DOMINGOS LAMOGLIA DE SALES DIAS – Ramal 2013 ou 2014.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 18h10min)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- I
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *24.04.2001*

DEPOIMENTOS DOS

SRS. NILSON DA SILVA REBELLO E IVAR ALVES FERREIRA,

NOS AUTOS DA SINDICÂNCIA Nº 1, DE 2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 1919

(Início da reunião sem registro de áudio.)

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO - ...qualquer lugar, era uma atividade de administração de apoio interno à Presidência. Então, seria uma inferência fazer qualquer tipo de comentário.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas o senhor observou o que constatei, o que falei agora?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Vi o que estava na imprensa, o que a imprensa falava, a imprensa comentava isso. Inclusive eu nem voto aqui em Brasília, voto em Goiás.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas o que observei e que saiu na imprensa foi aproximadamente isso que falei agora. Então, o senhor confirma que foi a percepção de cidadão que está acompanhando os fatos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A apreciação de caráter pessoal, Senador, ele está dizendo, sem envolvimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Sr. Lauro vai compreender o porquê deste raciocínio. Concluída a eleição, vitoriosos Joaquim Roriz e Luiz Estevão, o que sucedeu? O senhor foi convidado por quem? O senhor foi indicado por quem para ser chefe de gabinete do Sr. Luiz Estevão? O senhor pode esclarecer?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Posso esclarecer. Foi o seguinte: um belo dia eu estava trabalhando no Palácio, recebi um telefonema e a secretária falou: "Luiz Estevão quer falar com o senhor". Eu não me toquei que poderia ser ele. "Qual é o assunto que ele quer falar?" Até me passou pela cabeça que fosse um fornecedor ou alguma coisa desse tipo. Ela me disse: "Ele falou que quer uma conversa pessoal". Eu atendi. Ele falou: "Oi, Nilson, tudo bem? Como está?" Eu falei: "Pois não, quem está falando?" "É o Luiz Estevão." "Pois não, o que o senhor deseja?" Até muito formal, porque não consegui lincar que seria ele. Ele falou: "Eu fui eleito agora e queria ter uma conversa com você." "Senador, deve ser a pessoa errada, não sou eu, não tenho ligação, não voto aqui em Brasília", essa coisa toda. Ele falou: "Mas você se incomoda de encontrar comigo?" "Não, não me incomodo." Aí tivemos um encontro. O Guido recebeu o mesmo telefonema. Tivemos um encontro eu, o Luiz Estevão, o Guido e mais umas duas pessoas onde ele fez o convite para trabalhar no gabinete com ele. Eu falei: "Luiz, não é o meu papel, não é a minha praia, eu nunca trabalhei em área política, não tenho nenhuma vocação para isso, sempre tive a minha atividade mais técnica, administrativa; não é a minha praia, efetivamente, não é". "Não, não me dá uma resposta negativa, pensa um pouco." E acabamos conversando, interagindo. Conversei inclusive com o Eduardo e falei: "Eduardo, o Luiz Estevão me deu telefonema desse jeito e fiquei surpreso com isso". Ele falou: "Olha, não sei também dessa história, me surpreende também isso. Pergunta ao Luiz que caminho ele seguiu para chegar ao seu nome". Depois, fiquei sabendo que ele chegou através de indicações de alguns servidores do Senado, que tinham relações com ele e tinham chegado a meu nome. E acabou acontecendo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Por isso que ele o chama de Dr. Nilson? Por não ter intimidade?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, ele me chama de Nilson. Aí começamos a conversar. Tinha uma perspectiva de ele vir a ser governador, a gente via que tinha a possibilidade de fazer um trabalho mais profundo, e acabei aceitando o convite dele. Inclusive o próprio Eduardo falou: "Não, é uma boa idéia. Você pode ajudar". E foi a primeira vez que me envolvi em uma atividade política.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor pediu demissão da função que tinha?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Já tinha decidido, Senador, a sair do Palácio.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Já tinha decidido.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Já tinha decidido. Quando terminou o primeiro mandato, eu falei que não ia ficar mais pelo seguinte: atividade administrativa é uma atividade rotineira. É muito, no caso do Palácio, alvejada, muito visada. Então achei que se ficasse lá...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Cansativo.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Cansativo até que não era o maior problema, não. Se eu ficasse lá, imaginei que a gente podia ficar...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Vulnerável?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – ...mais frouxo com os controles, mais confiado com a estrutura. Conhecendo melhor as pessoas, isso podia causar uma vulnerabilidade para o Presidente. Lembro bem que na posse, em 1º de janeiro, alguém comentou com o Presidente que eu ia sair, e ele veio falar comigo: "Você vai sair?" E eu falei: "Vou." "Por quê?" Eu expliquei para ele isso. Quer dizer, eu tinha decidido me afastar da Presidência. Tinha, naquela ocasião, o compromisso de voltar para o Prodasen, o meu órgão de origem, pois havia uma possibilidade de assumir uma diretoria no Prodasen, estava mudando naquela ocasião. A Regina tinha combinado comigo: "Você vem para cá porque você pode assumir uma diretoria, uma consultoria", enfim, teria um cargo num nível que seria de Chefe de Gabinete. Tinha uma outra possibilidade que tinha sido aventada da iniciativa privada – estava pensando até em pedir uma licença sem vencimento – e apareceu essa coisa do Gabinete do Senador Luiz Estevão e vim trabalhar aqui com ele. Não conhecia o Luiz Estevão, a primeira vez que vi o Luiz Estevão pessoalmente foi nesse encontro que tivemos em meados de dezembro de 98.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – No Gabinete dele?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, não foi no Gabinete, não, foi no restaurante Piantella.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E daí, o senhor se tornou Chefe de Gabinete dele?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Chefe de Gabinete.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E o outro rapaz, foi também?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – O Guido foi também e nós trouxemos...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ele também trabalhou no Gabinete? Qual era a função dele? Assessor Parlamentar?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Assessor Técnico. E mais três pessoas. Trouxemos uma secretária e mais duas pessoas. Montamos uma equipe porque nós tivemos na presidência e montamos no Gabinete.

FLS. 1920

FLS. 1921

O SR. EDUARDO SUPLICY – O Guido também era muito relacionado do Sr. Eduardo Jorge Caldas Pereira?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Também.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Na medida em que se sucedeu toda discussão do processo de cassação o mandato, então, seria natural que tanto o Dr. Guido quanto o senhor acompanhassem de perto se ele iria ou não ser cassado.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Claro, claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nesse sentido, ambos, então, foram acompanhando o que poderia cada Senador estar pensando, como seria a contagem de votos, isso era acompanhado diariamente, como vai votar o Senador Eduardo Suplicy, como vai vai votar...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Exatamente, fazíamos essas especulações.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Prepararam uma lista de opções.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, lista não, Senador, me perdoe...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Fizeram uma análise de cada nome. E essa conjectura, já que o senhor e o Dr. Guido tinham um relacionamento próximo no Palácio, no Palácio havia uma interação de informações?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Com alguma pessoa no Palácio?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O senhor pode assegurar isso?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Assegurar... estou aqui com o senhor, não vou jurar pelos meus filhos porque é meio usado jurar pelo filho, mas com certeza não, não houve nenhuma interação com o Palácio.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele se comprometeu a falar a verdade aqui, assinou o termo de compromisso.

O Palácio nunca perguntou nada, não acompanhou nada?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, não, de jeito nenhum. Depois que saí do Palácio, em fevereiro de 99, devo ter retornado lá umas duas ou três vezes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Tratar de documentação?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Teve um processo que me pediram para dar esclarecimentos, depois eles contrataram uma consultoria para fazer um projeto de modernização, como tínhamos iniciado, pediram para dar entrevista com o pessoal da modernização. E, talvez, mais uma ou outra vez, mas, enfim, nada que tivesse a ver com o processo do Luiz Estevão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Com o Senador José Roberto Arruda houve alguma interação?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, comigo nunca.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E com o Dr. Guido?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Com o Guido não posso falar. O Guido é de Itajubá, sei que ele o Arruda têm um conhecimento pessoal porque são da mesma cidade. Não sei lhe dizer se houve alguma... que o Guido tenha me passado, não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nem era relevante talvez.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Ele sabia a posição do Arruda nessa história.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Qual era a posição do Arruda?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Votar contra o Luiz Estevão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Votar contra o Luiz Estevão...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A política já os colocava em campos opostos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Isso é um ponto relevante.

Vamos procurar... Agora vou pedir que o senhor nos ajude no raciocínio.

Na análise que o senhor e o Sr. Guido fizeram, puseram ali, quando chegou o nome do José Roberto Arruda, disse "esse vai votar pela cassação".

Não tiveram dúvida disso?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mesmo ele sendo Líder do Governo?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Mesmo sendo Líder do Governo. Nem pensamos nisso, pensamos na política local.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Na base de apoio do Governo, os senhores tinham alguma avaliação de que por serem pessoas ligadas ao Governo iriam votar mais a favor da preservação do mandato do Luiz Estevão ou pela cassação.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Nunca fizemos uma avaliação, pelo menos que me recorde, se era de vinculação política ou se era do apoio, não. Era do que a gente via das conversas da relação pessoal que os Senadores tinham com o Senador Luiz Estevão e, eventualmente, alguma coisa ligada ao PMDB. Mas, com relação se estava no Governo ou não, não me lembro de ter feito uma conjectura desse tipo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Do Bloco de Oposição os senhores avaliaram que alguém poderia votar?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, a Oposição em peso contra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Em peso contra, como era nossa expectativa.

O senhor assistiu, ontem, ao depoimento do Senador José Roberto Arruda?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Assisti a uma parte. Quando liguei a TV Senado, ele já havia começado e não sei quanto do depoimento eu perdi.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu também não assisti, mas a pergunta importante, nesse caso, se o senhor puder de alguma maneira contribuir com a apuração, está formulada pelo próprio Senador José Roberto Arruda no seu pronunciamento. Na página 5 do auto, S. Exª diz: "A quem interessava, de fato, essa lista? Há outras cópias? E o tal disquete que permitiu extrair o resultado? A Drª Regina e o seu marido realmente não viram a lista? Nenhuma cópia foi dada a mais ninguém? Alguma outra pessoa já havia solicitado a mesma lista e ela estaria sendo providenciada, ou os procedimentos foram mesmo, então, de última hora?" Diz S. Exª: "Sinceramente, não sei, mas quero ser verdadeiro até nas dúvidas que tenho."

O senhor, de alguma maneira, por tudo que conhece, pela sua interação com o Dr. Guido e com o Senador Luiz Estevão, tem elementos que possam nos ajudar?

FLS. Nº 1922

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quero fazer um esclarecimento sobre o problema de lista, que foi feito no depoimento do Dr. Nilson, ontem. Durante a exposição do Senador Luiz Estevão, S. Sª foi buscar alguns documentos e foi interpelado por um grupo de jornalistas que não consegue identificar, aventando a hipótese da possibilidade da quebra de sigilo ou da fraude do painel. S. Sª não levou em conta, nessa primeira colocação, voltou com o documento, quando foi instado, outra vez, com a mesma pergunta, a responder. Resolveu informar o Senador Luiz

FLS. 1923

Estevão sobre esse fato que achou suspeito e não poderia ficar alheio a essa provável advertência.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Isso no depoimento, no dia do julgamento?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – No dia 28.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Está no seu depoimento, cuja cópia aqui está.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O senhor teve conhecimento de que poderia estar havendo o conhecimento dos votos?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – É, foi o que falei: nós ficamos, na primeira parte da sessão, Senador, apresentando aquele audiovisual que o Senador mostrou.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Certo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só para não ser repetitivo, fiz o esclarecimento.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Aí, saímos e ficamos no cafezinho. Em um momento qualquer da sessão secreta, que estava fechada, o Senador Luiz Estevão saiu e me pediu para pegar algum documento no gabinete, que não me lembro qual era. Saí e fui até o gabinete. Fui umas três ou quatro vezes ao gabinete buscar alguns documentos para ele. Numa vez, não sei se na primeira ou na segunda vez, quando saí um grupo de repórteres que ficava ali na porta e que estava ávido por informações me perguntou a respeito disso: "Ah, ouvi dizer que vão quebrar o sigilo e que se vai saber quem votou em quem." Saí batido para pegar o documento e não me importei com isso.

Na segunda vez, quando me perguntaram, eu falei: "Pô, vou passar para o Luiz essa informação." Eu tinha um documento para lhe entregar, esclareci isso ontem, e pedi ao Senador Ramez Tebet que pedisse ao Senador Luiz Estevão para vir aqui fora, no cafezinho. O Senador Luiz Estevão veio, entreguei-lhe o documento e falei-lhe: "Olha, Luiz, estão perguntando, aí fora, se vão quebrar o sigilo da votação." Ele entrou, foi uma coisa rápida, de segundos, e lhe confesso que não voltei a me preocupar mais com isso, porque esse assunto morreu aí. Quando voltei a ter conhecimento dessa questão da lista? Quando a revista **IstoÉ** publicou o material e, logo em seguida, o jornalista Weber, do **Correio Braziliense,** ligou para minha casa, no sábado, dia 13 de março, perguntando se eu achava factível, possível, fazer a violação do painel.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Está tudo no depoimento.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Eu falei: "Olha, possível é. Tecnicamente, possível é. Eu acho que a estrutura moral e ética que o Prodasen vem imprimindo não permitirá fazer esse tipo de coisa."

Para mim, era tão absurda essa hipótese, que a primeira providência que tive, depois que falei com o Weber, foi ligar para a Regina - eu havia sido diretor quando ela foi diretora executiva pela primeira vez – dizendo: "Regina, eu tenho uma informação que eu queria te passar." Ela foi na minha casa com o Ivar e falei: "Olha, recebi um telefonema do Weber falando isso, isso, isso, me perguntando se havia pontos vulneráveis no painel e respondi que não, que achava um absurdo, etc." E conversamos mais um pouco sobre amenidades e ela foi embora.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Naquela ocasião, ela não revelou o que agora falou?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não, não revelou. De jeito nenhum.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 6
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

Depois tomei conhecimento, quando o Senador Jaber Barbalho, na semana passada, comunicou que o laudo da Unicamp havia constatado a fraude, que os Senadores Luiz Estevão e Renan Calheiros haviam ido a S. Exª, Jader Barbalho, pedir para que fosse feita a cédula. O conhecimento que eu tive foi desses três momentos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Em sua avaliação, o Senador Luiz Estevão terá provavelmente elementos importantes para o conhecimento desta apuração?

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Como assim? Não entendi.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Do ponto de vista de esclarecer quem tinha interesse e por que razão saber da lista de votos. Ele era naturalmente uma das pessoas muito interessadas.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Não sei responder-lhe isso.

Posso garantir-lhe que, durante o tempo em que estivemos lá com o Luiz Estevão, em momento algum, ele perguntou ou aventou a possibilidade ou nos pressionou para que obtivéssemos qualquer informação ou buscássemos no Prodasen uma forma de obter essa lista. Isso eu posso garantir-lhe. Mas se ele tinha interesse em ter ou se tem interesse em ter, isso eu não posso falar. Pessoalmente, posso até dizer, por mim, pelo Guido, pelo Américo; enfim, as pessoas que estavam mais próximas dele, em momento algum veio algum pedido para que procurássemos falar com "a", "b" ou "c" para saber esse tipo de coisa.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eram esses os esclarecimentos que gostaria de ter. O senhor há de compreender...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Estou à sua disposição. Sou servidor da Casa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ontem, ele se colocou à disposição para qualquer...

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Tenho um compromisso forte com o Prodasen. Lá trabalho há vinte e dois anos. O que for necessário apurar, tantas vezes quanto V. Exª precisar, estarei completamente à sua disposição.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Está certo. Não queremos deixar dúvida sobre nenhum Senador.

O SR. NILSON DA SILVA REBELLO – Eu não posso dizer que é um prazer.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nem para nós. Acho o que não é prazer para ninguém.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agradeço a V. Sª pela sua disposição, inclusive por tão francamente dizer as coisas como aconteceram.

Durante o depoimento da Drª Regina, a sua presença lá foi muito importante. A coragem dela... Acho que ela prestou um serviço à Nação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Dr. Ivar, o senhor está aqui na Corregedoria para prestar um depoimento. Acredito que saiba o assunto de que se trata.

Pergunto se, de acordo como o art. 203 do Código do Processo Penal, o senhor se dispõe a falar somente a verdade sobre aquilo que lhe for perguntado.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Prometo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Peço a V. Sª que preencha este compromisso e o assine.

F. 3 Nº 1324

Nome – Ivar Alves Ferreira. Identidade: 341523, Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal. Idade?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Cinqüenta e dois.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – CPF?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – 13158206-06.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Estado civil?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Casado.

O SR.CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Residência?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – SHIS QI-28, Conj. 4, Casa 2.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) –Profissão.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Analista de sistemas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Local onde exerce a sua atividade atualmente.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Prodasen, Senado Federal.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É parente em algum grau de parte envolvida?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, esposo de Regina.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Perfeito.

O senhor se compromete a dizer somente a verdade, de acordo com o art. 203?

O SR. IVAR ALVES FEREIRA – Eu me comprometo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Assinado o termo, passo-o às mãos...

O senhor trabalha há quanto tempo no Prodasen?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Há vinte e cinco, vinte e seis anos. Entrei lá em 1975, julho de 75.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Por concurso público?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, à época não tinha concurso público. Fui convidado para trabalhar. À época se colocava anúncio em jornal procurando técnicos. Essa foi uma época bem diferente de hoje.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi convidado ou procurou com um currículo, submetendo-se...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Fui convidado por técnicos do Prodasen.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Perfeito. E permanece até hoje nessa atividade?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA– Até hoje nessa atividade.

O SR. CORRREGEDOR (Romeu Tuma) – Quais os setores que o Senhor trabalhou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Trabalhei em desenvolvimento de sistemas; depois, em administração de banco de dados; depois, na área de suporte técnico e a última função que tive foi na direção de uma área do Prodasen conhecida como "fábrica de **software**".

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A Drª Regina, ao depor, disse que, quando recebeu o pedido do Senador José Roberto Arruda, chegou a falar antes que ia no Senador Arruda, antes de saber do que se tratava?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ela não sabia.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor estava em casa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Estava.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pode precisar mais ou menos o horário?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Mais ou menos por volta de 9 horas, um pouco antes ou um pouco depois.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Do dia 27 ou do dia 26?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Na véspera do acontecimento, da votação. Como a votação foi dia 28, foi no dia 27, com certeza.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor confirma que foi no dia 27 que o Senador Arruda a chamou e ela lhe comunicou e foi para lá.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ela demorou entre ir e voltar?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não deve ter gastado nem uma hora. Mais de meia hora e menos de uma hora entre ela sair e retornar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Entre ela ir, o itinerário, conversar e voltar, gastou cerca de 40 e 45 minutos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Mais ou menos isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quando ela voltou mostrou alguma aflição, trocou alguma idéia?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Estava muito aflita, falando que recebeu uma ordem.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ela fez referência a uma ordem e não a uma consulta?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O que ela me disse foi o seguinte: "Saí de lá falando que vou cumprir uma ordem." Foi o que ela me reproduziu que teria falado ao Senador Arruda.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas, na hora em que ela disse isso ao Senador Arruda, ela já tinha convencimento de que dava para tirar a lista?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não. Ela me consultou: é possível? E eu disse: "Não sei". Pelo conhecimento que tenho, acho que não é possível tirar essa lista, do sistema do jeito que ele é.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Vocês sempre acreditaram que a quebra de sigilo era impossível?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nunca acreditei que a quebra de sigilo era impossível. De fazer, Senador? Não entendi bem a pergunta, Senador. Não gostaria de entrar em contradição.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor disse que quando ela lhe perguntou o Senhor disse que era impossível quebrar o sigilo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, ela me fez a pergunta: existe um relatório, sai alguma coisa, é possível chegar lá e fazer? Sem pedir: você poderia fazer isso para mim? E a pessoa dizer: tudo bem, tem um relatório aqui. É só clicar que sai. E eu falei para ela: isso não tem jeito.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não existia nenhum sistema rotineiro que pudesse executar...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Apesar de não conhecer bem o sistema. Conheço-o muito superficialmente, já me envolvi com ele em outras épocas na parte de **hardware**. Naquele ano mesmo, aquela questão de choque de estática...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Procurou afastar a empresa que forneceu em razão dessas dificuldades de funcionamento.

1926

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nessa época tive envolvimento por alto, ajudando. Formamos um grande grupo no Prodasen, trabalhamos nos finais de semana.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nos depoimentos que o Dr. Dirceu colheu esclareceram bem o porquê do afastamento da empresa fornecedora do painel.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi nessa época que conversamos sobre como era o sistema, simulou-se voto, a pessoa votava e víamos os erros e imaginava que era impossível. Eu tenho um hábito de imaginar, fazer um modelo mental e afirmar. É um defeito meu. Fiz uma projeção do cenário e vi que não tem. Ela falou: é possível fazer alguma coisa? E discutimos e, ela, muito aflita, e falei: "Olha, Regina, isso é muito complicado". Como ela estava muito aflita, eu disse: olha, acho que você deveria procurar o Heitor, que opera, e começar a conversar com ele e ver se chega a algum lugar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor tinha preocupação com o estado de saúde dela, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim. Aí ela me disse que ia fazer isso. Foi no momento em que eu discuti com ela e disse: "Regina, você não tem condição física de fazer isso. Você está num processo de saúde, todo mundo no Prodasen sabia que ela estava com dificuldade de manter o seu ...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O equilíbrio.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O equilíbrio do dia-a-dia. Muita cansada, a pressão dela subia - nunca tinha subido e, depois que ela fez a cirurgia, começou a subir. Falei para ela: "Olha, eu te acompanho e vou ficar junto de você nisso aí. Vou te ajudar porque você não vai suportar".

Desse momento em diante, passei a acompanhá-la e assumi que eu estava fazendo aquilo junto com ela, sem cobrar responsabilidade dela e sem acusá-la por ela estar me envolvendo. Fui solidário, daí em diante, o tempo inteiro.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor poderia continuar na exposição de como operacionalizou, de qual foi a idéia, para facilitar.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Em seguida, procurei no catálogo o telefone do Heitor. O telefone não estava no nome dele, mas no da esposa. Pelo sobrenome pouco comum, havia poucos telefones. Ligamos, e eu me lembrava de que ele morava mais ou menos no meio da Asa Sul.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E o nome é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Heitor Ledur.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Estava no nome da esposa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Estava no nome da esposa; se não me engano, Sônia.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É, mas isso é detalhe.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Entrei na... como o telefone não atendia, falei: "Regina, o jeito é irmos lá, tocarmos a campainha e ver o que está acontecendo". Tocamos a campainha ...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Por causa da premência do tempo...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Quando saímos de casa, já deveria ser dez e pouco. Alguma coisa que tem que ser executada até o dia seguinte... Nem sabíamos o que iríamos fazer. Saímos apressados, fomos até lá, tocamos a campainha e ninguém atendeu. Conversei com o porteiro. Perguntei se o Heitor

estava, se ele tinha visto o Heitor. Ele falou: "Acho que ele saiu; acho que não tem ninguém em casa". Insistimos na campainha e ninguém atendia. Não havia motivo para ele não atender, eu imaginava. Pensei: "Bom, ele não está; e se volta?" Tentamos o celular, também não atendia. Depois, ele até explicou que o celular não atendia porque ele estava num ambiente, numa festa, acho que dos Estados. Havia um barulho muito alto e ele não estava escutando o celular.

Nós nos dirigimos a um restaurantezinho pequenininho. Comemos alguma coisa, porque ainda não havíamos jantado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor e a Drª Regina?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Só eu e ela. Pedimos alguma coisa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor se lembra do restaurante?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Lembro-me. É um restaurantezinho que fechou. Nós até o recomendamos depois para outras pessoas. É um restaurante austríaco, que o próprio austríaco fazia a comida. Um restaurante pequeno, na 200. Para quem está subindo, à esquerda, deve ser a oito; deve ser na 208, no segundo bloco ou no final do primeiro bloco de quem sobe. Um restaurante pequeno. Estava vazio. Acho que só havia casal, não tenho certeza - a impressão é de que só havia um outro casal -, e comemos uma comida típica de lá. Pedimos um prato pequeno, ficamos ali conversando e tentando fazer contato com o Heitor.

Depois disso, já deveria ser umas 11h30, por aí. Saímos do restaurante e fomos à casa do Heitor. Aí ele estava. Tocamos a campainha e falamos... Eu não lembro se liguei para o celular. Acho que eu não tinha o celular dele, eu não sei, devia ter, já que tentei ligar no celular dele. Não, acho que a filha dele que tinha ligado para o celular. Acho que eu não tinha o celular. Mas não posso garantir. Bom, o fato é que cheguei e toquei a campainha. Ele desceu e explicamos a situação.

Ele ficou... Pânico é uma palavra pesada, mas ele ficou ...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Surpreso e abismado.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Mais do que isso. Ele ficou assustado. E aí a Regina descreveu para ele como foi. "Fui à casa do Senador Arruda, aconteceu isso, isso" e repetiu a história.

Bom, ele falou: "Olha, ..."

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso para o Heitor. O Heitor ouviu o relatório dela sobre o encontro com o Senador Arruda, descrevendo toda a conversa. Quer dizer, o Heitor tem condições de testemunhar também esse fato.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sem dúvida. A menos que ele não se lembre mais, ele pode confirmar exatamente isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sim, mas dentro do contexto.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – No contexto, foi exatamente isso. Só estávamos os três. Eu nunca subi à casa do Heitor, acho que envolve família, esse tipo de coisa...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele desceu? E conversou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ele desceu; ele conversou com a gente lá embaixo .

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Tem algum saguão lá?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não. No estacionamento, onde param os carros.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não tinha vigilante, nem nada que os tenha visto?

1928

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Tem um porteiro que raramente eu o via. Não é um prédio com uma vigilância mais presente. Tem simplesmente um porteiro. Finalmente, a gente olha lá e ele não está. Acho que está na casinha dele, não sei.

Ele falou que não sabia como fazer isso. E aí eu falei: - Mas não tem nenhum relatório que a gente poderia utilizar, com uma maneira indireta? Ele falou que não. E aí, a gente conversando...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nenhuma das ferramentas dos computadores do plenário poderia, que fosse do conhecimento, exercitar essa atividade e copiar a lista?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ele falou que não. Hoje, depois do laudo da Unicamp e conhecendo o sistema, porque a imprensa começa a falar, sei que teria ferramentas que poderiam ajudar. Deu-se um caminho lá, mas, como a gente não conhecia o sistema, a gente pensou na única chance que a gente via. Como entendemos da área de **software**, de programação, o que pensamos? Mudar o programa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso foi o que o Heitor idealizou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA — Não, fui eu que cheguei à conclusão de que o único caminho seria mudar o programa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas quando o Heitor disse que era impossível, ele indicou uma outra pessoa, alguma coisa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Aí, a gente pensando em mudar o programa, falamos assim: -Vamos chamar o Nóbrega – e eu não me lembro, se foi eu ou ele que falamos "vamos chamar o Nóbrega". O Nóbrega é o gestor do contrato, e ele poderia nos auxiliar nos indicando algum caminho para se fazer isso. Pedimos ao Heitor para ligar para o Nóbrega. O Nóbrega não tem celular, ou pelo menos não atende ao celular, mas tem um "Bip". E não sei se o Heitor ligou, deu o número, ou eu liguei, ou a Regina ligou, ou ele ligou. Um dos três ligou para o Nóbrega.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Para o Nóbrega?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Para o Nóbrega. E pediu a ele para vir até ali. O Nóbrega demorou um certo tempo para chegar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nóbrega ou Gazolla são a mesma pessoa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, senhor. O Nóbrega é funcionário do Prodasen, a pessoa que gere o contrato. Todo contrato do Prodasen tem um responsável e ele é o responsável. O Nóbrega demorou um pouco a chegar; deve ter chegado por volta de uma hora, não sei, não poderia precisar o momento.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – No dia 28, já?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Já na madrugada do dia 28. Nisso a gente já estava muito ansioso pelo tempo. O tempo estava passando e a coisa não evoluía. O Nóbrega, chegando, eu perguntei: Nóbrega...– explicamos para ele, e ele também se assustou. E a Regina repetiu para ele toda a história do Senador Arruda. Explicou tudo: a que veio, todos os passos até então. Ela repetiu tudo: viemos aqui, falamos com o Heitor, o Heitor disse que não dá - repetiu toda a história. Até o restaurante. Ela não omitiu nada para que as pessoas soubessem o que estava acontecendo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Inclusive terem o convencimento em ajudá-la, porque seria, em tese, uma ordem.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Uma ordem. E o que as pessoas normalmente sentem é o seguinte: o Nóbrega e o Heitor, na hierarquia administrativa do Prodasen, têm um coordenador como chefe, um diretor, e acima do diretor tem a Regina. Então, não é o seu chefe imediato chegando e fazendo o pedido.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É o chefe geral.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É o chefe geral vindo à sua casa com um pedido. Imagino que elas ficaram muito constrangidas de falarem o nome. Imagino, se acontecesse isso comigo eu ficaria muito constrangido de falar um "não". Imagino também a aflição numa hora daquela: "É para fazer agora". A pessoa não pode conversar com ninguém...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Entrou na análise a confiabilidade entre as pessoas?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, nunca entrou isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Digo, por dedução, o senhor acha que teve alguma influência na decisão a confiança?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Com certeza, as pessoas confiam muito na Regina como uma líder, como uma pessoa que está junto dos colegas. Isso, no Prodasen, eles confiam.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Para a gente sentir o convencimento...

para sentirmos o convencimento...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O convencimento. Em relação a mim, nunca fui... Ocupei, por poucas vezes, posições mais administrativas. Sempre fui um técnico, e as pessoas têm um respeito técnico, confiam muito no meu comportamento. Sempre... Tenho diversos relatos de que as pessoas confiam no que falo, no que faço. Então, tenho certeza de que ficaram tranqüilos sob a ótica de pensar "Bom, ela está pedindo, depois vai falar que não pediu...". Tenho certeza de que não passou isso na cabeça deles. Estou fazendo uma ilação sobre...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois V. Sª continua o roteiro. O Senador Eduardo Suplicy quer fazer uma intervenção.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Ivar, quando V. Sª explicou ao Sr. Heitor e aos demais que participaram, ou mesmo em seu diálogo com a Srª Regina Célia, com respeito ao propósito, à razão de se querer saber a lista, por acaso, foi oferecido a V. Sª e à Drª Regina, ou a ela especialmente, qualquer vantagem, algum presente, alguma coisa pelo Senador José Roberto Arruda ou, depois, pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, em função de se conseguir aquela lista?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Houve alguma compensação pela ação?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Houve alguma compensação de qualquer natureza?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, Senador, nunca foi.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Nunca foi.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu sei, eu tenho, eu posso garantir para o senhor que, se tivesse isso, tenho certeza de que as pessoas não fariam, porque aí não é uma coisa de confiança, é uma coisa de comprar. Pelo menos, no meu valor...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Está certo. A ética não seria violentada.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E, quanto a haver, então, uma motivação – digamos que lhe tivesse sido explicada – de grande relevância do ponto de vista do

interesse público, quanto ao interesse de se saber por quê, o Senador José Roberto Arruda teria explicado à Drª Regina? "É importantíssimo saber, porque..."

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Vamos supor, porque poderia haver um interesse primeiro, que seria "devemos cassar o Senador Luiz Estevão por tais e tais razões"; esse é um ponto de vista que alguns tiveram. Outros poderiam ter o seguinte ponto de vista: "Precisamos preservar o mandato dele por tais e tais motivos", daí o interesse em saber daquela lista. Pergunto se, em algum momento, foi expresso, dito, perguntado até pelo Heitor ou pelos outros: "Mas por que tanto querem saber?" A Srª Regina Célia explicou, dialogou com o senhor: "Isso é importante por tal e tal razão"?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O que houve nesse sentido foi nos intervalos; enquanto aguardávamos alguém ligar, alguém fazer uma coisa, ficávamos conversando: "Mas para que isso? Isso não vai mudar o destino de uma cassação, é um ato depois, isso não vai... Para que a pessoa quer saber? Qual é a motivação?"

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O objetivo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – E sempre a conclusão a que chegávamos é que são motivos que não conseguíamos entender. Desculpe-me ser muito franco...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, tem que ser. É importante para nós a sinceridade, a tranqüilidade.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Falar coisas que possam... Ser um pouco indelicado, mas falávamos: "Cabeça de político não conseguimos entender..." Surgiu essa frase. Não conseguimos entender, não sabemos. Surgiu. Por diversas vezes, eu mesmo falei essa frase. Desculpe-me se estou sendo tão franco.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas o importante é que V. Sª seja franco, porque eu também quero entender, quero saber exatamente. V. Sª há de convir que é fundamental que nos ajude a compreender por que se quis saber e quem quis saber.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Concordo com o senhor.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, se V. Sª puder colaborar no esclarecimento deste assunto, senão hoje, até... V. Sª está acompanhando o desenrolar dos fatos, e quem viveu o episódio pode, às vezes, lembrar...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Saber melhor onde estão os pontos vulneráveis, as mentiras tudo isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Uma luz nova, então.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pediria que V. Sª continuasse o seu relato.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Certo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor parou no Nóbrega. Chegou por volta de 1h...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Certo. Só queria...posso falar mais uma frase para o senhor?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pois não. Claro, claro, claro.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O senhor pode ter certeza de que tudo o que eu puder falar para elucidar todos os aspectos, vou falar. Tudo que puder, não. Tudo que sei...com certeza é tudo para elucidar todos os aspectos. Não sei se...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só queremos a verdade...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A verdade, toda a verdade.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - ...nada mais do que isso.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Bom, a gente...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor esteve com Nóbrega.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – ...com o Nóbrega

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Primeiro o senhor pegou, com a Regina jantou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aí foram à casa do Heitor. Ele já estava lá, desceu para conversar no pátio. Aí chamaram o Nóbrega. Ele chegou por volta da 1h da manhã. Depois disse que ficou assustado e mostrou a dificuldade em se...dentro do sistema, a impossibilidade da quebra do sigilo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A impossibilidade...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Bom, então, daí...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Quando o Nóbrega chegou e a gente explicou para ele e ele se assustou, sentiu o clima muito de...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aflição.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – ...aflição...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Desculpe, às vezes estou...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, mas é essa a palavra. Ele falou: olha, o caminho que vejo é alterar o programa. Ele falou uma coisa que eu tinha pensado. Aí ele falou que ele tinha o programa. Ele, como...Ele não tinha o programa que rodava, mas tinha as cópias antigas que a empresa mandou para ele e que estavam armazenadas no Prodasen. Não o programa executável, o fonte. Talvez posso esclarecer isso, não sei se é necessário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois vamos ao local, aí fica mais fácil para o senhor mostrar acho que o próprio equipamento e tudo direitinho.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Talvez. Não tenho os programas para mostrar, mas o fonte é aquele que escrevemos, que a pessoa...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor dá o nome da ferramenta...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Da ferramenta....

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Hoje aprendi que chama ferramenta.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A ferramenta usada é Delphi.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A linguagem...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A linguagem...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A linguagem é...a gente chama de Delphi. Na realidade, é uma linguagem Pascal, mas todos chamam de Delphi, que é um Pascal estendido. É mais que um Pascal.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É bom para entender inclusive o laudo da Unicamp.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Delphi com "phi" no final, só para a taquigrafia.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É com "phi". É inglês. É assim que se grafa. Senador? Acho que sim.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas não conheço o...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Gozado, uso tanto e a sigla, de repente...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não conheço o termo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 15
24.04.2001

FLS Nº 1933

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Acho que é isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Mas está no laudo. É bom só para...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – No laudo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O laudo descreve bem isso aí.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Então temos um programa-fonte. Quando a gente compila, é uma etapa da construção do programa, vira um programa-executável, que é o que realmente executa. Ele tinha os fontes. Então a gente saiu dali e avisamos o Heitor: Heitor, você fica que amanhã você vai ter que operar cedo. Você fica. Você não vai ajudar nessa etapa. Não é uma competência sua. Não é coisa que ele entende. Então a gente vai tentar resolver isso. Saímos eu, Nóbrega e a Regina, viemos ao Prodasen, na máquina do Nóbrega, onde ele iria colocar os programas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A Regina foi junto?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi, foi junto. Não sei se ela desceu...quanto tempo ela ficou no Prodasen, porque ela voltou logo. Aliás, foi sugestão minha. Ela já estava abatida. Eu pedi para ela voltar. Não sei precisar quanto tempo ela ficou no Prodasen. Sei que foi pouco. Então a gente foi até a máquina...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Se retirou logo em seguida, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É, logo em seguida.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Vocês assinam ponto, registra-se a entrada, tem alguma vigilância?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Senador, funcionários do Prodasen entram sem assinar. Quando é fora de horário, normalmente a gente assina, mas depende muito do guarda, da rotina do guarda.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Chegaram a assinar?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Quem é diretor normalmente não é registrado. O guarda...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então nesse caso não houve?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nesse caso, acho que não foi.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor lembra?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não tenho certeza.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor resgatou os registros lá?

O SR. – Ninguém ?? falou sobre isso.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Porque tem...

O SR. – Agora o Kleber que disse que consta lá.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Consta.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Tá. Então vamos resgatar isso aí, uma declaração do Kleber.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso. Tem um outro fato que tenho que esclarecer para efeito de registro. É que muitas vezes a gente entra, o guarda registra Ivar. A gente é conhecido lá. Na época eu era diretor de uma área. Então ele registra. Não assino, mas ele registra a hora de entrada e de saída. Então não sei se registrou ou não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sei. É como dentro do próprio corpo de Senadores. Na portaria, registram a entrada dos Senadores.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eles registram e a gente...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois, então, o senhor e o Nóbrega ficaram no Prodasen.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ficamos no Prodasen, só que em duas etapas isso aí, porque a gente foi até a máquina dele e jogou o código, o fonte na máquina dele. Só que a máquina que ele tem, que ele usava na época, não tinha o **Delphi**. Estou falando máquina sempre dele, porque é uma frase que a gente fala, mas não significa dele, é do Prodasen. É que nos referimos à máquina que a gente usa como "a minha máquina"; é costume. Mas ele não tinha esse **software**, a descompilação. Eu tenho esse **software**, na época eu tinha instalado esse software na minha máquina, e tenho ainda. Aí eu disse a ele: Ô Nóbrega, é melhor a gente trabalhar na minha máquina. Você coloca a sua máquina disponível, e pela rede eu transfiro todo o fonte para lá, e a gente trabalha lá. Aí a gente dirigiu, e fomos a outro prédio do Prodasen, onde é a fábrica de **software**, à minha sala. Na minha sala fizemos isto: copiamos todo o fonte para a minha máquina, entramos no **Delphi**, e a gente começou a olhar o programa.

Como é um programa grande, que eu nunca tinha visto nem ele, a gente nem sabia onde o programa se iniciava, a gente ficou...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Era uma incógnita então...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É uma incógnita, ou seja, o que a gente pode fazer aqui pode causar um erro amanhã e o sistema nem funcionar; isso é um desastre. Aí resolvemos, eu e ele, chamar o Gazolla, que foi a última pessoa que deu assistência técnica na programação do programa. Então, é uma pessoa que conhece o programa e iria nos falar: não, você está ...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aí já era na madrugada mesmo?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ah! o Gazolla deve ter chegado por volta das 3 horas da manhã, por volta das 3 ou 2 horas e 30 minutos, 3 horas e 30 minutos, por aí, qualquer coisa assim, entre 2 horas e 30 minutos e 3 horas e 30 minutos. Sem dúvida.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E daí?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Bom, aí o Gazolla chegou, a gente... O primeiro ato de chamá-lo foi complicado. O Nóbrega falou para ele que era uma emergência. Aí ele foi até lá. Se não me engano, ele estava em uma festa. Se não me engano, ele não estava dormindo, estava em uma festa. Não sei que tipo de festa, mas se não me engano... Porque ele chegou, até então, brincando, não estava sabendo de nada. "Pô! Me tiraram de uma festa". Tenho uma vaga lembrança disso. Ele chegou e a gente falou para ele: Olha, temos um problema de segurança. A gente não, isso fui eu que falei: "Temos um problema de segurança. Os votos de amanhã a gente quer que fiquem registrados para que eventuais dúvidas quanto à votação de um Senador, o Prodasen tenha como se defender que não teve problema nenhum".

1334

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor não quis abrir para ele.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, nunca abri.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas para os outros o senhor foi aberto.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi aberto completamente. Ele não sabe que a gente... Bom, hoje ele sabe, mas até então ele não sabia que a gente conversou com o Senador Arruda, que estava falando que era uma ordem do Senador Antonio Carlos. Nada. Isso não foi... Falamos que era um problema de segurança, primeiro porque a gente não queria envolver uma outra pessoa externa, que a gente poderia, ele poderia se negar... Se a gente contasse toda a verdade, ele poderia se negar. E outra é que a gente falou que era melhor ele não saber, porque

a única coisa que ele fez foi... um inocente útil. A gente achava que aquilo ali minimizava qualquer impacto sobre ele.

Aí ele sentou, eu e ele sentamos e começamos a discutir, aí ele foi me mostrando o programa, como funciona e tal, e chegamos à conclusão: Olha, vamos fazer isso. Vamos, antes de gravar os votos, antes de apagar o voto nominal, antes de destruir qual foi, a gente inibe essa rotina para ele gravar como se fosse uma votação comum. Depois a gente pode ir lá e ler essas informações. Em seguida, a gente poderia apagar aquilo e a gente achou, ingenuamente, que tudo ficaria bem. E assim foi feito.

A gente não pegou o programa de lá. Houve algumas versões na imprensa de que a gente levou um disquete. A gente não levou o disquete por um simples motivo: o fonte que a gente tinha, que a gente estava trabalhando, não era o fonte original, porque o programa vai sofrendo correções, é uma letra que está com cor feia que troca, é uma letra pequena que quer que aumente, os programas vão ser evoluídos. Se a gente pegasse aquele programa que estava lá, compilasse e levasse, podia ser que ele nem rodasse, que fosse uma versão muito velha.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Podia travar.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Travar. Não sabemos o que houve, mas não tínhamos tempo de tentar reconstituir...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, em vez de disquete...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Em vez de disquete, não levamos nada. Como era um procedimento pequeno, um procedimento de vinte linhas que tínhamos de inibir... Então, nesse programa, nesse procedimento, temos de tirar essa rotina. Está OK.

Então, o que vamos que fazer? Listamos. Vamos lá, vamos tirar o programa original, desabilitá-lo, deixá-lo do lado, entrar no Delphi, no fonte original, mudar esse conjunto de instruções, compilar e deixar para executar. E o Heitor vai operar o sistema como se nada tivesse acontecido.

Isso aconteceu. Fizemos isso, mas era impossível entrar no plenário naquela hora. Já sabíamos que havia medidas de segurança extras para aquele dia. O que fizemos?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Os senhores não foram, na madrugada, nenhuma vez ao plenário?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Nenhuma vez ao plenário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Os senhores terminaram por volta de 4 horas da manhã, mais ou menos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Eu cheguei a casa, lembro-me bem...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Se ele chegou a casa às 3 horas e 30 minutos...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Lembro-me de que cheguei a casa um pouco antes de 5 horas, porque ainda avisei à Regina que iria ter uma hora só para descansar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Deve ter levado uns vinte minutos - 4 horas e 30 minutos mais ou menos.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eram 4 horas e 30 minutos, mais ou menos. O Nóbrega já tinha saído. O Nóbrega saiu antes; quando a coisa se encaminhou, o Nóbrega foi embora. Não tenho certeza - acho que fui eu que falei: "vai, não resolve nada você ficar aqui; você não está fazendo efetivamente nada". Ele foi. Ficamos eu e o...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 18
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – ...Gazolla.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – E o Gazolla. Acertamos isso e combinamos o seguinte: amanhã, às 6 horas, como não sabemos a que horas vamos entrar, temos de ficar mais ou menos de plantão para saber a que horas vamos conseguir entrar no plenário para fazer isso. Então, fiquei de ligar para ele às 6 horas para acordá-lo e para nos encontrarmos próximo ao Senado, na entrada do Anexo II, aquele prédio horizontal que fica em frente à Gráfica. Foi exatamente o que eu fiz: como combinado, liguei para o Heitor às 6 horas da manhã.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor ligou não só para o Gazolla; ligou para o Heitor...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Para o Heitor também, liguei para o Heitor. E chegamos aqui por volta de 6 horas e 30 minutos, 6 horas e 40 minutos, por aí assim. Deveriam ser 7 horas quando entramos no Senado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Os três?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Os três: eu, Heitor e o Gazolla. Ainda não... sem entrar no plenário...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Chegaram às 6 horas e 30 minutos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Às 6 horas e 30 minutos , 6 horas e 40 minutos, tínhamos chegado. Ficamos por ali sentindo o clima. O Heitor falou: "bom, deixa eu dar uma volta por ali e saber o que está acontecendo."...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Havia muita segurança no local?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Tinha, mas não era muito ostensiva.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor lembra de conhecer alguns membros da segurança que estavam...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Não, Senador, não conheço.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nem o chefe da segurança?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Não, não conheço. O chefe da segurança eu conheço e, pelo menos por ali onde estávamos, ele não apareceu.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Certo. E quem abriu a porta...?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Aconteceu o seguinte: entramos no Senado - não lembro se registrei. Acho - não posso jurar - que coloquei o crachá para a segurança não me barrar. Não juro que coloquei, mas certamente coloquei o crachá para entrar sem a segurança me pedir documento e tudo o mais.

Ficamos em frente ao plenário, aquela entrada que dá acesso ao computador de votação. Naquela hora, havia bastante segurança lá. Bastante. Pelo menos uns três, e a porta estava trancada.

Aí, o Heitor dirigiu-se a um deles e falou que nós queríamos entrar no computador de votação; vamos ligar para saber se está tudo OK e fazer uma vistoria. Eles falaram assim: não temos ordens de abrir. Então, a ordem tem de vir de alguém - se não me engano, o Carreiro. Não posso jurar que era o Carreiro, mas acho que a ordem tem de vir do Carreiro. Aí, a segurança ligou, sei lá, conversou, o Heitor saiu, conversou com um, conversou com outro, voltou. Tínhamos que esperar uma certa hora para abrir. Quando foi 7 horas e 20 minutos, 7 horas e 30 minutos, um pouco antes de 8 horas, meia hora antes de 8 horas - estou pensando já pelas informações da Unicamp...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – 7 horas e 45 minutos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, talvez um pouco antes: 7 horas e 30 minutos.

1936

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – 7 horas e 30 minutos.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Por volta de sete e meia, eles abriram, não a sala do computador, mas aquela porta de vidro, que dá acesso por trás, ali, e a gente entrou. Quando eu entrei, eu já não vi quem abriu a porta do computador. Eu já não vi, porque o Heitor estava na frente. Eu não sei se foi o segurança ou o Heitor. Eu não me lembro e para mim era irrelevante, eu estava tenso, com atenção muito grande, achando que aquilo ali poderia dar uma grande confusão, com muito medo. Aí, ligamos os equipamentos. O Heitor ligou os equipamentos, a gente não sabe a seqüência de ligar. Ele ligou os equipamentos, a gente entrou no computador, no Delphi, fizemos a alteração. Na hora, quem estava operando era o Gazolla, não é? E eu ajudei. Em parte da operação, eu que desabilitei o programa. Aí, entrei no Delphi. Ele pilotou lá o Delphi e alterou a rotina. A gente não retirou a rotina. O próprio laudo da Unicamp...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Alterando, não é? Só alterou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - A gente só colocou como comentário. Coloca uma barra dupla no começo de cada linha, aí aquela linha vira comentário. Se teve mais algum outro ponto e vírgula...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Em vez do xis, duas barras.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Não. Não é o xis. A gente estava inibindo uma rotina que virava um xis.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - DB, não é? DB. O código DB? Voto DB?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Essa rotina, esse pedaço da rotina, é a rotina que vai ao banco de dados e coloca um xis em cada voto de Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Isso. Alterou essa...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - A gente não alterou. A gente suprimiu ela. Mas não precisa tirar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ah! Eliminou, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Eliminou. Mas só que para eliminar não precisa tirar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Deu ordem ao computador para não funcionar essa parte.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Isso. A gente simplesmente coloca duas barras...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Legalmente deu ordem para ele não funcionar.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Deu ordem, isso, para aquelas rotinas serem puladas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Isso.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - É como se elas não existissem. Era um comentário. A gente chama, em programação, comentário. Quando a gente quer comentar alguma coisa, coloca barra, barra e comenta alguma coisa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E o comentário significa identificar o voto? Eu não entendi bem o que é.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Não. Não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Não. Comentário é o termo de...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Transformar uma instrução em comentário. Então deixa de ser usado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ele não exerce a função que era preestabelecida pelo computado. Então, diz: Olha, você fica aí...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Você recebeu um comentário, a coisa é minha.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - ...mas em **stand by**. A hora que eu precisar, mando você fazer.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - É. Isso é muito usado. Porque a gente fala, assim: "Esta rotina faz isto e isto..." Para um outro colega que for ver o programa saber. Então a gente comenta. É como se, num livro, a gente colocasse aqui: Neste pedaço do texto, eu estou fazendo isto, isto, isto. Ou seja, aquilo não é o programa, é só um comentário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Certo. E deixou rastro aí nesse comentário.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Qual é o comentário que foi deixado?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Senhor?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Para não colocar o xis sobre o voto.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - É. Comentamos a rotina que coloca o xis sobre o voto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Então paralisou...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas qual o comentário específico que foi feito?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Não. Não. Isso é um termo usado. Eles não escreveram nada.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Talvez, talvez...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Só deram uma ordem para o computador, eliminando essa...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu queria saber qual a ordem.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Essa aí.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - O Programa Fonte é uma série de ordens para o computador e as ordens não são de alto nível, são bem elementares.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - E elas são...compartimentadas cada uma, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Isso. Aqui tinha uma seqüência de ordens para o computador, que gravava um xis, destruindo a identificação do voto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Depois de computado no painel aparecia o resultado e imediatamente o xis ia sobre os votos.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Aparecia o resultado e ele vai lá e... O que a gente fez? Qual era o objetivo? Não fazer essa parte. A gente...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Executar tudo menos a parte...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Menos isso daqui. A gente foi aqui e colocou: barra, barra, barra, barra, barra, barra, cada linha...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Em vez do xis uma barra do lado.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Aí o computador pula esse pedaço aqui. É isso que a gente chama de comentário.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Ele já vai para a ordem imediatamente posterior.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Ele executa essa instrução e passa para essa aqui. Isso aqui é como se não existisse.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - E vai direto para...

FLS 1939
SECRETARIA-GERAL

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - A gente chama comentário porque isso é usado. E esse programa tem outros comentários, normalmente no começo: "Este programa foi feito por fulano de tal, na data tal..." Isso sempre é comentário. É isso que a gente chama comentário, não é? "Este pedaço do programa serve para isso..." Esses são comentários que a gente chama.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Posso fazer uma indagação?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Pode. Pode.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Foi essa a primeira e única vez que o senhor tem conhecimento? Pelo que senhor está explicando, fazer essa operação demandou bastante complexidade, cuidado de operação, pela madrugada. No seu conhecimento, foi esta a primeira vez na história do Senado que isso ocorreu?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A única vez que ouvi dizer, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só um detalhe para acrescentar: quando esse tipo de computador foi colocado, o senhor já estava no Prodasen?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Já estava.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Então, esse nada tem a ver com o sistema anterior a esse novo sistema? Penso que o Senador está perguntando sobre o atual sistema de cuja substituição o senhor participou.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Aquele antigo, eu não sei. Aquele antigo... Eu nunca vi aquele computador direito. Aliás – minto –, vi quando o estavam desmontando. Eu fui por curiosidade, porque é um computador com uma tecnologia de quando eu iniciei em processamento de dados, de núcleo de ferrita; eu fui para matar a minha curiosidade quando ele estava sendo desmontado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É que o Senador queria saber...

O SR. EDUARDO SUPLICY – E esse computador foi instalado quando?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi instalado em 1998, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Não. Foi antes.

O SR. - Foi inaugurado no dia 13 de fevereiro de 1997.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Em 1997. Em 13 de fevereiro de 1997.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele foi substituído pela...

O SR. EDUARDO SUPLICY – O senhor teria tomado conhecimento, pelo menos pela Regina, com certeza, se porventura tivesse ocorrido?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Ah, com certeza! Bom, se fosse através...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não teria também causado tanta angústia, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ah, sem dúvida! Aí eu ia falar: "Não, isso aí eu tiro de letra, não precisa chamar Gazolla, nada; fulano é que fez". E há outro aspecto: os operadores não são técnicos em programação. Então, tudo isso que a gente fala para eles é completamente grego. Eu não os estou desqualificando. Eles têm outras atribuições, outros conhecimentos. Não é isso. Mas isso para eles é grego. Eles não sabem nem por onde começar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E; depois, então, feito esse comentário, os senhores se retiraram ou permaneceram? Então, não foi colocado disquete?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Não. Nessa hora, não houve nenhum disquete. A gente compilou o programa, que é essa etapa que ele lê essas instruções e gera um código executável...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Para alterar dentro... Para paralisar...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Isso. Agora, já com essa alteração. E aí colocamos ele como o programa ativo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Gazolla é que fez a parte operacional do...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Eu e ele. Eu fiz também. Principalmente, essa parte de trocar, ele não estava muito por dentro. O Heitor me explicou, eu entendi. Como o Heitor não é técnico, seria difícil dizer para ele: quando você for executar, em vez desse executa aquele. A gente colocou o computador como se ele estivesse absolutamente normal, e qualquer um poderia operar, não precisaria ser nem ele. Poderia chamar qualquer operador e dizer: opera isso aí. É lógico que operar lento ele opera. Ele ia operar normalmente, sem saber de nada. Então, a gente fez isso aí; substituiu para não precisar de uma intervenção dele.

Em seguida, saímos. Eu e o Gazolla saímos, e o Heitor ficou. Não sei se o Heitor nos acompanhou até a porta ou não, mas saímos e fomos embora.

Isso foi o que aconteceu, foi tudo o que aconteceu da hora em que a Regina nos comunicou – comunicou-me primeiramente –, depois, na seqüência, até ser feito.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas para se chegar ao corpo de delito, que é a lista? Como é que se chegou?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Isso foi depois da votação.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Depois da votação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quer dizer, o sistema permaneceu durante toda a votação?

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Fizeram um teste, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ah, não! É verdade. Desculpa.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Depois que fizeram a alteração, vocês simularam uma votação...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Lá dentro, já pela manhã, vocês fizeram uma simulação?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Deixe-me explicar isso aí. Eu pulei isso aí. Desculpe.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas a simulação foi para o painel ou ficou só no computador?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Não, fica só... O painel, a gente o desliga. Ele é desligado, não chega nem...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não apareceu...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - É, não aparece lá, não é? A gente executou o que o Heitor falou. O Heitor estava muito ansioso. Falou: "Eu vou ficar com esse pepino aqui na mão? E se não funcionar?". A gente falou: "Não. Funciona. Quer ver? Vamos experimentar?". Ele disse: "Vamos". Aí fizemos um voto. Abre uma votação secreta; isso é rotina que ele faz.

1940

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Usaram o nome próprio de um Senador com a senha do Senador, ou foi simulação completa, um nome fictício?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Simulação completa, porque isso é uma rotina que ele faz normalmente. O Heitor, normalmente, quando ele liga o sistema, faz uma simulação de uma votação para saber se está tudo funcionando, se o painel está acendendo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Se está em ordem.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETAPIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 23
24.04.2001

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Então, é uma coisa que ele fez. Eu nem participei dessa simulação. Ele falou: "Vamos ver se está funcionando". Votou, e aí a gente foi lá na base de dados e olhou. O voto estava lá. Um voto, não sei de que Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não precisou fazer 81 votos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não precisou fazer 81. Basta um, porque é uma rotina só.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Não precisa da senha para fazer uma votação ainda que simulada?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não sei.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - O laudo diz que não. O laudo fez... Ele fez... Ele usou a senha dele.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - (inaudível) de todos os Senadores.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Para fazer essa simulação, ele usou a senha de um Senador. Mas foi o Heitor, não foi ele que fez.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - É. Foi o Heitor que fez a simulação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E o Heitor saberia uma senha?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, eles têm a lista, têm três ou quatro funcionários que têm a lista. Se o Senador esquece, vai lá e pede, eles têm. É um erro grave.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso é muito grave.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso eu já falei. Ele vai explicar agora. Então, depois que o senhor saiu, quem tirou a lista?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Com a lista aconteceu o seguinte: A Regina ligou, me perguntando assim: "será que já dá para tirar essa lista, que a gente está sendo cobrado". Ela não falou "a gente"; falou "eu", "eu estou sendo cobrada".

O SR. EDUARDO SUPLICY – Quanto tempo depois da sessão?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Senador, não sei precisar. Eu sei mais ou menos a hora em que a gente esteve lá: foi por volta de cinco horas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Do mesmo dia?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Do mesmo dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E a sessão tinha terminado que horas?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Ah, não sei, Senador.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Eu acho que foi quatro e pouco.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Houve uma outra sessão, não é? Quer dizer, (inaudível)

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Uma ordinária. Foi...

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - (inaudível) ordinária. Vocês devem ter entrado quando acabou a ordinária.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – isso. Quando a gente entrou, o Congresso estava vazio.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Senado.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O Senado. Não completamente vazio, mas...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi o senhor e quem?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu e o Heitor. Aliás, não foi... O Heitor já estava lá.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Já estava lá.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Já estava lá. Eu fui sozinho.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E aí o Heitor tirou a lista... Quando o senhor chegou, ele já tinha ela em mãos.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não. Ele não saberia tirar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, mas eu digo: ele já estava com ela em mãos ou tirou na hora em que o senhor chegou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, eu que tirei, ele não saberia tirar essa lista.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ah, o senhor é que tirou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Fui eu quem tirei, porque envolve acesso à base de dados, e ele não tem conhecimento daquilo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele é só operador, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ele é só operador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – (inaudível) tira a lista.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É. Ele, depois, diz que vai lá e demonstra, se precisar. Não, não explicou.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - (inaudível) número de acesso ao Plenário nem a essa sala de operação (inaudível)?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não. Possivelmente eu estava com crachá e não tive problema de acesso. Eu entrei no... O banco de dados é um banco de dados que se chama "paradox".

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Está nos computadores...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Daqui, de votação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – De votação.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – De votação. Armazena lá. E o "paradox" tem um utilitário, uma rotina, em que você entra e vê a base. Você lista, você vê o que está acontecendo lá na base. Isso é usado normalmente para você fazer programa, tirar erros. Quando você está construindo, você utiliza muito esse programa. "Deixe eu ver o que é que meu programa gravou". Vai lá e confere. Eu utilizei esse programa, que é um utilitário, vem junto com o Delphi, é uma ferramenta do Delphi, em que a gente vê essa base.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aí, o senhor foi ver se ele tinha cumprido o programa ou tinha pulado a parte...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Aí...tinha pulado a parte apagada. Realmente, estava feito. O que eu fiz? Peguei aquilo, copiei numa área de trabalho, duas teclas, joguei num arquivo seqüencial e gravei num disquete.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ah, o senhor gravou no disquete, não usou disquete para que a lista fosse...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, gravei isso em disquete.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor gravou para guardar e levou o disquete.

1942

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – E levei o disquete. Feito isso, nós apagamos o banco de dados. Quando ...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E o comentário foi eliminado, também, nesse hora?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, ainda não. A gente estava pegando só o resultado. Seria uma operação muito grande para aquele momento. Bom, eu copiei e gravei num disquete, e apagamos essas informações que estavam lá, a

base. Voltei o X, joguei o X. Na hora de jogar o X, a gente teve muita sorte. Porque, se a gente abrir essa base, vamos ver que tem nome de Senador, Partido, matéria, não sei o quê, e, lá na frente, tem "votos". E ele abre muito parecido ao Excell, são colunas. Então, a gente localizou pelo voto: é daqui até aqui que a gente tem que apagar. A gente rolou a janela, posicionou nos votos e, aí, saímos apagando. Isso foi muito útil para a gente, porque a gente tinha feito... Eu tinha combinado com o Heitor que a gente não deveria ver os votos. Primeiro, para não cair em tentação de falar. Eu juro que aquilo ali estava me dando uma angústia muito grande. "Não quero saber isso. Não quero. Eu não tenho interesse nisso."

Se aquilo ali fosse a estratégia de uma empresa de computação para vender computador, possivelmente eu ia querer olhar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas não deu uma olhadinha só para conferir se era a lista mesmo?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não dava. Por sorte, o senhor pode ver, pode reproduzir, a gente não consegue ver junto, na base. Não consegue ver junto. Igual ao Excel, quando tem muitas colunas. A gente vê a esquerda. Para ver essa coluna aqui, vai rolando. Aí a gente apagou. Apaga daqui até aqui.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E aí não conferiu nem se tinha copiado corretamente ou não a lista?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não. Gravou o disquete. Gravou, eu olhei, o arquivo está gravado no disquete; eu peguei o disquete, coloquei dentro do bolso, apagamos, e fui embora.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E o comentário...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ainda ficou lá. O sistema ainda ficou sem proteção. Ainda ficou o sistema original lá, sem proteção.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E quando é que refizeram o programa?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Só na sexta-feira. Eu tinha dúvida se foi no outro dia ou foi sexta. O laudo da Unicamp...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas quem fez a devolução do sistema anterior?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Fui eu que fiz. Então, eu levei para... Liguei para a Regina. A Regina já estava...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi um ou dois dias depois?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Dois dias. Foi no dia trinta.

Em seguida, com esse disquete que eu estava, do resultado, eu levei para a minha sala. A Regina já estava lá, a gente colocou no computador, mandei imprimir e falei: "Regina, vou apagar esse disquete; vou formatar esse disquete". E a gente formatou o disquete. Ela colocou em um envelope.

Pode parecer mentira.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Acho que ninguém no Brasil vai acreditar na gente, no que eu estou falando. A lista saiu assim, a gente fez assim. Não é que não olhamos e ficamos assim... Não. Olhamos. Mas, em uma seqüência de votos, aquilo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só para saber que era realmente a lista.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A gente sabia que eram 81. Eu abri no Excel e tinha lá 81. Ainda falei para ela: "Oitenta e um Senadores. Está aqui a

última." Imprime. Saiu a lista, colocou em um envelope, eu apaguei aqui. Eu estou aqui... Não li, não li. Olhei assim. Não li.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Qual é a diferença entre deletar e formatar?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Quando a gente apaga um arquivo, essa expressão em inglês, **delete,** a gente simplesmente dá uma ordem ao computador...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Apaga o que está lá?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, ele não apaga. É como se ele fizesse um "x" naquele... Faz uma marquinha.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Dá para aproveitar outra vez.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Dá. Inclusive, se a gente arrepender e for lá, ele fala "então, tudo bem, está aqui o arquivo". Essa é uma maneira de apagar.

E a outra...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Quer dizer que estão registrados ali ainda? Inclusive os votos estão ali registrados ainda?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Nesse disquete.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se se quiser recuperar a lista...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Por isso é que eu estou perguntando. Porque se se pega uma fita de gravação magnética, você passa em um desmagnetizador e ele apaga completamente. Não dá para recuperar mais, porque tira os sinais magnéticos da fita. E deve ser, no disquete, a mesma coisa.

Então formatar é passar alguma coisa que retire os sinais eletromagnéticos do disquete?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu tenho uma imagem para explicar isso que acho que é muito útil. Todo disco de computador...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Para nós sabermos se dá para recuperar a lista, não é isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se está lá marcado ainda. Está lá?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O que eu vou falar aqui vai responder muita coisa em direção a isso. O **winchester** ou um disquete, o que o computador faz é o seguinte: reserva pedaços. É como se fosse um caderno. Quando a gente formata – isso é que é a diferença de formatar –, ele limpa tudo e reserva (quando faz a formatação física) pedaços, que ele chama de segmentos. Esses segmentos são para se gravar arquivo.

Quando a gente grava um arquivo, ele preenche aqui o arquivo. Se precisar de outro segmento, ele preenche em seguida. Quando eu apago, ele não vem aqui apagar isso; ele simplesmente faz uma marquinha: "está apagado". Então, na realidade, não está apagado. A palavra apagar é errônea. Ele não apagou; ele simplesmente fez uma marca falando que apagou. Os nomes dos arquivos apagados sempre sai interrogação mais alguma coisa. Se eu chamar um arquivo de Senado, quando eu apago, ele nem apaga, ele só destrói essa letra, e fica interrogação Senado. Ou seja, então ele não apaga, não tem a figura de apagar, de gravar por cima. Ele simplesmente faz uma marca. Por isso que é possível
1944 recuperar.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E é possível recuperar então ainda?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Agora, que ferramentas que tem lá? Lá não tem arquivo, o **software** que tem lá, o procedimento... Deixa eu explicar um pouco antes para ser claro. Quando utilizamos programas como **Word**, **Excell**, etc, ele nunca grava por cima. Se eu pego um documento que está aqui no disco, é o

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 27
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

FLS Nº 1945
SECRETARIA-GERAL DA MESA

primeiro, aí eu mudo alguma coisa e vou salvar, entro em salvar. O que ele faz? Ele grava um novo e vem aqui e fala aqui, esquece esse aqui, esse foi apagado. Então, fiquei com o anterior e com esse. Se a gente gravar de novo, mandar salvar de novo, ele vai numa outra folha limpa, escreve e fala: esse segundo aqui, esquece ele. Então a gente tem o histórico. Ele vai mantendo esse histórico.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Já está guardado. Tem um arquivo lá.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Isso em programas como **Word, Excell** e outros. Agora só que lá é banco de dados. O banco de dados não faz isso, porque se ele fizesse isso seria extremamente ineficiente, por isso que banco de dados é uma coisa sofisticada, ele reutiliza a área. Então, quando a gente grava, ele grava em cima, ele não vai alocando outras áreas, senão...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E o que está embaixo desaparece.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A menos com uma técnica que o FBI tem que pode gravar em cima cinco vezes, dez vezes que eles descobrem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Em conclusão, então não está registrado mais lá ou está?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu acho que não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Acha?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E onde ele se encontra hoje?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Esse teste é até fácil de fazer. Pega-se um **Axes**, por exemplo, que comporta de uma maneira similar, grava, vai lá e muda e olha o disco como ficou, ele grava em cima. Inclusive um banco de dados, quando a gente reserva a área para ele gravar, a gente fala: olha, você vai utilizar daqui até aqui; você vai reutilizar os blocos no índice tal; se precisar, se o que eu quero gravar não couber naquele bloco eu tenho que colocar ...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Dr. Ivar, objetivamente, o senhor me disse antes do depoimento que os disquetes estão no Prodasen. O senhor acha possível identificá-lo, e tentar o teste de recuperação da lista, é possível? É isso que o senhor quer saber para a gente...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Esse disquete que usei eu formatei e coloquei junto dos meus disquetes.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Formatar o que é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Formatar ele vai lá e apaga. A formatação física.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Como se fosse o deletar?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, o deletar marca: está inútil. Mas a informação ficou lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas o disquete está guardado?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, ele está junto de outros que tenho.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Fisicamente está lá.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Acho que é possível fazer uma perícia para tentar...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Pode.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor identificaria ou está misturado. São todos iguais, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Agora quando sai da diretoria, encaixotei as minhas coisas, e saí de férias, elas estão numa caixa, bagunçado, eu não sou um cara organizado, coloquei esse disquete lá e usei como outro disquete qualquer. Nos

meus disquetes usados há muitos que têm o papelzinho pregado escrito, a maioria não tem, mas está à disposição para olhar. Infelizmente, não sei se a Comissão queria isso, mas...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Eu pergunto ao Dr. Dirceu e à Drª Paula se poderia pedir para Polícia Federal fazer isso e se o senhor tem outra idéia. Para chamar a Unicamp eu acho que não compensaria.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª me permite uma sugestão?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O senhor sabe a caixa onde está?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Alguns desses disquetes talvez tenham identificação.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Alguns têm.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ele se comprometeu a acompanhar o perito para fazer a seleção.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É possível que sejam poucos e possivelmente seja um daqueles. Porque o que eu imagino é o seguinte: vamos supor que consiga recuperar o disquete. Então, é um esclarecimento importante o senhor está dando, porque eu tinha tido a impressão de que o disquete teria sido destruído, mas agora...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi outro que destrui.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi outro. Mas não tem referência aí?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não chegamos lá ainda.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas esse disquete referente à lista dos nomes o senhor acaba de mencionar que está numa caixa.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim.

O SR. EDUARDO SULPICY – Se está numa caixa, ele existe.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Existe.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Talvez exista a hipótese até de recuperar a informação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Isso ele já tinha explicado, por isso estou propondo... Já hoje pedi à técnica da Polícia Federal e ele se dispôs a acompanhar, selecionar com o perito.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não quero nem selecionar...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas tem que ajudar, se não vai dar mil disquetes lá...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, não tenho muitos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas aqueles que já estão identificados... Estou vendo que o senhor quer colaborar...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Quantos são? Dez, vinte, trinta?

1946 **O SR. IVAR ALVES FERREIRA** – Menos de 50, com certeza.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Tem alguns que já estão rotulados...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É, mas a gente olha. Põe no computador e olha direitinho. Tem software junto... São coisas antigas.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O outro que o senhor destruiu...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Sim. Voltei sexta-feira, copiei o programa, peguei aquele programa alterado, gravei o disquete. Utilizei até um programa de

FLS. 1.º/1947
SECRETARIA-GERAL DA MESA

compactar, porque não cabia. Compactei - zipei o programa, uma expressão que a gente usa – e joguei num disquete.

Que motivação eu tive para fazer isso nessa hora?

Na hora em que estava apagando tudo, com a cabeça funcionando, me ocorreu o seguinte: já pensou se isso vaza - são tantas pessoas envolvidas - e nos acusam ou até mesmo me acusam de ter feito uma fraude no resultado, mudado o voto das pessoas? Fiquei com aquilo na cabeça e resolvi copiar o programa porque aquilo seria uma prova que eu teria. E coloquei no bolso.

Refiz o fonte, tirei aqueles comentários, gravei...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só da...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Do programa executado.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Da parte do "x". Da mudança daquele trecho...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não foi daquilo ali. Foi do programa executável. Depois de compilado, tem um programa que executa. Aquele programa, a qualquer momento, pode-se chegar e executar.

Na minha cabeça, falei: "Isso é uma prova. Posso executar esse programa, fazer 300 simulações que se verá que a única coisa que tem é a expedição da lista.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Aí o senhor conferiu a lista de novo...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não. Ele só copiou o programa, não a lista.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Nessa hora, naquele computador, já não existia lista, porque naquele dia em que fui lá apaguei, no banco de dados.

Aí, peguei esse disquete e fui para casa. Fiz isso por volta de 18 horas, saí de lá 19h30,

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Na sexta-feira?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim. Foi mais ou menos uma hora e pouco que fiquei lá.

Cheguei em casa, liguei para a Regina e disse: "Regina, aqui está o programa. Fiz isso pensando nisso, nisso, nisso..."

Conversamos e a Regina falou: "Isso não vale a pena. Um crime é um crime, acho que esse programa existir é um risco para gente. Vamos destruir esse programa?"

Vamos: peguei o disquete, quebrei, cortei a mídia e joguei fora.

Fiz isso com o programa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Como está na imprensa que o Senador Antonio Carlos Magalhães, por enquanto, não estaria disposto a confirmar as coisas como foram relatadas, seja pela Srª Regina Célia, seja pelo Senador José Roberto Arruda, e que ele, talvez, fosse falar de uma outra versão, o senhor teria noção de qual a explicação que ele poderá vir a dar? Por que a Srª Regina Célia teria dialogado com ele?

Um diálogo foi na sala da presidência; outro diálogo foi na casa da Srª Isabel Flecha de Lima. Pelo seu conhecimento: poderá ter havido diálogos, tanto na sala dele quanto na sala da Srª Isabel, sobre outros assuntos que então ele irá explicar no seu depoimento que possam trazer à luz novos fatos?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não sei, Senador... Não sei, a Regina sempre tratou diversos assuntos com o Senador ACM. Assuntos administrativos...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Era diretamente subordinada a ele. Não tinha nenhuma intermediação.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Diretamente subordinada. E ela nunca me descrevia os diálogos que ela tinha com o Senador. Ela me dava as notícias. Muitas vezes, dava ao Prodasen como um todo: "Olhem, o Presidente parece que vai aprovar um projeto" – um trabalho técnico qualquer que a gente fazia, que havia aprovado. "Parece que ele vai aprovar. Falei com ele, me pediu mais isso..." Passava para a gente e tal. Então, ela contava... resultados. Ela não contava diálogos. E eu e ela tínhamos um acordo de nunca ficar levando muito assunto de serviço para casa. Ela não fica... Porque isso desgasta a relação. É muito difícil trabalhar junto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas sobre o episódio em si, tendo o senhor participado...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Ah, sim, isso aí. Participei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - ...e tendo sido a motivação do encontro na casa da Srª Izabel Flexa de Lima explicar o episódio, sobre isso ela lhe explicou?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, sobre isso ela me falou: "Vou lá para falar sobre esse assunto, sobre essa lista". Isso ela falou.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pergunto isso porque num dos jornais há uma explicação de que ele teria dado outro motivo para o encontro. Então, por essa razão, se ela explicou ao senhor...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, ela me falou que... ia tratar da lista.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Que o motivo foi aquele mesmo?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Foi aquele mesmo. Ela me falou que foi isso.

O SR. EDUARDO SUPLICY –Que foi o que ela também explicou perante o Conselho de Ética?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Certo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, mas se ele está dizendo... Primeiro, confirmou o encontro lá, mas que ele vai dar outra explicação para aquele encontro. Essa é a razão da pergunta.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Certo.

Não, o que ela me disse foi que foi conversar com ele sobre esse assunto. Aliás, ela nem explicava muito. "Vou falar com o Senador sobre..." Não precisava nem falar: "Vou falar com o Senador". Estava implícito, porque, no momento em que estávamos vivendo, só falávamos, só pensávamos nisso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O senhor tem alguma coisa a acrescentar? O Dr. Dirceu se retirou porque disse que o senhor já tinha feito num outro depoimento alguns esclarecimentos, e ele se deu por satisfeito. Então, queria saber se o senhor quer acrescentar alguma coisa em seu depoimento que acha importante para as apurações.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, Senador. Não me ocorre, e se não me ocorre não é porque quero esconder alguma coisa. Pode me perguntar absolutamente qualquer coisa.

1548

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Se lembrar, então, eu pediria encarecidamente que nos telefonasse e nos procurasse para que tomemos as providências.

Drª Paula, tem mais alguma pergunta ainda? A Drª Paula é presidente do inquérito administrativo.

A SRA. PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Segundo o depoimento da Drª Regina, o pedido do Senador Arruda teria acontecido entre 8 e 9 horas da

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 31
24.04.2001

noite. No seu depoimento, hoje, aqui, você coloca que, por volta de 1hora da manhã, vocês ainda parece que estavam atrás do Nóbrega, não tinham conseguido ainda viabilizar, porque vocês esperaram o Ledur...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Chegar.

A SRA. PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA -... até às 11h30 da noite, não é? Então, fizeram um contato com ele. "Como é que nós vamos fazer isso?" Está bom. O negócio é localizar o Nóbrega, que parece que era o gestor do contrato.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – O gestor do contrato.

A SRA. PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA -. Não é? Você mencionou que, nesse meio tempo, vocês ficavam tentando imaginar qual seria a finalidade da lista, como é que ela poderia ser usada, enfim, por que tinha sido feito esse pedido, ou tinha sido dada essa ordem. E, nesse tempo todo, ninguém imaginou não cumprir isso, encontrar uma alegação técnica, tipo, assim: "Tentamos, mas não conseguimos", não é? Porque, na verdade, a coisa envolveu gente demais. E, pelo que você disse no final do seu depoimento, você tinha plena consciência do delito que tinha cometido, tanto que viu a necessidade de copiar e manter alguma coisa que documentasse, talvez, que aquilo só tivesse tirado uma lista. Não consegui entender bem por que você queria documentar aquilo. Mas, enfim, ao fazer uma redução, sei lá o quê e gerar esse disquete que você acabou destruindo na sua casa, não é? Você o fez, segundo disse aqui, porque tinha absoluta convicção de que tinha praticado uma coisa criminosa, violado esse painel, enfim. Então, o que pergunto, porque para mim é a maior dúvida que eu tenho de todos esses depoimentos, como é que pessoas altamente técnicas, que alegam que essa foi a primeira e única vez que praticaram uma coisa desse tipo, quer dizer, uma violação, uma coisa que é contra a lei, e que, pelo que você disse, tinham consciência do que estavam praticando, é como é que essas pessoas, entre a hora em que foi feito o pedido ou dada a ordem – entre oito e nove horas da noite – e a hora em que o delito, em que o crime aconteceu – oito horas da manhã mais ou menos do dia seguinte, sete e tanto –, quer dizer, transcorridas quase doze horas, com o grau de dificuldade que foram encontrando... Porque, primeiro, vão atrás de uma pessoa e essa pessoa não está; aí vocês se postam em frente a um restaurante imaginando que essa pessoa vai voltar, mas sem saber se ela vai voltar, porque, como não contataram ninguém da casa dela, apenas um porteiro disse que ela saiu – ela poderia nem voltar naquele dia –; mas, finalmente, essa pessoa chega, vocês conversam com essa pessoa e ela diz para ligar para fulano, que parece que veio, o Nóbrega; aí vocês conversam também e resolvem vir ao Prodasen para começar a viabilizar a coisa. Devia ser uma ou duas horas da manhã quando vocês resolvem localizar esse Gazola, que teria trabalhado para uma empresa que já também não prestava serviço ao Prodasen. Olhem o grau de dificuldade! Podiam não achar essa pessoa, ela podia não estar em Brasília, não é verdade?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Gazolla chegou por volta de 2 horas e 30 minutos, 3 horas e 30 minutos.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Isso. Então essa pessoa vai para o Prodasen. E, além de tudo, há as pessoas que estavam no Prodasen, guardas, etc., que viram essas pessoas entrarem. É aquilo que você disse; você, por ser diretor, talvez não tivesse que assinar uma lista de presença, mas o guarda é obrigado a dizer quem entrou e quem saiu.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Dr. Cleber disse que tem os registros lá.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Pois é, quem entra e quem sai. Aí já há mais o pessoal que estaria no Prodasen naquele dia. No dia seguinte, vocês marcam um encontro em frente do Anexo II, seis e meia ou sete horas da manhã, para entrarem no plenário, já sabendo de antemão que seria um dia – porque segundo o próprio Ledur falou em seu depoimento, sabia-se que no dia seria feita, aliás, na véspera, estava prevista uma varredura da polícia no plenário. Ele tinha essa informação. Naturalmente, passou para vocês: "Olhem, não vai ser fácil entrar lá".

O que tenho dificuldade de entender é como é que, com todas essas questões, com todas essas pessoas envolvidas, com tantos rastros, não se tenha imaginado – pelo menos pelos depoimentos que nós temos ninguém imagina – chegar para uma autoridade e dizer o seguinte: "Tentei, mas não consegui. Não deu para fazer". Essa é uma coisa que pode acontecer na vida de qualquer técnico: tentar e não conseguir. Quer dizer, não parece ter sido aventada a possibilidade de...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A senhora diz que todas as dificuldades das fases que precederam a retirada da lista indicavam que eles teriam um grande argumento para se negar a isso que a senhora objetivamente quer saber.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Não vejo ninguém declarar ter gasto algum tempo imaginando: "Não, não vamos fazer isso, e vamos dizer que o Gazolla desapareceu, que nós tentamos, mas não sabemos fazer, que o risco é muito grande." Todos parecem ter a consciência de que estariam praticando um crime – pelo menos são os depoimentos que temos até agora, não é verdade?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E objetivaram conquistar a qualquer preço o resultado.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Isso. Em nenhum depoimento aparece uma situação do tipo: "Nós paramos e pensamos..."

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas é porque objetivamente eles queriam chegar ao resultado.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - "Descartamos. Essa desculpa não vai colar. Enfim, ficamos sem saída e o jeito era fazer."

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aí tira a culpa e fica o dolo. Objetivamente, eles queriam buscar o resultado. Não houve nenhuma... Eles queriam vencer os obstáculos para chegar ao objetivo.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Realmente, tanto tempo entre a hora do pedido ou da ordem e a execução e também o grau – porque vocês foram se enrolando no meio do caminho –, tendo que envolver mais um, mais outro, mais outro, tanto que, no final, você sente necessidade de gravar alguma prova, segundo você disse aqui, porque o risco era grande. Se houvesse uma acusação naquele momento, você imaginou que aquela gravação pudesse ser uma prova a seu favor.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A meu favor, de um crime que não cometi.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Sim, a seu favor.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Resguardar a possibilidade de dúvida sobre a violação do voto.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - ... a violação do voto, isso aí que na minha cabeça.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SEPVIÇO DE COMISSÕES
SC- 33
24.04.2001

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Hoje tem essa dúvida realmente. Fica caracterizada a expedição da lista, mas a dúvida da possibilidade de violação do voto fica, porque, dentro do sistema, o senhor podia ter alterado...

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A minha sorte é que a Unicamp deu o laudo de que não houve.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Que não houve, mas a possibilidade existia.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Porque se não seria um crime.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Se fosse essa decisão, não de tirar a lista, mas de violar voto, qual seria o seu comportamento?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Eu não faria. Não mudaria o destino das pessoas por uma coisa arbitrária...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E os outros que participaram com o senhor?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Com certeza não. Com certeza estavam naquele momento só solidário com a Regina. Se fosse pedido diretamente a eles por uma pessoa que não tivesse o grau de confiança que a Regina tem com eles, não sei se eles fariam.

O SR. – (Fora do microfone)

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sim, diversas vezes eu e a Regina ficávamos comentando.

O SR.– (Fora do microfone)

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – A gente pode recuar? A impressão que tínhamos que seria uma desculpa, que o Senador não ia acreditar. Essa era a impressão que a gente tinha. O Senador não vai acreditar. A Gegê foi para casa, viu um filme de televisão, ligou para ele e disse: Não vai dá. Essa era a avaliação que fizemos.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Porque inclusive, de acordo com a combinação o Senador Arruda, conforme o depoimento da Drª Regina, ela entregaria o destino final em mãos do Presidente.

Quando mandou um funcionário dele – não foi nem um Senador -, apanhar a lista, ela poderia, imediatamente se recusar a entregá-la, porque não era o destino combinado, que era o original. Ela também não hesitou em entregar, apesar de ter mostrado, segundo o próprio Dr. Domingos, muita preocupação, porque estavam naquela hora filmando qualquer evento na biblioteca.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Senador, pelo que ela me disse, ela hesitou.

Ela disse assim: "Mas eu já fiz, o que vou fazer agora?"

Você está num dilema que tem que resolver: entrega esse papel ou não. Já fiz o cometi o crime, já fiz alguma coisa errada. Realmente é uma decisão difícil.

O SR. EDUARDO SUPLICY – A sua indagação me fez lembrar algo.

No questionamento da Srª Regina Célia teve um momento que eu disse que ela havia agido sob coação psicológica. Entretanto, ela agiu orientada por quem ela avaliava ser o superior, mediante um Senador, ou seja, o Senador José Roberto Arruda, que é Líder do Governo, que pediu que ela fizesse aquela ação, dizendo que era a pedido do Presidente Antonio Carlos Magalhães que, obviamente, era a sua autoridade. Então, de qualquer forma houve uma coação, entretanto – não me lembro do termo correto – um tipo de coação... por exemplo, ou você faz isso ou eu lhe mato, ou você faz isso ou lhe destituo, ou lhe proporciono uma perda muito

grande. Aí é uma coação muito forte, violenta e que torna muito difícil a pessoa recusar fazer o ato, ou vai fazer mal a uma pessoa querida da família, um parente. Aqui não tem jeito. É uma coação gravíssima.

Agora o outro tipo é uma coação do tipo, o Presidente pede, ele é autoridade. Agora, se eu não cumprir o que ele está dizendo, e em sendo que ele está pedindo algo que afronta os meus princípios, então não tenho qualquer obrigação de cumprir a ordem. Posso perfeitamente dizer, se o senhor insistir que eu faça isso...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Que é uma ordem legal.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sinto-me obrigado a denunciar. Gostaria que o senhor comentasse. No mesmo sentido que a Drª Paula falou, gostaria de acrescentar esse aspecto, se isso foi objeto de sua reflexão com a Drª Regina Célia.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Seguindo a linha de raciocínio que estava falando com a Drª Paula, observe que as dificuldades não apareceram **a priori**, e não pensamos: "vamos ter que enfrentar tudo isso". Não, elas foram acontecendo. Na medida em que iam acontecendo, ia tendo uma saída. Não era aquela dificuldade de dizermos: "agora, não dá. Vamos fazer uma reunião de criatividade para sabermos se alguém inventa uma saída". Não, elas foram acontecendo. Chamem o Nóbrega, chamem o Gazolla. Na hora de fazer, o segurança estava ali de fora. "Mas será que ele não vai dar uma brecha?" Ele deu, a gente entrou. Ou seja, as coisas não foram feitas com obstinação, assim: "eu tenho de fazer".

Sobre o comentário que o Senador está fazendo e que me pediu que fizesse alguns comentários. A Regina, enquanto estávamos conversando, descrevia, imaginava o cenário que iria acontecer. Se ela falasse que não, mesmo depois das dificuldades, isso seria entendido como uma desculpa. Como fica a sua relação com uma pessoa que te pediu uma coisa ilegal? Você é testemunha de uma coisa que prejudica ele. Quais os riscos que se corre a partir daí? Então, a Regina dizia: "a primeira coisa que tenho de fazer amanhã cedo é pedir afastamento do meu cargo. Mas como vou explicar à comunidade que vou sair? Vou falar a verdade? Se eu falar a verdade, será uma confusão tão grande que eu não quero enfrentar". Quem viveu essa situação sabe que é muito difícil, porque você detém, naquele momento, um segredo que a pessoa lhe pediu, uma coisa ilegal.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Mas você detém, da mesma forma, se você atender. Não vejo diferença: uma, é que você cometeu um crime e, na outra, você recebeu uma proposta e não o cometeu. Então, há uma diferença muito grande entre fazer e não fazer. Você me desculpe. Estou querendo, na verdade, entender porque fico imaginando a situação em que você não pode dizer não. Em que situações não podemos dizer não?

Perguntaria se você ou a Regina têm algum comprometimento, devem favores pessoais, nomeação de filhos, sobrinhos, parentes, enfim, favores pessoais aos Senadores José Roberto Arruda ou Antonio Carlos Magalhães. Deixe-me resumir para você. A exoneração de uma pessoa não é simplesmente a exoneração dela, "estou exonerada agora e simplesmente deixei de receber por essa função e vou voltar para o meu cargo de origem" ou neste contexto existe a hipótese "não, se eu for exonerada, Fulano também vai". Estou referindo-me a relações de amizade e familiares. Se você foi atendida em um pedido para emprego para um filho não sei onde, ou para o meu irmão para participar de um

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 35
24.04.2001

P.S. Nº 1953 SECRETARIA-GERAL DA MESA

conselho. Enfim, pelo seu depoimento, pelo da Drª Regina e pelo do Ledur - apesar do Ledur estar mais distante da coisa - ainda não pude perceber essa impossibilidade de dizer não ou de encontrar uma desculpa técnica para dizer esse não de uma forma mais educada. Essa questão de afirmar que se você disser não a uma autoridade ela ficará mal com você porque você sabe o conteúdo do que ela pediu, ora, também quando faço, eu sei o conteúdo, mas passo a ser cúmplice de um crime ou cometi um crime a mando dela.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Aliados.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA - Aliados, fazem parte. Portanto, a minha dificuldade tem sido essa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – No Código Penal, há uma colocação gravíssima no art. 288, que diz que mais de três é bando ou quadrilha. Quer dizer, em tese, por toda a sistemática, pode-se parecer ofensivo, mas legalmente dá a impressão de que foi formada uma quadrilha, pelos atos que antecederam, os preparatórios, a execução do crime e o resultado. Temos cautela para não agredir, mas o Código foi muito claro nesse aspecto, dentro da colocação que a Drª Paula está fazendo.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – E eu nem tenho essa formação, viu Senador? Estou querendo até para entender, porque é difícil a gente fazer parte de uma Comissão onde a gente vai analisar o comportamento de colegas nossos. Do jeito que você está aí, poderia ser eu numa situação dessa. Então, eu preciso entender essa motivação, por que isso aconteceu. Certamente, vocês têm uma justificativa, e ela deve ser até justa. Mas, quando você diz para mim que "a gente pensava em como dizer aos nossos colegas que estávamos deixando o cargo de direção... Não. Se fosse para mudar o voto, eu não mudaria, porque isso mudaria a vida de pessoas. Mas o que vocês fizeram mudou a vida de vocês, mudou a vida de pessoas, colocou 81 Senadores com voto violado, porque quem teve acesso à lista pôde saber como os Senadores votaram. Com que fim? Eles foram chantageados? Não sei o que aconteceu, mas essa questão de não pensar, de mudar a vida das pessoas, nós não faríamos para mudar a vida das pessoas. Mas o ato de vocês mudou a vida de vocês, mudou a vida de vários colegas em grau hierárquico inferior ao de vocês, certamente muda a vida...

Acho que a primeira questão dessa violação - talvez tenha sido a mais grave – foi quando surgiram comentários sobre a Senadora Heloísa Helena ter dado aquele voto, e é uma situação que até hoje não se resolveu. Hoje nós sabemos que houve a violação do painel e que vocês imprimiram uma relação e a entregaram a alguém. Mas aquele dano primeiro... Isso não demorou muitos meses; foi rápido. Logo após a votação, vocês tomaram ciência do uso indevido da tal relação quando começaram a sair notas em jornais contra a Senadora Heloísa Helena. Como não alteraram a vida dela?

Não podemos dizer que vamos deixar a direção deste ou daquele órgão ou que não vamos adulterar votos porque vai mudar a vida de pessoas, mas o que vocês fizeram mudou a de vocês, a de colegas subordinados; em tese, vocês deixaram em aberto o voto de 81 Senadores que votaram confiantes no sigilo e obrigados pelo sigilo e o voto dessa Senadora. Logo a seguir, já saiu um comentário. E até hoje não se resolveu a situação dela, porque ainda há este problema: a lista não aparece. Não há como desfazer o dano, porque não se sabe onde está a lista. Cadê a lista? Se houvesse a lista,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 36
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 24.04.2001

ela poderia contestar. Mas, sem a lista, fica a palavra dela contra a dos seus difamadores.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Sobre esse aspecto, o que tenho a declarar é o seguinte: a Regina e eu não tínhamos nenhum compromisso com pessoas de que, se ela fosse afastada ou se afastasse, poderia prejudicar. O compromisso que ela tinha era de estar em uma administração realizando diversos projetos que se estavam fechando, em um ambiente difícil de ser realizado. E ela avaliava que seria uma coisa horrorosa para a vida dela ela, querendo encerrar a sua gestão para se aposentar, de repente sair sem explicação nenhuma. Isso teve um peso muito grande para ela avaliar.

Não temos filhos que trabalhem no Senado. Para minha filha tentei até pedir um estágio no Senado e desisti. Ela conseguiu sozinha um estágio na Câmara dos Deputados. A Regina não tem nenhum filho que trabalha nem com parente de Senador. Eu ocupava uma direção, fazendo um favor para a Regina. Eu nunca quis ser um diretor. Ela era consciente, e todos do Prodasen sabem disso. Não que eu ficasse o tempo inteiro dando desculpas daquilo, e todas as minhas ações devem ser cobradas como se eu estivesse exercendo, mas era um favor pessoal da Regina para dirigir um órgão, porque ela queria uma pessoa de muita confiança, porque mudaria o jeito de pensar, de trabalhar. E estava difícil arrumar uma pessoa no Prodasen para tentar implantar aquilo que a gente fez, a fábrica de software.

A Regina, a coisa que ela mais queria era aposentar. Ela falava assim: - Se eu pudesse sair hoje eu sairia. Mas ela se via presa aos compromissos. A Regina é uma pessoa idealista. Então, a única motivação que ela teve foi os seus ideais. Isso é crível? Eu não sei. Para mim é crível, eu que conheço ela. Agora, se os outros vão acreditar, eu não sei. Ela poderia descrever isso melhor. Isso é o que eu sinto, o que eu vejo. Ela tinha...Ela nem chegava a cogitar. Ela sempre falava: - Mas como é que eu fico? Vou sair amanhã? Como é que eu vou falar para os meus colegas? Como é que eu vou encarar os meus colegas e falar que eu saí e poder não falar nada?

A Regina não é pessoa de ficar em silêncio quando está mentindo. A coisa que ela mais sofreu foi ter que viver esses meses junto de uma mentira. Ela gosta de falar a verdade, prejudique a quem prejudicar.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Eu queria só fazer mais uma pergunta, porque eu ouvi várias vezes no depoimento da Drª Regina, onde ela diz que o Senador Antonio Carlos Magalhães era uma pessoa brava, muita brava. Que tipo de impressão ela passava para você desse temor? Me parece, assim, um temor que ela tivesse de descumprir, de não atender. Eu acho que isso é importante.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Temor reverencial.

A SRª PAULA CUNHA CANTO DE MIRANDA – Ela várias vezes cita: ele é bravo, muito justo, mas muito bravo.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Diversas vezes que ela ia falar com o Senador, ela me falava: "Hoje, estou muito tensa, vou ter que falar com o Senador". Eu sempre argumentava para ela: "Mas, Regina, quando você sai de lá e conta, assim, que o diálogo foi muito bom, quê ele vai aprovar uma idéia, não sei o quê, você descreve, parece que a relação foi afável. Ela falava, assim: "Mas eu nunca sei o que ele vai fazer. Eu odeio trabalhar com incerteza. Eu não tenho nenhum medo de trabalhar com a pessoa que é agressiva ou é isso, ou ela tem rótulo, eu sei me comportar. Mas uma pessoa que eu olho e não sei como vai se comportar, eu fico muito insegura, muito indecisa, eu fico em pânico". Diversas vezes ela comentou isso. Mas sempre teve – justiça seja feita –, pelo menos que eu me lembre, uma

1954

relação muito, o Senador a tratou com um respeito muito grande e com carinho. Diversas cenas que ela descreveu – e cenas públicas – que ele a tratou com muito carinho. Mas ela sempre ficava com medo da reação, porque ela via reação no gabinete, ela via reação ele tratando com outras pessoas. Ela ficava em pânico e falava assim: "Eu não posso suportar uma pessoa fazer isso comigo. Esse que é o drama. Que você tem os seus limites. E se essa pessoa fizer isso comigo, o que eu vou fazer? Uma pessoa que eu trabalho com ele, que me trata muito bem, e, depois, vai fazer isso? Eu vou fazer o quê? Eu brigo com ele? Eu fico quieta?" Ela tinha pânico de chegar nessa situação.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Uma pergunta: a Drª Regina - e o Domingos confirmou, ainda, no depoimento, ontem, depois de dar vazão da fita pela **IstoÉ** – ela teve encontros com o Senador Arruda e, a maioria das vezes, com a presença do Domingos e, outra, só entre ela e o Domingos para discutirem o risco de realmente a Unicamp chegar ao resultado. O senhor participou de alguma dessas reuniões?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Uma vez, em um dia, no dia que descobriram aqueles arquivos, que, depois, provou que não tinha nada, que era relação de Senadores...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Aqueles fragmentos de palavras.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Aqueles fragmentos de palavras, que eram arquivos vinculados a retirar o ex-Senador Luiz Estevão o nome da relação. Naquele dia, ele procurou a Regina, a Regina não soube explicar, a Regina me ligou e aí eles passaram em frente de casa, eu entrei no carro...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas já era o Domingos ou o Senador?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Não, o Domingos.

Saindo dali, depois encerrou essa reunião; nesse dia, eu encontrei com ele de novo. Eu acho que a Regina nem chegou a descrever isso. A gente foi na casa do Heitor para confirmar. Porque eu não sabia, só fazia hipótese: Bom, esse aqui, a gente nunca viu esse aqui. Aí, o Heitor confirmou o que era. Como a gente tinha ligado para o Nóbrega – o Nóbrega estava esperando –, a gente foi até, encontramos com ele, acho que no parque, e ele confirmou a história: "Não, esse arquivo aqui é para isso, não tem problema". Em seguida, a gente foi encontrar o Domingos no Hotel Nacional. A gente nem sabia o endereço, ela perguntou. – Não, estou no Hotel Nacional. Aí, ele desceu de roupa esporte – porque no primeiro encontro ele estava de terno...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Está morando no hotel, não é?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – É a impressão que eu tive. Ele não me falou. Mas a impressão que eu tive é que ele estava morando porque ele já desceu de roupa esporte, com uma camisa clara, mangas curtas. Nós demos uma volta na plataforma rodoviária, explicamos para ele. Ele disse: você jura que é só isso? Você tem certeza?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - O senhor e a Drª Regina?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA - Eu, ela e ele, o Sr. Domingos.

O SR. - Nas outras reuniões na casa do Senador Arruda o senhor não foi? Foi só a Drª Regina?

O SR. IVAR ALVES FERREIRA– Nunca conversei como Senador Arruda, a não ser um cumprimento social ou coisa assim.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Perfeito.

Acho que podemos dar o depoimento por encerrado e solicitar a V. Sª, caso se lembre de alguma fato que possa realmente nos ajudar a esclarecer e a apurar os fatos, que nos procure. Quando tivermos alguma dúvida nós o convocaremos novamente.

O SR. IVAR ALVES FERREIRA – Estou à disposição de V. Exªs para contribuir com qualquer coisa.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h49min.)

FLS. Nº 1957

SENADO FEDERAL

Termo de Encerramento de Volume

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e um, eu, Marcia Lyra Nascimento Egg, Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP), faço o encerramento do Volume VIII da Denúncia nº 1, de 2001, que se encerra às fls. 1956.

MARCIA LYRA NASCIMENTO EGG
Chefe do SACOP

SENADO FEDERAL

DENÚNCIA

Autores: Senadores José Eduardo Dutra e Paulo Hartung e Deputado Walter Pinheiro

Nº 1, DE 2001

ASSUNTO: Requer a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista "IstoÉ", em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.

Aditamento: Requer que se notifique a Procuradoria da República e a revista "IstoÉ" para que forneçam cópia da fita magnética contendo a gravação do encontro entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e Procuradores da República; bem como que se convide o Senador Antonio Carlos Magalhães a prestar esclarecimentos a esse respeito perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Senadores arrolados nos autos da Denúncia: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, a partir do Aditamento à Denúncia; e Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA, após depoimento prestado pela Srª Regina Célia Peres Borges perante o Conselho, em 19.4.2001.

(VOLUME – IX)

SENADO FEDERAL

Termo de Abertura de Volume

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e um, eu, Marcia Lyra Nascimento Egg, Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP), faço a abertura do Volume IX da Denúncia nº 1, de 2001, que se inicia às fls. 1957.

MARCIA LYRA NASCIMENTO EGG
Chefe do SACOP

OF. CEDP Nº 46/2001 Brasília, 25 de abril de 2001

Senhor Senador,

Conforme entendimento mantido com V. Exª no dia de ontem, em Plenário, comunico-lhe que foi convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **26 de abril**, quinta-feira, **às 14h30min, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa**, destinada à oitiva de V. Exª, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

Atenciosamente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral ...
Doc.: Of. 046/2001 - CEDP
N.º Fls.: 01.
Destino: Sen. Antônio Carlos Magalhães
Recebido p/ Fernando A. P. Gozzi
Subchefe de Comissões
Data: 25.04.2001

Exmº Sr.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 47/2001 Brasília, 25 de abril de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se dia 26 de abril, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de ouvir o Sr. Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Senado Federal

Secretaria Geral da
Doc: OF. 047/2001 - CEDP
N.: 01 (uma)
Sen. José Roberto Arruda
3599 25/04/2001

OF. CEDP Nº 48/2001 Brasília, 25 de abril de 2001

Senhor Senador,

Conforme entendimento mantido com V. Exª nesta data, comunico-lhe que foi convocada a 9ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **27 de abril**, sexta-feira, **às 9h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa**, destinada à oitiva de V. Exª, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

Atenciosamente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. 045 /2001 - CEDP
Nº Fls: 01 (uma)
Destin: Sen. José Roberto Arruda
Recebido
3581 Data: 25/04/2001

Exmº Sr.
Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 49/2001 Brasília, 25 de abril de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se dia 27 de abril, sexta-feira, às 9h, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa, a fim de ouvir o Sr. Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Senado Federal

Secretaria-Geral da Mesa
Proc: OF. 049/2001 - CEDP
Nº fls: 01 (Uma)
Destino: Sen. Antonio Carlos Magalhães
Recebido:
Rubrica: Data: 25/04/2001

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8ª REUNIÃO DE 2001

Ata Circunstanciada da 8ª Reunião, realizada em 26 de abril de 2001, quinta-feira, às 14h30, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir o Sr. Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.
Presentes os Srs. Senadores:

PMDB
Ramez Tebet (Presidente)
Casildo Maldaner
Nabor Júnior
Ney Suassuna
Amir Lando
Gerson Camata
Renan Calheiros
Carlos Bezerra

PFL
Geraldo Althoff
Francelino Pereira
Paulo Souto
Waldeck Ornelas
Carlos Patrocínio
Bello Parga
Freitas Neto

BLOCO – PSDB/PPB
Lúcio Alcântara
Osmar Dias
Antero Paes de Barros
Romero Jucá

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
Lauro Campos
Heloísa Helena
Jefferson Péres
José Eduardo Dutra
Marina Silva
Roberto Saturnino (PSB)
CORREGEDOR
Romeu Tuma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 2
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *26.04.2001*

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8ª REUNIÃO DE 2001

Em 26 de abril de 2001, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir o Sr. Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO – PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto: Brasília, 26 de abril de 2001

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-3
26.04.2001

FLS. N.º 1962
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo ouvir o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães nos autos da Denúncia nº 1, de 2001. Faço-o, invocando a proteção de Deus para o êxito dos nossos trabalhos.

Quero ter a satisfação de convidar para se sentar à minha direita o ilustre Relator, Senador Roberto Saturnino. Convido, ainda, o ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães, para que tome assento à mesa, na minha esquerda, por gentileza. Convido o ilustre Senador Romeu Tuma, na qualidade de Corregedor, para também tomar assento à mesa.

Conforme a tradição dos nossos trabalhos, concederei a palavra, inicialmente, ao eminente Senador Antonio Carlos Magalhães para sua exposição inicial, se assim o desejar. Posteriormente, os Srs. Senadores titulares, em primeiro lugar, e suplentes do Conselho de Ética , bem como os demais Senadores terão o direito de formular as perguntas que desejarem ao ilustre Senador Antonio Carlos Magalhães. Peço a todos que procedamos da mesma forma como temos agido até agora, aqui no Conselho de Ética, contando com a imprescindível colaboração da imprensa falada, escrita e televisionada, bem como com a presença dos ilustres Parlamentares, principalmente da Câmara Federal, que nos honram com suas ilustres e honrosas presenças.

Senador Antonio Carlos Magalhães, concedo-lhe a palavra para a sua exposição inicial, caso seja o seu desejo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, político há quase 50 anos, tenho exercido os mais diversos cargos na República: Deputado Estadual, Deputado Federal, Prefeito, Governador três vezes, Presidente da Eletrobrás, Ministro das Comunicações e Senador da República. De todos esses postos saí de cabeça erguida, não só pelo trabalho realizado, mas, sobretudo, pela honestidade da minha atuação.

Aqui estou, hoje, atendendo ao Conselho de Ética, para tratar da violação do painel eletrônico, confirmada por laudo da Unicamp. Esse assunto foi fruto de discursos em Plenário, antes e depois do último laudo. O primeiro laudo julgou impossível detectar a falha encontrada posteriormente. Após muito tempo de estudos, a Unicamp, auxiliada pelos depoimentos, produziu um laudo em que atestou a efetiva violação.

Atestou que teria sido extraída uma lista de resultado daquela votação secreta. Mas atestou também, Sr. Presidente, que o resultado não foi fraudado. E isso é muito importante!

Como Presidente da Casa na época em que se verificou o fato, cabe-me prestar esclarecimentos que julgo indispensáveis para a completa compreensão do problema.

De saída, reservo-me ao exame do depoimento da Drª Regina Célia Peres Borges, então Diretora do Prodasen, e, também, do discurso do Senador José Roberto Arruda, que, num ato de franqueza, achou por bem contar o que ocorreu, dentro da sua ótica.

Inicialmente, gostaria de comentar o depoimento da ex-Diretora do Prodasen.

S. Sª. afirma que eu a nomeei fundamentalmente por ter sido ela indicada pela maioria dos seus colegas do Prodasen, por eleição patrocinada pela associação dos servidores daquele órgão.

É verdade! Houve essa indicação, além de muitas referências vindas de colegas Senadores e técnicos de informática, se bem que era uma lista tríplice. Preferi aquela que estava em primeiro lugar e cujas referências sempre me foram lisonjeiras.

E, até tomar conhecimento dos verdadeiros fatos sobre o episódio do painel eletrônico, minha avaliação sobre ela era de que se tinha mostrado digna e competente da função em que fora investida. Tanto que a mantive em meu segundo mandato na Presidência desta Casa.

Entretanto, nem sempre endossei suas decisões.

Lamento, por exemplo, e devo lembrar de dois episódios que fui surpreendido por notícia de que a ex-Diretora tomara decisões de caráter administrativo baseada – e é importante que V. Exªs ouçam – na suposição de que era do meu conhecimento ou de meu interesse.

De uma feita, contratou, para servir no Prodasen, e não tem muito tempo, o Sr. Altair Menezes, a pedido de uma pessoa de minhas relações, então Procurador do Estado da Bahia.

Quando instei-a a explicar-se, argumentou de que atendera ao pedido, achando que isso me agradaria. Exigi a imediata demissão do contratado, o que ocorreu. E pedi que o fato jamais se repetisse.

Em outra oportunidade, tomei conhecimento pela imprensa de que Drª Regina, Diretora do Prodasen, teria contratado inúmeras pessoas, servidoras do Senado que se aposentavam para, em seguida, serem admitidas para trabalhar naquele órgão, através de empresa prestadora de serviço.

Novamente convoquei a diretora a explicar-se - devo dizer que esse fato é anterior ao primeiro citado - e, de pronto, exigi a imediata demissão daquelas pessoas. E o fiz porque achava injusto que as pessoas se aposentassem e fossem depois ter salários ainda maiores no Prodasen por via de empresas terceirizadas. Ela atendeu, demitiu, mas eu salientei que esse fato não poderia se repetir, e a Drª Regina declarou-me que jamais o faria.

Mas vamos ao seu depoimento.

Todos que me conhecem, até meus adversários, sabem que não delego a ninguém falar em meu nome. Mesmo meus adversários mais ferrenhos jamais puderam acusar-me disso.

Não importa a relevância do interlocutor. No caso teria sido o Senador Arruda. **Ninguém** falaria em meu nome em um assunto de tamanha gravidade. E eu **jamais** me prestaria a fazer um pedido de tal ordem.

Com que objetivo me prestaria a isso?

Um assunto de tamanha gravidade, cujo desfecho poderia ser a cassação de um senador pela primeira vez na história da República. Por quê?

Srªs e Srs. Senadores, todas as referências que a ex-Diretora, Drª Regina, fez a meu respeito em seu depoimento me foram elogiosas.

Disse a Drª Regina - ouçam-me, não sou eu que falo, é a Drª Regina:

"Falei "n" vezes ao longo desse tempo para todas as pessoas o quanto me impressionou a maneira séria como S. Exª nos tratou. Nunca nos pediu nada que não fosse adequado. É austero, bravo demais."

"Muitas vezes, é exatamente terno, mas justo. Quando se levava alguma questão, S. Exª pedia para trazer outros relatórios, pois podia se tratar de alguma decisão que para S. Exª não era nem confortável tomar, mas depois de ler e olhar todos aqueles relatórios, S. Exª achava muitas vezes que estava tudo bem."

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 5
26.04.2001

D. Regina me chamou de justo e austero.

Me chamou de bravo!

E que nunca lhe pedira nada que não fosse adequado. Prestem atenção às qualificações porque isso é importante, para que os senhores possam fazer um julgamento próprio do que estamos tratando.

A própria avaliação que a Drª Regina faz a meu respeito a obrigaria a procurar-me e checar comigo, diretamente, se partia de mim este tal pedido para conseguir a lista de votação.

Cabia-lhe procurar-me para se certificar de que era verdadeiro o tal pedido. E mais ainda, além de mim, havia ainda o Primeiro-Secretário, a quem estava diretamente subordinada, e subordinado está o Prodasen, a quem poderia se dirigir pelo menos para se aconselhar – e, segundo todos sabem – não só o 1º Secretário, como também o Vice-Presidente Geraldo Melo, que substituiu nos seus impedimentos, nunca foi uma pessoa assentida, no convívio, como bravo demais.

Percebe-se, em cada Senador e em cada jornalista com quem converso, a mesma perplexidade: como não verificar a procedência de um pedido dessa ordem? Não pedi, nem direta nem indiretamente. Ao reler as notas taquigráficas da sessão do Conselho, observo que inúmeros Senadores a argüiram nesse sentido. A um deles, o Senador Osmar Dias, a ex-Diretora chegou a afirmar que atenderia ao pedido, se fosse feito por qualquer dos Srs. Senadores desde que esses dissessem que fariam o pedido em meu nome. Estranhamente, para a Senadora Heloisa Helena, pergunta semelhante mereceu resposta diferente. Quando a Senadora questionou-lhe se faria a mesma coisa a pedido da Líder da Oposição, a ex-Diretora disse que, com certeza, não faria. Prestem atenção, porque isso é importante. Daí se vê que não quero nem vou fazer nenhum tipo de exploração nesse sentido, mas que parece, no caso, o "prestígio" junto à Diretora não residiria apenas no Presidente do Senado, mas em quem fazia o pedido, porque atenderia ao Senador Osmar Dias ou a qualquer outro, mas não atenderia a Líder da Oposição.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, está aqui o trecho não só do Sr. Osmar Dias, quando pede a sua resposta, e ela diz: "acredito, na medida em que V. Exª me dissesse que iria entregar a lista na mão dele". Está aqui a Senadora Heloisa Helena argüindo e pedindo a mesma coisa, e ela dizendo que, com certeza, não o faria.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, atentem para este episódio: meu nome foi usado sem meu consentimento e conhecimento. Não consenti nem sabia. Qualquer que seja a versão da Diretora do Prodasen, meu nome teria usado para, se pudesse, conhecer a votação, pelo depoimento do Senador Arruda, meu nome serviria para pedir as informações sobre a possibilidade – aí é o Senador Arruda que fala – da violação do painel.

Não pedi para conhecer o resultado, não pedi para saber se o painel era ou não violável. Srªs e Srs. Congressistas, analisem as inscrições que a ex-Diretora do Prodasen fez dos encontros que mantivemos, releiam o seu depoimento, revejam, se preferirem – e falo principalmente ao eminente relator –, as imagens do seu depoimento. A descrição do tal telefonema é absolutamente reticente. "Ele fazia menção à lista. Valeu, alguma coisa assim", disse a Drª Regina.

Insatisfeito, como sempre fica com imprecisão, o Senador Eduardo Suplicy chegou a pedir que ela fosse mais clara com relação ao que eu teria dito.

Então, diz aqui o Senador Eduardo Suplicy: Sr. Presidente, acredito que todos nós estamos com a sensação de que a Drª Regina falou muito brevemente, [illegible]

muito baixo, do conteúdo do telefonema do Senador Antonio Carlos. Então, diz Suplicy, eu agradeceria especificar melhor.

A Drª Regina, então, respondeu: "Ligou à noite, agradecendo, fazendo menção Valeu. Essa não é bem a expressão dele.

"Valeu" não é expressão minha.

"Mas por aí, como se estivesse" – está frisado aqui – "agradecendo..."

Por favor, releiam. O Sr. Relator também veja depois, se necessitar de qualquer dado: "...se estivesse agradecendo..."

Os dois encontros que ela cita absolutamente não me incriminam. No encontro acredito que ocorrido logo após ter sido publicada uma nota em **O Globo**, na coluna do jornalista Ricardo Boechat - com quem não tenho nenhuma relação pessoal de amizade; ao contrário; até lamento não ter relação com ele - a Diretora do Prodasen me atribuiu meias frases.

"Quando procurei o Senador Antonio Carlos Magalhães, perguntei: Senador, o que houve? O que é isso? E ele disse: É coisa do Arruda...não-sei-o-quê... Me deu uma resposta meio assim".

Evidentemente, dessa afirmativa não posso sequer tratar. Sei que, quando esse assunto foi ventilado, discutiu-se no plenário, e eu procurei saber da Drª Regina e ela já respondera a uma carta em que a Senadora Heloisa Helena pedira que ela esclarecesse e ela dizia que o painel era inviolável e que tal não teria acontecido.

Ora, se eu tivesse algum envolvimento com a violação do painel, qualquer que fosse, talvez me preocupasse informar-me do andamento, que é outra afirmativa dela, da Unicamp. Eu não teria dado a resposta que dei e ela bem reproduziu em seu depoimento.

Srªs e Srs. Senadores, jornalistas, Congressistas, não estamos tratando de uma pessoa inexperiente. Trata-se de uma profissional respeitada - e faço questão de dizer isso - com vasta experiência técnica, que dirigiu o Prodasen por quase 10 anos, sem contar outras funções de confiança que desempenhou no Senado Federal. Peço-lhes que analisem esse caso de forma isenta, todos os senhores, e reflitam sobre o que foi dito.

Segundo o seu depoimento, ela convenceu técnicos do Prodasen a violarem o painel de votação por entender que se tratava de um desejo meu, de uma ordem. E aqui ela diz: "Fomos procurar o Heitor Ledur. O Heitor tem origem militar e tem um temperamento muito assim... cumpra-se a ordem e vamos lá. Chegamos a ele e explicamos. Ele ficou embasbacado".

Aí, diz o Sr. Roberto Saturnino:

— Ele se referiu ao Senador Antonio Carlos Magalhães?

O Sr. Heitor Ledur responde:

— Sim, senhor. Ela disse que era uma ordem que tinha vindo diretamente do Presidente do Senado.

E, até aqui, os senhores viram que não houve ordem nenhuma. Apenas para coagir os demais funcionários a fazerem o que ela desejava, ela declarou que era uma ordem do Presidente, que nunca fora dada. Mesmo que tivesse sido, ela própria, em seu depoimento, deixa claro que não seria uma ordem direta - o que leva à conclusão de que ela usou o meu nome para garantir a adesão dos funcionários, porque, se ela dissesse a eles: "Não, o Senador Arruda me falou, Fulano me falou", os funcionários não cumpririam a sua ordem. Isso está mais do que claro em todos os depoimentos.

O próprio marido da Drª Regina, em depoimento a este Conselho, questionado pelo eminente Senador Osmar Dias, afirmou tratar-se de "um pedido".

Diz o Senador Osmar Dias:

— Na noite em que foi feito o primeiro contato com o Sr. José Roberto Arruda com a Drª Regina, em que ela participou ao senhor, ela afirmou que ele tinha feito uma consulta, um pedido ou dado uma ordem?

E responde o Sr. Ivar Alves Ferreira:

— Ela informou que ele fez um pedido. E saiu dali falando assim: "Vou sair daqui para cumprir uma ordem."

— Mas foi um pedido, então? – pergunta o Senador Osmar Dias.

— Um pedido – responde o Sr. Ivar Alves Ferreira.

— Não foi uma ordem? – indaga o Senador Osmar Dias.

— Não foi uma ordem. Mas ela disse "vou sair daqui para cumprir uma ordem" talvez por estar num impacto, diante de um pedido que ela achava muito complicado. Ele fez um pedido, não deu uma ordem, não ordenou no sentido de: "Faça isso, você é obrigada a fazer isso". Não houve coação, em momento algum, naquela frase que ela me descreveu – diz o Sr. Ivar Alves Ferreira.

Vejam os Srs. Senadores que o marido dela é quem faz a afirmativa.

— Depois, ela disse que entregou o resultado da violação a "um assessor do Senador Arruda com quem não mantenho nenhuma relação" – afirma o Sr. Ivar Alves Ferreira.

Vejam os Srs. Senadores que ele afirmou isso aqui agora. Vou provar. E a Drª Regina disse isso confiando que o documento chegaria às minhas mãos.

Aí, o Senador Roberto Saturnino, diligente como tem sido, pergunta:

— E os encontros com o Senador? O senhor não acompanhou nenhum?

Entendo eu que o Senador Roberto Saturnino referia-se em sua pergunta a encontros com o Senador Arruda.

— Não conheço o Senador Antonio Carlos pessoalmente – responde o Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias.

E afirma o Sr. Pedro Simon:

— Não é possível!

— Nunca apertei a mão dele, nunca estive na sala dele, na casa dele. Conheço-o aqui, circulando. Desculpe-me. Acho que falei um... [aí ele não completa a frase]. O senhor me desculpe; conheço-o assim, circulando aqui – é o que responde o Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias ao ilustre Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, não fossem as responsabilidades que cabem a mim, ao Conselho de Ética, ao Senado Federal, eu poderia me dar por satisfeito com o depoimento da Drª Regina, que faz exaltação ao meu trabalho, à maneira com que me conduzo e confessa que recebeu pedido de outra pessoa que não eu.

Ela nunca disse em depoimento algum que eu lhe falei diretamente, ou por telefone, ou por qualquer meio. Ela disse que recebeu do Senador Arruda a informação que eu desejaria e que depois o Senador Arruda, no seu último discurso, colocou não como um pedido para isso mas uma consulta. Vejam bem que adiante tratarei desse assunto, e é importante ficar bem esclarecido.

Srªs e Srs. Senadores, o Senador Arruda fez um depoimento no plenário desta Casa.

Vou restringir-me a comentar, avalizar e corrigir, no que couber, as afirmações de S. Exª que me citam e me envolvem no episódio.

Claro que, nos dias que antecederam ao processo de cassação, discutimos com vários Senadores e fizemos avaliações, até mesmo com deputados, dos que seriam a favor ou contra, dos que queriam, no caso, defender ou não a instituição. Uma prática natural essas discussões que aqui ocorrem quando existem votações importantes, que dirá aquela, que teria sido, na ocasião, a mais importante votação.

Foram muitos os Senadores que me procuraram, muitos que estão inclusive aqui presentes, tanto Senadores como Deputados. Mas, no caso, vale ressaltar o Senador José Roberto Arruda. Posso compreender as motivações que o levaram a procurar a então Diretora do Prodasen apenas pelas razões que S. Exª apresentou em seu depoimento em plenário: saber – isso é importante, foi a frase dele que ficou – se era possível alguém conhecer o resultado de uma votação secreta.

Foi o que disse o Senador Arruda textualmente. E eu acredito.

Não posso compreender que S Exª a tivesse procurado em meu nome nem para isso nem para outra coisa. Não havia razão.

Se essa dúvida me assaltasse, eu mesmo teria procurado diretamente a Drª Regina. Era minha funcionária, se dava bem comigo, eu tenho por ela estima e respeito. Acho que é uma funcionária capaz, merece inclusive o respeito da Casa pelo trabalho que faz e fez no Prodasen. Eu falaria diretamente com ela. De todo modo, qualquer que seja a versão, não pedi nem direta nem indiretamente.

Em nenhuma oportunidade, autorizei qualquer pessoa sequer a discutir o problema com a diretora, ou qualquer membro do Prodasen, até porque posso dizer que conheço pouquíssimas pessoas no Prodasen, além da Drª Regina, porque a sua ligação era diretamente com o Conselho e, principalmente, com o Primeiro Secretário.

Também não houve nenhum contato direto com qualquer servidor.

Essa é uma retificação que faço questão de fazer.

Em sua fala, o Senador Arruda usa uma expressão que acredito imprópria, não desejasse, mas que me cabe retificar, e eu a retifico: "incumbência"; teria recebido a incumbência. Não é exato. Ele não recebeu qualquer incumbência minha para tratar sobre painel de votação, nem para qualquer outro meio de se conhecer como votariam os Senadores. O Senador Arruda teve o cuidado de dizer, em determinado trecho, que peço a atenção dos Srs. Senadores da Comissão de Ética. É muito importante.

"É preciso" – fala Arruda – "ficar claro, portanto, que não pedi, muito menos determinei, em meu nome ou em nome do Presidente Antonio Carlos Magalhães, que S. Sª obtivesse a lista. Apenas consultei como sobre acontecia e se isso era possível." Palavras do Senador Arruda.

É claro, já falei sobre isso – sou eu que falo –, a Drª Regina deveria ter tomado o cuidado de me procurar, não só para confirmar se eu de fato fizera o pedido, mesmo esse de consulta, como também para dizer, como ela disse, da impossibilidade de atender ao Senador Arruda, sem quebra de qualquer regra. Cabia-lhe não atender à solicitação do Senador Arruda, porque ela estava quebrando as regras, inclusive da Casa e do funcionalismo.

Não me foi dada oportunidade sequer de desautorizar a utilização do meu nome, até porque não sabia eu que estava sendo utilizado. E, quanto à lista que foi impressa, a Drª Regina disse que o Senador lhe assegurara que a lista seria entregue pessoalmente a mim, coisa que não teria nenhum cabimento. Se não pedi, por que seria entregue a mim? Daí por que, certamente, ela entregou ao Dr. Domingos Lamoglia.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 9
26.04.2001

FLS Nº 1965

No dia seguinte da votação, recebi a visita do Senador José Roberto Arruda. Trazia um envelope sem timbre oficial ou identificação de procedência. Disse-me: "Olhe aqui uma surpresa. Está sentado?" Ao que respondi: "Claro. Não está vendo?" Ele abriu o envelope e me entregou uma lista. Confesso que fiquei surpreso. Fizemos vários comentários. Em seguida, ele insistiu para que eu fizesse uma ligação para a Drª Regina. Ele pediu a uma das minhas secretárias que fizesse a ligação. Eu até pensava que essa ligação teria sido no telefone dele, mas tive o cuidado de procurar, tirando todos os telefonemas, para ver se havia a ligação. E havia a ligação, pedida a uma secretária minha, de um telefone do Gabinete Maior do Senado, que durou 34 segundos entre fazer a ligação, transferir da secretária, o Senador Arruda dizendo que eu ia falar, e eu ter falado.

Disse-lhe uma coisa deste tipo, que não posso garantir textualmente: "A senhora tem serviços prestados ao Senado. Não fique nervosa, porque a senhora não deve ter culpa." Mal troquei palavras com a Drª Regina, conforme ela mesma registrou em seu depoimento. E se comprova principalmente a análise que se pode fazer da duração dessa ligação. Quero dizer que quem trouxe essa ligação para aqui não foi sequer a Comissão de Ética, não foi ninguém, fui eu mesmo, que procurei ver, que trouxe e que vou mostrar a V. Exªs a ligação, dentro de pouco tempo, para que eu procure depois e não atrapalhe o depoimento.

Sr. Presidente, segui a orientação de alguns membros deste Conselho de que me fosse fornecida a relação de todas as ligações e também de meu telefone.

Hoje, vendo os fatos como ocorreram, fico convencido – e isso é importante – de que o Senador Arruda queria dar tranqüilidade à Drª Regina de uma participação minha que não existiu. Porque ele próprio diz, no seu depoimento, que insistiu comigo para fazer a ligação. Ele próprio falou com a minha secretária, a minha secretária fez a ligação, passou para ele e ele me passou o telefone para a Drª Regina. Foi isso.

Há de se perguntar: por que não tomei providência diante de uma lista conseguida de modo irregular? Esta é uma pergunta que sei que será feita.

Pensei muito na ocasião e conclui: achei pior para o Senado fazer qualquer acusação e, mais do que isso, provocar dúvidas sobre a lisura de uma votação correta que cassou o mandato de um Senador. E isto é muito importante: essa lista não teria alterado o resultado da votação - e agora se comprova com o laudo definitivo da Unicamp.

Pergunto-me: o que seria melhor? A providência a tomar, que possibilitaria, talvez ou não, anular a eleição? O escândalo, com a possibilidade de se anular uma votação absolutamente correta?

Os fatos posteriores viriam a demonstrar o quanto acertada fora a decisão do Senado de retirar do seu meio o parlamentar em questão, porque, com o tempo, foram aparecendo outros escândalos.

Era uma lista não oficial, sem qualquer identificação, que poderia até não ser verdadeira, como hoje alertam, com muita razão, alguns dos Srs. Senadores. Uns, em relação à tal lista que foi falada, outros, em relação a várias listas que estão surgindo, apócrifas, para confundir o problema da votação.

Hoje, com toda a franqueza - e me dirijo aos Srs. Senadores, em particular ao Senador Jefferson Péres -, não sei se agi certo ou não.

Fui omisso? Se houve omissão, devo assumi-la em defesa do Senado Federal. Além de Senador, tinha a responsabilidade de presidir esta Casa. É preciso atender que qualquer decisão minha à época tinha de ser adotada nesta condição.

Refiro-me à ética da responsabilidade a que submetia. E não foi nesta condição, logo após a saída do Senador Arruda, que tomei a decisão. Tomei uma decisão solitária. Destruí, depois que ele saiu, a lista.

Srªs e Srs. Senadores notem, tive, sim, a oportunidade de mantê-la em minhas mãos e não quis. Todas as vezes que me referi a isso, desde então, foi uma conseqüência da decisão que tomara a 28 de junho. A decisão de preservar a instituição Senado Federal ante o escândalo, que seria naqueles dias submetê-lo à instauração de uma sindicância que pusesse em questão a lisura e o procedimento oficial da cassação.

Desde aquele dia 28 de junho, decidi e tracei essa linha de conduta. O Senado houvera-se com dignidade e cumprira com determinação e coragem a missão que se impusera. Não seria essa lista, extraída sem meu conhecimento – e de todos os Senadores –, que macularia aquele trabalho.

Depois do dia 18 de abril, não! A todos foi dado conhecer o laudo. E a mim, em especial, me foi garantida a certeza, agora definitiva, de que a minha decisão fora acertada. Dar conhecimento a todos de tal lista não constitui, agora, ameaça alguma àquela decisão memorável que tomamos. Como o laudo definitivo da Unicamp que comprova o resultado da votação secreta não foi alterado, entendi que esse risco estava definitivamente afastado.

Srªs e Srs. Senadores, o convencimento sempre tive. Agora, tenho, também, a prova de que aquela votação não foi alterada. Com esta tranqüilidade, trago esses esclarecimentos. Alguns pensaram que era incoerência dizer que desconhecia a lista. Logo que a destruí, passei a desconhecê-la para efeito de não criar mais uma confusão no Senado diante do clima que se efetivou em todas as sessões, em Plenário e fora dele. Com essa tranqüilidade, trago esses esclarecimentos.

Sr. Presidente, antes de terminar essas palavras iniciais, devo dizer algo que é do meu coração e que entendo que devo falar. Não vim acusar o Senador José Roberto Arruda até porque não sei se ele merece ou não acusação. Apenas posso dizer que, se usou meu nome, foi indevidamente. Mas todos os senhores sabem que, no que diz respeito ao Senador José Roberto Arruda, os erros que teve, sobretudo nos seus últimos pronunciamentos, não invalidam o fato de que ele foi um eficiente Parlamentar na liderança do Governo, tendo cumprido com as suas obrigações e feito um grande trabalho em favor do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Penso que é do meu dever dar esse testemunho, porque, salvo se ele errou nesse episódio, a sua atuação nunca foi maculada nesta Casa. Poderia sair sem dizer isso, porque não está sequer no meu texto. Mas entendi que deveria fazê-lo num momento em que ele está evidentemente sofrendo, como tantos outros, uma situação extremamente desagradável.

Termino dizendo como um grande baiano falou em determinada situação: "Três âncoras deixou Deus ao homem – o amor da Pátria, o amor da liberdade e o amor da verdade". É na sustentação das amarras inquebrantáveis dessas três âncoras que tenho certeza de que permanecerei respeitando a minha consciência, a instituição a que pertenço e ao povo que represento. Assim, manter-me-ei até o fim da minha existência, fiel a essas diretrizes inflexíveis.

Os embates a que estive submetido ao longo de minha vida pública ensejaram sacrifícios enormes, sempre recompensados por uma confiança ilimitada que em mim tem depositado o povo da Bahia, que, mais uma vez, se apresenta ao

meu lado. Por tudo isso, confio em que a isenta interpretação de todos os fatos agora relatados, por quantos integram esse Conselho haverá de favorecer-me em razão da absoluta veracidade com que os fatos foram repassados, sem adendos ou retoques. Estou seguro de que tudo, a partir de agora, está em perfeita sintonia com a verdade cristalina, que acredito ter deixado transparecer nas minhas palavras no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Está bem claro e isso é que é importante, porque, até receber a tal lista, jamais tratei desse assunto no Prodasen ou em qualquer parte. Isso deve ficar devidamente esclarecido para que V. Exªs não venham, por acaso, cometer uma injustiça ou talvez – quem sabe – uma atitude aligeirada.

Era do meu dever prestar esse depoimento em respeito a V. Exªs, ao País e também a mim mesmo. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy para uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, há uma expectativa muito grande – a bem da verdade do respeito para com todos os Srs. Senadores, sobretudo com a então Líder do Bloco da Oposição no Senado – de que, ainda na sua exposição inicial, possa o Senador Antonio Carlos Magalhães esclarecer o episódio relativo à Senadora Heloísa Helena, porque todos já estamos confiantes de que essas explicações serão fundamentais para a honra da Senadora Heloísa Helena, diante de tudo aquilo que ela tem sofrido com todos os que nela acreditam. Agradeço se, ainda na parte inicial, puder o Senador Antonio Carlos Magalhães, esclarecer o episódio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy, a questão de ordem de V. Exª envolve uma pergunta. V. Exª terá oportunidade de fazê-la ou, então, o Senador Antonio Carlos Magalhães a anotará para o momento oportuno, porque, pela ordem dos nossos trabalhos, não considero a sua intervenção como uma verdadeira questão de ordem.

Concedo a palavra, de acordo com a tradição dos nossos trabalhos, primeiramente ao eminente Relator e, logo a seguir, a primeira inscrição é da Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena pela ordem.

A SRª HELOÍSA HELENA – Evidentemente, o Regimento Interno estabelece que os primeiros inscritos de fato são o Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, e o Sr. Corregedor, caso queira fazer uso da palavra. Entretanto, se não for obstáculo para os dois que, como reza o Regimento Interno, falarão primeiramente, solicito ao Senador Roberto Saturnino que me seja concedida a palavra, porque a minha fala é uma preliminar. Então, se não for empecilho para os questionamentos de V. Exª, peço para falar, antes de tudo, tecendo algumas considerações e uma preliminar.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, de minha parte, não há obstáculo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Heloísa Helena, indago de V. Exª se é questionamento, se é questão de ordem ou que é.

A SRª HELOÍSA HELENA – Trata-se de uma preliminar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Preliminar de quê?

A SRª HELOÍSA HELENA – Em relação ao depoimento do Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, é de fundamental importância deixar claro que estarei atuando nesse Conselho como titular rigorosamente como manda o Conselho de Ética, analisando os autos do processo, as possíveis infrações ou não cometidas ao Código de Ética e decoro parlamentar.

Nesses dois anos de convivência nesta Casa, as pessoas sabem como é o meu comportamento, muitas vezes intolerante e extremamente radical, além das gigantescas dificuldades pelas quais estou passando, em função do meu temperamento, para ter serenidade neste momento, e, obrigatoriamente, tenho que tê-la.

No dia da minha eleição em Alagoas, Senador Antonio Carlos, tive oportunidade de dormir na casa de uma prima minha.

Peço aos Senadores e ao Presidente que tenham um pouco de paciência antes de eu fazer a preliminar, porque essa introdução é importante.

Dormi na casa de uma amiga minha, de uma prima minha, e do lado da cama onde acordei havia uma Bíblia do marido de minha prima. Gosto muito de ler Salmos, e minha Bíblia é meio viciada, abro e já vêm os Salmos. Nesse dia, entretanto, peguei a Bíblia dele e, na hora em que abri, estava lá uma passagem linda - a passagem de Mateus 17, cujo título era O Eleito -, daquele momento em que Jesus leva consigo Pedro, Tiago e vai à mais alta montanha, e lá, naquele momento, Deus apresenta Jesus como o escolhido, o eleito. Fiquei muito feliz com aquilo logo no início da manhã, porque era como se fosse uma esperança que tinha, que talvez eu fosse eleita mesmo naquele dia, e fui.

Hoje, nesta Casa, entretanto, com os últimos acontecimentos, ninguém pode mais falar de Deus. Os últimos acontecimentos nesta Casa são de tanta sujeira, de tanto cinismo e tanta dissimulação que às vezes as pessoas vão para a tribuna e falam em nome de Deus, em nome dos seus filhos, em nome da sua honra e da sua dignidade. Poucos dias depois, as pessoas vão para a mesma tribuna falam em nome de Deus, dos seus filhos e da sua dignidade, e mudam completamente o que tinham falado. Então, o cinismo e a dissimulação é tanta que nem falar em Deus podemos mais, porque a população já acha que é fingimento, dissimulação.

Aqui ninguém pode mais nem se emocionar. Nem nos emocionar podemos mais, nem lágrimas, que é algo tão belo correrem livres pela face da gente. Naquele belo sermão de Vieira, Pe. Antonio Vieira dizia que as lágrimas eram o sinal da graça, um sermão das lágrimas de São Pedro. Aqui ninguém pode mais chorar, porque também o povo brasileiro vai lembrar que pessoas ocupam a tribuna choram, se emocionam, e depois modificam completamente a versão que tinham estabelecido.

Esses últimos dias, Senador Antonio Carlos, não têm sido fáceis para mim. Depois da nota do Boechat, no ano passado, quando ocupei a tribuna e questionei a V. Exª, V. Exª, na cadeira de Presidente do Congresso Nacional, me respondeu: "O que posso dizer é que é impossível a qualquer pessoa saber quem votou desta ou

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 13
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 26.04.2001

daquela maneira, levando em conta a votação secreta pelo painel eletrônico, porque o sistema de processamento não liga o voto ao Senador, mas tão-somente procede a totalização dos votos. Conseqüentemente, esse depoimento me sinto obrigado a dar não com expressões tão fortes, mas até posso entender que tenha havido interesse de enfraquecer a sua liderança no seu Partido, essa nota não tem significado". Continuava V. Exª: "Pedi-lhe, inclusive, relatando que tinha solicitado ao Secretário-Geral da Mesa que citasse o meu nome no ofício em resposta como responsável também pelo processo secreto de votação, pelo qual, repito, seria impossível identificar o voto de qualquer Senador. É óbvio, é claro", dizia V. Exª, "que pelas atitudes de V. Exª no plenário, jamais o seu voto seria na direção proclamada na imprensa, isso fica absolutamente claro".

Depois desse episódio, Senador, passei a identificar os comentários que apareciam como coisa de vadios em mesa de bar. Achei que eram homens desqualificados, pessoas de almas pequenas, mal resolvidos, que tratavam de tantas coisas que iam desde a minha vida pessoal, a minha sexualidade, até as mais outras diversas coisas, para explicar a boataria que ainda corria pelos corredores. Tratei dessa forma.

Depois, as declarações de V. Exª no Ministério Público Federal. Eu fiquei extremamente assustada, porque era o ex-Presidente do Congresso Nacional que, na cadeira de Presidente do Congresso Nacional, tinha-me respondido dessa forma e que, no Ministério Público Federal, com três Procuradores da República, assacava, de forma perversa e cruel, a difamação, a calúnia, contra mim, contra alguém que, no plenário, V. Exª tinha defendido.

E continua: "Significava a palavra do homem mais poderoso do País contra a minha palavra. Significava a sua vida contra a minha vida. Significava as extensas relações que V. Exª tem no Brasil."

V. Exª foi Ministro das Comunicações. V. Exª tem, no seu Estado, instrumentos poderosos para que, se um jornal, uma rádio, uma emissora de TV assacar uma mentira contra V. Exª, de pronto, essa estrutura de comunicação responde. V. Exª tem laços, relações, amizades, em função de ter sido Ministro das Comunicações. E a mídia, no Brasil, simplesmente passou a esquecer tudo em função das informações levianas e cruéis de V. Exª. A mídia do Brasil não queria mais saber de investigar o covil dos políticos ladrões tolerados aqui, do Congresso Nacional. A mídia não queria mais saber de investigar o Palácio putrefato de Fernando Henrique Cardoso, os crimes contra a Administração Pública, tráfico de influência, intermediação de interesses privados, nada. A mídia passou a trabalhar em função do que V. Exª disse: que eu tinha votado contra a cassação. E eu falava todo o tempo: "Eu votei pela cassação." Eu falava todo o tempo o quanto eu trabalhei. Eu falava todo o tempo que passei 15 dias virando noites para fazer a representação. Eu falava todo o tempo que o enfrentei no plenário dizendo que ele não prestava, era um homem corrupto. Eu passei todo o tempo trabalhando nesse sentido e nada disso valia. A minha vida não valia; a minha palavra não valia; a minha dignidade não valia; a minha honradez, a minha dor não valiam. O que valia era simplesmente a palavra de V. Exª.

E é por isso, Sr. Presidente, que é muito difícil, sinceramente, eu agüentar esta sessão, muito difícil! No dia sete de março, V. Exª disse, da tribuna, dirigindo-se a mim, que não ia, como cavalheiro, se utilizar de expressões que eu tinha utilizado e dizia: "V. Exª verá, ao final de todo esse imbróglio, que não há lista, que o painel não foi modificado, nada disso. Por mais parcialmente que se queira fazer a

apuração, V. Exª chegará à verdade, à verdade que está acima de tudo e, um certo dia, provavelmente, vai lembrar-se de que, daquela Presidência, eu a defendi com vigor. Para tudo, tudo que eu apontei, a cada dia fica a verdade esclarecida e a sociedade tomando conhecimento de que eu não menti, que a minha verdade é a verdadeira e que, portanto, não tem lista."

No dia 17 de abril, Senador Antonio Carlos, V. Exª vai de novo à tribuna e diz: "Ninguém, mas ninguém mesmo, dirá que ouviu da minha boca, em qualquer oportunidade, o pedido para saber quem votou em quem. Não recebi lista alguma. Não recebi lista nenhuma, nem me foi entregue por ninguém lista alguma. Se qualquer depoimento existir neste sentido, pode fazer uma acareação, porque V. Exª vai ver" – em aparte – "que o Presidente da época não descumpriu o Regimento e muito menos a Constituição."

Mais na frente, no dia 18 de abril, V. Exª, em aparte ao Senador José Roberto Arruda, diz: "Não sei por que esse painel foi violado". E aí trata do painel: "Eu continuo a desafiar qualquer pessoa a provar que eu tenha tratado com a Drª. Regina ou com qualquer outro funcionário, ou com qualquer Senador sobre esse assunto, ou tenha qualquer interesse em saber da lista que nunca vi.

Senador Antonio Carlos Magalhães, a preliminar que faço ao Presidente é para que se suspenda a sessão e que V. Exª disponibilize a lista a esta Comissão.

Não aceito, Senador, ficar refém da memória de V. Exª. Não aceito ficar refém de algo que não vi, que não conheço a materialidade, que embora todos tenham dado crédito à palavra de V. Exª e não a minha, não aceito. A lista tem que ser disponibilizada para que possamos trabalhar em algo concreto, que possa ser tocado, ser visto, para que eu possa me defender em relação a algo concreto, e não em cima de uma acusação perversa e cruel de V. Exª.

Portanto, Sr. Presidente, esta é a preliminar que faço: que suspendamos a sessão, que o Senador Antonio Carlos Magalhães traga a lista. Neste mundo da política, todos sabemos que uma lista como essa é uma preciosidade; não no mundo em que vivo, mas no mundo em que a maioria das pessoas aqui vive, é. É uma preciosidade porque é o mundo da chantagem, de tantas coisas, dos grampos e de tantas coisas. É uma preciosidade e, por isso, solicito que V. Exª que traga a lista.

Não posso ficar refém da sua memória. Não aceito. A minha história não merece que eu fique refém da sua memória, porque já disse várias vezes que votei pela cassação, trabalhei por ela, Senador, trabalhei com vigor, com determinação, com trabalho e não posso aceitar que a palavra de V. Exª descaracterize toda a minha história, a minha vida e a minha dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Considero que a Senadora Heloisa Helena falou por cessão do eminente Relator e passo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para que responda às indagações da Senadora Heloisa Helena.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Em primeiro lugar, digo a V. Exª que não tenho lista. Não tenho a lista. Se tivesse, também não poderia revelar, porque estaria cometendo um crime em relação a uma votação secreta.

O que posso lhe dar de testemunho da sua indignação - e, mais adiante, vou tratar em relação ao caso dos Procuradores que V. Exª viu parte e, vendo toda a seqüência da degravação, verá que é falha a degravação e também é falha a acusação a V. Exª de modo direto, V. Exª verá isso -, o que posso lhe dizer é que muitas vezes, inclusive tratei com a senhora sobre o problema da cassação do

FLS Nº 1968

Senador Luiz Estevão, e sempre encontrei, da senhora, o desejo - que também era meu - de cassar em benefício do próprio Senado.

Não sei se a senhora se recorda, mas talvez deva se recordar – naquele tempo tínhamos relações pessoais – que a chamei à Mesa e disse - aí peço a V. Exª que, não quero declinar nomes, também não declinasse, porque vamos criar mais problemas ainda - que determinada pessoa, segundo informação minha, estava com o desejo de votar contra a cassação. V. Exª foi à pessoa e voltou a mim dizendo: "Não, vai votar conosco, a pessoa vota pela cassação". Não sei se a senhora se recorda desse episódio. Não houve esse episódio?

A SR.ª HELOISA HELENA - Houve.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Isso é uma demonstração de que eu sabia da sua posição.

O SR. PEDRO SIMON - Quem era a pessoa?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não posso dizer. Não posso revelar, até porque não posso cometer crimes de violação de painel. Se não pedi para violar – e está provado –, até mesmo V. Exª, com a maior má vontade que tenha comigo, tenho certeza de que hoje sabe que não pedi, nem direta nem indiretamente, esse assunto, e que ele só me foi chegado com a surpresa da lista. Aí V. Exª pode ter um ponto de vista contrário ao meu ou não. Mas o que posso dizer a V. Exª é que, inclusive o seu passado, o seu desejo jamais seria no sentido de votar. Agora, pergunta por que foi a coisa do Procurador. Não foi daquela maneira a afirmativa do Procurador. Tenho aqui – trouxe – quantas incoerências o Procurador, e várias vezes que ele desmentia coisas que houvera afirmado. Não V. Exª. Ele, o Procurador. Trouxe, vou passar ao Relator. Mas digo, sinceramente, que, evidentemente, não acredito que V. Exª tenha votado a favor do Sr. Luiz Estevão. Não acredito. Agora, eu tive que manter que não tinha lista até ficar claro que o voto não impedia a votação, quando a Unicamp declarou que não alterava a votação a lista que fora divulgada. Havia uma quebra de sigilo, mas não alterando a votação.

Então, em qualquer lugar que eu esteja, qualquer lista que apareça com o nome de V. Exª, embora V. Exª, talvez com justa razão, tenha essa antipatia por mim, que é antiga, talvez por questões políticas e ideológicas, serei, acredite, um defensor de V. Exª. Pode acreditar nisso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o eminente Relator, Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Senador Antonio Carlos Magalhães, durante pronunciamentos referidos pela Senadora Heloísa Helena, V. Exª afirmava, e afirmava com muita ênfase, que não conhecia lista nenhuma - e ainda hoje vi imagens na **Rede Globo** de V. Exª no plenário do Senado afirmando isso, em resposta à Senadora Heloísa Helena antes do laudo da Unicamp. Mais: nos dias 17 e 18, em resposta à comunicação do Senador Jader Barbalho, na Presidência, e depois, em aparte ao Senador José Roberto Arruda - já então era conhecido o laudo da Unicamp -, V. Exª, enfaticamente, negou que conhecesse a lista, que tivesse qualquer conhecimento dela. Quero dizer a V. Exª que essas contradições e afirmativas de V. Exª, feitas no Senado e não através de imprensa nem mídia nenhuma, mas no âmbito do plenário do Senado, de um lado - V. Exª há de convir comigo -, prejudicam a credibilidade das afirmações de V. Exª no geral. V. Exª há de reconhecer que, havendo contradição entre afirmações enfáticas, ficamos nós, Senadores e opinião pública, na expectativa de um esclarecimento dessas.

contradições. Em segundo lugar, é preciso que haja uma justificativa convincente por parte de V. Exª, que disse que, no caso da resposta à Senadora Heloísa Helena, não tinha conhecimento ainda, que iria preservar, o que é compreensível. Mas, depois do laudo, essas afirmações prejudicam a credibilidade das afirmações de V. Exª e nos deixam também na obrigação de fazer um julgamento da questão da quebra de decoro também por este lado: afirmativas que não eram verdadeiras, contraditórias com afirmativas que V. Exª faz agora. Então, isso é também uma preliminar que eu estou colocando. Estou pedindo a V. Exª uma justificação para essas contradições nas suas afirmações.

O segundo grupo de indagações diz respeito ao envolvimento ou não envolvimento de V. Exª no pedido, ou na ordem, ou na consulta, enfim, que o Senador Arruda fez à Drª Regina.

Muito bem. V. Exª afirma que não houve delegação; ele abusou do nome de V. Exª, invocou o nome de V. Exª indevidamente, ousadamente e até irresponsavelmente. Porém, Senador Antonio Carlos, fica também difícil acreditar que V. Exª, pelo menos, não tinha conhecimento de que ele lhe havia falado: Presidente, eu vou pedir à D. Regina isso assim e assim, porque eu acho que é importante. Por alguns fatos que constituem indícios de que V. Exª sabia; por exemplo, o fato de a lista ter ficado com V. Exª e não com o Senador Arruda. Isso foi uma iniciativa dele, que abusou do nome de V. Exª. Ele podia ter lhe mostrado, sim, mas a lista teria ficado com ele, e ele a exibiria: olha aqui, Presidente, fulano e fulano. E guardaria a lista.

Por outro lado, V. Exª não tomou nenhuma providência de apuração, enfim, de responsabilização de alguém. Ao tomar conhecimento de que a operação desvendamento, a operação de quebra do sigilo tinha sido realizada, não tomou nenhuma providência. V. Exª diz que quis preservar a validade da votação, que ficou preocupado que aquele fato pudesse ser alegado para invalidar. Mas V. Exª poderia e deveria, a juízo, pelo temperamento de V. Exª e pelo senso de responsabilidade que V. Exª tem, pelo menos ter advertido duramente o Senador Arruda e dito: mas, como você faz uma coisa dessa em meu nome? V. Exª devia ter manifestado uma indignação que nem ele nem V. Exª referiram. E mesmo no telefonema à D. Regina, ao invés de dizer "a senhora fique tranqüila", deveria dizer: a senhora não fique tranqüila, não; venha cá, vamos apurar isso, vamos investigar; como é que isso nasceu?

Preservando o sigilo, tudo bem, mas tomando, pelo menos, providências que são da natureza do temperamento de V. Exª e do senso de responsabilidade que V. Exª sempre teve na direção dos trabalhos da Casa. Um telefonema de 34 segundos!... Parece-me que V. Exª já tinha conhecimento. O Senador Arruda instou: Por favor, ligue para a D. Regina. E V. Exª ligou em 34 segundos. O que pode ter dito? Fique tranqüila?

Senador Antonio Carlos, eu acho que qualquer um de nós aqui acreditaria que V. Exª passaria, como diz o Senador Pedro Simon, uma carraspana: "Mas como a senhora faz um negócio desse sem me consultar?" E V. Exª vai tranqüilizar a Dona Regina! Quero dizer, com franqueza, a V. Exª que é difícil de acreditar. E por isso estou colocando para que V. Exª esclareça melhor. E também V. Exª diz que passou a desconhecer a lista dali para frente. Porém – não quero nem me referir à conversa com os procuradores –, a decodificação dessa conversa foi razoavelmente completa para permitir a audição da frase em que V. Exª diz que a Senadora Heloísa Helena votou contra a cassação.

FLS. Nº 1969

Mas não é só a conversa com os procuradores, há o depoimento do Senador Eduardo Dutra, que disse que foi chamado por V. Exª, que V. Exª sabia e disse também, como que cobrando dele: "Olha, a Heloísa Helena não votou conosco".

Senador Antonio Carlos, creia V. Exª que estamos querendo esclarecer, tirar essas dúvidas, limpar, enfim, as dificuldades que, acredito, muitos estão tendo – porque estou tendo – em dar credibilidade completa, absoluta a este depoimento de V. Exª de hoje, aqui, que efetivamente é um depoimento bastante importante e respeitável.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Acredito que V. Exª vai dar credibilidade completa ao meu depoimento. E fez muito bem em suscitar assuntos como esses.

Em primeiro lugar, V. Exª se equivoca na data do laudo. O laudo não era conhecido no dia 18. Ele só foi conhecido no dia 19, com a comunicação oficial do Senador Carlos Wilson, quando o recebeu e o tornou público. Logo, toda essa posição assumida até o dia 18 era toda ela fundamentada no desejo que eu tinha de não expor a instituição a mais debates sobre esse assunto, inclusive sobre uma cassação correta, séria, que talvez nós dois tenhamos tido a mesma posição. Assumi. Então, lembre-se também que o primeiro laudo...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Permita-me, até para eu esclarecer. É claro, posso até ter confundido, mas lembro-me que esse pronunciamento do dia 17 foi em comentário à comunicação que o Senador Jader Barbalho fez ao Senado de que a Unicamp havia concluído que havia ocorrido a violação no painel. Quer dizer, já era, por conseguinte, um fato...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não era um fato oficial. Ele houvera comunicado que havia a violação do painel no laudo da Unicamp, mas não dera sequer um detalhe sobre isso e que organizaria, então, por meio do 1º Secretário, para tomar conhecimento do laudo da Unicamp e torná-lo público.

Ele apenas levou a público, naquela hora de exaltação – por alguns motivos que não quero sequer discutir, porque são motivos pessoais do Senador Jader –, mas não tratou disso. E lembre-se V. Exª também que o primeiro laudo da Unicamp dizia que não era possível uma violação dessa espécie. V. Exª recebeu esse laudo, eu recebi e li, e só posteriormente, após o dia 18, portanto no dia 19, foi tornado público.

De maneira que, nessa parte, quero que V. Exª fique esclarecido, porque, além de V. Exª ser o Relator, tenho muito respeito pela sua figura e também não quero ficar incriminado injustamente por um homem das suas qualidades morais. De maneira que essa é a primeira parte.

Se V. Exª tem dúvida sobre se dei ou não ordem ao Senador José Roberto Arruda, deve pegar o laudo da própria Drª Regina. No laudo, a Drª Regina diz...

O SR. ROMEU TUMA – No depoimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Depoimento, desculpem-me. Em seu depoimento a Drª Regina diz que, em todas as oportunidades, não uma só, o Senador falara em meu nome. V. Exª deveria questionar - e sei que vai - por que a Drª Regina não me procurou, direta ou indiretamente. Se não me procurou, por que não procurou o 1º Secretário? Por que não procurou o Senador Geraldo Melo, com quem tem boas relações e que ajudou muito o Prodasen? Aí, sim, ela foi a

responsável e não eu, pois nunca falei sobre o assunto com o Senador José Roberto Arruda antes.

O Senador José Roberto Arruda freqüentava meu gabinete como Líder do Governo. Durante a cassação, não foi só S. Exª que freqüentou meu gabinete, mas quase todos os Senadores que estavam interessados no assunto, salvo o Senador Pedro Simon, que se silenciou durante o problema, o que respeito. S. Exª deve ter dado seu voto, de uma forma ou de outra, com a liberdade que tem e dentro dos princípios que norteiam sua vida. S. Exª não fez sequer um discurso a favor da cassação. Portanto, todos nós conversávamos, tratávamos do assunto. Algumas vezes, passava pela bancada de V. Exª, que fica ao lado, e perguntava: "o pessoal está firme?" V. Exª me respondia: "O pessoal está firme". Quer dizer, se tive um mal, foi o de comandar o processo, mas o processo de cassação. Qual o meu interesse de saber, depois de uma votação, quem votou ou não? O homem já estava cassado! Não faço política no Distrito Federal. Não tinha qualquer interesse de cassar o Senador Luiz Estevão, a não ser por causa dos resultados da CPI do Judiciário. Creio que o Senado agiu bem ao cassá-lo.

A Drª Regina responderá a V. Exª melhor do que eu, por todas as vezes. S. Sª não disse, uma vez só, que esteve comigo. E com o próprio Senador Arruda, ela tendo recebido um pedido, como recebeu, que, segundo informa, foi feito em sua casa entre 21h e 22h, não sei como teve possibilidade de fazer um trabalho que dizia ser impossível. O seu papel, nesse caso, era dizer: não é possível fazer, sob o ponto de vista técnico e sob o ponto de vista moral. S. Sª poderia sair-se, se não quisesse desgostar a, b ou c, dizendo que, sob o ponto de vista técnico, era impossível de ser executado. Tanto não era possível, que teve que usar cinco pessoas, inclusive uma que sequer era servidor do Senado, o Sr. Gazolla, que recebeu R$1.000,00.

Vamos fazer justiça, não vamos fazer prejulgamentos, não vamos fazer acusações injustas. Senador Roberto Saturnino, V. Exª não imagina quanto o respeito, não de agora, mas de muito tempo. Não conheço um deslize na sua vida. Sei que V. Exª não estaria aqui, premeditadamente, para me colocar em situação de dificuldade, que dirá de inverdade. Estou esclarecendo a V. Exª. Creio que S. Exª fez muito bem de apontar com certa dureza, que não lhe é própria, pois deu-me a oportunidade de dizer a verdade.

V. Exª perguntou-me por que não tomei as providências. Ora, eu me questionei se deveria ter tomado a providência ou não, se fui omisso ou não. Eu me questionei. Mas, tenho certeza de que, talvez não V. Exª, mas a maioria dos Senadores, se estivessem no meu lugar, não iam colocar aquela votação em risco, dizendo que havia uma lista dessa ou daquela maneira, que poderia até não ser verdadeira. E tais nomes apareceram, segundo se diz, não são possíveis de estarem lá, eu não ia fazer um escândalo contra o Senado. O Senado faz isso, o Senado faz cassação injusta, o Senado mudou todo o painel para fazer a cassação. Assim seriam todas as manchetes daquela época. V. Exª é um homem vivido e sabe que seria assim. Eu lhe posso, portanto, dizer que essas providências não foram tomadas em benefício do Senado, para não deixar o nome do Senado em má situação. E tenho certeza que muitos dos Srs. Senadores, não direi todos, não teriam feito isso.

Quanto ao telefonema da D. Regina, o Senador Arruda dizia que ela estava em estado de nervos, assim e assado. Eu não lhe dei uma palavra de solidariedade. Eu disse: você é uma boa funcionária e, conseqüentemente, uma falha ou outra que

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 19
26.04.2001

você tenha tido poderá ser examinada depois, ser relevada ou coisa que o valha. Dei uma palavra de conforto, mas não de solidariedade a uma pessoa que era minha auxiliar, por quem tinha respeito e tenho pelas suas qualidades. Inclusive V. Exª, no correr disso aqui, vai ver que, se eu tivesse alguma coisa com o painel – ela mesma disse no seu depoimento, V. Exª pode se lembrar disso –, eu estava em Miami e lhe telefonei para dar solidariedade quando ela foi demitida. Mas não foi só isso, eu questionei D. Regina: Regina, estão falando no problema do contrato da Kopp, que você anulou ou que você tirou, para colocar a Panavídeo. Qual é a explicação que você tem que me dar para isso? Ela me disse: A Kopp infringiu 14 cláusulas do contrato, e estava o painel funcionando muito precariamente. Eu achei que devia mudar para a Panavídeo, que já estava trabalhando no Senado. Mudei sem licitação." Mas abri posteriormente uma licitação, onde ela me disse que a Kopp não pôde entrar por determinados motivos. Eu então lhe disse: Então você arranje... Por que não entrou? Ela disse: Vou anular. E anulei a licitação para dar uma oportunidade de a Kopp entrar e se fazer um novo julgamento. A Kopp entrou, e está aí para ser julgado pela Mesa atual, penso eu, porque não foi julgado ainda no meu tempo. Vai ser julgada agora a presença da Kopp ou não. Agora, ela disse que colocou a Panavídeo por uma questão também de economia, que só custava R$5 mil. Se isso é certo ou errado, eu não sei. Um dos encontros da Drª Regina comigo – e quero logo adiantar, porque na certa vai surgir essa pergunta – foi para que eu pudesse evitar, com a nova Mesa que tiver sido eleita naquela época, a ida de um funcionário que, se não me engano, se chama Nilson, que era chefe de gabinete do Luiz Estevão e que estava cotado para ser diretor do Prodasen. Ela me falou isso, e eu disse: Olha, é difícil, não posso falar isso, mas, se eu puder, dou uma palavra ao Carlos Wilson para mostrar da inconveniência desse nome. Ela sugeriu determinado nome, que não foi nomeado, e foi nomeado um outro diretor, que é o Dr. Kleber, no lugar dela. Esse foi um dos motivos dela. Mas veja: eu ia telefonar de Miami para lhe dar solidariedade e ao mesmo tempo procurar saber de uma concorrência e não procurar saber do painel, se eu tivesse alguma culpa por problema de painel? E como eu lhe disse quando ela falou?

Outra resposta. Ela disse: "O senhor não pode dar uma palavra com Unicamp?" "Não, não tenho nada com Unicamp". Ela mesma declarou. "Então, o senhor pare de brigar". Digo: "Não, só brigo por princípios e não vou parar de brigar."

Ora, quem está envolvido em alguma coisa não vai fazer afirmações desse tipo. Quer dizer, acredito que V. Exª é um homem justo e vai se convencer com alguma das minhas respostas.

O que é que foi mais?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Senador, é que V. Exª...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Falou também José Eduardo Dutra.

Realmente, eu disse ao Senador José Eduardo Dutra: "Estão dizendo que a sua Líder não votou conosco." E depois trocamos outras impressões sobre isso e ele veio me demonstrar que ela teria votado. E se, por acaso, ela não tivesse votado, é porque alguém, depois de ela ter votado contra, teria modificado o seu voto. Alguém que pudesse conhecer a sua senha - conhecesse a senha dela e corrigisse o voto dela. O Senador Dutra nunca acreditou na votação dela, disse-me logo de saída. Foi fazer essa apuração e voltou para mim para dizer que ela votara contra, a favor, quer dizer, pela cassação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª me permite, pelo fato de eu ter sido citado?

Foi mais ou menos assim. Agora, o comentário a respeito dessa hipótese de alguém votar por outro foi uma discussão que não estava dentro do contexto da Senadora, desse voto, mas uma conclusão que todos nós havíamos tomado antes da apuração do laudo, da fragilidade do painel. Concretamente, alguém que saiba a senha de outro Senador pode modificar o voto que haja sido dado. Então essa conversa não foi especificamente sobre o voto da Senadora Heloísa Helena, foi sobre a fragilidade do painel e, com relação ao que V. Exª me disse, a minha memória me diz... V. Exª disse: "A sua Líder não votou conosco." Não posso afirmar se V. Exª disse "parece"...

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Não, "estão dizendo"...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A minha memória me diz: "Sua Líder não votou conosco."

Agora, penso, Senador Roberto Saturnino, que fiz questão de registrar no meu depoimento, e depois em **O Correio Braziliense** do dia seguinte outros Senadores acabaram não fazendo aquilo que foi a minha conclamação. Eu dizia: "Olha, neste momento, a partir do momento em que está comprovado que houve a violação, não pode mais haver os "offs". Fiz questão de dizer que o Senador José Roberto Arruda havia feito a insinuação, mas não havia conversado comigo nenhuma especulação sobre voto de ninguém e que o Senador Antônio Carlos Magalhães havia feito referência ao voto da Senadora Heloísa Helena, que foi imediatamente rebatido por mim, mas que não havia feito referência anterior a respeito de painel e pedi para que Senadores que tivessem tido conversas semelhantes pudessem dizer.

Infelizmente, **O Correio Braziliense,** no dia seguinte, publica que "um Senador do PMDB da Região Sul disse que ouviu 'isso' do Senador Antônio Carlos Magalhães; um Senador do PFL da Região Nordeste disse que ouviu 'isso' do Senador Antônio Carlos Magalhães; um Senador do PSDB da Região Sudeste disse que ouviu 'isso' do Senador Antônio Carlos Magalhães. Eu gostaria que se dissesse que ou isso é verdade ou não é e que os Senadores dissessem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Até em relação ao ex-Presidente José Sarney saiu isso, o que obrigou o Presidente José Sarney a fazer uma carta – que eu tenho, deve estar no meu arquivo e meus auxiliares podem trazer -, mostrando que não houve nenhum problema. Por exemplo, se o Senador houvesse votado no ex-Senador Luiz Estevão, não ia ser ele o meu candidato à Presidência do Senado, como foi. Isso é uma coisa tão lógica. Saiu até com o Presidente José Sarney, ou seja, especulação quanto a nomes saiu e acredito que ainda vá sair. Como agora mesmo, hoje, viu-se em relação ao caso da eleição do Senador Jader Barbalho, que era uma eleição secreta e que se tornou pública, porque os senhores queriam demonstrar ao Senador Jefferson Péres que não o estavam traindo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Porque havia "fofoquinhas" de que iríamos votar a favor do candidato de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sim, mas o fato é que o sigilo foi quebrado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O voto é meu e eu o mostro para quem eu quiser. Esse é o princípio que eu tenho.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-21
26.04.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 1971

Agradeço o aparte, que foi apenas para manter o que eu disse no Conselho e precisar essa conversa que realmente houve em relação à fragilidade do painel, que, na verdade, só surgiu e só se constatou a gravidade a partir desse episódio. Antes, ninguém levou em consideração que o painel do Senado não tem a impressão digital, como é o caso da Câmara.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não há segurança, como ficou provado agora.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Senador Antonio Carlos Magalhães, já indaguei os pontos que queria. Agora, volto a – desculpe V. Exª - insistir que o seu procedimento com a Drª Regina, depois de conhecer o fato grave que ela havia cometido, não condiz com o seu procedimento normal que teve, outras vezes, com ela, ao chamá-la, chamar a sua atenção e fazê-la voltar atrás numa atitude tomada. No caso da violação, V. Exª não a chamou, não lhe advertiu; e poderia até tê-la demitida. Penso que seria o caso de demiti-la, sem revelar a razão. Mas, tendo ela feito o que fez, era um caso de demissão ou de, pelo menos, uma advertência muito dura e muito grave. Com o próprio Senador José Roberto Arruda também. Esse descompasso nos procedimentos de V. Exª é o que estou constatando; mas não tenho o que propriamente perguntar a V. Exª. As indagações que eu tinha de fazer, Sr. Presidente, eu já as fiz.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra o Senador Romeu Tuma, na qualidade de Corregedor. Logo a seguir, pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. ROMEU TUMA – Vejo que V. Exª tem uma lista longa. Quero apenas fazer alguns esclarecimentos.

Foi citado o nome do Nilson. Trata-se de Nilson Rebello, que, por indicação do Dr. Dirceu, que presidiu, por ordem do Senador Carlos Wilson, a comissão especial de investigação da fraude no computador, no depoimento dele, fez alguns esclarecimentos, principalmente no aspecto de que, no dia da votação, tendo ido buscar um documento, a pedido do então Senador Luiz Estevão, foi instado duas vezes por jornalistas sobre a possibilidade da violação do painel de votação. Na segunda vez, ele ficou preocupado e passou a informação para o então Senador Luiz Estevão. Segundo ele, V. Exª foi quem trouxe o então Senador Luiz Estevão à presença dele, a pedido dele. Está no depoimento que recomendou que V. Exª pedisse ao então Senador Luiz Estevão que viesse para fora para ele transmitir essa preocupação. Ele não transmitiu a V. Exª; transmitiu diretamente ao então Senador Luiz Estevão, que falou com o então Líder Senador Jader Barbalho e com o Senador Renan Calheiros sobre essa dúvida e sobre a possibilidade de haver uma votação por cédula ou por bolinha, já que havia essa preocupação de violação do painel. Depois, o Senador Jader Barbalho, num pronunciamento, disse que recebeu realmente essa informação, mas, para não tumultuar a votação, para não caracterizar qualquer coisa que pudesse indicar uma ajuda indireta ao Senador Luiz Estevão, preferiu que a votação fosse eletrônica, como realmente aconteceu.

É um esclarecimento que eu queria fazer. Apenas V. Exª já deu os esclarecimentos, e acho que as dúvidas aparecerão nas perguntas. Mas essa coisa de se: ou foi ordem ou foi consulta...Haveria algum obstáculo psicológico que a Drª Regina pudesse chegar ao senhor para confirmar se realmente o senhor pediu, durante a execução do trabalho de ela retirar a lista, ou depois, na hora de entrega ao Domingos, quando ela hesitou; ela poderia ter procurado V. Exª? Não há nenhum

constrangimento? Não havia qualquer obstáculo psicológico que impedisse que ela chegasse ao senhor? Ou pelo telefone ou pertinho... Porque eu cronometrei o tempo da Biblioteca lá, e não dá um minuto e meio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, o que eu posso dizer a V. Exª é que sempre tive com a Drª Regina um tratamento muito lhano, muito respeitoso e uma admiração muito grande pelo trabalho que ela fazia. Daí porque também, se houve falha, não tê-la admitido como sugeriu o Senador Saturnino.

Era uma mulher que estava fazendo um grande trabalho no Interlegis, que tinha conseguido, no Banco Interamericano - com a minha ajuda, é verdade -, R$35 milhões para fazer um grande trabalho aqui. Evidentemente, eu tinha com ela um bom relacionamento. Se ela ficou acanhada de me tratar, aí não há nenhuma coação psicológica.

Não houve coação psicológica, até porque não havia tempo para haver coação psicológica. Uma coação psicológica, em que ela recebe o Senador Arruda às 10, 11 horas da noite, e que, de manhã cedo, sem tratar com ninguém, o assunto já estar resolvido, aí, coação psicológica não houve.

Vejo até aqui o Senador Patrocínio...

O SR. ROMEU TUMA - Eu falei "obstáculo", não falei "coação".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - ...que também se dava e se dá muito bem com a Drª Regina, e que teve vários trabalhos feitos por meu intermédio. Eu dava a ele a delegação para tratar, e não havia nenhum impedimento.

E se houvesse um receio dela, por que não com o Carlos Patrocínio? Por que não com o Geraldo Melo? Por que não com o Cunha Lima?

Evidentemente, o que houve foi que ela quis, se houve pedido, atender pressurosamente - eu não sei por quê - o Senador Arruda.

O SR. ROMEU TUMA - Obrigado.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mais alguma pergunta, Senador?

O SR. ROMEU TUMA - Não.

O SR PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Jefferson Péres, é a vez de V. Exª, por favor.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Senador Antonio Carlos, V. Exª sabe que estou interessado apenas na verdade, exclusivamente.

Essa conversa sua com o Senador Arruda, em seu Gabinete, a respeito da vulnerabilidade do painel...O Senador Arruda já havia manifestado, ou manifestou, no dia seguinte, não sei, ao Senador Dutra a possibilidade de o painel ser violado.

Ele comentou isso com V. Exª, em seu gabinete, segundo o relato dele. Foi isso? Antes da votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não. O que se falava muito, antes da votação, era que o Senador Luiz Estevão tinha elementos no Prodasen para fazer modificações de votação.

Isso o Senador Arruda tocou, mas não teve autorização minha nem para procurar ninguém nem para tratar disso. É possível que ele tenha tratado com a Drª Regina...

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Exª não deu nenhuma incumbência ao Senador Arruda?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não dei nenhuma incumbência...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Nem mesmo para saber se havia possibilidade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Nem para saber coisa alguma.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Mas V. Exª não ficou preocupado com essa possibilidade, não pensou em chamar a Diretora do Prodasen para indagar a respeito disso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Confesso que não, porque eu tinha uma confiança - e tenho - muito grande na Drª Regina. Eu tinha uma confiança absoluta. Sabia que ela jamais iria atender...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Não, mas para ela dizer se, tecnicamente, era possível? Ela ou outros técnicos do Prodasen. V. Exª não teve essa...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não tratei disso com ela. Sinceramente, não tratei. Não vou mentir para V. Exª, que eu podia perguntar...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Então, o Senador Arruda saiu de seu Gabinete sem incumbência alguma?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Incumbência zero.

O SR. JEFFERSON PÉRES - V. Exª não sabia que ele iria falar com a Drª Regina a respeito desse assunto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - A respeito desse assunto...

O SR. JEFFERSON PÉRES - Este ponto, então, está claro no seu depoimento?!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Está claro em meu depoimento.

S. Exª pode ter admitido que Luiz Estevão estaria atuando no sentido de violar. Mas não me passava pela cabeça a possibilidade.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Desculpe-me insistir um pouco na pergunta do Senador Roberto Saturnino Braga, mas é o que está me deixando intrigado, o que não estou entendendo. V. Exª era Presidente do Senado, um homem cioso de sua autoridade – não veja uma crítica nisso, mas uma constatação, pois não faço juízo de valor – , que sabe exercê-la.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sou.

O SR. JEFFERSON PÉRES – De repente, depois da votação, chega o Senador José Roberto Arruda em seu gabinete com algo estarrecedor. Estava comunicando ao Presidente do Senado que, à sua revelia, procurara a chefe de um órgão do Senado, subordinada a V. Exª, e pedira ou determinara que ela cometesse um ilícito tão grave que V. Exª entendeu não dever trazer a público por suas conseqüências. À sua revelia, o Senador José Roberto Arruda assim o fez. A servidora obedeceu. V. Exª - isso me deixa perplexo, como perguntou o Senador Roberto Saturnino – não verberou o Senador José Roberto Arruda indignado por ter cometido aquela irresponsabilidade? Lerei um trecho de depoimento do Senador José Roberto Arruda:

> "Guardei a lista em um envelope e, em seguida, fui ao gabinete do Presidente Antonio Carlos Magalhães. S. Exª olhou com atenção, conferiu voto a voto e, juntos, fizemos alguns comentários. Estávamos sozinhos na sala. Ainda em minha presença, pediu que ligasse para a Drª Regina e, de fato, agradeceu a esta o envio da lista."

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não houve agradecimento.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim, é um detalhe. Mas V. Exª, realmente, não verberou o Senador José Roberto Arruda por aquele ato?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Posso ter dito a S. Exª que aquilo não deveria ter sido feito. Agora, não iria expor o Senador José Roberto Arruda, bem como o Senado, a um escândalo desse tipo. Talvez V. Exª o fizesse, reconheço, mas não o fiz. Tenho a impressão de que, se errei, foi para evitar um mal maior para o Senado. Não sei se V. Exª, no meu caso, teria procedido da mesma forma. Talvez não! Não quero dizer a V. Exª que cheguei a agredir o Senador José Roberto Arruda, que o xinguei, isso, aquilo...

O SR. JEFFERSON PÉRES – V. Exª não quis levar o caso adiante, já deu a explicação. Insisto porque é um ponto fundamental. Não é que V. Exª, a partir daí, tivesse que abrir um inquérito, mas não ficou chocado e disse ao Senador José Roberto Arruda, nesses termos: Por que fez isso? É irresponsável? Foi dito algo nesse sentido? V. Exª não reagiu dessa maneira ao tomar conhecimento de que S. Exª agira à sua revelia, de que mandara um servidor do Senado praticar um crime de tamanha conseqüência? V. Exª não ficou indignado com o Senador José Roberto Arruda? Era o caso de expulsá-lo do gabinete, Senador! Perdão, mas creio que minha reação seria essa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não o expulsei.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não estou dizendo que V. Exª deveria tê-lo feito, mas que a situação era tão grave que teria vontade de fazer.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Talvez, se eu tivesse feito isso, fosse o mais certo, mas a conseqüência seria maior posteriormente. Se expulso o Senador, depois acreditariam que a votação teria validade? Seria, ao menos, ser suspeita de inválida. V. Exª sabe que haveria suspeição.

O SR. JEFFERSON PÉRES – V. Exª, evidentemente, dirá isso na frente do Senador José Roberto Arruda?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Direi quando for conveniente.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Outro ponto, Senador. O encontro na casa de uma pessoa de sua amizade com a Drª Regina, foi ela que o pediu ?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Foi.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Foi V. Exª que sugeriu a residência?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sugeri que S. Sª fosse ao meu gabinete.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pedi que fosse ao meu gabinete. Era, se não me engano, março, já havia a outra Mesa. Ela não quis, dizendo não só que tinha repórteres por lá, como também o pessoal da nova Mesa ia tomar conhecimento da presença lá, o que não seria bom para ela. Então, sugeri que dizia: "Você quer que eu passe em sua casa, porque eu tenho um jantar." E ela combinou com a minha Secretária Isabel Flecha de Lima, passar na casa da Drª Isabel. Passou na casa da Drª Isabel, onde levei com ela de oito a dez minutos, no máximo, conversando, e não sobre painel. Ela tocou painel de raspão, mas o que ela me falou foi o seguinte: "Está havendo muita perseguição no Prodasen. Todos querem ver coisas, e ver isso e aquilo, aquilo outro. O senhor sabe que eu sou uma pessoa honesta, mas ficam procurando coisas que podem parecer desonestidade, e meu nome vai ficar mal nesse assunto. O que é que o senhor pode fazer com isso?" Eu digo: "Eu não posso fazer mais nada. Eu não tenho nenhum direito de pedir nada ao Senador Jader Barbalho e nem à Mesa eleita."

O SR. JEFFERSON PÉRES – A partir do momento em que V. Exª recebeu a lista, V. Exª se encontrou com a Drª Regina, ou ela foi a seu gabinete para tratar de outros assuntos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Nunca, nunca mais encontrou com ela.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Demorou, talvez, meses.

O SR. JEFFERSON PÉRES – E, no primeiro encontro que houve depois disso, V. Exª nunca a interpelou nestes termos: - Por que a senhora fez aquilo, praticou aquele ato determinado pelo Senador Arruda? V. Exª não teve essa curiosidade de saber por que ela fez aquilo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, porque ela nunca me dissera que o meu nome fora usado.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim. Então, por que ela fez isso? Por que recebeu ordem de um senador, e não procurou saber com o Presidente do Senado se aquilo era certo ou errado? Bom, ela sabia que era errado. Mas se ela deveria, ou não, fazer, mesmo que ele não tivesse usado seu nome. V. Exª não achou estranho que, mesmo o Senador Arruda não tendo usado o seu nome, V. Exª não estranhou que a chefe de um setor do Senado recebe ordem ou pedido de um Senador, pratica o ilícito, V. Exª não tem curiosidade de saber com ela: Por que você fez isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ora, evidentemente que conversamos sobre esse assunto, eu pude fazer alguma admoestação, mas não quis demiti-la, não quis demiti-la. Sinceramente, não quis demiti-la, porque achava uma profissional altamente competente.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas não verberou também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Admoestei.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Finalmente, tenho que voltar apenas ao... Bom, essa parte aí, só mesmo, realmente, V. Exª, na presença do Senador Arruda, talvez, possa ser esclarecida.

Senador Antonio Carlos, na gravação da conversa com os procurados, na gravação da sua conversa com os procuradores, que o técnico da Unicamp colocou ali, está bastante claro, audível, quando V. Exª disse, e não há dúvida nenhuma, eu ouvi, botei o fone, "a Senadora Heloísa Helena votou nele". Votou nele subentende-se: votou contra a cassação, ou não. O que V. Exª quis dizer com isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O senhor ouviu a degravação?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Vi aqui.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não viu que faltavam palavras, não, posteriormente?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim, sim. Qual seria a frase completa? O que V. Exª quis dizer com ... ?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu quis dizer o seguinte: estão dizendo isto.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Estão dizendo que a Senadora Heloísa Helena votou nele. Embora tenha, a seguir, a ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Como entra, sem nenhuma razão de ser, uma eu dizendo no nome do Sr. Renan Calheiros que eu não toquei lá, como também surgiu que toquei casos de Tocantins, e não surgiu lá. Tudo isso foi forjado, no início, pelo Procurador Luiz Francisco, cujas contradições estão aqui

em todos os jornais da época. E faço questão que o Relator tenha, para poder ver a atuação do Sr. Luiz Francisco contraditória em todos os sentidos. Então, aqui, todas. Se os senhores quiserem, eu leio, mas vai levar muito tempo. Todas: Ele dizendo uma coisa e dizendo outra, porque ele havia fabricado para a IstoÉ uma coisa que não existia, porque não tinha sequer a gravação, e depois ele teve que arranjar um meio de tentar comprovar que ele dissera uma verdade a uma revista, quando, na realidade, ele tinha mentido; até porque já colocaram a revista antes do depoimento em condições de fazer a gravação.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Esse ponto é importante também e precisa ser esclarecido.

V. Exª afirmou que ela teria votado nele, porque se V. Exª tivesse dito - ou tiver dito, não sei - que realmente ela votou nele, seria algo de extrema gravidade, porque, das duas, uma: ou V. Exª tinha conhecimento da lista e estava revelando o voto da Senadora, ou V. Exª, tendo conhecimento da lista e sabendo que ela não votou, o que seria pior ainda... De qualquer modo, a sua afirmativa causou enormes danos morais à política.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Causou, mas V. Exª mesmo procurou ver e sentiu, mesmo no segundo depoimento, quando ele acrescentou "lemos a lista", V. Exª assistiu ao depoimento e V. Exª sequer percebeu essas palavras, porque V. Exª tentou ouvir e não conseguiu. Eu reparei isto, que nem V. Exª ouviu.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Mas essa passagem... Parece a continuação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Parece e não é; e V. Exª salientou isso. Pelos seus gestos, vi V. Exª não concordar, no caso do ...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Quanto a isso, realmente, não tenho certeza. Ficou a dúvida, porque, se tivesse, seria muito grave realmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª fez um gesto desse tipo assim. Eu vi pela televisão.

O SR. JEFFERSON PÉRES – É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, eu me reservo para o final. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Antonio Carlos, ontem, tivemos um diálogo, e o Senhor me disse: "Não faça prejulgamentos a meu respeito". Eu disse: "Eu não o farei; não tenho nenhum **parti pris** contra o senhor". E disse-lhe inclusive uma outra frase. Eu lhe disse: "Quem sou eu para dar conselhos ao senhor, mas fale a verdade amanhã". E o Senhor disse: "Eu falarei".

Agora, eu queria que o senhor entendesse a nossa situação - nós, que vamos ter que dar uma opinião. Vimos a Drª Regina dizer que não tinha nada a respeito do painel. Ele nunca tinha sido violado. Depois, ela disse que tinha sido violado e contou toda a história. O Senador Arruda, da mesma forma. Não tinha nada, fez um discurso e, depois, veio com toda uma outra versão.

Com o senhor também não foi diferente. O senhor disse aos procuradores que tinha a lista. O texto, inclusive, ouvi, na lista daquela degravação. Dizia o

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 27
26.04.2001

seguinte: "Gente da maior qualidade votou nele. Lemos a lista. Heloísa Helena votou nele. Eu tenho todos que votaram nele".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O "lemos a lista" foi acrescentado posteriormente, Excelência. V. Exª não pode ter dito, porque é do segundo depoimento do Molina. Mesmo assim, inaudível.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas isso foi publicado na **Folha de S. Paulo,** e naquele dia que colocamos os fones, batia com essa colação. Pode até ter sido colocado, e não tiro de maneira nenhuma essa colocação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Outros jornais disseram pior. Disseram: "Temos a lista".

O SR. NEY SUASSUNA – Pois bem! Mas veja só, o senhor, aos procuradores, dizia isto: "Até não vamos nos preocupar com a variação; mas, depois, o senhor disse que não tinha, não viu, nunca tinha sabido disso e que não tinha havido a violação.

Ontem, o senhor disse que pegou a lista, leu a lista, fez alguns comentários e a rasgou. Veja a nossa situação: como é que vamos saber que a versão de hoje é a verdadeira? Que garantia nós temos de que hoje o senhor está....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu já salientei para V. Exª que tive que manter essa posição até que fosse posto o laudo, no dia 19, e daí então, resolvi contar o exato e por que estava negando a lista. Eu estava negando a lista para preservar o Senado. No momento em que estamos aqui e que o próprio Senador Arruda faz uma confissão, não há mais por que preservar. Tem que dizer a realidade. Então, disse que rasguei a lista.

O SR. NEY SUASSUNA – Com o depoimento de V. Exª, a corda está colocada em volta do pescoço do Senador Arruda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não estou querendo colocar a corda no pescoço do Senador Arruda, tanto que o Senador Arruda faz a afirmativa dele principal de que não pediu. Ele diz que consultou e que a Drª Regina, pressurosamente, fez sem que ele esperasse que fizesse, e que ficou de dar um telefonema para ele se era possível ou não. Fez. Isso, aliás, está no final do depoimento da Drª Regina, quando ela pede a palavra ao final de tudo e diz: " Eu não sei se dei o telefonema para o Senador Arruda". Ela própria diz.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas a minha decodificação da mensagem colocada pelo senhor foi de que ele fez tudo à revelia, portanto, quem fez à revelia e quando descobriu...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Se ele pediu em meu nome, fez à revelia. A incumbência, ele nunca teve. Ele pode ter usado a palavra errada, mas ele sequer teve qualquer sinal para fazê-lo.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação de ordem. Ainda não terminei, mas estou achando muito mais dinâmica essa forma de perguntar e responder do que aguardar até o final, o que cria até mais dificuldades. Então, se fosse possível continuar assim depois das minhas perguntas, talvez fosse até melhor.

Veja só, Senador Antonio Carlos, eu entendi assim e entendi o elogio final em que o senhor diz que ele foi um bom Líder, que nunca tinha maculado o comportamento dele, até como uma espécie de elogio fúnebre.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não é.

O SR. NEY SUASSUNA – Foi assim que entendi.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª entendeu como elogio fúnebre, entendeu mal. Eu quis, inclusive, dar um testemunho num momento em que ele está abandonado por muita gente que, talvez, não devesse abandoná-lo.

O SR. NEY SUASSUNA – A terceira pergunta é a seguinte: O senhor tem cinqüenta anos de vida pública. O senhor sabe tudo a respeito de política. O senhor tem todas as experiências de Governador, de Senador, de Ministro e tudo mais, eu que tenho muito menos, ninguém liga para mim e eu falo com quem eu não quero. O senhor disse que uma secretária ligou e passaram o telefone para o senhor. E o senhor lembra até o diálogo. Qual foi a secretária?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não disse que uma secretária ligou. O Senador Arruda pediu à minha secretária, e a minha secretária ligou. A secretária é a Drª Flávia Badaró.

O SR. NEY SUASSUNA – E ainda faria mais duas últimas perguntas: Como é que o senhor sabe que aquela lista era verdadeira? Quando recebeu, no momento, podiam ter lhe passado uma lista qualquer, como o senhor sabe que aquela era a verdadeira?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª não ouviu direito a minha exposição.

O SR. NEY SUASSUNA – Eu ouvi, mas queria ouvir de novo, da boca de V. Exª, para clarificar mais ainda...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu disse que recebi aquela lista, mas que aquela lista não tinha timbre oficial, não tinha coisa nenhuma e poderia ser uma lista até apócrifa, levando em conta que alguns Senadores estavam nela e, certamente, eu tinha a certeza de que não teriam votado.

O SR. NEY SUASSUNA – E o senhor quando recebeu deve ter pensado: Por que ele fez isso? E o senhor até atribuiu –o senhor falou em seguida -, podia ser pela briga interna, aqui, do Distrito Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O motivo de saber, não posso dizer ao certo. Na conjectura, pode ser isso ou qualquer outro.

O SR. NEY SUASSUNA – O senhor chegou a dizer há poucos minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pode ser por isso ou por qualquer outro motivo. Não posso fazer uma afirmativa desse tipo, afinal de contas só a ele o senhor pode perguntar.

O SR. NEY SUASSUNA – Minha última pergunta, Senador Antonio Carlos, e eu pediria que o senhor ouvisse até o final essa última e me respondesse ao final dela, porque é pequenininha: o senhor, também, como disse, tem experiência de cinqüenta anos; o senhor ouviu que tinha sido feita uma arbitrariedade, uma ilegalidade. O senhor não quis criar um problema - foi o argumento que o senhor usou -, que podia até anular a votação, mas V. Exª não foi veemente, pelo contrário, V. Exª disse que fizeram alguns comentários, V. Exª e o Senador Arruda, e que depois o Senador Arruda pediu e foi colocada a Drª Regina no telefone. V. Exª trocou um diálogo que diferencia do que ela disse, mas houve um diálogo de 34 segundos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não diferencia, não, porque a Drª Regina disse claramente...

O SR. NEY SUASSUNA – Deixa eu concluir, nobre Senador, porque o final para mim é que é importante. V. Exª não fez e disse: "não tomei; até posso ter sido omisso", e fez isso em zelo pelo Senado – foi o argumento que V. Exª usou há

poucos minutos. V. Exª não podia tê-la demitido, sem dizer qual era o motivo? Ela ficaria calada porque, com toda a certeza, ela não ia querer divulgar o motivo. E V. Exª teria cumprido a punição dela e teria chamado a atenção do Senador Arruda veementemente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não quis demitir uma funcionária com tantos serviços prestados a esta Casa e jogá-la no rio da amargura sem saber sequer as causas que levaram a ela fazer esse assunto.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas, nobre Senador, por duas coisas menores, o senhor a chamou e até a desautorizou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sim, mas não são coisas menores, não. Ela contratou pessoas erradamente; ela fez nomeações de pessoas aposentadas, o que era proibido fazer. Essas são coisas também graves, podem ser tão graves quanto essa.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado, nobre Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Sr. Presidente, só para um esclarecimento adicional. Senador Antonio Carlos, V. Exª diz bem que não se pode confiar na degravação porque realmente a chamada audibilidade era muito ruim – o Senador Jefferson Péres testemunhou isso e chamou a atenção. V. Exª diz também que o Procurador Luiz Francisco é uma pessoa muito contraditória e, por essa razão não se podia confiar nas afirmações dele. Mas ouvimos também os outros dois Procuradores, que participaram do encontro: os Procuradores Guilherme Shelb e Eliana Torelly, em sessão secreta, e ambos confirmaram que V. Exª disse que tinha a lista e que a Senadora Heloísa Helena tinha votado contra da cassação – depoimento deles. Quer dizer, são três depoimentos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Perdoe-me. Eu desconheço, porque o que eu conhecia do Procurador Shelb, publicamente, é que não teria havido isso. Ele deu várias declarações...

O SR. ROBERTO SATURNINO – Realmente, na sessão secreta, os Senadores que participaram testemunharam isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Logo, ele teve duas ou três opiniões, porque há várias opiniões dele na imprensa, que eu conheci, em sentido oposto. E eu, quando fui à Procuradoria, fui por insistência do Procurador Shelb, e ele jamais me disse que o Luiz Francisco estaria lá - e ele não queria até que estivesse. De maneira que é totalmente diferente a posição do Shelb, que hoje sequer, segundo os jornais, mantém relações com o Luiz Francisco em virtude dos procedimentos errôneos, para não dizer mais graves, do Luiz Francisco. Aliás, depois, quero passar a V. Exª a pasta do Procurador Luiz Francisco.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Claro, com o maior interesse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Se eu necessitar, eu peço a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, encerraram-se as suas indagações?

O SR. NEY SUASSUNA – Apenas queria fazer uma última consideração, dizer ao nosso Relator que essa colocação é inusitada. É a primeira vez que está sendo colocado aqui para nós que foi a convite do Procurador Shelb.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, fui insistentemente. Desde Presidente do Senado que ele insiste, e foi para tratar de coisas da Procuradoria, inclusive para dar uma boa infra-estrutura para que a Procuradoria pudesse agir nos

casos em que ela precisava decifrar. Eu ainda lhe perguntei: "São poucos os procuradores?" Ele disse: "Não, nós precisamos não de procuradores, nós precisamos de pessoas para a infra-estrutura da Procuradoria".

Esse foi o motivo da minha ida lá. Não foi para tratar de problema de lista ou coisa equivalente.

O SR. NEY SUASSUNA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, antes de fazer a pergunta, vou fazer uma observação que considero importante neste momento.

Fui presidente da Comissão de Assuntos Sociais e foi vice a Senadora Heloísa Helena. Ela se sentava ao meu lado todas as quartas-feiras, das nove ao meio-dia ou uma hora da tarde, mais ou menos. Conheci a Senadora Heloísa Helena aqui no Senado, mas foi o tempo suficiente para que existisse entre mim e a Senadora Heloisa Helena confiança - de minha parte pelo menos confio nos princípios da Senadora Heloisa Helena, na sua dignidade, e sou solidário com ela em relação ao que ela vem sofrendo depois daquela revelação, numa coluna de jornal, em que seu nome foi citado como tendo votado daquela forma, naquela votação histórica do Senado.

Só quero fazer um reparo. As pessoas dizem assim: se o sujeito vestiu a carapuça é porque ele deve alguma coisa. Ao contrário, se se sente ofendido, agredido, às vezes - às vezes não, sempre... Senti-me um pouco agredido quando a Senadora disse que aqui ninguém pode mais falar em Deus. Eu posso falar em Deus. Sei que tem muita gente que pode falar; ela mesma pode falar em Deus.

Então, essa generalização que está ocorrendo faz com que os Senadores que não têm nada a ver com este assunto, que estão aqui, na verdade, colocados para levantar o que houve, para tomar uma posição grave, sintam-se agredidos com essa generalização que acaba atingindo o Senado e faz com que pessoas, por exemplo, coloquem aquilo que foi colocado hoje na rampa do Senado.

Posso chegar para o meu pai, posso chegar para as minhas filhas, posso chegar para quem quiser e dizer que tenho me conduzido dentro da ética, da moralidade, da honestidade. Posso falar em Deus. Fica ruim generalizar. É preciso separar bem...

A SRª HELOISA HELENA – V. Exª me concede um aparte, Senador?

O SR. OSMAR DIAS – Pois não, Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOISA HELENA – O que eu disse foi que, diante de tantas conversas, de tanto cinismo e dissimulação, a opinião pública, quando olhava para a gente, olhava desse jeito. Não quis garantir a generalidade. Estou dizendo que, em função de tantas conversas diferentes, de tantas palavras que são ditas hoje e modificadas amanhã, a opinião pública estava nos olhando desse jeito. Não quis, em nenhum momento, estabelecer a generalidade.

O SR. OSMAR DIAS - Está bem, Senadora Heloísa Helena, eu entendo V. Exª, V. Exª está indignada.

Mas quero, Sr. Presidente, antes de encaminhar as minhas perguntas, dizer seguinte...

O SR. NEY SUASSUNA - Nobre Senador, permita-me só uma colocação. Já que V. Exª puxou esse assunto, permita-me fazer uma outra colocação.

Não entendi quando a Senadora disse que esse mundo nosso é diferente do mundo dela. Ela não é Senadora por acaso? Não se elegeu como a gente? Não teve mandatos anteriores?

O SRª HELOSA HELENA - Senador Ney Suassuna, estamos aqui para uma outra coisa.

A SRª MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª HELOISA HELENA – Agora, se V. Exª quiser entrar nesse debate, eu entro com a maior...

A SRª MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRª HELOÍSA HELENA – Eu disse que o meu mundo não é o da chantagem, de guardar listinhas, de fazer coisas desse tipo. Disse que não era o meu e sei que não é o de muita gente aqui também. Agora, que também é...

A SRª MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, eu gostaria de continuar...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias, V. Exª está com a palavra. Logo após concedo a palavra à Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Questões de ordem precedem qualquer questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou conceder a palavra ao Senador Osmar Dias e logo a seguir V. Exª levanta a sua questão de ordem.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, eu não queria provocar um debate aqui, mesmo porque estamos aqui para outra coisa.

Quando o Senador Antonio Carlos Magalhães já estava na vida pública, eu não tinha nascido ainda. Por isso, quero aqui dizer ao Senador Antonio Carlos Magalhães - pedindo a Deus para que me ajude a ser justo na decisão que vou tomar, porque vai ser uma decisão dura; estamos tratando de um assunto grave - que vou fazer perguntas porque há algumas respostas que têm que ser dadas para a sociedade brasileira e para nós, Senadores, que estamos aqui para tomar uma decisão.

Confesso que não é nada agradável estar no Conselho de Ética neste momento da história do Senado, mas vou cumprir com a minha responsabilidade de acordo com a minha consciência, assim como fiz por ocasião da votação da cassação do Senador Luiz Estevão, quando ninguém precisava ver o meu voto, porque eu disse para ele que votaria pela cassação dele. Então, essas coisas temos que ser bem claro, assim como serei.

Tenho uma consideração a fazer e duas ou três perguntas rápidas que o Senador Antonio Carlos Magalhães poderá responder. A primeira delas é a seguinte: Estamos aqui hoje e existem diferenças entre palavras que foram ditas. O Senador Arruda fez uma consulta, eu fiz a pergunta e o Senador Antonio Carlos leu um trecho das minhas perguntas a duas pessoas, à Regina e ao Ivar e ambos responderam praticamente a mesma coisa de que foi feito um pedido. Uma consulta é diferente de um pedido e que é diferente de uma ordem. De qualquer forma, gostaria de perguntar ao Senador Antonio Carlos Magalhães – e depois tenho mais duas perguntas para fazer como o Senador Ney fez – qual a razão que ele entende pela qual o Senador Arruda só teria procurado o Senador Antonio Carlos Magalhães para mostrar a lista, se não houve um pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães.

para o Senador Arruda. V. Exª saberia dizer por qual razão o Senador Arruda só mostrou a lista ao Presidente do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Ele me levou a lista e disse: "Olha uma surpresa".

O SR. OSMAR DIAS - Mas V. Exª não saberia dizer por que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Se estava sentado.

O SR. OSMAR DIAS - Porque se V. Exª não havia pedido, ele poderia ter levado essa lista a outras pessoas e, pelo que entendo, a lista só foi mostrada a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Eu acredito que sim, mas não posso garantir que o assessor dele não tenha tido conhecimento, como não acredito que a Drª Regina não tenha tido conhecimento. Aí estou com o Senador Pedro Simon, porque a pessoa tem a curiosidade de ver, mas posso lhe garantir, e V. Exª me conhece bem, que fui surpreendido quando ele chegou com a lista.

O SR. OSMAR DIAS - Mas V. Exª, quando recebeu a lista, com certeza, teve a curiosidade de ver essa lista, como confessou que viu. Por que as outras pessoas sempre afirmam que não viram a lista e por que V. Exª, que é conhecido e a imprensa hoje diz sobre a questão dos dossiês, por que V. Exª que tem este hábito não guardou a lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não guardei a lista pelos motivos que já expus. Em uma coisa séria dessa, qualquer pessoa que visse uma lista dessa em minha mesa ou em qualquer lugar poderia explorar, inclusive cometendo injustiças, se a lista não fosse verdadeira.

O SR. OSMAR DIAS - Quantas vezes V. Exª se encontrou com a Regina após esse...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Já disse que demoramos muito a nos encontrar porque ela não reportava praticamente a mim, ela reportava-se a mim quando havia motivos mais graves, mais sérios, ela reportava aos Secretários, principalmente ao Cunha Lima e quando o Cunha Lima adoeceu ao Geraldo Melo e ao Carlos Patrocínio. A esses ela reportava e esses traziam o assunto para mim. Inclusive, muito do que foi feito em relação à Universidade Interlegis, foi graças ao trabalho do Senador Carlos Patrocínio.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, o trabalho do Conselho de Ética me parece se limita a analisarmos a participação de Senadores no processo. Então o que os servidores fizeram, parece-me que em outra instância será apreciado.

No caso, temos aqui uma versão que foi dada pelo próprio Senador José Roberto Arruda que disse: Consultei a Drª Regina e a Drª Regina disse que recebeu um pedido. Agora, o Senador Antonio Carlos nos garante que não fez o pedido e nem consulta ao Senador José Roberto Arruda e que conheceu a lista apenas após o trabalho, o serviço ter sido feito. Então, estamos diante do seguinte dilema: No Regimento Interno, em todas as regras, fala-se no cumprimento da ética e do decoro parlamentar. Gostaria de deixar claro aqui que estou sentindo dificuldades de entender qual foi a intenção do Senador Arruda em pedir ou em fazer a consulta à Drª Regina para ter em mãos essa lista, e qual foi a intenção do Senador Arruda de levar essa lista ao Presidente do Senado – amanhã vou fazer essa pergunta ao Senador Arruda. Mas eu gostaria de saber se o Senador Antonio Carlos recebeu dele alguma manifestação que desse a entender qual foi a intenção do Senador Arruda ao fazer a consulta ou o pedido à Drª Regina? Se ele deixou alguma coisa...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Ele não deixou. E, ao contrário, há uma declaração dele, no próprio discurso – que estou procurando aqui –, onde ele diz, claramente – e gostaria de responder a V. Exª -, que "nem ele e nem o Presidente" – pediria à assessora uma folha que está separada – onde ele diz que "nem ele e nem o Presidente do Senado..."

O SR. PAULO SOUTO – No final da página 4 do depoimento: "É preciso ficar claro, portanto, que não pedi, muito menos determinei"... É esta a frase?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não, é uma em que ele próprio diz que "nem eu e nem o Presidente..." Não. "É preciso ficar claro, portanto, que não pedi – isso é importante para V. Exª - muito menos determinei, em meu nome ou do Presidente Antonio Carlos Magalhães, que S. Sª obtivesse a lista, apenas consultei-a sobre se acontecia e se era possível". Está aqui a declaração dele que eu li no meu depoimento. Logo, agora, estou relendo para V. Exª, porque essa é uma parte importante, onde ele diz tudo isso. Nem consultou nem coisa nenhuma! É uma coisa evidente e clara. Demorei a achar; estava na página 4, mas, com o socorro do Senador Paulo Souto, eu consegui.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, como vamos continuar ouvindo os outros Senadores, por hora encerro a minha participação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Outra coisa em relação ao Senador Ney Suassuna: aqui está o documento do Sr. Procurador dizendo que "insistentemente me convidou para ir à Procuradoria para tratar assuntos ligados à mesma Procuradoria", Dr. Schelb.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de voltar a um assunto que já foi tratado aqui pela Senadora Heloísa Helena para enfatizar algumas partes que considero extremamente relevantes.

No dia 10 de agosto de 2000, a Senadora Heloísa Helena, usando da palavra pela Liderança, pediu a V. Exª explicações sobre uma nota publicada no dia anterior na coluna do Jornalista Ricardo Boechat – ou no mesmo dia, não sei. A nota, em que a Senadora pedia explicações, dizia exatamente o seguinte:

> "Às Claras.
>
> Um erro no programa do painel do Senado está permitindo identificar os votos da sessão secreta que cassou Luiz Estevão. A petista Heloísa Helena, por exemplo, votou pela absolvição do colega peemedebista"...

E V. Exª, respondendo à Senadora - V. Exª até já tratou dessa resposta –, disse o seguinte: "É também minha obrigação, como Presidente da Casa, dizer como se processa a votação e que é impossível saber se este ou aquele Senador votou desta ou daquela maneira. Desse modo, quando o Secretário-Geral da Mesa me levou, hoje pela manhã, o ofício de V. Exª, pedi-lhe que inclusive citasse o meu nome (o nome de V. Exª) no ofício em resposta (e aqui uma parte que considero relevante, que mostra a consciência do fato por parte de V. Exª), como responsável também pelo processo secreto de votação pelo qual, repito, seria impossível identificar o voto de qualquer Senador."

Hoje e ontem, os jornais trouxeram as declarações recentes de V. Exª, repetidas aqui no plenário: "Li e rasguei". Quando falou da tribuna do Senado, ou melhor, da cadeira presidencial, V. Exª era o Presidente do Senado da República, o Presidente do Congresso Nacional respondendo a uma indagação da Senadora.

Eu queria indagar a V. Exª: qual a confiança que nós podemos ter nas declarações de V. Exª, de hoje, já que anteriormente V. Exª havia dito isso que eu acabei de ler, ou seja, que não conhecia a lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Essa resposta já foi dada à Senadora Heloisa Helena, mas eu não me cansarei de dá-la a V. Exª.

Eu tinha a impressão e a informação da Drª Regina e do Dr. Carreiro de que o painel do Senado era inviolável. Havia o problema de ter surgido essa lista, cuja seriedade ou não foi posta em dúvida posteriormente, e cabia-me, como Presidente do Senado, evitar qualquer dúvida sobre a atuação do Senado naquela votação. Eu tinha, também, pelos motivos que também já disse à Senadora Heloisa Helena, a convicção, pelas conversas que tinha com S. Exª, de que S. Exª não havia votado. Então, eu não tive a menor dúvida de dizer isso que V. Exª repete, que eu já disse outra vez, em nome do Senado, da dignidade do Senado.

Talvez, se V. Exª se fosse Presidente do Senado, procedesse do mesmo modo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Não, eu, com certeza, não procederia, assim, Sr. Senador, ainda mais com a consciência que V. Exª tem de afirmar, na nota, que era o responsável pelo processo secreto da votação.

São declarações de hoje de V. Exª: "Só soube que não houve fraudes quando do laudo da Unicamp" - razão pela qual resolveu, então, falar que leu a lista e a rasgou. Não sabia e se revelasse naquele momento poderia prejudicar um processo de votação, seria manchete de todos os jornais, etc. e tal.

Sinceramente, Senador Antonio Carlos Magalhães - e aí estou emitindo juízo de valor, sim -, não acho, qualquer que seja o Senador que esteja na Presidência do Senado, qualquer que seja o Senador que esteja sendo julgado, por pior que seja o Senador – e acho que o Senado agiu corretamente ao cassar o mandato de Luiz Estevão –, que o Presidente do Senado, conhecendo a lista, não deveria tomar medidas imediatas. Isso, adotando a tese de V. Exª de que não mandou fazer, como Arruda disse, a missão.

V. Exª não prevaricou? É justo o Presidente do Senado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não, eu não prevariquei, nunca prevariquei na minha vida e não vou permitir que V. Exª ache que eu sou um prevaricador. Eu sou um homem sério, tenho uma dignidade a zelar e, na Presidência do Senado, atuei com a maior seriedade, com o maior respeito, e poucos Presidente do Senado podem dizer isso, de fronte erguida, como eu estou dizendo a V. Exª

É preciso que V. Exª utilize os termos apropriados para que as coisas não fiquem numa situação difícil. V. Exª sabe que está sendo televisionado. Para que, então, dizer uma coisa que ofende a minha moral? E a minha moral não pode ser ofendida, até porque eu procedi em nome da instituição, em defesa da instituição pela qual V. Exª deve zelar tanto quanto eu.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Exato. E V. Exª, naquela posição, mais do que eu. Eu zelo pelo nome do Senado. V. Exª, infelizmente, naquela

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 35
26.04.2001

posição, conheceu a lista – e foi V. Exª quem anunciou -, que conheceu a lista e não tomou nenhuma providência.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já declarei os motivos por que conheci a lista e da possibilidade de a lista não ser inclusive uma coisa verdadeira, tais e tais as incongruências que nela constavam.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - V. Exª sabe, tanto quanto eu, que no Direito Positivo brasileiro – isso a gente sabe até pelo senso comum, sem ser especialista – nós não podemos alegar desconhecimento do texto legal. O que existe no texto da lei é de conhecimento público. Portanto, ele deve regular o nosso comportamento. O nosso Código Penal não aceita esse tipo de comportamento.

Eu vou ler apenas um artigo com relação a essa questão, com relação ao fato de não ter sido tomada providência no que diz respeito à funcionária Drª Regina. V. Exª disse que não pediu ao Senador Arruda, não mandou o Senador Arruda fazer. O Código Penal ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – E provei isso com o próprio depoimento da Drª Regina.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo. O art. 320 do Código Penal diz o seguinte:

"Art. 320 - Condescendência criminosa. Deixar o funcionário, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou quando lhe falte competência não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente".

Portanto, acredito que V. Exª deveria ter, sim, representado imediatamente contra o Senador Arruda e contra a Drª Regina.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu pensei de modo diverso, inclusive em nome da instituição. Nesse ponto, divirjo claramente de V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Vamos à outra pergunta.

No dia 28 de fevereiro deste ano, a **IstoÉ** publicou em sua matéria de capa a reportagem "Facada pelas Costas". Dentre outras afirmações que a revista publicou de V. Exª consta, inclusive, na fita periciada pelo Ricardo Molina, as seguintes declarações: ..."vou dizer aqui para vocês. A Senadora Heloísa Helena votou a favor do Luiz Estevão. Votou a pedido do Senador Renan Calheiros. Depois ela disse que não votou, xingou".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já disse a V. Exª que não toquei no nome do Dr. Renan Calheiros que aparece inclusive na degravação. É uma mentira. Nunca toquei no nome do Dr. Renan Calheiros com os procuradores. Isso é uma criação dos procuradores, sobretudo do Dr. Luiz Francisco, com a **IstoÉ** que é uma revista, como V. Exª sabe muito bem, que só faz me atacar. Eu tenho três processos contra ela e é uma revista que não tem credibilidade moral.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Concluindo. "Eu tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Luiz Estevão. Não podemos falar porque o Luiz Estevão vai tentar anular. Anistiar o Luiz Estevão aí quebra o Senado".

Essa matéria foi publicada pela revista **IstoÉ**, no dia 28 de fevereiro de 2001. No mesmo dia 28 de fevereiro, os jornais publicaram uma declaração de V. Exª falando o seguinte – eu estou aqui apenas com um recorte do jornal **O Estado de S.Paulo**: "Fui convidado – V. Exª já confirmou isso – pelo Procurador Guilherme Schelb, que é um Procurador decente. Tivemos uma conversa geral, da qual

participou como intruso o Procurador Luiz Francisco. Não posso dar veracidade ao que saiu na revista". Aí vem...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Veja V. Exª que antes mesmo de V. Exª falar eu já não estava dando veracidade.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. Exª já tinha confirmado. Exatamente. Eu estou relendo o trecho que V. Exª confirmou. "ACM afirmou também que o painel de votação do Senado é inviolável". Aí diz aqui de um ataque, que vou poupar a Senadora Heloísa Helena, pela falta de moderação, mas, no dia 28 de fevereiro deste ano, portanto V. Exª, que já tinha lido a lista, distribuiu uma declaração à imprensa de que era inviolável o painel, insistia na tese de que era inviolável o painel. E hoje a declaração é extremamente contraditória.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Depois do laudo da Unicamp. Depois do laudo da Unicamp, V. Exª não deve levar ódio...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quero saber em qual Senador Antonio Carlos eu vou acreditar, no que fala na tribuna ou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª pode acreditar em mim porque sou veraz.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Hoje, aquele da tribuna, não, só no de hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pode acreditar sempre.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então, o da tribuna...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sempre.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas são duas afirmações diferentes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sempre. De maneira que V. Exª não queira trazer questões pessoais, se é que V. Exª tem comigo...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não tenho. V. Exª sabe que não posso ter...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Aqui é um lugar de isenção e de exame das peças, para que se faça justiça e não se fique no ódio pessoal. Quem odeia é escravo do ódio que lhe apeia. E V. Exª está parecendo que é escravo da minha pessoa pelo ódio que me tem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Olha, V. Exª pode ter esse sentimento em relação a outras pessoas. Eu não tenho esse sentimento nem em relação a V. Exª e nem em relação a ninguém. Absolutamente, não tenho. Até vou dar o testemunho pessoal. Já sofri um atentado de quatro tiros na minha cidade numa disputa política e nem dessa pessoa que tentou me tirar a vida não tenho nenhum ressentimento, ao contrário, voltamos até ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Passou para mim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não, não passei. É evidente que não passei para V. Exª. V. Exª sabe que estou aqui apenas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Desculpe, eu estou...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não, tudo bem. Estou aqui apenas querendo absolutamente a verdade. Só isso. Mas quero ler uma outra declaração de V. Exª publicada também na revista **IstoÉ**.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já disse ao senhor que a revista **IstoÉ** fez esse processo, ofendeu toda...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas V. Exª deu essa declaração pública aqui também.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 37
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 26.04.2001

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu nunca dei declaração à revista **IstoÉ**, eu não falo com a revista **IstoÉ**. Os jornalistas da revista **IstoÉ**, o dono da revista **IstoÉ** são todos meus inimigos, todos os números da revista **IstoÉ** são contra mim. V. Exª já deve ter lido isso e, talvez, por isso mesmo tenha uma boa coleção da **IstoÉ**, mas todos os números são contra mim. Todos, todos, todos.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Então V. Exª declarou o seguinte. Eu acho que é extremamente importante essa declaração de V. Exª:

"Essa gravação de corrupção dos Deputados José Lourenço, que trocou o PFL pelo PMDB baiano, e Jonival Lucas, ex-Deputado, está na cara que as vozes são deles. O grampo tem valor. Não tem nada mais digno de credibilidade do que uma voz".

Estou lendo esse trecho para indagar de V. Exª qual a opinião de V. Exª sobre a fita periciada hoje do Sr. Ricardo Molina. Eu não ouvi, e quero tranqüilizar V. Exª. V. Exª está nervoso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Tem nova fita?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não, a fita periciada do Ricardo Molina. Onde os que ouviram reconhecem a voz de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, alguns podem reconhecer. Isso é uma outra etapa da segunda etapa do que ele diz: "lemos a lista"; os jornais colocaram "temos a lista", como a **IstoÉ** colocou "temos a lista" e não "lemos a lista", e vários Senadores não conseguiram ouvir. Talvez os que tenham ouvido melhor tenham conseguido. Mas vários Senadores não conseguiram. Mas eu queria dizer uma coisa, porque V. Exª citou o art. 320 do Código Penal, quero dizer a V. Exª que... V. Exª é um bom advogado, não é isso?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não, não sou. Sou jornalista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É só jornalista. Então é por isso...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não sou nem rábula...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Então é por isso que não conhece o art. 320. Citou sem conhecê-lo. Eu não deixei de tomar providências por indulgência, não. Eu não tomei providências por razões de Estado, razões da instituição. Logo, não cabe o art. 320 do Código Penal, isso diz um dos maiores juristas do Brasil.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - E quem é o jurista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É um dos maiores juristas do Brasil, que manda para mim essa informação.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Está certo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Então, eu, que não sou advogado, não quero corrigir V. Exª.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Nem eu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas agora por diante, V. Exª aplicará o 320 com mais cuidado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu acho que o Estado não tem razões para fraudes. Não defende o interesse do Estado quem defende a votação secreta. Eu não acho que ter acesso à lista secreta, lê-la e, aí, ficar com temor de punir o Arruda, ou com temor de punir o ... não vejo que essa seja uma questão relevante do Estado brasileiro e tenho certeza de que a sociedade brasileira também não acha isso correto.

Eu quero também colocar a V. Exª o seguinte: V. Exª disse, no depoimento inicial e, depois, respondendo ao Senador Jefferson Péres, uma palavra só. S. Exª indagou: "Mas admoestou ou não admoestou a Drª Regina?"

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Admoestei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – "Admoestei" - foi o que V. Exª. respondeu. Mas, ao explicar, no seu depoimento inicial, a ligação de trinta e quatro segundos, V. Exª disse que disse mais ou menos o seguinte, naquela época: "A senhora tem serviços prestados ao Senado. Não fique nervosa, porque a senhora não tem culpa." Foram declarações textuais de V. Exª naqueles trinta e quatro segundos. Foi essa a admoestação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, a admoestação foi posterior. Isso aí não foi uma admoestação. Isso aí foi para tranqüilizar uma funcionária que estava em pânico, que estava em estresse e que o Senador Arruda me disse que ela precisava de uma palavra de conforto. Eu achei que deveria dar, tendo em vista o valor que ela tem.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Gostaria, também, de me referir ao depoimento de V. Exª. V. Exª já disse que não queria que a divulgação da lista fosse pública para preservar o Senado, ou não tomou providências porque senão seria manchete, transformaria o assunto em público, para preservar o Senado. Por que, então, se pronunciou sobre a lista numa reunião com três Procuradores da República, e não apenas com aquele que V. Exª desqualifica?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O assunto não foi lista com Procurador. O assunto foi fortalecer a Procuradoria para que ela pudesse agir contra os ilícitos que ocorriam e ocorrem no País.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quer dizer que os três Procuradores estão mentindo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não. Esse assunto surgiu na conversa com os Procuradores, provocado pelo Sr. Luiz Francisco, e eu já disse os termos em que foi colocado. Eu queria dizer também a V. Exª, em relação à Drª Regina, que eu tive que relevar um pouco o erro da Dona Regina e o faria pela frágil situação de saúde que ela apresentava, inclusive levando-a a sofrer várias cirurgias muito delicadas. Isso pesou também na minha decisão humana em relação a uma funcionária que eu julgo competente e séria.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Bom, se os fatos aconteceram como V. Exª descreve hoje, em relação à Drª. Regina, por considerá-la competente, capaz, por que V. Exª não tomou nenhuma providência para que a violação do painel não voltasse a ocorrer? Por que não a ordenou, já que V. Exª não pediu para o Arruda e ficou surpreso ao saber da lista? Por que, depois que soube, não ordenou a instalação de dispositivos de segurança? V. Exª não chegou a imaginar que o Arruda pudesse pedir de novo? Que ela pudesse fazer de novo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não lhe preocupou isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, até porque só agora, com o laudo da Unicamp, é que surgiram as falhas das dezoito possibilidades do painel ser violado. Só agora, Senador Antero Paes de Barros, só agora. Ninguém, antes, sabia da possibilidade dessa violação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Só agora surgiu isso.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 39
26.04.2001

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, reservo-me para voltar a fazer perguntas. Tenho outras indagações a fazer, mas vou fazer uma seleção desses vários documentos que temos aqui para que possa voltar, ao final, a interpelar o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado, Senador.

Senadora Marina Silva, por gentileza. V. Exª havia, por ocasião de uma discussão paralela, solicitado uma questão de ordem e eu prometi deferi-la logo após as perguntas do Senador Osmar Dias. No entanto, por equívoco, não o fiz e passei a palavra ao Senador Antero Paes de Barros. Indago se V. Exª ainda quer apresentar a questão de ordem, se ela ainda é pertinente.

A SRª. MARINA SILVA – Ela é pertinente apenas para dar um esclarecimento. É que, quando se trata de questão de ordem ou de encaminhamento, não é legítimo deixar para depois, porque só têm sentido no momento em que estão ocorrendo as circunstâncias. O que V. Exª repõe agora é o fato de que a Mesa não observou essa regra. Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Marina Silva, V. Exª haverá de entender que, se fosse tão importante assim, V. Exª teria feito...

A SRª. MARINA SILVA – Não, senhor. V. Exª está me desrespeitando. Eu só quero dizer o seguinte: é muito difícil fazer política preservando o estilo pessoal, inclusive de ser mulher, sem dar chute na mesa, sem ficar fazendo barulho. É difícil porque, muitas vezes, as pessoas só são ouvidas se fizerem assim. Se não fizerem assim, é porque não tinha importância. Eu só fui cumpridora da minha obrigação, que é a de observar e ser respeitosa com as pessoas.

O que iria dizer, Sr. Presidente, é que quem está sendo interrogada aqui não é a Senadora Heloísa Helena e os colegas estavam se comportando como se assim fosse. Era isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, V. Exª acabou de fazer a questão de ordem, embora ache que V. Exª tenha sido injusta comigo num momento em que eu procurei lhe esclarecer e retornar a palavra a V. Exª, inclusive explicando que o equívoco aconteceu em decorrência da necessidade que temos, na Presidência, de preservar um debate em ordem e estava havendo uma discussão paralela.

A SRª. MARINA SILVA – Era exatamente por isso que eu ia fazer a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra agora, pela ordem de inscrição, ao Senador Carlos Bezerra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Wadeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, creio que este Conselho de Ética toma conhecimento hoje de uma outra dimensão da questão que vem aqui sendo discutida, dimensão que nos é trazida pelo Senador Antonio Carlos Magalhães no seu depoimento. Ela diz respeito ao papel institucional do Presidente do Senado.

A sua condição de Presidente tê-lo-ia levado a tomar essa decisão - no que ele se referiu até questionando-se - quanto à apuração imediata dos fatos ocorridos. A sua decisão de negar a existência da lista, de negar ter visto a lista, perdurou até o momento em que o laudo da Unicamp veio a confirmar não apenas e tão-somente a violação do painel, mas, sobretudo, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, o fato

de que o resultado da votação não havia sido alterado. O que, a partir de então, deu-lhe a liberdade de revelar, sim, que tinha lido a lista.

Isso me parece extremamente importante, porque marca um momento delimitador dos fatos que estão aqui sendo investigados e coloca uma outra razão de ser, a razão de Estado, como foi dito, diante da qual se viu o Senador Antonio Carlos Magalhães, no momento em que foi confrontado pelo fato consumado de ter sido violado o painel de votação do Senado. E é importante situar o contexto, porque se tratava não de uma votação qualquer, mas de uma votação que implicou a primeira cassação de um Senador da República, cassação que decorreu de CPI realizada nesta Casa: a CPI do Judiciário, aliás, de iniciativa do Senador Antonio Carlos Magalhães.

De modo que creio, Sr. Presidente que, efetivamente, essa consideração reflete – e nós devemos pensar sobre ela - a postura de estadista, a postura de homem de Estado que tinha que ser tomada naquela ocasião; ou seja, ante o risco de provocar uma crise institucional e adotar uma ética da responsabilidade, o caminho da ética da responsabilidade impunha-se na avaliação do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Diria, Senador Antonio Carlos, que a dúvida que V. Exª colocou, neste momento, está sendo respondida afirmativamente. A sua decisão parece-me que foi correta, porque ela possibilitou que V. Exª preservasse o resultado daquela votação, a eficácia daquela votação e agora estamos tendo a oportunidade de apurar os fatos relacionados com o evento.

É preciso, por conseguinte – considero isso importante nesta discussão, Sr. Presidente, Sr. Relator - fixar um momento efetivo a partir do qual o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães se viu liberado do dever de negar a lista, do dever de manter o segredo que se prolongou para além da sua saída da Presidência do Senado Federal. Só agora, diante da constatação pelos técnicos da Unicamp de que não houve violação da votação, que não houve manipulação do resultado da votação da cassação do ex-senador Luiz Estevão, ele pôde então ser liberado dessa questão.

Outro aspecto que a mim me parece importante - e não vou ...

O SR. ROBERTO SATURNINO - V. Exª me permite?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Pois não.

O SR. ROBERTO SATURNINO - V. Exª disse que, no momento em que houve a revelação do laudo da Unicamp que não tinha havido fraude na votação, alteração do resultado, que o Senador Antonio Carlos estaria liberado?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sim. E isso não foi no dia 17?

O SR. ROBERTO SATURNINO - Sei, mas foi no dia 19. Então, no dia 20, ele deveria vir a público e dizer: "Houve a violação, tal...", porque o Senador Arruda estava falando uma inverdade. Se ele foi liberado pelo laudo da Unicamp, V. Exª há de convir que a responsabilidade dele era a de, no dia seguinte do laudo da Unicamp, vir a público e dizer...

Não estou nem dizendo... mas estou vendo V. Exª querer assumir a defesa dele sendo mais realista do que o rei, estou querendo dizer isto: Então, era obrigação dele vir no dia seguinte e mostrar à Nação ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Senador Saturnino, eu guardei tudo para o depoimento, até em respeito a V. Exªs.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 41
26.04.2001

FLS 09/9.81/8

O SR. ROBERTO SATURNINO - Então V. Exª, no dia 20, deveria ter vindo e exposto.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Senador Saturnino, há de convir V. Exª que àquele momento já estava instaurada a apuração dessa denúncia. Então...

O SR. ROBERTO SATURNINO - E o Senador Arruda tinha faltado com a verdade no plenário; era dever corrigir o depoimento do Senador Arruda.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – O Senador Antonio Carlos sabia que chegaria o momento da sua prestação de informações, do seu depoimento a este Conselho de Ética. Tanto assim que optou por não fazê-lo no plenário. Preferiu fazê-lo diretamente no Conselho de Ética, para ser questionado por todos. No plenário, ele não seria questionado. Aqui, ele está sujeito ao questionamento.

Outro aspecto importante dessa questão é o ponto relativo à consulta, pedido ou ordem. Creio que, do conjunto dos depoimentos, resta claro que em nenhum momento houve ordem, em nenhum momento houve sequer contato nem pedido por parte do Senador Antonio Carlos Magalhães em relação ao Prodasen.

De modo, Sr. Presidente, que eu diria que o pecado original que gerou toda essa questão não existiu por parte do Senador Antonio Carlos Magalhães. E se tantos se julgam no direito, se todos têm o direito de questionar as palavras postas aqui pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, eu peço que respeitem também o meu direito de manifestar uma posição de apoio ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER - Sr. Presidente, caros colegas, eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, eu sei, e V. Exª já expôs, V. Exª é conhecido como um homem duro, um homem enérgico – todos têm essa impressão, V. Exª é enérgico –, mas V. Exª diz que apenas admoestou a Drª Regina – entendeu por isso –, na noite em que o Senador Arruda lhe entregou a lista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - A admoestação é muito posterior.

O SR. CASILDO MALDANER - Bom. E que, pelo que entendi, não tomou medidas mais drásticas em função de guardar o resultado da instituição, ou guardar a instituição em tese. Apenas, por curiosidade, quando o Senador Arruda lhe entregou a lista de votação, o senhor não teve vontade, assim de devolvê-la para o Senador Arruda, de dizer: fique com V. Exª, eu não quero ficar com essa lista? Não lhe passou pela cabeça? Fique V. Exª com a lista, eu não quero. V. Exª diz que a destruiu. Guardou uns dias?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não. Destruí imediatamente.

O SR. CASILDO MALDANER - Imediatamente destruiu a lista. Não pensou em devolver a ele?

Fica uma dúvida, Senador Antonio Calos Magalhães, para nós, para a sociedade, porque todo mundo sabe que o senhor é um homem determinado e entendeu de preservar a instituição, embora haja uma dúvida na sociedade de que a conversa com os procuradores, de que esse segredo de estado, por assim dizer, tenha sido violado de um certo modo. Aí há uma questão, essa dúvida existe, vamos supor, na cabeça das pessoas – vamos ser sinceros, ela existe –, de manter o resultado. Pelo temperamento de V. Exª, pelo que conheço: foi violado o sistema? Há uma lista? Anula-se o resultado e chama-se nova votação da cassação do

Senador Luiz Estevão. Porque o temperamento de V. Exª que eu conheço é nessa linha. Vamos chamar nova votação, porque foi violentado o sistema.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não. O meu temperamento não me impede de ser sensato, e V. Exª sabe quantas divergências tivemos, e sempre prevaleceu a minha sensatez com V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER - Mas eu coloco assim porque há, na cabeça das pessoas, essa idéia de que V. Exª é duro, é determinado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - É um exagero que fazem, sobretudo aqueles que são meus adversários.

O SR. CASILDO MALDANER - Deixa eu colocar agora qual é o pensamento de V. Exª, Senador Antonio Carlos, até para nos ajudar.

Na questão de direito, muitas vezes – vou chamar o caso do Senador Luiz Estevão –, houve o início de um processo de pena capital, em função de que ele havia dado uma versão à Comissão, se não me engano, à Comissão Parlamentar de Inquérito, e essa versão, mais tarde, não prevaleceu. Não foi isso? Ele havia dado uma versão que, mais tarde, não se configurou. Aí, a defesa dele foi de que era para se defender em juízo. Ele não poderia falar a verdade ali para se defender nos processos que iam tramitar na Justiça comum, lá fora. Só que a versão primeira dele – e que depois não veio a se confirmar –, para nós, politicamente analisando, e de acordo com os dispositivos do Regimento e do Conselho de Ética, aí houve a instauração do início da aplicação da pena capital. Aqui, no Senado, se enquadra dessa forma.

Agora, eu perguntaria a V. Exª como é que vamos nos comportar, como é que nós, do Conselho – aí, para uma meditação de V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães –, com toda a sinceridade, quando, insistentemente, a versão era de que não se conhecia...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, peço um pouco mais de silêncio.

Obrigado.

O SR. CASILDO MALDANER – Aí, trazendo o exemplo do Senador Luiz Estevão, de que a primeira versão dele não prevaleceu no segundo tempo, é que houve o início do processo da pena. Agora, como é que nós, do Conselho, vamos nos comportar – pela experiência de V. Exª - quando, ao longo do tempo, a versão é de que não se conhecia a lista. Agora há a versão de que já havia, estava em mãos essa lista, há o conhecimento, em função do depoimento das pessoas, e que há o conhecimento disso. Quer dizer, surgiu um outro fato, uma outra versão. Como vamos nos comportar, se queremos aplicar corretamente os dispositivos do Conselho de Ética? Só uma análise de V. Exª em relação a isso, bem isenta. Se V. Exª estivesse do nosso lado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª pode traduzir um pouco, resumir só?

O SR. CASILDO MALDANER – Deixe ver se eu me faço entender. Em relação ao Senador Luiz Estevão, ele, primeiro, tinha uma versão. Depois, quando se comprovou que havia ligações dele com o Juiz Nicolau, ele alegou que não havia confirmado aquilo e que era para se autodefender em juízo depois, lá fora, mas que, aqui dentro, no Senado, é considerado falta grave. E aí houve o início da instauração da pena capital no Conselho de Ética. Bom, como é que hoje, pegando aquele caso, jogando-o para este momento, se houve, ao longo, desde o dia do fato

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 43
26.04.2001

FLS. Nº 1983
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ocorrido, e como defesa do Estado, da instituição – como alega V. Exª, que foi na defesa da instituição que V. Exª não revelou a verdade, dizendo "eu quis preservar o resultado, embora eu tinha a lista, sumi com a lista, a destruí, mas eu não queria causar uma mácula na instituição do Senado – como é que agora, depois de alguns meses, acho que isso foi em junho do ano passado, agora estamos em abril, agora o resultado, na verdade, eu já tinha essa lista, e a versão é outra, para nós, agora, aqui, se vamos aplicar corretamente os dispositivos da resolução do Conselho de Ética, como é que vamos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – São casos totalmente diferentes, V. Exª sabe muito bem. Hoje aqui se discute um problema de violação do painel, que não é igual ao caso do Sr. Luiz Estevão. Em primeiro lugar, vamos colocar as coisas como elas devem ser colocadas. Agora, é preciso também que V. Exª veja que não tive absolutamente nada com a violação do painel. E V. Exª já está convencido disso, porque os argumentos foram fartos, o senhor só não se convenceu porque não quis. E quem não quis se convencer, não adianta porque não vai se convencer mesmo.

O Conselho de Ética tem que fazer os exames, como deve fazer, imparcialmente, e vendo, no meu caso, se errei ou não, em não tomar providências drásticas, que julgo que acertei, em razões de Estado para não desmoralizar a instituição quando, no caso do Sr. Luiz Estevão, era ele que desmoralizava a instituição. Eu aqui, não. Preservei a instituição. São casos diferentes e que sei a inteligência de V. Exª vai compreender.

Uma coisa é uma casa de corrupção, a outra coisa é um crime, um erro, um ilícito, o que seja na violação do painel por quem quer que seja, nunca por mim e que há o julgamento do Conselho de Ética. São coisas totalmente diferentes e acho que V. Exª não deve fazer uma confusão por isso. V. Exª é um homem inteligente. Daí porque, em coisas diferentes, você não pode ter julgamento idêntico.

O SR. CASILDO MALDANER – Quero somente colocar, Senador Antonio Carlos Magalhães, e longe de mim querer vincular V. Exª aos fatos do Senador Luiz Estevão, aos fatos que ocorrem lá fora.

Ocorre que o início do processo que teve a tramitação no Conselho de Ética foi em função de que houve uma inverdade por parte dele e não em função dos casos do TRT. O processo iniciado no Senado foi em função disso, porque a verdade não correspondeu. Por isso, estamos um pouco na dúvida, mas longe de vincular aos fatos ocorridos lá fora. Aqui, quando a verdade uma época depois toma-se diferente, é que essa foi a causa do Luiz Estevão sem vincular, em absoluto, às questões que estão agora sendo tratadas na justiça comum.

Para nós, em nossa cabeça, ficam essas dúvidas. É por isso que as colocamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para uma questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Para um esclarecimento.

Como o Senador Casildo Maldaner falou em pena capital, normalmente, embora não seja advogado, costumo usar como sinônimo pena capital e pena de morte, queria esclarecer que ao Senador Luiz Estevão não foi aplicada a pena de morte porque é proibida pela Constituição.

O SR. CASILDO MALDANER – Aqui não será pena capital.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, **data venia**, o Senador Lauro Campos.

A Mesa volta encarecidamente a pedir um pouco de silêncio ao Plenário.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no caso do Sr. Luiz Estevão, eu que poderia ter motivos emocionais, pessoais, partidários contra ele, passei oitenta horas estudando o processo do Sr. Luiz Estevão e fazendo todo o esforço para chegar a um máximo de neutralidade em relação ao processo do Sr. Luiz Estevão, que não tem nada a ver e não cabe a analogia com o que estamos tratando hoje porque são coisas totalmente diferentes.

De modo que, eu gostaria também de dizer que, durante alguns anos, convivi com o Senador Antonio Carlos Magalhães e cheguei à conclusão de que não seria justo se eu não distinguisse entre algumas atividades inerentes a sua vida política...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, Srs. Senadores e assistência, mais uma vez, encarecidamente, um pouco mais de atenção aos trabalhos, por gentileza.

O SR. LAURO CAMPOS – Eu até sugeriria que se mandasse evacuar os fotógrafos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não.

O SR. LAURO CAMPOS – É o seguinte. Vou tentar falar. Reconheci sempre no Presidente do Senado e do Congresso Antonio Carlos Magalhães uma atitude de que já falei em pelo menos quatro discursos meus, quatro vezes eu devo ter repetido que reconheço a sua preocupação em tratar o Senado como se ele fosse o treinador de um time. Isso já repeti umas três vezes. Ele queria ver o Senado bem. Isso que ele diz aí agora é inteira verdade e eu testemunho que a sua principal preocupação era em ver, em mostrar, em criar, em ajudar a imagem do Senado a ficar mais elevada e mais confiável.

Bem, considero que existe neste nosso País um processo de corrupção que transcende indivíduos, pessoas. Esse processo de corrupção, do meu ponto de vista, se instaurou há muito tempo neste nosso triste País e vem tomando proporções cada vez maiores.

Quando o Senador Arruda afirma em suas declarações que ele fez coisas muito piores – "fiz coisas muito mais graves do que o episódio do painel". Está aí no **Correio Braziliense** – ...

O SR. PEDRO SIMON - (Inaudível)

O SR. LAURO CAMPOS – Isso é que eu vou perguntar a ele. Como existiram relações, que nós acompanhamos, entre o Presidente Antonio Carlos Magalhães e o Presidente Fernando Henrique, relações que variavam entre o frio, e talvez o gelado, e o bastante quente ou morno, eu gostaria de saber, aproveitando o episódio do painel, se entre o canal que existe, o canal humano, o Senador Arruda, o homem de recado, o homem prestimoso, o homem que faz tudo ou quase tudo, como ele chegou a reconhecer no segundo choro que derramou na tribuna... Ele pediu desculpas pela sua personalidade ou tropismo que ele tem pelo poder, com as ambições etc., então eu gostaria de saber se não houve em outras oportunidades um convívio, um conluio ou uma participação de V. Exª com o Senador Arruda para outros fins não declarados ainda.

Bem, essa é uma questão que eu gostaria de colocar. Agora, o que me parece é que nós estamos misturando algumas coisas, algumas estações. Duvido

que haja alguém aqui que admire mais a Senadora Heloísa Helena do que eu. Tenho por ela a mais violenta paixão. Sou um apaixonado por ela política, ideologicamente. Eu sou apaixonado pela coragem dela, sou apaixonado pela pela bravura, sou apaixonado pela inteligência e pela capacidade. Sou apaixonado. Nunca vi ninguém assim na minha vida. Então, fico perplexo diante da Senadora. Com todo o uso da palavra paixão, pára por aí infelizmente.(Risos)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continue, Senador Lauro.

O SR. LAURO CAMPOS – Então, eu acho que estão também, agora, misturando as estações. Quer dizer, uma coisa é a violação do painel. O painel foi violado. Isso é, para exagerar um pouco, um crime, vamos dizer assim, uma infração grave. Mas é como se alguém abrisse a porta de outrem, querendo praticar um dano, um roubo, um furto ou um outro crime. Mas, se o painel foi violado, só houve uma vítima: a Senadora Heloisa Helena. Só ela que foi atingida no episódio, não houve mais ninguém. Os votos de cada um de nós não foram revelados, a não ser o dela. Desse modo, parece-me que a questão aí é muito grave, mas é uma questão que envolveria uma informação caluniosa por parte do Senador...

Sr. Presidente, eu pediria...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Fazendo soar a campainha)

O SR. LAURO CAMPOS – ...uma informação caluniosa no sentido de que o Senador Antonio Carlos Magalhães teria dito – ou disse – que a Senadora Heloisa Helena teria votado pela absolvição do ...

Acho que vou dar a palavra a algum outro Senador, porque não estou conseguindo... Com a minha idade, é um pouco difícil ativar a memória e conseguir me expressar.

O que estou querendo dizer é que, realmente, houve algo grave, mas estão confundido as estações. Essas questões que me parecem secundárias tomaram lugar daquilo que há de principal no âmago do problema. O que realmente houve, se houve uma intenção de, sem dúvida alguma, burlar o sigilo da votação, se o painel foi violado, logo em seguida, houve uma desistência eficaz. Alguém planeja um crime, mas não o executa. Chama-se desistência eficaz.

O SR. ROMEU TUMA – Arrependimento eficaz.

O SR. LAURO CAMPOS – Eu agradeço. Essa desistência se deve ao fato de que, há 50 anos, estudei esse assunto, quando era aluno de Direito. Mas acho que, se não fosse a questão da atribuição à Senadora Heloisa Helena desse comportamento, que corresponderia a um desvio de conduta dela, uma quase traição a tudo aquilo que ela havia feito antes... Ela foi ameaçada pelo Senador Luiz Estevão, por duas vezes eu a vi sendo ameaçada justamente pelo comportamento e a veemência com que defendia a cassação do Senador Luiz Estevão. O que me parece é que devemos nos concentrar nesse fato, que, realmente, é o único fato significativo.

Em relação à quebra do sigilo do painel, ele se verificou, e houve a participação muito importante do Senador José Roberto Arruda, que já confessou. Não considero que a sua confissão deva resultar num abrandamento da sua pena.

O que devemos julgar aqui é, única e exclusivamente, aquilo que foi feito e não o que foi deixado de fazer. O que foi deixado de fazer, pesa a favor do Senador Antonio Carlos Magalhães. S. Exª poderia ter feito mais, mas não tenho dúvida alguma – e isso já falei também com S. Exª quando, em determinado episódio, acusava o Senador Levy Dias, do Mato Grosso. Entrei no plenário, e S. Exª estava

se referindo ao Senador em termos agressivos e ameaçando-o com um dossiê. Sem saber qual era a contenda, tomei partido da vítima dessa manifestação do Senador Antonio Carlos Magalhães. E eu, então, disse: "Não gosto de dossiês, mas não os temo". Foi isso que falei, dirigindo-me ao Senador Antonio Carlos Magalhães. "Não gosto de dossiês, mas não os temo".

Como o uso do cachimbo faz a boca torta, o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães pensou em utilizar a lista de votação para obviamente pressionar alguns de nós, em algum momento: "Olha lá, vou contar que você votou a favor." Imaginem se fosse comigo, por exemplo: "Vou contar que você votou a favor do Luiz Estevão". Isso causaria um rombo, um dano na minha imagem. Mas S. Exª não utilizou o segredo de que ele era detentor sobre a votação, a não ser em relação à Senadora Heloisa Helena.

De modo que o problema é este, é isto que devemos julgar: se é ou não o caso de condená-lo e qual a pena que deve caber a S. Exª, tendo em vista que usou o conhecimento de uma lista secreta para fazer uma afirmação que não é verdadeira, mas que prejudica a carreira, a imagem, a figura da nossa querida Senadora Heloisa Helena. Isso é que vou julgar na Comissão de Ética, sem ódio nem amor.

Para terminar, como falei umas quatro vezes, reconheço que enquanto o Presidente Antonio Carlos Magalhães presidiu a nossa Casa o fez com uma preocupação fundamental: a de manter a boa imagem do Senado. E S. Exª referiu-se hoje, umas três ou quatro vezes, a essa sua atitude, que teria sido a principal condutora de sua ação no processo de obtenção da lista e de inutilização dela.

Praticamente, não tenho nada a perguntar. Acredito que as perguntas foram esclarecedoras, a não ser em relação a isto: se esse foi o único episódio em que o emissário, o Líder do Governo, que declarou todas as suas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, por gentileza.

O SR. LAURO CAMPOS - ...que declarou publicamente todo o seu tropismo pelo poder, toda a sua vontade de ajudar o Governo e toda a sua vontade de participar. Ele declarou que era destituído...ou tinha reduzida a sua capacidade de crítica, de moral, de censura e de autocrítica. Sendo assim, S. Exª fez coisas piores e mais graves do que essa. Como vamos julgá-lo também, é necessário que saibamos quais são essas coisas mais graves e se, em alguma delas, V. Exª está envolvido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Atenção, Srs. Senadores. Peço, por gentileza, um pouco de silêncio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Senador Lauro Campos, tenho por V. Exª não só uma admiração, mas também um respeito muito grande. Considero-o um símbolo do Senado Federal. Vejo em V. Exª tudo aquilo que se resume em um homem de bem, sem máculas. V. Exª talvez tenha, até pelo seu caráter, pela sua dignidade e pelo seu saber, algumas vezes, um ar de ingenuidade; mas não. V. Exª é um homem completo. Eu o respeito e aconselho-me, quando posso, com V. Exª. Não tenho a intimidade que desejava com V. Exª, mas estimaria sempre, aqui e fora daqui, em qualquer parte, ter V. Exª como meu conselheiro e meu amigo.

V. Exª coloca a questão com muita propriedade, quando diz que, no episódio, a única pessoa que está sendo vitimada é a Senadora Heloísa Helena. Acredito que procurei – talvez não tenha tido a sabedoria – mostrar a esta Casa que

qualquer afirmativa em relação à Senadora Heloísa Helena, mesmo do "ouvi dizer" de minha parte, é injusta. A Senadora é uma guerreira, uma lutadora, e nós temos por ela respeito. Eu discuti muito com ela – como algumas vezes falei com V. Exª de raspão – e, com ela, com mais intimidade e mais ainda com os Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy sobre o problema da cassação do Luiz Estevão, que considerava e considero um fator moral decisivo e indispensável para a vida pública do Brasil e, em particular, de Brasília.

Continuo com esse ponto de vista. E sei que estou pagando por ter tomado essa atitude, juntamente com outros Líderes, bastante. Sei que, em muitos desses episódios, a figura do Sr. Luiz Estevão está presente, num ar de vingança ou de equiparação, que V. Exª, com a sua acuidade, não admitiu, de saída, que se fizesse entre a minha pessoa e a do ex-Senador Luiz Estevão em relação a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Tenho a dizer a V. Exª que, em relação ao Senador José Roberto Arruda, dizer que tinha coisas graves ou assuntos graves, nunca foram tratados comigo em relação ao Governo Fernando Henrique.

V. Exª fez muito bem em colocar que, às vezes, as amizades eram de calor, mas, às vezes, muito frias. V. Exª já fez um belo discurso, um discurso antológico sobre isso, mostrando ainda que o Senhor Presidente gostaria de me ver enterrado. V. Exª falou isso. Entretanto, eu não poderia, neste instante, acusar o Senhor Presidente sem saber de coisa alguma errada. Eu o ajudei bastante nesta Casa, mas ele nunca me pediu nada imoral. O Líder do Presidente poderá esclarecer melhor aqui essa questão. Eu não posso.

Tenho a dizer que, do ponto de vista moral, não tenho nada a atacar o Senhor Presidente pessoalmente. É evidente que fiz aqui várias denúncias de Governo, mas, pessoalmente, não tenho nenhum motivo a apontar na vida do Presidente Fernando Henrique. Se o tivesse, eu o faria.

Agora, quanto a eu estar talvez pagando um preço pela minha independência, sei que estou pagando. Eu o atendi no que pude e mereci de Sua Excelência uma carta, ao final da minha Presidência, de elogios pelo trabalho que fiz. Entretanto, não posso dizer que comigo ele tem sido justo. Não tem! Porém, mesmo ele sendo injusto, não tenho como macular a sua honra, porque não tenho elementos para tal.

Desse modo, quero dizer-lhe que V. Exª fez uma distinção perfeita desse episódio e da sua gravidade, mas não tão grave quanto muitos dizem, mesmo em relação às pessoas envolvidas. Não me julgo envolvido, salvo por ter conhecido a lista.

V. Exª fique tranqüilo, porque não o decepcionei como Presidente do Senado nem vou decepcioná-lo nunca, porque tenho como ponto de vista defender a moral e aquilo que julgo ser certo. Brigo por princípios, como V. Exª o faz, com uma coerência que nunca vi igual em ninguém.

Sendo assim, agradeço a V. Exª e pediria a todo este Conselho, inclusive ao Relator, que levasse em conta o seu discurso na sua inteireza, até na crítica que me fez, mas também na justiça que faz em distinguir fatos que, propositadamente, às vezes a mídia confunde para que todos fiquem em igualdade de condições.

Agradeço a V. Exª. Deus lhe pague a sua gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Souto.

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador Ramez Tebet, Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, Sr. Corregedor, Senador Romeu Tuma, Senador Antonio Carlos Magalhães, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, eu propriamente não vou fazer perguntas, mas gostaria de ter a oportunidade de enfatizar aqui alguns pontos que me parecem extremamente importantes. O primeiro deles já foi tratado, mas merece, neste momento, ser aqui recapitulado. Ouvi aqui críticas ou comentários a respeito de negativas que teria o Senador Antonio Carlos Magalhães feito a respeito de conhecimento da lista, da mesma forma que outro ponto que foi focalizado: o fato de o Presidente do Senado não ter tomado providências após um conhecimento – eu diria - ainda um pouco parcial do episódio.

Ficou claro, entretanto, que quando dizia, enfim, que não tinha a lista, não era apenas porque já havia destruído essa lista, mas principalmente porque considerava - como ficou bastante claro - que era mais importante, em todos aqueles momentos, preservar o Senado, sobretudo uma decisão importante que o Senado havia tomado. Agora, pode ser cômodo julgar qual foi a opção que o Senador Antonio Carlos Magalhães tomou, mas naquele momento foi uma decisão extremamente difícil. Ele teria que optar por uma dessas coisas. Ele fez a sua opção, e nós haveremos naturalmente de entender as razões que levaram o Senador Antonio Carlos Magalhães a tomar a decisão que tomou, sobretudo, como eu disse, preservando uma decisão relevante de uma Casa tão importante como é o Senado Federal. Então, não é apenas o fato de ter negado ou, de alguma forma, de não se ter referido à lista. Não é o fato apenas de ter destruído as listas, mas, sobretudo, de manter, até o momento que foi possível e que foi importante manter, a decisão de não expor o Senado a uma situação realmente muito difícil.

Mas eu queria, ainda, Sr. Relator, Sr. Presidente, falar sobre alguns outros aspectos. O primeiro deles: em nenhum momento, houve qualquer referência a um contato prévio, direto entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e as pessoas que foram, de alguma forma, responsáveis pelo problema. Não houve, em nenhum momento, um contato prévio do Senador Antonio Carlos Magalhães com essas pessoas. Então, penso que, para todos nós, é situação extremamente difícil incriminar alguém que não teve absolutamente nenhuma comunicação com uma pessoa que, de uma forma ou de outra, teria sido responsável pela violação ou pelos fatos que estamos aqui relacionando.

Um outro ponto que também acredito mereça ser levado em consideração pelos Srs. Senadores: quando, de alguma forma, a situação se apresentou ao Presidente do Senado, tratava-se de um fato consumado e, então, ele teve que tomar uma decisão. E é importante a revelação ter-se revestido de um certo caráter de surpresa. Nada que houvesse sido tão previamente estabelecido entre duas pessoas poderia ser comunicado da forma como foi, o que revela certa surpresa com uma indicação do tipo "fique sentado", etc. Penso que, se uma atitude desse tipo houvesse sido pelo menos claramente estabelecida entre as pessoas, não haveria esse caráter de surpresa com que houve a comunicação do fato relativo ao painel do Senado Federal.

Além disso, eu não queria aqui ser cansativo, mas gostaria de ler dez ou doze trechos dos depoimentos, sobretudo o da Drª Regina, para salientar, Sr. Relator, três pontos que também me parecem importantes. Todas as referências, absolutamente todas as referências feitas, sobretudo no depoimento da Drª Regina, sobre a possível, e que hoje nós estamos certos de que não houve participação do

Senador Antonio Carlos, elas têm um caráter vago e absolutamente impreciso. Posso aqui tomar, nas páginas do depoimento dela, 9 e 12, 17 e 18, 36, 42, 46 – e não vou cansá-los –, mas sempre há um ar de incerteza, de imprecisão, um caráter vago, quando ela quer se referir a uma participação anterior e prévia do Senador Antonio Carlos no episódio. Isso temos que levar em consideração, principalmente. E assistimos aqui respeitosamente o seu depoimento, quando ela se revelou que estava abalada por outros motivos e que, portanto, temos que considerar bastante que talvez uma referência não muito precisa pudesse levá-la a uma atitude, como efetivamente ela veio a tomar. Acho que é isso importante.

E o que revela isso também, se formos tomar algumas referências aqui feitas? Ela sempre dizia o seguinte: olha, eu vou confirmar se foi ou não foi quando eu entregar a lista ao Presidente do Senado. Ela considerar, portanto, o que significava? Significava que ela tinha uma dúvida. Se ela dizia: olha, isso para mim vai ficar esclarecido – e quero dizer que não vou cansá-los, mas essas referências aí estão claras – no momento em que eu entregar essa lista ao Presidente do Senado. Só que esse momento não existiu, não houve esse fato. Ela não entregou a lista ao Presidente do Senado.

Eu aqui não quero absolutamente... Não falo isso para crucificar porque entendi o seu drama, senti perfeitamente a incerteza com que ela ficou a respeito do seu procedimento, isso é normal numa relação funcional, mas tenho que dizer que ela sempre revelava essa dúvida quando dizia: eu vou ter a decisão disso, eu vou ter a certeza disso, eu vou ter a confirmação disso no momento em que eu entregar a lista. E aí eu sei que ele, efetivamente, teria participado disso. Esse é um outro ponto que considero importante. Naturalmente, alguém pode dizer: bem, mas isso pode ficar esclarecido com o telefonema posteriormente dado. Mas estão aí as declarações do Senador Antonio Carlos a respeito desse telefonema. Esse, portanto, um outro ponto que me parece extremamente importante, sobretudo quando acho que temos que considerar a coisa mais significativa de todo o episódio, que é: houve ou não houve de forma definitiva uma participação prévia do Senador Antonio Carlos com relação à ordem ou qualquer coisa nesse sentido sobre a violação do painel do Senado. Esse, portanto, um ponto significativo.

E quero insistir que todos estamos interessados para que esse problema seja esclarecido. Entendo perfeitamente as razões que levaram o Relator, Senador Saturnino, a fazer as perguntas que fez, procurando esclarecer naturalmente a verdade. Mas eu, por exemplo, teria extrema insegurança em condenar uma pessoa, quando, do ponto de vista prévio, do ponto de vista do que aconteceu, não há nada que indique, definitivamente, uma participação prévia em todo esse episódio, que, efetivamente, se seguiu e que todos hoje estamos conhecendo e todos estamos analisando.

E esse caráter impreciso, a que me referi, esse caráter vago, também foi referenciado no depoimento que depois aqui prestou o Sr. Ivar. Ele também foi muito nessa direção. E vamos ver, qualquer que seja a pergunta que ele responde, há sempre esse caráter um pouco vago, um pouco impreciso e que denota, portanto, uma insegurança sobre o que efetivamente teria acontecido com relação à participação do Senador Antonio Carlos.

Eram essas basicamente as observações que queria fazer, reiterando, mais uma vez, aquilo que falei no princípio. Não podemos julgar a atitude que o Senador Antonio Carlos tomou após ter conhecimento do que teve, hoje. É preciso que recuemos naquele momento o que significava uma decisão dele, o que aquilo

poderia significar para o Senado. Ele teve que escolher uma opção, qualquer das duas teriam conseqüências. Ele tomou aquela que achava e que considerava e que espero que todos os Senadores também considerem que teve a conseqüência menor para uma instituição como o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, pela ordem dos nossos trabalhos.

Estamos no curso de um processo do qual está se aproximando o desfecho e que, portanto, tem os seus autos. Nós, que vamos deliberar sobre ele, haveremos de ter conhecimento ou receber os documentos relativos a todas as fases do processo. É correto isso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Bello Parga, todos os Srs. Senadores têm a documentação do processo à disposição na Secretaria.

O SR. BELLO PARGA - Não serão distribuídas cópias aos Senadores, aos membros da Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Bello Parga, o processo é volumoso e vai-se tornando cada vez mais volumoso, mas é só requerer que V. Exª terá direito, como todos têm, a todo o processado e a muitas partes, além da publicação que se faz da ata dos trabalhos.

A documentação referida encontra-se na Secretaria, e o que a Presidência reputa fundamental tem sido distribuído. Todavia, aquilo que V. Exª ou algum Senador desejar a mais - nem precisa passar pela Presidência -, é só se dirigir diretamente à Secretaria, que está autorizada a fornecer todos os dados e elementos existentes no processo.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, pergunto isso porque ouvimos, em duas datas diferentes, os Procuradores da República. Uma primeira vez e uma segunda vez em sessão secreta.

Essa sessão secreta, pelo que depreendi de algumas perguntas e até conversando com outros Senadores, não é do conhecimento de todos, razão pela qual foram feitas algumas perguntas que mostravam o desconhecimento das declarações e de fatos revelados por aqueles Procuradores.

De maneira que queria saber se a transcrição dessa sessão secreta vai fazer parte.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Bello Parga, acho altamente pertinente a observação de V. Exª, que está de parabéns, se me permite, porque poderá até suprir uma falha da Presidência.

Esse documento, por deliberação do Conselho, não teve sua divulgação autorizada.

O SR. BELLO PARGA - Anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Como?

O SR. BELLO PARGA - Na época.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E reconheço que muito do que eles falaram, não sei como, vazou por aí. Se os Srs. Senadores quiserem examinar os documentos, eles estão às ordens.

O SR. PEDRO SIMON – É norma marcar uma reunião para ouvir a relação **(inaudível)**

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas isso ficou deliberado.

O SR. BELLO PARGA - Sr. Presidente, fica a critério de V. Exª. Minha indagação é porque o Procurador Schelb fez uma declaração dizendo, patentemente, que a ida do Senador Antonio Carlos Magalhães tinha sido a expresso convite dele, no entanto, houve afirmações aqui de Senadores que disseram que não sabiam disso.

O Procurador também fez uma declaração dizendo que...

(discussão fora do microfone - inaudível)

Foi dito com a sessão fechada, em que eu estava presente.

O SR. PEDRO SIMON – Também na sessão aberta.

O SR. BELLO PARGA - Mas refiro-me à sessão fechada.

Ele disse - eu estava presente e recordo-me perfeitamente -, quando lhe perguntaram a respeito da lista, que o Presidente Antonio Carlos teria dito que tinha os nomes. Mas eu depreendi das palavras do Procurador Schelb – que estou procurando reproduzir - que os nomes que o Senador Antonio Carlos poderia ter eram fruto de dedução das conversas e das informações que ele trocava com outros Senadores no decorrer das sessões no Senado e não como tendo sido degravadas pelo Sr. Molina. Isso foi dito claramente pelos Procuradores Schelb e Eliana, que estiveram aqui. Então, alguns senadores desconhecem o fato. E nós, para julgarmos bem, devemos estar senhores de todos os fatos, de todas as circunstâncias.

Era essa a questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem toda razão. É muito bom o esclarecimento de V. Exª. Quero agradecer a V. Exª...

O SR. BELLO PARGA – É uma colaboração minha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - ...a colaboração que está dando para o bom andamento de nossos trabalhos. Não na sessão de hoje.

O SR. BELLO PARGA – Sim, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Mas, repito, Senador, é só requerer. Porque essa fita, nós a colocamos em um envelope. Porque, se vazou alguma coisa, não vazou por culpa da Mesa.

O SR. BELLO PARGA – Mas, a essa altura...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Marcamos outra reunião, tiramos e ouvimos.

O SR. BELLO PARGA – Mas eu só acho que, a essa altura, não há razão...

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento, se for possível.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Também gostaria.

O SR. ROMEU TUMA – Se V. Exªs me permitem, tem um detalhe que acho importante. A preservação da fita não dos Srs. Senadores, mas do público, porque eles advertiram várias vezes que conversaram outros assuntos que não são pertinentes a esta apuração, diante da garantia de que estavam depondo em sigilo. Portanto, os Senadores podem, em recinto fechado, a qualquer instante, abrir a fita e ouvir. Não pode ser levada a público, sob pena de nós...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Sr. Corregedor está sendo mais claro do que o Presidente, que está afirmando isso mesmo que V. Exª acaba de afirmar.

O SR. ROMEU TUMA – Não, mas estão dizendo que é audiência, que agora não interessava mais o sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Gostaria de dar também um esclarecimento.

O SR. BELLO PARGA – O Senador Romeu Tuma complementa a minha pergunta, a minha intervenção. E, no tocante à pergunta, da maneira como vem sendo conduzida esta reunião, as perguntas são claras. As respostas têm sido também suficientemente claras. Não tenho nenhuma...

O SR. – (Fora do microfone.)

O SR. BELLO PARGA – ...nenhuma indagação. Dúvidas V. Exª tem, está cheio delas, evidentemente. Mas gostaria de dizer que apenas há um detalhe, um pormenor que me causa espécie. É a rapidez com que, procurada pelo então Líder do Governo, a Diretora do Prodasen cedeu quase que imediatamente ao pedido, à sugestão ou à consulta dele. Eu acho que a funcionária ou funcionário, ocupando uma posição de alta responsabilidade, sabia que não estaria procedendo direito e que não poderia ser penalizada, embora tivesse ela dito que o Senador José Roberto Arruda falou em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães. É o que ele diz e é o que resulta claramente dos depoimentos da Drª Regina Célia Peres Borges, do esposo dela. Mas foi muito rápido aquele entendimento, aquela intervenção. E fico me perguntando, Sr. Presidente, e acho que não foi só aquele encontro, naquela primeira ocasião, não foi só o encontro de um Líder do Governo com uma funcionária altamente credenciada do Senado. Havia sim, e vamos prestar atenção às conotações políticas do episódio e da data. Estava na véspera do julgamento de um senador de Brasília. E o Senador José Roberto Arruda e a Diretora do Prodasen eram membros do diretório político aqui de Brasília e que havia um manifesto interesse político também na cassação do ex-Senador Luiz Estevão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A fala de V. Exª, Senador Bello Parga, teve uma espécie de solicitação à Mesa. E V. Exª tece considerações que, naturalmente, estão gravadas, mas V. Exª não formulou, a rigor, nenhuma pergunta. Mas o Sr. Relator quer intervir e ele tem direito, pelo Regimento.

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eu desejo intervir porque fui eu que evoquei o depoimento dos Procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly, em sessão secreta.

Eu tenho bem na lembrança o suficiente para afirmar o que escutei e que deve, evidentemente, estar gravado nas fitas daquele depoimento.

O Procurador Guilherme Schelb disse, não textualmente, mas o conteúdo é precisamente este: há os fatos e o sentimento, a interpretação. Quanto aos fatos, o Senador Antonio Carlos Magalhães disse que tinha a lista e que a Senadora Heloísa Helena tinha votado. Quanto ao sentimento, eu acho que ele tinha essa lista por indução ou por dedução, porque não passou pela cabeça dele que fosse uma lista retirada do... Então, é preciso distinguir que ele disse textualmente isto: "há os fatos e o sentimento meu. Os fatos é que ele disse que tinha a lista; o sentimento é que eu interpretei que ele tinha aquela lista por..."

O SR. BELLO PARGA – Por dedução e informação de terceiros.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos em frente, sim.

Com a palavra o Senador Geraldo Althoff. (Pausa)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 53
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 26.04.2001

Com a palavra a Senadora Marina Silva. (Pausa)

Com a palavra o Senador José Eduardo Dutra. (Pausa)

Senador José Eduardo Dutra, por gentileza, a Senadora Marina Silva acaba de chegar, e eu pediria a V. Exª que...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Com certeza.

A SRª MARINA SILVA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, talvez o que eu vá falar aqui, introduzindo as minhas poucas perguntas, possa desagradar uma grande quantidade de baianos e agradar uma outra quantidade de baianos. Mas eu vou dizer, porque, talvez, diante de tudo isso que está acontecendo, não nos reste mais nada a não ser falar com alguma coisa que, eu acredito, ainda fala para este País, que é o coração.

Eu estou emocionada porque eu não consegui me conter diante do relato que a Senadora Heloísa fez. Eu me sinto como um personagem semelhante a ela. Digo personagem porque, no mundo da política dos que podem, dos que são donos do poder, nós sequer podemos ser sujeito. Quando nós aparecemos na cena política do País é como sobreviventes ou como personagem, e ainda vai demorar muito para que sejamos sujeito.

Mas eu quero dizer, Senador Antonio Carlos Magalhães, que eu, diferentemente de qualquer outro, nunca nutri por V. Exª nenhum tipo de ódio, nenhum tipo de antipatia, pelo contrário. Nós começamos com algumas alfinetadas. Não quero aqui me fazer de boazinha. Eu também dei uma alfinetada em V. Exª, e V. Exª, depois, respondeu à sua maneira. Mas eu separo as pessoas das suas opiniões, mas quanto às atitudes é diferente, porque as atitudes geram conseqüências, e as conseqüências às vezes são irreversíveis, irreparáveis.

Por isso, quero registrar que não tenho ódio, não tenho nenhuma satisfação com isso que está acontecendo aqui. Fiquei deveras entristecida quando vi a figura do Senador Roberto Arruda fazendo aquela confissão, chorando, pedindo desculpas à sua família, ao País, aos eleitores de Brasília, a todos nós, e pensei: Meu Deus, ele vai terminar renunciando. Mas ele não renunciou. Aí eu disse: Tudo que ele queria era colocar no nosso coração um sentimento de compaixão, de piedade. E, em se tratando de justiça, não vale nem vingança, nem compaixão, vale justiça. Se houve a violação do painel do Senado, não temos que ter compaixão e nem sentimento de vingança. Devemos lutar para que seja feita a justiça.

V. Exª disse que não puniu os funcionários responsáveis em função das suas razões de Estado. Falou também que não se embraveceu com o Senador José Roberto Arruda porque poderia criar algum tipo de conseqüência também. Só que as suas razões de Estado, Senador Antonio Carlos Magalhães, parecem que diminuíram ou desapareceram quando se tratou de fazer comentários, ilações sobre o voto da Senadora Heloísa Helena. E aí concordo que a única prejudicada está sendo ela, porque é a palavra dela contra a palavra de V. Exª.

Um outro aspecto: V. Exª disse que não puniu a Drª Regina por motivos de compaixão e caridade, porque ela estava doente, havia feito várias cirurgias. Disse também que ela é uma funcionária muito competente e que não ia colocar na rua da amargura uma funcionária competente.

Quero dizer a V. Exª que acho bonito o gesto de preocupar-se com uma pessoa que está doente, num estado emocional, nas circunstâncias que foram descritas aqui por vários servidores, inclusive pelo marido da referida funcionária. Mas também quero dizer que não se pode separar a competência técnica da devida competência ética. Essa senhora pode ser altamente competente, mas a sua

técnica não é acompanhada da devida ética, tanto é que, no primeiro momento que aparece, seja a mando de V. Exª ou usando o nome de V. Exª, ela simplesmente sucumbe. Ela junta um monte de servidores; chama um ex-funcionário prestador de serviço, faz como se fosse – com perdão aos funcionários – uma quadrilha, entram no painel, violam o painel e, em nome da sua competência, ela não vai para a rua da amargura.

Um dos funcionários que depôs aqui – acho que foi o Sr. Heitor Ledur – disse que ele era acostumado a lidar com diretores. Há uma hierarquia no Prodasen e, de repente, ele, que estava lá no quadragésimo lugar – podemos dizer assim –, vê a diretora do Prodasen na sua frente, fazendo um desesperado apelo, porque era uma ordem superior para que ela resolvesse o problema de descobrir como se tirava a lista. Ele disse que a sensação que ele teve é de que, se ele não atendesse o seu pedido, ela se ajoelharia aos seus pés para que ele viabilizasse o pedido. Ora, se foi apenas uma consulta do Senador José Roberto Arruda – meu Deus! –, ou essa senhora é completamente desequilibrada, e nós estamos aqui com uma pessoa que teve a conivência dos seus superiores em permitir que o nosso voto, todo o sigilo do Prodasen ficasse nas suas mãos. Por que uma simples consulta virou um desespero como esse? Que outras coisas poderiam ter acontecido diante de uma pessoa que se comporta desse jeito? Parece que estou acusando apenas a Drª Regina, mas não estou. Porque ela tem como responsáveis aqueles que a nomearam, aqueles que também são seus chefes, que somos todos nós que estamos aqui.

O Senador Pedro Simon disse que, de certa forma, nunca nos preocupamos com o painel. Concordo com ele. Nós não delegamos a responsabilidade da segurança do nosso voto, da instituição Senado talvez naquilo que lhe é mais sagrado, que é o seu funcionamento institucional, do ponto de vista dos seus segredos, das suas votações, nós não delegamos aos técnicos do Prodasen – parece que renunciamos. Aí descubro que renunciamos para as mãos de pessoas que fizeram isso. Quem são os responsáveis? Acho que, em primeiro lugar, V. Exª. Em segundo lugar, estão os demais Senadores, que nunca se preocuparam com isso e agora passam a se preocupar.

Senador Antonio Carlos Magalhães, vou lhe fazer algumas perguntas com esse espírito e os sentimentos que lhe falei, que não é de ódio. Muitas vezes, até, brinquei com V. Exª dizendo: Senador, vamos diminuir a veia da malvadeza e incentivar a veia da ternura cada vez mais! Durante a Comissão da Pobreza, acreditei profundamente que a veia da ternura estava sendo vitoriosa. Agora, estamos diante desse fato novamente, em que percebo que, em todos os episódios, parece que minhas ingênuas crenças foram em vão.

Houve um telefonema, por parte do Senador José Roberto Arruda, antes de lhe levar a tal lista, dizendo: olha, estou aí com alguma coisa que é impressionante, vou entregar nas suas mãos. Ele lhe telefonou ou chegou de chofre em seu gabinete?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Chegou de plena surpresa. Não houve telefonema nenhum.

A SRª MARINA SILVA – Não houve telefonema nenhum.

V. Exª, quando assumiu a posição de dizer para a Drª Regina que ela era uma pessoa responsável e que se acalmasse porque talvez ela não fosse a única responsável por aquilo, V. Exª já estava com o claro propósito de que foi o Senador

Arruda que a havia induzido, juntamente com os técnicos, a fazer a alteração no painel do Senado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não. Tinha dúvidas, até porque o Senador Arruda já declarou que não pediu para ela fazer, que apenas consultou sobre a possibilidade, e que ela se adiantou por fazer.

A SRª MARINA SILVA – Se ela se adiantou, então, a atitude mais correta por parte de V. Exª não era fazer aquilo que o Senador Jefferson Péres falou, de ter uma atitude drástica em relação ao comportamento de uma servidora em quem o senhor depositou a sua confiança? E, de repente, o senhor vê o Senador Arruda entrar e dizer que uma simples consulta já gerou um produto, e, imediatamente, o senhor tentou acalmá-la, em vez de chamá-la imediatamente para que ela esclarecesse sobre o ocorrido?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Poderia ter chamado para esclarecer, mas a Drª Regina estava inclusive enferma e não podia sequer sair de casa nessa época.

A SRª MARINA SILVA – A Drª Regina estava enferma, não podia sair de casa, mas ela pôde sair de casa para ficar embaixo dos prédios, chamando servidores fora de hora, convocando esses servidores, fazendo reunião altas horas da madrugada dentro do Prodasen e violando o painel do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não. Ela não diz isso. Ela disse que ficou em casa e autorizou seu marido e outras pessoas a fazerem esse trabalho.

A SRª MARINA SILVA – Não, isso não está...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Foi o que ela afirmou.

A SRª MARINA SILVA – Não, isso ela não afirmou. Ela participou junto com eles da operação, inclusive abrindo caminhos, fazendo reuniões. Essa senhora não estava doente para praticar o ilícito, estava doente apenas na hora de receber o agradecimento, é o que me parece.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não houve agradecimento.

A SRª MARINA SILVA – Pelas palavras do Senador José Roberto Arruda.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não houve agradecimento.

A SRª MARINA SILVA – Quando Exª diz que suas razões foram razões de Estado, para não tomar a atitude da punição, V. Exª tem idéia da onde surgiu o primeiro desenrolar dessa meada, desse fio que levou a suspeitas de que o Prodasen tinha sido violado, de que o painel tinha sido violado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, só tive na ocasião em que recebi a lista. Tive essa dúvida, até por que o Senado Arruda não dizia que fora ele que tinha pedido e sim que a Drª Regina havia se adiantado a fazer com outras pessoas esse trabalho. E as outras pessoas afirmaram aqui que fizeram exclusivamente porque a Drª Regina havia pedido. Aliás, a expressão do marido dela.

A SRª MARINA SILVA – No caso, a lista pertencia, então, ao Senador José Roberto Arruda?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A rigor, a lista pertencia ao Senador José Roberto Arruda, tanto que foi entregue ao assessor dele, não a mim. Se fosse a lista para mim ela viria entregar a mim e não ao assessor de Dr. Roberto Arruda. No máximo entregava a um assessor meu.

A SRª MARINA SILVA – A lista pertencia ao Senador Roberto Arruda, mas o senhor ficou com ela e foi o senhor que a destruiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É verdade.

A SRª MARINA SILVA – Como ela pertencia ao Senador Roberto Arruda, e foi o senhor que a destruiu?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Porque ele passou às minhas mãos, eu não quis ficar com ela, achei por bem destruir imediatamente depois de lê-la.

A SRª MARINA SILVA – O senhor leu a lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Li a lista.

A SRª MARINA SILVA – Destruiu a lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É verdade.

A SRª MARINA SILVA – Não tomou nenhuma providência?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não tomei nenhuma providência punitiva porque achei que era pior para o Senado fazer um escândalo naquela ocasião e talvez, se tivesse chamado V. Exª para me aconselhar, talvez a palavra de V. Exª fosse parecida com essa. De não querer escandalizar para não prejudicar uma votação correta, que o próprio laudo da Unicamp posteriormente mostrou que era correta a votação.

A SRª MARINA SILVA – Contraditoriamente a tudo isso que V. Exª diz, na conversa dos procuradores, não apenas no relato do Procurador Luiz Francisco, mas também dos demais procuradores, quando depuseram na Comissão de Ética de maneira sigilosa, V. Exª fez referências à lista e ao voto da Senadora Heloisa Helena e que V. Exª teria sido admoestado pelo seu assessor de que deveria...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Assessor meu não me admoesta, eu é que disse que admoestei a Drª Regina. Há um equívoco.

A SRª MARINA SILVA – Não, na conversa com os procuradores o Dr. Mesquita, segundo a degravação, havia dito que V. Exª tinha que ter um pouco mais de cautela em estar falando aquelas coisas. É uma... A forma, entenda V. Exª como quiser na relação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Veja V. Exª a degravação, leia toda ela, inclusive essa questão está colocada na última página, quando isso foi assunto de conversa muito anterior. Logo, essa degravação, V. Exª deve ter todo cuidado com ela.

A SRª MARINA SILVA – Eu tenho cuidado, Senador Antonio Carlos, só estou querendo ver a coerência de tudo isso, aonde é que isso vai levar. Porque, de repente, de algum ponto, partiu essa história de lista. O tempo todo eu fiquei ouvindo que o Procurador Luiz Francisco foi leviano, que ele falou de coisas que não ouviu. Mas se ele não ouviu, parece um profeta que profetizou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É ele próprio...

A SRª MARINA SILVA – Sobre algo que de fato existiu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Perdoe.

A SRª MARINA SILVA – E tanto existiu que hoje estamos investigando. Tem um laudo da Unicamp, existiu uma lista e nós estamos debruçados sobre um fato que é real.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É ele próprio que se contradiz nas suas próprias afirmações, conforme eu pude passar agora ao Relator. Ele se contradiz várias vezes, inclusive mente.

A SRª MARINA SILVA – As palavras dele agora são irrelevantes, porque o fato é maior do que as suas palavras. Existe o laudo, a Unicamp detectou que houve fraude do painel e V. Exª assume que houve uma lista. Há um Senador que diz que fez isso a vosso pedido e é um conjunto de funcionários que estão dizendo que violaram em nome de uma ordem superior.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Essa ordem superior é da Drª Regina, não minha. Todos os funcionários disseram isso. Perdoe V. Exª. Não queira também trocar as coisas, embora V. Exª tenha todo o crédito, mas ainda responderei a V. Exª na ocasião que me for própria.

A SRª MARINA SILVA – Para concluir, Sr. Presidente, eu queria dizer o seguinte: é falado, sim, numa ordem superior, que é atribuído, ainda que de forma terceirizada, em primeiro lugar, ao Senador José Roberto Arruda, que foi o portador do recado. E ele diz que foi a pedido de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Acabei de demonstrar à sociedade que não fui eu. E a própria Drª Regina declara isso.

A SRª MARINA SILVA – A Drª Regina assumiu um comportamento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ela declara que nunca eu falei com ela o assunto.

A SRª MARINA SILVA – A Drª Regina assumiu um comportamento de uma pessoa completamente apavorada. Eu digo: V. Exª acha que essa funcionária, de modo próprio, iria fazer essa violação na votação mais importante que ia cassar, pela primeira vez, um Senador da República?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não.

A SRª MARINA SILVA – Eu acho que a sociedade brasileira precisa de explicações que sejam mais convincentes...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu acho também que precisa de explicação mais convincente. Agora, o Senador Arruda declarou que a consultou e que ela, então, adiantou-se e fez o serviço que V. Exª acaba de mencionar.

A SRª MARINA SILVA – Não me sinto convencida, Senador Antonio Carlos, e tenho certeza de que a sociedade brasileira também não está.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Quero dizer a V. Exª, em resposta, que sempre tivemos um tratamento adequado, respeitoso e que V. Exª, mais do ninguém, sabe que, quando sofreu uma acusação injusta de um Diretor do Ibama, redigi uma carta ao Presidente da República protestando contra o tratamento de um diretor a V. Exª, porque eu entendia que era Presidente do Senado e não de uma facção política, de todos os Senadores. Daí porque V. Exª vê que, até nesses assuntos, sempre agi corretamente. V. Exª trocava realmente algumas brincadeiras comigo e eu também com V. Exª, mas nunca V. Exª encontrou de mim um ato que pudesse suspeitar de incorreção. Conseqüentemente, não faça juízo apressado, veja todos os autos, examine-os, para, depois, vir falar com mais precisão e com a competência, que já lhe é própria, e com o respeito que todos nós lhe temos.

A SRª MARINA SILVA – Eu não estou aqui fazendo juízo precipitado em relação a V. Exª. Só estou dizendo que não estou convencida. Esse é um direito que eu tenho, e o povo brasileiro. Quando V. Exª tiver mais argumentos, talvez possa me convencer.

V. Exª me defendeu, claro, naquele momento. E eu só aceitei a defesa porque o Presidente do Ibama foi injusto e injusto seria quem ficasse do lado dele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª não me pediu.

A SRª MARINA SILVA – Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Fiz espontaneamente, porque era do meu dever, como Presidente do Senado, vendo uma Senadora injustiçada por um membro do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de antemão, podemos constatar uma contradição entre o que disse, aliás, ou melhor, algumas contradições entre o que disse o Senador Antonio Carlos Magalhães e o pronunciamento feito em plenário pelo Senador José Roberto Arruda. Parece-me que está marcado para amanhã o depoimento do Senador Arruda. Se o Senador Arruda mantiver a mesma versão que ele expôs no seu discurso, na segunda-feira - notam-se contradições flagrantes entre os dois depoimentos -, portanto, acho que é necessário uma acareação.

A minha pergunta ao Senador Antonio Carlos Magalhães é se ele se dispõe a, no Conselho de Ética, participar de uma acareação, com o Senador José Roberto Arruda...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Perfeitamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – ...e também com a Drª Regina?

O SR. ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES – Sim, senhor. Quando V. Exª quiser.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª disse, agora, quando respondeu à Senadora Marina Silva, V. Exª foi mais preciso a respeito da destruição da lista. V. Exª disse que leu e a destruiu imediatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Logo após, quer dizer, imediatamente, talvez meia hora...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, a pergunta é...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Talvez meia hora...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Essa destruição foi na frente do Senador José Roberto Arruda ou depois que ele havia se retirado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não. Eu destruí, joguei na cesta quando o Senador José Roberto Arruda já não mais estava lá. Ele apenas teve conhecimento de que eu destruí.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O Senador José Roberto Arruda fez algum comentário com V. Exª sobre se ele teria tirado cópia da lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, ao contrário. Ele disse que aquilo era a única cópia existente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Ele afirmou que não havia tirado cópia?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ele declarou que não havia. Como a Drª Regina também declarou que não havia e o Sr. Domingos Lamoglia também.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Devo concluir, então, que, se as palavras do Senador José Roberto Arruda, as palavras de V. Exª e as palavras da Drª Regina, das quais o Senador Pedro Simon ficou meio desconfiado, de que ela não leu a lista, se as palavras dos três forem verdadeiras, significa que só quem leu a lista são o Senador Antonio Carlos Magalhães...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, o Senador José Roberto Arruda disse que leu.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, calma. Se as palavras do Senador José Roberto Arruda, de V. Exª e da Drª Regina forem verdadeiras, isso significa que leram a lista apenas V. Exª e o Senador José Roberto Arruda?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É o que eu acredito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Caso ele não tenha tirado cópia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não posso afirmar se ele tirou cópia ou não. Ele me garantiu que não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estou dizendo se as três forem verdadeiras. V. Exª diz que as de V. Exª são verdadeiras. V. Exª não tirou cópia e não mostrou para mais ninguém. Se o Senador José Roberto Arruda não tirou cópia, isso significa que apenas V. Exª e o Senador José Roberto Arruda leram a lista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Se a Drª Regina estiver falando a verdade, não leu também. E o Domingos Lamoglia também. Essas quatro pessoas.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quando o Senador José Roberto Arruda lhe entregou a lista, os senhores leram a lista. No depoimento de V. Exª, V. Exª diz textualmente: "Era uma lista não oficial e que até poderia não ser verdadeira".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Tendo em vista que alguns nomes pareciam aberração.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – E também porque não tinha identificação, não tinha timbre.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não tinha identificação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O Senador José Roberto Arruda disse que aquela lista era resultado da violação do painel da qual teria sido operadora técnica a Drª Regina e pediu para que V. Exª ligasse para a Drª Regina. Segundo a interpretação de V. Exª, ele lhe pediu isso para tranqüilizá-la? Parece que foi esse o termo que V. Exª usou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ou então podia ser também um álibi para mostrar que eu estava no assunto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sim, mas, quando V. Exª ligou, V. Exª fez apenas esse comentário que V. Exª procurou nos relatar, que é "fique tranqüila, V. Exª é uma boa funcionária"...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Uma boa funcionária, uma falha não vai prejudicar o seu trabalho.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª não perguntou antes: "Drª Regina, a senhora violou o painel a pedido do Senador José Roberto Arruda"? V. Exª fez essa pergunta a ela antes de fazer esse comentário?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não fiz. Tinha uma dedução de que, se o Senador José Roberto Arruda levara, fora com o consentimento dela, como foi que ela entregou para ele. Logo, ambos é que deviam saber como aquilo foi feito. O Senador José Roberto Arruda disse, categoricamente, que não pediu, que consultou e que ela fez, depois comunicando para ele. Ela teria dito que ia responder ao Senador José Roberto Arruda se era possível fazer ou não. E ela própria disse que não se lembra que telefonou para Senador José Roberto

Arruda para dizer que fez ou não fez. Chamou apenas para entregar a lista o Dr. Domingos Lamoglia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª diz que, posteriormente, admoestou a Drª Regina. Não usou as palavras que...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não usei palavras graves, mas...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas V. Exª perguntou por que ela havia feito isso? Por que ela havia participado? Por que ela havia, enfim, violado o painel? V. Exª quis saber de detalhes, se o Arruda pediu, se sugeriu?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não. Eu fiquei na suposição de que era um pedido do Arruda, mas ele próprio já traduziu que não era um pedido, era uma consulta. Consequentemente, não me cabia estar perguntando, como eu já tinha essa informação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V. Exª, então, não entrou em detalhes com a Drª Regina a respeito dos episódios, da forma que antecedeu...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não. De como foi feito nem das pessoas que participaram. Eu só vim saber disso depois que o...

E a Drª Regina também só falou isso, depois que o Sr. Heitor Ledur declarou. Ela então veio e confirmou.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª alegou razões...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - De Estado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Razões de Estado para destruir a lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não. Para destruir a lista, não, para não tomar providências.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Para não tomar providências e destruir a lista.

V. Exª, ao responder ao Senador Saturnino, se não me engano...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Hoje é muito fácil ver isso. Agora, se estivesse naquela situação, em um dia de eleição que cassou o Senador e as repercussões.

Tenho certeza, Senador José Eduardo Dutra, que se eu o chamasse e dissesse que houve isso, V. Exª ia me dizer "não adianta escandalizar. Vamos poupar o Senado".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Eu estou exatamente tentando me colocar no lugar de V. Exª. Não tenho nenhuma pretensão de ser flor do pântano, mas nessa situação de razões de Estado, V. Exª, ao responder ao Senador Roberto Saturnino a respeito da minha declaração a este Conselho de Ética, V. Exª confirmou apenas acrescentando uma palavra antes, que é "parece".

O SR. ROBERTO SATURNINO - "Andam dizendo".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - "Andam dizendo"...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não, "andam falando". Foi isso, sim.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - "Andam falando".

O SR. ROBERTO SATURNINO - "Andam falando".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Você se sentou, conversou bastante comigo, na mesa, na cadeira de Secretário...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Exatamente, eu me lembro perfeitamente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Tratamos de vários assuntos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Foi na sessão do...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Discutimos muito. Agora, assuntos que confesso a V. Exª que por mais que V. Exª queira que eu trate aqui, eu não vou tratar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Senador Antonio Carlos Magalhães, aqui não se trata da tentativa de intriga entre mim e V. Exª. Estamos tentando chegar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Até porque eu sempre tive com V. Exª um tratamento especial, digno e decente. E não seria eu que iria intrigar V. Exª ...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Exatamente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - E acho que V. Exª não quer fazer o mesmo comigo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Exatamente. Não quero fazer intriga até porque eu estou muito à vontade para inquirir V. Exª, porque fui até patrulhado quando fiz um registro a respeito da gestão de V. Exª na Presidência do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Está aqui e será a minha última palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas muito bem. O fato é que V. Exª, acompanhado da expressão "parece" ou da expressão "andam dizendo", fez um comentário a mim a respeito do voto de um Senador; a respeito de um voto naquela sessão.

No dia seguinte ao que eu prestei a declaração no Conselho de Ética, o **Correio Braziliense** fez uma matéria que diz o seguinte:

> "Outros Senadores, que imploraram ao **Correio** para não ser identificados, foram ainda mais incisivos. Um deles, do PSDB de um Estado da Região Sudeste, contou:
>
> Uma vez, no final do ano passado, eu estava ao lado de Antonio Carlos, conversando ao 'pé-do-ouvido' dele e ele estava presidindo a sessão. Havia um orador na tribuna - e não adianta que eu não vou dizer quem era. ACM olhou com ar de desprezo para o orador e disse 'esse aí votou com Luiz Estevão'. Disse com tanta segurança que fiquei espantado.
>
> Outro Senador, esse do PMDB do Sul do País, revelou ao **Correio** que, pouco antes de Antonio Carlos deixar a Presidência do Senado, disse em uma roda de políticos que eles 'ficariam surpresos se soubessem quem foi o cidadão ilustre que votou a favor de Luiz Estevão'. Não revelou quem foi.

Por sua vez, um Senador do PFL do Nordeste, Partido de Antonio Carlos, admitiu que ele, ainda na Presidência do Senado, foi abordado por um colega ao sair do plenário. Mal o interlocutor virou as costas, ACM comentou com um amigo: "Não vou com a cara desse sujeito. Foi um voto do Luiz Estevão".

Então, veja bem...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não são expressões minhas, sempre tratei os meu colegas indo com a cara de todos, até mesmo com a dos que não vão com a minha.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Veja bem, Senador, declarei no Conselho de Ética duas afirmações que foram confirmadas tanto pelo Senador Arruda quanto por V. Exª, V. Exª com nuances. Fiz sabendo até mesmo do risco que estava correndo de acontecer o que aconteceu. Por exemplo, um Ministro tucano diz, sem se revelar: "o Dutra vai ter que ir para o Conselho de Ética porque prevaricou". Setores da imprensa dizem: "Não, por que o Dutra não disse antes isso?"

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Prevaricou como?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Porque, segundo o Ministro, eu teria participado ou sabido da violação e não revelei.

Setores ou articulistas dizem: "O Dutra não respondeu ou não disse antes".

A minha pergunta é muito objetiva a V. Exª: durante esse período todo, de julho para cá, V. Exª só fez comentário a respeito de voto de Senador naquela ocasião, seja acompanhado de atenuante, seja diretamente, mas V. Exª só fez comentário a respeito de votação para mim naquele dia da sessão do Congresso e quase um ano depois perante os procuradores, ou V. Exª fez com algum Senador, com algum jornalista, com algum assessor, ou com alguém algum comentário?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não fiz com jornalista nem com parlamentar nenhum. Com V. Exª fiz uma indagação, V. Exª me trouxe o resultado da indagação, e com os procuradores V. Exª pode procurar ver o tipo de conversa na degravação e verá que ela é toda quase falsa e forjada. Posso lhe afirmar isso. E pegue aqui agora ou o relator pegue a degravação, que fica tudo sem se entender coisa alguma. Até mesmo o episódio da Senadora Heloísa Helena, que está na última página, página 60, se me não engano, quando na realidade foi um assunto tratado de forma diferente, até pelo Procurador antes. Mas tudo aquilo que era tratado por eles, evidentemente, deixaram de traduzir na fita e a fita ficou completamente desacreditada, porque não tem nexo.

Pegue a fita da degravação, não tem nexo. Duvido! Trouxeram o Molina; Molina não trouxe nada de novo, no fim trouxe uma... Lemos a lista que quase ninguém entendeu, só o Ney Suassuna que disse que usou um aparelho próprio (risos), mas o Senador Jefferson Péres não ouviu coisa nenhuma, disse na frente de todos, na televisão: "Isso não convence". Tudo isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então, concretamente, V. Exª afirma que o que esses jornalistas estão dizendo, se escondendo no anonimato, é mentira?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Claro, é "ouvi dizer", "quer dizer", "isso assim". Ora , evidentemente V. Exª sabe como esses jornalistas fazem. Diziam até mesmo, dois jornalistas, acho que da **Folha**, que me entregaram a lista, que a lista foi entregue a mim. Saiu isso no jornal. Quantas inverdades têm saído?! V. Exª mesmo se queixa de que foi colocado em dúvida, quando V. Exª é uma pessoa que não pode ser colocada em dúvida pelo seu critério, pelo seu caráter.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Então V. Exª não comentou...?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero precisar isso, porque só posso falar por mim, eu não estou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sim, mas estou lhe dizendo, já disse que não. V. Exª insiste. Eu digo não!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª não comentou com nenhum outro senador comentários do tipo que fez comigo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A não ser depois, lá naquela famosa reunião com os procuradores, que foi gravada, em que V. Exª volta a citar o nome da Senadora Heloísa Helena?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não! Aí foi citada de forma diferente a Senadora Heloísa Helena. Eu esclareci bem aqui isso aqui. E V. Exª bem sabe, porque, na ocasião, V. Exª foi quem me trouxe um depoimento esclarecedor sobre isso. Pense bem. Eu autorizei V. Exª a dizer o que tinha dito ao senhor: Estão dizendo isso. Eu autorizei que V. Exª dissesse isso à Senadora Heloísa Helena. É ou não é verdade?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É verdade. Mas aí é que quero chegar: se V. Exª foi convencido por mim... Se V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Veja bem! V. Exª fale com a Senadora Heloísa Helena, que estão...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, é verdade. Se V. Exª foi convencido por mim - segundo palavras de V. Exª - de que não procede aquele voto da Senadora Heloísa Helena. Por que V. Exª, numa reunião com os procuradores, mesmo com atenuante: "andam dizendo", V. Exª citou o nome da Senadora Heloísa Helena como suspeita de ter votado a favor de Luiz Estevão?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu disse de modo diferente na conversa, e isso V. Exª pode ver na própria degravação, onde cortam as palavras que eu disse, terminando o pensamento sobre a Senadora Heloísa Helena e acrescentam, cinicamente, o nome do Senador Renan Calheiros, que nem sequer utilizei lá uma vez só.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Além da Senadora Heloísa Helena, é lógico que por motivos óbvios, por interesse até de alguns setores de colocar, de dizer que, nesta crise, todo o mundo vai perder e perepepê...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mais ainda, meteram até o nome do Governador Siqueira Campos, que me passou um despautério e, depois, se arrependeu, quando viu que não era verdade, que não tinha nada de Siqueira Campos e nada de Tocantins no caso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas, como eu ia dizendo, além da Senadora Heloísa Helena que, por motivos óbvios, alguns setores querem, quer dizer, dão destaque a ela, porque o objetivo é óbvio, é dizer que todo o mundo perde com a crise, inclusive o PT, porque vai expulsar e coisas do gênero.

Agora, a imprensa tem publicado, e não vou aqui levantar os nomes, mas a imprensa tem publicado os nomes de outros Senadores como tendo votado em Luiz Estevão. Aliás, a primeira coluna que citou Heloísa Helena, que foi a do Ricardo Boechat ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Citaram o Presidente Sarney!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sim, aí que vou chegar lá. A primeira coluna que citou a Heloísa, que foi a do Ricardo Boechat, em agosto do ano passado, se não me engano na sexta-feira, cita o nome de mais três ou quatro Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não! Fizeram uma lista, o senhor viu na Internet?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não! Isso foi antes da Internet.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Aliás, nessa lista, coincidentemente, todos os petistas votaram firme para o consolo de V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª não está fazendo a mim a mesma insinuação que o Senador Ney Suassuna fez, não, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Hein?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª, esse comentário, não é a mesma insinuação que o Senador Ney Suassuna fez, não, não é? De que a lista foi feita pelo PT, não, não é?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Ah, bom. Só para esclarecer!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Até porque V. Exª não precisa.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas a minha pergunta é a seguinte: coincidentemente, a mesma coluna que publicou primeiro o nome de Heloísa, na sexta-feira, publicou o nome de mais três Senadores.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O Boechat é?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É. O Boechat.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O senhor sabe... V. Exª sabe que não tenho relações pessoais com ele. É meu inimigo! O que lamento, hein!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Deixa só concluir. Nos leva a concluir ou a deduzir que a fonte daquela de agosto é a mesma da de agora. V. Exª tem alguma idéia, alguma suspeita, de qual seria essa fonte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não tenho nem a de agosto nem a de agora. E não tenho, sequer, a oportunidade de ligar para o Boechat para saber alguma coisa, porque nós não temos relações pessoais, desde o meu filho.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, vou concluir. Apenas farei um comentário rápido. Como eu disse, eu só posso falar por mim. Eu, sinceramente, não acredito que o **Correio Braziliense** tenha inventado isso. Acredito que esses Senadores que deram essa declaração, segundo o **Correio**, implorando para não ser identificados, eles disseram isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Aí V. Exª está sendo incoerente, porque, se V. Exª não acredita numa Heloísa Helena, e tem razão para isso, também não pode acreditar nessa lista.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, não. Espera aí, Senador. Espera aí. Não me estou referindo ao voto em si. Eu não acredito que os Senadores não tenham dito isto. Eu não estou duvidando de V. Exª e nem da declaração do voto, porque aqui há declarações de circunstâncias, eles descrevem circunstância. Todos nós sabemos como funciona as declarações em **off**. Eu acho que o correio não inventou isso. Agora, só posso falar por mim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Tudo que os jornais dizem V. Exª sempre acredita! Aí eu gostaria de saber!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, não é tudo. Porque o problema, Senador Antonio Carlos Magalhães, é que... E aí muitas vezes a Imprensa me cobra que eu não falei por cooperativismo. Foi-me cobrado isso em um debate da terça-feira. Mas depois que estourou eu conversei com alguns jornalistas – e não são

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 65
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 26.04.2001

focas – que têm um certo prestígio que me disseram terem ouvido comentários nessa mesma linha de V. Exª. Agora caberia a toda...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pode V. Exª apontar os jornalistas?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não vou fazê-lo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ah! Aí V. Exª ...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não estou me dirigindo a V. Exa.; a discussão não é com V. Exª. Eu estou dizendo aqui que tem um monte de gente que fala que ouviu coisas de V. Exª, mas como foi só o José Eduardo Dutra que descreveu uma conversa... Então eu estou prevaricando, eu participei da violação, do conluio ou coisa do gênero.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas ninguém recrimina V. Exª...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas nós estamos vendo isto inclusive por parte de setores do Governo. O motivo é óbvio. Tem CPI da corrupção e querem que eu seja metido no mesmo balaio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª viu que eu nem sequer falei na quebra do sigilo que V. Exªs todos fizeram na votação...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Aí eu discordo totalmente, porque o voto é meu e eu mostro para quem eu quiser.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, se a votação é secreta, ela tem que ser secreta para todos. Aí não, V. Exª ainda hoje...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador, esse é um outro debate que eu não vou fazer mais. É uma situação absolutamente diferente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sim, eu não vou fazer esse debate porque eu não quero que pensem que eu quero diversionar. Eu não quero tirar do assunto: painel. Mas isso evidentemente quando V. Exa. faz uma amostra do voto, qualquer que seja ele, seja V. Exª, o Senador Paulo Souto, Paulo Hartuntg, o Sérgio Machado ou o Eduardo Suplicy, está quebrando o sigilo do voto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Antonio Carlos eu não vou ter esse debate com V. Exª porque entendo que são assuntos absolutamente diferentes.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu até porque sou voto aberto acabei de desistir de relatar esse processo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O voto secreto é muito mais que um direito. Eu tenho o direito de dizer como eu votei para quem eu quiser. Eu não tenho o direito é de querer saber o voto do outro.

Mas, para concluir, Sr. Presidente, como eu já disse, eu só posso falar por mim.

Gostaria sinceramente que esses outros Senadores que ouviram conversas semelhantes, se ouviram, que fizessem o mesmo, porque sinceramente Senador Antonio Carlos Magalhães

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª já fez esse apelo e eu estou procurando...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sinceramente, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª disse – para concluir agora definitivamente. Após o pronunciamento da Senadora Heloísa Helena, V. Exª foi à tribuna e disse que a própria Heloísa Helena ainda ia lhe pedir desculpas. Sinceramente eu acho que a evolução dos episódios mostram que se alguém deveria pedir desculpas a alguém

em função deste episódio seria V. Exª em relação a Senadora Heloísa Helena, porque independente...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não. O que eu deveria fazer fiz aqui hoje e evidentemente, não é me desculpando, é trazendo um fato verdadeiro de que ela tratou comigo do assunto da eleição de cassação de Luiz Estevão em uma demonstração de interesse que queria cassar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, eu mantenho a minha opinião em relação a isso e não tenho mais perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Senador Antonio Carlos, não há dúvida nenhuma de que se trata de uma questão realmente muito importante. Acho que V. Exª, Senador Antonio Carlos, com toda a sua história, com toda a sua biografia, talvez tenha cometido um dos equívocos mais sérios da sua vida. A acreditar na palavra de V. Exª, se eu aceitar os termos das explicações que V. Exª vem dando: não sabia de nada, não tinha conhecimento de nada, e, de repente, não mais do que de repente, chega o Sr. Arruda e coloca a folha na sua frente. Era uma ou eram duas páginas?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Uma.

O SR. PEDRO SIMON – Uma folha. Coloca a folha na sua frente, e o V. Exª vê ali, de repente, algo que não tinha acontecido na história deste Senado: a lista com o resultado da votação. V. Exª diz, em primeiro lugar, que o Senador tinha sido cassado e, se aquele resultado da lista viesse a público, romperiam com o Senado, seria uma desgraça para o Senado. Eu pergunto a V. Exª: e, se a lista, que V. Exª olhou e que confirmava a cassação do Sr. Luiz Estevão, dissesse que ele tinha sido absolvido, que faria V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ele já teria sido absolvido. Toda...

O SR. PEDRO SIMON – Não, não, não. Ele foi condenado. Quer dizer, nós o condenamos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Exatamente.

O SR. PEDRO SIMON – A lista que V. Exª recebeu confirmava a condenação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Confirmava a condenação.

O SR. PEDRO SIMON – Mas, se ao invés de confirmar a condenação, a lista o absolvesse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu teria de proceder do mesmo modo, porque evidentemente o Plenário já era senhor de que o tinha absolvido. Por que, então, eu ia mudar? Eu ia ter dois critérios?

O SR. PEDRO SIMON – Mas, Senador Antonio Carlos, V. Exª não está se dando conta. Eu até peço para que V. Exª tenha tempo para recorrer, para pensar, meditar e alterar isso que disse. Para que V. Exª tenha...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Se ele fosse absolvido, a minha situação seria a mesma.

O SR. PEDRO SIMON – Não pode. Ele foi condenado, nós o condenamos. V. Exª olhou a lista e viu que ele foi condenado. Agora, se viesse à tona a lista, a condenação que foi feita estouraria e poderia ser anulada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – E V. Exª, então, acha que eu a anularia só para fazer uma decisão diferente da do Senado, para cassar o Luiz Estevão?

O SR. PEDRO SIMON – Se ele tivesse sido absolvido; se, na lista que V. Exª tem, constasse absolvição, ele foi absolvido...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Seria a mesma coisa.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª faria a mesma coisa?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu ficaria furiosíssimo de ele ter sido absolvido,...

O SR. PEDRO SIMON – Mas ficava quieto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – ...mas ele ficava Senador da República até hoje, ao lado de V. Exª.

O SR. PEDRO SIMON – Não, V. Exª não está entendendo. Espere aí um pouquinho. Há uma má explicação minha, e a culpa só pode ser minha. O Plenário cassou o mandato dele; o Senador Arruda veio e mostrou a lista...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, peço a atenção dos Srs. Senadores e da assistência.

O SR. – (Intervenção fora do microfone)... o painel e a lista. É isso?

O SR. PEDRO SIMON – O painel...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ele foi absolvido no painel.

O SR. PEDRO SIMON – O Senador Arruda entregou para o Dr. Antonio Carlos a lista do painel. A lista do painel confirmava a cassação. Então, olhou a lista, e a lista está igual ao resultado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pronto. E daí?

O SR. PEDRO SIMON – Mas a pergunta que faço: se a lista do painel que o Senador Arruda levou dissesse que ele tinha sido absolvido?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas como pode acontecer isso, Excelência?

O SR. ROBERTO SATURNINO – O painel tinha cassado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O painel tinha cassado.

O SR. WALDECK ORNÉLAS - O resultado tinha sido proclamado.

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível. Intervenção fora do microfone)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª está confuso, Senador. Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, Srs. Senadores...

O SR. PEDRO SIMON – E se a lista fosse adulterada? E se a lista tivesse sido adulterada?

A SRª MARINA SILVA – Senador Pedro Simon, permita-me um aparte.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas adulterada como, se o painel deu aquele resultado? O painel deu o resultado, acabou.

O SR. PEDRO SIMON – Até hoje temos dúvida se pode ou não pode ser adulterada.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não há dúvida.

O SR. PEDRO SIMON – Não sei.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A Unicamp tirou qualquer dúvida disso. Aí V. Exª me perdoe. V. Exª, que é um homem inteligente, brilhantíssimo, está muito infeliz na colocação.

O SR. PEDRO SIMON – Quero dizer a V. Exª o seguinte: o equívoco de V. Exª foi na hora em que recebeu a lista do Sr. Arruda, e que se o senhor recebeu a lista do Sr. Arruda, e o Sr. Arruda não fez, não tomou conhecimento, não lhe falou coisa nenhuma. Entregou uma lista. Está sentado? Estou sentado. Olha, a reação de V. Exª, perdoe-me, conheço V. Exª, nós conhecemos V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª não me conhece não. V. Exª é tão injusto comigo que não me conhece.

O SR. PEDRO SIMON – A reação natural de V. Exª: Está doido, Arruda? O que é isso aqui? É a lista que mandei ... Mas como mandou tirar essa lista, Arruda? Fui lá na Dona Regina e mandei tirar a lista. Está aqui o resultado. Mas como você faz uma coisa dessa, rapaz? Mas como você faz uma coisa dessa? Quem é você para fazer uma coisa dessa. Chama a Dona Regina. Chama os Líderes de Bancada. Essa é uma decisão muito grave, inédita. Fraudar a votação secreta. Negócio de cassar o Senador, não cassar o Senador, cassar mais um, mais outro não tem a importância, meu querido Presidente, nós sabermos que a lista, que o nosso painel, o Senado o que tem de mais grave, de mais importante, nós representamos o povo, votamos em nome do povo, e na hora da votação secreta não vale mais nada, foi fraudado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não adianta V. Exª gesticular e bater na mesa, a televisão está fazendo isso e V. Exª está fazendo por conta dessa coisa aí... Fique mais calmo.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª tem razão, vou ficar mais calmo. V. Exª está com o Toninho tranqüilidade hoje. Parabéns. Já vi que V. Exª está no dia exato. Mas volto a dizer com a maior tranqüilidade e com a maior calma. O Sr. Antonio Carlos...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já vi que V. Exª não está tranqüilo, já está levantando.

O SR. PEDRO SIMON – Está sentado aqui e vem o Sr. Arruda, entrega para o Sr. Antonio Carlos. Ainda se fosse da Bancada da Bahia, se fosse um homem da tradição, um companheiro, mas o Sr. Arruda.. quem é o Sr. Arruda para entregar uma lista de membro de uma votação que ele mandou falsificar em nome do senhor?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Aí V. Exª já está julgando o Senador Arruda de um modo muito forte... Ele não mandou falsificar lista.

O SR. PEDRO SIMON – Falsificar que eu digo é tirar...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Falsificar, V. Exª deve retificar...

O SR. PEDRO SIMON – Falsificar a maneira de tirar a lista do painel...

A SRª MARINA SILVA – Senador Pedro Simon, permita-me um aparte? Houve uma falsificação, sim, porque era "x" e foi colocado "s" ou "n" no lugar do "x".

O SR. PEDRO SIMON – Dr. Antonio Carlos Magalhães está colocando na posição mais cruel, mais deprimente o Sr. Arruda. Porque o Sr. Arruda fez, de usar o nome do Sr. Antonio Carlos, e nós verificamos aqui pela palavra da Dona Regina e todos os membros... eles só fizeram por causa do Antonio Carlos. Ou não é verdade?

O SR. ROBERTO SATURNINO – É verdade.

O SR. PEDRO SIMON – A Regina, o marido da Regina, aquele que foi sargento, o Ledur, que está acostumado... **(inaudível)**

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – E V. Exª viu a D. Regina dizer que recebeu ordem minha?

O SR. PEDRO SIMON – Vi a Dona Regina dizer que era no seu nome que ela fez. Era determinação sua. Aí nós perguntamos para ela, mas era uma intimação? Ela respondeu: eu não tinha uma faca no pescoço, tinha determinação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ela disse isso, perdoe. Ela disse isso com o Senador Arruda, não foi comigo. Não seja tão injusto. Guarde as suas injustiças para o plenário para o Rio Grande do Sul. Aqui não vão colher não.

O SR. PEDRO SIMON – Olha, eu quero guardar as minhas injustiças para que não aconteça isso de violar o painel...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu também acho e nisso aí V. Exª contará comigo...

O SR. PEDRO SIMON – A violência do painel do Senado, foi o crime mais grave que se cometeu neste Congresso Nacional... **(inaudível)** ladrão tem aqui, tem na Bahia, tem no Rio Grande do Sul...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª está fazendo apologia do roubo? Opa! Ave Maria! V. Exª um homem sério, um franciscano, fazendo apologia do roubo?

O SR. PEDRO SIMON – Roubo tem em todo lugar. Combate ao roubo tem em todo lugar. É verdade que o Brasil é lugar que ladrão não vai para a cadeia, só ladrão de galinha. Agora, fraudar o painel, numa votação secreta do Senado Federal, pegar essa lista é inédito. Não há câmara de vereadores, nem assembléia legislativa, nem parlamento do mundo inteiro onde isso tenha acontecido. Isso aconteceu a primeira vez e, se é a primeira vez, já estamos na pergunta: e no caso da Regina, do Banco Central, aconteceu ou não aconteceu? E, no caso da Tereza Grossi, aconteceu ou não aconteceu?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – E se V. Exª diz que é a primeira vez e já está admitindo que houve outras vezes, então, V. Exª já está até diminuindo a gravidade do crime.

O SR. PEDRO SIMON – É a primeira vez em que apareceu, e, se é a primeira vez que apareceu, tínhamos de tomar uma posição imediatamente para ver o que aconteceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sou favorável a que V. Exª procure saber pelo Corregedor se isso já aconteceu outras vezes.

O SR. PEDRO SIMON – Bom, isso tem que ser feito. Eu digo para V. Exª, com toda a sinceridade, com todo o respeito: ou o Sr. Arruda é de uma irresponsabilidade total - o problema dele não é nem de ser condenado; o problema dele é de tirar os direitos mentais dele para fazer o que fez, ou ele não pode ter dito as coisas como ele disse. Com toda a sinceridade, acho que ele agiu em função de um entendimento. Mesmo que não tivesse agido em função desse entendimento, no momento em que V. Exª leu a lista e não fez nada, pegou o telefone para a D. Regina e disse: "Fique tranqüila, D. Regina." Mas, que Diabo! Fique tranqüila por quê?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não é assim o telefonema. Veja os termos.

O SR. PEDRO SIMON – Pelo menos ela, pelo que ela fez...

O ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª tem o direito de modificar tudo que queira, menos as minhas palavras.

O SR. PEDRO SIMON – Qual foi a palavra?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu disse que ela sabia que podia, ela tinha méritos no Senado e que não precisava fica como estava, porque a falha dela seria entendida de certo modo pela Mesa.

O SR. PEDRO SIMON – Eu vejo o caso dessa maneira: o Presidente... Houve uma fraude no painel; a D. Regina recebeu uma determinação...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – De quem?

O SR. PEDRO SIMON – Do Sr. Arruda. O Senador Arruda dizendo que falava em nome do Presidente do Senado, para fazer essa questão. A argumentação do Senador Arruda de que fez um pedido... Cá entre nós, vimos os depoimentos de todos os funcionários. Os funcionários tremiam. O Ledur disse que não fez nem outras perguntas para a D. Regina, porque ela estava pálida, estava doente, estava transfigurada. O marido disse que não...

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Ex.ª acha mais do que o marido da D. Regina. Ele só viu um pedido, V. Exª viu uma determinação.

O SR. PEDRO SIMON – Mas um pedido deixou a mulher dele daquele jeito?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas quem diz é o marido dela.

O SR. PEDRO SIMON – Vai ver é um código...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Se V. Ex.ª não fosse monogâmico, aí eu teria até dúvida.

O SR. PEDRO SIMON – Eu, para mim... Olha, meu Senador, faça isso. E ele faz ou não faz. Agora, o Sr. Antonio Carlos... Pedir é uma ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, estão pedindo para V. Exª, por gentileza, falar perto do microfone para permitir melhor gravação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não pedi. V. Exª não frise, porque eu não pedi.

O SR. PEDRO SIMON – Ponto número um. O Sr. Arruda diz que, em nome do Presidente do Senado, ele vai lá e pede. Ela vem e diz que ficou apavorada, ficou assustada, foi ao marido, conversou com o marido, o marido ficou mais apavorado. Às 11 horas da noite, foram à casa do Ledur, mandaram o Ledur descer do quarto andar e ficaram em frente da casa conversando. O Ledur gelou - foi sargento do Exército, agora é funcionário. Acostumado a cumprir ordens, disse que gelou quando soube que a diretora estava indo falar com ele. "O que ela quer comigo?" E quando a diretora falou que eram ordens do Presidente Antonio Carlos, aí, ele quase morreu. Tem que fazer, tem que fazer. Aí, foram descobrir mais um outro, que era o Gazolla, e o Gazolla...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Agora, ela poderia dizer que era uma ordem minha? Se ela não recebeu ordem minha, se ela não checou comigo, se ela não checou com ninguém do meu gabinete, se ela não checou com o 1º Secretário, se ela não checou com o Conselho de Ética, poderia dizer que era ordem minha? Tenha paciência. Por mais má vontade que V. Ex.ª tenha, V. Exª não está colocando.

O SR. PEDRO SIMON – Não tenho nenhuma dúvida, Senador. Vou ser muito sincero com V. Exª. Coloco-me no lugar de V. Exª, coloco-me na Presidência do Senado, naquele momento, naquela hora, e vem um Arruda da vida me entregar uma lista daquela. Eu chamava os Líderes de bancada, eu chamava os Senadores e abria a questão e dizia: olha, está acontecendo isso neste momento. Srs. Líderes,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 71
26.04.2001

a Mesa, os senhores têm que ter conhecimento que neste momento aconteceu isso aqui...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - As conseqüências seriam muito piores.

O SR. PEDRO SIMON – Está aqui a lista, entrego a lista; pegava a lista, lacrava de novo, fechava, mas me entregaram uma lista com o resultado da votação, o que vamos fazer? Isso é o que eu faria. Porque estamos aqui, em tese, numa coisa que é a mais importante porque a cassação de um Senador ontem, de outro Senador amanhã, não significa nada, até porque nós anularíamos a votação; ele poderia ser votado daí a 3 dias.

Agora, esse fato...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Acho que V. Exª está com um pouco de remorso de, naquela cassação, não ter feito nenhum discurso para colocar a sua posição a favor da cassação. (Risos.)

O SR. PEDRO SIMON – Modéstia à parte, tenho aqui o **Correio Braziliense,** na capa do dia, está aqui. Na capa do dia, mostrando o meu depoimento e o voto aberto que fiz, dizendo por que votaria pela cassação. Está aqui o **Correio Braziliense** do dia!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª foi instado por todos nós para fazer o discurso e não fez.

O SR. PEDRO SIMON – Porque não faço aquilo que todo mundo faz. Eu não fiz o discurso...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª é o homem que mais vai à tribuna. Não foi, nesse caso do Luiz Estevão; V. Exª foi tão discreto que só no dia V. Exª resolveu...

O SR. PEDRO SIMON – Na hora exata, eu estava lá votando. Na hora exata, eu estava lá votando.

Agora, se V. Exª não tinha nada que ver, não tinha nada que ver, era muito simples, era muito simples: Chama a Mesa, chama os Líderes, fecha a porta: Meus amigos, tenho uma coisa muito séria, aconteceu um fato inédito na história do Senado e temos que decidir, não posso decidir separadamente. O que aconteceu? Aqui dentro deste envelope está uma lista com o resultado da votação que fizemos da cassação. Como se obteve isso? Se obteve isso através da D. Regina. Vamos decidir. V. Exª disse que o Líder do PT decidia desse jeito, que o outro decidia daquele jeito... uma decisão coletiva? Eu respeito uma decisão coletiva. Digo com toda sinceridade: eu faria isso como Presidente do Senado, eu faria isso como Presidente do Senado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Eu não fiz e acho que fiz bem para a instituição que estaria hoje maculada...

O SR. PEDRO SIMON – Mas está maculada hoje, Senador!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES -... estaria hoje maculada, com uma votação tornada sem efeito...

O SR. PEDRO SIMON – Está maculada hoje, com o Congresso que não pode votar no painel secreto porque não se tem confiança no painel! Maculados estamos hoje; hoje estamos maculados!

Outra questão é a questão dos procuradores. Eu falei longamente com os procuradores - e tenho o maior respeito pelo Procurador Luiz Francisco de Souza, e assisti ao longo depoimento deles. Foram eles que convidaram V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ele, não, o Dr. Guilherme Schelb.

O SR. PEDRO SIMON – Eles que eu digo, é um deles, esse aí, o Schelb. Foi o Schelb quem convidou e ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O Luiz Francisco não estaria na reunião.

O SR. PEDRO SIMON - ... e foi para debater, discutir as questões...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O Luiz Francisco foi como repórter da **IstoÉ**.

O SR. PEDRO SIMON - (Risos) Mas, nessa reunião, foi ali que começou tudo, esse caso só começou, Senador Antonio Carlos, pelo que V. Exª falou com os procuradores. Quer dizer, V. Exª, infelizmente, nem sempre guarda, com o devido cuidado, as coisas que deveria guardar. E V. Exª ali falou na...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Realmente, V. Exª é um homem muito discreto.

O SR. PEDRO SIMON - Nessa questão, dali veio a busca da Universidade de Campinas. A Universidade de Campinas confirmou a gravação e confirmou que houve fraude no painel. Então, as coisas se fecharam. Então, só temos uma dúvida hoje.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, a Universidade de Campinas não foi chamada para a degravação. V. Exª está novamente errando. Foi o Molina, quando estava até expulso da Universidade de Campinas, que veio e que não conseguiu fazer. Depois, voltou para ele, para ele acrescentar duas palavras, que, aliás, não cabem no texto.

O SR. PEDRO SIMON – O Molina fez o resultado da gravação. A Universidade de Campinas fez o resultado do laudo técnico. Todas as testemunhas contam como aconteceu o fato. Só temos uma interrogação: a Drª Regina e os funcionários fizeram porque acharam que a ordem era de V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas ficou comprovado que não era.

O SR. PEDRO SIMON – O Líder do Governo diz que fez em conjunto com V. Exª. Ou essas duas pessoas têm razão...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O Líder do Governo não diz que fez em conjunto comigo.

O SR. PEDRO SIMON - Isso tudo aconteceu, com ação de V. Exª ou, na verdade, não sei. O PSDB já botou para a rua...Ele pediu demissão para não ser demitido. Acho que vai haver uma crucificação. Vamos, amanhã, crucificar o ex-Líder do Governo, que foi o responsável por tudo isso, em nome pessoal. Usou o nome do Dr. Antonio Carlos, fez todo esse absurdo? Juro que não consigo entender, juro que não consigo entender!

Acho que vamos ter tempo, Sr. Presidente. Essa é apenas uma reunião. Não sei se vamos ter, mas concordo; acho que o Senador Antonio Carlos concorda em, talvez, fazer uma acareação do Senador Antonio Carlos com o Senador Arruda para esclarecermos a matéria nos seus devidos pontos. Mas acho que vamos ter que meditar muito sobre essa questão. Eu não gostaria de fazer juízo precipitado...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É só o que peço a V. Exª, que não faça juízo precipitado.

O SR. PEDRO SIMON – Não. Pode ficar tranqüilo, nem é o meu estilo, mas vejo aqui uma questão muito, muito, muito interessante. Pelo que conheço da vida do Antonio Carlos, da biografia do Antonio Carlos, não consigo imaginar o Antonio Carlos sentado naquela cadeira, ali, sem resposta. "Está sentado?" "Mas você não vê que estou sentado"?! "O que é isso?" "É a lista da votação"!

Acho que o Antonio Carlos, se não tivesse participado, teria batido na mesa, pego, feito um carnaval.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Nada, se V. Exª soubesse quantas vezes já tive vontade de fazer isso com V. Exª e me contive, V. Exª não estaria fazendo agora esse juízo.

O SR. PEDRO SIMON – Infelizmente, com todo o respeito que acho que o Sr. Antonio Carlos merece, se fizermos uma análise de quem é o Senador Antonio Carlos, o comportamento do Senador Antonio Carlos, é muito mais plausível acreditarmos na Drª Regina e no Líder do Governo do que essa do Senador Antonio Carlos não ter participação nenhuma e, no dia, ter aquela atitude grandiosa, de pureza total e ainda telefonar para a Drª Regina para dizer para ela que não tinha problema nenhum.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não disse que não tinha problema nenhum. V. Exª, mais uma vez, falta com a verdade. V. Exª poderia ter sido mais veraz. V. Exª é um homem inteligente, sério. Não seja precipitado no prejulgamento.

O SR. PEDRO SIMON – O importante é que V. Exª telefonou para tranqüilizar a Drª Regina.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – E para dizer da falha e que isso não deveria ser motivo para ela ficar enlouquecida; ela que estava totalmente enferma naquele dia.

O SR. PEDRO SIMON – E ela deveria ter motivos para ficar enlouquecida, Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu acho, eu acho!

O SR. PEDRO SIMON - O que ela fez era motivo para ficar enlouquecida, e V. Exª deveria dizer: "Olha, minha filha, fique enlouquecida, porque é muito grave o que a senhora fez". V. Exª disse: "Fique tranqüila".

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Peço à Secretaria que, quando fizer a degravação, passe as notas taquigráficas ao Senador José Roberto Arruda.

Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Carlos Patrocínio. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Senador Antonio Carlos Magalhães, a Agência Estado informa que o depoimento de V. Exª está parando o Brasil. Aqui:

"Populares assistem ao depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, no Conselho de Ética e em lojas de departamentos, no Rio de Janeiro".

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - É porque sabiam que V. Exª ia me argüir.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não, é possível que V. Exª esteja batendo o recorde de audiência, até mais do que a novela **O Anjo Caiu do Céu**, onde meu filho Supla está apresentando, agora, neste mesmo horário...

Sr. Presidente, aqui se discutiu se possível Deus estar presente no Senado Federal. A Senadora Heloisa Helena mencionou que seria difícil e o Senador Osmar Dias disse que, pelo menos, há muitas pessoas aqui que gostariam que estivesse presente.

Vou relatar um episódio, ocorrido hoje de manhã, em que estavam presentes o Senador Pedro Simon e eu, para que V. Exª tenha uma idéia de como é que as pessoas que tratam muito de Deus estão preocupadas conosco.

Hoje, saí cedo, às 6h20, de casa, andando a pé, encontrei, como por vezes, na minha caminhada, com o Senador Pedro Simon, que também caminhava. E costumo, por vezes, parar ali perto da residência dos Senadores, na Igreja Nossa Senhora de Fátima, para uma oração, então, como o Senador Pedro Simon também o faz, entramos juntos na capela e assistimos à missa da 6h30. E eis que, no sermão, o sacerdote disse, aproximadamente, o seguinte: imaginem como seria difícil para os cristãos pregarem o cristianismo em meio aos judeus naquela época. Imaginem como seria difícil aos cristãos mostrarem e pregarem o cristianismo nas catacumbas. Imaginem como seria difícil aos cristãos, hoje, pregarem o cristianismo no Senado Federal. Ou seja, até mesmo o sacerdote, aqui em Brasília, estava preocupado com os valores que são muito caros a todos nós, inclusive, a V. Exª como tantas vezes o demonstrou.

Em primeiro lugar, como V. Exª afirmou como verdadeiro o diálogo que havia sido publicado pelo **Correio Braziliense** pela jornalista Valéria Blanc, no último dia 19, no que diz respeito ao início do diálogo. Mas como há uma outra parte de extraordinária relevância, ainda não mencionado por V. Exª, gostaria de perguntar se o diálogo inteiro foi verdadeiro.

Diz aqui, a jornalista Valéria Blanc:

> "No dia seguinte à cassação do mandato do Senador Luiz Estevão, o Senador José Roberto Arruda entrou no gabinete de Senador Antonio Carlos Magalhães, à época, Presidente do Senado Federal. Olhou e disse: "O senhor está assentado com a sua habitual verve?" ACM respondeu: "Você não está vendo que sim?" Arruda prosseguiu: "Está comigo a lista de como os Senadores votaram, ontem, à cassação de Luiz Estevão".

Até aí V. Exª confirmou exatamente, no seu relato, espontâneo, hoje.

Aí prossegue a jornalista:

"ACM fitou o tucano e perguntou: "Você já mostrou isso ao Presidente da República? Resposta: "Já mostrei".

Eu pergunto a V. Exª se é verdadeira essa continuação do diálogo, cuja primeira parte...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não. A primeira parte é verdadeira, a segunda não é verdadeira. Eu não perguntei se ele tinha mostrado ao Presidente da República, nem ele poderia ter confirmado porque não houve sequer a pergunta. Eu concordo com a parte primeira do diálogo. A parte segunda não existiu.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª há de convir que, se tiver sido verdadeiro, é minha obrigação indagar ao Senador José Roberto Arruda - ele sabe que eu vou indagar.... Aliás, eu conversei inclusive com V. Exª sobre algumas das perguntas que formularia e que seriam e torno desse assunto. Por quê? Há um outro aspecto. O Senador José Roberto Arruda agiu na condição de Líder do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Esta é uma pergunta natural, faremos esta

pergunta a ele: saberia V. Exª qual seria o interesse do Presidente na referida lista? Sabe V. Exª, na medida em que tinha uma estreita ligação de contatos e diálogos diários com o Líder José Roberto Arruda, saberia V. Exª ou de alguma maneira dialogou com ele a respeito desse assunto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não dialoguei. Ele inclusive não tinha, segundo me disse, a lista. Não acredito que tivesse nem tempo para mostrar ao Presidente. Confesso que a parte do diálogo é totalmente falsa. Eu não perguntei, nem ele poderia me responder já que não houve a pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Está bem.

Como Presidente do Senado, sabendo da possível violação do painel e sendo bastante conhecedor do Código de Ética e do Regimento Interno da Casa, V. Exª aqui demonstrou a sua motivação para não adotar providências para apurar a mencionada fraude e outras irregularidades que apontou como praticadas pela Srª Regina Borges, mesmo tendo declarado no plenário desta Casa ser a mesma excelente funcionária e hoje aqui reiterando isso.

Gostaria de perguntar, já que V. Exª mencionou que a admoestou, mas também mencionou que ficou um longo tempo sem vê-la, se essa admoestação foi feita naquele dia e hora ou em que momento foi feita? Muito tempo depois, já que mencionou...?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Muito posteriormente, porque passei a não ver a Drª Regina por muito tempo. Nem sempre ela se reportava a mim. Ela tem um conselho ao qual é obrigada a se reportar – o Conselho do Prodasen. O Prodasen, devo dizer aos senhores, é o órgão que tem maior autonomia nesta Casa. A autonomia do Prodasen é tão grande que, às vezes, isso cria conflito com o Diretor da Casa. É uma autonomia que o diretor nem sempre quer aceitar, mas, legalmente, o conselho é que toma as decisões. De maneira que a Drª Regina se reporta principalmente ao conselho, o que não a impedia de me procurar, quando havia coisas maiores, como empréstimos do BID, construção do novo prédio do Prodasen, quando houve uma inauguração, em que nós falamos, eu e ela, recentemente. No meu último dia à frente da Presidência do Senado ela quis me homenagear. Evidentemente ela também tinha o Secretário ou o Senador Geraldo Melo, no impedimento do Secretário Carlos Patrocínio. De maneira que não eram muito freqüentes os meus encontros com a Drª Regina, embora eu mantivesse com ela um bom relacionamento de amizade e tivesse admiração pelo seu trabalho.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em matéria publicada no jornal **O Globo** de hoje, à pág. 13, V. Exª afirmou: "Vou admitir que tive acesso à lista. Eu destrui, rasguei". V. Exª confirmou isso, embora ....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Desde ontem os jornais noticiaram isso, tanto o **Jornal do Brasil** quanto a **Folha de S.Paulo.** Eu resolvi adiantar essa parte.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Embora tivesse, como aqui já foi citado, mencionado: "Nunca ouvi falar em violação de votos, nunca vi qualquer lista".

V. Exª não sabia que aquela lista poderia ser uma prova de violação do painel e que, segundo o Código Penal Brasileiro - o art. 337, não é aquele outro citado -, é crime subtrair ou inutilizar total ou parcialmente livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário em razão de ofício ou de particular em serviço público, sendo a pena reclusão de dois a cinco anos, se o fato não constituir crime mais grave.

Ou seja, destruir aquela lista, que constituía um documento, na avaliação de V. Exª, não constitui uma falta?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Era uma lista que não tinha timbre oficial, não tinha qualquer circunstância que a caracterizasse como oficial e que poderia até não ser verdadeira – inclusive, vários senadores têm achado que não é. De modo que, por aí, eu não suportarei esses cinco anos de reclusão.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Consoante o art. 55 da Constituição Federal, perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar. Nesse aspecto, determina o §1º daquele artigo que é incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membros do Congresso Nacional.

O que V. Exª tem a dizer sobre o entendimento do ex-Procurador-Geral da República, Aristides Junqueira, especialista em Direito Penal, expresso em matéria publicada hoje, em **O Globo**, pág. 8, quando diz que "a obtenção e divulgação da lista de votação da sessão de cassação do ex-Senador Luiz Estevão configura crime de violação do sigilo funcional", sendo essa também a opinião do presidente da OAB, Rubens Aprobato, na mesma reportagem?

Observo que a violação do sigilo profissional está prevista no art. 325 do Código Penal e a pena é de seis meses a dois anos de reclusão e multa. Então, gostaria de conhecer...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Acho que essa colocação não enquadra o caso presente. Acho que há uma dúvida muito grande, na melhor das hipóteses, sobre isso, porque não se enquadra no caso que aconteceu.

Devo dizer que não entendo que tenha quebrado o decoro, na medida em que não participei de qualquer pedido para violar ou dei qualquer ordem direta ou indireta para que isso acontecesse. Logo, eu estou fora dessa observação.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Certo.

Acho importante aqui registrar, Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, que V. Exª praticamente retificou os termos do depoimento da Sr. Regina Célia Péres Borges em...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Em alguns pontos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em quase todos os pontos, quase todos os pontos - um depoimento que é consistente também com o depoimento dos demais funcionários.

Há a divergência que V. Exª aqui deixou muito clara, no que diz respeito ao fato de V. Exª não ter orientado o Senador José Roberto Arruda a solicitar que fosse feito aquilo. Mas São Pedro também negou três vezes antes de, finalmente, reconhecer Jesus e tornou-se chefe da Igreja – o Senador Lúcio Alcântara aqui relembra. Então - quem sabe? -, pode haver uma situação semelhante aqui.

Mas gostaria de perguntar a V. Exª e registrar o seguinte: por que V. Exª negou em plenário - pelo menos três vezes - a existência da lista com o resultado da votação que cassou o mandato do Senador Luiz Estevão em junho de 2000? V. Exª negou primeiro em 7 de março ...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Isso já foi respondido.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim, mas não com a característica da negativa por três vezes - é até um paralelo em homenagem a V. Exª. Era essa a

diferença. Se V. Exª quiser tirar a pergunta... Mas eu gostaria de ouvir a sua resposta e, assim, V. Exª terá a chance de fazer o paralelo.

Primeiro, em 7 de março, em resposta à Senadora Heloisa Helena, afirmou: "V. Exª verá, ao final de todo esse imbróglio, que não há lista, que o painel não foi modificado, nada disso".

A segunda vez foi em 17 de abril, quando voltou a dizer em plenário que não havia recebido o documento - foi quando o Presidente do Senado, Jader Barbalho, anunciou o laudo da Unicamp comprovando a violação do painel. Naquela ocasião, a ex-diretora do Prodasen, Regina Borges, já sustentava que o pedido partira do peefelista e havia sido intermediado pelo Senador Arruda.

A terceira vez foi em aparte ao Senador Arruda, em 18 de abril, quando este último apresentava álibi para tentar provar que não tivera acesso à lista de votos secretos. V. Exª afirmou: "Não sei por que esse painel foi violado, por quem foi violado e qual o interesse da violação. Continuo a desafiar qualquer pessoa a provar que eu tenha tratado com a Drª Regina, ou com qualquer funcionário, ou com qualquer Senador sobre este assunto, ou tenha qualquer interesse em saber de lista que nunca vi".

Houve três negativas. Como V. Exª considera, como todos nós, que preservar sempre a verdade, não faltar com a verdade, é algo muito importante, gostaria de dar a oportunidade a V. Exª de transmitir que situação foi essa, que razões foram essas que levaram V. Exª a agir, pelo menos num aspecto, como São Pedro, que negou três vezes o que ele sabia que era verdade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sou Antonio, não sou Pedro. Então, quero dizer a V. Exª que isso já foi devidamente esclarecido quando eu disse que esse laudo da Unicamp foi mostrado aqui pelo Sr. Carlos Wilson no dia 19. Antes, eu continuava a negar para mostrar que a instituição não poderia ser posta em dúvida.

O Senador Paulo Souto, com muito mais propriedade do que eu colocou esse assunto de forma brilhante e é uma resposta que eu adoto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito bem.

Finalmente, Senador Antonio Carlos, face às estreitas relações de V. Exª com o ex-Líder do Governo nesta Casa, Senador José Roberto Arruda, e em razão das acusações que V. Exª fez contra o Governo Federal na Procuradoria da República, o que V. Exª tem a dizer sobre as palavras do Senador Arruda no dia 23 de março, quando afirmou: "Também peço desculpas aos colegas de governo, ao qual sempre servi com lealdade até em situações de natureza muito mais grave do que esta e mesmo quando meus mais legítimos interesses políticos foram contrariados"?

V. Exª já se referiu a este assunto respondendo ao Senador Pedro Simon, mas eu...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Lauro Campos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ao Senador Lauro Campos, exatamente. Mas eu gostaria de ajudá-lo a, possivelmente, nos ajudar, porque nós amanhã iremos indagar ao Senador José Roberto Arruda – e S. Exª sabe disso – sobre estes momentos. E por que isso é importante? E por que V. Exª poderá trazer luz a estes fatos? V. Exª sabe perfeitamente que houve momentos tensos nesta Casa, em que o Senador José Roberto Arruda, como Líder do Governo, precisou empenhar-se, e muito, para convencer Senadores a votarem de acordo com os propósitos do

Governo. Eu posso citar alguns casos, e, quem sabe, os outros Senadores podem relembrar outros. Por exemplo, houve um momento em que o Líder do Governo precisou empenhar-se sobremaneira, para convencer os seus Pares, inclusive da Base do Governo, da apreciação e votação do nome da Srª Tereza Grossi como Diretora de Fiscalização do Banco Central. Terá sido este um momento de tensão, de grande esforço? Será que o Senador José Roberto Arruda tinha dúvidas, como, por exemplo, a do Senador Pedro Simon, que recomendava que não fosse apreciado e votado o nome? S. Exª, como eu, recomendou ao Presidente, naquela circunstância, que fosse feita outra designação. Eu até gostaria muito de ver mais mulheres na diretoria do Banco Central, mas, nesse caso, vi um problema sério.

Terá sido o outro episódio de extraordinária tensão, em que V. Exª desempenhou um papel fundamental? Eu me refiro à eleição do Presidente do Senado, Jader Barbalho, em que, claramente, precisou ser realizado um esforço muito grande, a ponto de ter o Senador Jader Barbalho 41 votos, exatamente o suficiente para obter a maioria absoluta. Todos nós sabíamos, e V. Exª sabia que estava por um triz ter ou não esse voto e que, na circunstância da votação, na circunstância toda da sucessão presidencial de V. Exª, foi necessário um empenho muito grande do PSDB e de seus próceres para realizar uma união com o PMDB, de tal maneira a garantir a eleição do Presidente Aécio Neves, na Câmara, e do Senador Jader Barbalho, aqui no Senado. Teria V. Exª conhecimento de que o Líder do Governo, José Roberto Arruda, não estaria tão contente? Seria essa uma das oportunidades em que as suas convicções políticas, em nome do Governo, estariam sendo contrariadas? Poderia V. Exª trazer alguma luz a isso, talvez até para ajudar o depoimento do Senador José Roberto Arruda de amanhã? Ou haverá algum outro episódio? Eu citei esses dois, mas, quem sabe, V. Exª conhece muito mais do que eu; convivendo com o Líder do Governo, obviamente, sabia muito mais do que eu, que também convivo, mas não com a afinidade de V. Exª, que é do PFL, da Base do Governo. Essa é a minha pergunta derradeira, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já respondi, nobre Senador Eduardo Suplicy, que é uma das figuras mais queridas nesta Casa e de uma educação primorosa, sem abrir mão dos seus princípios – V. Exª tem o respeito de todos, agora mais do que nunca –, que não conheço um episódio grave dos citados no discurso do Senador Arruda. Quanto ao caso Tereza Grossi, posso dizer que o Governo agiu com certa habilidade, esperando que diminuíssem as restrições no Senado, tendo em vista a posição que ela assumira numa Comissão, se não me engano, dos bancos. E quando ele viu que havia passado aquele calor contrário à aprovação da Tereza Grossi, ele, é óbvio, através de seu líder e dos seus partidos, procurou aprovar o seu nome. De maneira que não tenho dúvida de que foi uma aprovação normal e não uma aprovação ilegal como hoje se tenta dizer, inclusive com acusações ao próprio painel. Essa é a minha impressão. Quanto ao caso do Senador Jader Barbalho, V. Ex.ª sabe o quanto eu trabalhei para que isso não acontecesse. E só apenas esclareço a V. Ex.ª que mesmo que ele não tivesse 41 votos, se ele tivesse 38, 39, ele estaria eleito, conseqüentemente, não teria sido esse 41 que resolveria a situação da eleição do Senador Jader Barbalho e sim a união que se fez nas duas Casas, entre o PSDB e o PMDB.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita-me uma palavra final, Sr. Presidente? Para concluir.

Tanto anteontem, quanto ontem tive a oportunidade, no plenário, de dizer ao Senador Antonio Carlos Magalhães de quão importante seria hoje o seu depoimento e, sobretudo, a sua colaboração para que a verdade fosse inteiramente desvendada e esclarecida. Acho que avançamos muito nesta tarde e noite. Acredito que pouco a pouco vamos poder fechar todos os episódios. Faltam alguns elos de forma mais completa para a formação de convicção. Mas acho, como já mencionou o Senador, Líder da oposição, José Eduardo Dutra, que será muito importante para esse esclarecimento final do depoimento conjunto das três personagens principais do episódio, Senador Antonio Carlos Magalhães, Senador José Roberto Arruda e a Srª Regina Célia. Mas acho muito importante que o Senador Antonio Carlos Magalhães tenha já se disposto a estar presente e disposto ao depoimento conjunto dos três.

Agora, com respeito à primeira indagação que fiz, sobre se, porventura, o Presidente Fernando Cardoso sabia da lista? Acho importante conhecermos melhor esse episódio. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando surgiu o laudo da Unicamp e a evidência de que de fato havia ocorrido o conhecimento por parte de alguns senadores e funcionários dessa lista, ele mostrou indignação. Quando o Senador José Roberto Arruda mencionou a verdade no seu segundo depoimento, ele achou que foi importante. Mas ocorreu um episódio, divulgado na imprensa hoje, que mostra a importância de exigirmos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, sempre, o desvendar da verdade, mais celeremente do que Sua Excelência tem feito. Refiro-me ao episódio da gravação das conversas telefônicas entre o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, André Rezende e o Sr. Ricardo Sérgio, Diretor do Banco do Brasil. Por que razão? Porque, ontem, perante a Justiça, o ex-Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros revelou que foi o serviço reservado do Banco do Brasil que havia feito aquela gravação. Se isso foi verdade, então por que razão teria o Presidente determinado à ABIN fazer toda aquela investigação, se ele já tinha tomado conhecimento, pelo próprio Ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, da origem daquelas gravações?

Daí por que considero muito importante, e quero recomendar ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que seja mais célere no reconhecimento da verdade que ocorre no âmbito do Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Consulto os Srs. Senadores se alguém mais deseja formular mais alguma pergunta?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Sr. Presidente, eu desejaria formular duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu gostaria de perguntar o seguinte ao Senador Antonio Carlos Magalhães: V. Exª já confirmou o encontro com a Drª Regina na residência da assessora Isabel Flecha de Lima. Quero fazer uma indagação a V. Exª: com quantos diretores do Senado, excetuando a Drª Regina - porque já sabemos que V. Exª se reuniu com ela na residência da Drª Isabel -, V. Exª se reuniu em casa de terceiros? V. Exª se lembra de algum outro encontro ou reunião em casa de terceiros ou foi exclusivamente esse?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Não. Ninguém me pediu para reunir fora do local do meu trabalho. Só a Drª Regina, que alegava que não queria vir ao gabinete por motivos da nova direção, provavelmente, da Casa, e escolheu

esse local, dizendo que na casa dela - que eu me prontifiquei a ir porque era perto do local onde eu iria jantar - não podia, porque ela estava sendo vítima de assaltos e coisas que o valha; coisas que acho que ela repetiu aqui, nesta Casa.

De maneira que não me lembro agora. Na minha casa, os diretores do Senado foram. Muitas vezes eu chamava o Agaciel e muitas vezes chamava, sobretudo, o Dr. Carreiro, como assistente da Mesa. Na minha casa. Mas não conheço a casa de nenhum dos dois.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Certo.

Eu gostaria de perguntar a V. Exª o seguinte - V. Exª tem certeza absoluta. Eu não tenho, por isso estou perguntando: que o laudo da Unicamp foi divulgado no dia 19, foi isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Foi no dia 19 pelo Dr. Carlos Wilson, pelo Secretário Carlos Wilson.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Certo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - E, dois dias, talvez, após a fala do Senador Jader Barbalho.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu gostaria só de indagar o seguinte...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Se houver erro, é de um dia, 18 ou 19.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Tudo bem! Mas eu gostaria de indagar o seguinte: V. Exª confirma que resolveu, então, adotar essa nova versão após a divulgação do laudo da Unicamp, que disse durante o depoimento...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Porque, no primeiro laudo da Unicamp, não condenavam coisa alguma. Ao contrário. Dizia da impossibilidade de se conhecer isso. Posteriormente, chegou esse laudo. Eu não duvido nunca da sua correção e, então, adotei essa posição.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Certo.

Eu gostaria só de fazer, então, para concluir a minha participação, duas indagações: primeiro, V. Exª afirma que divulgou, que adotou essa posição de conhecer a lista após o laudo da Unicamp. A Drª Regina disse aqui,...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGLHÃES - Conhecer a lista, como?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Não. Na declaração de ontem e de hoje, V. Exª disse que leu a lista e, depois, rasgou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ah, sim!

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Certo? E disse, aqui, durante todo o seu depoimento, que foi por causa do laudo da Unicamp que V. Exª, enfim, revelou isso.

A Drª Regina disse que o depoimento dela, na Comissão presidida pelo Corregedor Romeu Tuma, e, depois, no seu depoimento, aqui, ela resolveu falar a verdade também por dois motivos: pelo laudo da Unicamp e também pelo depoimento do Heitor Ledur.

O Senador Arruda foi ao plenário também, inicialmente contestando a declaração da Drª Regina à Corregedoria e, depois, fazendo um pedido de desculpas público, no seu segundo pronunciamento.

O que quero dizer é o seguinte: no dia em que o Senador Arruda falou aqui, em plenário, o PFL, Partido de V. Exª, estava reunido com a Governadora Roseana Sarney. Depois que o Senador Arruda fez o pronunciamento aqui no plenário, a

imprensa ouviu V. Exª lá. Já havia o laudo da Unicamp, a Regina já tinha confessado, o Arruda já tinha confessado e, naquele dia, V. Exª disse que não tinha a lista, que não sabia por que o Arruda tinha dito aquilo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Eu não conhecia o discurso do Senador Arruda...

O SR ANTERO PAES DE BARROS - Então V. Exª falou que viu a lista por causa do depoimento do Arruda e não do laudo da Unicamp.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Eu não conhecia o discurso do Senador Arruda. Fui surpreendido quando lá cheguei e disse que viria a esta Casa, como estou vindo hoje, para fazer retificações, se fosse o caso, e ratificações. E é o que estou fazendo hoje, perante V. Exªs.

O SR ANTERO PAES DE BARROS - Eu gostaria apenas de encerrar, Sr. Presidente, dizendo - só como registro, não é uma pergunta - que recebi uma série de informações e **e-mails** para me ajudar na minha condição de jornalista. Muitos professores de Direito citaram os professores Celso Delmanto e Nelson Hungria para respaldar aquela afirmação que fiz a respeito do Código Penal, mas acho até que essa questão do Código Penal não é o assunto hoje da Comissão de Ética.

É só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Indago a V. Exª, Senador Antonio Carlos, se tem alguma coisa a declarar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Eu gostaria de dizer a esta Casa, como palavra final, que recebi, ao deixar a Presidência do Congresso e do Senado, manifestações de todos os partidos políticos, de todos os deputados e senadores de vários partidos. Em um livro de 120 páginas, o PT, o PC do B, o Partido Verde, o PMDB, o PL, o PFL, todos os partidos políticos com assento nesta Casa louvaram a minha atitude como Presidente desta Casa.

Passo-lhe este livro para que V. Exª o dê ao Relator. É uma demonstração de que eu nunca deslustrei o plenário do Senado ou do Congresso. Agi com coragem e sem subserviência, servi ao meu país e espero ainda servi-lo por muito tempo, na medida em que me for dada oportunidade de trabalhar pela Bahia e pelo Brasil. É um depoimento de 120 páginas, com parlamentares de quase todos os partidos; líderes políticos - vários do PT - saudando a minha atuação, ao final do meu mandato, tanto no Congresso, como no Senado.

Quem agiu assim ontem não vai agir hoje ou amanhã de forma diferente. Tenho um passado, tenho um presente e o futuro ainda é para servir à Bahia e ao Brasil, conforme prestei o meu depoimento hoje nesta Casa.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Srs. Senadores, antes de dar por encerrada a presente reunião, temos de agradecer a Deus pelos nossos trabalhos.

Reafirmamos que o Conselho de Ética está convocado para uma reunião a realizar-se amanhã, dia 27, às 9h da manhã, na sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir o ilustre Sr. Senador José Roberto Arruda, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC-83
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 26.04.2001

DOCUMENTOS PERTINENTES À 8ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

PASTA PROCURADOR LUIZ FRANCISCO

1 – Afirmações do Procurador Luiz Francisco perante o Conselho de Ética

2 – Contradições do Procurador Luiz Francisco na Imprensa

3 – Mentiras do Procurador Luiz Francisco

Afirmações do Procurador Luiz Francisco perante o Conselho de Ética

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 84

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
1. Depois disso, ele vai e fala: "*eu tenho a lista de todos que votaram*". Quero lembrar também, inclusive à opinião pública nacional, que o Senador Antonio Carlos confirmou a palavra lista duas ou três vezes. Se essa fita for melhor trabalhada vão encontrar essa palavra lá. Se houver um pouco de audibilidade, vai ser encontrada ela lá sim.	(p 55) Afirma que o senador teria citado possuir uma lista
2. É mais ou menos esse o episódio. Eu já dei declarações sobre isso, dizendo aquilo que senti na hora. Aquilo que acho que é mais gritante é uma pessoa dizer que tem uma lista de todos os que votaram. Agora, assim, o sentido da alusão à Senadora entendi muito mais no sentido ferino, de humilhar, de fazer uma brincadeira de mau gosto para tentar ferir uma pessoa.	(p 55 e 56) Dá a impressão de que acha que a afirmação do senador seria mais uma forma de constranger a senadora
3. O outro termo que falei é que quando uma pessoa faz uma afirmativa e cala a afirmativa numa prova documental, então ela fala: ela votou nele e tenho uma lista impressa por um computador. Se falasse isso, estaria muito claro o contexto. Mas quando ele põe no meio três coisas, uma afirmativa da Senadora, que ele teria votado, quando diz que o pedido do Renan Calheiros é como se estivesse explicando, por isso já dei declaração, dizendo que o sentido da frase pode ser no sentido dedutivo e não calcado num documento que ele teria.	(p 56) Dá as razões porque acha que o senador teria afirmado mais por dedução do que por possuir, de fato, a lista.
4. Agora, outro ponto também, quando o pessoal estava anotando, nas duas horas que os jornalistas puderam ouvir e anotar, a cada segundo eu tentava tirar o negócio e encerrar, ou seja, eles estavam ouvindo e eu ficava: já está bom, chega, ou seja, havia uma briga permanente nessas duas horas, eles ouvindo e anotando, (...). Por isso eu acho que teve também trechos que não foram bem anotados, etc.	(p 56) Na sequência da afirmação anterior (n.º 3), ele procura justificar porque algumas frases que aparecem na *Istoé* não traduziriam adequadamente a conversa
5. **SR. ANTERO PAES DE BARROS** – (...) estou aqui de posse da publicação da revista Istoé, dos principais trechos que foram republicados, inclusive, esta semana. "*Vou dizer aqui para vocês: a Heloísa Helena votou a favor do Luiz Eisenio, votou a pedido do Renan. Depois ela disse que não votou. Ninguém. Eu tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Luiz Estevão. Não podemos falar, porque o Luiz Estevão vai tentar anular. Ajustar Luiz Estevão ai quebra o Senado: tem a opinião pública.*" Gostaria de perguntar a V. Exª, com relação ao conteúdo dessa declaração. V. Exª confirma que essa declaração é realmente a que acabou de expor?	(p 57) Mais uma vez confirma ter o senador citado uma lista. Mas, novamente, deixa subentendida a hipótese de tratar-se de uma dedução, explicitada muito mais, segundo ele, com o objetivo de constranger a senadora (vejа negritos)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 85

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Confirmo, ou seja, o conteúdo, como V. Exª disse, acho que é quase impossível alguém, literalmente, palavra por palavra, reconstituir. Mas o que fica na memória é sempre o conteúdo. Então, o conteúdo é esse. E o que eu acho mais grave, porque independente do painel, se o painel tiver violado acho gravíssimo, mas também alguém se gabar que tem uma lista, a meu ver, também é grave. Então, confirmo. Ele disse, falou da Senadora. É importante que, naquele ponto, ao falar, ele manifesta irritação e como que ataca ela, debochando, ou seja, tentando humilhar a pessoa. (...) Então, é só a ordem um pouco que está... Mas o conteúdo é esse.	
6. SR. ANTERO PAES DE BARROS – (...) acho relevante o seguinte: a reafirmação de V. Exª. Ele disse a palavra lista? O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Disse, sem dúvida. O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sem dúvida nenhuma? Ele disse a palavra lista? O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Disse. O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Porque, uma dedução de que a Senadora Heloísa Helena votou nele – porque é experiente, porque é isso, porque é aquilo –, essa dedução é impossível para quem conhece o comportamento da Senadora Heloísa Helena aqui no Senado. (...) O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Posso fazer um pequeno aparte? O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pode. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Se a gente acha que é impossível, seria também um pouco contraditório ele dizer assim ter uma lista e na lista constaria o voto dela contra o Luiz Estevão. O que acho mais assim – de qualquer jeito, acho que aquele painel tem que ter 10 perícias nele, se houver a possibilidade, tem que ter a formação do processo criminal o processo o mais pesado possível. Uma pessoa dizer que tem uma lista de couto todos os Senadores votaram, isso só por si, é grave.	(p 59) Alteração a primeira frase em negrito mostra a convicção (?) do procurador de que seria impossível (e contraditório) haver uma lista que mostrasse a senadora votando a favor de Luiz Estevão. A segunda frase em negrito mostra, mais uma vez, a intenção do procurador em comprometer o senador mesmo ele não possuindo lista nenhuma.
7. SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Luiz Francisco de Sousa, embora a degradação feita pelo Dr. Ricardo Molina - nessa gravação não apareça a palavra "lista" - tanto os jornalistas como V. Sª afirmam que na fita usada pela	(p 77) O senador Jefferson Péres levanta as hipóteses que poderiam sustentar a frase do senador sobre a lista

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 86

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA."

Procurador Luiz Francisco	Observações

revista IstoÉ consta a palavra dita pelo Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. Correto?

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - Correto.

O SR. JEFFERSON PÉRES - Portanto, vou partir do pressuposto de que a expressão "Eu tenho a lista de todos os que votaram" que foi, efetivamente, dita pelo Senador. A partir daí, há três hipóteses: primeira, fulmeira bravata – bravata de quem quis passar a impressão de quem tem um grande poder e que era senhor de informações que os mortais não têm. Outra hipótese é que S. Exª terá elaborado uma lista através de três meios: primeiro - confidência feita a S. Exª por alguns dos votantes; segundo - informações de terceiros, aparentemente bem informados, que teriam revelado a S. Exª alguns nomes dos Senadores que votaram; e, terceiro meio, avaliações feitas por ele mesmo. Senador, pelas informações que tinha, pelas observações que fazia a respeito dos comportamentos e das ligações dos Senadores. Por esses três meios ele teria elaborado a sua própria lista. E, terceira hipótese, ele violou, ou alguém por ele violou o sistema eletrônico de votação e tem realmente em mãos uma lista real efetiva.

Dr. Luiz Francisco, quando ele disse isso, não ocorreu a V. Sª nem a nenhum de seus colegas, diante de uma revelação tão grave, e me parece que isso seria até automático, perguntar a ele como conseguiu essa lista. Ninguém lhe fez essa pergunta?

(...)

O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – (...) vem um outro momento que o que ele fala que é relevante é uma brincadeira de mau gosto, para humilhar uma Senadora. Vem esse outro momento. Então, o chopu é muito mais calado nisso. Depois tem aquele negócio de ele se vangloriar pela cassação, tem esse momento. Então, lá pelas tantas, só no final, quando ele fala: ou seja, como a Senadora votou, ele fala três coisas, primeiro se diverte com a ira da Senadora, sentindo-se alegre em irritar uma pessoa; depois ao mesmo tempo ele fala que ela falou isso porque eles se matariam; até aí não tem lista, porque a lista vem depois. Mais tarde, ele fala aquela outra palavra, que foi a pedido do Senador Renan Calheiros. Não entendemos nada, e nos atemos à questão: o que o Senador Renan Calheiros... Depois ele vai e fala da lista, e quando ele fala da lista, entra o outro, o Fernando César e

O procurador ressalta que o senador não teria feito nenhuma referência à origem da lista ou ao painel eletrônico.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 87

26.04.2001

FLS 11-2005

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
curtir: "não pode falar isso". É o assunto morre. Como se trata de um Senador de setenta e poucos anos, que tem uso das faculdades intelectuais bem conservadas, organizadas, é um senhor que tem mais de 50 anos de vida pública, não é fácil de querermos conduzir uma conversa com uma pessoa mais idosa, com anos de vida pública. E outra coisa, aqui no Senado, para você, a questão do painel eletrônico é uma coisa que está na consciência. Para nós, pelo número de vezes que ouvimos falar desse painel, é nada. Então, assim, na hora em que ele falou e gente não se atem. Agora, o que ficou que achei que ficou desagradável foi como que ele se vangloriando de uma coisa ilícita, se gabando de ter uma coisa ilícita. Agora, ficou claro também o desejo dele de ferir a Senadora, de ir enquanto achava que a Senadora estava furiosa, tudo isso ficou claro. Uma outra fonte do Fernando César, também em relação à Senadora. Agora no momento exato em que... Outra coisa, quando ele fala lista, ele não dá detalhes. Ele não diz que é uma lista emitida pelo computador e esse painel é totalmente sigiloso. Ou seja, aqui entre nós, a gente passou mesmo...	
8. SR. PEDRO SIMON – (...) A rigor, existem três momentos em que o depoente pode ter sido qualificado: primeiro, conforme a primeira fita que saiu na IstoÉ e isso tem que ficar bem esclarecido e não contextualizado, mas bem esclarecido, o senhor ouviu que o Senador ACM afirma que tem uma lista ou a lista de quem votou contra e a favor do Luiz Estevão? Tinha uma lista ou tinha a lista de quem votou a favor do Luiz Estevão? É a primeira pergunta. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Recordo-me de lista, não me recordo se era a lista ou uma lista. Recordo-me de lista só. Infelizmente... O SR. PEDRO SIMON – Não sabe, não recorda? O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Recordo-me que ele falou, textualmente, lista como os Senadores votaram. Isso ele falou, e o Fernando César vai o mesmo, etc. Mas, se foi a ou uma, não me recordo. O SR. PEDRO SIMON – Mas, uma ou a lista de quem votou contra Luiz Estevão? O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - É o substantivo a lista...	(p 83 e 84) Novamente, o procurador confirma a "lista". Instado pelo senador Simon, não é capaz de confirmar se ACM referiu-se a "uma lista" ou "a lista". Ao que parece, o senador Simon estaria procurando confirmar tratar-se da lista do computador, caso ACM tivesse se referido a ela como "a lista".

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 88

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
O SR. PEDRO SIMON - Sim, mas de quem votou contra Luiz Estevão.	
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - É.	
O SR. PEDRO SIMON - Isso o senhor lembra?	
A lista ou...	
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - A lista de como votaram os Senadores. Isso eu me recordo.	
O SR. PEDRO SIMON - Como votaram os Senadores.	
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - Isso. Na cassação.	
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – (...) Agora, volto a lhe repetir, se vocês pegarem aquela fita, aquela que está com Dr. Brindeiro e pegar e isolar aquele trechinho – só aquele trechinho de conversa – e botar, por exemplo, sete ou oito peritos, bons peritos, com boas ouvidas e bons equipamentos, para ficar escutando durante uma semana, vão aparecer mais palavras. Não é necessário recuperar todas. Eu tenho a base dessa aqui.	(p 85 e Só) Não é verdade que o senador tenha falado sobre "lista" nas entrevistas que deu de Miami. (1º negrito)
O SR. PEDRO SIMON - E esse textinho a que V. Exª se refere, como é que ele está na primeira fita publicada pela revista IstoÉ?	O procurador insiste em citar trechos isolados, fora do contexto da conversa, até mesmo quando sugere que novos estudos sejam feitos sobre a fita. (2º negrito). Já quando ele tenta inriminar o senador, se esforça em descrever o contexto da conversa, o gestual etc.
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - É aquilo que eu falei, ou seja, a gente...	
O SR. PEDRO SIMON - Mas V. Exª concorda com o que está na IstoÉ, no primeiro texto?	
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - Concordo com a idéia. Porque ali reflete a verdade. Ou seja, a verdade é a adequação que está narrada, é a representação do fato. (...)	
Acima de tudo, eu gostaria de lembrar aos trabalhos do Conselho que, recuperando as entrevistas que o Senador concedeu em Miami, ele se refere à lista, ele fala a palavra lista, explica como. Diz que é só...chega até a falar em negócio do sigilo, questão do setembro do ano passado. Disse que chegaria à campanha de 94, 98. Tudo isso ele fala.	
(...)	
Com relação à fita, isolem uns trechos centrais, basicamente o final, que é essa parte da lista; isolado o final, terão um minuto e meio de conversa. É só pegar aquilo ali, botar em equipamento da mais alta acústica, colocar sete peritos e em uma semana terão	

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 89

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	(Observações)
mais palavras.	
O SR. JUVENCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ainda não estou contente com o que se refere à questão da lista. Estou sentindo que o Procurador ainda está tergiversando a verdade sobre o que aconteceu naquele dia em que ele conversou com o Senador Antonio Carlos Magalhães e com os outros Procuradores. Quando o Senador Antero Paes de Barros fez a inquirição do Procurador – foi o primeiro a fazê-lo –, o Procurador disse o seguinte: "Poderei ver a gravação, que constatarão que lá, por duas ou três vezes, foi falado nessa lista". A palavra "lista" foi repetida e está na gravação. Quando o Senador Ney Suassuna, também preocupado com a legitimidade dessa afirmação...Aí reside a razão desta nossa reunião: queremos saber se houve fraude na votação feita pelo painel. Este é o objeto da nossa reunião: a existência ou não de fraude ao painel.	(p. 87 e 88) O senador Juvêncio aponta as imprecisões e contradições do procurador, quando este se refere à lista (todos os negritos, exceto o último).
Essa notícia tem fundamento na reunião dos Procuradores. O Senador Ney Suassuna, preocupado, "apertou" o Procurador aqui nesta inquirição, e o Procurador disse o seguinte: "Quanto à lista, começou o ACM falando, aí entrou o Fernando César Mesquita. O Fernando César Mesquita entra na conversa, e morre a conversa. Então, não deu tempo nem para conversar sobre a lista". Essa é a última versão da Procuradora. Na primeira, ela falou mais de duas vezes. Nessa segunda versão, quando entrou o Fernando César Mesquita, morreu o assunto, não se falou mais nisso.	O procurador reafirma que o senador ACM citou a lista mas nega qualquer referência ao painel (último negrito)
Ora, estamos reunidos aqui justamente para saber a verdade sobre essa lista, se ela foi ou não mencionada na reunião dos Procuradores com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Se ele disse lá que tinha uma lista e que poderia ter fraudado o painel, também o procurador, pela experiência que tem, viu que existiu um crime naquele hora, era só insistir nesse assunto um pouco mais que arrancaria a informação do Senador. Mas o assunto morreu quando entrou o Fernando César Mesquita. Gostaria de saber, para esta única pergunta ao procurador, tem certeza ou não se falou essa lista era em razão da fraude do painel? Se V. Sª não pode afirmar isso, não seria melhor dizer que não sabe se a intenção realmente do Senador Antonio Carlos Magalhães, quando disse "a lista" era em razão dessa fraude do painel?	

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 90

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
Serão, vamos ficar aqui falando no vazio a noite inteira e não chegaremos a conclusão nenhuma. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - Só falei que ele mencionou uma vez, que tinha a lista de como votaram os Senadores; uma vez e não três vezes, uma só. Em nenhum momento ele disse que fraudou o painel. Ele não falou em nenhum momento isso aí.	
11. SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – (...) Então, depois ele disse que a Senadora ficava com raiva, e ele está se divertindo, ele está. Ao imaginar a Senadora morta de ódio aqui, ele se diverte. Isso tem que ser dito, é o tom que ele está usando. Depois ele disse que a Senadora brigou, também ele está se divertindo. Depois ele fala do pedido do Senador Renan Calheiros. Depois ele diz que tem a lista de todos que votaram. Depois ele fala de Renan de novo. E aí, nesse momento, o Senador Antonio Carlos e o Fernando César Mesquita falam do Senador Renan Calheiros. Por isso aparece duas vezes a expressão do Senador Renan Calheiros. De repente, vem o Fernando César Mesquita e interrompe. Não se pode falar desse assunto, e o assunto morre. (...) O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Carol "Senador, o senhor tem essa lista? Como é que o senhor conseguiu essa lista, se o painel é de votação secreta?" (...). Por que teve esse temor reverencial com uma simples perguntinha: "Escuta, o senhor conseguiu essa lista fraudando o painel? Como é que o senhor conseguiu essa lista? Ela é da votação secreta, não é? Foi um amigo seu que fez isso?" Eles não se interessaram nada em esclarecer essa lista, e agora toda a imprensa vem falando da fraude do painel. Digo isso porque estamos reunidos aqui para discutir a fraude no painel. É o objeto desta reunião. Estamos aqui para isso, não é para outra coisa não. Fraude do painel! E está-se deixando a coisa acontecer aí de qualquer jeito. Não pode. Então, não vejo neste depoimento nem sequer na reportagem qualquer fato forte que diga o seguinte: houve uma fraude no painel no seu sistema de sigilo. Não houve. Agora, Sr. Presidente, com todas essas seis horas de reunião, o que nos resta é	(p 89) Sem que lhe seja solicitado pelo senador Tuma, o procurador mais uma vez tenta convencer os membros do Conselho de Ética das intenções do senador ACM "interpretando" o que ele teria dito (já que quase nada aparece na fita), até mesmo tentando descrever suas expressões faciais e tom de voz.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 91

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
aguardar a perícia do sistema do painel. Se foi violado, tudo bem, existe aí uma suspeita da violação. Se não foi violado, toda essa conversa aqui foi jogada fora.	
12. SR. JUVENCIO DA FONSECA – Claro! "Senador, o senhor tem essa lista? Como é que o senhor conseguiu essa lista, se o painel é de votação secreta?" (...). Por que teve esse temor reverencial com uma simples perguntinha: "Escuta, o senhor conseguiu essa lista fraudando o painel? Como é que o senhor conseguiu essa lista? Ela é da votação secreta, não é? Foi um amigo seu que fez isso?" Eles não se interessaram nada em esclarecer essa lista, e agora toda a imprensa vem falando da fraude do painel. Digo isso porque estamos reunidos aqui para discutir a fraude no painel. É o objeto desta reunião. Estamos aqui para isso, não é para outra coisa não. Fraude do painel. E está-se deixando a coisa acontecer aí de qualquer jeito. Não pode. Então, não vejo neste depoimento meu sequer na reportagem qualquer fato forte que diga o seguinte: houve uma fraude no painel no seu sistema de sigilo. Não houve. Agora, Sr. Presidente, com todas essas seis horas de reunião, o que nos resta é aguardar a perícia do sistema do painel. Se foi violado, tudo bem, existe aí uma suspeita da violação. Se não foi violado, toda essa conversa aqui foi jogada fora.	(p 90) O senador Juvencio aponta que nenhum dos depoimentos e nem a reportagem da Isto comprovam ter o senador ACM se referido a uma lista extraída do painel eletrônico. Ressalta que nada pode se afirmar antes que se comprove ou não a violação do painel eletrônico.
13. O SR. WALDECK ORNELAS - Desse modo, a fim desta reunião do Conselho é muito importante para, de uma vez por todas, acabar com essa pretensão de se imputar ao Senador Antonio Carlos Magalhães a questão da lista. Como S. Exª deixou muito claro, há uma dedução acerca do voto da Senadora Heloísa Helena, confirmando o que o Senador Antonio Carlos Magalhães disse no Plenário do Senado Federal, ou seja, que não havia lista e que respeitava a posição da Senadora Heloísa Helena. Muito obrigado. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Em duas ocasiões o Senador Antonio Carlos Magalhães reconheceu que falou a palavra lista. Então, esse ponto é inatacável. Trata-se de declaração da própria boca do Senador Antonio Carlos. A questão é se houve ou não vazamento.	(p 94) O procurador busca, em entrevistas concedidas pelo senador (?), sustentar sua tese sobre a lista. (1º negrito) O procurador mostra não saber do que tipo de lista se tratava (na verdade, em outros trechos ele já reconhecera não poder afirmar a origem da lista). Nem que esta informação (a origem) tivesse sido dada por alguém na reunião.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 92

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
O SR. WALDECK ORNELAS – E que tipo de lista. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – É. O SR. WALDECK ORNELAS – Sobre isso, V. S.ª não assume nenhuma responsabilidade. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Só posso falar do que ouvi.	
14. SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Só um segundo, porque isso aí é muito importante. (...) Ele faz uma pausa, como que se endireita e... Eu me lembro até alguma coisa. Ele falou isso aqui: *"Agora, uma coisa eu passo a dizer"*, e aí fala: *"A Senadora Heloísa Helena vinou mal"*. Depois disso aí, ele faz uma pequena pausa e é nessa pausa que ele vai e diz que ela teria ficado irada, e ele fica se divertindo, imaginando ela irada. É do jeito que ele se porta aí naquele momento, ou seja, se divertindo com a ira e com a humilhação, com o aborrecimento da Senadora, literalmente. Depois disso aí, ele diz aquela frase, para como que justificar a afirmativa, também. Ele diz: *"Ela falou no Senado que era boa..."*. Ele falando; ele aí menciona desse jeito. Ele mesmo, fingindo que era a Senadora, fala desse jeito: *"Era bom que o Luiz Estevão permanecesse no Senado, porque ele me ajudaria, e um mataria o outro"*. Depois disso aí, ele fala: *"Renan Calheiros..."*. Não, não consta. Está entre aspas, três pontinhos, e estão quatro palavras omitidas aqui. Isso aí eu estou falando de memória. E depois ele diz: *"Tem uma lista com todos que votaram mal"*, como está aqui, direitinho. (...) É mais ou menos esse o sentido. (...) A questão do painel, não tenho a menor familiaridade com a questão do painel. Quando ele fala que tem a lista, antes ele está dizendo também que ele estava vazando informação, que ele estava.(...) O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estou instintindo nisso, porque, como eu já disse, se a auditoria técnica não for conclusiva, o depoimento de V. S.ª, como o dos repórteres da Istoé, como os outros dois, como o de Antonio Carlos Magalhães, vão ser fundamentais para o Conselho chegar a uma conclusão. Porque na hipótese de confirmação do que houve violação do sigilo,... O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Está resolvido. O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – ... é um processo por quebra do decoro parlamentar. Na hipótese de bravata, acho que o Conselho tem que analisar, mas é um caso de resposta política que, no meu entendimento, já foi	O senador Dutra não acha fundamental para elucidar o caso comprovar-se ou não a violação do painel. O senador Dutra teria percebido que o procurador insinua entre as razões para a afirmação do senador ACM sobre a lista o objetivo apenas de constranger ("escalhambar com) o senado Heloisa Helena. Instado, o procurado negu fosse essa a única intenção. Mais uma vez afirma ter ouvido o senador falar de lista

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 93

26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	(1)Observações

brilhantemente dada pela Senadora Heloísa Helena no seu discurso, e uma questão de difamação que vai ser resolvida, no caso, na Justiça.
Mas quando V. Sª diz que, nesse trecho, ele fala "Heloísa Helena votou nele", e aí V. Sª conta essa história de que ele teria dito que a Heloísa disse que eles iam se matar...
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Ele falou isso.
O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Essa afirmação, ou esse trecho, serve como base para a afirmação anterior? Repetindo a pergunta: O que V. Sªs entenderam? Que ele disse que Heloísa votou nele em função desse episódio? Ou não deu para... Porque V. Sª falou que na conversa há também a conversa corporal. Como V. Sª participou, eu gostaria que tentasse fazer um esforço de memória para buscar estabelecer uma relação, para estabelecer se essa afirmação foi apresentada como justificativa para a afirmação anterior de que ela votou nele ou não. Ou se são coisas como: não, ela até, não sei o quê. Ou se tinha o objetivo só de esculhambar, como V. Sª disse, a Senadora Heloísa Helena.
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Eu não disse que era unicamente com o objetivo de esculhambar. Eu disse que tinha isso também.
O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Esculhambar é um termo meu, porque não me lembrei do termo que V. Sª usou.
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Agradir. O que acho é que ele fala duas coisas que são relevantes: ele manifesta ciência, conhecimento de como a Senadora votou – é um ponto. Quer dizer, se o voto é secreto, como ele diz que sabe como a Senadora votou? E depois ele afirmar também que tem a lista de todos os que votaram nele. Também ele menciona como que ele teria um documento que contraria a lista de como todos os Senadores votaram. Então que ele disse essas duas coisas, disse; mas ele disse também aquele negócio. Ele falou essas duas coisas, mas também falou a frase da Senadora, que um matava o outro. Só posso falar do que ouvi, e o que ouvi é bem claro.
O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É lógico.
Estou satisfeito.
15. O SR. ROBERTO FREIRE – (...) seria interessante – evidentemente resguardada a fonte, porque o jornalista não vai dizer quem assim falou – (p 107)

O senador Roberto Freire entende razoável a *Folha de*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 94
26.04.2001

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
trazer aqui o jornalista para esclarecer a sua reportagem de que tinha tomado conhecimento de que essa lista tinha saído do Prodasen. Não precisa dizer quem é a fonte que assim o indicou, mas que pelo menos ele conte aquilo que a Senadora Heloísa Helena tem falado: como foi o ritual, como alguém se aproxima do jornalista da Folha de S.Paulo, como ele teve a capacidade de entender, pois há uma matéria na Folha de S. Paulo em que um jornalista diz que teve acesso a dois funcionários do Prodasen que tinham dito que tinham entregue uma lista da votação da cassação do Senador Luiz Estevão ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Estou apenas dizendo que, em algum momento, esse jornalista possa não dizer o nome da fonte – claro! –, mas pelo menos indicar o ritual de como isso aconteceu, até para que se tenha, no Conselho de Ética, o caminho das pedras de como procurar no Prodasen os funcionários que têm acesso às nossas senhas ou às listas das votações abertas, e como elas se realizam, acompanhando por aqui no Conselho de Ética a auditoria que está sendo feita pelos técnicos da Unicamp.	*S.Paulo* omitir a fonte utilizada para a matéria que fala em dois servidores do Prodasen como fonte do fornecimento da lista ao senador ACM De forma contraditória, o senador Freire repudiaria, mais tarde, a postura dos dois outros procuradores em preservar sigilo de uma conversa reservada. Observação → A *Folha* deveria ser instada a esclarecer essa matéria também em sessão secreta

Conclusões:

O procurador...

- afirma que o senador disse possuir uma lista;
- não ouviu, em nenhum momento, qualquer pessoa na reunião estabelecer a origem da lista ou relacioná-la com o painel eletrônico;
- por mais de uma vez, levanta possibilidade de o convencimento do senador sobre o voto da senadora vir de um processo dedutivo;
- por mais de uma vez, diz que percebeu no senador o propósito de constranger a senadora Heloísa Helena. De tal forma isso fica claro que o senador Dutra pergunta-lhe se seria esse o único motivo de o senador ter falado sobre a tal lista;
- busca de todas as formas incriminar o senador. Apela, inclusive para tentativas de descrever o semblante, tom de voz e gestual do senador.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 95

26.04.2001

Contradições do Procurador Luiz Francisco na Imprensa

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 96
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *26.04.2001*

CONTRADIÇÕES DO PROCURADOR LUIZ FRANCISCO

22.02.2001 – A revista IstoÉ publicou trechos da conversa de ACM com três procuradores. O Procurador Luiz Francisco confirmou o conteúdo da conversa, mas se negou a dizer se houve gravação e quem a teria feito.(**Jornal do Brasil- 3/3/01**)

28.02.2001 – Luiz Francisco admitiu ter gravado três fitas da conversa, mas duas delas teriam sido jogadas no lixo. (Jornal do Brasil – 3/3/01)

01.03.2001 – Em entrevista, Luiz Francisco disse que "os principais trechos da conversa com Antonio Carlos foram reproduzidos praticamente na íntegra pela revista." Mas, na mesma notícia há a afirmação de que, **para o procurador-chefe Luiz Augusto Santos Lima, há diferenças.** (**O Globo**, 01/03/01)

01.04.2001 – O Procurador, após confessar a autoria do grampo e esclarecer que, na conversa, o Senador ACM não fez acusações diretas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso nem afirmou que houve violação no voto da Senadora Heloisa Helena durante a votação de cassação de Luiz Eduardo, acrescentou: **"Ele afirmou de forma dedutiva, não afirmativa."** (**O Estado de S. Paulo** – 1/3/01)

02.03.2001 – Após afirmar em nota ter destruído a fita com a gravação da conversa, o procurador apresentou nova versão, alegando que pisou na fita, mas não a destruiu. E, segundo divulgado pelo **O Globo.** " **ele reafirmou que o senador baiano disse ter a lista de votantes do dia da cassação de Luís Estêvão."**

03.04.2001 – Circulou notícia de que a fita entregue à **IstoÉ** estava inaudível: " como a fita entregue por Luiz Francisco à **IstoÉ** estava inaudível, o procurador teve que passar a noite de quinta-feira, dia 22, com os jornalistas da revista para reconstituir o diálogo". (**O Globo**, 3/3/01)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 97
26.04.2001

CONTRADIÇÕES DO PROCURADOR LUIZ FRANCISCO

07.03.2001 – A revista **Veja** traz matéria em que são relatadas três versões apresentadas pelo procurador, chamando atenção a terceira:
"Mas existe uma terceira versão, relatada pelo próprio Luiz Francisco, segundo a qual ACM começou falando conhecer os votos de todos os senadores e acabou fazendo uma análise do processo político, deixando transparecer que sua certeza sobre o voto da senadora Heloísa Helena advinha de uma convicção pessoal, e não de provas documentais.

08.03.2001 – Em reunião da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, o perito contratado por Luiz Francisco e pela revista **IstoÉ**, Ricardo Molina, apresenta transcrição da conversa, assegurando tratar-se de fita original. A degravação é completamente diferente da divulgada pela revista, **por duas vezes**, caracterizando a má fé e o sensacionalismo nas afirmações divulgadas.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 98

26.04.2001

Mentiras do Procurador Luiz Francisco

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 99
26.04.2001

As mentiras assumidas pelo Procurador Luiz Francisco:

"A partir de quinta-feira, eu neguei, no começo, que tinha gravação. Não entreguei as duas fitas para a revista IstoÉ. Essa outra eu entreguei porque é inaudível. Eu não a entreguei para que eles publicassem. Eu entreguei para que eles levassem ao Dr. Ricardo Molina, que poderia recuperar a fita."

Observação → se era inaudível, para que entregar para a Istoé? Para que entregar para o perito? Porque não entregou as duas feitas com o gravador do bolso, segundo ele (GS e ET afirmaram o contrário), com gravação de boa qualidade?

"Na quarta-feira, eu acho que cometi uma semimentira para a imprensa. Por quê? Porque eu disse que não tinha fita. Naquele momento, eu quase pensei que não havia mesmo fita: "esse assunto está morto e acabou-se o problema". Na quinta-feira, eu passei a dar declaração sistemática. Eu não dei a declaração se existia fita ou se não existia fita, se eu gravei ou se não gravei. É irrelevante."

"Aí, a partir desse ponto, eu fiquei bem mais tranqüilo e não agüentei essa situação de ficar negando o que fiz"

Observação → a mentira era, portanto, intencional.

2. As mentiras lançadas pelo Procurador Luiz Francisco (algumas como pressupostos para outras afirmações ou ações suas):

"No sábado, havia uma entrevista do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estava em Miami, no jornal Folha de S.Paulo. O que ele falou nessa entrevista? Ele confirmou, praticamente, as últimas coisas que acho que tinha de confirmar. Confirmou a questão do Sr. Eduardo Jorge, confirmou que chegaria ao Governo - até o pessoal da imprensa perguntou, e ele falou – por meio do campanha de 1994/1998."

"eu não destruí, eu consenti na destruição"
(...)
"Agora, o outro ponto é que consenti na destruição, eu rompi, trinquei o invólucro. Ainda bem que acho que, no final, não houve a destruição."
( )



O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo mais uma vez a colaboração de todos. Muito obrigado.

(Levanta-se a reunião às 20h20min.)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

8ª REUNIÃO DE 2001

Em 26 de abril de 2001, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir o Sr. Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto:

Brasília, 26 de abril de 2001

PASTA PROCURADOR LUIZ FRANCISCO

1 – Afirmações do Procurador Luiz Francisco perante o Conselho de Ética

2 – Contradições do Procurador Luiz Francisco na Imprensa

3 – Mentiras do Procurador Luiz Francisco

SENADO FEDERAL
2614

Afirmações do Procurador Luiz Francisco perante o Conselho de Ética

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
1. Depois disso, ele vai e fala: *"eu tenho a lista de todos que votaram"*. Quero lembrar também, inclusive à opinião pública nacional, que o Senador Antonio Carlos confirmou a palavra lista duas ou três vezes. Se essa fita for melhor trabalhada vão encontrar essa palavra lá. Se houver um pouco de audibilidade, vai ser encontrada ela lá sim.	(p 55) Afirma que o senador teria citado possuir uma lista
2. **É mais ou menos esse o episódio**. Eu já dei declarações sobre isso, dizendo aquilo que senti na hora. Aquilo que acho que é mais gritante é uma pessoa dizer que tem uma lista de todos os que votaram. **Agora, assim, o sentido da alusão à Senadora entendi muito mais no sentido ferino, de humilhar, de fazer uma brincadeira de mau gosto para tentar ferir uma pessoa.**	(p 55 e 56) Dá a impressão de que acha que a afirmação do senador seria mais uma forma de constranger a senadora
3. O outro termo que falei é que quando uma pessoa faz uma afirmativa e calça a afirmativa numa prova documental, então ela fala: ela votou nele e tenho uma lista impressa por um computador. Se falasse isso, estaria muito claro o contexto. **Mas quando ele põe no meio três coisas**, uma afirmativa da Senadora, que ele teria votado, quando diz que o pedido do Renan Calheiros é **como se estivesse explicando, por isso já dei declaração, dizendo que o sentido da frase pode ser no sentido dedutivo e não calcado num documento que ele teria.**	(p 56) Dá as razões porque acha que o senador teria afirmado mais por dedução do que por possuir, de fato, a lista.
4. Agora, outro ponto também, quando o pessoal estava anotando, nas duas horas que os jornalistas puderam ouvir e anotar, a cada segundo eu tentava tirar o negócio e encerrar, ou seja, eles estavam ouvindo e eu ficava: já está bom, chega, ou seja, havia uma briga permanente nessas duas horas, eles ouvindo e anotando, (...). **Por isso eu acho que teve também trechos que não foram bem anotados, etc.**	(p 56) Na seqüência da afirmação anterior (n.° 3), ele procura justificar porque algumas frases que aparecem na ***Istoé*** não traduziriam adequadamente a conversa.
5. **SR. ANTERO PAES DE BARROS** – (...) estou aqui de posse da publicação da revista **IstoÉ**, dos principais trechos que foram republicados, inclusive, esta semana. *"Vou dizer aqui para vocês: a Heloisa Helena votou a favor do Luiz Estevão. Votou a pedido do Renan. Depois ela disse que não votou. Xingou. Eu tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Luiz Estevão. Não podemos falar, porque o Luiz Estevão vai tentar anular. Anistiar Luiz Estevão aí quebra o Senado: tem a opinião pública."* Gostaria de perguntar a V. Exª, com relação ao conteúdo dessa declaração. V. Exª confirma que essa declaração é realmente a que acabou de expor?	(p 57) Mais uma vez confirma ter o senador citado uma lista. Mas, novamente, deixa subentendida a hipótese de tratar-se de uma dedução, explicitada muito mais, segundo ele, com o objetivo de constranger a senadora (veja negritos)

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Confirmo, ou seja, o conteúdo, como V. Exª disse, acho que é quase impossível alguém, literalmente, palavra por palavra, reconstituir. Mas o que fica na memória é sempre o conteúdo. **Então, o conteúdo é esse. E o que eu acho mais grave, porque independente do painel, se o painel tiver violado acho gravíssimo, mas também alguém se gabar que tem uma lista, a meu ver, também é grave. Então, confirmo. Ele disse, falou da Senadora. É importante que, naquele ponto, ao falar, ele manifesta irritação e como que ataca ela, debochando, ou seja, tentando humilhar a pessoa. (...) Então, é só a ordem um pouco que está... Mas o conteúdo é esse.**	
6. SR. ANTERO PAES DE BARROS – (...) acho relevante o seguinte: a reafirmação de V. Exª. Ele disse a palavra lista? O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Disse, sem dúvida. O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sem dúvida nenhuma? Ele disse a palavra lista? O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Disse. O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Porque, uma dedução de que a Senadora Heloísa Helena votou nele – porque é experiente, porque é isso, porque é aquilo –, essa dedução é impossível para quem conhece o comportamento da Senadora Heloísa Helena aqui no Senado. (...) O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Posso fazer um pequeno aparte? O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pode. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – **Se a gente acha que é impossível, seria também um pouco contraditório ele dizer assim ter uma lista e na lista constaria o voto dela contra o Luiz Estevão.** O que acho mais assim – de qualquer jeito, acho que aquele painel tem que ter 10 perícias nele, se houver a possibilidade, tem que ter a formação de processo criminal e processo o mais pesado possível. **Uma pessoa dizer que tem uma lista de como todos os Senadores votaram, isso só por si, é grave.**	(p 59) **Atenção**: a primeira frase em negrito mostra a convicção (?) do procurador de que seria impossível (e contraditório) haver uma lista que mostrasse a senadora votando a favor de Luiz Estevão. A segunda frase em negrito mostra, mais uma vez, a intenção do procurador em comprometer o senador mesmo ele não possuindo lista nenhuma.
7. **SR. JEFFERSON PÉRES** - Sr. Luiz Francisco de Sousa, embora a degradação feita pelo Dr. Ricardo Molina - nessa gravação não apareça a palavra "lista" - tanto os jornalistas como V. Sª afirmam que na fita usada pela	(p 77) O senador Jefferson Péres levanta as hipóteses que poderiam sustentar a frase do senador sobre a lista.

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
revista IstoÉ consta a palavra dita pelo Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. Correto? **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** - Correto. **O SR. JEFFERSON PÉRES** - Portanto, **vou partir do pressuposto de que a expressão "Eu tenho a lista de todos os que votaram" que foi, efetivamente, dita pelo Senador. A partir daí, há três hipóteses: primeira, foi mera bravata** – bravata de quem quis passar a impressão de quem tem um grande poder e que era senhor de informações que os mortais não têm. **Outra hipótese e que S. Exª terá elaborado uma lista através de três meios: primeiro - confidências feitas a S. Exª por alguns dos votantes; segundo - informações de terceiros, supostamente bem informados, que teriam revelado a S. Exª alguns nomes dos Senadores que votaram; e, terceiro meio, avaliações feitas por ele mesmo, Senador, pelas informações que tinha, pelas observações que faziam a respeito dos comportamentos e das ligações dos Senadores.** Por esses três meios ele teria elaborado a sua própria lista. E, **terceira hipótese, ele violou, ou alguém por ele violou o sistema eletrônico de votação e tem realmente em mãos uma lista real efetiva.** Dr. Luiz Francisco, quando ele disse isso, não ocorreu a V. Sª nem a nenhum de seus colegas, diante de uma revelação tão grave, e me parece que isso seria até automático, perguntar a ele como conseguiu essa lista. Ninguém lhe fez essa pergunta? (...) **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – (...) **vem um outro momento que o que ele fala que é relevante é uma brincadeira de mau gosto, para humilhar uma Senadora.** Vem esse outro momento. Então, o choque é muito mais calcado nisso. Depois tem aquele negócio de ele se vangloriar pela cassação, tem esse momento. Então, lá pelas tantas, só no final, quando ele fala: eu sei como a Senadora votou, ele fala três coisas, primeiro se diverte com a ira da Senadora, sentindo-se alegre em irritar uma pessoa; depois ao mesmo tempo ele fala que ela falou isso porque eles se matariam; até aí não tem lista, porque a lista vem depois. Mais tarde, ele fala aquela outra palavra, que foi a pedido do Senador Renan Calheiros. Não entendemos nada, e nos atemos à questão: o que o Senador Renan Calheiros... **Depois ele vai e fala da lista, e quando ele fala da lista, entra o outro, o Fernando César e**	**O procurador ressalta que o senador não teria feito nenhuma referência à origem da lista ou ao painel eletrônico.**

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
corta: "não pode falar isso". E o assunto morre. Como se trata de um Senador de setenta e poucos anos, que tem uso das faculdades intelectuais bem concatenadas, organizadas, é um senhor que tem mais de 50 anos de vida pública, não é fácil de querermos conduzir uma conversa com uma pessoa mais idosa, com anos de vida pública. E outra coisa, aqui no Senado, para vocês, a questão do painel eletrônico é uma coisa que está na consciência. Para nós, pelo número de vezes que ouvimos falar desse painel, é nada. Então, assim, na hora em que ele falou a gente não se atem. Agora, o que ficou que achei que ficou desagradável foi como que ele se vangloriando de uma coisa ilícita, se gabando de ter uma coisa ilícita. Agora, ficou claro também o desejo dele de ferir a Senadora, de rir enquanto achava que a Senadora estava furiosa, tudo isso ficou claro. Uma outra ironia do Fernando César, também em relação à Senadora. Agora no momento exato em que... **Outra coisa, quando ele fala lista, ele não dá detalhes. Ele não diz que é uma lista emitida pelo computador e esse painel é totalmente sigiloso. Ou seja, aqui entre nós, a gente passou mesmo...**	
8. **SR. PEDRO SIMON** – (...) A rigor, existem três momentos em que o decoro pode ter sido quebrado: primeiro, conforme a primeira fita que saiu na **IstoÉ** e isso tem que ficar bem esclarecido e não contextualizado, mas bem esclarecido, o senhor ouviu que o Senador ACM afirma que tem uma lista ou a lista de quem votou contra e a favor de Luiz Estevão? Tinha uma lista ou tinha a lista de quem votou a favor do Luiz Estevão? É a primeira pergunta. **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Recordo-me de lista, não me recordo se era a lista ou uma lista. Recordo-me de lista só. Infelizmente...** **O SR. PEDRO SIMON** – Não sabe, não recorda? **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Recordo-me que ele falou, textualmente, lista como os Senadores votaram.** Isso ele falou, e o Fernando César vai e atalha, etc. **Mas, se foi a ou uma, não me recordo.** **O SR. PEDRO SIMON** – Mas, uma ou a lista de quem votou contra Luiz Estevão? **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** - É o substantivo a lista...	(p 83 e 84) Novamente, o procurador confirma a "lista". Instado pelo senador Simon, não é capaz de confirmar se ACM referiu-se a "uma lista" ou "a lista". Ao que parece, o senador Simon estaria procurando confirmar tratar-se da lista do computador, caso ACM tivesse se referido a ela como "a lista".

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
O SR. PEDRO SIMON - Sim, mas de quem votou contra Luiz Estevão. **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** - É. **O SR. PEDRO SIMON** - Isso o senhor lembra? A lista ou... **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - A lista de como votaram os Senadores. Isso eu me recordo.** **O SR. PEDRO SIMON** - Como votaram os Senadores. **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - Isso. Na cassação.**	
9. **SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – (...) Agora, volto a te repetir: se vocês pegarem aquela fita, aquela que está com Dr. Brindeiro e pegar e isolar aquele trechinho – só aquele trechinho da conversa – e botar, por exemplo, sete ou oito peritos, bons peritos, com bons ouvidos e bons equipamentos, para ficar escutando durante uma semana, vão aparecer mais palavras. Não é necessário recuperar todas. Eu trouxe a base dessa aqui. **O SR. PEDRO SIMON** - E esse textinho a que V. Exª se refere, como é que ele está na primeira fita publicada pela revista **IstoÉ**? **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** - É aquilo que eu falei, ou seja, a gente... **O SR. PEDRO SIMON** - Mas V. Exª concorda com o que está na **IstoÉ**, no primeiro texto? **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** - Concordo com a idéia. Porque ali reflete a verdade. Ou seja, a verdade é a adequação que está narrada, é a representação do fato. (...) **Acima de tudo, eu gostaria de lembrar aos trabalhos do Conselho que, recuperando as entrevistas que o Senador concedeu em Miami, ele se refere à lista, ele fala a palavra lista, explica como. Diz que é só...chega até a falar em negócio do sigilo, questão de setembro do ano passado. Disse que chegaria à campanha de 94, 98. Tudo isso ele fala.** (...) **Com relação à fita, isolem uns trechos centrais, basicamente o final, que é essa parte da lista; isolado o final, terão um minuto e meio de conversa. É só pegar aquilo ali, botar em equipamento da mais alta acústica, colocar sete peritos e em uma semana terão**	(p 85 e 86) Não é verdade que o senador tenha falado sobre "lista" nas entrevistas que deu de Miami. (1° negrito) O procurador insiste em citar trechos isolados, fora do contexto da conversa, até mesmo quando sugere que novos estudos sejam feitos sobre a fita. (2° negrito). Já quando ele tenta incriminar o senador, se esforça em descrever o contexto da conversa, o gestual etc.

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
mais palavras.	
10. SR. JUVÊNCIO DA FONSECA – Sr. Presidente, Sr"s e Srs. Senadores, ainda não estou contente com o que se refere à questão da lista. Estou sentindo que o Procurador ainda está tergiversando a verdade sobre o que aconteceu naquele dia em que ele conversou com o Senador Antonio Carlos Magalhães e com os outros Procuradores. Quando o Senador Antero Paes de Barros fez a inquirição do Procurador – foi o primeiro a fazê-lo -, o **Procurador disse o seguinte: "Podem ver a gravação, que constatarão que lá, por duas ou três vezes, foi falado nessa lista". A palavra "lista" foi repetida e está na gravação**. Quando o Senador Ney Suassuna, também preocupado com a legitimidade dessa afirmação...Aí reside a razão desta nossa reunião: queremos saber se houve fraude na votação feita pelo painel. Este é o objeto da nossa reunião: a existência ou não de fraude ao painel. Essa notícia tem fundamento na reunião dos Procuradores. O Senador Ney Suassuna, preocupado, "apertou" o Procurador aqui nesta inquirição, e o Procurador disse o seguinte: **"Quanto à lista, começou o ACM falando, aí entrou o Fernando César Mesquita. O Fernando César Mesquita entra na conversa, e morre a conversa. Então, não deu tempo nem para conversar sobre a lista"**. Essa é a última versão da Procuradora. Na primeira, ela falou mais de duas vezes. Nessa segunda versão, quando entrou o Fernando César Mesquita, morreu o assunto, não se falou mais nisso. **Ora, estamos reunidos aqui justamente para saber a verdade sobre essa lista, se ela foi ou não mencionada na reunião dos Procuradores com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Se ele disse lá que tinha uma lista e que poderia ter fraudado o painel, também o procurador, pela experiência que tem, viu que existiu um crime naquele hora, era só insistir nesse assunto um pouco mais que arrancaria a informação do Senador**. Mas o assunto morreu quando entrou o Fernando César Mesquita. **Gostaria de saber, faço essa única pergunta ao procurador: tem certeza, ou não se tem certeza, que quando se falou em lista era em razão da fraude do painel**? Se V. S" não pode afirmar isso, não seria melhor dizer que não sabe se a intenção realmente do Senador Antonio Carlos Magalhães, quando disse "a lista", era em razão dessa fraude do painel?	(p 87 e 88) O senador Juvêncio aponta as imprecisões e contradições do procurador, quando este se refere à lista (todos os negritos, exceto o último). O procurador reafirma que o senador ACM citou a lista mas nega qualquer referência ao painel (último negrito)

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
Senão, vamos ficar aqui falando no vazio a noite inteira e não chegaremos a conclusão nenhuma. O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA - **Só falei que ele mencionou, uma vez, que tinha a lista de como votaram os Senadores; uma vez e não três vezes, uma só. Em nenhum momento ele disse que fraudou o painel. Ele não falou em nenhum momento isso aí.**	
11. **SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – (...) Então, depois ele disse que a Senadora ficava com raiva, e ele está-se divertindo, ele está. Ao imaginar a Senadora morta de ódio aqui, ele se diverte. Isso tem que ser dito, é o tom que ele está usando. Depois ele disse que a Senadora brigou, também ele está se divertindo. Depois ele fala do pedido do Senador Renan Calheiros. **Depois ele diz que tem a lista de todos que votaram**. Depois ele fala de Renan de novo. E aí, nesse momento, o Senador Antonio Carlos e o Fernando César Mesquita falam do Senador Renan Calheiros. Por isso aparece duas vezes a expressão do Senador Renan Calheiros. De repente, vem o Fernando César Mesquita e interrompe. Não se pode falar desse assunto, e o assunto morre. (...) **O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** – Claro! "Senador, o senhor tem essa lista? Como é que o senhor conseguiu essa lista, se o painel é de votação secreta?" (...). Por que teve esse temor reverencial com uma simples perguntinha: "Escuta, o senhor conseguiu essa lista fraudando o painel? Como é que o senhor conseguiu essa lista? Ela é da votação secreta, não é? Foi um amigo seu que fez isso?" Eles não se interessaram nada em esclarecer essa lista, e agora toda a imprensa vem falando da fraude do painel. Digo isso porque estamos reunidos aqui para discutir a fraude no painel. É o objeto desta reunião. Estamos aqui para isso, não é para outra coisa não. Fraude do painel! E está-se deixando a coisa acontecer aí de qualquer jeito. Não pode. Então, não vejo neste depoimento nem sequer na reportagem qualquer fato forte que diga o seguinte: houve uma fraude no painel no seu sistema de sigilo. Não houve. Agora, Sr. Presidente, com todas essas seis horas de reunião, o que nos resta é	(p 89) Sem que lhe seja solicitado pelo senador Tuma, o procurador mais uma vez tenta convencer os membros do Conselho de Ética das intenções do senador ACM "interpretando" o que ele teria dito (já que quase nada aparece na fita), até mesmo tentando descrever suas expressões faciais e tom de voz.

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
aguardar a perícia do sistema do painel. Se foi violado, tudo bem, existe aí uma suspeita da violação. Se não foi violado, toda essa conversa aqui foi jogada fora.	
12. **SR. JUVÊNCIO DA FONSECA** – Claro! "Senador, o senhor tem essa lista? Como é que o senhor conseguiu essa lista, se o painel é de votação secreta?" (...). Por que teve esse temor reverencial com uma simples perguntinha: "Escuta, o senhor conseguiu essa lista fraudando o painel? Como é que o senhor conseguiu essa lista? Ela é da votação secreta, não é? Foi um amigo seu que fez isso?" Eles não se interessaram nada em esclarecer essa lista, e agora toda a imprensa vem falando da fraude do painel. Digo isso porque estamos reunidos aqui para discutir a fraude no painel. É o objeto desta reunião. Estamos aqui para isso, não é para outra coisa não. Fraude do painel! E está-se deixando a coisa acontecer aí de qualquer jeito. Não pode. **Então, não vejo neste depoimento nem sequer na reportagem qualquer fato forte que diga o seguinte: houve uma fraude no painel no seu sistema de sigilo. Não houve.** **Agora, Sr. Presidente, com todas essas seis horas de reunião, o que nos resta é aguardar a perícia do sistema do painel. Se foi violado, tudo bem, existe aí uma suspeita da violação. Se não foi violado, toda essa conversa aqui foi jogada fora.**	(p 90) O senador Juvêncio aponta que nenhum dos depoimentos e nem a reportagem da Istoé comprovam ter o senador ACM se referido a uma lista extraída do painel eletrônico. Ressalta que nada pode se afirmar antes que se comprove ou não a violação do painel eletrônico.
13. **O SR. WALDECK ORNELAS** - Desse modo, a fita desta reunião do Conselho é muito importante para, de uma vez por todas, acabar com essa pretensão de se imputar ao Senador Antonio Carlos Magalhães a questão da lista. Como S. Exª deixou muito claro, há uma dedução acerca do voto da Senadora Heloísa Helena, confirmando o que o Senador Antonio Carlos Magalhães disse no Plenário do Senado Federal, ou seja, que não havia lista e que respeitava a posição da Senadora Heloísa Helena. Muito obrigado. **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Em duas ocasiões o Senador Antonio Carlos Magalhães reconheceu que falou a palavra lista. Então, esse ponto é inatacável. Trata-se de declaração da própria boca do Senador Antonio Carlos. A questão é se houve ou não vazamento.**	(p 94) O procurador busca, em entrevistas concedidas pelo senador (?), sustentar sua tese sobre a lista. (1° negrito) O procurador mostra não saber de que tipo de lista se tratava (na verdade, em outros trechos ele já reconhecera não poder afirmar a origem da lista). Nem que esta informação (a origem) tivesse sido dada por alguém na reunião.

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
O SR. WALDECK ORNELAS – E que tipo de lista. **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – É. **O SR. WALDECK ORNELAS – Sobre isso, V. Sª não assume nenhuma responsabilidade.** **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA – Só posso falar do que ouvi.**	
14. **SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – Só um segundo, porque isso aí é muito importante. (...) Ele faz uma pausa, como que se endireita e... Eu me lembro até alguma coisa. Ele falou isso aqui: "*Agora, uma coisa eu posso dizer*", e aí fala: "*A Senadora Heloísa Helena votou nele*". Depois disso aí, ele faz uma pequena pausa e é nessa pausa que ele vai e diz que ela teria ficado irada, e ele fica se divertindo, imaginando ela irada. É do jeito que ele se porta ali naquele momento, ou seja, se divertindo com a ira e com a humilhação, com o aborrecimento da Senadora, literalmente. Depois disso aí, ele diz aquela frase, para como que justificar a afirmativa, também. Ele diz: "*Ela falou no Senado que era bom...*". Ele falando; ele até menciona desse jeito. Ele mesmo, fingindo que era a Senadora, fala desse jeito: "*Era bom que o Luiz Estevão permanecesse no Senado, porque ele me atacaria, eu o atacaria, e um mataria o outro*". Depois disso aí, ele fala: "*Renan Calheiros...*" Não, não consta. Está entre aspas, três pontinhos, e estão quatro palavras omitidas aqui. Isso aí eu estou falando de memória. E depois ele diz: "***Tem uma lista com todos que votaram nele***", como está aqui, direitinho. (...) É mais ou menos esse o sentido. (...) A questão do painel, não tenho a menor familiaridade com a questão do painel. Quando ele fala que tem a lista, antes ele está dizendo também que ele estava vazando informação, que ele estava.(...) **O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Estou insistindo nisso, porque, como eu já disse, se a auditoria técnica não for conclusiva, o depoimento de V. Sª, como o dos repórteres da **IstoÉ**, como os outros dois, como o de Antonio Carlos Magalhães, vão ser fundamentais para o Conselho chegar a uma conclusão. Porque na hipótese de confirmação de que houve violação do sigilo,... **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – Está resolvido. **O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – ... é um processo por quebra de decoro parlamentar. Na hipótese de bravata, acho que o Conselho tem que analisar, mas é um caso de resposta política que, no meu entendimento, já foi	(p 105 e 106) Novamente, sem que lhe seja solicitado, o procurador tenta convencer os membros do Conselho de Ética das intenções do senador ACM "interpretando" o que ele teria dito (já que quase nada aparece na fita), até mesmo tentando descrever suas expressões faciais e tom de voz. O senador Dutra não acha fundamental para elucidar o caso comprovar-se ou não a violação do painel. O senador Dutra teria percebido que o procurador insinua entre as razões para a afirmação do senador ACM sobre a lista o objetivo apenas de constranger ("esculhambar com) a senado Heloísa Helena. Instado, o procurado nega fosse essa a <u>única</u> intenção. Mais uma vez afirma ter ouvido o senador falar de lista.

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
brilhantemente dada pela Senadora Heloísa Helena no seu discurso, e uma questão de difamação que vai ser resolvida, no caso, na Justiça. Mas quando V. Sª diz que, nesse trecho, ele fala "Heloísa Helena votou nele", e aí V. Sª conta essa história de que ele teria dito que a Heloísa disse que eles iam se matar... **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – Ele falou isso. **O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Essa afirmação, ou esse trecho, serve como base para a afirmação anterior? Repetindo a pergunta: O que V. Sªs entenderam? Que ele disse que Heloísa votou nele em função desse episódio? Ou não deu para... Porque V. Sª falou que na conversa há também a conversa corporal. Como V. Sª participou, eu gostaria que tentasse fazer um esforço de memória para buscar estabelecer uma relação, para estabelecer se essa afirmação foi apresentada como justificativa para a afirmação anterior de que ela votou nele ou não. Ou se são coisas como: não, ela até, não sei o quê. **Ou se tinha o objetivo só de esculhambar, como V. Sª disse, a Senadora Heloísa Helena.** **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – Eu não disse que era unicamente com o objetivo de esculhambar. Eu disse que tinha isso também. **O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – Esculhambar é um termo meu, porque não me lembrei do termo que V. Sª usou. **O SR. LUIZ FRANCISCO DE SOUSA** – Agredir. O que acho é que ele fala duas coisas que são relevantes: **ele manifesta ciência, conhecimento de como a Senadora votou – é um ponto. Quer dizer, se o voto é secreto, como ele diz que sabe como a Senadora votou? E depois ele afirmar também que tem a lista de todos os que votaram nele. Também ele menciona como que ele teria um documento que conteria a lista de como todos os Senadores votaram**. Então que ele disse essas duas coisas, disse; mas ele disse também aquele negócio. Ele falou essas duas coisas, mas também falou a frase da Senadora, que um mataria o outro. Só posso falar do que ouvi, e o que ouvi é bem claro. **O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA** – É lógico. Estou satisfeito.	
15. **O SR. ROBERTO FREIRE** – (...) **seria interessante – evidentemente resguardada a fonte, porque o jornalista não vai dizer quem assim falou -**	(p 107) O senador Roberto Freire entende razoável a *Folha de*

ASSUNTO: "LISTA"

Procurador Luiz Francisco	Observações
trazer aqui o jornalista para esclarecer a sua reportagem de que tinha tomado conhecimento de que essa lista tinha saído do Prodasen. **Não precisa dizer quem é a fonte que assim o indicou**, mas que pelo menos ele conte aquilo que a Senadora Heloisa Helena tem falado: como foi o ritual, como alguém se aproxima do jornalista da **Folha de S.Paulo**, como ele teve a capacidade de entender, pois há uma matéria na **Folha de S. Paulo** em que um jornalista diz que teve acesso a dois funcionários do Prodasen que tinham dito que tinham entregue uma lista da votação da cassação do Senador Luiz Estevão ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Estou apenas dizendo que, em algum momento, **esse jornalista possa não dizer o nome da fonte – claro! -**, mas pelo menos indicar o ritual de como isso aconteceu, até para que se tenha, no Conselho de Ética, o caminho das pedras de como procurar no Prodasen os funcionários que têm acesso às nossas senhas ou às listas das votações abertas, e como elas se realizam, acompanhando por aqui no Conselho de Ética a auditoria que está sendo feita pelos técnicos da Unicamp.	*S.Paulo* omitir a fonte utilizada para a matéria que fala em dois servidores do Prodasen como fonte do fornecimento da lista ao senador ACM. De forma contraditória, o senador Freire repudiaria, mais tarde, a postura dos dois outros procuradores em preservar sigilo de uma conversa reservada. **Observação** → A *Folha* deveria ser instada a esclarecer essa matéria também em sessão secreta.

Conclusões:

O procurador...

- afirma que o senador disse possuir uma lista;
- não ouviu, em nenhum momento, qualquer pessoa na reunião estabelecer a origem da lista ou relacioná-la com o painel eletrônico;
- por mais de uma vez, levanta possibilidade de o convencimento do senador sobre o voto da senadora vir de um processo dedutivo;
- por mais de uma vez, diz que percebeu no senador o propósito de constranger a senadora Heloisa Helena. De tal forma isso fica claro, que o senador Dutra pergunta-lhe se seria esse o único motivo de o senador ter falado sobre a tal lista;
- busca de todas as formas incriminar o senador. Apela, inclusive para tentativas de descrever o semblante, tom de voz e gestual do senador.

Contradições do Procurador Luiz Francisco na Imprensa

CONTRADIÇÕES DO PROCURADOR LUIZ FRANCISCO

22.02.2001 – A revista IstoÉ publicou trechos da conversa de ACM com três procuradores. O Procurador Luiz Francisco confirmou o conteúdo da conversa, mas se negou a dizer se houve gravação e quem a teria feito.(**Jornal do Brasil**- 3/3/01)

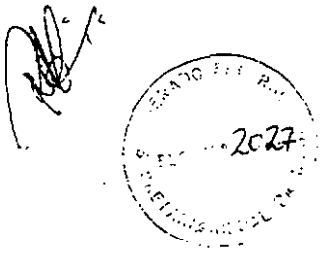
28.02.2001 – Luiz Francisco admitiu ter gravado três fitas da conversa, mas duas delas teriam sido jogadas no lixo. (Jornal do Brasil – 3/3/01)

01.03.2001 – Em entrevista, Luiz Francisco disse que "os principais trechos da conversa com Antonio Carlos foram reproduzidos praticamente na íntegra pela revista." Mas, na mesma notícia há a afirmação de que, **para o procurador-chefe Luiz Augusto Santos Lima, há diferenças.** (**O Globo**, 01/03/01)

01.04.2001 – O Procurador, após confessar a autoria do grampo e esclarecer que, na conversa, o Senador ACM não fez acusações diretas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso nem afirmou que houve violação no voto da Senadora Heloísa Helena durante a votação de cassação de Luiz Eduardo, acrescentou: **"Ele afirmou de forma dedutiva, não afirmativa."** (**O Estado de S. Paulo** – 1/3/01)

02.03.2001 – Após afirmar em nota ter destruído a fita com a gravação da conversa, o procurador apresentou nova versão, alegando que pisou na fita, mas não a destruiu. E, segundo divulgado pelo **O Globo**, " **ele reafirmou que o senador baiano disse ter a lista de votantes do dia da cassação de Luís Estêvão."**

03.04.2001 – Circulou notícia de que a fita entregue à **IstoÉ** estava inaudível: " como a fita entregue por Luiz Francisco à **IstoÉ** estava inaudível, o procurador teve que passar a noite de quinta-feira, dia 22, com os jornalistas da revista para reconstituir o diálogo". (**O Globo**, 3/3/01)



CONTRADIÇÕES DO PROCURADOP LUIZ FRANCISCO

07.03.2001 – A revista **Veja** traz matéria em que são relatadas três versões apresentadas pelo procurador, chamando atenção a terceira:
"Mas existe uma terceira versão, relatada pelo próprio Luiz Francisco, segundo a qual ACM começou falando conhecer os votos de todos os senadores e acabou fazendo uma análise do processo político, deixando transparecer que sua certeza sobre o voto da senadora Heloísa Helena advinha de uma convicção pessoal, e não de provas documentais.

08.03.2001 – Em reunião da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, o perito contratado por Luiz Francisco e pela revista **IstoÉ**, Ricardo Molina, apresenta transcrição da conversa, assegurando tratar-se de fita original. A degravação é completamente diferente da divulgada pela revista, **por duas vezes**, caracterizando a má fé e o sensacionalismo nas afirmações divulgadas.

Mentiras do Procurador Luiz Francisco





1. As mentiras assumidas pelo Procurador Luiz Francisco:

"A partir de quinta-feira, eu neguei, no começo, que tinha gravação. Não entreguei as duas fitas para a revista ***IstoÉ.*** *Essa outra eu entreguei porque é inaudível. Eu não a entreguei para que eles publicassem. Eu entreguei para que eles levassem ao Dr. Ricardo Molina, que poderia recuperar a fita."*

Observação → se era inaudível, para que entregar para a Istoé? Para que entregar para o perito? Porque não entregou as duas feitas com o gravador do bolso, segundo ele (GS e ET afirmaram o contrário), com gravação de boa qualidade?

"Na quarta-feira, eu acho que cometi uma semimentira para a imprensa. Por quê? Porque eu disse que não tinha fita. Naquele momento, eu quase pensei que não havia mesmo fita: "esse assunto está morto e acabou-se o problema". Na quinta-feira, eu passei a dar declaração sistemática. Eu não dei a declaração se existia fita ou se não existia fita, se eu gravei ou se não gravei. É irrelevante."

"Aí, a partir desse ponto, eu fiquei bem mais tranqüilo e não agüentei essa situação de ficar negando o que fiz"

Observação → a mentira era, portanto, intencional.

2. As mentiras lançadas pelo Procurador Luiz Francisco (algumas como pressupostos para outras afirmações ou ações suas):

"No sábado, havia uma entrevista do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estava em Miami, no jornal ***Folha de S.Paulo.*** *O que ele falou nessa entrevista? Ele confirmou, praticamente, as últimas coisas que acho que tinha de confirmar. Confirmou a questão do Sr. Eduardo Jorge, confirmou que chegaria ao Governo - até o pessoal da imprensa perguntou, e ele falou – por meio da campanha de 1994/1998."*

"eu não destruí, eu consenti na destruição"
(...)
"Agora, o outro ponto é que consenti na destruição, eu rompi, trinquei o invólucro. Ainda bem que acho que, no final, não houve a destruição."
(...)

2030

"O maior momento em 50 anos de vida pública."

Antonio Carlos Magalhães

Parlamentares homenageiam presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal

Homenagens a ACM

marcam a sessão do Congresso de 7 de fevereiro de 2001 e a sessão do Senado Federal de 13 de fevereiro de 2001

O final da sessão do Congresso Nacional, em 7 de fevereiro, foi marcado pelas homenagens prestadas por 29 parlamentares dos mais diversos partidos ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Emocionado, o senador, que chorou durante grande parte dos pronunciamentos, declarou que aquele momento estava sendo um dos mais importantes de seus 50 anos de vida pública.

Muitas das lideranças partidárias que se pronunciaram durante a sessão lembraram a atuação do deputado Luís Eduardo Magalhães, falecido no dia 21 abril de 1998. Filho de Antonio Carlos, o deputado presidiu a Câmara dos Deputados e era apontado como forte candidato à Presidência da República.

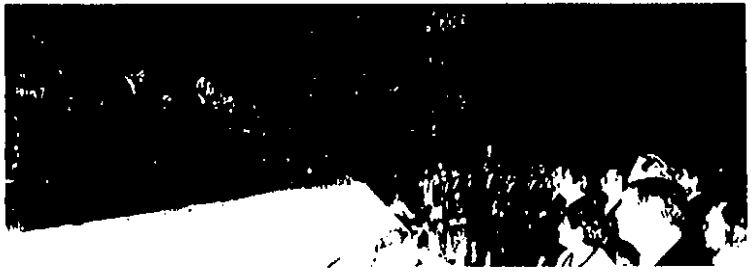
Entre os parlamentares que elogiaram a atuação do senador à frente do Congresso Nacional estavam várias lideranças de Oposição, lideranças do governo e parlamentares representantes de inúmeros estados.

Eles ressaltaram o empenho do presidente do Senado na aprovação do Fundo de Combate à Pobreza e no aumento do salário mínimo, entre outras iniciativas. Também elogiaram a forma como o senador conduziu os trabalhos do Legislativo, respeitando as minorias e lutando para que as decisões ali adotadas fossem marcadas pela independência entre os poderes.

A sessão do Senado Federal, de 13 de fevereiro, também foi de homenagens ao presidente do Senado. Senadores dos mais diversos partidos foram à tribuna manifestar apreço e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido por Antonio Carlos Magalhães na presidência da Casa.

Os senadores que se manifestaram foram unânimes no reconhecimento ao empenho que o presidente sempre demonstrou na defesa das prerrogativas do Senado Federal, no direito da minoria manifestar-se, no cumprimento de compromissos assumidos.

De todos, desde representantes do Governo no Senado a membros da Oposição, Antonio Carlos ouviu agradecimentos sobre a forma como conduziu os trabalhos legislativos e de como se posicionou com convicção, firmeza de caráter e transparência com relação a temas candentes como a elevação do salário mínimo, a limitação do uso de medidas provisórias, a instituição de um Fundo de Combate à Pobreza, a luta contra a corrupção no País, repercutidos no engrandecimento das instituições Senado Federal e Congresso Nacional perante a Nação e os demais Poderes da República.





Artur Virgílio define ACM como "um lutador"

O deputado Artur Virgílio, líder do governo no Congresso e primeiro orador a homenagear o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, definiu o senador baiano como "um lutador". Ele elogiou a decisão política de Antonio Carlos de votar, a qualquer custo, o Orçamento da União ainda no ano 2000, frisando que essa "era uma tarefa quase impossível".

Artur Virgílio registrou a admiração que tem por Antonio Carlos, ressaltando que o senador tem como marca registrada tomar atitudes de destemor que sempre envolvem coragem pessoal e política. Ele afirmou que o tempo de convivência com o presidente do Senado foi extremamente compensador, visto ter-lhe propiciado um grande aprendizado político.

Suassuna ressalta condução firme de ACM nos trabalhos



O senador Ney Suassuna (PMDB – PB) ressaltou a condução firme e serena do presidente Antonio Carlos Magalhães nos trabalhos legislativos, o que, em sua avaliação, permitiu que, na sessão do Congresso de quarta-feira, fossem votadas 26 medidas provisórias. "Tudo indicava que não seriam possíveis essas votações, mas Vossa Excelência soube como viabilizá-las", disse.

Segundo Suassuna, o exemplo dado por Antonio Carlos, agindo com firmeza em defesa das causas do Congresso Nacional, muitas vezes o fez sair orgulhoso do plenário. – Apesar das desavenças que tivemos, naturais na vida pública, nosso relacionamento durante esses quatro anos foi de muito respeito e lealdade –, garantiu.

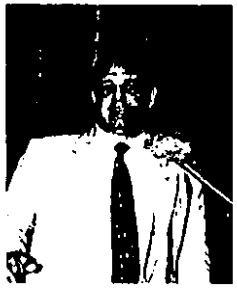


Leão lembra futuras missões no Congresso

Ao homenagear, em nome do PPB, o presidente Antonio Carlos Magalhães, o deputado Odelmo Leão (MG) lembrou que, mesmo depois de deixar a presidência do Senado, haverá muitas outras missões a desafiá-lo no futuro. "Meu partido quer trabalhar ao seu lado, na defesa dos interesses do Brasil e do Legislativo", disse.

Odelmo afirmou que Antonio Carlos, nos anos em que presidiu o Senado, deixou de ser somente um grande político baiano para se transformar num dos maiores políticos brasileiros. "Tenho orgulho de dizer, lá nas Minas Gerais, que posso dialogar com Vossa Excelência, e que Vossa Excelência sempre me ouvirá com atenção de conselheiro e de homem que deseja um Brasil novo e moderno", destacou.

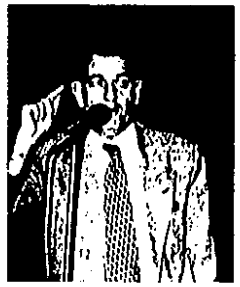
Torgan quer ficar ao lado de ACM no combate à corrupção



O deputado Moroni Torgan (PFL – CE), ao lembrar que sua atuação parlamentar é voltada ao combate ao crime organizado, disse que quer estar ao lado de Antonio Carlos Magalhães na luta contra a corrupção. Torgan disse ter visto nas atitudes de Antonio Carlos "um exemplo de luta contra a corrupção e a safadeza", acrescentando que o senador fez a Justiça prosperar no Brasil.

– Seu exemplo é importante para este país. Se a Justiça alcançou quem nunca antes havia sido punido, devemos isso a sua iniciativa. E o povo se regozijou com isso – assinalou.

Torgan disse, ainda, ter certeza de que o deputado Luís Eduardo Magalhães, filho de Antonio Carlos, falecido em 1998 quando ocupava a presidência da Câmara, tem orgulho do pai e que, um dia, vai abraçá-lo e lhe dizer isso pessoalmente.



Faria de Sá agradece a ACM por tê-lo aturado

O deputado Arnaldo Faria de Sá (PPB – SP) agradeceu ao presidente Antonio Carlos Magalhães por ter "aturado" suas interferências e por ter sempre concedido a oportunidade de ele se manifestar nas sessões do Congresso. – Ainda que por várias vezes tenha incomodado, encaminhando e discutindo excessivamente várias medidas, sempre tive a atenção e o respeito de Vossa Excelência –, afirmou.

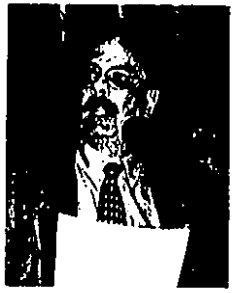
– Tenha certeza de que, ao prestar esta homenagem a Vossa Excelência, lembro-me do saudoso presidente da Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães, meu companheiro e amigo particular, que me fez admirar e respeitar Vossa Excelência. Parabéns ao presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães –, disse ainda Faria de Sá.

Paulo Otávio fala em nome de Brasília



Em nome de Brasília, o deputado Paulo Otávio (PFL – DF) prestou homenagem ao presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, a quem classificou como o "grande reformador da nossa política". O deputado lembrou que Antonio Carlos foi o criador do Fundo de Combate à Pobreza e que defendeu o aumento do salário mínimo para R$180. Para ele, são conquistas como essas que dignificam a carreira de um homem público e fazem com que seu nome seja lembrado como o que há de melhor na política brasileira.

– A moralidade que Vossa Excelência tem buscado todos os dias terá resultado a curto prazo. Com certeza, presidente, o povo brasileiro o apóia. A busca da moralidade é o que a sociedade mais exige de nós, políticos – concluiu Paulo Otávio.



Pannunzio destaca "firmeza inabalável" de ACM

Para o deputado Carlos Pannunzio (PSDB – SP), o plenário do Congresso Nacional viveu, nos últimos dias, momentos de muita tensão e situações em que, "se não fosse a firmeza e a decisão inabalável" do presidente Antonio Carlos Magalhães de fazer com que a Casa cumprisse sua obrigação constitucional, não teria sido possível discutir, votar e aprovar 26 medidas provisórias.

– Em nome do PSDB, rendo minhas homenagens ao presidente Antonio Carlos Magalhães e a todos os partidos políticos. Instados sobretudo por Vossa Excelência, souberam se portar e perceberam que esta é a Casa do diálogo, onde a construção do consenso, havendo boa vontade e liderança firme com a de Vossa Excelência, acaba prevalecendo – afirmou o deputado.



Bispo Rodrigues diz que a vida pública de ACM é um exemplo

Em nome dos parlamentares evangélicos do PL, o deputado Bispo Rodrigues (PL – RJ), disse que a vida pública do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, é um exemplo para todos. Ele acrescentou que sempre reverenciará a memória de Luís Eduardo Magalhães, "um grande amigo" que teve na Câmara, mesmo antes de ser político.

Bispo Rodrigues ressaltou que, nos momentos difíceis que a Câmara passou, Luís Eduardo sempre assumiu uma postura de orientador e conselheiro, tranqüilizando os demais deputados. "Que Deus o abençoe, senhor presidente, e que continue sendo para nós esse exemplo de homem que luta pelos ideais do povo brasileiro", completou o parlamentar.

Inocêncio diz que o Brasil deve muito a Antonio Carlos



Falando como líder do PFL, o deputado Inocêncio Oliveira (PFL – PE) disse que não apenas o Congresso, mas todo o Brasil deve muito ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. "A história do país haverá de fazer justiça ao homem que tem pautado sua vida em defesa dos mais sagrados interesses do povo, que se confundem com os interesses do seu estado e com os interesses da Nação", afirmou.

O parlamentar pernambucano destacou a atuação de Antonio Carlos como presidente do Congresso, sobretudo na busca da independência do Legislativo e na construção da democracia. Inocêncio ainda ressaltou a participação decisiva do senador no aumento do salário mínimo para R$180,00 e na criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Ricardo Barros destacou esforço de ACM na instalação da CPI do Judiciário

O deputado Ricardo Barros (PPB – PR) elogiou o trabalho e a liderança de Antonio Carlos Magalhães à frente do Legislativo. Ele destacou o esforço do presidente do Senado na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades no Judiciário. "Da sua iniciativa nasceu esta CPI, provocando verdadeira revolução na visão da sociedade brasileira sobre aquele Poder", afirmou. O deputado também prestou uma homenagem ao filho de Antonio Carlos, o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães. "Nós, desta geração de jovens parlamentares com menos de 40 anos, espelhamo-nos na conduta de Luís Eduardo, que marcou sua passagem nesta Casa por atitudes que certamente herdou de Vossa Excelência, pois como diz o ditado: o fruto não cai longe do tronco da árvore".





Medeiros elogia atuação de ACM para aumentar salário mínimo

Falando em nome dos trabalhadores brasileiros, o deputado Luiz Antonio Medeiros (PL – SP) disse que o presidente Antonio Carlos Magalhães ofereceu uma contribuição decisiva para que o salário mínimo fosse elevado para R$180,00. "Quando Antonio Carlos Magalhães empunhou essa bandeira, ela passou a ser viável e, por conseqüência, ganhou a opinião pública", disse Medeiros. Na opinião do fundador e ex-presidente da Força Sindical, a atuação de Antonio Carlos foi decisiva para que muitos brasileiros este ano disponham de melhores condições de sobrevivência. "São trabalhadores humildes, gente pobre que terá um pouco mais de pão no seu prato", afirmou. Medeiros observou que a classe trabalhadora sempre buscou uma melhor distribuição de renda por meio da elevação do valor do salário mínimo.

Heráclito Fortes destaca gestão de Antonio Carlos no Legislativo



Ao homenagear Antonio Carlos Magalhães pela sua gestão como presidente do Senado, o deputado Heráclito Fortes (PFL – PI) manifestou sua gratidão "por ter podido adquirir com esse convívio excelentes lições de vida". Ele destacou que ao longo dos últimos quatro anos compartilhou sorrisos nos momentos felizes e lágrimas nos de tristeza.

"Vi um homem que saiu do fundo do poço, com uma dor que abalou todo o Brasil, ensinar-nos a ter coragem e força para continuar escrevendo neste país a história que era o ideário de seu filho Luís Eduardo Magalhães", afirmou. Heráclito Fortes disse ainda que sua expectativa é que Antonio Carlos, encerrada a missão de presidir o Congresso, ainda preste muitos serviços à Nação.



Miro manifesta respeito do PDT ao senador Antonio Carlos

Em nome do PDT, o deputado Miro Teixeira (PDT – RJ) apresentou seu respeito ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, observando que a polêmica está na essência da política. Para o deputado oposicionista, o político que não se entrega ao debate apaixonado, está se negando ao risco que a atividade exige. Remontando à redemocratização do país, o deputado disse que esse risco Antonio Carlos correu, quando em um único discurso, reconheceu que o regime militar, do qual era próximo, havia caído.

– Foi quando emergiu vitoriosa a candidatura de Tancredo Neves. Essa Justiça, essa reverência, temos que lhe prestar – afirmou Miro Teixeira.

Em seu discurso, o deputado referiu-se também à sucessão de Antonio Carlos na presidência do Senado, mencionando a possibilidade de a oposição votar em um candidato do PFL ou de este partido apoiar uma candidatura de oposição.

O deputado, que também prestou uma homenagem à memória do deputado Luís Eduardo, ressaltou ainda que "é bom olhar para um campo oposto" e encontrar um adversário como Antonio Carlos, que não é dissimulado".



Arruda enumera lições deixadas por Antonio Carlos

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB – DF) disse ter aprendido muito com Antonio Carlos Magalhães, mas destacou como a maior lição do senador baiano sua capacidade de demonstrar publicamente, num momento, a coragem na luta pelas causas que acredita e, em outro, a comoção de um ser humano que se transfigura e se emociona. Arruda se reportou ao deputado Luís Eduardo, filho falecido de Antonio Carlos, para afirmar que o senador sabe a dimensão da sua responsabilidade como homem público.

– Quero dizer a Vossa Excelência, senador Antonio Carlos, e terei a chance de fazê-lo com mais cuidado no plenário do Senado, que sua figura pública de enorme grandeza, concorde-se ou não com seus objetivos e seus métodos, perde para sua figura humana – afirmou.

Arruda reconheceu que, mesmo quando divergiram, mesmo quando Antonio Carlos Magalhães deixou de atender a questões colocadas por ele, como Líder do Governo no Senado, o fez de forma clara e transparente. Muitas vezes para preservar o direito das minorias.

Finalizando, Arruda afirmou:

– Quero ser para o povo de Brasília, que me elegeu, o que Vossa Excelência é para o povo da Bahia.



Brant ressalta momentos importantes de Antonio Carlos na presidência

O deputado Roberto Brant (PFL – MG) ressaltou dois momentos importantes do presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, na sessão em que ele foi homenageado. O primeiro foi sua iniciativa de trazer ao debate a questão da pobreza no Brasil. Roberto Brant disse que o tema, que poderia ter sido uma iniciativa dos partidos populares ou do Executivo, concretizou-se por iniciativa do senador que, "com coragem", conseguiu a aprovação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com a ajuda relutante do governo federal.

Outro momento culminante da presidência de Antonio Carlos, conforme Brant, foi a insistência do senador na aprovação de iniciativa regulamentando a edição de medidas provisórias. De acordo com o parlamentar, o Senado produziu um texto exemplar, "que ficou escondido nos porões da Câmara". O parlamentar atribuiu à firmeza do presidente do Senado a existência de um acordo nacional em torno do tema, mas lastimou que nem assim ele tenha sido aprovado.

– Espero que os futuros presidentes possam sucedê-lo na grandeza, na honra e na dignidade que Vossa Excelência trouxe para o Senado e para o Congresso.



Fernando Ferro: sociedade quer esclarecimentos sobre denúncias contra políticos

O deputado Fernando Ferro (PT – PE) pediu que o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, trabalhe pelo esclarecimento das denúncias que têm sido feitas contra ele e o senador Jader Barbalho (PMDB – PA), sob pena de ver o Legislativo compactuar com o que há de mais baixo na atividade política. "A população brasileira exige esclarecimentos sobre esses fatos, sobre fitas de vídeo e livros que tratam da vida de políticos que pertencem ao Parlamento. Meu sentimento é de que devemos buscar esclarecer esses fatos, para que as biografias de todos nós fiquem aptas a enfrentar o presente e o futuro", disse. O deputado reconheceu a contribuição de Antonio Carlos para a história do país e disse que o Congresso deve à sociedade os esclarecimentos sobre as denúncias. "Ao mesmo tempo em que reconheço o seu papel (de Antonio Carlos) na vida política nacional – e ninguém transita 50 anos na história política de um país impunemente ou com incompetência – digo que o Parlamento brasileiro, por meio de suas instituições, está a dever à sociedade uma série de explicações", avaliou Fernando Ferro.



Genoíno destaca respeito de ACM à minoria

O respeito à atividade política, aos acordos feitos e aos direitos da minoria foi a principal caraterística, de acordo com o deputado José Genoíno (PT – SP), da gestão do senador Antonio Carlos Magalhães na Presidência do Congresso. "A disputa com Vossa Excelência se dá

sempre num patamar exigente, respeitoso e no plano da dimensão política", assegurou o deputado petista.

Genoíno relembrou o período em que liderou o PT na Câmara, dizendo que mesmo em votações de grande interesse do governo, Antonio Carlos manteve o respeito pela bancada minoritária. "Quando fui líder, a Presidência proporcionou o debate, deu espaço à minoria, e em momentos delicados como o da discussão do novo mínimo, manteve tudo que foi acertado com a oposição", disse o deputado.



Hugo Napoleão faz balanço da trajetória política de ACM

Do primeiro mandato de deputado federal, ainda no Rio de Janeiro, à Presidência do Senado Federal, as realizações de Antonio Carlos Magalhães na história política brasileira foram detalhadas pelo senador Hugo Napoleão (PFL – PI) em discurso nesta quarta-feira (dia 7). O líder pefelista começou o seu pronunciamento lembrando as bandeiras defendidas pelo jovem deputado Antonio Carlos em favor da democracia brasileira e as relações de amizade que o uniam ao ex-presidente Juscelino Kubistschek.

– O presidente Juscelino devotava admiração incontida por este homem que é o "cavaleiro de Cervantes", que enfrenta os moinhos de vento em favor da democracia brasileira – afirmou o senador, citando também as realizações de Antonio Carlos como prefeito de Salvador e governador da Bahia. "Ele modernizou a Bahia", completou.

Hugo Napoleão dedicou parte de seu pronunciamento para ressaltar as bandeiras defendidas por Antonio Carlos na Presidência do Congresso. O líder do PFL citou a defesa da limitação das medidas provisórias, o combate à pobreza e a elaboração do novo Código Civil.

Roberto Jefferson: coragem é marca maior de Antonio Carlos



O deputado Roberto Jefferson (PTB – RJ) disse que a coragem é o mais importante traço da personalidade política de Antonio Carlos Magalhães. "Gosto de político assim: corajoso, guerreiro, que enfrenta todas as situações de frente e de cabeça erguida e não teme a ninguém. Nem a surpresa e a dor que a vida lhe causou tirou-lhe o ânimo da luta", afirmou.

Na avaliação do deputado, Antonio Carlos trata com emoção a política, o que resulta no reconhecimento do povo baiano. "Já fui a Salvador com 4 de setembro, data do aniversário de Vossa Excelência, e vi a cidade inteira parada. Todos, carregando faixas, vão a sua casa como numa romaria para saudá-lo como o maior líder da Bahia e, sem dúvida, um dos maiores do Brasil", disse.



Haroldo Lima lembra defesa que Antonio Carlos fez da Petrobras

Falando pela liderança do PCdoB, o deputado Haroldo Lima (BA) lembrou um pronunciamento que o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, fez em defesa da Petrobras, quando a empresa estava ameaçada de ser privatizada. "Ouvi do seu filho Luís Eduardo Magalhães referência a esse episódio, e ele disse que se nós tivéssemos maiores problemas com a defesa da estatal, seguramente, nós contaríamos mais com V. Exª do que com ele próprio". Haroldo Lima também destacou as vezes em que Antonio Carlos "fustigou" o chefe do Executivo e do Judiciário em defesa do Legislativo e de interesses maiores da soberania brasileira. "Nosso problema hoje é político e ideológico, pois do ponto de vista pessoal não curtimos e não cultuamos nenhum tipo de ressentimento em relação a fatos que passaram", afirmou.



Dutra destaca postura de ACM na defesa da soberania do Legislativo

Mesmo destacando suas divergências político-ideológicas com Antonio Carlos Magalhães, o senador José Eduardo Dutra (PT – SE) registrou a postura do presidente do Congresso na defesa da soberania do Legislativo. Ele citou o episódio da votação da medida provisória que estabelecia a cobrança da contribuição previden-ciária dos aposentados, quando o voto da maioria do plenário derrubou o projeto de lei de conversão.

No entendimento de José Eduardo Dutra, uma análise fria do Regimento Interno sinalizaria que, derrotado o projeto de conversão, fosse votada a medida provisória original. "Mas Antonio Carlos entendeu que aquele procedimento significaria flagrante desrespeito à vontade majoritária da Câmara dos Deputados e colocaria o Congresso Nacional, perante a opinião pública, em posição de absoluta vassalagem ao Executivo", afirmou.

Outro aspecto registrado por Dutra foi a condução do presidente do Senado nos fatos que culminaram na cassação do senador Luiz Estevão. "Posso afirmar com toda a certeza que, pelo fato de Antonio Carlos ser o presidente do Senado Federal, pela primeira vez na história da República, aquela Casa, não pela vontade de atos institucionais ou de ditadores de plantão, mas pelo voto soberano e democrático, cassou um senador".

Clementino Coelho: ACM é exemplo do Nordeste para o Brasil



O Nordeste precisa de desenvolvimento, investimentos e infra-estrutura e foi o que Antonio Carlos Magalhães levou à região, afirmou o deputado Clementino Coelho (PPS – PE). Para o deputado, este é o exemplo que deve ser dado ao país. "No semi-árido não cabe muito discutir ideologias, doutrinas e patrulhamento, mas aproveitar a oportunidade, fazer a hora. Antonio Carlos fez isso e a Bahia já o está julgando", analisou o deputado.

Ainda segundo o parlamentar do PPS, a trajetória política de Antonio Carlos apresenta lições de administração pública.

– Que esse exemplo administrativo de operacionalidade, luta, determinação, emoção por sua terra e por sua causa, se impregne naqueles que têm a obrigação de transformar o Brasil em um só país e de dar ao nordestino, ao povo do semi-árido a condição de cidadão de primeira categoria – disse o deputado.



Gabeira pede criação de comissão mista para ir ao Canadá

O deputado Fernando Gabeira (PV – RJ) pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que apoiasse a criação de uma comissão mista do Congresso com o objetivo de discutir com os parlamentares do Canadá a crise comercial criada com a proibição daquele país de importação de carne brasileira, em uma tentativa de resolver a crise comercial entre os dois países. Gabeira ressaltou que essa seria uma oportunidade de Antonio Carlos, "mais uma vez, imprimir importante ação, já que o governo brasileiro ainda não sabe coordenar o país para agir nesse caso". Essa seria, disse o deputado, "apenas mais uma decisão de Vossa Excelência num país que, como sabemos, é muito carente de grandes decisões".

O deputado lembrou que, quando o governo do Canadá quis libertar os dois canadenses presos no Brasil, o governo brasileiro soube coordenar suas ações, usando a imprensa, a televisão, os parlamentares e todos os recursos de que dispunha e acrescentou: "este é o momento de coordenarmos, de algum ponto, nossas ações". Na sua opinião, uma comissão do Congresso brasileiro no Canadá teria a oportunidade de, se não resolver o problema, pelo menos dizer à opinião pública canadense que não há mal da vaca louca no Brasil e que os negócios brasileiros não podem ser prejudicados.



Furlan diz ter-se inspirado na coragem de ACM

O deputado Rubens Furlan (PPS – SP) lembrou que foi eleito pelo PFL e que, no início de seu primeiro mandato, inspirou-se na coragem do presidente Antonio Carlos Magalhães. – A coragem e a experiência de Vossa Excelência fazem com que eu me mantenha firme e alimentado neste Parlamento –, afirmou o deputado.

Furlan observou que, às vezes, um político de primeira legislatura acha que não deve falar de certos assuntos nem levantar determinados temas no Legislativo. – Mas, no momento em que Vossa Excelência, ao defender a Bahia, ao defender o Parlamento, dá o grito, fico pensando por que não gritar da mesma forma para alertar aqueles que não defendem o nosso país da forma como deviam – argumentou o deputado.

Paulo Souto diz que atuação de ACM no Congresso é exemplo de amor ao Brasil



O senador Paulo Souto (PFL – BA) destacou que a atuação de Antonio Carlos Magalhães à frente do Legislativo está sendo, para toda a Nação, um exemplo de espírito público e de amor ao Brasil. Ele disse ter assistido com emoção a todas as homenagens prestadas pelos parlamentares.

– Cada um dos baianos, neste momento, continua dando a força que Antonio Carlos tem merecido ao longo de sua vida pública, para enfrentar as grandes lutas que tem enfrentado, com a mesma coragem e determinação, sempre pensando neste país e na sua Bahia –, afirmou Paulo Souto.

O senador acrescentou que sua homenagem não era apenas pessoal, mas em nome de todos os baianos.



Tilden pede a ACM que não abandone a luta em defesa do rio São Francisco

O deputado Tilden Santiago (PT – MG) disse que assinava embaixo das palavras de seus colegas, especialmente os da oposição que, ao manifestarem seus sentimentos, reconheciam seu valor como homem público.

O deputado fez um apelo ao presidente do Senado para que não abandone a luta em defesa da revitalização do rio São Francisco. Ele lembrou que muitos parlamentares estão nesta luta, que inclui a revitalização de toda a bacia do São Francisco, e disse que esperava contar com a força de Antonio Carlos. – Para conseguirmos resultados nessa luta, precisamos de gente com a sua têmpera – afirmou.



Pedro Fernandes lança candidatura de ACM à presidência da República

O deputado Pedro Fernandes (PFL – MA) lançou sua candidatura à presidência da República. "Vossa Excelência é o homem certo para tal posição", disse ele. O deputado afirmou que Antonio Carlos deveria percorrer o país, levando a gravação da sessão do Congresso em que foram votadas 26 medidas provisórias, para mostrar a todos a determinação de um presidente em liderar trabalhos legislativos e o respeito que todos lhe dedicam, tanto governistas quanto oposicionistas.

Para Pedro Fernandes, o Brasil precisa de um presidente da República que goste da pobreza, tenha coragem, valentia e determinação como é o caso de Antonio Carlos Magalhães.



Arnaldo Madeira diz que determinação de ACM salvou a convocação extraordinária

O líder do governo na Câmara, deputado Arnaldo Madeira (PSDB – SP), ao homenagear o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que está deixando o cargo, afirmou que o senador baiano foi o "comandante que salvou a convocação extraordinária". O parlamentar explicou que foi graças à ação e à determinação de Antonio Carlos, juntamente com o presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB – SP), e demais líderes partidários, que foi possível construir o entendimento que viabilizou a aprovação de 26 medidas provisórias.

Arnaldo Madeira acrescentou que todo o trabalho desenvolvido por Antonio Carlos à frente do Congresso Nacional certamente "deixará frutos". Ele ressaltou a admiração e o respeito que nutre pelo presidente do Senado, manifestando sua certeza de que, durante a sessão legislativa que vai se iniciar, continuarão a dialogar sobre a política do país.

Mercadante diz que ACM age com autoritarismo, mas cumpre o que promete



O líder do PT na Câmara, deputado Aloísio Mercandante (PT – SP), ao fazer um balanço de sua convivência com o presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA), disse que o senador, apesar de agir com "autoritarismo e intransigência, tem a virtude política de dizer a verdade e não correr dos problemas", e cumpre o que promete.

– Aprendi na relação com Vossa Excelência que há homens públicos que cumprem o que negociam e outros não. Vossa Excelência faz parte do primeiro time. Essa é uma qualidade rara na vida pública e nós temos que reconhecer isso no balanço da história – afirmou o deputado.

Mercadante elogiou a atuação de Antonio Carlos Magalhães nas discussões em torno da fixação do salário mínimo em R$180,00 e da criação do Fundo de Combate à Pobreza, lembrando que o senador juntou-se à bancada oposicionista do PT nessa luta.

O deputado mencionou a participação de Antonio Carlos no seminário promovido pelo PT sobre o Fundo de Combate à Pobreza, a convite do presidente de honra do partido, Luís Inácio Lula da Silva, dizendo que Lula foi duramente criticado pelos petistas por ter convidado o senador, que era visto como um adversário. No entanto, foi a participação de Antonio Carlos no seminário e a sua firmeza de levar adiante essa plataforma, que permitiu a constituição do Fundo de Pobreza, observou.

Mercadante afirmou, no entanto, que a favor da ética na política é necessário apurar as denúncias que envolvem Antonio Carlos e o candidato do PMDB à Presidência do Senado, Jader Barbalho (PMDB – PA).

– Nós somos a favor da ética na política e nós do PT não a negociamos. Vamos prosseguir exigindo e cobrando que isso vá ao fundo doa a quem doer, pois isso é um compromisso da democracia – disse o deputado.



Fogaça: ACM mostrou ser possível garantir, à Oposição, o direito de fazer oposição e ao Governo, o direito de viabilizar-se como governo

Ao homenagear Antonio Carlos Magalhães, o senador José Fogaça (PMDB – RS), ressaltou que, arrostando dificuldades, ACM trouxe objetivamente ao debate a questão da limitação da edição de medidas provisórias.

Fogaça afirmou que, em 20 anos de vida dentro do Congresso, não se lembrava de um presidente que, como ACM, apoiasse, efetivamente, mudanças no regime de imunidade parlamentar.

Por fim, Fogaça lembra que ACM deixa a presidência como um dos artífices de um salário mínimo mais elevado e de um Programa de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil, absolutamente inédito na história do País.



Requião: poucos presidentes do Senado deixaram a Mesa com uma aprovação quase unânime e consensual dos seus pares

Em seu pronunciamento, o senador Roberto Requião (PMDB – PR) diz que, não obstante as divergências políticas que ambos mantêm, não há como não reconhecer e elogiar o comportamento transparente, emocional e aberto de Antonio Carlos Magalhães.



Geraldo Melo: Antonio Carlos demonstrou completa consciência do papel do Congresso Nacional na construção da democracia e da liberdade no Brasil

Ao lembrar os quatro anos que passaram juntos, na Mesa do Senado Federal, o senador Geraldo Melo (PSDB – RN) afirmou que, mais do que as experiências de trabalho, é a conquista de uma amizade que mais deseja preservar.

Segundo Geraldo Melo, a história de Antonio Carlos Magalhães à frente do Congresso Nacional se encerra, mas ACM seguirá contribuindo ao País como Senador da República.



Bernardo Cabral destaca a clareza de princípios de Antonio Carlos e a unânime aprovação de seus pares

Segundo o senador Bernardo Cabral (PFL – AM), a gestão de Antonio Carlos será reconhecida, não apenas pelos seus pares, amigos e colegas do Senado Federal, mas principalmente por uma população que está a reclamar por ética e por seriedade.



Francelino Pereira destaca a honradez de Antonio Carlos Magalhães e seu espírito polêmico e lutador

Em sua homenagem a Antonio Carlos Magalhães, o senador Francelino Pereira (PFL – MG) destaca a força interior que move o senador baiano, que parece fortalecer-se cada dia mais.

Fala das semelhanças entre o povo mineiro e o da Bahia e da admiração que Minas nutre por ACM.



Edison Lobão: Antonio Carlos Magalhães é um líder. Sabe ouvir, mas é firme quando precisa ser

Em seu pronunciamento, o senador Edison Lobão (PFL – MA) destacou as qualidade de Antonio Carlos Magalhães que o credenciam a, *"descendo as escadas da presidência da Casa"* permanecer *"no alto da escada da liderança"*.

Edison Lobão aproveitou a oportunidade para transmitir a ACM a mensagem do Presidente José Sarney, ausente da Sessão por razões de saúde:

– Tudo quanto Sua Excelência iniciou e não concluiu, Vossa Excelência, com grandeza, conclui. Tudo quanto na administração de Sua Excelência se concluiu, Vossa Excelência consolidou. E mais, Vossa Excelência ampliou o que havia sido feito nos diversos campos do Parlamento brasileiro.



Pedro Piva: repetindo Fernando Pessoa, "navegar é preciso". E ACM é um navegador, que navega no limite de suas forças, até o limite de sua saúde, pelo País

Em seu pronunciamento, o senador Pedro Piva (PSDB – SP) fala de uma amizade de trinta anos, fortalecida por uma empatia que ele sabe recíproca. E dá seu testemunho do prestígio e respeito que ACM conquistou em todo o País, em especial no seu Estado de São Paulo:

– Quando Vossa Excelência vem a São Paulo, é recebido como um Senador paulista. Se fizer uma campanha para o Senado, em São Paulo, quero andar um pouco com Vossa Excelência ao meu lado, no Parque do Ibirapuera, para conseguir os votos dos baianos, de todos os nordestinos que lá estão, dos quais nós, paulistas, orgulhamo-nos.



Valmir Amaral destaca coragem e liderança de Antonio Carlos Magalhães

Em sua homenagem a Antonio Carlos Magalhães, o senador Valmir Amaral (PMDB – DF) destacou sua coragem, que deve servir de exemplo a todos os brasileiros. Lembrou ainda a demonstração de força de ACM por ocasião do falecimento do deputado Luís Eduardo.



Arlindo Porto afirma que ACM dirigiu o Senado de maneira correta e definida, com respeito à Instituição. Por isso, hoje colhe o respeito de todos os partidos

Segundo o senador Arlindo Porto (PTB – MG), Antonio Carlos Magalhães colhe agora os bons frutos do que semeou à frente da Mesa do Senado.

Arlindo Porto encerrou sua homenagem expressando sua certeza de que ACM permanecerá, como senador da República, ao lado dos que buscam valorizar o processo democrático, o respeito às Instituições.



Eduardo Suplicy: "ACM agiu no sentido do fortalecimento do Senado Federal"

O senador Eduardo Suplicy (PT – SP) fez questão de registrar a estima que nutriu pelo senador Antonio Carlos Magalhães no exercício da presidência do Senado, quando pôde conhecê-lo melhor e respeitá-lo. Lembrou suas ações no combate à pobreza, na instalação da CPI do Judiciário e a forma como interagiu com o Bloco da Oposição e do Partido dos Trabalhadores.

– V. Exª agiu no sentido do fortalecimento do Senado Federal... V. Exª sempre nos ouviu e isso foi muito importante, porque alguns passos fundamentais foram dados, inclusive com relação aos nossos objetivos de continuar lutando para que o Brasil se torne uma sociedade mais justa e civilizada.



Lauro Campos define ACM como um conquistador

Elogiando a bravura do senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Lauro Campos (PT – DF), ao se referir ao momento de transição nas duas Casas do Congresso Nacional, diz-se preocupado ante o silêncio reinante entre os colegas:

– Será que ficamos todos velhos de uma hora para outra? Perdemos a capacidade de escutar e de reagir? Perdemos a capacidade de nos inflamar, que se teria concentrado apenas na figura do presidente Antonio Carlos Magalhães? Devemos compreender os excessos para reafirmar, abençoar e compartilhar desse impulso ético, desse impulso de moralização.

E se dirigindo diretamente ao presidente Antonio Carlos Magalhães:

– V. Exª continuará, para tristeza de seus opositores, um conquistador. V. Exª sabe utilizar a sua inteligência, a sua simpatia, a sua lhanura, mas também sabe utilizar o outro lado, para expulsar os vendilhões do templo.



Tião Viana manifesta seu respeito à figura de ACM

Em aparte ao senador Lauro Campos, o senador Tião Viana (PT – AC) enfatiza a coragem com que o senador Antonio Carlos Magalhães enfrentou, como presidente do Senado, o Poder Judiciário e, acima disso, a cassação de um senador da República. E acrescenta:

– Entendo este testemunho como um ato de justiça, um ato de respeito... Não conheço um ato público que o desabone. Sou daqueles que entendem que política e honra são compatíveis. Não imagino política e honra como água e óleo.



José Alencar diz que ACM merece a admiração de todos os brasileiros

O senador José Alencar (PMDB – MG) reconheceu que todos os Estados da Federação gostariam de possuir um homem público como Antonio Carlos Magalhães, pela forma como S. Exª defende as cores do Brasil e pela sensibilidade social que demonstra em tudo que faz. Manifestando sua admiração pelo senador Antonio Carlos Magalhães, registrou:

– V. Exª representa aquela probidade de que tanto o Brasil carece no exercício da vida pública. Assim, V. Exª tem sido alvo da admiração e do respeito desta Casa. Comecei a enxergar isso a partir do momento em que aqui cheguei.



Djalma Bessa, como baiano, declara-se vaidoso com as homenagens prestadas a ACM

Solidarizando-se com as homenagens prestadas ao senador Antonio Carlos Magalhães, o senador Djalma Bessa (PFL – BA) agradece, em nome da Bahia, o trabalho altamente dignificador e patriótico desempenhado por ACM à frente da Presidência do Senado.

Em sua fala, Djalma Bessa realça os laços de amor existentes entre Antonio Carlos e seu eleitorado:

– ...ao político vale ser julgado pelo eleitorado ao se submeter às eleições, e V. Exª, nesse aspecto, não há dúvida, tem nota dez, considerando-se os demais políticos. Entretanto, V. Exª não se distingue apenas pela disputa nas eleições. Basta que se considerem os aplausos, o apoio, a consideração, as homenagens, que V. Exª tem recebido, não só desta Casa como da Câmara dos Deputados. É realmente, Sr. Presidente, um recor-

de, e isso não é por acaso. V. Exª fez por merecer das duas Casas, acima dos partidos, uma consagração.



Mauro Miranda enaltece a atuação decisiva de ACM na virada democrática

Lembrando a presença de ACM no enterro de Juscelino Kubitschek, em pleno governo da Revolução, o senador Mauro Miranda (PMDB – GO) enaltece a coragem do senador Antonio Carlos Magalhães, que se fizera notar em outras várias oportunidades, especialmente em sua atuação decisiva na vida democrática do País "quando se apresentou, no momento das eleições diretas, na Frente Liberal, conseguindo fazer com que este País voltasse à democracia. O País não tem como esquecer isso".



Moreira Mendes rememora e agradece os ensinamentos recebidos de ACM

Fazendo referência à sua chegada ao senado Federal, o senador Moreira Mendes (PFL – RO) agradeceu ao senador Antonio Carlos Magalhães pelos ensinamentos das primeiras regras de boa conduta dentro da Casa.

Enaltece a figura de ACM e sua personalidade, complementando:

– V. Exª é uma pessoa diferente, que consegue, ao mesmo tempo, ser um leão e uma criança. Pode ter certeza de que aprendi muito.



Maguito Vilela: "V. Exª é uma unanimidade"

Ressaltando os valores do senador Antonio Carlos Magalhães, Maguito Vilela (PMDB – GO) considerou-o um intérprete dos sentimentos do povo brasileiro, apoiando a CPI do Judiciário, criando o Fundo de Combate à Pobreza, conduzindo a votação da medida provisória "que tratava do esporte brasileiro, impedindo a entrada descarada do capital externo na compra de clubes brasileiros", enfim, apoiando todas as CPIs levadas a efeito nesse período:

– V. Exª foi um Presidente extremamente democrático, permitiu que senadores de todos os partidos tivessem aqui independência. V. Exª soube – repito – corresponder aos anseios da Nação. O Brasil, esta Casa e todas as instituições precisam de homens determinados, corajosos, ousados e que tenham, de fato, amor a este País, a esta Pátria.



ACM destaca sua luta em defesa da soberania do Legislativo

No encerramento de sua última sessão como presidente do Congresso, o senador Antonio Carlos Magalhães destacou sua intransigente defesa da soberania do Legislativo. Ele disse que procurou cumprir seu dever atendendo às reivindicações justas do Poder Executivo, mas sem aceitar qualquer subserviência do Legislativo. "Continuarei vigilante para que as melhores soluções sejam encontradas nessa convivência, na luta pelos verdadeiros interesses do país", afirmou.

Antonio Carlos agradeceu as inúmeras manifestações de apreço e carinho de deputados e senadores presentes à sessão, tanto governistas

como oposicionistas. Ele assegurou ter convivido com governo e oposição da mesma forma, "fazendo justiça, até quando a oposição estava sendo injusta".

Para Antonio Carlos, nada foi mais comovente do que as palavras que ligaram seu nome ao de Luís Eduardo, seu filho. Ele lembrou os exemplos de convivência e coragem que Luís Eduardo deu ao Brasil, e as oportunidades em que mostrou como se deve defender o país e o Legislativo. "Acredito mesmo que, se vivo estivesse, as recentes crises brasileiras teriam sido menores. Não estando ele conosco, hei de contribuir para que seu nome continue forte no coração de todos os brasileiros", afirmou.

O senador manifestou sua gratidão pela generosidade de seus pares, ressaltando que a homenagem representava um dos maiores momentos de sua carreira pública de quase 50 anos. Ele prometeu que continuará atuando como parlamentar com os mesmos propósitos e dedicação que marcaram seus quatro anos na presidência do Senado.

Ao falar sobre a emoção de que foi tomado diante de tantas homenagens, Antonio Carlos afirmou que nada é mais comovente para um homem público do que receber, na hora final de seu mandato, palavras tão carinhosas de seus pares. "Ao invés de um anoitecer, está sendo uma alvorada", disse.

Ele prometeu que, enquanto viver, continuará lutando para que o Congresso tenha cada vez mais prestígio junto à opinião pública. "E isso se faz com determinação, respeitando a todos, mas com disposição para enfrentar qualquer obstáculo", concluiu Antonio Carlos Magalhães.

Na Sessão do Congresso Nacional de 7 de fevereiro de 2001, parlamentares homenageiam o presidente senador Antonio Carlos Magalhães

Apanhamento taquigráfico
(Sem revisão dos oradores)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto as tratativas entre as Lideranças partidárias no Congresso prosseguem, gostaria de aproveitar a oportunidade – quem sabe esta seja a última sessão do Congresso presidida por V. Exª – para dizer que foi um grande aprendizado ter convivido com V. Exª neste período. A convivência pessoal e política prosseguirá, mas foi extremamente recompensador para mim saber da sua firme decisão política na hora de aprovar o Orçamento nos limites de 2000, para que ele passasse a vigorar logo no início deste ano. Aquele ato, que dependeu em muito da vontade política de V. Exª, a mim me parecia um trabalho quase impossível.

As atitudes que V. Exª toma, que sempre envolvem destemor, coragem pessoal e política, muitas vezes convocam pessoas ao combate contra V. Exª, na contraposição em que outras são, também, convocadas a admirá-lo.

Na hora em que lhe presto esta homenagem singela, Presidente Antonio Carlos Magalhães, se tivesse que definir V. Exª com uma frase – com uma palavra não conseguiria –, diria que V. Exª é um lutador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. ARNALDO FARIA DE SÁ (PPB – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto se trava a discussão quanto à aprovação ou não de outra medida provisória – sei que esta não é a última sessão que V. Exª presidirá, ainda teremos outra –, aproveito este interregno para cumprimentar V. Exª pela condução do Congresso Nacional nos últimos quatros anos.

Ainda que por várias vezes, utilizando o Regimento, tenha incomodado V. Exª, encaminhando e discutindo excessivamente várias medidas, sempre tive a atenção e o respeito de V. Exª.

Portanto, quero dar meu testemunho pela maneira como V. Exª conduziu o Congresso Nacional nesse período.

Tenho certeza de que, ao prestar esta homenagem a V. Exª, lembro-me do saudoso Presidente da Câmara, Deputado Luís Eduardo, meu companheiro e amigo particular, que me fez admirar e respeitar V. Exª.

Neste momento tenho o prazer, a alegria e a satisfação de cumprimentar V. Exª e dizer obrigado, pois V. Exª aturou minhas interferências e sempre, regimentalmente, concedeu-me a oportunidade para manifestar-me.

Parabéns ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães!

O SR. PAULO OCTÁVIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em nome do Distrito Federal, a Capital que V. Exª presenciou a construção, amigo que foi do ex-Presidente Juscelino Kubitschek, a quem estimou, quero na sessão de hoje prestar a homenagem de Brasília à sua condução como Presidente do Congresso Nacional.

V. Exª nesses dois anos foi o grande reformador da nossa política. A moralidade que V. Exª tem buscado todos os dias terá resultado a curto prazo. Com certeza, Presidente, o povo brasileiro apóia V. Exª A busca da moralidade é o que a sociedade mais exige de nós, políticos.

Elogio o seu trabalho e a criação do Fundo de Combate à Pobreza, projeto de autoria de V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, principalmente o aumento do salário mínimo para 180 reais, uma grande conquista. Graças a sua coragem, hoje podemos pagar esse valor ao trabalhador brasileiro.

São conquistas como essa que dignificam a sua carreira e fazem com que o nome de Antonio Carlos Magalhães venha a ser sempre lembrado como o que há de melhor na política nacional.

Parabéns a V. Exª e meus cumprimentos, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado a V. Exª.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB – SP. Como Líder) – Sr. Presidente, considero fundamental dar o meu testemunho à Nação no que se refere aos acontecimentos dos últimos dias.

Vivemos neste plenário do Congresso Nacional alguns momentos de muita tensão, situações em que, se não fosse a firmeza e a decisão inabalável de V. Exª de fazer com que esta Casa cumprisse sua obrigação constitucional, possivelmente não teríamos chegado ao resultado que podemos ostentar ao povo brasileiro neste instante: 26 medidas provisórias discutidas, votadas e aprovadas.

Em nome do PSDB, rendo minhas homenagens ao Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães e a todos os partidos políticos. Instados sobretudo por V. Exª, souberam se portar e perceberam que esta é a Casa do diálogo, onde a construção do consenso, havendo boa vontade e liderança firme como a de V. Exª, acaba prevalecendo.

Quero também dar meu testemunho do esforço empreendido pelos Líderes do Governo, Deputados Arthur Virgílio e Ricardo Barros, que souberam com muita habilidade ajudar a compor esse consenso final. Mais uma vez manifesto o meu apreço por V. Exª, pela postura sempre digna e firme que já se constitui marca pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, se em alguns momentos tivemos divergências, isso é natural na vida pública. Quero manifestar a minha admiração por V. Exª e exaltar o exemplo que nos deu em muitas ocasiões, agindo com firmeza em defesa das causas do Congresso Nacional, ao ponto de me fazer sair deste plenário orgulhoso por várias vezes.

Hoje mesmo tivemos um exemplo disso: tudo indicava que não conseguiríamos fazer as votações, mas com a condução serena e firme de V. Exª, Sr. Presidente, estamos por exaurir a pauta de hoje.

Parabéns. Apesar das desavenças, o nosso relacionamento durante esses quatro anos foi de muito respeito e lealdade.

Muito obrigado.

A SRA. ANA CATARINA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. ANA CATARINA (Bloco/PMDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na votação da manhã votei de acordo com a orientação do PMDB.

O SR. ARNALDO MADEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ARNALDO MADEIRA (PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não sei se V. Exª ainda estará na Presidência do Congresso Nacional quando a próxima sessão for realizada. Portanto, quero aproveitar esta oportunidade para registrar o meu respeito e a minha admiração por sua postura política.

Sr. Presidente, ontem foi um dia muito difícil para todos nós. V. Exª e os colegas sabem que a corda estava esticada ao máximo em matéria de votações. No entanto, V. Exª foi muito incisivo nos apelos para votar. Felizmente hoje, graças à sua ação e ao seu comando, bem como à participação dos Líderes partidários, do Governo e da Oposição, chegamos a um entendimento que propiciou essa votação excepcional de medidas provisórias.

Sr. Presidente, cerca de 26 medidas provisórias foram votadas neste período. Se medida provisória é um tema difícil de ser tratado – e sabemos da preocupação de V. Exª e do Deputado Michel Temer em relação ao assunto, da qual compartilhamos, pois existe um novo disciplinamento para as medidas provisórias –, sabemos também que precisamos de cautela para fazer um bom texto no corpo permanente da Constituição.

A instigação de V. Exª, nobre Presidente, para que esse tema fosse debatido, rendeu frutos. V. Exª e o Deputado Michel Temer podem ter certeza de que essa matéria será prioridade nos trabalhos da próxima sessão legislativa e seguramente será votada, em sua homenagem também.

V. Exª foi o comandante que, de certa forma, salvou esta convocação extraordinária. Parabéns, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães. Saiba que o admiro e respeito muito. Certamente vamos continuar dialogando muito sobre a política do nosso País. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Deputado Arnaldo Madeira.

O SR. ODELMO LEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ODELMO LEÃO (PPB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, ocupo a tribuna neste momento, em nome da bancada do PPB, para dizer de maneira muito especial que reconhecemos sua ilibada vida pública, sua conduta como Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Tenha V. Exª a certeza de que escreve a cada dia o seu nome na história do nosso País. Nos últimos anos em que presidiu o Congresso Nacional, deixou de ser somente aquele grande político baiano para se transformar num dos maiores políticos brasileiros.

Sr. Presidente, com muita humildade, venho abraçá-lo carinhosamente, manifestar a minha admiração por V. Exª. Orgulho-me de poder dizer lá nas Minas Gerais que posso dialogar com V. Exª, pois sempre me ouvirá com seus ouvidos de conselheiro e de homem que deseja um país novo e moderno.

Sr. Presidente, não me despeço de V. Exª, quero cumprimentá-lo pelo trabalho que realizou nos últimos anos. Ainda teremos pela frente muitas missões a cumprir. Espero estar sempre ao seu lado, ajudando-o e admirando-o por esse glorioso trabalho que faz pelo nosso País.

Parabéns, Presidente Antonio Carlos Magalhães. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Deputado Odelmo Leão.

O SR. MORONI TORGAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MORONI TORGAN (PFL – CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de render as minhas homenagens a V. Exª, na condição de Deputado que combate o crime organizado e que viu nas suas atitudes um exemplo de luta contra a corrupção e a safadeza.

Seu exemplo é importante para este País. Se a Justiça alcançou quem nunca antes havia sido punido, devemos isso a sua iniciativa. E o povo se regozijou com isso.

Tenho certeza de que este é apenas um pedacinho da vida que temos pela frente, muito maior do que esta. Estou certo também de que Luís Eduardo tem orgulho do pai, e vai abraçá-lo, e vai dizer-lhe isso pessoalmente. Digo isso com sinceridade.

Sou um Deputado que combate o crime organizado e a safadeza e quero estar ao seu lado também na luta contra a corrupção, tal como tem feito o nosso partido e o nosso Líder.

Sou muito grato a V. Exª Receba as minhas homenagens. Digam o que quiserem, mas V. Exª é o homem que fez a Justiça prosperar neste País. Temos orgulho disso.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. BISPO RODRIGUES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. BISPO RODRIGUES (Bloco/PL – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na condição de Parlamentar de primeiro mandato, não quero sobrepor as minhas homenagens aos belos discursos aqui proferidos. Serei muito breve. Fique certo V. Exª de que sua vida pública é para nós políticos iniciantes um exemplo.

Sr. Presidente, não quero fazer um discurso político; quero falar com o coração. Em Cristo Jesus e em nome de Deus, nós Parlamentares evangélicos do PL amamos V. Exª.

Fique certo também de que sempre reverenciaremos a memória daquele que foi um grande amigo que tive nesta Casa, mesmo antes de ser político. V. Exª sabe que, nos momentos de sofrimento que nossa instituição passou, seu filho foi sempre um orientador e aconselhador. Quando Luís Eduardo nos passava a palavra, sentíamos muita tranqüilidade. Nós sempre iremos honrá-lo e eu, onde estiver, sempre irei reverenciar a memória e o nome de Luís Eduardo Magalhães.

Que Deus o abençoe, Sr. Presidente, e que continue sendo para nós esse exemplo de homem que luta pelos ideais do povo brasileiro. Que Deus permita que V. Exª tenha uma longa vida servindo-nos de exemplo de vida política.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como Líder do Partido da Frente Liberal nesta Casa e também na Casa que V. Exª preside quando as duas Casas se reúnem em sessão do Congresso Nacional, quero dizer que não só o Partido da Frente Liberal ou o Congresso Nacional, mas todo Brasil deve muito ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

A história deste País haverá de fazer justiça ao homem que tem pautado sua vida em defesa dos mais sagrados interesses do povo, que se confundem com os interesses do seu Estado e se confundem com os interesses da Nação.

Com certeza, na história recente do Congresso Nacional, a passagem de V. Exª foi a mais importante para a instituição. Importante porque, ao lado do cumprimento do dever, sendo um seguidor do Regimento Interno, V. Exª procurou elevar a condição do Poder Legislativo a uma independência fundamental para a construção da democracia.

Sr. Presidente, eu sei que V. Exª emociona-se nestas horas. Eu também me emociono, mas muito menos, porque conheço a dor e o sentimento que estão gravados no seu coração. Mas será que não é uma feliz coincidência que o Presidente Antonio Carlos Magalhães, depois de quatro anos de um profícuo trabalho, despeça-se sentado na cadeira que seu filho honrou como o maior Presidente da Câmara da história deste País? (Palmas.)

Sr. Presidente, receba emocionado o apoio, a solidariedade e a amizade sincera de um homem que o admira, de um homem que está ao seu lado em todos os momentos, porque estar ao seu lado é estar defendendo as instituições democráticas deste País.

Quero dizer que o salário mínimo de 180 reais tem uma parcela importante da vida de V. Exª, que é a justiça social. O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza tem uma parcela importante daquele homem que pensa nos necessitados, nos humildes, naqueles que não têm um alento a não ser por meio do Estado, da bolsa-escola e da renda mínima.

Sr. Presidente, como seu correligionário e amigo, quero nesta hora dizer que me orgulho de pertencer ao partido de V. Exª.

Orgulho-me de pertencer a este Congresso Nacional, presidido por V. Exª Orgulho-me de ter V. Exª como um dos meus amigos.

Mais do que isso, Sr. Presidente, quero dizer que o Brasil se orgulha de ter Antonio Carlos Magalhães como Presidente do Congresso Nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. RICARDO BARROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. RICARDO BARROS (PPB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar neste momento a importância da votação que fazemos hoje.

Em todo o ano passado, aprovamos 22 medidas provisórias e nesta sessão extraordinária, especialmente hoje, somamos 26 medidas provisórias apreciadas. Portanto, nesta Convocação Extraordinária, feita por imposição da Constituição brasileira, aprovamos mais medidas provisórias do que em todo o ano passado. Aprovamos 25 e rejeitamos uma. Restam-nos, agora, das 75 medidas provisórias com que abrimos esta sessão extraordinária, 49 a serem apreciadas por esta Casa.

Gostaria de enaltecer, aqui, o trabalho e a liderança de V. Exª Conheci-o no Palácio de Ondina, quando eu era Prefeito de Maringá ainda pelo partido de V. Exª, o PFL. Deste então, acompanhamos sua trajetória, bem como sua linha dura e firme de conduzir os trabalhos, acreditando nos seus objetivos.

Não podemos esquecer os méritos da implantação da CPI do Judiciário, que da sua iniciativa nasceu, provocando verdadeira revolução na visão da sociedade brasileira sobre o Judiciário. E nós, ao votarmos a reforma do Judiciário, relatada pela Deputada Zulaiê Cobra, pudemos nela inserir, de forma diferente, a nossa visão sobre o Judiciário e estabelecer parâmetros também diferentes sobre o controle deste Poder com quem devemos conviver harmoniosamente.

Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, temos aqui neste plenário as mais diversas correntes políticas, Deputados de todo o Brasil. Mas nós, desta geração de jovens Parlamentares com menos de 40 anos – somos pouco mais de 10% desta Casa –, espelhamo-nos na conduta do Deputado Luís Eduardo Magalhães, que marcou sua passagem nesta Casa por atitudes que certamente herdou de V. Exª Diz o ditado: "O fruto não cai longe do tronco da árvore". O Deputado Luís Eduardo marcou sua presença nesta Casa pelo cumprimento da palavra. E nós estamos aqui, hoje, nesta sessão de consenso, exatamente praticando o que aprendemos com essa lição. Reunimo-nos, entendemo-nos, e estamos votando, só hoje, mais de 20 medidas provisórias, com cada Líder cumprindo seu compromisso, sua palavra, não obstante as pressões que surgiram após a formação da pauta.

Muitos interesses foram contrariados e os Parlamentares, no plenário, por seus interlocutores, procuraram retirar as matérias da pauta, mas cada Líder cumpriu sua palavra e as matérias em votação foram mantidas.

Portanto, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, deixo aqui nosso reconhecimento e nossa homenagem. Como representante da Liderança do Governo, na Comissão do Orçamento, tive o privilégio de conviver com S.Exª, por um período, e lembro-me da memorável tarde em que eu

e o Deputado Alberto Goldman fomos ao Senado Federal para dizer-lhe que havia uma remota possibilidade de votarmos o Orçamento de 2001 ainda naquele ano, mas que isso exigiria uma autoconvocação do Congresso Nacional, sem remuneração para os Parlamentares. Precisaríamos daqueles dias a mais para cumprir o calendário. Imediatamente, S.Exa. determinou a autoconvocação e a manteve, independente da reação de alguns Líderes, que não viam perspectiva de votação do Orçamento ainda no ano de 2000. Com isso, pudemos dar ao País um exemplo da ação deste Congresso, votando o Orçamento ainda no ano anterior, o que provocou até a melhoria da avaliação do risco dos papéis brasileiros no exterior pelas empresas de *rating*, de avaliação de risco.

Essas atitudes firmes de V. Exª queremos ter sempre conosco. Serão elas a nossa lição para continuarmos na nova Legislatura conduzindo esta Casa com firmeza e com o exemplo que estamos dando hoje à Nação; estamos convocados e cumprindo a nossa função.

Parabéns, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. MEDEIROS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MEDEIROS (Sem Partido – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em meu nome e em nome dos trabalhadores que represento, presto a minha homenagem ao Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Os trabalhadores, sobretudo os mais humildes, sempre tiveram uma grande bandeira, vital para a distribuição de renda neste País: a elevação do valor do salário mínimo. A luta pelo salário mínimo é bandeira histórica dos trabalhadores. Atrás dela estão todas as centrais sindicais: a Força Sindical, a CUT, a CGT. Todas as centrais sindicais sempre estiveram à frente da luta por um melhor salário mínimo, porque entendem que, aumentando o valor do salário mínimo, aumenta também o poder de consumo e de compra, sobretudo dos mais pobres e mais humildes.

Essa reivindicação sempre foi a tônica de alguns partidos, como o Partido dos Trabalhadores, que chamou para si essa luta. Entretanto a

contribuição decisiva para que o salário mínimo fosse elevado para 180 reais neste ano, essa o Brasil reconhece que foi de Antonio Carlos Magalhães. (*Palmas.*)

Quando Antonio Carlos Magalhães empunhou essa bandeira, ela passou a ser viável e, por conseqüência, ganhou a opinião pública. Muitos trabalhadores terão mais pão na mesa este ano. São trabalhadores humildes, gente pobre que terá um pouco mais de pão no seu prato.

Não é muito pão, é até pouco, se olharmos do ponto de vista das classes abastecidas, mas, para os 12 milhões de brasileiros que recebem o salário mínimo, é muito significativo.

Como parte da representação dos mais humildes, quero, em nome dos trabalhadores, agradecer a V. Exª., Senador Antonio Carlos Magalhães, por essa luta. O salário mínimo de 180 reais não seria viável este ano sem a sua força, sem a sua coragem, sem a sua determinação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. HERÁCLITO FORTES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, este é um momento que eu gostaria de evitar, mas não posso deixar de me associar aos demais companheiros que prestam a V. Exª nesta tarde uma homenagem mais do que justa.

Tive, ao longo desses quatro anos, o privilégio de substituí-lo na Presidência do Congresso Nacional e, mais do que isso, de conviver com V. Exa. intensamente, rir nos momentos felizes e chorar junto a tristeza que abateu a todos nós.

Vi um homem que saiu do fundo do poço, com uma dor que abalou todo o Brasil, ensinar-nos a todos a ter coragem e força para continuar escrevendo neste País a história que era o ideário de seu filho Luís Eduardo.

Tenho certeza de que, encerrada esta missão, outras V. Exª ainda há de cumprir neste País, para benefício de todos nós. Deixo, pois, Senador Antonio Carlos Magalhães, em nome dos brasileiros, especialmente dos meus

conterrâneos do Piauí, um abraço a V. Exª e um registro de gratidão por ter podido aprender com esse convívio excelentes lições de vida. (Palmas.)

O SR. MIRO TEIXEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT – RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós realmente nos dedicamos a uma estranha atividade. Passamos do céu ao inferno, voltamos ao céu, descemos ao inferno e tornamos a subir ao céu a cada minuto, a cada hora, a cada dia.

Alguns de nós se notabilizam pela capacidade de negociar, dialogar, harmonizar, contemporizar. Todos nós, independentemente do matiz partidário e ideológico, estamos aqui pensando no nosso País e no nosso povo, cada qual, à sua maneira, procurando cumprir o seu dever.

Poucos se dedicam a esta atividade com amor à polêmica.

A polêmica está na essência da política. O político que não admite expor-se à polêmica não está, a rigor, cumprindo plenamente aquele mandato que o povo lhe delegou.

O político que não se entrega ao debate apaixonado, capaz de chegar às lágrimas ou de fazer chorar o outro, está se negando o risco que esta atividade exige, o risco pessoal, o risco de uma história, o risco de uma vida, o risco que V. Exª correu quando, na discussão da Nova República, num único discurso, sinalizou que o regime do qual V. Exª era próximo, mas que tomou caminhos com os quais não concordava, havia caído. Foi quando emergiu vitoriosa a candidatura de Tancredo Neves. Essa justiça, essa reverência, temos de lhe prestar.

Penso que é curioso estar aqui fazendo uma série de discurso aparentemente de despedida. Despedida de quê? V. Exª criou uma polêmica formidável em torno da sua própria sucessão no Senado, polêmica esta que se estendeu até a Câmara, e agora estamos nós lançando candidato à Presidência do Senado. Existe hoje a possibilidade de votarmos no seu partido, o PFL, se, no Senado, seu partido votar em Jefferson Péres, nosso candidato para a disputa que a polêmica de V. Exª criou.

Não vou seguir a linha de alguns que aqui disseram que V. Exª foi o

principal autor dessas preocupações todas com a pobreza e com o salário mínimo de 180 reais. Não. V. Exª trabalhou junto conosco nessa velha preocupação nossa.

Presidente Antonio Carlos, como é bom olhar para um campo oposto e às vezes encontrar adversários como V. Exª, transparentes, que dizem o que representam e o que pensam, que não são dissimulados. Dos dissimulados devemos nos proteger. Dos dissimulados devemos desconfiar. Aqueles que sustentam suas posições, por mais que delas divirjamos, temos de respeitar. V. Exª tem, neste momento, o respeito do PDT.

Não preciso dizer da saudade que tenho de Luís Eduardo. Aliás, nem gostaria de falar nisso, mas, como outros companheiros já o fizeram, eu me sentiria em falta comigo mesmo se não voltasse a prestar uma homenagem à memória do meu amigo.

Por aqui eu paro, Sr. Presidente, porque, assim como temos disposição, a exemplo de V. Exª, para a polêmica, para o litígio, para a luta política, também nos emocionamos.

Coroando esta sessão, talvez aqui esteja aquela presença querida do Luís Eduardo, que, quando fechava um acordo conosco, dava sinal de que podíamos ir embora. Não precisávamos ficar para conferir, quando ele dizia "jogo jogado". Com V. Exª foi assim: jogo jogado. (Palmas.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, fui Líder no Congresso e no Senado com a Presidência de V. Exª e aprendi muito nesse período. Aprendi, por exemplo, a exercitar o amor pela nossa terra, e é por isso que procuro defender Brasília como V. Exª defende a Bahia. Aprendi a defender com garra as idéias nas quais acredito, como V. Exª o faz, mas é preciso dizer aqui que a maior lição que V. Exª dá como homem público é a capacidade de ampliar seu espírito, sua alma, e de ter a coragem de demonstrar publicamente no momento a coragem na guerra, na luta pelas causas que acredita e, num outro momento, a emoção de um ser humano que se transfi-

gura e se emociona, talvez por estar sentado na cadeira que Luís Eduardo sentou, porque sabe a dimensão da sua responsabilidade como homem público.

Quero dizer a V. Exª, Senador Antonio Carlos – e terei a chance de fazê-lo com mais cuidado no plenário do Senado – que sua figura pública – goste-se ou não, concorde-se ou não com seus objetivos e seus métodos –, de enorme grandeza, perde para sua figura humana.

Quem fala aqui é seu amigo José Roberto Arruda. (Palmas.)

O SR. ROBERTO BRANT – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ROBERTO BRANT (PFL – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, neste momento em que V. Exª encerra sua luminosa passagem pela Presidência do Congresso, venho trazer não as homenagens do afeto, porque estas estarei sempre pronto a lhe render, mas dois testemunhos extremamente importantes da sua passagem pela Presidência do Congresso Nacional.

A primeira foi sua iniciativa de trazer ao debate público a questão da pobreza no Brasil. A essa que é a marca mais saliente da realidade social do País, este Governo e os que lhe antecederam mantiveram-se inteiramente indiferentes.

Auscultando a realidade deste Brasil que, muitas vezes, não chega até este plenário, V. Exª trouxe esse debate para o primeiro plano da vida nacional. O que deveria ter sido uma iniciativa do Poder Executivo, o que poderia ter sido uma iniciativa dos chamados partidos populares, foi trazido ao debate público pela imaginação e coragem de V. Exª, que, usando o poder de Presidente do Congresso, impôs essa matéria à avaliação de todos nós.

Hoje, Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, temos o Fundo de Combate à Pobreza, que foi aprovado no Congresso Nacional com a ajuda relutante do Governo Federal.

Esse fundo, que é uma iniciativa pioneira em todo o mundo subdesenvolvido, vai ser, a partir de agora um modelo a ser usado em todo o mundo.

Outro momento culminante da sua presidência foi sua insistência na regulamentação das medidas provisórias.

Todos somos testemunhas de que o Congresso produziu um texto exemplar que ficou escondido nos porões desta Câmara. Sequer uma Comissão Especial foi constituída, nenhuma iniciativa para levar o assunto adiante foi tomada nesta Casa. A ameaça que V. Exª fez ao Executivo e ao País é que fez com que a Comissão se constituísse e produzíssemos um texto que foi um grande acordo nacional. Nem assim ele foi aprovado.

Portanto, Sr. Presidente, foram estes os dois momentos que enobrecerão V. Exª para sempre: o olhar generoso para os pobres do Brasil e a intransigência em favor dos valores democráticos.

Espero que os futuros Presidentes possam sucedê-lo na grandeza, na honra e na dignidade que V. Exª trouxe para o Senado e o Congresso brasileiro.

O SR. FERNANDO FERRO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. FERNANDO FERRO (PT – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, faço parte de uma geração de políticos que transitou da indignação à admiração pela atuação política de V. Exª

Faço questão de registrar que o que falo desta tribuna é exatamente aquilo que poderia falar nos corredores desta Casa ou em qualquer lugar.

A questão mais necessária a se manter nas relações políticas entre os homens e as mulheres que constituem um país é a franqueza e a capacidade de dizer o que pensa sobre o procedimento de cada um.

Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao mesmo tempo em que reconheço o papel de V. Exª na vida política nacional – e ninguém transita 50 anos na história política de um país impunemente ou com incompetência –, digo que o Parlamento brasileiro, por meio das instituições de que fazemos parte neste momento, está a dever à sociedade uma série de explicações.

Tomamos conhecimento, nesses últimos dias, de publicações acusando figuras públicas como V. Exª e outras que freqüentam o Congresso

brasileiro. Tenho certeza – e da sua parte já ouvi manifestação – da necessidade de esclarecermos esses fatos. Do contrário, poderemos estar convivendo com a escória da política brasileira ou com o escárnio e a calúnia.

Portanto, a população brasileira exige esclarecimentos sobre esses fatos, sobre fitas de vídeo e livros que tratam da vida pública de políticos que pertencem ao Parlamento.

Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, não poderia deixar de dizer perante V. Exª e outros pares que sou daqueles que quer o esclarecimento desses fatos. A consciência cívica do povo brasileiro não pode ficar insensível à corrupção e às denúncias sérias de que passamos a ter conhecimento nesses últimos dias, sob pena de estarmos pactuando com a nódoa, com o que há de mais baixo na atividade política.

Quero deixar claro que meu sentimento é que devemos buscar esclarecer esses fatos, para que as biografias de todos nós fiquem aptas a enfrentar o presente e o futuro, sob pena de, cada vez mais, apequenarmos esta Casa e as instituições deste País.

Creio que quem tem compromisso com este País e com a verdade não tem medo de investigação.

Quero deixar registrado esse testemunho e, ao mesmo tempo, reconhecer sua prática política como uma contribuição política para a história deste País. Sua biografia faz parte da história do Brasil, concordemos ou não com os pensamentos e a prática política de V. Exª.

Nesse sentido, expresso-lhe minha admiração como membro do Partido dos Trabalhadores, um partido de esquerda. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ GENOÍNO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não poderia deixar de me manifestar.

O normal seria fazer comentários elogiosos. Prefiro fazer registros, como fiz da relação política com Luís Eduardo, sobre a relação política com V. Exª.

Nunca esqueço uma frase da nossa querida companheira Deputada Conceição Tavares quando fez um pronunciamento daquela tribuna sobre a mudança da política cambial. V. Exª acompanhou todo o pronunciamento.

Foi aplaudida no plenário ao descer da tribuna, confirmando as críticas feitas ao modelo econômico. V. Exª, como defensor desse modelo econômico, reconheceu em seu pronunciamento a preocupação com o Brasil. Ouvi o diálogo em que a Deputada comentou que V. Exª fazia parte daquela geração de políticos, com adversários mais ou menos radicais, para os quais a política é um valor e é feita com audácia, manobra, astúcia e ousadia. É um registro importante.

O segundo registro – como aqui já foi dito – confirma que, qualquer que seja a disputa com V. Exª, ela se dá num patamar exigente, respeitoso e no plano da dimensão política. Somos testemunhas disso. É como pessoas fazem disputas transparentes: quando acordam procedimentos, seguem à risca o que é acordado. Foi bom conviver com V. Exª na Liderança da bancada, pois muitas vezes, em procedimentos também combinados com o Líder Arthur Virgílio, V. Exª cumpriu procedimentos e acordos firmados na mesa de negociações.

Por último, Sr. Presidente, sabemos que o Congresso Nacional vive grande crise, talvez a maior de sua história, mas ela produzirá os elementos de sua superação.

Quando fui Líder, V. Exª, dirigindo o Congresso Nacional, proporcionou o debate, deu espaço à minoria, reconheceu-a e, em momentos delicados como o da discussão do novo valor do salário mínimo, manteve no limite tudo o que foi acertado com a Oposição.

Finalmente, Sr. Presidente, mais preocupado em fazer elogio pessoal, quero dizer que o Congresso Nacional se engrandece quando as disputas são transparentes, olho no olho, de maneira respeitosa, com a maior radicalidade, porque esta Casa é pluralista, é a Casa do dissenso e não da unanimidade.

Portanto, faço esse registro sobre a maneira como V. Exª tem presidido o Congresso Nacional.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL – PI) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, bem pode imaginar V. Exª a emoção com que venho à tribuna do Congresso Nacional na tarde de hoje para falar em nome de seus pares, seus correligionários do Partido da Frente Liberal, todos reunidos aqui neste instante para glorificar sua ação, seus passos destemidos, corajosos, em favor do nosso País.

Recordo-me do Deputado Federal Antonio Carlos Magalhães no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, já grande orador, desfraldando as bandeiras em que acreditava em favor da democracia. Mesmo sendo um jovem Deputado Federal da UDN – União Democrática Nacional –, contava com a admiração do grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, que nele confiava porque via um jovem talentoso, não promissor, mas já realizador. E falo muito a cavaleiro porque fui advogado do Presidente Juscelino Kubitschek num dos momentos mais difíceis de sua vida perante a Comissão Geral de Investigações. Portanto, sei que o Presidente Juscelino lhe devotava, como todos nós lhe devotamos e como seus pósteros hão de consignar sempre, a admiração incontida por este homem que é o cavaleiro de Cervantes, um Dom Quixote de La Mancha que enfrenta os moinhos de vento em favor da democracia brasileira.

Direi àquele jovem Prefeito de Salvador, Capital da sua Bahia, o grande amor da vida de V. Exª, que sem dúvida nenhuma remodelou-a, atualizou-a e preparou-a para os dias atuais; direi também ao Governador por três vezes do Estado da Bahia, que a modernizou, desenvolveu-a e a engrandeceu, que aqui estamos nós, do Congresso Nacional, a admirar-lhe os passos.

Direi ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, que soube desfraldar grandes bandeiras, como a luta em relação às medidas provisórias e a do combate à pobreza. Mas como se isso tudo fosse de menos, a grande obra em favor do Código Civil Brasileiro, tal qual Napoleão Bonaparte no passado. Isso é preciso ser visto em Antonio Carlos Magalhães.

E há aquele outro Antonio Carlos, o homem da família e o pai do democrata Luís Eduardo Magalhães, que está conosco neste plenário, nesta hora, neste instante, para venerar seu querido pai, como todos nós aqui e agora, agora e sempre. (Palmas.)

Dir-se-á que o Presidente Antonio Carlos Magalhães é homem de lutas, que gosta da pugna, da disputa e do debate. Ninguém dirá que não é democrata e que não aprecie ver seu Congresso Nacional em pleno funcionamento em favor das instituições. Muitas coisas em nosso País ainda vão acontecer pelas mãos de V. Exª, ocasião em que seus amigos e admiradores – todos – estarão a seu lado para dizer o seguinte: Antônio Carlos Magalhães é um grande homem. Têm razão.

Vamos em frente!

Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, continue a luta, continue desfraldando bandeiras, continue a ser como V. Exª sempre foi.

Aqui, estaremos para aplaudi-lo sempre de pé. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Jefferson.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB – RJ) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Parlamentares, não sei se em minha vida terei outra chance como esta. Não sei! Não sei!

Sr. Presidente, Antonio Carlos Magalhães, aprendi com meu avô que o homem que não tem lado, não tem fundo. Aprendi também com ele que só tem amigo quem tem inimigo. E projeto um pouco meu avô na figura de V. Exª, que tem inimigos porque cultiva acima de tudo os amigos que lhes são fiéis. V. Exª é homem polêmico porque tem lado e fundo.

Poucos homens públicos emprestam emoção à vida pública como o faz V. Exª.

Comecei a assistir no gabinete da Liderança do PTB aos discursos de homenagem a V. Exª e de despedida nesta sessão do Congresso presidida por V. Exª Percebi que desde o primeiro discurso V. Exª chora. Só chora quem ama; só chora quem tem emoção. V. Exª empresta

emoção à vida pública. A política seria muito insossa, muito rude, muito dura, se vivesse apenas da matemática da inteligência da sua atuação. O poder em si é algo insosso se não fosse a emoção que os homens a ele emprestam.

E V. Exª tem emoção. Tanto tem emoção que seu coração sucumbiu certa vez e passou quatro horas fora do peito. Recordo-me da ocasião em que sua família autorizou sua cirurgia e, conversando com o Ministro Adib Jatene, que foi quem a realizou, fiquei sabendo que 90% das chances lhe eram desfavoráveis. E seu coração ficou durante quatro horas fora do peito para poder voltar a pulsar forte, onde se encontra neste momento. E ele sofre e sofreu assim por ser um coração possuidor de emoção. Testemunho isso por amigos que temos em comum, como nosso companheiro de partido, Deputado Félix Mendonça.

Toda vez que V. Exª passa por um problema, o abatimento do Félix é algo que toca, machuca. Quantas vezes coloquei a cabeça desse caboclo, que é mais velho que eu, em meu peito, para consolá-lo do sofrimento que V. Exª passava. Só chora assim por um amigo um amigo de verdade. Isso, V. Exª é.

Já fui a Salvador em 4 de setembro, aniversário de V. Exª. Vi a cidade inteira parada e V. Exª de pé durante oito ou dez horas, beijando todos, o pobrezinho, o mais rico, o empresário, o trabalhador, todos que, carregando faixas, vão à sua casa como numa romaria, para beijar e saudar V. Exª como o maior líder da Bahia e, sem dúvida, um dos maiores do Brasil.

O PFL está passando por uma grande crise interna. Sem dúvida, seria hoje o maior partido de poder do País, se Luís Eduardo estivesse vivo. Deus lhe deu, Presidente, e depois lhe furtou a chance de produzir um estadista. V. Exª produziu um estadista em sua casa, que era Luís Eduardo. Se ele estivesse vivo, esta crise não existiria. Tudo convergiria tranqüilamente para o PFL e saberíamos quem era o timoneiro a continuar a obra da construção do projeto de Brasil em que acreditamos. Mas Deus lhe deu um estadista e lhe roubou o estadista. Deu a nós o estadista e o roubou de nós. Perdemos Luís Eduardo. Esta é a crise de perplexidade que vive hoje o PFL, porque homens da envergadura de Luís Eduardo raramente aparecem.

Na minha vida convivi com dois grandes estadistas. Um, filho do General Leônidas Cardoso, que é Fernando Henrique Cardoso – difícil substituí-lo na Presidência da República –, e conheci o filho de V. Exª, que V. Exª preparou para substituir o outro estadista, mas que o coração, também cheio de emoção como o de V. Exª, frustrou, roubou da nossa convivência, roubou da vida, roubou do Brasil e do nosso povo.

Faço-lhe esta homenagem, Presidente, como seu amigo e admirador. Sou Deputado há vinte anos nesta Casa. Aprendi a respeitar, admirar e amar V. Exª pelo amor que os seus amigos nutrem por V. Exª. Gosto do político como é V. Exª: corajoso, guerreiro, que enfrenta todas as situações de frente e de cabeça erguida, não teme a ninguém, não teme nada. Nem a surpresa e a dor que a vida lhe causou tirou-lhe o ânimo da luta. V. Exª tem, na juventude do seu coração, a força que o mantém de pé, porque não é fácil passar pelo que passou V. Exª e estar aí sentado, presidindo esta sessão, vivo, lutando para manter com dignidade a sucessão da cadeira de Presidente do Congresso Nacional, que V. Exª tão bem ocupa.

Sr. Presidente, em nome do meu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, em nome do Presidente do meu partido, o Deputado José Carlos Martinez e em nome de Félix Mendonça, meu companheiro de partido, seu amigo, e amigo que o ama, por influência dele, que está olhando-me e chorando igual a um bobo, digo-lhe: amamos V. Exª pelo devotamento de amor que seus amigos dedicam a V. Exª.

Um abraço e muito obrigado pelo legado que nos deixa, que vamos tentar imitar e seguir.

Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Aloizio Mercadante.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP) – Srs. Presidente, depois de tantos elogios e reconhecimentos, sinto-me mais à vontade para falar. Ao mesmo tempo, não é uma tarefa fácil. Reconheço que minha relação com V. Exª, como Líder do PT, partido de oposição – e hoje também é minha despedida, minha última intervenção na condição de Líder –, foi sempre no fio da navalha.

Como Partido, represento uma bancada com companheiros que, ao longo da vida pública, tiveram dissabores, enfrentamentos e dificuldades no relacionamento com V. Exª, que não são pequenos. São compa-

nheiros de bancada por quem tenho uma amizade muito profunda, um respeito imenso, que foram vítimas de uma política dura, intransigente, de rolo compressor, autoritária, que deixou marcas profundas. Portanto, o balanço que faço é o de um adversário político, de quem conviveu, ao longo desse período, exatamente com essa característica que lhe é própria de dizer a verdade, enfrentar o debate e de não correr dos problemas.

Sou obrigado a dizer a V. Exª que acho que esse método de relacionamento tem de ser superado na vida pública do País. Temos de conviver mais com a diversidade, com o pluralismo, com o respeito às diferenças, e que o autoritarismo e a intransigência não contribuem para a evolução da civilização. Parte da nossa história política, na Bahia, tem sido de dificuldade no relacionamento político das diferenças, e temos de começar por aí, porque essa é nossa relação política.

Mas, Sr. Presidente, na vida pública os homens públicos devem ter a grandeza de reconhecer a virtude dos adversários. Nesta Casa, depois de 30 anos de militância política de esquerda, e desde que comecei a aprender a participar politicamente, sou oposição a V. Exª e a muito do que V. Exª representa neste País. Fui oposição, desde o primeiro dia, a este Governo que V. Exª ajudou a sustentar. Portanto, venho à tribuna com o despojamento e com a coragem de enfrentamento político de um adversário. No entanto, tivemos muitas reuniões, muitas discussões e muitas negociações, e o balanço que faço tem de ir além da contabilidade de adversário.

V. Exª demonstrou que este Congresso não tem mais de se curvar ao Poder Executivo, como tantas vezes fez ao longo desse período recente. (Palmas.) Não vamos fazer avançar a democracia brasileira enquanto vergarmos a espinha de um Poder que tem de ser autônomo e independente, ter posição, discutir os temas nacionais e ter à frente da sua direção a independência como valor decisivo. Não há democracia sem Parlamento, e não há Parlamento sem independência. Esta Casa precisa levar adiante a bandeira da independência, da autonomia, da prerrogativa, de um Poder a quem cabe, sim, fiscalizar a República e criticar o Executivo, que tem a obrigação de apurar as denúncias e ir a fundo na luta pela ética. Isso, Sr. Presidente, só se faz com independência e com autonomia.

Quero dizer mais, Sr. Presidente: aprendi, na relação com V. Exª, que há homens públicos que cumprem o que negociam e outros não. V. Exª faz parte do primeiro time. Essa é uma qualidade rara na vida pública, mas temos de reconhecer, no balanço da história.

Passamos por alguns enfrentamentos que não foram fáceis neste plenário, como, por exemplo, na discussão do salário mínimo. É evidente que há restrições orçamentárias, que temos dificuldades para resolver o problema previdenciário, mas não é possível seguir com 27 milhões de pessoas nessa situação. V. Exª esteve junto com a nossa bancada, sustentou essa bandeira e, juntos, com a participação de todos os partidos, construímos uma solução muito melhor da que o Executivo vinha encontrando, com as medidas provisórias. Mostramos que o debate, o pluralismo, o enfrentamento, a negociação e a capacidade de acordar políticas é o que a sociedade espera desta Casa.

E olhando para o salário mínimo, quero falar a respeito do combate à pobreza. Lula convidou V. Exª para ir a um seminário do PT e foi amplamente criticado por convidar o adversário. Lula dizia – e V. Exª foi lá –, que há bandeiras que têm de fazer os adversários transporem a rua e se encontrarem, porque não podemos deixar essa herança que aí está, sobretudo no que se refere à miséria, à pobreza e à exclusão social neste País. Aquele seminário, o debate sobre a pobreza que V. Exª depois fez no Senado Federal e a firmeza de levar adiante essa plataforma permitiram a constituição do Fundo de Combate e à Erradicação da Pobreza. Também havia uma divergência sobre alocar-se dinheiro para saneamento, mas chegamos a um acordo de plenário e colocamos 1 bilhão e 720 milhões de reais para o Programa Bolsa Escola, uma conquista que vai ficar para a história do Brasil. Não há nada mais criativo e inovador do que pagar uma dívida social erradicando-se a ignorância de uma geração, que, do contrário, não teria chance no Século XXI.

Este ano podemos colocar todas as crianças na escola. Por isso não aceitamos a declaração do Ministro de que não há dinheiro para as grandes e pequenas cidades. Há sim. Não temos que discriminar pequena nem média. Lugar de criança pobre e analfabeta é na escola, se quisermos ter lugar como nação no Século XXI. E V. Exª contribuiu para colocar a agenda da pobreza e do fundo. Esse é o balanço que eu faço da nossa relação neste ano.

Sr. Presidente, concluindo, os enfrentamentos e as denúncias que tivemos e que V. Exª patrocinou, na figura de Jader Barbalho, precisam de rigorosa apuração. Não é possível o Congresso Nacional fingir que não

ouviu, não viu e não leu o que está publicado e assinado por V. Exª e por outros, que dizem respeito à sua biografia e à de Jader Barbalho. O PT não negocia a ética na política. Vamos seguir exigindo e cobrando que isso vá até o fundo, doa a quem doer, porque esse é o compromisso com a democracia.

Esperamos que as decisões do Congresso Nacional levem em consideração o que o povo brasileiro ouviu e viu e não gostou do que viu nem do que ouviu. Esta Instituição tem que se indignar e exigir apuração. Não se pode fazer de conta, nesse balanço, que isso não aconteceu com V. Exª nem com a possível eleição de Jader Barbalho para a presidência do Senado.

Sr. Presidente, quero viver num país onde eu me orgulhe de usar o broche de Deputado, de andar na rua de cabeça erguida e ouvir o povo dizer: você me representa naquela Instituição. E não é propriamente este o momento que vive o País.

Esperamos que as mudanças que esta Casa deverá fazer, com coragem, neste momento da sua história – e V. Exª é um homem de coragem e de atitudes –, inspirem a nova geração a ter mais ousadia do que a sua para que possamos deixar, como herança para a sociedade, um Brasil melhor do que herdamos.

Com suas virtudes e seus defeitos – e ambas as coisas em V. Exª, não são pequenas – V. Exª, a quem combati e continuarei combatendo na condição de adversário, tem contribuído para a História do Brasil. Reconheço isso, de público.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. HAROLDO LIMA (Bloco/PCdoB – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, autorizado e a pedido da Liderança do Partido Comunista do Brasil quero dirigir algumas palavras a V. Exª.

Escutamos aqui diversos oradores, diversos colegas expressando seus pontos de vista a respeito do trabalho desenvolvido por V. Exª à frente

desta Casa. E escutamos em determinado instante um orador dizer que V. Exª era o maior líder da Bahia e um dos maiores do Brasil. Pois é na condição de comunista da Bahia e de veterano da esquerda na Bahia nesta Casa que eu quero me dirigir a V. Exª como, reconheço, o maior líder da Bahia, inequivocamente, e o maior líder da direita da Bahia.

Sr. Presidente, nós achamos que nossa convivência tem sido marcada por uma contradição político-ideológica. Mas tem pairado sobre essa contradição, especialmente nos últimos períodos, uma relação respeitosa e profícua para a discussão dos problemas desta Casa.

Nossa relação baiana é antiga. Eu tinha recém-saído da prisão política – fui preso durante três anos – e, de repente, V. Exª era Governador do Estado.

E aconteceu na Bahia um fato de enorme repercussão nacional: um grande quebra-quebra. E eu fui novamente preso, por ordem do Governador Antonio Carlos Magalhães. E V. Exª disse que era o caso de eu ficar preso até que provasse ser inocente. Na verdade, pouco depois, eu saí – acho que provei minha inocência. Não inocente no sentido de que não havia participado da articulação do movimento. Nisso V. Exª acertou. Mas em relação a minha prisão, a meu juízo feita de forma arbitrária, não guardo nenhuma mágoa de V. Exª.

Nosso problema hoje é político e ideológico. Do ponto de vista pessoal não curtimos e não cultuamos nenhum tipo de ressentimento em relação a fatos que passaram.

Ademais, quero acrescentar que V. Exª à frente desta Casa, sobretudo no último período, tem proporcionado a nós, da esquerda brasileira, certos momentos de animação. Durante muito tempo temos ficado absolutamente atemorizados com a situação criada, na qual este Congresso Nacional foi sendo submetido ou transformado numa Instituição sujeita às pressões basicamente vindas do Executivo. E a voz de V. Exª, como Presidente desta Casa em mais de uma oportunidade, nos deixou animados, porque defendia o Congresso Nacional.

De V. Exª nunca fomos surpreendidos com sua forma de atuar ou de agir. Sabíamos que V. Exª pensa de determinada forma e nós divergimos dela, de modo geral, mas é bom salientar que em certas oportunidades estamos de acordo.

Certa feita ouvi V. Exª fazer a defesa da Petrobras e eu fiquei muito satisfeito, porque naquela oportunidade a empresa estava ameaçada. Certa feita ouvi do seu filho Luís Eduardo Magalhães referência a respeito desse episódio da Petrobras. E ele disse que se nós tivéssemos maiores problemas com a defesa da estatal, seguramente, a julzo dele, nós contaríamos mais com V. Exª do que com ele próprio para defender a empresa. E nós guardamos essa recomendação.

Em outras oportunidades, particularmente em período mais recente, não deixa de ter calado fundo no coração de todos nós o fato de V. Exª, com o passado que tem, que não é um passado relacionado, na minha opinião, às aspirações sociais básicas do nosso povo, ter levantado a temática da luta contra a pobreza, de se fazer um fundo contra a pobreza, de se resguardar um salário que, a meu juízo, não é inteiramente adaptado às necessidades do nosso povo, mas que a vida mostrou ter sido o maior salário possível nas circunstâncias em que estamos vivendo.

Em diversas oportunidades, V. Exª. também fustigou o Chefe do Executivo e até o Judiciário na defesa desta Instituição e na defesa de interesses maiores da soberania brasileira que, na minha opinião, tem o Senador sensibilidade para defender.

Por isso, levando em conta que, na nossa expectativa, V. Exª vai continuar como sempre foi e nós também continuaremos como sempre fomos, ou seja, oposicionistas, fazemos oposição um ao outro e o meu Partido ao de V. Exª, sem perder de vista que, em certas oportunidades, um certo entendimento tático pode ser feito como, por exemplo, agora no dia 13, se o partido de V. Exª resolver apoiar o candidato da Oposição à Presidência do Senado, nós vamos apoiar o de V. Exª também para a Câmara dos Deputados. Se isso não acontecer, estamos com candidato próprio, Deputado Aloizio Mercadante, por onde se vê que as circunstâncias políticas são como algum mineiro já tenha dito por aí: Você olha é uma coisa, você torna a olhar e já aparece outra completamente diferente.

Deixo essa saudação a V. Exª, pessoa que respeito, que está cumprindo seu dever e fazendo o que julga correto, com o reconhecimento dos comunistas do Brasil e da Bahia. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Sr. Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT – SE) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, eu me considero basicamente contemplado com as intervenções de companheiros de Partido que me antecederam – Deputados Aloizio Mercadante, José Genoíno e Fernando Ferro –, mas quero fazer alguns registros importantes, registros esses de responsabilidade exclusivamente pessoal.

Desnecessário elencar as divergências político-ideológicas que me separam de V. Exª, com quem tive confrontos duros no Senado Federal, que, em 1997, chegou a desligar o microfone em que me pronunciava. Naquela ocasião, disse-lhe que não admitia aquele tipo de tratamento, porque era Senador como V. Exª. Entramos, posteriormente, em polêmica a respeito de divergências relativas à condução dos trabalhos, no início da CPI do Judiciário. Existem alguns aspectos, porém, que a justiça exige sejam registrados.

O Deputado Aloizio Mercadante fez referência a posturas de V. Exª que reafirmaram a soberania do Congresso Nacional, a necessidade de não se curvar à vontade do Executivo. Lembro-me particularmente de uma posição de V. Exª nesse sentido: a votação da medida provisória que estabelecia a cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados, quando o voto da maioria do Plenário derrubou o projeto de lei de conversão. Naquela ocasião, uma análise mais apressada do Regimento Interno – e essa foi a orientação que lhe foi dada pelo Secretário-Geral da Mesa – orientaria que V. Exª, derrotado o projeto de lei de conversão, submetesse à votação a medida provisória original.

Como havia sido pedido verificação de *quorum*, se se tivesse procedido à votação, o resultado seria aprovação. Mas V. Exª entendeu que aquele procedimento significaria flagrante desrespeito à vontade majoritária da Câmara dos Deputados e colocaria o Congresso Nacional, perante a opinião pública, em posição de absoluta vassalagem ao Executivo. Embora em função da letra fria do Regimento Interno pudesse parecer decisão equivocada, em relação ao anseio manifesto do Plenário, era a única posição politicamente defensável, e que restabelecia a vontade soberana do Congresso Nacional.

Vou registrar outro aspecto importante na condução de V. Exª à frente da Presidência do Congresso Nacional e do Senado Federal. Duran-

te 1999, dediquei dez meses à tarefa de representante do PT na CPI do Judiciário, que concluiu pelo envolvimento claro e inequívoco de um Senador da República – talvez o maior desvio de recursos públicos da história do País.

Posso afirmar com toda a certeza que, pelo fato de V. Exª ser o Presidente do Senado Federal, pela primeira vez na história da República, aquela Casa, não pela vontade de atos institucionais ou de ditadores de plantão, mas pelo voto soberano e democrático, cassou um Senador. Sua postura na condução daquele episódio foi decisiva para que o Senado Federal crescesse perante a opinião pública.

Senador Antonio Carlos Magalhães, nossas divergências continuarão, são insolúveis do ponto de vista ideológico. Mas não ficaria bem com minha consciência se não fizesse esses dois registros à condução de V. Exª à frente do Congresso Nacional e do Senado Federal, que, por si só, lhe garantem um lugar na história da Presidência da Casa.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CLEMENTINO COELHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. CLEMENTINO COELHO (Bloco/PPS – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não poderia deixar de me pronunciar nesta sessão, por vários motivos: primeiro, por ser nordestino; segundo, por ser oriundo daquela divisa emblemática em que se encontram Petrolina e Juazeiro, unida pelo Rio São Francisco; terceiro, por não invejar nenhum dos Parlamentares que aqui conviveram com Luís Eduardo Magalhães, porque convivi com ele não na política, mas durante minha juventude, na Bahia, quando lá estudamos e nos formamos.

Quem vai julgar V. Exª é a história – não temos essa presunção, nenhum de nós, nem a mídia. Vai julgar sua personalidade, complexa, polêmica, controversa, como de todo grande político. Para mim, fica o exemplo, a ser seguido pelo Nordeste: V. Exª, nos cargos que ocupou, não vacilou, não hesitou, passou por cima de partidos, de normas, e levou

desenvolvimento, investimentos e qualidade de vida, aquilo de que a região precisa, obras e infra-estrutura. Esse deve ser o grande exemplo para quem vem do Nordeste. No semi-árido não cabe muito discutir ideologias, doutrinas e patrulhamento, mas aproveitar a oportunidade, fazer a hora. V. Exª fez isso. A Bahia já o está julgando.

Que esse exemplo administrativo de operacionalidade, luta, determinação, emoção por sua terra, por sua causa se impregne naqueles que têm a obrigação de transformar o Brasil em um só País e de dar ao nordestino, ao povo do semi-árido, a condição de cidadão brasileiro que não de segunda categoria. Vou mirar-me no seu exemplo de determinação: quando V. Exª quer uma coisa, saiam de baixo, porque vai conseguir.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. POMPEO DE MATTOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. POMPEO DE MATTOS (Bloco/PDT – RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço vênia a V. Exª, sei que este é momento importante, quando alguns aqui lhe fazem referências elogiosas, uma despedida da sua gestão no Congresso Nacional, no Senado Federal.

Estivemos há poucos minutos na Embaixada do Canadá, juntamente com a Comissão de Agricultura e Política Rural e representantes de todas as bancadas para levar nosso protesto contra a ação que aquele país desenvolveu à questão que envolve a doença da vaca louca.

Estamos vivendo fato inusitado, Sr. Presidente, e esta Casa tem de tomar um posicionamento público e claro. O que ocorre? Por conta de um questionário que o Governo brasileiro não respondeu a tempo – é bom que se diga que houve falha técnica e burocrática, que ele tem de admitir –, o Canadá suspendeu a importação da carne brasileira. Muito mais do que isso, suspeitou dela. Podia até ter suspendido, ele não é nosso principal importador, mas a suspensão levantada fechou o mercado internacional para nosso produto, e absolutamente sem colocar nenhum indicativo de que a doença ocorra no nosso rebanho.

Para cada brasileiro, temos um boi no pasto. São 170 milhões de cabeças de gado. Um mercado importante de exportação é a União Européia. E o Canadá, possivelmente defendendo interesses dos Estados Unidos e outros países, achincalha o Brasil. Deixamos o registro.

Hoje, a briga é por conta da carne bovina. O que será amanhã? Vamos esperar sentados? O Canadá pode tudo isso? Temos que protestar mais, e o Governo brasileiro não pode se omitir, tem que se inspirar em atitudes que V. Exª tem tomado nesta Casa. Devia buscar o Embaixador brasileiro no Canadá e trazê-lo para para cá. O Canadá tem que remover essa medida logo, até porque licitações para a compra de carne feitas no estrangeiro já estão excluindo o Brasil. Estamos sofrendo um prejuízo irreparável. E o Canadá, por conta disso, está prejudicando, e muito, o Brasil. Há a possibilidade, inclusive, de o Brasil reivindicar reparo financeiro, porque estamos tenho um prejuízo muito grande.

Ora, estão fechando frigoríficos, estão dispensando funcionários dos frigoríficos do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Mato Grosso do Sul e de Minas Gerais. E não podemos assistir a tudo isso calados. O Congresso Nacional tem que levantar a voz, tem que se rebelar.

O Embaixador do Canadá nos recebeu, mas com conversa para boi dormir, conversa mole, desculpas esfarrapadas que nós não aceitamos.

É verdade que o Governo brasileiro facilitou, ao dar ao Canadá a desculpa que esse país precisava para fazer esse embargo ao Brasil, mas nem por isso devemos ficar calados. Esta Casa tem que ser altiva, e o Governo brasileiro não pode ficar mais de joelhos perante a vontade do estrangeiro, quando está em jogo a autonomia nacional, especialmente na questão da carne, Sr. Presidente.

Queremos, portanto, Sr. Presidente, deixar registrado nosso protesto contra essa atitude do Canadá.

Este é o nosso registro.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira.

O SR. FERNANDO GABEIRA (PV – RJ) – Sr. Presidente, sei que chegamos no momento de fazer despedidas e tecer elogios ao trabalho de V. Exª.

Já elogiei V. Exª muitas vezes e, depois do dia 14, estaremos perto um do outro. Então, teremos oportunidade de conversar mais ainda.

O que desejo neste momento é pedir, como sempre tenho pedido, um gesto semelhante a muitos outros que marcaram a posição de V. Exª em vários temas .

Pela observação que tenho feito dessa crise com o Canadá, penso que precisamos agir em vários campos. E o Congresso Nacional brasileiro pode agir em um deles, e tenho absoluta certeza de que V. Exª poderia estimulá-lo.

Precisamos de uma comissão do Congresso Nacional brasileiro, formada por Deputados e Senadores, que se desloque até o Canadá e tenha uma reunião com o Parlamento canadense, em especial com a Comissão de Relações Exteriores daquele país. No Parlamento canadense, teremos oportunidade de explicar melhor a nossa situação e resolver esse impasse.

Essa seria a possibilidade de V. Exª, mais uma vez, imprimir importante ação, já no final deste mandato – pode ser que V. Exª volte para outro, nunca se sabe. Já vi muita gente terminar mandatos e voltar. Estou acostumado a ressurreições, e acredito na de V. Exª –, uma vez que o Governo brasileiro ainda não sabe coordenar o País para agir nesse caso.

Quando o Canadá quis libertar os dois canadenses presos no Brasil, soube coordenar suas ações. Usou a imprensa, a televisão, os Deputados e todos os recursos de que dispunham. Este é o momento de coordenarmos, de algum ponto, nossas ações. Acho que uma comissão do Congresso Nacional brasileiro no Canadá teria oportunidade de, se não resolver o problema, pelo menos dizer para a opinião pública canadense que estamos conscientes de que não há essa doença no Brasil e que os negócios brasileiros não podem ser prejudicados.

Essa seria apenas mais uma decisão de V. Exª, uma das últimas, num país que, como sabemos, é muito carente de grandes decisões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Amanhã mesmo V. Exª será atendido.

O SR. RUBENS FURLAN – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. RUBENS FURLAN (Bloco/PPS – SP) – Sr. Presidente, quero associar-me a todas as saudações feitas a V. Exª. Fui eleito pelo seu partido, fui o terceiro Deputado mais votado do Estado de São Paulo, com 221 mil votos, mas cheguei a esta Casa como iniciante. É bastante complicada, é difícil a relação do Deputado de primeira legislatura, mas ele tem que ter uma bandeira, tem que se inspirar em alguma coisa. E eu, particularmente, Sr. Presidente, quero dizer que me inspiro na sua coragem. A coragem e a experiência de V. Exª fazem com que eu me mantenha firme e alimentado neste Parlamento. Sei que ao longo dos anos eu vou adquirindo a experiência e a coragem de V. Exª Às vezes, um jovem, um político de primeira legislatura acha que não deve falar alguma coisa ou tem medo de aqui levantar alguns temas. Mas no momento em que V. Exª, ao defender a Bahia, ao defender o Parlamento, ao incluir na lista os homens que devem responder à Justiça por seus atos sociais, V. Exª dá o grito. Fico eu pensando por que não gritar da mesma forma para alertar aqueles que não defendem o nosso País da forma que deviam.

Sr. Presidente, a questão do Canadá é muito grave. Será que o Brasil, este grande mercado consumidor, não tem forças suficiente para impor sua vontade às sanções, a fim de que o Canadá e outros países não cometam mais a leviandade que ora estão cometendo? Precisamos nos inspirar na sua força e na sua coragem. Se hoje eu fosse Presidente da República, eu daria ao Canadá aquilo que estão merecendo por acusar nosso País, prejudicando nossas relações comerciais e nossa pecuária da forma mais leviana. Sei que V. Exª tem coragem, porque já vi V. Exª fazer o Presidente da República rever posições que prejudicavam a Bahia, e neste momento o Canadá está prejudicando o Brasil.

Inspirado na coragem de V. Exª, peço ao Presidente Fernando Henrique que dê um basta nessa situação. O Brasil é forte, é um país que não deve se curvar diante de tamanha leviandade.

Sr. Presidente, neste seu final de seu mandato, aceite meu abraço e saiba que me inspiro na coragem de V. Exª É essa sua forma truculenta que nos defende de tantas situações difíceis por que passamos.

Parabéns, Sr. Presidente. Vida longa a V. Exª!

O SR. PAULO SOUTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. PAULO SOUTO (PFL – BA) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados e Senadores, todos nós, Deputados e Senadores baianos, assistimos com muita emoção, como seus amigos, às palavras que foram pronunciadas nesta noite, neste Congresso Nacional.

Tínhamos combinado que não seria este o dia em que os baianos se manifestariam, mas, quando nos lembramos de cada um dos nossos concidadãos na nossa Capital, em cada uma de nossas cidades ou nos nossos povoados e campos assistindo às homenagens que este Congresso lhe presta, eu mais me rendo a agradecer a eles. Deputados e Senadores conferiram-me a prerrogativa de agradecer, em nome dos baianos, orgulhosos de V. Exª, e em nome de todos, a justiça que o Congresso Nacional lhe faz nesta noite, ao homenageá-lo.

Cada um dos baianos, neste momento, continua dando a força que V. Exª tem merecido ao longo de sua vida pública, para enfrentar as grandes lutas que tem enfrentado, com a mesma coragem e determinação, sempre pensando neste País e na sua Bahia.

Por isso, neste momento, todos nós que assistimos, com tamanha emoção, ao que foi proferido em sua homenagem, lembramo-nos de cada um dos nossos cidadãos, em nome dos quais temos de agradecer a este Congresso a forma como o Congresso Nacional homenageia V. Exª, tendo em vista o que V. Exª representou nesses quatro anos como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, dando exemplo a toda Nação de espírito público e, sobretudo, de amor a este País. (Palmas.)

O SR. TILDEN SANTIAGO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. TILDEN SANTIAGO (PT – MG) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, a sessão já se prolonga, mas gostaria de assinar embaixo das palavras de meus colegas, especialmente os da oposição, ao manifestarem seus sentimentos. Sempre militamos na política contrariamente à V. Exª, mas soubemos reconhecer seus valores.

Gostaria, sobretudo, de deixar um pedido, de filho e de neto de barranqueiro: ao deixar a Presidência do Senado, não abandone a nossa luta pela defesa da revitalização do São Francisco. Não são poucos os Parlamentares do Congresso Nacional que querem defender as águas do São Francisco e a revitalização de toda a bacia. Esperamos contar com sua força.

Para conseguirmos resultados nessa luta, precisamos de gente com a sua têmpera. Aliás, a mesma têmpera do meu avô, que participou da Guerra de Canudos, que viveu em Juazeiro e terminou sua vida pública como Prefeito de Pirapora.

Fica, pois, este pedido final. Luís Eduardo, lá dos corredores do infinito, que somava conosco na defesa do Vale do São Francisco, é testemunha desse pedido a seu pai.

Nossas homenagens e agradecimentos, de antemão, pelo somatório na luta em defesa do Velho Chico.

O meu abraço amigo. (Palmas.)

O SR. ORLANDO DESCONSI – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. ORLANDO DESCONSI (PT – RS) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, estive hoje, juntamente com a bancada do nosso partido, em audiência com o Embaixador do Canadá.

Como gaúcho, como brasileiro, como cidadão de um País em desenvolvimento, quero dizer que a atitude do Canadá em represália à carne brasileira representa uma atitude discriminatória ao povo brasileiro. Eu não aceito este tipo de atitude.

Não é justo que o povo brasileiro pague pela atitude do Ministério da Agricultura, que foi incompetente e não respondeu os questionários no prazo devido. As providências devem ser tomadas. A Casa não foi comunicada desse tipo de atitude. Portanto, exigimos do Sr. Presidente medidas mais enérgicas, mais duras, reestabelecendo imediatamente as

relações internacionais com o Canadá ou então suspendendo imediatamente todas as tratativas de negociação do Brasil com este País. É inaceitável essa suspeição sobre a carne brasileira que está prejudicando todos os produtores do País.

Sou do Rio Grande do Sul, Estado que produz muita carne. O próprio embaixador diz que continua comendo bife brasileiro.

Portanto, a atitude adotada pelo Canadá é injusta e descabida. A Casa tem de pressionar o Presidente da República a tomar medidas mais enérgicas em nome da honra do povo brasileiro, afetado com essa decisão.

Sr. Presidente, não vou fazer uma análise sobre V. Exª porque cheguei nesta Casa no dia 2 de janeiro. Por este motivo, neste momento, não desejo manifestar-me com palavras fortes, nem positivas, quero apenas deixar nosso respeito às pessoas que compõem esta Mesa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES (PFL – MA) – Sr. Presidente, após ouvir muitos elogios e referências ao homem público que V. Exª representa e o respeito que a Oposição lhe tem, como Parlamentar do seu partido, devo propor-lhe a sua candidatura à Presidência da República. V. Exª é o homem certo para tal cargo. (Palmas).

Ao deixar essa Mesa, V. Exª deveria percorrer todo o País. A gravação desta sessão deve ser mostrada a todo o Brasil, para comprovando as palavras sinceras sobre um homem responsável. Precisamos de um Presidente da República que goste da pobreza, e tenha coragem, valentia e determinação.

Portanto, proponho V. Exª, o Senador Antonio Carlos Magalhães, para Presidente da República do Brasil. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Srs. Deputados, Srs. Senadores, raramente, em minha vida, vivi momentos de maior emo-

ção. Tendo percorrido tantos cargos na vida pública, talvez esta hora tenha sido a maior de minha vida. Presidir o Congresso Nacional é a honra maior de um Parlamentar, principalmente nesta hora, em que recebo tais homenagens, que me surpreenderam, dada a generosidade de tantos, que tenho até dificuldade em enumerá-los, embora os tenha anotado, sobretudo em meu coração.

Procurei cumprir o meu dever na Presidência do Congresso Nacional, atendendo às reivindicações justas do Poder Executivo, mas sem qualquer subserviência a esse Poder.

Elevei o nome do Senado e do Congresso Nacional. Nada me pesa na consciência. Erros devo ter cometido muitos.

Entretanto, posso dizer-lhes de coração aberto que nenhum foi por falta de interesse de bem servir ao País e sobretudo à Instituição. Defendi estas duas Casas do Congresso Nacional, como era do meu dever, e posso salientar que nada me comoveria mais do que as palavras de tantos colegas aqui presentes; nada me comoveu mais do que fazer a ligação do meu nome com o do Luís Eduardo.

Luís Eduardo foi e tem sido até hoje a inspiração da minha vida. (Palmas.) Ele deu exemplos de convivência e coragem a este País, deu exemplos a esta Casa de como se deve defendê-la em todas as situações. Isso me foi transmitido, de filho para pai, ao contrário do que normalmente ocorre, de pai para filho.

A Bahia, quando me levou para o Senado, talvez não esperasse que fosse Presidente do Congresso Nacional, mas posso dizer aos baianos aquilo que o Senador Paulo Souto já falou praticamente em meu nome: não desonrei as funções que meus Pares me confiaram de Presidente do Senado e do Congresso.

Convivi com o Governo e com a Oposição do mesmo jeito, fazendo justiça até quando a Oposição estava sendo injusta.

Defeitos, sabem todos que os tenho e quais são. Mas também sabem o quanto tenho de coragem para defender a Instituição que presido. Sabem todos que realmente, no Senado ou no Congresso, procurei sempre servir sem dele me servir. É por isso que fico sempre vigilante e continuarei vigilante para as melhores soluções que sejam possíveis nesta Casa e no Senado.

Sou muito grato. Poderia realmente agradecer-lhes com palavras mais carinhosas, mas confesso que muitas vezes estou embargado pela emoção de tantos pronunciamentos. Até mesmo as recordações do Deputado Haroldo Lima, de 1979, quando S. Exª, já na sua função, que não era a de Parlamentar, mas para chegar a Parlamentar e lutar pela queda do regime que ele não aceitava, era realmente demoníaco e sabia como ninguém produzir um quebra-quebra que, como ele mesmo salientou, foi o maior no dia do Brasil. Desde aquela época S. Exª já era competente, e, apesar de adversário, sempre o reconheci como um idealista e, sobretudo, um lutador.

O meu Líder, Senador Hugo Napoleão, falou pelos meus correligionários, emocionou-me com as suas palavras, por outro lado, o Líder do Governo, líderes de todos os partidos. E nada pode ser mais comovente para um homem público do que esta hora de fim de mandato, que ao invés de anoitecer devo dizer que para mim está sendo uma alvorada. (Palmas.)

Continuarei como Parlamentar nesta Casa e na outra Casa que tanto amo, com os mesmos propósitos e com a mesma dedicação até aqui demonstradas na Presidência.

Quero que todos saibam da minha gratidão; quero que todos saibam deste momento que vivo, que é, talvez, o maior da minha vida. E olhe que é uma vida de quase cinqüenta anos de carreira pública.

Enquanto vida tiver vou lutar, procurando corrigir já nesta idade os defeitos naturais do tempo, mas sempre com os mesmos propósitos de fazer o Brasil cada vez maior e de fazer este Congresso respeitado pela opinião pública brasileira, que às vezes comete injustiças com esta Instituição, muitas vezes por nossa culpa, por não sabermos reagir, como devemos, a determinadas posições.

Mas nunca é tarde. Até mesmo para os homens que têm mais idade, como eu, rejuvenescer para nos juntarmos e trabalharmos no sentido de fazer com que o Congresso fique cada vez mais prestigiado pela opinião pública brasileira. E isso só se faz com coragem e determinação, respeitando todos, mas, ao mesmo tempo, tendo coragem de enfrentar qualquer obstáculo.

Aos agravos que porventura tenha feito desnecessariamente nesta Casa, eu me desculpo. Conscientemente, acho que o saldo é positivo. Estou, neste instante, como estarei sempre, com a Bahia no meu coração e honrando a memória do meu filho, que era, sem dúvida, uma das figuras maiores do Parlamento brasileiro. Ele, se vivo estivesse, como alguém disse, as crises no Brasil seriam menores. Mas, de qualquer maneira, não estando ele, hei de contribuir para que seu nome continue cada vez mais forte no coração de todos os brasileiros, principalmente dos colegas que ele tanto admirava. Hoje, eu os vejo todos, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Quero, em meu nome, agradecer a todos eles e, até mesmo em nome de Luís Eduardo, dizer muito obrigado, porque nós dois somos uma só pessoa.

Muito obrigado. (Palmas.)

Na Sessão do Senado Federal de 13 de fevereiro de 2001, os senadores homenageiam o presidente senador Antonio Carlos Magalhães

Apanhamento taquigráfico
(Sem revisão dos oradores)

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em dezembro de 2000, no meu último pronunciamento do ano, abordei o posicionamento do Brasil nas recentes disputas comerciais no âmbito do Mercosul, da OMC e da eventual formação de Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, em 2005 – ocasião em que registrei a importância de o Brasil ser muito prudente nas suas negociações diante da pressa dos Estados Unidos em logo formar a Alca.

Nosso último contencioso na OMC vem sendo a disputa travada com o Canadá acerca dos subsídios dados à exportação de aeronaves no lado brasileiro para a Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER –, e no lado canadense para o Grupo Bombardier.

O Canadá alegava, e ainda alega, que o Governo brasileiro estimula a venda externa da Embraer ou de aviões da Embraer através de programas de apoio à exportação em desacordo com os requisitos do Acordo de Subsídios da OMC. Nesse episódio, apesar de o Governo brasileiro ter questionado que os programas do Governo canadense, tais como o Techonology Partnerships Canadá – conhecido como TPC[1]–, o Canadá Account, e o apoio para o financiamento às exportações concedido pela Agência do Tesouro Canadense, Export Development Corporation – conhecida como EDC – não estão em conformidade com as obrigações da OMC. A organização julgou procedentes as alegações canadenses.

Isso decorreu, em boa parte, do fato de termos permitido que, quando da negociação na OMC sobre as normas das taxas de equalização de juros para créditos à exportação, o Brasil não fez prevalecer seus interesses, o que tornou nossos atuais estímulos às vendas externas proibidos, como no caso da venda de aviões.

Essa disputa comercial pelo mercado internacional de jatos regionais ganhou tonalidades que transcendem a racionalidade ética, política e econômica inerentes e necessárias às relações comerciais entre os países. Sem as devidas informações científicas, o Canadá embargou, na semana passada, as importações brasileiras de carne bovina, sob a acusação de que nosso rebanho poderia ser portador da patologia encefalopatia espongiforme bovina – ESB, conhecida como doença da "vaca louca".

Os Estados Unidos e o México acompanharam essa decisão canadense, causando, de acordo com o Ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, um prejuízo comercial às contas externas brasileiras. Por exemplo, as exportações de carne bovina não realizadas para os Estados Unidos totalizam, até agora, aproximadamente US$2 milhões.

A resposta da sociedade brasileira frente a esse fato foi de grande indignação. Pressionado pela opinião pública, inclusive pela reação de inúmeros Senadores e Deputados, o Governo brasileiro iniciou uma reação visando solucionar o problema. É de importância fundamental que o Poder Executivo passe das palavras às ações, demonstrando que devemos ser tratados com mais respeito.

Foi essencial a iniciativa do Deputado Fernando Gabeira de propor que uma comissão de Senadores e Deputados fosse ao Canadá. E está sendo programada essa visita para o início da próxima semana, tendo sido constituída uma delegação do Congresso Nacional – composta, provavelmente, dos Senadores Jonas Pinheiro e Osmar Dias, entre outros. Gostaria até de estar informado a esse respeito. Quero dar todo o apoio à missão designada pelo Presidente do Congresso, Senador Antonio Carlos Magalhães, porque é importante nessa ocasião que haja o devido diálogo entre os membros dos Congressos Nacionais brasileiro e canadense.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Osmar Dias (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, apenas informo a V. Exª e à Casa que o Deputado Fernando Gabeira me procurou há pouco e marcamos uma reunião com o Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Sr. Marcos Vinícius Pratini de Moraes, para hoje às 18 horas, quando pretenderemos discutir o posicionamento assumido até agora pelo referido Ministério e pelo Governo brasileiro. A minha posição é a seguinte: se a missão canadense, que desembarca no Brasil amanhã, resolver levantar o embargo até sexta-feira, suspenderíamos a nossa missão ao Canadá. Caso até sexta-feira o problema não tenha sido resolvido, então o Deputado Fernando Gabeira irá, ainda nesta semana, ao Canadá

para preparar as reuniões. O Senador Jonas Pinheiro irá no sábado e talvez eu vá apenas no domingo ou na segunda-feira, quando começarão as reuniões, para que possamos lá exigir, Senador Eduardo Suplicy, os direitos que foram arrancados do Brasil por essa medida canadense, intempestiva e totalmente arbitrária. Quis apenas fazer essa comunicação a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Quero dar a minha integral solidariedade à missão dos Congressistas que irão ao Canadá. Salvo se houver a solução do problema, conforme V. Exª anuncia. O Senador Jonas Pinheiro me informou hoje, pela manhã – viajei com S. Exª de Cuiabá para Brasília –, que tinha notícias do próprio Ministro Pratini de Moraes a respeito da possibilidade de, até o final da semana, com a chegada da missão canadense que estará trabalhando nesses dias aqui no Brasil, haver a suspensão desse embargo. Obviamente, assim as coisas estariam tomando um caminho de melhor relacionamento entre o Brasil e o Canadá.

Sr. Presidente, volto a ler.

Esse lamentável fato evidencia as reais regras do comércio internacional, em que os documentos oficiais nem sempre demonstram as práticas comerciais dos países. Na economia brasileira, após um intenso e rápido processo de abertura comercial, começa a ganhar forma a percepção de que é o momento de se reavaliar esse processo e de redefinir a estratégia de inserção do País na nova ordem econômica internacional.

Nos últimos anos, o projeto de construção do Mercosul vem sendo implementado com relativo sucesso, desde os anos 60, com o Tratado de Montevidéu, passando pelos acordos setoriais dos anos 80. O Mercosul, com os devidos percalços, que tem sido capaz de esboçar os instrumentos necessários para o aprofundamento da integração e da compensação dos desequilíbrios entre esses países, merece ser aprofundado.

Quando observamos nossa integração à economia internacional, constatamos que os países desenvolvidos, assim como alguns países em processo de rápida industrialização, continuam a praticar políticas muito restritivas em relação aos nossos produtos. Na realidade, nossa pauta de exportações tem sido ditada pelos interesses das grandes empresas dos países desenvolvidos mais do que resultado do esforço exportador de nos-

sas empresas. As restrições às exportações brasileiras são evidentes na economia americana, justamente a maior e mais aberta em termos tarifários do comércio mundial. Todavia, habilmente, os americanos e os países desenvolvidos têm-se utilizado de barreiras não-tarifárias, tais como as barreiras fitosanitárias, trabalhistas e ambientais para impedir a entrada de nossos produtos.

As negociações para a criação da Alca começaram em dezembro de 1994, em Miami, depois do esforço realizado antes pelo Presidente George Bush, o pai do atual Presidente, George W. Bush, com a Primeira Reunião de Cúpula das Américas. Após esse encontro, foram realizadas quatro reuniões ministeriais ocorridas em Denver (Estados Unidos), Cartagena (Colômbia), Belo Horizonte (Brasil) e San José (Costa Rica), além de inúmeras outras vice-ministeriais e grupos de trabalho. Desde a I Reunião de Cúpula, em Miami, as negociações de formação da Alca estão sendo marcadas pelas posições divergentes entre o Brasil e os Estados Unidos. Enquanto a posição americana é pela implementação de um cronograma de liberalização comercial mais abrangente e rápido, os negociadores brasileiros defendem uma integração mais lenta, sendo que o acesso aos mercados nacionais deveria ocorrer apenas na última etapa do processo.

Sr. Presidente, os recentes fatos envolvendo o Brasil, o Canadá e a OMC reforçam a posição nacional de que a formação da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, deve ser repensada e negociada com mais vagar e, se possível, adiada para além de 2005. Pois as relações comerciais entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento têm sido pautadas apenas pelo respeito aos direitos e interesses dos mais ricos, sendo ultrajadas as necessidades da sociedade dos países mais pobres.

O Brasil tem uma presença marcante no cenário internacional, ao longo do século XX. Suas relações externas são pacíficas e respeitosas, visando à construção de um maior e melhor intercâmbio entre as nações. No entanto, os recentes embargos aos produtos brasileiros e as retaliações comerciais pelos países ricos requerem uma resposta vigorosa do Governo. A Nação brasileira não deve se curvar aos interesses desse país e aceitar passivamente suas práticas restritivas, as quais têm sido gravosas aos nossos produtos.

Ao que tudo indica, a recente acusação, por parte do Canadá, de que o rebanho bovino brasileiro estaria contaminado pela patologia da Vaca Louca é uma retaliação do caso Embraer *versus* Bombardier. A *Veja*, de 14 de fevereiro de 2001, informou que "a Bombardier foi a principal financiadora do Partido Liberal, que elegeu o Primeiro-Ministro Jean Chrétien. O Presidente Executivo da empresa foi Vice-Ministro da Indústria e Comércio". De acordo com a *Veja*, as ligações entre o Governo canadense e a Bombardier chegam aos laços familiares, pois "o filho do Primeiro-Ministro canadense é casado com a filha do ex-Presidente da companhia". A soma desses fatos expõe uma faceta nada ética nessa disputa. Diante de tais acontecimentos, o Governo brasileiro tem de reagir de forma vigorosa, não apenas requerendo uma reparação financeira pelos danos causados pela denúncia infundada, mas, também, exigir do Canadá uma retratação perante a comunidade internacional.

O Brasil tem de demonstrar para a comunidade internacional que não apenas o comércio, mas todas as relações entre as nações ricas e pobres, desenvolvidas e em desenvolvimento, centrais e periféricas, devem se pautar pelo respeito e pela ética. É de fundamental importância evidenciarmos a necessidade de que os acordos multilaterais promovam uma melhor distribuição da riqueza mundial.

Creio que o Presidente Fernando Henrique Cardoso, se não houver a modificação de postura do governo canadense, suspendendo o embargo da importação da carne brasileira, deve reavaliar a sua decisão de ir ao Canadá, em abril, a Quebec, para a reunião da Cúpula das Américas, aliás, seguindo a recomendação do Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luis Marcos Suplicy Hafers.

A não ser que possa o governo do Canadá, à luz das informações que a missão canadense que chegará esta semana ao Brasil trouxer, levar a uma melhor conclusão, a uma solução de bom-senso, com a suspensão do embargo da importação da carne do Canadá, com respeito à carne brasileira, isso certamente contribuirá para que não haja a sucessão de outros embargos, suspensão de exportação, importação de outros produtos, tais como os sapatos que, agora, passam também a ser prejudicados, ou até mesmo os produtos para agricultura brasileira que são produzidos pelo Canadá.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria ainda de dizer uma palavra a respeito da importantíssima decisão para a nossa instituição que todos tomaremos amanhã.

Creio ser da responsabilidade dos 81 Senadores pensarmos numa solução que represente o fortalecimento da nossa instituição, que represente o respeito por todos os partidos, que represente uma solução, a mais consensual possível, para os 81 Senadores e para todos os Partidos aqui representados.

Há duas semanas, sugeri que os candidatos à Presidência do Senado comparecessem ao plenário antes da reunião de amanhã, a fim de expor seus pontos de vista. O Senador Jefferson Péres, na semana passada, fez um pronunciamento que elevou o nível do debate a respeito da sucessão da Mesa do Senado Federal. O Senador mencionou seus princípios e objetivos de fortalecimento das instituições, desta Casa e do Congresso Nacional, e recebeu, em inúmeros apartes, o respeito de muitos dos Senadores, não só do Bloco de Oposição, mas também do PFL e do PMDB, o que foi muito importante.

Sendo assim, eu estava aguardando que também o Senador Jader Barbalho, como indicado por seu Partido, comparecesse ao plenário do Senado para expor seus objetivos e planos para a instituição. Gostaria que S. Exª pudesse vir ainda hoje para fazer sua exposição. Ao visitar seu gabinete na semana retrasada, fiz tal sugestão pessoalmente, e, em princípio, S. Exª pareceu havê-la acatado. Contudo, como não compareceu até o presente momento, imagino que talvez o Senador Jader Barbalho esteja fazendo reconsiderações sobre o que acontecerá amanhã.

S. Exª teve o respaldo de 23 dos 26 Senadores do PMDB para sua indicação para a Presidência do Senado. Depois disso, nos últimos dias e nas últimas horas, notamos uma movimentação intensa. Alguns dos Srs. Senadores têm procurado falar desse assunto entre si, nos gabinetes, nos telefonemas, nos encontros aqui dentro do Senado e em outros lugares, mas não usando tanto a tribuna. Todavia, avalio ser da maior importância que essas questões sejam tornadas abertas e transparentes para a opinião pública. Digo isso porque, nos últimos dias, estive não apenas no meu Estado, em São Paulo, mas também no Pará, em Mato Grosso, em Minas

Gerais, e as pessoas de todos os lugares me perguntam sobre o que ocorrerá amanhã aqui no Congresso Nacional. Estejam certos de que os brasileiros estão muito atentos às nossas decisões e querem que o Senado encaminhe a melhor solução possível para todos nós.

Qual seria essa solução? Avalio que a responsabilidade está conosco e o esforço precisa ser feito. Por isso, faço um apelo aos 26 membros do PMDB, ao Presidente e Líder do PMDB, Senador Jader Barbalho, no sentido de que ouçam os anseios da população e de todos os Senadores. Se, na percepção do Senador Jader Barbalho – conforme explicou-me –, S. Exª foi levado a uma situação limite, de beco sem saída, em função dos acontecimentos havidos desde abril, será muito importante que S. Exª tenha a sensibilidade e a percepção para encontrar um caminho, na medida do possível, que seja aceitável para o maior número possível de Senadores. Se houver um diálogo aprofundado entre nós até a tarde de amanhã, será possível encontrarmos uma solução que tenha o voto de mais de 70 Senadores, quem sabe até dos 81 Senadores. Estou muito empenhado nisso, disposto a dialogar com todos os Senadores para chegar a essa solução.

O PMDB tem extraordinária responsabilidade, assim como cada um dos Partidos. O PFL, que se reuniria hoje à tarde, anunciou que deixou para amanhã a sua decisão, que estamos aguardando. O Bloco de Oposição já se reuniu há mais de três semanas – estando presentes nossa Líder, a Senadora Heloísa Helena, e todos os Senadores da Oposição – e chegamos a um consenso: indicamos o Senador Jefferson Péres para a Presidência do Senado, em virtude de sua história, de seu equilíbrio, da maneira ética e digna como S. Exª tem sempre desempenhado seu trabalho nesta Casa. Ao mesmo tempo, acatando uma sugestão do Senador Roberto Freire, fizemos a designação do Senador Jefferson Péres com possibilidade de abertura: se porventura o Partido maior, o PMDB, vier a indicar uma opção consensual, nesse caso – e somente nesse caso – estaremos dispostos, bem como o Senador Jefferson Péres, a apoiar a solução. Reitero que esse é o caminho proposto pelo Bloco da Oposição. E o Senador Jefferson Péres, que tem tido todo o nosso respaldo e apoio, estaria propenso a contribuir para uma solução dessa natureza. Quero conclamar todos os nossos Pares a que façam um esforço no sentido de chegarmos a um caminho único.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, concedo um aparte ao nobre Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Ouvi com atenção o pronunciamento de V. Exª, e quero comunicar a V. Exª, assim como aos demais Senadores aqui presentes, que o PFL, há vinte minutos, assumiu um compromisso público com o Senador Arlindo Porto, que lançou formalmente a sua candidatura, contando com o apoio, além de outros Partidos, do PFL. O Senador Arlindo Porto é uma pessoa que, pelo seu passado, certamente merecerá a atenção especial de todos os Senadores. Ex-Ministro da Agricultura, ex-Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, certamente entra nessa disputa com grande possibilidade de vitória. Era essa a comunicação que queria fazer.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Moreira Mendes, estou sabendo por V. Exª a respeito dessa indicação do PFL, já que, pelo noticiário, tinha conhecimento de que o Partido havia adiado essa decisão para amanhã. Isso significa uma nova postura, que guarda relação com outras tentativas formuladas pelo PFL, tal como a indicação do Senador Jorge Bornhausen no final da semana passada.

O que observamos é que a indicação do Presidente do PFL mostrou um caminho possível, quando constatada aqui a disposição dos demais Senadores e Partidos, mas ainda não haviam chegado a um consenso. Agora, V. Exª nos dá a notícia de que o Senador Arlindo Porto, hoje o único representante do PTB, seria a indicação feita pelo PFL.

Por estar nesta tribuna, não consultei os membros do Bloco da Oposição e a sua Líder, Senadora Heloísa, mas gostaria de transmitir que, conhecendo o pensamento tanto da Senadora quanto do Bloco, digo que essa solução ainda não nos satisfaz. O Senador Moreira Mendes informa que o Senador Arlindo Porto foi indicado pelo PFL. Essa solução não condiz com o que foi expresso pelo Bloco de Oposição. Apesar do respeito que temos pelo Senador Arlindo Porto e de sua seriedade, parece-nos ser preciso encontrar uma solução consensual dentro do maior Partido nesta Casa, o PMDB. Se a solução apresentada até agora pelo PMDB não é consenso no Senado, precisamos encontrar outra, o que demandará maior esforço.

Considero muito importante que o Senador Arlindo Porto se apresente como candidato à Presidência do Senado e que, de pronto, compareça a esta Casa para expor a sua plataforma, tal como fez o Senador Jefferson Péres. Assim, teremos a oportunidade de conhecer as suas idéias. Será muito mais saudável para a instituição e para o fortalecimento do Congresso Nacional que o povo brasileiro saiba exatamente o que pretendem aqueles que desejam presidir o Senado. Desse modo, sugerimos que os candidatos à Presidência apresentem abertamente seus planos para receberem a reação de todos nós.

Aproveito a oportunidade, Senador Antonio Carlos Magalhães, para agradecer e registrar a atenção que V. Exª sempre teve comigo, como Senador do Bloco de Oposição e do Partido dos Trabalhadores.

Mantivemos, ao longo de todo o tempo em que V. Exª foi Presidente, um diálogo de respeito crescente. Inclusive, pude conhecê-lo melhor e respeitá-lo. Tive maior estima por V. Exª nesse período e sempre pude dizer com muita franqueza eventuais concordâncias e discordâncias em relação ao seu modo de proceder. Por exemplo, disse algumas vezes que gostaria que a Mesa se reunisse com maior freqüência.

Em muitas ocasiões, V. Exª agiu no sentido do fortalecimento do Senado Federal, inclusive quando fez questão de mostrar que esta Casa deveria estar, por exemplo, dedicando-se ao exame de uma melhor forma de combater a pobreza. Tivemos diferenças na constituição do Fundo de Combate à Pobreza, mas a batalha ainda continua. Pretendo aperfeiçoá-lo, mas um passo foi dado nessa direção.

V. Exª teve um papel fundamental na instalação da CPI do Judiciário, que foi importante para o País nestes últimos dois anos e que trouxe fatos marcantes para a história do Senado.

V. Exª também soube interagir conosco, do Bloco da Oposição e do Partido dos Trabalhadores, nem sempre acatando tudo o que gostaríamos. V. Exª sempre nos ouviu, e isso foi muito importante, porque alguns passos fundamentais foram dados, inclusive com relação aos nossos objetivos de continuar lutando para que o Brasil se torne uma sociedade mais justa e civilizada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço as palavras finais do Senador Eduardo Suplicy, porque tratei igualmente os membros do Bloco de Oposição e os colegas da área do Governo, sendo que, com alguns deles tive uma relação estreita, embora com as diferenças ideológicas que todos conhecem, mas que sempre respeitei bastante.

Há um traço do Senador Eduardo Suplicy que realmente merece ser ressaltado: a sua tenacidade nas suas lutas e, sobretudo, a sua boa educação no trato com todos. O Senador Eduardo Suplicy é um exemplo de Parlamentar educado, que defende as suas idéias – que nem sempre são as nossas. S. Exª é sempre um *gentleman* no trato com os seus companheiros, o que faz com que todos dispensemos o melhor tratamento a S. Exª e a seus colegas de Bancada, inclusive a essa figura notável do Senador Lauro Campos, ao meu prezado amigo – com quem ainda há pouco queriam me intrigar – Senador José Eduardo Dutra e à sua Líder. Convivemos bem, e o Parlamento ganhou com isso.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje falo porque a lei moral que há em mim não permite que eu me silencie. Estou há vários dias perplexo, nesse momento crucial da existência do Parlamento, nesse momento de uma das mais importantes eleições que o País conhece – talvez tão importante quanto a eleição do Presidente da República –; a dos Presidentes do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

A menos de vinte e quatro horas do pleito, o meu silêncio e o de meus companheiros incomoda-me muito. Deveríamos estar aqui, como propôs em duas ocasiões o companheiro Eduardo Suplicy, ouvindo e debatendo com os candidatos à Presidência do Senado o seu programa, a sua colocação diante dos outros Poderes, o seu posicionamento diante das relações internacionais que se estão manifestando, inclusive por meio da vaca louca. As tantas e importantes manifestações deste mundo globalizado têm aqui, no Senado Federal, um dos eixos fundamentais para a orientação da população.

Gostaria, realmente, que o ambiente fosse outro. Gostaria que os telespectadores deste Brasil afora não ficassem perplexos diante do nosso silêncio. Que silêncio é este? Será que ficamos todos velhos de uma hora para outra? Perdemos a capacidade de escutar e de reagir? Perdemos a capacidade de nos inflamar, que se teria concentrado apenas na figura do Presidente Antonio Carlos Magalhães? Alguns acham que há um certo exagero nas suas atitudes, mas, pelo menos, há de se reconhecer essa vontade, essa lei moral que existe dentro de nós, que nos incendeia algumas vezes. Portanto, devemos compreender os excessos para reafirmar, abençoar e compartilhar desse impulso ético, desse impulso de moralização.

O que me traz aqui, hoje, é essa insopitável vontade de fazer, pelo menos, uma catarse, porque não agüento mais esse silêncio, esse tergiversar, essas conversinhas, esses discursos em torno de nada. Parece que não estamos escutando o som do vendaval que se aproxima. Parece que não vai acontecer, também, amanhã, absolutamente nada.

O *day after* vem aí. Amanhã, vamos começar a tomar consciência do que realmente fizemos, cometemos e praticamos.

O apelo feito pelo Senador Eduardo Suplicy de que, pelo menos, parlássemos, parlamentássemos, falássemos alguma coisa. Só há cochichos, conciliábulos secretos, tititi. Isso não é digno do Senado Federal!

À falta de algo melhor para fazer, incapaz de mover o mundo e de mudar as decisões medrosas, covardes, indecisas – e o povo está vendo esse vale das indecisões, do silêncio em que nos encontramos –, estou aqui, de certa forma, à espera de um milagre. Contudo, não queria esperar em silêncio, mas, pelo menos, rezando, para que o milagre viesse nos salvar, ou estamos perdidos definitivamente?

Os instrumentos usados nessas decisões mostram a importância delas. Não é à toa que o Partido do Presidente da República ou um de seus aliados compra alguns deputados, de maneira inegável, descarada – isso, por acaso, foi gravada também. Mas crime é a gravação ou a continuidade daqueles processos? Certa vez ouvi Sua Excelência, o Presidente da República, dizer: "Não recorremos mais a essas medidas pouco assépticas, sujas, entre o Executivo e Legislativo". Eu escutei isso três vezes, com palavras e sinônimos muito elegantes e diferentes. Mas será que mudou alguma coisa ou será que se agravou a situação, diante de um conjuntura econômica-financeira internacional que se torna cada dia, claramente, mais grave?

Cheguei a esta Casa e, entre outras coisas, não gostaria de deixar de registrar que observei muito a conduta do Presidente Antonio Carlos Magalhães. Peguem os discursos que fiz e, em alguns deles, há crítica dirigida a S. Exª bastante acerba; mas tenho que fazer justiça. e já disse muitas vezes e repito que S. Exª, o Presidente Antonio Carlos Magalhães, tem agido aqui, neste Senado, mais ou menos como o treinador do time. S. Exª quer ver o time acertar, que ver o time ser aplaudido, quer ver o time melhorar.

Tenho que reconhecer, e reconheço há muito tempo, que a preocupação de S. Exª, ao dirigir os nossos trabalhos, foi talvez como os exageros a que S. Exª se permitiu há alguns dias, o exagero de quem quer salvar, de quem quer afastar e exorcizar a catástrofe.

Entre os candidatos que até agora se apresentaram, poderíamos até ter aberto mão da candidatura do modelar companheiro Senador Jefferson Péres, homem de uma compostura, uma atitude, um comportamento, uma prática exemplares. Poderíamos fazer esse sacrifício também em nome da salvação da Casa, neste momento crucial e decisivo para o Congresso Nacional e para o País. Contudo, infelizmente, até agora, essa possibilidade sequer surgiu.

Tendo em vista a formação e o estofo do nosso companheiro Senador Jefferson Péres, tenho absoluta certeza de que S. Exª abriria mão, seria o primeiro a abrir mão – como, aliás, já disse que isso poderia ocorrer. O nobre Senador não tem ambições individuais, não tem a vontade do poder que cega alguns, portanto, S. Exª poderia, tranqüilamente, deixar de ser um obstáculo à realização de uma coalizão salvadora. Mas parece que os ouvidos ficaram moucos e que as consciências – algumas delas – não perceberam o que acontecerá amanhã, a importância do dia da eleição de nosso Presidente.

Realmente, eu gostaria que não houvesse um *day after;* gostaria que o Presidente assumisse com tranqüilidade esta Casa tranqüila e que não permitisse a existência de acerto de contas, perseguição, entrincheiramento para a vendeta, que receio venha a ocorrer. O poder do Senado Federal é muito maior do que as pessoas pouco atentas possam imaginar.

Em um dos momentos de crítica a esta Instituição e ao funcionamento dos três Poderes, cheguei a dizer e a procurar demonstrar que o

Presidente do Senado no Brasil representa uma espécie de ditador pela metade. "Há uma ditadura compartilhada", disse eu. E não pedi desculpas ao Presidente Antonio Carlos Magalhães. Estou agora, na hora da saída, dizendo que o Senado e sua Presidência são tão poderosos que agem, algumas vezes, como uma espécie de ditador que compartilha com o verdadeiro ditador – o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso – essa ditadura disfarçada e compartilhada.

Isso não atingiu o Presidente Antonio Carlos Magalhães ou por não conter uma verdade ou por outro motivo qualquer. No entanto, estou repetindo o assunto apenas para mostrar como tenho consciência do poder desta Casa. E este poder, se por acaso não estiver em mãos serenas, como, por exemplo, as do Senador Jefferson Péres, se não estiver em mãos que não desejam passar a limpo as suas frustrações pessoais e o seu desejo de vingança individual, passaremos a limpo outras coisas, como as nossas derrotas internas e os nossos conflitos intestinos. Será um verdadeiro desastre. Gostaria muito de poder contribuir o mínimo que fosse para que essa tragédia não acontecesse.

Desse modo, o desastre de depois de amanhã pode ser maior ainda e com muito mais vítimas do que o de amanhã. Não quero ser catastrofista, como costumam algumas vezes afirmar que sou. Por isso estou fazendo essa catarse verbal neste momento. Gostaria muito – e daria para isso boa parte da minha existência – que a situação se resolvesse nesta Casa, que sempre treinou a lhanura, a educação e a morigeração.

O Senado Federal é campeão dessas virtudes. Sou dos menos virtuosos nessas questões parlamentares.

Quem sabe se nós, ainda, teremos uma saída honrosa? Estamos sendo observados, estamos sendo cobrados. O nosso silêncio é muito estranho pelo menos, condenável, principalmente num momento em que consciências são compradas e portas de Partidos são abertas à custa do vil metal. Mais uma vez, essas relações espúrias continuam a inquinar a nossa dignidade. Dessa forma, não poderia ficar silencioso, não poderia ficar calado, pelo menos para traduzir, nestas palavras mal-enjambradas, aquilo que eu não poderia silenciar, para não contrariar a lei moral que há em mim.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Concedo um aparte ao nobre Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Lauro Campos, quero apenas, de maneira modesta, contribuir com o grande professor e o grande Senador que se constitui a figura de V. Exª na Casa, dizendo que essa opressão precordial, que não é enfarte, não é isquemia, eu também a sinto neste momento da vida parlamentar. Especialmente no Senado Federal, ela está dividida entre alguns Senadores. O pronunciamento de V. Exª desperta o sentimento de que estamos envolvidos em uma grande decisão, bem como nas conseqüências que dela advirão. Este é um momento de mais alta responsabilidade para esta Casa. Não gostaria de, em minha caminhada parlamentar, levar a imagem do que pode ser o *day after* da maneira como V. Exª define aqui. Iria externar algumas palavras ao Senador Antonio Carlos Magalhães após a saída de S. Exª da Presidência da Casa, quando já estivesse na "planície", como é costume dizer-se no Congresso Nacional. Todavia, soube que há uma possibilidade real de vitória – e não foi S. Exª quem me disse – de um outro grupo que não o que se vislumbra na grande imprensa. Assim, aproveito o pronunciamento de V. Exª para dar o meu testemunho do que representou a figura do Presidente Antonio Carlos Magalhães no Senado Federal. Quando, no dia da posse, na primeira semana, tivemos uma reunião para discutir a escolha do nome do Presidente do Senado Federal, participei – com a convicção de quem saía do movimento estudantil, de um movimento popular, em 1980, e, naquele momento, a imagem do Senador Antonio Carlos Magalhães se diferenciava de maneira radical do nosso projeto político – e reprovei o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães em reunião do nosso Partido. V. Exª concordou de certa forma com a minha opinião, externando o respeito da convivência. Naquele momento, a decisão da Bancada, após embates internos, foi a de que o Partido dos Trabalhadores não votaria. Esse era o ponto de vista de alguém que não pertencia ao Parlamento e convivia com uma personalidade política. E após esses dois anos de testemunho da presença do Presidente do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, seria uma injustiça, um ato de covardia, não reconhecer que, no exercício da Presidência do Senado, o Senador Antônio Carlos Magalhães observou o mais alto respeito por todos os Senadores, por todos os Partidos políticos. Como já externei em reuniões nossas do PT aqui, não sei, Senador Lauro Campos, se outro Parlamentar na Presidência desta Casa teria coragem de enfrentar o Judiciário, como fez o Senador Antonio Carlos Magalhães; teria coragem de autorizar ao Senado a cassação de um Senador da República. Entendo este testemunho como um ato de justiça, um ato de respeito. Não compreendo como alguns, que àquela época defendiam a Presidência do Senado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, hoje o hostilizam nos bastidores de maneira tão ranheta. S. Exª não mudou. Não conheço um ato público que o desabone de dois anos para cá na vida pública do País. Se há uma imagem pesada, do ponto de vista democrático, ela é anterior a esse seu exercício da Presidência do Senado. Então, o que mudou foi a versão de alguém que não aceita essa presença política agora como um reconhecimento de justiça. Repito: eu iria fazer este testemunho após a saída de S. Exª da Presidência da Casa, mas o faço em favor de um mandato que quero que caminhe serenamente. Sou daqueles que entendem que política e honra são compatíveis. Não imagino política e honra como água e óleo. Sinceramente, espero que o *day after* não contribua para que eu perca o ânimo e a esperança de ser um jovem Senador da República que acredita em seu País e neste Senado Federal. Assumi, com tanto entusiasmo, meu mandato e espero levá-lo até o final, honrando cada voto que me foi dado, a minha consciência e a minha determinação pela ética na vida pública. Parabéns, V. Exª é uma referência de vida, não só da vida pública, não só da vida educativa, mas uma referência de vida que vou levar como lembrança.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Agradeço muito o aparte de V. Exª. Sei que V. Exª não poderia ser uma daquelas vozes silenciosas, daquelas vozes que faltaram aqui neste plenário até este momento.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Peço a V. Exª dez segundos apenas para reafirmar toda a coerência do Partido dos Trabalhadores com o Senador Jefferson Péres.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF) – Não poderia deixar de ser de outra forma, porque o relacionamento com V. Exª significou um desses grandes encontros que tive no Senado Federal. A sua fidelidade às idéias, o seu amor à vida e à proteção dela, e a sua dedicação à Medicina

continuam nesta Casa. Como não poderia deixar de ser, V. Exª é fiel à vida, é fiel aos gestos que protegem Eros, que protegem a vida em todas as suas manifestações, principalmente a vida humana.

Agradeço muito a sua delicada intervenção e faço votos para que V. Exª, tão jovem, continue assim. O fato de apenas continuar significará para todos nós uma alegria e uma honra muito grande tê-lo conhecido e acompanhado em seu rastro luminoso.

Muito obrigado!

Sr. Presidente, gosto sempre de pedir desculpas e agora devo estar precisando de fazê-lo, mas acredito que não devo desculpas, por exemplo, a V. Exª, que algumas vezes tem feito referências à minha pessoa, a familiares meus inclusive, de público, o que demonstra que, se não castigarem muito V. Exª, se não o deformarem demais por meio de pressões insuportáveis, V. Exª continuará a ser, para tristeza de seus opositores, um conquistador. V. Exª é um conquistador: V. Exª sabe utilizar a sua inteligência, a sua simpatia, a sua lhanura, mas também sabe utilizar o outro lado, para expulsar os vendilhões do templo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Nada poderia ser mais comovente para mim do que ouvir a palavra do Senador Lauro Campos e, ao mesmo tempo, do Senador Tião Viana.

Um homem experiente, com uma tradição de vida notável, filho de grande figura brasileira e, ao mesmo tempo, um Senador que se destacou por sua coerência ideológica e dignidade na vida pública. O Senador Lauro Campos é um exemplo para todos nós. Pode até parecer mais idoso do que eu, mas é mais jovem.

Entretanto, em todo o período em que esteve aqui, em nenhum dia descumpriu os seus deveres, em nenhum dia deixou de honrar o mandato que o povo de Brasília lhe conferiu. V. Exª, com o seu testemunho, se já havia ganho, há muito tempo, o meu respeito, ganha agora também o meu coração. De modo que agradeço a V. Exª.

O Senador Tião Viana, tão jovem, tão brilhante, aqui só tem mostrado trabalho e seriedade, lutando contra muitos abutres que não respeitam sequer a dignidade do seu Estado.

Quero, nesta hora, congratular-me com V. Exª. Somos de Partidos diferentes, geralmente estamos em campos opostos, mas V. Exª ainda tem muitos caminhos na vida a percorrer, e desejo que V. Exª os percorra com o êxito que tem obtido no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, permita V. Exª que eu lhe dirija a palavra neste momento para dizer do pensamento que tenho, da análise que faço do mandato exercido por V. Exª.

Hoje é praticamente o dia derradeiro do exercício do seu mandato, e me sinto na obrigação de fazer esse registro. Alguns poderão dizer: "Mas o Senador Fogaça não pode elogiar o Presidente Antonio Carlos porque o seu Líder, Presidente do seu Partido, é candidato à Presidência do Senado e há um litígio, um confronto." Muito bem, isso é verdade. Mas, por outro lado, também seria uma enorme injustiça se, por causa disso, se pela existência dessa adversidade, eu deixasse de registrar o que penso. Portanto, sou daquelas pessoas que entendem que quando há uma verdade que se apresenta e se expressa de maneira invencível não há pressão externa que possa alterar o conceito que dela faço. Se é um prejuízo ou se é um favor para terceiros, isso não me interessa; o que interessa é que tenho o dever de aqui registrar o meu pensamento.

E o meu pensamento, Presidente, é que V. Exª deu aqui uma demonstração, ao longo desses anos, de que realmente é possível exercer a Presidência do Senado garantindo à Oposição o direito de fazer oposição e, ao mesmo tempo, garantindo ao Governo o direito de viabilizar-se como governo e, portanto, viabilizar os seus projetos. Resolvi falar porque fui testemunha, na última sessão do Congresso Nacional, do momento em que Líderes nacionais como Aloizio Mercadante, José Genoíno, Miro Teixeira e tantos outros ilustres representantes da Oposição a V. Exª se dirigiram com respeito e admiração. Há pouco, ouvimos as palavras dos Senadores Tião Viana e Lauro Campos.

Neste País que já viveu sob um regime autoritário, neste País que alguns fazem uma distinção de épocas e que até, de alguma forma, colocam a figura de V. Exª nesse outro período autoritário vivido no Brasil. O que posso dizer é que se as medidas provisórias, por exemplo, continuarem a ser editadas e reeditadas neste País, se continuarem a ser abundantes como o são, de forma totalmente desconhecida pelo Congresso, que não as examina, não as debate, não as emenda, não as analisa; o Congresso, num determinado momento, sem conhecimento de causa, sem conhecimento dos Senadores, sem conhecimento dos Deputados, sem avaliação técnica ou política, apenas vota a medida provisória de uma maneira absolutamente abrupta e às vezes até sem nenhuma profundidade. Se isso continuar, se as medidas provisórias continuarem como são, Sr. Presidente, pode-se responsabilizar qualquer cidadão do País, qualquer membro do Congresso, menos V. Exª, que foi diligente, operoso, comprometido e inquebrantável na determinação de mudar o regime de medidas provisórias no País.

Diga-se, a bem da verdade: V. Exª arrostou dificuldades, enfrentou problemas e conseguiu vencer uma maré negativa que não aceita mudanças na medida provisória. Não faço acusações a ninguém. Mas a verdade é que desde 1988, quando foi promulgada a nova Constituição, há movimentos sucessivos para se modificar esse instituto da medida provisória. Houve iniciativas no período do Governo Sarney, houve iniciativas no período do Governo Collor, do Governo Itamar Franco e agora no Governo Fernando Henrique Cardoso. Nenhum Presidente de Congresso tinha sequer conseguido fazer essa emenda constitucional sair das Comissões; V. Exª conseguiu fazer com que essa emenda constitucional fosse aprovada no Senado e na Câmara dos Deputados. Depois, a referida emenda retornou a esta Casa para uma segunda revisão e agora está novamente na Câmara dos Deputados para ser votada. Talvez, só por uma questão de data, só por uma questão de dias, V. Exª não sairá da Presidência com essa emenda constitucional aprovada. Mas, se em algum lugar do mundo houver um galardão para quem sustentou isso com firmeza e convicção, esse galardão é de V. Exª. Se as medidas provisórias forem limitadas no Brasil, esse mérito é de V. Exª .

Sr. Presidente, ingressei na Câmara dos Deputados em 1982, quando fui indicado Sub-Relator do Projeto do Código Civil. Aqui, durante 10,

15 anos estive como Relator do Projeto do Código Civil, até que surgiu V. Exª na Presidência e decidiu levar a cabo a tramitação do Projeto do Código Civil. O Código Civil fora votado no Congresso Nacional apenas em 1916. Depois, o Presidente Jânio Quadros iniciou uma reforma do projeto. Caiu Jânio Quadros; veio João Goulart. Houve a crise institucional; veio o Governo militar. Vieram os governos sucessivos, democráticos. Passaram-se, de 1961 a 2001, 40 anos, Sr. Presidente. Pois, nesses 40 anos, quem teve a determinação de resolver o problema, nomear os relatores, tocar para frente e dar conseqüência efetiva a esse trabalho foi V. Exª. Se o Código Civil está promulgado e em vigor, gerando benefícios e direitos para cidadãos menores de idade, mulheres, homens, crianças, que tinham um Código Civil defasado e quase inteiramente inaplicável, tudo isso se deve, claro, ao trabalho técnico e parlamentar dos Srs. Parlamentares, que contribuíram notavelmente, mas, sem uma vontade política poderosa, férrea, determinada, não se chegaria a uma conclusão.

A história passa, a vida passa. E às vezes deixa-se de fazer registro de que há elementos não rotineiros da vida que não estão embutidos naturalmente na sucessão dos acontecimentos. Há coisas que só se realizam quando a vontade humana emerge límpida, decidida, em favor de uma causa, e esse é o poder do homem de mudar o curso da história. Portanto, faço este registro: o Código Civil está, sob nova forma, gerando benefícios, direitos e proteção social a milhares de mulheres abandonadas e desprotegidas e a crianças sem tutela. Isso graças, evidentemente, à determinação de V. Exª.

Quando no Congresso Nacional se tentou alterar a imunidade parlamentar? Estou aqui há quase 20 anos e não me lembro disso. V. Exª tomou a iniciativa de apoiar a emenda constitucional que altera o regime da imunidade parlamentar simplesmente para dizer que prática de crime comum não é objeto de imunidade parlamentar. V. Exª, com a capacidade de comando que possui, estimulou, induziu e empurrou para aprovarmos no Senado essa matéria, que hoje está na Câmara, pendente de votação. Acusem qualquer um, menos V. Exª de que isso não ocorreu, ou seja, de que a imunidade parlamentar não foi modernizada, reformada como deveria ser.

Eu poderia discorrer sobre um rosário de exemplos, todos eles sempre nessa mesma direção. Não farei isso, pois seria evidentemente muito

exaustivo. Mas uso esses exemplos porque quero dizer que aprendi a ter e adquiri um grande respeito pelo trabalho de V. Exª, e ao final de seu mandato não poderia deixar de registrar isso, justamente pelo fato de V. Exª não pertencer ao meu Partido. É justamente o fato de podermos ter divergências no campo político ou partidário que me dá o direito de fazer este registro e dizer que eu gostaria que um Presidente de Senado fosse assim: sempre capaz de garantir ao Governo o direito de ser Governo, de viabilizar-se como Governo, mas garantir à Oposição o mais pleno e amplo direito de exercer totalmente a sua condição intrínseca de Oposição.

Aí é que está a explicação para as referências feitas a V. Exª por homens como Lauro Campos ou Tião Viana. Não porque V. Exª os tenha beneficiado nas idéias políticas que defendem, porque não são as mesmas de V. Exª. O que V. Exª fez, parafraseando Voltaire, foi garantir a eles o direito de discordarem de V. Exª, garantindo em plenitude, na mais longa extensão que esse direito possa ter. Só isso justifica o mandato de Presidente do Senado. Tudo isso foi público e aberto. Mas não posso deixar de dizer que vi, registrei e acompanhei V. Exª na conduta interna da Casa. Situações e momentos que não eram matéria de jornal não seriam publicados porque poderiam, eventualmente, ser meras questões administrativas. Porém, a mão de V. Exª, dura e implacável no cumprimento da lei, muitas vezes, foi usada com a força necessária para evitar ou até restringir a ação de pessoas. Disso talvez, em muitos casos, não tenha havido registro externo, ou até sejam situações pequenas, administrativas, de pouca extensão, mas que, no dia-a-dia, demonstram um caráter ferreamente apegado a uma certa rigidez de comportamento que, confesso, produziu em mim uma grande admiração pelo comportamento de V. Exª. Nesse sentido, faço o registro final: quem é Oposição sentiu-se no direito pleno de exercer essa condição; quem foi e é Situação também não pode dizer que V. Exª tenha obstruído, dificultado, inviabilizado ou prejudicado.

Outro questionamento que pode ser feito é: V. Exª sai dessa cadeira deixando uma grande realização? Talvez V. Exª não deixe nenhuma obra material importante, mas deixa o salário mínimo num patamar muito mais elevado e um Programa de Combate e Erradicação da Pobreza no Brasil que, até então, nunca tinha acontecido.

Creio que de um político deve-se perguntar isso: qual a grande obra que realizou? Qual o grande movimento que abraçou? Qual o grande empenho que fez em torno de uma grande causa? É isso que se deve perguntar de um político, e quem peruntar isso de V. Exª terá sempre boas respostas.

Obrigado, Sr. Presidente, por ter exercido o mandato da forma que exerceu.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Queria agradecer ao Senador José Fogaça as palavras que proferiu a meu respeito. Generosas, é verdade, mas cheias de um sentimento que lhe é próprio, o de justiça.

Realmente trabalhei, e muito do que consegui foi graças ao apoio que recebi do Senador José Fogaça, uma das maiores e melhores figuras do Parlamento brasileiro. É um homem público notável e que nunca deixou de atender aos apelos da Presidência nas questões mais difíceis, para conseguir êxito nas Comissões e no Plenário desta Casa.

Quando se tinha um problema grave para resolver, não só a Liderança como a Presidência procuravam sempre ouvir V. Exª. E a sua voz norteou muito da minha atuação nesta Casa.

Não nos conhecíamos sequer quando aqui chegamos; hoje, conhecemo-nos bem. Se não temos intimidade maior, temos a intimidade que desejamos: a do respeito mútuo e, sobretudo, a da admiração que tenho por V. Exª, que é muito grande.

Agradeço as suas palavras, Senador José Fogaça, e sei que o Senado e o Rio Grande do Sul ainda terão muito a lucrar com a sua inteligência, com a sua integridade e competência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, está é a última sessão de trabalho, deste período, presidida por V. Exª. Amanhã, depois da eleição da Mesa, V. Exª voltará à planície.

Poucos Presidentes do Senado deixaram a Mesa com uma aprovação quase unânime e consensual dos seus pares.

Pessoalmente, aprecio seu comportamento transparente, emotivo, emocional e aberto. São essas, a meu juízo, as qualidades que faltam aos homens públicos. Nada de comportamentos sinuosos, de opiniões obscuras e de falta de presença e verdade em momentos importantes da nossa vida e da vida política dos nossos Partidos e de nosso País.

Divergências políticas nós as mantemos, pois estamos em Partidos diferentes, embora estes hoje quase que se confundam.

Enquanto o Senador José Fogaça falava, lembrava-me de uma carta escrita por Victor Hugo a um amigo. Ele iniciava o texto lamentando por tê-la escrita tão longa, por não ter tido tempo de escrevê-la curta. Serei bem mais breve que o Senador José Fogaça.

Jovem, Senador Bello Parga, escutava com grande repetição a palavra "psicodélico". 'Psico-' de *psyché, alma; delos,* do oráculo que revela a verdade; ao que se acrescenta o sufixo '-ico', que transforma o substantivo em adjetivo; daí, "psicodélico": aquele que revela a sua alma.

Penso que poderia descrevê-lo, neste momento, como o Presidente "psicodélico" do Senado nos últimos anos, com as qualidades já expostas à exaustão pelos Senadores da Situação e da Oposição. Seja bem-vindo à planície com o reconhecimento do trabalho feito pelos seus pares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado Senador Roberto Requião. Sabe V. Exª da admiração que tenho pelo seu comportamento, pela sua cultura e pela sua inteligência. V. Exª é uma figura que, por isso mesmo, destaca-se no Senado. Sempre muito franco, muito aberto, as suas palavras têm expressivo valor para mim.

Na planície eu não diria que estaremos, porque este Senado não coloca ninguém na planície; todavia, no lugar onde me encontrar, espero estar sempre na companhia de V. Exª para que possa desenvolver melhor os meus raciocínios, tendo sempre a meu lado a cultura e a inteligência de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço licença a V. Exª para, neste último dia, perder a rigidez com que V. Exª, nesses quatro anos, cumpriu o Regimento.

Os Senadores que me antecederam lhe abraçaram, em abraços sonoros de vozes que traduziam, mais que emoções, convicções e demonstrações de respeito a V. Exª. Esses abraços todos me fizeram lembrar que, na pouca experiência que tenho, eu talvez não me lembre de todos os abraços que recebi nos dias em que iniciei minhas missões, mas me recordo dos abraços que recebi nos dias em que as conclui.

Lembro-me das palavras de V. Exª, sentado nessa cadeira, quando desci desta tribuna no dia 4 de janeiro de 1999. Naquele dia, pelas razões que se sabem, eu havia sido derrotado na eleição para o Governo do Distrito Federal e, por conseqüência dessa eleição e das circunstâncias, eu deixava a Liderança do Governo no Congresso Nacional. Naquele momento, V. Exª fez questão de dirigir-me palavras que nunca mais esquecerei. Os abraços da conclusão das missões que cumprimos nas nossas vidas são palavras que marcam muito mais.

Já disseram aqui que V. Exª, como Presidente do Congresso, lega ao País, pela sua luta e determinação, o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Só isso bastaria para marcar a gestão de qualquer Presidente do Congresso Nacional. Já a partir deste ano, dez milhões de brasileiros entre sete e quatorze anos receberão a bolsa-escola e tudo isso com a metade dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, que vai irrigar todos os outros programas de erradicação da miséria no Brasil. Isso bastaria para marcar, de forma indelével, a passagem de V. Exª pela Presidência do Congresso Nacional.

Mas ouso dizer que há uma variável, uma característica de V. Exª que vai, na história, registrar com cores ainda mais fortes essa sua trajetória. Talvez por estar desde os anos 50 na vida pública, por ter exercido um sem-número de mandatos parlamentares e executivos, V. Exª soube compreender, como poucos souberam na história republicana, a relevância desta Casa. Algumas vezes, movido pela paixão exageradamente, V. Exª sublinhou sempre o respeito que tem e que todos temos de ter pelo papel do Congresso Nacional.

Dou o meu testemunho. Algumas vezes como Líder, e mesmo sendo um Líder que tem o privilégio de tê-lo como amigo, discordamos. Algumas vezes, V. Exª não atendeu às minhas questões de ordem. Algumas vezes, V. Exª não colocou na pauta matérias que eu entendia que deveriam ser colocadas pela vontade da maioria. Chegou a hora de reconhecer, Sr. Presidente, que, mesmo quando V. Exª discordava dessas posições, V. Exª tinha duas características. Em primeiro lugar, fazia-o de frente, de forma clara e transparente. Segundo, V. Exª assim agia para preservar o direito das minorias.

Esta sessão, talvez, ficará marcada menos pelo meu pronunciamento, ou do Senador José Fogaça ou de outros eminentes Senadores da base de sustentação do Governo; esta sessão ficará marcada por aqueles que, vindos dos partidos de Oposição, sabem reconhecer a grandeza de V. Exª e a correção no trato das matérias que aqui tramitaram.

A convivência suprapartidária, que V. Exª soube conduzir nesta Casa, também gerou momentos que fizeram com que o Senado Federal fosse o pólo de atração das atenções de todos os que têm espírito público e acompanham a política nacional. Sr. Presidente, mesmo nos momentos mais duros, nos momentos de confronto e de discordância, pela forma com que V. Exª imprime sua atuação política, o Congresso Nacional cresceu. Esse é o meu testemunho.

Sr. Presidente, concluo minhas palavras, cumprimentando-o. Hoje, pela manhã, V. Exª inaugurou o Interlegis. E o que isso significa? Trata-se do primeiro ato concreto de transformação da democracia representativa para a participativa. A democracia brasileira cresceu com a presença de V. Exª na Presidência desta Casa.

Concluo, Sr. Presidente – porque todas as homenagens justas e legítimas lhe foram prestadas –, com palavras que não vêm da razão, mas da emoção. Repito o que já disse na sessão do Congresso: aprendi muito com V. Exª e quero ser para o povo de Brasília, que me elegeu, o que V. Exª é para o povo da Bahia. Esse é o norte da minha vida pública.

Sr. Presidente, perdoe-me a ousadia de chamar mais uma vez pela sua emoção. Num momento como este, vejo-o neste plenário, bem ali atrás das últimas cadeiras – porque o espírito pode ser visto e Drummond disse que a alma sai em fotografia. Nos momentos mais importantes da vida pública de V. Exª, ele ficava ali, de pé. Ele está aqui. V. Exª, com a sua

atuação, tem a mesma grandeza do nosso inesquecível amigo Luís Eduardo Magalhães, que está, neste momento, junto com V. Exª, abraçando-o, como sempre fez, nos momentos mais importantes da vida dos dois.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Roberto Arruda, o testemunho de V. Exª para mim é extremamente valioso, menos pela amizade que temos do que pelo trabalho que V. Exª realiza nesta Casa.

V. Exª, por circunstâncias políticas que não quis declarar, deixou a Liderança do Governo. Foi bom. Foi bom para que o Governo visse que precisava de V. Exª outra vez como Líder e que jamais teria um Líder que pudesse atuar como V. Exª atuou em favor do Poder Executivo. Daí por que a sua recondução é fruto do seu trabalho, da sua inteligência, da sua operosidade.

As suas palavras me comovem sempre, e hoje me comoveram profundamente, sobretudo neste final. Porque eu já disse e repito aqui, agora, que a inspiração de todos os meus atos na vida, depois de 21 de abril de 1998, é o meu filho, é o Luís Eduardo. O êxito que tive aqui devo muito aos conselhos que ele me dava, e V. Exª tocou realmente no ponto que é mais sensível à minha alma, que é a memória do Luís.

Quero agradecer-lhe pelas suas palavras e dizer que V. Exª é um vitorioso. O Governo Fernando Henrique Cardoso deve muito ao trabalho de V. Exª. Ele, em conversa comigo, muitas vezes, tem dito isso agora. Todavia, por mais que diga, não diz tanto o quanto V. Exª fez de trabalho eficiente e, sobretudo, cavalheiro com os seus Colegas, mesmo os da Oposição.

Temos que conviver com todos e a única exigência que devemos fazer para a convivência é a presença da moralidade. O Senado tem que dar um exemplo ao Brasil de que a moralidade é a linha de condução do seu destino. Por isso é que agradeço as palavras de V. Exª. Tenho certeza de que, qualquer que seja o resultado, estarei ali bem perto do meu querido Colega Paulo Souto, não só ouvindo como também verberando sempre contra os atos, injustos ou imorais, que sejam praticados por quem quer que seja.

Ninguém neste País vai crescer mais abandonando a ética e a moralidade. A ética e a moralidade levam o indivíduo às alturas. Ao con-

trário, por mais que se pareça vitória, os que não são éticos e que não são de boa moralidade descem a cada dia e se aprofundam na lama da corrupção, que não eleva ninguém. É difícil sair. E os que ajudam nisso também vão ficar marcados, não por nós, mas na sua consciência. Os que votarem errado, vão votar com problema na consciência. Quando chegarem ao lar, na hora de dizerem aos filhos como votaram e porque votaram, terão a maldição. Daí por que agradeço as palavras de V. Exª de todo coração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO (PSDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, eu não precisava dizer nada no dia de hoje. O que eu gostaria de dizer, tenho dito ao longo desses quatro anos. Durante esse período fui seu Vice-Presidente. Como disse ontem, não me deixei atacar pela síndrome presidencial que às vezes acomete os Vice-Presidentes. Sempre soube ou procurei distinguir bem qual era o meu papel. Pertencendo a Partidos diferentes, sempre entendi que as posições de natureza político-partidárias eu deveria discutir no meu Partido, e nas questões que dissessem respeito ao comando do Senado Federal, eu deveria ouvir a palavra daquele que foi escolhido pelos meus Pares para comandá-lo. Assim agi. E, durante esses quatro anos, aprendi com V. Exª. Aprendi mais do que esperava aprender, não apenas a realizar a tarefa que nos incumbe, mas eu, que o conhecia de uma certa distância, fui, aos poucos, passo a passo, aproximando-me de um homem cercado de controvérsias, amado por uns, odiado por outros, mas um homem de quem se pode dizer tudo, menos que não seja uma das figuras mais eminentes da política deste País.

Para mim, Presidente Antonio Carlos, foi um privilégio trabalhar ao seu lado. Foram oportunidades que se seguiram, desde assistir ao desvelo com que V. Exª se debruçava sobre os problemas grandes e pequenos do dia-a-dia do Congresso Nacional e testemunhá-los até nos momentos da suprema emoção, quando, ao seu lado, partilhei do seu sofrimento, num corredor de hospital, testemunha do seu olhar triste, vendo sucumbir não apenas o filho, não apenas alguém depositário da sua ternura, do seu carinho e do seu amor, mas vendo sucumbir muitos dos sonhos que o colocaram tão ereto e tão de pé ao longo da vida e até àquela hora.

Não posso omitir, nesta oportunidade, uma expressão que V. Exª teve, simples, singela, num daqueles momentos emocionais que o País viveu após a morte de Luís Eduardo, quando todos nos encontrávamos em Salvador, na inauguração do monumento que o povo baiano ergueu em sua memória. V. Exª sintetizou, com palavras de rara felicidade, o que de fato sentia. V. Exª disse: "Sou um homem feliz dentro do meu sofrimento". Na realidade, nunca vi alguém poder se cercar de força, de carinho, de calor, de tanta ternura, de tanta emoção, de tanta saudade e transformar o sofrimento que o abatia em troféu. Era como se o País inteiro lhe dissesse que, por curta que fosse a vida de Luís Eduardo, ela havia representado tanto para o País que este desejava agradecer-lhe por haver oferecido ao Brasil a figura, o trabalho e a contribuição de seu filho. E tal contribuição ele não tirou do ar, do espaço, deve tê-la recebido, na capacidade que revelou de servir o Brasil, tijolo por tijolo, ao longo da vida, desde os primeiros momentos, quando balbuciou as primeiras palavras, quando deu os primeiros passos, quando tropeçou nas primeiras cadeiras, ele deve ter começado a aprender na mão segura em que se apoiava; ele deve ter começado a aprender com o pai a forma de escolher o seu itinerário. Portanto, se hoje o País aplaude a memória, a presença de Luís Eduardo, o País reconhece o vulto que ele foi, nasceu da inspiração que teve e das lições que recebeu do pai que a vida lhe reservou.

Afora isso, desejo dizer-lhe, Presidente Antonio Carlos, que uma das melhores coisas que levo desses quatro anos, não é o conjunto de lições e de experiências de trabalho, mas o fato de que penso que posso dizer que nesse período conquistei um amigo valioso cuja amizade desejo preservar, cuja figura desejo homenagear, cujo papel desejo reconhecer e proclamar, e a quela que eu sabia que V. Exª faria naquele momento.

Procurei ser um colaborador modesto, discreto, uma pessoa que durante quatro anos procurou não ter muita visibilidade. Procurei apenas oferecer a minha contribuição à realização de um trabalho cuja importância eu sabia qual era.

Agora, juntos estamos terminando. Já lhe agradeci, renovo meu agradecimento, e apenas vou repetir uma expressão que já usei aqui no Senado em outra oportunidade, mas ela nunca foi tão oportuna como hoje.

A passagem de S. Exª pela presidência do Senado e do Congresso termina. A partir de amanhã, cada minuto, cada segundo que passar, vai permitir que uma nova perspectiva de história se crie. Percebemos que o Congresso Nacional não será o mesmo depois que Antonio Carlos Magalhães exerceu sua presidência. O Congresso Nacional é um patrimônio de todos nós, é o fiador da liberdade do nosso povo. Com as suas virtudes e os seus defeitos, é a garantia que temos de que as liberdades, no passado suprimidas, penetram a casa de cada um, com seu direito ao grito, com seu direito à palavra livre, com suas tribunas abertas. O Congresso é a Casa por meio da qual o povo brasileiro respira, e grita quando quer gritar. Uma instituição como essa precisa ser protegida, sua imagem precisa ser resguardada. A confiança do nosso povo nesta Casa precisa crescer. Nosso povo precisa saber que somos humanos e que temos os defeitos de todos os seres humanos, mas estamos cumprindo o papel de consolidar a democracia neste País. A democracia custou muito a todos os brasileiros, em todos os recantos do País. E é preciso saber que, se alguém tem responsabilidade com este Congresso, como toda a sociedade tem, a maior delas é nossa. Pois V. Exª foi, ao longo desses quatro anos como Presidente do Congresso, alguém que mostrou completa consciência do papel do Congresso Nacional na construção da democracia e da liberdade no Brasil.

Por isso repito o que disse aqui uma vez. A história da sua passagem pela Presidência do Congresso terminou. Só sabemos se uma vida foi boa, quando ela termina. Até o último minuto, alguma coisa que entristeça, que marque, que insira a tragédia na nossa vida pode acontecer. Só quando ela termina, sabemos se foi boa ou não.

A sua história à frente do Congresso Nacional termina amanhã. E eu tenho certeza, Presidente, de que, quando um dia se escrever a história dos tempos atuais do País, tão ricos, tão transformadores, tão fecundos, tão cheios de criação, de esperança e de inovação, nesse dia é que se saberá que a vida deste Presidente do Congresso, a vida desta Presidência do Congresso, que se encerra amanhã, para continuar o Congresso a ter a sua contribuição como Senador da República, foi uma vida boa, bonita, e da qual nós Congressistas, nós brasileiros podemos nos orgulhar.

Eu tinha o dever de prestar esse depoimento a V. Exª em presença do meu País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Geraldo Melo, eu poderia dizer que V. Exª fez o seu auto-elogio, porque em tudo que fiz contei com seu apoio, com sua colaboração decisiva, com sua inteligência, com sua maneira discreta de proceder e, sobretudo, com sua lealdade. Quantas e quantas vezes V. Exª me substituiu, não só aqui como no estrangeiro, com a capacidade que lhe é própria! De maneira que o elogio que V. Exª faz ao seu colega e amigo é também elogio a V. Exª.

Nós partilhamos, principalmente eu, V. Exª e os Senadores Ronaldo Cunha Lima e Carlos Patrocínio, de uma Mesa que só fez coisas certas, honestas e dignas neste Senado. E quantas vezes tinha os conselhos de V. Exª! E quantas vezes trabalhamos juntos para que, nesses quatro anos, com todo respeito, pudéssemos merecer também o respeito de nossos concidadãos! Digo sempre, na minha Bahia, onde sou muito querido, que quero ser querido e respeitado. Mas, se não puder ser querido, quero ser respeitado. Ter o respeito dos meus concidadãos é mais importante do que ter, até mesmo, o afeto e a estima deles.

Na Bahia, tenho as duas coisas, mas, no Senado, eu tive, pelo menos, o respeito dos homens de bem desta Casa – entre esses, V. Exª.

Não tenho palavras para agradecer. V. Exª me emocionou bastante, relembrando fatos da nossa Presidência e do acontecimento que tanto feriu a minha vida. Mas sempre encontrei V. Exª a meu lado para me dar a mão, para me segurar, como encontrei – a verdade se diga – toda esta Casa para me sustentar naquele momento difícil.

Daí por que V. Exª receba, agora sim, os meus agradecimentos por tudo que fez pelo Senado, comigo, na Mesa Diretora desta Casa.

Muito obrigado, e cumpra a sua missão aqui e no seu Estado, onde V. Exª foi um grande Governador e que ainda espera muito de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM . Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, meu caro Presidente Antonio Carlos Magalhães, a grande dificuldade para

os oradores que sucedem aqueles que têm inteligência e brilhantismo é exatamente o que ocorre comigo agora. É a dificuldade de ser repetitivo, o que espero não ocorra, para alguém que tem a ousadia própria de quem cultiva a amizade.

Todos os discursos que V. Exª acaba de ouvir talvez consagrem uma administração, mas quero chamar a atenção para um ponto que talvez para muitos tenha passado despercebido na tarde de hoje. Fui integrante de uma organização e dela presidente e não lembro que alguma autoridade tenha recebido daquela entidade o que V. Exª recebeu hoje da Ordem dos Advogados do Brasil. O curioso é que a festa do início de quem toma posse, momento propício para os encômios, nem sempre tem na despedida o mesmo tom. Por que é curioso? Porque geralmente na despedida, o sol está se pondo, e muita gente imita o abissínio, que atira pedra no sol que está-se pondo.

Veja a diferença de seus colegas de Senado. Todos, sem exceção, dos que usaram a tribuna e dos que ainda a usarão, cortam esta frase de cima a baixo. V. Exª não comete o pecado do contorcionismo político. O curioso é que, para receber um elogio da Ordem dos Advogados, em sendo médico, o recebeu de um Advogado. E o Advogado é o cirurgião plástico do fato, sem nenhuma dúvida. Ele consegue chegar aonde quer; aponta o caminho; indica a solução.

V. Exª sai do Senado – e agora falo mais uma vez a linguagem da Medicina Legal, que diz que as impressões digitais são eternas –, deixando na Casa e lá no Congresso Nacional as suas impressões digitais, que não poderão ser removidas, queiram ou não. Elas aí ficarão para marcar uma administração.

Veja nas minhas palavras, Sr. Presidente, no momento em que V. Exª sai do topo, e vem para a nossa Bancada, como é bom que eu não esteja ou não tenha estado ao seu lado na Mesa, como tantos. É que, muito de lado, muito de perto, muito de próximo não se consegue ver o tamanho da montanha. É preciso que dela se afaste para se ver o topo. Nós, daqui, estamos vendo o topo da sua administração. Por isso mesmo, sem nenhuma outra palavra para acrescentar, tantos já foram os elogios que não quero repeti-los, mas eu não gostaria de sair desta tribuna sem dizer que a sua administração vai ser reconhecida não apenas pelos seus amigos, não apenas pelos seus Colegas de Partido, não pelos seus companheiros

de Senado, mas por uma população que está a reclamar por ética e por seriedade.

Seja feliz na volta aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Obrigado, Senador Bernardo Cabral, V. Exª que é um dos vultos maiores desta Casa, que foi o Relator da Constituinte, V. Exª sempre se salientou como advogado. Na Ordem dos Advogados do Brasil, seu nome está marcado de forma indelével. E isso V. Exª não esquece porque continua sendo o advogado das boas causas, principalmente do Amazonas. Sua paixão pela sua terra junto à sua capacidade de jurista formam uma personalidade de escol. Mais do que isso, V. Exª é um homem muito amigo. Tenho sua amizade há muito tempo. No Senado, a estreitamos mais, o que é uma honra para mim. Daí por que suas palavras ecoaram muito e muito mesmo no meu coração e na minha consciência.

Muito obrigado.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira e, depois, ao Senador Edison Lobão.

O SR. FRANCELINO PEREIRA (PFL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, amanhã, Presidente Senador Antonio Carlos Magalhães, será seu primeiro dia, o dia da liberdade, o dia da consagração, o dia do amor, o dia da admiração ao seu vulto, à sua dimensão, à sua coragem cívica, à claridade dos seus olhos, à firmeza do seu passo. Amanhã será o seu primeiro dia!

Nesta hora, permita-me V. Exª o tom da intimidade. V. Exª me chama de França, mesmo quando está na Mesa, falando baixo, e mesmo quando V. Exª está na Mesa eu o chamo de Toninho. Pois são essas consagrações nominais que nos identificam como seres políticos e humanos diferentes no mesmo patamar.

Confesso a V. Exª que a minha grande admiração por V. Exª está na honradez. Quem não é honrado não tem coragem. Quem não pratica honradez não tem o destemor que V. Exª tem. V. Exª gosta de viver perigosamente. Índio é assim – índio da Bahia, índio de Minas –, índio gosta de viver perigosamente.

E a minha convicção é a de que amanhã é que será o seu primeiro dia, porque V. Exª viverá muito mais perigosamente no plenário desta Casa do que à Mesa que preside a Casa de Rui Barbosa.

Quero dizer a V. Exª que somos mineiros e baianos. A mineiridade e a baianidade, dizia Gilberto Freire, são fundamentais para a destinação do Brasil. É claro que a baianidade de V. Exª não se ajusta muito à chamada mineiridade, mas é verdade que a nossa mineiridade guarda no gatilho a oportunidade para disparar, para tirar e assumir posições que só os baianos foram capazes de assumir perante a História. Por isso mesmo é que mineiros e baianos – e de Ouro Preto saiu o Libertador do Brasil – sempre se entendem, não apenas pela configuração física das nossas fronteiras, mas também pela sua presença não somente na fronteira mineira com a Bahia, mas nas 900 cidades mineiras, nos 18 milhões de mineiros, nas 100 cidades metrópoles que há em Minas, tocando profundamente o coração de Minas, porque Minas gosta dos homens de coragem.

V. Exª é polêmico. Faz da polêmica uma forma de viver. E V. Exª não sabe viver fora dela. Quando não está polemizando, V. Exª não é propriamente nem o Antonio Carlos, nem o Toninho, até porque, em todos os instantes da vida, talvez até dormindo, polemiza.

V. Exª conseguiu algo fantástico: a glória de ser baiano, viver dentro daquela Bahia imensa, cujas cidades conheço, em face da minha posição partidária anos atrás. V. Exª é admirado não apenas pelos cultores, poetas, artistas, mas também pelo baiano pobre, lutador, que faz de V. Exª um caminho para a veneração. Por isso mesmo é que essa aproximação entre nós, embora em estilo diferente, é permanente. E cheguei aqui não por acaso, porque eu imaginava que hoje seria o primeiro ou o começo do primeiro dia de V. Exª. Confesso a V. Exª que não gostaria de falar de alguém; gostaria de evitar falar no seu menino, no seu garoto, no seu jovem Luís Eduardo Magalhães. Um tormento! É uma dor! Pior do que a morte é a dor e a dor é eterna. Na verdade, os homens públicos deviam desaparecer instantaneamente, e Luís Eduardo desapareceu instantaneamente. Estava eu em Belo Horizonte quando o telefone tocou e alguém disse: Luís Eduardo morreu. Peguei o avião e fui diretamente para o aeroporto, no pressuposto de que ele não estava morto, mas estava saindo para São Paulo. Não encontrei ninguém nos hangares e fui para o hospital. E chegando lá encontrei V. Exª sentado, com um lenço nas mãos. Eu, quase que de joelhos, perante V. Exª, perante o amigo, ouvia-o atentamente que dizia: Por que não eu? Por que logo Luís Eduardo? E V. Exª apertava as minhas mãos. O destino estava traçado. Mas, naquele momento, a grandeza de V. Exª em ultrapassar a fronteira da Bahia e tornar-se um nome nacional, respeitado nacionalmente, fez com que a Bahia, mais uma vez, desse ao Brasil um dos homens mais ilustres desta Pátria.

Meu caro Antonio Carlos Magalhães, meu caro Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, meu querido amigo, Toninho, sei que já dei alguns momentos de felicidade a V. Exª. No momento em que tomamos decisões, todas no sentido de reconduzir o Brasil à democracia, trabalhamos juntos, eu, V. Exª, Petrônio Portella, Marco Maciel, Jorge Bornhausen; todos enfrentamos, com coragem e determinação, sob a inspiração do Presidente Ernesto Geisel, a tarefa de reconduzir este País à democracia – ele o fez e, por isso mesmo, é respeitado até hoje.

Quero lhe dizer, portanto, em nome de 18 milhões de mineiros – e confesso a V. Exª que posso falar o porquê de Minas Gerais ter o dom do recomeço –, do meu amor, da minha paixão, da minha admiração, na discordância ou na concordância, pela trajetória de vida de V. Exª, do amigo que sempre foi e é.

Muito obrigado a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Francelino Pereira, eu o admiro há muito tempo. V. Exª me deu uma grande alegria no dia 15 de abril de 1975, quando foi escolhido Presidente do nosso Partido. Eu estava na Bahia e, aproximadamente às 10 horas e 15 minutos da manhã, tive essa notícia. Fiquei feliz, porque sabia que íamos ter um bom timoneiro. V. Exª foi um grande Presidente de Partido. Daí, partiu para sua Minas Gerais.

Fico muito feliz que V. Exª tenha lembrado o nome do Presidente Ernesto Geisel, que sempre foi nosso amigo e merece o nosso respeito e o do Brasil.

Nós partimos para governar os nossos Estados e V. Exª, com muita competência, conquistou o apoio dos mineiros. Os mineiros o admiravam e o admiram, porque V. Exª trabalha por eles incessantemente. E, até

exageradamente mineiro, não pelos métodos, mas pelo amor a Minas Gerais, V. Exª presta grandes serviços a sua terra. V. Exª é homem de grandeza e, todo dia, dá passos de grandeza.

Por sua Minas Gerais, V. Exª ainda hoje partiu para a indicação de um candidato de sua terra. Isso é extremamente importante, porque só os grandes são capazes de gestos como esse.

Aqui, no Senado, V. Exª também tem trabalhado intensamente nas Comissões, sempre produzindo pareceres magníficos.

Queria dizer que muito do que tenho feito é inspirado também em V. Exª, e meu amor à Bahia é comparável ao seu amor por Minas. Daí por que cada vez nós nos identificamos mais, fazemos mais unidos os nossos Estados e abolimos as fronteiras.

Espero sempre observar em V. Exª, neste Senado ou onde quer que se encontre, a sua coragem cívica e, sobretudo, o seu bom senso, próprio da terra que V. Exª ama.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Presidente Antonio Carlos Magalhães, com esta sessão estamos apenas prosseguindo as homenagens que se iniciaram na sessão do Congresso Nacional. Houve ali tantos e tantos oradores, sobretudo da Oposição, que nós, seus amigos mais chegados, preferimos até nem falar para que outros tivessem a oportunidade de fazê-lo.

Hoje, esta sessão segue homenageando um grande homem, uma grande figura da vida pública brasileira. Lembro-me de que, quando V. Exª se candidatou a Presidente do Senado – a primeira vez há quatro anos –, houve quem pensasse que o Senador Antonio Carlos Magalhães deveria esperar um pouco mais e não se lançar a uma disputa naquele momento. Entretanto, ao dizer-me isso aquele companheiro, lembrei-me das lições de Joaquim Nabuco para quem as vitórias que vêm tarde já chegam frias. V. Exª precisava daquela conquista não para se servir do mandato elevado de Presidente do Senado Federal, mas para, com ele, engrandecer as instituições e o Brasil inteiro. Assim fez V. Exª.

Na Presidência do Senado, V. Exª tinha uma causa que era a do bem público, ou seja, do povo. Por essa causa lutou e obteve relevantes vitórias. Não pretendo dissertar sobre elas porque o Senador José Fogaça e outros companheiros já o fizeram. Apenas digo que a causa foi cumprida até por tudo quanto disse ao longo dos quatro anos – e inclusive pelo que não disse em benefício do sossego nacional.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª é um líder e tem esse traço. O líder é aquele ser afável, solidário e paciente. Ele sabe ouvir, mas é firme quando precisa ser. Não conheço grupos sociais, instituições, Estados nem Nações que tenham obtido grandes triunfos sem alguém para liderá-los com a têmpera que V. Exª sempre demonstrou.

Amanhã, V. Exª descerá as escadas dessa Presidência, mas não descerá a escada da liderança, porque o líder que V. Exª sempre foi continuará o mesmo. Por muito tempo, V. Exª nos tem conduzido na vida pública e nas ações mais importantes que o seu Partido e seus companheiros têm tomado. Por muito tempo ainda esta liderança se exercerá.

Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, há cinco minutos, telefonou-me o Presidente José Sarney, lastimando que, por razões de saúde, não tivesse podido estar aqui para nos acompanhar nesta homenagem a V. Exª, mas me pediu que lhe dissesse que a administração Antonio Carlos Magalhães foi uma administração vitoriosa. Tudo quanto S. Exª iniciou e não concluiu, V. Exª, com grandeza, concluiu. Tudo quanto na administração de S. Exª se concluiu, V. Exª consolidou. E mais: V. Exª ampliou o que havia sido feito nos diversos campos de ação do Parlamento brasileiro.

S. Exª pede-me ainda dizer-lhe que, amigo de 40 anos, V. Exª é detentor do apreço, da estima e da amizade eternos dele.

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª é um dos símbolos da grandeza deste poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Meu querido Senador Edison Lobão, sou um observador e, na sessão do Congresso, vi quanto interesse V. Exª demonstrava em dizer algumas palavras a seu amigo que presidia a sessão. V. Exª, ao lado de sua esposa, só saiu do microfone quando o Senador Hugo Napoleão falou, e V. Exª, provavelmente, se reser-

vou, para hoje dar um depoimento ao seu amigo Presidente que está deixando esta Presidência.

V. Exª é um homem inteligente, culto, preparado. Chegou à política por seus próprios passos e fez uma sólida amizade com o Presidente José Sarney, a quem V. Exª neste instante representa, trazendo-me palavras de tanta afetividade, próprias de uma amizade minha com ele de 40 anos. Ao Presidente Sarney, transmita a minha gratidão por ter servido com ele no Governo e de ter aprendido com ele a presidir esta Casa.

José Sarney é um estadista, mas V. Exª é um Parlamentar dos mais brilhantes desta Casa. O que estou lhe dizendo agora tenho lhe dito particularmente, mas queria externar de público: V. Exª é no debate uma figura notável; não assisti a nenhum debate aqui em que V. Exª se saísse mal, e, desta posição, podemos assistir melhor às sessões do que das poltronas dos nossos queridos colegas. Daí por que a sua palavra para mim tem muito valor, e tenho certeza de quanto V. Exª ainda vai fazer na vida pública pelo Maranhão e pelo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) - Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Pedro Piva.

O SR. PEDRO PIVA (PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, meu amigo Antonio Carlos Magalhães, poucas pessoas do Senado sabem da nossa amizade e do tempo em que ela persiste. Conhecemo-nos há quase 30 anos, e nasceu daquele momento uma empatia recíproca, que corre esses anos todos.

Jamais estivemos distanciados desta amizade. Mesmo em outras fronteiras, eu em São Paulo, V. Exª na Bahia, como Prefeito, como Governador, fui algumas vezes à Bahia para visitá-lo como civil, como seu amigo. Em nenhum momento, mesmo em trincheiras às vezes diferentes, esta amizade arrefeceu.

Queria dizer, Sr. Presidente, que hoje V. Exª colhe aqui neste plenário os mesmos frutos que, pela sua capacidade, pela sua inteligência, pelo seu esforço pela dignificação desta Casa, colheu dos Deputados no Congresso Nacional há alguns dias. Naquela ocasião, V. Exª foi aclamado pelos seus companheiros, pelos seus amigos e até pelos seus adversários.

V. Exª deu exemplo de como se preside o Congresso Nacional, na forma como orientou os momentos difíceis por que passou esta Nação, como se conduziu, ora apoiando, ora divergindo, mas sempre pensando no bem melhor, que é o nosso País.

Aprendi com V. Exª, Sr. Presidente, a defender também o meu Estado. Sempre lhe disse que era seu discípulo na defesa intransigente do meu Estado de São Paulo, como V. Exª o era do seu: um leão defendendo seus filhotes, sua fêmea, agarrado à sua terra, ao seu chão, às suas raízes, defendendo o que achava melhor.

E segui o seu exemplo. Nos meus embates aqui nesta Casa, até às vezes com o Senador Paulo Souto, bati-me pela independência, pelo que achava melhor para o meu Estado. Às vezes até podia não ser, mas aprendi com V. Exª.

Tenho pela Bahia, Senador Antonio Carlos Magalhães, um carinho especial. Hoje tenho até interesses grandes naquele Estado. Tenho interesses maiores ainda na amizade dos Parlamentares, na amizade dos Senadores que representam nesta Casa o Estado da Bahia. E tenho também, Presidente Antonio Carlos Magalhães, uma alegria muito grande, porque V. Exª é recebido no meu Estado como se na Bahia estivesse. Cheguei até a brincar com V. Exª. Estou dando aqui um tom de alegria e de futuro, Sr. Presidente, e não de passado. Vamos pensar, porque caminhamos para frente. Quando V. Exª vai a São Paulo, é recebido como um Senador paulista. E já lhe disse: se fizer uma campanha para o Senado por São Paulo, quero andar um pouco com V. Exª pelo Parque do Ibirapuera para conseguir os votos dos baianos, de todos os nordestinos que lá estão, dos quais nós, paulistas, orgulhamo-nos.

Queria repetir, Senador Antonio Carlos Magalhães, o que Fernando Pessoa dizia: "Navegar é preciso; viver não é preciso." V. Exª navegou no limite de suas forças. Lutou por elas. Navegou até o limite da sua saúde. Navegou no limite de tudo o que pôde fazer por este País.

Tenho orgulho de ser seu amigo – amizade que se consolidou ainda mais neste plenário. Mesmo que possamos divergir, tenho orgulho da sua amizade, com a qual desejo contar sempre aqui, na Bahia ou em São Paulo, em qualquer lugar, até o fim de nossos dias, Senador.

Seja feliz, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Pedro Piva, V. Exª é uma unanimidade nesta Casa. Ninguém talvez tenha essa unanimidade, pela maneira cavalheira e elegante com que V. Exª trata os colegas e pela vontade – que V. Exª traduziu muito bem e que tem sido muito útil ao seu Estado – de defender São Paulo.

Assim como defendo a Bahia, V. Exª defende São Paulo. Assim como os baianos que vivem em São Paulo adoram São Paulo, os paulistas agora estão invadindo a Bahia. De modo que, a cada dia, a nossa amizade se consolida. Conhecemo-nos há mais ou menos 30 anos. Daí para cá, nunca tivemos divergências pessoais.

Eu queria agradecer a V. Exª pelas palavras carinhosas, afetuosas, que são fruto muito de sua generosidade. Aqui neste plenário, todos sabem que V. Exª, entre nós, talvez seja o mais generoso. E isso lhe faz não apenas um cidadão de São Paulo, mas um cidadão do País, porque esta Casa representa todo o Brasil.

Muito obrigado por suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Amaral.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pela primeira vez estou usando o microfone desta cadeira. Eu estava no meu gabinete, assistindo à sessão, quando parei e pensei que não podia deixar de vir ao plenário para tentar expressar um pouco do meu sentimento neste momento.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria agradecer a V. Exª e aos Srs. Senadores pela maneira como fui acolhido neste plenário. Perto de seis meses se passaram, e eu aqui dentro ouvindo V. Exª, acompanhando os seus trabalhos. Quero dizer a V. Exª que, no resto do meu mandato - que Deus vai me ajudar a cumprir aqui –, vou me espelhar nesses seis meses em que estive acompanhando os seus trabalhos.

V. Exª é um homem de coragem. O Brasil precisava ter mais pessoas iguais a V. Exª.

Recordo-me do dia 21 de abril de 1998. Eu estava sentado próximo da Torre de Televisão, por volta das 17 horas, quando ouvi pelo rádio a notícia da morte do Luís Eduardo. Veio-me logo à cabeça que o Brasil e os

brasileiros haviam perdido um homem que seria o nosso Presidente da República, um homem que tinha valor, que tinha trânsito em todos os Partidos e que lutava por este Brasil. Fui correndo ao Hospital Santa Lúcia, tentar conhecê-lo pessoalmente, mas não consegui entrar. Passei aquela noite vendo seu sofrimento e nunca imaginei que V. Exª fosse ter tanta força para enfrentar aquele fato.

Sr. Presidente, deixo registrada a minha admiração pelo trabalho de V. Exª. Se Deus quiser, vou desenvolver um excelente trabalho nesta Casa, pelo que aprendi com V. Exª durante estes seis meses que aqui estou.

Muito obrigado pela acolhida de V. Exª e dos demais Senadores.

Boa sorte, Sr Presidente. V. Exª merece muito mais ainda. Tenha a certeza de que o Brasil ainda necessita muito de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Valmir Amaral, V. Exª chegou a esta Casa num momento difícil. Com certa humildade, talvez até excessiva, conquistou seus colegas por seu procedimento, por sua coerência, por sua correção. Suas palavras muito me sensibilizaram. Apesar das divergências partidárias, tenho muito apreço por V. Exª. Tenho certeza de que, jovem como é, galgará ainda muitos postos na política do Distrito Federal. Congratulo-me com V. Exª. Seja sempre essa pessoa agradável, simpática, que merece a consideração e o respeito de todos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tirei algumas conclusões da vida, como um homem oriundo do Estado de Minas Gerais, que já exerceu a atividade de produtor rural, de homem do campo e de Ministro da Agricultura.

Veio-me à mente a frase "Feliz daquele que consegue plantar, cultivar e depois colher". Há quatro anos, V. Exª assumia a Presidência desta Casa e semeava uma forma de presidir, respeitando a democracia e a possibilidade de participação de todos. Paralelamente, houve uma busca intransigente da defesa da Constituição e do Regimento desta Casa. A partir daí, V. Exª impôs um sistema sério, dinâmico, corajoso, audacioso,

firme, para a tomada de suas posições, semeando, ao mesmo tempo, condições de oportunidades a todos.

Ouvimos, hoje e na semana passada no plenário do Congresso Nacional, quando V. Exª encerrava aquela memorável sessão, as manifestações dos amigos que cultivou nesse semear ao longo desse tempo. Como foi difícil o cultivo ao longo desse tempo, quantas intempéries, quantas dificuldades, quantas idas e vindas, quantos confrontos. Mas V. Exª sempre administrou de maneira correta e definida, com respeito a esta Instituição. V. Exª foi e é um democrata e conseguiu elevar o nome desta Casa do Poder Legislativo acima de qualquer interesse, seja ele pessoal ou qualquer outro que pudesse macular a imagem desta Casa.

Por ter cultivado tão bem, hoje V. Exª colhe o respeito dos seus Pares, recebe manifestação de Parlamentares de todos os Partidos, colhe a consciência tranqüila do dever cumprido. V. Exª, depois de amanhã, deixará essa cadeira que com muita honra ocupou durante estes quatro anos, mas estará aqui, neste plenário, continuando a defender os interesses da Bahia – a nossa querida Bahia – e do Brasil. Nessa condição, nessa consciência da responsabilidade que V. Exª sabe que tem, V. Exª deverá continuar ao nosso lado, na busca intransigente do que todos desejamos: oportunidade no processo democrático e respeito às instituições, para que Oposição e Situação, divergindo no processo ideológico e conflitando nos interesses partidários, possam transformar o Brasil numa nação que todos queremos mais justa, mais séria, mais legítima, mais autêntica; e num País que todos desejamos progressista e que possa colocar, em primeiro plano e em principal ação, a possibilidade da participação de todos.

Parabenizo V. Exª. Que a sua consciência esteja sempre na linha de quem cultiva, porque aquele que semeou e cultivou merece colher. Boa colheita, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Arlindo Porto, V. Exª é um homem muito querido nesta Casa. Participando da Bancada de um só, V. Exª tem o respeito de todos, e isso é muito importante.

Ressalto em V. Exª uma situação: sua atuação no Ministério da Agricultura. V. Exª foi um excelente Ministro da Agricultura, e a maneira como tratava todos seus colegas, sem exceção, o fazia e o faz merecedor do

respeito e da amizade de todos. V. Exª deixou o Ministério, e lhe foi oferecido outro. Mas V. Exª, coerente com sua consciência, não o aceitou.

V. Exª voltou a esta Casa sem nenhuma mágoa, sem nenhum sentimento de vindita em relação ao Governo. Ao contrário, mostrou-se um Senador independente, votando com sua consciência quando o Governo estava certo e votando contra quando V. Exª o julgava errado. Essa característica o credenciou bastante entre os seus colegas e marca a sua personalidade. Nenhum colega esquece, hoje, amanhã ou enquanto V. Exª estiver nesta Casa, a sua competência, a sua humildade mineira e a sua sabedoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Miranda.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães, no primeiro discurso que fiz nesta Casa, citei V. Exª como o único que tinha representação no governo da revolução que teve a coragem de ir ao enterro do Presidente Juscelino Kubitschek. Aquela atitude muito me marcou, quando eu ainda não era político.

Depois, V. Exª teve uma atuação decisiva na virada democrática deste País, quando se apresentou no momento das eleições diretas, na Frente Liberal, conseguindo fazer com que este País voltasse à democracia. O País não tem como esquecer isso.

Quem somos nós para falar a respeito das suas qualidades, se o povo da Bahia o elegeu com tanta expressividade, por tantos mandatos, na sua terra natal? V. Exª é um grande líder.

No momento, lideranças do meu Partido passam por um litígio com V. Exª, mas creio que isso será mínimo na história brilhante da atuação firme e decidida que V. Exª tem tido na nossa República e na construção da democracia brasileira.

Obrigado, Presidente Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Mauro Miranda, damo-nos muito bem há muito tempo por esse traço comum de afeto e de respeito à memória de Juscelino Kubitschek.

Quantas vezes brinquei com V. Exª dizendo que quando o olhava via a figura de Juscelino, que V. Exª tinha muitos traços pessoais do Presidente Kubitschek. Com os goianos desta Casa sempre tive amizade e afeto e desejo inclusive o êxito de todos eles.

Formamos aqui, partidariamente, algumas posições diferentes, mas tenho certeza de que Goiás está muito bem representado por seus três Senadores, que aqui também defendem o interesse do Brasil.

V. Exª merece minha amizade, meu respeito e minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço desculpas ao meu querido amigo Moreira Mendes, que inclusive estava inscrito para fazer outro discurso e não me foi permitido lhe dar a palavra. Concedo-lhe agora a palavra. Peço que releve não lhe ter dado a palavra com a anterioridade que lhe era devida.

O SR. MOREIRA MENDES (PFL – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eminente Senador, Presidente Antonio Carlos Magalhães, eu realmente tinha uma comunicação importante a fazer à Casa a respeito do meu Estado. Mas deixarei de fazê-lo, porque penso que, neste momento, nada é mais importante do que manter o brilho desta homenagem prestada, com muita justiça, a V. Exª na tarde de hoje.

Quero aqui, com muita alegria, por ser o último a usar da palavra, registrar também o meu apreço. Por que fico feliz por ser o último a usar da palavra? Porque espero que, na memória de V. Exª, possa valer aquele velho ditado de que os últimos serão os primeiros. Pois tantos foram os que me antecederam, amigos de longas lutas e caminhadas, que usaram da palavra com muito brilhantismo que eu, seguramente, modesto advogado de aldeia, como disse em certa ocasião, vindo do modesto Estado de Rondônia, ficarei muito feliz por ser o último a registrar aqui o meu apreço.

E o faço com muita determinação, porque ao chegar a esta Casa – lugar aonde nunca imaginei pudesse um dia chegar, mas para o qual o destino acabou me trazendo –, vindo substituir, com muita honra, o ex-Senador e hoje Governador do meu Estado, José Bianco, uma das primeiras mãos que me foram estendidas foi exatamente a de V. Exª. Digo isso, sem me descurar, entretanto, que outros eminentes Senadores sempre tiveram muito apreço por mim. Estão aqui os Senadores Edison Lobão, Bernardo Cabral, Romeu Tuma e tantos outros que me auxiliaram. Mas foi V. Exª – lembro-me bem da primeira visita que fiz ao seu gabinete, quando ainda nem havia assumido, junto com o Governador José Bianco – que me ensinou as primeiras regras de boa conduta dentro desta Casa, para que eu conquistasse, com muita humildade, este espaço e para que eu fosse hoje reconhecido pelo trabalho que aqui realizo de forma muito clara e transparente.

Quantas vezes ouvi V. Exª, nessa cadeira, rugir como um leão na defesa das suas idéias, das suas posições, mas quantas vezes também, Sr. Presidente – isto me marcou profundamente –, vi V. Exª se transformar num menino e até chorar. Isso demonstra efetivamente que V. Exª é uma pessoa diferente, que consegue, ao mesmo tempo, ser um leão e uma criança. Pode ter certeza de que aprendi muito.

Sendo o último orador, espero poder merecer de V. Exª, quando ocupar seu lugar na Bancada do Estado da Bahia, sua amizade e poder um dia conquistar espaço igual ao de tantos outros que me antecederam, como seu verdadeiro amigo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Senador Moreira Mendes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não posso concordar com o Senador Moreira Mendes. O último tem que ser o mais humilde, o mais simples, o menos preparado, o menos intelectualizado.

Mesmo sendo o mais simples ou menos preparado, quero, por isso mesmo, patentear aquilo que já foi dito por todos: V. Exª é unanimidade nesta Casa.

Todos nós reconhecemos o seu talento, a sua liderança, a sua coragem, a sua ousadia, enfim, reconhecemos que V. Exª conduziu esta Casa com muita sabedoria.

V. Exª soube interpretar os sentimentos do povo brasileiro quando apoiou, de forma corajosa, a CPI do Judiciário, e deu no que deu; quando V. Exª. apoiou, de forma destemida, a Comissão visando erradicar a fome e a

pobreza no Brasil. Criou-se então o fundo de combate à pobreza neste Brasil que resultou na aprovação de R$4 bilhões, ainda para este ano, para os mais pobres, os mais humildes, os desempregados, os excluídos do nosso País.

V. Exª agiu com firmeza, com determinação, quando nos propusemos relatar a medida provisória que tratava do esporte brasileiro, impedindo a entrada descarada do capital externo na compra de clubes brasileiros. Hoje, o patrimônio de todos os clubes brasileiros está protegido. Multinacional nenhuma, banco nenhum pode comprar mais do que 49% das ações de qualquer clube profissional do Brasil.

V. Exª agiu de forma determinada em todas as CPI. Apoiou decididamente todas as comissões, inclusive delas participei, ou como Presidente, ou como Relator.

V. Exª exerceu, realmente, uma liderança muito grande. Foi um Presidente extremamente democrático, permitiu que Senadores de todos os Partidos tivessem aqui independência.

V. Exª soube – repito – corresponder aos anseios da Nação. O Brasil, esta Casa e todas as instituições precisam de homens determinados, corajosos, ousados e que tenham, de fato, amor a este País, a esta Pátria.

Tive oportunidade de conhecê-lo quando eu ainda era Vice-Governador de Goiás e V. Exª, Governador da Bahia. Fui ao seu gabinete, visando dirimir dúvidas a respeito dos conflitos entre goianos e baianos, no tocante às divisas dos nossos Estados. V. Exª recebeu aquele humilde Vice-Governador com muita educação, cortesia, e discutimos transparentemente os problemas que envolviam os nossos Estados.

Na Câmara Federal, fui colega do seu irmão Ângelo Magalhães e de seu filho Luís Eduardo Magalhães, grande amigo que tive naquela Casa. Tenho motivos demais para admirá-lo como político, que já havia entrado para a História do Brasil mesmo antes de presidir esta Casa. Agora, mais do que nunca, estará na História do País como um homem realmente determinado, firme, corajoso, que sabe o que quer e que quis o melhor para o Senado Federal.

Deixo aqui registrados os meus agradecimentos a V. Exª pelo trabalho magistral que desenvolveu em favor do Senado e do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Muito obrigado, Senador Maguito Vilela.

Tem V. Exª uma liderança inconteste juntamente com o Senadores Iris Rezende e Mauro Miranda no seu Estado. Acompanho a sua vida política há muito tempo, nem sempre ficava torcendo por V. Exª na disputa que travava com Tasso Jereissati e Paulo Souto pelo título de melhor Governador do Brasil – eu era um torcedor natural do Paulo Souto. Mas sempre V. Exª se destacava, como ele se destacou como Governador, e o Tasso Jereissati, no Ceará. De modo que daí fizemos uma amizade. E, no Senado, o que caracterizou V. Exª foi a sua independência, que, às vezes, eu até pedia uma certa calma, porque V. Exª vinha sempre com aquele espírito de defender Goiás mais do que tudo. E é por isso que V. Exª é querido na sua terra.

Agradeço muito suas palavras e espero que a nossa convivência continue por muito tempo aqui e fora desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Alencar .

O SR. JOSÉ ALENCAR (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, todos os Estados da Federação gostariam de possuir um homem público como Antonio Carlos Magalhães.

Como representante de um Estado vizinho da Bahia e militando muito em uma região próxima do seu Estado, que é o norte de Minas, conheço muitos baianos que lá chegam e trazem a força que V. Exª imprime àquele povo. Por isso, todo o Brasil o admira e o respeita.

V. Exª merece a admiração de todos os brasileiros também pela forma com que defende as cores do Brasil e pela sensibilidade social que demonstra em tudo que faz. Aqui, no Senado, V. Exª deu provas absolutamente incontestáveis dessa sensibilidade social aguda. Além disso, V. Exª representa aquela probidade de que tanto o Brasil carece no exercício da vida pública. Assim, V. Exª tem sido alvo da admiração e do respeito desta Casa. Comecei a enxergar isso a partir do momento em que aqui cheguei. Por tudo isso, tenho grande admiração por V. Exª. E mais ainda: pelo amor, pela emoção que demonstra quando alguém lembra de seu estimado filho. Essa emoção é uma prova do seu valor como chefe de família, como pai extremoso. V. Exª também nunca deixou de dizer que recebia conselhos de seu filho, Luís Eduardo Magalhães.

Não tive a oportunidade de conviver aqui, no Congresso Nacional, com Luís Eduardo Magalhães, mas, em Minas Gerais, todos sempre exaltaram o valor dele, como um estadista que nascia.

Então, é realmente admirável participar desta Casa, assistindo a tudo isso, que nos ensina que a vida pública é exercida com amor, com paixão, com dedicação, com probidade. Isso é absolutamente inerente à personalidade de V. Exª.

Dessa forma, eu também não poderia deixar de trazer a minha palavra, ainda que tudo que poderia ser dito provavelmente já o foi. Eu não poderia, também, deixar de trazer o meu testemunho e a minha admiração especialmente pela sua lhaneza. V. Exª é uma figura corajosa da vida pública brasileira, mas é lhano. V. Exª sempre nos trata com carinho, lhaneza, educação, bondade e ternura.

Por tudo isso, não poderia deixar de trazer a V. Exª o testemunho de um Senador recém-chegado, do PMDB – que não é o Partido de V. Exª –, e, independentemente da coloração partidária, devoto a V. Exª todo o meu apreço e toda a minha admiração.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador José Alencar, muito obrigado pelas suas generosas palavras. V. Exª, mais do que ninguém, sabe que a admiração é recíproca.

Desde que V. Exª aqui chegou, todos os seus companheiros o admiram. V. Exª é um homem vitorioso como empresário e dá grandes passos na política, conquistando também vitórias. Daí por que o seu testemunho é importantíssimo para mim. V. Exª conhece todos os lados da atividade humana não só como político, mas como empresário e homem de Minas Gerais.

Queria agradecer-lhe e dizer que foi um prazer muito grande, como Presidente do Senado, recebê-lo e conviver com V. Exª. Sempre estivemos juntos – não muitas vezes no gabinete –, mas as poucas vezes representaram momentos muito agradáveis de troca de impressão e eu sempre aprendendo o outro lado que não conhecia e que V. Exª conhece.

Agradeço a V. Exª as suas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Djalma Bessa e, em seguida, vamos encerrar.

O SR. DJALMA BESSA (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é compreensível que, como Senador pela Bahia, eu me sinta altamente confortado, alegre e por que não dizer vaidoso pelas manifestações que V. Exª tem recebido. Isso não só nos envaidece, aqui no Senado e na Câmara, ou seja, os representantes da Bancada baiana, mas também vai mais longe e alcança os milhões de eleitores de V. Exª.

O relacionamento entre V. Exª e o seu eleitorado hoje não é apenas eleitoral, político, é, sim, um relacionamento afetuoso, é um caso de amor. O eleitorado da Bahia ama V. Exª. O casamento de V. Exª com a Bahia não é como esses casamentos de hoje que são "separáveis", é um casamento indissolúvel, e aí está o segredo e a razão do aplauso, do apoio e da consideração que V. Exª tem tido no nosso Estado. Além disso, merece um louvor especial, por ter saído consagrado em tantas eleições. Só esse detalhe, considerando-se as eleições que V. Exª tem enfrentado, lhe dá uma dimensão muito grande e muito ampla. Por quê? Porque ao político vale ser julgado pelo eleitorado ao se submeter a eleições, e V. Exª nesse aspecto, não há dúvida, tem nota dez, considerando-se os demais políticos. Entretanto, V. Exª não se distingue apenas pela disputa nas eleições. Basta que se considerem os aplausos, o apoio, a consideração, a homenagem que V. Exª tem recebido não só desta Casa como da Câmara dos Deputados. É, realmente, Sr. Presidente, um recorde, e isso não é por acaso. V. Exª fez por merecer das duas Casas, acima dos Partidos, uma consagração. É, portanto, altamente dignificante que V. Exª assim tenha procedido. Mas sendo indiscutivelmente homenageado pelo seu trabalho como Presidente do Senado não é menos dignificante, nem menos importante a atuação de V. Exª como Senador. Examine-se a atuação de V. Exª como Presidente do Senado, e o louvor é unânime; examine-se a atuação de V. Exª como Senador, e o louvor é unânime. É realmente um privilégio. Vale também acentuar, Sr. Presidente, que V. Exª desce dessa cadeira maior do que entrou, maior do que subiu a escada para nela assumir a Presidência da Casa. V. Exª desce mais engrandecido. Entretanto, é salutar que se sublinhe que V. Exª se fixou nesta Casa desde o primeiro instante quando assomou à tribuna para expor dificuldades, desacertos e mazelas de certa parte do Poder Judiciário. V. Exª não entrou aqui por acaso; veio já sabendo o que iria fazer e, naquela oportunidade, a celeuma foi também

grande. Mas o certo é que V. Exª sacudiu o Poder Judiciário, e não há dúvida de que deu nova dimensão a esse Poder sem conturbar, sem perturbar, sem dificultar a atuação do Judiciário, sem discriminá-lo, ou seja, na sua movimentação, alcançou todo o Poder Judiciário. Prosseguindo nessa sua campanha, V. Exª partiu para a CPI do Judiciário, que, no princípio, também sofreu diversas alterações. Mas no fim foi o coroamento, foi o aplauso, foi também uma etapa que valeu sobremodo, porque acordou, despertou e fez com que o Judiciário verificasse que havia problemas, mazelas, dificuldades em seu seio. V. Exª não se conforma, e é justo que isso seja compreensível com o marasmo, com a paralisação. V. Exª é um inovador, e para ser um inovador, para modificar, para se atualizar, é preciso vencer obstáculos, e V. Exª os tem vencido.

Sinto-me, portanto, Sr. Presidente, altamente gratificado, como representante da Bahia, porque V. Exª não só se projeta, mas projeta seus amigos, projeta seus correligionários, projeta o seu Estado. E não é exagero dizer, pelas manifestações, pelos aplausos que tem recebido, que V. Exª é um homem da maior expressão nacional. A Bahia agradece a V. Exª, por meu intermédio, por um trabalho altamente dignificador e patriótico.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Djalma Bessa, V. Exª é o mais antigo companheiro político que tenho. Começamos juntos na Assembléia Legislativa do Estado, nos idos de 1955. Fomos eleitos em 1954. Daí para cá, V. Exª, ou como Deputado Estadual ou Federal, sempre se destacou. Depois, veio como suplente para o Senado e está honrando a cadeira do titular, que é o Ministro Waldeck Ornelas. Hoje, V. Exª traz a palavra da Bahia, como ontem no Congresso o Senador Paulo Souto o fez. A Bahia agradece aos seus representantes.

Hoje já chegaram e amanhã, para nossa alegria, centenas de prefeitos baianos também chegarão a Brasília para me confortar na hora em que deixo a Presidência do Congresso e ratificar o apoio que eles, em sofridas cidades do interior, me oferecem. Alguns estão ali; outros tantos já estiveram, mais de 100, hoje, no meu gabinete. Todas as homenagens que colho levo para o meu Estado, a Bahia, que é a razão da nossa vida.

Mas, neste instante, eu queria dizer aos Senadores – amanhã farei a minha fala oficial de despedida – que vivi momentos de muita alegria na Presidência do Senado. Cheguei, como salientou Edison Lobão, muito rapidamente à Presidência: na primeira parte do primeiro mandato. Isso foi

coisa rara, que talvez só tenha acontecido uma vez no Parlamento brasileiro. Mas o que posso dizer aos Senadores é que cumpri meu dever. Cumpri meu dever com a paixão que dedico a tudo que faço. Falhas tantas devem ter ocorrido. Aquelas que não foram justas eu me desculpo. Os excessos que foram justos eu os mantenho. E os mantenho na certeza de que estava e estou trilhando o bom caminho.

Seja como for, esta Casa cresce a cada dia aos olhos da Nação. Vamos trabalhar por ela, para que ela se engrandeça cada vez mais e todos nós possamos voltar aos nossos Estados, nas ocasiões dos pleitos eleitorais, com a cabeça erguida por termos cumprido os nossos deveres. Isso acontece agora no Senado. E eu, deixando amanhã a Presidência, o faço feliz, porque vou descer aqueles degraus convencido de que não desonrei o mandato do povo baiano e muito menos a confiança dos meus dignos Colegas.

Muito obrigado. (Palmas.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF
OS 00802/2001

2032

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 9ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 9ª Reunião, realizada em 27 de abril de 2001, sexta-feira, às 9h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir o Sr. Senador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

Estiveram presentes os Srs. Senadores:

PMDB
Ramez Tebet (Presidente)
Casildo Maldaner
Marluce Pinto
Gerson Camata

PFL
Francelino Pereira
Paulo Souto
Carlos Patrocínio
Bello Parga

BLOCO – PSDB/PPB
Lúcio Alcântara
Osmar Dias
Antero Paes de Barros
Ricardo Santos
Romero Jucá

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
Lauro Campos
Jefferson Péres
José Eduardo Dutra
Marina Silva
Roberto Saturnino (PSB)

CORREGEDOR
Romeu Tuma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 2

27.04.2001

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9ª REUNIÃO DE 2001

Em 27 de abril de 2001, sexta-feira, às 9h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir o Sr. Senador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Mariuce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO – PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto: _____

Brasília, 27 de abril de 2001

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC-3
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 27.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a fim de ouvirmos o Senador José Roberto Arruda, nos autos da Denúncia nº 1 do corrente ano. Para tanto, suplicamos a proteção de Deus, como sempre fazemos.

Primeiramente, será dada a palavra ao Senador José Roberto Arruda para que possa prestar as suas primeiras informações ou declarações. Logo a seguir, a palavra será concedida aos Srs. Senadores. Quero convidar o ilustre Relator, Senador Roberto Saturnino, para tomar assento a minha direita.

Senador José Roberto Arruda, concedo-lhe a palavra para os seus primeiros esclarecimentos. Logo a seguir, como V. Exª sabe, nossos Colegas terão oportunidade de lhe formular perguntas.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito obrigado. Bom-dia a todos. Sr. Presidente da Comissão, Senador Ramez Tebet, Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, Srs. Senadores e demais parlamentares, neste início, gostaria apenas de reafirmar a minha linha de conduta, já definida de forma muito clara e pública no discurso que fiz segunda-feira, o meu compromisso com a verdade dos fatos nesse episódio ou em qualquer tema ou episódio que foi aqui levantado. Isso me traz uma paz de espírito muito grande. Estou dispensado de fazer qualquer malabarismo intelectual ou de memória. O meu compromisso é o de dizer a verdade.

É com essa disposição, com essa convicção, que venho a esta Comissão. Gostaria, se o Sr. Presidente, o Sr. Relator e o Sr. Corregedor estiverem de acordo, de fazer com que o meu discurso no plenário, cuja cópia parece-me que todos já tem, seja a peça do meu depoimento, mas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, o Senador José Roberto Arruda, pelo seu gesto, pede um pouco mais de atenção lá atrás.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então, se estiverem de acordo o Sr. Relator, o Sr. Corregedor, o Sr. Presidente e os Srs. Membros, a minha sugestão seria que o meu discurso de plenário já fosse considerado o meu depoimento, a primeira peça do depoimento, e eu já me colocaria à disposição das perguntas, o que me parece o mais racional e o mais eficiente porque, com certeza, os Srs. Senadores vão levantar justamente aqueles pontos que consideram importantes, os pontos nodais do esclarecimento da questão. E aí, obviamente...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, dentro do que apresenta o Senador José Roberto Arruda, ele considera como seu depoimento, sem nenhuma alteração, nada que pudesse modificar aquilo que objetivamente fez de forma manuscrita em leitura. Esse é o seu depoimento perante o Conselho de Ética. É isso, Senador?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Exatamente isso, Senador Romeu Tuma. Se os Senhores estiverem de acordo, desejo que esse pronunciamento, que foi escrito à mão e todos têm cópia, com 36 páginas, seja considerado a íntegra do meu depoimento aqui, sem embargo de responder a todas as perguntas. Se desejarem também, falo tudo outra vez, nos mínimos detalhes, sem o menor problema, mas acho que responder às perguntas é mais eficiente.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, Senador José Roberto Arruda, é claro que a opção é de V. Exª, mas estamos numa manhã relativamente tranqüila, V. Exª me parece tranqüilo também, tem amor à verdade, um compromisso, agora reiterado, com a verdade. Talvez fosse interessante que V. Exª fizesse um relato. V. Exª que é engenheiro, escreve do próprio punho com pouquíssimas correções, demonstra inteligência, raciocínio e lucidez, poderia fazer um relato dos fatos, com extrema simplicidade, desde o primeiro instante – relato simples, quando se fala a verdade, como V. Exª falou no seu discurso escrito do próprio punho. Escreve-se com facilidade, porque o próprio pensamento é que escreve as palavras, o texto. Então, é claro que a opção é de V. Exª, mas um relato, porque as perguntas vêm todas bastante alarmantes.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Bem, se desejarem, tento fazer aqui, em cinco minutos, o que considero relevante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A decisão é de V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quem pediu pela ordem?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu sugeriria um meio termo entre as duas coisas. Acredito que o Senador Arruda tenha ouvido ontem o depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Todos nós já detectamos as contradições entre os dois pronunciamentos. Então, que o Senador Arruda, nesta exposição inicial, priorizasse exatamente essas diferenças entre as duas exposições, porque seria uma forma de evitar que S. Exª fizesse tudo de novo ou, em contraposição, que não falasse nada e considerasse o discurso de segunda-feira, até porque esse discurso pode não estar muito na memória de todos nós. É mais uma sugestão ao Senador Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu aceito, sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Quem decide se vai aceitar a sugestão ou não ou como vai conduzir o depoimento é o Senador José Roberto Arruda. Se V. Exª quiser dar por lido o seu depoimento-discurso feito em sessão no Plenário, tudo bem. Está publicado no **Diário do Congresso**, à disposição, E acredito que esteja na memória de todos. Se V. Exª entender começar de outra forma, tudo bem. Então, diga a sua maneira.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se V. Exªs me permitem, vou fazer isso muito rápido. É claro que ouvi todos os depoimentos, tanto o da Drª Regina...

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Um esclarecimento: V. Exª falou aqui na segunda-feira, para pouquíssimos Senadores, talvez uma meia dúzia, discurso de próprio punho. Somente hoje, às duas horas da madrugada, tomei conhecimento do texto e vi que V. Exª escreveu de próprio punho. De maneira que pouca gente conhece seu discurso, pouca gente lê, todo mundo vê a televisão, o jornal. V. Exª não perde, permita-me a correção, por um pouco de minúcias, em razão do depoimento de ontem.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Vou fazer o seguinte, se me permitem...

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível.) Eu li à noite, em casa.

O SR. CASILDO MALDANER – Sabe por que da importância, Senador? Porque muitas questões a serem levantadas pelos Colegas poderão ser evitadas,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 5
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 27.04.2001

em função da exposição feita pelo Sr. Antonio Carlos, ontem, e da exposição que poderá fazer, agora, o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu farei isso.

Bom, então, se V. Exªs me permitem, vou... Vamos dizer, de tudo que se extraiu, de tudo que foi falado, na minha ótica, o que considero importante nesse início, o que considero relevante, para total esclarecimento dos fatos e da verdade, à qual me apeguei de forma irrefutável; acabou, não saio disso. Então, é falar a verdade.

Obviamente, não vou falar o texto do discurso, porque ele estava naquele momento cravado de emoções, impossível para mim, ao lê-lo, mesmo daqui a dez anos, sem me emocionar. Eu acho que não é o caso aqui hoje. Não é isso?

Acho que os pontos relevantes que eu extraio, seguindo a sugestão do Senador Dutra, são os seguintes: Primeiro, qual era o clima que tínhamos naqueles dias que antecederam a votação do dia 28 de junho? Era um clima de muito boato, muita intriga, muito choque político, principalmente entre o Presidente da Casa, o Senador Antonio Carlos, que conduzia o processo, e o Senador Jader, que então era o Líder do PMDB. Havia, portanto, um clima muito tenso, um clima muito de beligerância mesmo aberta, aqui. Nesse clima, eu conversei, naqueles dias, com vários Senadores, muitos Senadores. As conversas que tive com um e com outro Senador não diferiam muito. Eram conversas sobre análises, perspectivas, tendências. Isso que eu disse no discurso.

Há uma conversa específica que... Ontem, vi praticamente todo o depoimento. Depois, a minha tendência era rever a fita. E aí era impossível, porque quando consegui sair daqui já era quase meia noite e queria dormir um boa noite de sono. Então, eu não vi outra vez. Pode ser que eu esteja cometendo alguma falha nisso. Mas me parece que, no depoimento de ontem, o Senador Antonio Carlos ou não falou ou não entrou no detalhe de um encontro que tivemos, que foi o ponto inicial da motivação da ação que se discute. Nesse encontro, que foi na sala dele, e que me recordo bem, havia uma conversa naqueles dias de que o ex-Senador Luiz Estevão, através

O SR. – (Inaudível)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não sei, sinceramente não sei.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Era o dia da votação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não era o dia da votação, era antes. Agora, se era quinta, sexta, segunda, não sei.

O SR. PEDRO SIMON – Uns quatro dias antes?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA –É possível, alguns dias antes. Não muito, já naquele clima de votação. E havia uma conversa que corria os corredores do Senado - com vários Senadores aqui eu conversei e ouvi de vários Senadores -, de que o ex-Senador, através de um assessor seu, Dr. Nilson, dizia que ficava sabendo dos votos, e usava isso como uma certa forma de pressão. Enfim, isso gerava uma preocupação com segurança. Parece-me que isso o Senador Antonio Carlos também deixou claro aqui ontem.

Muito bem! Nessa conversa que eu estava tendo com ele, ele diz o seguinte, mais ou menos. E aí fazer um primeiro parêntese: é muito difícil, passado, decorrido todo esse tempo, eu registrar a frase inteira; a palavra foi esta, a vírgula foi esta; agora, o espírito da conversa, a forma como foi dita, isso está muito claro para mim. A conversa foi a seguinte, o Senador Antonio Carlos dizendo: "Olha, esse negócio acaba todo mundo ficando sabendo mesmo". Falei: "É verdade, aqui esse negócio

de votação secreta é para inglês ver, todo mundo sabe tudo". Muito bem! Aí ele disse o seguinte: "Eu acho que os técnicos lá do Prodasen devem saber na hora". A imagem que me fica desse pedaço da conversa é a seguinte: como se o cara que está manuseando o computador, aparecesse na telinha, e ele visse e pudesse até... Enfim, alguma coisa desse tipo. Lembro-me que eu perguntei: "Mas será que é assim?" Aí ele falou: "Arruda, você que é engenheiro, você entende desse negócio de computador. Esse troço, todo mundo fica sabendo". Ele não falou a frase que vou dizer agora, mas só para falar o espírito da conversa: "Se um **hacker** de 14 anos entra lá no computador da Nasa, imagina neste aqui!" Enfim, mais ou menos este espírito, quer dizer, a fragilidade de qualquer sistema de apuração de voto secreto. Eu disse: "É possível". Aí ele me disse: "Você podia perguntar para a Drª Regina como é que isso funciona, porque – dentro desse espírito – você é engenheiro, você entende desse negócio de computador". Eu falei: "Não entendo não. Sou engenheiro, mas entendo muito pouco de computador". Ele disse: "Eu é que não entendo nada. Pergunte a ela se isso é possível, como é que isso funciona". Eu disse: "Mas eu posso consultar a Drª Regina em seu nome?" E me lembro bem que ele repetiu: "Não, pode falar com ela em meu nome". Essa é a conversa inicial, sobre a qual não tenho a menor dúvida.

Muito bem! Saí dali. Eu não posso dizer aos senhores que no mesmo dia procurei o contato com a Drª Regina. Pode ter sido no mesmo dia como pode ter sido no dia seguinte, sinceramente não sei. Há um detalhe que me recordo: tenho mania de carregar essas agendinhas de uns papeizinhos como este, onde eu anoto as coisas todas, é meu processo de botar os meus compromissos, e eu me lembro de ter anotado nessa agendinha: Falar Regina/Prodasen. Lembro-me de ter escrito isso.

Muito bem! Não fiz aquilo de imediato. Não sei se essa conversa foi de manhã ou de tarde. Não sei. Não sei os detalhes, mas não fiz de imediato. Lembro-me de que num determinado dia, indo já para casa, lembrei disso - pode ter sido no mesmo dia, pode ter sido no dia seguinte, não posso precisar -, liguei para minha secretária aqui no gabinete e disse: "Faça uma ligação com a Drª Regina". Ela fez e me transferiu. Também não posso precisar aos senhores se, quando foi completada a ligação, eu ainda estava no carro e atendi no celular ou se eu havia chegado em casa e já falei com ela em casa. Mas é a questão de diferença de minutos. Muito bem! Falei: "Drª Regina, eu queria lhe fazer uma consulta pessoalmente". Ela disse: "Ah, pois não, eu já estou em casa". Eu falei: "Eu também estou chegando em casa, onde a senhora mora?" Ela disse: "Eu moro em tal lugar – não me lembro exatamente, mas muito perto da 114 Sul, onde moro. Eu disse...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Duzentos e dezesseis.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É, provavelmente na 116.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Duzentos e dezesseis.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É, o que eu me lembro é que ela disse: "Eu moro muito perto de você". Eu não sabia. Eu disse: "Ótimo! Então, a senhora... Poderíamos conversar ainda hoje?" Ela disse: "Não, eu passo aí na sua casa, nenhum problema". Muito bem! Desliguei o telefone. Algum tempo depois, ela chegou em casa. Uma coisa que me recordo desse encontro bem é que, quando ela chegou, eu já estava de traje esporte, de calça jeans, uma camisa, não estava de terno. Ela chegou, muito educada, os dois sentamos no sofá, lembro-me exatamente até o lugar onde sentamos, e a conversa não foi demorada. Eu diria que foi uma conversa de dez, quinze minutos. Essa conversa foi mais ou menos assim: "Drª

Regina, a senhora sabe a boataria que está no Senado, conversa de tudo quanto é jeito, intrigas, e eu estava conversando com o Senador Antonio Carlos e ele me pediu que lhe fizesse uma consulta. A consulta é a seguinte: Como é que funciona esse negócio de voto secreto no Senado? Quando o voto é secreto, vocês, lá no Prodasen, ficam sabendo? Como é essa coisa, como é que funciona isso?" Quando eu falei isso, eu lembro que ela ficou até um pouco nervosa, punha o óculos, tirava, aquele negócio, e deu uma explicação longa para o período da conversa - vamos dizer, quatro ou cinco minutos -, tentando me explicar como é que funcionava o sistema. O que ela lembrava é que era um sistema separado do sistema central do Prodasen, tá? Confesso que não entendi muito do que ela explicou, também não era o importante. Quando ela terminou a explicação, eu falei: "Drª Regina, o que eu quero saber é o seguinte, o Senador Antonio Carlos está preocupado em saber se numa votação secreta vocês ficam sabendo o resultado. É isso que ele quer saber. Tem jeito?" Ela disse: "Ó, sinceramente eu não sei, eu vou verificar, mas eu não sei como é isso". Eu disse: "Drª Regina, o que se comenta é que fica sabendo, esse é o comentário; e, se fica sabendo, ele quer ter essa informação". Muito bem! Ela disse: "Arruda, eu vou verificar isso e te ligo ainda hoje ou amanhã, verificando como que as coisas se passam". Me lembro de ter dito claramente a ela. Esse diálogo – viu, gente? -, que tive com a Drª Regina é, em espírito, em essência, exatamente o que ela revela em seu depoimento. Eu não tenho uma vírgula para tirar. Estou falando do meu jeito, mas a essência é aquilo. Muito bem! Ela disse: "Eu vou verificar e te telefono". Eu falei: "Ou, então, direto para o Senador Antonio Carlos, como queira. O importante é ter essa informação". Encerrou-se aí a conversa. Não voltamos a nos falar.

Há um detalhe interessante aí que, ontem, depois do depoimento, eu ainda fui procurar. A Drª Regina, ela até – deixa eu ver se acho aqui – , no seu depoimento, já no final do depoimento, ela diz assim: "Então, fiquei, pela manhã, de dar um retorno - esse dado eu não tinha falado, estou acrescentando", diz a Drª Regina – "ao Senador Arruda se seria possível, e tenho dúvidas" - no depoimento dela.

Muito bem! Ou seja, a Drª Regina no seu próprio depoimento não só conta a conversa exatamente como foi, como ela declarou que tem dúvidas se ligou. Para mim, não ligou. Ela também parece que aventou a hipótese de ter ligado para alguém do gabinete. Não ligou, não houve essa ligação.

Muito bem! Passou-se, teve o dia da votação. No dia da votação, à noite, ou começo da noite, fim de tarde, começo da noite, não posso precisar o horário, até porque aqui dentro do Senado muitas vezes a gente não sabe se é de dia ou de noite, eu recebi uma ligação da Drª Regina. Atendi. Me parece até que ela já havia ligado antes e eu não tinha atendido por qualquer razão. Ligou a segunda vez. E ela disse: "Senador Arruda, estou aqui perto da biblioteca, está tendo uma coisa qualquer ali, não sei o que é, e tenho uma coisa – não sei se foi "uma coisa" o que ela disse, qual a palavra – para lhe entregar para o Senador Antonio Carlos. Como é que eu faço?" Imediatamente, nesse momento, a minha sensação é de que aquela consulta que eu havia feito, um ou dois ou três dias atrás, também não posso precisar, de alguma maneira ela tinha o resultado da votação. Não vou negar isso. Muito bem! Eu tinha gente na minha sala e eu disse: "Onde a senhora está?" Ela disse: "Perto da biblioteca". Eu falei: "Vou pedir ao Dr. Domingos" - que estava do meu lado – "que desça aí e pegue com a senhora". Ele desceu, pegou, voltou com o envelope. Era realmente um envelope pardo. Eu me lembro que a minha mesa

estava assim na frente, tinha algumas pessoas sentadas, eu estava de pé, ao lado do telefone, ele me entregou. Logo que ele me entregou, eu abri o envelope e tirei. Quando eu tirei... E aí há uma coisa, um detalhe que me foge muito. Eu vi aqui gente dizendo que era uma página e gente dizendo que eram duas páginas. Confesso para vocês que não tenho certeza se era uma ou se eram duas. Se eu tiver de falar - Arruda, faz uma aposta: é uma ou duas? -, eu diria que eram duas, que a primeira página estava completa e que a segunda tinha menos coisas escritas. Mas eu não tenho certeza disso, não posso afirmar. Lembro que vi, e era um papel, não era aquele papel de computador com os furinhos do lado, é um papel normal, como este, a impressão bem escura, e tinha o nome dos Senadores, se não me engano, por ordem alfabética, não sei dizer, e com o voto na frente. Não tinha cabeçalho, não tinha identificação de que votação teria sido, não tinha nada disso. Eu não fiz... Eu puxei a folha, não tirei a folha totalmente do envelope, e enfiei a folha no papel outra vez. Não tinha assinatura, nada disso. Não tinha nenhuma identificação, nem o envelope, nem o papel. Então, eu, imediatamente, devo ter conversado mais quatro ou cinco minutos ali para encerrar aquela conversa no meu gabinete e saí imediatamente em direção ao Senador Antonio Carlos. Aí há um detalhe que sinceramente não me recordo bem, não sei se pedi para a minha secretária ligar para ver se ele estava lá, ou se nem isso. Na minha maneira de ser, no dia-a-dia, é provável que eu tenha ligado: "Veja se o Senador Antonio Carlos está no gabinete dele". Fui então em direção ao gabinete. Chegando em direção ao gabinete, devia ter uma pessoa na sala, esperei poucos minutos e logo depois entrei. Nesse momento, eu estava sozinho com ele. E o diálogo que se passou foi exatamente aquele revelado por ele aqui. "Você está sentado? Olha aqui, que coisa! A Drª Regina mandou entregar isto aqui." Ele, neste momento sentado, eu de pé, na frente da mesa, tirou a página ou as páginas, não posso afirmar, leu tudo aquilo, fizemos juntos alguns comentários, não foi só ele que fez, eu também fiz, fizemos alguns comentários. E, feitos esses comentários - isso tudo não foi uma conversa longa também, foi uma conversa relativamente rápida -, feitos esses comentários, o que se segue também foi o que, mais ou menos, ele disse aqui. Eu disse: "Senador, agora, por favor, liga para a Regina para dizer que está na sua mão". Muito bem! Eu me lembro deste detalhe: ele, nessa hora, estava sentado na cadeira de presidente, e eu, de pé, na frente da mesa. Ele foi no telefone para apertar o botãozinho que fala com a secretária. Por qualquer razão, ou não atendeu, ou não apertou o botão certo, demorou ali alguns segundos, e eu, que estava de pé, fui em direção à porta com o gesto de abrir a porta e dizer para a secretária dele fazer a ligação. Ele ainda disse: "Não, não precisa não". Mas continuou tentando no telefone e não funcionou. Eu abri a porta e disse para uma das secretárias, não me recordo qual - ontem, ele aqui disse o nome, mas eu não me recordo qual -, eu disse: "Olha, o Senador Antonio Carlos quer falar com a Drª Regina, do Prodasen, e precisa fazer a ligação". E fechei a porta. Voltei, e aí sentei na cadeira do lado esquerdo da mesa. Ele, na frente, e eu, aqui, do lado esquerdo. Conversamos mais um pouquinho e, dentro de alguns minutos, a ligação foi completada para o telefone do Senado. Eu não falei com a Drª Regina naquele instante. Ele pegou o telefone e teve com ela uma conversa rápida. Ontem, ele falou frases da conversa aqui. Eu, sinceramente, não tenho idéia das frases, eu não sei exatamente o que foi dito. Tenho, no entanto, a mesma convicção da Drª Regina, o telefonema foi claro: "Recebi, está aqui. Você não fez nada errado. Quer dizer, a segurança está preservada". Lembro-me do conteúdo da conversa dele no telefone, que ficava claro para ela, que ele tinha recebido – o que era um

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC-9
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 27.04.2001

alívio para mim, quer dizer, "graças a Deus entreguei para ele" –, e ficava claro também que a maior preocupação que ele tinha, que tinha sido a preocupação original da nossa conversa, que era com a segurança do sistema, de funcionar direito, estava funcionando.

Aí vou fazer um parêntese para dizer que eu me lembro que, antes dessa votação, aquele painel do Senado deu um monte de **tilts**. Quer dizer, teve votação em que a gente votava e não saía no painel. O painel não funcionava direito. Isso, certamente, motivou as preocupações dele, minhas e de outros Senadores de que naquele dia, numa votação tão importante, o computador pudesse não funcionar direito. E me lembro que isso, de alguma forma, ficou nesse telefonema do Senador Antonio Carlos para a Drª Regina. Feita a ligação, eu saí da sala, me despedi.

Quero deixar claro, repetindo o que já disse, que não fiz cópia. Não fiz cópia. A única cópia que me foi entregue foi essa entregue a ele. Memorizei, para ser bem verdadeiro, algumas das informações ali contidas. Mas eu diria: impossível, se me fosse solicitado, repetir nome a nome; impossível fazer isso. Quer dizer, memorizei algumas poucas informações, muito poucas, e a partir dali nunca mais toquei neste assunto.

Detalhe interessante também: que naquela conversa inicial que motivou a minha conversa com a Drª Regina havia essa preocupação clara com a segurança do sistema. Era do Senador Antonio Carlos e era também da Drª Regina. Isso ficou muito claro. Ela estava muito preocupada. Ela, já naquela época, achava que o sistema era ruim.

E nenhum de nós, até aquele instante em que eu recebi aquela lista, tinha pensado, objetivamente, numa lista. O que se pensava era o seguinte – e aí me parece que a Drª Regina foi muito fiel; não estou dizendo as palavras; as palavras também, mas ao espírito das conversas que tivemos e das coisas que aconteceram –, é o que eu disse no discurso, impossível negar-lhe veracidade. É aquilo lá.

O que ficou claro é que se o sistema, como se dizia no Senado, permitia aos técnicos do Prodasen ter acesso àquelas informações, o Senador Antonio Carlos queria ter certeza disso, queria esta informação, até para ter absoluta convicção de que a votação se realizaria da forma correta.

Muito bem! Esses pontos, Sr. Relator, Srs. Senadores, me parecem os mais relevantes do que foi colocado aqui. O que se passou depois é exatamente o que foi relatado pela Drª Regina, e não me parece que haja discrepância também em relação ao que foi falado aqui, ontem, pelo Senador Antonio Carlos.

Até o episódio dos procuradores, eu nunca mais ouvi falar desse assunto. No episódio da nota do Boechat, eu me lembro que li e fiquei preocupado. Imediatamente, teve uma carta da Drª Regina, o assunto acabou. Eu não toquei no assunto com ninguém. E quando teve o episódio da gravação da conversa com os procuradores, aí sim, a Drª Regina me procurou, procurou o Senador Antonio Carlos, e aí o que se segue é absolutamente verdadeiro, inclusive todos os encontros, até os episódios que os senhores conhecem.

Eu acho que este é o relato dos pontos mais relevantes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Roberto Saturnino, na qualidade de Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador Arruda, a meu juízo persistem algumas contradições que são extremamente importantes, porque são definidoras mesmo de uma proposta, pelo menos de minha parte.

Uma contradição é a da sua versão a respeito do teor da conversa com a Drª Regina, e não só com a versão dela como com o comportamento dela. Porque todos os depoimentos foram unânimes, os que a acompanharam nessa operação de que ela estava extremamente tensa, nervosa, decidida a fazer qualquer coisa para obter aquela lista no curto prazo de que ela dispunha, que era aquela noite, para mexer em um programa extremamente complexo.

A versão de V. Exª transforma a Drª Regina numa pessoa tão desequilibrada, com uma desinteligência tão profunda, que gerou uma distorção no seu comportamento, que é extremamente grave, que – eu diria – beira mesmo a demência. A pessoa entendeu tão mal a sua consulta que a transformou numa ordem do Presidente que deveria ser cumprida naquela noite.

E essa questão do tempo é importante, porque V. Exª diz que não foi na véspera, que, na véspera, V. Exª cumpriu aquela agenda toda que recuperou no computador e nos informou. Mas, pela versão dela e pelo depoimento de todos, o curto prazo e o nervosismo dela obrigavam a que a sua conversa com ela tivesse ocorrido naquela noite, na véspera da votação, porque, do contrário, ela teria mais tempo e não estaria tão nervosa, extremamente tensa, porque teria que produzir naquela noite.

É essencial que a gente esclareça essa contradição de uma vez por todas.

E a outra contradição é a seguinte: o Senador Antonio Carlos insistiu ontem em negar qualquer conhecimento desse assunto até o momento em que recebeu a lista, o que colocaria V. Exª muito mal. Vamos convir: se V. Exª usou o santo nome para produzir uma ilegalidade e, além disso, agora está sustentando essa posição de envolvimento dele ou de conhecimento prévio dele, arriscando até o mandato dele, V. Exª fica numa situação de caráter muito ruim.

Então, deveMOS também ter uma idéia precisa a esse respeito, e, por isso, vou encaminhar as perguntas. Vou começar pela Drª Regina.

Senador Arruda, o encontro seu com a Drª Regina – segundo a sua versão, foi uma consulta, e ela tomou como uma ordem – ocorreu na véspera da votação, não foi?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Saturnino, o senhor me permite?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – É claro.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Como o senhor fez um raciocínio completo... Primeiro, sobre a data. Estabeleci comigo mesmo o compromisso assim muito grande de falar a verdade, seja ela qual for, inclusive nas dúvidas que eu eventualmente tenha.

Quando recorri à agenda do dia 27 para tentar usá-la, falando claramente naquele discurso, para dizer "não, não foi isso", a agenda do dia 27 é aquela mesma. Confesso ao senhor que, quando vi a agenda, no papel ela terminava no compromisso do TSE. Não havia o jantar. Depois me foi lembrado que ocorreu o jantar, e esse jantar não tem mais dúvida, não só pelas pessoas que estavam... Realmente, houve o jantar.

Muito bem! Na minha visão, na minha lembrança, não foi no dia 27. Poderia ter sido no dia 26 ou pode ter sido na sexta-feira. Com certeza, não foi sábado e domingo por um detalhe: como contatei a Drª Regina via minha secretária, com certeza não foi sábado ou domingo.

Muito bem! Também não quero dizer...Se a Drª Regina disse aqui com tanta força que saiu da minha casa, que foi na véspera... Há um detalhe que a Drª Regina

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 11
27.04.2001

falou que depois eu fui conferir: ela disse que saiu e teve que esperar o técnico com quem ela contatou, que vinha da Festa das Nações. Pedi para o pessoal olhar que dia que era a Festa das Nações. A Festa das Nações começou naquele dia 27, o que, em tese, confirma a idéia dela.

Eu, sinceramente, não posso afirmar foi tal dia porque aconteceu tal coisa antes ou tal coisa depois. Eu via, nas revistas, a idéia de que eu poderia ter saído do TSE, passado em casa e, depois, ido para o jantar. Não me lembro. Não é o que as pessoas que estavam comigo dizem. O detalhe de eu estar de roupa esporte não levaria a essa situação, mas eu não vou brigar com a data porque eu não tenho certeza, e me parece que ela tem.

Agora, mais uma coisa importante: o fato de ser na véspera, em tese, é até contra ela. Por que ela diria se não tivesse certeza? Concordam? Porque, vejam bem, vamos ao depoimento dela. Neste caso, Senador Saturnino, se me permite, falando estritamente a verdade, a data é menos relevante do que o conteúdo da conversa. Ocorreu o encontro, foi na minha casa e a conversa foi o que ela disse. Pronto. Foi-lhe perguntado, no seu depoimento, de forma muito clara: "Houve algum tipo de coação?" Resposta dela: "Não". Lembro-me que o Senador Suplicy insistiu muito, até para que ela usasse essa expressão, e ela disse: "Não." "Houve algum tipo de ordem?" "Não".

Muito bem, a dúvida que persiste, então, é se foi uma consulta, como eu digo, ou se foi um pedido, como, na verdade, o marido dela, que aqui depôs, interpretou.

Eu não tenho dúvida, Senador Saturnino, da conversa. A conversa é aquela que ela disse. Eu reafirmo. Se quiser, eu repito.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É aquela. Agora, eu interpretei isso como uma consulta. O que comprova essa tese, Senador Saturnino? Se eu não tivesse feito a consulta, ela não teria ficado na obrigação, como disse que ficou, de ligar para mim, ou diretamente para o Senador Antonio Carlos, para dizer que isso realmente acontecia, era possível e que providência ela deveria tomar para resguardar a segurança - por exemplo, fazendo uma lista. E ela diz que não retornou. Explica, até: por causa da pressa e tudo isso.

Então, pessoalmente, eu acho que, na minha visão – e veja que tenho muito respeito pela Drª Regina –, levantaram outras teses nesse período, que traziam para mim até como forma de eu me safar: "Oh, Senador, quem sabe o Prodasen já tinha essa encomenda pelo tal de Nilson e, na hora em que V. Exª falou, ela se assustou e, depois, lhe deu uma cópia para, se um dia isso estourasse, V. Exª estar no meio do episódio?" Pode ter ocorrido? Em tese, pode. Quer saber se eu acredito nisso? Não. Pelas conversas que eu tive com ela, é uma pessoa correta, não faria isso, não me envolveria nisso com essa maldade. Sinceramente, não.

Agora, eu fiz uma consulta. Claro que eu tinha a expectativa – e aí vou ser claro, também -, até para prestar essa gentileza ao Senador Antonio Carlos, que ela ligasse e dissesse se o sistema era falho ou não, se podia ou não podia. Não houve esse retorno. Só aconteceu na noite da votação, já entregando essa tal lista.

Então, com todo o respeito a ela: houve uma precipitação ou um entendimento da questão, que eu havia colocado, de outra forma? Houve. Eu repito que o diálogo foi exatamente o que ela contou, o que se passou depois foi exatamente o que ela contou, o que bate com toda a minha memória, que trago aqui.

Acho que respondi as duas primeiras. V. Exª fez uma outra, quer que eu a responda agora?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Qual foi a outra?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª perguntou se o Senador Antonio Carlos, ontem...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, isso é a segunda parte. Eu ainda quero completar a parte da Drª Regina. O que me preocupa muito é o conhecimento do estado de nervos dela, dado por todos que estiveram com ela naquela noite.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Posso falar um pouquinho sobre isso?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Pode.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Na minha conversa, também. Acho que é um pouco do temperamento da Drª Regina. Ela é agitada, mesmo: tira os óculos, põe os óculos, fala demais, balança os braços. Era mais ou menos esse o estado, tanto que ela tentou me explicar como é que o computador funcionava e eu, sinceramente, não entendi nada.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não entendeu.

V. Exª mesmo, agora, no seu depoimento, tentou reproduzir, evidentemente não exatamente com as mesmas palavras, o espírito da conversa, que teria concluído mais ou menos assim: "O que se comenta é que ficam sabendo."

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Isso.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – "E se ficam sabendo, ele quer saber" – ele é o Presidente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É isso.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – E ela teria dito para V. Exª: "Tudo bem, eu saio daqui e vou cumprir uma ordem".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não, não. Absolutamente.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Ela disse isso aqui e o marido, o Sr. Ivar, repetiu.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Roberto Saturnino, desculpe-me. Isso eu li muito. Ela não disse. O Senador Eduardo Suplicy apertou muito e perguntou: "Houve coação?" Ela disse: "Não". "Houve ordem?" "Não". Ela tinha dito no depoimento que houve uma con..., que eu perguntei – ela não falou "consulta".

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) –Ela disse que, ao sair, ela teria dito: "Saio para cumprir uma ordem".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Desculpe. Não falou. Não falou e não disse também no depoimento, pelo que entendi. Tanto é verdade, Senador Roberto Saturnino, que no final do depoimento dela, ela que estava tão ligada em dizer a verdade - e eu acredito, o espírito dela é o espírito da verdade, como é o meu aqui agora, não adianta querer esconder mais nada -, disse o seguinte: "Quero dizer que fiquei com o compromisso de retornar para dar a informação e, pela correria, não o fiz ou tenho dúvidas". Foi o que ela disse. E não o fez.

Se eu tivesse dado uma ordem, ela não precisava... primeiro, porque não sou eu quem dou ordem; segundo, porque não precisava fazer isso.

Então, isso está claro no depoimento dela.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, mas no depoimento dela o retorno seria porque ela saiu com dúvida se seria possível fazer ou não, mas já com a determinação de que, se fosse possível, ela teria que fazer, porque o Presidente queria.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 13
27.04.2001

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Roberto Saturnino, eu tenho absoluta convicção disso. Ficou absolutamente claro

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu acho...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Posso completar? V. Exª me permite? Só para completar. Ficou absolutamente claro na conversa que, se o sistema tem essas fragilidades, se o cara que operava o computador via o resultado mesmo, como se comentava sempre... Agora aparecia o do botão macetoso, não é? Esse botão macetoso se comentava na época também. O cara lá via tudo, passava informação, é o diabo... Muito bem. O que ficou claro na conversa é que ela não tinha certeza disso. Ela me disse: "Arruda, eu trabalho muito no Prodasen, no prédio lá atrás, e esse computador fica aqui no plenário. Eu não tenho essa informação. Eu vou atrás dela. Quando eu souber, eu retorno". E não retornou. V. Exª me permite registrar muito isso, porque isso é a expressão da verdade, dita no depoimento dela, que eu confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Muito bem. Eu estou entendendo perfeitamente o que V. Exª está dizendo. Todo o imbróglio da coisa pode eventualmente estar nesta frase: "Se ficam sabendo ... ele quer, o Presidente quer", e ela ter tomado isso como...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ele quer a informação. Porque veja bem, Senador Roberto Saturnino, o que é que ficou claro...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – O que é a informação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Deixe-me entrar no detalhe! O que ficou claro aí é que, se o sistema permitisse isso, era preciso - estava muito claro - que o Senador Antonio Carlos Magalhães tomasse conhecimento disso e, a partir daí, ordenasse a ela alguma coisa. Por exemplo, eu admito, ter a lista de votação para ter segurança do sistema. Só que esse retorno não houve para mim; o Senador Antonio Carlos Magalhães diz que não houve para ele. A Drª Regina disse: "Não houve nem para o Arruda nem para o Antonio Carlos". O que significa, só para completar, que não houve o retorno. Quem lembrou desse retorno, Senador, se a Drª Regina não tivesse dito, podia ser que eu nem lembrasse dessa parte. Ela disse no depoimento e isso está muito claro.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Tudo bem. No entanto, pergunto a V. Exª: num assunto tão grave dessa natureza, quer dizer, a desconfiança de que o sistema poderia permitir não só o conhecimento do resultado como até, pelos rumores que corriam, como V. Exª ressaltou, que um dos operadores do sistema, que era ligado ao Senador Luiz Estevão, poderia mudar o resultado, é estranho que V. Exª, tendo tido essa conversa com ela, não tivesse se interessado em procurá-la e dito: "D. Regina, que é que a senhora soube? É possível ou não é possível? Quer dizer, houve um silêncio de parte a parte e ela tomou essa conversa como uma ordem e já lhe foi entregar a lista. Quer dizer, isso também é estranho. V. Exª há de convir.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª me permite responder de forma muito clara? O único sentimento que eu...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Faz soar a campainha.) – Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Saturnino, quem ficou com a responsabilidade de retornar foi ela. Eu confesso ao senhor que só pensei nisso no dia em que ela ligou, dizendo: "Eu tenho aqui um documento para entregar para o Senador Antonio Carlos. Venha buscar". Naquela hora, falando com franqueza, caiu

a ficha: "Êpa, deve ter tomado alguma providência". Ainda ali eu não sabia que vinha uma lista. Podia ser, por exemplo, um relatório dizendo: o computador não permite e a votação foi exatamente segura... Podia ser isso. Até ali, nunca, nem ela, nem eu, nem Antonio Carlos havíamos falado de lista.

Muito bem. A sensação que eu tive, no momento em que ela ligou e, principalmente, no momento em que eu recebi o envelope e olhei a lista, com sinceridade, foi um sentimento de "puxa, mas é assim que as coisas ocorrem?" Sabe esse sentimento, quando veio o laudo da Unicamp, que disse que um computador é um queijo suíço, que tem 18 maneiras de fraudar? É o sentimento que eu tive.

Falando com franqueza, Senador Saturnino. Não dava... Eu não dava a esse episódio, naquele instante, a importância que, depois, ele tomou. Primeiro, que sou contra voto secreto. Para mim, tinha que ser... Esses dias, uma senhora humilde, aqui em Brasília, me ligou no celular, hipotecando solidariedade, e falou: "Arruda, você está sendo acusado de quê? De ser curioso? De ver uma lista que o Brasil inteiro queria ver?" Bom, claro, há outras conotações regimentais, tudo isso, mas o entendimento das pessoas humildes é o seguinte: O que é o problema? Você devia contar essa lista logo – se eu souber. Nós querendo saber quem votou e se houve algum interesse subalterno no voto "assim ou assado". Quer dizer, a excrescência do instituto do voto secreto – desculpe, essa é a minha opinião só –, essa excrescência é que gera... Aí, você começa... Quando o negócio não é lógico, Senador Saturnino, você começa a arrumar um monte de jeito para não acontecer o erro, e não tem perfeição. Existe computador perfeito? Não existe. Todo mundo entra, **hacker** funciona, tá, e acabou... Por exemplo, se o senhor me permite adiantar aqui coisas que acho importante falar, se o senhor me perguntasse: "Arruda, você tem certeza que aquela lista é verdadeira?", resposta: não; "você tem certeza que aquela lista é daquela votação?", não. "Você tem certeza de que aquela lista foi impressa em um computador?" Não, desconfio que não, porque não era aquela folha normal de impressão de computador. Estava até meio escuro.

Então, com toda a sinceridade, eu não tive essa preocupação. E fiquei aliviado quando o Senador Antonio Carlos leu, fez comentários sobre esse ou aquele voto – também, não deu muita importância. E, no telefonema à Drª Regina, ele não só reconheceu que recebeu o documento como a parabenizou pela segurança do sistema, que era a preocupação inicial.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador Arruda, só para, enfim, meu próprio esclarecimento e confirmando o que eu disse – V. Exª me contestou –, estou aqui com o depoimento da Drª Regina em mãos, e aqui, na página 10, ela diz, relatando o encontro: "Então, saí dali. A última frase que eu falei, ao levantar, foi: 'Senador, estarei saindo para tentar cumprir uma ordem'." "Senador, estarei saindo para tentar cumprir uma ordem", porque ela realmente não sabia se ela teria possibilidades de, naquele curto espaço de tempo, modificar o programa, que era uma coisa complexa, mas ela tomou como uma ordem. Quer dizer, segundo o depoimento dela.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu vou, então, lhe responder com muita clareza, porque, Senador, como o senhor, considero esse ponto muito relevante.

No depoimento da Drª Regina, na página 12, ela diz: "Então, fiquei de, pela manhã, dar um retorno – esse dado eu não tinha falado" (lá atrás), e ela diz: "estou acrescentando – ao Senador Arruda, se possível." Muito bem. E, aí, diz lá na frente:

"Eu tenho dúvidas...", "acho que liguei", "acho que foi por telefone", "acho que não falei com ele", enfim.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Bom...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Espere aí, Senador, só um instantinho...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Realmente, esse telefonema...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Está aqui, no depoimento da Drª Regina. Posso lhe passar às mãos.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Pode. Não, eu tenho aqui o depoimento. Agora...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É importante esse ponto.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – E...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Espere aí, espere aí... Ainda tenho mais resposta.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Pois não. Estou aqui para escutá-lo, é claro.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Quero deixar tudo clarinho, Senador Saturnino. Quero deixar a verdade, clarinha.

Há um depoimento da própria Drª Regina – vocês me desculpem, mas eu não sou muito organizado, mas eu vou achar, porque isso aqui é importante... Ah, sim. Há um depoimento do marido da Drª Regina, que pergunta aqui... O Senador Osmar Dias perguntou: "Mas ele fez um pedido então?"

O Sr. Ivar respondeu: "Um pedido."

O Senador Osmar: "Não foi uma ordem?"

Resposta dele: "Não foi uma ordem."

Está aqui o depoimento dele. Passo às suas mãos.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Na verdade, eu escutei esse depoimento. Só que V. Exª diz que nem pedido foi, que foi consulta.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – E reafirmo.

Agora, veja bem. Eu faço uma consulta. Se a Drª Regina – e aí vamos falar claro –, bem intencionada, registra essa consulta como um pedido, está bem, está correto. Até se registrasse como uma ordem. Que ordem? Para que ela cumprisse o questionamento da consulta. E ela deixa claro no depoimento que teria que retornar. E não retornou.

Agora eu não vou ficar aqui brigando com as palavras. Sabe por quê, Senador? Estou com um compromisso muito fixo na verdade, sem falar a vírgula foi antes ou depois, a palavra foi essa. Não importa. O espírito é aquele do depoimento da Drª Regina, que eu confirmo. E o que foi feito foi uma consulta. Esperava-se uma resposta.

E vamos admitir – terreno das hipóteses – que ela procurasse o Senador Antonio Carlos no outro dia e dissesse: "Olha, o Senador Arruda fez aqui, em seu nome, uma consulta, e eu quero dizer que o sistema é assim e assado. O que o senhor determina?" Vamos falar claramente? Seria isso o correto. Teria sido isso o correto.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sim, teria sido isso o correto. Agora, ela, no momento, se tomou como uma ordem, ela saiu dali para cumprir a ordem. E V. Exª também não se interessou mais pela sua consulta.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Pela resposta à sua consulta. Quer dizer, são comportamentos que nos deixam um pouco perplexos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se V. Exª me permite, em primeiro lugar ficou claro que ela retornaria. Ela mesma diz no depoimento que não retornou. As razões só ela pode explicar, e acho até que ela explicou: disse que foi aquela correria e tudo isso. Acho que se a Drª Regina... Por exemplo, se o senhor me perguntar assim: "Quando é que você ficou sabendo que quatro ou cinco pessoas foram envolvidas, trabalharam de madrugada?" Depois, e só depois do episódio dos procuradores.

Será que se ela chegasse cu para mim – mas o problema não era comigo, era com o Senador Antonio Carlos –, e dissesse: "Olha, o sistema tem fragilidades, e para o senhor ter segurança de que o resultado da votação..." Porque disso eu tenho certeza: a motivação da consulta foi a questão da segurança. Até porque ter a lista depois e não ter nada não faz diferença nenhuma.

Naquele momento, Senador Saturnino, se ela dissesse ao Senador Antonio Carlos, no terreno das hipóteses: "Olha aqui, dá para fazer, só que eu vou acordar um cara de madrugada, vou fazer, vai entrar escondido, não sei o quê." Aqui para nós, será que teria ordem para fazer?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas esse comportamento seria mais condizente com a hipótese da consulta. Se tivesse sido uma consulta, seria natural que ela ligasse e dissesse: "Olha, dá para fazer, mas é preciso chamar fulano, mobilizar..."

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Quem sabe isso aqui ajuda V. Exª a entender.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Deixe-me apenas concluir. A hipótese da ordem é que passa por cima disso tudo. Se é uma ordem, não há porque consultar. "Olha, é preciso chamar fulano. Posso fazê-lo?" A ordem leva a pessoa a tomar as providências necessárias para completar o ato.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Saturnino, o que posso fazer? Vocês perguntaram para a Drª Regina se foi ordem, ela disse que não. Perguntaram para o marido dela se foi ordem, disse que não. Perguntaram para o Senador Antonio Carlos se foi ordem, disse que não. Perguntaram para mim se foi ordem, eu disse que não. Não foi. O que posso fazer? Agora posso dar uma luz ao seu raciocínio? Porque eu também vou procurar.

O SR. CASILDO MALDANER – Dá para interpretar como missão. Ela falou em missão. No depoimento à Comissão, o marido dela falou "como missão".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ela disse aqui, na Comissão de Ética. Está aqui.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sabe, eu tenho a impressão, Senador...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu tenho um ponto que acho relevante. Na página 35 do depoimento ela diz que quando ela procurou o Sr. Gazolla e o Sr. Gazolla perguntou a ela qual o motivo dessas alterações, ela disse: "A depoente disse – estou lendo **ipsis litteris** – a ele que as alterações eram para segurança do sistema, que era preciso ficar com arquivo gravado com os votos dos Senadores para, se algum Senador alegasse não ter votado, o Prodasen ter como defender-se. Está aqui no depoimento da Drª Regina.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Bom, mas isso ela explicou muito bem, que ela não queria passar o assunto para uma pessoa estranha ao Prodasen,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 17
27.04.2001

então forjou essa versão. Mas, Senador, é impossível reduzir as dúvidas sobre isso senão num confronto de V. Exª com a Drª Regina. Quer dizer, V. Exª estaria disposto a uma acareação com ela?

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu não concluí ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, mas é pela ordem. Não quero cometer o equívoco de ontem.

Com a palavra, o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, talvez seja intempestivo o meu pedido, mas não estou entendendo nada e gostaria de que aquela etapa, que é a exposição inicial feita pelo Senador Arruda, fosse cumprida, pois nós, mortais, não temos de cor nem a primeira versão, nem a segunda verdade, nem a terceira verdade do Senador Arruda – e anotei que S. Exª já falou, hoje, nove vezes a palavra verdade. Desse modo, eu gostaria de saber se seria possível que S. Exª, o Senador Arruda, fizesse a exposição que todos nós estamos acostumados a ouvir no início desse processo.

Sabemos, também, que a verdade aqui é diferente da verdade na CPI, onde existe um juramento, e é diferente das verdades lá do nosso plenário, que são verdades escambiantes. Então, eu gostaria de ouvir a versão do Senador Arruda, a fim de que pudéssemos nos orientar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Lauro Campos, respondo a sua questão de ordem. No início dos nossos trabalhos, levando em consideração que o Senador José Roberto Arruda se propunha, logo de imediato, a se colocar à disposição para as perguntas, houve uma troca de idéias entre vários dos Srs. Senadores e eu deixei que o Senador José Roberto Arruda ficasse inteiramente à vontade para, logo a seguir, S. Exª mesmo retificar, levando em consideração que alguns dos Srs. Senadores pediram que fizesse um leve relatório, uma breve consideração - o que foi feito.

V. Exª tem razão e à medida em que as perguntas forem feitas, acho que V. Exª vai-se inteirando dos fatos. Logo depois das perguntas, porque estamos em meio a elas, S. Exª poderá completar, porque ainda terá a palavra, como ontem, para as últimas considerações. Não sei se assim eu teria ajudado V. Exª.

O SR. LAURO CAMPOS – Eu agradeço, mas, infelizmente, não posso concordar. Eu tenho em mãos todas as versões, os discursos e as retificações que foram feitas, e considero que é praticamente impossível eu ler, ou reler, essas manifestações e ao mesmo tempo prestar atenção no que está acontecendo na reunião. Isso é impossível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Lauro Campos, V. Exª tem razão, eu entendo. A questão de ordem de V. Exª envolve um melhor esclarecimento, eu concordo, só que a Presidência não tem o poder para fazer com que quem está depondo faça-o dessa ou daquela maneira, mais completa ou menos completa. Isso é juízo de S. Exª, porque o que está falando aqui vai ter influência, naturalmente, decisiva no julgamento do Conselho de Ética.

Devolvo a palavra ao eminente Relator.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª me permite fazer só um comentário? Posso fazer? Muito rápido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É o seguinte – não sei se isso de alguma maneira contribui para o raciocínio do eminente Senador Lauro Campos –: depois do depoimento da Drª Regina me isolei, fui refletir sobre tudo que tinha acontecido. Fiz um exame de consciência, conversei com poucas pessoas que me são próximas e decidi, Senador. Vim a plenário, quatro dias depois, falar a verdade, toda a verdade e fazer mais do que isso, um compromisso, que está escrito no discurso, comigo mesmo, de que não apenas nesse episódio, mas em qualquer outro, eu tenha este comportamento, não permita qualquer tipo de desvio.

Algumas poucas pessoas com quem conversei, me disseram o seguinte: "Mas Arruda, sabe o que vai acontecer? Você vai falar isso, aí a televisão vai pegar a imagem do que você falou antes, pegar a imagem do que você falou depois e vai mostrar a diferença."

Respondi da seguinte maneira: "Está bom, isso quer dizer que vou ter que ficar escravo da mentira o resto da vida? Escravo do erro inicial?"

Então tomei essa decisão, Senador, de falar toda a verdade. É isto que fiz lá, é isto que estou fazendo aqui, é isso que vou fazer em qualquer momento, em qualquer instante, é uma decisão muito bem intimamente tomada.

O SR. LAURO CAMPOS – Gostaria apenas de ouvir a verdade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Mas eu falei, inicialmente. Mas, se houver pontos de dúvidas, fico à disposição para tirar qualquer outra dúvida.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador Arruda, vamos à segunda parte das dúvidas, das contradições, que agora é com o Senador Antonio Carlos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Acredito que ainda no ponto anterior, para melhor esclarecimento de V. Exª e para ajudar a memória do Senador José Roberto Arruda, há um ponto fundamental.

O Senador José Roberto Arruda nos recordou que, segundo o que ele lembra do depoimento da Srª Regina Célia, não teria havida com clareza o entendimento de que ele teria dado uma ordem. Gostaria de ser preciso, em benefício de V. Exª, recordando, precisamente, mais dois trechos para, em seguida, rememorar um outro ponto essencial no diálogo que V. Exª acaba de pedir a ele.

No relato natural, há dois trechos fundamentais. Peço a atenção para ler aqui. Ela está descrevendo um encontro, na residência do Senador José Roberto Arruda, aquele encontro que o Senador disse que foi da ordem de 10, 15 minutos, teve um momento em que ela disse: "...na hora, aquela coisa da gente não saber bem o que vai dizer, meu primeiro impulso foi dizer: Senador, não tem como tirar essa lista daquele sistema. Ele pegou e falou: 'Não tem? Porque tenho informações que tem. Tem como tirar e o Presidente está pedindo para você tirar.'"

E a conversa foi nessa direção. Esse é o primeiro trecho.

Um pouco mais adiante, ela fala da última frase que disse ao sair do apartamento. Disse aqui para nós, do seu diálogo. "... não estaremos mudando a vida de ninguém se cumprirmos esta ordem, que não estou vendo jeito de não cumprir. Se me fosse pedido para mudar, tenho certeza de que jamais faria. Mas se fosse pedido: Mude. Mas não há hipótese, não há hipótese de que isso pudesse acontecer. Mas, verdadeiramente, não acredito que pedissem... para mudar votos.

Saí dali. A última frase que falei ao levantar: ' Senador estarei saindo para tentar cumprir uma ordem', e fui.

Cheguei em casa super aflita, super aflita"...

Aí prossegue. São dois trechos.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 19
27.04.2001

O segundo ponto essencial, porque o Senador José Roberto Arruda mencionou há pouco que ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, acho que já está com a palavra...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Mas o segundo ponto ainda não é do conhecimento, inclusive do Relator e eu vou ...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Senador Eduardo Suplicy, vejo que Senadores...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Apenas 30 segundos mais e completo para uma informação essencial.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – ... estão solicitando que se observe a lista de inscrição e V. Exª terá oportunidade de relembrar isso. Já relembrou um tópico e completará o segundo e já chamou a atenção da Casa também porque todos estão com o depoimento dela praticamente à vista e terão oportunidade de completar. Porque tenho que atender aos outros também.

O SR. EDUARDO SUPLICY - O que estou querendo informar ao Sr. Relator Roberto Saturnino é que há uma informação essencial para o desenvolvimento dos trabalhos e, em 30 segundos, eu a darei. O Senador José Roberto Arruda parece não estar certo do telefonema dado pela Srª Regina Célia Peres Borges na manhã do dia 28. Então, quero registrar que está documentado, porque ela ficou de dar um retorno ao Senador José Roberto Arruda e às 10h05 do dia 28 de junho ela ligou para o seu celular - peço que confirme - 9982-4094, ocasião em que ela deu a resposta informando que tinha feito o que havia sido pedido.

Era essa a informação que considerei essencial e que está documentada, inclusive registrada, pela Telebrasília.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) - Senador José Roberto Arruda, essa é uma informação de que eu realmente não dispunha ainda, porque pedimos à Drª Regina, que providenciou a solicitação de quebra do sigilo telefônico, mas a informação não havia chegado às minhas mãos. Eu não sabia, mas essa informação é muito relevante.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - O senhor tem a duração do telefonema?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Poderia obter, com facilidade, dentro de alguns minutos, mas está registrada e a Srª Regina Célia estará encaminhando à Presidência do Conselho de Ética essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ela encaminhou antes a V. Exª? Como V. Exª tem esse número? Eu agora tenho que saber.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Eu digo a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não veja V. Exª nenhuma malícia na minha pergunta, mas, como presidente dos trabalhos, tenho que saber disso.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, vou aproveitar e dizer aqui uma coisa: se em algum momento da minha vida como Senador eu deixar de falar a verdade, peço a V. Exª e aos meus colegas para acabar com o meu mandato.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas não é isso, só quero saber se foi a Drª Regina que lhe encaminhou?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Vou aproveitar e dizer o seguinte: considero da maior importância que cada Senador sempre diga a inteira verdade e vou dizer a verdade aos senhores. Ainda que possa ser difícil para a Srª Regina Célia, tenho procurado, desde os primeiros momentos desta apuração, por conhecê-la e

respeitá-la - e como se sabe conversei com ela durante o depoimento do Senador José Roberto Arruda, por minha iniciativa, para verificar se tudo estava sendo observado. V. Exª sabe o que ocorreu desde então. Mas, no momento em que ela relatou que o Senador José Roberto Arruda não se lembrava deste telefonema, ela me telefonou há pouco, cerca de três ou quatro minutos atrás, dizendo-me exatamente o número para o qual ela telefonou. Ela já recebeu o registro e me disse os detalhes, que já relatei, de que, entre 10h05 do dia 28 de junho, ela ligou para o celular 9982-4094. Se V. Exª quiser posso ligar para ela para saber o tempo de duração, mas foi isso que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em absoluto, é que V. Exª, com justa razão, porque é muito dedicado e amigo, foi o interlocutor privilegiado dela, porque nós conversamos, ela telefonou hoje para a minha casa a respeito de uma possível acareação e me falou que, realmente, tinha parte já das ligações – a outra, ela estava tendo um pouco de dificuldade –, e, como a Mesa não recebeu nada, eu me senti na obrigação, Senador, e peço escusas por isso, mas era do meu dever pedir a V. Exª que esclarecesse isso. E está esclarecido, e a D. Regina escolheu um excelente interlocutor, e agora peço a ela que faça chegar o mais rapidamente possível o que ela já tem para a Presidência. Ela deve estar nos ouvindo.

Eu devolvo a palavra ao Senador...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Permita, então, esclarecer só mais esse episódio. Ela estava preocupada com a dificuldade que ela passaria em uma acareação, mas ela acabou de me dizer que ela resolveu, diante das dificuldades, aqui, e contradições, que ela agora considera necessária, e se dispõe, sim, a participar da acareação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino, V. Exª está com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Creio que podemos encerrar essa parte, com essa informação fundamental. Só pergunto ao Senador Arruda se ele tem algum comentário a fazer, diante da observação do...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro que sim. Acho que há quatro perguntas aqui feitas pelo senhor, com a ajuda do Senador Saturnino, que não foram respondidas. Acho que têm que ser respondidas todas.

Primeiro, sobre a ligação do celular, Senador Suplicy. Eu não recebi essa ligação. Todos os dias, quando chego ao Senado, deixo o meu telefone celular com a minha secretária – chego por volta de nove, nove e quinze, nove e meia da manhã –; o gesto que faço é de chegar ao gabinete, quando passo pela minha secretária, deixo o telefone com ela e vou para o meu gabinete. A partir daí, todas as ligações que chegam ao celular ou são atendidas diretamente no celular ou, naquele processo de transferência, cai nos telefones do Senado.

Quando eu me dirijo para o plenário, um dos meus auxiliares vai com o celular. O que posso lhe afirmar, com toda a certeza, é que eu não recebi telefonema da Drª Regina. Eu não falei com ela. O que ela já disse no depoimento. Ela disse – se me permitem, aquela folhinha que eu lhe dei, o senhor podia devolver, só para eu usá-la aqui? Depois eu devolvo. É aquela do telefonema. (...) eu fiquei de ligar e não liguei. Acho que é na página... É uma folha solta. Aqui.

Senador Suplicy, ela disse assim: "Então, fiquei de, de manhã, dar o retorno – esse dado eu não tinha falado, estou acrescentando –, se seria possível, se dava para ser feito. E tenho dúvidas. Acho que liguei, acho que foi por telefone, acho que falei que tinha feito..." É... Bom...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-21
27.04.2001

O SR. EDUARDO SUPLICY – E agora, ela confirmou. Há o registro da Telebrasília. Ela achava, agora, ela tem certeza, e está registrado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito bem. Então, Senador Suplicy, mesmo nessa tática de guerrilha – me desculpe a informação – a que me submetem, quero lhe dizer, com franqueza, que eu, pessoalmente, não falei com Drª Regina, mas esse dado que o senhor traz é importante, sabe por quê? Isso comprova o diálogo inicial do outro dia, quando ela disse que saiu com uma consulta e teria que dar o retorno. Ora, se deu o retorno, se não falou comigo – está registrado um telefonema, um telefone celular; comigo não falou, isso eu posso lhe afiançar, com toda, a mais absoluta certeza – se não falou com o Senador Antonio Carlos, por que é que fez? Detalhe mais interessante: ela narra que, tudo o que fez, fez durante a noite. Se ligou dez e meia, onze horas da manhã, já tinha feito. De qualquer maneira, teria ligado para dizer que já fez. Então...

Segundo, Senador Saturnino, o Senador Suplicy coloca duas outras coisas: primeiro, a última frase: "ordem". Volto aqui ao depoimento da Drª Regina...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu já tinha lido essa frase para V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pois é, mas é porque insistem. Então, eu tenho que dizer que ela própria disse que não foi.

Gostaria de voltar um pouco. "Quando me reuni com o pessoal do Prodasen, debaixo da casa do Heitor, não omiti nada de como tinha sido feito o pedido." Bom! O diálogo que o senhor reproduz da minha casa é basicamente aquele. Eu não posso discutir palavras ou frases, mas o espírito é aquele. Quando ela disse: "Eu acho que não tem jeito de ver não". Eu disse: "Pois é, nós achamos que todo mundo vê. Todo mundo acha que todo mundo vê. Verifique isso". E é exatamente por causa dessa frase é que se consolida a idéia da pergunta, da consulta que – repito – ela não respondeu.

Agora, há uma outra questão, Senador, que V. Exª colocou lá atrás, acho que já a respondi, mas de qualquer maneira, no início da sua exposição V. Exª disse: "O Senador Antonio Carlos disse que você não falou em seu nome". Eu me lembro absolutamente do diálogo.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu vou entrar nesse ponto agora, porque eu acho que, enfim, persistem ainda algumas dúvidas importantes a respeito dos seus diálogos com a Drª Regina. Mas como vai haver a acareação, imagino que sim, eu deixo para...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Posso fazer um comentário sobre isso? Acho que precisa fazer essa acareação logo. Se precisar, agora, hoje. Sabe por quê? Fica esse negócio. Liga para o Senador, aí vira um problema político e, sinceramente, não estou acostumado com isso.

Quer dizer, acho que cometi uma falha. Confessei que cometi uma falha. Agora, eu acho que também isso aqui tem que ter... Quer dizer, vamos fazer a acareação logo. Eu, inclusive, quero dizer do meu respeito pela Drª Regina. Acho que tudo o que ela falou, o espírito é aquele mesmo. Não tenho dúvida. Agora, se ela quer que eu diga...

(Falha na gravação)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Casildo Maldaner já me havia pedido a palavra, Senador José Eduardo Dutra. Pergunto ao Senador Casildo Maldaner se V. Exª cede a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, o meu pedido é pela ordem. Não se trata de pergunta.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, há vários Senadores inscritos. Creio que as questões, à medida em que são formuladas as perguntas, vão sendo esclarecidas. Há um ditado que diz que uma carroça cheia de melancias ou de abóboras ela se ajeita no andar da carruagem. Ou seja, no prosseguimento dos questionamentos vamos esclarecendo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, o Relator concluiu as contradições que S. Exª entende como contradições – que também entendo – entre o pronunciamento do Senador Arruda e o depoimento da Drª Regina.

O Senador Arruda acabou de fazer uma proposta que, acho, ser procedente, até para a agilidade dos trabalhos. Que a acareação entre o Senador Arruda e a Drª Regina fosse feita hoje. Que se fizesse a consulta se ela pode vir hoje e, logo depois do depoimento...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que não é legítimo ficar ligando aqui para Senador!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Acho que é uma forma de economia processual. Depois, inclusive, o Senador Saturnino vai listar as contradições entre o depoimento do Senador Arruda e o depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Se for possível fazer hoje, faça hoje também! Acho que a proposta do Senador Arruda é procedente.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sobre a questão levantada pelo Senador José Eduardo Dutra.

Sr. Presidente, tenho que fazer algumas considerações a respeito. Estamos diante de um autêntico samba-do-crioulo-doido, a serem velados os depoimentos dos dois Senadores. O Senador Antonio Carlos não tem nada a ver com isso. Nem sabia. Está fora. O Senador José Arruda, altamente preocupado em garantir o sigilo do voto, pediu à funcionária que verificasse isso. A funcionária não entendeu. Enlouquecida, tomou providências e violou o sigilo. Aí a funcionária mandou para o Senador Arruda a lista. O Senador Arruda não reagiu como qualquer pessoa reagiria: "Manda chamar essa funcionária"! "A senhora é maluca!" Vamos ao Presidente". Não, foi sozinho ao Presidente. Entregou ao Presidente. Ao invés de reagir, junto com o Senador Arruda e com o consentimento dele, telefonou para a funcionária que, de certa forma, tranqüilizando; segundo o Senador Arruda, acusando recebimento da lista. A seguir os dois Senadores, altamente preocupados pela ética da responsabilidade em preservar a instituição, guardaram o sigilo. Em suma, Sr. Presidente, existe apenas um vilão nessa história: é a doutora Regina, que deve ir, ou para uma penitenciária, ou para uma clínica psiquiátrica.

Eu quero dizer o seguinte: será inútil continuar...

O Senador Arruda vai manter a versão dele, que pode ser verdadeira. Portanto, eu creio que o mais prático seria – não hoje, talvez – mas, abreviar, chamar logo a Drª Regina e o Senador Antonio Carlos para fazer a acareação dos três.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 23
27.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antero.

O SR. GERSON CAMATA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Sobre a mesma questão de ordem, Sr. Presidente.

Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está com a palavra, Senador.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Sr. Presidente, eu gostaria de também, no sentido de atender ao pleito do Senador Arruda e, também, a questão de ordem do Senador Dutra, que se agilizasse a acareação entre os dois Senadores e a Drª Regina, e não apenas entre um e outro. Que também se fizesse a acareação o mais rápido possível com o Senador, presente também o Senador Antonio Carlos Magalhães. E que isso pudesse ser feito, senão hoje, porque não está avisado, o assunto saiu agora aqui, que se pudesse ser feito o mais breve possível.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA - Sr. Presidente, é pela ordem mesmo agora.

Sr. Presidente, nada contra a acareação; ela vai ter que ser feita.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – O Senador Gerson Camata com a palavra, por gentileza.

O SR. GERSON CAMATA - Agora, V. Exª sabe que isso é um processo, tem normas para isso.

O que ocorre? A reunião foi convocada para se ouvir o Senador José Roberto Arruda. Tem que haver uma convocação de uma reunião, nem que se faça agora então para a parte da tarde, para a acareação. Não se pode imediatamente tomar uma providência que não está no objetivo da convocação da reunião.

Um outro pedido que quero fazer. Sr. Presidente, tem que ser pela ordem, porque há Senadores que são mais diligentes e chegam mais cedo e se inscrevem primeiro; e outros Senadores pedem pela ordem e começam a fazer perguntas. Penso que tem ser pela ordem de inscrição. Por isso que eu digo que a minha questão de ordem é pela ordem de verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) - Sr. Presidente, eu gostaria de...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, eu havia solicitado. Peço a V. Exª que...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, com a palavra o Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, a minha intervenção vai na linha do Senador Camata.

A SRª MARINA SILVA - Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem mesmo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Pela ordem, casso a palavra de quem está falando.

A SRª MARINA SILVA - Não.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, tem tanto pela ordem, que está gerando a desordem.

Eu fui o primeiro Senador a chegar aqui e a me inscrever para interpelar o Senador Arruda. O que eu estou vendo é pela ordem para isso, pela ordem para aquilo. Nós temos que concluir o depoimento do Senador Arruda. As interpelações de quem desejar fazê-las. Concluído isso, vamos deliberar se fazemos e quando e com quem as acareações. Do contrário, vamos ter o tumulto dos trabalhos e não

cumpriremos a finalidade da reunião convocada para hoje. Se eu estiver enganado, V. Exª me perdoe. Mas creio que é preciso a tolerância, a forma como V. Exª dirige os trabalhos com a liberalidade que quer justamente ensejar a participação de todos, também requer um limite, sob pena de não podermos levar a bom termo os trabalhos da reunião de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A palavra está, pela ordem, com a Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA - Ontem era pela ordem mesmo. Eu procuro ser bem disciplinada.

Eu compreendo as observações feitas pelo Senador Alcântara. Eu queria só dizer o seguinte: é que o próprio Senador Arruda disse que ele gostaria que ela viesse logo. Esse foi um pedido do Senador Arruda.

Mas só que eu quero observar o seguinte: é que durante todo o tempo aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães disse que a Drª Regina não foi admoestada, não foi punida, foi inclusive consolada porque ela está muito doente. Ora, se ela estava tão doente para receber as correções que deveriam ter sido recebidas e foi poupada por isso, eu não entendo como agora as mesmas pessoas que a pouparam querem trazê-la de chofre agora para fazer uma acareação. Acho que deve ser observado o tempo e o lugar adequado para que isso aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, é a Presidência que está pedindo a atenção de V. Exªs.

Temos que entender que a reunião de ontem e a de hoje são diferentes das outras, porque se trata de Senadores acareando Senadores - daí essa liberdade, daí esse diálogo paralelo, daí a conduta um pouco diferente que mantivemos ontem e estamos mantendo agora. Vamos continuar e quero logo dizer que a acareação é um meio de prova existente no nosso Direito, principalmente no Código do Processo Penal, e que requer sejam obedecidas algumas normas.

Tem-se que estabelecer, por exemplo, os pontos de divergência. Nós nunca fizemos isso aqui. Eu não quero transformar esta reunião – nem essa é a intenção de quem está requerendo que isso seja feito agora –numa exposição fora do comum. De sorte que, se ao término dos nossos trabalhos, os Srs. Senadores desejarem realmente realizar uma acareação, vou marcá-la de acordo com o que estabelece o Código de Processo Penal, que subsidia nossos trabalhos aqui. Sendo assim, não vou submeter ninguém a algo como "venha agora ou venha amanhã". Isso é impossível. Nós vamos marcar uma data para isso.

Peço a compreensão de todos. Peço que compreendam a natureza do trabalho que nós todos estamos fazendo em conjunto aqui. Essa tolerância a que o Senador Lúcio Alcântara se refere até me lisonjeia, mas eu não posso, por exemplo, numa oitiva de um Senador da República, ficar exercendo efetivamente o que se chama de poder de polícia, como ocorre em outros casos. Isso, porque quando há outra pessoa sentada aqui ela é mais fragilizada do que um Senador. Aí sim, cumpre-nos entender a posição de quem está sentado aqui e adotar, talvez, a forma de conduta que, certa ou errada, a Presidência vem procurando manter para colaborar com os nossos objetivos.

Assim, retorno a palavra ao Relator, Senador Roberto Saturnino, e peço, atendendo a um apelo muito importante do Senador Jefferson Péres, que quem tiver perguntas a fazer para outro colega, mesmo que seja questão de ordem, que as anote para fazê-las no momento oportuno. Dessa forma, teremos um melhor ordenamento dos trabalhos.

Não está aqui um presidente que quer policiar o debate entre Senadores. Duro é quando o Senador está debatendo com uma pessoa que está aqui e que não tem o mesmo nível dele. Mas aqui todos nós temos o mesmo nível, todos nós temos mandato. Portanto, se houve algum debate paralelo ontem e hoje, isso tem a ver com a nossa maneira de ser.

Agora temos que dar continuidade aos nossos trabalhos. Faço esse apelo contando com a compreensão de todos.

Concedo a V. Exª a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, vou procurar ser o mais breve possível para dar oportunidade aos colegas de também inquirirem o depoente.

Agora eu quero passar à área de contradições entre o depoimento de V. Exª e o do Senador Antonio Carlos.

O Senador Antonio Carlos disse que não tinha nenhum conhecimento e só teve o primeiro contato com esse assunto no momento em que recebeu a lista das mãos de V. Exª. V. Exª já disse que teve um encontro prévio com ele, quando ele lhe disse que corriam rumores segundo os quais os operadores do Prodasen tinham acesso à votação. Pergunto: ele lhe disse alguma coisa que depois V. Exª repetiu para a Drª Regina? Qualquer coisa assim: "se eles sabem, eu também quero saber" Ou: "se é possível, se todos sabem, eu também quero saber". Ele lhe disse alguma coisa nesse sentido?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Roberto Saturnino, eu não posso precisar a frase...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – O espírito...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O espírito é o seguinte: se o Prodasen, pela forma como o sistema existe, tem essa informação, o Senador Antonio Carlos quer ser informado disso.

Vamos ao fulcro do que eu acho ser a questão fundamental. Se a servidora tivesse, se a Drª Regina tivesse pesquisado - como pesquisou - como funcionava o sistema e tivesse retornado a mim, olhando para mim, hoje, eu diria a ela o seguinte: "Está bem, explica para o Antonio Carlos" ou "Vamos juntos ao Senador Antonio Carlos". Acho que seria o razoável, até por que são explicações complicadas - mesmo depois de passado tanto tempo, continua complicado - para quem não é técnico no assunto.

A decisão de, a partir dos dados que colheu, tomar as providências que tomou foi dela. Isso fica claro, inclusive, pela informação em meu favor que traz aqui o Senador Suplicy - até por que é um homem justo. Ela diz que a tentativa de ligação para mim foi às 10h5min da manhã, quando todo o trabalho - ela mesma disse - foi durante a noite. Ou seja, não há mais dúvida sobre isso.

Eu diria ao senhor: mas é lícito que a Drª Regina tivesse saído da minha casa com o entendimento de que, se o sistema tinha fragilidades e que, se outras pessoas do Prodasen teriam acesso, elê queria ter o acesso por questões de segurança? É lícito, embora não tenha sido explícito.

A palavra "lista" - isso é o que quero frisar - não apareceu nem na minha conversa com o Senador Antonio Carlos nem na minha conversa com a Drª Regina. O que se fazia era uma consulta de como essas informações... A primeira vez em que se falou em lista foi quando recebi um papel, que era uma lista.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sim, é claro, a forma da informação é sempre uma lista. Mas, o que lhe pergunto... Não vamos discutir o comportamento

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERA'. DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 26
27.04.2001

da Drª Regina, porque isso será visto quando estiverem juntos. Mas o comportamento dela não foi de quem recebeu uma consulta, foi de quem recebeu uma ordem condicionada a uma possibilidade – "se existe a possibilidade, faça". E ela fez, não consultou. Se fosse uma consulta, ela teria ligado, de noite ainda, dizendo: "É possível. Devo fazer?"

Mas o comportamento dela não foi esse; foi o de quem recebeu uma ordem condicionada, sim, ou um pedido do Senador Antonio Carlos no seguinte sentido: "Olha, se for possível, eu quero essa informação".

É importante que V. Exª nos diga se o Senador Antonio Carlos assim se expressou com V. Exª: "Olha, se for possível, quero essa informação".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Entendi, Senador Saturnino, o fulcro da sua dúvida. Vou tentar ser bem claro.

Primeiro, na minha conversa com o Senador Antonio Carlos, qual era a preocupação? A preocupação com a segurança. O diálogo foi: "Você, que é engenheiro e entende de computador, pergunte isso para a Drª Regina". E eu disse: "Não entendo nada. Sou engenheiro, mas não entendo disso". Ele disse: "Bom, eu também não entendo. Você, pelo menos, entende mais do que eu. Veja com ela como é que é isso". Eu disse então: "Posso falar com ela em seu nome?" Ele disse: "Pode falar em meu nome". Desse diálogo eu tenho certeza.

Ele não disse: "Vá lá e dê uma ordem a ela" ou "Vá lá e faça um pedido a ela". Disse: "Vá lá e pergunte à Drª Regina". Isso eu fiz.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – É importante saber se ele se pronunciou assim: "Olha, não sei se é possível. Você, que entende de computador, vá lá e... Agora, se for possível, quero essa lista, quero essa informação" - não vamos usar a palavra "lista". "Se for possível, também quero saber". Ele disse assim?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Saturnino, ele disse do jeito que estou dizendo.

O SR. PEDRO SIMON – Mas V. Exª não complementou...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Repeti pela terceira vez.

O SR. PEDRO SIMON – Senador Saturnino, por favor.

V. Exª disse o seguinte, e isso é muito importante: que o Senador ACM...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, deixe para depois. Já estamos esclarecidos.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Eu também quero falar. Também tenho dúvida nesse ponto e quero esclarecê-la. Se todo mundo vai falar, eu também quero falar agora.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – V. Exª sentiu, no sentido da frase, que ele queria dizer que, se fosse possível, ele queria essa informação? Isso é que é essencial.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por favor, Srs. Senadores, assim não estamos... Fico constrangido, mas, Srªs e Srs. Senadores, o Relator está fazendo perguntas, e ninguém está entendendo aqui, porque está havendo conversas paralelas. Fiz um apelo, não quero constranger ninguém, mas, por gentileza, vamos lá!

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Sr. Presidente, vou falar rapidamente.

Fui um dos que mais chiaram contra essas manobras que visam a alguns se colocarem na frente dos que se inscreveram. Quero dizer que o Senador Roberto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 27
27.04.2001

Saturnino, no meu entendimento, tem o tempo que achar necessário para fazer todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ninguém está tolhendo Senador algum de formular perguntas. Vamos lá!

Com a palavra o Senador Roberto Saturnino.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador Lúcio Alcântara, quero ser breve, mas acho importante termos a compreensão do fato, se houve esse espírito na conversa com o Senador Antonio Carlos, se S. Exª se manifestou de alguma forma parecida com isto: "Dizem que é possível. Você quer verificar para mim se é possível? Se for possível, eu quero essa informação". Preciso saber se ocorreu algo assim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não vou mais tolher ninguém! Quem quiser falar que fale!

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu dirigi uma pergunta ao Senador Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Pois não, Senador Saturnino. Eu vou repetir ao senhor o diálogo que houve entre mim e o Senador Antonio Carlos. Preocupava-se com os boatos, segurança, intendência, aquela história toda. Houve um determinado instante em que ele falou: "Arruda, você, que é engenheiro, pergunta isso para a Regina". A idéia era para o pessoal lá do Prodasen ver esse troço. Muito bem. Aí eu disse: "Não, eu não entendo muito bem de computador, não". Ele disse: "Não, mas entende mais do que eu; eu não entendo é nada. Pergunte a ela isso". E eu disse: "Posso perguntar em seu nome?". Ele disse: "Claro, em meu nome". Foi isso. Não dá para eu fazer, sinceramente...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu sei, mas é que, para a Drª Regina, V. Exª acrescentou alguma coisa.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então, vamos ao diálogo com ela?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – V. Exª disse aqui que, para ela, disse assim: "Eu lhe pergunto se é possível; se for possível...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ele quer saber disso.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) - Ele quer saber.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É isso aí.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) - Agora, ele lhe disse isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Vamos lá, então?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Vamos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então, o diálogo com o Senador Antonio Carlos está claro? Foi isso.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, não está claro.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não. Pela sua versão agora, no diálogo com a Drª Regina, V. Exª acrescentou uma coisa que ele não lhe disse.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, eu quero lhe... O que eu estou lhe dizendo, Senador Saturnino, é se a conversa minha com o Senador Antonio Carlos está clara. Mas eu vou repetir os dois diálogos se o senhor me permitir; não tem nenhum problema. Desculpe-me a afirmação: eu estou falando a verdade como ela é; agora eu não vou inventar coisas, porque isso agrada essa ou aquela hipótese, essa ou aquela versão que se quer construir. Eu vou falar a verdade.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Tudo bem.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Houve a conversa. Na conversa, ele disse: "Posso em seu nome...". Desculpe-me. Ele falou: "Você é engenheiro e entende mais do que eu de computador". Eu falei: "Eu não entendo nada". Disse: "Não, entende mais do que eu. Pergunte a ela como é que isso funciona, se isso é possível, se as pessoas têm o voto". Qual era a preocupação da conversa? Era a questão da segurança, de não haver adulteração, esse tipo de coisa. Muito bem. Eu disse: "Posso falar em seu nome?". Ele disse: "Claro, pode, em meu nome". É essa a palavra exata, é essa... O espírito era esse. Pergunte a ela.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, Senador. Desculpe-me, mas são duas coisas: uma é a condição; a outra é exatamente o pedido. Quer dizer, a condição é... Se o Senador Antonio Carlos lhe falou somente isso, V. Exª, para a Dª Regina, teria acrescentado alguma coisa, dizendo: "Olha, se for possível, ele, Antonio Carlos, quer saber".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Vamos ao diálogo com a Drª Regina? O diálogo com a Drª Regina é esse que o senhor fala.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, acrescentou alguma coisa que ele não lhe disse: "Olha, se for possível eu quero essa informação".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Posso falar, Senador Saturnino? Eu acho que está bem claro; para mim, está muito claro. Houve a conversa com o Senador Antonio Carlos: "Posso consultar, posso perguntar ou posso falar com ela, qualquer que seja, em seu...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu já entendi.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Está bem, mas é que o senhor não deixa eu chegar no diálogo com a Drª Regina. Mas eu... Não tem nenhum... Muito bem. "Então, eu posso falar em seu nome?". "Pode falar em meu nome". Diálogo com a Drª Regina: "Eu estava com o Senador Antonio Carlos, que pediu para eu lhe fazer uma consulta. O que se comenta é que todo mundo fica sabendo o resultado, que esse computador é igual a um queijo suíço". Não foram essas as expressões, mas esse é o sentido. "Como é que isso funciona?". Ela deu uma explicação de que... Mas essa explicação grande é importante, porque ela disse "esse computador é apartado lá do Prodasen, e, por isso eu, Regina, não entendo muito dele, não sei direto. Acho que não é." Isto é importante, gente. Ela disse: "Acho que não é". Essa é a frase dela no depoimento e é o que recordo do espírito do que ela falou, "acho que não é possível". Eu disse: "Olha, mas o que se comenta e nós achamos é que esse negócio todo mundo fica sabendo. A senhora tem como verificar isso? Porque, se for possível, o Senador Antonio Carlos quer saber."

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Isso...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas isso está claro!

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, ele devia ter dito a V. Exª isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Desculpa, Senador Saturnino, a conversa está clara. Quando nós conversávamos sobre se era possível ter essa informação, ele pediu para eu perguntar para ela se era possível. E eu perguntei se era possível. Acabou.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas acrescentou algo mais.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Que, se for possível, ele quer a informação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ele quer saber.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 29
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 27.04.2001

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, ele quer saber a informação. Se for possível, ele quer saber a informação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas claro!

O SR. JEFFERSON PÉRES – Estava implícito que ele queria saber.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, Senador Jefferson...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Veja bem, porque há duas ...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O senhor quer que eu interprete o diálogo? É isso? Eu posso...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, porque há duas interpretações. Eu pediria silêncio...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. Fazendo soar a campainha.) – Pediria, Senador Saturnino, que o objetivo me parece, tentando interpretar o questionamento de V. Exª, é que se essa complementação da conversa dava a entender que queria o resultado, a obtenção da lista. É isso?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas é precisamente, porque, olha... Atenção! Eu peço a atenção de V. Exª...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Isso eu posso esclarecer.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – ...para o que vou dizer. Porque há dois desdobramentos da informação "É possível se tirar a relação dos votos?" Há dois desdobramentos. O primeiro é o seguinte: "Olha, se for possível, o Senador Antonio Carlos quer a informação, isto é, a lista dos votantes". A outra alternativa é a seguinte: "Olha, se é possível, vamos fazer tudo para evitar isso. Quero pedir a atenção da senhora para que isso não ocorra. Fique lá vigilante, porque essa votação é importante". Quer dizer, há duas. Ela entendeu a primeira. Como é que ela entendeu isso e ficou nervosíssima para obter a resposta?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Isso é em razão da segurança do painel para a votação. Essa é a dúvida de V. Exª.

Com a palavra o Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Saturnino, repeti várias vezes os dois diálogos. Como o senhor está fazendo um raciocínio que tem que fazer sobre o espírito da conversa, é isso?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – É isso, porque as palavras (inaudível).

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito bem! É claro! Então, eu quero dizer que a resposta a isso, na minha opinião, é dada por ela mesma, quando ela diz: "Fiquei de dar retorno para ver se era possível". E fez durante a noite, segundo ela, sem dar retorno. Só isso. A explicação está clara.

Agora, Senador Saturnino, a preocupação que movia o ato era uma preocupação nascida da segurança, da lisura do pleito, perfeito? Ela poderia ter trazido vários tipos de informação. Informação número um - por hipótese, eu estou raciocinando - : "O sistema não admite falha, o sistema não admite o conhecimento disso e, portanto, zero de preocupação". Segundo: "O sistema admite, como admitiu; e, como admite, eu, técnica no assunto, proponho que se faça uma lista e que se guarde para que haja comprovação posterior". E outras hipóteses.

Eu quero lhe dizer, com franqueza, com verdade, que isso não foi conversado. Quer dizer, eu não posso responder pelo entendimento que ela teve, nem posso dizer que entendeu mal ou bem, de boa ou má-fé – acho que de boa fé. Agora, que não foi conversado no detalhe, não foi. Só isso.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Muito bem! Então, Sr. Presidente, continuando, para não tomar mais...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Saturnino, peço desculpas aos colegas, mas estou aqui indócil...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – O senhor está pedindo um aparte. É isso, Senador?

O senhor permite o aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É, estou aqui indócil. Se a preocupação era com a segurança, não era mais fácil, para não entrar no terreno pantanoso da informática, fazer a votação como foi feita no Conselho de Ética e na Comissão de Justiça, ou seja, por cédulas?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Posso falar sobre isso?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Pode, é claro. V. Exª pode...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Eu pediria que, quando da interrupção, fosse pedido aparte ao Relator. E pediria ao Relator que, por favor, de vez em quando negasse dar apartes, porque vamos voltar a tumultuar os trabalhos. Até fui admoestado pelo Presidente para abrir mão por não ter me inscrito – e cheguei antes da hora – e ele pediu que eu não fizesse pergunta para facilitar os inscritos, porque muitos deles têm que viajar. Peço a V. Exª que negue, porque todos terão a oportunidade de participar dos esclarecimentos.

Com a palavra o Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – No terreno das hipóteses, Senador Roberto Saturnino, o Senador José Eduardo Dutra tem a dele, V. Exª tem a sua e eu, particularmente, tenho a minha, conceitual, que talvez tenha inclusive me prejudicado neste episódio porque o minimizei.

Particularmente, acho que o instituto do voto secreto, que está passando a impressão de que era uma coisa rigorosíssima, nunca foi. Lembro-me de episódios em que vários Senadores que estão aqui presentes chegaram a uma votação secreta no Plenário, já realizada, levantaram o microfone e disseram que na votação anterior o voto dele foi tal. Aí, a Mesa o repreende, porque é anti-regimental...

O SR. PEDRO SIMON – Mas não cassação de Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Em votações muito importantes. Senador Pedro Simon, respeito o ponto de vista de V. Exª e talvez até...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Peço que não haja o debate paralelo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não estou discutindo o conteúdo. É de votação secreta que estou falando e em várias votações secretas... Segundo, se os V. Exªs pegarem os jornais da própria data da votação do dia 28, há um jornal, pelo menos um, que acertou o número exato, o **Correio Braziliense**, 52 votos. Vão dizer que ele tem um mago lá que trabalha e advinha.

O voto secreto em um conjunto de apenas 81 pessoas e onde 60, aproximadamente, dizem claramente qual é o seu voto, não é secreto nada. Conceitualmente, e tenho ouvido muito das pessoas mais humildes nos últimos dias, questionam por que tem que ser secreto. Alguém está querendo fazer alguma falcatrua com o seu voto, votar diferente do que o eleitor imagina? Por que não é aberto de uma vez por todas? Qual é a culpa? A culpa é da curiosidade de ter visto uma lista que muita gente acha que deveria ser pública.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador José Roberto Arruda, eu pediria que o debate sobre o voto secreto não fizesse parte dessa audiência de oitiva de V. Exª. A discussão do voto secreto poderá ser apresentada em projeto

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 31
27.04.2001

para discussão em plenário. Acho que vamos acabar tumultuando o objetivo desta discussão.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Vou encerrar, mas preciso fazer duas perguntas ao Senador José Roberto Arruda. Uma é a respeito da reação do Senador Antonio Carlos Magalhães ao receber a lista. S. Exª ficou indignado, surpreso, satisfeito, contente, qual foi o estado de espírito dele? S. Exª questionou como foi obtido isso, espantou-se? Enfim, eu gostaria que V. Exª descrevesse para nós, se não é possível descrever as palavras, o estado de espírito do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que a primeira reação, para ser bem franco... Quando recebi o envelope ainda no meu gabinete, confesso que queimou a minha mão, saí correndo para entregar ao Antonio Carlos, porque isso era com ele. Quando entreguei para ele, vou ser honesto, tanto a primeira reação dele quanto a minha, que acabei só vendo em detalhes, foi de curiosidade. E aí acho que há uma fraqueza óbvia, mas foi de curiosidade. Fizemos comentários sobre aquilo que víamos... Acho que sim, porque o comentário foi em torno disso, foi de curiosidade.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Ele não manifestou alguma preocupação? Puxa, isso é uma ilegalidade e como vamos fazer!

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Roberto Saturnino, acho que isso se explica muito bem, porque é difícil pegar as palavras do momento, mas acho que a resposta à sua pergunta fica bem explicada no telefonema que ele dá à Drª Regina.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Era também essa pergunta. Como foi esse telefonema?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Esse telefonema foi realmente rápido. Alguém me perguntou ontem: "Arruda, foi 34 segundos? Em 34 segundos, só dá para falar muito obrigado". Trinta e quatro segundos. Lembro-me de que, no horário de televisão gratuito, temos 30 segundos, e dá para falar bem mais do que o meu nome, Arruda; dá para desenvolver uma idéia. Foi um telefonema rápido. Não me lembro das palavras, mas o que lembro do telefonema é que ficou claro, primeiro, que ele havia recebido; segundo, que ele a cumprimentava por ter-se dado o pleito corretamente, por ter o sistema funcionado com segurança, por não ter havido nenhum tipo de desvio. E é isso, quer dizer, basicamente isso.

O SR. – (Intervenção fora do microfone) S. Exª a cumprimentava?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – S. Exª a cumprimentava, claro. "Parabéns!" É isso. Agora, não sei a palavra exata, entendeu?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sim, mas o tom não foi de admoestação, ao contrário, foi de reconhecimento pelo...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro. Não havia, naquele instante – e admito aí, visto sob a ótica de hoje, a perplexidade quanto a isso –, a idéia de uma coisa errada. Havia a idéia de uma coisa que eventualmente tinha sido feita para preservar a segurança do pleito. Some-se a isso uma característica talvez negativa, que é a curiosidade, está certo? Não vou negar isso. Teve. Agora, o objeto central, que era a segurança com aquilo estava cumprido. E foi cumprimentada, tanto que eu, particularmente, nunca mais toquei nesse assunto. Eu acho que, se V. Exª me permite, é preciso dizer bem claro também que, após aquele dia, eu nunca... Primeiro, eu não tinha a lista, não tirei cópia; segundo, memorizei muito pouco; terceiro, nunca, em tempo algum, com ninguém, usei alguma daquela informação

para qualquer objetivo. Não fiz nenhuma bazófia, não fiz nenhuma... Nada, estava cumprido o seu objetivo, e eu esqueci aquele assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Agora, uma última pergunta – vou encerrar, Sr. Presidente – que não tem ligação direta com o que estamos apurando, mas sei que todos os Senadores gostariam de fazer e vou fazê-la: V. Exª, em um discurso que fez na tribuna do Senado, em certo momento, disse que havia prestado ao Governo serviços em ocasiões até muito mais difíceis. Isso ficou no ar como uma meia afirmação, para a qual todos gostariam de ter uma complementação. Por exemplo...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pois não. Quanto a essa pergunta, nos depoimentos anteriores, eu ouvi o Senador Pedro Simon, o Senador Eduardo Suplicy e V. Exª mesmo dizerem: "Olha, vamos perguntar isso para o Arruda". E acho que o Senador Lauro Campos também colocou isso, enfim, vários Senadores. Em primeiro, lugar é preciso ler o texto como ele está. Eu disse: Em situações de natureza muito mais graves que esta, eu agi com muita lealdade com o Governo. Mas poderíamos estar aqui, eu ou qualquer um, ene episódios, em que a natureza não era uma infração regimental; eram questões de outra ordem. Pega, por exemplo - e isso é uma infração regimental, no máximo, na minha opinião, no máximo... Senador Pedro Simon, não é hora de discutir isso, mas eu não quero, por exemplo.... Eu acho que o Senador Lauro campos, ontem, respondeu isso aqui melhor do que eu responderia. Não dá para comparar este episódio com as causas que geraram, por exemplo, a votação que está sendo discutida, que eram questões de ordem moral, criminal. Desculpe, mas eu não mexi no dinheiro público, não tenho corrupção, tá certo? Embora, na mídia, fica tudo - é impressionante – na vala comum. Agora, não é o que se discute. Eu acho que se não houver essa diferenciação, a partir daqui, realmente o senhor me desculpe, mas o castigo, que já estou tendo, é desproporcional à eventual culpa.

Serviços prestados ao Governo. O que acontece é o seguinte. O que eu recolho daquela minha expressão, e repito aqui, com o mesmo sentido, a mesma ênfase e, confesso, com a mesma dor, é que quando, por exemplo - só para citar um exemplo - tinha o caso Marka e FonteCindam e que, num primeiro momento, eu achei gravíssimo: eram 20 milhões de dólares emprestados do dia para noite; era um negócio complicadíssimo. Quando me vieram as explicações do Governo, e eu compreendi que aquilo teria sido feito no momento de gravidade para o País, não via naquilo dolo, a partir daquele instante de convencimento pessoal, eu defendi com muita ênfase. O senhor pega, por exemplo, no episódio Luiz Carlos Mendonça de Barros, tratava-se de uma gravação telefônica, de uma discussão de privatização do Sistema Telebrás, milhões, uma confusão desgraçada. Perfeito? Eu compreendi o que me foi explicado, aceitei e defendi com muita lealdade. Há um caso mais grave, no caso do ex-Ministro Eduardo Jorge. Foram assacadas sobre ele uma série de questões. Eu confesso que tinha motivos íntimos até para achar boa aquela guerra. Éramos adversários na política local, ele tinha apoiado aqui o atual Governador e ex-Senador Luiz Estevão, eu estava com muita raiva daquilo e eu tinha até razões de natureza pessoal para dizer: Puxa! Tudo bem! Quando o Governo me trouxe as informações e eu me convenci de que as informações eram corretas e que, portanto, estava-se cometendo uma injustiça contra ele, mesmo ressalvando as minhas divergências - e acho que muitos aqui são testemunhas disso - tive a grandeza de colocar a verdade em primeiro lugar e de defendê-lo publicamente.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 33
27.04.2001

Muito bem! Aí vem esse episódio. O Senado começa agora a discussão; o Conselho de Ética sequer terminou as oitivas para verificar a gravidade do fato, tudo isso, o meu Partido, na verdade uma parcela do meu Partido, motivado, devo dizer com franqueza, por uma disputa regional que o Deputado Jutahy tem com o Senador Antonio Carlos: - "Ah! esse aí eu quero destruir de qualquer jeito!" O que eu tenho com isso? Aí ele vai, pega lá a assinatura, comete uma precipitação que – desculpe-me - primeiro, injusta, desproporcional, repito, à eventual falha que cometi. Segundo, ruim para o próprio Partido que eu gosto tanto, porque ao invés de passar uma imagem de vestal, passa uma imagem de desleal, de precipitado. Como, aliás, disse o Presidente da República hoje no **Jornal do Brasil** - e eu o agradeço por isso. Terceiro, Senador Saturnino, quando eu tinha um envolvimento de política regional, procurei ter grandeza, no episódio Eduardo Jorge.

Agora, algumas pessoas podem ter achado: - Você quer dizer que teve alguma coisa errada que o Governo mandou e que aí você fez? Não. Estou querendo dizer que a natureza dos episódios que tive a coragem de defender eram de muito mais gravidade do que essa questão que, em última análise, me desculpe a ênfase, trata-se de julgar o seguinte fato: dois Senadores tiveram conhecimento e, em tese, não divulgaram o resultado de uma votação secreta, já realizada, e que isso não trouxe nenhuma conseqüência. Portanto, feriu o Regimento. Mas é disso que se trata. Não estamos sendo acusados, o Senador Antonio Carlos ou eu, de roubar, de desviar dinheiro público. Neste episódio o de que se trata é de um comportamento eventualmente anti-regimental. Não sei como fazer, Senado Saturnino, para dimensionar isso na opinião pública e para diferenciar uma coisa da outra.

Confesso que quando ouvi ontem alguns Senadores aqui fazendo isso, especialmente o Senador Lauro Campos – que é sempre, até pelo vício de profissão, muito didático –, que colocou isso conceitualmente de uma forma que talvez nem agora eu esteja conseguindo repetir, é preciso saber que, a cada culpa, uma sentença. Não se pode querer esquecer um conceito básico do Direito – e não sou advogado –, que é a dosimetria da pena.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, de minha parte, encerro as indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Pela ordem de inscrição e por permuta, com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, nobres colegas, eminente Senador José Roberto Arruda, em primeiro lugar, quero agradecer aqui o ilustre Senador Lúcio Alcântara, que permitiu a permuta, para que eu possa fazer a pergunta agora. Depois, na seqüência, S. Exª entra. É que o meu vôo parte às 12 horas e vou fazer somente uma questão – a sorte é que o gabinete já providenciou o **check-in**. Não quero espichar, mas quero deixar esta preocupação aqui.

Várias questões serão levantadas por outros colegas, mas quero deixar um questionamento ao Senador José Roberto Arruda. Sei do esforço de S. Exª, um grande colega, dedicado, Líder do Governo, engenheiro. Além de engenheiro, tem características de advogado, porque entende de tudo, é um esforçado.

É uma pergunta, é uma reflexão que faço, que existe entre nós, Senador José Roberto Arruda. Nós, como colegas, como vamos sair dessa situação quando sabemos que há uma versão inicial, que não é o que está se caracterizando agora. E o nosso Regimento, a resolução do Senado que institui o Código de Ética, prevê que são incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar, no seu Capítulo III, art.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 34
27.04.2001

5º, a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato. Quer dizer, a prática de irregularidades no caso de uma primeira versão estar existindo e, depois, ela não vir a se constatar, prevalecer uma outra.

Como vamos nós, os colegas – é duro isso, é duro para nós –, responder à sociedade, como vamos nos comportar se a resolução que criamos prevê isso? Quando uma versão inicial depois se configura diferente e aí se insere em uma falta caracterizada como grave, como vamos, entre nós, raciocinar em relação a isso?

Deixo essa questão para o colega, sem entrar em outras, em função do horário, e agradecendo mais uma vez ao Senador Lúcio Alcântara, que compreendeu esse horário nosso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Casildo Maldaner, talvez a minha resposta seja parcial. Estou sofrendo a dor do castigo. Antes que ele seja imputado, já sofro todas as conseqüências. Têm sido muito difícil estes últimos dias para mim. De coração, não desejo que ninguém, amigo ou adversário, não importa, tenha que passar pelo que estou passando.

Muito bem, Senador. Acho que a pergunta de V. Exª remete para a seguinte coisa: o Senado, e especialmente o Conselho de Ética, vai julgar com justiça, tendo a coragem de dizer, como disse aqui o Senador Lauro Campos, que os fatos que geraram a cassação do ex-Senador Luiz Estevão eram fatos de natureza criminal, de corrupção, de enriquecimento ilícito? Vai separar isso de uma infração regimental e ter a coragem de fazer a dosimetria da pena? Ou vai ter que julgar convencido pela versão inicial e o que ela gerou na opinião pública?

Vou dizer-lhe com muita franqueza, acho que nada como o tempo para clarear a mente da gente. Hoje tenho muito claro, Senador Casildo, que se cria um movimento assim avassalador na mídia, contra o qual não há argumento. Esse movimento avassalador cria uma sanha de opinião pública e tem que ter sangue. Não importam os detalhes, se é isso, se é aquilo: tem que ter sangue. É mais ou menos como na época do Coliseu: está lá o leão, a cada hora tem-se que jogar um e isso não sacia nunca.

O que me preocupa, agora falando como cidadão e como homem público, é que estamos estimulando, na verdade, a banalização das penas graves previstas no Regimento.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Posso fazer um aparte aqui? Desculpe, mas é só para lembrar o seguinte: quando o Senador Luiz Estevão foi cassado, não havia ainda a comprovação dos atos de corrupção. Ele foi cassado, basicamente, porque mentiu gravemente e repetidas vezes, quer dizer, a quebra de decoro foi a mentira dele perante o Senado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que V. Exª colocou muito bem, Senador Saturnino, e exatamente essa sua fala, numa sessão anterior, confesso que foi uma variável importante no meu processo de decisão. Vou-lhe dizer por quê.

O Senador Casildo colocou muito bem: ninguém que faz vida pública está imune, amanhã, de ter levantada uma questão ou de ter uma falha dessa ordem que eu tive. Eu fiz um exame de consciência, Senador Roberto Saturnino. Eu vou lhe ser franco: errei. Devia ter tido mais cuidado. Devia ter olhado isso. Talvez tenha querido até prestar um serviço, mas, olha: errei. Errei. Não fiz nenhum uso posterior. Agora, eu pergunto: tenho 47 anos, faço vida pública com idealismo, V. Exªs sabem do meu comportamento aqui, há alguma outra falha que me é imputada? Eu procuro ser uma pessoa correta. Será que mereço, por isso, que se diga: acabou a sua vida pública? Não sei! Desculpe-me, mas é uma chance de falar o que eu penso. Claro que esse é

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 35
27.04.2001

um julgamento soberano de V. Exªs, mas eu apenas estou pedindo desculpas por fazer essa ponderação.

V. Exª coloca um raciocínio muito bom. Primeiramente, no caso do ex-Senador, segundo V. Exª, não havia comprovação e ele mentiu repetidas vezes. Na CPI do Judiciário – e, pelo seu trabalho, o Senador Paulo Souto pode dizer melhor do que nós, assim como o Senador Dutra – havia comprovações à exaustão. Segundo, mentiu até o fim.

Eu, efetivamente, Senador - e já confessei isso -, além da falha inicial, cometi uma outra, amarrado por esse compromisso que se estabeleceu entre mim, a Drª Regina e o Senador Antonio Carlos. Eu achei que era muito inteligente, que eu pegaria os argumentos que tinha lá e pronto, eu explicaria, pois aquilo não era importante. Portanto, errei outra vez. Agora, volto a dizer aquilo que disse ao Senador Lauro: será que isso me obrigava, então, a continuar escravo do erro? Ou seguiria aquela ponderação que o Senador Suplicy fez, que V. Exª fez e que meus amigos pessoais e minha família me fizeram: "Olha, livre-se disso, meu filho. Junte-se à verdade. Vamos pela verdade, porque aí, seja o que for, você estará preservando sua dignidade, seu caráter. E arque com as conseqüências." Foi o que eu fiz. Eu tomei uma decisão. O baque é tão forte, Senador Saturnino, desculpe-me dizer, o que eu estou passando é um negócio tão violento, que essa decisão não vale para isso, vale para o resto da minha vida. Eu aprendi a lição. Estejam certos disso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, agora, o Senador Lúcio Alcântara, por gentileza.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu talvez vá introduzir um momento de certa distensão nesta reunião, porque vou fazer algumas considerações e, depois, uma pergunta ou duas, mas tudo muito brevemente.

A primeira coisa é sobre o processo em que se desenrolam os nossos trabalhos. Nós temos a liberdade de fazer todas as perguntas que acharmos que devemos fazer e o depoente, de responder da forma que achar que é a verdade, ou a sua verdade, enfim. Não podemos fazer um esforço permanente de tentar conciliar pergunta e resposta. As contradições se expõem naturalmente. Naturalmente. Pode acontecer de, fazendo uma pergunta e obtendo uma resposta, ela não nos satisfazer e, portanto, a dúvida, ou até a certeza, permanecer conosco. Esse é o processo dialético, vamos dizer assim, dessa discussão.

Muitas vezes fazemos uma pergunta, ouvimos uma resposta e calamos, mas ela não nos satisfez. Então, esse esforço de tentar obter do depoente a resposta que nós achamos que é a verdadeira, muitas vezes, é um esforço em vão, porque ele, certo ou errado, tem a versão dele. Cabe a nós depois, interpretando o conjunto de fatos, chegarmos ao nosso juízo, ao nosso convencimento.

Esta era uma introdução.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Essa introdução é importante. Posso fazer um ligeiro comentário?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Claro.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Desculpe. Estou tomando o seu tempo.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Não, cedo com a maior boa vontade o tempo a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas é que ontem algum comentário, o comentário de um deputado que depois disse aos jornalistas que nós, no

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-36
27.04.2001

depoimento do Senador Antonio Carlos, ontem não o apertamos suficientemente. Essa coisa de apertar a finalidade não é humilhar ninguém nem torturar ninguém. A finalidade é indagar. As respostas nem sempre nos convencem mas aí a gente vai ficar: mas não é assim... mas é assim. Apertar o quê? Quer dizer, a gente faz uma pergunta, o senador responde. Convenceu, muito bem; não convenceu, cabe a nós depois, na decisão, no relatório, no voto mostrar se convenceu ou não. Agora não adianta ficar no inquérito policial. Olha, vamos apertar aqui... aí aperta fisicamente para ver se sai alguma coisa. Não é esse o ...

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA - Muito obrigado, Senador Saturnino.

Bem, a segunda é a questão que o Senador Arruda colocou quando chegou aqui do seu compromisso com a verdade. Ontem, a Bíblia foi muito citada aqui, então eu volto àquele trecho, àquela passagem que diz: "A verdade. Onde está a verdade? Isso apenas para mostrar a grave responsabilidade da nossa tarefa, da nossa missão, que é ingente, de procurarmos realmente a verdade. E o Senador Arruda fique certo do seguinte: só o encontro com a verdade liberta, mesmo que seja um encontro tardio, mesmo que seja num processo de aproximações sucessivas. Enfim é o que nós todos estamos procurando aqui. A tarefa é importante porque estamos investidos de uma responsabilidade muito grande e queremos chegar à verdade e, em função dela, proferirmos o nosso julgamento. Então, não podemos perder de vista isso. O resto, outras motivações, não nos devem sensibilizar, mas sim o conhecimento inteiro da verdade.

E há uma outra lição, Senador Arruda, a tirar desse episódio. V. Exª tirou uma, segundo disse há pouco, que é a firmeza, a perseverança na verdade. Mas há uma segunda lição a tirar. Ontem o Senador Antonio Carlos Magalhães disse aqui por mais de uma vez que, para não ter tomado nenhuma providência fosse de caráter administrativo ou fosse de reprimenda a V. Exª em relação ao fato da lista, que agiu invocando o interesse do Senado, resguardo... Isso não quer dizer que eu esteja concordando com a posição dele. Eu estou mencionando que ele declarou aqui que naquela circunstância agiu, tendo em vista o interesse do Senado e a preservação do resultado que, afinal, não fora adulterado pela obtenção da tal lista.

Muito bem. Mas há uma lição a tirar disso. Pela experiência que tenho no Congresso, Deputado Federal que fui em dois mandatos e agora como Senador e acompanhando os fatos políticos, mesmo quando eu não estava aqui, não há fato, não há atitude evidentemente de alguma expressão, de algum resultado, de algum efeito que permaneça encoberto aqui. Mais dia, menos dia vem, o Congresso é uma comunidade tagarela. É uma comunidade tagarela. Os fatos surgem, a verdade vem a furo, os fatos terminam chegando ao conhecimento, adia-se CPI, o caso da CPI do Orçamento foi um deles; foi adiada, foi arquivada, mas um dia ela veio porque a verdade tem uma força muito grande e termina se sobrepondo a tudo.

Então, há uma lição a tirar disso. Não adianta botar para debaixo do tapete, porque os fatos surgem e, afinal de contas, estamos com a seguinte situação, Senador Arruda: há dois Senadores que estão respondendo a processo no Conselho de Ética do Senado. Mas, e esta é uma pergunta minha, em algum momento V. Exª não refletiu, não temeu o risco de tudo isso que aconteceu? Porque, hoje, há dois Senadores respondendo perante o Conselho de Ética e o Senado é réu perante a opinião pública. Essa é a verdade. Não falo de Senadores, estou falando do Senado como instituição. Nós, hoje, estamos na situação de réus perante a opinião pública por conta de uma trapalhada que foi cometida e que, agora, estamos

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-37
27.04.2001

atrás de saber como é que aconteceu e quem são os seus responsáveis. Quer dizer, isso levou o Senado a se transformar em réu diante da sociedade brasileira.

Estou refletindo sobre isso apenas para falar da gravidade da missão de que estamos investidos - e sei que isso está na cabeça de cada um dos presentes - e do quanto é doloroso esse processo. Aqui, não há ninguém que seja insensível; não há ninguém que não tenha uma dose de companheirismo ou de convivência, mas estamos diante de um assunto que requer a impessoalidade e a isenção que seja possível encontrarmos dentro de nós mesmos.

Então, a minha primeira pergunta era esta, ou seja, se em nenhum momento V. Exª pensou: "Puxa vida, que negócio é esse, onde é que isso vai parar, onde é que isso termina?" A segunda pergunta, e a última – e há, aqui, um problema semântico, que está colocado recorrentemente -: ordem ou determinação? Pedido ou solicitação? E consulta. Aparentemente, isso poderia ser uma coisa menos relevante, mas, no fato, é relevantíssima. Por quê? E, aí, eu pergunto, Senador Arruda, se V. Exª teria explicação de como uma consulta, uma indagação se transformou numa ação pressurosa, diligente e complexa, pelo número de pessoas envolvidas, e tal. Pergunto a V. Exª se poderia, realmente, esclarecer isso.

Outra observação que quero fazer, para concluir, é sobre o fato de que o aparecimento da lista teria sido interpretado como sinal de segurança do sistema. Para mim, é exatamente o contrário. O aparecimento da lista revela a vulnerabilidade do sistema a vários tipos de procedimentos que poderiam dar a conhecer aquilo que, afinal de contas, foi o voto proferido naquela sessão.

Então, eu compreendo o estado de espírito de V. Exª, a sua angústia, mas lhe digo isso: com a verdade, mesmo que ela tenha tardado ou tenha chegado, ou vá chegando, num processo de aproximação, V. Exª vai-se sentir melhor, vai-se sentir seguro e nós também vamos ficar confortados, porque vamos ter facilitada a nossa tarefa de encontrar a verdade, afinal, diante de todos esses fatos que estão sendo examinados.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Lúcio, em primeiro lugar, vou começar por esse comentário de V. Exª. É assim que eu me sinto. A partir do instante em que fui ao plenário e falei o que falei, fiz a confissão que fiz, primeiro, me senti muito melhor comigo mesmo. Segundo, eu estou absolutamente convencido de que contribuí para esse episódio ser mais rápido, mais curto e todo mundo poder decidir com justiça. Se eu continuasse naquele caminho anterior de buscar o álibi, a forma correta, eu não teria paz. Então, hoje, graças a Deus, reencontrei a minha paz de espírito e isso é o importante. Essa lição está aprendida.

Sobre a segunda consideração que V. Exª fez, Senador Lúcio, eu comentaria o seguinte: muitas vezes o episódio tem uma dimensão e nós, políticos, damos a ele uma dimensão maior do que a que tem. Ele ganha na opinião pública essa dimensão maior e, depois, quando queremos tê-lo na sua verdadeira dimensão, a gente tem que ficar contra a opinião pública que a gente mesmo gerou. Essa lição acho que não é só para mim.

O fato de ter a coragem de dar ao episódio a sua exata dimensão, mesmo eventualmente contrariando a opinião pública, eu já vivi, quando defendi questões impopulares do governo e tinha – todos nós eventualmente já defendemos e é o ônus que se paga na vida pública.

Sempre me faço a seguinte pergunta – e V. Exª falou sobre a questão do Senador Antonio Carlos – se S. Exª fez alguma reprimenda. Claro que não, não foi este o clima. Eu diria que, além da curiosidade, que acho uma característica

negativa do nosso sentimento comum naquele momento, houve uma outra característica de alívio. Aí V. Exª diz: Mas a lista é sinônimo de segurança ou de vulnerabilidade? Hoje não tenho a menor dúvida, de vulnerabilidade. Esse computador... Não estou dizendo o que aconteceu, não tenho nenhuma informação, mas podem ter acontecido milhões de outras coisas naquele botão mágico mas que estão encobertas, estão debaixo do tapete.

Fatalmente ocorreram outras quebras de sigilo, regimentalmente mais graves, que não estão merecendo atenção neste momento, mas merecerão mais cedo ou mais tarde.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas, Senador, aí é que entra a consideração, quer dizer, não só não houve admoestação, como não houve nenhuma providência para alterar. O sistema continuou sendo utilizado em votações secretas, até na escolha do Presidente, sem nenhuma preocupação com a segurança, porque já se sabia, desde o momento em que a lista foi tirada, da vulnerabilidade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Essa pergunta de V. Exª já respondi, é isso, e confirma o seguinte: visto sob a ótica de hoje, é vulnerabilidade. Na ótica daquele dia, ainda que hoje pareça – a verdade, às vezes, parece ilógica – naquela ótica, era o que dava a segurança.

V. Exª perguntou se não dei a dimensão que o episódio tinha. Quero e já reconheci de público com essas palavras e reconheço outra vez. Quando houve o primeiro diálogo e o Senador Antonio Carlos falou: Arruda, vê isso com a Regina. Eu disse: Posso fazer em seu nome? Pode, fala com ela em meu nome. Fui lá, falei e tudo isso e até não dei a dimensão. Realmente, não dei.

Sobre a questão da consulta, outra vez. Sinceramente, acho que quem responde melhor isso não sou eu ou o Senador Antonio Carlos. Quem responde melhor isso também não são as palavras da Drª Regina, quaisquer que sejam elas, movida hoje por qualquer interesse que não sei qual é, movida à época por qualquer interesse, por exemplo, de agradar ao chefe, não me importa, não vou entrar em juízo de valor até porque continuo tendo dela uma boa impressão.

Mas, o que posso dizer é que a atitude dela de não retornar, de não dizer, "olha, fui ver, o sistema é ruim, o sistema pode fazer, quer que eu faça para poder conferir?" O fato de não ter havido isso na prática, pelo que ela relata, não ter havido pelo relato que ela fez na Comissão de Sindicância, não ter havido no relato que ela fez aqui e não tendo havido, confirmado pelo telefonema que deu hoje ao Senador Eduardo Suplicy, só depois. Isso mostra, claramente, que esta atitude foi desproporcional à consulta realizada, até porque ela reconhece que ficou com o compromisso de voltar com a informação e reconhece que não voltou.

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se me permite, Senador Pedro Simon, não quero fugir da minha parcela de responsabilidade e acho que ninguém pode fugir da sua.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra ao nobre Senador Osmar Dias .

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, reconheço que V. Exª tem dirigido os trabalhos da Comissão de Ética com muito equilíbrio, senso de justiça e competência. Por isso, o que vou fazer agora não é uma reclamação mas uma sugestão. Ainda durante esta reunião, o Senador Eduardo Suplicy fez referência a um telefonema que ele teria recebido da Drª Regina passando a ele informações.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 39
27.04.2001

Acho que seria prudente, porque não estamos aqui votando a escolha de um presidente de comissão ou para eleger um líder de partido, estamos para votar se vamos punir, como vamos punir e quem vamos punir. E por isso mesmo, nenhum Senador do Conselho de Ética pode ter informações privilegiadas, nascidas assim, de repente, dos corredores e colocadas aqui como informações oficiais.

Em nome da prudência, solicito a V. Exª que considere esse apelo no sentido de que as informações que forem colocadas na reunião sejam feitas por intermédio do Presidente e do Relator do Conselho.

Para mim, que vou votar numa situação dessas, delicada, grave, eu ficaria com mais segurança. Porque, de repente, não temos como confirmar o que foi dito num telefonema e, aí, já mistura telefonema que houve, que não houve, e vamos ficar embaralhados para tomar uma decisão, Sr. Presidente.

Essa é uma preliminar que faço apenas como apelo, porque, vou repetir, V. Exª tem conduzido com muito equilíbrio, competência e senso de justiça o Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, vou aproveitar para agradecer as gentis palavras de V. Exª e para dizer que está fora do meu alcance que alguém se dirija a algum Senador antes de se dirigir à Presidência. Acho que sou igual a todos, só que, no caso, a Drª Regina, depois, me telefonou dizendo que eu estava presidindo os trabalhos e que ela, não querendo interromper, passou para o Senador José Eduardo Dutra. E, agora, dou a informação mais importante: ela disse que está ultimando, burocraticamente, a papelada telefônica para enviar diretamente para a Mesa do Conselho.

V. Exª ainda não fez perguntas, não é? Vamos aguardar.

O SR. OSMAR DIAS – Só que eu tenho que esperar o Senador Arruda para ouvir a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É claro. Perfeitamente. S. Exª, gentilmente, pediu licença à Mesa – e nem precisava fazê-lo – para se ausentar da sala.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senador Osmar Dias, V. Exª me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS – Pois não, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu gostaria de informar que, tendo recebido uma informação importante, eu procurei transmiti-la exatamente ao Relator e ao Presidente porque tratavam-se de um momento chave e de uma informação de grande relevância.

Imagine se V. Exª fosse membro da CPI sobre o caso PC Farias, se houvesse todas aquelas conversas onde se faltava com a verdade e, de repente, V. Exª conhecesse o motorista Eriberto França. Imagine que ele, diante dos fatos, lhe telefonasse e dissesse: "Olha, tenho uma informação relevante." Eu, pelo menos, gostaria que V. Exª chegasse aqui e disse abertamente a informação tão grave e precisa, fundamental para o esclarecimento dos fatos. Assim como, naquela mesma CPI, certo dia tomei conhecimento de que a Srª Sandra Fernandes de Oliveira tinha uma importante informação a dar. E eu a trouxe de pronto à CPI, como o Senador quisera que muitos cidadãos pudessem telefonar, de qualquer ponto do Brasil, para lhe dizer: "Olha, tenho uma informação relevante." V. Exª, certamente, faria o que eu fiz aqui.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, recebo telefonemas dos cidadãos do Paraná todos os dias e todas as horas. É evidente que eu trataria desse assunto

com muita seriedade e o levaria, sim, formalmente, ao Presidente da Comissão. No entanto, o debate aqui não é esse, mesmo porque, Sr. Presidente, só fiz a comparação de que, no outro dia, a Drª Regina, ao responder uma indagação minha, disse que para mim ela não faria o serviço, ou seja, não me atenderia. Então, só estou preocupado que a Drª Regina tenha interlocutores privilegiados. Só isso.

Sr. Presidente, vou-me dirigir, então, ao Senador José Roberto Arruda.

Para aqueles que têm boa vontade e para aqueles que têm má vontade, não há dúvida nenhuma de que existe uma grande diferença entre os verbos consultar, pedir e ordenar.

Eu já fiz esta pergunta por duas vezes, para dois depoentes: o Sr. Ivar e a Srª Regina. Há uma diferença entre o depoimento do Senador Arruda, o depoimento da Srª Regina e o depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Acho que essa diferença é fundamental e qualquer requerimento de acareação que vá ser feito vai ter que incluir essa divergência nos depoimentos.

O Senador Arruda reafirma que fez uma consulta à Srª Regina, só que a Srª Regina, ao receber a consulta, transformou-a numa ordem - pelo menos foi o que ela disse. Ela disse que recebeu uma consulta, interpretou-a como se fosse uma ordem porque vinha do Senador Antonio Carlos Magalhães e, quando parte do Senador Antonio Carlos Magalhães, uma consulta vira ordem. É isso o que ficou subentendido dos depoimentos.

No entanto, o Senador Antonio Carlos Magalhães afirmou aqui ontem que só tomou conhecimento do fato depois de ele ter ocorrido, ou seja, quando o Senador Arruda entrou no seu gabinete e disse: "Está sentado? Olha o que tenho para lhe mostrar". E colocou a lista sobre a mesa. Então, esta, para mim, é uma diferença, entre outras, fundamental para que o Conselho de Ética forme o seu juízo, e isso precisa ficar esclarecido. Ponto.

O Senador Arruda disse que o Senador Antonio Carlos Magalhães conversou com ele não sabe se um, dois ou três dias antes e que eles combinaram que fariam a consulta à Drª Regina. Esse é o depoimento do Senador Arruda. Mas o Senador Antonio Carlos afirma que não houve essa conversa e que apenas após a lista ter sido extraída do painel é que ele tomou conhecimento dela.

Como o Senador Arruda afirma que houve a conversa, vou fazer a primeira pergunta: de quem foi a iniciativa da conversa? Foi de V. Exª ou do Senador Antonio Carlos Magalhães? A iniciativa de falar sobre o assunto, quem começou a conversar sobre a possibilidade de se violar o painel ou sobre a possibilidade de consultar a Drª Regina se era possível violar o painel?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Osmar, não sei lhe responder. Era uma conversa como todas as outras que nós dois já tivemos ou qualquer outro possa ter tido. Conversávamos sobre o tema. Agora, fiz um esforço grande para ser preciso na parte do diálogo que me remeteu ao ato de fazer a consulta. Essa parte do diálogo é isso que eu lhe disse: não me lembro se nesse dia conversávamos também outros assuntos antes, depois; sinceramente, não tenho esta precisão. Agora, o que lhe posso precisar é que houve um diálogo, guardada alguma diferença de palavra, mais ou menos assim: "Aqui tudo se sabe, inclusive esse pessoal do Prodasen deve ter acesso a tudo". Eu disse: "Será?" Ele disse: "Não, você, que é engenheiro, podia perguntar isso para a Drª Regina". Eu falei: "Eu não entendo muito de computador". Ele falou: "Entende mais do que eu. Pergunte a ela". Eu falei: "Posso consultar" – pedir ou consultar – "em seu nome?" Ele disse: "Sim." Entendeu? "Em meu nome". Foi isso. Agora, a iniciativa foi minha

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 41
27.04.2001

de ir lá com uma idéia maldosa ou ele, com uma idéia... Mas não houve isso. Foi uma conversa que surgiu naturalmente, cuja preocupação focada era a da segurança.

O SR. OSMAR DIAS – Da conversa que V. Exª teve com o Senador Antonio Carlos Magalhães, dessa conversa a que V. Exª fez referência agora: V. Exª extraiu desta conversa uma consulta do Senador Antonio Carlos, um pedido ou uma ordem?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, eu disse no meu discurso essa palavra, não fui ao dicionário para procurar. Ontem vi que o Senador Antonio Carlos, aqui, foi muito contra ela, mas eu mantenho. Eu saí com a incumbência... Agora, a incumbência que me foi...

O SR. OSMAR DIAS – A incumbência de consultar.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – De fazer a consulta. Nesse pedaço, ontem, vi que o Senador Antonio Carlos batia muito no seguinte: "Não pedi e não dei ordem". É verdade, está certo? Agora, que eu saí com a incumbência de fazer a consulta, também é verdade, e eu mantenho. Essa palavra, eu não fui lá no Aurélio para ver o que quer dizer, mas é o meu sentimento. Entendeu, Senador? Eu saí com essa incumbência e por isso o fiz, e fiz em nome dele.

O SR. OSMAR DIAS – V. Exª insiste, então, que apenas fez uma consulta sobre se era possível violar, mas não pediu que fosse feito?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – A questão não era se era possível violar. Veja que a cabeça da gente não estava nesse negócio de ir lá: vai lá, viola, faz uma coisa errada; não havia essa maledicência. A questão era a seguinte: Drª Regina, esse sistema...

O Senador Antonio Carlos pediu para ele fazer a seguinte consulta: Esse sistema, do Prodasen e tudo mais, as pessoas que operam lá ficam sabendo do resultado? Ela disse: "não, não fica; porque acho que não. Não é o computador central, é um computador que fica separado; eu preciso consultar, preciso ver quem entende, vou verificar.

Eu lhe disse: "Olha, as pessoas dizem que fica." - foi essa a minha afirmação – " Verifique isso e dê um retorno, porque se isso for verdade, o Senador Antonio Carlos quer saber." Eu não disse para ela: O Senador Antonio Carlos quer saber o voto de cada um; ou o Senador Antonio Carlos quer saber se isso é possível. Mas todas essas interpretações são possíveis. Mas fui muito claro em fazer uma consulta em nome dele, e ela também assumiu o compromisso de dar um retorno, que não deu.

O SR. OSMAR DIAS - A Drª Regina e o Sr. Ivar disseram que extraíram a lista, colocaram num envelope e entregaram ao seu Assessor Domingos. Ambos, e também o Domingos, declararam que não leram a lista.

Então, fica até agora a seguinte observação: leram a lista o Senador Arruda e o Senador Antonio Carlos Magalhães. Isso é verdade? Só os dois leram a lista?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Posso, primeiro, falar sobre a minha verdade. Eu li!

O Dr. Domingos, quando foi buscar, não sabia do que se tratava. Quando chegou, não sabia do que se tratava.

O SR. OSMAR DIAS – O envelope estava lacrado?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Lacrado não. Podia ter aquele grampo, mas não tenho esse detalhe.

O SR. OSMAR DIAS – Estava endereçado a alguém?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - A ninguém! Nem o envelope, nem a folha tinha alguma identificação.

Vamos dizer que aquela folha existisse hoje – o Senador disse rasgou, então não existe. Se estivesse aqui, não dava para diferenciar de uma houvesse sido feita ontem. Não havia identificação; nem assinatura; nem identificação de data, nada. Se alguma coisa existisse lá no cabeçalho do computador foi retirado. Era nítido.

O SR. OSMAR DIAS – Seu secretário... **(Inaudível. Intervenção fora do microfone)**

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Somente para completar a resposta. Eu li! Não vou ser hipócrita aqui e dizer que não li.

Sei que o Senador Antonio Carlos leu.

O SR. OSMAR DIAS – Na sua frente?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Na minha frente. Comentamos.

O SR. OSMAR DIAS - Nesse momento havia mais gente na sala?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não, ninguém mais na sala.

Agora, se V. Ex.ª me pergunta que as pessoas que fizeram a lista, que depois fiquei sabendo que foram quatro ou cinco, se leram ou se não leram não sei. A Drª Regina, parece-me que disse aqui que não leu.

Com todo o respeito, não acredito. Mas não estou afirmando nada. Isso é um problema dela.

O SR. OSMAR DIAS - Nem o Senador Pedro Simon acredita.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Isso é uma outra história. Também não estou culpando ninguém.

Tive o pecado da curiosidade, no mínimo. Por que outros não tiveram?

Quero aproveitar para dizer, se me permitem, que as outras pessoas sequer as conheço pessoalmente. Eu as vi a primeira vez quando vieram aqui, inclusive o marido da Drª Regina. Não o conheço, nunca o vi.

O SR. OSMAR DIAS - Já houve a quebra de sigilo de votos outras vezes?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Claro!

O SR. OSMAR DIAS - V. Exª entende que houve a quebra do sigilo do voto secreto outras vezes?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro!

O SR. OSMAR DIAS - O que V. Ex.ª quis dizer no pronunciamento que fez no Plenário do Senado, de que teria havido quebra de sigilo na votação que elegeu o Presidente do Senado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Isso me cobraram muito esses dias, achando que estaria fazendo alguma denúncia sobre outro assunto painel.

O **Jornal do Brasil**, Senador Osmar Dias, do dia 25, deu em primeira página o seguinte:

"Voto aberto da oposição cria nova polêmica."

Não quero entrar no mérito, até porque isso aqui não é objeto dessa discussão – eventualmente será no futuro. O que sei deste episódio, acho que é o que todos sabemos, não me parece que isso foi feito, primeiro, nem com má-fé, nem em segredo. Portanto, é público.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Nem é inconstitucional, nem anti-regimental.

Esse debate queremos fazer no momento oportuno.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Então, podemos fazer agora.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 43
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 27.04.2001

Porque acho o seguinte, Senador Dutra, com todo respeito que tenho por V. Ex.ª e sempre tive, quero dizer que discordo de V. Ex.ª . Nesses dias, obviamente, fui tentar entender esta questão.

O que aconteceu naquele episódio, é o episódio a que me referi, Senador Osmar – quero deixar isso muito claro, para não dá a impressão que estou fazendo alguma conjectura, que em alguma outra votação de computador possa ter havido; o que eu não sei. Nunca vi, nunca vi falar. Nesse episódio...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Estou aberto a esse debate a qualquer momento.

Quero saber o seguinte: se o Senador Arruda vai expor a tese de que S. Exª fez, em parte, no Plenário, que está em um parecer de um jurista, neste momento. Então, vou querer a palavra, para falar logo após S. Exª, sobre esse assunto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas V. Exª está inscrito, terá a palavra, pode falar a hora em que quiser.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu estou inscrito para perguntar sobre o assunto que está sob investigação. Se nós vamos transformar isso em um debate, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, Senador José Roberto Arruda...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Quero só saber qual é a continuidade do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Roberto Arruda e Senador José Eduardo Dutra, a Mesa vai responder à questão de ordem. A Mesa permite ao Senador José Roberto Arruda fazer alusão ao fato, porque é um direito de S. Exª expor o que quiser. Agora, a Mesa não admite o debate sobre o fato. Entende que o fato diz respeito, sem dúvida nenhuma, a quem votou e mostrou o voto para o fotógrafo. Quanto aos partidos que se obrigaram ou não obrigaram, isso é questão interna deles; se houve patrulhamento ou não, se se tinha que provar alguma coisa, se não se tinha, isso é outra coisa; e, se isso feriu alguma coisa, não é objeto desta Comissão aqui. Temos que apreciá-la. Então, creio que S. Exª pode fazer menção ao fato, depois, V. Exª faça ligeira referência, mas nós não vamos ao debate. Positivamente, não dá.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu quero deixar claro que só entrei nesse assunto para deixar claro que, naquele pedaço do meu pronunciamento, não estava fazendo nenhuma conjectura – que, aí, teria sido maldosa – sobre qualquer outra votação no painel. Agora, o item do Regimento, Senador Osmar Dias, que fala de sigilo de voto é o mesmo. O sigilo tem que ser mantido, quer a eleição... Na minha opinião pessoal – foi isso que tentei dizer, e vou ser muito rápido na explicação –, o sigilo tem que ser mantido, tanto se a eleição for no computador, no painel, quanto se for na cédula.

Muito bem. Algumas pessoas – eu já ouvi o Senador Dutra comentar isso – disseram o seguinte: "Arruda, isso não tem nada a ver. Quem abriu a cédula para ser fotografado por um fotógrafo, prévia e especialmente colocado na galeria para fotografar, foi voluntário. Se cinco ou seis fizeram, quiseram fazer. Estavam abrindo o próprio voto". É verdade. Mas entendem inclusive funcionários antigos e ex-funcionários desta Casa, conhecedores do Regimento Interno, que me procuraram,

às dezenas, para dizer o seguinte: "Não. Primeiro, porque o fato de quebrar o sigilo de 81 ou de oito... não há meio sigilo".

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Só um instante, Senador Simon.

A SRª MARINA SILVA – O voto dele não buliu no voto dos outros.

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Quer dizer que eu só posso falar o que V. Exª deseja? Eu não posso falar aquilo que não é, neste caso, contra mim?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nós estabelecemos uma norma aqui...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Assegure-me o direito de fazer o raciocínio. Olha, não estou acusando ninguém, longe de mim. Há coisas que V. Exª pensa com que também não concordo, e não deixo de respeitar V. Exª por isso.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Nós estabelecemos um critério aqui, a que deveríamos obedecer.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas eu vou ser bem rápido. É só para dizer o seguinte. Então, veja bem o que aconteceu naquele caso. Não foi um Senador sozinho que abriu o seu voto...

A SRª MARINA SILVA – Senador Ramez Tebet, desculpe-me...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu posso terminar? Depois V. Exªs falam. V. Exªs estão cortando a minha palavra.

A SRª MARINA SILVA – Fique tranqüilo. Eu estou tranqüilíssima, até porque, aqui, não me estou explicando em absolutamente nada.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, eu fiz uma pergunta, e o depoente está respondendo. Então, vou ter que escolher as perguntas de acordo com o que querem ouvir? Eu fiz uma pergunta, tenho curiosidade de saber a posição do Senador Arruda. Eu quero saber; a pergunta foi minha.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – S. Exª está esclarecendo, e peço a atenção.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O que quis dizer, então, Senador Dutra, é que é diferente um Senador chegar atrasado a uma votação e, distraidamente, declarar, no microfone, um voto que seria secreto. Foi uma coisa previamente combinada. Por que previamente combinada? A Senadora Heloísa Helena, Líder do Bloco, explicou isso em **O Estado de S. Paulo**, no dia 16 de fevereiro. S. Exª disse: "Ninguém traiu, pois, como nós estávamos no olho do furacão, pedi para todo mundo abrir o voto para os fotógrafos". Ou seja, não foi um gesto individual; foi um gesto coletivo de um determinado grupo. Segundo, ela afirma "fiz uma coisa ridícula, mas não podia permitir que pairassem dúvidas em cima de nós".

Ontem, Senador José Eduardo Dutra, no **Correio Braziliense**, o Advogado Oscar Argolo, que é membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, escreveu um artigo denominado: As quebras de sigilo do voto no Senado Federal.

A certa altura, ele diz o seguinte: "A comprovação da quebra do sigilo no último escrutínio dos membros da Mesa do Senado é um fato, diz o Dr. Oscar Argolo, mais grave que o também denunciado de violação do painel eletrônico, esse ocorrido após a votação da cassação do Senador Luiz Estevão. É mais grave", diz ele, "porque a quebra de sigilo ocorreu em meio ao escrutínio secreto, uma hipótese que, em tese, revela o poder de influência de tais parlamentares ao contexto dos

demais votantes, no momento da votação; ao passo que o outro caso, o de violação do painel, para conhecer os votos de um escrutínio já decidido, não tendo o condão de influenciar mais ninguém". Para terminar, ele diz o seguinte: quando você quebra o sigilo do seu voto, você quebrou só o do seu. Quando um grupo de 3, 4 ou 5, previamente combinados, como declara a Senadora Heloísa Helena, que buscou o fotógrafo para ficar na galeria com a responsabilidade de fotografar todos... Isso estava implícito e ela reconhece que fez isso, porque tinha medo da traição que, aliás, acabou acontecendo, no almoço do Senador Jefferson Péres, que ficou conhecido como a Última Ceia - eram 14, mas só 12 votaram. Muito bem. Aqueles que fizeram aquele pacto, não agrediram apenas o seu auto-sigilo, porque, vamos admitir, em tese, que, entre os cinco que abriam sua cédula, espontânea e consentidamente, é forçoso reconhecer, um deles, em consciência, pretendia votar diferente. Mas, como houve a amarração de Bancada, ele teve que abrir a cédula. Como era o gesto? Saía da cabine secreta, vinha à urna, em vez de depositar o voto na urna, abria o voto e fotografava. Ora, antes da votação, portanto, com o condão de influenciar aqueles votos e outros mais. E mais grave, não tirando apenas o sigilo, que é uma característica do voto secreto, tirando dele uma outra característica, que era a individualidade.

Está bem, não é hora de discutir isso, não vamos discutir isso, mas me permito, pelo menos, fazer um raciocínio, e aí confesso, com toda tranqüilidade, que o estou fazendo em minha defesa: é a mesma infração regimental. Pode não estar na onda que se criou, pode não ter tido os mesmos contornos, mas foi premeditado e foi feito por um grupo e não apenas por um. Então, não é possível que isso não seja considerado na análise comparativa.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, discutimos essa matéria e fiz um trato com o Senador José Eduardo Dutra de que S. Exª vai também tecer as mesmas considerações.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem. Serei muito breve e sincero.

O SR. PEDRO SIMON – (*Intervenção fora do microfone*)

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, não vou fazer isso. Não vou entrar nesse jogo.

Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está inscrito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, é para uma questão de ordem.

Sr. Presidente, vou ser muito sincero. Para mim, o parecer desse jurista, que não conheço, é missa encomendada. No entanto, esse não é o debate neste momento. O Conselho de Ética vai concluir a análise a respeito da denúncia que está sendo investigada e, a partir daí, o Conselho de Ética abrirá um processo de ética contra os Senadores que mostraram o voto. Então, vamos ter o debate constitucional, regimental e da ética.

Faça a denúncia, estamos abertos para ter esse debate, porque, sinceramente, com todo respeito, os argumentos dos juristas são ridículos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Senador, não falei perfeitamente quanto ao mérito.

Eu só quero dizer o seguinte: eu não posso negar a quem está depondo o direito de usar argumentos que possam – que ele entende – beneficiá-lo. Eu não estou dizendo que beneficia, eu não. Eu estou aqui, estou quieto.

O SR. OSMAR DIAS - Presidente, eu posso encerrar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por favor, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Eu fiz essa pergunta porque, como o Senador Suplicy, a gente deve receber telefonemas do pessoal do Estado de passar as perguntas. Eu recebi vários telefonemas do meu Estado para que esse essa pergunta. Atendi o Senador Suplicy e acabei fazendo essa pergunta, mas não queria provocar esse debate não.

Eu encerro a minha participação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Waldeck Ornélas, por cessão do Senador Paulo Souto, que teve que se ausentar em razão de viagem.

O SR. WALDECK ORNÉLAS - Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Senador Arruda, houve uma questão que o Relator colocou desde o início, chamando a atenção que para o fato de que ela era muito importante para a formação do seu juízo. O assunto já voltou - está sendo recorrente – e eu queria buscar uma especificação.

V. Exª disse que, dias anteriores à votação, havia essas conversas sobre a possibilidade de que os votos secretos fossem conhecidos. Bom. E daí a conversa fica em quê? Se ficar sabendo, ele quer saber.

Ora, abrem-se dois caminhos, duas alternativas. Uma é saber se é possível, se é conhecido – para adotar providências preventivas para que não seja – ou querer saber os votos. Eu creio que esse ponto – o Senador Pedro Simon quando interveio falou a esse respeito – é importante que V. Exª deixe esclarecido perante este Conselho de Ética, isto é, qual é o entendimento que V. Exª tem a esse respeito.

Do que V. Exª respondeu quando da primeira intervenção do Relator eu entendi que queria ficar sabendo, se havia, se era possível isso, para evitar exatamente... Eu não estava no Senado àquela época, mas o entendimento que eu tive é de que havia, com essas conversas, um pressuposto da possibilidade ou do desejo de anulação da votação que veio a cassar o ex-Senador Luiz Estevão.

Daí essas preocupações e essas especulações que sairiam, segundo ouvi por aí, do próprio gabinete do Senador Luiz Estevão. Então, essa é uma questão que queria colocar para V. Exª para que aproveitasse e a esclarecesse.

Segundo aspecto: é a questão do telefonema. Nesse particular, aliás, nota-se que nem a Drª Regina foi categórica quanto à hipótese de agradecimento. Fez menção, deu a entender, algo nesse sentido. Mas eu queria que V. Exª precisasse se a ligação foi feita da sala da Presidência ou de qualquer outro local do gabinete da Presidência.

São essas duas questões que gostaria de fazer a V. Exª

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Aliás, feitas com muita objetividade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Vou começar pela segunda, que é mais fácil responder.

Foi da sala da Presidência, naquela mesa estilo colonial, antiga, do Senado: ele sentado na poltrona principal, eu, primeiramente, de pé. E quando houve o telefonema, eu já estava sentado também, numa daquelas poltronas. Eu acho que o detalhe é esse.

Sobre o conteúdo do telefonema, Senador Waldeck: eu não posso precisar as palavras, mas o que posso afirmar é que saí de lá absolutamente tranqüilo de que a Drª Regina tinha recebido a mensagem de que eu tinha entregue para ele.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 47
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 27.04.2001

Quer dizer, não ficou dúvida sobre isso. Agora, qual a palavra que usou para dizer isso... Não ficou dúvida. E , também, de que o pleito havia sido feito com lisura, tudo mais.

Bom, na questão da... A questão primeira que V. Exª coloca. Eu não sei se devo dizer dessa maneira, mas é a maneira mais franca que eu encontro para falar do clima. Ninguém chegou lá, ou eu, ou o Senador Antonio Carlos para mim ou vice-versa, ou a Drª Regina, e disse: olha, arruma um jeito aí de fazer uma mutreta, de arrumar uma listinha. Eu não tinha isso. Não tinha esse pensamento na cabeça de ninguém. Havia uma preocupação de que essas informações vazassem. Dizia-se, nos corredores, que vazavam. E o Senador Antonio Carlos, nessa conversa comigo, repetindo aquele diálogo, disse: "você é engenheiro, então vai lá e veja com ela isso; veja como funciona isso". Eu lhe disse: "posso fazer a consulta em seu nome?" Ele disse: "pode, em meu nome." Eu fui e fiz. Quando fiz a consulta e fiz a pergunta: "é verdade que lá no Prodasen todo mundo vê? Parece que tem esse negócio lá." Ela começou a me dar uma explicação tão complicada e tão desbaratada – e ela é uma pessoa agitada para falar e eu não entendia as coisas – que me deu a impressão de que ela ou não sabia, ou não tinha certeza. Isso é mais ou menos o que ela disse: "Eu acho que não, mas não tenho certeza." Eu confesso que aí – esta é uma coisa do meu temperamento, e o Senador Lúcio falava de correções, eu preciso tomar muito cuidado - eu lhe disse: "olha, o que se diz é que pode." É o que se dizia nos corredores. Ela, então, disse o seguinte: "Vou verificar, vou tentar conversar com as pessoas que entendem deste assunto e volto a lhe falar. E eu disse aquela frase, que o Senador Saturnino considera chave; que eu sei ter sido dita daquela maneira. Agora, como ela interpretou é muito difícil. Eu lhe disse: "Verifique isso, porque se isso ocorre, o Senador Antonio Carlos quer saber."

Muito bem. O que estava na minha cabeça? Que ela, ao trazer a informação, tinha os dois caminhos que V. Exª aventa: se tecnicamente fosse possível corrigir ou se não fosse ter os votos mesmo para ter certeza, conferir mesmo. Eu acho, não pensei isso na hora. Mas, vendo hoje, que poderia ter essas duas interpretações. Aí V. Exª me pergunta com qual interpretação é que sai da sala, sai da minha casa a Drª Regina. Parece-me óbvio que saiu para fazer as consultas e no segundo caminho. Não sei, não conversei, só fiquei sabendo depois que esses outros servidores teriam sido chamados pela Drª Regina para modificar o sistema, mas como será que foi a conversa inicial da Drª Regina com esses servidores? Ela provavelmente, pelo espírito com que saiu da minha casa, deve ter perguntado: É possível? O sistema tem vulnerabilidade? Provavelmente disseram-lhe: Não sei não, mas tem. E se havia, ela teria dito: Bom, então eu quero fazer isso para ter. Será que ela, a Drª Regina, pensou em fazer uma coisa errada, vamos dizer assim, ou ela pensou em fazer para dar cobertura àquela dúvida inicial de segurança? Eu acho que é a dúvida inicial de segurança, até porque pelo que conheço dela não é uma pessoa com outro tipo atitude. O resultado desse processo visto hoje, Senador Waldeck, é terrivelmente contrário ao que exponho. Mas esse é o sentimento das duas conversas que recolhi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, considerando o horário, vou suspender os trabalhos por quinze minutos, a fim de que V. Exªs possam fazer um lanche.

Estão suspensos os trabalhos por quinze minutos.

(Suspensa às 12h20min, a reunião é reaberta às 12h49min.)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 48
27.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estão reabertos os nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, serei muito breve.

Eu gostaria de colocar o tema principal que nos traz aqui: a mentira e a verdade. Nós estamos aqui oscilando entre essas manifestações da consciência humana. O que me parece – e isto é natural, é normal – é que o Senador Arruda tem uma noção, uma visão, uma consciência da verdade que me parece ingênua. Parece-me ingênua, porque a verdade é muito mais complexa, é muito mais complicada do que uma simples opção de um dia para outro ou de uma hora para outra. Não é um ato de vontade. De agora em diante, optarei pela verdade. A coisa não é essa. A consciência humana, como já dizia Marx, é o resultado do conjunto de relações sociais em que a pessoa está inserida, em que a personalidade é produzida, é formada e deformada. De modo que Freud não precisaria ter existido, se a verdade fosse tão fácil de ser pescada lá do fundo, de acordo com ele, do **id**, das pulsões do **id**, que são mudadas pelo superego e que surgem na nossa consciência de uma forma ou teatralizada, mistificada ou deformada de qualquer maneira. O que me parece é que, por haver versões diferentes sobre um episódio que já está praticamente encerrado, não foi, portanto, uma mudança do objeto que ocasionou as transformações e as várias manifestações a respeito daquilo que seria a verdade desses fatos.

O que me parece é que, neste caso, o que faltou foi o telefone. Nesse mundo das comunicações, seria a coisa mais fácil ao Presidente do Senado pegar um telefone e conversar com a funcionária, Diretora do Prodasen. Ele não fez isso. Ele usou um Senador, o Líder do Governo no Congresso, como se fosse um telefone. Pediu-lhe para transmitir um recado, uma ordem, o que seja, a essa Diretora. E o telefone é muito mais sincero, muito mais direto do que um intermediário.

O Senador Roberto Arruda é o Líder de um governo cujo Presidente da República falou quatro vezes que é mentiroso. Como ajudar um Presidente mentiroso a governar, sem mentir? O que me parece é que o Senador Roberto Arruda tem manifestado uma boa intenção de não mentir, de se render à verdade, e esse ato de entrega à verdade, de adoção da verdade é muito mais difícil do que parece. Faço votos de que o Senador Roberto Arruda tenha realmente incorporado a verdade definitiva e que a sua última versão seja a expressão da sua verdade.

Parece-me, portanto, que o Regimento do Senado, esta Casa de mentiras, esta Casa de inverdades, por isso mesmo uma Casa desacreditada, hoje, diante da opinião pública... Vemos como este Senado aprova uma série de leis mandadas de lá, vindas do FMI, vindas dos Estados Unidos obviamente, e aqui dizemos amém. Dizemos amém desde que sua majestade queira. Aquilo que sua majestade quer **legis habet vigorem,** a lei coloca em vigor. E nós estamos aqui dizendo amém a tudo e a qualquer coisa, perdendo obviamente, como já perdemos a nossa soberania, como já perdemos a nossa autenticidade, como Nação e como povo. Estamos aí vendo isso. Será que tudo o que vem de lá, será que todas as ordens que vêm de cima, que vêm do senhor, que vêm do poder, será que todas elas devem ser obedecidas com eficiência, com uma certa fidelidade? Acho que eu, por exemplo, não me prestaria jamais a exercer essas funções.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 49
27.04.2001

E alguém tem que exercê-las e acho que o Sr. José Roberto Arruda é realmente **the right man in the right place**, a pessoa certa no lugar exato. E foi por isso que ele se prontificou. E S. Exª Antonio Carlos Magalhães já o encarregou de fazer as vezes do telefone, de levar o recado, de levar a mensagem. O telefone dá melhor a mensagem, não há distorção, não há rumor que distorça a ordem, a mensagem ou a vontade. E o Sr. José Roberto Arruda agora nos apresenta três versões dessa comunicação. Parece-me também que disse ele: "escravo da falha inicial, falhei novamente". "Escravo da falha inicial, falhei novamente." Ela disse em seu depoimento essas coisas que nós já estamos cansados de ouvir.

Pois bem, eu acho que há mentiras e mentiras. Eu acho que há diversas formas, das mais graves a menos graves, de ferir a ética parlamentar. Sob meu ponto de vista, posso estar totalmente equivocado, a subserviência talvez seja igual a mentira. A subserviência talvez seja igual a mentira, porque, sem mentir, não se pode ser eficientemente subserviente.

Essa é a minha avaliação. Eu a afirmei ao longo de uma vida longa. Pois bem, o que me parece, portanto, é que nós nos concentramos num ponto que é realmente inextricável. Como foi a conversa do Sr. Antonio Carlos Magalhães, se partiu dele, como chegou a Drª Regina e assim por diante. De modo que então o que considero é que: primeiro - vou voltar ao meu ponto inicial -, aqui foi rompida uma tradição. O depoente faz seu depoimento, o Senador Romeu Tuma faz a sua exposição, então, o Senador Saturnino, Relator da matéria, fala em terceiro lugar.

Nós, diante da exposição, sabemos qual é a versão atual. Do contrário, chegamos a esta situação. Desculpe-me, Sr. Presidente, mas parece que, hoje, é o Senador Roberto Arruda quem preside esta reunião. Ele fala na hora em que quer, quanto quer, e a toda hora, em vez de haver o momento inicial dedicado a ele, o tempo que for necessário, para fazer a sua exposição. Acho que isso prejudica bastante e atrasa muito a reunião.

O que tenho a dizer vou, apenas numa pequena frase, colocar. O Senador Roberto Arruda fez seus discursos, tão díspares, tão diferentes uns dos outros, num processo de evolução em direção à verdade que eu acho muito rápido. Gostaria que, realmente, essa opção pela verdade fosse definitiva.

Agora, não tenho dúvida alguma de que algumas inverdades são menos graves do que outras. Não podemos misturar e nivelar todas as formas de distorção da verdade. O Senador José Roberto Arruda realiza aqui um mea-culpa. Ali, diante das circunstâncias, traído pelas nossas fraquezas de curiosidade, vaidade, orgulho, ou tudo isso junto, ele se esqueceu também da subserviência. Já o ouvi, recentemente, elogiar como ele prestou serviços a todos os governos, de Cristóvam Buarque, de Roriz e do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo menos; e do Presidente Antonio Carlos Magalhães.

De modo que é obvio que, para realizar essas missões, a verdade é um companheiro muito incômodo. Acho até que a verdade, para prestar, realizar todos esses serviços – e bons serviços –, é um inimigo, é um companheiro incompatível com a própria missão.

Desse modo, tudo já foi dito até agora, tudo já foi repetido e enfatizado, acho que estamos todos perfeitamente esclarecidos, e se, por acaso, eu vier a proferir alguma sentença condenatória, um voto condenatório, em qualquer dos níveis possíveis, levarei em conta algo, um desvio de conduta que não se encontra propriamente no Regimento do Senado e nem nas regras que presidem este Conselho.

Penso que, realmente, se crime houve, se contravenção houve, se ofensa ao decoro houve, esse é um desvio praticado não apenas pelas fraquezas do orgulho, da curiosidade, da vaidade, ou por tudo isso junto – talvez, também, por elas –, mas, principalmente, pela subserviência. Baseado nisso proferirei um dia a minha decisão sobre o destino destes companheiros que estão hoje respondendo, alguns realmente por excesso de orgulho, por excesso de vaidade, e outros por excesso de subserviência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acolho com humildade os ensinamentos do Senador Lauro Campos e não tenho nenhum comentário a fazer neste instante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiro quero deixar registrado aqui, até para ser absolutamente sincero com os meus sentimentos pessoais, que não suplantarão meu dever político, o desconforto desta situação, porque, na convivência da bancada, eu não tinha até este episódio conhecimento de nenhuma conduta que pudesse ser reprovável do Senador Arruda. Mas estamos aqui no dever de buscar a verdade e vamos ter que cumprir, ainda que dolorosamente, o nosso dever.

Senador Arruda, a imprensa tem noticiado que V. Exª tem se "refugiado" em casas de amigos nos últimos dias em busca da tranqüilidade perdida. Sem querer atrapalhar essa tranqüilidade - nas perguntas subsequentes V. Exª vai compreender o porquê de eu estar perguntando isso -, poderia me dizer V. Exª em casa de quais amigos esteve nos últimos dias?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Antero, eu não gostaria, não. Se tivesse...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Vou fazer as outras perguntas e V. Exª vai entender por quê.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se me permite, há alguns minutos atrás, perdendo um pouco a noção do tempo, o Senador Eduardo Suplicy, com boa fé, falou publicamente o número do meu celular. Por conta disso, informa o meu chefe de gabinete que existem ligações do Brasil inteiro de toda sorte possível. Esse telefone celular é o mesmo número que tenho desde 1994. É até um trocadilho, com a idade que eu tinha em 1994 – 4094. E muito provavelmente pelo que informam vou ter que trocar o número. E o mais grave é que a comunicação do meu número de telefone em público, repito, de boa fé, foi feita após S. Exª receber um telefonema, segundo disse, da Drª Regina, dizendo que tentou me ligar às 10h39min do dia da votação. Como no depoimento dela, ela disse que tudo que fez foi durante a noite, a madrugada, não sei, então o dado que o Senador Suplicy considerava relevante era me dizer que ela só tentou me ligar depois de ter feito. Ainda assim, foi dado o número do telefone. Parece-me que está sendo transmitido ao vivo. Imaginem a repercussão disso.

Não sei se atende ao objeto da pergunta de V. Exª. Eu moro num apartamento pequeno, e a imprensa ficou de plantão mesmo na portaria do prédio.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Até entendi que foi por causa disso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Como estava numa situação constrangedora, os meus filhos, que moram comigo, foram para a casa da mãe, e eu fui para a casa de um amigo no sentido de ter um pouco de paz, de tranqüilidade, de

equilíbrio e poder fazer as reflexões que fiz. Mas se V. Exª considerar fundamental, eu também não tenho por que não dar o endereço. Não estou escondido.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não. As outras perguntas considero que são importantes para que eu forme o meu juízo. Depois do discurso da confissão de V. Exª em plenário, estou me referindo, portanto, ao segundo discurso, V. Exª voltou a se reunir com o Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Depois do depoimento de ontem do Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª manteve contatos pessoais ou telefônicos com o Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Seu advogado chegou a manter entendimentos com o advogado do Senador Antonio Carlos Magalhães, chegou a conversar com o advogado do Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Em primeiro lugar, eu não contratei advogado. Tenho um amigo que é advogado que, nas dúvidas que tenho, tem procurado me assessorar. E em relação a ele ou a qualquer outro, a resposta é não. Nem com a Drª Regina.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Gostaria de fazer aqui uma referência a um trecho do discurso de V. Exª, o segundo discurso. O discurso de V. Exª, na minha avaliação, apresenta algumas contradições, e eu gostaria que V. Exª nos explicasse ou que eu entendesse melhor aquilo que neste momento estou considerando contradições. V. Exª disse, no discurso, que o Presidente Antonio Carlos Magalhães não lhe pediu a lista. E que V. Exª também não a pediu à Drª Regina. Nem, conseqüentemente, lhe disse que a lista seria entregue ao Presidente Antonio Carlos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Qual a página? Porque está numerado em cima, assim.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É dois.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Dois?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Vou ler o trecho aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, espera aí, é no discurso à mão livre? É nesse discurso aqui à mão livre?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Não, mas nesse discurso à mão livre V. Exª disse na página 2. Vou ler o trecho do discurso:

"A acusação é de ter consultado" – V. Exª vem antes falando: "... de que estou sendo acusado, não roubei etc. e tal." – "a então diretora do Prodasen, Drª Regina Borges, a pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre a possibilidade de se conhecer a lista de votação que cassou o Senador Luiz Estevão".

Isso na página 2. Aí na página 11, V. Exª diz o seguinte:

"Ainda na minha presença ele pediu que ligassem para a Drª Regina e de fato agradeceu a ela o envio da lista. A lista ficou com ele. Lembro ainda que eu mesmo pedi para que ele ligasse para que ela tivesse certeza que entreguei a lista a ele."

Esses dois trechos não lhe parecem contraditórios, Senador Arruda? Porque no primeiro trecho fala que é uma consulta e no segundo trecho ele liga para agradecer a lista. Se era uma consulta, ele afirmou aqui que estava sabendo da lista naquele momento e liga para agradecer. Um desses dois trechos está ...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Na minha cabeça é muito simples, Senador Antero. Quando redigi esse ofício, o que eu disse na página 2 não é o que ocorreu. Eu disse: A acusação que fazem para mim hoje é essa. Só isso. Hoje é essa, não é? É essa que está aqui. Está claro?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quer dizer que entre os dois trechos o que realmente ocorreu é o da página 11, aqui é só uma referência.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O que estou dizendo é o seguinte..., não, Senador Antero. O que estou dizendo é o seguinte, na página 2 eu disse: A acusação que se tem é tal. Não estou dizendo que fiz, deixei de fazer, se é esse o fato ou não. A acusação é tal. Na página 11 eu relatei o que aconteceu, e que todo mundo aqui já sabe. A página 2 não se refere ao que eu pensava à época, se refere à acusação que me fazem...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Hoje.

V. Exª diz que não falou com a Drª Regina na noite do dia 27. No entanto, todas as outras pessoas ouvidas nesta Comissão afirmam que foi nesse dia que ela informou que V. Exª falou. V. Exª apresenta como álibi o comparecimento à posse no Tribunal Superior Eleitoral, onde teria ficado até depois das 22 horas e, posteriormente, um jantar com o jornalista Ricardo Noblat. Temos informações de que a sessão do Tribunal Superior Eleitoral, que continuou depois de acabados os cumprimentos de posse, reiniciou às 20 horas e 50 minutos. E o jornalista Ricardo Noblat teve a oportunidade de se manifestar na revista IstoÉ, confirmando o encontro, confirmando, portanto, a versão de V. Exª, mas mostrando uma incompatibilidade de horários.

O que V. Exª tem a dizer sobre isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Já disse na minha exposição inicial, Senador Antero Paes de Barros. Primeiro, houve um encontro na minha casa, e o diálogo foi aquele mesmo. Então, se foi no dia 26, se foi no dia 27 ou se foi na sexta-feira, como eu, pessoalmente, apostaria, não tenho idéia. A única coisa que sei, com certeza, é que estava vestindo um traje esporte. Até procurei pensar depois, se no jantar do Noblat eu teria ido sem terno. Parece que não; parece que fui de terno. A grande realidade é que, quando vasculhei a agenda do dia 27 e a reconstruí...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Então, V. Exª não precisa a data?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não preciso. Infelizmente, não preciso. E mais uma coisa que é a favor da tese defendida pela Drª Regina: vamos admitir que, como eu digo, tenha sido na segunda ou na sexta. Ela teria tido mais tempo para me retornar, perfeito? Então, em sendo no dia 27, provavelmente, ela... Eu sei lá! O que importa, o que é relevante é que houve o encontro exatamente como ela descreve.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - O Senador José Eduardo Dutra, para prestar uma informação ao Conselho de Ética, informou-nos sobre uma conversa que teve com V. Exª e, num discurso em plenário, V. Exª confirmou a conversa. No entanto, na informação do Senador José Eduardo Dutra, a conversa com V. Exª ocorreu um dia antes da votação da cassação do Senador Luiz Estevão. E o Presidente Antonio Carlos Magalhães teve com ele uma conversa, mas depois da votação.

Como explicar, então - esta é uma dúvida que tenho -, que V. Exª teria apenas consultado a Drª Regina se seria possível, se V. Exª sabia, antes de fazê-lo, que era possível, pois já tinha informado o Senador José Eduardo Dutra, a se confirmar o prazo do dia 27? Como V. Exª sabia que era possível quebrar o sigilo,

quando falou com o Senador José Eduardo Dutra? Quem lhe informou que era possível? E quando lhe informou? Se V. Exª já sabia ser possível, qual o sentido de sua indagação à Drª Regina?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Primeiro, eu não posso precisar que o encontro com o Senador José Eduardo Dutra tenha sido na véspera ou em outro dia. Segundo, não foi um único encontro . E não vou falar de todas as outras conversas que tive com o Senador José Eduardo Dutra sobre o tema. Especificamente, sobre o conteúdo da conversa, que é verdadeiro, eu já relatei. Essa conversa corria pelos corredores, e todo mundo conversou com todo mundo, inclusive eu com S. Exª. S. Exª não foi ao meu gabinete à-toa, também, em datas tão próximas. S. Exª também tinha lá suas dúvidas, seus questionamentos, suas desconfianças, e foi por isso que conversamos. Entretanto, sinceramente, não faço nenhum nexo causal entre uma coisa e outra. Até por que, se fizesse, estaria trazendo para o foco da mesma acusação o Senador José Eduardo Dutra. E a inconsciência não tem nenhuma razão para fazê-lo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - É verdadeira, Senador José Roberto Arruda, a afirmação feita pela Drª Regina de que deveria manter sigilo até mesmo sob tortura?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não me lembro dessa expressão e não é uma expressão que eu use. Não me lembro de ter ouvido. Mas, tem muito tempo e não me recordo. Foi uma coisa que me cobraram muito, mas não me recordo. E não me lembro que outra pessoa poderia ter ouvido eu usar esse tipo de expressão. Não faz parte normal da maneira que coloco as coisas. Agora, ficando claro, depois da coisa dos Procuradores, que houve muitas conversas entre eu e a Drª Regina, e entre a Drª Regina e o Dr. Domingos, a meu pedido - e, aí, informei ao Dr. Domingos o que tinha acontecido -, a conversa da Drª Regina com o Senador Antonio Carlos, a minha com o Senador Antonio Carlos e que se fez a avaliação de que deveria ser mantido o sigilo, foi feito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Houve muitas conversas da Drª Regina com o Senador Antonio Carlos, nesse período, depois dos Procuradores?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu não presenciei, mas teve conversas.

O SR. PAULO HARTUNG – Posso fazer uma perguntar? Aconteceu alguma reunião entre V. Exª, o Senador Antonio Carlos e a Drª Regina?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Senador Arruda, o discurso de V. Exª, na última segunda-feira, é uma peça com a delicadeza jurídica de um relógio suíço. Passados a emoção e o tempo, ele serve precisamente para uma defesa que diga: "Eu não fiz nada".

Eu vou citar alguns trechos do pronunciamento de V. Exª: "Consultei, não pedi. Recebi sem saber o que era. Ao tomar conhecimento, fiz o que a lei mandava: entreguei ao Presidente da Casa. Ele é que não fez o que devia. Logo, eu sou inocente". Pergunto, então, o que exatamente V. Exª confessou? Qual é, precisamente, tanto do ponto de vista político quanto do ponto de vista jurídico, a culpa que V. Exª confessou?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Bom, em primeiro lugar, eu quero dizer que a peça não tem esse rigor e esse cuidado jurídico, porque não tenho conhecimentos específicos. Das poucas pessoas que a leram, pelo menos uma tem conhecimentos jurídicos e era contra eu ler o texto do jeito que li. Se tivesse essa

precisão, Senador Antero, provavelmente não estaria dando chance a V. Exª de fazer, com a competência que tem, os questionamentos que faz.

Vamos admitir, apenas para fazer o raciocínio de V. Exª, que o texto tivesse essa precisão e que, portanto, eu estaria, a partir daí, declarando a minha inocência. Quero dizer que não estou. Eu sou o elo de uma corrente que tem como outro elo o Senador Antonio Carlos, e como outro elo a Drª Regina. Eu tenho a minha parcela de responsabilidade, assumi publicamente e, portanto, não se trata disso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. Exª e o próprio Senador Antonio Carlos disseram, nos depoimentos à Comissão, que V. Exª pegou a lista, levou ao gabinete do Senador Antonio Carlos, S. Exª pegou a lista e fizeram vários comentários. V. Exª poderia precisar que tipo de comentários?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não. Não posso, porque estaria, aí, incorrendo na falta, muito mais grave, de dar conhecimento da informação que tive.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quanto tempo, aproximadamente, ficaram trocando comentários?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não sei precisar, mas não foi uma conversa longa. Nunca nenhuma conversa minha com o Senador Antonio Carlos era longa. Foi coisa de cinco minutos, de dez minutos, não mais, sei lá, nada mais que isso.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Veja bem, pelo seu depoimento, V. Exª diz que consultou. Não foi uma ordem.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro. Que ela reconhece, inclusive.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – E depois que ela ligou, "caiu a ficha" de V. Exª de que talvez fosse a lista. E que a consulta tem origem numa causa nobre.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Segurança.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Circulavam comentários de que era possível fraudar, conhecer, talvez funcionários do Prodasen conhecessem. Então, o motivo foi nobre. A consulta era para saber se era possível violar.

Quando recebeu a lista, V. Exª a levou ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Com a responsabilidade que V. Exª tem de Senador da República e com a responsabilidade que o Senador Antonio Carlos tem, maior que a de V. Exª - de Presidente da Casa, à época -, eu gostaria de saber o seguinte: V. Exª chegou a sugerir alguma providência a S. Exª? Porque ali, com a lista, ficava provado aquele motivo nobre. V. Exªs já tinham a certeza absoluta de que: "Olha, esse motivo nobre está violado, ela não respondeu a consulta a tempo, senão não teríamos feito isso." V. Exª tem conhecimento de providência? Sugeriu alguma providência? Se não sugeriu, tem conhecimento de alguma providência tomada por quem tinha o dever de tomá-la, que era o Presidente do Senado da República, o Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Olha, Senador Antero, a pergunta que V. Exª faz de outra forma é a mesma que o Senador Lúcio Alcântara fez: era segurança ou era exatamente a prova da vulnerabilidade. Visto sob o ângulo de hoje, nada mais é do que a prova cabal da vulnerabilidade. Naquele momento, nós dois víamos como segurança.

Há uma coisa que quero aproveitar a pergunta de V. Exª para responder de forma muito clara. Mesmo tendo eu feito uma consulta, consulta que, dizia eu, era em nome do Senador Antonio Carlos e baseada nos boatos e nas suspeitas de que esses resultados acabava todo mundo sabendo, mesmo sendo apenas uma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 55
27.04.2001

consulta, mesmo a Drª Regina tendo diligentemente buscado as informações, era lícito, sob o meu ponto de vista, imaginar, tendo em vista que não era nenhuma... – falta-me a expressão e não quero usar uma expressão chula –, que não era... não se tratava de nenhuma... não era... não se tratava de um objetivo escuso, o objeto da preocupação era um objeto correto. Isso acho que foi uma coisa que ficou claro para a Drª Regina. Não tenho dúvida disso. Até pelo que conheço dela, não teria agido como agiu, se não tivesse essa consciência. O objetivo era um objetivo sadio, vamos usar assim.

Ela saiu, muito provavelmente teve muito pouco tempo. Aí fico perguntando para mim mesmo: era lícito ela, tendo saído de casa, só tendo obtido a resposta muito tarde da noite ou de madrugada de que tinha a vulnerabilidade, era lícito ela pensar que a maneira, que o que eu queria, e, portanto, em nome do Senador Antonio Carlos, é que ela preparasse o sistema, fizesse a lista para que éu pudesse checar e, portanto, o fez, atendendo mais do que uma solicitação, mas um pedido "olha, abre o olho, cuidado!"? Sinceramente, embora não esteja na declaração dela, reconheço que sim. Por verdade, é isso. Não dá também para dizer que a Drª Regina saiu de lá e fez, porque fez assim tresloucadamente. Não foi! E também não foi maldosamente, nem da parte dela, nem da parte nossa.

Agora, na época, isso era tranqüilo. Tanto é verdade essa consciência nossa, Senador Antero, que quando peguei e mostrei para o Senador Antonio Carlos, e ele viu com tranqüilidade e fez os comentários, tudo isso... mas do telefonema a ela, e me parece que nisso não há divergência, ele, além de ter dito que estava – quer dizer, recebeu, entreguei mesmo, aliás, ele não nega isso, quer dizer, também não há divergência sobre isso –, ele disse "que bom que a coisa funcionou bem, a senhora cumpriu a sua missão", tudo isso. Quer dizer, poderíamos aí estar diante de um ato ilegítimo com o objeto sadio de fazer com que o resultado não fosse alterado. É verdade? É verdade. Agora, olhando sob a ótica de hoje, depois de todo esse escândalo, tudo que saiu, é fácil enxergar dessa maneira? Não! Agora estou com o compromisso muito sério de falar a verdade das coisas que sei e das coisas que penso. Então estou dizendo.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Senador Arruda, quero indagar de V. Exª o seguinte. Ouvi atentamente o pronunciamento de V. Exª no plenário. Percebi que V. Exª fez ali um compromisso de não revelar a questão da lista.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro! O pouco que sei.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É. Sei que a posição de V. Exª do próprio Senador Antonio Carlos Magalhães, ambas são posições hoje extremamente desconfortáveis. A do Senado não é menos desconfortável. Mas de todos nós, 81 Senadores, tem uma Senadora que está em posição mais desconfortável do que V. Exªs, por quê? Porque V. Exªs vão ter os seus depoimentos avaliados e tal pelo Conselho de Ética. A Senadora Heloísa Helena, em função da prova apresentada ao Conselho de Ética pelo perito Molina, os depoimentos dos três Procuradores, as matérias publicadas na revista IstoÉ, o depoimento do Senador José Eduardo Dutra, tudo isso tem levado a Senadora Heloísa Helena a uma posição extremamente desconfortável. Não quero que V. Exª revele absolutamente nada dos outros 80 votos, mas esse voto já foi revelado pelo Senador Antonio Carlos, a quem, pessoalmente, não dou crédito, por quê? Porque, no dia 20 de agosto do ano passado, usou a tribuna e falou inverdades; no dia 7 de março deste ano, falou inverdades; no dia 14, falou inverdades; em outros dias, falou inverdades. Mas eu acredito, já que V. Exª está se reconciliando com a verdade... a Senadora Heloisa

Helena tem insistido tanto com o Senador Antonio Carlos para falar isso. Eu gostaria que V. Exª dissipasse a dúvida da Nação e pudesse dizer com relação a isso, que é uma coisa solicitada até pela Senadora Heloisa Helena. Do contrário, nós teremos no processo uma pessoa que está antecipadamente condenada.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem o Senador Waldeck Omélas a palavra pela ordem.

O SR. WALDECK ORNÉLAS - Não consta que nenhum voto tenha sido revelado, em nenhum momento e em nenhum lugar. Inclusive o diálogo do Senador Antonio Carlos Magalhães com o Senador José Eduardo Dutra referia-se a que falavam sobre esse assunto, mas não há, em nenhum momento, que algum voto tenha sido revelado.

O Senador Antero está trazendo uma versão nova aqui ao plenário.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, só para contraditar a questão de ordem. Eu estou trazendo uma informação...

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ele fez uma pergunta, mas, fazendo antes uma afirmativa inverídica.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Quem tem mania de fazer afirmativa inverídica não sou; é o ex-Presidente desta Casa. Eu estou dizendo aqui que os três Procuradores, no depoimento ao Conselho do Ética, disseram que o Senador Antonio Carlos disse isso. O Senador José Eduardo Dutra disse aqui que o Senador Antonio Carlos disse isso para ele: "a sua Líder não votou conosco". E isso ficou confirmado ontem aqui no depoimento.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Dizem, dizem que...etc.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Então, quem tem mania de dizer inverdades não sou eu. Então, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª e deixar à consciência de V. Exª para que pudesse... porque não é justo isso com a Senadora Heloisa Helena.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – A afirmativa do Senador Antero é leviana e busca induzir o Senador Arruda a quebrar o sigilo do voto.

É preciso que S. Exª fique advertido antes de responder.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Roberto Arruda...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Gato escaldado tem medo de água fria. Eu não dou, sinceramente, esse valor todo a voto secreto. Para mim, não tinha voto secreto nenhum. Agora, no caso específico, a resposta é "não falo", a não ser que esta Comissão de Ética decida, faça uma consulta jurídica se não estarei cometendo mais uma besteira, aí sei lá... E se a Senadora fizer questão de que eu faça... Agora, eu fazer... a orientação que tenho é exatamente para fazer...

Olha, antes eu não fiz, quando não tinha passado por todo esse sofrimento. Faria agora? Segundo, Senador Antero, deixe-me falar uma coisa para V. Exª assim, do lado pessoal...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Mas ela está sofrendo, não é, Senador?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - É verdade. Deixe eu lhe dizer uma coisa: todos nós temos sofrido muito, inclusive V. Exªs. Ninguém está aqui, ainda que numa posição crítica, sentindo prazer nisso. Ninguém é sádico. Todos nós estamos sofrendo. Eu estou sofrendo muito. Quando eu falo que aprendi a lição, acho que são as lições. E uma das lições que tenho é: hoje, eu seria muito menos rigoroso na concepção que faço das pessoas. E outra coisa é o seguinte: eu não

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 57
27.04.2001

quero que ninguém sofra. Quer dizer, o que eu puder fazer para ninguém passar o que estou passando... No caso específico da Senadora Heloisa Helena, temos divergências em tudo. Agora, uma coisa eu tenho por ela: respeito, até um certo orgulho; uma pessoa que vem de origem tão humilde, que não se transforma, que chega ao Senado. Quer dizer, não vou aqui... se eu não posso minorar o meu sofrimento, eu não vou... não é?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Senador Antero Paes de Barros, V. Exª me permitiria um aparte sobre este assunto?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sim, Senador Romeu Tuma.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Conversei pela manhã com a Senadora Marina Silva e com o Senador José Eduardo Dutra. Não consegui falar com a Senadora Heloisa Helena para ela me autorizar a revelar um fato que ocorreu durante as discussões da cassação do Senador Luiz Estevão. Então, eu me permitiria e pediria desculpas a S. Exª para poder revelar. Eu acho que a angústia dela é a minha angústia e a de todos. Durante as discussões, ela chegou a ser ameaçada pelo Senador...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Eu sei disso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – E, numa das oportunidades, ameaçada que foi, o seu auxiliar pediu que ela gravasse, e ela o fez. E ela o fez. Amedrontada de ser vítima de qualquer ação criminosa, para resgatar a possibilidade de perder essa fita ou algum outro tipo de agressão, pediu que ficasse sob a custódia da Corregedoria. Eu disse: "Permita que eu use essa fita, que dá para abrir um processo, um novo processo, que eu acho importante?" Ela falou: "Não. Não quero tumultuar mais do que está tumultuado, porque o Senador Luiz Estevão alega que é uma vendeta do PT, por ter perdido a eleição".

Então, existe essa fita, essa ameaça; não posso nem aventar a hipótese de que S. Exª tenha votado a favor do Senador. Não sei se esse testemunho tem ou não algum valor, mas a fita continua sob custódia e é dela; não é minha, não é da Corregedoria, não é do Senado.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Tem muito valor, Sr. Corregedor. O que eu acho é que isso é um juízo de valor do Senador Arruda; ele já disse que não vai responder, e eu respeito isso. Mas acho importantíssimo o depoimento do Senador Romeu Tuma. O Senador Lauro Campos ontem revelou, também, a mesma ameaça.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – É uma coisa que está amargurando muito, e nós temos que eliminar essa dúvida, até para não ficar este um ponto crítico nesse processo tão angustiante para todos nós.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo. Eram essas as considerações que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, é a vez de V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Roberto Arruda, eu não tenho muitas perguntas, porque, a meu ver, as dúvidas que existem serão, ou não, dirimidas na acareação.

Eu fiz um pronunciamento neste Conselho a que V. Exª deve ter assistido e lido, e, no pronunciamento de V. Exª, no plenário, disse que é verdade aquilo que eu havia dito. A conversa que nós tivemos, se V. Exª se lembra, foi antes ou depois dessa conversa que V. Exª teve com o Senador Antonio Carlos Magalhães?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
FLS. Nº 2089
SC- 58
27.04.2001

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não tenho a menor idéia, Senador Dutra. Para ser honesto com V. Exª, eu não lembrava da nossa conversa, não lembro das frases exatas. Lembro que os dois tínhamos preocupação em relação a votos, nos nossos respectivos campos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Porque fiquei com a impressão de que a minha conversa teria sido depois, em função até do relato que V. Exª fez da conversa do Senador Antonio Carlos Magalhães com V. Exª. Quando ele fala: "Você é engenheiro, entende disso." E V. Exª se dirigiu a mim, nos mesmos termos: "Você é engenheiro, não é? Deve entender." Por isso, fiquei com essa dedução, mas, se V. Exª não se lembra...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não tem nenhum nexo causal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A Drª Regina disse aqui no Conselho que - se não me engano, quando saiu a nota do Boechat - ela procurou o Senador Antonio Carlos Magalhães, e ele teria dito: "Isso é coisa do Arruda." A Drª Regina disse isso a V. Exª, na época?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se a Drª Regina...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A Drª Regina... Espere aí. Deixe-me desligar esse telefone aqui, que está me atrapalhando.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O seu celular não está universal, não, né?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não estou conseguindo desligar. Espere aí.

A Drª Regina disse, aqui no Conselho, que, quando saiu a nota do Boechat, ela procurou o Senador Antonio Carlos, que teria dito: "Olha, isso aí é coisa do Arruda". A Drª Regina disse isso para V. Exª na ocasião?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não me lembro... Acho que não. O que eu me recordo disso aí foi um episódio, assim, muito passageiro. Surgiu a nota, eu vi, e, no mesmo dia, quando eu tive o ímpeto de procurar saber alguma coisa, já foi lida uma carta da Drª Regina no plenário. Morreu o assunto. Não me lembro de ter conversado isso com ninguém. O que posso afirmar é que, da minha parte, nunca surgiu nenhum comentário sobre nenhuma informação com nenhum colega ou com quem quer que seja.

O que disse no meu discurso, Senador Dutra, e me penitenciei, também por isso, é que depois houve muita fofoca, intriga, e posso, por uma palavra mal colocada, ter contribuído, não estou falando desse caso específico, qualquer caso, mas sem maldade. Quer dizer, ficou muito claro para mim que não era para usar nada, e não usei, nunca. Aliás V. Exª testemunha isso no seu depoimento. Com V. Exª mesmo, apesar das divergências, sempre tivemos uma relação muito respeitosa, muito construtiva e nunca houve esse comentário.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª disse no seu depoimento, tentando descrever a conversa do Senador Antonio Carlos com a Drª Regina, no dia em que V. Exª lhe entregou a lista, que ele, em momento algum, pelo menos naquele telefonema, a admoestou.

O Senador Antonio Carlos, ontem, disse que depois desse telefonema ele a havia admoestado. V. Exª tem algum conhecimento disso? A Drª Regina comentou?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não creio. Não era o espírito. Não era o clima.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª e também o Senador Antonio Carlos Magalhães disseram que leram a lista e fizeram comentários. O Senador

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-59
27.04.2001

Antonio Carlos chegou a dizer aqui no Conselho de Ética que não tinha certeza da veracidade da lista, se correspondia ou não aos votos realmente, em função de que nesta lista que ele leu havia alguns votos assombrosos, ou surpreendentes. V. Exª compartilha dessa avaliação do Senador Antonio Carlos?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não comento. Não comento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Eu fiz a pergunta porque V. Exª disse o seguinte: agora, analisando, depois de passado o tempo, aquele dia, há uma constatação de que a lista significa a insegurança do painel. V. Exª disse isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – A vulnerabilidade.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – A vulnerabilidade. Mas que à época representava a segurança. Mas essa informação de V. Exª não é contraditória com a afirmação do Senador Antonio Carlos Magalhães, que disse que havia alguns votos assombrosos ou inusitados ou surpreendentes aquela lista, naquele momento, ao contrário do que disse V. Exª? Em vez de significar segurança, não demonstraria exatamente o contrário, ou seja, insegurança?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É a mesma resposta que dei ao Senador Lúcio e ao Senador Antero: visto sob a ótica de hoje, nenhuma dúvida. Visto sob a ótica da época, revelava que a votação tinha sido feita direitinho. Não fiquei julgando e não é do meu feitio fazê-lo, mesmo quando eu era Líder e brigava por cada voto, e um companheiro dizia: aqui não voto com você. No outro dia eu nem lembrava isso. Quer dizer, nunca sou desse tipo de comportamento. Destruída, como disse o Senador Antonio Carlos que destruiu, e se disso não foi feito nenhum uso, ficaria resguardado o princípio inicial. O que posso garantir, e aí só posso falar por mim, é que eu pessoalmente nunca fiz nenhum tipo de uso das informações, das poucas informações que retive. E, portanto, para a minha ótica, sempre que ocorre um ato se pergunta: para quê? Sob a minha ótica, serventia zero.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, vou fazer uma última pergunta que na verdade é repetição de uma pergunta que fiz no início, através de um aparte do Senador Roberto Saturnino, que o Senador Arruda disse que ia responder e que na minha opinião não respondeu.

Todos nós somos testemunha de que naquele período que antecedeu a votação havia vários boatos a respeito da possibilidade de, que o painel não é seguro, boato de um lado que o Luiz Estevão era um homem influente, que tinha assessores que tinham ligação com o Prodasen e que poderia fazer chantagem, quer dizer...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Esses boatos havia e foi a motivação de tudo que ocorreu.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Aí é que não consigo entender. Se a motivação de tudo o que ocorreu foram os boatos em torno da segurança do painel, a preocupação com que a votação se desse sem qualquer possibilidade de contestação, o lógico, já que houve essa conversa de V. Exª com o Senador Antonio Carlos Magalhães, diante desses boatos, diante de todo aquele clima, não seria, em vez de consultar a Drª Regina para ver se era possível violar ou não o painel, se era possível saber ou não os votos dos Senadores, enfim se era possível entrar nesse terreno da informática, desconhecido por todos nós mortais, o mais lógico, para garantir a legitimidade, a lisura, e evitar isso por que todos nós estamos passando agora, não seria ter feito a votação pela forma convencional, por meio de cédula, como foi feito no Conselho de Ética e na Comissão de Justiça?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu vou responder com muita sinceridade, embora seja uma resposta de "achômetro". Na verdade, V. Exª está me perguntando: o que você acha? Então, vou dizer o que eu acho. Primeiro, a pergunta tem que ser feita ao Senador Antonio Carlos; ele era o Presidente da Casa e tomou a decisão pelas razões que julgou próprias, até porque foi levantada essa questão. Em segundo lugar, se eu, pessoalmente,... Se coubesse a mim apenas, individualmente – você decide –, eu não faria nem por um método nem por outro, eu faria aberto. Não daria dúvida a nenhum tipo de suspeita; podia mudar o Regimento...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não podia fazê-lo. Isso é inconstitucional. Nesse caso, não se poderia fazer isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ah, é?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É inconstitucional. Aí não havia jeito.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então, estou falando: é "achômetro". Se dependesse só da minha vontade... É isso que estou dizendo. Entendeu? O que acho, Senador Dutra, é o seguinte...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Deixa-me só concluir, para precisar por que estou fazendo essa indagação a V. Exª. Foi V. Exª que descreveu todo esse ambiente, toda essa operação, todas essas conversas...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Com que V. Exª concorda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Dentro do princípio de que havia uma preocupação com a segurança.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – É por isto que estou fazendo essa pergunta: o Senador Antonio Carlos não descreveu sob essa ótica, até porque ele disse que não participou de nenhuma conversa antes.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Talvez, ele não tenha...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Mas essa é uma contradição para se analisar depois. Mas, como foi V. Exª que abordou a questão, na avaliação de V. Exª, o caldo de cultura de todas essas conversas, dessa prática, era a preocupação com a segurança.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Não era de se esperar, já que estava tudo assim, que o melhor seria fazer a votação com cédula?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que tem que se perguntar para o Senador; ele é que tem que responder. Sei lá! Mas, se se perguntar para ele hoje, ele vai falar: "É claro que eu tinha feito e tinha evitado esse aborrecimento, provavelmente". Agora, na época, quais eram os parâmetros da decisão? Eu não sei dizer. O que sei, Senador Dutra – V. Exª, embora jovem, é um homem experiente –, é que, neste processo, nos processos de Comissão Parlamentar de Inquérito, de um modo geral, há muita boataria. Mais do que boataria, muitos – e aí não estou falando mais de votação – Parlamentares agem de forma, às vezes, não convencional, pelo menos, no trato das informações, na forma de obtê-las, na forma de publicá-las. Enfim, isso aqui faz parte da Casa, e, por amor à verdade, não há que negá-las.

Voltar a memória no tempo, chegar lá naquela hora e saber por que não fez isso e fez aquilo, não sei. Se perguntassem para mim, a minha parte, se se voltasse no tempo e se acontecesse isso, o que você faria, eu não deixaria... Vamos falar claro aqui, até porque não quis responder ao Senador Lauro; acho que não era o caso. Não se trata de subserviência; eu tenho uma característica de humildade e de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 61
27.04.2001

saber reconhecer as hierarquias. Eu, talvez, tivesse repetido o gesto de fazer a consulta – não tenho dúvida disso –, só que eu repetiria a consulta com muito mais cuidado, com muito mais exatidão nas palavras, sem deixar a possibilidade – e confesso que deixei – de uma interpretação que gerou gestos que depois se revelaram eventualmente impróprios. Quer dizer, eu teria muito mais cuidado e, talvez, tivesse sugerido outras coisas. Não sei quem foi que disse – o Senador Lauro mesmo: "Mas aí por que não usar o telefone? É claro! Por que não liga aí agora?". Ah porque na conversa lá... Enfim, há tanto "se"... Infelizmente, o caminho adotado foi esse.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas, Senador José Roberto Arruda, isso não pode deixar de suscitar o seguinte comentário: o normal, quer dizer, a atitude responsável da autoridade é "Há rumor de que é possível?"

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Muda-se o sistema de voto.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Chamava a diretoria do Prodasen. Mandava chamar o Prodasen. "Vamos conversar." E a diretora ia dizer: "Não sei, porque não conheço". "Quem conhece?" "É fulano." "Então chama, fulano." Acabaria vindo o Sr. Gazola. Mas para se dizer: "Não dá, tem que mudar o programa." Então, vamos evitar, de toda forma, que isso possa acontecer. Esse seria o procedimento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Possivelmente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, o depoimento reforça a convicção que eu tinha no início da necessidade da acareação, porque, embora o Senador Arruda diga que... Quer dizer, no espírito, S. Exª concorda, diz que o depoimento da Drª Regina corresponde à verdade, mas, quando S. Exª coloca a sua interpretação do que é o depoimento da Drª Regina, aquela não bate com as palavras da Drª Regina, que estão transcritas.

Apenas para precisar, já que V. Exª disse, inclusive, que, antes de aprovar a acareação, tem-se de estabelecer quais são os pontos que vão ser consultados. Acho que essa questão da consulta – se foi consulta, ou se foi pedido ou o que foi pedido – é fundamental, porque a Drª Regina diz: "Ele estava, e não o Senador Antonio Carlos. Senador, não tem como tirar essa lista daquele sistema". E o Senador Arruda teria dito: "Não, tem, porque tenho informações que tem. Tem como tirar, e o Presidente está pedindo para você tirar".

Estou lendo o que ela disse.

É uma contradição entre o que diz o Senador Arruda: que S. Exª fez uma consulta sobre se era possível ou não saber o voto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – E disso tenho absoluta convicção. Mais uma coisa, não só convicção, mas como a própria seqüência de raciocínio da Drª Regina demonstra isso. Ela diz, lá no final do depoimento; não foi perguntado isso a ela, tinha passado batido. No final, ela voltou e disse: "Mas eu fiquei de ligar e não sei se liguei, tenho dúvida sobre se liguei." Agora, ligou para dizer que ligou, mas já às dez da manhã, quando já tinha feito.

Ora, se não fosse uma consulta, por que tinha que responder? Se ela entendeu como um pedido, como uma ordem, vai lá e faz. É diferente.

Peço licença por um instante.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Licença concedida.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É possível que, tendo em vista a sugestão de acareação, V. Exª planeja marcar. Como alguns dos Senadores terão algum compromisso de viagem na próxima semana, faria a seguinte sugestão: que V. Exª ou definisse já, de antemão, se for na próxima semana a reunião de acareação, se

seria, por exemplo, na quinta-feira, ou na outra semana. Como será um encontro de grande importância, acho que será um momento histórico para o Senado, de grande relevância, se pudesse haver um planejamento – terça-feira é feriado, Dia 1º de Maio. Justamente por ser uma semana de 1º de Maio, alguns Senadores farão viagens, é que eu estou sugerindo ou marcar para quinta-feira ou então para a outra terça-feira, já planejando. Obviamente, na conveniência do Relator e do Corregedor, porque é possível que todos tenham algum plano de viagem. É a sugestão que deixo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, a questão da acareação me parece ser algo inevitável porque, durante o lanche, ouvi todos e agora o assunto volta à baila, as perguntas estão se sucedendo, as pessoas vão saindo.

Primeiramente, indago se todos estão realmente cientes da necessidade de acareação. (Pausa.)

Dadas as respostas afirmativas e considerando que dia 1º cai na terça-feira, dia 2 é quarta-feira, dia de pauta, então, marco para quinta-feira, na parte da manhã, às 10 horas. Vou tentar fazer a acareação, convidando – há necessidade disso porque até lá os Srs. Senadores vão fazendo requerimentos sobre pontos contraditórios e que sejam objetivos.

Cada Senador tem direito a fazer perguntas. Agora, é preciso que esses pontos convergentes – a acareação tem o objetivo de esclarecer pontos divergentes. Então, cada Senador entregue na Secretaria os pontos que considera divergentes. Isso não impede que na hora, e é a primeira vez que isso vai acontecer, pelo visto, vamos estudando a matéria para ver a melhor maneira de executá-la a contento.

Peço aos Srs. Senadores que estudem os depoimentos, anotem as divergências. Fica marcada, então, para quinta-feira. Determino à Secretaria – o Senador José Roberto Arruda está aqui, vou tentar, pessoalmente também – que entre em contato com o Senador Antonio Carlos Magalhães e com a Drª Regina, aventando a possibilidade de eles emprestarem a colaboração mais uma vez e aqui comparecerem para essa acareação que já fica designada.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, no momento em que o Senador Antero Paes de Barros estava inquirindo o Senador José Roberto Arruda, eu não estava presente. Ao voltar, ouvi o que havia sido citado. Quando cheguei e perguntei para alguns colegas, deram-me uma versão. Apenas para esclarecer, porque até consultei o próprio Senador Antero Paes de Barros, que disse que o que passaram para mim não foi o que o Senador Arruda disse, mas quero perguntar.

Passaram para mim que V. Exª teria dito: "se eu falasse todas as conversas que tive com o Senador Dutra, traria o Dutra para o foco da acusação".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não, não foi isso não. Não me lembro as palavras que usei. Ele perguntou se aquela conversa que tive com V. Exª, se tinha relação com esses episódios que depois ocorreram. Eu disse que não, até porque se tivesse, V. Exª estaria incluído nisso, e não está.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Era só para esclarecer bem, porque não ouvi e queria ter tranqüilidade de depois não sairia a outra versão.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está tranqüilo?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Segundo o Senador Romero Jucá, estou no próximo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 63
27.04.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Digo, há outra pergunta, é isso que quero dizer – não há pergunta?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, não, não há pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Agradeço a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Wilson.

O SR. CARLOS WILSON – Sr. Presidente, vou procurar ser o muito objetivo possível, nós já estamos aqui há mais de cinco horas interrogando o Senador Arruda.

Senador Arruda, V. Exª sempre privou de uma amizade muito próxima com a Drª Regina. É verdade?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não, a resposta é não.

O SR. CARLOS WILSON – Não. Mas conversava com a Drª Regina muitas vezes, tanto que V. Exª colocou aí que, em muitos momentos, chegou a conversar com a Drª Regina.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Vou ser muito sincero. Primeiro, para ter idéia da nossa... acho que como qualquer outro Senador aqui. Nem mais e nem menos, por exemplo, eu não conhecia o marido dela. Eu o vi pela primeira vez aqui no dia em que ele depôs, não tínhamos relações. Ela foi do mesmo Partido que eu, só que bem antes de mim e com um grupo antagônico ao meu; portanto, não havia essa relação.

Agora, sempre tive dela, e continuo tendo, a melhor das impressões. De uma pessoa dedicada, muito trabalhadora, mas, mais do que isso, muito dedicada ao trabalho, enfim, a melhor das impressões.

No meu Gabinete –, e isso os meus funcionários de Gabinete, nesse período, fizeram questão de ressaltar –, ela sempre nos ajudou muito, a implantar o sistema de computação, eu queria fazer um sistema de agenda específico, sempre tudo o que foi pedido, foi feito, com a maior solicitude.

O SR. CARLOS WILSON – Essa impressão que V. Exª tem é quase que a unanimidade da Casa. Se V. Exª perguntar a qualquer funcionário, a qualquer Senador, a imagem dela é extremamente positiva, é de uma pessoa séria.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Carlos Wilson, não tenho dúvidas, desculpe até a falta de modéstia, mas não é isso. Tenho em relação aos senhores uma boa imagem pelo que fiz nesses seis anos. Infelizmente, entrei nesse episódio de uma repercussão incalculável.

O SR. CARLOS WILSON – É verdade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - A Drª Regina tem 20 e tantos anos, 30 e tantos anos de Senado, e uma folha de serviços prestados, assim, pelo que sei, irrepreensível. Esse Interlegis, foi uma coisa que ela fez. Aliás, nesse período, conversei muito com ela. Tinha dificuldades, tinha gente no Senado que era contra, ela levava os argumentos e eu a ajudei muito. Isso se deve muito a ela, é uma pessoa que tem que ser respeitada.

Nós nos envolvemos em um episódio infeliz, cada um de nós tem a nossa parcela de responsabilidade, mas, repito, não é possível que esse episódio, sem nenhuma repercussão prática, embora seja uma infração regimental, marque a nossa vida, indelevelmente. Isso vale para ela, vale para mim, vale para o Senador Antonio Carlos.

O SR. CARLOS WILSON – Nessas poucas conversas, agora mesmo V. Exª falou nessa questão da Interlegis, realmente o trabalho que V. Exª desempenhou junto com ela, no sentido de se viabilizar a Interlegis, foi extremamente importante.

Hoje, fala-se muito na vulnerabilidade, na fragilidade do painel. V. Exª já tinha ouvido falar dessa fragilidade do painel antes?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Dela não. Neste momento, agora mesmo, passou pela minha cabeça – um dia, precisava ver que votação foi isso. Foi bem antes, lembram que fizemos uma votação e o placar não funcionou, apagou tudo, acendeu tudo?

O SR. CARLOS WILSON – É, houve uma queda lá.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Lembro-me disso, acho que o Dr. Carreiro a convocou lá e o Senador Antonio Carlos muito bravo...

O SR. CARLOS WILSON – Ele a repreendeu, disse que não admitia mais, que mudasse até o sistema.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Hoje, passado o tempo, não sou especialista, mas esse sistema não vale nada. É uma grande porcaria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª me permite uma interrupção?

O SR. CARLOS WILSON – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, quero fazer uma retificação e peço que a Secretaria anote. Lembrei-me e fui alertado de que, na quinta-feira, a sessão deliberativa é na parte da manhã. Razão por que a acareação fica designada para às 14h30min de quinta-feira.

O SR. CARLOS WILSON - Sim.

Depois V. Exª disse que falava-se que o painel era um verdadeiro queijo suíço, era uma tábua de pirulito, apresentava vários furos e tudo. A Unicamp, no pré-relatório, detectou dezoito pontos....

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – De vulnerabilidade.

O SR. CARLOS WILSON - ... de vulnerabilidade.

Agora, eu não sei se V. Exª sabe, ou se a Drª Regina, depois que foi feita a manipulação no painel do Senado, chegou a conversar com V. Exª que o sistema do Senado foi alterado. Se existiam dezoito pontos de vulnerabilidade, eu acho que foi, Senador Roberto Saturnino, um trabalho extremamente amador o que foi feito em relação ao painel do Senado, Sr. Presidente. Porque substituíram o sistema do Senado que era tão vulnerável e, dois dias depois, voltaram ao sistema anterior do Senado, ou seja, no dia 28 de junho foi usado um sistema, esse sistema permaneceu. No dia 29 e no dia 30 é que voltou ao sistema anterior. Nunca a Drª Regina comentou isso com V. Exª?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não, não, não, ao contrário, quando já tinha saído aquela história dos procuradores e quando aí conversamos sobre o que tinha ocorrido e consensamos que a idéia era não falar nada, ela sempre afirmava que o marido dela era um gênio, que ele tinha feito da maneira correta para dar segurança e, como conseqüência, ter a lista. Mas que ele era um gênio, que nunca ia ter nada. Eu não sabia dessas dezoito vulnerabilidades.

Agora, eu tenho uma dúvida, não sei se V. Exª...

O SR. CARLOS WILSON - Não, essas dezoito vulnerabilidades o Senado inteiro sabia...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não, não, sim.

O SR. CARLOS WILSON - Porque no relatório parcial da Unicamp foi amplamente divulgado...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Claro.

O SR. CARLOS WILSON - Tanto que no primeiro momento se achava que não ia acontecer nada.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 65
27.04.2001

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Pois é.

O SR. CARLOS WILSON - Porque a Unicamp dizia que, dificilmente...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Ia achar alguma coisa.

O SR. CARLOS WILSON - ... ia conseguir descobrir alguma coisa.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Eu tenho uma dúvida, Senador Carlos Wilson, mas não sou do ramo.

É o seguinte: foi pego uma ação específica que pode ter tido – e certamente teve - o objeto de segurança, mas que produziu uma relação. Ou aqui para nós: afirma-se que produziu, porque como disse o Senador, ninguém pode afirmar que aquilo lá saiu daquela votação. Mas a dúvida que eu fico é a seguinte: as 18 vulnerabilidades foram pesquisadas pela Unicamp para saber se nenhuma delas produziu resultado para outrem?

O SR. CARLOS WILSON - Foram pesquisadas.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - E não...

O SR. CARLOS WILSON – A Unicamp inclusive alega...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Entendeu o que eu quero dizer? Porque se tem dezoito vulnerabilidades, uma delas se chegou à conclusão de que houve. E as outras? Porque umas das vulnerabilidades, por exemplo, parece que é comando a distância.

O SR. CARLOS WILSON - Mas essa que ficou...

O SR.ROMEU TUMA - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS WILSON - Concedo, Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Só para V. Exª... Sei que está tendo um zelo excepcional tentando corrigir as falhas como 1° Secretário; já baixou uma portaria nesse sentido ...

O SR. CARLOS WILSON - Exatamente.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Mas se nós lermos com cuidado o depoimento do Ivar, ele diz que cometeu o erro porque desconhecia. Está aqui o Dr. Dirceu, como testemunha, e me faz sinal positivo – as vulnerabilidades apontadas pela Unicamp. E o dirigente da Unicamp me disse assim: "Eles entraram por uma janela e deixaram o rastro do que fizeram"

O SR. CARLOS WILSON - Enquanto existia a porta aberta.

OSR. ROMEU TUMA - Se tivessem entrado pela porta, provavelmente, a gente não teria conseguido estabelecer a conexão da quebra do sigilo. Então, é isso. Eles desconheciam essa possibilidade.

O SR. CARLOS WILSON – Senador Arruda, V. Exª conhecia o Dr. Gazolla?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não conheço.

O SR. CARLOS WILSON - Não conhece.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não é que não conhecia; não conheço. Bem, eu faço política em Brasília, daqui a pouco, sei lá. Mas eu não conheço, não me lembro, nunca vi. Nem o marido da Regina nem nenhum dos outros. Só fiquei sabendo que eles existiam e que tinham ajudado a Drª Regina nisso agora, depois que surgiu o negócio da Procuradoria. Antes, nem isso eu sabia.

O SR. CARLOS WILSON - Está bem, Sr. Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora Emília Fernandes.

Informo que o Senador Eduardo Suplicy está à sua frente, mas sem consultá-lo estou passando a palavra a V.Exª

A SRA. EMÍLIA FERNANDES - Por que, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ainda mais depois...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Porque é a primeira vez que V. Exª aqui comparece, ambos não são do Conselho e eu tenho essa prerrogativa de fazê-lo.

O SR. EDUARDO SUPLICY - É uma honra para mim e alegria até porque a Senadora Emília Fernandes, agora, pertence ao Partido dos Trabalhadores. Então, é muito importante que ela possa, aqui, argüir, primeiro.

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Muito obrigada, Presidente.

Nós queremos dizer que nós não fazemos parte da Comissão. Temos acompanhado os trabalhos, todas as informações que saem nos jornais, os depoimentos. Ouvimos as pessoas diretamente envolvidas – primeiro a ex-Diretora do Prodasen, o ex-Presidente da Casa, Senador Antonio Carlos Magalhães e hoje, encerrando, o Senador Arruda, que já havia inclusive feito um pronunciamento no plenário, pronunciamento que, já de certa forma, na minha avaliação, era também uma declaração, um depoimento. Nós já tínhamos uma idéia. Eu fui tocada a vir a esta Comissão com a paciência que é necessária, porque, como não sou membro, tenho que esperar que todos os titulares e os suplentes falem para que depois eu possa falar. Agradeço ao Senador Suplicy por antecipar, embora em alguns minutos, a minha participação. Não pretendo ser repetitiva. Muitas questões já foram colocadas. Vamos nos socorrer inclusive dos depoimentos, dos questionamentos que já foram feitos.

Sem dúvida, Senador Arruda, o assunto, pela dimensão que tomou diante dos meios de comunicação e da sociedade, é de extrema gravidade. Estamos diante de uma situação que pode ser analisada em três níveis, eu diria. O primeiro fato é a violação do painel e seus desdobramentos: as conversações anteriores, os contatos, o horário em que foi feita, a alteração. Os funcionários já vieram aqui e já disseram. Enfim, toda essa questão. O segundo ponto seria o conhecimento do resultado, de quem conheceu o resultado. Uns dizem que foi feita uma consulta para saber se havia segurança, o grau de confiança no processo que é utilizado nos momentos de grande decisão da Casa. Aí surgiu o resultado de um processo, de uma votação. Aí vem a pergunta: que uso aqueles que têm conhecimento fazem desse resultado? Alguém recebe, lê, leva, entrega a lista, comenta a lista e, o mais grave: três pessoas, fora os outros altamente envolvidos, que tomaram conhecimento, leram. Embora a Regina tenha dito que não leu, eu, particularmente, não acredito. Desculpem-me, tenho a maior consideração por ela, trabalhei diretamente com ela na CIP do Precatórios, dentro do Prodasen. Eu a tenho como uma pessoa competente e dedicada, mas eu não acredito que ela não tenha lido. Ela leu também. Ela estava enquadrada. Quem leu entregou, recebeu, passou adiante. Enfim, o Senador Arruda também estava entre essas pessoas, pois recebeu, leu, levou adiante, comentou e deixou nas mãos de um terceiro, o ex-Presidente da Casa.

Senador Arruda, veja a gravidade! Para mim, o problema, o crime que temos que analisar já não é mais a violação desse painel, porque nós já vimos que ele é altamente vulnerável. Acredito que ele possa ter sido violado outras vezes em relação a outros resultados. O grave é o conhecimento. Na hora em que chega uma lista na mão de uma pessoa, ela assume o conhecimento daquele conteúdo. Ali é que está o crime, porque as pessoas não poderiam ler o que estava ali. Ali estava uma coisa que o nosso Regimento impede que seja lida. Leram e passaram adiante, comentaram. E o mais grave, Senador Arruda - e aqui eu acho que não pode ser

ingenuidade sua, porque V. Exª não é ingênuo -: deixa a lista, a única cópia que diz que existia, na mão de um personagem. Para mim o crime vem por aí.

O outro nível - aí haveria outras implicações, mas acho que nem tão graves quanto essa parte do conhecimento - é a divulgação do resultado. Aí vêm todas essas questões. Pergunto: pegar uma lista de votação depois que já aconteceu, como os senhores dizem que pegaram, com que objetivo? Pressão, constrangimento dos Colegas, intenção de uso em algum momento ou por alguma razão? E o grave: não tomam providências para interromper o processo criminoso. Um pega, lê e passa adiante e deixa nas mãos de um. Para mim, na minha avaliação, não que seja menor a responsabilidade dos anteriores, mas o último, o guardião da lista, assume definitivamente que a lista era para ele. Porque se me trazem alguma coisa que eu não pedi, até pode alguém vir me mostrar. "Olha, descobri isso". "Tudo bem, está certo, está errado. Leva embora. Não é meu, não fui eu que pedi". Não houve isso. O guardião foi uma pessoa: o Senador Antonio Carlos Magalhães. Estou fazendo uma análise para que a gente possa realmente saber o ato criminoso em si, a determinação do ato, quem mandou.

Aqui foram levantadas várias formas, como a Diretora Regina se expressou, dos contatos e das conversas, mas, na Comissão de Inquérito do dia 16 de abril, que foi a primeira vez que ela falou sobre o assunto, ela foi taxativa, disse "que o presidente do Senado pedira que o Senador (aí acrescento Arruda) a procurasse determinando que ela obtivesse o resultado da votação da cassação no sistema de votação eletrônico". Então, ela foi taxativa, ela disse quem estava pedindo e que ela encarou aquilo como uma ordem. E aqui faço até um parênteses. Acredito que todo funcionário que recebesse essa orientação, aqui, nesta Casa, pelo pouco que conheço, duvido qual o funcionário, do mais alto ao mais simples, que não obedecesse a essa ordem, porque, infelizmente, o que me passa o Senador Antonio Carlos Magalhães, no trato, não só com os funcionários, mas inclusive com muitos Colegas desta Casa, é um trato de autoritarismo e muitas vezes até de prepotência. Aqui faço um parêntese, até para lembrar uma vez em que inclusive eu, regimentalmente, exigia uma participação minha para relatar uma matéria e ele insistia que eu não tinha direito. Ele teve a ousadia de dizer que eu me colocasse no meu lugar. Está aí escrito e gravado. E eu respondi do meu lugar na tribuna: "e V. Exª também"; como que querendo dizer que aqui não tem lugar melhor para ninguém. S. Exª pode estar alguns degraus acima, mas não tem ninguém melhor que ninguém. Então, o trato dele sempre em relação a funcionário acredito que era de ordem. Já com V. Exª não. V. Exª recebe uma solicitação e faria se quisesse. Então, aí aumenta a gravidade do ato do que foi feito.

V. Exª fala também que a Regina... houve aquela conversa, enfim, e aqui acrescenta alguma coisa que eu gostaria que V. Exª também aprofundasse, quando V. Exª diz que o marido da Regina é um gênio e que ele implantou o sistema. Houve essa afirmação agora. Não sei se foi uma expressão equivocada, mas apontei agora. Depois, se for o caso, V. Exª corrigirá. Vai aparecer nas notas taquigráficas. Eu também me surpreendi porque sabemos que a informação não é essa. Então, os três questionamentos básicos seriam esses. Depois V. Exª pode acrescentar.

Em segundo lugar, V. Exª afirmou hoje que quando o Senador Antonio Carlos Magalhães ligou para a Regina, toda aquela explicação sua, ele parabenizou a Drª Regina pela segurança do sistema. Está dito hoje. Anotei rapidamente. Então, como é que um Presidente de uma Casa, na frente de um outro Senador - olhem bem -, vai parabenizar pela segurança do sistema, se ali existia uma prova de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 68
27.04.2001

crime? Ela poderia ter trazido escrito num papel o procedimento: "daria certo realmente fazendo assim, usando a senha", mas não tê-lo feito. Quer dizer, eles fizeram aparecer o resultado. Ela poderia ter explicado como fazer e entregar por escrito. "Olha o técnico me fez este relatório: usando a senha de um Senador, posso estar sentada à frente do computador e aparecer.

Então, veja que aí V. Exª tomou conhecimento. Por que naquele momento o senhor não tomou posição diferente? Por que não alertou o Presidente da gravidade que estava ali na mão? Aí deixou a lista, gravíssima, que tinha sido trazida por V. Exª, e foi embora. Quer dizer, deixou na mão do bandido, no caso, porque V. Exª disse que foi ele quem pediu. Entendeu? Então a gravidade é muito grande.

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível.)

A SRª EMILIA FERNANDES - Não, o bandido é o que está sendo acusado. Eu nem voto aqui, e até quero corrigir, Sr. Presidente: quero dizer aquela pessoa que está sendo denunciada. O Senador Simon alerta-me bem, mas eu estou dizendo assim: traz-me uma coisa ilícita e eu fico com ela. É como se alguém dissesse: "olha, eu consegui isso aqui roubando ali na esquina". E põem na minha mão? Eu tenho é que soltar imediatamente aquilo, entendeu? Porque senão eu passo a ser o criminoso, se eu fico com aquilo, com o ilícito que me passam. É nesse sentido, nada pessoal.

Tenho o maior respeito por todos os Srs. Senadores. Do ponto de vista pessoal, respeito todos. Posso ter divergências ideológicas, de comportamento. Se eu tivesse que apontar os dois maiores defeitos no Senador Antonio Carlos Magalhães, eu apontaria a prepotência e a arrogância. Se eu tivesse que apontar em V. Exª eu apontaria um certo estilo de vaidade muito acima do que necessitaria para se projetar como político.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Exª me permite um aparte?

A SRª EMILIA FERNANDES – Bom, se quiser. Concedo o aparte ao Senador Waldeck.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Exª efetivamente não tem acompanhado os trabalhos da Comissão, mas V. Exª emite conceitos aqui que não se coadunam, porque a própria Drª Regina, em três depoimentos sucessivos, manifestou exatamente que o Senador Antonio Carlos Magalhães é um gestor exigente, criterioso, sério e que em nenhum momento lhe havia solicitado qualquer coisa que modificasse ou ferisse o Regimento ou qualquer procedimento a esse respeito.

A SRª EMILIA FERNANDES – Muito obrigada, Senador Waldeck.

Isso será esclarecido devidamente na acareação.

Ao contrário do que V. Exª afirma, eu acompanho atentamente tudo e posso lhe dizer mais: a impressão quem tem aquele que está assistindo aos trabalhos pela televisão, como nós, lemos é que V. Exª tem se colocado na defesa direta do Senador Antonio Carlos Magalhães, até assim, demasiadamente. Mas respeito V. Exª.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ao lado da verdade sempre.

A SRª EMILIA FERNANDES – Respeito a posição de V. Exª, não lhe estou questionando neste momento.

Então, quero encaminhar as conclusões, Sr. Presidente, fazendo algumas considerações ainda.

V. Exª afirmou, em relação à lista que recebeu, que não era papel de computador, que estava, parece, bastante escura a letra, não sei como é o que V. Exª falou. Em segundo lugar, V. Exª mandou um funcionário pegar a lista e recebeu

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 69
27.04.2001

já dentro de um envelope. Pergunto: esse papel tinha data? Tinha alguma identificação do dia da votação a que correspondia aquele resultado?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não.

A SRª EMILIA FERNANDES – Depois V. Exª responde, porque eu gosto de fazer a pergunta, e depois V. Exª responde. Fica melhor, porque senão aqui ...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – São tantas coisas.

A SRª EMILIA FERNANDES – Vai anotado, eu escrevi duas folhas aqui do que V. Exª falou, depois V. Exª responde.

Então, como é que V. Exª sabia que aquele resultado, mesmo que tivesse ali "sim", "sim", "não", "não", correspondia à votação do dia da cassação? V. Exª levou assim já, confiando ali que ela entregou? Porque ela podia ter feito um levantamento – vou ajudar nisso – para verificar se havia vulnerabilidade no sistema. Ela podia ter pegado qualquer votação e tentado fazer aparecer... Mas V. Exª, quando pega e assume como um documento que o Senador Antonio Carlos precisava ver e receber, V. Exª tinha certeza de que era o que lhe interessava. Alguém tem que ter informado.

V. Exª perguntou a alguém? O seu funcionário recebeu e disse: "Olha, aqui está o documento do dia 28"? Porque eu não teria certeza se era a lista ou não. Podia ser outra votação qualquer, uma votação secreta, mesmo violada, entendeu? Ou até falsificada! Porque se não há identificação nenhuma...

É só para também ajudá-lo a pensar nisso e ajudar a própria Regina a verificar. Depois é que veio todo o esclarecimento de que houve violação. Mas antes não se sabia. Na hora em que ele levou para lá, ele podia estar levando um papel o mais falsificado possível.

Bem, uma outra pergunta. Não tenho essa informação e até dirijo-me ao Sr. Presidente, para não fazer uma pergunta que já possa ter sido respondida aqui e que, em algum momento, durante os outros depoimentos, eu não tenha captado. O Sr. Gazolla, aquele que veio de madrugada para violar o sistema, que foi chamado e foi pago para violar o sistema, declarou que recebeu R$1 mil, segundo informação que tenho. Pergunto se alguém já tomou conhecimento de que existe recibo desse R$1 mil que ele recebeu. Se existe o recibo, onde está? Foi em cheque ou dinheiro? Quem fez chegar o dinheiro na mão dele, ou o cheque, ou fez o depósito na conta – se foi depósito também há como saber –, se há a informação de que esse dinheiro saiu do Senado. Houve um custo, um trabalho. O Senado pagou, o Prodasen pagou. De onde saiu esse dinheiro? Então eu não tenho essa informação.

E a última consideração, Senador Arruda, com todo o respeito que tenho a V. Exª. Quero dizer que, em primeiro lugar, na minha avaliação, o nível e a gravidade do que foi feito, envolvendo principalmente os três atores principais, são os mesmos. Na minha avaliação, a gravidade é a mesma.

Em segundo lugar, quero registrar alguma coisa que me deixou profundamente penalizada: a falta de partidarismo do PSDB em relação a V. Exª, a ingratidão do PSDB com V. Exª. Viamos V. Exª fazendo a defesa do Fernando Henrique nas causas em que havia até a entrega deste País, V. Exª afirme, e o PSDB o abandonou da forma como fez. Sinceramente, é um Partido... Está bem que depois houvesse punição, dependendo do desenrolar, mas foi de uma ingratidão que é um horror.

E a última pergunta. Diante da ausência, do desamor que o seu Partido, que o próprio Antonio Carlos Magalhães está tendo com V. Exª – porque era um trabalho direto; quem sustentava o trabalho do Presidente da República aqui era Antonio

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 70
27.04.2001

Carlos Magalhães, quando Presidente, e V. Exª, como Líder; não tenho nada a criticar, é normal essa relação –, pergunto: V. Exª vai levar sozinho todo o peso dessa ingratidão?

Acho que V. Exª podia dar uma grande demonstração de amor a este País, com a inteligência, com a mocidade que V. Exª tem. V. Exª está no auge de sua vida pública e pessoal, então pode muito bem, independentemente do que possa acontecer, amanhã ou depois, se recuperar. Mas vai depender muito de como deixar trabalhada essa questão.

Então, encerro dizendo isso a V. Exª e agradecendo até pela oportunidade de fazer esses questionamentos. Não coloco nenhuma forma de desrespeito aqui. Questiono e acho que desrespeitados foram os colegas Senadores na hora em que a pessoa pega uma lista e começa a tirar alguns nomes e, principalmente, não diz por que queria o resultado de uma votação que já estava feita. Pois, se fosse uma coisa que se podia prevenir, ir atrás, pedir que virasse o voto, que votasse de outra maneira. Por que houve isso?

São essas as considerações, Senador Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito obrigado, Senadora Emilia. Bom, obviamente, sobre as questões de opinião de V. Exª, eu as respeito e acho que não seria o caso de comentá-las. Sobre a questão regimental, parece-me que está claro no art. 10 do Código de Ética que a falha é a revelação e não o conhecimento. De minha parte, quero deixar claro para V. Exª que nunca revelei a ninguém as poucas informações que retive. Nunca fiz delas nenhum uso.

A SRª EMILIA FERNANDES – O conhecimento do resultado, para mim, é o ponto mais grave. Aí é que está o crime.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Primeiro estou tentando responder, Senadora Emilia...

A SRª EMILIA FERNANDES – Entendi que V. Exª disse que eu tinha dito que era...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, ouvi V. Exª com muita atenção, como sempre faço, com muito respeito. E estou aqui apenas lembrando a V. Exª, sobre a primeira parte da sua exposição, que, em primeiro lugar, a infração - e não crime - prevista no Regimento é o revelar e não o dar conhecimento. Está expresso. É uma questão regimental. Não vou entrar no detalhe até porque V. Exªs é que terão a incumbência de decidir sobre isso. Esta infração regimental, qualquer que seja a falha, de ter tomado conhecimento, nesta eu incorri; na de ter revelado, não.

Embora conceitualmente, eu repito, embora não esteja no âmbito desta discussão, gostaria muito que pudesse ser revelado. Eventualmente, aí, outros tipos de ações poderiam ficar claras; e hoje não estão, porque o voto secreto esconde.

Por último, Senadora, sobre o papel comum, é aquilo mesmo que lhe falei: não tinha nenhum anotação, pelo menos que me recorde. Portanto, não posso dizer a V. Exª que aquilo foi o resultado da votação. Pode ter sido simplesmente a prova para dizer que o painel funcionou bem. Não tenho conhecimentos de computação e não posso lhe afirmar isso, já tinha dito antes.

A SRª EMILIA FERNANDES – E isso tudo por quê? Era um xerox...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não é que... Pode ser. As letras muito escuras. Era um papel pouco claro, não era uma leitura fácil. Como se fosse uma impressora ruim, vamos dizer assim. Não sei lhe explicar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - (Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Poderia também...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 71
27.04.2001

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª permite?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem gente querendo viajar.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Só para terminar, falta uma frase.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não, mas neste ponto, sobre a escuridão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ou sobre o fundo escuro...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não era fundo escuro. As letras muito escuras, algumas delas borradas. Borradas, assim, de leve, mas borradas. Essa é a imagem que tenho. Eu vi esse negócio cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se a imagem de V. Exª, que teve o cuidado de nos dizer que o papel tinha um fundo escuro...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não. Não é fundo escuro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Tinha algo escuro?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, deixa eu lhe explicar...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Uma escuridão? Porque do computador a impressora imprime um papel branco, claro, com letras. Se as letras estavam escuras e borradas, pode ser um defeito de impressão. Se, por outro lado, o fundo era escuro. Então, com clareza, tratava-se de uma xerox.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não sei lhe afirmar isso. Sinceramente, não sei lhe afirmar. Mas não era uma coisa assim, sabe? Aquela coisa clara, nítida, não era.

Bom, e sobre a ligação do Senador Antonio Carlos, já esclareci. Eu não me lembro das palavras; portanto, não tenho nada a discrepar em relação às palavras que ele falou aqui. Apenas ficando claro - e me parece que o sentido do telefonema está claro para a Drª Regina - é que ele havia recebido aquele papel e que também aquilo comprovaria que a votação tinha se dado sem nenhum tipo de erro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem. Srs. Senadores, estou recebendo apelos no sentido de abreviarmos, mas o nosso trabalho é importante, não tem como abreviar, a não ser se realmente as perguntas forem objetivas e as considerações forem feitas só quando indispensáveis.

Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, por gentileza.

A SRª MARINA SILVA – Senador José Roberto Arruda, todos nós aqui estamos cansados, mas estamos fazendo um revezamento. Acredito que V. Exª deve ser o mais cansado de todos, porque está sozinho, a ter que responder às indagações. Quero começar fazendo a seguinte pergunta: V. Exª se considera uma pessoa que impinge medo aos que estão hierarquicamente abaixo da sua posição?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Que impinge medo?!

A SRª MARINA SILVA – É, que cria algum tipo de sensação de que pode acontecer algo se não cumprir uma ordem, ou alguma coisa semelhante?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, Senadora, pelo menos a minha autocrítica diz que não. Em todo o caso... Agora, muitas vezes soa mais enfático, talvez, do que deveria na manifestação de vontade.

A SRª MARINA SILVA - Ontem, quando eu, na minha fala, disse que, na conversa com os procuradores, o assessor do Senador Antonio Carlos Magalhães, o Mesquita, lhe teria admoestado, em função da afirmação que ele tinha feito de que tinha uma lista e que, segundo as degravações, Mesquita lhe tinha dito que ele tinha que ser mais prudente com aquelas informações, etc., etc. O Senador Antonio Carlos falou claramente, e com certeza deve estar aí nos autos, que "assessor meu

não me admoesta", dando uma demonstração de que esse é um típico comportamento dele.

Eu agora faço a seguinte indagação: todos os senhores dizem que foi uma consulta. Como uma consulta é feita, primeiro, fora do espaço de trabalho do funcionário consultado - não foi realizada aqui, o que já é estranho? Como uma consulta leva uma pessoa a um estado de desespero tal a ponto de quase se ajoelhar, nas palavras de um dos depoentes que aqui estiveram, o Sr. Ledur, me parece, que disse que é um funcionário lá do cantinho, que cuida painel e que, de repente, ali, estava a diretora do Prodasen, desesperada, e que, se ele dissesse não, ele via a hora de ela ajoelhar-se aos seus pés para pedir-lhe que fizesse a operação. A pergunta é: não sendo o senhor uma pessoa que cria esse tipo de situação, como explicar o comportamento da Drª Regina em face de apenas uma simples consulta? V. Exª a considera uma pessoa desequilibrada emocialmente?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senadora Marina da Silva, sinceramente, há certas perguntas que acho que não contribuo respondendo.

A SRª MARINA SILVA – Não contribui?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se V. Exª me permite...

A SRª MARINA SILVA – Sim, eu só queria entender.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Na questão que V. Exª está apresentando, parece-me que está descrevendo traços de comportamento psicológico, que eu, sinceramente, não sei avaliar. Não costumo avaliar em mim, quanto mais nos outros. A questão de estarmos fora do ambiente de trabalho, quero deixar claro para V. Exª que eu trabalho em Brasília inteira, ampla, muito, e, na minha rotina de vida, não havia dia em que eu não estava em casa recebendo alguém para o café da manhã, almoçando junto com alguém, estando com as pessoas, quer dizer, faço isso com muita freqüência, sem que isso signifique nenhum desrespeito. Não me obrigo a tratar de assuntos políticos ou de trabalho apenas no gabinete de trabalho. Isso é absolutamente comum. E eu citaria aqui dezenas de colegas Senadores que já me privilegiaram com suas presenças na minha casa, e funcionários do Senado também.

Eu considero a Drª Regina uma pessoa... está me faltando o termo, mas sabe quando a pessoa é muito trabalhadora e tem muita energia, uma pessoa aguerrida mesmo, pessoa que vai à luta...

A SRª MARINA SILVA – Aquele tipo de gente que, quando pensamos que está plantando o milho, ela já está voltando com o fubá, é isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não sei o que é isso. Mas, o que quero dizer é o seguinte: uma pessoa muito trabalhadora, eu diria, e muito preocupada com as coisas, e não posso fazer juízo de valor das coisas como a Drª Regina encaminhou o assunto. O que quero dizer é que – já disse isso várias vezes e vou repetir –, embora eu tenha feito uma consulta, a consulta que fiz era relevante. E preocupada que era a Drª Regina com o funcionamento do painel, com os aspectos de segurança, com as broncas que já tinha levado antes, com o temperamento do Senador Antonio Carlos, tudo isso, eu acho absolutamente natural que ela tenha interpretado como um pedido – vai à luta, vê o que acontece, vê o que tem que fazer, o que não pode –, e acho que foi isso que a levou com tal força a agir da maneira que julgou mais própria.

Agora, é o tipo da coisa do juízo de valor que não dá para eu fazer em relação aos outros. Mas, o que estou querendo passar da minha verdade de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 73
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 27.04.2001

interpretação, porque aí não é factual, é que vejo pelo ângulo da boa fé, e não do lado errado.

A SRª MARINA SLVA – Penso que não seria natural encararmos a seguinte situação: um determinado chefe consulta o seu subordinado sobre se é possível matar uma pessoa ou um ser vivo com uma determinada dose de veneno. Faz essa consulta. Aí, no dia seguinte, o subordinado chega com o atestado de óbito e um cadáver. Isso é uma coisa normal? É possível que estejamos diante de uma situação semelhante a essa?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não. Eu acho que...

A SRA. MARINA SILVA – Quero continuar, porque estou aqui tentando ilustrar, Senador Arruda. Quero dizer o seguinte: a Drª Regina – claro, ela já veio e fez a sua confissão – teve um comportamento, da forma como V. Exª e o Senador Antonio Carlos Magalhães colocam, como se fosse uma pessoa que procederia dessa forma. É isso que quero mostrar aqui. Mas quero dizer também que não é correto separarmos a emoção das ações, porque é a emoção que conduz à ação. Às vezes, parece técnico, científico, de forma bastante engenhosa, não sei falar o termo, dizer que essas são coisas subjetivas, são coisas das emoções. Mas são essas coisas subjetivas das emoções que nos trazem aqui, em vez de estarmos no plenário, debatendo, discutindo isso. Por exemplo: é a curiosidade das pessoas em saber o voto dos outros, a necessidade de prestar um determinado serviço ao chefe, mesmo quando o chefe ainda não disse que é para fazer isso, a pessoa já faz aquilo que foi antecipado, e coisas dessa natureza.

Então, o que estou querendo ilustrar, Senador Arruda, é que, diante do temperamento do Presidente do Senado, e V. Exª diz que fez a consulta em nome dele, com o consentimento dele, V. Exª não dimensionou que, ao perguntar ao Presidente se ele queria a informação, isso não seria decodificado como uma ordem, sendo conhecedor da posição da Drª Regina em ser uma mulher, parece-me, de resultados, de trazer o fubá quando as pessoas ainda estão plantando o milho? E V. Exª não pesou tudo isso no momento de fazer essa consulta, inclusive fora do seu espaço de trabalho?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Bom. A questão de fora do espaço de trabalho em que V. Exª insiste, quero dizer que V. Exª e eu estivemos recentemente fora do espaço de trabalho, cumprindo uma missão nobre, juntos.

A SRª MARINA SILVA – Mas era nobre.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então...

A SRª MARINA SILVA – Sim, mas essa consulta aqui não tem um fim nobre.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Está bem, Senadora, mas, então, a culpa não é do...

A SRª MARINA SLVA – O Senador Pedro Simon se preocupa em saber onde estivemos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Está bom. Vou responder.

A SRª MARINA SILVA – Porque, senão fica numa situação delicada.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro, Senadora. Apenas estou querendo dizer que o diálogo foi aquele; não, foi na sala da minha casa.

A SRª MARINA SILVA – Não, comigo; com a Regina.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Em segundo lugar, Senadora, eu quero dizer o seguinte: a Srª fala sobre o pecado da curiosidade. Este parece que só o Senador Antonio Carlos e eu tivemos. A Drª Regina não teve. Ela pegou mas não

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 74
27.04.2001

olhou. Mas, ainda assim, ela tem todo o crédito, o que é bom, não tem nada ruim nisso. A segunda coisa é a seguinte: a Drª Regina veio aqui e teve um comportamento, que é o comportamento de: "olha, tendo em vista os fatos que mostraram que o que foi feito não foi correto e tudo o mais, eu vou aqui dizer tudo que sei. Ponto. Em função disso, eu fiz uma reflexão, discuti com algumas pessoas e tive o mesmo ato. Nós dois somos pessoas diferentes. Ela tem a sua personalidade, eu tenho a minha; provavelmente, ela tem as fraquezas dela, eu, as minhas; ela é funcionária; homem, mulher, formação acadêmica, não importa. O que importa é que tivemos o mesmo gesto.

A SRª MARINA SILVA – Eu quero fazer uma pergunta, Senador Arruda.

A Comissão, todos os seus colegas Senadores estão imbuídos do seguinte propósito: chegarmos à verdade, nada mais do que a verdade. Para chegarmos à verdade, é preciso que V. Exª passe por essa situação e todos nós também. Não me canso de repetir: para mim, justiça não é vingança, nem compaixão; justiça é justiça. E, muitas vezes, a justiça está acima do nosso ato de amar as pessoas. Não existe quem amamos mais do que o nosso filho, mas se ele cometer um crime, vai ter que ir para a cadeia, não tem jeito. É um filho, nós o amamos. Não estou fazendo comparação, só estou querendo ilustrar o ato para separar bem das pessoas.

A pergunta que faço: quem está mentindo? V. Exª, quando diz que fez a consulta em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães e com o seu consentimento, ou o Senador Antonio Carlos Magalhães, quando diz que V. Exª fez a consulta de **motu proprio**, porque não conhecia essa informação e não consentiu que usasse o seu nome para tal consulta?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – De minha parte, é muito claro: houve o encontro, reproduzi aqui o diálogo. Na parte mais substantiva, que interessa à pergunta de V. Exª, eu perguntei: "Posso falar em seu nome?", ou "Posso perguntar em seu nome?", não sei o verbo, mas em seu nome, e me lembro de S. Exª ter repetido: "Pode, em meu nome." Portanto, isso está muito claro. Agora, eu, sinceramente, quando ouvi o depoimento ontem, tive um sentimento de que S. Exª negava isso. Depois, algumas pessoas me disseram que S. Exª, na verdade, não se referiu ao encontro, mas também não o teria negado. Não sei, não vou entrar no mérito do que S. Exª disse ou deixou de dizer. O que posso lhe garantir – e essa é a minha verdade – é que foi isso. Acho que as colocações, aqui, foram sobejas e o mostraram. Não fosse isso, o comportamento depois não teria sido o que foi.

A SRª MARINA SILVA – Eu quero concluir com uma observação: se o Procurador Luiz Francisco não tivesse o dom de gravar o que não foi falado, mas que, de certa forma, acabou revelando o que de fato foi praticado – tanto é que nós estamos aqui, o fato existiu –, com certeza, tudo isso que aconteceu ia ficar num segredo confessional. Ninguém ia ter condição de saber, ficaria entre as pessoas que fizeram a operação – V. Exª, o Senador Antonio Carlos e a Drª Regina –, sem reprovação nem punição. Esse ato, com certeza - nós não sabemos -, poderia tranqüilamente ser usado para outras operações no futuro, se é que não ocorreu antes. Então, eu acho que – eu vi o Procurador Luiz Francisco sendo quase que crucificado na Comissão de Ética – isso saiu de algum ponto e foi exatamente deste ponto: algo aconteceu de fato e começou a surgir como uma pequena ponta do iceberg. O Brasil todo acompanhou que estávamos não condenando o Dr. Luiz Francisco, como se S. Exª estivesse fazendo uma calúnia de que alguém teria falado em lista, etc.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 75
27.04.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2106

O que eu quero dizer é que V. Exª disse que não deu conhecimento da lista, mas V. Exª deu conhecimento a pelo menos uma pessoa: o Senador Antonio Carlos Magalhães. Aí, já quebrou o sigilo do voto de todos nós, porque não havíamos autorizado nem V. Exª, nem o Senador Antonio Carlos Magalhães a ter conhecimento. A diferença é muito tranqüila e eu acho que nem deveria insistir nisso, mas é que fico sem entender quando as pessoas querem comparar o meu direito de abdicar do segredo do meu voto. Eu posso abdicar do segredo do meu voto. Eu votei pela cassação, eu votei no Senador Jefferson Péres, e isso não me levará à Comissão de Ética. Agora, o que poderia me levar à Comissão de Ética seria criar um artifício para saber o voto daqueles que não queriam revelá-lo ou, pelo menos, não abdicaram do seu direito de manter em segredo o seu voto.

Então, existem duas culpabilidades aqui, sob o ponto de vista a ser analisado, Senador Arruda. A primeira delas: fazer uma operação para tomar conhecimento do voto dos Srs. Senadores. A segunda: fazer uso da informação adquirida, porque o uso foi feito. O voto da Senadora Heloisa Helena foi usado para se fazerem insinuações maldosas em relação à forma como ela havia votado. E, infelizmente, hoje, neste País, parece que o crime foi cometido por quem teve uma opinião - que tenho certeza foi pela cassação - e não daqueles que procederam à violação do painel do Senado no dia da votação de cassação do Senador Luiz Estevão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Bom, Senadora, sobre essa parte final, o único registro que considero que devo fazer é que a quebra do sigilo do voto, de acordo com o que está no Regimento, não é exatamente a interpretação de V. Exª. Não é o caso de ficar comentando isso, mas, de qualquer maneira, quando a Senadora Heloisa Helena disse no **Estado de S. Paulo**, no dia 16 de fevereiro, "é ridículo, mas eu fiz", efetivamente ali há um comportamento anti-regimental, de grupo e anterior ao voto. Portanto, eventualmente, influindo no conteúdo do voto.

Não vou entrar nessa discussão, mas vou lhe dizer uma coisa. Nessa questão prefiro estar ao lado do pensamento do Senador Tião Viana, que, com uma justificativa muito competente, apresentou ao Senado um projeto para acabar com o voto secreto. Sinceramente, Senadora Marina Silva, apesar de toda essa repercussão, apesar de todas as falhas que foram cometidas, e da minha parte já as assumi, conceitualmente, ainda continuo achando que o resultado da lista, pelo menos no que me diz respeito, eu não usei para nada nunca. Portanto não teve nenhuma conseqüência objetiva.

Agora, o instituto do voto secreto dá guarida a muita coisa ruim.

A SRª MARINA SILVA – Com certeza.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Prefiro sinceramente que o sigilo seja dado ao eleitor que nos escolhe, mas que nós, que somos os escolhidos, votássemos sempre em aberto, claramente. E aí, aqui para nós, muita hipocrisia, muita coisa cairia por terra.

A SRª MARINA SILVA – Concordo inteiramente com V. Exª. Inclusive se não houvesse o sigilo não teria espaço para a prática que foi realizada, inclusive envolvendo V. Exª. E acho até que houve talvez uma impaciência pela quebra ou pela aprovação do projeto Tião Viana, que poderia ter feito um pedido de urgência urgentíssima e se conheceria o voto das pessoas, ao invés de fazer uma operação para verificar como votaram os Srs. Senadores.

Para concluir, Sr. Presidente, o que me causa ainda bastante estranheza é que o Senador Antonio Carlos Magalhães ontem usou o tempo todo o argumento de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
2107
SC- 76
27.04.2001

que não tomou nenhuma providência por razões de Estado, só que o guardião do Estado, da sociedade brasileira é o Ministério Público Federal, são os Procuradores da República, e ele foi fazer comentários exatamente na Procuradoria da República. Como que alguém, **interna corporis,** não toma a atitude que deveria tomar para proteger a instituição e vai fazê-la para aqueles que, com certeza, achariam muito estranho um procedimento desse? Há uma contradição muito grande e, portanto, por mais que se explique, eu, do meu ponto de vista, não me sinto convencida pelas nobres razões que levaram a não tomar as providências cabíveis para o dolo praticado, a menos que tenha sido de encomenda.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, como estou tomando um remédio por causa da pressão alta, vou ter que ir ao banheiro mais uma vez. São dois minutos, por gentileza.

A SRª EMILIA FERNANDES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Não precisa da presença do depoente?

A SRª EMILIA FERNANDES – Não. A pergunta é para V. Exª mesmo..

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Depois com a palavra o Senador Pedro Simon e, por último, o Senador Eduardo Suplicy.

A SRª EMILIA FERNANDES – O questionamento que fiz em relação ao pagamento do funcionário Gazolla, V. Exª tem a informação.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Tenho...

A SRª EMILIA FERNANDES – Não, pediria a V. Exª, até porque ficou sem resposta, que informasse quais os procedimentos que, pelo que sei, estão sendo realizados e que V. Exª tem conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Permitiria, então, ler o depoimento do Gazolla, resumidamente, em resposta à pergunta do Senador Waldeck Ornélas e também do Senador Antero Paes de Barros sobre quanto ele recebeu e quem pagou. Ele explicou que recebeu por visitas e foram R$1 mil, pagos pela Panavídeo. E eu solicitei à Panavídeo a relação das visitas que fez, as datas em que o fez e os valores correspondentes - se é o total pelas visitas ou o que cada uma... E, posteriormente ao recebimento dessa lista, vou consultar o Prodasen e a Diretoria-Geral do Senado como restituiu esse pagamento; se está dentro do contrato ou se foi especialmente pago por essas visitas.

O SR. PEDRO SIMON – A rigor, Sr. Presidente, ele fazia por consulta com a Panavídeo: tantas consultas por mês.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – É, por visitas.

O SR. PEDRO SIMON – Se ele cobrava R$ 1 mil por visita, essa foi baratinha, porque foi de noite, de madrugada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ele disse que era o compromisso de R$1 mil quando ele terminasse, e recebeu somente em setembro.

Então, acho que, na semana que vem, teremos a relação dos dias de visita; para coincidir ou não; se foi pago isso ou não. Ele diz que foi pago. Aqui, ele declarou que estava incluído entre as relações.

A SRª EMILIA FERNANDES – (Inaudível. Fora do microfone) ... investigada, de onde o dinheiro sai, de onde vem...

O SR. BELLO PARGA – Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Pois não.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 77
27.04.2001

FLS. 2108

O SR. BELLO PARGA - Senador Romeu Tuma, eu gostaria de lembrar que esse assunto foi tratado nos depoimentos do Sr. Gazolla e do...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Do Gazolla.

O SR. BELLO PARGA – Não. E do funcionário Nóbrega, que é exatamente quem procedeu aos contratos. O depoimento de ambos...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito. É que eu até pedi para o Senador Ramez Tebet para poder esclarecer à Senadora.

O SR. BELLO PARGA - ... se estende sobre esse assunto. Está no depoimento deles.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Perfeito.

A SRª EMÍLIA FERNANDES – São providências que vão ser tomadas... (Inaudível. Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Ela quer saber se há coincidência ou não da data da visita com o valor recebido. (Pausa.)

O SR. PEDRO SIMON – Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se quiser perguntar, não. Não está aí. Estamos esperando.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quem sabe V. Exª quer fazer o preâmbulo sem a presença do depoente? (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, tem V. Exª a palavra, porque o Senador José Roberto Arruda acaba de retornar.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Corregedor, prezado colega **(Inaudível. Intervenção fora do microfone)**, V. Exª acha que, a essa altura... Nós tivemos três depoimentos, da Drª Regina, do Senador ACM e de V. Exª, que coloca uma questão para o debate e para a análise que devemos fazer. Eu gostaria de esclarecer algumas idéias que tenho, positivas e concretas, em relação a esses fatos. Primeiro, acho que V. Exª, Senador Arruda - e a mim parece que não o faz por mal -, não está convencido da gravidade do fato da violação do painel. Quando V. Exª, por exemplo, acha... - eu acho grave. Acho que se deve terminar com essa história de o voto ser secreto e mostrar o voto, em quem votou para dizer que votou naquilo. Assim como se pode, sinceramente, mostrar o voto para dizer em quem votou, pode-se também fazer isso em troca de voto, comprando, vendendo ou coisa que o valha. Agora, de qualquer maneira é um ato espontâneo do cidadão que mostrou o seu voto, e é feito ali na hora.

Agora, é inédito no mundo o que aconteceu aqui. Quer dizer, invadir o painel, arrombar o painel, chegar ali e pegar a lista do painel, isso não tem precedente. Isso é um ato, quer dizer, o que nós estamos fazendo? Nós somos representantes do povo. Para quê? Para votar em nome do povo. Pois, se o ato de votar, que é o ato mais importante, está sendo violentado, o povo vai confiar em quê? Tanto que está aí: o Brasil todo está assistindo aos nossos trabalhos neste momento, e, pelas perguntas que fazem, está todo mundo debochando de nós, nos ridicularizando, dizendo desaforos. Quer dizer, ao nos assistir, passam o microfone para as pessoas, que dizem: "Ah, esses bobalhões! O que eles estão pensando? Fizeram...". Por quê? Porque nós estamos no limite mais baixo que eu vi da credibilidade; é este momento. Então, o ato de violentar o painel é algo de uma gravidade!, pelo seu ineditismo.

Ontem, o Senador Antonio Carlos achou que eu queria fazer uma comparação quando eu disse: "roubar, se rouba; bandalheira tem", mas quero dizer que corrupção, roubo aqui, roubo ali, isso são fatos desgraçadamente existentes,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 78
27.04.2001

mas quase corriqueiros na história da humanidade. Devemos combater? Devemos combater. É crime? É crime. Devemos ser contra? Devemos ser contra. Isso faz parte da rotina. Agora, violentar o painel?! Somos nós, é a nossa gente, é a nossa maneira de ser, o nosso proceder; é a confiabilidade do Senado que está sendo discutida.

Diante dessa tese, em que considero o fato mais grave que ocorreu no Senado, nos vinte e quatro anos em que estou aqui, a violação do painel, dentro desse contexto, quero examinar:

- Ponto nº 1: V. Exª recebeu a orientação – nós não podemos ficar aqui... Acho que a acareação vai ser interessante. "Eu sugeri", "eu fiz um pedido de informação", "eu dei a entender", "eu pedi" ou "eu dei uma ordem", isso a acareação vai demonstrar. Mas nós temos de analisar o que aconteceu. O que aconteceu?

Aconteceu que às 10 horas da noite, ou 10 horas e 30 minutos, ou 11 horas, chamada por V. Exª: ela estava lá no seu apartamento. Recebeu uma orientação de V. Exª, uma determinação, uma sugestão, um conselho - eu não sei. Mas, veja: devemos analisar, porque aquela senhora - V. Exª diz, o Senador Antonio Carlos diz, todo mundo diz – é da mais alta competência, da maior capacidade, da maior seriedade, da maior credibilidade. Essa senhora, que tem todas essas qualidades, saiu do seu apartamento, pegou o carro, telefonou para o tal de... (primeiro foi o Ledur?) telefonou para o Ledur... O Ledur é ex-sargento, que passou a vida inteira – ele mesmo disse – como sargento, batendo continência para tenente e dizendo "sim, senhor"; agora, ele é funcionário, mas funcionário que se tem até numa exagerada humildade. Para mim, ele é funcionário do computador, do painel, mas ele não se considera isso. Ele se considera um instrutor. Mas os outros são pessoas muito importantes, tanto que ele diz que, quando a diretora telefonou para casa dele, ele tremeu: "a minha diretora está telefonando para mim?" E quando ela disse que queria falar com ele, ele tremeu duas vezes. E, quando chegou lá em baixo e pediu que ele descesse, ele desceu. E quando ele abriu a porta, disse: "estava lá minha chefe, que parecia que tinha visto um fantasma. Branca, apavorada, assustada". Aí é que tem de ser analisado o problema; aí é que temos de interpretar os fatos, independente das questões. O que ela diz? "Eu recebi uma ordem do Sr. Antonio Carlos Magalhães de que eu tenho que fazer esse serviço". Perdão. Antes do Ledur, foi o marido. Ela chegou para o marido e conversou com ele. Eu perguntei ao marido dela: "mas V. Sª não deu um conselho à sua mulher? Não achou que devia falar?" Não teve condições. "Ela estava em tal estado de pânico, que não me achei em condições. Pensei: vou dar solidariedade à minha mulher, tal o pânico em que ela se encontra". Daí, foram para o Ledur. O Ledur diz: "Mas eu não podia dizer nada; eu fiquei branco". E aí há um aspecto importante: "A mim, Ledur, disseram que era uma determinação do Presidente, para um serviço de informação da maior importância, para fiscalizar". Então, eu acho que, tirando a D. Regina, os outros funcionários têm um preconceito de boa-fé, porque eles não têm obrigação de saber o que é, o que não é. Eles receberam uma determinação para fazer uma operação, que era vigilância, para garantir, para o Presidente do Senado. Fizeram.

Aí, o Ledur topou. Foram falar com o outro cidadão; também concordou. Aí, verificaram que eles não conheciam o painel direito. Foram trazer o tal de Gazolla, que era membro da antiga empresa. E o Gazolla veio e fez a operação. A operação foi feita: o resultado da lista.

O resultado da lista, bota em um envelope, e ela pede, do seu telefone, para o seu funcionário, às 10 horas, estar na frente da biblioteca... À tarde, tal hora, estar

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 79
27.04.2001

na frente da biblioteca. Chega lá, ele recebe. Diz ela que... Não, diz o funcionário... O funcionário falou para nós que ela estava tão tensa que ele disse que aquele envelope ia para o Antonio Carlos Magalhães. Isso ele disse aqui. Ele disse aqui: "Esse envelope... A senhora fique tranqüila, que esse envelope vai ser entregue ao Sr. Antonio Carlos Magalhães."

Aí, o envelope é entregue a V. Exª. V. Exª abre, olha, tem a curiosidade de ler, fecha e vai correndo lá para o Antonio Carlos – até parece baiana, foi correndo lá para o Antonio Carlos. Foi lá para o Antonio Carlos: "O senhor está sentado?"; "Você não está vendo que eu estou sentado?"; "Está aqui a lista". Ele abre, olha, vê... Os dois comentam... V. Exª diz que não quer comentar, e acho que faz muito bem, porque aí vai dizer "o fulano" – deve ter sido isso –, "mas olha aqui o fulano", "mas olha aqui o beltrano", "mas o que que é isso?" Aí, V. Exª disse: "Telefona para ela, para agradecer, porque ela ficou muito nervosa, ela fez um trabalho muito rápido, etc. e tal; merece um telefonema." "Olha, minha senhora, muito obrigado. Fique tranqüila." Foi isso que aconteceu. Em 34 segundos! Foi isso que aconteceu. Muito bem. Essa é a versão de V. Exª.

Versão do Antonio Carlos: ele não tem nada a ver com o assunto. Ele só aparece sentado lá, quando V. Exª entra no gabinete dele e entrega a lista. Aí, ele olha a lista, e, aí, acontece tudo igual. Olha a lista, vê, comenta com V. Exª os nomes da lista; é bom, é ruim, não sei o quê. E, aí, V. Exª pede para ele dar o telefonema, e ele dá o telefonema.

Conclusão minha, Presidente – permita-me a sinceridade: V. Exª é culpado. V. Exª é culpado, se recebeu a ordem do Antonio Carlos ou se não recebeu a ordem do Antonio Carlos. Se ele deu a ordem – não vamos dizer ordem, porque V. Exª não é de receber ordem –, se ele fez o pedido ou se ele não fez o pedido, V. Exª é culpado.

Imaginar que V. Exª, um engenheiro, puro, sincero, bem intencionado, acreditava que era fiscalização do painel, que estava prestando um serviço... Ninguém pode ignorar a lei. É evidente que... É óbvio que aquilo ali era um fato de uma ilicitude total. Com todo o respeito, eu acredito que V. Exª é culpado. O Sr. Antonio Carlos, para mim, pouco se me dá, se a versão dele é a verdadeira ou se a versão de V. Exª é a verdadeira. Para mim, é a mesma coisa. O Sr. Antonio Carlos, Presidente do Senado – vamos dizer que a análise que ele conta é só o que ele diz que é verdade: V. Exª chegou e entregou a lista para ele. Ele não sabia de nada. Mas se ele não sabia de nada e recebeu a lista, como é que ele vai rir e comentar com V. Exª: "olha isso aqui, aquilo ali"? Ele tinha que bater na mesa. Ele tinha que ser grosseiro com V. Exª. Ele tinha que convocar a Mesa. Ele tinha que convocar os Líderes: "Olha, eu tenho aqui uma coisa, uma barbaridade que aconteceu. Houve uma fraude no painel. Chame essa senhora aqui, que quero conversar com ela." É isso que ele tinha que fazer. É isso que ele tinha que fazer; ele tinha a obrigação de fazer isso. Então, para mim, o Sr. Antonio Carlos, embora tenha sido um pouco exagerado querendo passar toda a culpa para V. Exª – ontem, na reunião, de certa forma, transferiu a responsabilidade para V. Exª, pois ele não sabe de nada, nunca conversou com a Fulana nem com a Beltrana –, isso independe. S. Exª é tão culpado ou mais que V. Exª, porque era o Presidente, e as coisas só se consumaram por causa dele. Segundo a versão dele, não a de V. Exª, a versão do Senador Antonio Carlos, V. Exª levou a lista para ele e quem recebeu a lista foi ele. Então, o Senador Antonio Carlos Magalhães foi o responsável por não iniciar um processo de punição e é responsável porque a preocupação de V. Exª, bem como

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 80
27.04.2001

do Senador Antonio Carlos, era a de controlar e fiscalizar a segurança do painel. Esse painel é confiável? Temos garantia utilizando esse painel? De repente, vem o resultado: entra a mulher, mostra a lista e se fica sabendo que não tem segurança alguma. Se a pergunta do Sr. Antonio Carlos, feita por meio de V. Exª foi "vá lá e diga para D. Regina que quero saber, porque andam comentando que funciona, que as listas andam, não sei o que, quero saber se é verdade ou mentira e se é verdade, quero ver", a resposta é essa: é verdade. A D. Regina mandou uma cópia. Quando V. Exª levou uma cópia ao Sr. Antonio Carlos é porque era verdade: o painel corria risco. Estava provado que não tinha segurança. A primeira decisão do Presidente Antonio Carlos deveria ser cobrar de V. Exª e da D. Regina a culpa pelo fato. A segunda decisão do Sr. Antonio Carlos deveria ser: "Vamos tomar as providências para que isso não se repita. Chame Fulano aqui", ou seja, aquilo que foi feito, não sei quantos meses depois, que precisou aparecer no jornal para trazer a Universidade de Campinas. "Vamos trazer a Universidade de Campinas. Vamos ver o que aconteceu. Vamos tomar providências para que isso não se repita." O que foi feito? Nada, nada, nada. Toda essa coisa foi feita para verificar se o painel podia ou não ser arrombado. Foi arrombado, tiveram a prova do rombo, e o Sr. Antonio Carlos rasgou a prova do rombo. Não quis dizer ontem, mas digo hoje: é difícil. Não consigo ver. Para quem tem a fama de ter dossiê até... Meu Deus! Passou na frente da casa dele a segunda vez, S. Exª já tem um dossiê. "Aquele passou duas vezes na frente da minha casa." E tem um papel desse. Alguém me disse, mas deve ser piada: "Que nada, ele já colocou no envelope e já está lá na lista do jornalista que está fazendo a biografia dele". Esperem para ler essa folha quando for publicada a biografia do Sr. Antonio Carlos. Não sei, mas que é difícil imaginar o Sr. Antonio Carlos pegar...Cá entre nós, o Sr. Antonio Carlos tem apresentado uns dossiês mixurucas mesmo, umas duas páginas de jornal. De repente, surge uma coisa dessa e ele rasga o dossiê. E não podia ter rasgado, pois, como Presidente do Senado, S. Exª tinha que ter colocado o dossiê no envelope pardo que V. Exª deu para ele, lacrado e posto num cofre. Essa era a obrigação de S. Exª. "Vamos ver amanhã ou depois o que vai acontecer, vamos verificar como as coisas aconteceram". A obrigação do Sr. Antonio Carlos não era rasgar o papel, mas colocá-lo no envelope e deixá-lo lacrado num cofre. Essa era a obrigação dele.

Então, estamos hoje nessa situação – parece piada – de saber o que foi que aconteceu. Digo com toda a sinceridade: faço questão da acareação, porque é muito importante. Para mim, não muda nada. Independente do que disserem, meu juízo está feito. Mas será interessante ver o Sr. Antonio Carlos olhar na cara de V. Exª e dizer: "Eu não dei ordem, não fiz pedido, não tem coisa alguma, eu não sabia de nada, só fiquei sabendo quando V. Exª entrou no meu gabinete". Vai ser muito interessante, porque não é verdade, segundo diz V. Exª. E, se não é verdade, segundo diz V. Exª, essa é uma das afirmativas que, apesar de todas as adaptações feitas num depoimento e no outro depoimento, nós vamos verificar dentro da acareação.

No entanto, acredito quando V. Exª diz que está arrependido, que cometeu um erro, que reconhece que cometeu, que faz o mea-culpa e que quer recomeçar. V. Exª foi muito injustiçado. O seu partido, pelo menos a Bancada Federal dos Deputados do seu partido, fez algo que acho muito feio. Quer dizer, fazer uma moção para expulsar... No dia anterior, tinha uma nota do Presidente da República de solidariedade a V. Exª. Nas horas difíceis, amargas, para não deixar acolher assinaturas de CPI, etc. e tal, para definir as posições mais infelizes desse Governo,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 81
27.04.2001

lá estava o Senador Arruda batendo e todo mundo reconhecendo. Quando chega uma hora como essa, que estamos num depena e quando a Bancada do PFL se reúne lá e, por unanimidade, dá um voto de louvor para o Sr. Antonio Carlos, dizem até que é de mentirinha, mas deu. Na verdade, dizem que o Bornhausen e etc. estão para um lado, mas torcem para o outro lado, mas deram o voto. A Bancada o PSDB da Câmara dos Deputados toma uma decisão de uma infelicidade total.

Concordo que V. Exª deve lamentar o que ocorreu com a Bancada. Concordo que V. Exª deve-se sentir numa situação de profunda amargura e de interpretação olhando para frente. Mas eu lhe digo com toda a franqueza: acho que a primeira coisa que V. Exª deveria fazer, a primeira, é reconhecer que o ato feito no painel – V. Exª pode até dizer: "Eu não me tinha dado conta" – é muito grave. Segundo, V. Exª tem que ter cuidado, muito cuidado, para não parecer que V. Exª e o Sr. Antonio Carlos estão querendo fazer com que a corda estoure nos funcionários, porque, da maneira como está, Antonio Carlos: "Eu não dei ordem nenhuma"; o Líder: "Eu dei um conselho. Vai lá dar uma olhadinha para ver se pode" e, de repente, ela faz tudo isso. Vamos ter que dar um voto de louvor a V. Exª, um voto a Antonio Carlos e demitir os funcionários. Acho que esta de estourar no mais fraco, que, aliás, já veio de cima, quer dizer, o Antonio Carlos de certa forma deixou V. Exª sozinho, pendurado no pincel, tanto que às perguntas, quando a gente fazia nesse sentido, a resposta que ele dava para nós era: "Pergunte amanhã para ele, isso não é comigo", e V. Exª, duas vezes hoje, disse a mesma coisa: "Pergunte para a Drª Regina, isso é ela que vai responder". Quer dizer, vai indo e, nesse sentido, mérito a Dona Regina que não mandou perguntar nem para o Ledur e nem para ninguém: "A responsabilidade é minha". Isso a Dona Regina fez questão de dizer: "Eu recebi a determinação, eu sei que está errado, eu lamento o erro, tenho profunda mácula com os meus colegas da instituição, que é altamente credibilitada, que tem alta credibilidade, pelo que eu fiz, mas quero dizer que a culpada sou eu". Até ela faz questão de dizer que os outros, como o Sr. Ledur e os outros, tirando o marido dela, entraram sem saber, entraram pensando que estavam prestando um grande serviço de segurança a pedido do Presidente Antonio Carlos. Esse mérito ela teve. Embora nós sejamos obrigados a dizer aqui: primeiro, mérito ao Procurador Luiz Francisco, que a imprensa e até os seus colegas quiseram fazê-lo de bobo, até colegas seus quiseram dizer que ele tinha que fazer exames não sei do quê, e mostrou que é um homem de bem, que é um homem de respeito, que é um homem de dignidade. Ali ouviu, viu que o fato era grave e noticiou.

E aí é que é outra coisa importante. Como diz a eminente Senadora Marina: "O problema é do Luiz Francisco, se não fosse o Luiz Francisco, eu não sabia de nada". Ela está certa. Se o Sr. Antonio Carlos tivesse ficado calado... Ele falou, e aí é que a gente tem que analisar a personalidade do Sr. Antonio Carlos. Mas esse assunto já estava encerrado, como V. Exª disse, esse assunto já estava morto, não se falava mais no assunto. Por que ele trouxe o assunto? Por que ele trouxe? E está lá na gravação, está na fita: "Nós temos a lista ou conhecemos a lista – sei lá o que –, a Senadora fulana votou assim". Tem gente que diz que é da natureza do Antonio Carlos, que ele tem uma força, tem uma qualidade, tem um poder. Para ele, se ninguém ficar sabendo, não tem graça. Tem graça para ele quando ele tem aquilo e todo mundo sabe que ele tem.

Até contaram uma certa anedota. Uma artista muito bonita e um cidadão muito sem graça ficaram presos numa ilha não sei quantos dias. E eles dois sozinhos ali e tal, ele insistiu para ter os favores dela. E ela disse não. Ele insistiu. E

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 82
27.04.2001

ela disse que não. Ele insistiu. E ela disse que não. Mas o cara era tão chato que ela não conseguiu se ver livre dele. Então ela disse: "Concordo, mas com uma condição." E ele: "Que condição?" Ela disse: "Você jura que quando chegarmos lá você não vai contar para ninguém?" Ele saiu dali, foi para lá, ficou meditando, meditando, voltou e disse: "Se é para não contar, eu não quero. Porque aí eu vou morrer."

O Senador Antonio Carlos parece ter um pouco disso. Por que ele tinha de dizer que tinha a lista? Por que ele tinha de dizer que sabia aos três procuradores? Por que ele tinha de dizer que sabia?

Mas foi ali que começou. Foi por isso que chegamos ao dia de hoje.

E eu encerro, Sr. Presidente. Temos de fazer um esforço muito grande para não caírmos no que a opinião pública está dizendo de nós. Tem um comentarista da TV Globo que está se aproveitando.

E agora podem dizer o que disserem de nós, porque o que disserem o povo aceita. Mas me atrevo aqui a dizer aos meus amigos: que não aconteça o que estão dizendo.

Podemos absolver. Não tenho **parti pris**. Podemos absolver, podemos condenar, podemos fazer o que quisermos. Não podemos é fazer um arreglo de liderança: de PMDB, de PSDB, de PFL, envolvendo o Dr. Arruda, o Dr. Antonio Carlos, o Dr. Jader. Se fizermos isso, é a desmoralização do Senado, e todos nós vamos pagar essa conta.

Por isso acho que, numa boa hora, a CPI conseguiu as assinaturas na Câmara dos Deputados. Acho que devemos dar entrada, na segunda ou na terça-feira, ao requerimento de criação dessa CPI. Ela tem que ser instalada, e a resposta que temos que dar a este mau momento do Congresso Nacional é a resposta em que se faça esse trabalho. Em que a Oposição não faça dessa CPI apenas uma tribuna para demolir o Governo, mas em que nós vamos buscar a verdade.

Acho, Sr. Presidente, que essa responsabilidade nós temos. A não pensar na outra, que é a interrogação que fica no ar. Foi essa a única vez que se manobrou com esse painel? Ou houve outras vezes em que já se manobrou usando esse painel?

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Vou começar pelo final, nobre Senador Pedro Simon.

V. Ex.ª, como todo o Brasil sabe, é um político, um advogado, um homem público brilhante. Coloca as suas posições com tal clareza e com tal didatismo que tem que ter muito cuidado para...

O SR. PEDRO SIMON - Digo-lhe que o fiz do fundo do coração e com profunda sinceridade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Acho que V. Ex.ª sempre o faz, reconheço isso. V. Ex.ª é um homem muito transparente, até nas coisas das quais discordo.

O raciocínio de V. Ex.ª, embora tão claro, tão transparente, tão lógico, tem algumas coisas com as quais não se trata de concordar nem de discordar. Aqui para nós, quem sou eu, nesta hora, para concordar ou discordar de V. Ex.ª. Não tenho a sua experiência, estou aqui como acusado de uma falha regimental grave, portanto, não vai esse espírito.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 83
27.04.2001

FLS. Nº 2144

Apenas não posso deixar de fazer alguns registros muito rápidos.

O SR. PEDRO SIMON - Para mim, V. Exª é um colega pelo qual tenho o maior respeito, a maior admiração, e está em igualdade de condições com todos nós que estamos aqui.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Começo pelo final. V. Exª indaga se esse painel sofreu, em outras votações, algum processo de extração de lista, de conhecimento de resultado, de adulteração de voto ou de presença.

Acho que enquanto não se fizer essa perícia com seriedade, desculpe-me, podemos estar cometendo um grave erro. Não tenho conhecimento de outras coisas. Mas eu, que vi isso, fiquei estarrecido ao saber que há um botão macetoso. Eu nunca o usei.

Agora, depois disso ocorrido, Senador Simon, o painel ficou sem funcionar uns 30 dias, não foi?

O SR. PEDRO SIMON – Dois dias.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, alguns dias. Quando voltou a funcionar, eu tinha esquecido o meu número. Aí, tinha que votar uma coisa lá, eu, debaixo, perguntei lá em cima: vê a minha senha. Gritaram a minha senha, eu fui lá e votei. É esse painel de segurança máxima que estamos discutindo.

O SR. PEDRO SIMON – 30 dias?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Depois disso, agora, depois, agora, estou falando agora, há 15 dias, aconteceu comigo. De baixo, falei, alguém aí vê a minha senha. Olharam no caderno, um funcionário lá tem a senha e gritou: "sua senha é tal".

É disso que estamos falando. Então, ou alguém... Porque a impressão que dá, ouvindo V. Exª e tendo a versão, é que era uma coisa absolutamente hermética, fechada, e que foram lá... Não, não é. Mais do que isso, esse sigilo de várias outras formas, citei aqui duas, foi quebrado, com infração regimental grave. Em alguns casos, anterior ao voto, o que pode ter induzido o voto, não dá para esquecer que isso aconteceu só porque o que está neste momento focado é um outro erro, igualmente grave. Não pense que discute só dois e acabou porque não é, e a opinião pública não aceitará.

Segundo, V. Exª disse que não tenho dado a dimensão que o episódio tem. Senador Pedro Simon, tenho sofrido muito as conseqüências do tratamento que o assunto tem na opinião pública. Não tem jeito de ser mais avassalador. Agora, eu tenho procurado, racionalmente, dizer para mim mesmo e para as pessoas que me ouvem: olhem aqui, eu não fiz um ato de corrupção, eu não roubei, eu não desviei dinheiro público. Não é possível que esse ato, ainda que contenha uma falha regimental grave, seja considerado como o outro e seja tratado como o outro. Não concordo. Agora, concordar ou discordar, não tem muita importância, mas é o meu pensamento.

Também não posso concordar que, por ser inédito, V. Exª terminou o seu pronunciamento questionando o próprio ineditismo, que, porque é uma falha inédita, é mais grave do que roubar. Não é. O raciocínio fundamental...

O SR. PEDRO SIMON – (Intervenção fora do microfone) ... Fraudar, é a primeira vez na História. Estamos entrando com outro esquema que foi a primeira vez, a primeira...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Está bem, se for, se for, é inédito, o que não significa ser mais grave.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 84
27.04.2001

Obviamente, o tratamento que as pessoas na rua dão a esse assunto, mesmo no auge, na ebulição maior do problema, é dizer: "mas, espera aí, Arruda, o que você fez? Viu uma lista? Estava morrendo de vontade de ver também; todos queriam ver; o Brasil inteiro queria ver".

Dou a dimensão, estou sofrendo a dimensão disso, mas não quero – estou fazendo o esforço aqui de dizer: olha, não é a mesma coisa. Às vezes, até pergunto, será que se não fosse o Antonio Carlos que estivesse nisso, o PSDB teria feito o que fez, por intermédio do Deputado Jutahy Magalhães? Se não fosse o Antonio Carlos que estivesse nisso, com o temperamento, vamos falar claro, tem, com as ingresias que criou, será que o assunto estaria sendo tratado dessa forma? Também não sei. Questões que ficam aí.

V. Exª colocou uma coisa muito interessante, sinceramente, não tinha pensado. Vou lá, encontro com a Drª Regina, digo: "O Senador Antonio Carlos pediu para lhe fazer uma pergunta, porque tem boatos com esse negócio, todo o mundo fica sabendo". Ela diz: "Não, não pode ser, porque fica em outro lugar, o computador está ali, está assado". Aí sai e vai atrás de procurar técnicos para saber como era, e entre os caminhos que tinha, em estado de pânico, diz, em tese:

1. Voltar e dizer: é seguro, não tem problema, não vai ser mexido.

2 Tem falhas, são corrigíveis, serão corrigidas.

3. É um queixo suíço e vamos produzir aqui uma lista que é para o Presidente ter tranqüilidade.

Entre essas três, ela parte para a terceira. Muito bem. Sabe o que acho grave?

O SR. PEDRO SIMON – Pode ficar tranqüilo com uma coisa, ela fez para lhe agradar, ela achou que era o que V. Exª queria.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito bem. Até para agradar o outro, até porque, lhe pergunto, alguma outra vez a Drª Regina foi instada por mim a qualquer tipo de coisa? Era uma prática rotineira eu pedir as coisas para ela? Nunca.

O SR. PEDRO SIMON – Ela disse que nem por V. Exª nem por ninguém.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Nem por ninguém.

Mas o que quero dizer é que só V. Exª, Senador Pedro Simon, talvez com sua experiência de advogado militante, levantou o seguinte: sabe o que é grave também? É que a pessoa, que é competente, direita, enfim, na véspera, como ela diz, ou dois ou três dias antes, como eu acho, mas, enfim, não importa, às vésperas da votação, não tivesse consciência plena de como funcionava o sistema.

O SR. PEDRO SIMON – Também é verdade. A Chefe não conhecia.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Foi V. Exª quem levantou isso. E é muito grave. Aí já não é mais a vulnerabilidade do sistema, mas da gerência do sistema.

Sobre a questão da segurança, não tenho dúvidas de que foi essa a motivação dos atos que se seguiram. A forma de checar, olhando sob a ótica de hoje, foi a pior possível. O Senador Lúcio Alcântara foi muito direto ao assunto. É aquilo, foi a pior possível. Naquele momento, com toda sinceridade, não vi desta maneira. Quisera eu ter visto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, antes de conceder a palavra ao último Senador inscrito, o Senador Eduardo Suplicy, faço a leitura do seguinte expediente, recebido da Drª Regina Célia Peres Borges, encaminhando a este douto Conselho de Ética Parlamentar: Correspondência enviada pela TCO – Telebrasília Celular, em atendimento à solicitação feita por ela, referente aos

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 85
27.04.2001

extratos de ligações originadas do telefone que foi mencionado aqui (061) 9981-7927, nos dias 27 e 28 de junho de 2000, àquela época de propriedade do Prodasen, sob responsabilidade dela, Drª Regina Célia Peres Borges.

Com relação às demais informações referentes a ligações efetuadas ou recebidas por mim – diz ela - é importante destacar que as informações referentes a ligações recebidas naquele telefone celular só poderão ser obtidas por solicitação do próprio usuário ou judicialmente.

As informações referentes a ligações originadas pelo telefone fixo de minha residência, referente àquele período, serão enviadas tão logo as tenha.

Na oportunidade, reitero os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª me permite uma colocação?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Permito.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É sobre o tema. Em relação aos meus telefones de casa, do trabalho, enfim, quero colocar todos os sigilos à disposição. Só pediria, e não tenho nenhuma dúvida de que isso ocorrerá, que o Relator, no trato de matérias que não sejam atinentes a isso...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Feita a leitura, determino a juntada aos autos e a Secretaria fica na responsabilidade de me informar quanto ao item "a" – as informações referentes a ligações recebidas naquele telefone celular só poderão ser obtidas por solicitação do próprio usuário ou judicialmente. No caso, deve ser o Prodasen e vamos ver como vamos fazer, se necessidade houver.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Até porque, no caso específico, acho que é bom que todo mundo abra seu sigilo telefônico mesmo porque aí se vê tudo. Parece que sobre isso não há mais dúvida. As ligações foram feitas mesmo, ninguém desmente que foram feitas e, no caso específico da ligação que ela diz ter feito no dia 28, às 10 e tanto da manhã, eu preciso ressaltar, mais uma vez, que ela não se recordava. Se tivesse falado comigo, recordaria; só se recordou depois que olhou. Deve ter ligado, pois - vamos falar claro -, ela é uma pessoa direita, está querendo falar a verdade. Deve ter ligado, eu não recebi a ligação. O que é absolutamente natural porque, a partir das 9 da manhã, realmente, não sou eu que atendo diretamente, ou quase nunca sou eu que atendo diretamente. Além do mais, não é relevante porque não importa se é 9 ou 10 da manhã, tudo que tinha que ser feito, já tinha sido feito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, como último Senador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, Senador José Roberto Arruda, minha primeira palavra gostaria de transmitir a V. Exª e àquelas pessoas em especial, a quem dedicou, após quatro dias de reflexão, segundo o seu depoimento, que teve o cuidado de fazê-lo por escrito, e que dá a ele próprio um sentido de espontaneidade, de clareza, de muito valor e onde V. Exª diz: "Quero poder dormir tranqüilo, olhar as pessoas no olhos, especialmente meus filhos". Nesta ocasião, V. Exª também diz, num trecho que eu ouvi e li com muita atenção: "Quero fazer um agradecimento especial aos Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino e Ramez Tebet, que com suas declarações públicas fortaleceram a minha convicção de que deveria refletir mais sobre o caminho que acabei tomando, o caminho de falar toda a verdade."

Eu quero, inclusive, aqui, enaltecer os seus filhos. Ao próprio Fernando, peço desculpas se o deixei numa situação delicada...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 36
27.04.2001

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Posso lhe fazer uma observação, Senador?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas eu quero transmitir a seus filhos...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Claro!

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não toca nesse assunto, não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas eu transmito...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ele não quer que toque no assunto, Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Eu conheço V. Exª, tem todo o meu apreço, mas, por favor, isso não. Não é relevante para o fato. Faço esse pedido encarecido, como ser humano.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito bem!

Mas eu faço, então, uma referência aos jovens do Brasil que estão nos ouvindo, e em todas as escolas. Hoje a manchete do **Jornal do Brasil** diz respeito exatamente ao tema a que estamos nos referindo: a importância de se dizer a verdade. Pois, ontem, na Escola Parque da Gávea, cinco alunos do 2º Grau, vestindo camisetas com palavras de protesto, mobilizaram dezenas de colegas para reclamar do que consideram uma atitude arbitrária da direção da escola: a expulsão de quatro alunos que fumaram maconha durante uma viagem a Ouro Preto. A Manifestação coincidiu com uma palestra sobre drogas e por aí vai: "Minta! Não admita! Você vai se dar bem na vida! Aprendi isso na escola!" Por que estão dizendo isso? Até pensei que se referia aos episódios do Senado, mas ali a direção da escola expulsou quatro alunos que confessaram a verdade, ou seja, que tinham fumado maconha. E os alunos estão protestando porque os que mentiram, os que não falaram a verdade não estariam sendo expulsos. Então, Sr. Presidente, note que é uma reflexão de extraordinária relevância. Quando eu vi a camiseta, eu falei: será que é porque aqui no Senado estariam os Senadores ensinando as pessoas a mentir, a faltar com a verdade?

Bem, é certo que tanto eu quanto o Senador Roberto Saturnino Braga o encorajamos a falar a verdade, porque consideramos isso fundamental. E tenho certeza que foi tão bom a ponto de, por exemplo, os funcionários que aqui estiveram... Vou citar especificamente o funcionário Hermílio Gomes da Nóbrega, que veio me agradecer pessoalmente, quando eu o encontrei aqui, naquela saleta, e ele falou: "Não fosse naquela ocasião o senhor ter feito aquilo, nós hoje não estaríamos nos sentindo aliviados, porque estamos podendo falar a verdade. E agora a nossa verdade não está sendo contraposta pela palavra dos Senadores." Então, isso foi muito importante.

Mas há diversos pontos que precisam, ainda, ser melhor esclarecidos. Um deles, reflete-se a responsabilidade sobre o que foi feito. V. Exª, em alguns momentos, tem ressaltado que apenas descumpriu uma norma regimental. Eu gostaria de lembrar a V. Exª, que bem conhece a Constituição, que, em verdade, foi descumprida, foi ferida uma norma constitucional. Eu vou lembrar qual.

O art. 55 da Constituição diz:

> **Art. 55.** Perderá o mandato o Deputado ou Senador:
>
> I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
>
> II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar; (...)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 87
27.04.2001

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI [que incluem a falta de decoro parlamentar], a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

Ou seja, a questão do voto secreto, até que a modifiquemos – eu sou inteiramente a favor de não haver mais voto secreto -, é norma constitucional e não apenas regimental.

V. Exª mencionou que outros Senadores aqui quebraram essa norma constitucional. V. Exª, durante o dia de hoje, leu um parecer de jurista dizendo que, quando um Senador ou Deputado espontaneamente dizem como foi o seu voto numa votação secreta, estariam igualmente quebrando aquela norma constitucional.

Em primeiro lugar, tenho a convicção de que... E isto é respaldado por juristas que nos telefonaram e também por advogados de grande conhecimento que consultaram diversos juristas e fizeram reuniões em diversos lugares do Brasil para pensarem a respeito, entre outros o brilhante advogado João Piza, que disse: "Consultei inúmeros juristas, e se pode assegurar ao Senador José Roberto Arruda que um Senador pode, sim, voluntariamente, dizer como votou. Não pode violar o voto dos outros; isso ele não pode fazer. Só o Senador pode dizer o seu próprio voto". V. Exª também o fez algumas vez e, certamente, lembra-se disso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Exato.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Por quê?

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª, em votações secretas, divulgou seu voto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Não se lembra? Vou recordar isso para V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pode ser. Eu nunca fiz muita questão de...

O SR. EDUARDO SUPLICY – De deixar de revelar?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É, mas não de falar no microfone. Disso, eu não me lembro. Mas, se me perguntassem qual era o meu pensamento, eu dizia, como muitos dizem.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Dizia?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - E revelava o seu voto?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Claro. Mas não é esse o problema regimental, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas é um ponto importante.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O ponto importante é o seguinte...

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª estava somente atribuindo aos Senadores da Oposição a violação do voto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então, deixe-me perguntar: V. Exª abriu o seu voto?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim, inúmeras vezes.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª abriu o seu voto sabendo que tinha um fotógrafo previamente escolhido, na galeria, para fotografá-lo?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 88
27.04.2001

O SR. EDUARDO SUPLICY – Na votação do Senador Jefferson Péres, eu aqui declaro que votei no Senador Jefferson Péres...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Mas não foi isso que eu lhe perguntei.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E, naquela ocasião, eu não mostrei o meu voto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ah não?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não o mostrei. Mas V. Exª declarou o seu voto.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O problema é que não se pode declarar o voto antes de depositá-lo na urna.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não pode?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Isso é que está claro no Regimento, no art. 20.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E, se V. Exª o fez... Onde está?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – No art. 20 do Regimento Interno.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E V. Exª o descumpriu, então? Eu não protestei. Foi diante de mim.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Senador Suplicy, qual é o caso?

O SR.EDUARDO SUPLICY – Num dos casos que talvez tenha sido de grande tensão para V. Exª.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - O que o parecer diz, Senador... Olha, eu não quero entrar nessa...Eu estou buscando não entrar...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas V. Exª entrou. Agora, nós precisamos sair.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Então, está bem! Então, vamos nela, que ela é boa. O que eu quero dizer é o seguinte: se houve um pacto... Uma coisa é um Senador especificamente abrir o seu voto; outra coisa é o que o **Estado de S. Paulo** falou no dia seguinte à votação. Vou ler para V. Exª. Está aqui a declaração da Líder: "Ninguém traiu, pois, como nós estávamos no olho do furacão, pedi para todo mundo abrir o voto para os fotógrafos. Fiz uma coisa ridícula, mas não podia permitir que pairassem dúvidas". Ou seja, Senador Suplicy, não foi uma abertura individual, espontânea. Foi uma abertura coletiva, não sei se de três ou de quatro, previamente combinada, estrategicamente colocada com o fotógrafo, e que se pode avaliar influenciou naqueles votos e, eventualmente, até em outros. Portanto, antes da votação e mais grave que a outra. É isso o que colocamos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito bem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª encaminhou o voto para a Drª Tereza Grossi, ou não?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - É claro. O encaminhamento todos nós fazemos. É totalmente diferente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É o que vou demonstrar. Vou relembrar. Não é totalmente diferente. V. Exª há se lembrar as suas próprias palavras, que vou aqui repetir: no dia 21 de março de 2000, na Comissão de Assuntos Econômicos, quando o voto foi secreto... Senador José Eduardo Dutra vou relembrar então as palavras do Senador José Roberto Arruda, exatamente encaminhando o voto... V. Exª fez uma longa exposição, não vou falar tudo, mais a sua conclusão. "E quero registrar, Sr. Presidente, que essa discussão aqui teve um caráter conceitual importante. Trata-se de defender o servidor público de carreira, concursado. Vai chegar um momento em que ninguém vai querer ser servidor no Brasil porque o cidadão que ocupa uma

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 89
27.04.2001

SF FLS. 182/2001 SECRETARIA-GERAL DA MESA

função pública e dirige um determinado órgão toma uma decisão própria ou imprópria e depois os servidores de carreira, responsáveis pela operacionalização de um ato do qual não participaram, são responsabilizados. Mais que isso. Acredito que, no instante em que banaliza-se suspeitas, e com isso suspeita-se de todo mundo, acaba-se não suspeitando de ninguém. É preciso que as pessoas saibam neste país que o Senado da República está analisando o nome de uma servidora competente, honesta, respeitada dentro da Instituição e em todo o mercado financeiro, que, não tenho dúvidas, vai fazer um trabalho importante de modernização e fiscalização do banco e o voto que dou à Drª Tereza Grossi é uma homenagem que faço aos servidores públicos de carreira deste país, já que pagam um preço tão alto no momento em que vivemos e que não podem passar para ganhar tão pouco e não podem pagar mais esse". V. Exª aqui revelou o seu voto e instou os demais a fazê-lo e a votar com o governo e V. Exª apenas divúlgou o seu voto e com isso não violou o segredo constitucional previsto no art.55, §2º.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Suplicy, vamos à verdade? O líder do governo encaminhou favorável. Provavelmente, o líder da oposição encaminhou contra, o que é diferente de três, quatro, cinco, dez ou vinte Senadores fazerem um pacto. "Vamos votar desse jeito. Mas a votação é secreta. Encaminhei a votação a favor e você vota como quiser. Não. Estamos sob suspeita de traição. Então, antes de colocar o voto na urna vamos abrir, contratei um fotógrafo para ficar ali em cima e você vai votar desse jeito". Se algum daqueles Senadores desejasse, por questões de foro íntimo e de individualidade, votar diferente estaria proibido pelo pacto coletivo, que fere o instrumento do voto secreto.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Concede-me um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY – É claro, Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Prometi que não ia entrar nisso, até por que entendo que esse debate é de interesse do depoente. Não é isso o que estamos discutindo. O Senador Arruda sabe que não está com a razão, é óbvio, porque o voto secreto é uma garantia para aqueles Senadores ou aqueles parlamentares, ou aqueles cidadãos que quiserem não revelar o voto nem antes ou depois fazê-lo sem constrangimento. É a mesma coisa se numa votação comum, numa votação para eleger o presidente, alguém chegar lá, votar e dizer que votou no Lula.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pode, só não pode mostrar a cédula.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Como também antes. O voto secreto, do ponto de vista individual, é um direito. Ele não pode fazer isso na cabine porque não pode fazer boca de urna. Por esse raciocínio, vejam o ridículo, Srs. Senadores, o argumento do jurista é que o fato de termos mostrado o voto induziu outros a fazê-lo, pode ter influência no resultado do voto. Isso significa que durante a votação eu não poderia, por exemplo, ter votado no Senador Jefferson Péres e chegado, durante o processo de votação, para o Senador Ricardo Santos e falado: Olha, Ricardo, votei no Jefferson. Vota nele também. Porque eu estaria induzindo-o durante o processo de votação. Por esse raciocínio, durante o processo de cassação do Senador Luiz Estevão, que foi uma votação secreta, eu não teria ido à Tribuna para dizer que ia votar pela cassação. O Senador Roberto Saturnino não poderia ter ido à tribuna para dizer que iria votar pela cassação. O Senador Ernandes Amorim não poderia ter ido à tribuna para dizer que iria votar contra a cassação, porque isso estaria induzindo o voto.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 90
27.04.2001

Com relação a esse acordo que foi feito, não foi uma imposição feita pela Senadora Heloisa Helena para controlar voto de ninguém. V. Exª sabe que não foi.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Ela disse.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não é o que está escrito aí, Senador. Não é o que está escrito aí. Esse "nós" a que ela se refere não eram os Senadores do Bloco de Oposição, não; até porque apenas quatro fizeram isso. Esse "nós" a quem ela se refere foi em função de um episódio em que ela já estava sendo refém dessa calúnia que foi feita em relação ao voto dela com relação ao Luiz Estevão, e que a imprensa noticiava que eu, a Senadora Marina e o Senador Tião Viana iríamos votar no candidato de ACM, porque éramos do "Carlopetismo" e a Senadora Heloisa Helena iria votar no Jáder Barbalho, porque tinha um acordo dela com o Renan, em função de Alagoas.

Como nós não admitiríamos ficar reféns das notinhas de jornais, das maledicências, mais uma vez, como já foi a Heloisa Helena, nós não contratamos nenhum fotógrafo. Nós combinamos, para preservação nossa, ...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas combinaram?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Para preservação nossa....

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Combinado.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Combinamos para preservação nossa, combinamos para preservação nossa de um voto que não foi revelado durante o processo de votação, até porque foi mostrado, foi fotografado para nós. E eu digo, o voto é meu e eu mostro para quem eu quiser em qualquer momento da votação e isso a grande maioria dos constitucionalistas... E eu quero dizer, nobre Senador José Roberto Arruda, que um jornal ia fazer uma matéria exatamente nessa direção de levantar a polêmica, mas consultou vários juristas, e como a esmagadora maioria tinha exatamente o entendimento - que é isso que estou externando - que do ponto de vista individual, o voto secreto é um direito, nós podemos fazê-lo, mostrar e demonstrar em qualquer momento, porque o raciocínio citado – aliás, há um desconhecimento muito grande por parte dos juristas ao citar o Regimento do Senado, não é o art. 20, Senador José Roberto Arruda, é a Resolução 20 que é citada no artigo do jurista, que foi publicado. Ele está defendendo que haja a suspensão do mandato com base no Inciso III, art. 10 da Resolução 20, que diz:

"Revelar conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou Comissão haja resolvido devam ficar secretos."

Com base nisso aqui, se isso aqui for aplicado ao voto, então nenhum Senador poderá, depois que colocou seu voto, revelar em que ele votou, porque isso aqui seria, no entendimento do jurista, revelar conteúdo de debates ou deliberações que o Senado ou Comissões haja resolvido devam ficar secretos.

Então, esse é um tema que não objeto do debate. Mas, já que fiquei pacientemente agüentando provocações, já digo: se essa é uma questão de ética, se essa é uma questão constitucional, vamos concluir esse processo e depois vai abrir um processo contra as Senadoras Marina Silva, Heloisa Helena, Senadores Tião Viana e eu, que, no entendimento do Senador José Roberto Arruda, infringimos a ética, infringimos a Constituição. Esse é um debate que nós poderemos travar a qualquer momento, porque a imensa esmagadora maioria dos juristas, a não ser aqueles que possam ter, por ventura, feito artigos encomendados, todos os outros têm a visão de que o voto secreto quando se trata do ponto de vista individual é um direito.

Muito obrigado.

FLS. Nº 2122

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) –Tem V. Exª a palavra.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) - Estamos aqui há praticamente sete horas. Muita gente já foi viajar, estamos cansados, comemos um lanche. V. Exª já pediu, em mais de uma ocasião, que a questão do voto secreto, fora do tema que está sendo discutido aqui, não deveria ser trazido. De forma que eu faria um apelo, porque o próprio Senador Suplicy disse que tem que viajar e está aflito com o seu horário de avião. Então, se pudéssemos concluir dentro daquilo que é o objetivo desta reunião, seria bom. E, em outra época, em outro procedimento, podemos discutir o problema do voto secreto, se foi aberto ou não, a individualidade de cada cidadão. É um apelo que faço à Presidência.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Só registraria que o Senador Dutra confessou que foi combinado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Continua com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Gostaria de perguntar, Senador José Roberto Arruda, se V. Exª conhece os artigos 325 e 319 do Código Penal, relativos às obrigações de quem está no serviço público. Senão, vou citá-los para melhor recordação. Eu não saberia...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu lhe dispenso desse trabalho...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas é relevante à pergunta para...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não conheço.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então vou citar, se me permite.

Art. 325 – revelar fato que tem ciência em razão do cargo e que deva permanecer em segredo ou facilitar-lhe a revelação. Pena: detenção de 6 meses a 2 anos ou multa se o fato não constitui crime mais grave".

Art. 319 – Retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, detenção de três meses a um ano e multa.

Então, citados estes artigos, pergunto se V. Exª teve assim a impressão de que o Senador Antonio Carlos Magalhães pudesse solicitar a uma pessoa, a terceiros, fazer algo que ele tivesse preocupação de fazê-lo diretamente. E se V. Exª pode fazer uma análise para nós de por que teria escolhido V. Exª para essa missão.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não posso, não sei fazer. Agora se é conjectura, é "achômetro", porque estávamos juntos ali e surgiu o assunto com naturalidade. Não foi uma coisa, Senador, premeditada. Surgiu, como ele disse, naquela conversa, daquele jeito.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se a preocupação de V. Exª e do Senador Antonio Carlos Magalhães, conforme expressou aqui V. Exª, era, de fato com a segurança do sistema, por que então o Presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, não tomou uma providência formal, e V. Exª também não o encorajou a fazê-lo da forma mais transparente, do conhecimento dos Senadores, da opinião pública, inclusive, por exemplo, encaminhando ofício à Diretora Regina Célia para que fossem tomadas todas as providências. Por que o Senador Antonio Carlos Magalhães pediu a V. Exª para realizar uma missão que não quis fazer abertamente e por si? Por que o pedido de consulta foi feito assim por V. Exª já intermediando o pedido, por forma caracterizada pelo subterfúgio não no recinto do Senado, mas na residência da Srª Regina Célia. Será que não havia já nisto algo que caracterizava

um pedido que justamente estava definido ali como uma falta grave no Código de Processo Penal?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador, se eu entendi direito, não sei como V. Exª trata essas questões. Se tivesse que dar grau de seriedade e lisura daria mais aos assuntos que trato na minha casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Um assunto de natureza pública, importante... Mas, em se tratando de uma questão de segurança para os Senadores, por que não fazê-lo...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª está fazendo uma resposta muito subjetiva....

O SR. EDUARDO SUPLICY – Chamando os líderes, os Senadores, fazendo uma comunicação em Plenário, o Líder do Governo dizendo: "Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente, tenho uma preocupação devido a inúmeros rumores de que possa haver alguma fraude ou alguma quebra de sigilo, e gostaria que houvesse toda precaução. Pediria que V. Exª, como Presidente, solicitasse à Diretora do Prodasen, Srª Regina Célia Peres Borges, que tomasse as seguintes providências: pá, pá, pá." Isso seria mais do que natural. Por que precisou fazer algo de que tomaram conhecimento apenas o Presidente e V. Exª? E na casa da Srª Regina Célia?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, foi na minha casa.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ou na sua residência?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador, vista sob a ótica de hoje, não tenho dúvida de que era a postura mais correta diante dos tantos boatos que tinha aqui - o próprio Senador José Eduardo Dutra falou sobre eles. É claro que seria natural. Agora, tem que perguntar primeiro para o Senador Antonio Carlos. Obviamente, se fosse hoje, provavelmente seria essa a medida que S. Exª tomaria. E para pelo menos vinte ou trinta Senadores esse boato correu aqui, e ninguém fez.

Houve uma conversa, foi informal, o caminho adotado para a consulta foi informal e talvez – talvez, não, com certeza - não foi o mais correto.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Foi V. Exª, em nome do Presidente, a pessoa que deu ordem aos seguranças do plenário, à noite, para permitirem que entrassem pessoas ali?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito obrigado pela pergunta, Senador. Claro que não e nem sabia que ia entrar alguém.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, segundo as informações dadas pelos seguranças que tomam conta do plenário, ninguém pode entrar à noite no plenário sem autorização. Então, é fundamental a resposta à pergunta: quem deu a autorização?

Dessa maneira, requero a V. Exª que solicite ao Serviço de Segurança do Senado informar quais os nomes das pessoas responsáveis pela segurança do plenário naquela noite e qual foi a pessoa que autorizou os funcionários do Prodasen a ingressarem no recinto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Senador, eu podia esclarecer. Pela investigação, nós apuramos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não entrou ninguém durante a madrugada no plenário.

O SR. EDUARDO SUPLICY – No plenário, não?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 93
27.04.2001

FLS. 2124

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Foi na fábrica de **software**, na sala do Sr. Ivar. Foram primeiro à sala do outro rapaz, que não tinha a chave de modificação do computador, então foram à sala dele para fabricar o **software**. E, ao amanhecer, não permitiram a ele entrar, a não ser depois das sete e meia, quando o segurança abriu a porta e o Nóbrega tinha a porta do computador. Foi só pela manhã que eles colocaram e montaram todo o esquema. Durante a madrugada, ninguém apareceu, por medo, inclusive, de o sistema de segurança ter sido aumentado naquele dia.

Fiz até um organograma, que entreguei ao Relator, de todos os passos que foram dados.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Certo. Se for relevante essa questão, pediria que mantivesse válida a questão, porque se não o ingresso no plenário, então o ingresso nesse lugar.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – No Prodasen, mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Como eles ingressaram no lugar para modificar, acho que seria importante ter esse esclarecimento para todos nós.

Senador José Roberto Arruda, V. Exª poderia nos recordar: é Líder do Presidente Fernando Cardoso no Senado desde que data?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não tenho certeza, Senador Suplicy, acho que agosto de 99.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agosto de 99.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu fui, num período anterior, Líder no Congresso, mas, no Senado, acho que agosto de 99.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª, que foi um dos protagonistas do diálogo com o Presidente Antonio Carlos Magalhães, ao qual só tiveram acesso ambos, saberia quem informou à jornalista Valéria Blanc a respeito do diálogo, confirmado parcialmente pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e por V. Exª hoje, porque eu gostaria de perguntar esta questão: se foi V. Exª quem informou ou quem teria então informado. Daí, obviamente, farei a mesma pergunta a V. Exª que fiz, ontem, a ele: se V. Exª confirma. Permita-me só reproduzir o diálogo, já parcialmente...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, eu sei.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Bom, mas nem todos os que estão nos ouvindo sabem.

Então, V. Exª ingressou no gabinete com o envelope que continha a lista e perguntou: "O senhor está sentado?" Com sua habitual verve, ACM respondeu: "Você não está vendo que sim?". Arruda prossegue: "Está comigo a lista de como os Senadores votaram ontem a cassação de Luiz Estevão". Note que a descrição está muito realista, e não teria sido colocada ali se não tivesse uma informação muito precisa dada à jornalista. ACM fitou o tucano e perguntou: "Você já mostrou isso ao Presidente da República?". Resposta: "Já mostrei". Então, V. Exª registra que esse fato se deu, ou não?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não se deu?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – A segunda parte não. Nunca comentei esse assunto com o Presidente...

A SRª EDUARDO SUPLICY – Certo. Então, V. Exª não mostrou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É claro que não; eu saí da minha sala e fui direto à sala do Senador Antonio Carlos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Bom, agora, permita-me... Eu preciso...

O SR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª tinha-me feito uma pergunta antes. Quer que eu responda? Se fui eu quem passei para os jornalistas notas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não só não fui, como, mesmo nesses dias, eu tendo conversado com pessoas para tentar rememorar tudo, esse detalhe de estar sentado - e que é verdadeiro - eu não tinha lembrado. Mas é verdadeiro. Foi uma expressão que usei: "Está sentado?" Entendeu? Aí eu não falei: olha, está a lista de que lhe falei. Eu falei: "Olha aqui". Foi isso.

Agora, quanto à segunda parte - e é bom que V. Exª me dê a oportunidade de esclarecer -, em nenhum momento, conversei esse assunto com quem quer que seja, inclua-se o Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Bem, mas V. Exª, desde 1999, é o Líder do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Era à essa época.

O SR. EDUARDO SUPLICY – V. Exª era o Líder na época?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não sei.

A SRª EDUARDO SUPLICY – É, foi no ano 2000, V. Exª era o Líder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro, então era. Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Junho de 2000. Era o Líder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro. Era o Líder.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, V. Exª é pessoa de extraordinária confiança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem Sua Excelência, no que diz respeito ao Senado, tudo confiava. Então, naturalmente, em V. Exª sabendo de um fato desse porte, dessa gravidade, imagino que V. Exª, mesmo que não tenha mostrado a lista, tenha relatado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, e logo, naquela oportunidade, um fato dessa gravidade, dessa importância, ocorrido na instituição Senado Federal, onde V. Exª é o Líder do Presidente. Ou não? Não relatou a Sua Excelência?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não. E acho que se V. Exª quer a expressão da verdade, na minha cabeça - e eu já disse isso várias vezes nesse depoimento, e vou repetir - eu efetivamente não dei, naquele momento, a dimensão ao episódio. Quer dizer, está ali, entreguei para o Senador Antonio Carlos, a segurança estava preservada, acabou e nunca mais comentei com ninguém. E não comentei, inclusive, Senador Suplicy, porque uma coisa estava clara para mim: se, de um lado, as providências que tinham sido tomadas tecnicamente teriam sido necessárias para preservar a segurança da votação, em tese, pelo menos, com os boatos que havia, vamos admitir que aqueles procedimentos não tivessem sido tomados e, por ação de outros funcionários, pudesse ter sido feita outra coisa com o resultado negativo. Então, aquilo estava tranqüilo. Agora, eu me preocupei a partir daí, e esse foi um compromisso muito claro para mim naquele momento - e graças a Deus esse erro eu não cometi; cometi outro -: eu nunca comentei com ninguém nem o fato em si, nem nenhuma das informações ali contidas. Isso os meus amigos mais próximos aqui podem revelar com toda a tranqüilidade.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Antes do primeiro pronunciamento, quando V. Exª deu aquela versão não inteiramente verdadeira, V. Exª esteve no Palácio do Planalto e conversou longamente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 95
27.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2126

sobre a exposição que faria aqui. Naquela conversa, V. Exª revelou ao Presidente Fernando Henrique Cardoso o encontro que teve com o Presidente Antonio Carlos Magalhães, aqui relatado, quando V. Exª entregou a lista ao Presidente Antonio Carlos Magalhães?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA- Primeiro, não foi um longo, não foi uma longa conversa.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Bom. Que tenha sido de 20 ou 15 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É, foi muito rápido, eu fiquei esperando muito tempo, mas o encontro foi muito rápido.

O SR EDUARDO SUPLICY - Certo. Mas, às vezes, os fatos mais graves ocorrem em questão de segundos, Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - É verdade, Senador. Mas eu não comentei este assunto, até porque não foi o objeto da conversa. O objeto da conversa ... tinha duas coisas basicamente que se conversava naquele momento... Tinha outras pessoas presentes: o Ministro Aloysio e o Ministro Pedro Parente. Conversava-se sobre a questão da CPI e das eventuais assinaturas. Fiz ali um diagnóstico muito rápido, e eu disse também que, em função desses acontecimentos, talvez fosse melhor o afastamento da Liderança; e ficamos de decidir isso em seguida.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo. E, após a reflexão que fez e o novo discurso, V. Exª teve oportunidade de, então, revelar toda a verdade ao Presidente num diálogo pessoal?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não. Eu o fiz publicamente, o Presidente viajou para o exterior... eu apenas falei com o Presidente, na manhã posterior a este discurso, que decidi deixar a Liderança - foi uma conversa muito rápida. Ficamos de conversar na volta dele do exterior. E como depois eu tomei as decisões que se sabe, obviamente eu não importunaria o Presidente; e não o fiz, não conversamos mais.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, eu preciso dizer uma palavra ao Ministro Aloysio Nunes Ferreira. Em função daquilo que seria normal de o Líder do Governo transmitir ao Presidente, de quem ele é Líder, sobre os fatos graves que aqui estavam, era mais do que natural que eu aqui, como Senador, com a responsabilidade constitucional de fiscalizar os atos do Presidente do Executivo, tivesse formulado, já na primeira ocasião da vinda da Srª Regina Célia, quando formulei pergunta sobre este assunto, as questões sobre o conhecimento do Presidente sobre estes fatos.

Agora as coisas se tornam mais claras. O Líder José Roberto Arruda informa, com clareza, que não estava o Presidente ciente destes fatos, senão agora, nesses últimos dias. Isto é importantíssimo saber. Porque imagine se tivesse o Presidente sabido, como seria natural, de que fonte? Do seu próprio Líder, em quem confiava inteiramente, daqueles fatos, e tivesse, então, dito que estava surpreendido, na véspera de ir ao Canadá, a respeito do assunto. Portanto, foi de boa fé, Ministro Aloysio Nunes Ferreira, que fiz essas perguntas, inclusive em benefício do esclarecimento da posição do Presidente Fernando Henrique.

Ainda, o outro aspecto relacionado às questões do Presidente Fernando Henrique, na medida em que V. Exª, que já respondeu a esta questão - então agora a parte aqui pode ser breve - é relativa à sua observação: "Também peço desculpas aos colegas do Governo, ao qual sempre servi com lealdade, até em situações de natureza muito mais grave que esta, e mesmo quando os meus mais

legítimos interesses políticos foram contrariados". V. Exª já o respondeu, mas poderíamos aqui deduzir que, em algumas situações, V. Exª teve enorme dificuldade. Quero aqui perguntar se porventura houve algum conflito de motivação para V. Exª neste episódio. Se porventura a vontade majoritária do Palácio ou, digamos, do próprio Presidente, era coincidente com a sua no que diz respeito à cassação do Senador Luiz Estevão ou se havia qualquer conflito.

O SR JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Senador Eduardo Suplicy, vou-lhe ser muito claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Certo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Uma das coisas que mais lamento nesse episódio todo que está acontecendo é que, naquele momento, procurei ser o mais discreto possível; não era um tema que tinha interesse direto do Governo, não era, portanto, razão das minhas conversas com o Governo, e eu procurei, embora pertencesse à época a este Conselho de Ética, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e tenha votado no plenário, sempre o fiz com muita discrição, exatamente pela disputa regional que tínhamos. Durante todo o episódio, procurei ser muito discreto e fui.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, eu desejo perguntar ao Senador Romeu Tuma, como Corregedor – e que ouviu o depoimento do Sr. Ivar Alves Ferreira, marido da Srª Regina Célia Peres Borges, Diretora do Prodasen – se já obteve a informação do disquete de onde foi copiada a lista dos votos, que estava na caixa – descrita por ele – com 30 ou 50 disquetes, e que foi colocada à disposição da Corregedoria e da Polícia Federal, se já foi verificado o conteúdo do disquete, porque ali estará a lista dos votos – isso é o que foi averiguado. Essa é uma questão importante para esclarecimento da última questão.

O SR. – (Inaudível).

O SR. EDUARDO SUPLICY – Darei, com certeza.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Depois dessa resposta, podemos ir embora, eu e o senhor, para pegarmos o próximo vôo?

O SR. EDUARDO SUPLICY – O seu esclarecimento é para o meu último assunto.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Eu conversei com o Diretor do Instituto de Criminalística da Polícia Federal e comuniquei ao Presidente do Conselho e ao Presidente da Casa que os 106 disquetes... Usaram de todos os meios para tentar, inclusive laser e tal, e ficaram de demonstrar pessoalmente, na quarta-feira, todos os métodos que usaram e não conseguiram extrair sinais de que possa um deles conter a lista de votação. É a preliminar que me deram. Eu vou aguardar para quarta-feira, quando eles vão fazer uma explicação pessoal e técnica da metodologia que usaram, sem conseguir sucesso até agora.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não conseguiram sucesso?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não conseguiram sucesso.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado. Senadora Emilia Fernandes pede um aparte antes da minha última pergunta?

A SRª EMILIA FERNANDES – Não, Senador, eu apenas já fiz essa pergunta quando da minha intervenção, mas não fui muito feliz nas respostas; o Senador Arruda realmente não me respondeu a respeito. Mas eu insistiria.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pois não.

A SRª EMILIA FERNANDES – V. Exª afirmou que não recebeu o envelope contendo a famosa lista das mãos da Drª Regina nem falou com ela. Recebeu de um

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 97
27.04.2001

funcionário seu que foi buscar o envelope. Não sabia o que continha, até a hora de pegar o envelope; só soube ao abrir. A lista que viu, com a relação dos Senadores, com votos, não tinha data nem qualquer outra identificação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Que eu me lembre, pelo menos, não.

A SRª EMILIA FERNANDES – Pois é, foi afirmação. Eu estou querendo recuperar, se entendi bem. Coloco como fato mais grave do seu depoimento, nesta situação que estamos analisando, que inclusive, na minha avaliação, complica muito a sua situação, é de demonstrar que sabia do conteúdo do envelope, e, portanto, houve uma solicitação determinada, Senador. Porque, como é que V. Exª leva a lista – aí seria o caso até de voltar a telefonar para a Regina, dizendo: "Olha, Regina, mas o que é essa lista aqui?" Ela teria que ter-lhe dado uma informação complementar, dizendo: "Olha, eu tentei, fiz e até retirei esse resultado dessa última eleição para o Senhor ver como a coisa existe" ou "Isso aqui é uma votação simulada" ou "É uma votação aleatória que eu fiz lá de um dia de votação secreta". Então, veja, na hora em que V. Exª pega e dá o valor que deu e leva a lista e chega no gabinete – por isso é que aquela parte era naquela hora em que V. Exª falava, Senador – e diz: "V. Exª está sentado? Veja o que eu tenho aqui." Quando dá o valor e seguem comentando sobre a realidade dos votos, de quem votou e de quem deixou de votar, os dois estão analisando em cima de um documento não identificado que sabiam do que se tratava. Então, eu quero saber se V. Exª disse para o Senador Antonio Carlos Magalhães "Isto é a votação do dia 28, da cassação do Luiz Estevão", ou se o Senador Antonio Carlos Magalhães é que, imediatamente, começou a comentar o assunto, demonstrando conhecimento de que aquela era a votação do dia 28.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, Senadora Emilia...

A SRª EMILIA FERNANDES – Porque aí vai ser o "X" da questão, Senador. É uma colocação que faço.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Respondo agora ou no final?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não, pode responder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Basicamente o seguinte, Senadora Emilia: quando eu peguei o envelope e vi que era a lista de votação ou lista de presença e votação e levei ao Senador Antonio Carlos, para mim estava muito claro, até pela conversa que tinha tido com a Drª Regina, que aquela foi a maneira que ela encontrou de checar e de dar segurança ao sistema. Tanto que, quando eu entrego isso para o Senador Antonio Carlos, poderia ter sido outras formas, como, por exemplo, um relatório dizendo que correu tudo bem. Quando eu entreguei, eu entreguei com...

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, V. Exª disse para a Drª Regina que precisava verificar a confiabilidade do sistema naquele dia da votação, naquela votação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Naquela votação, claro.

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, pediu para violar.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – A consulta que fiz, Senadora Emilia Fernandes, sobre a segurança do sistema, sua vulnerabilidade, esse negócio de técnico do Prodasen...

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, não era só para verificar a confiabilidade; era para saber o resultado. Então, aí, vem a outra pergunta: por que queriam, para quê, onde e quando iam utilizar os resultados?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC-98
27.04.2001

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Bom, o que eu posso lhe dizer sobre isso é que eu... Senadora, deixe eu responder.

A SRª EMILIA FERNANDES – Não, tudo bem. Mas é que eu estou tentando ajudar V. Exª a refletir sobre isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Posso responder?

Senadora, a consulta foi específica sobre os boatos que corriam e que poderiam colocar em risco aquela votação, que era uma votação importante. As formas de segurança aventadas, quando a Drª Regina levantou, estavam diretamente ligadas ao fato de técnicos do Prodasen poderem ver o resultado. Portanto, quando chegou e eu vi, não tive dúvida nenhuma de que foi a conseqüência da consulta que fiz e que, exatamente por isso, pode ter sido interpretado por ela – e foi – como um pedido para que ela agisse no sentido de que providências fossem tomadas, e a segurança fosse resguardada. Não se sabia, até ali, de que forma, de uma ou de outra. Quando chegou, foi óbvio: eu entreguei ao Senador Antonio Carlos. E o que prova isso é que, quando ele ligou para a Drª Regina – isso, para mim, está muito claro, embora as palavras eu não possa recuperar –, é que a satisfação dele e o cumprimento dele é porque se comprovava que o sistema funcionou direitinho. Agora, pela prova mais errada possível, isso está óbvio.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Perdão, Senador José Roberto Arruda. Como funcionou "direitinho"?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Basicamente, Senador Suplicy, o que o Senador Antonio Carlos, quando viu a lista, além de comentários que fizemos – e aí é uma outra história, esse é o lado negativo, o lado positivo é que eram aqueles os Senadores presentes, o placar era o mesmo que apareceu no Plenário –, aquele documento foi pego por ele como uma comprovação de que a votação tinha sido feita corretamente. E é isso o que ele diz a ela no telefone.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Funcionou "direitinho" se saber exatamente quais os votos de cada Senador?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Suplicy, veja bem o seguinte: vamos admitir – apenas por hipótese, porque vocês estão raciocinando com hipóteses – se houvesse apenas "o resultado final foi 52 votos a favor, não sei quantos contra...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Dezoito "não".

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É, não sei o valor exato. E isso fosse, em termos computacionais, a prova, tinha resolvido do mesmo jeito, da minha parte. Agora, o que posso garantir é que, a partir daí, nunca fiz nenhum tipo de uso das informações que ali estavam.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Foram 52 sim, 18 não, 10 abstenções – está no Diário Oficial. Mas, vejo, então, que, pela sua descrição, o Senador Antonio Carlos Magalhães ficou satisfeito pelo fato de o sistema ter funcionado "direitinho" e de ter sido cumprida a missão da Srª Regina Célia, que conseguiu obter ali quais os...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Até ali não sabíamos como tinha sido feito. Até ali, Senador Eduardo Suplicy...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas conseguiu saber.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, isso só depois...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Conseguiu saber, pela primeira vez na história do Senado, numa votação secreta, quais eram os votos dos Senadores.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 99
27.04.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 2130

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O que nós... De jeito nenhum. Agora, o mais importante é...

O SR. EDUARDO SUPLICY – E V. Exª, então, até que tivesse sido entregue aquele envelope pelo Sr. Gazolla... Não é ele?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Domingos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Até que tivesse sido entregue pelo Sr. Domingos Lamoglia de Sales Dias aquele envelope, V. Exª não sabia, portanto, se era um relatório sobre a segurança ou se era a lista dos nomes?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro que não. Porque, no telefonema que ela me deu...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas na hora em que foi constatado que era a lista dos nomes, V. Exª leu, ficou bastante surpreso e contente, porque chegou ao Presidente Antonio Carlos Magalhães: "V. Exª está sentado?" "Oh! você não vê que eu estou sentado?" E ele então abriu e falou: "Puxa!" E pelo que V. Exª relatou então: "Pela missão cumprida, seria importante telefonar para a Srª Regina Célia". E ele de pronto o fez. É a conclusão, certo?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Está perguntando?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Não. Só para confirmar.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não. A minha interpretação, a minha visão é de que, quando eu entreguei, e imediatamente entreguei para ele, e ele entendeu que aquela era, aquele era o documento que comprovava que a segurança do sistema tinha funcionado, ainda que de uma forma, hoje está bem claro, equivocada. Isso ficou claro.

Agora, o que não aconteceu, Sr. Eduardo Suplicy, isso que é precisa ficar claro, a partir da consulta que eu fiz até a entrega desse envelope não houve contato entre a Drª Regina... A única que se registra, é um ligação aqui de pouco mais de um minuto e que ela não falou comigo, quer dizer, e mesmo que tivesse falado, vamos admitir, já teria feito porque disse que fez durante a madrugada. Muito bem, o que não houve é o seguinte: Olha, Senador Arruda, aquela consulta que o senhor me fez, ou aquele pedido, como ela tivesse entendido, a coisa funciona da seguinte maneira. Eu fui ver, o sistema é seguro ou é inseguro. Bom, e eu teria dito: Conversa como Senador Antonio Carlos Magalhães ou eu pegava e falava com o Senador Antonio Carlos Magalhães. Isso não houve. Esse nexo de causalidade não ocorreu. Aliás, ela diz que não ocorreu.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, há hoje uma matéria no **Jornal do Brasil** que pode ser mal compreendida e eu preciso aqui esclarecê-la. A matéria diz: "Heloísa Helena a mulher que diz não". E daí diz: "Nem todos os colegas de partido crêem na Senadora". Eu preciso colocar isso para esclarecer inteiramente o episódio.

Diante do diálogo que V. Exª teve e confirmou ter tido com o Senador José Eduardo Dutra, o que é que eu aventei, acreditando sempre – e reitero que acredito – na disposição e na forma de votar da Senadora Heloísa Helena, que ela votou pela cassação do Senador Luiz Estevão. O que pode ocorrer, que eu mencionei e que já vi ocorrer, inclusive comigo já ocorreu e vi outros Colegas também dizerem o mesmo. Quando se vota lá, com o dedo aqui embaixo da bancada, três opções: sim, abstenção e não. Quando o voto é em aberto, nós olhamos aqui no placar e sim corresponde ao verde, abstenção ao amarelo e o não ao vermelho. Então nós conferimos.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – O monitorzinho na frente diz, votou "Sim" ou votou "Não".

O SR. EDUARDO SUPLICY – Votou "Sim" ou votou "Não".

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – E quando é secreta ele diz: voto registrado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Voto registrado. Portanto, por diversas ocasiões ao apertar o botão, eu observo que votei diferente do que queria. E daí retifico, porque há tempo para isso.

Então, o que mencionei ao jornalista Maurício Lima é que a única hipótese que posso avaliar ter ocorrido com a Senadora Heloísa Helena foi uma forma de querer votar de uma maneira e ter sido registrado outra, involuntariamente, e ela não pôde corrigir.

O SR. – (Intervenção fora do microfone) Não soube.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E não soube que ocorreu. Então essa é a única hipótese possível. Considero muito importante que possa haver aquilo que o próprio Senador José Roberto Arruda mencionou, que haja a concordância – e eu aqui já expresso, porque podemos até fazer uma consulta em plenário –, se todos os 81 Senadores estão de acordo para a completa revelação e desvendar de todos esses episódios, que na reunião de quinta-feira próxima possa então o Senador José Roberto Arruda falar daquilo que ele diz lembrar. Porque ele diz, só o fará se houver de todos a concordância. Se ele quiser e se todos nós o desejarmos. Então essa consulta pode ser feita e é em benefício inclusive do que a Senadora Heloísa Helena hoje clama desejar saber. Então, se S. Exª tem a memória específica do que estava naquela lista, se o Senador Antonio Carlos Magalhães tem a memória específica do que estava naquela lista, que sejam autorizados por todos nós a revelá-la, atendendo, inclusive, o pedido da Senadora Heloisa Helena, a quem, mais uma vez, reitero a minha solidariedade e a minha convicção de que S. Exª agiu de acordo com o que sempre tem dito e com a sua consciência. De mim, tem todo o respeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem, Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra, pela ordem.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, muito rapidamente, esta não é uma reunião meramente de debate político, mas em que as notas taquigráficas vão ser analisadas por todos os membros da Comissão e, particularmente, pelo Sr. Relator.

Já fiz um questionamento a respeito de uma intervenção do Senador Arruda na pergunta do Senador Antero de Barros, quando eu tive que me retirar, e a informação que eu tive foi de que a forma como o Senador Arruda falou tinha transparecido como acusação, o que S. Exª já esclareceu. Mas eu soube, também, que o Senador Arruda, acompanhando aquela expressão, teria dito: "Alguma coisa ele foi fazer no meu gabinete". No meu depoimento, digo exatamente o que fui fazer no gabinete do Senador Arruda. Está lá: "Estive no gabinete do Senador José Roberto Arruda. Era público e notório que tanto eu quanto o Senador José Roberto Arruda iríamos votar pela cassação do Senador Luiz Estevão, e era público e notório que, naquele período em que se estavam apurando o episódio e o processo de votação, todo mundo fazia especulação e mapeamento de como vai votar e como

não vai. Estávamos conversando sobre isso, sobre a avaliação, se achava que cassava ou não cassava, procuramos fazer especulações sobre os votos no Conselho de Ética e na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania..."

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Nada a alterar.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – No entanto, como me foi passada uma versão de que, de repente, aquilo pudesse conter alguma ironia, queria deixar registrado que não houve nenhuma aleivosia por parte do Senador.

Tudo isso é só porque eu não estava presente e fico preocupado com as versões que me passam. Quero deixar bastante claro, para ir para as notas taquigráficas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, quero comunicar que a Secretaria disse que, processualmente, é bom que a Presidência informe à Casa que já chegaram ao gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, recebidos pela secretária Flávia, bem como já chegaram ao Diretor Executivo do Prodasen, Kleber Gomes Ferreira Lima, os ofícios-convites para a próxima reunião do Conselho, quando será realizada a acareação.

A Presidência, agradecendo a Deus pelo êxito dos trabalhos de hoje, convoca reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, como já anunciado, para o próximo dia 03 de maio de 2001, às 14h30, destinada à acareação solicitada pela quase totalidade dos membros do Conselho de Ética.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 102

27.04.2001

DOCUMENTO PERTINENTE À 9ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

1. Realizada hoje daquela a reunião do Conselho, às 15h25m.
2. Junte-se aos autos, uma vez que a leitura aos Srs. Senadores foi realizada.

Em, 27/4/2001.

Brasília, 27 de abril de 2001

Excelentíssimo Senador,

Tenho o prazer de encaminhar a esse douto Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme compromisso verbal assumido, correspondência enviada pela TCO Telebrasília Celular, em atendimento a minha solicitação para fornecimento de extrato de ligações originadas pelo telefone 061 9981-7927, nos dias 27 e 28 de junho de 2001, àquela época de propriedade do Prodasen e sob a minha responsabilidade.

Com relação as demais informações, referentes a ligações efetuadas ou recebidas por mim, é importante destacar que:

- as informações referentes a ligações recebidas naquele telefone celular só poderão ser obtidas, por solicitação do próprio usuário ou judicialmente;
- as informações referentes a ligações originadas pelo telefone fixo de minha residência, referente aquele período, serão enviadas, tão logo as tenha.

Na oportunidade, reitero meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Regina Célia Peres Borges
Analista de Informática Legislativa do
Prodasen

Excelentíssimo Senhor
Senador RAMEZ TEBET
Digníssimo Presidente do
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Recebido às 13h15
dia 27/4/2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 16h31min.)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9ª REUNIÃO DE 2001

Em 27 de abril de 2001, sexta-feira, às 9h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a ouvir o Sr. Senador **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO – PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto: _____ Brasília, 27 de abril de 2001

SENADO FEDERAL

FLS Nº 2135

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 50/2001 Brasília, 27 de abril de 2001

Senhor Diretor-Geral,

Solicito a V. Sª as providências necessárias no sentido de propiciar o fornecimento de lanches para 40 (quarenta) pessoas, a ser servido por volta das 12h do dia 27 de abril, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, ao ensejo da reunião deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que ali se realiza.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Recebido em 27.04.2001

Ilmº Sr.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

1. Recebido hoje durante a reunião do Conselho, às 15,25 hs.
2. Junte-se aos autos, uma vez que a leitura aos Srs. Senadores foi realizada.
Em, 27/4/2001.

Brasília, 27 de abril de 2001

Excelentíssimo Senador,

Tenho o prazer de encaminhar a esse douto Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, conforme compromisso verbal assumido, correspondência enviada pela TCO Telebrasília Celular, em atendimento a minha solicitação para fornecimento de extrato de ligações originadas pelo telefone 061 9981-7927, nos dias 27 e 28 de junho de 2001, àquela época de propriedade do Prodasen e sob a minha responsabilidade.

Com relação as demais informações, referentes a ligações efetuadas ou recebidas por mim, é importante destacar que:

- as informações referentes a ligações recebidas naquele telefone celular só poderão ser obtidas, por solicitação do próprio usuário ou judicialmente;
- as informações referentes a ligações originadas pelo telefone fixo de minha residência, referente aquele período, serão enviadas, tão logo as tenha.

Na oportunidade, reitero meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Regina Célia Peres Borges
Analista de Informática Legislativa do
Prodasen

Excelentíssimo Senhor
Senador RAMEZ TEBET
Digníssimo Presidente do
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Recebi às 15h22 do dia 27/4/2001.
Maria Eggy
(4737)

TELEBRASÍLIA celular

anexo à carta ofício
27/4/2001, da Sra.
Regina Célia Pires Borges

CONTÉM O PRESENTE PROCESSO ASSUNTO RESERVADO

2137

TELEBRASÍLIA CELULAR SA

SCS Quadra 02 Bloco C acesso 226 Ed Telebrasília Celular 7º andar
CEP 70319 901 Brasília DF
Tel (061) 313-7000 Fax (061) 322-1116

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 51/2001 Brasília, 27 de abril de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deliberou, em reunião realizada nesta data, proceder à acareação entre V. Exª, o Senador José Roberto Arruda e a Srª Regina Célia Peres Borges, ex-diretora executiva do PRODASEN, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Assim sendo, convido V. Exª a comparecer à reunião deste Conselho que se fará realizar, para esse fim, no próximo dia 03 de maio, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa.

Para a consecução desse objetivo, encareço ao nobre Colega confirmar a sua presença ao referido ato.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Recebi o original
Flávia
27/4/01

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. 051/2001 - CEDP
Nº de Is: 01 (Uma)
Destino: Gab Sen. Antonio Carlos Magalhães
Recebido por
Data: 27/04/2001

Exmº Sr.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Senado Federal

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 52/2001 Brasília, 27 de abril de 2001

Prezada Senhora,

Comunico a V. Sª que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deliberou, em reunião realizada nesta data, proceder à acareação entre V. Sª e os Senadores José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001.

Assim sendo, convido V. Sª a comparecer à reunião deste Conselho que se fará realizar, para esse fim, no próximo dia 03 de maio, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa.

Para a consecução desse objetivo, encareço a V. Sª confirmar a sua presença ao referido ato.

Na oportunidade, renovo protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Ilmª Srª.
REGINA CÉLIA PERES BORGES
SENADO FEDERAL

Em 27/04/2001
Ass:
às 15:58

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. 052/2001 - CEDP
Nº Fls: 01 (Uma)
Destino: PRODASEN
Recebido por:
Rubrica: Data: 27/04/2001

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 53/2001 Brasília, 27 de abril de 2001

Senhor Diretor Executivo,

Comunico a V. Sª, para as devidas providências, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deliberou, em reunião realizada nesta data, proceder à acareação entre a Srª Regina Célia Peres Borges, ex-diretora executiva do PRODASEN, e os Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, nos autos da Denúncia nº 01, de 2001, marcada para o próximo dia 03 de maio, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 03 da Ala Senador Alexandre Costa.

Na oportunidade, renovo a V. Sª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Recebi
Em 27/04/2001
Ass: Sonia / 28
às 15:58

Ilmº Sr.
KLEBER GOMES FERREIRA LIMA
Diretor Executivo do PRODASEN
SENADO FEDERAL

Secretaria Geral da Mesa
Proc: OF. CEDP 153/2001
Nº de fls: 01 (Uma)
Destino: PRODASEN
Recebido por:
Matrícula: Data: 27/04/2001

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc..
Nº de Fls.:
Destino:
Recebido por: J. Augusto
Matrícula: 30499
Data: 30/04/01 18.50

Exmº Sr.
Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezada Senadora,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmª Srª
Senadora HELOÍSA HELENA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc..
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Heloísa Helena
Recebido por:
Matrícula: 2459
Data: 30/04/01

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador LAURO CAMPOS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.:
Nº de Fls.:
Destino:
Recebido por:
Matrícula: 4708
Data: 30/04/01

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador JADER BARBALHO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc..
Nº de Fls.:
Destino:
Recebido por:
Matrícula: 0368
Data: 30/04/001

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.:
Nº de Fls.:
Destino:
Recebido por:
Matrícula: 474
Data: 30/04/2001

Exmº Sr.
Senador ROMEU TUMA
Corregedor do Senado Federal

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: OF 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Nabor Júnior
Recebido por: Lucia José
Matrícula: 1598
Data: 02/05/2001

Exmº Sr.
Senador NABOR JÚNIOR
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador RENAN CALHEIROS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: OF 054 /2001 CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Renan Calheiros
Recebido por: Maria Barros
Matrícula: 1.263-1401 Data: 2/5/2001

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador CASILDO MALDANER
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Doc.: Of 054/2001 CEDP (Circular)	
Nº de Fls.: 01	
Destino: Sen. Casildo Maldaner	
Recebido por: Wilson Silva	
Matrícula: 1511	Data: 02/05/01

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 2149

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador AMIR LANDO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Amir Lando
Recebido por: Célia Cândida
Matrícula: 2515
Data: 2/5/2001

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of 054/2001-CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Freitas Neto
Recebido por: Liliane Rocha
Matrícula: 2122
Data: 02/05/01

Exmº Sr.
Senador FREITAS NETO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador **WALDECK ORNELAS**
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Waldeck Ornelas
Recebido por: Sandra
Matrícula: 1213
Data: 02/05/01

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador CARLOS BEZERRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Carlos Bezerra
Recebido por: Reinaldo A Batista
Matrícula: 26.165832-0
Data: 02.05.2001

SENADO FEDERAL
Fls. 2153

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: OF 054/2001-CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Ney Suassuna
Recebido por: ARISMAR
Matrícula: 2372
Data: 02/05/2001

Exmº Sr.
Senador NEY SUASSUNA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador **JOSÉ AGRIPINO**
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen José Agripino
Recebido por:
Matrícula: 2253
Data: 02-05-2001

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador GERSON CAMATA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of.054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Gerson Camata
Recebido por: Jurema
Matrícula: 2264
Data: 02/05/01

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador BELLO PARGA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Bello Parga.
Recebido por: Maria Eloia
Matrícula: Data:

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador FRANCELINO PEREIRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: OF 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Francelino Pereira
Recebido por: JEFFERSON [illegible]
Matrícula: 1234157
Data: 02.05.01

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador GERALDO ALTHOFF
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: OF. 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Geraldo Althoff
Recebido por:
Matrícula: 1984-0
Data: 02/05/01

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01.
Destino: Sen. Carlos Patrocínio
Recebido por:
Matrícula: 2298 Data: 02/05/2001

Exmº Sr.
Senador CARLOS PATROCÍNIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador LÚCIO ALCÂNTARA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)	
Nº de Fls.: 01	
Destino: Sen. Lúcio Alcântara	
Recebido por: Vendrean Dias	
Matrícula: 3241	Data: 02/05/2001

SENADO FEDERAL
2161

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezada Senadora,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of. 054/2001 CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Marina Silva
Recebido por:
Matrícula: 2276
Data: 02/05/2001

Exmª Srª
Senadora MARINA SILVA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador RICARDO SANTOS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Doc.: OF 054/2001 - CEDP (Circular)	
Nº de Fls.: 01	
Destino: Sen. Ricardo Santos	
Recebido por: Roberto V. da Silva	
Matrícula: 2478	Data: 02/05/2001

FLS. Nº 21637 DA MESA

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador **ROBERTO SATURNINO**
Relator da Denúncia nº 1, de 2001
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA	
Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)	
Nº de Fls.: 01	
Destino: Sen. Roberto Saturnino	
Recebido por: Maria Rita Paula	
Matrícula: 2390	Data: 02/05/2001

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Romero Jucá
Recebido por: Terezinha
Matrícula: Hugo
Data: 02/05/2001

Exmº Sr.
Senador **ROMERO JUCÁ**
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Antero Paes de Barros
Recebido por: BRAGA - 642.321
Matrícula: 2668
Data: 02/05/2001

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 2166

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezada Senadora,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: OF-054/2001-CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Marluce Pinto
Recebido por: Maria Nilza de Macedo
Matrícula: 1130
Data: 01/05/2001

Exmª Srª
Senadora MARLUCE PINTO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
Fls. nº 2167

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of. 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Jefferson Péres
Recebido por: José Magno
Matrícula: 2260
Data: 02/05/2001

Exmº Sr.
Senador JEFFERSON PÉRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador PAULO SOUTO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: Of 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Paulo Souto
Recebido por: Fabiana 4356
Matrícula: Data: 02/05/2001

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 2159
SECRETARIA-GERAL DA MESA

OF. CEDP Nº 54/2001 (Circular) Brasília, 30 de abril de 2001

Prezado Senador,

De ordem, conforme ficou assentado na reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do dia 27 de abril próximo passado, tomo a liberdade de lembrar a V. Exª da importância, para o bom andamento dos trabalhos da reunião da próxima quinta-feira, dia 03 de maio, às 14h30min, de V. Exª entregar na Secretaria-Geral da Mesa o seu requerimento de esclarecimentos sobre os pontos que entende divergentes nos depoimentos prestados até esta data.

Lembro ainda que V. Exª poderá, dada a exigüidade do tempo, fazer chegar à Mesa, até o início da reunião, as suas indagações, sem prejuízo daquelas que houver por bem dirigir aos depoentes no decorrer dos trabalhos.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

Exmº Sr.
Senador OSMAR DIAS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Doc.: OF 054/2001 - CEDP (Circular)
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Osmar Dias
Recebido por: Telma Maria
Matrícula: 5205
Data: 01/05/2001

SENADO FEDERAL

Termo de Encerramento de Volume

Aos três dias do mês de maio de dois mil e um, eu, Marcia Lyra Nascimento Egg, Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP), faço o encerramento do Volume IX da Denúncia nº 1, de 2001, que se encerra às fls. 2169.

MARCIA LYRA NASCIMENTO EGG
Chefe da SACOP

SENADO FEDERAL

DENÚNCIA

Autores: Senadores José Eduardo Dutra e Paulo Hartung e Deputado Walter Pinheiro

Nº 1, DE 2001

ASSUNTO: Requer a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista "IstoÉ", em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, páginas 24/30.

Aditamento: Requer que se notifique a Procuradoria da República e a revista "IstoÉ" para que forneçam cópia da fita magnética contendo a gravação do encontro entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e Procuradores da República; bem como que se convide o Senador Antonio Carlos Magalhães a prestar esclarecimentos a esse respeito perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Senadores arrolados nos autos da Denúncia: Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, a partir do Aditamento à Denúncia; e Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA, após depoimento prestado pela Srª Regina Célia Peres Borges perante o Conselho, em 19.4.2001.

(VOLUME – X)

SENADO FEDERAL

Termo de Abertura de Volume

Aos três dias do mês de maio de dois mil e um, eu, Marcia Lyra Nascimento Egg, Chefe do Serviço de Apoio a Conselho e Órgãos do Parlamento (SACOP), faço a abertura do Volume X da Denúncia nº 1, de 2001, que se inicia às fls. 2170.

MARCIA LYRA NASCIMENTO EGG
Chefe da SACOP

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 55/2001 Brasília, 2 de maio de 2001

Senhor Diretor-Geral,

Solicito a V. Sª as providências necessárias no sentido de propiciar o fornecimento de lanches para 40 (quarenta) pessoas, a ser servido por volta das 18h do dia 3 de maio, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, ao ensejo da reunião deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que ali se fará realizar.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
OF. CEDP Nº 55/2001
1 (UMA)
DGER
5151 02.05.2001
HORA: 17:54

Ilmº Sr.
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2170

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 10ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 10ª Reunião, realizada em 3 de maio de 2001, quinta-feira, às 14h30, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à acareação entre a Srª **REGINA CÉLIA PERES BORGES** e os Srs. Senadores **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** e **JOSÉ ROBERTO ARRUDA**, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

Estiveram presentes os Srs. Senadores:

PMDB
Ramez Tebet (Presidente)
Casildo Maldaner
Nabor Júnior
Ney Suassuna
Amir Lando
Marluce Pinto
Gerson Camata
Renan Calheiros
Carlos Bezerra

PFL
Geraldo Althoff
Francelino Pereira
Paulo Souto
Waldeck Ornelas
Bello Parga
Freitas Neto

BLOCO – PSDB/PPB
Lúcio Alcântara
Osmar Dias
Antero Paes de Barros
Ricardo Santos
Romero Jucá

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
Lauro Campos
Heloísa Helena
Jefferson Péres
José Eduardo Dutra
Marina Silva
Roberto Saturnino (PSB)

CORREGEDOR
Romeu Tuma

SENADO FEDERAL
FLS. Nº 2171
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10ª REUNIÃO DE 2001

Em 03 de maio de 2001, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à acareação entre os Srs. Senadores **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** e **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** e a Srª **REGINA CÉLIA PERES BORGES**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO - PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto: _____

Brasília, 03 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 2172

FLS. N.º 2173
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, havendo número legal, declaro aberta a 10ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo proceder à acareação entre a Drª Regina Célia Peres Borges e o Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Como é do conhecimento de todos, na última reunião este Conselho aprovou o presente ato, tendo em vista que todos estavam convencidos da necessidade de confrontar afirmações conflitantes da Drª Regina Célia Borges, do Senador Antonio Carlos Magalhães e, posteriormente, do Senador José Roberto Arruda, feitas em seus depoimentos bem como em pronunciamento, e por incidirem sobre pontos divergentes dos fatos que estamos averiguando.

Antes de iniciarmos este ato, a Presidência sente-se no dever de estabelecer critérios para a sua realização, levando em conta o seu ineditismo nesta Casa e as personalidades envolvidas. Assim, peço a atenção para o roteiro que procuramos estabelecer, após consulta informal aos membros deste Conselho.

É ele o seguinte:

1 - O Senador que reperguntar deverá ler, tanto quanto possível, o que foi dito nos depoimentos da Drª Regina Célia Peres Borges, do Senador Antonio Carlos Magalhães e do Senador José Roberto Arruda, dando ênfase aos pontos que entender divergentes. Concluída a repergunta, a Presidência indagará aos acareandos se confirmam ou não o que haviam declarado anteriormente em seus respectivos depoimentos;

2 - Não serão permitidos apartes ao Senador que estiver reperguntando.

Da mesma forma, não serão permitidas intervenções nas respostas da Drª Regina Célia Peres Borges e dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda;

3 - Não será permitido ao Senador Antonio Carlos Magalhães dirigir-se ao Senador José Roberto Arruda, nem esses à Drª Regina Célia Peres Borges, nem essa aos mencionados Senadores.

Também solicita a Presidência que se reportem, quando houver necessidade, diretamente à Presidência.

As perguntas e reperguntas serão feitas, como é tradição em nossos trabalhos, em primeiro lugar, pelo Presidente e pelo Relator, a qualquer tempo que entenderem necessário.

Em seguida, serão lidas pela Presidência, na ordem de inscrição, em lista previamente aberta, as reperguntas que foram encaminhadas à Mesa, por escrito, pelos Srs. Senadores membros titulares do Conselho;

pelos Srs. Senadores membros titulares do Conselho que tiverem perguntas orais a fazer, obedecida rigorosamente a ordem de inscrição; e pelos Srs. Senadores membros suplentes e não-membros do Conselho.

Só serão permitidas reperguntas fundamentadas e que indiquem os pontos divergentes. Não serão permitidos, em hipótese alguma, quaisquer gestos ou palavras ou atitudes que inibam ou venham a inibir aqueles que se encontram à Mesa para serem acareados.

Srs. Senadores, encareço a colaboração de V. Exªs para que esta reunião transcorra na maior serenidade possível, pois tenho convicção e o Conselho tem dado demonstração, até agora, de que todos estão cientes da seriedade do ato que vamos realizar. Esse é um favor pessoal, uma generosidade que me fazem, para que se coloque nesta cadeira, no momento ocupada por mim.

Sei, e todos sabemos, da importância de um ato de acareação, que busca – tem pelo menos por objetivo – trazer cada vez mais elementos esclarecedores para o fato que estamos averiguando.

Esta Presidência sente-se no indeclinável dever de reafirmar a V. Exªs a inteira igualdade de condições entre todos os Srs. Senadores, entre os acareados, independentemente da condição hierárquica.

Esta reunião, por outro lado, como todos sabem – e já foi reafirmado –, além de inédita, é histórica, porque mostra o avanço democrático no sentido do aperfeiçoamento do regime. Não é um **show** circense; é ato sério e de grande responsabilidade.

Podem-se colher hoje maiores esclarecimentos. Pode esta acareação redundar em nada no sentido da obtenção do seu resultado quanto ao fato apurado, mas, sem dúvida, significa um avanço da sociedade em direção ao princípio da igualdade do regime republicano, não distinguindo ninguém, quando se trata de apuração das responsabilidades.

Feitos esses esclarecimentos, invocando, como sempre, a proteção de Deus, eu os convoco para dar início aos nossos trabalhos, ao tempo em que solicito a toda a imprensa falada, escrita e televisionada, que não nos tem faltado, que tem sido compreensiva conosco, que, por gentileza, contribua para que haja o maior silêncio possível nesta sala de reunião.

Também faço um apelo aos eminentes Senadores para que, tanto quanto possível, desliguem os seus celulares, haja vista o grande número de reclamações que temos recebido por parte dos telespectadores da **TV Senado** e de outras emissoras, falando da

SENADO FEDERAL F.S. Nº 2174

interferência dos celulares e também de conversas paralelas, que, sem dúvida alguma, redundam em prejuízo dos nossos trabalhos.

Vamos, portanto, diretamente aos nossos trabalhos.

Concedo a palavra ao eminente Relator, para que dê início às suas perguntas, no que concerne aos pontos divergentes das declarações que já foram prestadas pelas pessoas que se encontram à mesa para serem acareadas.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª.

O SR. CASILDO MALDANER – Gostaria de fazer uma indagação a V. Exª, antes da fala do Relator, Senador Roberto Saturnino. Conforme instruções escritas que recebi de V. Exª, as perguntas e as questões de ordem devem ser encaminhadas à Mesa por escrito. Por isso, encaminhei duas questões de ordem a V. Exª por escrito; não sei se V. Exª as recebeu. Parece-me interessante que sejam abordadas essas duas questões de ordem antes de darmos início à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Peço escusas a V. Exª, Senador Casildo Maldaner. Realmente, V. Exª apresentou questões de ordem, por escrito.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, eu as fiz em função dos questionamentos que tenho recebido de muitas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou respondê-las.

A primeira questão de ordem de V. Exª está vazada nos seguintes termos: "Considerando que o Conselho de Ética adotará procedimentos utilizados no Código de Processo Penal Brasileiro, particularmente em seu art. 229, parágrafo único, que trata da acareação, levanto a seguinte questão de ordem: por que a Comissão não adota a acareação aos pares? Por exemplo, inicialmente, com A **versus** B, onde A: Senador Arruda **versus** Senador Antonio Carlos Magalhães; C: Drª Regina Célia mais um Senador; e, depois, a Drª Regina Célia com outro Senador.

Respondo a essa questão de ordem.

A Presidência teve o cuidado, considerando que houve um feriado na semana, de não tratar do assunto em reunião administrativa, mas de conversar informalmente. E conversou com muitos dos Srs. Senadores que compõem o Conselho de Ética sobre se deveríamos fazer da maneira como V. Exª apresenta na questão de ordem ou se

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS. Nº 2175

deveríamos colocar os três juntos - os dois Senadores, José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, e a Drª Regina Célia Borges.

Colhi, dessas minhas consultas, que havia uma preferência – embora houvesse argumentos ponderáveis para que a acareação fosse feita segundo a recomendação que fez V. Exª em sua questão de ordem – no sentido de que a acareação fosse feita colocando os três juntos. Não contente com isso e levando em consideração o que muitos me afirmavam, ou seja, que isso seria devido à condição hierárquica, imediatamente pensei: bem, então a maior interessada nisso é a Drª Regina. Tomei a liberdade de telefonar a ela, e não por uma vez só. Telefonei a primeira vez, ela me disse que preferia ser acareada juntamente com os Srs. Senadores. Eu disse a ela que, antes de iniciar esta reunião, eu voltaria a procurá-la. Realmente o fiz, e ela reiterou que estava disposta, que preferia também assim. Diante disso, prefiro pedir a V. Exª que acate a ordem. Inclusive as pessoas já estão aqui sentadas.

O SR. CASILDO MALDANER – Agradeço a V. Exª pela exposição, até porque muitas pessoas me questionaram em relação a isso.

Há uma segunda questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A segunda questão é: "Considerando a situação de subalternidade da Drª Regina Célia, indago se não seria prudente perguntar-lhe se, após o seu depoimento, a mesma recebeu alguma ameaça, ainda que não-identificada."

Como li a pergunta, vou pedir à senhora que responda sim ou não.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não recebeu.

Muito bem. Fiz isso porque já havia lido a pergunta, mas quero reafirmar à Casa que, tanto quanto possível, a Presidência vai admitir as perguntas que estejam em contradição com os depoimentos e pronunciamentos.

Peço ao Senador Casildo Maldaner que considere isso.

O SR. CASILDO MALDANER – Agradeço a V. Exª. As outras questões virão pelo encaminhamento correto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Na hora oportuna, a pergunta ou as perguntas de V. Exª, por escrito, serão formuladas.

Com a palavra, portanto, o eminente Senador Roberto Saturnino, na qualidade de Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, quero começar colocando em confronto, a fim de tirar dúvidas, as declarações

FLS. Nº 2127
SECRETARIA-GERAL DA MESA

do Senador Arruda e da Drª Regina Célia. Há conflitos claros entre as declarações, entre os depoimentos de ambos.

A Drª Regina Célia contou-nos, em seu depoimento, que foi procurada, na véspera da votação referente à cassação do Senador Luiz Estevão, pelo Senador Arruda, que lhe pediu que fosse à sua casa. Ela foi, e, na conversa que travaram, o Senador Arruda trouxe a ela a preocupação que havia com o sistema de votação secreta do Senado, indagando-lhe se ela tinha condições de retirar, após a votação, a lista dos votos dos Senadores. E, se fosse possível, que o Presidente Senador Antonio Carlos Magalhães gostaria de ter essa relação. A Drª Regina disse que tinha dúvidas, que não podia responder porque não tinha competência para dizer de imediato se isso era possível, mas que iria procurar fazer o que lhe era pedido. E, ao fim desse encontro, ela declarou que a última frase ou uma das últimas frases que disse é que iria cumprir uma ordem, cumprir uma determinação, que ela tinha tomado aquela conversa como uma ordem ou uma determinação.

Começaria indagando da Drª Regina – evidentemente com alteração de palavras, porque nenhum de nós pode reconstituí-las inteiramente – se ela confirma esse depoimento prestado à Comissão mais ou menos nesses termos.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Perfeitamente, confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Então, vou pedir também a confirmação ao Senador Arruda do seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sr. Relator, um minuto, por gentileza.

Começamos os nossos trabalhos pedindo a colaboração de todos. Peço silêncio para que todos possam compreender e ouvir as perguntas e as respostas. E faço esta advertência: se, por acaso, persistir qualquer barulho, positivamente a segurança haverá de, primeiro, comunicar à Mesa a origem a fim de que possamos tomar as providências para pedir gentilmente que a pessoa deixe a sala.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Continuando, Sr. Presidente.

O Senador Arruda nos contou que tivera naquele dia, naquela tarde, uma conversa com o Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, sobre rumores que corriam no Senado a respeito da possibilidade de ser alterado o resultado da votação que iria ocorrer no dia seguinte, a respeito da cassação do Senador Luiz Estevão. O Senador Antonio Carlos, preocupado, concordou em que ele se dirigisse à Drª Regina – isso nas palavras dele. Ele disse que então iria fazer

uma consulta à Drª Regina. Perguntou se poderia usar o nome do Presidente e teve o assentimento. Pediu à Drª Regina que fosse a sua casa e, nessa conversa, apresentou-lhe simplesmente uma consulta sobre se era possível interferir, de qualquer maneira, seja para retirar o resultado da votação, seja eventualmente para mudar até o resultado. Apenas apresentou uma consulta à Drª Regina, e ela teria tomado essa consulta como uma ordem ou um pedido.

Vou pedir a confirmação do Senador Arruda, tal qual pedi à Drª Regina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Na Mesa mesmo está havendo barulho, estou percebendo-o à minha direita.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Entretanto, antes de pedir a confirmação ao Senador Arruda, sinto-me no dever de dizer a S. Exª que para mim é difícil acreditar na versão trazida por ele. Por quê? Estou dizendo isso antes...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Sr. Relator, as perguntas têm que ser rapidamente justificadas.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sim, Sr. Presidente. Acontece que é importante, para alertar o Senador a revisar a sua lembrança, mostrar-lhe as contradições do seu próprio depoimento, não apenas as contradições entre o depoimento dele e o da Drª Regina Borges, mas as contradições do próprio depoimento de S. Exª. É o que estou fazendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª entendeu, Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBETO ARRUDA – É claro.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, não concluí a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Desculpe-me. Conclua a pergunta, por favor.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – S. Exª diz que fez apenas a consulta porque estava preocupado com a possibilidade de alteração. Mas essa declaração, esse comportamento teria como conseqüência o interesse de S. Exª pela resposta à consulta naquela mesma noite, porque a consulta fora feita, segundo o depoimento dele, para garantir o Senado contra possíveis manipulações dos votos. Se se tratava de uma consulta, teria de ser seguida de uma verificação da possibilidade de ocorrer, porque, se a Drª Regina Borges confirmasse

FLS. Nº 2129
SECRETARIA-GERAL DA MESA

que era possível, haveria a obrigação de mudar o sistema de votação, para impedir que aquilo ocorresse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Relator, vamos para a objetividade. Qual a pergunta que V. Exª dirige ao Senador José Roberto Arruda?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – A minha pergunta é: como S. Exª explica essa e outras contradições – S. Exª vai confirmar o que disse, contradizendo-se com o que disse a Drª Regina Borges – existentes dentro do seu próprio depoimento? Seria espantosa a desinteligência da Drª Regina Borges diante de todas as providências e do empenho que S. Exª demonstrou. Seria também a manifestação de surpresa de que S. Exª disse que foi tomado, pois não se interessou pelo resultado da consulta. Foi tomado de surpresa ao receber a lista, depois de todo o empenho da Drª Regina Borges, e apressou-se em levar a lista ao Senador Presidente.

Há, no próprio depoimento de S. Exª, uma contradição que precisa ser esclarecida. Precisa haver não apenas o confronto com o que disse a Drª Regina Borges, mas exatamente uma explicação quanto às contradições que existem dentro das suas próprias declarações. É o que quero perguntar ao Senador.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª entendeu, Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Entendi, com o maior respeito, Senador Saturnino, embora seja um desafio tentar convencer-lhe daquilo que previamente V. Exª já se diz convencido do contrário.

V. Exª, objetivamente, coloca duas contradições, a primeira em relação ao que diz a Drª Regina. Quero reafirmar o discurso que fiz no plenário, o depoimento que fiz na Comissão. Esta frase que a Drª Regina, de resto, atribui a ela própria "saio daqui para cumprir uma ordem" não houve, nem tinha nada a ver com o teor da conversa, uma consulta amena, tranqüila. Essa frase especificamente não cabe, não compõe o contexto do que se passou na conversa.

Sobre a segunda contradição, Senador Saturnino, mais que a minha palavra, devemos tomar as palavras da própria Drª Regina, que veio aqui, no seu depoimento, com muita clareza, para dizer a verdade. Ela disse no seu depoimento: *"Encarei como uma ordem"*. "Encarei" é a forma que ela interpretou a consulta que fiz. Não posso entrar no mérito do julgamento da sua interpretação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Penso que V. Exª respondeu.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Se me permite, quero completar a explicação. Esse ponto é fundamental, sobre o qual refleti muito – penso que todos refletimos –, e gostaria de respondê-lo, se me permite, por inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sem considerações, por favor. Pois não, Senador.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – O segundo ponto, que também, de certa forma, responde a essa dúvida que V. Exª coloca, é o depoimento do marido da Drª Regina. Perguntado pelo Senador Osmar Dias, de forma incisiva, repetitiva: *"Foi uma ordem?". "Não". "Não foi uma ordem?". "Não, não foi uma ordem"* – consta do seu depoimento.

A Drª Regina, num outro trecho, ao falar a mesma coisa, diz assim: *"Digamos assim, foi uma ordem."*

Eu entendo... Não tenho como deixar de fazer considerações para tentar elucidar o problema, mas objetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª pode ler o trecho em que ela fala.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – E é isso aí.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Leia o trecho em que ela fala, em que V. Exª diz que ela fala. Não é isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Ramez Tebet, eu vou tentar explicar a contradição que o Senador Roberto Saturnino me pede. O trecho é esse...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com base no depoimento dela e no seu.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Com base nos dois depoimentos e com base nas considerações que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tudo bem.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito bem, no mesmo depoimento, a Drª Regina, eu contei doze vezes, fala "pedido". Não sei se estarei rompendo alguma ordem de fazer uma consideração que me pareceu óbvia, até porque foi feita por dezenas de Senadores nos depoimentos anteriores. Eu não sei quais os sentimentos da Drª Regina em relação ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que era o Presidente da Casa e era, portanto, seu chefe. Se ela tinha medo, se tinha constrangimento. Eu não sei. E se, por isso, por esse sentimento, ela interpreta uma consulta tranqüila que lhe fiz como outra coisa. Aí, realmente, eu não posso dizer. Até aceito que tenha tido essa indução. Não estou aqui julgando má-fé de ninguém. Ao contrário: estamos aqui

FLS Nº 2181
SECRETARIA-GERAL DA MESA

para esclarecer os fatos. Agora, eu estou convencido – e reafirmo o depoimento que fiz – de que fiz uma consulta.

Mas, mais ainda do que as minhas palavras ou as palavras da própria Drª Regina, Senador Roberto Saturnino, tem um fato concreto que foi contado aqui diversas vezes, por diversas pessoas, em diversos momentos, e é coincidente. A Drª Regina tomou lá as providências que julgou próprias. Como resultado disso, houve, de fato, um documento, que é uma lista de votação. Ainda que o tenhamos encarado, a Drª Regina, o Senador Antonio Carlos Magalhães e eu, como uma prova do bom funcionamento do sistema, está claro, depois do episódio, que não era a melhor prova, que era prova até do contrário, como disse aqui o Senador Lúcio Alcântara, no último encontro. Está bem. Mas quando chega essa prova, qual é a minha reação? Eu deixei muito claro aqui: ela queimou a minha mão. Quando eu levo ao Senador Antonio Carlos Magalhães, qual é o diálogo que há?

"– Está sentado? Não?

– Não está vendo que estou sentado?"

Essa estupefação, essa perplexidade é o primeiro sentimento de todos nós.

Eu reconheci também. E devo ser muito franco e dizer que se seguiu um outro, talvez muito menos nobre, talvez nascido de uma fraqueza humana, que é o da curiosidade. Seguiram-se comentários, tudo isso, e essa falha eu já assentei.

Há mais um detalhe importante, Sr. Relator, que não sei se ficou claro no meu depoimento e concerne a este ponto. Isso aconteceu em vinte e oito de junho, me parece. Só depois, agora, este ano, em fevereiro ou março, não sei exatamente, quando a eventual conversa com os procuradores tornou-se pública e aí conversei com a Drª Regina e outras pessoas conversaram com a Drª Regina, só aí é que eu tomei conhecimento de como ela tinha processado aquelas preocupações que eu havia repassado, como ela havia agido, talvez pela pressa, a única forma de agir, as pessoas que tinha envolvido e tudo o que tinha sido feito. Nesses sete, oito ou sei lá quantos meses, eu não soube daquilo que havia se passado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por uma questão de eqüidade e de justiça, considerando que a primeira pergunta formulada foi para a Drª Regina e ela respondeu monossilabicamente, e considerando que o Senador José Roberto Arruda teceu uma série de considerações, entendo, no meu íntimo, que seria injusto se não retornasse a palavra a ela para algumas considerações quanto ao seu "confirmo", que foi o que ela falou.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – São algumas as considerações que eu tenho de fazer a respeito dessas questões. Em primeiro lugar, a questão de ordem, consulta, pedido; tentarmos esclarecer como vemos, encaramos e aparecem nos depoimentos essas três palavras. E a segunda diz respeito ao que foi pedido, ordenado ou consultado. Acho que há duas coisas sendo tratadas.

Em relação a ordem, pedido ou consulta, a palavra consulta eu descarto absolutamente. Em momento nenhum chegou a mim como uma consulta, então essa eu descarto.

Em relação a pedido ou ordem, acho tão tênue a diferença entre essas duas coisas, que dependendo da autoridade, da forma como chega um pedido, ele tem força de uma ordem expressa; dependendo de como chega, muitas vezes, uma ordem, dependendo da autoridade, da forma, ela pode até ser vista como um pedido. Acho que, talvez, seja a possibilidade que se tenha de dizer não naquele momento que vá determinar como aquilo é recebido: se como uma ordem ou como um pedido. Então, provavelmente, muitas vezes, aqui, essas palavras podem ser usadas uma hora como pedido, uma hora como ordem para definir esse pleito que foi feito, mas sempre com esse sentido da constatação de que teria que se fazer - então, como uma ordem. Do ponto de vista de ordem ou pedido, essa é a colocação que tenho a fazer.

Em relação ao teor, o que foi pedido ou ordenado, aí, para mim, é onde reside a grande diferença. Jamais, se me fosse pedido ou consultado para verificar a segurança do sistema, do ponto de vista do resultado da votação, eu tomaria uma decisão de ir lá, violar o sistema, trazer a lista e mostrar aquilo como uma prova da segurança do sistema. Realmente, seria impossível essa linha de raciocínio.

Já tive, inclusive, uma ocasião, que vou usar como exemplo, em que o sistema vinha dando problemas de outra natureza - nós até tocamos aqui na outra fala: de estática, o computador travava, paralisava o processo de votação eletrônica. Um dia, quando isso estava no auge do acontecimento, os técnicos me procuraram e falaram: "Regina, hoje vai dar problema". Era uma época seca, tinha muita estática.

Procurei o Dr. Carreiro e falei: "Dr. Carreiro, eu acho que a gente deve, hoje, levar ao Presidente a sugestão de não funcionar o computador, para ele não ter o constrangimento de ter que interromper a votação." E assim foi feito. Pedi ao Dr. Carreiro que desativasse. Esperei o Presidente na porta do elevador e coloquei: "Presidente, estou

F.S. Nº 283
SECRETARIA-GERAL DA MESA

sugerindo que a gente não use, hoje, o computador, porque estou temendo que o senhor fique numa situação constrangedora."

Ele tinha uma pauta muito extensa naquele dia e falou: "Não, eu não posso ficar sem o computador. Vou correr o risco e pode mandar ligar que eu vou usar o computador assim mesmo." Eu até fiquei sentada atrás, para acompanhar, aflita, se ia funcionar. Realmente, chegou até o final da votação. No final, o pessoal ainda comentou que já tinham travado três bancadas e já estava no ponto de travar todo o sistema, mas, naquele dia, funcionou.

Em função disso, fizemos um mutirão de uma sexta, sábado e domingo e viemos para o plenário - os técnicos do Prodasen em conjunto com os da Kopp. Tenho até foto e, hoje, tentei, mas no afogadilho não consegui, porque eu até ia trazer. Abrimos e tiramos todos os tapetes do plenário e era fio para todo lado, e a gente - quer dizer, eu só olhando, porque não tenho a competência técnica para fazer esse tipo de atividade - junto, acompanhando, porque o que se procurou, naquele dia, foi fazer um isolamento maior em cada um daqueles terminais para diminuir a estática, e para que não houvesse mais uma incidência. Dali para frente, a coisa melhorou quanto a esse tipo de problemas.

Veja bem, nesse dia, sugeri que fosse desligado o computador para evitar somente o constrangimento. Ele não causaria problema de dano, de resultado de votação, nada disso. Era somente o constrangimento de parar. Fui sugerir ao Presidente que não usasse o computador naquele dia, pelo constrangimento dele, mas, na medida em que ele se submeteu, dizendo que usaria, ainda que tivesse de parar, devido à pauta do dia, então foi ligado, e o Dr. Carreiro conversou com ele, ligou, e usou-se o sistema.

Bem, se me chegasse uma consulta, no sentido de que o sistema não era seguro, se estaríamos correndo o risco de ter algum problema na votação, nunca seria a minha atitude violar o sistema para provar o contrário. Eu faria a mesma coisa: sugeriria que fossem usadas as cédulas, poderia até fazer uma checagem, se desse tempo, quanto à segurança do sistema, mas nunca violaria o sistema, principalmente porque, na hora em que olhei, identifiquei uma relativa segurança, dentro da nossa ótica. Tanto assim que foi tão difícil quebrá-la. Então, não iria quebrá-la para mostrar que era seguro e passar a noite inteira naquele trabalho.

Uma coisa, inclusive, que me tem angustiado tanto esses dias todos é porque a equipe técnica quando sente que é uma determinação e tem que fazer – e essa situação foi inédita, mas normalmente se faz

dentro da norma, dentro do que tem de ser feito –, a gente faz mutirão, reúne, chama um, chama outro, "qual o melhor jeito de sair?", "Como a gente faz para resolver?", isso é uma praxe, é uma tônica, é um jeito de se trabalhar lá.

Então, a partir do momento que aquilo era uma missão que tinha de ser cumprida, todo mundo se mobilizou para tentar resolver, mas não seria daquela maneira, e aí com todos os constrangimentos envolvidos pela característica dessa ação, a ação tomada por nós. Em relação a isso, realmente, recuso-me a aceitar essa colocação de que o pedido era para a segurança do sistema. Na verdade, recebi um pedido para obtenção da lista dos votos.

Em relação à segunda questão, o Senador José Roberto Arruda tem toda a razão. Ele só soube de detalhes depois que tinha passado, porque, na manhã em liguei para ele, na manhã do dia seguinte, para dizer que as coisas estavam preparadas para emitir a lista – e esse é outro ponto onde também me dá mais segurança do entendimento, porque se, naquele momento, ele tivesse verificado que era só para segurança, e não para a lista, eu teria tempo ali de abortar a operação –, naquele momento, ele me perguntou se tinha sido tudo tranqüilo e sobre a segurança da forma como foi feita, segurança do ponto de vista dos envolvidos e tal. Eu não quis entrar em detalhes. Aquilo era uma coisa que eu estava assumindo; as pessoas que estavam fazendo, estavam fazendo para atender uma determinação técnica de operacionalizar uma coisa. Naquele momento, não tive vontade nem de expor as pessoas que fizeram, nem muito menos preocupar mais ainda como que foi ou o que foi. Foi feita, é para fazer, está feito.

Realmente, ele tem toda razão. No que pese eu ter contado para o grupo, por uma questão de honestidade, como foi – inclusive, no depoimento de todos eles, tomei cuidado de separar os depoimentos, todos afirmam o fato de eu ter colocado como é que foi a visita ao Senador Arruda e da determinação que eu tinha recebido, que, de acordo com ele, vinha do Presidente –, todos receberam, mas o caminho inverso, o Senador tem razão, não passei a ele detalhes de como se deu. Disse que foi tranqüilo e que seria emitido.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas o que a senhora acabou de declarar, confirmando o que havia dito, é extremamente importante, Drª Regina. Então, volto a perguntar: A senhora telefonou para o Senador Arruda no dia seguinte, às dez horas, e falou com ele,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 14
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

dando conta de que ia ser feito, de que tinha conseguido os procedimentos para tirar a lista?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim, falei com o Senador Arruda. É possível até observar na seqüência dos registros do meu telefone: ligo uma vez – quando afirmei aqui, ainda não tinha aquele dado, eu lembrava, mas aí ficou mais claro –, ligo duas vezes seguidas para o gabinete, uma delas um pouco antes de nove, uma às nove e pouco, e depois, quando chega às dez e alguma coisa, é que consigo. E então já é uma ligação, percebe-se, maior. E a partir daí não tentei mais.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas a senhora falou pessoalmente com ele?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Falei pessoalmente com ele, foi quando falei que tinha feito aquela tarefa durante aquela noite, que tinha sido executada, e que, agora, dependeria da votação para se obter a lista.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Indago agora ao Senador Arruda, porque S. Exª disse que não falou com ela. Apenas algum assessor teria recebido esse telefonema, mas não teve contato com ele.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito bem, começo pelo telefonema, mas peço licença para tecer considerações sobre o que disse antes a Drª Regina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não, não vamos admitir réplica, Excelência. Não é possível mais, porque, senão. não vamos acabar. V. Exª faz em outra ocasião, de um outro jeito. Hoje não dá, porque se formos adotar o procedimento de, cada vez que um explicar, o outro voltar a falar, acredito que não terminaremos. Permiti à Drª Regina porque estávamos no início dos nossos procedimentos, Senador Arruda, e achei que era injusto que ela não fizesse considerações a respeito. V. Exª se atenha, por gentileza, a essa segunda pergunta formulada pelo eminente Relator.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pois não, Presidente. Vou obedecer às ordens da Mesa. Apenas vou pedir que, ao final da acareação, se determinados fatos que considero relevantes não tiverem sido colocados, eu possa ter a permissão para fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou consultar o Plenário, que irá decidir no final.

A palavra está com o Senador Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sobre as ligações, Sr. Presidente, eu sinceramente, no meu depoimento, deixei muito claro

que não tinha nenhuma lembrança disso. A Drª Regina também, no seu depoimento, disse: "*olha, eu fiquei de telefonar, não sei se telefonei.*" oram essas as expressões dela.

Quando eu estava depondo, o Senador Eduardo Suplicy recebeu um telefonema da Drª Regina que dizia: "*olha, eu estou aqui com a lista da Telebrasília e houve uma ligação às dez horas e seis minutos*". Essa informação foi dada pelo Senador Eduardo Suplicy a todos nós. Muito bem.

Depois, nos jornais do dia seguinte, verifiquei que o inteiro teor daquela relação da Telebrasília mostrava, na verdade, três telefonemas.

Naquele dia, Senador Saturnino, cheguei bastante cedo ao Senado, por volta de nove horas. Como faço sempre, o meu celular fica com a minha secretária enquanto estou no gabinete, e as ligações passam a entrar normalmente pelos ramais principais. Quando vou para o plenário, ele segue comigo com um dos assessores de plenário. E, numa sessão daquelas, eu só atenderia se fosse alguma coisa relevante.

Lembro-me bem de que naquele dia procurei não atender nenhum telefonema porque havia pressões muito fortes em Brasília dos dois lados, e pessoas querendo falar comigo, coisas desse tipo. Essa ligação não houve, mas há uma demonstração maior de que não houve: é que abri o meu sigilo telefônico, que trago aqui a V. Exª. O meu sigilo mostra o seguinte – vou passar a V. Exª para conferência posterior: às dezessete horas e quarenta e dois minutos eu retornei os recados que havia. Existiam recados da Drª Regina. Portanto, efetivamente, ela tentou falar comigo, e eu retornei essa ligação. Não posso assegurar se foi nessa ligação que consegui falar com ela ou se ela me ligou em seguida e nos falamos. A verdade é que à tarde retornei "n" ligações, inclusive a dela.

Agora, mais importante ainda, Sr. Presidente, é o seguinte: independentemente de a ligação ter sido realizada ou não, os procedimentos todos que a Drª Regina houve por bem tomar em função, repito, da consulta que fiz, nascida, repito, das preocupações com a segurança do sistema, nascidas dos boatos que existiam até de adulteração de voto, coisas que deixei claro na conversa com a Drª Regina. Ainda que houvesse havido a ligação, todos aqueles procedimentos da noite já tinham sido feitos. Todo o novo sistema, o novo arranjo, de que eu só soube em fevereiro ou março deste ano, já haviam sido realizados. Portanto, o que me causa até alguma estranheza é que, depois do primeiro depoimento da Drª Regina, onde ela coloca tudo, segundo ela, de coração aberto, coloca toda a verdade,

FLS. Nº 2137
SECRETARIA GERAL DA MESA

busque nesse nível de detalhes algo mais ou uma lapidação daquela verdade colocada inicialmente, que em nada a modifica, uma vez que os procedimentos teriam sido feitos, segundo a Drª Regina, durante a noite. O sigilo telefônico eu passo a V. Exª.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador Arruda, eu ia fazer a pergunta porque, no depoimento da Drª Regina, ela também se refere a um segundo telefonema no dia, após a votação, quando teria dado a V. Exª conta de que o trabalho havia sido feito. V. Exª, no seu depoimento, não se referiu a esse telefonema. Disse até que tinha recebido a lista com surpresa, não sabia nem o que era. Agora V. Exª, de posse do sigilo telefônico, dos dados do sigilo, reconhece que houve o telefonema que - V. Exª diz - retornou a ela. Nesse retorno, não se falou em lista? Caso positivo, V. Exª não pode ter tido surpresa ao receber a lista. Então, há uma contradição. Estou querendo também clarear as contradições do depoimento de V. Exª. Entenda bem a minha indagação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sem dúvida, só que no meu ponto de vista não há nenhuma contradição. Mantenho o que disse no depoimento. Houve uma ligação à tarde. Não lhe posso assegurar que nos falamos quando retornei os três ou quatro recados que tinha da Drª Regina ou se ela, recebendo o meu recado de retorno, ligou para mim. Isso não lhe posso assegurar. O que lhe asseguro é que falei. Sobre o que falamos acho que eu e a Drª Regina também não tivemos divergências. Ela disse que estava próxima à biblioteca, alguma coisa assim, e que iria me entregar algo, que as coisas tinham corrido bem. Não se falou nem na conversa do dia anterior, nem naquele telefonema, nem em lista e nem em relação.

Se me permitem apenas repetir o que disse no depoimento e esclarecer ainda mais, Senador Saturnino. A imagem que me ocorre, tanto na conversa minha com o Senador Antonio Carlos quanto na minha conversa com a Drª Regina, conseqüência dos boatos que existiam, é que o operador do Prodasen, ao trabalhar no terminal, na hora em que estamos votando, vê aquilo tudo funcionar - ou imaginávamos que ele visse. E que se houvesse alguma coisa no sentido de adulterar votos ou de saber os votos, como as ameaças, algumas das quais até gravadas, estavam claras aqui, no Senado. Isso tudo todo mundo sabia. Muito bem. Se esse operador visse... Lembro-me de ter usado essa imagem inclusive com a Drª Regina, e perguntei: como funciona isso? E ela me respondeu: não conheço bem porque fica num sistema separado de onde fico no Prodasen. Deu-me uma explicação que, confesso, não entendi. e eu disse: o que se comenta é

que todo mundo fica sabendo. Essa é a preocupação. E aí como é que faz para as coisas não serem adulteradas? O que me movia? O que me movia, com toda a franqueza, era essa preocupação, aquela nascida do diálogo inicial. Muito bem. A Drª Regina... a conversa foi rápida, ela compreendeu isso rapidamente. Não me pareceu, naquele momento – em nenhum momento –, que a Drª Regina estivesse vendo aquilo pelo lado negativo. Parece-me, até pela relação que sempre tivemos, que viu pelo lado correto, o lado da preocupação, ainda que a minha exposição não tenha sido tecnicamente a mais própria. E disse: *"Olha, como eu não sei, vou verificar, e te falo."* Como ela entendeu isso e por que fez as coisas que julgou próprias, sobre isso realmente eu não posso dar explicações.

Agora, isso, para mim, Sr. Relator, está muito claro. No meu depoimento anterior, confirmei e reconfirmo aqui que houve o contato telefônico, muito rápido. Não sei a duração no sigilo telefônico, mas sempre ela tinha secretária, eu também, até que falássemos. A fala foi muito rápida e quando ela disse que estaria naquele lugar, eu pedi ao Dr. Domingos – até ali também sem saber exatamente o que era, eu apenas disse a ele que era alguma coisa que deveria entregar ao Presidente — que fosse lá buscar para mim. Até ali eu não tinha ouvido falar e nem tinha falado de lista, relação, de nada disso.

Aí, se o senhor me perguntar, para deixar mais claro ainda: *"Mas, nessa conversa com a Drª Regina, ela poderia ter sido induzida a imaginar que o que estava preocupando era ver como que ia votar cada um lá, para poder não mudar?"* Admito que sim. Admiti que sim no meu depoimento e admito outra vez. Eu não estou colocando isso na conta de eventual má-fé ou de mau entendimento posterior. Não! Admito isso. Admito que se fizesse a mesma consulta hoje, eu a faria com muito mais cuidado, de forma diferente, ou nem a faria, talvez. Agora, não houve, de minha parte e nem da parte de nenhuma das pessoas – e, aí, eu incluo precisamente o Senador Antonio Carlos e a Drª Regina – má-fé no ato. Quer dizer, a visão minha era clara e dependia disso.

A Drª Regina, no seu depoimento posterior, num determinado instante, até deixa claro isso. Quando ela fala com um dos técnicos – e eu reli isso muitas vezes –, o Dr. Gazolla, ela diz a ele também das preocupações com segurança. Aliás, uma dúvida técnica que eu tenho é se as eventuais modificações introduzidas, a par de dar um resultado, de tirar a prova dos nove, que acaba confirmando que a votação foi correta – mas confirmando de uma maneira vamos dizer ruim –, o sistema ficou menos sensível ou menos vulnerável, se aquela

FLS. 21 89
SECRETARIA-GERAL

modificação pode ter, de alguma maneira, realmente ajudado a segurança.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador Arruda, eu praticamente tinha encerrado este ponto, mas agora, nas suas declarações últimas, V. Exª disse que ao falar com a Drª Regina, de tarde, após a votação, teria dito que era algo que teria que ser levado ao Presidente Antonio.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, não, não, não. Desculpe.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Eu entendi assim.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Está bem, mas é importante esclarecer esse ponto. São detalhes importantes.

Com a Drª Regina eu não me lembro dos detalhes – não sei se ela se lembraria – das frases. É muito difícil, quase um ano depois. O que eu me lembro é que ela disse que tinha uma coisa para me entregar, e que eu pedi para o Dr. Domingos. Quando eu pedi ao Dr. Domingos para buscar é que eu disse a ele: *"Olha, você vai encontrar a Drª Regina em tal lugar e ela vai lhe entregar um documento que eu tenho que levar para o Senador Antonio Carlos."* Como quem diz: *"Vai rápido e volta rápido, que eu tenho que ir rápido."* Alguma coisa desse tipo.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas V. Exª, então, já sabia o que era o documento.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu não sabia. Estou repetindo o meu depoimento e reafirmo o que foi falado no meu depoimento. Eu não sabia, Senador Saturnino, qual a natureza do documento que ela me entregaria. Eu até usei uma expressão, aqui, no meu depoimento: *"Caiu a ficha."* Ficou absolutamente claro, do diálogo que tive com a Drª Regina, que aquilo que ela me entregaria era a demonstração inequívoca de que o painel havia funcionado corretamente e que não teria havido nenhuma burla, e que os votos computados eram os corretos. Como, aliás, os peritos da Unicamp comprovaram depois.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, gostaria de passar, agora, a outro ponto. É melhor assim, não é? Que eu complete e, depois, os outros Senadores falem.

Eu gostaria, agora, de abordar a contradição entre os depoimentos do Senador Arruda e do Senador Antonio Carlos. O Senador Arruda contou-nos que tinha tido com o Presidente uma conversa sobre os rumores que corriam sobre a possibilidade de violação; que ele estava preocupado e que o Presidente também estava

preocupado, concordavam nessa preocupação, e que ele, Senador Arruda, teria escutado do Presidente palavras tais como: "*Você, que é engenheiro, que entende de computador, por que não procura a Drª Regina para saber como isso funciona?*" E ele teria dito: *"Posso usar o seu nome?"* E ele, Senador Antonio Carlos, teria concordado. Mas, no depoimento do Senador Antonio Carlos, não há nenhuma referência a essa conversa prévia, a esse entendimento prévio, e há até uma negativa dessa autorização para usar o seu nome no diálogo com a Drª Regina. O Senador Antonio Carlos se disse surpreso inteiramente ao receber a lista, porque não sabia de nada, absolutamente nada, sobre nenhuma tratativa anterior do Senador Arruda com a Drª Regina.

Pergunto ao Senador Arruda se ele confirma inteiramente o que disse no seu depoimento e se eu, dentro do espírito, não das palavras, reproduzi fielmente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Confirmo. Sem dúvida. É para reproduzir?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Não, se V. Exª confirma...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Confirmo. É exatamente o que disse no meu depoimento.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Ao Senador Antonio Carlos, pergunto também se confirma o que disse antes, que não tinha tido nenhuma tratativa e revelou-se surpreso, surpreendeu-se com a entrega que lhe foi feita, a apresentação que lhe foi feita da lista de votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É verdade. Não dei nenhuma autorização ao Senador Arruda, nem ordem, para tratar com a D. Regina qualquer assunto. Entretanto, conversamos, não só com o Senador Arruda, algumas vezes, como com outros Senadores, da Oposição e do Governo, sobre a possibilidade que se falava de que o painel poderia ser violado pelo Senador Luiz Estevão para modificar a provável votação contra ele. Isso foi feito realmente. Houve muitas conversas. Entretanto, não houve autorização para o Senador Arruda tratar em meu nome nem nessa nem em qualquer outra ocasião.

E aproveito a oportunidade para também perguntar, se for o caso, via Relator, se alguma vez D. Regina ouviu de mim, até o problema posterior à apresentação da lista, uma palavra sequer que lhe dissesse para fazer este ou aquele procedimento.

Portanto, houve muitas conversas com Parlamentares do Senado e até mesmo da Câmara dos Deputados, todos interessados em que aquela votação não fosse fraudada pelo Sr. Luiz Estevão, via Prodasen.

Não dei ordem.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas, desculpe eu repetir o detalhe. Vou transmitir a pergunta à Drª Regina. Mas, nessa conversa, entre outras muitas que V. Exª teve com vários Senadores, especificamente a que teve com o Senador Arruda, houve esta delegação: *"Você, que entende de computador, por que não vai à Drª Regina e procura saber?"* Houve esse tipo de...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Podemos ter discutido sobre um problema técnico, que, evidentemente, não me posso recordar, porque eu é que não entendo nada de computador. Portanto, não poderia tratar desse assunto e não tratei em absoluto nem com a D. Regina nem com qualquer pessoa do Prodasen.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Agora eu dirijo à Drª Regina a pergunta. S. Sª também não afirmou isso em nenhum momento?

A DRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu tinha afirmado exatamente o contrário, que eu nunca tinha recebido...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – É, uma coincidência de... Ela já havia falado isso no depoimento dela.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas ficou claro que eu nunca pedi à Drª Regina?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Ficou. Isso está no depoimento dela.

Agora, Senador Antonio Carlos, o que fica ainda não suficientemente claro, e a mim me parece também uma contradição do seu próprio depoimento, é que V. Exª, ao receber a lista, não tenha chamado a Drª Regina para pedir uma explicação; não tenha, em primeiro lugar, verberado junto ao Senador Arruda e, depois, à Drª Regina. Ela, no depoimento, referiu-se a um caso anterior, em que houve um travamento no sistema e V. Exª chamou-a ao plenário e repreendeu-a até com severidade. E, num caso muito mais grave, que seria este de um ilícito, afinal de contas, V. Exª não a chamou, não a repreendeu; ao contrário, deu, a pedido do Senador Arruda, um telefonema de tranqüilização. Há também uma contradição de termos, mas, em todo caso, V. Exª mesmo reconheceu que foi um telefonema de tranqüilização. Isso me parece também uma contradição que precisa ser explicada para o convencimento dos Senadores da Comissão.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Quero dizer que, após algum tempo de conversas com o Senador Arruda, de estupefação em relação ao problema da lista, o Senador Arruda - e declarou isso no seu depoimento duas ou três vezes - pediu-me para dar uma palavra à

Drª Regina, que estava extremamente nervosa com esse problema da tal lista que teria surgido. Nunca houve a expressão de lista, nem por parte do Senador Arruda, nem minha - pelo menos, com certeza, minha - sobre esse assunto. E, num telefonema, que o Senador Arruda pediu à minha secretária Flávia Badaró para fazer a ligação, eu disse - está no meu depoimento inicial e está em respostas minhas também a outros Senadores: "*A senhora tem relevantes serviços prestados ao Senado*" [um telefonema que, ao todo, foi de 34 segundos] "*e não deve ser imputada, porque provavelmente a senhora não tem culpa. A senhora não deve ficar assim nervosa, como estou sabendo pelo Senador Arruda*". Isso eu disse. E como me perguntam por que não me escandalizei, não me escandalizei. Declarei aqui por que não me escandalizei e estou certo de que agi bem. Outros Senadores podem dizer que agi mal, porque eu não queria que aquela votação, tão importante para o País, que iria retirar do nosso meio o Senador Luiz Estevão, que já estava praticamente indiciado pela CPI do Judiciário - e os fatos posteriores vieram a demonstrar que ele realmente era culpado -, eu não poderia colocar em risco essa votação jamais, em função de uma lista que chegou, que poderia ser verdadeira ou não, cujos nomes foram lidos evidentemente por mim, pelo Senador Arruda. Não sei se pela Drª Regina. Ela diz que não. Mas, com certeza, eu não poderia colocar em risco uma votação que era a vontade praticamente nacional de que tivesse ocorrido.

Fiz isso, assumi a responsabilidade, assumo ainda hoje, porque acho que fiz um bem e não um mal. É muito fácil hoje qualquer um dos senhores dizer que eu deveria ter aquele procedimento, que eu deveria escandalizar, que eu deveria ter dito isso ou aquilo, punir, chamar ou detratar o Senador Arruda, de quem fui e sou amigo. Não fiz isso. Não fiz isso com a Drª Regina, mesmo que ela tivesse cometido o pecado de não me ter consultado sobre a votação, sobre o pedido que foi feito em relação ao painel. Não o fiz para salvaguardar também uma grande funcionária que merece todo o respeito desta Casa e que, provavelmente, não teria culpa no episódio.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Quer dizer: V. Exª não cogitou de puni-la por essas razões, mesmo ela tendo cometido um ilícito.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ela cometeu um ilícito – se é que cometeu, V. Exª é quem vai julgar e a Comissão de Ética também. Mas ilícito maior seria tornar sem efeito aquela votação de cassação do Senador Luiz Estevão, sobre a qual conversamos muito

– até com V. Exª – sobre a necessidade de fazer a votação como foi feita, tirando-o do nosso meio.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª ao receber a lista, para a qual não contribuíra em nada, cuja confecção não contribuíra em nada, não pedira nada, não tivera nenhuma participação, V. Exª, ao receber a lista, naturalmente ao lê-la, ao ler os nomes, não passou, não cogitou de devolvê-la ao Senador Arruda que, afinal de contas, era quem tinha tido toda iniciativa da busca dela?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não. Nós conversamos bastante, ele me passou a lista. Assim que ele saiu da minha sala, eu destrui a lista – entendeu – destrui a lista para que não houvesse as dúvidas, não só em relação a que a lista era verdadeira ou não, porque era uma lista que não tinha timbre, não tinha nada de oficial, e que, ao mesmo tempo, confesso a V. Exª, tinha nomes que não acreditava que teriam votado a favor do Senador Luiz Estevão – vários nomes. Então, tive dúvidas, inclusive da veracidade daquela lista, se ela podia ser apócrifa, ou não, ou como ela saiu. Eu nem sabia de como ela teria saído do Prodasen e como ela foi feita. Tudo isso só vim saber, e da maneira como foi feita, agora recentemente. Eu nunca soube da maneira como ela foi feita. Depois que foi feita, que houve a lista, houve algumas conversas que tratávamos, inclusive com a própria Drª Regina em relação a esse assunto. E, como disse, de determinada feita, tratando um outro assunto com ela, a admoestei no sentido de que ela não fizesse nada, não em relação a isso, que ela não fizesse nada, porque já tínhamos tido problemas antes, sem me consultar, numa coisa que ela julgasse grave, porque já havia ocorrido a contratação daquele pessoal e agora teria surgido a lista e depois teria surgido um outro assunto em relação ao painel.

A Drª Regina, evidentemente, é uma funcionária correta, disciplinada e que merecia o meu respeito, e mereceu isso de mim, inclusive na véspera de eu sair. E mais do que isso: se eu a mantive por 4 anos é porque eu tinha a certeza de que ela era a melhor pessoa do Prodasen.

Um Senador, não sei qual deles, duvidou inclusive que eu conhecesse alguém no Prodasen. Não conhecia. No Prodasen, eu só conhecia a Drª Regina. Era só com ela que eu tratava. Mesmo assim, uma grande parte dos assuntos, a Drª Regina tratava com o Conselho e tratava com o Senador Ronaldo Cunha Lima. Isso ficou sempre atestado e nunca houve queixa maior em relação a Drª Regina. Até mesmo, mais adiante, poderemos tratar do problema de mudança do

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 23
03.05.2001

sistema do kopp para o panavídeo. Mas isso é outra coisa que vamos tratar e que a Drª Regina, na mudança, tinha toda razão.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

Para o bom andamento dos trabalhos, como se trata de uma acareação, seria importante que não tivéssemos aqui discursos. Por exemplo, no momento em que o Senador Antonio Carlos Magalhães, respondendo a uma pergunta do Senador Roberto Saturnino sobre o telefonema, era importante que, imediatamente, em função das explicações do Senador Antonio Carlos Magalhães, fosse dada oportunidade a Drª Regina para que ela falasse como foi esse telefonema, porque o depoimento dela não é idêntico ao do Senador Antonio Carlos Magalhães. Isso não foi dito. Eu aproveitaria o momento para pedir ao Senador Roberto Saturnino que solicitasse à Drª Regina dizer o que ela se lembra do teor do telefonema do Senador Antonio Carlos Magalhães. Parece-me, pelas declarações dela, que não foi para tranqüilizar, mas para agradecer.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Claro que eu ia fazer essa indagação, mas agradeço a lembrança de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – De qualquer forma, Senadores, a questão de ordem serve para que se possa ir ordenando os trabalhos. Penso que breves considerações sobre a pergunta propriamente dita, que deve ser sobre ponto controvertido, cada um pode tecê-las, embora rapidamente, porque isso consta dos depoimentos. Mas pular de um assunto para outro, penso não ser conveniente por parte de nenhum dos acareados e nem da pessoa do Senador que estiver com a palavra para formular as perguntas.

Tratando-se de ponto controverso, é claro que a mesma pergunta deve ser feita ou para dois ou para os três que estão sendo acareados.

Para exemplificar, no caso do telefonema, para quem deu e para quem recebeu. Se alguém presenciou, para quem presenciou e a pessoa vai responder em que termos foi dado o telefonema, e assim por diante. É isso que nos poderia ajudar na eficiência dos trabalhos e também a brevidade, sem prejuízo dessa eficiência.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, só quero explicar que estou ordenando o meu questionamento de acordo com as contradições. Primeiro, abordei as contradições da Drª Regina com o Senador Arruda; agora estou abordando as contradições do Senador Antonio Carlos com o Senador Arruda. Depois, vou às contradições da Drª Regina com o Senador Antonio Carlos.

FLS. Nº 219
CHEFIA-GERAL DA MESA

Para terminar o meu segundo ponto, eu perguntaria ao Senador Arruda se ele não cogitou em pegar a lista – era o único exemplar; V. Exª disse que não tirou cópia – tomando-a para si, já que, afinal de contas, V. Exª a tinha obtido, e por que não o fez.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Saturnino, isso para mim está muito claro, foi o que disse no depoimento e reafirmo aqui. Saí do diálogo que tive com o Senador Antonio Carlos, que é aquele que V. Exª falou: *"Você é engenheiro, entende mais do que eu. Eu não entendo e tal"*. E a mesma conversa que tive com ele, reproduzi com a Drª Regina, não sei se no mesmo dia ou no dia seguinte, mas, enfim, foi o mesmo diálogo, com as mesmas preocupações, exatamente as mesmas.

Quando recebi retorno daquilo... Porque para mim, o que estava claro, porque nesse dia, que foi o dia 28, não conversei pessoalmente com a Drª Regina, houve o telefonema e ela me mandou o documento. É claro que o documento, ainda que de uma forma que, como eu disse, queimou a minha mão, era uma comprovação de que o painel tinha funcionado bem. Obviamente, era absolutamente impróprio eu ficar com aquilo. Aquele documento tinha que ser entregue ao Presidente da Casa, origem da consulta. Foi o que fiz.

Essa segunda conversa com o Senador Antonio Carlos, como ele relatou, também não foi longa. Houve o telefonema para a Drª Regina, depois saí e nunca mais, efetivamente, vi essa lista. Não tirei cópia e não fiz, das informações, das poucas informações que retive, nenhum uso.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, agora eu gostaria de ir ao terceiro ponto, que é o das contradições entre a Drª Regina e o Senador Antonio Carlos, as quais giram muito em torno do telefonema após o recebimento da lista.

A Drª Regina nos declarou que no seu entendimento foi um telefonema de agradecimento ou de reconhecimento pelo trabalho feito, e o Senador Antonio Carlos disse que foi um telefonema apenas para tranqüilizá-la, porque o Senador Arruda havia dito que ela estava muito nervosa. É importante recobrar de cada um aproximadamente os termos desse telefonema que, todos já sabemos, foi breve.

Eu começaria, então, pela Drª Regina.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Observem bem – está dando para ouvir? –: eu gostaria de fazer uma rápida recapitulação de tudo o que aconteceu conosco, só topicamente, para não tomar muito tempo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 25
03.05.2001

FLS Nº 2196 SECRETARIA-GERAL DA MESA

À noite, recebo essa determinação para extrair a lista. Passamos a noite operacionalizando isso. Pela manhã, atendendo a um pedido do Senador, retornei avisando.

O Senador faz menção ao meu depoimento. Há uma fala minha com o Senador Roberto Saturnino onde S. Exª me pergunta algumas vezes:

"*Mas a senhora falou pessoalmente com ele*"? E eu disse: "*Eu falei com ele*". O Senador pergunta: "*Não foi com o Assessor*"? Eu respondi: "*Eu falei com ele*". O Senador pergunta: "*Deu a notícia do serviço que estava feito*"? E eu disse: "*Parcialmente, porque teria votação à tarde*".

Isso aqui é parte do meu depoimento, que foi confirmado com o registro telefônico. Falei também sobre o retorno da ligação, à tarde, quando disse que havia recebido uma cobrança se já estava pronto. Não tinha, mas agora o Senador coloca que tem uma ligação dele para mim, ligação que eu sabia que teria que ter por conta daquela cobrança que recebi. Quando a lista ficou pronta e eu fui entregar, minha única certeza era de que era para o Senador Antonio Carlos Magalhães que havíamos feito. Fizemos por ser um pedido vindo da Presidência. Quando eu constatei que ela seria entregue por portador e que teria a intermediação do Senador Arruda, foi um momento difícil para mim. Não botando em dúvida a palavra dele, mas fiquei sem aquele último elo, que não era só para mim, era para os outros que também estavam cobrando aquela certeza. Então, entreguei. O Dr. Domingos fez, no seu depoimento, uma observação. Está aqui escrito, mas eu acho que não há necessidade de que os senhores tenham a confirmação de que eu estava angustiada e que ele afirmou que iria para o Senador Antonio Carlos.

Então, a minha ansiedade por receber um comunicado do Senador Antonio Carlos era tão grande que eu confesso que das palavras....Podem ver em todas as falas, tenho aqui até grifado: em nenhum momento afirmo exatamente como foi, porque o essencial, o substantivo para mim naquele momento era uma colocação de que tinha chegado lá, de que tinha chegado nas mãos dele. Então, eu falo algumas coisas, algumas expressões no meu depoimento, como, por exemplo, há um momento em que falei "*valeu, alguma coisa assim*". Foi alguma coisa como se estivesse agradecendo por ter chegado lá. Anotei as diversas falas, que sempre deixo assim porque, naquele momento, eu queria ter aquela certeza. Na medida que eu tive, foi um elogio e uma tranqüilização. Naquele momento, confesso que era até tudo isso: elogio, tranqüilização, era de menor importância. Tanto assim que, na

quebra do meu sigilo, podem ver, foi dito que o Senador me ligou por volta de sete e meia, sete e quarenta. Eu havia dito aqui.... Foi perguntado para o Ivar se ele estaria do meu lado na hora da ligação. Aí ele falou: *"Não, do lado não. Estava em casa; do lado não"*, porque ele se lembrava de que não ouviu a minha fala. E quando foi quebrado o sigilo do meu telefone, vi que faço uma ligação em seguida para ele, para o Ivar. Então, falei: - Ah, então, era por isso que ele não estava do lado. Aí, pedi o registro do Prodasen para ver o horário que cada um saiu. E ele saiu um pouco depois. Então, eu acabei de ouvir a ligação do Senador Antonio Carlos, liguei para o Ivar e, em seguida, para o Heitor Ledur, que também está entregue na Comissão na quebra do sigilo. Isso mostra bem qual era a minha aflição de falar para o pessoal: "Olha, foi feito, houve o sinal de que chegou ao Senador".

Então, por isso, tenho o cuidado de ser bem sincera em relação às palavras. Nas várias falas, falei mais ou menos assim, que chegou às mãos dele, como que agradecendo e tal, porque, realmente, naquele momento, eu precisava ter a certeza de que aquela lista tinha chegado ao Senador Antonio Carlos.

Então, essa é ... E os senhores podem pegar o meu depoimento e olhar - não vou ser cansativa e tomar mais tempo - mas em todos vai-se perceber essa minha claudicância na hora de dizer quais foram as palavras, porque eu estava era querendo terminar e ... convocar o pessoal e dizer: *Oh! Gente, o Senador me...*

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Bem, então, eu tenho que perguntar ao Senador Antonio Carlos se ele confirma os termos que usou aproximadamente aqui, e também nos diga dessa contradição também no seu comportamento. Quer dizer, uma coisa é não querer expor um segredo que V. Exª achava que era fundamental para preservar o Senado. Mas daí a agradecer a Drª Regina ou mesmo ser condescendente, a distância vai muito grande. V. Exª podia tê-la repreendido, até severamente, e pedido o sigilo e dizer: agora que a senhora fez isso, vamos manter o sigilo.

Mas eu acho até que, de acordo com o comportamento anterior de V. Exª, tê-la-ia chamado lá para dizer: Drª Regina, a senhora fez isso! Tê-la repreendido na hora e pedido o sigilo depois, para preservar o Senado.

Mas um telefonema de agradecimento ou mesmo de condescendência é estranho! E eu peço então a confirmação ao Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A Drª Regina disse claramente aí - e disse também no seu depoimento - que não se

lembrava das palavras que foram ditas. E, quando respondeu ao Senador Suplicy, ela disse: *"quem sabe estivesse agradecendo"*. Usou até este verbo.

Evidentemente que a Drª Regina... se eu tive condescendência com a Drª Regina, eu tive pelo mérito que ela tem e pela certeza que eu tinha de ela não ter culpa no episódio.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Finalmente, Drª Regina, o Senador Antonio Carlos lembrou-nos que, passado algum tempo, não nas imediações do fato, mas passado algum tempo, ele admoestou a senhora sobre o que tinha ocorrido, o que tinha feito. E a senhora, no seu depoimento, dá conta de dois encontros que teve posteriormente com o Senador Antonio Carlos, mas não nos referiu a nenhuma admoestação pelo que havia feito, tirando a lista.

Eu gostaria de ouvi-la a respeito disso.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não tive nenhuma admoestação sobre ter tirado a lista, realmente. Agora, quanto aos dois encontros... só para não ficar confuso no tempo, os dois encontros foram após o laudo da Unicamp... O laudo da Unicamp não, após a Unicamp ter fechado e levado para fazer sindicância. Isso aconteceu em abril, ou melhor, em junho, e houve a gestão do Prodasen durante o ano todo.

Então, aqueles dois a que me referi foram agora, diante da crise do computador. Não sei quantas vezes eu falei em termos da administração normal nesse período, mas não fui admoestada em relação ao computador, não.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Anteriormente - e é claro que eu vou pedir ao Senador Antonio Carlos, mas só para elucidar ainda mais - em ocasião anterior, quando houve um travamento no sistema e a senhora foi chamada ao plenário, lá, naquela ocasião, a senhora foi admoestada, até com severidade?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Senador ficava muito nervoso, quando o computador parava e ele não podia continuar a sessão por estar o computador travado. Por umas duas vezes ele ficou irritado com isso.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, o Senador Antonio Carlos pode prestar o seu esclarecimento.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Fiz questão, logo de saída, porque sabia que viria uma pergunta de qualquer Senador sobre o problema da admoestação, de dizer que estava tratando de outro assunto com a Drª Regina, reclamei e teria dito: vejam o que aconteceu antes. Isso eu disse. Ela pode até não se lembrar, mas eu disse quando

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 28
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

a admoestei sobre outro assunto. Isso eu disse! Raramente, eu admoestava a Drª Regina. Nós tínhamos um relacionamento perfeito e eu tinha absoluta confiança no seu trabalho. Inclusive, quando pessoas – e ela sabe disso – ligadas a mim procuravam fazer alguma intriga, alguma coisa sobre seu excelente trabalho, eu não dava confiança a essas pessoas e mandava que ela fosse em frente naquilo que ela julgava certo e sério. Isso eu fiz várias vezes. Não direi nome de pessoas. Ela sabe quais são as pessoas, mas na realidade eu sempre a prestigiei pelo seu valor.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, de minha parte, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Roberto Saturnino, o telefonema que o Senador Antonio Carlos Magalhães deu à Drª Regina Borges ocorreu na presença do Senador Arruda. O Senador Arruda presenciou, portanto, pelo menos o que falava o Senador Antonio Carlos. Pode não ter presenciado o que falou a Drª Regina. Para completar, porque se trata do mesmo assunto, objetivamente, queria que o Senador Arruda nos informasse se ele se lembra do teor desse telefonema que teria presenciado e até ajudado de alguma forma ou de outra a fazer a ligação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Confirmo inteiramente o teor do meu depoimento também neste ponto. Não me lembro das palavras, é claro. Os detalhes que foram descritos são esses mesmos. Eu me lembro que inicialmente estava de pé à frente da mesa quando o Senador Antonio Carlos tentava falar com a secretária naquele botãozinho do telefone. Tem qualquer dificuldade, eu abro a porta, peço à secretária, volto. Quando a ligação se completa, eu já estava sentado. A ligação foi realmente uma ligação muito rápida. O que é o final da ligação para mim? Quer dizer, é a tranqüilidade porque a Drª Regina sabia que eu tinha entregue a ele – e parece-me que é a mesma que a Drª Regina colheu ao final do depoimento. Também ficou claro para mim a tranqüilidade do Senador Antonio Carlos em face de que aquilo comprovava que o sistema havia funcionado bem. Quer dizer, essas duas coisas para mim estão muito claras como resultado final do telefonema. Parece-me, salvo melhor juízo, que esse também foi o entendimento das outras duas partes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o Senador Romeu Tuma, na qualidade de Corregedor, se vai formular perguntas neste momento.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Não, Sr. Presidente, prefiro deixar com o Relator; se preciso, o farei mais tarde.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 29
03.05.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao primeiro Senador inscrito, Senador titular Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Vou tentar fazer uma acareação entre os três, dois a dois.

Sr. Presidente, parece-me que a acareação entre o Senador Antonio Carlos e o Senador José Roberto Arruda ficou inconclusa. Isso porque o Senador Antonio Carlos, respondendo ao Senador Saturnino, reiterou que não deu nenhuma incumbência ao Senador Arruda. Em seu depoimento ele diz, claramente, e conclui: *"Não me foi dada oportunidade sequer de desautorizar a utilização do meu nome, até por que não sabia eu que estava sendo utilizado"*. O Senador José Roberto Arruda diz que consultou, pediu autorização do Senador Antonio Carlos - é essa a palavra? - para consultar a Drª Regina. V. Exª mantém essa afirmativa de que o Senador Antonio Carlos o autorizou ou anuiu a consulta que V. Exª faria à Drª Regina?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É a pergunta que o Senador Jefferson Péres está formulando, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não tem dúvida. Eu reafirmo os termos do meu depoimento, Senador Jefferson Péres. Para não descrever o diálogo inteiro, o que já fiz várias vezes, as últimas frases lembro bem: *"Posso consultá-la em seu nome?"*. O Senador Antonio Carlos falou: *"Claro, pode falar em meu nome"*. Foi isso o que fiz. A Drª Regina há de se lembrar que abro a conversa, inclusive dizendo: conversando com o Senador Antonio Carlos, ele pediu para fazer, enfim, e aí coloquei o problema. Disso não tenho a menor dúvida. Como não tenho também a menor dúvida de que o que nos motivava a isso era a questão da segurança. E fui muito claro em colocar isso; acho que isso, em todos os depoimentos, fica claro.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Por favor, Senador Antonio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Lamento dizer que realmente não dei nenhuma autorização, nem ao Senador Arruda, nem a qualquer pessoa, para tratar assunto de qualquer espécie com a Drª Regina.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Então, alguém está faltando com a verdade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que, mais do que a minha memória ou um eventual lapso de memória do Senador Antonio Carlos, os fatos falam melhor. A frase foi essa, lembro-me. Não uso o nome de ninguém em vão; todas as vezes em que, como Líder, cumpri

F.S. N. 2201
SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 30
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

missões para o Presidente da Casa fui muito correto nisso. E, ao final, quando falei com a Drª Regina foi nesses termos. Agora, mais do que a lembrança exata disso tudo vai a conseqüência dos fatos. Quando recebo o documento correto ou não, que era a conseqüência daquele ato inicial, obviamente, levei à origem.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, vou tentar realçar um ponto da contradição aparente entre a Drª Regina e o Senador José Roberto Arruda.

Vamos deixar de eufemismo. Se é verdadeira a versão do Senador José Roberto Arruda, de que S. Exª apenas a consultou, a Drª Regina está mentindo. Se é veraz a afirmativa da Drª Regina de que o Senador José Roberto Arruda pediu a ela que violasse o painel e lhe desse o resultado para encaminhar ao Senador Antonio Carlos, o Senador José Roberto Arruda está mentindo. Pergunto, primeiro, à Drª Regina: não há possibilidade de mal entendido, Drª Regina? O Senador José Roberto Arruda lhe pediu claramente que a senhora providenciasse a violação do painel do Senado e lhe entregasse o resultado para ser encaminhado ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado?

A DRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Pediu-me claramente a emissão da lista de como votariam os Senadores na votação do dia seguinte. Não foi usada a palavra violação. Isso foi decorrência. Foram usadas as palavras "emissão da lista". O que foi pedido: a emissão da lista de como votariam os Senadores no dia seguinte. Fiquei de dar um retorno de manhã para ver se tinha sido possível.

O SR. JEFFERSON PÉRES – A quem seria entregue essa lista?

A DRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Senador Arruda abriu a conversa dizendo que estaria vindo em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães e que era para ser emitida essa lista, dar uma resposta pela manhã, se for possível montar o esquema. E o resto já falei.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador José Roberto Arruda, V. Exª disse claramente à Drª Regina, claramente consultou a Drª Regina se era possível violar, porque havia uma preocupação com isso?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro que não e o meu depoimento é muito claro nisso, Senador Jefferson Péres. Primeiro, se eu não tivesse feito uma consulta, se tivesse dado uma ordem, vai lá, quebra aquele computador, faz qualquer coisa dessa, não precisava ligar para confirmar nada. E ficou claro no próprio depoimento da Drª Regina que ela ficou de verificar como funcionava, e ela não sabia direito como o computador funcionava, e depois retornar para ver quais

eram os níveis de fragilidade e o que tinha que ser feito. O que não houve.

Segundo, quando veio o resultado daquela consulta, que é lá no final da tarde do dia da votação e eu levo ao Senador Antonio Carlos, está claro, em depoimentos diferentes, em momentos diferentes, a estupefação com o tipo de prova contida.

O que eu disse no meu depoimento e reafirmo aqui é que, pela maneira como foi feita a consulta, era próprio que a Drª Regina inferisse que em função de eu ter dito: "*Olha, o que se diz é que os operadores lá enxergam na telinha; diz-se muito que tem gente querendo adulterar voto, como é que faz para resolver isso?*" E ela não sabia responder, eu admiti, como próprio no meu depoimento, que a Drª Regina tivesse entendido que a maneira de resolver aquilo foi aquela. Claro que eu imaginava que pudesse ser outra.

Aliás, Senador Jefferson, aí tem uma coisa muito clara. Eu tenho absoluta convicção, isso fica claro no meu depoimento, tanto de plenário quanto aqui, que saí do diálogo que tive com o Senador Antonio Carlos para, em nome dele, fazer uma consulta, porque eu eventualmente pudesse conseguir formular melhor a dúvida, que não era só de nós dois, era de muitos aqui, muitos outros falaram isso comigo, inclusive. Na conversa que tive com a Drª Regina procurei ser muito fidedigno a isso. Foi uma conversa absolutamente tranqüila, dita as coisas com muita naturalidade: "*olha o que se diz é isso. Como se pode verificar isso?*" Eu imaginava, e falei isso no meu depoimento, que o operador lá do computador, na tela, na hora da gente votar, estivesse conferindo ou vendo, não sei, e que providência poderia ser tomada para que não houvesse adulteração.

Admiti, portanto, no meu depoimento, a indução que a Drª Regina fez, mas terminantemente não pedi, não dei ordem, não se falou em lista, em relação de votantes, isso está muito claro na consulta inicial que fiz.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Bom, vou passar adiante, porque há uma contradição insanável. A Drª Regina disse que não que tivesse entendido, que ele disse claramente que levasse a lista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu repeti uma dezena de vezes no meu primeiro depoimento, fiz questão de usar esta frase na hora de sair: *"Estou saindo daqui para cumprir uma ordem"*. Eu fiz esse trabalho, coloquei o pessoal do Prodasen para fazer, para cumprir uma ordem e quanto a isso eu não arredo.

FLS. Nº 2203
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Permita-me, Senador, interromper.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Pois não. Senador Saturnino, eu acho que o Senador Arruda quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, vamos fazer o seguinte, fiz algumas observações no início e sei que não estão sendo cumpridas, apesar de os trabalhos estarem transcorrendo na mais absoluta ordem. Agora, vamos evitar o fato de um Senador interferir na hora em que o outro estiver fazendo perguntas. Não vamos admitir apartes.

Então, como Relator, V. Exª tem direito de passar à frente de outro, mas pediria que nenhum Senador interrompesse o outro com aparte.

Continua com a palavra V. Exª.

O SR. JEFFERSON PÉRES – O Senador Arruda pediu para dar uma explicação. Creio que não se pode negar-lhe isso.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Tenho absoluta certeza, Senador Jefferson, de que essa frase não existiu. A Drª Regina não atribui essa frase a mim, ela atribui a ela própria. Portanto, atribuída a ela própria seria, no máximo, conseqüência do entendimento que ela fez da minha consulta. Não que eu disse: "*saia, vá e cumpra essa ordem*". Isso não houve. Ainda que ela tivesse dito – e não disse – seria conseqüência de uma interpretação que ela fez.

Agora, consulto a Mesa e ao Senador Ramez Tebet, que preside os trabalhos, se posso, em função dessa pergunta, fazer uma avaliação, que me parece importante, mas mais abrangente, não é específica .

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não é sobre esse ponto?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, eu parto dele, mas não é apenas sobre ele.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – No final.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – No final, ok.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Jefferson Péres, por favor.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Vou voltar a um ponto no depoimento do Senador Antonio Carlos e abordado há pouco, levantado há pouco, pelo Senador Saturnino, mas é um ponto obscuro e me parece crucial o seu esclarecimento, Sr. Presidente.

Causou incredulidade, desde o início, a todos e não apenas aos Senadores – permita-me uma breve explanação, para, a seguir, formular a pergunta ao Senador Antonio Carlos Magalhães e à Drª Regina – o fato de que o Senador Antonio Carlos Magalhães, ao saber daquele

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 33
03.05.2001

FLS. N 2204
SECRETARIA-GERAL

crime, não tenha tomado duas providências. Isso já foi abordado; estou apenas recapitulando. Já sei a explicação que V. Exª deu. S. Exª deveria ter tomado duas providências: uma delas, a mais importante, seria providenciar para que o painel se tornasse seguro, não fosse mais violado; a segunda seria adotar uma medida disciplinar contra os violadores do painel. S. Exª já explicou, alegando que foi uma razão de Estado, porque aquilo seria um escândalo de conseqüências imprevisíveis. A meu ver, isso não justifica a omissão do Senador, mas S. Exª deu uma explicação.

Agora, Senador Antonio Carlos, o que, a meu ver, não se justifica e nem se explica – esta é a minha opinião pessoal; já disse isso e vou ler o meu depoimento para objetivar a pergunta, vou ler o meu diálogo com o Senador Antonio Carlos durante o seu depoimento – é que V. Exª não tenha chamado a funcionária para, a portas fechadas, dar-lhe uma enorme reprimenda.

Durante o depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, perguntei: *"E, no primeiro encontro que houve depois disso com a Drª Regina, V. Exª nunca a interpelou nestes termos: por que a senhora fez aquilo, praticou aquele ato determinado pelo Senador Arruda? V. Exª não teve a curiosidade de saber por que ela agiu assim?"*. O Senador Antonio Carlos Magalhães respondeu: *"Não, porque ela nunca me dissera que o meu nome fora usado"*. Perguntei ainda: *"Sim. Então, por que ela fez isso? Por que recebeu ordem de um Senador e não procurou saber com o Presidente do Senado se aquilo era certo ou errado? Bom, ela sabia que era errado, mas se ela deveria ou não fazer mesmo que ele, Arruda, não tivesse usado o seu nome. V. Exª não achou estranho que, mesmo o Senador Arruda não tendo usado o seu nome, V. Exª não estranhou que a chefe de um setor do Senado receba ordem ou pedido para praticar o ilícito? V. Exª não tem curiosidade de saber com ela: por que você fez isso?"*. O Senador Antonio Carlos Magalhães disse: *"Ora, evidentemente que conversamos. Sobre esse assunto, eu pude fazer alguma admoestação, mas, não quis demiti-la; sinceramente não quis demiti-la, porque a achava uma profissional altamente competente"*. Indaguei: *"Mas não a verberou?"*. E o Senador Antonio Carlos Magalhães disse: *"Admoestei"*.

S. Exª foi lacônico, categórico: teria admoestado a Drª Regina em relação à violação do painel. Essa pergunta é crucial. O Senador Antonio Carlos Magalhães, há pouco, retificou e disse que a teria admoestado em relação a outro assunto.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Lembrando esse na ocasião.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 34
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. JEFFERSON PÉRES – Se V. Exª admoestou a Drª Regina, é uma coisa; se V. Exª não a admoestou, Senador Antonio Carlos, então, a meu ver, isso seria um indício, não uma prova, de que V. Exª realmente agiu em concordância com o Senador Arruda.

Então, esta é a pergunta que lhe faço: V. Exª admoestou a Drª Regina em relação à violação do painel?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Passado algum tempo, tratando de um outro assunto, falei nesse assunto, dizendo a ela: *"Nós já tivemos problemas antes, e é preciso que nada seja feito no Prodasen de importância que a senhora não me consulte"*. E, evidentemente, estranhei, e está no meu depoimento, que a Drª Regina não tivesse me procurado para saber se o Senador Roberto Arruda falava ou não em meu nome. Isso eu disse no meu depoimento, mais de uma vez, e realmente estranhei. Ela talvez tenha dito que por constrangimento não quis falar com o Presidente, porque ele é bravo, ele é isso, é aquilo outro, embora nunca me tivesse pedido nada errado, nunca, nada que fosse inadequado; sempre tratou os assuntos com a maior seriedade. Tudo isso ela disse aqui. Conseqüentemente, eu achava que ela poderia ter me feito a consulta, essa sim, se era verdade ou não. Agora, o que V. Exª queria que eu fizesse eu não fiz, porque a Drª Regina tinha um conceito e tem muito bom e certamente os senhores, todos que hoje estão em posição diversa, ficariam contra mim.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Senador Antonio Carlos Magalhães, admoestação e repreensão. V. Exª repreendeu a Drª Regina nessa conversa ou apenas fez uma observação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Nessa conversa, não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Em outra conversa, qualquer conversa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Quando tratávamos de outro assunto eu fiz a admoestação e lembrei este assunto.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Admoestação foi essa, nesses termos? *"Não faça outra vez"*, é isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não posso dizer ao senhor que cheguei, que condenei a Drª Regina, até porque não sabia se ela tinha culpa. Eu não sabia se ela tinha culpa.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Que culpa? Que tipo de culpa? Ela não tinha chefiado a equipe que violou?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não sabia que ela tinha chefiado a equipe que violou.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 35
03.05.2001

SECRETARIA-GERAL FLS Nº 206

O SR. JEFFERSON PÉRES – Como não, o Senador Arruda não lhe disse? Quem lhe entregou a lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, quando ele me entregou a lista....

O SR. JEFFERSON PÉRES – Quem lhe entregou a lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Quando ele me entregou a lista, me disse: '*olha aqui, olha a surpresa.*" E aí conversou comigo sobre isso em matéria talvez da segurança que ele achava que era indispensável do painel.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Perdão, Senador Antonio Carlos, agora complicou um pouco. V. Exª não perguntou ao Senador Arruda como ele obtivera a lista e de quem? E por que telefonou a ela?

O SR. PEDRO SIMON – (Inaudível. Intervenção fora do microfone)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não agradeci, Senador Pedro Simon. V. Exª não pode apartear agora. Chegará a sua hora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – (Faz soar a campainha)

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

Senador Antonio Carlos isso para mim é um fato novo. V. Exª não teve sequer curiosidade de saber daquele fato gravíssimo, como o Senador José Roberto Arruda obtivera a lista e quem lhe entregara. V. Exª não se interessou em saber isso?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu sabia que a lista teria vindo do Prodasen, mas ela não teria vindo com os qualificativos oficiais do Prodasen. E como tinha nomes que poderiam evidentemente não ter votado, eu não dei a importância devida à lista, porque poderia ser até apócrifa. Eu não tinha segurança disso.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, eu deixo para os demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Parece-me que faltou uma pergunta que V. Exª ou insinuou ou não fez? Estou aqui para presidir os trabalhos. É a seguinte: depois da lista, Senador Antonio Carlos, a Mesa tomou providências para ver se o painel poderia oferecer maior segurança, tendo em vista que uma lista foi entregue dizendo ao senhor ter saído do painel do Senado ou do sistema eletrônico do Senado?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A pergunta é de V. Exª?

Nunca tive dúvida da inviolabilidade do painel, porque essa afirmação quem me fazia era a própria Drª Regina.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 36
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Permita-me, mas depois de constatada a violação?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas eu não constatei a violação naquele momento. Só pude constatar a violação depois do laudo da Unicamp. V. Exªs estão antecipando coisas...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas, Senador Antonio Carlos! V. Exª recebeu a lista dos Senadores que votaram tal e qual. É evidente que isso caracteriza uma violação do voto secreto. Como é que V. Exª não tomou conhecimento da violação? Isso realmente... Olha, é difícil.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já declarei aqui várias vezes a falta de providências que eu poderia ter tomado e por que não tomei. Não tomei para evitar uma anulação da votação de um senador que houvera sido cassado. Fiz isso conscientemente e não tinha a segurança dessa lista, como ninguém pode ter a segurança de que essa lista representava o exato do Prodasen.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, eu só tinha uma dúvida a complementar com o Senador Arruda, quando o Senador Jefferson Péres constata que há uma contradição insanável entre os depoimentos do Senador Arruda e da Drª Regina. Quero dizer também que, a meu juízo, há uma contradição insanável entre o depoimento, a afirmativa do Senador Arruda e o seu próprio comportamento. Quis exatamente chamar a atenção inicialmente para ... enfim, até provocando um pouco... para ativar a memória do Senador e ver se ele não podia reconstituir melhor. Por que uma consulta sobre um assunto tão grave quanto esse? Quer dizer, a possibilidade de ser violado o painel até para modificar o resultado da votação, que, segundo ele, eram os rumores que corriam na Casa. Se fosse apenas uma consulta, essa consulta naturalmente, determinantemente levaria à busca de uma resposta, para tomar a providência cautelar, no caso de a resposta ser positiva. O Senador Arruda tinha que ter telefonado, procurado a Drª Regina na mesma noite ou no dia seguinte, de manhã cedo. *"Drª Regina, aquela consulta que lhe fiz, é possível violar, porque se for possível, temos que mudar o sistema"*. E ele não tomou essa providência. Ela ligou às 9 horas da manhã. E, segundo o Senador Arruda, não falou nem com ele. Quer dizer, ele não se interessou pela resposta de uma consulta tão importante, crucial, fundamental para o funcionamento do Senado. Agora, um pedido não... um pedido não requer esse tipo de preocupação, o pedido requer o resultado. Então, a ligação dele depois da votação, para pedir o resultado, cobrar o resultado da lista. Então, essa diferença de comportamentos, a meu

FLS. Nº 2203
SECRETARIA-GERAL DA MESA

juízo, é fundamental para caracterizar o tipo de conversa, o tipo de expressão usada entre o Senador Arruda e a Drª Regina. Eu pedi exatamente licença ao Senador Jefferson para ressaltar esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª formulou a pergunta ou tirou conclusão?

O SR. ROBERTO SATURNINO – Eu já tinha até formulado, mas se V. Exª quiser, mais uma vez, dar a sua explicação, acho que seria útil.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Saturnino, entendo a formulação da pergunta de V. Exª. Obviamente V. Exª está indo por um campo onde é o campo das hipóteses psicológicas. Para formular a resposta, tenho que tentar - e vou fazê-lo - imaginar o que pode ter ocorrido. Primeiro, fiz a consulta em nome do Senador Antonio Carlos. Eu já disse, no meu depoimento, que a Drª Regina não tinha convicção de como funcionava o sistema e saiu para verificar. Obviamente, como eu havia feito em nome do presidente da Casa, claro está que ela poderia, obtida a resposta que julgasse própria, se comunicar diretamente com ele, ou não. Quer dizer, eu fiz aquilo que julgava que devesse ter feito.

O SR. ROBERTO SATURNINO – Ela poderia ter respondido diretamente ao Senador, mas V. Ex ª também não procurou junto ao Senador Antonio Carlos para saber: *"Olha, como é que foi?"* V. Exª estava tão preocupado, juntamente com ele. Quer dizer, enfim, é uma dúvida que fica no ar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito bem, pela ordem de inscrição, é o momento do Senador Casildo Maldaner, que enviou pergunta por escrito. Consulto a V. Exª, Senador Casildo Maldaner, sobre a primeira pergunta formulada por V. Exª, nos seguintes termos:

"O Senador Roberto Arruda usou o nome do Senador Antonio Carlos Magalhães, ou teve autorização dele?"

Pergunto: V. Exª ficou satisfeito com a resposta dada pela Drª Regina Borges? Ou quer formular a pergunta novamente a outro depoente?

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, as minhas segunda e terceira perguntas também são questões já colocadas. Poderia economizar tempo, porque o Relator, Senador Roberto Saturnino, já questionou e o Senador Jefferson Péres também já o fez com veemência. Apesar do constrangimento – eu já havia chegado à conclusão de que estamos com constrangimento aqui –, as duas questões foram levantadas. Por economia de tempo, Sr. Presidente, sem levantá-las de novo e sem entrar no mérito dessas questões,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 38
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

cheguei à conclusão de que, independentemente de ter sido uma consulta por parte do Senador Arruda, um pedido, uma missão que recebeu a Drª Regina até chegar o resultado às mãos do nosso ex-Presidente, Senador Antonio Carlos Magalhães, houve uma vinculação. Não há como dissociar.

Por isso, como os dois Senadores já perguntaram, por economia de tempo, peço que outros colegas façam suas questões para acareação, em outros campos. Encerro por aqui, para não ser repetitivo. Chego à conclusão de que há um vínculo, sem entrar na questão de mérito sobre a sua profundidade. Mas não há como dissociar.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A Presidência agradece a colaboração de V. Exª.

Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, creio que as perguntas mais importantes já foram formuladas, Não estamos aqui para que cada um se sinta no dever, na obrigação de fazer alguma indagação, salvo se os colegas que nos antecederam tiverem feito perguntas que não foram suficientes para o nosso esclarecimento.

Vou fazer duas indagações.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Rebet) – Solicito a V. Exª, porque são duas indagações – e estamos em acareação –, que faça uma de cada vez. Por gentileza.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Perfeitamente. Farei uma de cada vez.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – O Senador Arruda, para solicitar o telefonema do Senador Antonio Carlos à Drª Regina, teria dito que a Drª Regina estava muito nervosa, muito angustiada. Era como se fosse um telefonema para tranqüilizá-la. O Senador Arruda confirma o que estou dizendo, que ela estava nervosa?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – São eles que podem responder.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Pois, é. Estou perguntando para eles.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por isso, as perguntas devem ter por base os depoimentos prestados. V. Exª está perguntando para o Senador Arruda?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Claro. Para o Senador Arruda.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Por gentileza, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Lúcio, não me lembro de ter usado a expressão "nervosa".

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Ou ansiosa.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Perfeito. Lembro-me de que – e consta do meu depoimento – o Dr. Domingos, quando me entregou aquele envelope, disse: "Olha, a Drª Regina me perguntou se não era para o Senador Antonio Carlos". Ele me repassou a preocupação dela de que aquele documento chegasse ao seu destinatário final. Quando conversei com o Senador Antonio Carlos, tomei a iniciativa: "Olha, por favor, ligue para a Drª Regina, porque é importante que ela saiba que chegou".

Agora, se usei a expressão "nervosa", "ansiosa" ou "angustiada" realmente não sei.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – A minha pergunta agora vai para a Drª Regina. Quero saber qual era o estado de espírito dela, como ela se encontrava diante disso. Havia o que justificasse a palavra "ansiosa" ou "nervosa"?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu estava muito ansiosa. Houve toda a operação que foi realizada, a noite sem dormir, mas a minha preocupação realmente era o fato de que me havia sido passado que se tratava de uma determinação do Senador Antonio Carlos, mas na hora de entregar, senti que não era para S. Exª que eu tinha de entregar. Isso me causou uma insegurança muito grande. Fiquei realmente muito tensa, até receber aquela ligação, que me sinalizou que a lista estava lá.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Bom, agora há uma outra pergunta: Drª Regina, V. Sª já dirigiu o Prodasen em outros momentos. Ouviu falar, teve notícia ou conhecimento, de alguma forma ou em algum momento, que tivesse havido violações como essa do painel, que a votação secreta pudesse ter sido do conhecimento de alguém ou que esse murmúrio que havia aí, que teria justificado essa preocupação em saber se havia ou não possibilidade de se conhecer a qualidade do voto dos Senadores?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não, absolutamente. No primeiro período em que fui diretora do Prodasen, na primeira fase, era outro computador, era mais precário, mas isso nunca foi aventado. Nesse interregno em que eu não estive dirigindo, foi substituído por esse atual, que, na minha idéia, era perfeitamente seguro. Tanto assim que, agora, com o laudo da Unicamp, quando aparece uma série de

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 40
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

brechas na segurança, para mim foi uma surpresa. Porque, se soubesse que havia aquelas brechas, ninguém tinha feito uma operação tão complicada. Como foi feito, ele não teria demonstrado insegurança. Pelo contrário, teria demonstrado segurança, porque teve que alterar o programa. E qualquer programa, qualquer sistema, pode ser alterado, desde que tenha todas as condições para fazê-lo. Então, não havia necessidade de pedir para alterar o programa depois, para ele ficar seguro, porque aquela operação não sinalizou insegurança do sistema para nós, porque teve que ser mexido. Essas condições ninguém teria com facilidade para fazer. Então, para mim, ele era seguro. Por isso é que não houve uma medida de torná-lo mais seguro depois da operação. Só soube dos espaços de insegurança agora, nessa operação "pente fino" que foi feita em cima dele pela Unicamp.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Agora vou concluir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Fique à vontade.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Já vou encerrar. Inicialmente, à Drª Regina e, depois, ao Senador Antonio Carlos.

O Senador Antonio Carlos Magalhães tem dito reiteradamente, e de modo enfático, peremptório, que, em nenhum momento, em nenhuma circunstância, em nenhuma vez, deu determinação ou ordem a V. Sª por interposta pessoa. Então, a minha pergunta: aquilo que o Senador Arruda disse a V. Sª foi a primeira vez que V. Sª recebeu o que parecia ser uma ordem ou recomendação do Senador Antonio Carlos, através de uma terceira pessoa? Ou já teria havido algo semelhante, e V. Sª consultou para saber se ele mantinha aquilo ou não? A pergunta é esta: houve alguma situação como essa anteriormente, em algum momento, ou essa foi a primeira vez?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu fiz essa declaração na Comissão de Sindicância com os técnicos do Senado, repeti aqui: nunca houve nenhum pedido dessa natureza nem com intermediação. Para mim, a garantia que eu tinha... Eu imaginava, realmente, num constrangimento do pedido e a garantia que eu tinha era entregar nas mãos dele. Daí, a minha insegurança quando vi que não ia entregar nas mãos dele.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Drª Regina, V. Sª tinha claro, pelas razões que já apontou, pela maneira como tem colocado em seu depoimento, que era um ilícito. Parecia uma ordem, e V. Sª se julgou no dever de cumprir. Mas, de fato, era uma violação que estava se cometendo no painel. Em algum momento, próximo ou remoto, algum Senador ou autoridade do Senado solicitou a V. Sª que praticasse um

ato contrário à lei, que visse que não podia ser, e V. Sª se recusou a praticar? Enfim, houve alguma vez isso ou não?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Absolutamente. Não houve, eu não tive a necessidade de recusar, porque não houve.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Osmar Dias, tem V. Exª a palavra.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, eu também tinha listado seis perguntas e praticamente todas foram feitas já. Mas, para mim, que sou do Conselho de Ética e vou ter que votar em uma matéria delicada como essa, quero ainda afirmar que continuo com dúvida a respeito de pelo menos duas questões. E eu teria que fazer uma seqüência de perguntas ou uma pergunta em seqüência para os três, para que eu pudesse, pelo menos sob o meu ponto de vista, esclarecer essa minha dúvida.

Já fiz no depoimento da Drª Regina uma pergunta a ela: se eu chegasse para ela e pedisse isso em meu nome, se ela me atenderia. Ela disse: *"Não!"* Aí eu perguntei se eu pedisse em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães que fizesse esse serviço, se ela faria esse serviço. Ela disse: *"Não!"* Estou enganado, Drª Regina? Se eu estiver enganado pode corrigir, porque, sinceramente, estou ouvindo todos os depoimentos, mas é quase impossível guardar o detalhe de todas as afirmações. A senhora disse que não me atenderia?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O senhor pode continuar, que eu vou procurar aqui.

O SR. OSMAR DIAS – É que, para mim, ficou uma resposta que a senhora não me atenderia, mesmo se eu falasse em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Então, a pergunta, para depois eu fazer para os outros dois, é a seguinte: a senhora atenderia qualquer pedido ou consulta ou ordem que viesse do Senador Arruda se ele dissesse: *"Estou aqui em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães"*? Qualquer pedido?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, eu até não vou me ater – posso localizar e mostrar para o senhor em seguida – às palavras, porque tem uma coisa: a verdade é uma base que está lá dentro, o conceito, o valor, o que a gente está pensando. Então, provavelmente, qualquer dos caminhos que eu tenha saído para responder não teria saído daquilo que é o meu pensamento. Um Senador da República me chamar na casa dele, à noite, coisa que nunca tinha me acontecido, para tratar de um assunto desta natureza: falar, de forma grave, que eu precisava extrair uma lista, falando em

S.S. Nº 2213 SECRETARIA-GERAL DA MESA

nome do Presidente, num momento tão grave daquele, com aquela urgência que a coisa tinha que ser feita - que hoje, factualmente, está provado pelas ligações, pela Unicamp, por tudo como a coisa foi feita -, qualquer um que fosse... Aí não há diferença de ser A, de ser B ou de ser C. Ele, naquele momento, estava se colocando como um interlocutor e me dando a segurança de que, na hora que eu entregasse, eu teria a certeza que era um pedido do Presidente do Senado. Então, na minha cabeça, eu estava atendendo a um pedido de um Presidente do Senado, através de um Senador.

O SR. OSMAR DIAS - Por que a senhora concordou em entregar a lista para outra pessoa que não fosse o Presidente do Senado, se a única segurança que a levou a fazer o serviço foi a afirmação do Senador Arruda de que a senhora estava prestando um serviço para o Senador Antonio Carlos? Por que a senhora concordou em entregar a lista para um assessor do Senador Arruda?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Olha, eu já coloquei isto - também está no depoimento - reiteradas vezes: talvez o segundo momento mais difícil daquele processo foi exatamente este, quando eu liguei às seis e pouco e falei que estava pronto, que o Senador Arruda me disse que iria o Dr. Domingos receber e que depois eu teria um sinal do Senador Antonio Carlos, que isso chegaria às mãos dele. Foi muito difícil para mim. Por isso a minha aflição até na hora em que o Senador me retornou. Porque eu iria falar: "*Não, então eu não dou*"? Veja bem, é complicado! Então, eu entreguei. Fui questionada pelos outros, quando falei: "*Olha, eu entreguei, mas não entreguei para o Senador Antonio Carlos*". Então todos ficaram aflitos. E o senhor pode pegar, na quebra do meu sigilo, que, após a ligação do Senador Antonio Carlos para mim, o senhor vai ver a minha ligação para os técnicos do Prodasen. Está lá registrado, à noite, para tranqüilizá-los que realmente tinha sido. Era uma coisa que eu percebi, que eu falhei ali. Não tive... Fiquei constrangida de dizer: "*Não, só entrego se for para ele*", "*Não acredito que o senhor não vá entregar para ele*", ou coisa do gênero. Mas fiquei no aguardo. Ainda combinei com o pessoal que, se, por acaso, a gente não tivesse o sinal do Presidente, aí eu iria procurá-lo e relatar o que tinha ocorrido.

O SR. OSMAR DIAS – Há uma diferença fundamental, Sr. Presidente. O Senador José Roberto Arruda afirma que recebeu, na conversa com o Senador Antonio Carlos Magalhães, uma mensagem, como se fosse uma incumbência, que deveria chegar à Drª Regina, pedindo que se verificasse – foi essa a afirmação – se o painel era violável ou não. S. Exª afirma que ele teria feito esse pedido à Drª.

Regina. Assim, há uma diferença entre o que está afirmando o Senador José Roberto Arruda e o que está afirmando a Drª Regina. O que o Senador Arruda disse foi o seguinte: *"Eu fiz uma consulta se o painel era ou não violável"*. E a Drª Regina disse: *"Eu recebi do Senador Arruda um pedido que me pareceu ou que eu recebi como uma ordem que vinha do Senador Antonio Carlos Magalhães"*. Essa é uma diferença que, para mim, ainda não está clara.

Evidentemente, quero ouvir o Senador José Roberto Arruda, para saber se essa afirmação dele de que, da conversa com o Senador Antonio Carlos Magalhães, ele extraiu uma incumbência... O que a Drª Regina diz é que recebeu, na verdade, uma determinação. E essa palavra "determinação" foi afirmada aqui hoje várias vezes. Senador Arruda, foi uma incumbência que V. Exª extraiu ou interpretou da conversa que teve com o Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Osmar, eu reafirmo o que está no depoimento. Isso para mim é muito claro. Acho que todos aqui conhecem o Senador Antonio Carlos. Se ele tivesse que dar ordem, acho que não usaria ninguém. Isso é inconteste. Fiz uma consulta. A razão de eu ter feito a consulta nasceu daquele diálogo, de me achar, talvez, mais preparado para formular aquelas dúvidas que a gente não sabia direito nem formulá-las. Detalhe interessante: quando as formulei para a Drª Regina, ela também não sabia. Ela não soube responder se era seguro, se não era, se tinha jeito, e ficou de ver. Quer dizer, eu não tenho a menor dúvida e, por todas essas razões, confirmo o que disse: que foi uma consulta.

O SR. OSMAR DIAS – Então, quero fazer uma pergunta ao Senador Antonio Carlos Magalhães, porque resta ainda uma dúvida para mim. O Senador José Roberto Arruda afirmou que conversou com V. Exª a respeito da violabilidade do painel – se era violável ou não o painel –, e V. Exª, na conversa com ele, como disse que conversou com outros Senadores, disse que havia essa preocupação. Mas, durante a conversa, V. Exª se recorda se determinou ou pediu para que fosse feita a consulta à Diretora do Prodasen para saber se era ou não violável o painel?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sobre esse assunto, eu já fiz a declaração. Eu lamento dizer que não dei essa incumbência.

O SR. OSMAR DIAS – Nem incumbência, nem pedido?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, nem o pedido. Nós conversamos bastante sobre o assunto. Ele mostrou a preocupação dele e aí, provavelmente, foi à D. Regina tratar, o que era extremamente natural.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 44
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, essa é a diferença que para mim fica no depoimento. Evidentemente, cada um tem a sua interpretação a respeito do assunto.

Encerro a minha participação, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRª HELOÍSA HELENA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, primeiramente, quero que fique registrado que, na última reunião do Conselho, no depoimento do Senador José Roberto Arruda, o Senador Antero Paes de Barros fez um questionamento ao Senador Arruda se ele podia declarar o meu voto. E quero deixar aqui registrado que Senador nenhum, nem lista, nem rol, nem funcionário vai poder falar sobre o meu voto. Agora quem vai falar sobre o meu voto sou apenas eu, com a autoridade moral que a vida me confere. Portanto, não autorizo ninguém, nenhum Senador, funcionário, lista, rol ou o que quer que seja. Quem vai falar sobre o meu voto sou eu, com a autoridade moral que a vida me deu.

Drª Regina, o Senador José Roberto Arruda disse que fez uma consulta a V. Sª. O Senador Antonio Carlos Magalhães disse que não fez um pedido. Quero que V. Sª confirme ou não se V. Sª entendeu como uma ordem. Eu sei, eu já li várias vezes o depoimento de V. Sª, mas trata-se de uma circunstância ímpar, fundamental. Primeiro, se V. Sª entendeu como ordem. E V. Sª, como servidora pública, mesmo sabendo das suas responsabilidades – sou servidora pública também e sei as responsabilidades que tenho como servidora pública –, certamente sabendo dos problemas do ponto de vista do Código de Ética do Servidor Público, do Estatuto do Servidor Público, V. Sª várias vezes disse em seus depoimentos que entendeu como ordem. Quero que V. Sª diga para este Conselho se, em algum momento, V. Sª se sentiu coagida psicologicamente em razão de uma ordem que estava sendo dada, independentemente de dizer quem foi que passou a ordem, qual dos dois Senadores, se os dois o fizeram juntos. Naquele momento, V. Sª se sentiu coagida psicologicamente a cumprir uma ordem que estava sendo dada por um chefe de V. Sª?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Inicialmente, quando o Senador me colocou esse pedido, essa ordem, ou esse desejo de saber, mostrei a S. Exª a restrição técnica. Foi a primeira coisa que me ocorreu. Quando S. Exª fala que eu não sabia, realmente a minha resposta inicial foi que não podia fazer aquele tipo de relatório, com os dados. E o Senador me afirmou que tinha notícias de que se podia

fazer. Foi então que eu disse que eu não sabia se era possível, mas S. Exª disse que o Presidente precisava daquela relação.

É aquela coisa de a gente se sentir numa situação de não ter como dizer "não", de ter de sair e ver a forma de viabilizar.

A SRª HELOÍSA HELENA – Então V. Sª está confirmando para este Conselho que se sentiu de alguma forma coagida psicologicamente a cumprir uma ordem que V. Sª identificava como de algum superior hierárquico? É isso? Preciso entender para analisar.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim, psicologicamente, porque é claro que foi falado num tom de voz normal. Mas psicologicamente me senti premida a ir e resolver o problema, tanto assim que isso é revelado na forma como executei. Não há registro anterior no meu currículo de ter feito alguma coisa desse tipo.

A SRª HELOÍSA HELENA – Senador Arruda, V. Exª, em todas as considerações e depoimentos que fez, analisou que a preocupação de V. Exª era saber sobre a segurança do painel. Trata-se de uma preocupação que todos poderíamos ter. Se era simplesmente uma questão de saber sobre a segurança do painel, por que precisaria V. Exª usar o nome do Presidente, do Senador Antonio Carlos, e fazer uma reunião na casa de V. Exª com a Drª Regina?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Bom, Senadora Heloísa, eu respondi essa questão para a Senadora Marina no meu depoimento e reafirmo os mesmos termos. Primeiro, eu não faria nem a consulta se não tivesse recebido essa missão. Em segundo lugar, eu respeito tanto a minha casa como o meu local de trabalho, não há nenhuma diferença nisso.

O detalhe, o porquê de ter sido na minha casa foi explicado, inclusive antes de mim, pela própria Drª Regina, no seu depoimento. Eu estava num deslocamento para casa quando pedi a minha secretária para tentar localizá-la, ou havia pedido para localizá-la antes e, quando conseguiu, ela me passa, durante esse deslocamento. Eu estava indo para casa e quando eu disse que precisava falar com ela e estava chegando em casa, ela disse: *"Eu moro perto do senhor e posso ir aí."* Não vi nenhum problema nisso.

Se V. Exª me permite, gostaria de aproveitar a sua pergunta para fazer uma afirmação que não é relevante mais, porque o importante é o diálogo, como ocorreu. Eu tinha dito que tinha elementos de agenda para dizer que aquele encontro não teria sido no dia 27. Isso ficou muito claro no meu primeiro discurso, quando eu tentava ainda buscar um caminho de não apontar o fato. Hoje, está claro para mim que, nesse particular, a Drª Regina está certa: o encontro deve ter ocorrido,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 46
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

realmente, no dia 27, por dois fatores que acho que – como, até, a questão da verdade é que está sublinhada aqui - devo dizer, inclusive naquilo que é, em tese, contrário ao que eu disse. Primeiro, foi naquele dia que começou a Festa das Nações e ela esperou, depois que saiu da minha casa, segundo ela, uma pessoa que vinha da Festa das Nações. Segundo, nos meus telefonemas há uma ligação para a Drª Regina no dia 27 e não há no dia 26. Não tenho, ainda, os do dia 21 e 22, mas não há no do dia 26, o que mostra claramente que, provavelmente, tenha sido no dia 27.

A SRª HELOISA HELENA – Senador Antonio Carlos, no seu depoimento, V. Exª disse que: *"Ninguém falaria em meu nome em um assunto de tamanha gravidade e eu jamais me prestaria a fazer um pedido de tal ordem"*.

Pergunto a V. Exª: o "de tal ordem" seria o procedimento para identificar a segurança do sistema, conforme afirma o Senador Arruda, ou o procedimento para violar o sistema?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Qualquer dos dois. Eu não daria a ninguém esse direito porque essa é uma prerrogativa que, se eu quisesse exercer como Presidente da Casa, eu exerceria.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, é a vez de V. Exª.

O SR. NEY SUASSUNA – Obrigado.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, entendi, até agora, que o que moveu toda essa ação foi a preocupação que o Senador Luiz Estevão pudesse adulterar a votação daquela data. Foi isso que ouvi da boca do Senador Arruda, foi isso que ouvi da boca do Senador Antonio Carlos Magalhães, inclusive explicando que conversas preliminares existiram sobre essa preocupação. É verdadeiro, Senador Antonio Carlos?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É verdadeiro.

O SR. NEY SUASSUNA – É verdadeiro, Senador Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sim.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, quando o Senador Arruda foi falar com a senhora, Drª Regina, ele foi com essa preocupação de não permitir que houvesse adulteração da votação. Queria saber se o painel era inviolável, se não havia essa possibilidade. A senhora informou que não conhecia bem o sistema. É isso?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, senhor.

O SR. NEY SUASSUNA – Por gentileza, esclareça.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, não foi essa colocação que me foi feita naquela noite, sobre a segurança.

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2218

O SR. NEY SUASSUNA – Não cheguei ainda nessa pergunta. Estou na primeira.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos esperar que ela esclareça, por gentileza.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas essa é uma segunda pergunta que eu iria fazer.

A SR. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim, então pode dizer qual é a primeira, Senador, por favor?

O SR. NEY SUASSUNA – A primeira pergunta que estou fazendo é: a colocação foi feita sobre a possibilidade da adulteração dos votos? Foi essa a colocação?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, senhor.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas foi a que saiu na discussão dos dois?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim, mas só posso falar, só posso responder, Senador, naquilo que eu participei, entendeu?

O SR. NEY SUASSUNA – Então, não foi essa a colocação que foi feita para a senhora?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, vem a segunda pergunta. Então, a senhora foi quem usou a expressão: *"Estou saindo para cumprir uma ordem"*?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso.

O SR. NEY SUASSUNA – Depois de ter recebido o que a senhora entendeu que era uma ordem?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Uma ordem para retirar a lista dos votos, de como votaram os Senadores após a votação que cassaria o Senador Luiz Estevão.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, não houve a preocupação da violação ou da mudança dos votos?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Não, mudança dos votos, não.

O SR. NEY SUASSUNA – Está bem, está respondido.

A segunda questão: quem marcou o encontro de frente à biblioteca para entregar a lista feita? Foi a senhora ou foi o Senador Arruda?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu telefonei para o Senador Arruda para dizer que estava de posse da lista e como faria para entregar. Essa parte, o Senador Arruda afirmou, no depoimento dele, que falei: *"Estou em frente da biblioteca."* Fiz um exercício de

FLS Nº 2219
SECRETARIA-GERAL DA MESA

memória, até troquei idéias com o Ivar, para procurar ser bem justa e pensar se eu falei: *"estou em frente da biblioteca"*, com aquela lista, ou se eu estava em outro lugar e ele falou: *"encontre com o Domingos na frente da biblioteca."* Não posso garantir.

O SR. NEY SUASSUNA – A senhora não pode garantir que não foi nesse lugar?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, posso garantir que foi nesse lugar. Estou dizendo que, pensando na forma como eu ajo, no modo como eu agiria numa situação dessas, eu estando com uma lista dessa, com uma tensão dessa, não seria da porta da biblioteca que eu iria pegar o celular e ligar. Imagino que, ao terminar de emitir a lista, de onde eu estava, eu tenha ligado e tido a orientação para encontrar na biblioteca. Mas, também não afirmo com segurança. Eventualmente posso até ter ligado para o Senador – ..."estou a caminho"... e ele me perguntado: - "onde você está?" – "Estou na porta da biblioteca"... – "então, eu vou mandar lá."

Eu não tenho certeza. Sei que teve a orientação que eu esperasse na porta da biblioteca e que o Domingos iria lá.

O SR. NEY SUASSUNA – Nesse dia essa ligação foi a de que ordem, primeira, segunda ou terceira? No dia, mas de dia e de noite.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O senhor quer saber quantas ligações aconteceram nesse dia. Eu tinha ficado de confirmar para o Senador de que teria conseguido preparar o computador para a emissão da lista. Então eu liguei de manhã três vezes: duas sem sucesso, pelo que percebi na relação; e a terceira no celular dele, onde consegui falar, tanto assim que parei de tentar, falei um período longo... Então, foi um momento em que confirmei que tinha... o computador estava preparado para emissão da lista.

Depois, tem uma ligação do Senador para mim, quando ele me cobra se já estava pronta a lista após a votação. Eu falei: ainda não. E depois, uma quinta, nessa altura, eu ligando para ele dizendo que estava de posse da lista e qual era a orientação que eu tinha para entregar a lista.

O SR. NEY SUASSUNA – É essa a confirmação, Senador Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não. Fico com o primeiro depoimento da Drª Regina. Entre os dois, fico com o primeiro. Até porque é o que está registrado. A Drª Regina disse, num primeiro depoimento: - "fiquei de retornar..." – o que prova que era uma consulta – ... "e não sei se retornei." Ela só vem a dizer que retornou, quando liga

para o Senador Eduardo Suplicy e fala apenas da ligação das 10 horas. Quando eu vejo no jornal do dia seguinte tinham três ligações.

Daquele dia - repito, Senador Ney Suassuna - eu não tenho nenhuma lembrança de nenhuma ligação da Drª Regina, nem de ninguém no período da manhã. O meu celular, inclusive, não faz nenhuma chamada naquele dia. Eu me isolei porque havia muitas pressões em Brasília. Prova disso é que lá pelas 17h52min., parece que é o que registra, ligo para a Drª Regina. Aí não sei lhe afirmar se falei – e aí tenho as mesmas dúvidas da Drª Regina –, eu não sei se falei, ela me retornou depois dizendo que estava vindo... E também no detalhe da biblioteca tenho as mesmas dúvidas da Drª Regina. O que posso dizer é que não foi má-fé nem minha nem dela. Havia ali uma concordância de que talvez fosse o ponto mais próprio, ela estava lá, não sei lhe dizer.

O SR. NEY SUASSUNA – Muito obrigado. Tenho duas últimas perguntas.

O Senador Antonio Carlos Magalhães afirma categoricamente que, em nenhuma hora, não deu ordem nenhuma. Nem pediu nem sugeriu que ninguém falasse em seu nome.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Afirmo e já reafirmei várias vezes.

O SR. NEY SUASSUNA – A última colocação vai para a Drª Regina.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Ney Suassuna, antes de V. Exª fazer a última indagação a respeito da pergunta anterior, a Drª Regina pede à Presidência para fazer um esclarecimento, e eu concedo.

O SR. NEY SUASSUNA – Pois não, Sr. Presidente.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – No questionamento do Senador Roberto Saturnino, eu falo: - ..."eu assumi o compromisso de dar..." Sim, ainda o Senador falando: - "Agora, Drª Regina, quanto a esses telefonemas, o telefonema do Senador Arruda para a senhora pode ter sido... a senhora já estava em casa às 8, às 9"... Depois vem: - ... "a senhora disse que de manhã, depois que foi feita a modificação, a senhora ligou para ele para dizer que tinha sido"... Aí eu disse: - "Eu assumi o compromisso de dar retorno". Aí o Senador: - "E ligou para onde? Para o gabinete dele no Senado?" Eu: - "Aí vou ter dificuldade. Devo ter ligado no meu celular. Agora não sei se liguei no celular ou no gabinete. É difícil depois de um ano". O Senador: - "Eu entendo. Mas a senhora falou pessoalmente com ele?" – "Eu falei com ele". – "Não foi com o assessor?" – "Eu falei com ele". – "Deu notícias de que o serviço

FLS. Nº 2221
SECRETARIA-GERAL DA MESA

estava feito?" – "Parcialmente, porque aí seria a votação, só depois que seria extraída a lista".

O SR. NEY SUASSUNA – Última colocação para a Drª Regina.

Embora no início da conversa tenha sido, entre os vários Senadores, a preocupação pela votação ou adulteração da votação, a senhora recebeu o pedido de uma lista. E, no primeiro momento, eu achei que ninguém mais sabia porque a senhora tinha poupado os demais funcionários. Mas aqui, agora, a senhora disse que quando entregou a lista não ao Presidente da Casa, mas sim a um portador do Senador, os demais funcionários ficaram muito preocupados. Que funcionários mais sabiam disso?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, é...

O SR. NEY SUASSUNA – Sabiam da lista.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Apenas aqueles que participaram.

O SR. NEY SUASSUNA – Quem são aqueles?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – O Sr. Heitor Ledur, Emílio Nóbrega e o Ivar. Foram os três que participaram da operação.

O SR. NEY SUASSUNA – Então, eles não sabiam que era para a segurança, sabiam que era para tirar uma lista?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sabiam que era... O único para quem colocamos que era para a segurança – até o Senador José Roberto Arruda cita essa minha fala –, era uma pessoa da empresa que elaborou o programa e que teve de ser acionada. Não queríamos expor o Senado, dizendo que era para... Ele pode não conhecer o Regimento nem entender o que estava sendo feito, porque foi chamado para realizar uma missão técnica ali, sem muita explicação. Mas dissemos a ele: *"É para a segurança do sistema que se vai tirar isso"*. Se ele entendesse um pouquinho como tudo funciona, entenderia que não havia pertinência fazer aquilo para a segurança. Mas, como ele não é da Casa – presta serviço **ad hoc** –, não entendeu.

O SR. NEY SUASSUNA – Entendi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Sª está se referindo ao Sr. Gazolla?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sr. Gazolla. Agimos assim para não expor a Casa. Mas os outros sabiam.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, farei uma última observação, e pediria aos Srs. Senadores que quiserem se manifestar depois para fazê-lo: *"Agora sabíamos que o sistema era vulnerável. Já havíamos tirado uma relação, que havia sido entregue e chegado à Presidência"*. Srª Regina, V. Sª recebeu alguma ordem para anular e

vedar tudo, a fim de que isso não mais acontecesse no futuro, ou estava subentendido que, daquele momento em diante, se poderia tirar uma relação em qualquer votação?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, Senador, veja bem: dentro dessa linha que foi feita, ele era um sistema seguro, porque qualquer sistema pode ser...

O SR. NEY SUASSUNA – Já não era seguro.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Veja bem, Senador, não há nenhum sistema que seja hermético de tal forma que não se possa modificá-lo. Qualquer sistema – se V. Exª conhecer um programador que entenda do sistema –, por mais seguro que seja, é passível de modificação. Pode ser mais ou menos difícil. Esse sistema foi modificado, mas com uma operação de programação, de alteração do sistema.

O SR. NEY SUASSUNA – Mas, agora, todo mundo sabia qual era a programação, qual era a fórmula para fraudá-lo.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim. Mas agora vou responder a segunda parte da pergunta de V. Exª. O sistema foi retornado à condição anterior, e isso nunca mais foi feito. O laudo da Unicamp, inclusive, deixa claro que essa operação foi feita uma vez, nesse dia, e o sistema voltou para a condição de segurança.

O SR. NEY SUASSUNA – Entendi, mas aonde estou querendo chegar é: foi feita alguma documentação dessa operação para repeti-la se se quisesse?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, senhor. Mas, se se repetisse o mesmo grupo, que entendesse e fosse lá, ele poderia modificar o sistema para qualquer sentido, porque é possível modificar o sistema.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, pediria que a nossa Comissão solicitasse a modificação desses programas, porque o sistema hoje é vulnerável. Pode-se tirar uma lista de qualquer votação no nosso sistema, a qualquer hora.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – V. Exª sabe, Senador...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Srs. Senadores, vamos manter o silêncio.

Está registrada a solicitação do Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, tenho também um requerimento a ser colocado em votação. Não sei se haveria condições de apresentá-lo hoje, e talvez fosse mais prudente fazê-lo em outra ocasião.

PLS Nº 2003 SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sr. Presidente, pediria um instante para falar algo mais ao Senador Ney Suassuna.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador Ney Suassuna, na averiguação feita pela Unicamp, verificou-se que esse sistema apresenta uma série de fragilidades que realmente precisam ser olhadas. Essa não foi uma fragilidade, e, sim, uma alteração. Mas ele tem fragilidades, e tenho certeza de que a Casa já deve estar tomando uma medida para alterá-lo e criar mecanismos de segurança a fim de dar mais confiabilidade ao sistema.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Sem Partido – DF) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de fazer uma indagação para que eu me esclareça a respeito de um ponto que considero importante. Eu acompanhei, aqui neste Conselho de Ética, o processo que culminou com a cassação do mandato do Senador Luiz Estevão. Passei cerca de 80 horas lendo os depoimentos etc. Percebi, porque acompanhei de perto, a conduta do Presidente Antonio Carlos Magalhães em todo aquele processo. Inclusive, um dia, reunimo-nos em seu gabinete. O Senador José Eduardo Dutra já havia viajado, razão pela qual estava ausente. Mas todos estávamos presentes, e, para mim, a cassação do Senador Luiz Estevão foi o ato mais importante que presenciei nesta Casa ao longo dos cinco anos em que eu aqui atuava. De modo que julgo da máxima importância e tenho consciência absoluta – sempre falei isso – de que, se não fosse a atuação do Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador Luiz Estêvão talvez – acho que seguramente – não teria sido cassado.

O Senador Luiz Estevão é uma pessoa extraordinária, não é uma pessoa normal. Eu dizia que ele é o Collor potencializado: muito mais inteligente, muito mais rico, muito mais perspicaz, muito mais capaz de ações criminosas do que o Sr. Fernando Collor de Mello e seguiria o seu caminho se não fosse barrado. O Brasil, depois, ia nos culpar por termos deixado escapar a oportunidade de segurar, de impedir a carreira desabalada daquele ser extraordinário, o Senador Luiz Estevão.

Então, eu gostaria de saber, Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª que agiu, inclusive proferindo o voto de minerva que trouxe o Senador Luiz Estevão a este Conselho de Ética, V. Exª que atuou com muita clareza e firmeza no sentido de que esse desfecho fosse alcançado, me parece que, a partir de determinado momento, já cassado o Senador, V. Exª não se desligou do assunto. V. Exª quis

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2224

saber... Ele já estava cassado. O que poderia interessar essa tal lista, uma vez que se tratava da lista de uma cassação já realizada?

Gostaria de saber de V. Exª se o desejo de ver a lista, de ver como cada um de nós havia votado – a cassação estava concluída –, qual foi o objetivo de V. Exª ao continuar nesse assunto e procurar conhecer o conteúdo da mencionada lista, rompendo o sigilo daquela votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Respondo que V. Exª tem absoluta razão, daí por que não tive nem teria qualquer interesse de saber quem votou em quem – daí por que a surpresa com que recebi essa lista, que não sei se é totalmente autêntica ou não. Realmente penso como V. Exª: para que essa lista se o Luiz Estevão já estaria cassado?

Agora, o perigo que seria denunciar uma lista dessa, um homem esperto, como V. Exª diz, rico, poderoso como Luiz Estevão, lhe dar um argumento qualquer para ele inviabilizar a votação que o cassou. Esse foi o espírito que eu tive - de não tornar público aquele episódio, de não fazer maior estardalhaço ou qualquer outro -, que o Senador Jefferson Péres não entende. Foi esse, justamente, porque ele iria usar essa lista falsa ou não para tornar sem efeito aquela votação. Daí por que eu entendo, como V. Exª, que não tinha por que ter essa lista, na medida em que a votação já estava feita. Agora, divulgá-la, sim, seria um crime, porque ia lhe dar a oportunidade para talvez tornar sem efeito uma votação correta.

O SR. LAURO CAMPOS – Agradeço o esclarecimento de V. Exª.

Então, só me resta uma indagação: o nome da Senadora Heloísa Helena foi revelado. V. Exª nega que tenha se referido à Senadora Heloísa Helena como um dos Senadores que votou a favor de Luiz Estevão, a favor da não cassação do mandato do Senador Luiz Estevão?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu, infelizmente, não posso dizer que sim nem que não, mas tudo o que se disse nesse episódio foi especulação e, se V. Exª pegar a degravação completa da conversa dos Procuradores - ou com o Procurador Luiz Francisco, que participou - lendo, V. Exa. vai ver que nada causa nexo. Apenas se forçou uma afirmativa, provavelmente para me deixar mal ou com a Senadora, ou deixar a Senadora mal com o seu Partido.

O SR. LAURO CAMPOS – Agradeço a V. Exª a resposta.

Eu gostaria de fazer uma pergunta à Drª Regina que não se encontra nessas repetidas reafirmações que têm sido feitas nesta Comissão. Eu gostaria de perguntar a V. Sª se o Sr. Gazolla, que foi

FLS Nº 2225
SECRETARIA-GERAL DA MESA

chamado para atuar sobre o painel naquele dia, realmente recebeu R$1milhão.

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Mil reais.

O SR. LAURO CAMPOS – Espere aí. A primeira versão é de mil; a segunda versão é de um milhão.

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, ele recebeu mil, e nem foi só para esse trabalho. Tinha saído uma empresa, a Kopp, e estava em processo de contratação, ou sendo contratada, a Panavídeo. Ele era servidor da Kopp e estava querendo passar para a Panavídeo. Então, nesse período, ele ficou fazendo atendimentos per call ~~Parcel~~, **ad hoc**, na medida em que ia precisando. Então, ele fez alguns atendimentos - entre eles, esse –, de compressão de base e tal, e recebeu R$1mil por um conjunto. O Prodasen pode dar a nota com os detalhes. Foram pagos, pela Panavídeo, R$1 mil por alguns serviços que ele fez.

O SR. LAURO CAMPOS – O engano que eu teria cometido não é meu, porque o Deputado Agnelo Queiroz teria entrado no sistema e revelado que era um milhão. Então, houve um engano, ou dos jornais que divulgaram isso, ou da própria informação a respeito.

Agradeço a V. Sª e quero até louvar, embora um pouco tardiamente, V. Sª, realmente a partir de determinado momento, comportou-se de uma maneira muito louvável, que merece consideração, e que merecerá consideração quando da absolvição ou da atribuição de uma pena, se por acaso ela vier a recair sobre V. Sª. Eu reconheço, realmente, que é muito difícil não considerar como uma ordem coatora essa relação, essa manifestação, dada a hierarquia que existe no Senado, e dado, obviamente, o poder concentrado que existe nesta Casa.

Agora, em relação ao Senador Arruda, eu acho que o problema principal não está nessa canoa, não pertence a esse conjunto.

V. Exª já falou sobre a questão várias vezes, Senador Arruda, e eu gostaria apenas de saber o seguinte: a prestação de serviços a que V. Exª se submeteu foi apenas uma ordem, saiu de uma conversa ou de uma manifestação da vontade do Presidente Antonio Carlos Magalhães, ou V. Exª, como Líder do Governo, teria conversado e visto reforçar essa ordem por parte do Presidente Fernando Henrique Cardoso?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu já respondi no meu depoimento e reafirmo aqui: eu nunca conversei isso com o Presidente, e nasceu exatamente do diálogo que já descrevi e que, reafirmo, existiu nos exatos termos do meu depoimento.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 55
03.05.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2226

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, os pontos controversos são poucos. E todos eles já foram objeto de especulação por parte dos Srs. Senadores que me antecederam nas indagações.

No entanto, há algumas pequenas arestas para o esclarecimento das quais eu gostaria, aqui, de buscar a cooperação de todos os depoentes. Em princípio, estamos diante de um impasse de afirmações: cada um com a sua verdade. Mas, no meu entender, seria muito importante um esforço de memória. É difícil resgatar os fatos da maneira que ocorreram, sobretudo no passado, mas, às vezes, um detalhe é rico para oferecer um esclarecimento.

E eu começaria exatamente com a Drª Regina, Sr. Presidente, porque, no depoimento inicial, ela relata de maneira sintética o encontro com o Senador Arruda. A depoente diz inclusive que vai falar textualmente, mas aí passa a uma série de considerações – não vou reler o depoimento. Exatamente quando esperávamos que os detalhes viessem – e eu gosto de ver e ouvir os detalhes, porque eles, às vezes, revelam muito; a forma como aconteceu, a maneira, é muito importante, às vezes até para ilustrar melhor a verdade –, ela diz assim: *"Eu fui pela primeira vez na casa do Senador..."*, etc, contou quem a recebeu. Disse, textualmente, que foi.

E aí o que fica é essa idéia final de que a Drª Regina saiu dali para cumprir uma ordem ou um pedido, enfim, algo, como se fosse imperativa a determinação que recebera para, em síntese, violar o painel, pura e simplesmente. Mas eu pergunto: como foi o quebra-gelo dessa conversa? A senhora poderia explicar? Foi direto? Conversou-se na possibilidade de violação ou não do painel que poderia acontecer ou foi direto - "eu preciso da lista", algo dessa natureza. Eu gostaria que a senhora desse os detalhes, porque isso é importante.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES - Foi direto. Tenho a impressão que realmente o Senador devia estar com pouco tempo, e eu também, na medida em que vi que tinha que fazer e tinha que sair rápido dali porque o tempo urgia, porque era para aquela madrugada; ele começou me dizendo que - depois de cumprimentar, sentar, claro -, me disse que...

O SR. AMIR LANDO – Sim, sim, com referência a esse assunto.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES –...me procurava em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães, que queria que fosse extraída a lista de como votaram os Senadores, como iriam votar os Senadores, no dia seguinte.

FLS Nº 2227
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Diante da perplexidade em que fiquei, coloquei logo um óbice técnico, e ele me disse que, o Senador Arruda me disse que sabia que era possível extrair essa lista. Então, a conversa foi toda por aí.

O SR. AMIR LANDO – Ele não falou na hipótese de adulteração da lista por parte de pessoas eventualmente ligadas a Luiz Estevão?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não, não. Não me falou nada. Essa coisa de segurança, de adulteração não foi colocada.

O SR. AMIR LANDO – No bojo da conversa.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, foi um pedido direto sobre essa lista.

O SR. AMIR LANDO – Não teve introdução.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Essa introdução, não.

O SR. AMIR LANDO – Não houve essa introdução?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não. Pelo menos na reunião em que eu estava, não.

O SR. AMIR LANDO – Eu gostaria dessa mesma...Isso já foi esclarecido, mas é importante, Sr. Presidente, que o Senador Arruda dissesse alguma coisa já que há uma divergência insuperável. Mas, de qualquer maneira, vamos ver se... porque uma idéia não eliminaria a outra, eventualmente; poderia haver a introdução de uma conversa e a conclusão. Não quero, aqui, formar nenhum juízo.

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Se fosse por segurança, Senador, eu não tomaria esse caminho.

O SR. AMIR LANDO – Não, não, não. Esse assunto não foi ventilado sequer como conversa, como detalhe, para abrir, para o quebra-gelo, como se fala?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não.

O SR. AMIR LANDO – Não.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Amir...

O SR. AMIR LANDO – Eu exatamente não posso deixar de ouvi-lo, porque embora... Esse assunto está superado, mas de qualquer forma...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Fico com o primeiro depoimento da Drª Regina, o que ela descreve no primeiro depoimento, que reafirmo no meu e que foi, aliás, uma coisa muito clara. Quando ouvi o depoimento da Drª Regina: "bom, é aquilo; pode ter pequenas alterações, mas é aquilo". Reafirmo o diálogo "Drª Regina, venho de uma conversa com o Senador Antonio Carlos, tem boatos, as pessoas

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 57
03.05.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2227

estão dizendo que lá no Prodasen os técnicos podem ver, que isso pode ter...Como é que funciona isso?"

Ela me deu uma explicação, que eu disse, de três ou quatro minutos - pode não ter sido exatamente isso -, que o sistema era separado e, por isso, ela não conhecia bem e não sabia o grau de vulnerabilidade. E eu disse: "Olha, então verifique isso, porque, se isso é possível, o Senador Antonio Carlos quer ter essa informação".

Quer dizer, a preocupação nítida minha era de segurança. Já disse também, no meu depoimento, Senador Amir Lando, e reafirmo que como foi uma conversa muito tranqüila, amistosa, que nascia de uma preocupação sadia, eu posso não ter me preocupado exatamente com as palavras, e não sei como a Drª Regina também não soube, e é muito difícil mesmo se precisar as palavras.

O que posso afirmar é que nascia dessa preocupação do diálogo anterior exatamente essa preocupação. E o que me...quando falei na inferência que a Drª Regina pode ter feito, ficou muito clara essa imagem que repeti no meu depoimento, que o técnico que está assistindo, lá, a votação acaba vendo, lá na telinha, e vê como é que ele...quais os instrumentos de controle e de aferição que ele tem.

Reafirmo, portanto tudo o que falei no meu depoimento.

O SR. AMIR LANDO – Prossigo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não.

O SR. AMIR LANDO – Consumado o fato, houve uma preocupação de preservar o delito, ao menos sob sigilo.

A Drª Regina falou que, em certos momentos, o Senador Arruda chegou a dizer: "*Não confesse, não fale nada nem sob tortura*". Isso ou algo parecido. Isso é verdade?

A SRª. REGINA CÉLIA PERES BORGES – É verdade. Admito que possa ter sido uma força de expressão: "Isso não pode ser dito nem sob tortura". Mas essa expressão foi usada.

Fui à Liderança, no primeiro vazamento; eu estava sentada no sofá que ele tem - a mesa fica na frente -; ele estava em pé; eu estava aguardando; ele chamou; e, quando toquei no problema do vazamento, S. Exª falou "Olha, isso é uma coisa que não pode ser vazada nem sob tortura".

O SR. AMIR LANDO – Nos depoimentos, V. Sª não se refere à atitude do Senador Antonio Carlos Magalhães a esse respeito. Ou seja, da preservação, do sigilo e de cuidados, etc. S. Exª, alguma vez, nos encontros posteriores, dois que a senhora teve, relatados, ou três, chegou a dizer "Olha, não fale isso para ninguém, não comente isso", algo dessa natureza?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 58
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. As preocupações eram mais minhas. Não me lembro. Tenho que ser muito sincera. Não me lembro de S. Exª ter feito recomendação sobre isso.

O SR. AMIR LANDO – Por quê? Qual era a sua convicção de que ele não estava nem aí para isso?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sempre era eu que estava angustiada com esse assunto. Eu fiquei muito...

O SR. AMIR LANDO – Não entrou em detalhe?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não. Era difícil falar com S. Exª. Sempre rápido. E eu sempre preocupada, manifestando minha preocupação com a evolução das investigações, que eu temia, chegaria à constatação.

O SR. AMIR LANDO – Entendo que a pergunta deva ser feita aos dois Senadores.

Senador José Roberto Arruda, houve essa preocupação sua quanto à preservação do fato?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que a Drª Regina já respondeu...

O SR. AMIR LANDO – Depois, evidentemente, que isso começou a ser vazado na imprensa. É evidente que o tempo passou.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro.

O SR. AMIR LANDO – É evidente, quando o tempo passou.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Que houve, não há dúvida. Já está claro no meu depoimento. A própria Drª Regina diz que ela sempre estava angustiada. Eu diria que algumas vezes, mais do que isso até.

O SR. AMIR LANDO – Sei. Chega a dizer que estava aflita, aflitíssima, angustiada. Quer dizer, esse estado de espírito é claro, inclusive nas minhas indagações.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Apenas gostaria de fazer um registro, Senador Amir Lando, e é uma coisa de caráter até íntimo. Quando ouvi essa declaração "nem sob tortura", falei "Meu Deus, será que numa daquelas conversas que tivemos" – conversas já todas anotadas – "será que exagerei na linguagem?", o que não é do meu feitio. Reli, nesses últimos dias, Senador, os depoimentos todos. Reli o depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, o meu e o da Drª Regina. Várias vezes. E o que depreendo? A Drª Regina, em seu depoimento, ora usa "Ninguém botou a faca no meu pescoço" ora "Nem que a minha cabeça estivesse numa guilhotina". Em outro momento ela diz "Distribuí Lexotan para os meus meninos". E depois "Nem que uma metralhadora estivesse voltada para a minha cara". Então, me desculpe

SENADO FEDERAL FLS. Nº 2230 SECRETARIA-GERAL

a afirmação, mas essa que V. Exª citou não é própria do meu vocabulário.

O SR. AMIR LANDO – Sim. Mas havia a preocupação, isso é o que importa. Exatamente a mesma pergunta, faço ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

V. Exª não se preocupou? Qual foi sua atitude? V. Exª afirma que, num primeiro momento, quis preservar o fato. Mas não se preocupou que a Drª Regina pudesse levar isso à tona, a lume, ao conhecimento público?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não. A Drª Regina salientou nesse instante, com muita propriedade, que não tratei desse problema com ela sobre sigilo. Nunca tratamos, embora tratássemos de outras coisas que provavelmente poderei adiantar. Mas sempre no sentido de preservar o Prodasen. Mas nunca lhe pedi sigilo. E ela própria agora, com muito caráter, torna público.

O SR. AMIR LANDO – Volto a insistir, Sr. Presidente, uma última indagação, exatamente sobre a posição do Presidente da Casa ao tomar conhecimento – evidentemente, segundo o que se fala, não quero aqui formular nenhum juízo afirmando uma ou outra versão, mas admitindo a hipótese –, ao tomar conhecimento, quando lhe foi apresentada a lista, e a Drª Regina foi só porque ela era uma boa servidora, uma servidora eficiente, foi pena... porque é uma decisão difícil, de não punir, se é que ela tinha ou não responsabilidade, ao menos investigar a responsabilidade.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não deixei de levar em conta o passado e o presente da Drª Regina. Mas o que me levou a não levar a público isso foram razões muito maiores. Foram razões de evitar, como já disse aqui, uma anulação ou uma dúvida sobre a cassação do Senador Luiz Estevão e, ao mesmo tempo, preservar a instituição Senado, o que era o meu dever, como Presidente da Casa, fazer. Avalie V. Exª o que seria, na ocasião, se esse assunto viesse à tona. Se hoje o assunto painel domina tanto a imprensa, avalie naquela ocasião o que seria! Ficasse V. Exª no meu lugar, homem sério que é, V. Exª, certamente, tomaria a mesma atitude que eu solitariamente tomei. E estou certo de que a tomei com absoluta convicção e por amor a esta Casa.

O SR. AMIR LANDO – Finalmente, eu gostaria de, mais uma vez, mostrar que estamos diante de um último ponto de controvérsia naquilo que eventualmente foi uma conversa genérica do então Presidente, Senador Antonio Carlos, inclusive envolvendo outros nomes. Essa conversa genérica se dá exatamente sobre a violabilidade

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 60
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

ou não do painel, em razão de boatos de que ele poderia ser violado. Quais foram os outros com que também V. Exª comentou esse assunto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ainda há pouco, o Senador Lauro Campos citou que esteve no meu gabinete tratando com outras pessoas sobre esse assunto. O Senador José Eduardo Dutra também conversava comigo sobre esse assunto e tantos outros Parlamentares, inclusive Deputados da própria Oposição, tendo em vista a necessidade de se fazer uma coisa séria na votação do Sr. Luiz Estevão.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, não vou tomar esta providência, mas o Relator poderia ouvir realmente as partes. Não quero duvidar de ninguém, mas não posso, também, neste momento, fazer um ato de fé em relação a nenhuma declaração. Seria interessante que as pessoas mencionadas pudessem se manifestar – não sei como V. Exª entende –, verificando-se esse fato. O Senador Lauro Campos acabou de se referir, não exatamente nesses termos, a conversas. Então, é importante que isso seja esclarecido, porque é um detalhe a mais sobre aquilo que temos colocado até agora nos Anais e que está registrado.

Quanto ao Senador José Roberto Arruda, é evidente que S. Exª não vai retificar nada, absolutamente nada, sobre esse ponto, porque, já por várias vezes, disse que realmente foi solicitado e que iria à presença da Drª Regina, evidentemente não para obter a lista. E ela afirma, com todas as letras, que exclusivamente foi essa a tarefa que lhe foi solicitada, designada ou mandada. Enfim, a tarefa foi diferente daquela que S. Exª diz, ou seja, que seria uma mera consulta sobre a probabilidade de violação do painel.

Sobre esse ponto, nada mais tenho a perguntar. Apenas deixo esses detalhes. Se o Relator julgá-los relevantes, que consulte essas pessoas, para ver se realmente esses fatos aconteceram.

Era isso que eu tinha a dizer.

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, por favor, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª pede a palavra pela ordem?

O SR. LAURO CAMPOS – Sr. Presidente, tendo sido citado, eu gostaria de usar somente dois minutos para esclarecer um ponto.

Participei de uma reunião com umas 25 pessoas no gabinete de S. Exª, o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, inclusive, perguntou-me onde se encontrava o Senador José Eduardo Dutra. Então, fui

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2232

indagar e vi que ele já tinha viajado. Foi apenas isso o que aconteceu. A reunião foi aberta, e tratou-se de assuntos referentes ao processo de cassação do Senador Luiz Estevão, mas não comigo apenas. Havia umas 20 ou 25 pessoas naquela reunião.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Feito o esclarecimento pelo Senador Lauro Campos, vamos, pela ordem de inscrição...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – O Senador José Eduardo Dutra também quer usar da palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Por ter sido citado como Pilatos no credo, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª está inscrito, Senador.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, quero falar somente sobre esse episódio.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está bem. Vamos lá!

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Com relação a conversas que tive com o Senador Antonio Carlos Magalhães e o Senador José Roberto Arruda, que tinham alguma relação com o episódio da violação, já declarei no Conselho de Ética e que foram confirmadas pelos dois. Agora, conversas políticas, no período que antecedeu a cassação do Senador Luiz Estevão, tive com todos os Senadores que eram favoráveis à cassação, em vários momentos – e também com os que eram contra.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, tenho algumas indagações. Concluí meus questionamentos, mas vão aparecendo outras indagações, que acho oportunas. Serei breve, Sr. Presidente.

Eu gostaria de perguntar ao Senador Antonio Carlos como ele explica, enfim, comportamentos que não condizem com as suas próprias afirmações. Ele disse que, acima de tudo, era preservar aquele segredo que era indispensável à manutenção da decisão do Senado - a cassação do Luiz Estevão -, da própria Instituição. Mas ele mesmo revelou, agora há pouco – confirmado pela D. Regina –, que não pediu segredo a ela, quando devia. Se era uma questão tão importante, cabia a ele, com a autoridade que tem, já que não a puniu, já que, num primeiro momento, sequer admoestou-a, mas tranqüilizou-a, mas se era uma questão tão importante manter o segredo, era importante, era fundamental pedir à D. Regina, sim. E ele acaba de afirmar que, em nenhum momento, pediu segredo à Drª Regina.

FLS. Nº 223
SECRETARIA-GERAL

Ademais – só para concluir -, os Procuradores - não quero me referir ao Procurador Luiz Francisco nem à gravação –, no depoimento – foi uma reunião secreta, mas os Senadores que participaram podem testemunhar isso –, os outros dois Procuradores, Guilherme Schelb e Eliana Torelly, garantiram que ouviram o Senador Antonio Carlos revelar que conhecia a lista e que o voto da Senadora Heloísa Helena tinha sido aquele.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Desculpe-me, Excelência. Duas respostas para V. Exª: Primeiro é V. Exª não acreditar que a Drª Regina não guardasse o sigilo. Eu não precisava falar com ela, porque, evidentemente, sabia da sua noção de responsabilidade. Segundo, V. Exª mesmo disse aqui que o Procurador disse que, por indução – ou uma outra palavra também terminada em "ão"...

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Foi muito claro, Senador.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Por indução. Então, V. Exª mesmo já respondeu por mim a sua indagação.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Mas, Senador, não respondi, pelo seguinte: porque ele foi muito claro. Ele disse: "*Quero distinguir fatos de sentimentos. O fato foi o seguinte: o Senador Antonio Carlos declarou que tinha a lista e que a Senadora... Agora, o sentimento meu é que ele disse aquilo não por ter lido a lista, mas por indução*". Mas o fato da revelação ele confirmou, e a Procuradora também, com muita ênfase.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Por indução. Logo, não foi por questão de lista. Desculpe-me, mas V. Exª está forçando um pouco.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sim, mas eles disseram que V. Exª declarou que tinha a lista e que eles é que concluíram que era indução.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha) – Atenção, Srs. Senadores! Atenção!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não declarei nem a ele nem a ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Tem a palavra agora, pela ordem, o Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senadores Depoentes, Drª Regina Célia, a gente vai preparando as perguntas, os que estão na frente vão fazendo as perguntas, e a gente tem que ir refazendo perguntas para não se tornar repetitivos.

FLS. Nº 2234

Mas perguntaria, primeiro, à Drª Regina. A missão a que a senhora se referiu foi cumprida, e se deixaram impressões digitais para trás, rastros, não é? A senhora recebeu pressão durante esse período todo ou tentou pressionar alguém para apagar o serviço ilegal e malfeito que tinha sido feito, que estava lá para trás?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, obviamente eu tinha noção de que era um trabalho que não era para ser revelado. E eu nem precisaria receber pressão. Eu seria a primeira a ter essa preocupação, porque, na medida que começou a ser revelada uma notícia...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet. Fazendo soar a campainha.) – Peço ao Srs. Senadores a gentileza de diminuir a campainha dos celulares e o uso dos telefones, a fim de podermos ouvir tanto os Srs. Senadores que estão perguntando quanto os Srs. Senadores e a Drª Regina que estão respondendo às perguntas.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Quando as notícias a respeito dessa lista começaram a sair, apesar do peso de guardar um segredo desse, coloquei aqui, no meu primeiro depoimento, a relação custo/benefício. Eu sabia que vir à tona isso significava mandato de Senadores, imagem da Senadora, colocar em cheque a questão da cassação de um Senador. Felizmente, a Unicamp mostrou que não houve violação de votos, mas poderia ficar a idéia de que houve. Tinha a imagem do Prodasen, dos servidores. Enfim, era tão complicado que realmente não tinha jeito, aí era tentar realmente segurar e levar. Foi essa a posição tomada.

O SR. GERSON CAMATA – Mas a minha pergunta era se V. Sª induziu alguém ou recebeu pressão de alguém para mexer no computador para apagar os rastros, as digitais que ficaram para trás.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Ah, mas isso foi feito imediatamente, Senador, foi ato contínuo. Foi alterado para se tirar a lista e, em seguida, alterado para fechar aquela porta.

O SR. GERSON CAMATA – Vocês tentaram apagar e não conseguiram apagar?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador, tanto que o painel voltou a funcionar, no esquema anterior, parece-me, no dia 30 de junho.

O SR. GERSON CAMATA – A outra pergunta a que vou me referir foi feita pelo Senador Osmar Dias, mas vou dar um novo ângulo a ela.

S. Exª lhe perguntou: *"Se o Líder da Oposição lhe pedisse, em nome do Presidente Antonio Carlos, V. Sª faria isso?"* V. Sª disse: *"Não,*

FLS Nº 2336
SECRETARIA-GERAL DE MESA

certamente que não". "Se eu pedisse?" V. Sª disse: *"Eu pensaria"*. Está no depoimento que li aqui.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Então, vamos lá.

O SR. GERSON CAMATA – V. Sª podia confirmar como foi a resposta de V. Sª ao Senador Osmar Dias?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – São várias, foram várias.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Acho que é diferente, ela que tem que responder, mas acho que ela falou que atenderia. Vamos ver.

O SR. GERSON CAMATA – Atenderia? Ao Senador Osmar Dias?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos verificar.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Sr. Presidente, acabamos de ver que ela disse que atenderia.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – A minha síntese, se V. Exª ler todos, posso até ler tudo, porque separei por assunto, em síntese as inúmeras vezes...., porque isso foi até uma coisa que ficou sendo repetida aqui, as inúmeras vezes, o que procurei transmitir e V. Exª poderá ver lendo todas elas é que, individualmente, um Senador pedir "dê-me uma listagem dessas", é evidente que eu não faria. Agora, da maneira como feito, em nome do Presidente, com a gravidade que foi feito, na circunstância feita, com a premência que foi feita e que isso seria entregue na mão do Presidente, foi feito por isso. Não teria Líder de Oposição ou não de Oposição, ou não ser Líder, ser um Senador com atividade normal, sem Liderança. A minha resposta foi aqui, é inequívoca, é só V. Exª ler que vai chegar à conclusão.

O SR. GERSON CAMATA – E foi a primeira vez que o Senador José Roberto Arruda falou com V. Sª em nome do Presidente?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Foi a primeira vez.

O SR. GERSON CAMATA – Em nenhuma outra vez havia pedido nada a V. Sª em nome do Presidente ?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Em nenhuma outra vez. Em nenhuma outra vez.

O SR. GERSON CAMATA – Faço outra pergunta a V. Sª. V. Sª saiu dali e disse ao Senador José Roberto Arruda que ia cumprir uma ordem?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Uma ordem.

O SR. GÉRSON CAMATA – V. Sª não iria só cumprir uma ordem, porque não iria só violar o painel, não iria só violar um artigo do

FLS Nº 2736

Regimento; V. Sª iria violar um artigo da Constituição Federal, porque o voto secreto é garantido no art. 53.

Em nenhum momento, V. Sª se reportava mais aos Senadores Cunha Lima e Carlos Patrocínio. V. Sª não teve uma idéia nestes termos: "Vou violar um artigo da Constituição? Vou consultar se essa ordem é verdadeira?"

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, vamos analisar bem uma coisa. Um pedido desses, feito dessa natureza, que V. Exª está vendo que é uma coisa sigilosa que está sendo pedida... Quando fui pedir para o meu servidor, não foi pela ordem hierárquica, não. Eu não fui para os diretores na ordem hierárquica. Fui lá em quem ia executar e pronto. Se é para uma cumprir uma ordem, o senhor não sai... uma ordem dessa natureza, o senhor não sai telefonando para todo mundo sobre essa ordem. Ou eu, no meu caso, chamando toda a hierarquia do Prodasen para viabilizar o cumprimento da ordem. Assim como ela veio direto para mim, procurei a forma mais direta de envolver o mínimo de pessoas. Na medida em que interpretei que eu tinha que sair dali e cumprir, envolvi o menor número de pessoas possível nisso. Realmente não pensei...

O SR. GERSON CAMATA – Naquele momento, a senhora não percebeu que iria violar um artigo da Constituição? Ficou apressada, afobada e pensou pouco?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não vou falar para V. Exª que sou uma pessoa ingênua e que não sei que estava infringindo normas, mas realmente fiquei apressada, achando que eu tinha que cumprir e fui fazer. Mas, em momento nenhum, tive vontade de ficar telefonando para mais Senadores, envolvendo mais gente, e, dentro do Prodasen também, não chamando toda a hierarquia para participar. Procurei fazer a coisa menos dolorosa possível e envolver menos pessoas para sentir o constrangimento que eu estava sentindo naquele momento.

O SR. GERSON CAMATA – V. Sª, segundo li nos jornais, é filiada ao PSDB. O Senador Arruda era filiado ao PSDB, porque saiu do Partido. É claro que além de eticamente, podia interessar ao PSDB, politicamente, naquele momento, o afastamento do Senador que foi cassado. Em algum momento da conversa da senhora com o Senador Arruda falaram sobre o Partido, que interessava ao PSDB, que havia um interesse partidário?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, quero fazer uma colocação aqui - e ela pode ser checada por todos os militantes do PSDB de Brasília que estão me ouvindo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 66
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

Filiei-me ao PSDB, em 1994, quando deixei a Diretoria do Prodasen. Participei de uma campanha, ajudei e tudo mais. Quando voltei para a Direção do Prodasen, não fui a mais nenhuma reunião, nenhum evento político, porque, no meu entendimento, para uma pessoa que ocupa um cargo de dirigir um órgão que lida com todos os Senadores de todos os Partidos, uma militância política não é compatível. Então, não fiz a desfiliação, mas não tive mais atividade nenhuma. Então, não faria...

O SR. GERSON CAMATA – Não veio à tona esse...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – ....absolutamente nada; as minhas ações dentro do Prodasen não tiveram qualquer conotação de cor partidária, absolutamente. Tratava a todos os Partidos com o mesmo tipo de tratamento, atenção e no que eu podia fazer para atender a qualquer um dos Senadores.

O SR. GERSON CAMATA – Agora quero fazer uma pergunta ao Senador José Roberto Arruda e também ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

No depoimento que V. Exª prestou, disse o seguinte: - *"que ao se aproximar do Presidente, perguntou se ele estava sentado e ele disse, obviamente, que sim"*. E V. Exª diz assim: -*"Olhe aqui a lista"*. Vou continuar. Esse artigo definido "a" significa uma coisa que alguém está esperando. Por exemplo: Olhe aqui *a* gravata. Alguém estaria esperando uma gravata. Olhe aqui *o* telefone. Alguém estaria esperando um telefone. Depois V. Exª diz que não, que V. Exª diz o seguinte: *"Olha o que é que eu tenho aqui."*

Qual dos dois depoimentos é correto: "Olhe a lista" ou "Olhe o que é que eu tenho aqui?"

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Gerson Camata, eu expliquei isso. Foi-me perguntado de outra forma...

O SR. GERSON CAMATA – Estou perguntando de novo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, inclusive acho que é relevante. Mas coloquei isso muito claro, porque é muito difícil você reescrever a frase que foi dita oito meses atrás. O que recolho daquele momento foi a perplexidade... Por que vou falar: "Está sentado aí?", "Não, claro que estou", se fosse uma coisa normal, uma coisa que esperava? Claro que existia, naquele momento e mesmo depois que entreguei, essa surpresa dos dois. O que lembro de ter deixado claro é de dizer: -*"Olha o que a Drª Regina me entregou"* e como conseqüência disso, inclusive, é que, alguns minutos depois, pedi a ele que telefonasse para a Drª Regina, para que ele tivesse certeza de que entreguei.

O SR. GERSON CAMATA – Na hora da entrega da lista pela Drª Regina, V. Exª estava no Senado. Por que mandou o seu auxiliar recebê-la e não foi V. Exª? Não queria que alguém o visse recebendo a lista das mãos dela?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Acho que a Drª Regina já explicou isso antes e a minha explicação é igual a dela. Não me parece que tenha havido má fé da parte dela - e seguramente não houve da minha. Eu não me lembro dos detalhes do telefonema. Eu me lembro de que teria sido dito talvez pela Drª Regina que havia um evento na biblioteca, como o documento era para ser entregue para o Senador Antonio Carlos Magalhães, o caminho mais fácil foi: *"Bom, então, o Dr. Domingos passa aí e pega"*. Eu me lembro também de que, no meu gabinete, havia várias pessoas. Nesse dia, eu só comecei a atender depois de quatro da tarde. Eu disse ao Dr. Domingos: *"Busca, por favor, que é um documento que eu tenho de entregar ao Senador Antonio Carlos Magalhães"*. Quando veio o documento, eu me desvencilhei rapidamente do que fazia para ir ao gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, em questão de cinco minutos – não foi mais do que isso também.

O SR. GERSON CAMATA – Senador Antonio Carlos Magalhães. V. Exª lembra se ele disse: - Olha aqui a lista ou olha o que eu tenho aqui?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Confesso que ele me entregou o envelope. Eu abri e encontrei uma lista. Isso é que é importante.

O SR. GERSON CAMATA – A palavra não vem...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A palavra, não posso lhe dizer que ele me disse...

O SR. GERSON CAMATA – Drª Regina, agora, uma pergunta dos meios de comunicação do Espírito Santo, que me pediram para fazer. É um advogado que fala o seguinte: a senhora tomou uma atitude corajosa – de vir primeiro aqui, de expor a verdade e de dizer as coisas –, mesmo sabendo que V. Sª pode também ser punida pela atitude que tomou. Aí, esse advogado me pede que eu lhe pergunte o seguinte: a senhora não ia enfrentar o ex-Presidente da Casa, que a senhora chamou de um homem bravo e exigente, e o Líder do Governo, se a senhora não tivesse uma carta na manga, alguma coisa ainda de provas que a senhora não botou na mesa. Se a senhora tem isso, porque a senhora não põe as cartas na mesa logo e facilita os trabalhos da Comissão?

FLS Nº 2179
SECRETARIA-GERAL

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, não, Senador. Eu não tenho carta na manga. Eu vim, coloquei a verdade, abri meu coração aqui. Todas as perguntas que me foram feitas...

O SR. GERSON CAMATA – A senhora não tem mais nenhuma prova, mais alguma coisa de que a senhora se lembre?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Por exemplo, isso que eu trouxe ao longo do caminho, que foi a quebra do sigilo, é porque naquele dia eu não tinha. Foi-me solicitado naquele dia e, no dia em que eu passei a ter, eu encaminhei. Não é que era uma coisa nova que eu estava escondendo.

O que tem na quebra do sigilo só vem a confirmar o que eu tinha falado naquele dia. Eu não estou com essa intenção de fazer nenhum estrago, fazer nada... Eu só estou contando a verdade do que aconteceu. Enquanto ela foi mantida em sigilo, eu achava que tinha de ser pelos motivos que já relatei, mas, na medida em que as coisas vieram à tona e tinham de ser colocadas exatamente como aconteceram, a partir daí, tenho colocado exatamente como aconteceram. Mas não tenho nenhuma carta na manga.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, eram as perguntas que eu queria fazer. Muito obrigado a V. Exª e aos depoentes.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado a V. Exª.

Chamo, pela ordem de inscrição, o Senador Carlos Bezerra. (Pausa)

Senadora Marina Silva.

A SRª MARINA SILVA – Sr. Presidente, primeiro, penso que o objetivo desta acareação, até porque os Srs. Senadores não têm a técnica de como fazer isso, pode ficar prejudicada e ser favorecida por aqueles que a conhecem melhor. Então, já quero fazer a ressalva de que se trata de uma investigação no âmbito do Conselho de Ética, com Senadores leigos, porque nem todos têm prática de tribunal. Eu me coloco na condição desses que não têm prática de tribunal. As perguntas podem ser repetitivas, mas é que as respostas também não estão chegando a um rumo de convencimento. Então, talvez elas precisem ter um pouco mais de contundência, para que possamos ouvir da boca das pessoas que estão aqui exatamente a sua impressão em relação aos depoimentos contraditórios entre si.

Faço a seguinte pergunta ao Senador Antonio Carlos: Senador Antonio Carlos Magalhães, o Senador José Roberto Arruda falta com a verdade quando diz que tinha o consentimento de V. Exª para abordar a Drª Regina sobre a aquisição de tal lista ou como votaram os Srs. Senadores na sessão de cassação do Senado Luiz Estevão?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 69
03.05.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 221

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já respondi a essa pergunta e apenas não direi assim como V. Exª coloca, com tanta ênfase, "falta com a verdade".

Eu disse apenas que não autorizei o meu nome a ser usado em qualquer oportunidade com a Drª Regina, o que já foi também confirmado pela Drª Regina.

A SRª MARINA SILVA – A pergunta agora é ao Senador José Roberto Arruda.

Senador Arruda, o Senador Antônio Carlos Magalhães falta com a verdade quando diz que não tinha conhecimento e que não autorizou que V. Exª usasse o nome dele na abordagem com a Drª Regina?

O SR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senadora Marina Silva, quem vai fazer o julgamento é V. Exª. A parte do diálogo que reitero, que consta do meu depoimento, é que, quando falávamos sobre a vulnerabilidade, sobre boatos, e quando foi aventada a hipótese de eu conversar com ela porque eu tinha uma formação técnica mais próxima dessa área, eu disse: "Posso falar em seu nome"? E o Senador Antonio Carlos disse: "Claro! Pode falar em meu nome".

A SRª MARINA SILVA – Drª Regina, o Senador Antonio Carlos Magalhães ligou para V. Sª para acalmá-la ou para agradecer-lhe?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Conforme eu coloquei aqui, V. Exª pode ver no meu depoimento, eu tive dificuldade de resgatar, Senadora, porque, aquele foi um dia muito difícil, muito aflito para mim, e eu precisava daquela ligação dele.

Então, se ele me acalmou, elogiou... Realmente, foram coisas dessa natureza. Agora, se V. Exª quer saber se ele falou "muito obrigado", não tenho como dizer isso para V. Exª. Eu realmente me lembro... Mas, veja bem, como passa para a senhora? A senhora está esperando saber se vai chegar ou não vai chegar na mão dele. Todo mundo que fez dependia disso para ter certeza de onde veio. De repente, ele liga e tranqüiliza, para mim estava tudo OK. Fechou o círculo: tranqüiliza, elogia. Bom, fechou, está tudo certo. Para mim, ali fechou o de que eu precisava.

A SRª MARINA SILVA – Senador Antonio Carlos Magalhães, quando V. Exª falou com a Drª Regina, dizendo aquilo que V. Exª mencionou - eu não vou conseguir, não decorei as palavras -do tipo "a senhora tem serviços prestados; a senhora não deve ter culpa", V. Exª se referia à culpa de quê?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – De qualquer processo irregular que tivesse sido feito naquele processo que me chegava às mãos.

FLS Nº 2241
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARINA SILVA – Quando V. Exª tinha aquela lista nas mãos, no telefonema que o Senador José Roberto Arruda pedia a V. Exª, V. Exª já tinha claro que havia um processo irregular acontecendo ali?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Evidentemente não era normal eu receber uma lista, mesmo que não fosse verdadeira, vinda do Prodasen e entregue pelo Senador Arruda.

Comentamos a lista, destruí a lista, e o Senador me pediu que desse uma palavra, porque a diretora estava precisando de uma palavra de conforto, porque estava extremamente nervosa.

A SRª MARINA SILVA – V. Exª já tinha a noção, então, de que havia uma ilicitude, e a sua posição foi de atender o pedido do Senador Arruda em dar-lhe uma palavra de conforto?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu tive a obrigação de dar uma palavra de conforto e de não escandalizar o assunto pelos motivos que já declarei mais de uma vez nesta Casa e que estou pronto a declarar se V. Exª o quiser.

A SRª MARINA SILVA – Drª Regina, a senhora tinha uma sensação de culpa e isso motivava o seu nervosismo?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza.

A SRª MARINA SILVA – A senhora estava se sentindo culpada?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Com certeza.

A SRª MARINA SILVA – Culpada do quê, Drª Regina?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – De ter tirado uma relação de uma votação secreta.

A SRª MARINA SILVA – A qualidade do voto, como as pessoas votaram, a forma como as pessoas votaram?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso. Com certeza.

A SRª MARINA SILVA – Senador José Roberto Arruda, quais foram as razões que motivaram V. Exª a fazer a consulta à Drª Regina, em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães?

O SR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Aquelas nascidas do diálogo que já relatei: os boatos que havia, a preocupação com a segurança do painel e até com a eventual modificação de votos. Mais do que isso, do que se comentava na Casa, que os funcionários do Prodasen viam na hora.

A SRª MARINA SILVA – No dia do depoimento de V. Exª... Sr. Presidente, eu sei que talvez os demais Colegas...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem razão. Peço à Casa toda consideração para a Senadora Marina Silva, que está com a palavra.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 71
03.05.2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 42

A SRª MARINA SILVA – Obrigada, Sr. Presidente.

Senador José Roberto Arruda, no dia em que V. Exª fez aquele depoimento da tribuna do Senado, num dos trechos do seu discurso, V. Exª falou o seguinte... Agora, V. Exª diz que a violação se deu em função da preocupação de que não houvesse uma alteração do voto, em função da preocupação com a segurança do voto, com a segurança do painel. É isso que V. Exª afirma, não é?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – É claro.

A SRª MARINA SILVA – Naquele dia, V. Exª disse o seguinte – este é um trecho do discurso de V. Exª, que peguei da Taquigrafia: *"Aliás, se não tive um comportamento correto ao me deixar levar por uma curiosidade talvez mórbida e sem dúvida estéril, porque sem finalidade prática, não serei indigno, entretanto, de revelar aquilo que tive conhecimento, até porque não é este o objeto das investigações do Conselho de Ética"*.

V. Exª disse, em seu discurso, que foi *"uma curiosidade mórbida"* e com um fim *"estéril"*. Como é que V. Exª, agora, atribui uma razão nobre para tal feito?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não. V. Exª está – desculpe-me a maneira de falar – confundindo dois momentos. Quando no depoimento isso me foi perguntado, ainda que com palavras diferentes, deixei claro que, no momento em que entreguei aquele documento – que era uma lista, que era a prova dos noves do funcionamento correto do painel, ainda que uma prova que se revelou incorreta, imprópria e tudo isso –, naquele momento, eu afirmei, no meu depoimento, que tanto eu quanto o Senador Antonio Carlos fomos tomados pelo que chamei até de uma fraqueza humana, que foi a da curiosidade. Daí terem nascido alguns comentários acerca das informações que eles continham.

A SRª MARINA SILVA – Mas V. Exª diz *"curiosidade talvez mórbida e sem dúvida estéril, porque sem finalidade prática"*. V. Exª estava dizendo que tinha uma finalidade prática, que era o cuidado, o zelo pelo painel, por aquela votação importante. É uma contradição que vejo no discurso de V. Exª.

E mais à frente, no depoimento de V. Exª, é dito o seguinte - muito diferente dessas razões nobres que estão sendo citadas agora: *"...o orgulho, o gosto pelo poder conspurcam ou conspurcaram esse impulso primário, infantil, como uma alquimia às avessas, que pode transformar ouro em chumbo. As coisas se confundem, misturam-se, mesclam-se, contaminam-se"*. Essas foram as palavras de V. Exª naquele discurso em que V. Exª se propunha a dizer a verdade.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 72
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – V. Exª fez duas perguntas. Posso responder? V. Exª fez duas colocações.

A SRª MARINA SILVA – Fiz aqui uma afirmação, porque sinto que há uma contradição entre o que hoje é dito como um fim nobre para a violação do painel e as razões apresentadas por V. Exª naquela oportunidade.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Como V. Exª está falando rápido e os fatos estão se sucedendo, depois não conseguirei dar as explicações para cada um dos pontos. Pelo que estou entendendo, V. Exª quer formar um juízo e, por isso, deseja ouvir a minha opinião sobre isso. E eu a tenho.

A SRª MARINA SILVA – Exatamente. Estamos todos aqui para formar um juízo, porque parto do princípio de que nenhum de nós aqui tem um juízo formado. Estamos aqui tentando, de acordo com os depoimentos e com as contradições encontradas nesses depoimentos, formar um juízo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Perfeito. Então, como não estou lendo o mesmo texto, tenho que responder por partes, senão eu me perderia.

Voltando à questão da curiosidade, já coloquei isso como uma falha humana. Foi realmente uma fraqueza. Acho que o ideal ali seria não ter visto nada e ter tomado outras providências. Agora, essa falha eu assumi. E, mais do que isso, Senadora Marina – e isto é que é importante -, por que estéril? Porque não tirei cópia e não fiz uso de nenhuma das informações ali contidas para absolutamente nada.

A SRª MARINA SILVA – V. Exª fez uso: levou-as ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sim, Senadora. Se V. Exª puder completar a pergunta, responderei com a maior tranqüilidade.

A SRª MARINA SILVA – Já fiz as perguntas. Faço uma pergunta, então, para o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Mas eu não respondi, Senadora.

A SRª MARINA SILVA – Responda, então. Tenho todo o tempo do mundo.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Pois não. Com o maior prazer, vou responder.

Então, sobre a questão da curiosidade, deixei claro que aquele momento foi um momento de fraqueza. O ideal seria não ter feito os comentários que fizemos sobre aquilo que estava lá. Aqui para nós,

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 73
03.05.2001
FLS. N.º 241
SECRETARIA-GERAL DA MESA

dificilmente alguém teria aquela lista em mão sem ver e sem fazer algum comentário, mas essa fraqueza eu registrei.

Na frente, quando falo da *"alquimia às avessas"*, Senadora Marina, é um trecho final do meu discurso, onde não me refiro mais ao ato específico e onde eu disse que, depois de tudo isso que aconteceu, numa reflexão profunda sobre o meu desempenho pessoal, político, na vida pública, verifiquei que não apenas essa, mas uma série de ações que podem ter sido açodadas, precipitadas, movidas pela vaidade exagerada. Até alguns Colegas disseram isso em público, e eu atendi com humildade por considerá-las verdadeiras. Hoje, eu não faria a mesma coisa, não apenas esse ato. Ou seja, Senadora Marina, não estou usando tudo isso que estou passando apenas para dizer: essa foi a minha única falha. Não! Eu, numa reflexão sincera, estou dizendo que o meu desempenho pessoal e político poderia estar sendo bem melhor; o meu desempenho como ser humano poderia estar sendo bem melhor se eu não estivesse me deixando levar por essas coisas. Não falava nesse período sobre o fato específico. Isso está muito claro no meu discurso.

A SRª MARINA SILVA – Quem lê todo o discurso de V. Exª sente que – claramente pelo texto, não pela interpretação – V. Exª faz a autocrítica referente ao ato que praticou.

O Senador Antonio Carlos Magalhães colocou, numa das várias afirmações que fez, que não tomou providências em função de razões de Estado. Disse que havia realmente uma preocupação com o painel, com a possibilidade de haver violação da qualidade do voto. V. Exª, estando com a lista na mão, tendo a comprovação - até porque falou com a Drª Regina e foi ela quem liderou a operação referente ao painel – não acha que seria normal que providências fossem tomadas, como, por exemplo, chamar a Unicamp, que foi chamada depois, para verificar se havia violação na qualidade do voto, ou seja, se pessoas teriam tido o seu voto modificado, seja favoravelmente ou contrariamente ao Senador Estevão? Por quê? Mesmo sendo desejo de boa parte da Casa que ele fosse cassado, nenhum de nós gostaria que S. Exª tivesse sido cassado sem que isso fosse a vontade dos Senadores, ou o contrário. Mas essas providências não foram tomadas. Somente o foram após as denúncias que apareceram nos meios de comunicação. Logo, todas essas razões e preocupações que motivaram a violação do painel ficam sem nenhuma justificativa prática, porque por parte de V. Exª não houve nenhum encaminhamento - mesmo que apenas por parte de V. Exª, uma forma sigilosa como era o seu objetivo.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 74
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já respondi essa pergunta dez vezes e vou para a décima primeira: eu achei que preservar a Instituição era mais importante do que fazer um escândalo em relação a um erro cometido, se erro existiu em relação à verdade da lista. A lista inclusive poderia não ser verdadeira. De modo que as providências, depois que veio o laudo da Unicamp - o primeiro inclusive não apontava -, foram tomadas. A Mesa atual tomou as providências certas com a Unicamp. Mas eu não tinha naquela ocasião a segurança que V. Exª pensa que eu poderia ter. E eu fiz questão de preservar a Instituição de qualquer escândalo e quis sobretudo não deixar que ficasse sob suspeita uma votação correta da cassação do Senador Luiz Estevão.

A SRª MARINA SILVA – V. Exª no momento da conversa com os Procuradores revelou que existia uma lista. Os outros dois Procuradores - não apenas o que está na Revista, não apenas o que disse o Sr. Procurador Luiz Francisco – disseram na reunião secreta do Conselho de Ética que V. Exª fez referência a uma lista. Isso é contraditório com essa preocupação de V. Exª em manter em sigilo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não falei em lista. Até mesmo com todo o esforço que fizeram com um técnico de reputação não digo duvidosa, mas que tinha sofrido uma penalidade da Unicamp, não ficou comprovado. Por mais que ele tenha forçado – porque ali não caberiam, se V. Exª for ver, não caberiam as duas palavras "lemos a lista". Foi a isto que ele chegou, no máximo, a essa conclusão. Conseqüentemente não houve aquela conversa. E se V. Exª estudar a degravação, que tem 64 páginas, V. Exª vai chegar à conclusão de que nada é correto daquela degravação. E o Senador Tuma está também a dever a esta Comissão a degravação feita pela Polícia Federal, que ainda não foi entregue.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Quem deve é a Polícia Federal. Eu requisitei, e ela está providenciando.

A SRª MARINA SILVA – Senador Antonio Carlos, neste caso, V. Exª há de convir... Senador Antonio Carlos... V. Exª há de convir que, neste caso, é a palavra de V. Exª contra a palavra de três Procuradores da República que afirmam que V. Exª fez referência à tal lista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ainda há pouco o próprio Relator disse duas palavras: uma era indução; a outra, não sei qual, do Procurador, de que eu teria essa intenção, mas não de lista oficial ou coisa alguma. E esse assunto já foi bastante explicado. V. Exª, se quiser mais explicações, eu darei, mas acho que já está altamente explicado.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 75
03.05.2001

FLS Nº 2246 SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª MARINA SILVA – O problema é que não está devidamente esclarecido nem explicado, do meu ponto de vista.

Agora pergunto à Drª Regina: a senhora se considera uma pessoa inconseqüente, a ponto de lhe fazerem uma consulta e a senhora partir para uma operação dessa natureza, como a que fez, trazendo prejuízos tão grandes para a instituição à qual a senhora presta serviço e para duas figuras públicas com responsabilidade, como é o ex-Presidente do Congresso, na época Presidente, e o Líder do Governo?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Tem uma afirmação, se não me engano, de Confúcio, que diz *"Se você quiser prever o futuro, olhe o passado."* Então, fazendo uma analogia, se você quiser analisar uma atitude presente, olhe o passado. Eu tenho 25 anos de Casa. Nunca tive uma atitude inconseqüente nesta Casa, e penso que me tornei Diretora e fui "n" vezes reeleita pelos meus colegas para ser indicada ao Presidente, e várias vezes para esse cargo, acredito que não seja por ser uma pessoa inconseqüente. Acho que a resposta que lhe dou, então, é: não, não me considero inconseqüente; não recebi uma consulta absolutamente para checar segurança. Fiz exatamente o que me foi pedido.

E gostaria de completar com uma questão do fato de eu não ter tomado conhecimento dessa lista. Noto, às vezes, as brincadeiras e tal, é difícil isso acontecer. Gostaria de fazer uma colocação, para vocês contextualizarem a minha posição em relação a isso. Trabalhamos numa Casa onde lidamos diuturnamente com dados sigilosos de toda natureza. Nós trabalhamos em todas as principais CPIs em que tivemos em nossas mãos o sigilo bancário de figuras as mais ilustres deste País, o sigilo telefônico, o sigilo fiscal. Fazemos a folha de pagamento. Conhecemos lá quanto ganha, quanto paga de pensão, todos os servidores desta Casa. Conhecemos o orçamento. Todas as coisas sigilosas. Então, não é, absolutamente, uma prática, ninguém ficar lá olhando: *"Ah, ganha tanto! Oh, espalhou, saiu."* Nunca saiu do Prodasen uma informação a respeito de qualquer coisa dessa natureza. Então, todos que trabalharam conosco em todas essas CPIs, em Constituinte, em tanta coisa, conhecem a nossa maneira de agir. Não temos essa maneira, quando a gente está fazendo um trabalho, de ficar bisbilhotando ali. É fazer e passar para frente. Especialmente um trabalho feito no afogadilho, naquela angústia, dentro da natureza do trabalho, tendo que entregar...Jamais seria a última motivação, naquele momento, que eu teria, e principalmente de uma votação que a gente já sabia, não houve surpresa no resultado, então, de fato, não tive a menor

FLS 2247

disposição. **(sic)** Talvez nem se alguém me falasse: *"Mas tem cinco minutinhos"*, se estivesse junto, *"vamos dar uma olhadinha"*. Não teria disposição física, psicológica para olhar a lista naquela hora. Realmente, tudo que procurei fazer foi botá-la no envelope e levá-la para o destino e pedir que o Ivar a eliminasse do disquete. Então, realmente, eu não soube do resultado. Eu sei, porque às vezes eu vejo brincadeiras. Eu não soube daquele resultado.

A SRª MARINA SILVA – A última pergunta. Qual era o destino que V. Exª imaginava chegar esta lista?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Ao Senador Antonio Carlos Magalhães. Quando eu consultei ao Senador Arruda, que até então era o interlocutor de toda a operação, ele me disse que eu entregaria ao assessor dele, que ele faria chegar ao Senador e eu então teria um retorno de que o Senador receberia.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, acredito que a Drª Regina respondeu à pergunta de muitos sobre por que não teve a curiosidade de ver a lista. Isso, na versão dela.

Pela ordem de inscrição, com a palavra o Senador Antero Paes de Barros, por gentileza.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de perguntar inicialmente ao Senador Antonio Carlos Magalhães:

V. Exª, quando recebeu a lista, em algum momento, V. Exª teve dúvidas se aquela lista era verdadeira ou se era falsa?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Tive certa dúvida, não só pela descaracterização oficial da lista, mas, sobretudo, porque alguns nomes que ali constavam não me pareciam que tivessem votado naquela direção.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Senador Arruda, V. Exª, ao ler a lista, juntamente com o Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª em algum momento teve dúvida se a lista era verdadeira ou falsa?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Antero, eu, para lhe ser bem sincero, não sei o que me passou na cabeça na hora. Tiveram os comentários...e eu não pensei mais naquilo. Eu respondi essa pergunta no meu depoimento. Alguém me perguntou, não sei se foi V. Exª mesmo que me perguntou agora se tinha cabeçalho, se tinha data, se eu podia afirmar que era verdadeira. Não posso! Agora, o que passou na minha cabeça na época, não me lembro.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Drª Regina, a lista era a verdadeira, porque a senhora apenas extraiu a lista do painel. Não, os técnicos do Prodasen.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 77
03.05.2001

SEA FLS N. 2248 SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – A que foi entregue foi a que estava no computador que passou para o disquete e foi impressa. Foi aquela.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Depois do conhecimento da lista, existe a versão dos Procuradores aqui no Senado. Não vou mais fazer essa pergunta, porque ela já foi exaustivamente feita. Mas existe o depoimento dos três Procuradores dizendo que o Senador Antonio Carlos esteve lá e falou: *"Eu tenho todos que votaram nele"*. E há também o diálogo aqui narrado pelo Senador José Eduardo Dutra: *"Olha, a sua Líder não votou conosco"*. Esse diálogo foi aqui narrado pelo Senador José Eduardo Dutra. O que elimina, pelo menos parcialmente, a tese de desconfiança se a lista era verdadeira ou falsa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Permite-me uma intervenção?

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não fiz a afirmativa direta. Eu disse: *"Estão dizendo que a sua Líder não votou com a gente"*.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Drª Regina, o Senador Antonio Carlos, naquele primeiro depoimento, havia afirmado aqui, respondendo ao Senador Jefferson Péres, o que já foi objeto até de uma intervenção do Senador Jefferson Péres: "*Ora, evidentemente que conversamos sobre esse assunto. Eu pude fazer alguma admoestação, mas não quis demiti-la.*" No primeiro depoimento do Senador Antonio Carlos aqui no Conselho de Ética S. Exª disse isso.

Hoje essa versão já foi um pouco modificada: a admoestação foi sobre um outro assunto.

Quero indagar da Drª Regina: a senhora recebeu cumprimentos, parabéns? Ou sobre esse assunto, nessa oportunidade, ou em alguma outra oportunidade, a senhora recebeu admoestação?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Nesse dia, como foi relatado aqui, foi feito algum elogio a minha carreira, e que eu pudesse estar tranqüila. Não houve nenhum outro tipo de colocação. E noutra oportunidade, em relação a isso, não – em relação ao painel.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – A senhora recebeu o telefonema, como já foi narrado aqui, por volta de 19 horas e 40 minutos. Depois de receber o telefonema, a senhora, que estava aflita, tranqüilizou-se por perceber que o Senador Antonio Carlos havia recebido a lista e a conhecia. E depois V. Sª ligou para o seu esposo e para os funcionários do Prodasen que a ajudaram nessa operação.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Isso. Foi.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 78
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. Sª ligou para quê? Para tranqüilizá-los? Está tudo bem, recebi o telefonema do Senador...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Liguei porque quando eu relatei... Sempre tive um jeito de lidar com os servidores sempre conversando tudo o que acontece. Se era uma coisa que dizia respeito a todo mundo, ia todo mundo para uma sala, e a gente conversava; e se era a respeito de um grupo pequeno, especificamente uma coisa tão crítica, também procurei mantê-los informados a cada passo. E como o ato da entrega foi uma coisa que causou uma apreensão geral, e talvez até não tenham me falado, mas talvez até uma velada crítica ao fato – não é crítica a palavra que quero colocar, mas eles podem ter reprovado o fato de eu não ter tido a certeza naquela hora, o que deixava todos sem a certeza de que tinha vindo de cima –, então eu tive o cuidado de assim que eu... Porque eu falei: *"Mas eu vou receber um contato, hoje mesmo nós vamos saber."* Assim que eu soube, eu liguei, para tranqüilizar que tinha sido confirmada a coisa conforme tinha sido programada, combinada.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Certo. A senhora disse, Drª Regina, em todos os depoimentos a este Conselho que, a sua avaliação, quando o Senador Arruda falou com a senhora, era de que a ordem existira. Que era uma consulta, um pedido, uma recomendação que V. Sª tomou como ordem para ir lá, porque eles queriam a lista. E depois V. Sª recebe um telefonema de agradecimento. E depois de receber o telefonema de conforto, de agradecimento, de tranqüilização, V. Sª convive, por um longo período, como Diretora do Prodasen, com o Senador Antonio Carlos como Presidente do Congresso Nacional e do Senado e com o Senador Arruda como Líder do Governo. Durante essa longa convivência, a senhora chegou, em algum instante, a ficar imaginando que não havia essa tranqüilidade, ou essa tranqüilidade se manteve após o telefonema?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não, na minha...

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quer dizer, essa convivência reforçava a avaliação de que estava tudo bem? Tudo bem, veja bem, em relação ao episódio.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Veja bem, primeiro, a convivência é muito eventual, porque é como tenho com todos os Srs. Senadores. Com o Senador Antonio Carlos mais vezes, assim mesmo relativamente, porque o contato maior é com o Conselho. Então, para mim, ficou ali. O Senador deu o retorno, recebeu, fiquei achando que estava tudo certo. Ele pediu em nome do Senador. O Senador telefonou.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Antero Paes de Barros, permita-me, não se trata de nenhuma observação mais séria, é porque já perdeu praticamente o caráter de uma acareação verdadeiramente.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – É um novo interrogatório.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Praticamente isso, tocado pelos fatos. Mas, graças a Deus, está indo tudo bem.

Só gostaria de pedir a compreensão dos Srs. Senadores, porque as perguntas estão sendo repetitivas, convenhamos. Por exemplo, acredito que no caso da Drª Regina, ela voltou a se preocupar depois da reportagem da revista **IstoÉ**, porque é isso que está no depoimento dela. Ela se tranqüilizou com o telefonema, mas depois houve a reportagem da revista **IstoÉ**. Não é isso, Drª Regina?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – E aquelas vezes em que saíram as "notinhas".

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – As notas e tal...

Mas veja bem, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, pergunte. Estou falando para todo mundo, não é só para V. Exª.

O SR. ANTERO PAES BARROS - Estou perguntando para formar a minha convicção pessoal sobre as divergências dos depoimentos.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senador, talvez, eu dizendo para V. Ex.ª esclareça mais. Muita coisa da conversa entre o Senador Antonio Carlos e o Senador Arruda estou sabendo junto, aqui com V. Exªs. É uma parte de que não participei, e não tenho essa liberdade para chegar para um Senador e perguntar: Por que fez? O que V. Exªs conversaram?

Cumpri a minha parte e, a partir daí, realmente, não tenho como responder à questão de eventuais diálogos, a relação entre os dois. Com muita sinceridade, para mim, isso aqui é tão novo quanto para V. Exªs, quando eles conversam a esse respeito.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Quero indagar do Senador José Roberto Arruda... Trata-se, aliás, de uma indagação que já fiz na reunião passada, um pouquinho modificada.

V. Exª afirma que foi motivado por uma causa nobre; era uma preocupação com relação à possibilidade de fraude. Quero indagar de V. Exª o seguinte: se V. Exª não tivesse recebido a incumbência, a missão, V. Exª de **per si**, isoladamente, teria tomado a iniciativa de procurar conhecer a lista?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não.

FLS Nº 2251
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 80
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Se era uma questão de segurança, e a preocupação da segurança era uma causa nobre, por que V. Exª não dividiu essa questão da segurança com toda a Casa, fazendo uma indagação da tribuna do Senado: Sr. Presidente, 25 Srs. Senadores se reuniram no gabinete e têm preocupações quanto a isso. Vamos fazer uma consulta pública aqui; todas as Lideranças acompanham; uma vistoria. Por que V. Exª não tomou essa decisão?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Antero, realmente não me ocorreu. Diria que, depois de tudo, se fosse hoje, provavelmente é o que qualquer um faria. Agora, posso reafirmar a V. Ex.ª o que disse no depoimento, que essa conversa existiu entre vários Senadores. E nenhum o fez.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Ex.ª disse, em resposta à Senadora Heloísa Helena, conforme consta aqui do depoimento de V. Exª, que, como Presidente da Instituição, é o responsável pelo sigilo do painel e das votações secretas. V. Ex.ª ainda se julga responsável por essa questão do sigilo? Ou, agora, diante do desenrolar desses fatos, V. Exª acha que essa responsabilidade se divide entre o Senador José Roberto Arruda, que pediu sem ter a autorização de V. Exª, e a Drª Regina, que atendeu sem consultá-lo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não fiz essa afirmativa. Veja V. Exª no depoimento.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Vou ler o depoimento de V. Ex.ª:

"*É também minha obrigação, como Presidente da Casa [isso aqui são as notas taquigráficas publicadas no* ***Diário do Senado****], dizer como se processa a votação e que é impossível saber se este ou aquele Senador votou dessa ou daquela maneira. Desse modo, quando o Secretário-Geral da Mesa me levou hoje, pela manhã, o ofício de V. Exª [que era o ofício da Senadora Heloisa Helena], pedi-lhe que inclusive citasse o meu nome [é o nome de V. Exª] no ofício em resposta. E aqui uma parte que considero relevante que mostra a consciência do fato por parte de V. Exª*" [é V. Exª quem está dizendo] "*como responsável também pelo processo secreto de votação, pelo qual, repito, seria impossível identificar o voto de qualquer Senador.*"

Portanto, V. Exª disse sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Claro, evidente, todo Presidente da Casa é o responsável pelas votações. Isso aí é o óbvio, é o óbvio mais do que ululante, e não sei como V. Exª está perguntando depois de tantas explicações.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 81
03.05.2001

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Mas V. Exª acabou de dizer que não disse. Agora, eu relendo aqui, V. Exª lembrou que disse.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - V. Exª está agora fazendo a pergunta certa. Como V. Exª fez anteriormente, procure as notas taquigráficas, não foi desta maneira. De maneira que a minha resposta já foi dada e é esta que está aí.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - É que agora esta é a nova verdade de plantão, porque V. Exª havia dito como eu perguntei inicialmente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A verdade está aí, conforme eu disse à Senadora Heloísa Helena na ocasião. A minha verdade é uma só, Excelência. Não é de acordo com a conveniência, não.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Não é isso que os fatos têm demonstrado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Têm demonstrado é a sua parcialidade.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – A discussão, **data venia,** não é permitida.

Peço ao Senador Antero Paes de Barros que formule a pergunta, que o Senador Antonio Carlos Magalhães vai responder.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – V. Exª deveria fazer essa advertência ao Senador Antonio Carlos Magalhães e não a mim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estou fazendo aos dois, porque o diálogo é entre os dois.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Senador Arruda, V. Exª afirmou em seu depoimento e reafirmou agora que não tinha conhecimento do teor do documento - a menos que eu tenha entendido errado, V. Exª explique - que a Drª Regina mandou lhe entregar. Se não tinha conhecimento do teor do documento, na hora em que entregou ao Senador Antonio Carlos Magalhães, por que pediu para o Senador telefonar e agradecer? Para ter a certeza de que havia recebido a lista?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não sei se entendi bem a questão. O que eu disse é que não tinha conhecimento até que recebesse; na hora que recebi, eu vi. Eu já disse inclusive que, quando recebi, no meu gabinete, olhei rapidamente, botei no envelope e fui correndo para lá.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS - Senador Antonio Carlos, se V. Exª declara que não sabia se a lista era verdadeira ou falsa, por ser apócrifa, não ter nada do Prodasen, por que então alegar razão de

FLS Nº 2253

Estado para não revelar ou repreender a Drª Regina ou até mesmo abrir inquérito?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Exatamente por isso. V. Exª está dando a razão de que eu não poderia fazer um escândalo em uma hora de dúvidas, cujo escândalo ia resultar mal para a instituição e pior ainda para a votação que houve.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Quer dizer que V. Exª tranqüilizou a Drª Regina em cima de uma lista que V. Exª não sabia sequer se era verdadeira ou falsa?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sabendo que a Drª Regina estava inquieta, conforme disse o Senador Arruda, que me pediu insistentemente para telefonar, eu telefonei nos termos que já disse e que não preciso repetir, porque V. Exª é um homem inteligente e já guardou.

O SR. ANTERO PAES DE BARROS – Sr. Presidente, eram essas as indagações que eu gostaria de fazer. Uma outra indagação que eu faria, a Senadora Marina Silva já fez, vou poupar, porque não é possível que aqui existam múltiplas verdades ou verdades de plantão, mas já formei inteiramente a minha convicção de que é exatamente a tranqüilidade de que sobre este processo não existem muitas dúvidas ou nenhuma dúvida sobre a participação daqueles que estão envolvidos no processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Eu evitei interromper as perguntas que estavam sendo feitas pelo Senador Antero Paes de Barros, mas queria pedir a V. Exª que seguisse exatamente a rotina e o critério que V. Exª estabeleceu no início. Estamos fazendo uma acareação e não tomando novos depoimentos. Então, qual é o objetivo? Esclarecer pontos de divergência. Na medida em que os pontos de divergência foram esclarecidos, com as primeiras perguntas, com os primeiros questionadores... Ocorre que estão sendo levantadas novas questões que não refletem, efetivamente, divergências. Desse modo, a repetitividade das perguntas deveria ser impedida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Vou tentar cumprir, rigorosamente, aquela que havia sido a minha sugestão ao Presidente da Casa, ao Presidente do Conselho e ao Senador Saturnino Braga: o Relator faria as perguntas, e nós faríamos perguntas relativas aos depoimentos anteriores sobre os quais continuassem existindo dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, é pena que V. Exª tenha feito essa sugestão no corredor, porque, se a tivesse feito aqui, eu a levaria à consideração do Plenário. Reconheço, todavia, que, como o Senador Waldeck Ornélas falou, estamos quase que ouvindo outra vez as pessoas. Mas também estou entendendo que, dada a boa vontade com que ambos os Senadores e a Drª Regina aqui se encontram, a reunião está sendo altamente esclarecedora. Apenas volto a formular um apelo, para que sejamos o mais objetivos possível.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Depois da resposta de V. Exª, eu já me arrependi de ter feito o comentário, porque o meu objetivo era...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas o que eu vou fazer? V. Exª falou que sugeriu; tenho que dizer. Não há nenhuma recriminação a V. Exª. Não submeti a sua sugestão à consideração do Plenário, porque ela não surgiu aqui.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não a fiz aqui, Sr. Presidente, porque consultei alguns Colegas e vi que ela não teria eco. Então, optei por não fazê-la.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Se V. Exª tivesse esclarecido isso, tudo bem, pois estaríamos economizando tempo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas vamos lá, ao depoimento da Drª Regina! Para mim, não está muito claro o momento em que se deu esse diálogo. Mas a Drª Regina diz, textualmente, o seguinte: *"Gostaria de voltar um pouco. Quando me reuni com o pessoal do Prodasen, para falar sobre a missão, à noite, debaixo da casa do Heitor, não omiti nada de como tinha sido o pedido. Quero até, para o bem da verdade total, dizer que, quando, depois, falei sobre isso com o Senador Arruda, para não lhe causar uma preocupação adicional no meio dessa confusão tão grande, ele me perguntou..."*. No depoimento da Drª Regina, há a descrição de um diálogo ocorrido entre ela e o Senador José Roberto Arruda. Ela continua, dizendo: *"...ele me perguntou: 'Mas só quem sabe que eu participei foi o seu marido?'. Eu falei: 'Só'. Porque eu tinha plena confiança nos rapazes e não ia botar mais coisa na cabeça. E falei: 'Só o meu marido'"*.

Eu queria saber se V. Sª reafirma esse diálogo que teve com o Senador José Roberto Arruda, quando S. Exª teria feito a seguinte pergunta: *"Mas só quem sabe que eu participei foi o seu marido?"*. V. Sª informou a S. Exª que só o seu marido tinha conhecimento daquilo, mas, logo depois, V. Sª desmente essa informação que deu, porque outras pessoas também teriam sabido. Quero saber, especificamente,

FLS Nº 2255
SECRETARIA-GERAL DA MESA

se o Senador Arruda lhe fez esta pergunta: *"Mas só quem sabe que eu participei foi o seu marido?"*.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – É verdade. Isso já foi agora, na fase, depois que houve a matéria da **IstoÉ**. Neste momento de grande apreensão, houve essa pergunta, e eu mantive que era só o meu marido para ele não ficar preocupado, porque ele não teria a confiança que eu tenho nas pessoas do Prodasen que estiveram envolvidas, nos que já aqui depuseram. Então, falei: "Não, só ele sabe da intermediação do senhor".

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador José Roberto Arruda, V. Exª confirma esse diálogo, essa pergunta que V. Exª teria feito à Drª Regina?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não me lembro se ela foi formulada dessa maneira, mas o conteúdo da pergunta é este: *"Quem sabe que eu que lhe fiz a consulta?"*. Em resumo, é isso. E ela diz: *"Só o meu marido"*.

Tudo o que foi feito durante a noite, que hoje se sabe, Senador Dutra, a modificação de **software**, participação de "n" pessoas, tudo isso, eu só fiquei sabendo agora, recentemente. A minha visão, durante todos esses meses, continuava aquela oriunda do diálogo inicial: *"Como, no Prodasen, todos sabem mesmo, aparece lá na telinha, o que deve ser feito para preservar a segurança?"* Se alguém me dissesse: *"Olha, vai pegar a caneta e vai anotar no papelzinho aqui, para depois conferir"*, eu acreditava. Eu não sabia o que era. Todos esses níveis de detalhes, fiquei sabendo quando todos ficamos.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Exª reafirma o diálogo, mas dentro da ótica que V. Exª tem.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Quem sabe que eu perguntei? Quem sabe que eu participei da consulta?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – V. Sª reafirma o diálogo dentro da linha que tem adotado desde o início? Como um pedido...

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Indiscutivelmente. Eu recebi um pedido, uma determinação, para tirar uma lista no dia seguinte. Saí dizendo que cumpriria uma ordem, e assim foi feito.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Segundo o depoimento da Drª Regina, numa conversa com o Senador Antonio Carlos Magalhães, após a matéria da **IstoÉ**, S. Sª disse: *"No dia que saiu, fui procurar os dois Senadores. Quando procurei o Senador Antonio Carlos Magalhães, perguntei: 'Senador, o que houve? O que é isso?' Ele disse: 'Ah, isso aí foi coisa do Arruda!'"*

V. Sª confirma esse diálogo que teria tido com o Senador Antonio Carlos Magalhães?

A SRA. REGINA CÉLIA PERES BORGES – A impressão que tive naquele momento era que se relacionava ao vazamento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sim, exatamente, em relação à matéria. Mas V. Sª confirma que o Senador Antonio Carlos Magalhães, ao ser abordado por V. Sª, perguntando: "*O que houve? O que é isso?*", respondeu: "*Isso aí foi coisa do Arruda*"?

A SRA. REGINA CÉLIA PERES BORGES – Confirmo. Se os dois sabiam, entendi que S. Exª estava dizendo que não foi S. Exª, que foi coisa do Arruda.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª confirma?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Há um equívoco apenas em relação à **IstoÉ**. Tenho a impressão de que isso foi em relação à nota do Boechat.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Mas V. Exª confirma que teria dito à Drª Regina: "*Isso foi coisa do Arruda*"?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Confirmo.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Agora, no depoimento do Senador Antonio Carlos Magalhães. Quando perguntei a V. Exª, tentando esclarecer melhor aquela questão do telefonema para a Drª Regina, eu disse o seguinte: "O *Senador José Roberto Arruda disse que aquela lista era resultado da violação do painel da qual teria sido operadora técnica a Drª Regina e pediu para que V. Exª ligasse para a Drª Regina. Segundo a interpretação de V. Exª, ele lhe pediu isso para tranqüilizá-la?*" Aí eu disse: "*Parece que foi esse o termo que V. Exª usou*". Aí V. Exª disse o seguinte: "*Ou então podia ser também um álibi para mostrar que eu estava no assunto*". Eu falei: "*Sim. Mas quando V. Exª ligou, V. Exª fez apenas esse comentário que V. Exª propôs nos relatar, que é: 'Fique tranqüila, a senhora é uma boa funcionária...'*" Aí V. Exª: "*Uma boa funcionária, uma falha não vai prejudicar o seu trabalho*". E perguntei: "*V. Exª não perguntou antes: 'Drª Regina, a senhora violou o painel a pedido do Senador José Roberto Arruda?' V. Exª fez essa pergunta a ela antes de fazer esse comentário?*" V. Exª respondeu: "*Não, não fiz. Tinha uma dedução de que, se o Senador José Roberto Arruda levara, fora com o consentimento dela. Como foi ela que entregou para ele, logo, ambos é que deviam saber como aquilo foi feito*".

Quero saber se V. Exª confirma esse trecho.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 86
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Confirmo integralmente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Inclusive a parte em que V. Exª diz: "*Ou, então, podia ser também um álibi para mostrar que eu estava no assunto*"?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Confirmo. Está no depoimento a resposta a V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Senador José Roberto Arruda, V. Exª tem alguma coisa a dizer a respeito dessa afirmação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Dutra, desculpe-me. Eu me distraí alguns segundos. Acho que é o cansaço.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, não. Tudo bem!

Gostaria de repetir porque, na verdade, faz parte do processo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pois não. É um direito de V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Estou tentando rigorosamente estabelecer uma acareação.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro. Perfeitamente.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Desculpe-me. Eu me distraí.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Perguntei ao Senador Antonio Carlos Magalhães, naquele momento da dúvida a respeito do telefonema para a Drª Regina, eu perguntei: *"O Senador José Roberto Arruda disse que aquela lista era resultado da violação do painel, da qual teria sido operadora técnica a Drª Regina e pediu para que V. Exª ligasse para a Drª Regina. Segundo a interpretação de V. Exª"* - perguntei para o Senador Antonio Carlos Magalhães. *"Ele pediu isso para tranqüilizá-la?"* O Senador Antonio Carlos Magalhães respondeu o seguinte: *"Ou então podia ser também um álibi para mostrar que eu estava no assunto"*. Então, eu perguntei: *"Sim, mas quando V. Exª ligou, V. Exª fez apenas esse comentário de que ela poderia ficar tranqüila etc.? V. Exª não perguntou antes: Drª Regina, a senhora violou o painel a pedido do Senador José Roberto Arruda? V. Exª fez essa pergunta a ela antes de fazer esse comentário?"* O Senador Antonio Carlos Magalhães respondeu: *"Não, não fiz. Tinha uma dedução de que, se o Senador José Roberto Arruda levara, fora com o consentimento dela, como foi que ela entregou para ele. Logo, ambos é que deviam saber como aquilo foi feito"*. Acabei de perguntar ao Senador Antonio Carlos Magalhães se S. Exª mantém a íntegra dessas respostas. Gostaria de ouvir o comentário de V. Exª a respeito da declaração do Senador Antonio Carlos Magalhães feita no seu depoimento e mantida agora.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não tenho que considerar nada. Na verdade, é um telefonema entre o Senador Antonio Carlos Magalhães e a Drª Regina. Apenas pude dizer, como ouvinte de uma das partes, que considero que o conteúdo é mais ou menos aquele. Aí é um detalhe. A Drª Regina se lembra muito exatamente dos telefonemas que deu a mim, não o que recebeu do Senador Antonio Carlos Magalhães. É uma questão de memorização. Sinceramente, não tenho nada a acrescentar. Comentar o quê? Foi isso aí.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Uma pergunta para a Drª Regina. Há uma dúvida que tenho a respeito dessa conversa no telefone que teria havido entre V. Sª e o Senador José Roberto Arruda no dia seguinte de manhã. O Senador José Roberto Arruda diz que não conversou com a senhora. Chega a dizer que a senhora, no seu depoimento, teria colocado em dúvida se conversou ou não. V. Sª leu o trecho do depoimento onde a senhora realmente afirma que conversou com o Senador José Roberto Arruda no dia seguinte de manhã, antes da votação, quer dizer, depois que foi feita a operação para conseguir a lista. V. Sª teria condição de nos dar algum detalhe dessa conversa?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Tenho. Expliquei que tinha sido feita a preparação do sistema, dos programas para que se pudesse emitir a lista na votação. Ele me fez alguma pergunta sobre segurança, mas segurança no sentido de confiança de quem participou, alguma coisa assim. Foi esse o nosso diálogo.

Gostaria de fazer uma colocação sobre o que foi dito pelo Senador José Roberto Arruda. Em todo esse processo, o meu contato foi muito maior com ele. Não sei o que se deu fora do alcance da minha participação. Agora, foi muito maior com ele. Desde quando ele veio me fazer o pedido, depois que a coisa foi a público na **IstoÉ**, havia a preocupação óbvia - que era de todos nós - de que isso seria um problema grave. Havia uma preocupação com isso. Então, tive muito mais contato com ele. Por isso, tenho mais detalhes. Os meus contatos com o Senador foram os mínimos. E quero aqui até deixar bem claro uma coisa: naquele dia que vim fazer aqui o meu depoimento, na hora em que me perguntaram sobre um dos encontros que tive com o Senador Antonio Carlos, tive uma enorme resistência em dizer na casa de quem eu o encontrei. Sabe só por que falei? Porque sabia que o Senador José Roberto Arruda sabia disso e poderia achar que eu estava poupando o Senador Antonio Carlos Magalhães. Então falei exatamente...Por que o constrangimento? Porque era uma pessoa que efetivamente não sabia qual era o assunto, não tinha nada a ver com isso. Fiquei muito constrangida de fazer, mas superei, passei por cima

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 88
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

desse constrangimento só para não dar idéia para o Senador de que eu pouparia um e falaria exatamente a verdade sobre o outro. Se eu tenho fornecido mais dados, é porque, uma, nós tivemos mais contatos; outra, é porque as nossas versões têm tido tantas divergências que, se eu não der detalhes, eu não tenho como provar a minha verdade...a verdade. A minha verdade é a verdade.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – O Senador Arruda tem algum comentário sobre a resposta?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, eu acho que a Drª Regina está colocando o peso que ela julga próprio. Eu acho que os fatos são os fatos. No que concerne a Drª Regina, depois do episódio público, todas as vezes que a senhora me procurou, eu a recebi. Parece-me que dois ou três encontros pessoais. Sei que a senhora falou com o Dr. Domingos muitas outras vezes. Parece-me que com o Senador Antonio Carlos teve dois ou três encontros. Não me parece tão diferentes assim. Falando francamente, dos meus telefonemas a senhora se lembra dos detalhes, da vírgula; dos dele, não.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Uma pergunta objetiva a respeito do telefonema: V. Exª mantém a versão de que não conversou com a Drª Regina nesse momento?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senador Dutra, vamos deixar claro isso. A Drª Regina veio depor. Ela disse, na primeira parte do seu depoimento – e eu estou partindo da verdade que a Drª Regina se dispôs a falar e isso comprovava a minha tese de que tinha sido feita uma consulta -: "Olha, eu fiquei de dar o retorno. Mas não sei se dei, talvez tenha dado, talvez tenha sido de manhã. Ao final...

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Permita-me, a Drª Regina leu esse trecho a que V. Exª se refere e não é ...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Senador Dutra, nós todos já estamos um pouco cansados e eu estou tendo o cuidado e até o respeito de ouvir as colocações para poder fazer as minhas também por inteiro, porque senão fica muito difícil para todos nós...me perdi. Ela ficou, então, de fazer o retorno. Ela diz isso. Ao final do depoimento, em outro trecho, ela reproduz esse trecho que ela colocou. Eu não estou duvidando disso. Apenas que, naquele momento, Senador Dutra, do depoimento primeiro, ela lembrava de todos os telefonemas nos mínimos detalhes, quando a esse ela tinha dúvidas: primeiro se tinha havido e, quando tinha havido, o que havia sido falado. Quando veio o extrato da Telebrasília, de uma hora para outra, ela lembra de tudo! Quer dizer, uma coisa é a verdade; outra coisa é lapidar a verdade para colocar pesos diferentes. Aí sinto muito, eu tenho que fazer as

FLS nº 2260

declarações que estou fazendo, subjetivas, talvez, e impróprias até para uma acareação.

O que quero deixar claro é que, naquele dia, não recebi nenhuma ligação de ninguém. Só fiz os retornos a partir de 4 horas da tarde. Estranha-me também o fato de, quando a Drª Regina, incontinenti - coisa que não fez no depoimento do Senador Antonio Carlos; no meu eu falava uma coisa e tocava o telefone do Senador Suplicy...Aí ela diz: - *"Olha, espera aí, o Senador Arruda está falando que não recebeu a ligação, mas está aqui: 10 horas"*. Ela não se conteve para esperar este momento, por exemplo. Aí ela diz das 10, mas não diz das duas ligações anteriores, o que leva à idéia de que três ligações haviam sido feitas e eventualmente nenhuma delas completadas.

Eu, sinceramente, vou ser muito franco, não me lembro dessa ligação. Não é possível que ela tivesse sido feita e que eu não tivesse alguma lembrança. Agora, ela muda alguma coisa em essência, se tudo que tinha sido feito foi feito durante a madrugada? Quer dizer, a questão era a seguinte: imprime ou não? Quer uma cópia ou não, mas o disquete vai ter. Parece-me que, a cada momento, a Drª Regina sente a necessidade de enriquecer os detalhes, de lapidar a verdade que ela mesma construiu, com algum objetivo que aí, eu sinto muito, eu já não sei mais o que dizer.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu poderia...?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Aí é o Presidente que conduz...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Eu vou pedir ao Senador José Eduardo Dutra... O meu bom senso está indicando que V. Exª é o perguntador, que o Senador José Roberto Arruda respondeu a uma indagação de V. Exª. Como o ato tenha sido descaracterizado um pouco, o de acareação, acho que vou dar a palavra, porque ela quer justamente esclarecer aqueles pontos e retorno a V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - É claro. Obrigado.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Bom, gostaria de falar a respeito de três pontos. Em primeiro lugar, em relação à questão da fala com o Senador Suplicy, que acho extremamente importante, porque até fiquei preocupada em relação à última reunião, como a coisa se deu. No primeiro dia, quando o Senador Arruda falava em plenário, logo que a coisa surgiu, recebi um telefonema do Senador Suplicy, que me perguntou assim: *"Você se lembra de algum detalhe daquele dia, do que aconteceu naquele encontro?"* Parei, pensei, e o que lembrei passei para o Senador Suplicy. Não tomei iniciativa. Foi uma iniciativa do Senador Suplicy, mas coloquei justamente para citar um dado, porque

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 90
03.05.2001

naquele momento realmente imaginei: onde vou parar com isso? Porque eu estava sendo absolutamente desmentida. E como é que nós íamos ficar, eu e os servidores do Prodasen, com a nossa verdade? Então, realmente, quando o Senador ligou, fiz, procurei ver qual o primeiro detalhe que eu poderia dar. Então, foi nesse sentido.

Em relação ao segundo, o que aconteceu foi o seguinte: no dia do depoimento do Senador José Roberto Arruda, liguei de manhã para o Presidente da Comissão e falei para ele: Senador Ramez Tebet, acho que o que eu tinha que dizer eu já disse. Não vou mudar, porque aquilo é verdade, tantas vezes eu for lá, vou falar a mesma coisa. O senhor poderia tentar me poupar dessa acareação, porque acho que vai ser extremamente constrangedor para mim estar numa mesa com os dois Senadores para fazer uma acareação. Por favor, na medida do possível, tente me poupar. Ele ainda me falou: *"Olha, Regina, isso é uma coisa que não depende só de mim; é um Colegiado e tudo o mais. Mas está registrada a sua solicitação."* E, nesse dia, o Senador Suplicy já tinha ligado - era a segunda vez que ele ligava. Nesse dia, ele ligou de manhã para saber: *"Está tudo bem, Drª Regina?" Tudo bem, Senador!* Falei com ele, repeti a mesma coisa: *Senador, preferiria não fazer a acareação.* Quando o Senador José Roberto Arruda começou a colocar em cheque tão claramente toda a essência, a estrutura, que é o que foi pedido, e me deixava numa situação, que falei: *gente, realmente, se me furtar a essa acareação, estarei fazendo uma confissão de culpa que não tenho*; como se, realmente, eu tivesse saído enlouquecidamente para provar que o computador era seguro, violando-o. Então, eu não podia deixar. Ainda por mais duro que fosse estar aqui, hoje, retornei primeiro ao Senador Ramez Tebet. Mas ele estava aqui na Presidência. A Drª Cleide me atendeu gentilmente e disse que, assim que fosse possível, passaria o recado para ele. Mas como eu tinha feito o mesmo pedido para me poupar para o Senador Suplicy, falei: *Senador Suplicy, o senhor, por favor, não considere aquele pedido porque, se for necessária a acareação, concordo em ir.* E falei para ele: *Porque os dados, as coisas que estão sendo faladas realmente não correspondem.* Eu não tinha aquela lista ainda, porque ainda estava sendo chancelada pela Telebrasília, embora já soubesse quais eram os registros. Então, falei: *estou terminando de fazer a parte burocrática, e essa lista chegará aí.* A ligação, por exemplo, já tenho a informação de que foi dada, e o Senador Arruda acaba de dizer que não foi dada. Então, gostaria - quer dizer, eu gostaria não -, se for do entendimento dos Senadores, não me vou furtar a participar. Foi isso o que aconteceu. Não foi uma coisa de ficar telefonando e fazendo. Não falo

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 91
03.05.2001

SECRETARIA-GERAL FLS. Nº 2262

com a imprensa. Todo mundo, as pessoas brincam comigo: *"Parece que você tem uma roupa só, porque em todo canto que você aparece, você está com a mesma roupa."* Porque é só o que foi registrado aqui no dia do depoimento. Não apareço, não fico conversando para criar mais confusão em cima disso. Não é essa a minha intenção. Mas, realmente, foi por isso.

Quanto à questão de que o Senador falou, das três ligações, que eu só constatei, que se foi criando a verdade pela quebra, eu sabia e li aqui - não vou ler de novo, senão vamos ficar repetindo isso toda vez. Li aqui que realmente afirmei que fiz a ligação. Agora, realmente, não lembrava se eu tinha tentado uma, duas, três, cinco vezes, até conseguir. Lembrava que tinha falado e dado o retorno de que tinha conseguido. Na quebra, verifiquei como foi a seqüência, até eu conseguir.

E o Senador falou: *"Mas na hora em que ligou, já tinha feito; aí não tinha mais jeito!"* Tinha perfeitamente jeito. Estava preparado para emitir a lista, mas bastava voltar à rotina original, rodaria dentro do sigilo normal e não seria extraída a lista. Naquele momento, se eu tivesse entendido mal - porque essa hipótese nem avento, porque não tem chance de eu ter entendido mal, porque a minha reação não seria aquela - mas digamos que eu tivesse entendido mal, naquele momento poderia perfeitamente ter sido abortado, porque a votação não tinha acontecido ainda. Então usava-se o programa original e não teria a lista.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, V. Exª está com a palavra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, V. Exª é testemunha de que eu até agora peguei só os pontos do depoimento. Então vou-me dar o direito de fazer uma pergunta, que é nova, mas que é decorrência daquilo que detecto como contradição entre os depoimentos dos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

Ambos os Senadores disseram que, ao receberem a lista, conversaram, fizeram comentários. Do depoimento do Senador José Roberto Arruda deduzimos que a lista para ele tinha um significado - ele reiterou isso por diversas vezes -, um significado de que a lista, naquela ocasião, significava a comprovação de que a votação tinha se realizado de forma segura. O Senador Antonio Carlos Magalhães, ao se referir à lista, diz que não tinha certeza se ela era verdadeira ou não, porque não tinha timbre, porque não tinha procedência, etc. Os dois depoimentos são bastante diferentes em relação ao significado que a lista teve para cada um deles. E a pergunta vai para os dois: nessa conversa, nesses

FLS N.º 2263
SECRETARIA-GERAL DA MESA

comentários que eles tiveram com a lista na mão, esse significado diferente, profundamente diferente, que tinha a lista para ambos foi objeto de comentário?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Eu já revelei o diálogo e acho que ele mostra o que aconteceu. Quando surpresos com aquilo que tinha sido o resultado da operação que a Drª Regina fez, obviamente, atacou a curiosidade e foram feitos comentários sobre o que estava ali. Quando o Senador Antonio Carlos liga para a Drª Regina, fica claro, no telefonema que ele dá, que era aquele o meu pensamento também, de que aquilo comprovava que o painel tinha funcionado direito no que respeita aos votos. Esse foi o teor. Como saio da sala do Senador Antonio Carlos? Tranqüilo de que a Drª Regina sabia que ele recebeu o documento e sabendo que ele tinha dito a ela que sabia que, com aquilo, o painel tinha funcionado bem. Essas duas coisas ficaram claras no telefonema, parece que para mim, para a Drª Regina e para ele próprio.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mantenho a minha posição. Assim como poderia ser exato, acho que não poderia, levando em conta sobretudo alguns nomes que eu julgava jamais poderiam ter votado daquela maneira. Não tinha timbre, não tinha nada que a assegurasse. Agora, não estou dizendo com isso de que não era verdadeira. Poderia ser verdadeira ou não. Daí porque achei por bem destrui-la imediatamente.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Bom, Sr. Presidente, acho que a acareação até agora atingiu o seu objetivo. De forma geral, os três depoentes mantiveram as versões anteriores. Creio que o Conselho agora tem plenas condições de tomar uma decisão a respeito de qual é o depoimento que considera mais verossímil. Considero que o processo de investigação dentro do Conselho está concluído. Ou melhor: após a intervenção dos outros Senadores, após o fim desta reunião, acho que o processo de investigação estaria concluído para conclusão do parecer do Relator.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – É uma questão de ordem?

O SR. ROBERTO FREIRE - Para aproveitar o momento. Não sei se haverá tão boa oportunidade, porque o Senador Antonio Carlos Magalhães falou com o Senador José Eduardo Dutra. Não sei, não vamos, talvez saber nunca porque é uma palavra contra a outra, depois de muito tempo fica difícil, se estão dizendo ou se o Senador Antonio Carlos sabia que a Senadora Heloísa Helena tinha votado contra. Quando o Senador Antonio Carlos disse isso, qual foi a impressão que o

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 93
03.05.2001
FLS Nº 2264

Senador José Eduardo Dutra tinha de que a lista para o Senador Antonio Carlos Magalhães era verdadeira ou era fraudulenta?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tabet) – Senador Roberto Freire, V. Exª rompeu a lista de inscrição, **data venia**. Rompeu a lista de inscrição.

O SR. ROBERTO FREIRE – Claro, e eu pedi pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tabet) – Não, mas isso não é pela ordem, **data venia**. A Presidência não vai conseguir manter... A pergunta fica registrada, e V. Exª vai responder depois.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Não, senhor. Tenho que falar agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tabet) – Então, peço a alguém que troque. Peço a alguém que faça permuta com V. Exª, porque, desse jeito, como é que fica?

O SR. ROBERTO FREIRE – Não quero permuta, não. Achei que era o momento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, fui citado e entendo que tenho que declarar agora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tabet) – Vou fazer um apelo aos Srs. Senadores: vejam bem, **data venia**, o Senador que está inscrito em último lugar ou em penúltimo ganhou o lugar do outro, porque o Senador Roberto Freire, **data venia**, deveria ter formulado essa pergunta no instante próprio da sua inscrição. Parece-me óbvio. Todavia, ela já foi feita, e a reunião está transcorrendo em ordem até agora.

V. Exª concorda em responder, mas quero fazer este apelo à Casa. A Mesa vai colocar o Senador Roberto Freire depois dos outros, para formular outra questão. É o único jeito que encontro.

Para formular outra questão, V. Exª terá oportunidade **a posteriori.** Não agora.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, até porque a pergunta já foi feita. Todo mundo está vendo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tabet) – V. Exª vai responder.

O SR. ROBERTO FREIRE – Quero avisar a V. Exª que isso não é colégio interno para se estar punindo. Quando pedi a palavra pela ordem - isso pode estar equivocado - eu achava que era o melhor momento e não responder. Fazer uma pergunta e, no final, vou ficar. Talvez, no final, porque não sou membro da Comissão. Mas não sou aqui menino treloso para estar recebendo reprimenda desse tipo. Exijo que seja na ordem de inscrição.

FLS Nº 2265

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 94
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tabet) – Se fosse na ordem de inscrição... Primeiro, quero dizer a V. Exª que isso aqui... Eu não poderia deixar de observar que V. Exª tomou o lugar de outro, pois há Senadores que estão reclamando contra a Mesa.

Agora, que não é colégio interno, concordo com V. Exª. Isso não é mesmo. Nem eu sou professor ou reitor, ou palmatória do mundo, mas tenho a obrigação de, estando na Presidência, procurar zelar pelo bom andamento.

Faço um apelo a V. Exª, que é meu amigo, e aceite a observação, porque, a meu ver, ela continua procedente.

V. Exª tem a palavra, Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, agradeço a colocação do Senador Roberto Freire, porque, partindo de quem veio, tenho certeza de que não foi com segundas intenções. Ao contrário de outras declarações covardes de ministros, de dirigentes políticos, etc.

Fui muito claro na minha declaração ao Conselho de Ética, antes do depoimento da Drª Regina, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães dirigiu-se a mim, dizendo o que está na minha memória, que é "a sua Líder não votou conosco" e o que está na memória dele "Parece que a sua Líder não votou conosco". Eu já disse isso ao Conselho e à imprensa.

O Senador Antonio Carlos Magalhães não me fez nenhuma referência sobre lista, e eu quero reafirmar o que disse aqui: entendi aquilo como uma provocação e ainda respondi: "É porque V. Exª não gosta dela e está vindo com história".

Quero reafirmar isso, a forma como se deu a conversa que o Senador Antonio Carlos Magalhães teve comigo, até porque, depois que dei uma declaração, alguns tiveram a interpretação no seguinte sentido: "Não, se o Senador Antonio Carlos Magalhães disse isso para o Dutra é porque, realmente, a Senadora Heloísa Helena votou no Luiz Estevão", o que é uma versão que temos repudiado o tempo todo. Então, quero reafirmar aqui, como já disse, por iniciativa minha de declarar no Conselho, que, na conversa que tive com o Senador Antonio Carlos Magalhães, em momento algum, foi feita referência a listas ou à violação de painel. Eu, inclusive, entendi como uma provocação e só voltei a ele para reafirmar o voto da Senadora Heloísa Helena, quando começaram a surgir as fofocas na imprensa. E só declarei isso no Conselho, porque entendia que era relevante, a partir do momento em que se comprovou a violação. Então, quero deixar isso bem claro, porque não vou aceitar que, por iniciativa da base do Governo ou de Senadores que querem tumultuar o ambiente em relação à investigação

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 95
03.05.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2266

que está sendo feita em relação a uma denúncia, porque é bom lembrar que esta denúncia que está sendo analisada e investigada neste Conselho e relatada pelo Senador Saturnino Braga foi assinada por mim e pelo Deputado Walter Pinheiro e, depois, em aditamento, assinada por mim, pelo Deputado Walter Pinheiro e pelo Senador Paulo Hartung, para que não dê margens a especulações ou aleivosias relacionadas a minha participação ou não no episódio que está sendo investigado.

É a declaração que reafirmo e que tem a mesma linha que fiz naquele dia. Mas, como foi levantado neste momento pelo Senador Roberto Freire, fiz questão de responder no momento em que foi levantado por ele e não deixar para depois.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Próximo orador inscrito, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um esclarecimento sobre os telefonemas. Como o Senador José Roberto Arruda mencionou que, no registro de seus telefonemas, não havia o telefonema relatado pela Srª Regina Célia Peres Borges às dez horas e pouco da manhã...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, eu disse que havia.

O SR. EDUARDO SUPLICY – O telefonema dela para V. Exª?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro! Existe, existem mais dois, e já entreguei para o Relator.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Existe no seu registro?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Se existe... Porque ocorre o seguinte... V. Exª confirmou alguns telefonemas de V. Exª para os telefones dela, como, por exemplo, no dia 27, em que houve uma conversa bastante longa de V. Exª, do seu aparelho 311-2492 para o telefone celular dela 99...

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não fale os números, Senador, por favor. Está confirmado. Não quero que a Drª Regina passe pelos problemas por que tenho passado nos últimos dias, com o meu telefone público no Brasil inteiro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas este é do Senado...

O SR. JOSÉ ROBERTO DUTRA – Bom, o que importa é que o telefonema esta confirmado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Duzentos e trinta e quatro segundos, portanto, um telefonema bastante significativo, entre outros. Então, V. Exª confirmou isso. Mas tive a impressão de que, no seu relato, V. Exª não estaria reconhecendo o telefonema dela de 108 segundos, portanto, com razoável tempo para transmitir por ela, por

FLS. Nº 224
SECRETARIA-GERAL DA MESA

iniciativa dela, o que ela havia aqui registrado. Então, foi no dia 28, às 10h9min11seg, para o seu telefone, que não preciso aqui repetir, de 108 segundos. E foi neste telefonema que ela afirmou, então, na manhã do dia 28, que estava pronto o trabalho. O sentido foi esse? Perdão, para confirmar com a Drª Regina: então, foi esse o sentido? A senhora pode confirmar, por favor? Foi este o sentido. Então, este telefonema V. Exª confirma que houve para V. Exª, portanto?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está registrado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Claro.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Portanto, 108 segundos, um tempo para uma razoável conversa, que seria justamente o tempo possível para o diálogo por ela mencionado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Posso falar?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois não.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Vou repetir o que já disse: eu não tinha lembrança de nenhum telefonema.

O depoimento de Drª Regina, inicialmente: "*Fiquei de ligar*" - o que comprovava que tinha sido uma consulta –, "*não sei se liguei*", "*talvez tenha ligado para um ou para outro*". E, no final do depoimento, ela é mais afirmativa, dizendo que ligou. Não se lembrava, entretanto, do conteúdo.

Quando vem a informação da Telebrasília, ela liga para V. Exª e aí se lembra que foi esse das dez, e não o das nove ou das oito. Não cita os outros, e os outros também existiram - prova de que foram vários. Os recados ficaram anotados, e eu devo ter retornado nesse das dezessete e cinqüenta e dois.

A estranheza, que disse aqui, Senador Suplicy, é que o telefonema do Senador Antonio Carlos para a Drª Regina, até hoje ela não lembra do detalhe. O meu, quando apareceu na lista, aí ela se lembrou até das vírgulas. Só isso. Agora, o que eu estou afirmando é que, de qualquer maneira, foi depois.

Mas o "*sob sigilo*" está absolutamente certo. É isso mesmo.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Muito bem.

Sr. Presidente, agora preciso fazer perguntas na presença do Senador Antonio Carlos Magalhães. Então, logo que ele tiver completado as...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª tem pergunta que possa ser feita sem a presença dele? Se tem, pode formular; se não tem, aguardaremos.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 97
03.05.2001
FLS Nº 228

O SR. EDUARDO SUPLICY – Todas as perguntas, agora, demandam a presença do Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vamos aguardá-lo, então. (Pausa.)

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet; Senador Antonio Carlos Magalhães, no seu pronunciamento, V. Exª citou um grande baiano, na conclusão. Disse: "Três âncoras deixou Deus ao homem: o amor da pátria, o amor da liberdade e o amor da verdade".

V. Exª poderia identificar qual é o grande baiano?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Rui Barbosa.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É o que eu estava justamente esperando que V. Exª citasse, porque V. Exª citou, nos seus diversos pronunciamentos, razões de extraordinária importância: o seu amor ao Senado, razões praticamente de Estado, a defesa da instituição, para que pudesse, então, V. Exª não tomar as providências que muitos de nós avaliávamos como importante tomar em defesa da instituição.

Permita-me também citar o mesmo autor que V. Exª sempre lembra em seus pronunciamentos, e fez questão inclusive de colocar o nosso predecessor lá do fundo do plenário para um lugar de maior honra ainda, ali, no plenário. E sempre estamos lembrando dele e de suas palavras.

Mas, sobre essas razões de Estado, para que não se cumpram bem o dever de cada um e o dever constitucional, Rui Barbosa foi muito severo. Disse, por exemplo, em 23 de abril de 1892, em **Pensamento e Ação**, publicado no Senado: "Eu sei, senhores juízes, que uma das primeiras necessidades de qualquer causa é a integridade moral de seu patrono, o prestígio da sua sinceridade".

Acredito que, para o Presidente do Senado, para quem tem um prestígio na sua palavra, na sua honra, na sua sinceridade, isso é da maior relevância.

Sobre razão de Estado, especificamente, no seu discurso, ao tomar posse no cargo de Presidente no Instituto dos Advogados, em 19 de novembro de 1914, em pensamento e ação de Rui Barbosa, publicação do nosso Senado, ele disse: *"Razões de Estado, negação virtual de todas as Constituições, radical eliminação de todo o Direito Constitucional. A razão de Estado não existe para outra coisa: absolver os mais insignes culpados, dispensar, na lei, justamente, nos casos em que a sua severidade mais tinha mira, recolher ao coito da impunidade os crimes mais insólitos, mais desmarcados, mais funestos"*.

FLS 2261
SECRETARIA-GERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 98
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª sabe do respeito que tenho tido por V. Exª aqui, da relação de admiração mútua, que tenho a certeza que temos tido, mas sinto-me com a responsabilidade de ser, neste caso, tão duro com V. Exª quanto estaria sendo comigo se eu estivesse em situação semelhante à que está V. Exª. Vou relembrar, aqui, o art. 55 da Constituição:

"Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

(....)

II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;"

O §2º do inciso VI dispõe:

"VI -.....

§ 2º Nos casos dos Incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por voto secreto e maioria absoluta" – ressalto: voto secreto e maioria absoluta – , "mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa."

Ou seja, a questão que estamos examinando não é apenas uma questão menor; é uma questão mais do que regimental, é uma questão constitucional. A infringência da violação do voto secreto foi uma infringência constitucional.

V. Exª declarou, ainda há pouco, que foi por amor ao Senado que resolveu não revelar, naquele dia, porque, se o tivesse feito, poderia até ter provocado a anulação da cassação do mandato que V. Exª achou como justa, como eu e tantos nossos Colegas achamos, até porque foi, se não me engano, 52 a 18 a votação – SIM **versus** NÃO –, e acho que 10 abstenções, salvo engano por minha memória.

O fato de ter havido e agora confirmado a violação dos votos sigilosos dos Senadores, porque isso está amplamente conhecido, não está levando à anulação da cassação do Senador Luiz Estevão. Hoje, isso está claro e confirmado, ou seja, está mais do que revelado, comprovado, com o laudo da Unicamp, pelo depoimento dos senhores, da Srª Regina, dos funcionários, de que houve a violação, e ninguém, em que pese a votação, está hoje considerando que está anulada a cassação do Senador Luiz Estevão. Ou seja, não está subsistindo o argumento de que seria anulada a cassação do Senador Luiz Estevão se viéssemos a saber o que agora estamos sabendo. Ou seja, eu, aqui, estou me reportando às razões que V. Exª está dizendo. O próprio Presidente da Seção Nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, mencionou, a respeito desse assunto, que a desculpa de que a omissão diante da prova material de violação do painel foi para preservar a

FLS Nº 2270
SECRETARIA-GERAL

imagem do Senado ou, talvez, por razões de Estado não entra na cabeça de ninguém de bom-senso. *O Senador Antonio Carlos Magalhães pode querer enganar qualquer outra pessoa, mas não engana a quem tem um mínimo de experiência de vida".* Aqui está uma opinião, dentre tantas outras, como de Miguel Reale e outros, que foram aqui colocadas – ou colocadas recentemente.

Ora, o que me parece, Senador Antonio Carlos, é que precisamos ir mais a fundo na questão relativa a por que, tendo V. Exª o conhecimento de fato tão grave, resolveu não advertir de pronto o Senador Líder do Governo, a Diretora do Prodasen, e não convocou o Senado de pronto. Acredito que caberia ao Presidente do Senado, de pronto, pegar a lista que lhe foi dada em mãos e ir ao plenário do Senado. V. Exª poderia até convocar os Senadores, convocar os Líderes ao seu gabinete, pensar conosco o que fazer. Mas tenho a convicção de que seria dever do Presidente do Senado, imediatamente, transmitir o fato que se passou – foi violado o sigilo dos votos –, transmiti-lo à opinião pública, a todos. Ao mesmo tempo, V. Exª poderia ter tomado todas as providências para saber se, porventura, houve alguma mudança de voto – porque aí seria gravíssimo. Isso, sim, poderia resultar na anulação da votação da cassação do Senador Luiz Estevão. Simplesmente a tomada de conhecimento do voto, que era secreto, claro que violou algo muito importante. Mas, no meu entender, acho muito difícil que, tendo conhecimento desse fato, o Senador Luiz Estevão, maior interessado no caso, vá conseguir, seja aqui, no Senado, seja no Supremo Tribunal Federal, anular aquela decisão que V. Exª defendeu, e com muito mérito. V. Exª teve muitos méritos nos seus quatro anos como Presidente do Senado. E eu os reconheço. Já os registrei e poderia, novamente, falar aqui deles, inclusive a iniciativa da CPI sobre o Poder Judiciário, que acabou resultando nesse julgamento.

Agora, algumas perguntas específicas. No laudo técnico elaborado pelo perito Ricardo Molina - e V. Exª pediu ao Senador Romeu Tuma para que logo tenha, de forma mais completa, o laudo da Polícia Federal -, se for confirmado o que lá está e que foi ouvido aqui, talvez com imperfeições, há ali duas citações que são no tempo presente. Isso eu gostaria de colocar para V. Exª, porque essa conversa foi há poucos meses, bem depois do encontro do dia 28 de junho no gabinete, quando V. Exª recebeu a lista. Mas, no diálogo com os Procuradores – e confirmado pelo testemunho deles, e não apenas pelo laudo do perito Ricardo Molina –, o que eles observaram aos Senadores é que V. Exª teria dito, no tempo presente: *"Eu tenho todos que votaram*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 100
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

nele" [no Senador Luiz Estevão], *"eu tenho a lista de todo mundo que votou a favor e contra o Senador Luiz Estevão"*. Essa é uma das frases e foi o entendimento deles. Portanto, uma frase no presente. Então, peço a V. Exª que esclareça se, ao mencionar que conhecia os votos dos Senadores, de fato não registrou essa frase, que, quem sabe, o Senador Romeu Tuma ainda venha a trazer para nós, pelo laudo, agora, da Polícia Federal, e não apenas do perito Ricardo Molina, que V. Exª colocou em xeque.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Em resposta a V. Exª, eu, em primeiro lugar, quero congratular-me com o Presidente Ramez Tebet por ter permitido que esta acareação fugisse às regras normais, para que pudéssemos ouvir de V. Exª que está estudando, o que é muito importante, a figura do grande baiano Rui Barbosa. É muito importante que V. Exª estude Rui, porque ele vai lhe dar muitas lições não só de Direito, como de política e de economia, Ministro da Fazenda que foi da Primeira República. Rui é a figura astral, a figura maior, talvez, da inteligência brasileira, mas não deixou de ser também acusado por seus adversários, inclusive de procedimentos desonestos. Teve até que responder a isso. Essa figura tutelar de Rui também foi vítima disso. Mas o importante é que V. Exª está aprendendo agora Rui, e isso é muito bom para a vida pública de V. Exª, que é um homem brilhante, um economista de valor, mas que precisa também conhecer esses aspectos de Direito.

V. Exª, entretanto, faz uma colocação fora de hora. Por que faz fora de hora? Porque, hoje, V. Exª, com o laudo da Unicamp, tem a segurança de que os votos não foram violados. Não houve troca de votos. Naquela ocasião, quem diria isso com essa segurança? Ninguém, nem V. Exª, nem eu. Conseqüentemente, os meus temores, naquela época, eram mais do que justos. Eram imprescindíveis para que se evitassem problemas em relação à cassação do Senador Luiz Estevão. Portanto, analisar hoje é uma coisa, analisar ontem é totalmente diferente. Analisei ontem, sem o laudo da Unicamp, e preferi ir por esse caminho, que é o caminho que defende o Senado, é o caminho que defende, inclusive, o País, apresentando as razões que apresentei. Não preciso me alongar mais, na medida em que todos já conhecem o ponto de vista não só no meu depoimento, como, hoje, em várias indagações. De maneira que, hoje, para V. Exª, é fácil dizer isso.

Quanto ao problema da degravação, pegue a degravação que V. Exª vai ver que é totalmente falha. Quando, da primeira vez, o Sr. Ricardo Molina veio aqui, foi uma questão até ridícula a sua presença. Quando veio da segunda vez, ninguém, praticamente, de boa-fé ouviu

aquilo que ele disse. E salientei para o Senador Jefferson Péres, que confirmou aqui que também não ouviu. Só o Senador Ney Suassuna botou aparelhagem mais completa e conseguiu entender parte. E ele ali só acrescenta "lemos a lista", coisas que não cabem se V. Exª for colocar certo na programação fonética da gravação. Portanto, leia aquilo e V. Exª não fará essa injustiça que começou a fazer com seu prezado colega.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Outra questão que V. Exª mencionou, há pouco, que se disporia a esclarecer: qual o outro assunto tão importante, que mereceu de V. Exª uma admoestação à Drª Regina? Gostaria que ela estivesse presente. Vou...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Vamos esperá-la.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente Ramez Tebet, tenho duas perguntas que vão demandar a presença da Drª Regina. Mas, antes que ela retorne, formularei uma pergunta relacionada ao Senador José Roberto Arruda.

Peço ao Senador Antonio Carlos Magalhães que se coloque na posição de Presidente da República.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Sem o voto de V. Exª é impossível.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª acharia normal o seu Líder no Senado Federal - o seu Líder, da sua extraordinária confiança, porque assim foi escolhido - ter tido um diálogo com o Presidente do Senado, em que ambos tomaram conhecimento da lista de Senadores em votação de tamanha relevância como a da cassação do Senador Luiz Estevão, sem ter relatado o episódio a V. Exª, Presidente da República?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Olha, aí são maneiras de ver. Assim como poderia levar ao seu conhecimento a lista, poderia não ter levado; como acredito que não levou. Até porque o Senador Roberto Arruda declarou aqui que não ficou sequer com a lista.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas permita observar que V. Exª não está respondendo a pergunta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – O que é que V. Exª...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Pedi a V. Exª, que é potencial candidato à Presidência da República...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Ah, potencial é V. Exª, que está disputando com o Lula; eu não.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas V. Exª, até alguns dias atrás, o era. A resposta que V. Exª der vai ser objeto de avaliação de todos os brasileiros que estão nos assistindo neste momento. Então, vou repetir

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 102
03.05.2001

a pergunta. Não perguntei a V. Exª o que aconteceu, mas, sim, qual seria a avaliação de V. Exª, se Presidente da República fosse, se o seu Líder - designado por V. Exª, Presidente da República -, conversando com o Presidente do Senado, sabendo de fato tão grave como este, que está levando o Brasil inteiro a assistir a V. Exª a dar essa explicação - então seria um fato da maior gravidade -, nada lhe revelasse, mesmo que passados dez meses do episódio?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, isso tem a ver com a acareação?

O SR. EDUARDO SUPLICY – É claro que tem.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Em absoluto.

É um desvio completo dos objetivos da reunião. Isso não tem que haver nem quando depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador! Senador Waldeck Ornélas...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pela ordem, Sr. Presidente. O Senador Waldeck Ornélas não está entendendo o objetivo, a importância da minha indagação porque S. Exª está querendo proteger tanto o ex-Presidente do Senado quanto o Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornélas, vamos permitir ao Senador Antonio Carlos Magalhães que responda.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Assim não é possível! V. Exª, Senador Waldeck Ornélas está prejudicando o andamento dos trabalhos.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – O Senador Eduardo Suplicy já fala há 27 minutos, Sr. Presidente. Há 27 minutos, o Senador Eduardo Suplicy está falando. Então, Senador, seja objetivo e faça as perguntas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E por que V. Exª só protesta comigo e não o faz com os demais Senadores que demoraram até mais tempo? Está preocupado com as minhas perguntas por quê?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Não falaram tanto, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ora, acalme-se. Acalme-se, Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS - Estou preocupado com V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - V. Exª foi Ministro do Presidente da República. V. Exª demonstrou, ao longo do tempo, que foi uma pessoa de extraordinária confiança do Presidente Fernando Henrique Cardoso, inclusive era Ministro quando se deu esse episódio. V. Exª sabe muito bem. E sabe que essa pergunta é relevante. Parece-me que o Senador

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 103
03.05.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2274

Antonio Carlos Magalhães está tendo protetores para que não responda perguntas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu responderei qualquer pergunta.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Então, peço-lhe que responda a pergunta que formularei.

A SRª MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY – E eu lhe darei a minha resposta a essa pergunta.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Qual é a pergunta de V. Exª?

A SRª MARINA SILVA – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sugiro que não permita interferência quando os colegas estão falando, se porventura as perguntas não agradam a determinados Srs. Senadores. Se vamos ter o tempo todo interferências, toda vez que as perguntas aqui não agradarem ao Senador Ornélas, S. Exª vai interferir nas perguntas dos Colegas que estão fazendo?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Não é agradar, mas não tem a ver com o assunto.

A SRª MARINA SILVA – Não, V. Exª não está discutindo o mérito. É que a pergunta não agrada a V. Exª, por isso que V. Exª interfere.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – (Fora do microfone)

A SRª MARINA SILVA - Mas aí V. Exª não usou o mesmo método com os demais. É acareação, nós devemos respeitar.

O SR. WALDECK ORNÉLAS - (Fora do microfone) ...condescendência.

A SRª MARINA SILVA - Não é condescendência. Aqui nenhum dos Srs. Senadores está esperando a condescendência do Senador Ornélas. S. Exª não é Presidente, não é Relator, não pode interferir nas perguntas dos Srs. Senadores. O mínimo que se espera aqui é que se tenha respeito pelos Colegas quando estão falando.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, parece que o silêncio da Presidência é a melhor forma de pôr mais ordem nos nossos trabalhos. Então, eu faço um apelo aos Srs. Senadores, porque não quero transformar isso aqui num colégio, como disse o Senador Roberto Freire... (Risos.) e vejo, pelo sorriso de V. Exª, que não há nada entre nós dois, o que me conforta profundamente. Agora, que realmente os trabalhos não podem, nesse final, ir para um outro rumo não podem. Entendo que o Senador Antonio Carlos vai ser o melhor juiz para dizer se a pergunta é pertinente ou não. Portanto...

FLS. Nº 222
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 104
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. ROBERTO FREIRE – V. Exª é o Presidente, não é bedel.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Obrigado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Presidente Ramez Tebet, vou aqui adiantar a pergunta e a minha resposta para ouvir a sua. Se eu fosse Presidente, eu acharia perfeitamente normal que o Líder do Governo, se soubesse de um fato tão grave quanto esse, que tinha havido a violação do segredo do voto e um diálogo do meu Líder com o Presidente do Senado, ambos sabendo, obviamente seria próprio que o Líder do Presidente revelasse esse fato tão grave ao Presidente no dia seguinte, senão naquela noite. Então, estou perguntando a V. Exª, se Presidente fosse, se não acharia normal que o seu Líder revelasse o fato? E V. Exª, inclusive como Presidente do Senado, da base de apoio, numa época em que V. Exª se dava bem com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não seria normal que também V. Exª revelasse o fato tão grave ao Presidente da República? Eu, se Presidente do Senado fosse, revelaria.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu não. No momento que destruí a lista, não poderia revelar o voto a qualquer pessoa. Agora, se eu fosse Presidente da República, como V. Exª também deseja ser...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Desejo.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – ...seríamos curiosos, talvez, em saber. Mas depois da lista destruída, era muito difícil saber. E, provavelmente, o Presidente Fernando Henrique não é tão curioso quanto eu e quanto V. Exª. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLICY – Agora pergunto ao Senador José Roberto Arruda, se não considera que houve uma falha de V. Exª perante o Presidente Fernando Henrique Cardoso em não revelar um fato tão grave, já que V. Exª declarou que não revelou a Sua Excelência.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Senador Suplicy, com todo respeito, em primeiro lugar, isso não diz respeito à acareação. Não há sobre isso nenhuma diferença entre os depoimentos dos três.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Para mim faz diferença.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - V. Exª está fazendo um novo interrogatório que eu me predisponho a responder, agora não sei se é o caso.

Sobre o caso...

O SR. EDUARDO SUPLICY – Estou fazendo a pergunta. Eu fiz a pergunta.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Não. Eu acho que... estou me valendo...

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 105
03.05.2001
FLS 2276

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu acho válida. E o Presidente Antonio Carlos respondeu...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Roberto Arruda, V. Exª responde se quiser responder.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - A resposta é: "não informei". E já disse isso no meu depoimento anterior. Não era questão relativa ao Governo e não tinha, naquele momento, a visão que tenho hoje. Naquele momento, eu tinha a visão de que era apenas uma prova, ainda que a não própria, para o funcionamento correto do painel.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ao Senador Antonio Carlos.

Registro que eu esperaria do meu Líder que falasse isso. E, se Presidente for, esperarei do meu Líder que traga a mim o conhecimento dos fatos mais importantes que acontecem no Congresso Nacional.

Mas, Senador Antonio Carlos, quando da presença (o Presidente faz soar a campainha) ... o Senador Pedro Simon, que já foi Líder do Presidente Itamar Franco, que eu saiba, sempre revelava ao Presidente Itamar Franco os fatos mais graves aqui ocorridos.

Senador Antonio Carlos Magalhães, já na semana passada, quando indaguei ao Senador José Roberto Arruda, aventei aqui uma hipótese que, às vezes, é própria dos seres humanos. V. Exª, talvez, tenha sempre preferido nunca fazer diretamente tarefas que não considere as mais adequadas. E não seria a primeira vez que pessoas, avaliando que algumas tarefas sejam, talvez, difíceis de serem realizadas, de sua própria iniciativa e responsabilidade, então, venham a pedir a terceiros.

Bem, quero até informar a V. Exª que de pessoas na Bahia ouvi a recomendação: *"Faça essa pergunta, coloque essa hipótese, porque não terá sido a primeira vez..."* E conheço bem V. Exª, dos tempos em que aqui convivemos. Não conheço tão bem de tudo o que ocorreu na Bahia, ao longo da história. Mas pessoas, inclusive do meu Partido, e diversas, disseram: *"Por vezes, o Senador Antonio Carlos prefere agir através de terceiros."* Será que teria ocorrido uma situação como essa, pedindo V. Exª ao Senador, que era o Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, para realizar algo que preferiria V. Exª não realizar, porque, afinal de contas, significava uma violação da Constituição?

E, se essa hipótese tem fundamento, por que teria escolhido V. Exª o Senador José Roberto Arruda, para que S. Exª, então, fizesse a solicitação à Drª Regina? Haveria alguma razão para isso – ainda mais, sabendo-se que, naquela época, era boa, pelo menos do conhecimento público e nosso, a sua relação com o Presidente Fernando Henrique Cardoso?

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 106
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

Em junho do ano passado V. Exª ainda tem, até, uma boa relação, mas não é tão boa quanto era há um ano, pelo menos que seja aqui do conhecimento dos Senadores. O que se diz é que V. Exª já não conversa tanto com o Presidente como, há um ano, conversava.

Bom, então, formulo esta pergunta – porque poderia ser uma linha de raciocínio –, das razões pelas quais V. Exª teria escolhido o Senador José Roberto Arruda, que não nega que, de alguma maneira, recebeu alguma sugestão de V. Exª. Só a questão da forma da sugestão é que foi parar... Mas que a Drª Regina Helena**(sic)** considerou até uma ordem, vinda, indiretamente, do Presidente Antonio Carlos Magalhães, em junho do ano passado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Então, responderei em duas partes.

A primeira, quando V. Exª fala do relacionamento com o Presidente Fernando Henrique, devo dizer que, às vezes, em recepções, em que V. Exª está e eu estou, V. Exª fica muito mais tempo com ele do que eu. (Risos.)

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas têm sido raras. (Risos.)

E eu tenho uma relação de respeito com ele, há muitos anos. Então, falo, dialogo, critico e falo, olho no olho, as coisas.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Isso é bom. Em segundo lugar, quero dizer a V. Exª, para que todos ouçam, que uma tarefa não adequada eu não realizo, nem peço. É a resposta a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Emilia Fernandes.

A SRª EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, lógico que, até pelo adiantado da hora e número de Parlamentares, Senadores e Senadoras, que já participaram, algumas questões, de certa forma, podem parecer esgotadas, mas entendemos que há necessidade de alguns registros, até porque a pessoa, ao longo do depoimento, e até a recuperação da memória dos acontecimentos, pode acrescentar alguma coisa. Acredito que a esta altura a expectativa desta acareação seria essa. Da forma que está já se nota uma predisposição de reafirmação do que já haviam dito e de se transferirem responsabilidades. Essa é uma avaliação que faço.

Estamos diante de um assunto difícil, melindroso, com um efeito que caiu no Brasil e no Senado quase que como uma bomba. Estamos vivendo um processo que precisa ser analisado do ponto de vista da

capacidade de envenenamento, eu diria, da instituição pelo que está acontecendo.

Mas estamos diante de fatos palpáveis. Há provas, há declarações consistentes e trata-se de pessoas sérias e responsáveis pelo que dizem e pelo que fazem.

Farei pergunta à Drª Regina, mas antes eu gostaria de reafirmar o que já disse aqui e quero dizer pessoalmente: o respeito e a consideração que tenho pela Drª Regina como funcionária desta Casa, pelo que conheci dela durante o trabalho que fizemos, inclusive alojadas dentro do Prodasen, durante a CPI dos Precatórios.

Mas na minha avaliação, Drª Regina, existem momentos de reagir e momentos de aceitar. Acredito que pessoas com o nível que V. Sª tem teriam o dever de saber fazer a distinção.

Pergunto diante de qual situação V. Sª se viu: de reagir, de aceitar? E considera que caiu numa armadilha, ou fez tudo o que fez conscientemente?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Eu me senti na condição de não dizer não. Não me senti na condição de dizer não, da forma como me foi colocado, da maneira, por quem pedia, como pedia. Senti-me numa situação de não ter como dizer não. Agora, eu não chamaria de armadilha. Eu realmente...

A SRª EMILIA FERNANDES – Sentiu-se usada, Drª Regina, injustiçada nesse momento? Enfim, qual é a palavra mais adequada para fazer uma avaliação hoje da posição em que V. Sª se encontra?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - Temos sofrido muito. Tem sido um processo extremamente sofrido tudo isso. Lamento muito, assumo a minha parte de culpa no processo de não ter dito não, mas tem sido tudo muito, extremamente doloroso para todos os envolvidos. Para a minha família, para a minha vida. Está tudo fora do prumo, absolutamente fora do contexto.

Depois de tantos anos de serviço, quando eu estava fechando a minha carreira, 25 anos de Prodasen – mas tenho 28 de trabalho –, é lamentável chegar ao final da carreira assim. Então, é como me sinto. Lamento muito que tudo isso tenha acontecido.

A SRª EMILIA FERNANDES – Drª Regina, parece-me que, realmente, na decisão que V. Sª tomou, V. Sª optou por sacrificar princípios para evitar o confronto e a desatenção, vamos dizer assim, daquela ordem que recebeu. Existem momentos em que temos que pesar muito bem isso. V. Sª teve o cuidado de praticar a determinação porque se encontrava diante de pessoas muito fortes.

Por outro lado, já fez a avaliação de que em todo esse processo V. Sª pode, sem dúvida, ser a responsável maior, e já avaliou a possibilidade da sua demissão, da perda da sua aposentadoria, e de ser jogada na rua da amargura, depois de 25 anos de trabalho, sem nada constar dessa natureza na sua ficha funcional?

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Posso dar uma explicação, Senadora Emilia Fernandes?

A SRª EMILIA FERNANDES – Eu gostaria de ouvir a...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ela vai falar. É só para ela não ficar impressionada, não pensar que ela vai se processada aqui, quando não vai. Ela aqui é uma testemunha importante.

A SRª EMILIA FERNANDES – Ela vai ser processada pela Casa, do ponto de vista administrativo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Ela está sendo processada e é claro que a dosimetria vai ser graduada na medida em que a sua responsabilidade seja ou não apurada.

A senhora não se preocupe, porque não está sendo processada pelo Conselho de Ética, nem julgada. O Conselho de Ética está apurando, investigando o caso que pode envolver Senadores. A senhora é testemunha e não há nenhum julgamento que possa preceder ou analisar o seu comportamento aqui.

A SRª EMILIA FERNANDES – Agradeço, Senador Romeu Tuma. É evidente que não teria essa compreensão.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Só para a Srª Regina se tranqüilizar, porque estou sentindo a sua angústia.

A SRª EMILIA FERNANDES – Sei disso, e a Srª Regina também sabe que aqui não é o seu fórum de julgamento. No entanto, ela pode, tranqüilamente, tirar uma análise de tudo que está se encaminhando.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Teríamos de verificar as divergências de depoimento para podermos esclarecer realmente essa confusão.

A SRª EMILIA FERNANDES – Claro. Isso ela já sabe, e nós também sabemos. Ela é funcionária.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim, Senadora Emilia Fernandes. Não tenho dúvidas de que serei ré em um processo administrativo e de que todas essas coisas podem acontecer. Há ainda as variáveis que serão consideradas em relação a todo esse episódio, que servirão de elemento para esse julgamento. Porém, eu não deixaria de dizer a verdade pelo medo dessas conseqüências. Eu tinha de chegar a esta Comissão, contar o que aconteceu e depois colocar-me como ré e procurar a minha defesa naquela instância.

A SRª EMILIA FERNANDES – Senador José Roberto Arruda, tenho acompanhado a questão do diálogo, da análise e da possibilidade da lista e fico cada vez mais convencida de que as três pessoas que hoje estão aqui à nossa frente deram um valor demasiado grande para uma resposta que tinha a característica apenas de uma consulta – como V. Exª colocou.

Realmente, houve todo um processo que faz com que fiquemos com dificuldade de admitir que as coisas aconteceram assim, processando-se só com o conhecimento e com a conivência da Drª Regina, como ela já admitiu. Ela sabia que estava fazendo, no mínimo, algo incorreto.

Senador José Roberto Arruda, quanto à questão da determinação, que considero o ponto-chave dessa análise, dessa investigação, V. Exª continua afirmando e reafirmando que houve a determinação. Pergunto: durante a análise da lista, já no gabinete do Senador... Farei antes outra pergunta. Se não tinha conhecimento do documento, como V. Exª instruiu o seu assessor, Domingos, de que a lista ou o documento seria entregue ao Presidente? Houve ou não essa afirmação por parte de V. Exª?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Já respondi às duas perguntas e mantenho o meu depoimento.

A SRª EMILIA FERNANDES – Durante o diálogo da análise da lista, chegaram a prever o grau de catástrofe e de irracionalismo político da ação que estavam cometendo?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Não. Também já disse isso, Senadora Emilia Fernandes, inclusive em resposta a uma pergunta de V. Exª. Efetivamente, entre as falhas cometidas, uma claramente é esta: não se avaliou – e parece-me que ninguém naquele momento avaliou – que a prova de que algo teria funcionado bem seria tão ruim, como acabou sendo.

A SRª EMILIA FERNANDES – Isso confirma que não houve surpresa por parte do Senador Antonio Carlos Magalhães, porque S. Exª havia determinado a solicitação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Também já respondi, Senadora Emilia Fernandes. O diálogo que repeti aqui dezenas de vezes mostra claramente a sensação de surpresa e de perplexidade, não só a minha inicial... Lembro-me de que falei a expressão "queimei a mão" ou algo assim, como a que depois se seguiu no diálogo com o Senador Antonio Carlos Magalhães.

FLS. Nº 2281

A SRª EMILIA FERNANDES – As intenções de uso da lista foram, em algum momento, entre os dois Srs. Senadores, colocadas de forma mais expressa de constrangimento, de pressão ou de coação?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Senadora Emilia Fernandes, não tirei cópia da lista e nunca fiz uso de nenhuma das informações.

A SRª EMILIA FERNANDES – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª insiste em afirmar que se silenciou pelo bem do Senado e por amor a esta Casa. Pergunto-lhe se, em algum momento, V. Exª não imaginou que a honra da Casa, o amor e o resguardo do bem do Senado passam pelo respeito e pela defesa da honra das pessoas e que, portanto, a violação era uma fraude, era um ato ilícito.

Havia má intenção ou V. Exª considera os fatos desta forma tão pura: resguarda o Senado, escondendo a lista e, segundo V. Exª, destruindo a prova do crime – porque a destruiu – e não entende que seria o modo mais correto tomar os encaminhamentos devidos, que não foram tomados?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já respondi isso dez vezes e direi a V. Exª que entendi que a forma mais correta era não criar problema para a instituição depois de ter havido uma votação para cassar um Senador, e que as conseqüências seriam muito mais graves se algum escândalo houvesse nesse sentido.

A SRª EMILIA FERNANDES – O contato telefônico que V. Exª fez com a Drª Regina tinha a preocupação de conferir a autenticidade da lista?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não. Em nenhuma hipótese tratamos de lista no telefonema. Eu apenas lhe dei uma palavra de amizade e de conforto, achando que ela não tinha, provavelmente, é claro, culpa, como está no meu depoimento e como está aqui: *"Não fique nervosa, a senhora tem serviços prestados ao Senado e não deve temer"*.

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, não teve a preocupação da autenticidade, porque confiava no emissário que lhe entregava?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – A autenticidade ficou duvidosa depois que conheci a lista; depois que me foi aberta a lista, fiquei na dúvida, tendo em vista que algumas das pessoas provavelmente não teriam votado daquela maneira. Evidentemente, ficou essa dúvida. Desse modo, preferi, inclusive, destruir a lista, conforme já acentuei aqui.

A SRª EMILIA FERNANDES – Fica um pouco mais difícil, Senador Antonio Carlos Magalhães, fazer uma avaliação do diálogo que V. Exª teve com a Drª Regina, porque V. Exª relata rapidamente o que

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 111
03.05.2001

FLS N. 2082

disse, e ela tem dificuldade em se lembrar das conversas com V. Exª. Com o Senador José Roberto Arruda, ela se recorda mais. Isso é interessante também.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – As conversas com a Drª Regina, eu as tenho todas aqui elencadas. É só V. Exª querer que terei o maior prazer em mostrar. Mas, nesse telefonema de 34 segundos da ligação até terminar, evidentemente V. Exª há de ver que não houve uma conversa profunda nem demorada; mas houve outros encontros com a Drª Regina. Se V. Exª ou qualquer Senador quiser saber sobre eles, estão aqui elencados.

A SRª EMILIA FERNANDES – Na realidade, estamos diante de um fato no qual se tenta relativizar o valor daquele documento, daquela lista, daquela relação que foi dada. A Drª Regina sabe que uma consulta dessa natureza necessariamente não poderia ser feita às vésperas de uma votação, principalmente pelo fato de as medidas terem sido tomadas na calada da noite.

Então, aí, verifica-se a intenção ilícita do que estava sendo proposto e do que estava sendo realizado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não estive na calada da noite com a Drª Regina dia nenhum nem conversei com ela, nesses cinco encontros – ou quatro, como está aqui –, fora dos horários normais.

A SRª EMILIA FERNANDES – Não houve essa afirmação da minha parte, Senador. Eu apenas estou me referindo à Drª Regina. Agora, que todos valorizaram demasiadamente o resultado, o retorno de uma simples "consulta", como foi dito, isso está evidenciado. Só por isso nós sabemos que houve o fato e que todos têm a parcela de participação no desdobramento.

O silêncio de V. Exª, Senador Antonio Carlos Magalhães, se dá e se apresenta também num aspecto de contradição. V. Exª primeiro disse que não tinha conhecimento da lista e que tomou conhecimento dela quando o Senador José Roberto Arruda chegou.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – É verdade.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Mas a manifestação de V. Exª, a reação de V. Exª é de quem sabia e estava aguardando o retorno.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Isso é o que V. Exª está subjetivamente pensando, mas não é a realidade.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Não houve surpresa da parte de V. Exª?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, houve surpresa e isso está dito no meu depoimento. Basta...

FLS Nº 2083
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SR.ª EMILIA FERNANDES – E V. Exª não reagiu?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Basta que V. Exª leia.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – V. Exª não reagiu, então, movido afinal por quê?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pelo... para evitar um escândalo maior que poderia prejudicar uma grande votação no Senado. Isso eu já disse dez vezes e V. Exª pode pegar...

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Mas a incoerência se repete também cinqüenta vezes, na medida em que V. Exª diz que a lista...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Essa é a opinião de V. Exª.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – E é um direito meu, e V. Exª tem que ouvir porque agora eu estou lhe perguntando. É o seguinte a...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, não é bem assim. V. Exª, por exemplo, se fizesse as perguntas da maneira que falou na vez passada, que eu vi, eu não responderia a V. Exª, porque V. Exª não teve a mínima gentileza de tratar um seu colega, que sempre a tratou muito bem, ao contrário do que V. Exª afirmou aqui.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, eu não retiro nenhuma palavra das que eu disse anteriormente e acrescento agora: o tratamento pessoal do Senador Antonio Carlos Magalhães conosco, comigo, particularmente, com muitos Senadores e com funcionários, inclusive, do ponto de vista pessoal, pode até nunca ter havido um confronto direto, mas o tratamento respeitoso como pessoas, Senadores com o mesmo grau de igualdade, deveriam ser tratados, não houve esse tratamento igualitário da parte do Senador e ele reconhece isso.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Com V. Exª, V. Exª sabe que houve...

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Não...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Houve um incidente primeiramente; mas, depois, V. Exª ficou muito cordial comigo. E ia sempre até à mesa me cumprimentar e conversar.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – O tratamento cordial com todas as pessoas. Eu respeito as pessoas...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pois é, mas não foi... não foi...

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Não concordo com o ponto ético e ideológico.

FLS. 11 2001 SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não foi a posição que V. Exª colocou na vez passada. Mas isso não tem a menor importância.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Mas considero o seu estilo autoritário e prepotente.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu repilo a palavra de V. Exª.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – É o pensamento de cada um e cada um tem o direito de dizer o que pensa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Mas eu não direi o que penso de V. Exª.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – E poderia dizer, Senador. Poderia dizer. Só que não sou eu que estou sendo questionada neste momento. É V. Exª.

Então, a importância que foi dada à lista – é isso que eu quero chamar a atenção aqui... O Senador Antonio Carlos Magalhães cai numa grande contradição quando diz, em primeiro lugar, que só soube da lista quando a recebeu; em segundo lugar, por que não destruiu na frente do Senador José Roberto Arruda? Estavam ali juntos, igualados, na prática de uma ação que, no mínimo, amanhã ou depois, poderia vir à tona e ser questionada, como agora está sendo. Assume a responsabilidade única de guardião da lista; diz que destruiu a lista; falou que nunca viu a lista e que nunca falou no resultado da lista. Mas não é o que nós vimos para os procuradores. E outra coisa: se não sabia da lista, Senador Antonio Carlos Magalhães, como foi advertido pelo Sr. Fernando César Mesquita, durante a reunião com os procuradores, para não mencionar esse tipo de assunto? Então, tem a palavra de V. Exª e ele também confirmando.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Esse assunto foi esclarecido e não vou esclarecer mais. Já está muito claro para toda a Casa.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Em relação à advertência do Dr. Fernando César Mesquita, eu não ouvi aqui nesta reunião.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Já disse inclusive, e V. Exª não ouviu porque V. Exª não estava presente no meu depoimento. Veio no outro dia. Eu disse, inclusive, que não recebi nenhuma advertência do Dr. Fernando César Mesquita, em relação a esse assunto.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Ah, isso é brincadeira!

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Mais uma contradição, porque houve e isso foi publicado. Então é um direito de nós continuarmos

FLS Nº 2285
SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 114
03.05.2001

perguntando, e os advogados de defesa que usem a palavra na hora certa. Não se inscrevem porque não querem quem pode falar. Quem não pode...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – V. Exª já disse que é de acusação.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Não, eu não estou acusando. Eu estou questionando. Eu não sou advogada.

Senador Antonio Carlos Magalhães - e faria a pergunta também para a Dr.ª Regina: o que foi discutido na casa de Isabel Flecha de Lima no final de março de 2001? Gostaria de ouvir dos dois, da Dr.ª Regina e do Senador ACM, o que foi discutido naquela ocasião.

Lembro aqui que esse encontro se deu após a liberação do primeiro laudo da Unicamp, no dia 27 de março, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães não era mais Presidente do Senado e a Drª Regina já deixara a Presidência do Prodasen - ela deixou no dia 1.º de março de 2001. Encontraram-se para conversar o quê?

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não havia o primeiro laudo da Unicamp na ocasião, Senadora. Quando eu deixei a diretoria do Prodasen, a Unicamp estava começando o trabalho de investigação. Ainda não havia o primeiro laudo. Eu me senti, realmente, com uma preocupação enorme; senti um peso enorme sobre mim. Já repeti também algumas vezes que eu imaginava o que seria vir à tona isso tudo que está acontecendo aqui. E a parte estava, basicamente, calcada na coisa técnica. Então, pressupostamente, eu que tinha que estar controlando as variáveis das coisas técnicas, e eu sentia que isso fugia da minha alçada, saiu, foi para a Unicamp, a Unicamp que estava fazendo. Então, pesava-me muito imaginar tudo o que poderia acontecer, imaginar que isso estava na minha mão, controlar os que estavam sob minha direção, ou seja, as pessoas para quem eu passei a ordem para fazer aquele trabalho, a angústia deles. O que poderia acontecer chegando a esta situação a que se chegou. Era uma responsabilidade muito grande, e eu tinha que conversar, às vezes perguntar. Realmente, naquele dia, eu tomei a iniciativa de chamar o Senador Antonio Carlos para falar sobre isso, sobre a questão da Unicamp. Eu tinha uma grande preocupação, porque era uma coisa factível de ser localizada, o que foi feito, foi descoberta.

Sobre a questão da Kopp, à saída da Kopp e entrada da Panavídeo, começou a se dar uma conotação de relação uma coisa com a outra, como se tivesse algo de errado ali, tirar uma empresa quase que de forma abrupta, só para botar outra que pudesse viabilizar o que foi feito; e não tinha absolutamente nada uma coisa com a outra.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 115
03.05.2001

FLS Nº 228

Então, todas essas coisas, como o Senador Antonio Carlos era o Presidente da Casa, eu fui fazer essas colocações.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Ele ainda era o Presidente, Dr.ª Regina?

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Quando as coisas se deram, ele era o Presidente da Casa. Quando eu deixei uma empresa e peguei a outra, ele era o Presidente da Casa. Então, eu manifestei a minha preocupação na medida em que tinha mudado a administração, as conotações todas eram essas. E, de repente, era muito peso em cima de mim. Então, eu sentia essa necessidade realmente e, assim como tive conversas com o Senador Arruda, inúmeras com o Sr. Domingos, inúmeras com os técnicos, procurei também o Senador Antonio Carlos para manifestar a minha preocupação sobre o que poderia advir de um laudo desse, como aconteceu na Unicamp. Nessa direção que foram as nossas conversas.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Eu escuto o Senador ACM e, depois, retorno uma pergunta ainda para a Dr.ª Regina.

A SR.ª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Embora V. Ex.ª já tenha juízo formado, segundo declarações que eu recebo, eu vou responder a V. Ex.ª em sinal de respeito que tenho a todos os Senadores, inclusive a V. Ex.ª. Mas aqui V. Ex.ª já dá o seu ponto de vista.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Não sou só eu, o Brasil inteiro já tem.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não, V. Ex.ª é que está dando. Não faça prejulgamento.

A SR.ª EMILIA FERNANDES – Sim.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Agora, o meu encontro na casa da Dr.ª Isabel Flecha de Lima foi a pedido da Dr.ª Regina. A Dr.ª Regina não quis ir ao meu gabinete. Já estávamos em nova administração, ficavam muitos repórteres lá, e a Dr.ª Regina já estava fragilizada com esses problemas todos. Então, eu perguntei a ela, dentro do meu espírito de amizade e de respeito à sua figura, se ela não queria que eu fosse à sua casa. Ela disse que não, que preferia outro lugar. E ficou de se decidir se seria na casa da Isabel ou na casa da Flávia Badaró. Então, marcamos na casa da Isabel. Eu tinha um jantar lá próximo e disse a ela que não poderia demorar. Conversamos cerca de dez minutos...

A SRª EMILIA FERNANDES – Havia mais alguém presente, Senador?

FLS. Nº 2224

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não. A dona da casa se retirou para que nós conversássemos. É uma questão até de educação. Ficamos nós, e ela me falou não só do problema que estava do painel como também de um princípio de injustiças que poderiam ocorrer com ela, que era uma servidora honesta e digna, em função de estarem fuçando coisas que não tinham nada a ver com o painel, nem coisa nenhuma, para ver se poderiam pegá-la em alguma falta. Eu disse: *"Fique tranqüila, que você é uma pessoa honesta; ninguém vai pegar falta nenhuma sua."* Foi esse o resumo do encontro na casa da Drª Isabel.

A SRª EMILIA FERNANDES – Então houve a abordagem do assunto da questão do painel?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Da questão do painel, nesse dia, sete de março, e esses outros assuntos que ela tratou.

Outros encontros tivemos, também para tratar sobre o problema da Kopp e Panavídeo, mas isso, evidentemente, eu deixo para a curiosidade de outro Senador.

A SRª EMILIA FERNANDES – Drª Regina, se pudesse acrescentar alguma coisa, detalhar mais a conversa, seria importante, mas lhe pergunto: houve uma afirmação do Senador Antonio Carlos Magalhães dizendo que V. Sª afirmou ou disse para ele, afirmou para ele que estava havendo uma perseguição, muita perseguição no Prodasen. Eu pergunto: V. Sª disse isso? A perseguição era feita por quem? E por quê? E se pode detalhar um pouco mais a reunião.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – A colocação era justamente em relação a essa questão da dispensa da Panavídeo. Estava começando a haver uma distorção entre o que foi o painel – que hoje, que está plenamente aberto, V. Exªs estão vendo –, que foi, basicamente, uma operação feita absolutamente independente de empresa, de contrato, de nada. E se estava dando uma conotação de que tinha toda uma relação de dispensa de empresa, de contratação de outra, de contratação sem licitação. E tudo isso me preocupa, sobre a minha probidade administrativa. Então, realmente, eu tinha grande preocupação, já não bastasse tudo o que eu tinha que administrar, e ainda coisas que não estavam vinculadas a esse problema, que já era imenso, que começavam a sair acessoriamente a isso. Realmente, levei essa questão a ele.

A conversa, lá, Senadora Emilia foi, realmente, uma conversa rápida. Eu cheguei; a dona da casa me recebeu; o Senador demorou um pouco a chegar. Vou repetir até um diálogo que ela teve comigo. Ela

me perguntou: *"Regina, vocês estão sabendo dessa coisa? Tem alguma coisa a ver com essa história de painel?"* Eu falei: *"Não, de jeito nenhum. Estou querendo conversar com o Senador outros assuntos."* Ela ainda falou assim: *"Olha lá, hein, porque, se vocês tiverem, isso aí pode aparecer."* Eu falei: *"Não, não tem nada a ver."* Ela realmente não tinha idéia. Ficou comigo na sala. Quando o Senador chegou, ela se retirou. Conversamos rapidamente dentro dessa linha de assunto, e ele foi embora, e eu, em seguida, saí também.

E tive a outra vez, que eu passei no gabinete dele. Essa foi anterior, foi logo que ele chegou de Miami, eu passei lá. Foi um dia que a **IstoÉ** estava na porta, e ainda um jornalista da **IstoÉ** saiu conversando comigo.

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, V. Sª confirma: mesmo ele já não sendo mais Presidente da Casa, enfim, V. Sª entendeu que ele seria a pessoa mais indicada para levar a preocupação? Porque podia ter levado a preocupação ao Presidente da Casa, enfim, quer dizer, às pessoas que tinham que tomar as providências dentro do Prodasen, a partir daquele momento, que tinham responsabilidade maior.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senadora, veja bem, veja bem. Eu já não era mais Diretora Executiva do Prodasen. Essa coisa se deu dentro da administração do Senador Antonio Carlos Magalhães. O processo se deu... O contato, conforme o Senador Arruda falou "Eu fiquei como elo entre a Regina e o Senador Antonio Carlos Magalhães". Ele se colocou assim. Então, eu não sabia qual era a conversa, o que aconteceu no âmbito deles. Mas eu tinha essa cadeia aí para falar sobre esse assunto, que era o Senador Arruda e o Senador Antonio Carlos Magalhães. Era uma coisa sigilosa, grave. Então, eu não sei o que a senhora estranha de eu ter procurado essas pessoas e não outras que não sabiam, que não tinham envolvimento algum com o assunto. Sobre essa questão de que eu me lembro mais de uma conversa do que de outra, a conversa que tive por telefone com o Senador Antonio Carlos, o Senador Arruda também estava lá presente e ouviu. Então, estamos aqui concordes que foi dentro dessa linha de tranqüilizar, de... Ele fez alguns elogios e, para mim, o que era fundamental ali era estar recebendo a lista. Nada além disso. Então, eu não sei exatamente onde a senhora está vendo dificuldade de eu tê-los procurado e não o atual Presidente, se eu estava tratando de uma coisa que estava oculta.

A SRª EMILIA FERNANDES – Eu não tenho dificuldade, Drª Regina. Isso confirma que V. Sª só podia procurar quem estava diretamente vinculado e foram peças atuantes, chaves dentro do

FLS Nº 2299

processo. Não procuraria a mim, que não sabia de nada. Mas procuraria os outros.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, mas é isso que ela está afirmando.

A SRª EMILIA FERNANDES – Exatamente. Mas quando ela levanta que eu não entendo, que pergunto não sei por que, eu me vejo na obrigação de responder. Quer dizer, ela procurou porque tinha certeza, diga sim ou não, de que, em última instância, o Senador ACM foi o determinante, foi quem determinou a prática e a ação que V. Sª realizou. Prática ilícita.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Senadora, eu não poderia ter certeza como foi a conversa entre eles. Eu tinha certeza, sim, de que ele tinha conhecimento daquilo que aconteceu, que a lista chegou nas mãos dele. Eu tinha certeza e já declarei aqui. Agora, como foi a conversa entre eles, não participei, Senadora.

A SRª EMILIA FERNANDES – Não. Não é conversa. É determinação do ato que V. Sª praticou.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim. A minha conversa foi com o Senador José Roberto Arruda. Entre eles, eu não estava. Não posso afirmar. Não posso afirmar como foi. E a senhora sabe, Senadora, conforme já falou, já trabalhou conosco, utilizou a sala do Prodasen para fazer seu trabalho, e tudo. Não tenho a liberdade de estar lá discutindo com a senhora, discutindo quando a senhora conversa com outro Senador, montando estratégias nas ações dentro do Senado, seja o que for. O servidor não participa disso. Eu não sabia. Realmente, não sabia. Como não sei.

A SRª EMILIA FERNANDES – Aqui há uma grande contradição, Drª Regina. V. Sª afirmou aqui que... Porque agora V. Sª está jogando toda a culpa em cima do Senador José Roberto Arruda, dizendo que não sabe se ele lhe pediu a pedido do Senador Antonio Carlos Magalhães. E V. Sª tem declarado isso. Não entre em contradição. Mantenha a sua palavra. Coragem, pelo amor de Deus! Mantenha a sua palavra! É o que o Brasil espera.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Por favor, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senadora, agora sou obrigado a intervir.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Onde... Eu gostaria de entender...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs Senadora e Srs. Senadores,...

FLS 229

A SRª EMILIA FERNANDES – Reformulo a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, a pergunta já foi feita reiteradas vezes e respondida reiteradas vezes pela Drª Regina Célia Peres Borges. Ela declarou textualmente que não estava presente e que, portanto, não sabe como foi exatamente a conversa entre o Senador José Roberto Arruda e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRª EMILIA FERNANDES – Eu não fiz essa pergunta.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Onde está a contradição, Senadora?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas ela já respondeu.

A SRª EMILIA FERNANDES – Não fiz essa pergunta, Sr. Presidente. Nunca fiz essa pergunta. Se nunca estiveram os três juntos, eu não seria nenhuma idiota em fazer essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas é isso que ela está falando...

A SRª EMILIA FERNANDES – Ela coloca a determinação recebida pelo Senador José Roberto Arruda por determinação do Senador Antonio Carlos Magalhães.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim.

A SRª EMILIA FERNANDES – Ela mantém essa palavra. Só diga sim ou não.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Que ele me falou em nome do Senador Antonio Carlos Magalhães, sim.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela já disse isso.

A SRª EMILIA FERNANDES – Ele pediu, determinou?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Determinou.

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, é isso. E na conversa que V. Sª teve com o Senador Antonio Carlos Magalhães, nessa reunião na casa da assessora do Senador, em que medidas, em que ponto, em que grau ficou evidente ou ficou claro que, naquele diálogo que tiveram lá, da sua preocupação e da dele, enfim, de que ele tinha dado alguma determinação ou orientação?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não tive, Senadora; não tive. E como era uma coisa, era uma situação em que o Senador, em que ambos os Senadores e nós técnicos também, por via de conseqüência, estávamos mantendo sob sigilo, então era natural que eu conversasse sobre isso. Agora, daí eu saber qual era a conversa anterior, de onde se originou, eu não tenho realmente condições de dizer. Não tenho condições.

FLS. Nº 2291
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRª EMILIA FERNANDES – Então, V. Sª assume a culpa total.

Agradeço, Sr. Presidente, e agradeço também a resposta que recebi dos Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Freire.

Por gentileza, Senador.

O SR. ROBERTO FREIRE – Agradeço ao Presidente ter entendido que eu não quis, de forma alguma, criar atropelo ao debate. Quero, inclusive, aqui iniciar dizendo que uma declaração de V. Exª vai resumir bem todo esse longo processo de acareação. Dificilmente iríamos ter grandes novidades. Parece-me que V. Exª disse isso, talvez pela sua experiência como advogado.

É verdade. Nós, aqui, sabemos que estamos fazendo uma acareação, que é um método de investigação policial, quando, no inquérito, se evidencia que há a tentativa de omitir ou de distorcer a realidade, seja por conta das testemunhas ou dos indiciados. Há uma tentativa clara de se fugir da realidade. O delegado, normalmente, faz a acareação para expor as contradições.

A primeira pergunta é saber se os três têm consciência de que estão aqui porque as versões nos depoimentos, na tribuna, nas declarações de imprensa, não coincidiam e, sem eufemismo, não davam condições de se acreditar na verdade; não se sabia com quem estava. Têm consciência disso?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – V. Exª dirige a pergunta aos três?

O SR. ROBERTO FREIRE – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Primeiramente a quem, Senador?

O SR. ROBERTO FREIRE – A qualquer um.

Ao Senador Antonio Carlos, que é quem exercia, no momento, a função maior de Presidente da Casa.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Eu tenho consciência que sempre falei a verdade e que não encontro contradições maiores no meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sem dúvida, a acareação foi convocada para discutir pontos de divergência; e alguns desses pontos, na minha opinião, inclusive, persistem.

Eu apenas reitero todos os termos do meu depoimento com a consideração de que não estou procurando lapidar pedaços da verdade para servir a este ou àquele interesse. Estou falando como é.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 121
03.05.2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS N. 2292

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Drª Regina.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Eu tenho consciência por que estou aqui, Senador.

O SR. ROBERTO FREIRE – Porque a consciência que eu tenho é a mesma que me fez esperar, na acareação, não grandes resultados, mas, pelo menos, expor para a sociedade brasileira a contradição que existia e que não foi superada. Por exemplo, o Senador José Roberto Arruda talvez tenha sido até mais questionado porque falou mais, porque foi para a tribuna duas vezes, tentou criar toda uma versão, que, depois, revelou-se fantasiosa. Não tinha tido nenhum conhecimento, não tinha tido nenhuma relação. E esse pacto que foi feito, pacto da versão, só foi rompido por um dado objetivo, que foi a perícia da Unicamp, porque, até o momento em que não houve a confirmação da violação... E aí é bom que se diga logo: não é violação de um sistema que pode ser violado. O sistema tem fragilidades, mas não foi o sistema que foi violado. Foi um outro sistema que foi montado para fraudar, para conhecerem o sigilo da votação secreta.

Para ficar claro, porque, senão, fica-se aqui falando de informática – que eu não entendo –, de uma forma completamente equivocada. Mudaram um programa. Não foi um programa que foi violado: Foi a implantação de um programa para se ter conhecimento dos votos. Dona Regina confirma isso. Pronto!

Diga por que é importante: sim ou não?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Sim.

O SR. ROBERTO FREIRE – Pronto! Então, não foi um sistema que foi violado. Foi montado um sistema para que se tomasse conhecimento dos votos. E aí sabem a primeira coisa que me vem à cabeça? É que, do jeito que está caminhando – e eu aqui disse algo: é claro que a gente busca sempre um pouco a experiência que a história da humanidade conheceu, de subalterno fazer e depois dizer que fez porque recebeu ordem; aqueles que dão ordem tergiversando e a ordem não aparece. Se não tomarmos cuidado, vamos sair daqui imaginando que a senhora que acendeu o forno crematório é responsável pelo holocausto, não teve mais ninguém. Porque não apareceu ninguém sendo responsável por essa lista. Ninguém sendo responsável! Um não pede, mas diz que tem a incumbência, logo, há uma contradição. Recebeu a incumbência do Senador Antonio Carlos Magalhães, que diz que não incumbiu ninguém. E nós não sabemos por que essa lista apareceu.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 122
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

E aí tenho muito receio de que, no final, fique – como alguns que vão querer aparecer – que a única responsável será a senhora. E é inadmissível isso. É inadmissível isso porque essa lista foi veiculada.

Interessante que o Senador Antonio Carlos, ao falar com o Senador José Eduardo Dutra, não diz que Heloísa Helena votou e, sim, que estão dizendo. Quem estava dizendo, se só quem havia tido conhecimento da lista tinha sido ele? Quem? Quem tinha conhecimento dessa lista para chegar para o Líder do PT e dizer que a Senadora Heloísa Helena tinha votado a favor do Senador Luiz Estevão, no momento da cassação? Estão dizendo, quem?

V. Exª tem condições de dizer aqui para nós?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Foram feitas várias listas de pessoas que poderiam ter ou não votado e isso, evidentemente, circulou amplamente, como circula em toda eleição. Daí porque V. Exª fez questão de mostrar o seu voto na eleição para a Presidência da Casa.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, eu não tenho nenhum problema, mostro meu voto sempre. Sabe por quê? Porque é um direito meu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Pois é...**(inaudível)**

O SR. ROBERTO FREIRE – Agora, não é direito de V. Exª mandar, conhecer voto de ninguém. E V. Exª conheceu.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – E não mandei conhecer voto.

O SR. ROBERTO FREIRE – V. Exª conheceu! V. Exª conheceu!

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não adianta a sua antipatia.

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, não, não! V. Exª é que está. V. Exª conheceu! V. Exª declarou. E aí fica com receio de dizermos que isso não é só, na minha opinião, um atentando ao decoro, é também capitulado em crimes na administração pública. Está aqui! A pena é pequena. O nome é até feio, mas a pena é muito pequena: prevaricação, condescendência criminosa, violação de sigilo funcional. Estão aqui, são penas pequenas, é verdade. Mas são coisas graves.

Essa gravidade é tão grande que, permita-me dizer, ter a desconfiança de que poderia ter havido fraude e V. Exª disse que não tinha tanta certeza de que aquela lista ou aquela relação era verdadeira, tinha receio de que pudesse ter havido fraude, esse fato, por si só, justificaria, para ressalvar o nome da instituição, a abertura de um inquérito. Muito mais do que se tivesse a certeza de que a relação era verdadeira e não tinha havido fraude. Por quê? Porque não se corria

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 123
03.05.2001

risco de, pelo menos, se ter a fraude. Mas se V. Exª tinha um mínimo de consciência de que poderia ter havido fraude, ali é que tinha que ter aberto, para ressaltar e ressalvar a própria Instituição, e não fazer o que V. Exª fez.

Agora, o quero dizer é que talvez estejamos, hoje, muito pior do que se V. Exª tivesse aberto lá. Sabe por quê? Porque o Presidente da Casa não estaria aqui – o Presidente, na época - participando de uma acareação, porque a sua versão não coincide com a versão de um outro Senador e com a versão de uma funcionária.

Se tivesse aberto lá, aquilo que diz aqui: *"retardar ou deixar de praticar ato de ofício contra disposição expressa em lei, para satisfazer seja qualquer interesse"*... Segundo, deixar o funcionário, por indulgência – porque era boa funcionária –, de responsabilizar o subordinado que cometeu infração no exercício do cargo. Violação de sigilo funcional, também a mesma coisa.

Vejam, se tivéssemos, naquele momento, adotado o que deveríamos ter adotado, até com o risco de invalidação da votação, faríamos outra. Só que hoje estamos aqui fazendo talvez uma outra votação, não sei, muito mais grave do que se tivéssemos de repetir a votação do Senador Luiz Estevão, porque não eram dois Senadores expressivos politicamente neste País, particularmente V. Exª, que, tem que se reconhecer, independentemente da posição política, tem presença marcante na história deste País. História em que temos discordâncias, acredito que pelo menos no período em que dela participei, nunca estivemos juntos. Mas, independentemente disso, reconheço. E daí a gravidade de estarmos vivendo isso.

Então, é nesse sentido que acho que, mesmo não tendo nada de novo, ficou mais uma vez, infelizmente, evidenciado que, nesse episódio, houve um violento atentado ao decoro, praticado por ilustres representantes da Casa, de não se preocuparem com a garantia. Tinham o direito, que é meu, que é de um Senador, que é um cidadão e da cidadania brasileira, e que cada um de nós somos responsáveis para não violá-lo. Particularmente, quando somos autoridade guardiã desse direito.

No caso do Parlamento, pode-se até discutir se devemos continuar tendo ou não votação secreta. Evidentemente que, para a cidadania, terá que ter. Mas, enquanto existir, terá que ser observada. Isso é que é lamentável. Perguntar fica difícil, porque eu teria que fazer a mesma pergunta, e responder agora pela décima terceira vez, décima quarta, décima quinta. Não vai adiantar, não vão fugir do **script** das versões, dos depoimentos, até porque fugiram muito das primeiras

PLS Nº 2275
SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 124
03.05.2001

intervenções. O Senador Arruda é talvez aquele que mais sofreu aqui a contradição expressa, porque falou demais, tentou construir várias versões. O Senador Antonio Carlos, talvez pela sua experiência, mais comedido, a conta-gotas, admitindo que fez o telefonema, quando disse não fez, que tinha que admitir que viu uma lista, quando disse antes que não tinha tido conhecimento nenhum de lista.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Quando eu disse que não dei telefonema, Excelência?

O SR. ROBERTO FREIRE – No plenário, na primeira intervenção, junto com o Senador....

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Que não dei telefonema para a Drª Regina?

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, telefonema, não; telefonema foi em algum outro momento que não tinha...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Não!

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, que não sabia, e que não tinha, até procurou, não disse, deu declarações à imprensa. Até porque a imprensa, durante muito tempo, não falou nada, mas depois desse processo vários jornalista disseram: *"Não, o Senador Antonio Carlos vivia dizendo que fulano tinha votado contra; beltrano votava contra, porque ele conhecia"*. Isso várias vezes. Várias vezes! Só que, depois, lamentavelmente, todos entraram um pouco no código do silêncio, que não quero dizer que é uma **omertà**, porque pode ser uma coisa muito ofensiva, mas é um código, um código de que vamos fazer sigilo e silêncio, até sob tortura.

Quero apenas dizer que é lamentável o que estamos vivendo aqui. A Dr.ª Regina falou de constrangimento. Tenho dito que esta cena que estamos vivendo aqui é de constrangimento nacional, não é só da senhora, não, é de todos nós, de estamos aqui assistindo dois Senadores da República tendo de participar de uma acareação, que é um método da polícia, quando a mentira faz parte da regra de um determinado inquérito processual. E vamos sair daqui sem ter ainda sabido qual é a verdade, a meia verdade, a mentira ou meia mentira, porque isso, infelizmente, é o que foi expresso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o último orador inscrito, Senador Pedro Simon.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Gostaria apenas de dizer que não há mentira. Pode ter havido contradições de qualquer dos depoentes, mas não podem ser classificadas de mentiras, como classificou o Senador Roberto Freire injustamente, e que colocou, evidentemente, todo o seu ódio, que é antigo. S. Exª foi contra eu fazer

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 125
03.05.2001

a CPI do Judiciário, S. Exª foi contra a erradicação da pobreza, S. Exª não lutou no salário mínimo, S. Exª sempre está numa posição oposta a minha.

O SR. ROBERTO FREIRE – Contra o salário mínimo?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Conseqüentemente, era de se esperar este depoimento de V. Exª. Portanto, estou respondendo a V. Exª e me livraria até de dar a resposta, porque já sabia da posição de V. Exª. Mas, com todo o respeito...

O SR. ROBERTO FREIRE – Não, não, não. E vai continuar, até porque uma coisa eu ressalvo sempre: a nossa relação, mesmo em alguns momentos de atrito, foi respeitosa, até porque não poderia ser diferente, não é?

Segundo, é verdade, e quero lembrar que foi exatamente por conta da CPI do Judiciário, que foi precedida de uma declaração tão logo V. Exª assumiu a Presidência da Casa, em relação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que eu fui à tribuna e ninguém levou em consideração. Eu disse que isso merecia uma censura, porque não era forma de um Presidente de um Poder tratar o outro. E, a partir daí, começamos a ter todo um processo que culmina com um pouco dessa insensatez a que assistimos: Jader Barbalho e Antonio Carlos Magalhães numa disputa que parecia uma rinha de duas grandes Lideranças que não tinham a capacidade...

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Isso não tem nada a ver com a acareação.

O SR. ROBERTO FREIRE – Claro, mas eu estou querendo dizer que tenho pelo menos de dizer que me posicionei contra, porque não cabia a CPI para as sentenças do Judiciário. E tanto é verdade que, quando se tentou isso, imediatamente foi paralisado. Do ponto de vista administrativo, processos positivos - e V. Exª se recorda de que eu, da tribuna, disse que tinha havido resultados no momento em que houve correção de rumos. V. Exª até reconheceu isso, e eu não vou contar loas para ninguém. Fui apenas reconhecer, inclusive fazendo autocrítica. Fiz isso sem nenhum problema. Não é isso que V. Exª pensa, porque o que estou dizendo é em relação a todos.

Quero dizer: Dr.ª Regina só teve essa postura e sensibilizou o País, como eu vi quando chegamos aqui, porque veio aqui e teve a coragem de romper, mas claro que é coragem porque foi rompido com um dado objetivo, porque ela antes fazia parte do **omertà**, do silêncio e da versão não verdadeira, se quiser, o eufemismo. Se quiser a palavra dura: a versão da mentira.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 126
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra, o Senador Pedro Simon, que é o último dos Srs. Senadores que está inscrito. Todavia, depois que o Senador Pedro Simon fizer as suas perguntas, pediria aos membros do Conselho de Ética um pouquinho de paciência, porque teremos ainda mais cinco minutos para encerrar os nossos trabalhos, pois preciso fazer algumas comunicações.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – E se diga, Sr. Presidente, que estou falando em último lugar exatamente porque eu não sou membro desta Comissão, mas tenho participado desde o início e ficado aqui até o fim, pela importância que dou aos trabalhos que aqui estão se verificando. E não é o fato de eu não ser membro – aliás não é essa a primeira vez que acompanho uma comissão até o fim; por várias vezes, no passado, eu as acompanhei, pelo significado e pela importância.

Dou muita importância aos trabalhos deste Conselho e fico feliz de termos chegado ao final desta acareação em um ambiente sereno, de respeito recíproco. Assim, felicito V. Exª, que soube conduzir os trabalhos, os ilustres Senadores e a Drª Regina, que tiveram a grandeza de se curvarem à realização desta reunião, que não é própria nossa.

Estamos aqui a meditar sobre o que faremos na próxima semana.

Também não esperava novidades, e disse isso para a imprensa, que tinha uma expectativa muito grande em relação a esta reunião, como se dela fossem surgir fatos monumentais. Eu dizia que não havia fato novo algum, porque neste Conselho tudo que se tinha que saber já se sabia; todos os fatos já estão conclusos.

V. Exª, neste Conselho, teve um papel excepcional, porque, a rigor, era inimaginável que chegaríamos à conclusão de todos os fatos. As fitas haviam sido destruídas, não se sabia o que se faria com o painel. A primeira análise feita pela universidade deu praticamente em nada, mas com persistência foi-se aprofundando e estamos nesta reunião, sem a busca, sem revelação de fato novo. Esta reunião foi feita por quê? Porque tínhamos a obrigação de fazê-la.

A Drª Regina disse que agiu como o ilustre Líder do Governo determinou que fizesse. Tivemos os fatos posteriores, quando perguntamos para o marido dela por que não tomou providências ao ver que ela praticava um erro, por que não a impediu. Ao que ele respondeu que não ter condições, tal era o estado de pânico de sua mulher e, por isso, não teve condições de influenciar. A Drª Regina foi a um funcionário, que ficou todo emocionado quando sua chefe lhe telefonou e, mais emocionado ainda, quando ela foi a sua casa – falo do Sr.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 127
03.05.2001

FLS. Nº 2290 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Ledur. Perguntou-se a ele se não tinha percebido que ela lhe pedia um ilícito. Ele disse que sim. E por que ele não disse não? Segundo ele, ela estava em transe, ela estava tão apavorada com aquela situação que ele não teve coragem de fazer diferente.

Então, a pergunta que se faz – e foi a razão desta reunião: será que o Senador Arruda, de trato afável e gentil, chegou para a Drª Regina e disse: Drª Regina, o Presidente deseja saber se há fórmulas de violar o painel, se há pessoas que ficam sabendo o resultado da votação. Se há, S. Exª gostaria de saber. Seria isso o que o Senador Arruda teria dito a V. Sª, segundo depoimento dele. Se V. Sª, baseada nesse depoimento dele, saiu a fazer tudo aquilo, V. Sª me perdoe, mas está fora da realidade, fora do sentido da normalidade. A resposta de V. Sª é diferente, de que teria recebido uma determinação, determinação essa dada pelo Senador Arruda em nome do Presidente do Senado. Diante disso, V. Sª tomou todas aquelas providências.

Fizemos a reunião; lamentavelmente ficou zero a zero. V. Sª não alterou uma vírgula no seu posicionamento e o Senador Arruda não alterou uma vírgula no seu posicionamento. Mas eu quero dizer, com toda sinceridade, o que eu penso. Na versão de V. Sª, há o argumento de que o Senador Arruda, usando o nome do Presidente Antonio Carlos Magalhães, a pressionou. V. Sª agiu sob coação. V. Sª mesmo disse que não tinha uma faca em seu pescoço, mas que sentia a pressão, sentia a coação. Sentia que ou fazia aquilo ou, então – V. Sª assim entendeu -, poderia ser demitida ou coisa que o valha; poderia sofrer represália.

Desculpe-me, Drª Regina, mas foi uma pena. Foi uma pena que uma senhora com o seu valor, com a sua qualidade, com a sua dignidade, com a sua biografia, não tivesse resistido, porque não teria acontecido nada com V. Sª; não teria acontecido nada e V. Sª teria escrito uma bela página na história do Senado. E nós não estaríamos vivendo isso que estamos vivendo agora.

Mas, infelizmente, e a vida é feita disso, V. Sª não conseguiu resistir a esse tipo de pressão. A chamada ao apartamento do Senador Arruda, como pedido dele, em nome do Presidente – V. Sª parece ter um temor reverencial pelo Presidente Antonio Carlos. E o fato de saber que era em nome do Presidente Antonio Carlos é que levou com que V. Sª fizesse tudo isso.

Agora, quero dizer a V. Sª o seguinte: a sua posição não muda muito pelo fato de o Senador Arruda ter mandado V. Sª fazer. Eu tenho a convicção de que V. Sª fez por determinação do Senador Arruda - ele que me perdoe, porque os fatos são tão reais que é impossível imaginar

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 128
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

que V. Sª tivesse feito tudo aquilo para atender a um pedido e, como disse o Senador Roberto, forjar um sistema novo, fazer toda aquela alteração quando a pergunta que se fazia entre os Senadores Antonio Carlos e Arruda era sobre a garantia da não-violação do painel.

Isso V. Sª poderia fazer com a maior facilidade. Podia reunir os seus técnicos e até chamar o Senador Arruda e mostrar como era. E garantir o funcionamento.

Não. V. Sª foi lá, violou, violentou. Se fez isso, ou V. Sª – meu Deus - não sabe entender ou porque houve o pedido do Senador Arruda. Mas se houve a determinação do Senador Arruda ou se não houve, a responsabilidade da senhora é a mesma. V. Sª não era obrigada a aceitar. Ninguém é obrigado a cumprir uma ordem ilegal, uma ordem que não tem conteúdo, que é contra o Regimento, que é contra a Constituição.

V. Sª poderia até responder quase, eu diria, agressivamente ao Senador Arruda. Tem atenuante? Sim. V. Sª tem atenuante, a de que V. Sª sofreu a pressão, e eu concordo que sofreu a pressão moral. Sofreu a coação. E, para mim, é fácil dizer "sofreu e não resistiu", mas não sei o estado de ânimo de V. Sª, que perdeu um filho. Eu não sei o estado em que V. Sª estava e até que ponto não pôde resistir a essa pressão. A responsabilidade de V. Sª, na minha opinião, é no sentido de "que pena que não tenha resistido".

Meu amigo, ilustre Líder do Governo, eu digo que nós esperávamos aqui uma explicação de V. Exª, uma explicação com relação aos dois lados, porque V. Exª tem interrogação nas duas pontas. Na ponta referente à ilustre funcionária, porque ela diz que recebeu uma determinação, e V. Exª diz que fez um pedido. V. Exª fez um pedido muito gentil, como: vá lá dar uma olhada, porque o Presidente pediu; o Presidente quer saber se estão burlando. Se há fórmulas de violentar o painel, o Presidente quer saber.

Não foi esclarecido, porque V. Exª mantém o que disse, e a Drª Regina mantém o que disse.

Também não foi esclarecido, e é interessante. Dois amigos respeitosos, o Presidente do Senado e V. Exª, que mantêm as posições. Eu não entendo por que mantêm, se olham nos olhos, um fica olhando para o outro, e mantêm as posições. *"Eu não dei ordem nenhuma"*, diz o Presidente do Senado. "Eu não dei determinação nenhuma", diz o Presidente do Senado. V. Exª diz: *"Eu recebi. Eu conversei com ele. Eu perguntei: Posso usar o seu nome, Presidente, para falar com a D. Regina?" "Pode"*. Então V. Exª foi lá e usou o nome dele.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 129
03.05.2001

Então, estamos aqui diante de dois ilustres Senadores, os mais ilustres - o Presidente do Senado e o Líder do Governo -, os mais ilustres, que não se dão ao sentimento de dar um mínimo de abertura para que tivéssemos...

Mas quero dizer a V. Exª, meu querido Senador Arruda, a posição de V. Exª que vai ser julgada aqui, na minha opinião, é indiferente se V. Exª recebeu ou não recebeu a ordem do Senador Antonio Carlos. Em primeiro lugar, V. Exª não tem que receber ordens do Senador Antonio Carlos. Quem é o Senador Antonio Carlos para dar ordens a V. Exª? Não tinha por que dar nem ordem, nem pedido, nem determinação. O normal que aconteceria ali era o Sr. Antonio Carlos chamar a D. Regina, no gabinete dele - ele era o Presidente; ela era funcionária dele - : *"D. Regina venha cá, ao meu gabinete, que quero falar com a senhora"*. E falasse no gabinete dele. Ele, Presidente, com a sua presença ou sem a sua presença. Qual é o argumento, a troco de que V. Exª se transforma em garoto de mensagem do Senador Antonio Carlos para ir lá pedir a D. Regina fazer o que ela fez? Mas se V. Exª foi e fez o que fez, é indiferente para mim. Se o Sr. Antonio Carlos mandou, se não mandou; se pediu ou não pediu, a responsabilidade é sua. V. Exª é um Senador da República, tem os seus conhecimentos e tomou a posição, e a responsabilidade é sua.

Nós esperávamos culpado o Presidente Antonio Carlos. É verdade que o Presidente Antonio Carlos, vamos fazer justiça, fez algumas concessões ao longo do tempo. Veio o querido Senador com mais categoria, com a sua tarimba de político de primeira grandeza que é, e nós reconhecemos isso. Primeiro, falou que não tinha lista; de repente, a lista e tal... Depois falou que nunca tinha falado com a D. Regina: *"Nunca falei com a D. Regina"*. Depois, telefonou para a D. Regina; depois se encontrou com a D. Regina na casa da sua secretária.

Agora, com relação ao Senador Antonio Carlos, realmente, a situação é diferente da dos dois. D. Regina é culpada no que ela tem de culpada, de qualquer jeito. Pode ter atenuante, mas ela é a culpada. O nosso Líder do Governo é culpado de qualquer jeito, com ordem de Antonio Carlos ou sem ordem de Antonio Carlos. Agora, o problema do Senador Antonio Carlos é diferente. Se ele combinou com o Arruda e os dois decidiram fazer a operação via D. Regina, o Senador Antonio Carlos é responsável porque iniciou a operação, iniciou a feitura da operação junto com o Sr. Arruda, e é mais responsável que o Arruda, porque é o Presidente. Agora, se ele não fez isso, se ele não tomou conhecimento disso e se só aconteceu a história conforme ele conta:

FLS Nº 2301

não sabia de nada; não tinha conhecimento de nada, e, sem mais nem menos, ele está sentado, em seu gabinete, e entra o Sr. Arruda: *"O senhor está sentado?" "Não está vendo que estou sentado". "Olha aqui"*. E entrega a lista. Comentam sobre a lista, e o Senador Arruda diz: *"Olha, convém dar um telefonema para a D. Regina. É importante um telefonema para a D. Regina. Ela agiu muito bem"*. Então, o Sr. Antonio Carlos diz: *"Olha, fique tranqüila. Você é uma boa funcionária, não vai te acontecer nada"*. O Senador Arruda vai embora: *"Até logo". "Até logo"*. O Senador Antonio Carlos rasga o documento.

Para mim, Senador Antonio Carlos, é uma análise muito importante a ser feita: acho que a posição de V. Exª merece respeito no debate e na discussão a ser feita. Tenho medo quando V. Exª fala em razão de Estado, que essa é uma expressão que veio do Estado autoritário, em que as razões de Estado pairam acima dos direitos individuais. Agora, na questão referente, veja V. Exª, Senador Antonio Carlos, se V. Exª não sabe de nada, não tem nada que ver com isso, não tomou conhecimento de coisa nenhuma, conhecendo como a gente conhece V. Exª, não dá para crer. Chega o Senador Arruda e entrega-lhe a lista, V. Exª pega uma lista de votação, que, evidentemente, é fraudada, que foi obtida por meio da fraude no computador, e qual é a atitude do Presidente? Vou dizer-lhe com toda a sinceridade: eu, presidente, bateria na mesa, convocaria uma reunião urgente da Mesa, chamaria os Líderes, apresentaria aquela folha - não precisava abri-la, poderia deixá-la dentro do envelope – e diria: aqui está o resultado da votação; está aqui lacrado. O Sr. Líder do Governo me entregou isto aqui. E chamaria a Drª Regina e tomaria as providências cabíveis. Em primeiro lugar está a verdade; o problema, mais do que cassar um Senador ou não cassar um Senador, é o não-cumprimento da lei. V. Exª era o nosso Presidente. V. Exª tinha a obrigação de cumprir, de normalizar, de garantir a legitimidade do Congresso Nacional, a legitimidade das nossas votações. Ah, mas uma cassação poderia ser anulada. Que Diabo! Que se anulasse a cassação! Ele seria cassado no dia seguinte; dois dias depois, nós repetiríamos a operação.

Até aceito: V. Exª diz que fez de boa vontade, que na hora tomou essa decisão, mas, perdoe-me, foi uma triste decisão. Repare, quero ser um juiz imparcial, com a maior imparcialidade. Mas V. Exª telefonar para a Drª Regina e dizer: Drª Regina, acalme-se, fique tranqüila, nada vai acontecer-lhe. Telefonar para a Drª Regina, que cometeu o delito, a responsável - foi ela que fez, pegou um, pegou dois, pegou três, pegou quatro e, na madrugada, entraram, invadiram o Senado, arrombaram o Senado, foram ao painel e arrancaram essa declaração -, V. Exª,

SENADO F RAL
SECRETAR GERAL DA MESA SC- 131
SUBSEC TARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE ISSÕES 03.05.2001

Presidente do Senado, que tinha terminado de tomar conhecimento do fato?

A folha, já não quero analisar. V. Exª, por quem é V. Exª, todos nós sabemos que V. Exª é uma pessoa de alto gabarito, que é organizada, que tem uma organização que é qualquer coisa de espetacular. Em tom de brincadeira, eu até disse ao seu biógrafo que, na minha opinião, a folha estaria guardada e que iríamos conhecê-la quando da publicação do seu livro, que ele está escrevendo. Mas, ele contando, disse o que viu nos papéis, na documentação de V. Exª, que é qualquer coisa de fantástico; ele nunca imaginava que pudesse ter alguma coisa igual. V. Exª, que tem toda essa organização? Alguém já falou que a organização de V. Exª é tão grande, que, se o cidadão passar duas vezes na frente de sua casa, já passa a ter um dossiezinho. (Risadas.) Passou duas vezes, o que esse cara está querendo aqui? E V. Exª pegar uma lista como essa e rasgar? E não ficou doente? Não foi para o hospital? Não chamou o médico? Não precisou de nada? Rasgar uma lista como essa?

V. Exª não podia rasgar essa lista, porque essa lista era a prova do crime. O que V. Exª tinha que fazer, perdoe-me, era dobrá-la, colocá-la no envelope de novo, lacrá-lo, colocá-lo no cofre, para pensar no que fazer. Mas, rasgar a prova do crime? Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, só para dizer que V. Exª está há 20 minutos com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª me advertiu com 20 minutos, isso porque é V. Exª o Presidente; o ilustre Senador da Bahia advertiu, hoje, quando já estava com 32 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu só fiz uma comunicação.

O SR. PEDRO SIMON – Isso é impressionante! É difícil conseguirmos entender aonde V. Exª quer chegar. Disse que fez para preservar o Senado. E estamos aqui; e era de se prever que estaríamos aqui. Claro, a não ser que o negócio tivesse morrido, e parecia que tinha morrido, parecia que estava tudo morto. E aí me perdoe V. Exª, perdoe-me V. Exª: só não está morto, porque houve o negócio da **IstoÉ**, a conversa de V. Exª com os Procuradores. Na conversa de V. Exª com os Procuradores é que V. Exª, de um jeito ou de outro, ressuscitou a matéria. E, se não houvera a conversa de V. Exª com os Procuradores, não tinha nada, não se falava mais nada. A própria Drª Regina nos disse que foi a partir da **IstoÉ**, quando ela abriu a **IstoÉ**, que ela começou a entrar em pânico, que começou o calvário dela. Ela disse:

FLS 12305
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 132
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

"Quando é que começou o meu calvário? Quando eu abri a ***IstoÉ*** *e vi a publicação, dizendo aquela questão toda."*

Então, estamos vivendo, e tem alguns até jornalistas, tem até jornalistas que não conseguem entender isso e criticam a mim, inclusive. Tem um jornalista, no editorial do **Jornal do Brasil,** que diz que estou dando importância a um assunto absurdo, porque eu disse que isso é tão grave ou mais do que a corrupção. É que a corrupção, digo eu, o crime da corrupção claro que é violento, claro que é imoral, claro que é indecente, mas ele está aí. E o maior mal, no Brasil, na corrupção, não é a corrupção que existe no mundo inteiro, é a impunidade, em que nada acontece.

Agora, aqui, é um fato novo. Quer dizer, estamos manchete no mundo. Pela primeira vez se sabe que um painel de votação secreta é violentado. E, no Senado, não é nem na Câmara de Vereadores, poderia ser lá na Câmara dos Deputados. Não, no Senado da República! No Senado da República, é violentado!

E agora está designada uma comissão, e a dúvida que está levantada, repare aonde chegamos, a dúvida que está levantada é só a eleição para Presidente da República. Se nós, Senadores, não conseguimos garantir um painel do lado da nossa cara, que tem 81 votos, como vamos garantir não sei quantas mil urnas eletrônicas, que vão fazer as eleições de cento e não sei quantos milhões de brasileiros? Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Pedro Simon, peço a V. Exª que conclua o mais rapidamente possível, por gentileza.

O SR. PEDRO SIMON – Não sei. Mas acho que, aqui, eu imaginava que seria possível encontrar uma fórmula através da qual déssemos uma resposta à sociedade. Olha, é difícil a gente responder à onda de montanha de críticas que o Congresso e o Senado todo está recebendo. Até sou muito franco, prezado Relator: de hoje até quarta-feira, até a semana que vem, se pudéssemos buscar não apenas a fórmula em si, mas dar uma resposta para a sociedade brasileira, acho que isso seria muito importante. Porque, para mim, me machuca muito dizer isto, mas o episódio é triste! E, olha, a imprensa procurou a mim, e sei que procurou mais Senadores, querendo insistir em que devíamos avançar.

Senador Arruda, é impossível que isso tenha acontecido, e o Presidente da República não soubesse disso. Isso é um fato impossível! Como um Presidente, que tem o seu Líder, da sua maior confiança, da sua maior intimidade, e acontece um fato dessa natureza, ele vai-se

aconselhar com o Presidente do Senado e não fala com o Presidente do qual é Líder?

E respondi com toda sinceridade: Sou dos caras que acham que não devemos tocar nesse assunto, porque, se Deus o livre, em primeiro lugar, porque, graças a Deus, não apareceu nada, não apareceu nada que incrimine, direta ou indiretamente, o Presidente Fernando Henrique. Graças a Deus, não apareceu! Porque, se aparecesse, e se o Fernando Henrique entrasse num processo desses, tínhamos que escolher outro caminho, e era um caminho difícil.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Muito obrigado a V. Exª.

Srs. Senadores, considerando que esta acareação foi **sui generis**, sinto-me no dever de dar a palavra às pessoas que estão à mesa, porque, por parte dos Srs. Senadores, muitas considerações foram feitas, e é justo, portanto, é um princípio de justiça que se ouçam as últimas considerações dos Senadores e da Drª. Regina.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao Senador José Roberto Arruda, considerando que houve um determinado momento em que S. Exª quis, parece-me, dar resposta a alguma formulação e eu ponderei a S. Exª que o fizesse no final. Então, que o faça agora, junto com as suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Efetivamente, eu ia fazer, naquele momento, ainda no início dos trabalhos, um comentário pequeno, mas, efetivamente, era um comentário que fugia do ponto específico da acareação. Então, foi-me sugerido pela Mesa que não o fizesse.

No decorrer da acareação, os comentários foram surgindo, como é natural, e até me sinto mais à vontade para fazê-lo no final, porque, efetivamente, em termos objetivos, pode não ser considerado – acho até que não é – específico sobre a acareação.

Falei no meu depoimento, Sr. Presidente, que me sentia como o elo de uma corrente.

Passados todos os depoimentos e esta acareação, confirmo essa minha impressão. Quero dizer, assim, de forma muito clara, que, a partir do instante, e devo reconhecer que houve o laudo, que a Drª Regina vem e fala a verdade; enfim, e que a minha análise e a minha reflexão foi aquela, que fui ao plenário, repetindo a minha frase no plenário, não quis ficar escravo do erro inicial, a partir daí, é a verdade sem lapidação, sem maquiagem. Foi isso que eu assumi. É isso que estou fazendo, com toda a franqueza, com toda a sinceridade. Ainda com sofrimento? Claro, mas com muito mais alívio.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 134
03.05.2001

Agora, eu assumi a minha responsabilidade. Eu estou assumindo a minha responsabilidade. Acho que é inequívoco que houve uma falha. Alguns poderão dizer, regimental ou não, alguma coisa. Mas, enfim, houve uma falha. Eu estou assumindo a minha responsabilidade.

Peço vênia, no entanto, Sr. Presidente, apenas para falar o que tenho procurado dizer quando tenho oportunidade. Embora seja apenas, neste caso, um ponto de vista. Cada um terá o seu.

Eu concordo com aqueles que, agora, já têm escrito, inclusive, na imprensa, de que não se pode dar o mesmo peso a uma falha como esta, na qual eu assumo responsabilidades, com falhas que originaram outros processos, como aquela, por exemplo, que originou a cassação do Senador Luiz Estevão.

Neste caso, Drª Regina, Senador Antonio Carlos e eu, na minha visão pessoal, infelizmente, estamos ligados num mesmo ato infeliz, falho. Cada um com as suas visões, com a sua peculiaridade, mas não estamos sendo acusados de desvio de dinheiro público, de postura incorreta em relação a essas coisas e, portanto, sinceramente, numa análise equilibrada, é a coisa da dosimetria da pena. A cada culpa, a cada pecado, a sua contrição, a sua responsabilidade.

Esse é um ponto de vista difícil, muitas vezes, no calor, na paixão do momento, de se colocar, mas que acho que é importante pela justiça.

A segunda observação que queria fazer, Senador Ramez Tebet, é que afirmei no meu depoimento que a Drª Regina, quando veio aqui, abriu o coração, ela disse a verdade. E eu repito isso.

O interessante, Sr. Presidente, é que, com o passar dos dias e a releitura dos depoimentos, foram sendo chamados à atenção alguns pontos; pontos críticos, às vezes, onde essa verdade pode ter sido corrigida, pode ter sido melhor explicada, ajeitada, enfim, para que o conjunto da obra, ainda que seja a verdade, sirva a um determinado figurino que se criou.

Quer dizer, não vou... esses pontos todos acabaram surgindo durante esta acareação, mas, efetivamente, quer dizer, *"imprimiu a lista, sem ver"*... Eu respeito. Esta palavra *"sob tortura"*, sinceramente, que me agride, porque não faz parte do meu vocabulário, e eu reli os depoimentos da Drª Regina e ela que falava de guilhotina, de metralhadora, de faca no pescoço, de lexotan... Os senhores me conhecem aqui, há seis anos e meio, eu nunca usei esse tipo de expressão.

A frase colocada ao final do diálogo que teria havido na minha casa; nós estamos em conformidade com o diálogo. Esta frase: "*estou*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 135
03.05.2001

saindo para cumprir uma ordem" não se encaixa com o texto inicial, não estava na lógica do processo. Por que isso? Talvez até para enfatizar que realmente entendeu como uma ordem, aí sim entendo. Eu entendo, eu respeito o entendimento que a Drª Regina teve, mas puxa!

Depois, a questão dos telefonemas; vão sendo lembrados; depois, quando aparece, lembra o teor, principalmente dos meus. E aí, Sr. Presidente, dentre as centenas e acho que até milhares de mensagens que tenho recebido, recebi uma no meu gabinete, e só fomos nos dar conta dela alguns dias depois. O que me chamou a atenção? Primeiro, chamou a atenção de alguns de meus assessores, que foram fazer uma checagem, que chamou ainda mais a atenção. Foi um **e-mail,** Sr. Presidente, que me foi passado por um escritório de advocacia de Brasília. Vou me permitir fazer uma leitura rápida: *"Prezado Senador Arruda, permita-nos dar-lhe a seguinte sugestão que, a nosso ver, não só lhe livraria da embaraçosa situação em que se encontra, como também lhe permitiria sair dela muito bem."* Esse **e-mail** é datado do dia 20 de abril, um dia depois do depoimento da Drª Regina. Ninguém sabia ainda o que eu faria. *"Sem colocar em dúvida a veracidade das suas informações de que nunca deu ordens ou fez pedido de violação do sistema, a verdade é que a Drª Regina é uma pessoa respeitadíssima, todos tendem a acreditar nela, mesmo porque em situações que tais 'o sangue escorre pela boca' dos urubus de plantão. Ela"* – continua o fax –, "*que é nossa amiga particular, está virando heroína por quê? Porque está assumindo a culpa em defesa dos seus meninos. E o senhor é culpado por quê? Porque não há mais dúvida de que o sistema foi violado e de que é preciso encontrar um culpado. Nesse contexto, o senhor será crucificado. No mínimo, será tremendamente difícil costurar acordos que o poupem e, ainda que isso aconteça, aos olhos da opinião pública, sua carreira poderá estar irremediavelmente comprometida. Pois bem"* – sugerem eles -, "*assuma a culpa, em discurso inflamado, que certamente só o senhor sabe fazer. Poupe a Drª Regina e seus meninos, diga que ela obedeceu a ordens suas, que visaram proteger o Senado de qualquer alegação de algum Senador que questionasse seu voto. Dessa forma, a Drª Regina e seu esposo, que estão em posição antagônica à do senhor, acusando-o, inclusive, passariam à condição de aliados. Mais importante, preserve o Senador ACM, desde que, mediante acordo com o PFL, se acerte aplicação da pena de repreensão. E mediante acordo com o PT, o senhor não revelará o voto da Senadora Heloísa Helena, ou seja, a exemplo da Drª Regina"* – dizem eles -, "*que também não viu e não abriu o envelope com os votos, caso contrário o senhor poderia revelar*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 136
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

o voto dela ... Entendeu? O senhor sairá desse episódio muito mais como um grande político, capaz de reconhecer os próprios erros do que como mais um político brasiliense cassado. Por outro lado, acreditamos que, com tal atitude, aos olhos da opinião pública, V. Exª mostraria uma coragem incomparável, atrairia a simpatia da própria Drª Regina..." E vai por aí afora. "*Fazemos-lhe tal sugestão porque não conseguimos ainda vislumbrar o 'hediondo crime' que importaria no conhecimento da lista após encerrada a votação. E muito menos o benefício ou maleficio real que poderia o fato, em tais circunstâncias, causar a quem quer que fosse.*"

Fazem alguns comentários finais e assinam os advogados Valdir Campos Lima e Carlucho Campos Coelho.

Claro, pedi para procurá-los.

E, por coincidência, no dia 24 de abril, às 13 horas, quando o Dr. Carlucho foi contatado, ele estava justamente com outro advogado, o Dr. Dorival Borges Neto, seu filho. Alguma coisa demais nisso?

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Ela vai falar nas considerações.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, não estou fazendo nenhum juízo de valor. Estou encaminhando os documentos ao Relator, mas quero afirmar que, a partir do instante em que assumi o compromisso de dizer a verdade, não a maquiei, não a modifiquei em detalhes para que ela sirva a um determinado figurino que se quis criar. Também não abro mão da minha convicção, porque a minha parcela de responsabilidade é clara. Todos aqui disseram, e tenho de admitir que ela existe, nem maior, nem menor que ninguém. Esse juízo é muito difícil de ser feito, ainda que eu tenha ficado na posição intermediária.

Agora, os dois advogados, seus amigos, podem não ter-lhe aconselhado juridicamente. A senhora disse que veio aqui sem assessoramento jurídico, e talvez tenham querido me aconselhar, mesmo que não me conhecessem. De qualquer maneira, isso representa alguma coisa? Talvez nada, mas isso mostra o jogo que está sendo jogado aqui.

Vou continuar, Sr. Presidente, não dando à minha verdade nenhuma estratégia. Vou continuar falando a verdade, seja para o que for, neste caso e em qualquer outro. É uma decisão muito forte que tomei, pelo sofrimento a que aqui todos estamos submetidos: a Drª Regina, o Senador Antonio Carolos, eu, todos. Mas não dá para, numa situação como esta, tentar, em cima da verdade, construir uma

estratégia que deixe alguém melhor, alguém pior, que trabalhe com a opinião pública. Isso eu não vou fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Corregedor, Drª Regina, Senador Arruda, Senadoras, Senadores, Deputados, muito se tem falado em apoio que se tem recebido por e-mail e fax. Eles também são recebidos por nós. Em menos de dois dias, recebi mais de mil e duzentos, de apoio e de solidariedade. Estão aqui, de toda parte do Brasil e do exterior, também, alguns.

Fiz questão, neste depoimento, ou melhor, nesta acareação, que é um misto de depoimento, de dizer exatamente a verdade e deixar patente - pensem bem, Srs. Senadores, adversários ou não meus -, que nunca pedi direta ou indiretamente à Drª Regina nada que fosse feito no painel para obter resultado, segurança ou coisa equivalente. Isso ficou bem claro nas perguntas que fiz e nas perguntas que os Senadores fizeram.

Chamo muito a atenção do Relator, porque é um fato importante para que fique patenteado.

Por outro lado - e quero ser breve, para não cansá-los -, não poderia ter mudado, e já o disse aqui no meu depoimento, tanto em dois meses. Aqui, são Parlamentares do Congresso e do Senado, na sessão de 7 de fevereiro e 13 de fevereiro: todos os partidos políticos, quase todos os partidos políticos - do PT, pelo menos, 7 depoimentos; dos outros partidos também, dezenas de depoimentos. Eu não poderia ter mudado tanto para não merecer a consideração e o respeito que mereço dos meus Colegas.

Está aqui o livro, e cada um que não o recebeu poderá receber, porque vou deixar, mais uma vez, nas mãos do Presidente Ramez Tebet.

São depoimentos de todos os Parlamentares, muitos aqui presentes, outros ausentes, Deputados Federais, Senadores, homens públicos que freqüentam o Congresso Nacional. Isso é extremamente confortante.

Queria dizer, ao final, para mostrar - e isso é importante que se diga – poderia trazer citações de Rui, poderia trazer de vários autores, mas preferi encerrar com este depoimento que, neste dia, para mim, é mais importante do que todos:

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 138
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

"Quanto ao Senador Antonio Carlos Magalhães, aprendi a respeitá-lo e admirá-lo. Conhecia-o como uma figura pública, de longe, mas só o conheci pessoalmente depois de nomeada. Falei "n" vezes, ao longo deste tempo, para todas as pessoas o quanto me impressionou a maneira séria como S. Exª nos tratou. Nunca nos pediu nada que não fosse adequado. É austero, bravo demais. Tínhamos claro, é claro, todos que lidam de perto com ele, até um certo medo. Isso não é segredo para ninguém, porque ele é bravo. Muitas vezes é extremamente terno e, sobretudo, justo. Quando lhe levava alguma coisa, S. Exª pedia para trazer outros relatórios, pois podia se tratar de alguma decisão que, para S. Exª não era confortável tomar. Mas depois de ler e olhar os relatórios e tudo que ali estava, S. Exª julgava bem e aprovava. Então, foi essa a relação que tivemos com S. Exª nestes anos."

Esse é o depoimento da Drª Regina, a quem, neste instante, também, presto a minha homenagem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra à Drª Regina Célia Borges, para suas considerações finais, e volto a pedir a gentileza dos Srs. Senadores para que permaneçam, a fim de, em cinco minutos, resolvermos algumas questões de interesse do caso.

A SRª REGINA CÉLIA PERES BORGES - A rigor, eu nem iria usar da palavra porque o que eu tinha que dizer eu já disse. Tenho absoluta convicção de que, se cotejarem todas as minhas falas, da primeira à última, e com as provas factuais e com o testemunho de todo o pessoal envolvido, haverá uma coerência de ponta a ponta. Então, isso é a minha maior tranqüilidade. Fácil vir aqui não é; é muito difícil. Muitas vezes, eu acho, até desestimula alguém que possa ter a vontade de mostrar como as coisas aconteceram, porque é difícil, mas não me arrependo. É difícil. Mas estou com a minha consciência tranqüila de ter vindo e falado a verdade e tenho a convicção de que, ao lerem cada uma dessas páginas desses depoimentos, V. Exªs terão certeza disso.

Quero só fazer uma ressalva. Em relação... Não entendi bem exatamente o que o Senador Arruda falou, mas, outro dia, o Senador Suplicy fez menção de que o filho dele tocava e o Senador Arruda não gostou. E não entendi bem a menção que ele fez ao meu filho. Tenho três filhos - dois advogados e um engenheiro. E o que ele se refere é um advogado trabalhista, Dorival Borges de Souza Neto. É um dos advogados mais respeitados na área trabalhista do Distrito Federal, indiscutivelmente. É uma pessoa exemplar. E não sei onde ele entrou nessa história. Quero relatar um episódio. Ele esteve comigo na semana

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 139
03.05.2001

passada, fez uma cirurgia de menisco e na véspera me falou: Mamãe, estive com o Carlúcio – que é um advogado citado, amigo realmente da família – e ele pergunta se a senhora quer conversar – aliás se você, porque eles não me chamam de senhora – se você quer conversar com ele a respeito dessas questões, dos depoimentos. Eu falei: Meu filho, não quero conversar. Gosto muito do Carlúcio, mas estou num momento de não querer conversar. Realmente, fiquei muito reclusa e tudo o que fiz foi ler os depoimentos e procurar refletir, avaliar, para me preparar para o último, porque no primeiro fui a primeira e foi só aquele jorro, depois tinha outros materiais para olhar e avaliar. Ele falou: Tudo bem, só fiz transmitir o recado para você de que o Carlúcio teria perguntado se você queria conversar. No outro dia, semana passada, não sei bem o dia, ele fez a cirurgia e estava de repouso e disse: Mãe, não vou te acompanhar porque não posso ficar muito tempo em pé. Não entendi e não tem importância onde ele entrou na história contada pelo Senador José Roberto Arruda. Era só isso que queria declarar. Agradeço a oportunidade de esclarecer as questões.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um registro. Poucas vezes na História do Brasil e do Senado Federal o povo brasileiro acompanhou com tanta atenção uma reunião quanto esta do Conselho de Ética do Senado, isso porque o povo brasileiro tanto quer saber o desvendar da verdade, o amor à verdade citado por Ruy Barbosa e que todos nós aqui queremos e desejamos. Acho muito importante e quero secundar o Senador Pedro Simon a maneira como V. Exª conduziu os trabalhos para que chegássemos, desde as 14h30min até as 21h40min, a uma forma tão tranqüila de trabalho tão sério e também cumprimentar a maneira como a Drª Regina acabou vindo aqui, ao lado dos dois Senadores e em todos os momentos mostrou, com muita dignidade, a sua postura de amor a esta Casa e a todos que aqui trabalham.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, por gentileza, quero, quase ao final dos nossos trabalhos, ler um trecho de um renomado autor de Direito, renomado processualista, Fernando da Costa Tourinho. Eu li muito para poder chegar ao dia de hoje. Como fazer e como não fazer. Há um trecho neste livro que me tranqüiliza

FLS. N.º 231
SECRETARIA-GERAL DA MESA

muito. Está escrito assim, ao término do capítulo que ele escreve sobre acareações:

"Qual o valor das acareações?" Responde ele mesmo:" *É relativo. Tudo depende do que os acareandos disserem, salvo a hipótese"* – diz ele – *"só existente nos livros, de a autoridade ficar registrando as suas reações fisionômicas, se enrubesce, se empalidece, se tartamudeia. Mesmo assim, estamos convencidos hoje de que a diligência não terá valor. Muitas vezes quem falou a verdade foi um homem de bem, e quem mentiu, um calhorda. O simples fato de aquele homem de bem ser convidado porque há suspeita de que mentiu já o deixa transtornado; enquanto o outro, com o maior cinismo, reafirma a mentira anterior."*

Srªs e Srs. Senadores, Deus nos iluminou fazendo com que eu não mantivesse os rígidos princípios com que iniciei esta reunião, tentando impor limitações que, com toda a certeza, não nos conduziriam a absolutamente nada. Foi um instinto, uma graça, a meu ver, ter permitido que esta acareação começasse assim, mas terminasse por uma acareação depoimento; uma acareação que demonstra que o Conselho de Ética, o Senado da República, que demonstra que todo o povo brasileiro está tendo realmente maturidade política; demonstra que estamos caminhando para o aperfeiçoamento democrático; demonstra que as liberdades individuais são realmente respeitadas; demonstra que o princípio da igualdade, no Brasil, está evoluindo a tal ponto, Srs. Senadores e todos quantos me ouvem, que nesta mesa estão sentados dois ilustres Senadores e uma ilustre funcionária do Senado, hierarquicamente, portanto, subordinada ao Senado da República. Isso é muito importante para o nosso País. E tudo isso com que objetivo? Com o objetivo de esclarecer a Nação, com o objetivo de se fazer justiça. Folgo muito pelos trabalhos que realizamos assim. Agradeço a Deus por ter nos dado essa tolerância, essa paciência. E agradeço a todos quantos, de uma forma ou de outra, toleraram, às vezes, a maneira, em alguns aspectos, é forçoso reconhecer, ríspida com que em alguns aspectos, com que agimos em alguns momentos aqui no Conselho de Ética. Mas entendo, sinceramente, que foi um grande dia do Senado da República.

Com essas palavras, quero dizer que entendo, particularmente, que com este ato aqui realizamos todas as averiguações possíveis. É o meu entendimento.

Eu queria submeter à consideração do Conselho de Ética que os requerimentos que estão pendentes aqui, como o requerimento da Senadora Heloísa Helena, solicitando que as chamadas telefônicas de

todos os telefones de Senadores e de assessores fossem disponibilizadas; o requerimento apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros para a convocação do Sr. Fernando César Mesquita; o requerimento apresentado pelo próprio Relator, Senador Roberto Saturnino; o requerimento apresentado também pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, com referência à convocação dos peritos da Unicamp, o primeiro a que me referi, e a convocação dos responsáveis pela empresa contratada pelo Senado para instalar o sistema de votação eletrônica do plenário, bem como o requerimento do Senador Antero Paes de Barros no mesmo sentido de fazer indagações sobre o painel de votação eletrônica do Senado ao Reitor da Unicamp, bem como ofício do Senador Roberto Freire – esse, facultativo, no sentido de que, caso a Presidência entendesse necessário, fosse enviado ofício a respeito de notícia veiculada na **Folha de S.Paulo** para ouvir ou saber a autoria de jornalistas...

O SR. ROBERTO FREIRE – Permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Eu vou ler o requerimento.

O SR. ROBERTO FREIRE - Não, mas é que eu, de antemão, já posso dizer, Sr. Presidente, que talvez seja desnecessário, porque esse pedido foi feito no início, quando a **Folha de S.Paulo** publicou que dois funcionários tinham dito que havia ocorrido uma violação...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estou propondo justamente...

O SR. ROBERTO FREIRE – Então, retiro aqui. Não faz sentido hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro. Obrigado, Senador.

Estou propondo justamente que nós ouçamos o Relator. Consulto o Senador se ele entende necessários esses requerimentos, se abre mão deles, para que possamos dar por encerradas as nossas averiguações?

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) - Abro mão. De minha parte, entendo desnecessários.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Consulto o Plenário se está de acordo com o parecer emitido pelo eminente Relator, a fim de que possamos encerrar essa fase de averiguações, ficando pendente tão-somente um laudo e esse que é o laudo da fita que está, ainda, em análise perante a Polícia Federal e que, segundo me informa o Corregedor, deve chegar dentro de um ou dois dias. Faço essa consulta.

E também quero pedir ao Corregedor que, em caso de haver concordância, V. Exª, que tantos e relevantes serviços prestou como

2313
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Corregedor ao bom andamento dos nossos trabalhos, envie todos os documentos ou resultados de disquetes que, por acaso, ainda estejam - não sei se estão - em poder de V. Exª, à Secretaria da Casa, bem como solicito também a opinião de V. Exª quanto a essa proposta que estou fazendo, já com a concordância do eminente Relator.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Eu, juntamente com a Advocacia – está aqui um dos membros da Advocacia –, temos preparado todas as pastas de todas as diligências, de todas as investigações que foram feitas nesta Casa, inclusive com o Dr. Dirceu. E outras investigações que foram conclusivas, apurando de que forma foi violado o sigilo do painel, estão prontas. Apenas as aguardo.

O relatório dos disquetes já está comigo, foram realmente improdutivos por todos os testes que a Polícia Federal realizou. Pedimos, e ontem foi autorizada, a retirada do computador onde o Dr. Ivar poderia ter fabricado o disquete. Chegou às mãos da Polícia Federal ontem à noite. Portanto, não teria dado tempo de tentarem verificar se há algum resíduo ainda que possa fornecer dados de que a lista possa ser extraída novamente.

Sobre a degravação da fita, acredito que, até segunda-feira, deverá estar em nossas mãos.

Queria dar esse esclarecimento para não ficar nenhuma dúvida, que a procrastinação da Corregedoria não é real. Todos os fatos foram ocorrendo ao longo do tempo e a perícia precisa ter tempo para poder realmente fazer um trabalho sério. Ontem, ainda foi por exigência de membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que acompanha de perto todas as diligências da Corregedoria, que se fizesse também no computador usado pelo Dr. Ivar, que colaborou na indicação do seu equipamento.

De forma que, assim que chegar, sem dúvida encaminharemos, mas ainda temos alguma coisa a...

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com os esclarecimentos, coloco em votação... Mas, antes, tem a palavra o Senador Waldeck Ornélas.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, queria exatamente me referir ao fato de que não há **quorum** para deliberar. Os membros do Conselho, somos aqui somente cinco.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Estamos procedendo à votação simbólica, Senador.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas não temos **quorum** para deliberar. Sugeriria a V. Exª, e faço isso muito à vontade, porque não sou autor de nenhum dos requerimentos, que V. Exª convoque, no

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 143
03.05.2001

FLS. 23/14
SECRETARIA-GERAL DA MESA

decorrer da próxima semana, uma reunião administrativa e os próprios autores dos requerimentos podem retirá-los como acaba de fazer o Senador Roberto Freire. De modo que isso que seria... e aí se poderiam discutir também os próximos passos dos trabalhos do Conselho de Ética.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Olha, vejo a lista que... pergunto a V. Exª se vai pedir verificação de **quorum**. Se V. Exª vai pedir, realmente... senão, vou considerar o requerimento aprovado, porque...

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Estamos aqui cinco Parlamentares-membros dos 16 do Conselho de Ética, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Então, V. Exª está pedindo verificação?

O SR. WALDECK ORNÉLAS – É uma questão de ética. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. V. Exª está pedindo... não é questão de ética; é questão regimental.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Estou sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está deferido. Portanto, o requerimento será submetido à votação em reunião que vamos marcar oportunamente.

Convido as Srªs e os Srs. Senadores e todos quantos colaboraram conosco para um lanche que será servido ali.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 144
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *03.05.2001*

DOCUMENTOS PERTINENTES À 10ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10ª REUNIÃO DE 2001

Em 3 de maio de 2001, quinta-feira, às 14h30, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à acareação entre os Srs. Senadores **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** e **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** e a Srª **REGINA CÉLIA PERES BORGES**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE INTERPELANTES

	INTERPELANTES	HORA
1.	(Jefferson Peres - T)	
2.	(Osmar Dias - T)	
3.	(suplente)	
4.	(Heloísa Helena - T)	
5.	(Eduardo Suplicy - não - membro)	
6.	(Osmar Dias - T)	
7.	(Titular)	
8.	T (Mozarildo)	T
9.	(Carlos Bezerra - S)	
10.	(Sandra Fernandes - não - membro)	
11.	(Marina Silva - S)	
12.	(T)	
13.	(Tasso Jereissati - T)	
14.	(Antero P. de Barros)	(S)
15.	- JOSÉ E DUTRA - SUPLENTE	
16.		NÃO MEMBRO
17.	Roberto Freire	
18.	Pedro Simon	
19.		
20.		
21.		

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 145

03.05.2001

FLS Nº 2316 SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
Quarta Secretaria

DE: SENADOR CASILDO MALDANER
PARA: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO DO SENADO FEDERAL,
SENADOR RAMEZ TEBET

QUESTÃO DE ORDEM

1) Considerando que o Conselho de Ética adotará procedimentos utilizados no Código de Processo Penal Brasileiro, particularmente em seu Art. 229, § único, que trata **"DA ACAREAÇÃO"**, levanto a seguinte questão de ordem: Porquê a Comissão não adota a ACAREAÇÃO aos pares ? Por exemplo: Inicialmente com **A x B** (onde **A=Senador ARRUDA e B=Senador ANTONIO CARLOS; C=REGINA CÉLIA**); depois: **A x C** e após **B x C**. Após, se dúvidas persistirem, far-se-ia a ACAREAÇÃO dos três –**AxBxC;**

2) Considerando a situação de subalternidade da Dra.Regina Célia, indago se não seria prudente perguntar-lhese, após o seu depoimento, a mesma recebeu alguma ameaça, ainda que não identificada ?

PERGUNTAS:

O Senador ROBERTO ARRUDA usou o nome do Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES ou teve autorização dele ?

O Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ao receber a lista das mãos do Senador ARRUDA, ligou para a Dra. REGINA agradecendo ou não o recebimento da mesma ? (a mesma pergunta para à servidora);

O Senador ARRUDA, ainda dentro do Gabinete da Presidência, ouviu ou não o agradecimento do Senador ANTONIO CARLOS à Dra. Regina. E como foi o agradecimento? (a mesma pergunta à servidora, pedindo que ela relate como foi o agradecimento.)

Brasília, 03 de maio de 2001

SGM SSCLSF

SENADOR CASILDO MALDANER

SENADO FEDERAL
FLS N.º 2317
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 146
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 03.05.2001

Ao Presidente Senador Ramez Tebet.

Para que possa formular pergunta relevante no momento de minha inscrição, peço a gentileza de ver o registro dos telefonemas dados pela Dra. Regina e pelo Sen. José Roberto Arruda no dia 28/6/2000, especialmente durante a manhã. Recebi cópia das listas, 3/5/2001 17:0

Sen. [illegible]

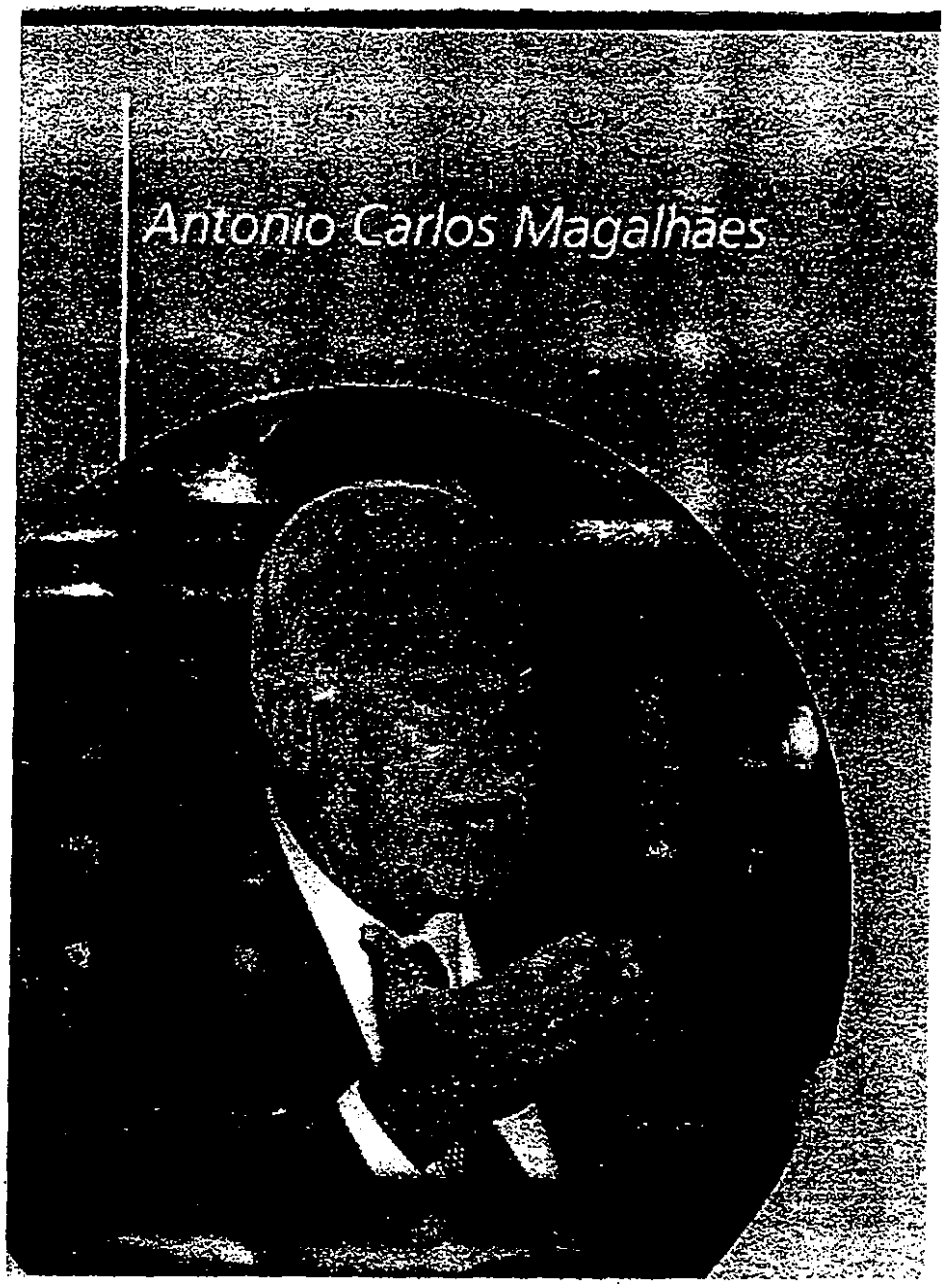
PS.- Uma possibilidade [illegible] relator examinar com atenção [illegible] telefonemas, antes de [illegible]

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 147

03.05.2001

FLS. Nº 2318



Parlamentares homenageiam presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal

(Cópia de livro que consta, na íntegra, do Volume IX, fls. 2031)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 148
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *03.05.2001*

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
Fls. nº 2314

[redacted]

Brasília, 02 de maio de 2001

Senhor Senador,

Em resposta ao OFÍCIO/PRES/2/2001 de 2 de abril, informo-lhe que a entrevista publicada em *Folha de S.Paulo* em 26/2/2001 e que versa sobre o tornozeleira foi concedida ao jornalista [redacted] não sendo assinada por nenhum jornalista do jornal.

Em relação aos demais acontecimentos já identificados, os servidores não foram envolvidos, sendo, portanto, desnecessário a consulta direta ao veículo de imprensa mencionado.

Aproveito a oportunidade para encaminhar-lhe outra matéria publicada pelo mesmo jornal em 26/2/2001 assinada por Fernando Rodrigues.

Cordialmente,

Senador ROBERTO FREIRE

Exmo. Sr.
Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

SGM/SSCLSF
Recebi o Original
Em 2 / 5 / 01

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 149
03.05.2001

ivo identificar, por exemplo, es-
ten que a empresa com dívidas
s foi cindida para que o paga-
to mensal ao Refis fosse calcula-
so base em somente uma parte
u faturamento.
cisão de fazer a "malha fina" é
uma. Fraudar o Refis é uma gra-
vame ao espírito motivador do
rama, que é dar condições para
mpresas que se tornaram ina-
dentes em períodos de crise não
obrigadas a continuar sem pa-
ibonos para sobreviver.
ntificação de irregularidade de fraude implicará a retirada da empresa
fis. Isso significa que as dívidas
s que a empresa teve que assu-
ra entrar no programa serão
ndas judicialmente, o que po-
rá a penhora de bens.
ncentivação dessa medida ajudaria
melhoria da tributação no Bra-
, uma vez identificado que, sem uma
reforma tributária, a obtenção
ste objetivo é tempo continuará
uma distante objetivo.

O DO CAFÉ

amento. Após certo tempo, os
os retidos pelo governo fede-
o leiloados internamente, rece-
o o comprador um prazo de 90
ara pagar. O café arrecadado é
stinado para a retenção, e o
dor recebe, de imediato, 70%
or do café retido.
lítica de retenção do café pro-
péssimos resultados. As cota-
o perdem não se recuperam,
ontrário, cairam. Além disso,
ouve controle em relação ao
cimento da retenção por outros
. Assim, o Brasil perdeu espa-
mercado internacional.
equenos produtores e aqueles
tuam no mercado de café es-
, em que o Brasil tem pequena
ipação, foram os principais
icados. Mas especuladores,
inham com a diferença de co-
do café entre Nova York e o
do interno, se beneficiaram.
ar de tudo isso, ao mês passa-
inistro da Agricultura, Pratini
es, anunciou que a política
ção continuaria neste ano, o
compreensível.

Carioso, embora alardeie a normalidade democrática de seu período, no entanto, desmantelou em muito essa democracia que diz prezar para gastar e agora passou a atacar seu parceiro conservadorismo social. Vai precisar de muito tiro e lenha para abalar o governismo.

FERNANDO RODRIGUES

A atitude de Luiz Francisco

BRASÍLIA - Passado o calor inicial da crise, na esteira do mais do Carnaval, pago Bompa para criar uma polêmica e discordar da análise mais ou menos generalizada sobre o procurador da República em Brasília Luiz Francisco de Souza.

Coube que Luiz Francisco gravou uma conversa entre ele, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e outros dois procuradores, na segunda-feira da semana passada.

Virou lugar-comum em Brasília servir o seguinte sobre o fato: "São dois loucos. ACM por ter ficticado com procuradores sobre acusações das quais não tem provas. E Luiz Francisco por ter gravado sem permissão, colocando em risco a reputação do Ministério Público como um todo".

O primeiro defeito desta análise é colocar no mesmo balaio ACM e Luiz Francisco. E, como é óbvio, ACM não é Luiz Francisco e vice-versa.

É importante registrar que Luiz Francisco cometeu uma "impropriedade" quando se considera o fato isoladamente. Não se espera que um procurador saia por aí gravando conversas sem avisar a seus interlocutores.

Mas é necessário fazer o julgamento "dentro do contexto", para usar a expressão que os jornalistas mais ouvem quando uma fonte não gosta do enfoque de uma notícia publicada.

Todas as declarações e acusações feitas por ACM eram do conhecimento de jornalistas e autoridades em Brasília. Quanto aos jornalistas, não podiam publicar porque ACM antes fazia o pedido do "off". No caso das autoridades, julgou o leitor por que nunca ninguém do Palácio do Planalto interpôs-se contra o boicote.

Luiz Francisco também sabia de tudo. Resolveu gravar. E divulgar um segredo para a revista "Isto É". Cometeu um erro! Pode ser. Mas tornou público para 170 milhões de brasileiros algo que apenas uns poucos ploplopla comentavam em Brasília. Ficou arranhado, colocando a própria pele e a reputação em risco, o jovem procurador prestou um serviço ao país.

CARLOS HEITOR CONY

O baile do cabide

RIO DE JANEIRO - Não era um feitiço. Mas de cara cheia, topavo um baile ou outro, principalmente os da praça. Casara-se havia pouco, uma loura da Tijuca, candidata a miss no tempo em que os concursos de misses eram uma espécie de Copa do Mundo. Tinha um futuro diante de si e um passado.

Este passado tinha a forma e o gosto de uma baiuquinha, então se dizia que mulher com mais de 30 anos merecia esse nome. Também frequentava bailes de pesado, realizados na semana que antecedia o carnaval, em horário vespertino, em local consagrado.

Ele declarou que não era de formas —o que era verdade. Que estava casado e gostava da mulher —o que também era verdade. Os amigos insistiram. Com algumas caipirinhas antes do almoço, lá foi ele ao baile que se chamava do Cabide.

Foi entrar no salão e topar com aquele passado. Lá estava ela, esfregando-se em todos. Nunca mais haviam se visto. Ela assumira a vida livre e alegre, continuando a ser como era: mais ou menos de todos.

Ele mudara: tinha cara de careta, mulher careta. E estava gostando de ser um homem certo. Mas não gostou do que estava vendo: o seu passado ali no salão, cabiçada por todos, brilhando naquele esplendor que o poeta chamou de "carne e beleza".

Tomou umas caipirinhas a mais e tomou, sobretudo, coragem. Tirou-a do salão: "Você é minha!". Ela lá respondeu: "Sua sona oral" —estas profetizam de boca fechada.

Era —como já disse— no meio da semana que antecede o carnaval. Os dois passaram juntos o triduo momesco —um lugar-comum inarredável nos antigos jornais. E juntos continuaram até hoje. Ela perdeu o fogo. Ele perdeu cabelos. Mas ambos ganharam consciência de que eram um do outro.

A tal guria, que havia sido candidata a miss, seguiu o destino de outras candidatas a misses: embarrigou, criou varios e filhos de um segundo casamento.

FRA

"A realidade da
está avançando.
tinha a ilusão d
protegido, de qu
(violência) só ac
bairros da perif

VIAGEM SEXUAL "T
seja tão prazeroso q
que não combinar a

CONTÁGIO "Você po
espalhando o proble
permitindo que ele c
lugares, mas também
desarticulando os lic

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 21h42min.)

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10ª REUNIÃO DE 2001

Em 03 de maio de 2001, quinta-feira, às 14h30min, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à acareação entre os Srs. Senadores **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** e **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** e a Srª **REGINA CÉLIA PERES BORGES**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO - PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto: _____

Brasília, 03 de maio de 2001

SENADO FEDERAL
FL. Nº 2321
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10ª REUNIÃO DE 2001

Em 3 de maio de 2001, quinta-feira, às 14h30, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à acareação entre os Srs. Senadores **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** e **JOSÉ ROBERTO ARRUDA** e a Srª **REGINA CÉLIA PERES BORGES**, ex-Diretora Executiva do Prodasen, nos autos da Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE INTERPELANTES

	INTERPELANTES	HORA
1.	(Jefferson Peres - T)	
2.	(Casildo Maldaner - T)	
3.	(suplente)	
4.	(Leomar Quintanilha - T)	
5.	(Eduardo Suplicy - não - membro)	
6.	(Osmar Dias - T)	
7.	(Titular)	
8.	T (Mozarildo) T	
9.	(Carlos Bezerra - S)	
10.	(Romeu Tuma - não - membro)	
11.	(Marina Silva - S)	
12.	(Lúcio Alcântara) (T)	
13.	(Sérgio Machado - T)	
14.	(Antero P. de Barros) (T)	
15.	- JOSÉ E. DUTRA - SUPLENTE	
16.	NÃO MEMBRO	
17.	Roberto Freire	
18.	Pedro Simon	
19.		
20.		
21.		

Junte-se. Leia em Audiência. Em 03.05.2001

SENADO FEDERAL
Quarta Secretaria

DE: SENADOR CASILDO MALDANER
PARA: PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO DO SENADO FEDERAL,
SENADOR RAMEZ TEBET

QUESTÃO DE ORDEM

1) Considerando que o Conselho de Ética adotará procedimentos utilizados no Código de Processo Penal Brasileiro, particularmente em seu Art. 229, § único, que trata **"DA ACAREAÇÃO"**, levanto a seguinte questão de ordem: Porquê a Comissão não adota a ACAREAÇÃO aos pares ? Por exemplo: Inicialmente com **A x B** (onde **A**=Senador ARRUDA e **B**=Senador ANTONIO CARLOS; **C**=REGINA CÉLIA); depois: **A x C** e após **B x C**. Após, se dúvidas persistirem, far-se-ia a ACAREAÇÃO dos três –**AxBxC;**

2) Considerando a situação de subalternidade da Dra.Regina Célia, indago se não seria prudente perguntar-lhese, após o seu depoimento, a mesma recebeu alguma ameaça, ainda que não identificada ?

PERGUNTAS:

O Senador ROBERTO ARRUDA usou o nome do Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES ou teve autorização dele ?

O Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, ao receber a lista das mãos do Senador ARRUDA, ligou para a Dra. REGINA agradecendo ou não o recebimento da mesma ? (a mesma pergunta para à servidora);

O Senador ARRUDA, ainda dentro do Gabinete da Presidência, ouviu ou não o agradecimento do Senador ANTONIO CARLOS à Dra. Regina. E como foi o agradecimento? (a mesma pergunta à servidora, pedindo que ela relate como foi o agradecimento.)

Brasília, 03 de maio de 2001

SENADOR CASILDO MALDANER

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. N.º 233

SGM/SSCLSF
Recebi o Original
Em 3 / 5 / 01
às 13h35 Maria Sagy

Anexo II — Gabinete nº 7 — Ala Senador Teotônio Vilela — CEP 70165-900 — Telefones: (061) 226-2588 — 311-1215/1315

Brasília, 3 maio 2001

Ao Presidente Senador Ramez Tebet.

Para que possa formular requerimento relativo, no momento de instrução, peço a gentileza de ver o registro dos telefonemas dados pela Dra. Regina e feito pelo Sen. José Roberto Arruda no dia 28/4/2001, especialmente quanto a minha.

Recebi cópia das listas, 3/5/2001 17:08

Sen. José Roberto Arruda

PS - Caso possível, o mesmo relator examinar com atenção os telefonemas, antes de ser encerrada a instrução.

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2324

Contas telefônicas
do Senador
José Roberto Arruda

SENADO FEDERAL

CONTÉM O PRESENTE PROCESSO ASSUNTO

RESERVADO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL
FLS. Nº 2325

Retirado pelo autor em 3/5/2001.

Deferido em 3/5/2001

Brasília, 02 de maio de 2001

Of. GSRFRE 048/2001

Senhor Senador,

Em resposta ao OF. CEDP Nº 27/2001 de 5 de abril, informo-lhe que a chamada publicada em *A Folha de São Paulo,* na semana em que se tornou pública a violação do Painel pela Revista ISTOÉ, não era assinada por nenhum jornalista.

Em vista dos últimos acontecimentos, e já identificados os servidores do Prodasen envolvidos, sugiro, caso V.Exa. julgue ainda oportuno, a consulta direta ao veículo de imprensa mencionado.

Aproveito a oportunidade para encaminhar-lhe outra matéria publicada pelo mesmo jornal em 26/2/2001, assinada por Fernando Rodrigues.

Cordialmente,

Senador ROBERTO FREIRE

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL FLS. Nº 23216

Exmo. Sr.
Senador **RAMEZ TEBET**
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Senado Federal

SGM/SSCLSF
Recebi o Original
Em 2 / 5 / 01
15h13 Marcia Eggs

Gabinete do Senador ROBERTO FREIRE
Ala Senador Teotônio Vilela nº 5
70165-900 - Brasília - DF

o identificar, por exemplo, ca-
n que a empresa com dívidas
foi cindida para que o paga-
) mensal ao Refis fosse calcula-
n base em somente uma parte
faturamento.
isão de fazer a "malha fina" é
na. Fraudar o Refis é uma gra-
nta ao espírito motivador do
ma, que é dar condições para
presas que se tornaram ina-
ntes em períodos de crise não
obrigadas a continuar sem pa-
utos para sobreviver.
ntificação de tentativa de frau-
implicar a retirada da empresa
s. Isso significa que as dívidas
que a empresa teve que assu-
a entrar no programa serão
das judicialmente, o que po-
à penhora de bens.
cionização dessa medida aju-
elhoria da tributação no Bra-
vale lembrar que, sem uma
eforma tributária, a obtenção
ça nesse campo continuará
m distante objetivo.

) DO CAFÉ

nento. Após certo tempo, os
s retidos pelo governo fede-
eiloados internamente, rece-
) comprador um prazo de 90
a pagar. O café arrematado é
ntado para a retenção, e o
or recebe, de imediato, 70%
café retido.
tica de retenção do café pro-
essimos resultados. As cota-
produto não se recuperaram.
rtário, caíram. Além disso,
ive controle em relação ao
nento da retenção por outros
Assim, o Brasil perdeu espa-
ercado internacional.
quenos produtores e aqueles
vam no mercado de café es-
m que o Brasil tem pequena
ação, foram os principais
ados. Mas especuladores,
ham com a diferença de co-
o café entre Nova York e o
) interno, se beneficiaram.
de tudo isso, no mês passa-
nistro da Agricultura, Pratini
es, anunciou que a política
ção continuaria neste ano, o
ompreensível.

Cardoso, embora alardeie a normalidade democrática do seu período, no entanto, desmoralizou em um tanto essa democracia que diz prezar para gastar e agora passou a amenizar seu pavoroso conservadorismo social. Vai precisar de muito tiro e lama para abalar o governismo.

folha - são Paulo 24/04/2001

FERNANDO RODRIGUES

A atitude de Luiz Francisco

BRASÍLIA - *Passado o calor inicial da crise, na estiagem de meio do Carnaval, peço licença para criar uma polêmica e discordar da análise mais ou menos generalizada sobre o procurador da República em Brasília Luiz Francisco de Souza.*

Consta que Luiz Francisco gravou uma conversa entre ele, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e outros dois procuradores, na segunda-feira da semana passada.

Virou lugar-comum em Brasília ouvir o seguinte sobre o fato: "São dois levianos. ACM por ter fuxicado com procuradores sobre acusações das quais não tem provas. E Luiz Francisco por ter gravado sem permissão, colocando em risco a reputação do Ministério Público como um todo".

O primeiro defeito dessa análise é colocar no mesmo balaio ACM e Luiz Francisco. E, como é óbvio, ACM não é Luiz Francisco e vice-versa.

É importante registrar que Luiz Francisco cometeu uma impropriedade quando se considera o fato isoladamente. Não se espera que um procurador saia por aí gravando conversas sem avisar a seus interlocutores.

Mas é necessário fazer o julgamento "dentro do contexto", para usar a expressão que os jornalistas mais ouvem quando uma fonte não gosta do enfoque de uma notícia publicada.

Todas as declarações e acusações feitas por ACM eram de conhecimento de jornalistas e autoridades em Brasília. Quanto aos jornalistas, não podiam publicar porque ACM antes fazia o pedido do "off". No caso das autoridades, julgue o leitor por que nunca ninguém do Palácio do Planalto insurgiu-se contra o baiano.

Luiz Francisco também sabia de tudo. Resolveu gravar. E divulgar em seguida para a revista "IstoÉ". Cometeu um erro? Pode ser. Mas tornou público para 170 milhões de brasileiros algo que apenas uns gatos-pingados conheciam em Brasília. Nesse sentido, colocando a própria pele e a reputação em risco, o jovem procurador prestou um serviço ao país.

CARLOS HEITOR CONY

O baile do cabide

RIO DE JANEIRO - *Não era um folião. Mas de cara cheia, topava um baile ou outro, principalmente os da pesada. Casara-se havia pouco, uma loura da Tijuca, candidata a miss no tempo em que os concursos de misses eram uma espécie de Copa do Mundo. Tinha um futuro diante de si e um passado.*

Esse passado tinha a forma e o gosto de uma balzaquiana, então se dizia que mulher com mais de 30 anos merecia esse nome. Também frequentava bailes da pesada, realizados na semana que antecedia o carnaval, em horário vespertino, em local camuflado.

Ele declarou que não era de farras —o que era verdade. Que estava casado e gostava da mulher —o que também era verdade. Os amigos insistiram. Com algumas caipirinhas antes do almoço, lá foi ele ao baile que se chamava do Cabide.

Foi entrar no salão e topar com aquele passado. Lá estava ela, esfregando-se em todos. Nunca mais haviam se visto. Ela assumira a vida livre e alegre, continuando a ser como era: mais ou menos de todos.

Ele mudara: tinha cama certa, mulher certa. E estava gostando de ser um homem certo. Mas não gostou do que estava vendo: o seu passado ali no salão, cobiçada por todos, brilhando naquele esplendor que o poeta chamou de "carne e beleza".

Tomou umas caipirinhas a mais e tomou, sobretudo, coragem. Tirou-a do salão: "Você é minha!". Ela ia responder: "Sua uma ova!" —mas preferiu ficar de boca fechada.

Era —como já disse— no meio da semana que antecede o carnaval. Os dois passaram juntos o tríduo momesco —um lugar-comum inarredável nos antigos jornais. E juntos continuaram até hoje. Ela perdeu o fogo. Ele perdeu cabelos. Mas ambos ganharam consciência de que eram um do outro.

A tal guria, que havia sido candidata a miss, seguiu o destino de outras candidatas a miss: embagulhou, criou varizes e filhos de um segundo casamento.

texto, com líderes c
minosas; tomar m
ra reduzir o poder
tação de celulares
trução de torres, r
visitas em massa, c
de criminosos no
presídios etc.); não
violência indiscrim
esse último aspect
do governo de São
duras críticas, tamb
tar positivamente a
aqui agiu no enfren
liões.

Essa é a tarefa do
não significa deixar
das desigualdades s
dade de humanizar
presídios, com a res
sem dúvida muito
lem a campos de co
tas, como parecem
almas sensíveis.

Negociar com lid
sas, acertar ou aceit
fortável a curto praz
uma política inflexív
inicialmente, em no
é necessário entend
mos diante de uma
cal, em que a intran
duz, em regra, bons
mos diante de perso
rança de recuperaçã
longas penas, que se
timidação e pelo ter
sa dos condenados.
também de uma se
que, nas casas e nas r
de todos nós.

SECRETARIA GERAL DA MESA Nº 2377

FRAS

*"A realidade da
está avançando.
tinha a ilusão de
protegido, de qu
(violência) só ac
bairros da perife*

Sérgio Adorno, sociólogo
Paulo), comentando aume
bairros nobres de São Paul

VIAGEM SEXUAL *"Te
seja tão prazeroso q
que não combinar a*

Kenny Williams, turista no
contratou uma garota de p
tar passando o Carnaval no
mo sexual, ontem na Folha

CONTÁGIO *"Você po
espalhando o proble
permitindo que ele c
lugares, mas também
desarticulando os lí*

Elizabeth Sussekind, secre
ça, sobre a estratégia de tra
rados líderes de organizaçõ
deias do país, ontem na Fol

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador FREITAS NETO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 7328

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP Nº 56/2001 (circular)
Nº de Fls.: 01 (uma)
Destin.: Sen. Freitas Neto
Recebido por: Vanusa P. Furtado
Matrícula: 3402
Data: 04/05/2001

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador AMIR LANDO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL S. FLS. Nº 2329 SECRETARIA-GERAL

Secretaria-Geral
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Nº de Fls.: 01
Destino: Gab. Sen. Amir Lando
Recebido por:
Matrícula: Data: 04/05/2001

2515

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmª Srª
Senadora MARLUCE PINTO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2330

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: OF. (CEDP nº 56/01
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Marluce Pinto
Recebido por:
Matrícula: 2675
Data: 04/05/2001

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Nº de Fls.: 01
Destino: Gab. Sen. Ney Suassuna
Recebido por: ARISHAR
Matrícula: 2332
Data: 04/05/2001

Exmº Sr.
Senador NEY SUASSUNA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2331

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: OF. CEDP nº 56/01
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Nabor Júnior
Recebido por: Lúcio
Matrícula: 1598
Data:

Exmº Sr.
Senador NABOR JÚNIOR
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL FLS. Nº 0332

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral
Doc.: OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular)
Nº de Fls.: 01 (uma)
Destino: Sen. Casildo Maldaner
Recebido por:
Matrícula: 1511
Data: 04/05/2001

Exmº Sr.
Senador CASILDO MALDANER
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

F.S. nº 2335 MESA SECRETARIA-GERAL DA

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador JEFFERSON PÉRES
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Nº de fls.: 01
Recebido por: Sen. Jefferson Péres
Matrícula: 2221
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS. Nº 2334

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador ROMERO JUCÁ
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA Folha nº 2335

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Folha(s): 01
Destino: Sen. Romero Jucá
Recebido por: Teuzinho Souza
Matrícula: Hugo
Data: 04/5/01

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador BELLO PARGA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2336

Secretaria-Geral
Doc.: OF. CEDP nº 56/01
01
Sra. Bello Parga
Rubrica:
Matrícula: 2189
Data: 04/5/01

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador CARLOS BEZERRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2337

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: Of. CEDP Nº 56/01
Fls.: 01
Assunto: Sen. Carlos Bezerra
Recebido por: Silvio S. Veloso
Matrícula: 2261
Data: 04/5/01

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Fls.: 01
Destino: Sen. Geraldo Althoff
Recebido por: Maria L da Silva
Matrícula: 2337
Data: 04/5/01

Exmº Sr.
Senador GERALDO ALTHOFF
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SECRETARIA DE MESA FLS. Nº 2338

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP nº 56/01
Folha: 01
Assinatura: Sen. Paulo Souto
Recebido por: Adriana 5346
Matrícula:
Data: 04/5/01

Exmº Sr.
Senador PAULO SOUTO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

F. S. nº 2339

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador RICARDO SANTOS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

FLS Nº 2340

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP nº 56/01
Destino: Sr. Ricardo Santos
Recebido por: Roberto Lopes Silva
Matrícula: Diogo 2478
Data: 04/5/01

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador RENAN CALHEIROS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: Of. CEDP nº 56/01
Nº : 01
Destino: Sen. Renan Calheiros
Recebido por:
Matrícula: 94092
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS. Nº 3341

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador JADER BARBALHO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SF Fls. 2342

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: OF. CEDP Nº 56/2001 (circular)
Nº de Fls.: 01 (uma)
Destino: Sen. Jader Barbalho
Recebido por: Ingrid
Matrícula: 3324
Data: 04/05/2001

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador **WALDECK ORNELAS**
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Nº de Fls.: 01
Destino: Sen. Waldeck Ornelas
Recebido por: Adriana Maria
Matrícula: 2192
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS. Nº 2313

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador GERSON CAMATA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS. Nº 2344

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP nº 56/01
Nº de Fls.: 01
Destino: Gab. Sen. Gerson Camata
Recebido por:
Matrícula: 2409 Y165
Data: 04/05/2001

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP Nº 56/2001 (urgente)
01 (uma)
Destino: Sen. Romeu Tuma
Recebido por: Claudia F. da Silva
Matrícula: 3160
Data: 04/05/2001

Exmº Sr.
Senador ROMEU TUMA
Corregedor do Senado Federal

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 345

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador JOSÉ AGRIPINO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: Of. CEDP nº 56/01
Fls: 01
Destino: Sen. José Agripino
Recebido por:
Matrícula: 2253
Data: 04/5/01

SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS Nº 2346

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral ...
Doc: Of. CEDP nº 56/01
Fls. 01
Destino: Sr. Lúcio Alcântara
Recebido por: Euclides Alves
Matrícula: 4454
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS. Nº 2347

Exmº Sr.
Senador LÚCIO ALCÂNTARA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador CARLOS PATROCÍNIO
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2348

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: OF. CEDP nº 56/01
Fls.: 01
Destino: Sen. Carlos Patrocínio
Recebido por: DEJALTON
Horário: 2249
Data: 04/5/01

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmª Srª
Senadora HELOÍSA HELENA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP Nº 56/2001 (circular)
Nº de fls.: 01 (uma)
Destino: Sen. Heloísa Helena
Recebido por: Wilson
Matrícula: 2555 vigo
Data: 04/05/2001

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
PLS Nº 2349

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador LAURO CAMPOS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Fls.: 01
Recebido por: Raul Roberto
Matrícula: 2116
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS Nº 2350

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador OSMAR DIAS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: Of. CEDP nº 56/01
Folha: 01
Destino: Sen. Osmar Dias
Recebido por: Wagner Augusto
Matrícula: 2129
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS Nº 2351

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: OF. CEDP nº 56/01
Nº de Fls.: 01
Destino: Sr. Francelino Pereira
Recebido por: Hilário
Matrícula: 2361
Data: 04/5/01

Exmº Sr.
Senador FRANCELINO PEREIRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS Nº 2352

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezada Senadora,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmª Srª
Senadora MARINA SILVA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: Of. CEDP nº 56/01
Folha(s): 01
Destino: Sra Marina Silva
Recebido por:
Matrícula: 2276
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2353

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador ROBERTO SATURNINO
Relator da Denúncia nº 1, de 2001
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: Of. CEDP nº 56/01
Destino: Sen. Roberto Saturnino
Recebido por: Joana 2303
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL FLS Nº 2354 SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador JOSÉ EDUARDO DUTRA
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa
Doc.: Of. CEDP nº 56/01
Folhas: 01
Destino: Sen. José Eduardo Dutra
Recebido por:
Matrícula: 2506
Data: 04/5/01

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA 2355

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 56/2001 (Circular) Brasília, 4 de maio de 2001

Prezado Senador,

Comunico a V. Exª que está convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 9h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador ANTERO PAES DE BARROS
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2356

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP Nº 56/2001 (circ.)
Fls: 1 (UMA)
Destino: Gab. Sen. Antero P. de Barros
Recebido por: GRAÇA
Matrícula: 2168
Data: 04.05.2001

2356

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 57/2001 Brasília, 4 de maio de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que foi convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Exmº Sr.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA 2357

Secretaria-Geral da Mesa
Doc: OF. CEDP nº 57/01
Fls. nº: 01
Destino: Gab. do Sen. ACM
Recebido por:
Matrícula: 7713
Data: 04/05/01

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 58/2001 Brasília, 4 de maio de 2001

Senhor Senador,

Comunico a V. Exª que foi convocada a **11ª Reunião** do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a realizar-se no próximo dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº **3** da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Na oportunidade, renovo a V. Exª protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Secretaria-Geral ...
Doc.: OF. CEDP nº 58/01
Fls.: 01
Assunto: Gab. Sen. José R. Arruda
Recebido por: ...
Matrícula: 30.154
Data: 04/05/01 13.07 hs

Exmº Sr.
Senador JOSÉ ROBERTO ARRUDA
Ala Senador Teotônio Vilela, Gabinete nº 10
Senado Federal

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2358

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a **11ª Reunião** do Conselho, a realizar-se no dia **8 de maio de 2001**, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Brasília, 4 de maio de 2001

SENADOR RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

SENADO FEDERAL SECRETARIA DE MESA FLS. Nº 2359

V:\Sgm\Sscisf\Ética\Convocação 8.5.01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

ATA DA 11ª REUNIÃO

Ata Circunstanciada da 11ª Reunião, realizada em 8 de maio de 2001, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a tratar de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

Estiveram presentes os Srs. Senadores:

PMDB
Ramez Tebet (Presidente)
Casildo Maldaner
Nabor Júnior
Amir Lando
Marluce Pinto

PFL
Francelino Pereira
Paulo Souto
Waldeck Ornelas
Carlos Patrocínio
Bello Parga

BLOCO – PSDB/PPB
Lúcio Alcântara
Osmar Dias
Antero Paes de Barros

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)
Heloísa Helena
Jefferson Péres
José Eduardo Dutra
Marina Silva
Roberto Saturnino (PSB)

CORREGEDOR
Romeu Tuma

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2360

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11ª REUNIÃO DE 2001

Em 08 de maio de 2001, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a trata de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Mariuce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO – PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto:

Brasília, 08 de maio de 2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. N. 2361

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 3
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES 08.05.2001

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) - Srªs e Srs. Senadores, havendo número legal, declaro aberta a 11ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que tem por objetivo tratar de assuntos referentes à Denúncia n.º 1, de 2001, quais sejam, os seguintes requerimentos de diligências, ainda pendentes:

- Requerimento (RED) n.º 1, de 2001, apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros, em 21 de março, de convocação do Sr. Fernando César Mesquita, jornalista e ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado;
- Requerimento (RED) n.º 4, de 2001, apresentado pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na reunião de 4 de abril, de convocação dos peritos da Unicamp;
- Requerimento (RED) n.º 5, de 2001, apresentado também pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na mesma reunião, de convocação dos responsáveis pela empresa contratada pelo Senado para instalar o sistema de votação eletrônica do Plenário;
- Requerimento do Senador Antero Paes de Barros, encaminhado por esta Presidência ao Reitor da Unicamp, no sentido do esclarecimento de indagações feitas relativamente ao painel de votação eletrônica do Senado;
- Requerimento (RED) n.º 8, de 2001, apresentado pela ilustre Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos, como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais de tronco comum da Casa, no período de 27 a 30 de junho de 2000.

Quanto ao ofício do Senador Roberto Freire, recebido no último dia 2 de maio, informo que o mesmo foi retirado pelo autor e deferido pela Presidência na reunião do dia 3 de maio.

Quero esclarecer ao Plenário que os autores de todos esses requerimentos requereram a desistência dos mesmos – todos formalizaram por escrito o pedido de retirada.

Estão sobre a mesa os requerimentos do Senador Relator, que é autor de dois requerimentos, bem como os do Senador Antero Paes de Barros e o da Senadora Heloísa Helena.

SENADO FEDERAL SECRETARIA GERAL DA MESA FLS. N. 2362

Consulto, pois, se podemos votar todos os requerimentos em conjunto ou se devemos votar cada um individualmente.

O SR. JEFERSON PÉRES – Sr. Presidente, creio que em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Perfeitamente. Vamos votá-los em conjunto.

Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

Sobre a mesa, requerimentos de autoria do Senador Waldeck Ornélas, que passo a ler:

"Requeiro, na forma do art. 4º e do art. 17 da Resolução n.º 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a requisição ao Ministério Público Federal de cópia do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar vazamento de informações sobre a reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho."

O segundo requerimento, que passo a ler, está vazado nos seguintes termos:

"Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a juntada aos autos da investigação preliminar feita por esse Conselho da Perícia oficial realizada na gravação feita pelo Dr. Luiz Francisco de Souza da reunião sigilosa ocorrida entre os Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Requeiro, ainda, a audiência prévia do Senhor Corregedor sobre o cotejo da degravação feita pelo Departamento de Polícia Federal e o efetuado pelo perito particular Ricardo Molina.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho."

Há ainda um terceiro requerimento, de autoria do Senador Waldeck Ornélas, que passo a ler:

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS. N. 2363

"Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, seja requisitada perícia oficial no computador onde teria sido gravado disquete com arquivo contendo a suposta relação de votos proferidos na sessão que resultou na perda de mandato do ex-senador Luiz Estevão.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho."

Srs. Senadores, estes requerimentos foram recebidos agora pela Presidência. O eminente Senador Waldeck Ornélas me informou de um requerimento que faria no sentido de requisitar cópia do inquérito administrativo realizado no Ministério Público.

De ofício, Senador Waldeck Ornélas, solicitarei cópia do inquérito administrativo, sem prejuízo de considerar encerradas as averiguações. Isso já é demais. Se chegar ainda a tempo, tudo bem; mas acho que estes requerimentos poderiam ter sido formulados há muito tempo. Sinto que o Conselho de Ética entende que as averiguações devam ser consideradas encerradas.

Assim, na qualidade de Presidente, declaro realmente encerradas as averiguações da Denúncia objeto de nossos trabalhos. Portanto, repito, declaro-as encerradas.

Tendo sido retirados todos os requerimentos de diligências constantes da Ordem do Dia de hoje, declaro encerrada a fase de averiguações da Denúncia nº 01, de 2001, não obstante vá requisitar os pedidos. Entretanto, fica a critério do eminente Relator receber, se chegarem a tempo, as respostas às diligências requeridas. A fase de averiguações, positivamente, está encerrada.

O SR. PEDRO SIMON – Requer pedindo urgência, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro que se tem que pedir urgência.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – V. Exª me permite um esclarecimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Sim, Excelência.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Na verdade, tanto a perícia na gravação quanto a perícia no computador já foram solicitadas pela Corregedoria, não tendo, contudo, sido ainda apresentadas a este Plenário. Dessa maneira, estou pedindo a juntada desses documentos, que reputo elementos essenciais de prova, bem como a juntada da cópia

SENADO FEDERAL SECRETARIA FLS. Nº 2364

do inquérito administrativo instaurado no Ministério Público. Não estou pedindo novas audiências; estou pedindo porque é fundamental – e agradeço a V. Exª o deferimento dos requerimentos – que esses documentos sejam juntados aos autos, para que o Sr. Relator possa considerá-los na formação do seu juízo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concederei vista dos autos, pelo prazo regimental, ao eminente Sr. Relator, independentemente da chegada ou não dos citados documentos. S. Exª apreciará esses requerimentos ou não, mas as averiguações estão encerradas.

Segundo penso, os requerimentos podem ter procedência no momento processual, ou seja, no momento da defesa propriamente dita, lá na frente, se chegarmos ate lá, o que não sei.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – É critério do Relator, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não sei o parecer do eminente Relator.

Assim, com o meu despacho, declaro encerrada a fase das averiguações da Denúncia nº 01, de 2001, e abro vista regimental para que o eminente Relator se pronuncie.

O Senador Romeu Tuma pede a palavra para dar alguns esclarecimentos sobre os laudos, tendo em vista que houve referência a isso.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, já conversei sobre isso com o Relator, Senador Roberto Saturnino. Recebi um telefonema de sua secretária tratando do laudo sobre os disquetes e o computador utilizados para alterar o programa e sobre a possibilidade de extração da lista.

Esclareço que a Polícia Federal está concluindo os dois laudos, comprometendo-se a nos enviá-los até quinta-feira. Como disse, já avisei o Relator sobre isso. Enviei, hoje, cópia do laudo da Unicamp para ser examinado pela Polícia Federal e para que se faça alguma complementação, se houver necessidade, a fim de que, futuramente, não se alegue que se tratou de um laudo contratado e não oficial. Foi apenas um cuidado especial, Senador Roberto Saturnino, ao qual peço a anuência de V. Exª, porque temos de ter zelo, em todas as fases, a fim de não ensejar qualquer tipo de nulidade.

Comunico ainda ao Conselho que a Corregedoria já está com a documentação toda catalogada – um pré-relatório – que encaminharei a

SENADO FEDERAL FLS. 2365 SECRETARIA GERAL DA MESA

V. Exª. Apesar de já ter se encerrado a fase de averiguações, acredito que será de bastante utilidade ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Romeu Tuma, não quero deixar qualquer dúvida a respeito da decisão da Mesa. Veja bem V. Exª: tenho em mãos requerimentos de perícia oficial, o que, positivamente, a fase de averiguações não comporta. Vou juntá-los aos autos, porém informando que a fase atual não comporta uma perícia oficial. Esses requerimentos seriam peça de defesa por ocasião do processo. Não podemos protelar mais. A perícia oficial na gravação feita pelo Dr. Luiz Francisco podia ter sido requerida há muito tempo, e não o foi. Assim, será peça de defesa, dependendo do andamento do processo.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas foi, Sr. Presidente. V. Exª não entendeu. Deixe-me esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Não. Essa perícia.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Não quero que a explicação de V. Exª dê margem a que amanhã a imprensa venha dizer, como disse quando requeri corretamente verificação de **quorum** na reunião anterior, que se trata de prática protelatória. De modo algum. Trata-se de medidas, como o Corregedor acaba de informar, já providenciadas por S. Exª. Como sabia que V. Exª queria encerrar hoje...

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Mas não dá para procrastinar, porque a perícia oficial da gravação foi feita aqui e aprovada por todos.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Exato.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – O Procurador-Geral esteve conosco, pessoalmente. Fui lá pedir a fita, que foi encaminhada à Polícia Federal com a autorização da Presidência.

O SR. WALDECK ORNÉLAS – Mas, neste caso, Sr. Presidente, estamos com o carro adiante dos bois. Embora se trate de uma denúncia, as investigações deixaram de ser preliminares e passaram a ser investigações amplas, com elementos de perícia. Por essa razão, é indispensável e fundamental que o Relator considere esses elementos em seu parecer, pois não voltará a considerá-los depois. Então, por isso, tomei o cuidado de requerer a juntada desses laudos aos autos, para que o Relator possa trabalhar também com esses elementos.

FLS. Nº 2366

Essas são providências já solicitadas pelo Corregedor e que ainda não foram concluídas.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Waldeck Ornélas, já proferi o meu despacho e, realmente, como afirmei no início, vou juntá-los aos autos, pois declarei encerrado o processo de averiguações e determinei a concessão de vista dos autos ao eminente Relator.

Ilustres membros, não posso deixar de ler outro requerimento, de autoria do Senador Ney Suassuna, nos seguintes termos:

"Requeiro que a votação do parecer do Relator Roberto Saturnino neste Conselho de Ética, destinada a apurar a violação do painel de votação do Senado Federal, na sessão que cassou o mandato do então Senador Luiz Estevão, seja aberta, com os membros anunciando ostensivamente os seus votos.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade dos episódios investigados por este Conselho recomenda a adoção de procedimentos excepcionais, com vistas a conferir o indispensável grau de transparência durante o processo de votação, de maneira a preservar, incondicionalmente, a credibilidade da instituição Senado Federal."

Lido o requerimento, valho-me do ditado: "Cada dia com a sua agonia". Quando o Relator apresentar o seu parecer, porque nem este Presidente nem o Conselho podem decidir sobre hipótese, essa matéria será decidida.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, desejo apenas um esclarecimento acerca do significado real da expressão que V. Exª utilizou: *"conceder vista ao Relator pelo prazo regimental"*. Que prazo regimental é esse? São os cinco dias de vista do processo normal? São as cinco sessões utilizadas quando da representação?

Pretendo saber exatamente o prazo que se tem, para conhecer realmente a data em que o Relator apresentará o seu parecer ao Conselho. É um esclarecimento que eu gostaria que V. Exª prestasse.

FLS. 236

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador José Eduardo Dutra, o nosso Regimento reza que o Relator tem o prazo de cinco sessões ordinárias para apresentar o seu relatório. Se S. Exª entender que cinco sessões não são suficientes, naturalmente, deverá apresentar aqui qualquer requerimento. Não posso fugir do Regimento.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Sr. Presidente, é importante precisar a data, porque essa questão das cinco sessões ordinárias está prevista no Regimento não para esta fase em que estamos agora. Esse prazo de cinco sessões ordinárias consta do inciso IV do art. 15, que trata da relatoria da representação, que não é o caso agora. O Regimento é omisso em relação à situação atual. Como temos outros prazos relativos a vista, como aquele que se aplica quando do pedido de vista normal de Senador, eu gostaria que se precisasse exatamente o prazo que está sendo dado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas V. Exª não considera que o prazo regimental deve ser esse a que me referi? Se o Regimento é omisso, tenho de apresentar algo por analogia.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Concordo com V. Exª. Solicitei apenas que V. Exª precisasse exatamente o prazo, porque V. Exª afirmou *"pelo prazo regimental"*, e isso dá margens a... Nas Comissões, fala-se em prazo regimental para a relatoria, que é um prazo maior que esse.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Mas acredito que ficou esclarecido o prazo a que me referi. Ou não? (Pausa.)

Srªs e Srs. Senadores, não há mais nenhuma questão de ordem.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, apenas peço ao Relator que tenha mais cuidado daqui em diante. S. Exª deve se preservar mais. Não deve morder qualquer fruta que colocam na sua frente. (Risos.) S. Exª precisa ter um pouquinho mais de cuidado. Seria recomendável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srªs e Srs. Senadores, mais uma vez, agradeço a presença...

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO – Sr. Presidente, antes do encerramento desta reunião – pois V. Exª já está praticamente se encaminhando para fazê-lo –, eu gostaria de ter a oportunidade da palavra para levantar

F.S. 2368

algumas questões a respeito do procedimento que está ocorrendo no Senado.

Na verdade, esse procedimento de averiguação preliminar, no meu entender, caberia à Corregedoria. É ela que realmente opera questões dessa natureza. Mas, aqui, inverte-se o processo. Há uma investigação prévia, sem processo, porque a instauração de instância começa com uma denúncia formalmente feita, através de representação, de quem tem titularidade, que é o partido político, a Mesa ou o próprio Conselho, em determinadas circunstâncias. A partir daí, é notificado, ou citado, para ser mais correto – devia ser uma citação, mas aqui fala-se em notificação, e aceito porque o termo, tecnicamente, não é uma coisa nem outra –, e, então, nesse momento, é que se instaura a instância e começa o processo propriamente para a punição de quem quer que seja.

Mas, agora, o que aconteceu? Com essas investigações preliminares, com esse trabalho sério, ardoroso e, tenho absoluta certeza, difícil para o próprio Relator, que está conduzindo essa investigação como um juiz de instrução, estamos diante de um vazio. Digo isso porque, daqui, este Conselho não pode emitir, neste momento, segundo meu entendimento, qualquer juízo de mérito sobre o parecer.

Ao se pronunciar, num sentindo ou noutro, sobre o mérito, estará antecipando julgamento, prejulgando, antes do processo. Entendo que a apreciação do Conselho, neste momento, o máximo que pode ser, é de procedimento. Mas isso não é o que a sociedade espera. Gerou-se uma expectativa na sociedade brasileira, por intermédio da mídia, no sentido de que agora propriamente se julguem as condutas das partes envolvidas. Espero que isso seja devidamente esclarecido, para que a população não se frustre de qualquer decisão que venha a ser tomada agora.

No momento, a decisão não pode ser de mérito; é meramente de procedimento. E, como é de procedimento, devo dizer que, nessas circunstâncias, não vejo inclusive que qualquer decisão favorável ou desfavorável, agora, impeça ou determine qualquer procedimento posterior.

A adoção de uma representação pelas partes legitimadas poderá acontecer diante do relatório favorável ou desfavorável; como ele vier.

Na verdade, os fatos estão aí, e eles poderão ser apropriados por qualquer partido político, pela Mesa ou pelo próprio Conselho e, nessas circunstâncias, o que teremos propriamente é a instauração do processo, antecipando-nos. Há aqui, diante da sociedade, uma idéia de que já

SECRET. DA MESA FLS Nº 9369

estivéssemos julgando. Mas as averiguações são preliminares, meras averiguações, que poderiam ter sido procedidas pela Corregedoria, que, no meu entender, seria a instância mais apropriada. Porém, o que aconteceu aconteceu. Só quero deixar gravadas essas colocações preliminares, porque entendo que temos que nos pronunciar adequadamente e oportunamente sobre os temas que se desenvolvem aqui, no Conselho de Ética.

Eram essas as observações preliminares que eu gostaria também de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Amir Lando, não entendo que V. Exª fez uma questão de ordem, mas entendo que V. Exª fez ponderações que se ajustam perfeitamente à realidade.

O SR. AMIR LANDO – É uma questão de ordem, Sr. Presidente. Claro que tenho que fazer algumas ponderações também. Estilo.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Claro; não tenho que decidir sobre o que V. Exª está falando; estou até elogiando, porque V. Exª está ajudando no esclarecimento dos fatos, no esclarecimento processual da matéria que estamos examinando.

Também entendo – e aproveito só para acrescentar às palavras de V. Exª – que o que temos é uma denúncia, instaurada inicialmente pelo Senador José Eduardo Dutra e pelo Deputado Walter Pinheiro, da Bahia, aditada, posteriormente, não só pelos dois Parlamentares já citados como também pelo Senador Paulo Hartung, solicitando averiguações sobre a reportagem publicada pela revista **IstoÉ** e pedindo que ouvíssemos os jornalistas dessa revista, os Procuradores, bem como o Senador Antonio Carlos Magalhães. Tanto V. Exª tem razão que é um processo de investigação no momento, que um dos protagonistas surgiu em meio à denúncia, que é o Senador José Roberto Arruda.

Então, V. Exª tem plena razão. Trata-se de uma investigação. E, aí, o Relator se pronunciará sobre essa investigação, examinando os fatos, naturalmente, e propondo uma das alternativas previstas no Regimento.

V. Exª tem inteira razão.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – A Corregedoria vai encaminhar toda a documentação pertinente também.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. CORREGEDOR (Romeu Tuma) – Sr. Presidente, gostaria de acrescentar que a Corregedoria, dentro do possível, arrecadou as

FLS. N.º 2270
SECRETARIA-GERAL DA MESA

investigações dos órgãos da Casa sobre os funcionários. Está tudo condensado numa apuração, e, ao receber os relatórios e as perícias, encaminharei imediatamente ao Conselho, que as encaminhará ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, apenas por uma questão de informação e planejamento de atividades. Dado o enorme interesse que há com respeito à reunião em que ouviremos o relatório do Senador Roberto Saturnino Braga, desejaria saber se, porventura, o Senador Roberto Saturnino Braga já tem idéia de quando o apresentará – se na terça-feira, na quarta-feira ou na quinta-feira –, para que possamos todos, membros e não-membros, planejar o horário das nossas atividades. Se for possível a informação sobre qual o dia e horário da reunião em que ouviremos o parecer do Relator, eu agradeceria.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – Senador, pela decisão do Presidente, acatada por todos, esse prazo foi fixado em cinco sessões ordinárias, o que coincidiria com o dia de quarta-feira da próxima semana. Estarei pronto a apresentar o relatório nessa data.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Será quarta-feira, então?

A SRª HELOÍSA HELENA – Pelo amor de Deus, é o prazo máximo que foi dado, se ele quiser uma data anterior, ele a tem.

O SR. CASILDO MALDANER – É sessão ordinária; não precisa ser deliberativa.

O SR. RELATOR (Roberto Saturnino) – É, não precisa ser deliberativa; é sessão ordinária.

O SR. CASILDO MALDANER – Se quiser apresentar antes, pode.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Pelas minhas contas é terça-feira; todavia, o Sr. Relator falou quarta-feira. Vamos designar para quarta-feira então.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Será pela manhã ou à tarde?

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Vou marcar a hora agora.

O SR. CASILDO MALDANER – Mas, se o Relator quiser apresentar antes, pode; não tem problema algum.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Em que pese haver reuniões importantes das Comissões na quarta-feira, trata-se de uma questão relevante. Então, fica marcado para quarta-feira, às 10h da manhã. Se o Sr. Relator entender que...

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2371

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, não é possível ficar para quinta-feira?

O SR. CASILDO MALDANER – Quinta é melhor.

O SR. FRANCELINO PEREIRA – Sr. Presidente, poderia ficar para quinta-feira, que é um dia mais adequado.

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Srs. Senadores, por gentileza, a Presidência designa que seja realizada a reunião na quarta-feira, às 10h, porque o Relator nos disse que tem condições de apresentar o seu relatório nesse dia.

Assim sendo, vou encerrar a presente reunião, agradecendo mais uma vez a compreensão de todos os Srs. Senadores e agradecendo a Deus pela proteção aos nossos trabalhos.

FLS. 2379

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 14
08.05.2001

DOCUMENTOS PERTINENTES À 11ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 9, DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que os envolvidos nos autos da Denúncia nº 01, de 2001, em reunião do último dia 03 de maio, confirmaram telefonemas mútuos, solicito a Vossa Excelência seja retirado de pauta o Requerimento nº 08, de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.

Senadora Heloísa Helena

SGM SSCLSF
Recebi o Original
Em 8 / 5 / 2001

V:\Sgm\Ssclsf\Ética\Ata 11ª Reunião 8.5.01

FLS Nº 2343

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 15

08.05.2001

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO SATURNINO

Aprovado em 09/5/01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 10 , DE 2001 (RED)

Senhor Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito de V. Exª. seja retirado de pauta o Requerimentos nº 4 de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001

Senador **Roberto Saturnino**
Relator

V:\Sgm\Sscisf\Ética\Ata 11ª Reunião 8.5.01

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2374

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 16

08.05.2001

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO SATURNINO

Aprovado em 08/5/01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 11 , DE 2001 (RED)

Senhor Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito de V. Exª. seja retirado de pauta o Requerimentos nº 5 de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001

Senador **Roberto Saturnino**
Relator

End.: Senado Federal - Ala Teotônio Vilela, Gab. 11 - CEP 70165-900 - Brasília DF
e-mail: roberto.saturnino@senado.gov.br - Tel.: (61) 311-4129 - Fax (61) 323-4540

V:\Sgm\SscIsf\Ética\Ata 11ª Reunião 8.5.01

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS 2354

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 17

08.05.2001

Aprovado em 08/5/01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 1 -, DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito a V. Exª seja retirado de pauta o Requerimento RED nº 01, de 2001.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.

Senador Antero Paes de Barros

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. 2376

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 18
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *08.05.2001*

Aprovado em 08/5/01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 13 , DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito a V. Exª seja retirado de pauta meu requerimento de esclarecimentos dirigido ao Magnífico Reitor da Unicamp, relativamente ao referido episódio.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.

Senador Antero Paes de Barros

SENADO FED. R
FLS. Nº 2317
SECRETARIA-GERAL DA M.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 19

08.05.2001

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **NEY SUASSUNA**

Pedido na reunião de hoje. Em 08/5/2001

REQUERIMENTO Nº 14 , DE 2001 (RED)

Requeiro que a votação do Parecer do Relator Saturnino Braga nesta Comissão de Ética, destinada a apurar a violação do painel de votação do Senado Federal, na sessão que cassou o mandato do então Senador Luiz Estevão, seja aberta, com os membros anunciando ostensivamente os seus votos.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade dos episódios investigados por essa Comissão recomenda a adoção de procedimentos excepcionais, com vistas a conferir o indispensável grau de transparência durante o processo de votação, de maneira a preservar incondicionalmente a credibilidade da instituição Senado Federal.

Sala das Comissões, em

Senador Ney Suassuna

SGM/SSCLSF
Recebi o Original
Em 3 / 5 / 01

V:\Sgm\Ssclsf\Ética\Ata 11ª Reunião 8.5.01

SENADO FEDERAL FLS. Nº 2378 SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 20

08.05.2001

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WALDECK ORNELAS

REQUERIMENTO N.º 15 DE 2001 (CED)

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a requisição ao Ministério Público Federal de cópia do processo administrativo disciplinar instaurado para apurar vazamento de informações sobre a reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Senador Waldeck Ornelas

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2370

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 21

08.05.2001

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WALDECK ORNELAS

REQUERIMENTO N.º 16 (RED) DE 2001,

Aprovado em 08/5/2001

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a juntada ao autos da investigação preliminar feita por esse Conselho da perícia oficial realizada na gravação feita pelo Dr. Luiz Francisco de Sousa da reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Requeiro, ainda, a audiência prévia do Senhor Corregedor sobre o cotejo da degravação feita pelo Departamento de Polícia Federal e o efetuado pelo perito particular Ricardo Molina.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Senador Waldeck Ornelas

FLS. Nº 2380

SECRETARIA-GERAL DA MESA

V:\Sgm\Sscisf\Ética\Ata 11ª Reunião 8.5.01

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 22

08.05.2001

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador WALDECK ORNELAS

REQUERIMENTO N.º 17 (RED) DE 2001

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requeiro, na forma do § 4º do art. 17 da Resolução nº 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, seja requisitada perícia oficial no computador onde teria sido gravado disquete com arquivo contendo a suposta relação de votos proferidos na sessão que resultou na perda de mandato do ex-senador Luiz Estevão.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Senador Waldeck Ornelas

V:\Sgm\SsclsfÉtica\Ata 11ª Reunião 8.5.01

2386

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES
SC- 23
08.05.2001

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001

Despacho

Vistos etc.

Em data de 1º de março do corrente ano, o Sr. Senador José Eduardo Dutra, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, e o Sr. Deputado Walter Pinheiro, Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, entregaram na Secretaria deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Denúncia instando, "nos termos do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993", o Conselho a promover apurações preliminares e sumárias dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura" publicada na Revista *IstoÉ* em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, às páginas 24/30.

Esta Presidência proferiu o seguinte despacho (fl. 01, Vol. I):

"Determino à Secretaria que proceda à autuação da presente. Informado de que está em andamento um pedido de aditamento, que deverá ser entregue até amanhã, determino que, com ou sem o aditamento, venha-me a presente à conclusão amanhã, decorrido o prazo de 24 horas.

Em 05/3/2001."

Na mesma data, os requerentes apresentaram aditamento à Denúncia (fls. 09, Vol. I), desta feita assinada também pelo Senador Paulo Hartung, Líder do Partido Popular Socialista no Senado Federal, para melhor esclarecerem o seu petitório.

L:\Conselho de Ética\Despacho30.04.01

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 2382

Requereram ainda, **in verbis**, que:

"seja convidado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em caráter de urgência, o Senador Antonio Carlos Magalhães para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos fatos mencionados".

Juntaram cópia das matérias citadas (fls. 11/19, Vol. I).

A Presidência, em 5 de março, proferiu o seguinte despacho de fls. 09:

"1) Recebido hoje às 17h30min.

2) Junte-se à Representação. Oficie-se à digna Procuradoria da República a fim de solicitar cópia da fita gravada pelo Procurador Luiz Francisco de Souza e outros Procuradores e o Senador Antonio Carlos Magalhães. No mesmo sentido, oficie-se à Revista IstoÉ.

3) Feito isso, venham-me os autos à conclusão para que seja nomeado Relator e designada audiência para o convite ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em 05/3/2001."

Em cumprimento a esse despacho, a Secretaria enviou ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, o Ofício CEDP nº 1, de 2001 (fls. 20, Vol. I), e ao Dr. Domingo Alzugaray, Editor e Diretor Responsável pela revista *IstoÉ*, o Ofício CEDP nº 2, de 2001 (fls. 40, Vol. I).

Cumprido o despacho, foram-me conclusos os autos às fls. 61, onde proferi o seguinte despacho (fls. 61, Vol. I):

*1) Designo audiência para o dia 14 do corrente, quarta-feira, às 10h, a fim de serem ouvidos os Srs. **Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas***

C:\Conselho de Ética\Despacho30.04.01

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 2393

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL D A MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC- 25

08.05.2001

Filho, autores das repo ...ns da revista IstoÉ mencionadas na Denúncia e anexadas ao presente feito;

2) *Oficie-se aos Dignissimos Procuradores da República mencionados nas reportagens, Drs. Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb, a fim de serem ouvidos na referida audiência. Caso não seja possivel na quarta-feira, informem à Secretaria do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com sugestão urgente de nova data;*

3) *Quanto ao item anterior, oficie-se ao Dignissimo Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, no sentido de viabilizar a presença dos referidos Procuradores na audiência; e encaminhe-se a S. Exª cópia do inteiro teor da Denúncia e do seu Aditamento;*

4) *Estarei, pessoalmente, me dirigindo ao Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, para que seja ouvido no mesmo dia, caso queira, ou, de comum acordo, se fixe data para os seus esclarecimentos;*

5) *Do inteiro teor do presente despacho comunique-se o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, bem como os membros titulares e suplentes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;*

6) *Dada a circunstância de a Corregedoria já estar procedendo às diligências, dê-se ciência deste despacho ao eminente Senador Romeu Tuma, titular da Corregedoria;*

7) *Outras providências serão tomadas oportunamente.*

Brasília, 12 de março de 2001

Em cumprimento a esse despacho, em 12 de março de 2001, esta Presidência enviou o Ofício CEDP nº 8-A, de 12.3.2001 (anexado às fls. 70 do Volume I), ao Senador Antonio Carlos Magalhães: 1) informando-lhe que os Senadores José Eduardo Dutra e Paulo Hartung e o Deputado

L:\Conselho de Etica\Despacho30.04.01

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 2384

Walter Pinheiro protocolaram a presente Denúncia e seu Aditamento perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; 2) comunicando-lhe que proferiu despacho no sentido de ouvi-lo, caso queira, em reunião do Conselho marcada para 14.3.2001, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho; 3) solicitando-lhe informar caso não seja possível o seu comparecimento nesse dia e sugerir imediatamente nova data; e 4) encaminhando-lhe cópia do inteiro teor desta Denúncia e de seu Aditamento, para conhecimento.

Em 13 de março de 2001, o Sr. Domingo Alzugaray, em resposta ao Ofício CEDP nº 2/2001, enviou ao Conselho cópia da fita gravada pelo Sr. Procurador Luiz Francisco de Souza (fls. 324, Vol. I).

Também em cumprimento ao despacho do dia 12 de março, após as formalidades legais e regimentais, foi realizada, em 14 de março, a primeira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, onde foram ouvidos os Srs. Jornalistas Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas Filho, da revista *IstoÉ*, bem como os Srs. Procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb (fls. 123/241, Vol. I).

Em 14 de março de 2001, o Sr. Senador Antero Paes de Barros apresentou Requerimento (RED) nº 2, de 2001, solicitando fossem convidados a prestar depoimento em reunião secreta deste Conselho os Srs. Procuradores Guilherme Zanina Schelb e Eliana Peres Torelly de Carvalho (fls. 285 e 328, Vol. I).

SENADO FEDERAL SECRETARIA DA MESA FLS. Nº 238

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES

SC-27

08.05.2001

Em 15 de março de 2001, esta Presidência recebeu do Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Romero Jucá, ofício encaminhando cópia do laudo pericial elaborado pelo perito Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, referente à transcrição da fita em que foi gravada conversa entre o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, seu assessor Fernando César Mesquita e três Srs. Procuradores da República (fls. 376/449 – Vol. II). No mesmo expediente, S. Exª encaminhou ofício do citado perito onde este registra algumas alterações no conteúdo da transcrição.

No dia 19 de março, proferi despacho (fls. 330, Vol. II), convocando reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para a oitiva dos Procuradores Guilherme Zanina Schelb e Eliana Peres Torelly de Carvalho, marcada para o dia 21 de março, quarta-feira.

Em atendimento a requerimento do Senador Paulo Souto (fls. 453, Vol. II), no dia 20 de março, esta Presidência proferiu o despacho de fls. 454, transferindo a 2ª reunião para o dia 27 de março.

Em 27 de março, foi realizada a 2ª reunião, na qual foi designado Relator o Senador Roberto Saturnino (PSB–RJ), nos termos do disposto no art. 84, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Na mesma reunião, foi aprovado o Requerimento (RED) nº 2, de 2001 (fls. 478, Vol. II), de realização de reunião secreta, para, finalmente, serem ouvidos os referidos Procuradores, a qual foi convocada para o dia 28 de março, às 17h, e efetivamente realizada nessa data (3ª Reunião).

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 2386

Em 27 de março, esta Presidência recebeu do Senador Carlos Wilson, Primeiro Secretário do Senado Federal, o Ofício PRSECR nº 076, de 2001 (fls. 495, Vol. II), encaminhando exemplar do Sumário Executivo elaborado pelos Peritos da Unicamp relativo à Análise do Sistema de Votação Eletrônico do Senado Federal (fls. 496/505, Vol. II).

Em 28 de março, reiterei, por meio de Ofício ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, a remessa da fita gravada pelo Sr. Procurador Luiz Francisco de Souza, contendo conversas entre o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, seu assessor Fernando César Mesquita e os Srs. Procuradores Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb (fls. 506, Vol. II).

Na mesma data, enderecei ofício ao Dr. Agílio Monteiro Filho, Diretor do Departamento de Polícia Federal (fls. 507, Vol. II), solicitando a degravação da fita encaminhada a este Conselho pela revista *IstoÉ*. É de salientar que a mesma foi recebida pelo Sr. Delegado Reinaldo de Almeida César Sobrinho, conforme consta do Termo de Entrega de fls. 587 (Vol. III), lavrado em 5 de abril de 2001.

Em 4 de abril, quando da realização da 4ª Reunião (convocada para a oitiva do Senador Luiz Otávio nos autos da Denúncia nº 1, de 2000), esta Presidência recebeu o Requerimento (RED) nº 3, de autoria do Senador Roberto Saturnino (fls. 571, Vol III), solicitando fosse formalizado convite ao foneticista Ricardo Molina de Figueiredo para que apresentasse ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o resultado do seu trabalho de aperfeiçoamento da degravação da referida fita.

SENADO FEDERAL FLS. 2.381 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em atendimento a esse requerimento, em 4 de março, convoquei a 5ª Reunião do Conselho, marcada para o dia 18 de abril de 2001, às 17h (fls. 571, Vol. III).

Na mesma data, deferi também os seguintes requerimentos, de autoria do Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, de convites para prestar depoimento perante o Conselho: o de nº 4, aos técnicos da Unicamp que examinaram o sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado (fls. 572, Vol. III); e o de nº 5, aos responsáveis pela empresa Kopp (fls. 573, Vol. III).

Por meio do Ofício PRSECR nº 107/01, datado de 18 de abril, o Sr. Senador Carlos Wilson, Primeiro Secretário, encaminhou a esta Presidência cópia do Relatório Final da Comissão de Inquérito criada por Ato do Presidente e designada pela Portaria do Primeiro Secretário nº 7, de 2001, bem como cópia do Relatório Final da perícia técnica da Unicamp, os quais foram juntados aos autos da Denúncia às fls. 659/978 do Volume V.

Em 18 de abril, às 17h, realizou-se a 5ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, acompanhado do perito Dr. Donato Pasqual Júnior (fls. 612/629 do Volume III).

Nessa 5ª reunião, foram aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento (RED) nº 6 (fls. 647 do Volume III), de autoria do Senador Roberto Saturnino, de convite à Srª Regina Célia Peres Borges; e o Requerimento (RED) nº 7, também de autoria do nobre Relator, de convite aos Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur,

FLS. 2388

Hermillo Gomes da Nóbrega e Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como ao programador Sebastião Gazolla Costa Júnior, para serem ouvidos neste Conselho.

Na 5ª reunião, convocou-se a 6ª reunião, destinada à oitiva da Srª Regina Célia Peres Borges, marcada para as 14h30min do dia 19 de abril.

Em 19 de abril de 2001, esta Presidência determinou à Secretaria do Conselho que juntasse aos autos os Ofícios CEDP nºs 32 e 33, de 18.4.2001, do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (fls. 1595/1596 do Volume VIII), comunicando aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, respectivamente, a convocação de reunião do Conselho, marcada para o dia 19.4.2001, às 14h30, destinada à oitiva da Srª Regina Célia Peres Borges, nos autos da presente Denúncia.

Na data aprazada, a servidora foi ouvida por este Conselho, oportunidade em que se comprometeu a, junto à Telebrasília, requerer configuração de sua conta telefônica e, posteriormente, remetê-la a este Conselho. Nesta reunião, foi convocada a 7ª reunião do Conselho, destinada a ouvir os Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermillo Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como do programador Sebastião Gazolla Costa Júnior

A partir do depoimento da Drª Regina Célia Peres Borges, esta Presidência passou a comunicar ao Sr. Senador José Roberto Arruda

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2308

todas as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, bem como todos os atos referentes à Denúncia nº 01, de 2001.

Em 23 de abril, esta Presidência recebeu do nobre Senador José Roberto Arruda cópia de seu pronunciamento feito perante o Plenário do Senado Federal, o qual foi juntado às fls. 1692/1727 do Volume VIII.

Em 24 de abril, às 17h, realizou-se a 7ª Reunião, na qual foi tomado o depoimento dos Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermillo Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como do programador Sebastião Gazolla Costa Júnior (fls. 1739/1889 do Volume VIII).

Às fls. 1890/1956 do Volume VIII, foram anexados os depoimentos dos Srs. Nilson da Silva Rebello e Domingos Lamoglia de Sales Dias perante a Corregedoria Parlamentar do Senado Federal nos autos da Sindicância nº 1, de 2001.

Na mesma reunião, foi convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, marcada para o dia 26 de abril, às 14h30min, destinada a ouvir o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. A mesma foi realizada na data prefixada, e S. Exª foi ouvido, encaminhando os seguintes documentos à Mesa: "Afirmações do Procurador Luiz Francisco de Souza perante o Conselho de Ética", "Contradições do Procurador Luiz Francisco de Souza na Imprensa", "Mentiras do Procurador Luiz Francisco de Souza", os quais foram juntados aos autos da Denúncia. S. Exª encaminhou ainda publicação sob o título "Parlamentares Homenageiam

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. 2396

Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal" (fls. 2031, Vol. IX).

Na mesma reunião, foi marcada a 9ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o Sr. Senador José Roberto Arruda.

Registro que, em 27 de abril, esta Presidência recebeu da Drª Regina Célia Peres Borges correspondência pela qual encaminha extrato de ligações telefônicas originadas de aparelho celular por ela utilizado, de propriedade do Prodasen, e que as informações referentes a ligações originadas do seu telefone residencial referentes ao mesmo período (dias 26 a 28 de junho de 2000) seriam envidas tão logo as tivesse (fls. 2136/2137 do Volume IX).

Conforme convocada, realizou-se em 27 de abril, às 9h, a 9ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que se destinou à oitiva do Sr. Senador José Roberto Arruda, que prestou seu depoimento, tendo, nessa ocasião, disponibilizado o seu sigilo telefônico.

Nessa reunião, decidiu-se convocar nova reunião (10ª Reunião), marcada para o dia 03 de maio de 2001, às 14h30min, destinada à acareação entre a Srª Regina Célia Peres Borges e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, os quais foram devidamente convidados naquela oportunidade.

Na data previamente definida, realizou-se a acareação simultânea entre a Srª Regina Célia Peres Borges e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

SENADO FEDERAL FLS. Nº 2391 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de encerrar a reunião, esta Presidência solicitou o parecer do Relator sobre a dispensa de diligências ainda pendentes de atendimento, que eram as seguintes:

1. Requerimento (RED) nº 1, de 2001, apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros em 21 de março e anexado ao processado da Denúncia nº 1, de 2001, de convocação do Sr. FERNANDO CÉSAR MESQUITA, jornalista e ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado;
2. Requerimento (RED) nº 4, de 2001, apresentado pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na reunião de 4 de abril, de convocação dos peritos da Unicamp;
3. Requerimento (RED) nº 5, de 2001, apresentado também pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na mesma reunião, de convocação dos responsáveis pela empresa contratada pelo Senado para instalar o sistema de votação eletrônica do Plenário;
4. Requerimento do Senador Antero Paes de Barros, encaminhado por esta Presidência ao Reitor da Unicamp, no sentido do esclarecimento de indagações feitas relativamente ao painel de votação eletrônica do Senado Federal; e
5. Requerimento (RED) nº 8, de 2001, apresentado pela ilustre Senadora Heloísa Helena, solicitando "*ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais do tronco comum da Casa, no período 27 a 30 de junho de 2000*".

Antes do parecer do Relator, o Senador Roberto Freire retirou o seu requerimento, e esta Presidência deferiu a retirada. Em seguida, o Relator manifestou-se favoravelmente à proposta de dispensa das diligências pendentes. Submetida a voto, foi a mesma aprovada, tendo,

SENADO FEDERAL FLS 2394 SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA SC- 34
SUBSECRETARIA DE TAQUIGRAFIA
SERVIÇO DE COMISSÕES *08.05.2001*

contudo, o Senador Waldeck Ornelas pedido verificação de votação. Constatada a falta de *quorum*, a votação da matéria ficou adiada.

Esta Presidência convocou, de ofício, a 11ª Reunião, com a finalidade de concluir os trabalhos pendentes na reunião anterior. Realizou-se a referida reunião nesta data, quando foram retirados pelos respectivos autores, com a aprovação do Plenário do Conselho, os requerimentos de diligências ainda pendentes de atendimento. O Senador Waldeck Ornelas apresentou três novos requerimentos de diligências, que determinei fossem juntados aos autos.

Dessa maneira, esta Presidência considerou encerrada a fase de averiguações da Denúncia nº 1, de 2001, e determinou o encaminhamento do processado ao Relator para, no prazo de cinco sessões ordinárias, apresentar o seu relatório (art. 15, IV, da Resolução nº 20, de 1993), ficando convocada a 12ª Reunião, a realizar-se às 10h do dia 16 de maio.

Junte-se o presente aos autos.

Senado Federal, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar,
em 8 de maio de 2001, às 19h05min.

Senador RAMEZ TEBET
Presidente

I:\Conselho de Ética\Despacho30.04.01 17

O SR. PRESIDENTE (Ramez Tebet) – Declaro encerrada a reunião de hoje.

(Levanta-se a reunião às 17h50min)

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2392

V:\Sgm\Sscisf\Ética\Ata 11ª Reunião 8.5.01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11ª REUNIÃO DE 2001

Em 08 de maio de 2001, terça-feira, às 17h, na Sala nº 3 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada a trata de assuntos referentes à Denúncia nº 1, de 2001.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senador Ramez Tebet
Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Casildo Maldaner	Marluce Pinto
Ramez Tebet	Gerson Camata
Nabor Júnior	Jader Barbalho
Ney Suassuna	Renan Calheiros
Amir Lando	Carlos Bezerra
PFL	
Geraldo Althoff	José Agripino
Francelino Pereira	Carlos Patrocínio
Paulo Souto	Bello Parga
Waldeck Ornélas	Freitas Neto
BLOCO – PSDB/PPB	
Lúcio Alcântara	Antero Paes de Barros
Osmar Dias	Ricardo Santos
José Roberto Arruda	Romero Jucá
BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)	
Lauro Campos	José Eduardo Dutra
Heloísa Helena	Marina Silva
Jefferson Péres	Roberto Saturnino (PSB)
Senador Romeu Tuma (Corregedor)	(Art. 25 da Resolução nº 20/93-SF)

Visto:

Brasília, 08 de maio de 2001

SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 239

aprovado em 8/5/01

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 9 , DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que os envolvidos nos autos da Denúncia nº 01, de 2001, em reunião do último dia 03 de maio, confirmaram telefonemas mútuos, solicito a Vossa Excelência seja retirado de pauta o Requerimento nº 08, de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.

Heloísa Helena

Senadora Heloísa Helena

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 235

SGM/SSCLSF
Recebi o Original
Em 8 / 5 / 2001
às 11h26 Marcia Borges

Arquivado durante

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 8, DE 2001

Sr. Presidente,

Requeiro a V. Exª encaminhe solicitação ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais do tronco comum da Casa, no período 27 a 30 de junho de 2000.

Sala de reuniões, em 19 de abril de 2001.

Heloísa Helena

Senadora Heloísa Helena

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 2396

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO SATURNINO

Aprovado em 08/5/01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 10 , DE 2001 (RED)

Senhor Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito de V. Exª. seja retirado de pauta o Requerimentos nº 4 de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001

Senador **Roberto Saturnino**
Relator

SENADO FEDERAL FLS Nº 2337 SECRETARIA-GERAL DA MESA

End.: Senado Federal - Ala Teotônio Vilela, Gab. 11 - CEP 70165-900 - Brasília-DF
e-mail: roberto.saturnino@senado.gov.br - Tel.: (61) 311-4229 - Fax: (61) 323-4340

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Defiro, designando a data ser marcada oportunamente. Em, 04/4/2001.

REQUERIMENTO Nº 4 (RED), DE 2001

Sr. Presidente,

Requeiro seja formulado convite aos técnicos da Unicamp que examinaram o sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado Federal, para que prestem esclarecimentos ao Conselho sobre o relatório que apresentaram à Mesa Diretora.

Sala de Reuniões, em 4 de abril de 2001

Senador **ROBERTO SATURNINO**

Relator da Denúncia nº 1, de 2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 239

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ROBERTO SATURNINO

Aprovado em 08/5/01

SENADO FEDERAL
CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 11 , DE 2001 (RED)

Senhor Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito de V. Exª. seja retirado de pauta o Requerimentos nº 5 de 2001, de minha autoria.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001

Senador **Roberto Saturnino**
Relator

SENADO FEDERAL FLS. Nº 2399 SECRETARIA-GERAL DA MESA

End.: Senado Federal - Ala Teotônio Vilela, Gab. 11 - CEP 70165-900 - Brasília-DF
e-mail: roberto.saturnino@senado.gov.br - Tel.: (61) 311-4229 - Fax: (61) 323-4340

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO Nº 5 (RED), DE 2001

Deferido, devendo a data ser marcada oportunamente. Em 04/04/2001

Sr. Presidente,

Requeiro seja encaminhado convite aos responsáveis pela empresa contratada pelo Senado para instalar o sistema de votação eletrônica no Plenário do Senado Federal, para que prestem esclarecimentos ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Sala de Reuniões, em 4 de abril de 2001

Senador **ROBERTO SATURNINO**

Relator da Denúncia nº 1, de 2001

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 2406

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 12, DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito a V. Exª seja retirado de pauta o Requerimento RED nº 01, de 2001.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.

Senador Antero Paes de Barros

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2401

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTERO PAES DE BARROS

apreciado durante a 4ª Reunião do Conselho, em 28/3/2001

REQUERIMENTO Nº 1 /2.001

(Do Senador **Antero Paes de Barros**)

1ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR CONVOCADA ATRAVÉS DA DENÚNCIA 01, DE 2.001, E DE SEU ADITAMENTO, QUE REQUER A APURAÇÃO PRELIMINAR E SUMÁRIA DOS FATOS ARROLADOS NA MATÉRIA "ABAIXO DA CINTURA", PUBLICADA NA REVISTA ISTOÉ, EM SUA EDIÇÃO Nº 1.639, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2.001, PÁGINAS 24/30.

REQUEIRO, nos termos dos dispositivos constantes do Regimento Interno do Senado Federal, que seja **convidado** para prestar depoimento ao Conselho, em caráter de urgência, a seguinte pessoa:

FRANCISCO CÉSAR MESQUITA,
Jornalista e ex-diretor de Comunicação Social
do Senado Federal

JUSTIFICATIVA

Diante da declaração do jornalista Mino Pedrosa, da revista IstoÉ, de que, durante a elaboração da matéria, o ex-diretor de Comunicação Social do Senado Federal foi procurado e confirmou os diálogos publicados, faz-se essencial ouvi-lo para esclarecer em que condições ocorreu a sua participação na reunião no Ministério Público Federal.

Sala do Conselho, em 14 de março de 2.001

Senador ANTERO PAES DE BARROS
PSDB/MT - Membro Suplente

SENADO FEDERAL
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Fls. 3216

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS. Nº 2402

Aprovado

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REQUERIMENTO (RED) Nº 13 , DE 2001

Sr. Presidente,

Tendo em vista que as dúvidas existentes no episódio de violação do Painel de Votação do Senado Federal já foram suficientemente esclarecidas, solicito a V. Exª seja retirado de pauta meu requerimento de esclarecimentos dirigido ao Magnífico Reitor da Unicamp, relativamente ao referido episódio.

Sala de reuniões, em 08 de maio de 2001.

Senador **Antero Paes de Barros**

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS Nº 240

pendente

aguardando resposta
da Unicamp

OF. CEDP Nº 26/2001 Brasília, 5 de abril de 2001

Magnífico Reitor,

Comunico a Vossa Magnificência que o Exmº Sr. Senador Antero Paes de Barros encaminhou, a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o Ofício.GSAPB-079/2001, de 21 de março último, através do qual S. Exª requer, para fins de instrução da Denúncia nº 1, de 2001, "seja solicitado aos peritos fazer constarem do relatório a ser apresentado" à Comissão de Inquérito criada pelo Ato do Presidente do Senado nº 30, de 2001, os seguintes esclarecimentos:

1. *Analisar como é feito o "trânsito" de informações entre o painel da mesa de cada Senador e o computador;*
2. *Verificar se os equipamentos estão, ou em algum momento estiveram, ligados na rede local do Senado Federal;*
3. *Verificar quando foram instalados e as ocorrências registradas em determinado período;*
4. *Analisar a estrutura do disco rígido para verificar a existência de indícios de programas que tenham sido instalados ao longo do tempo;*
5. *Verificar a existência de "log" de sistemas, apurar por quanto tempo são guardados e onde ficam;*
6. *Verificar os critérios de capacitação e seleção de pessoal técnico da empresa contratada*

Ilmos

Prof. Dr. HERMANO DE MEDEIROS FERREIRA TAVARES

[illegible] UNICAMP

[illegible] Campinas SP

SENADO FEDERAL FLS. 2401 SECRETARIA-GERAL DA MESA

7. *Verificar sua experiência no ramo e sua competência em dar suporte em aplicativos semelhantes;*
8. *O Prodasen alega que a rescisão do contrato com a empresa do Rio Grande do Sul, e a contratação de outra por meio de processo de dispensa de licitação, deu-se em razão dos maus serviços executados. Quais foram as implementações feitas a partir da rescisão do contrato e quem as executou: a nova empresa contratada ou o corpo técnico do Prodasen? Obter a relação nominal dessas pessoas;*
9. *Esclarecer tecnicamente se é possível programar o sistema para "conhecer" os votos e, em seguida, desprogramá-lo, "sem deixar vestígios".*

Para maior clareza, segue, em anexo, cópia do expediente em questão.

Outrossim, cumpre-me informar a V. Exª que a Denúncia em questão *requer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que promova a apuração preliminar e sumária dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura", publicada na revista "IstoÉ", em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, às páginas 24/30.*

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **NEY SUASSUNA**

Lido na reunião de hoje. Em, 08/5/2001

REQUERIMENTO Nº 14 , DE 2001 (RED)

Requeiro que a votação do Parecer do Relator Saturnino Braga nesta Comissão de Ética, destinada a apurar a violação do painel de votação do Senado Federal, na sessão que cassou o mandato do então Senador Luiz Estevão, seja aberta, com os membros anunciando ostensivamente os seus votos.

JUSTIFICAÇÃO

A gravidade dos episódios investigados por essa Comissão recomenda a adoção de procedimentos excepcionais, com vistas a conferir o indispensável grau de transparência durante o processo de votação, de maneira a preservar incondicionalmente a credibilidade da instituição Senado Federal.

Sala das Comissões, em

F.S. 2406 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Senador Ney Suassuna

SGM/SSCLSF
Recebi o Original
Em 3 / 5 / 01
às 13h35 marcia Bogy

End. Internet: neysuassun@senado.gov.br

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **WALDECK ORNELAS**

REQUERIMENTO N.° 15 DE 2001 (CED)

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requeiro, na forma do § 4° do art. 17 da Resolução n° 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a requisição ao Ministério Público Federal de cópia do processo administrativo disciplinar instaurado para apurar vazamento de informações sobre a reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Senador Waldeck Ornelas

Rq-CEDP-001.doc

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS N 2407

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **WALDECK ORNELAS**

REQUERIMENTO N.° 16 (RED) DE 2001,

Aprovado
Em, 08/5/2001

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requeiro, na forma do § 4° do art. 17 da Resolução n° 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, a juntada ao autos da investigação preliminar feita por esse Conselho da perícia oficial realizada na gravação feita pelo Dr. Luiz Francisco de Sousa da reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães.

Requeiro, ainda, a audiência prévia do Senhor Corregedor sobre o cotejo da degravação feita pelo Departamento de Polícia Federal e o efetuado pelo perito particular Ricardo Molina.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Senador Waldeck Ornelas

Rq-CEDP-002.doc

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
FLS 2408

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **WALDECK ORNELAS**

REQUERIMENTO N.º 17 (RED) DE 2001

Publique-se
Em 08/5/2001

Excelentíssimo Senhor
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal

Requeiro, na forma do § 4° do art. 17 da Resolução n° 20, de 17 de março de 1993, para tornar efetiva a apuração preliminar de que trata o citado artigo, seja requisitada perícia oficial no computador onde teria sido gravado disquete com arquivo contendo a suposta relação de votos proferidos na sessão que resultou na perda de mandato do ex-senador Luiz Estevão.

Esse requerimento tem o objetivo de dar elementos totais de convicção para a decisão a ser proferida neste Conselho.

Brasília-DF, de maio de 2001

Senador Waldeck Ornelas

Rq-CEDP-003.doc

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 2409

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

OF. CEDP Nº 59/2001 Brasília, 9 de maio de 2001

Senhor Procurador-Geral,

Atendendo à solicitação contida em requerimento do Senador Waldeck Ornelas, solicito a gentileza de V. Exª de examinar a possibilidade de encaminhar a este Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com a maior brevidade possível, "*cópia do processo administrativo disciplinar instaurado para apurar vazamento de informações sobre a reunião sigilosa ocorrida entre Procuradores da República e o Senador Antonio Carlos Magalhães*".

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exª protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Senador RAMEZ TEBET
Presidente

Exmº Sr. Dr.
GERALDO BRINDEIRO
Procurador-Geral da República
Ministério Público Federal

Secretaria Geral da Mesa
Proc: OF. 59/2001 - CEDP
Nº de fls: 01 (Uma)
Destino: Procurador - Geral da República
Recebido por: Anderson Alves
Matrícula: 2302 B
Data: 09/05/2001

SENADO FEDERAL
SECRETARIA GERAL DA MESA
FLS Nº 2410

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001

Despacho

Vistos etc.

Em data de 1º de março do corrente ano, o Sr. Senador José Eduardo Dutra, Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado Federal, e o Sr. Deputado Walter Pinheiro, Líder do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, entregaram na Secretaria deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar Denúncia instando, "nos termos do art. 17 da Resolução nº 20, de 1993", o Conselho a promover apurações preliminares e sumárias dos fatos arrolados na matéria "Abaixo da Cintura" publicada na Revista ***IstoÉ*** em sua edição nº 1639, de 28 de fevereiro de 2001, às páginas 24/30.

Esta Presidência proferiu o seguinte despacho (fl. 01, Vol. I):

"Determino à Secretaria que proceda à autuação da presente. Informado de que está em andamento um pedido de aditamento, que deverá ser entregue até amanhã, determino que, com ou sem o aditamento, venha-me a presente à conclusão amanhã, decorrido o prazo de 24 horas.

Em 05/3/2001."

Na mesma data, os requerentes apresentaram aditamento à Denúncia (fls. 09, Vol. I), desta feita assinada também pelo Senador Paulo Hartung, Líder do Partido Popular Socialista no Senado Federal, para melhor esclarecerem o seu petitório.

U:\Conselho de Ética\Despacho30.04.01

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 2411

Requereram ainda, **in verbis**, que:

"seja convidado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em caráter de urgência, o Senador Antonio Carlos Magalhães para prestar os devidos esclarecimentos acerca dos fatos mencionados".

Juntaram cópia das matérias citadas (fls. 11/19, Vol. I).

A Presidência, em 5 de março, proferiu o seguinte despacho de fls. 09:

"1) Recebido hoje às 17h30min.

2) Autue-se à Representação. Oficie-se à digna Procuradoria da República a fim de solicitar cópia da fita gravada pelo Procurador Luiz Francisco de Souza e outros Procuradores e o Senador Antonio Carlos Magalhães. No mesmo sentido, oficie-se à Revista IstoÉ.

3) Feito isso, venham-me os autos à conclusão para que seja nomeado Relator e designada audiência para o convite ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

Em 05/3/2001."

Em cumprimento a esse despacho, a Secretaria enviou ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, o Ofício CEDP nº 1, de 2001 (fls. 20, Vol. I), e ao Dr. Domingo Alzugaray, Editor e Diretor Responsável pela revista *IstoÉ*, o Ofício CEDP nº 2, de 2001 (fls. 40, Vol. I).

Cumprido o despacho, foram-me conclusos os autos às fls. 61, onde proferi o seguinte despacho (fls. 61, Vol. I):

1) Designo audiência para o dia 14 do corrente, quarta-feira, às 10h, a fim de serem ouvidos os Srs. ***Andrei Meireles, Mino Pedrosa*** *e* ***Mário Simas***

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 24/12

***Filho**, autores das reportagens da revista IstoÉ mencionadas na Denúncia e anexadas ao presente feito;*

2) *Oficie-se aos Digníssimos Procuradores da República mencionados nas reportagens, Drs. Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb, a fim de serem ouvidos na referida audiência. Caso não seja possível na quarta-feira, informem à Secretaria do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com sugestão urgente de nova data;*

3) *Quanto ao item anterior, oficie-se ao Digníssimo Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, no sentido de viabilizar a presença dos referidos Procuradores na audiência; e encaminhe-se a S. Exª cópia do inteiro teor da Denúncia e do seu Aditamento;*

4) *Estarei, pessoalmente, me dirigindo ao Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, para que seja ouvido no mesmo dia, caso queira, ou, de comum acordo, se fixe data para os seus esclarecimentos;*

5) *Do inteiro teor do presente despacho comunique-se o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, bem como os membros titulares e suplentes do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar;*

6) *Dada a circunstância de a Corregedoria já estar procedendo às diligências, dê-se ciência deste despacho ao eminente Senador Romeu Tuma, titular da Corregedoria;*

7) *Outras providências serão tomadas oportunamente.*

Brasília, 12 de março de 2001"

Em cumprimento a esse despacho, em 12 de março de 2001, esta Presidência enviou o Ofício CEDP nº 8-A, de 12.3.2001 (anexado às fls. 70 do Volume I), ao Senador Antonio Carlos Magalhães: 1) informando-lhe que os Senadores José Eduardo Dutra e Paulo Hartung e o Deputado

Walter Pinheiro protocolaram a presente Denúncia e seu Aditamento perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; 2) comunicando-lhe que proferiu despacho no sentido de ouvi-lo, caso queira, em reunião do Conselho marcada para 14.3.2001, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho; 3) solicitando-lhe informar caso não seja possível o seu comparecimento nesse dia e sugerir imediatamente nova data; e 4) encaminhando-lhe cópia do inteiro teor desta Denúncia e de seu Aditamento, para conhecimento.

Em 13 de março de 2001, o Sr. Domingo Alzugaray, em resposta ao Ofício CEDP nº 2/2001, enviou ao Conselho cópia da fita gravada pelo Sr. Procurador Luiz Francisco de Souza (fls. 324, Vol. I).

Também em cumprimento ao despacho do dia 12 de março, após as formalidades legais e regimentais, foi realizada, em 14 de março, a primeira reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, onde foram ouvidos os Srs. Jornalistas Andrei Meireles, Mino Pedrosa e Mário Simas Filho, da revista *IstoÉ*, bem como os Srs. Procuradores da República Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb (fls. 123/241, Vol. I).

Em 14 de março de 2001, o Sr. Senador Antero Paes de Barros apresentou Requerimento (RED) nº 2, de 2001, solicitando fossem convidados a prestar depoimento em reunião secreta deste Conselho os Srs. Procuradores Guilherme Zanina Schelb e Eliana Peres Torelly de Carvalho (fls. 285 e 328, Vol. I).

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. 2414

Em 15 de março de 2001, esta Presidência recebeu do Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Romero Jucá, ofício encaminhando cópia do laudo pericial elaborado pelo perito Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, referente à transcrição da fita em que foi gravada conversa entre o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, seu assessor Fernando César Mesquita e três Srs. Procuradores da República (fls. 376/449 – Vol. II). No mesmo expediente, S. Exª encaminhou ofício do citado perito onde este registra algumas alterações no conteúdo da transcrição.

No dia 19 de março, proferi despacho (fls. 330, Vol. II), convocando reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para a oitiva dos Procuradores Guilherme Zanina Schelb e Eliana Peres Torelly de Carvalho, marcada para o dia 21 de março, quarta-feira.

Em atendimento a requerimento do Senador Paulo Souto (fls. 453, Vol. II), no dia 20 de março, esta Presidência proferiu o despacho de fls. 454, transferindo a 2ª reunião para o dia 27 de março.

Em 27 de março, foi realizada a 2ª reunião, na qual foi designado Relator o Senador Roberto Saturnino (PSB–RJ), nos termos do disposto no art. 84, § 3º, do Regimento Interno do Senado Federal. Na mesma reunião, foi aprovado o Requerimento (RED) nº 2, de 2001 (fls. 478, Vol. II), de realização de reunião secreta, para, finalmente, serem ouvidos os referidos Procuradores, a qual foi convocada para o dia 28 de março, às 17h, e efetivamente realizada nessa data (3ª Reunião).

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 241

Em 27 de março, esta Presidência recebeu do Senador Carlos Wilson, Primeiro Secretário do Senado Federal, o Ofício PRSECR nº 076, de 2001 (fls. 495, Vol. II), encaminhando exemplar do Sumário Executivo elaborado pelos Peritos da Unicamp relativo à Análise do Sistema de Votação Eletrônico do Senado Federal (fls. 496/505, Vol. II).

Em 28 de março, reiterei, por meio de Ofício ao Sr. Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, a remessa da fita gravada pelo Sr. Procurador Luiz Francisco de Souza, contendo conversas entre o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães, seu assessor Fernando César Mesquita e os Srs. Procuradores Luiz Francisco de Souza, Eliana Torelly e Guilherme Schelb (fls. 506, Vol. II).

Na mesma data, enderecei ofício ao Dr. Agílio Monteiro Filho, Diretor do Departamento de Polícia Federal (fls. 507, Vol. II), solicitando a degravação da fita encaminhada a este Conselho pela revista *IstoÉ*. É de salientar que a mesma foi recebida pelo Sr. Delegado Reinaldo de Almeida César Sobrinho, conforme consta do Termo de Entrega de fls. 587 (Vol. III), lavrado em 5 de abril de 2001.

Em 4 de abril, quando da realização da 4ª Reunião (convocada para a oitiva do Senador Luiz Otávio nos autos da Denúncia nº 1, de 2000), esta Presidência recebeu o Requerimento (RED) nº 3, de autoria do Senador Roberto Saturnino (fls. 571, Vol III), solicitando fosse formalizado convite ao foneticista Ricardo Molina de Figueiredo para que apresentasse ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar o resultado do seu trabalho de aperfeiçoamento da degravação da referida fita.

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 2416

Em atendimento a esse requerimento, em 4 de março, convoquei a 5ª Reunião do Conselho, marcada para o dia 18 de abril de 2001, às 17h (fls. 571, Vol. III).

Na mesma data, deferi também os seguintes requerimentos, de autoria do Sr. Relator, Senador Roberto Saturnino, de convites para prestar depoimento perante o Conselho: o de nº 4, aos técnicos da Unicamp que examinaram o sistema de votação eletrônica do Plenário do Senado (fls. 572, Vol. III); e o de nº 5, aos responsáveis pela empresa Kopp (fls. 573, Vol. III).

Por meio do Ofício PRSECR nº 107/01, datado de 18 de abril, o Sr. Senador Carlos Wilson, Primeiro Secretário, encaminhou a esta Presidência cópia do Relatório Final da Comissão de Inquérito criada por Ato do Presidente e designada pela Portaria do Primeiro Secretário nº 7, de 2001, bem como cópia do Relatório Final da perícia técnica da Unicamp, os quais foram juntados aos autos da Denúncia às fls. 659/978 do Volume V.

Em 18 de abril, às 17h, realizou-se a 5ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o Prof. Dr. Ricardo Molina de Figueiredo, acompanhado do perito Dr. Donato Pasqual Júnior (fls. 612/629 do Volume III).

Nessa 5ª reunião, foram aprovados os seguintes requerimentos: Requerimento (RED) nº 6 (fls. 647 do Volume III), de autoria do Senador Roberto Saturnino, de convite à Srª Regina Célia Peres Borges; e o Requerimento (RED) nº 7, também de autoria do nobre Relator, de convite aos Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur,

SENADO FEDERAL 7 FLS. 24/1 SECRETARIA-GERAL DA MESA

Hermillo Gomes da Nóbrega e Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como ao programador Sebastião Gazolla Costa Júnior, para serem ouvidos neste Conselho.

Na 5ª reunião, convocou-se a 6ª reunião, destinada à oitiva da Srª Regina Célia Peres Borges, marcada para as 14h30min do dia 19 de abril.

Em 19 de abril de 2001, esta Presidência determinou à Secretaria do Conselho que juntasse aos autos os Ofícios CEDP nºs 32 e 33, de 18.4.2001, do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (fls. 1595/1596 do Volume VIII), comunicando aos Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, respectivamente, a convocação de reunião do Conselho, marcada para o dia 19.4.2001, às 14h30, destinada à oitiva da Srª Regina Célia Peres Borges, nos autos da presente Denúncia.

Na data aprazada, a servidora foi ouvida por este Conselho, oportunidade em que se comprometeu a, junto à Telebrasília, requerer configuração de sua conta telefônica e, posteriormente, remetê-la a este Conselho. Nesta reunião, foi convocada a 7ª reunião do Conselho, destinada a ouvir os Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermillo Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como do programador Sebastião Gazolla Costa Júnior

A partir do depoimento da Drª Regina Célia Peres Borges, esta Presidência passou a comunicar ao Sr. Senador José Roberto Arruda

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 241

todas as reuniões do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, bem como todos os atos referentes à Denúncia nº 01, de 2001.

Em 23 de abril, esta Presidência recebeu do nobre Senador José Roberto Arruda cópia de seu pronunciamento feito perante o Plenário do Senado Federal, o qual foi juntado às fls. 1692/1727 do Volume VIII.

Em 24 de abril, às 17h, realizou-se a 7ª Reunião, na qual foi tomado o depoimento dos Srs. Servidores Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur, Hermillo Gomes da Nóbrega, Domingos Lamoglia de Sales Dias, bem como do programador Sebastião Gazolla Costa Júnior (fls. 1739/1889 do Volume VIII).

Às fls. 1890/1956 do Volume VIII, foram anexados os depoimentos dos Srs. Nilson da Silva Rebello e Domingos Lamoglia de Sales Dias perante a Corregedoria Parlamentar do Senado Federal nos autos da Sindicância nº 1, de 2001.

Na mesma reunião, foi convocada a 8ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, marcada para o dia 26 de abril, às 14h30min, destinada a ouvir o Sr. Senador Antonio Carlos Magalhães. A mesma foi realizada na data prefixada, e S. Exª foi ouvido, encaminhando os seguintes documentos à Mesa: "Afirmações do Procurador Luiz Francisco de Souza perante o Conselho de Ética", "Contradições do Procurador Luiz Francisco de Souza na Imprensa", "Mentiras do Procurador Luiz Francisco de Souza", os quais foram juntados aos autos da Denúncia. S. Exª encaminhou ainda publicação sob o título "Parlamentares Homenageiam

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS. Nº 2419

Presidente do Congresso Nacional e do Senado Federal" (fls. 2031, Vol. IX).

Na mesma reunião, foi marcada a 9ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, destinada a ouvir o Sr. Senador José Roberto Arruda.

Registro que, em 27 de abril, esta Presidência recebeu da Drª Regina Célia Peres Borges correspondência pela qual encaminha extrato de ligações telefônicas originadas de aparelho celular por ela utilizado, de propriedade do Prodasen, e que as informações referentes a ligações originadas do seu telefone residencial referentes ao mesmo período (dias 26 a 28 de junho de 2000) seriam envidas tão logo as tivesse (fls. 2136/2137 do Volume IX).

Conforme convocada, realizou-se em 27 de abril, às 9h, a 9ª Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que se destinou à oitiva do Sr. Senador José Roberto Arruda, que prestou seu depoimento, tendo, nessa ocasião, disponibilizado o seu sigilo telefônico.

Nessa reunião, decidiu-se convocar nova reunião (10ª Reunião), marcada para o dia 03 de maio de 2001, às 14h30min, destinada à acareação entre a Srª Regina Célia Peres Borges e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, os quais foram devidamente convidados naquela oportunidade.

Na data previamente definida, realizou-se a acareação simultânea entre a Srª Regina Célia Peres Borges e os Srs. Senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda.

U:\Conselho de Ética\Despacho30.04.01

SENADO FED. R. 10 SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 2420

Antes de encerrar a reunião, esta Presidência solicitou o parecer do Relator sobre a dispensa de diligências ainda pendentes de atendimento, que eram as seguintes:

1. Requerimento (RED) nº 1, de 2001, apresentado pelo Senador Antero Paes de Barros em 21 de março e anexado ao processado da Denúncia nº 1, de 2001, de convocação do Sr. FERNANDO CÉSAR MESQUITA, jornalista e ex-Diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado;
2. Requerimento (RED) nº 4, de 2001, apresentado pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na reunião de 4 de abril, de convocação dos peritos da Unicamp;
3. Requerimento (RED) nº 5, de 2001, apresentado também pelo Relator, Senador Roberto Saturnino, na mesma reunião, de convocação dos responsáveis pela empresa contratada pelo Senado para instalar o sistema de votação eletrônica do Plenário;
4. Requerimento do Senador Antero Paes de Barros, encaminhado por esta Presidência ao Reitor da Unicamp, no sentido do esclarecimento de indagações feitas relativamente ao painel de votação eletrônica do Senado Federal; e
5. Requerimento (RED) nº 8, de 2001, apresentado pela ilustre Senadora Heloísa Helena, solicitando "*ao Presidente do Senado Federal, Senador Jader Barbalho, e aos Senadores e assessores envolvidos no episódio que disponibilizem as listagens das chamadas telefônicas, tanto originadas de telefones fixos como de telefones celulares, com especial cuidado em relação à verdadeira origem das ligações, notadamente aquelas originadas de ramais do tronco comum da Casa, no período 27 a 30 de junho de 2000*".

Antes do parecer do Relator, o Senador Roberto Freire retirou o seu requerimento, e esta Presidência deferiu a retirada. Em seguida, o Relator manifestou-se favoravelmente à proposta de dispensa das diligências pendentes. Submetida a voto, foi a mesma aprovada, tendo,

SENADO FED-R FLS 2421 SECRETARIA-GERAL DA MESA

contudo, o Senador Waldeck Ornelas pedido verificação de votação. Constatada a falta de *quorum*, a votação da matéria ficou adiada.

Esta Presidência convocou, de ofício, a 11ª Reunião, com a finalidade de concluir os trabalhos pendentes na reunião anterior. Realizou-se a referida reunião nesta data, quando foram retirados pelos respectivos autores, com a aprovação do Plenário do Conselho, os requerimentos de diligências ainda pendentes de atendimento. O Senador Waldeck Ornelas apresentou três novos requerimentos de diligências, que determinei fossem juntados aos autos.

Dessa maneira, esta Presidência considerou encerrada a fase de averiguações da Denúncia nº 1, de 2001, e determinou o encaminhamento do processado ao Relator para, no prazo de cinco sessões ordinárias, apresentar o seu relatório (art. 15, IV, da Resolução nº 20, de 1993), ficando convocada a 12ª Reunião, a realizar-se às 10h do dia 16 de maio.

Junte-se o presente aos autos.

Senado Federal, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar,
em 8 de maio de 2001, às 19h05min.

Senador RAMEZ TEBET
Presidente

SENADO FEDERAL
FLS 2422
SECRETARIA-GERAL DA MESA

SENADO FEDERAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

DENÚNCIA Nº 1, DE 2001

TERMO DE CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Relator, Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, 9 de maio de 2001

MARCIA LYRA NASCIMENTO EGG
Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

SENADO FEDERAL SECRETARIA-GERAL DA MESA FLS 2424

U:\Conselho de Ética\Termo de Conclusão 6.4.01

SENADO FEDERAL

Termo de Encerramento de Volume

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e um, eu, Marcia Lyra Nascimento Egg, Chefe do Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SACOP), faço o encerramento do Volume X da Denúncia nº 1, de 2001, que se encerra às fls. 2423.

MARCIA LYRA NASCIMENTO EGG
Chefe da SACOP

EDIÇÃO DE HOJE: 952 PÁGINAS